



Organização
Mariana Lousada
Marcia Pazin
Paulo Elian

ARQUIVOS, DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL







ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO (ARQ-SP)

DIRETORIA

Ana Célia Navarro de Andrade (presidente)
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (vice-presidente)
Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira (secretária)
Pedro José de Carvalho Neto (tesoureiro)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Célia Navarro de Andrade
Ana Maria de Almeida Camargo
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Johanna Wilhelmina Smit
José Francisco Guelfi Campos
Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira
Pedro José de Carvalho Neto
Ricardo Santhiago

ORGANIZAÇÃO

Mariana Lousada Pinha

Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano

Paulo Roberto Elia dos Santos

ARQUIVOS, DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL



ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Mariana Lousada Pinha
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano
Paulo Roberto Elian dos Santos

COMISSÃO EDITORIAL

Ana Celeste Indolfo (UNIRIO)
Ana Célia Rodrigues (UFF)
Anna Carla de Almeida Mariz (UNIRIO)
Beatriz Kushnir (UNIRIO)
Brenda Couto de Brito Rocco (UNIRIO)
Camila Schwinden Lhmkuhl (UFSC)
Cintia Aparecida Chagas (UFMG)
Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (UFF)
Cynthia Roncaglio (UnB)
Daniel Flores (UFF)
Danilo André Cinaccho Bueno (UNIRIO)
Eliete Correia dos Santos (UEPB)
Eliezer Pires da Silva (UNIRIO)
Francisco Alcides Cougo Jr. (UFMS)
Francisco José Aragão Pedroza Cunha (UFBA)
Georgete Medleg Rodrigues (UnB)
Gilberto Gomes Cândido (UFPA)
João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)
Luciana Heymann (Fiocruz)
Luis Fernando Sayão (CNEN)
Mabel Meira Mota (UFBA)
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (UNESP)
Margarete Farias de Moraes (UFES)
Margareth da Silva (UFF)
Maria Celina Soares de Mello e Silva (Museu Imperial)
Maria Leandra Bizello (UNESP)
Maria Meriane Vieira da Rocha (UFPB)
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)
Mariana Lousada (UNIRIO)
Moises Rockembach (UFRGS)
Mônica Tenaglia (UFPA)
Natália Bolfarini Tognoli (UFF)
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz)
Priscila Ribeiro Gomes (UNIRIO)
Ramsés Nunes e Silva (UEPB)
Renata Lira Furtado (UFPA)
Renato Crivelli Duarte (UNIRIO)
Renato de Mattos (UFF)
Renato Pinto Venâncio (UFMG)
Renato Tarciso Barbosa de Souza (UnB)
Roberta Pinto Medeiros (FURG)
Tania Barbosa Salles Gava (UFES)
Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)
Tiago Braga da Silva (UFES)
Vitor Manoel Marques da Fonseca (UFF)
Welder Antônio Silva (UFMG)

© 2023. Permitida a reprodução na íntegra ou parcialmente, desde que citada a fonte e autoria. Venda proibida.

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cícero Naja e Pedro Carvalho – Cubile Editorial

REVISÃO DE TEXTO

Os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Arquivos, democracia e justiça social [livro eletrônico] / organização Mariana Lousada Pinha, Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, Paulo Roberto Elian dos Santos. -- 1. ed. -- São Paulo : ARQ-SP, 2023.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-991726-6-3

1. Acesso à informação 2. Arquivos e arquivologia (Documentos) 3. Arquivos - Brasil 4. Documentos - Gerenciamento eletrônico 5. Documentos - Gestão I. Pinha, Mariana Lousada. II. Vitoriano, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. III. Santos, Paulo Roberto Elian dos.

23-164899

CDD-025.3414

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquivos : Documentos : Classificação e ordenação :
Ciências da informação 025.3414

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

APOIO



Casa de
Oswaldo Cruz



Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP)

Av. Prof. Lineu Prestes, 338

CEP: 05508-000 - São Paulo (SP)

diretoria@arqsp.org.br

arqsp.org.br

 arq_sp_

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Mariana Lousada, Marcia Pazin, Paulo Elia	22

PARTE I

PESQUISA, EDUCAÇÃO E TEMAS EMERGENTES EM ARQUIVOLOGIA

Construindo relações no campo arquivístico na luta por justiça	
Wendy Duff	26
A pesquisa e as relações disciplinares da arquivologia na contemporaneidade	
Angelica Alves da Cunha Marques	42
Os desafios da formação e da educação na sociedade digital	
Danilo Ribas Barbiero	55
Archivos: memoria y defensa de los derechos humanos	
António Gonzáles Quintana	66

PARTE II

HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Contribuições de estudo sobre a contextualidade para a história da arquivologia	
Renata Silva Borges, Lídia Silva de Freitas, Vitor Fonseca	77

José Honório Rodrigues: a construção de uma rede de especialistas em arquivos na esfera panamericana e o seu reflexo na gestão do Arquivo Nacional, (1958-1964)	
Paulo José Viana de Alencar, Clarissa Schmidt	88
Documentos audiovisuais nos arquivos: um estudo sobre a trajetória da Seção de Filmes do Arquivo Nacional	
Walmor Pamplona	100
História da arquivologia no Brasil à luz do movimento associativo de arquivistas	
Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves, Katia Isabelli Melo	109
O colegiado setorial de arquivos do Conselho Nacional de Políticas Culturais: composição, principais ações e legado	
Evelin Melo Mintegui	120
O Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ): histórico, características e resultados	
Claudia Garcia, Mariana Lousada	130
Produção científica em arquivologia no Brasil (2016 – 2021)	
Claudia Garcia, Ana Celeste Indolfo	141
Produção científica na Arquivologia: um olhar sob a base de dados pesquisas arquivísticas brasileiras (PAB)	
Maria Meriane Vieira Rocha, Maria Eduarda Santos	154
Análise de domínio: um estudo dos anais da Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia - REPARQ (2010-2019)	
Andrieli Pachú da Silva, Laura Maria Rego Piva, Gilberto Gomes Cândido, José Augusto Chaves Guimarães	163

PARTE III

**GESTÃO DE DOCUMENTOS: TEORIA E PRÁTICA NO UNIVERSO DA
ARQUIVOLOGIA E DOS ARQUIVOS**

As três idades dos arquivos na literatura arquivística Paola Rodrigues Bittencourt	187
As práticas de avaliação de documentos na Library and Archives Canada (LAC) Maria Juliana Nunes da Silva, Ivana Denise Parrela	199
Requisitos de gerenciamento de processos para a Gestão de Documentos Rafael Soares Carvalho Alvim, Danilo André Cinacchi Bueno	207
Gestão de riscos em arquivos: diagnóstico propositivo com estratégias para a preservação do arquivo da Universidade Federal do Rio de Janeiro Elson Nalon Lopes, Patricia Ladeira Penna Macêdo, Bruno Ferreira Leite	220
Impactos do Decreto nº 10.148, de 2019 na eliminação de documentos Raquel Diniz Bandeira, Ana Celeste Indolfo	230

PARTE IV

**GESTÃO DE DOCUMENTOS, ARQUIVOS, ACESSO À INFORMAÇÃO E
TRANSPARÊNCIA NOS MUNICÍPIOS**

O acesso à informação dos arquivos municipais portugueses em tempos de pandemia COVID-19 Ana Margarida Dias da Silva, Nelson Vaquinhas, Diogo Vivas, Leonor Calvão Borges	242
Arquivistas missionários: parceria do movimento associativo com programas de ensino, pesquisa e extensão universitários em Arquivologia como estratégia de avaliação de políticas públicas arquivísticas nos municípios da Paraíba Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves, Ana Cláudia Cruz Cordula, Eliete Correia dos Santos, Gabriela Almeida Garcia	253

Arquivos municipais no contexto das políticas públicas arquivísticas das capitais brasileiras	
Juliana Loureiro Alvim Carvalho, Ana Célia Rodrigues	266
Arquivos públicos municipais para o acesso à informação na região metropolitana do Rio de Janeiro (2017-2019)	
Thales Vicente de Souza, Ana Célia Rodrigues	277
Programa de Gestão de Documentos da Prefeitura Municipal de Niterói (PGD-Niterói): proposta de diretrizes normativas e metodológicas	
Danilo André Cinacchi Bueno	288
Mensagem de Prefeito: abordagem da diplomática e da história administrativa	
Paulo Knauss de Mendonça, Breno Pagoto	308
Arquivos de família como patrimônio documental do município de Niterói	
Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias, Ana Célia Rodrigues	319

PARTE V

SISTEMAS CLASSIFICATÓRIOS DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Uma coleção pessoal de rótulos de pescado	
Roberta Pinto Medeiros	329
Classificação arquivística nas normas ISO de gestão de documentos	
Rodolfo Almeida de Azevedo, Ana Celeste Indolfo	339
A construção de taxonomias como uma ferramenta de representação na Arquivologia	
Carine Melo Cogo Bastos, Thiago Henrique Bragato Barros	349
Classificação de atividades: Instituições Federais de Ensino Superior	
Rosale De Mattos Souza, Rosa Zuleide Lima De Brito, Andrea Gonçalves Dos Santos, Natalia Araujo Lima	357

Classificação de documentos de arquivo: principais temas dos pedidos de acesso à informação nas universidades federais mais demandadas pela LAI

Zenóbio dos Santos Júnior, Fabio Corrêa, Vinícius Figueiredo de Faria

365

Da teoria ao instrumento: a trajetória do conceito de classificação na Arquivologia

Rodrigo da Silva Figueiredo, Anna Carla Almeida Mariz

383

Discussões preliminares acerca da classificação arquivística em acervos musicais

Margarete Farias De Moraes, Elias Silva de Oliveira, Joyce Dias de Souza, Abeil Coelho

392

PARTE VI

GOVERNANÇA E GERENCIAMENTO ARQUIVÍSTICO

Sua opinião é muito importante para nós: gerenciamento, governança e acesso

Rodrigo Aldeia Duarte

402

Panorama da produção científica sobre os arquivos médicos hospitalares na América Do Sul

Jacqueline Dias da Silva, Angélica Alves da Cunha Marques

413

Arquivologia e governança de TI: possíveis diálogos

Lucas Mourão Tavares

423

Proposta de aplicação do RIC-CM no aperfeiçoamento dos instrumentos de descrição do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Eliezer Pires da Silva, Carlos Henrique Machado Martins, Ana Caroline Mateus Cruz

430

PARTE VII

AMBIENTE DIGITAL E OS ARQUIVOS: AÇÕES E PROSPECÇÕES

Obsolescência analisada por patentes e pelo método da Curva S Paula Cotrim de Abrantes, Rita de Cássia Pinheiro Machado, Cristina d'Urso de Souza Mendes Santos	441
O desafio da manutenção da integridade de documentos arquivísticos digitais Fabio Lopes de Andrade, Cintia Aparecida Chagas	451
Política de preservação digital do governo do Estado do Espírito Santo Luciana Itida Ferrari, Wagner Santana Bianchi, Tania Barbosa Salles Gava, Juliana Oliveira de Almeida, Jussara Teixeira	462
Autenticidade, confiabilidade e acesso dos documentos arquivísticos digitais inseridos nos processos eletrônicos da Universidade Federal do Pará Cristian Mayko Carvalho da Costa, Anna Carla Almeida Mariz	473
O Decreto nº 10.278/2020 e as resoluções do Conarq: um estudo sobre a produção e utilização do representante digital como substituto do documento original analógico Dalton Garcia do Carmo, Cintia Aparecida Chagas	485
A produção científica brasileira e espanhola na área de arquivologia com temáticas relacionadas à tecnologia digital (2001-2018) Cynthia Roncaglio	496
Um olhar sociomaterial sobre a descrição arquivística André Luiz de França Madeiro, Patricia Maria da Silva	511
A Deep Web e os arquivos digitais: acessibilidade, uso e legitimidade Tainá de Sousa Santos, Patrick Dourado Ribeiro	520

PARTE VIII

A CADEIA DE CUSTÓDIA DIGITAL NA PRESERVAÇÃO DIGITAL SISTÊMICA: DO SIGAD (INCLUSIVE SIGAD DE NEGÓCIO) AO RDC-ARQ E ÀS PLATAFORMAS ARQUIVÍSTICAS DE ACESSO E TRANSPARÊNCIA ATIVA

A preservação de documentos arquivísticos em ambiente digital e a variável política

Brenda Rocco, Angélica Alves da Cunha Marques 532

Análise do módulo de protocolo do sistema SIPAC no IFES segundo os requisitos do E-ARQ BRASIL

Luciana Itida Ferrari, Núbia Bulhões Gomes Holetz, Henrique Monteiro Cristovão, Margarete Farias de Moraes 540

Diretrizes para a elaboração da política de preservação digital do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro: uma proposta preliminar

Fernanda Maria Pessanha Viana Maciel, Alexandre de Souza Costa 551

Integridade de documentos digitais entre SIGAD e RDC-ARQ

Carlos Eduardo Carvalho Amand, Brenda Couto de Brito Rocco 561

PARTE IX

ARQUIVAMENTO DA WEB E PRESERVAÇÃO DIGITAL: DOS WEBSITES ÀS REDES SOCIAIS

Acesso e uso de arquivos da web: análise dos aspectos éticos e legais

Lúcia Andréia Nunes de Oliveira Nunes 574

Graúna Memória, uma experiência de arquivamento de websites no Brasil: objetivos, atividades e metodologia do projeto coordenado pelo Instituto NUPEF que visa colaborar com a preservação da memória da internet no país

Helena de Moura Aragão, Oona Caldeira Brant Monteiro de Castro, Joara Marchezini 585

PARTE X

DADOS DE PESQUISA, ARQUIVISTA DE DADOS E PRESERVAÇÃO DIGITAL: NOVOS DESAFIOS PARA A ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA

Perspectivas de aplicação de inteligência artificial em arquivos: novas abordagens para as práticas arquivísticas

Jessyca Janiffer Diniz de Almeida 596

A disciplina Ciência de Dados na graduação em Arquivologia na UFES

Henrique Monteiro Cristovão, Luciana Itida Ferrari, Margarete Farias de Moraes 606

Práticas e percepções dos pesquisadores da Universidade de Brasília (UNB) sobre custódia, preservação e acesso aos arquivos de ciência

Thiara de Almeida Costa, Cynthia Roncaglio, Shirley Carvalhêdo Franco 617

A escolha de um sistema informatizado na gestão de documentos digitais

Ana Carolina dos Santos Garcia 627

Redes sociais e a divulgação de pesquisas científicas: aplicabilidades a base de dados pesquisas arquivísticas brasileiras

Adelaide Helena Targino Casimiro, Flávia de Araújo Telmo, Igor Lima dos Santos 636

O vírus: a importância da preservação dos documentos nato-digitais na pandemia

Diogo Baptista Pereira, Angelica Alves da Cunha Marques 644

Base de dados em arquivística: preservando a produção científica brasileira

Katia Isabelli Melo, Suzann Crystyny Lopes de Souza 655

Website de acervos arquivísticos permanentes: análise da arquitetura da informação na plataforma Atom da Universidade de Brasília

Wellington da Silva Gomes, Marynice de Medeiros Matos Autran 666

PARTE XI

A PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL DE ARQUIVOS SOB A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS

O recolhimento e a custódia do patrimônio arquivístico: práticas e percepções nas unidades organizacionais do Poder Executivo Federal

Thiago de Oliveira Vieira 677

A engenharia da destruição nas instituições culturais de memória: intervenções e interdições nos saberes-fazer dos arquivos

Raquel Luise Pret 688

O papel da classificação arquivística na patrimonialização cultural dos arquivos

Natália Bruno Rabelo, Paulo José Viana de Alencar 700

O lugar da aquisição na lei de arquivos

Fabiana Costa Dias 711

Patrimonialização de arquivos pessoais no Brasil: a Declaração de Interesse Público e Social

Juliana Maia Mendes, Renato de Mattos 724

Política patrimonial brasileira e o patrimônio arquivístico: disputas e tensões no processo de ressignificação da memória social

Danielle Alves de Oliveira, Claudialyne da Silva Araujo 734

O papel do sistema de arquivos no Brasil na patrimonialização cultural dos arquivos: uma abordagem histórica

Lohayne Emerick, Clarissa Schmidt 745

Patrimônio Informacional Científico da EEAP/UNIRIO: documental

Paulina Aparecida Marques Vieira Albuquerque, Osnir Claudiano Junior
..... 755

Políticas públicas arquivísticas no Brasil: identificando a agenda pública

Francisco Alcides Cougo Jr. 766

PARTE XII

A PEDAGOGIA NA ARQUIVOLOGIA E NOS ARQUIVOS

Relação entre formação e profissão: percepção de egressos e concluintes do curso de Arquivologia da UNIRIO	
Beatriz Lisboa de Matos, Eliezer Pires da Silva	777
Mapeamento de disciplinas com temáticas arquivísticas na América do Sul	
Eliane Silveira Gonçalves, Angélica Alves da Cunha Marques	788
A invisibilidade dos arquivos escolares na formação do arquivista: reflexões sobre currículo	
Fernanda Barros Ferreira, Priscila Ribeiro Gomes	799
Relações disciplinares da tecnologia da informação nos cursos de Arquivologia	
Julianne Teixeira e Silva, Josemar Henrique de Melo	809
Educação e docência em Arquivologia: experiências em sala de aula virtual	
Danilo Ribas Barbiero	820
O papel da extensão universitária como elemento formador do arquivista: uma reflexão sobre o processo de reestruturação curricular nos cursos de Arquivologia	
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano	830
Graduação em Arquivologia: a importância da iniciação científica na formação de alunos na Paraíba	
Maria Meriane Vieira Rocha, Maria Eduarda Santos e Paulo Henrique Felinto dos Santos	843
Os 50 anos da Arquivologia da UFSM na cápsula do tempo: cartas para o futuro em arquivo, memória e patrimônio	
Fernanda Kieling Pedrazzi, Jorge Alberto Soares Cruz, Sonia Elisabete Constante	852
Ações educativo-culturais e a prática de leitura no Arquivo Público Municipal de Campina Grande-PB	
Wiliana de Araújo Borges, Eliete Correia dos Santos	862

Ações educativo-culturais nos arquivos distritais de Portugal Leila dos Santos Brandão, Eliete Correia dos Santos	872
Ação cultural e educação patrimonial: algumas reflexões Suellen Alves de Melo	883
Gamificação: uma proposta de difusão dos arquivos nacionais da CPLP Marcelo Nogueira de Siqueira, Marcelo Kosawa	893
O jogo de bingo enquanto recurso avaliativo aplicado à microfilmagem Sérgio Renato Lampert	900
Ações de promoção de Literacia Digital no curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande Alice Tavares da Silva, Elisângela Gorete Fantinel, Evelin Melo Mintegui	911
Produção de conteúdo no Youtube como ferramenta pedagógica no ensino superior: o caso “Diálogos - Arquivologia em múltiplas perspectivas” Roberta Pinto Medeiros, Bruna Carballo Dominguez de Almeida, Elisângela Gorete Fantinel	921

PARTE XIII

ARQUIVOS, ACERVOS E UNIVERSOS EDUCATIVOS

Tramas de um acervo escolar confessional: Odilon Alves Pedrosa e as janelas memorialísticas de um padre-educador Ramsés Nunes e Silva	933
O acervo do centro educacional Nossa Senhora da Luz (GUARABIRA-PB): meandros arquivísticos e escolares de uma instituição confessional Paraibana Rayhanne Maria de Araújo Jatobá, Teresa Rachel Grangeiro Araujo, Ramsés Nunes e Silva	943
A política arquivística e a gestão documental em arquivos escolares: um estudo de caso nas escolas municipais de Salvador Lais Farias dos Santos, Gleise da Silva Brandão	956

Difusão nos arquivos estaduais: reflexões sobre as ações educativas Laysa Costa Silva, Priscila Ribeiro Gomes	966
Mediação e difusão cultural em arquivos: uma proposta para o estado do Amazonas Alexandre de Souza Costa, Fernanda de Sousa Silva, Marijara Souza de Freitas	977
A importância da utilização das mídias sociais no contexto da extensão universitária: relato de experiência do Projeto OPAMI Ana Cláudia Cruz Cordula, Geysa Flavia Camara de Lima, Carla Maria de Almeida, Bruno Antonio Ferreira da Silva	988
Board game na Arquivologia e nos arquivos: um universo para além de educativo Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves, Ana Cláudia Cruz Cordula, Monnique São Paio de Azeredo Ester Esteves Veiga	998

PARTE XIV

ARQUIVOS PESSOAIS: ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES EM CONVERGÊNCIA

Guia e inventário do arquivo pessoal de Olívia Calábria: do processo de desenvolvimento a solidificação de suas memórias e trajetória Raphael Bahia do Carmo	1010
Reflexões sobre o objeto como documento: a gravata preta de listras amarelas do poeta Castro Alves Alzira Tude de Sá, Saionara Costa dos Anjos	1020
Filologia, Arquivologia e História Cultural: saberes em interação Rosa Borges, Débora de Souza	1032
No fundo pessoal: questões sobre a aplicabilidade do princípio da proveniência em arquivos pessoais Vitor Serejo Ferreira Batista	1044

Josué Guimarães: signatário, autor, persona	
Miguel Rettenmaier, Bruna Santin	1055
Entre arquivos e bibliotecas: o acervo pessoal de Guilherme Figueiredo	
Karolyne Sousa Amaral, Paulo Roberto Elian dos Santos	1065
Panorama dos grupos de pesquisa registrados no diretório do CNPq com pesquisas sobre arquivos pessoais	
Thayane Vicente Vam de Berg, Maria Amália Silva Alves de Oliveira	1075

PARTE XV

ARQUIVOS PESSOAIS E PRIVADOS: PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO, TRATAMENTO E USOS

Provas de nós: por que e como preservar fotografias em arquivos domésticos?	
Laura Mie de Azevedo Nicida, Bruno Ferreira Leite	1089
Documentos identitários em arquivos pessoais institucionalizados	
Marcela Virginia Thimoteo da Silva	1100
Arquivos pessoais de ex-presidentes da Fundação Oswaldo Cruz - documentos públicos e documentos privados	
Vanêssa Alves Pinheiro e Renato Crivelli Duarte	1111
Conservação e Digitalização da Documentação Fotográfica da Coleção Rino Levi da FAUUSP.	
Gisele Ferreira de Brito, Patrícia de Filippi	1122
Uma coleção de documentos dentro de um arquivo: relatos de preservação da Coleção Arnaldo Machado	
Dijavan Mascarenhas Campos	1134
Museus, coleções e arquivos: dispersão institucional	
Maria Celina Soares de Mello e Silva	1142

Do criativo ao arquivo: um estudo sobre a produção documental em uma empresa de moda

Mariana Cabada Polydoro 1150

PARTE XVI

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO HORIZONTE DA ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA

A competência em informação na arquivologia: uma análise qualitativa da produção científica do ENANCIB e da BRAPCI

Mariana Lousada, Marta Leandro da Mata, Renato Crivelli Duarte 1160

Panorama de pesquisas e ações sobre competência em informação no ensino superior em Arquivologia e na formação do arquivista

Renata Lira Furtado 1172

A importância da competência em informação para a atuação do arquivista no setor privado

Celineide Rodrigues Cavalcante, Luciana Davanzo 1185

Competência arquivística: uma vertente da competência em informação no âmbito da Arquivologia

Felipe César Almeida dos Santos 1196

Mediação cultural: competência informacional e equidade social

Rosale de Mattos Souza, Zaltair Ferreira Navarro de Andrade Neto 1208

Um estudo sobre os efeitos do ecossistema da desinformação na informação arquivística pós custodial: apontamentos acerca da competência em informação e suas vertentes como forma de combate e redução

Ana Roberta Pinheiro Moura 1218

A relevância da competência em informação para o cenário arquivístico (pós)pandêmico

Renata Lira Furtado 1228

Inserção de mídias sociais em ambiente de arquivo

Ana Roberta Pinheiro Moura, Jairo Jacques dos Passos Júnior, Raí Rocha Costa 1237

PARTE XVII

A JUSTIÇA SOCIAL E ARQUIVOLOGIA: MOVIMENTOS SOCIAIS, ARQUIVOS E DIREITOS HUMANOS

A justiça social e as funções sociais dos arquivos no contexto das ações de acesso à informação

Isabela Costa da Silva 1253

O direito de existir nos arquivos: o acesso e uso de documentos de registro de morte de escravizados

Fernanda Kieling Pedrazzi, José Luiz de Moura Filho, Gabriel Denardin Spat, Simone da Silva Guerra 1262

Silenciamento, sofrimento mental e cidadania: o arquivo como espaço de memória e direitos humanos

Claudialyne da Silva Araujo, Danielle Alves de Oliveira, Jéssika Maria Borges de Carvalho 1272

PARTE XVIII

ARQUIVOS, MOVIMENTOS SOCIAIS E NOVOS SUJEITOS: PROCESSOS, PRÁTICAS E ATORES

A apropriação social do patrimônio arquivístico como uma estratégia para sua preservação: algumas considerações a partir do caso do Arquivo Dona Orosina Vieira (ADOV), do Museu da Maré

Maria Thereza Monteiro Pereira Sotomayor, Bruno Ferreira Leite 1283

Direito à memória: o arquivo comunitário Dona Orozina Vieira

Thamires Ribeiro de Oliveira, Ana Luce Girão Soares de Lima 1292

Feminicídio e as normativas: a dor de relembrar e o direito de esquecer Rosale de Mattos Souza, Shirley Carvalhêdo Franco	1301
O caminho se faz ao caminhar: as mulheres, seus arquivos e o Arquivo Nacional Ana Carolina Reyes	1311
Arquivando a repressão: categorização e uso dos arquivos sobre a ditadura militar no Brasil Fernanda de Moraes Costa	1323
Arquivos da repressão: o debate sobre a autoridade arquivística e o acesso à informação Daniel Guimarães Elian dos Santos	1333
Arquivo social e memória comunitária: Um estudo de caso no Instituto Educar Catarina de Freitas Barbosa Assis, Carolina Santana	1341
Experiências de difusão de documentos arquivísticos no contexto da extensão universitária: estudo de caso da exposição “CDOC-ARREMOS - 10 anos” André Felipe Paiva dos Santos, João Marcus Figueiredo Assis	1351

APRESENTAÇÃO

Uma saudável e feliz coincidência. Foi durante a elaboração deste texto de apresentação do livro *Arquivos, democracia e justiça social*, que soubemos da aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de um novo mestrado na área de Arquivologia, o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ), uma iniciativa oferecida de forma associativa entre a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tal notícia, celebrada por professores, pesquisadores e profissionais da Arquivologia, representa mais um importante passo no seu processo de institucionalização e de reconhecimento que lhe é atribuído por sua comunidade e por outras comunidades científicas. Sua relação com a publicação que ora colocamos a disposição dos profissionais e estudantes da área, traz a marca de um campo disciplinar que nas duas últimas décadas alcançou um crescimento significativo, traduzido em teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento, como a própria Arquivologia, a Ciência da Informação e a História. O texto da profa. Angelica Marques, *A pesquisa e as relações disciplinares da arquivologia na contemporaneidade*, elaborado com rigor metodológico, aponta dados que evidenciam a pujança dos estudos na área.

As dimensões desta obra que reúne, em dezoito seções temáticas, cento e vinte e dois capítulos escritos por cerca de duzentos autores conferem à arquivologia brasileira uma capacidade de produção científica sem precedentes que, nas duas últimas décadas, conta com diferentes estruturas formais. Constituímos uma ampla rede nacional de dezesseis cursos universitários de graduação; criamos há mais de dez anos a primeira pós-graduação *stricto sensu* em arquivologia, na Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro (UNIRIO); criamos em 2010, e demos regularidade a uma reunião científica de ensino e

pesquisa – a **Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia - REPARQ** (cuja 7ª edição ocorreu em 2022), a partir da qual surgiu o Fórum de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ), uma rede acadêmica não restrita a agenda de pesquisa, mas mobilizadora da agenda política; ampliamos qualitativa e quantitativamente as dissertações e teses na área; obtivemos prêmios e mais bolsas de produtividade em pesquisa; e passamos a ocupar espaço nos comitês de avaliação da CAPES, com capacidade para maior presença.

Entre os autores do livro *Arquivos, democracia e justiça social*, merecem destaque dois convidados estrangeiros que colaboram com temáticas inovadoras no contexto da Arquivologia contemporânea. A professora Wendy Duff, da Universidade de Toronto, no texto *Construindo relações no campo arquivístico na luta por justiça* aborda diferentes experiências e reflexões do pensamento arquivístico contemporâneo para discutir as formas de contribuição do trabalho nos arquivos e dos arquivistas para o fortalecimento das democracias e de uma sociedade mais justa. Na visão da pesquisadora, o “clamor por justiça” deve nortear nossa atividade.

Em sintonia com esta nova agenda de investigações e práticas dos arquivistas, o texto *Archivos: memoria y defensa de los derechos humanos*, de Antónío Gonzáles Quintana, nos apresenta a trajetória da relação entre arquivos e direitos humanos, na perspectiva da atuação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), nas últimas três décadas. Ex-presidente da Seção de Arquivos e Direitos Humanos do conselho, Quintana traça um percurso histórico do direito à memória e à informação, intimamente associado a história política, seus processos revolucionários, regimes autoritários e lutas democráticas que povoaram o século XX. Atento aos impactos do mundo digital na vida das pessoas, chama nossa atenção para a necessidade de proteção dos dados pessoais e da intimidade em um cenário marcado pelas lutas em defesa da verdade e da memória.

Os laços estreitos entre os arquivos e os direitos humanos começam a despontar nas reflexões e nos estudos desenvolvidos na universidade brasileira. De forma ainda tímida, passam a ocupar lugar na agenda de pesquisa que soma aos clássicos outros diversos temas “emergentes” nas últimas décadas. Desta forma, o leitor encontrará textos dedicados a abordagens sobre história dos arquivos e da Arquivologia; a gestão de documentos e sua relação com a transparência e o acesso à informação; os sistemas de classificação; a patrimonialização cultural dos arquivos; a preservação digital; a docência e a práticas educacionais; a gestão de dados governamentais; os arquivos pessoais e privados; competências em informação; arquivos comunitários e de

movimentos sociais; arquivos e direitos humanos; gestão de dados de pesquisa; e governança e gestão arquivística.

O livro que chega ao público especializado do campo da Arquivologia e dos arquivos é uma imagem bem captada do “estado da arte” na área. Sistematiza e torna pública uma agenda de pesquisa em constante mudança e cuja dinâmica traduz o amadurecimento acadêmico da comunidade de docentes e pesquisadores, e a ampliação saudável desta diversidade temática no âmbito da pesquisa na pós-graduação e na graduação.

*Mariana Lousada
Marcia Pazin
Paulo Elian*

PARTE I

PESQUISA, EDUCAÇÃO E TEMAS EMERGENTES EM ARQUIVOLOGIA

CONSTRUINDO RELAÇÕES NO CAMPO ARQUIVÍSTICO NA LUTA POR JUSTIÇA¹

Wendy Duff (Faculty of Information - University of Toronto)

Sinto-me honrada por abrir este congresso e só lamento o fato de minha palestra ter de ser traduzida, pois não falo português. Considerando os três anos de esforço do mundo inteiro para superar a pandemia, o risco iminente de uma grave recessão mundial e ainda as mudanças climáticas e o agravamento das desigualdades sociais e econômicas, todas as associações profissionais deveriam ser tão visionárias como os organizadores da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia; os congressos profissionais têm de abordar de que forma cada profissão pode contribuir para fortalecer as democracias e responder ao clamor por justiça.

Antes de iniciar minha apresentação, quero fazer uma menção ao território onde trabalho na Universidade de Toronto. Há milhares de anos, o local é considerado território tradicional dos povos Huron-Wendat, Seneca, e Mississauga da nação Credit. Hoje, este local de encontro continua sendo lar de diversos povos indígenas ao longo de toda Turtle Island, e sou grata pela oportunidade de trabalhar neste território. Quero destacar ainda que minha apresentação traz referências a um projeto de pesquisa atual que inclui vários pesquisadores. Cheryl Regehr, Henria Aton, Jessica Ho, Christa Sato, Taylor Voss e 21 arquivistas contribuíram para esse projeto e me ajudaram a embasar minhas considerações.

¹ O texto original em inglês, *Building Archival Relationships in the Fight for justice* foi traduzido por Elenice Barbosa de Araújo. A revisão técnica da tradução foi realizada por Aline Lopes de Lacerda e Luciana Heymann, pesquisadoras do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

A pandemia espalhou muita dor e sofrimento no mundo inteiro nos últimos três anos, mas sabemos que seu impacto não foi sentido de maneira homogênea.

Logo no início da COVID-19, um relatório das Nações Unidas alertava que

a garantia dos direitos humanos para todos impunha um grau de desafio próprio para cada país. A crise na saúde pública rapidamente se tornou, simultaneamente, uma crise social e econômica e uma crise de proteção aos direitos humanos.... A crise da COVID-19 exacerbou a vulnerabilidade dos menos favorecidos na sociedade. Ela vem denunciando a profunda desigualdade social e econômica e os sistemas de proteção social e sanitário inadequados que exigem atenção urgente como parte da resposta de saúde pública. Homens e mulheres, crianças, jovens e idosos, refugiados e imigrantes, pobres, portadores de deficiências, detentos, minorias, indivíduos LGBTI, entre outros, foram afetados de formas diferentes. Temos a obrigação de assegurar que todos sejam protegidos e incluídos na resposta a esta crise.” (ONU, 2022, np)

A pandemia acentuou diversas desigualdades, como o acesso desigual ao sistema de saúde; mas é verdade também que trouxe à baila outras formas de injustiça incluindo o racismo institucional, a islamofobia e o colonialismo explorador, dentre tantos. Um exemplo foi a morte de George Floyd nos Estados Unidos, durante o período de lockdown no país, que desencadeou protestos contra a brutalidade da polícia na abordagem de corpos negros no país todo. Jenny L. Davis e Tony P. Love (2022, np) destacam que “Não há conexão intrínseca nem óbvia entre a longa pandemia global que provoca milhões de mortes e uma única abordagem policial que vitima uma pessoa. Ainda assim, a correlação entre a COVID-19 e George Floyd é indissociável.” No Canadá, a descoberta, durante a pandemia, de túmulos sem identificação adjacentes a antigos internatos também desencadeou um novo ajuste de contas com o passado do país e, finalmente, levou o Papa a se desculpar formalmente com os povos indígenas do Canadá pelos atos hediondos perpetrados pela igreja católica. Ele declarou, “eu sinto tristeza e indignação pelo papel que vários católicos, sobretudo aqueles responsáveis por educar, desempenharam em questões que causaram tanto sofrimento a vocês, pelas agressões que vocês sofreram, e a falta de respeito por sua identidade, sua cultura e até mesmo seus valores espirituais” (BROCKHAUS, 2022, np).

Embora a retratação do Papa, a pandemia, a inadequação do sistema de saúde e a morte de George Floyd pareçam muito distantes das salas de leitura e dos depósitos de arquivos, creio que os registros que mantemos e o acesso a eles que oferecemos têm um papel crucial na transparência democrática e na busca por um mundo mais inclusivo e igualitário. Em uma época de acentuada e crescente desigualdade social, é fundamental que nós, não somente protejamos os registros que mantemos, mas que também nos dediquemos a repensar nossas políticas, práticas e sistemas, para tornar nossos documentos acessíveis de fato, e para garantir a segurança dos arquivos e torná-los mais inclusivos e adequados às necessidades reais dos usuários mais vulneráveis.

Este artigo aborda brevemente a conexão entre democracia e arquivos e, em seguida, discute a ligação entre arquivos, justiça social e liberdade. Vou descrever como os arquivos oferecem suporte e, por vezes, impedem a justiça, e abordarei ainda o impacto emocional de se trabalhar com documentos que retratam a violência, abusos aos direitos humanos e injustiças. Em minha conclusão proporei um modelo de sistema de acesso baseado em relacionamento que vai auxiliar os pesquisadores que buscam criar um mundo mais igualitário.

Democracia, como sabido, é uma forma de governo regida pelas massas — é aquela em que cidadãos comuns definem como e por quem serão governados.

Não é fácil escolher representantes de governo para defender nossos interesses. John Dunn nos lembra que, “os cidadãos fazem sua escolha com base apenas naquilo que lhes é permitido saber,” (DUNN, 1999, p. 339) e que “a transparência democrática é inerentemente retrospectiva”. Costumamos responsabilizar nossos representantes e organizações públicos por atos passados, não ações futuras. E por conta desta ênfase nos atos passados, estruturas confiáveis para guardar registros (WAISER, 2014, p. 163) estão no cerne da prestação de contas do governo. Elizabeth Shepherd (2017, p. 5) comenta,

Os arquivos têm o potencial de transformar a vida dos indivíduos. Eles constituem ‘um baluarte indispensável da nossa democracia, nossa cultura, nossa comunidade e nossa identidade pessoal’. Eles são criados para facilitar a condução dos negócios e a prestação de contas, mas também garantem as expectativas da sociedade democrática por transparência e a proteção dos direitos, eles promovem os direitos dos cidadãos e são matéria prima da história e da memória”.

Sem dúvida, inspirador!

Jacques Derrida também destaca o nexo entre democracia e registros: “A democratização efetiva,” diz ele, “invariavelmente pode ser medida por este critério básico: a participação no arquivo, o acesso a ele, sua constituição e sua interpretação” (DERRIDA, 1996, p. 4). Derrida salienta que, sem acesso ao arquivo, democracias abertas, transparentes ou que permitam cobranças são ilusórias.

Arquivos só podem salvaguardar nossa democracia se os agentes de governo criarem registros, e quando os arquivos conseguem incluir, preservar e disponibilizar os registros que revelam os processos, práticas e por vezes as transgressões governamentais. Contudo, funcionários públicos com frequência deixam deliberadamente de registrar atividades para minimizar ou evitar produzir provas dos atos ilícitos cometidos por eles. Por exemplo, durante a Guerra do Vietnã, militares e funcionários públicos norte-americanos adotaram “um regime de silêncio” e sabidamente deixaram de produzir provas que acabariam por revelar seus crimes de guerra. Foi assim que os cidadãos norte-americanos—na maioria contrários à guerra—ignoraram os atos de seus representantes eleitos. David Wallace afirma, “processos de produção e arquivamento de registros tiveram um papel crucial em deturpar, acobertar e enterrar documentos históricos sobre uma ampla gama de atrocidades e crimes de guerra cometidos pelo norte-americanos contra os civis vietnamitas” (WALLACE, 2020, p.9).

Os Estados Unidos não estão sozinhos em ocultar ou deixar de criar registros. A pesquisa de Vincent Hiribarren (2017, p. 79) sobre os arquivos coloniais na Europa descobriu que

[...] antigas ditaduras europeias estão agora mais propensas a abrir seus arquivos coloniais do que países com uma tradição democrática ininterrupta [...visto que] os governos democráticos recém-formados costumam demonstrar maior empenho em salientar a diferença entre eles e seus antecessores.

Hiribarren (2017) sugere que os governos democráticos europeus que abriram seus arquivos coloniais – governos da Alemanha e da Itália, por exemplo – o fizeram porque eles documentam governos prévios agora impopulares, neste caso, nazistas e fascistas.

Ainda que os processos de arquivamento por vezes obscureçam ou ocultem documentos, os registros acessíveis podem revelar violações e desigualdades institucionais, bem como apoiar narrativas históricas, a identidade, o pleno reconhecimento humano e a justiça.

A justiça social é um conceito muito amplo; eu gosto da definição usada por David Wallace em um livro que ele, Rene Saucier, Andrew Flinn e eu coeditamos. A justiça social, disse ele, é a

visão de que todo ser humano tem valor incalculável e equivalente, [e tem] direito a compartilhar padrões de liberdade, igualdade e respeito. Esses padrões também se aplicam a formações sociais mais amplas, como comunidades e grupos culturais. Violações a tais padrões devem ser reconhecidas e confrontadas. (WALLACE, 2021, p.31)

Para tanto – e aqui estou parafraseando Wallace – temos de nos manter atentos e agirmos contra a desigualdade de poder, e mais ainda, identificar como tais desigualdades se manifestam nos arranjos institucionais e na dominação e opressão sistêmicas, porque as desigualdades sistêmicas e institucionalizadas do poder favorecem os interesses de alguns em detrimento dos de outros. É visível o impacto das desigualdades sistêmicas de poder na distribuição desproporcional de bens materiais, benefícios sociais, direitos, proteções e oportunidades. A justiça social busca:

- Reconhecimento humano total,
- Participação plena e igualitária,
- Redistribuição justa e equitativa de poder e benefícios, e
- Reconhecimento e reparação de desigualdades históricas.

Susan Opatow e Kimberly Belmonte (2016, p. 446) explicam:

arquivos que sobrevivem a regimes repressivos, juntamente com arquivos produzidos por ativistas e grupos de ativistas, têm sido usados em acusações de crimes de guerra e substanciando reivindicações de reparação legal às vítimas. Por exemplo, documentos arquivados permitiram que americanos e canadenses descendentes de japoneses — décadas após a Segunda Guerra Mundial — buscassem reparação pela desapropriação de suas propriedades e pelo envio de familiares para campos de trabalhos forçados.

Na última década, estudiosos de arquivologia, arquivistas e encontros de associações de arquivologia analisaram e teorizaram sobre a interconexão entre arquivos e justiça, lançando luz sobre o potencial dos arquivos para embasar a libertação de povos oprimidos histórica e contemporaneamente. Para descrever a relação entre arquivos e justiça, Chandre Gould e Verne Harris (2014) cunharam a expressão 'trabalho de memória liberador'. Eles afirmam que o trabalho de memória liberador

[...] refere-se à construção de uma paz justa e sustentável e da garantia da justiça social. Ele requer compromisso com uma longa caminhada e, se necessário, a transformação no modo de tomar conhecimento e de atuar e, na maioria dos casos, exige uma reestruturação do governo e da economia para corrigir desigualdades herdadas. (GOULD; HARRIS, 2014, p.3)

Pesquisas recentes revelaram o importante papel que os arquivos comunitários desempenham no trabalho de memória liberador. Andrew Flinn, Mary Stevens e Elizabeth Shepherd (2009, p. 73) definem arquivos comunitários como “coleções de materiais reunidos principalmente por membros de uma determinada comunidade e sobre os quais seus membros exercem algum nível de controle”. Flinn e Stevens (2009, p.3-4) explicam que “o ato de recuperar, narrar e então preservar a própria história não se resume a uma vaidade intelectual, nem pode ser desmerecido. o esforço de indivíduos e grupos para documentar sua história, sobretudo quando essa história tem sido subordinada ou marginalizada, é político e subversivo”.

Uma série de pesquisas focadas na natureza liberadora dos arquivos comunitários foi conduzida no Laboratório de Arquivos Comunitários da UCLA, na Califórnia, liderado por Michelle Caswel. Ela e seus colaboradores Marika Cifor e Mario H. Ramirez afirmam que os arquivos comunitários – em especial os arquivos de comunidades ativistas – combatem a aniquilação simbólica. Segundo eles, os arquivos comunitários facilitam um “pertencimento representacional”, termo esse que eles mesmos cunharam “para descrever formas pelas quais os arquivos comunitários empoderam as pessoas [que foram] marginalizadas pelos principais meios de comunicação e por instituições de memória”. Os arquivos comunitários empoderam essas pessoas com “autonomia e autoridade para estabelecer, implementar e refletir sobre sua presença de modo complexo, significativo, substantivo e positivo para elas, em uma variedade de contextos simbólicos” (CASWELL; CIFOR; RAMIREZ, 2016, p. 57).

Os arquivos comunitários fornecem evidências de que seus membros estão ali há um tempo considerável, que os membros dessas comunidades continuam lá e que pertencem a esse lugar. Os arquivos afirmam a identidade dos membros da comunidade e evidenciam suas atividades. Caswell e os colaboradores Jessica Tai, Jimmy Zavala, Joyce Gabiola e Gracen Brilmyer afirmam ainda que documentos de arquivos comunitários são “agentes geradores, sensíveis e dinâmicos” capazes de representar a identidade. Esses arquivos contêm “as vozes fantasmagóricas dos reprimidos, dos desconsiderados e dos marginalizados. Os documentos representam tanto a

identidade do indivíduo, como das comunidades, trazendo à luz o que antes era obscuro” (TAI *et al*, 2019, p. 18). Os arquivos comunitários promovem a narrativa e a manutenção da memória e, ao mesmo tempo, combatem a supremacia branca, a marginalização, a exclusão e o não reconhecimento. Eles promovem a memória liberadora voltada à justiça.

Outro exemplo de arquivos comunitários que promovem a narrativa, a manutenção da memória e o reconhecimento da plenitude humana de uma comunidade oprimida são os *Living Archives on Eugenics* (Arquivos vivos de eugenias), localizado na província de Alberta, no Canadá. Recentemente, Jefferson Sporn, Emily Herron e eu [Wendy Duff] publicamos um estudo sobre os arquivos vivos de eugenia criados para esclarecer a legislação e as políticas canadenses ocidentais que no passado legalizaram e tornaram rotineira a esterilização de portadores de “deficiência” intelectual. Acadêmicos, sobreviventes e parceiros da comunidade criaram um recurso online para facilitar o envolvimento da comunidade e a conscientização histórica, com ênfase especial no empoderamento dos sobreviventes da esterilização imposta pelo estado por meio de testemunhos orais (DUFF, SPORN, HERRON, 2019).

Descobrimos que esses arquivos revelam

as estruturas de poder que foram usadas para desumanizar pessoas com deficiência intelectual e colocaram em marcha o programa de eugenia em Alberta. O movimento de eugenia de Alberta perdurou e prosperou com base tanto na crença de que indivíduos portadores de deficiência intelectual não deveriam se tornar pais, quanto na intenção de garantir que tais pessoas não transmitissem seus genes. Isto é, visava ao apagamento da sua linhagem potencial. (DUFF; SPORN; HERRON, 2019, p. 156)

Usando histórias para confrontar criticamente os estereótipos de portadores de deficiência intelectual e adotando uma abordagem centrada em sobreviventes (CASWELL, 2014) os arquivos abordaram “narrativas nocivas que denotam que portar uma deficiência é algo vergonhoso, que portadores de deficiência não teriam sucesso como pais... e que a sociedade tem o direito de controlar” (DUFF; SPORN; HERRON; 2019, p. 157) as pessoas com deficiência. Ao confrontar tais crenças e estereótipos nefastos, os arquivos contaram uma história diferente.

A abordagem dos arquivos centrada em sobreviventes colocou em primeiro plano os relatos deles sobre a esterilização. Judy Lytton, membro da comunidade, explicou o impacto do projeto em sua autopercepção. Ela disse: “bem, eu me sinto muito melhor e aprendi a me aceitar como sou, eu atuo de

forma melhor na sociedade agora porque sinto que sou um deles. Sou normal porque me expressei e contei minha história. Eu sou um deles., O fato de ter enfrentado o confinamento a minha vida toda não significa que eu seja menos do que eles” (DUFF; SPORN; HERRON, 2019, p. 141). Para abalar as estruturas do não reconhecimento, do desrespeito e da marginalização dos canadenses portadores de deficiência, meu país ainda precisa reconhecer suas injustiças passadas — e os arquivos vivos sobre eugenia representam um primeiro passo nessa longa caminhada.

Embora os arquivos tenham o poder de gerar uma reação contrária às estruturas de não reconhecimento, por vezes, os sistemas de gestão de documentos criam barreiras à reparação. Esse foi o caso na África do Sul, no contexto da restituição de terras pós-apartheid. Em 1994, mesmo ano em que Mandela foi eleito, o governo sul-africano aprovou a Lei de Restituição do Direito à Terra para “permitir a restituição do direito à terra [...] e] para estabelecer a Comissão de Restituição dos Direitos à Terra e o Tribunal de Reivindicações de Terras” (SOUTH AFRICA, 2014, p.3).

Os registros fundiários deveriam fornecer dados confiáveis sobre o histórico de propriedade das terras, porém, infelizmente, os registros feitos durante a época do apartheid geralmente eram muito tendenciosos. Em 1994, os processos de reivindicação de terras conferiram maior validade aos registros da era do apartheid do que às memórias individuais e comunitárias sobre a existência e os limites de terras e lares tradicionais. Anthea Josias (2021) observa que, paradoxalmente, o programa de restituição aferiu um elevado grau de credibilidade aos subprodutos administrativos dos sistemas colonial e do apartheid para os quais o processo de restituição de terras buscava reparação. Além disso, os processos de gestão de registros pós-apartheid prejudicaram os reclamantes de terras, porque a Comissão de Restituição de Direitos à Terra e o Tribunal de Reivindicações de Terras “não tinham uma infraestrutura adequada para garantir a manutenção de registros e gerenciar os enormes volumes de papel gerados nos processos de reivindicação” (JOSIAS, 2021) As deficiências nas estruturas e práticas de gestão de documentos resultaram em reivindicações conflitantes e impuseram barreiras à restituição. Embora algumas terras tenham sido devolvidas aos proprietários originais, o progresso é lento, em parte por conta da inadequação da gestão de documentos.

Como observei, os documentos — mesmo os tendenciosos — foram usados “em processos de crimes de guerra e fundamentaram as reivindicações legais das vítimas solicitando reparação” (OPOTOW; BELMONTE, p. 446). Entretanto, nas últimas quatro décadas, as estruturas baseadas em direitos que

fundamentam boa parte da luta por direitos humanos foram questionadas por estudiosas feministas. Em 1982, o trabalho inovador de Carol Gilligan (1982), “*Em uma voz diferente*”, revelou que os modelos tradicionais de desenvolvimento moral adotavam uma perspectiva masculina sobre objetividade e direitos, em vez de uma perspectiva feminina — que, por sua vez, estaria focada na empatia e na compaixão. Segundo Gilligan, as decisões embasadas na ética do cuidar deveriam substituir os julgamentos com base puramente na razão. Nel Noddings (2013) postula que, em uma relação que prioriza o cuidar, o cuidador demonstra *envolvimento*— isto é, pensar em alguém para melhor compreender essa pessoa. Noddings segue dizendo que o cuidador também demonstra *deslocamento motivacional*, sendo que o comportamento do cuidador é moldado pelas necessidades de quem está sendo cuidado. Como então se daria uma relação de cuidado – que inclui envolvimento e deslocamento motivacional – no contexto do arquivo? Michelle Caswell e Marika Cifor (2016) advogam a rejeição a um modelo de direitos individuais no trabalho com arquivos, propondo em seu lugar um modelo de empatia radical baseado em uma estrutura feminista da ética do cuidar. Elas destacam que “[em] uma abordagem da ética feminista, os arquivistas são encarados como cuidadores vinculados aos produtores de documentos, temas, usuários e comunidades, por meio de uma rede de responsabilidade afetiva mútua” (CASWELL; CIFOR, 2016, p. 23). Elas enfatizam ainda que os registros “não são o aspecto mais importante do trabalho arquivístico; as pessoas são”. (CASWELL; CIFOR, 2021, p. 2). Elas sugerem que os relacionamentos solidários forjados durante crises promovem a resiliência e a sobrevivência.

Arquivos e arquivistas têm priorizado as necessidades e preocupações dos produtores de documentos, doadores, usuários, bem como os temas dos arquivos antes de se incumbir de preservar os registros? (CASWELL; CIFOR, 2021). Uma análise das regras, regulamentos, processos e sistemas de acesso arquivísticos, creio eu, aponta que não.

A maioria dos processos e práticas de arquivamento prioriza a preservação e a segurança de seus documentos, em detrimento do cuidado com os usuários e o conforto deles, de acordo com Eric Ketelaar (2006). Ele ressalta a natureza controladora e opressiva das salas de leitura de arquivos, onde conhecimento e o poder permanecem nas mãos dos arquivistas. Regras, regulamentos e protocolos de arquivo geralmente exigem que os usuários apresentem documentos de identificação, que se registrem e guardem seus pertences em armários na entrada. Depois de concluído o registro, o olhar atento de um arquivista segue monitorando o comportamento dos usuários. Ketelaar (2006, p.5) esclarece que,

Na maioria das salas de consulta, o arquivista de plantão fica sentado em uma plataforma elevada, que lhe permite ter uma visão panóptica, global e individualizada, de cada um dos 'internos' da sala de consulta. Cada usuário ainda fica sujeito aos olhares dos demais usuários e dos funcionários do arquivo. Ninguém escapa dessa vigilância nem do ritual rigoroso da sala de consulta.

A sala de leitura oferece pouco suporte para quem enfrenta o luto, o trauma e a tristeza por tantas vezes associados à busca por justiça social. Além disso, as salas de leitura não correspondem ao tipo de ambiente preferido pela maioria das comunidades ou por grupos familiares. Krista McCracken e Skylee-Storm Hogan (2021, p. 101) explicam que

as salas de leitura são projetadas para tipos específicos de pesquisa; elas são austeras, silenciosas e têm aparência estéril. Não há espaço para consultas em família ou de membros da comunidade e pouquíssimos arquivos permitem a realização por exemplo de práticas culturais indígenas, como a defumação.

Elas sugerem que a arquitetura dos arquivos nacionais do Canadá

tem aparência fria, dura e formal. Os ambientes têm pé direito alto, os saguões de entrada são grandiosos e os detalhes em latão ... deixam claro para o visitante que aquele é um espaço impregnado de história e de formalidade, parte integrante da estrutura do poder governamental. (MCCRACKEN; HOGAN, 2021, p.101)

Não são espaços receptivos e acolhedores adequados a usuários em busca de respostas.

Nossos sistemas de acesso frequentemente também não atendem às necessidades de muitos usuários de arquivos e, por vezes, tornam a ferir e traumatizar os usuários que buscam justiça. Kristin Wright (2019) expressou profunda preocupação com a prática arquivística de reproduzir a histórica linguagem racista, pois esta pode insultar e afastar usuários em potencial. Ela argumenta que “a reprodução não-problematizada ou desprovida de crítica de um linguajar degradante e ofensivo em catálogos ou ferramentas de busca aumenta potencialmente a sensação de distância do usuário e [sua percepção] de não-pertencimento” (WRIGHT, 2019, p.335). Hazel Carby (2020), uma estudiosa negra, afirma ter experienciado o afastamento que Wright descreve. Carby escreveu sobre sua experiência nos Arquivos Nacionais do Reino Unido ao acessar os registros do Cartório de Registro de Escravos Coloniais e da Comissão de Indenização de Escravos:

Eu me senti afetada com a linguagem do sistema de classificação, a linguagem da dissimulação que fui obrigada a acompanhar. Eu contesto os termos e condições que moldaram o mundo em que esses documentos foram elaborados. Preciso de uma linguagem diferente, de um mapa diferente, de diferentes verdades. ... A linguagem dos arquivos é capciosa, a duplicidade confere um peso terrível à pesquisa. (CARBY, 2020, np)

Portanto, de que maneira os arquivos podem remover as barreiras que se refletem em nossas práticas, nossos espaços físicos e nossos sistemas de acesso? Como descolonizar nossos arquivos e criar uma atmosfera de pertencimento? Kimberley Christen e Jane Anderson (2019, p. 90) propõem um modelo de “arquivo lento”, um tipo de estrutura temporal que abre espaço e prioriza a compreensão de “como o conhecimento é produzido, circulado e compartilhado por meio de uma série de relacionamentos”. Arquivistas têm grande dificuldade para abdicar do poder e renunciar à propriedade, mesmo quando se busca a colaboração e reciprocidade por parte das comunidades. A estrutura de arquivos lentos estimula os arquivistas “a desfazer, refazer e reconstruir estruturas que de forma significativa e recíproca obriguem a ver, ouvir e habilitar diferentes formas de conhecer, existir e se relacionar, por meio de condições temporais variadas”. Os arquivistas devem adotar um novo “ecossistema de arquivo que enfatize conexões e o cuidado” (CHRISTEN; ANDERSON, 2019, p.111).

O trabalho liberador da memória requer novos ecossistemas de arquivo, formas novas de pensar, novos sistemas de conhecimento e novas formas de agir. Tal ecossistema deve priorizar a construção de relacionamentos mais fortes, forjar conexões mais profundas e estreitar as colaborações com aqueles que procuram nossos arquivos em busca de justiça. O ecossistema de relacionamentos deve se embasar em respeito, reciprocidade, confiança, aprendizado, humildade e cuidado. Para construir esse ecossistema, os arquivistas precisam abdicar de seu poder, aprender com as respectivas comunidades e fazer uma reflexão crítica sobre os processos, práticas e protocolos arquivísticos. Novos sistemas de acesso liberadores devem incorporar a linguagem e o conhecimento de nossos parceiros da comunidade e facilitar o aprendizado, as interações e a reflexão. No meu estudo atual, uma arquivista compartilhou como ela disponibiliza referências a membros das comunidades indígenas. Ela detalhou um novo modelo de referência baseado em relacionamento que testou em seus arquivos.

Eu jamais perguntaria: “Do que você precisa?” Mas sim dizia: “Obrigado por vir aqui hoje, você tem um tempinho para um papo?” E então

nos sentávamos e começávamos a conversar. E parte disso tem a ver com conquistar a confiança, porque eu representava... Eu representava aquela instituição que já vinha com uma bagagem e tanto para eles; e precisava de muita coragem para entrar por aquela porta; e não só isso, na verdade quase sempre as pessoas não têm ideia do que precisam, os arquivos não são muito eficientes em oferecer transparência e comunicar ao público seu conteúdo. Então, quando perguntamos a alguém: "Do que você precisa?", de fato, a resposta seria: "Preciso saber sobre minha família". Assim, dá para prever que é exatamente por isso que alguém vai até lá.

Então, como eu disse, essa era a minha abordagem; nós nos sentávamos para conversar um pouco e às vezes eles nem mencionavam os arquivos. Eles não explicavam o motivo de terem ido lá. Eles me contavam sobre os netos, ou seu passado, ou sua experiência no internato, e daí talvez voltassem em outra ocasião para fazer seus questionamentos. Por isso, eu sempre dizia: "Ótimo, vamos nos conhecer um pouco. Quero deixar você a vontade aqui." E se eles tomassem a iniciativa e solicitassem assistência ou apoio, ou mesmo algo mais específico; se, por exemplo, mencionassem um Acião ou uma pessoa mais velha, talvez não um Acião—, mas um primo ou outras pessoas também interessadas, eu diria a eles: "Bem, se existe um grupo de interessados, por que não reunimos todos uma hora dessas e conversamos todos juntos? Eu poderei orientar a todos como acessar esses registros, e podemos até fazer isso em grupo." Como tudo, para os povos indígenas, costuma ser voltado para a família e priorizar o relacionamento, essa abordagem de fato pareceu ter ressonância com eles."

Sugiro que um sistema de acesso liberador seja um sistema de acesso baseado no relacionamento. Um sistema que permita compartilhar, proteger e investir tempo um no outro. Trata-se de um "arquivo lento" pois requer tempo para aprender, ganhar confiança e construir relacionamentos e cuidados. Isso não se dá da noite para o dia e não se efetivará se limitarmos nossas interações aos típicos 15 ou 20 minutos de troca de referências.

Para descolonizar os arquivos, temos de refletir sobre sua arquitetura, a distribuição da planta, os protocolos, regras, processos, sistemas descritivos, noções de propriedade, teorias de confiabilidade, definições de proveniência e as muitas formas pelas quais nossas práticas impõem barreiras à justiça. Precisamos desconstruir nossos sistemas atuais, aceitar diferentes formas de saber, e criar um novo ecossistema baseado nos "princípios do respeito, honestidade, sabedoria, coragem, humildade, amor e verdade" (NATIONAL CENTRE..., 2023, np). Precisamos de ambientes silenciosos e, também, dos barulhentos — ambientes para conversar, ambientes colaborativos, e locais

para rir e chorar. O trabalho liberador da memória é doloroso. Precisamos responder o chamado de Michelle Caswell (2020, p. 153) para

levar as emoções a sério *juntamente com uma análise do poder*, para reconhecê-las como bases válidas para o conhecimento; como bases válidas para a teoria e prática arquivísticas e, sobretudo, para abordar as emoções não apenas no âmbito da vida pessoal, mas também das estruturas opressivas do poder dominante.”

Eu argumento que precisamos levar nossos relacionamentos a sério também. Precisamos aceitar que os seres humanos são relacionais e interdependentes. Precisamos colocar nossos usuários, suas ansiedades, sentimentos e trabalho na vanguarda das questões arquivísticas.

Precisamos capacitar os arquivistas em práticas que levem em conta o trauma, e precisamos oferecer apoio a nossos usuários quando enfrentarem a dor e a mágoa que muitas vezes acompanham esse trabalho. A busca pela justiça social, a busca pela memória liberadora, ambas são desafiadoras, árduas e complexas. Essa batalha incomoda, causa dor, traumatiza e aborrece. Por vezes, no entanto, essas emoções também nos estimulam a combater as injustiças e o racismo sistêmicos e a ajudar a construir um mundo melhor. Payam Akhavan, promotor da ONU e estudioso de direitos humanos, argumenta que o trabalho de justiça social, “sempre nasce com a dor lancinante da injustiça. Para nos tornarmos dignos de servir a humanidade, devemos primeiro nos abrir, de maneira que a luz invencível consiga penetrar nossa alma. Sem experimentar o sofrimento, sem acender uma chama ardente no espírito, será impossível alguém se lançar nessa incrível caminhada em busca de um mundo melhor.”

O trabalho de memória liberador é difícil e muitas vezes penoso, mas convido você a se juntar a mim nesta caminhada. Vamos nos empenhar para descolonizar nossos arquivos, compartilhar o poder e privilégio de que dispomos, ouvir os relatos de nossos parceiros e estabelecer laços fortes baseados em confiança, respeito, trocas, cordialidade, reciprocidade, humildade e cuidado. Trata-se de uma jornada longa, mas absolutamente fundamental.

REFERÊNCIAS

BROCKHAUS, H. Pope Francis expresses ‘sorrow and shame’ for Catholic role in abuse against Indigenous peoples. **Catholic News Agency**. Vatican City, 2022. Disponível em:

<https://www.catholicnewsagency.com/news/250857/pope-francis-expresses-sorrow-and-shame-for-catholic-role-in-abuse-against-indigenous-peoples>

CARBY, H. The National Archives. **Invisible Culture**: an electronic journal for visual culture. v.31, 2020. Special Issue: Black studies now and the countercurrents of Hazel Carby. Disponível em: <https://ivc.lib.rochester.edu/the-national-archives/#menuopen>

CASWELL, M. Feeling liberatory memory work: on the Archival Uses of joy and anger. **Archivaria**, v. 90, 2002, p. 148-164. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13763>

CASWELL, M. Toward a Survivor-Centered Approach to Human Rights Archives: Lessons from Community-Based Archives. **Archival Science**, V.14, n.3-4, 2014, p.307-322. Special Double Issue on Human Rights Archives. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-014-9220-6>

CASWELL, M.; CIFOR, M. From Human Rights to Feminist Ethics: Radical Empathy in the Archives”. **Archivaria**, v. 81 (Spring 2016). Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13557>

CASWELL, M.; CIFOR, M. Revisiting A Feminist Ethics of Care in Archives: An Introductory Note. **Journal of Critical Library e Information Studies**. V. 3, n. 2, 2021. Special Issue: Radical Empathy in Archival Practice. Disponível em: <https://doi.org/10.24242/jclis.v3i2.162>. ISSN: 2572-1364

CASWELL, M.; CIFOR, M. RAMIREZ, M. H. “To Suddenly Discover Yourself Existing”: Uncovering the Impact of Community Archives. **The American Archivist**, v. 79, n.1, 2016, p.56–81. Disponível em: <https://doi.org/10.17723/0360-9081.79.1.56>

CHRISTEN, K.; ANDERSON, J. Anderson. Toward slow archives. **Archival Science**, v. 19, 2019, p. 87–116. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10502-019-09307-x>

DAVIS, J. L.; LOVE, T. P. “Intersecting matters: #GeorgeFloyd and #COVID19” **First Monday**, V. 27, n. 4 – 4, abr. 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5210/fm.v27i4.12581>

DERRIDA, J. **Archive Fever**: A Freudian Impression. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1996.

DUFF, W. SPORN, J. HERRON, E. Investigating the Impact of the Living Archives on Eugenics in Western Canada. **Archivaria**, v. 88, nov 2019. p.122-161. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13701>

DUNN, J. Situating Democratic Political Accountability. In: PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. (eds.), **Democracy, Accountability and Representation**. Cambridge, 1999, p. 339.

FLINN, A.; STEVENS, M. 'It is noh mistri, wi mekin histori'. Telling our own story: independent and community archives in the UK, challenging and subverting the mainstream". In: BASTIAN, J. ALEXANDER, B. (eds). **Community archives: the shaping of memory**. Londres: Facet, 2009.

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. "Whose Memories, Whose Archives? Independent Community Archives, Autonomy and the Mainstream," *Archival Science*, v. 9, n.71, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10502-009-9105-2>.

GILLIGAN, C. **In a Different Voice: psychological theory and women's development**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GOULD, C.; HARRIS, V. Memory for Justice. **Johanesburgo/SA**: Nelson Mandela Foundation, 2014. Disponível em: https://www.nelsonmandela.org/uploads/files/MEMORY_FOR_JUSTICE_2014v2.pdf

HIRIBARREN, V. Hiding the Colonial Past? A Comparison of European Archival Policies. In: LOWRY, J. (Ed). **Displaced Archives**. London: Routledge Press, 2017. pág. 79.

JOSIAS, A. Archives, records, and land restitution in South Africa" In: WALLACE, D.A., DUFF, W. SAUCIER, R. FLINN, A (eds.). **Archives, Recordkeeping and Social Justice**. London, Taylor & Francis, 2021.

KETELAAR, E. The panoptical Archive. **ResearchGate**, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/290948696_The_panoptical_archive

MCCRACKEN, K.; HOGAN, S. Laughter Filled the Space: Challenging Euro-Centric Archival Spaces. *International Journal of Information Diversity and Inclusion*, v.5, n.1, 2021. Disponível em: <https://jps.library.utoronto.ca/index.php/ijidi/article/view/34648/27397>

NATIONAL CENTRE FOR TRUTH AND RECONCILIATION. **About the Archives**. Winnipeg/CA: University of Manitoba, 2023. Disponível em: <https://nctr.ca/records/view-your-records/archives/>

NODDINGS, N. **Caring: A Relational Approach to Ethics and Moral Education**, 2ª ed. Atualizada. Berkley, CA: University of California Press, 2013), 4.

OPOTOW, S.; BELMONTE, K. Archives and Social Justice Research; In: SABBAGH, C.; SCHMITT, M.(eds) **Handbook of Social Justice: Theory and Research**. New York: Springer, 2016.

SHEPHERD, E. Preface. In **Archives and Archivists in 20th Century England**. London: Routledge, 2017.

SOUTH AFRICA. Restitution of Land Rights Act. **South Africa Government Gazette**, 25 nov 1994, p. 3, 1994. Disponível em: https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201409/act22of1994.pdf

TAI, J.; ZAVALA, J.; GABIOLA, J.; BRILMYER, G.; CASWELL, M. "Summoning the Ghosts: Records as Agents in Community Archives," **Journal of Contemporary Archival Studies**: vol. 6, 2019, art. 18. Disponível em: <https://elischolar.library.yale.edu/jcas/vol6/iss1/18>

UNITED NATIONS. **COVID-19 and Human Rights**: We are all in this together. 2022. Disponível em: <https://unsdg.un.org/sites/default/files/2020-04/COVID-19-and-Human-Rights.pdf>

WAISER, B. "Integrity and Accountability: Why It Matters". **Archivaria**, v. 78, nov. 2014. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13501>

WALLACE, D. A. A Reservoir of No Viability? The Documentary Politics of US Atrocities and War Crimes in Vietnam. In: BASTION, J.; YAKEL, E. (eds) **Defining a Discipline**: Archival research and Practice in the 21st Century: essays in honour of Richard J Cox. Chicago: SAA, 2020.

WALLACE, D.A Defining the relationship between archives and social justice. In: WALLACE, D.A., DUFF, W. SAUCIER, R. FLINN, A (eds.). **Archives, Recordkeeping and Social Justice**. London, Taylor & Francis, 2021.

WRIGHT, K. Archival interventions and the language we use. **Archival Science** v. 19, 2019, p. 331–348. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-019-09306-y>

A PESQUISA E AS RELAÇÕES DISCIPLINARES DA ARQUIVOLOGIA NA CONTEMPORANEIDADE

Angelica Alves da Cunha Marques (Universidade de Brasília)

1 INTRODUÇÃO

Este texto relata parte das discussões e reflexões apresentadas no Painel Diálogos da Arquivologia 1, realizado de forma híbrida (apresentação presencial, com transmissão *on-line*), no dia 21 de junho de 2022, durante a VII Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ). Tive a honra de compartilhá-lo com o Doutor Vicenç Ruiz Gómez, arquivista do Arquivo Central da Catalúnia, para apresentarmos – com a mediação da Profesora Doutora Luciana Heymann –, nossos estudos sobre a pesquisa e as relações disciplinares da Arquivologia na contemporaneidade.

Da comissão organizadora do evento, recebi a incumbência de compartilhar os resultados da minha pesquisa acerca da produção científica brasileira no escopo da Arquivologia. Para tanto, parti de estudos anteriores, atualizados via pesquisa documental, conforme seções 2 e 3, respectivamente.

A produção supramencionada insere-se num cenário de institucionalização da disciplina no Brasil, marcado, inicialmente, pela atuação do Arquivo Nacional, criado como Arquivo Público do Império (1838). A instituição já registrava, em seus relatórios do século 19, preocupações quanto à capacitação do seu quadro técnico para a organização dos documentos públicos lá custodiados. Não por acaso, empreende esforços para a oferta de cursos com este fim, ao longo das primeiras décadas do século 20. Infrutíferos, os esforços teriam repercussões consolidadas apenas em 1960, quando da criação do Curso

Permanente de Arquivos (CPA), a partir da recomendação de um arquivista francês que viera em missão técnica ao Brasil (BOULLIER DE BRANCHE, 1975; MARQUES, 2007, 2011, 2021).

Nos anos 1970, os arquivos, os arquivistas e a Arquivologia florescem no país: é criada a Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, inaugurando o movimento associativo da área; é realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), no qual é recomendado um currículo mínimo para os cursos, mediante o encaminhamento de um projeto de currículo da AAB ao Conselho Federal de Educação (CFE); o CPA tem o seu mandato universitário reconhecido em 1973, antes mesmo da sua transferência à Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – hoje Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) –, em 1977; são criados mais dois cursos de graduação em Arquivologia, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1976 e 1977; e as profissões de arquivista e de técnico em arquivo são regulamentadas (ARQUIVO NACIONAL, 1973; BRASIL, 1978; BOTTINO, 1994; MARQUES, 2007).

A década de 1980 movimentaria os bastidores institucionais (JARDIM, 2014), culminando na promulgação da Lei de Arquivos (BRASIL, 1991) no início dos anos 1990, que também acolheriam mais cursos, na Universidade de Brasília (UnB), em 1991; na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1997; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal do Espírito Santo, em 1999 (MARQUES, 2007).

A expansão desses cursos ocorreria nos anos seguintes, especialmente com a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), programa instituído no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007 (BRASIL, 2007). Em 2002, foi criado o curso da Universidade Estadual Paulista João Mesquita Filho (UNESP); em 2006, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); em 2007, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); em 2008, da Fundação Rio Grande (FURG), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); em 2009, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e, por fim, em 2011, da Universidade Federal do Pará (UFPA).

No mesmo ano, foi criado o Programa de pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARq), como mestrado profissional, na UNIRIO. Este ainda é o único programa de pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia, que compartilha, com muitos outros, pesquisas sobre a disciplina e o seu objeto de estudo, conforme apresentamos seguidamente.

Com vistas à proposta do Painel Diálogos em Arquivologia, revisitamos os estudos sobre a produção científica arquivística brasileira e os atualizamos, orientados por três questões: a) qual é a situação das pesquisas sobre arquivos e Arquivologia no Brasil? b) Qual é e onde está abrigada a produção científica sobre aspectos arquivísticos no país, considerando-se que a primeira dissertação com tema de interesse para a área data de 1972 e o PPGARQ/Unirio iniciou suas atividades em 2012? Qual é a identidade da Arquivologia como disciplina científica no Brasil?

2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA

Levando em conta que já apresentamos os estudos acerca da referida produção em outra publicação (MARQUES, 2018) e o exíguo espaço de que dispomos nesta comunicação, aqui apresentamos uma síntese a respeito (Quadro 1).

Quadro 1 – Levantamentos da produção científica arquivística brasileira.

Autores	Fonte da pesquisa	Resultados
Rodrigues e Aparício (2002)	Catálogo de teses e dissertações do IBICT e acervo de teses e dissertações do PPGCINF/UnB	33 dissertações e teses
Cunha (2003)	Sítios eletrônicos dos programas de pós-graduação que poderiam abrigar pesquisas com temas de interesse da Arquivologia	57 dissertações e teses
Fonseca (2004)	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	53 dissertações e teses
Marques (2007)	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	87 dissertações e teses
Silva (2009)	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	97 dissertações e teses
Marques (2011)	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	101 dissertações e teses
Marques e Roncaglio (2012)	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	247 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), dissertações e teses
Marques (2018)	Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	470 TCCs, dissertações e teses

Fonte: Elaborado pela autora.

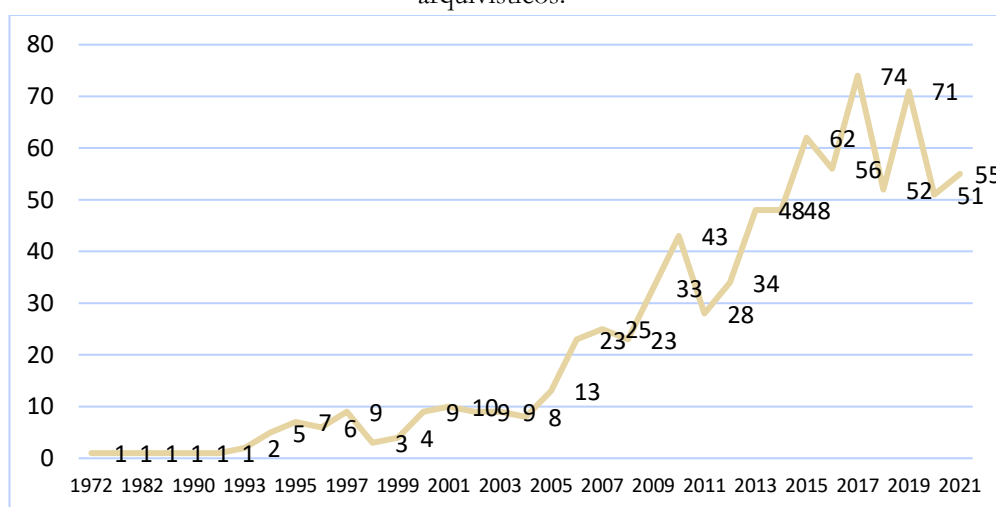
Nos oito estudos, constatamos, até a tese de Fonseca (2004), uma diversidade de métodos de pesquisa que, evidentemente, levaram a resultados diferentes. As consultas realizadas pela autora, no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – a partir dos termos arquivo, arquivística e Arquivologia –, passaram a ser utilizadas como parâmetro naquelas que a sucederam, facilitando a atualização e comparação dos dados. Observemos que, desde este estudo, os demais mapearam um número crescente de dissertações e teses com temas arquivísticos, que se somaram aos TCCs decorrentes dos mestrados profissionais, identificados a partir da pesquisa de Marques e Roncaglio (2012). Num intervalo de 14 anos entre o primeiro e o último desses levantamentos, notamos que a produção científica em questão cresceu mais de 14 vezes. E pela sua contínua dinâmica, não parou nesse quantitativo.

3 ATUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA

Ao buscarmos atualizar o último levantamento, voltamos ao Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, utilizamos os mesmos termos usados por Fonseca (2004) e chegamos a 826 TCCs, dissertações e teses, após uma cuidadosa leitura dos seus títulos e resumos.

A dissertação mais antiga que identificamos foi produzida há 50 anos (1972) e a mais recente, em 2021. Houve uma produção ascendente, destacadamente nas últimas décadas, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Anos de produção dos TCCs, das dissertações e teses com temas arquivísticos.



Fonte: Elaborado pela autora.

A produção científica analisada estava distribuída em 93 instituições: universidades públicas e privadas, faculdades e institutos (Tabela 1). Dentre aquelas que tiveram pelo menos 1% das ocorrências (18), observamos que 12 abrigam cursos de graduação em Arquivologia (UnB, UFSM, UFF, UFMG, UNESP, UNIRIO, UFPB, UFBA, UFSC, UEL, UFRGS e UFPA) e uma, a UNIRIO, o PPGARq, como já mencionamos.

Tabela 1 – Instituições de produção dos TCCs, das dissertações e teses com temas arquivísticos.

Instituição	%
UnB	9,69%
USP	9,20%
UFSM	8,11%
UFF	7,75%
UFMG	7,63%
UNESP	6,78%
UNIRIO	4,72%
UFPB	4,60%
UFBA	3,87%
UFSC	3,51%
UERJ	3,51%
UEL	2,30%
UFRJ	2,30%
FGV	1,94%
UFRGS	1,57%
UFRJ/IBICT	1,45%
UFPA	1,33%
UNICAMP	1,09%
UNISINOS	0,85%
UFPEL	0,85%
UFSE	0,73%
FIOCRUZ	0,61%
UFJF	0,61%
PUCCAMP	0,61%
IBICT/UFRJ	0,61%
UNILASALLE	0,61%
UFPE	0,61%

FCRB	0,48%
PUC/SP	0,48%
UFSCAR	0,48%
UFRGN	0,48%
UFGD	0,48%
UFF/IBICT	0,36%
UDESC	0,36%
UFV	0,36%
UFAM	0,36%
UFCE	0,36%
UFPN	0,36%
UFS	0,36%
UFU	0,24%
MAST	0,24%
UFRB	0,24%
CES/JF	0,24%
PUC/RJ	0,24%
UFOP	0,24%
PUCSP	0,24%
IPHAN	0,24%
FUMEC	0,24%
URI	0,12%
UCAM	0,12%
FURG	0,12%
UFPI	0,12%
UNRIO	0,12%
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO	0,12%
UV	0,12%
UFPR	0,12%
UFMT	0,12%
FUVATES	0,12%
UECE	0,12%
UFCA	0,12%
UP	0,12%
IFMT	0,12%
UEMG	0,12%
INESP	0,12%
CEFET	0,12%
UNINOVE	0,12%

UNAMA	0,12%
UNIRO	0,12%
UNEMAT	0,12%
UEM	0,12%
UFAL	0,12%
UNISUAM	0,12%
UFGP	0,12%
UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - PROF JOSE DE SOUZA HERDY	0,12%
UESC	0,12%
UNISANTOS	0,12%
UFRR	0,12%
UNISO	0,12%
UFRRJ	0,12%
UNTAU	0,12%
FUNDAÇÃO CESGRANRIO	0,12%
UNIVILLE	0,12%
UFCSC	0,12%
UNVILLE	0,12%
UFES	0,12%
UPE	0,12%
PUCPR	0,12%
USF	0,12%
UFSJ	0,12%
USS	0,12%
PUCRS	0,12%
UESB	0,12%
UFSS	0,12%
Total	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora.

Os TCCs, as dissertações e as teses mapeadas foram produzidos em 94 programas de pós-graduação *stricto sensu*, predominantemente em Ciência da Informação (CI) (Tabela 2), o que aponta para as possibilidades de interlocução da Arquivologia com outras disciplinas e os seus vínculos político-institucionais com aquela disciplina no Brasil (CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984).

Tabela 2 – Programas de pós-graduação de produção dos TCCs, das dissertações e teses com temas arquivísticos.

PPGR	%
Ciência da Informação	47,82%
Patrimônio Cultural	6,90%
Gestão de Documentos e Arquivos	4,96%
História Social	4,60%
História	3,87%
Educação	3,39%
História, Política e Bens Culturais	1,94%
Memória Social	1,69%
Letras	1,69%
Artes	1,33%
Gestão da Informação	1,33%
Música	0,97%
Memória Social e Patrimônio Cultural	0,85%
Artes Visuais	0,85%
Ciências da Comunicação	0,85%
Administração	0,85%
Engenharia de Produção	0,61%
Biblioteconomia e Ciência da Informação	0,61%
Memória Social e Bens Culturais	0,61%
Memória e Acervos	0,48%
Ciências Sociais	0,48%
Comunicação	0,48%
Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde	0,48%
Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior	0,36%
Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania	0,36%
Ciência Social (Antropologia Social)	0,36%
Comunicação, Imagem e Informação	0,36%
Sociologia	0,36%
Filologia e Língua Portuguesa	0,36%
Gestão da Informação e do Conhecimento	0,36%
Biblioteconomia	0,36%
Patrimônio Cultural e Sociedade	0,24%
Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia	0,24%
Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior	0,24%
Ensino de História	0,24%
Psicologia	0,24%

Letras e Linguística	0,24%
Gestão e Avaliação da Educação Pública	0,24%
Literatura e Cultura	0,24%
Engenharia Elétrica	0,24%
Estudos Literários	0,24%
Preservação do Patrimônio Cultural	0,24%
Comunicação e Informação	0,24%
Imagem e Som	0,24%
Comunicação e Semiótica	0,24%
Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento	0,24%
Computação Aplicada	0,12%
Antropologia	0,12%
Gestão de Organizações Públicas	0,12%
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido	0,12%
Museologia e Patrimônio	0,12%
Gestão e Desenvolvimento Regional	0,12%
Desenvolvimento Local	0,12%
Gestão em Sistemas de Saúde	0,12%
Teoria Literária e Crítica da Cultura	0,12%
Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste	0,12%
Engenharia Geotécnica	0,12%
Administração Pública em Rede Nacional	0,12%
Ciência, Tecnologia e Sociedade	0,12%
Sistemas de Gestão	0,12%
Comunicação, Linguagem e Cultura	0,12%
Difusão do Conhecimento	0,12%
Desenvolvimento Regional	0,12%
Ciência, Tecnologia e Sociedade	0,12%
Saúde Pública	0,12%
Direito	0,12%
Arquitetura	0,12%
Arquitetura e Urbanismo	0,12%
Comunicação Social	0,12%
Interdisciplinaridade em Ciências Humanas	0,12%
Memória: Linguagem e Sociedade	0,12%
Justiça Administrativa	0,12%
Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação	0,12%
Educação e Docência	0,12%
Ensino	0,12%

Educação Profissional e Tecnológica	0,12%
Patrimônio, Cultura e Sociedade	0,12%
Linguagens e Representações	0,12%
Políticas Públicas em Direitos Humanos	0,12%
Linguística	0,12%
Arte e Cultura Visual	0,12%
Linguística Aplicada	0,12%
Administração Pública	0,12%
Linguística e Literatura	0,12%
Psicologia Clínica	0,12%
Literatura	0,12%
Segurança Pública	0,12%
Literatura Brasileira	0,12%
Engenharia e Gestão do Conhecimento	0,12%
História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas	0,12%
Tecnologia	0,12%
História da Ciência	0,12%
Avaliação	0,12%
Gestão de Processos Institucionais	0,12%
Total	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma representação dos temas das 826 pesquisas analisadas, levando em conta os seus títulos, evidencia as palavras arquivo, documentos e acervo, remetendo-nos ao objeto de estudo da Arquivologia (Figura 1).

Figura 1 – Palavras representativas dos temas dos TCCs, das dissertações e teses com temas arquivísticos.



Fonte: Elaborado pela autora.

A exemplo de estudos anteriores (MARQUES, 2007; 2018), deveríamos analisar os temas dos trabalhos detalhadamente, considerando os eixos internacionais (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999) e nacionais (JARDIM, 2012) das pesquisas. Contudo, não temos espaço para fazê-lo e apresentamos, a seguir, alguns apontamentos que possam subsidiar novos estudos a respeito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta a juvenilidade da Arquivologia no Brasil e os desafios de fomento à pesquisa que todas as áreas enfrentam – especialmente as Humanas e as Sociais Aplicadas –, a produção científica arquivística mostra-se significativamente crescente: 826 TCCs, dissertações e teses, produzidos ao longo de 50 anos, em 93 instituições e 94 programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Não se trata apenas de dados quantitativos, como também de uma pluralidade de temas abordados, que combina, simultaneamente, o enfoque no objeto de estudo da Arquivologia e inúmeras possibilidades de diálogos desta com outras áreas e disciplinas. Por questões políticas, institucionais e teóricas, verifica-se a predominância dessas pesquisas em programas de pós-graduação em Ciência da Informação, com quase 50% dos trabalhos analisados. A outra metade encontra-se pulverizada em programas de pós-graduação de várias áreas.

A escassez de mestrados e a ausência de doutorados próprios da área, no país, ainda é um grande desafio que ratifica a necessidade de investimento na pesquisa em Arquivologia. A assimetria entre uma produção científica expressivamente crescente em diversos programas de pós-graduação e a exiguidade de *locus* próprio para o seu abrigo na academia ainda remete à subsidiariedade da Arquivologia a outras disciplinas, particularmente à CI.

Dessa maneira, parece que os avanços epistemológicos e teóricos daquela disciplina ainda não têm ressonância político-institucional e reiteram os desafios sobre a construção da identidade arquivística. Assim como no Painel Diálogos da Arquivologia, concluo esta breve comunicação com duas palavras que, para mim, representam os compromissos de pesquisa que devemos assumir e empreender para o robustecimento da disciplina e da comunidade científica que a forma: resistência e fôlego. Sigamos comprometidos com a Educação e a pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, out/1973.
- BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, 1994, p. 12-18.
- BOULLIER DE BRANCHE, Henri. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.
- BRASIL. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em 11 ago. 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Áreas do conhecimento**: classificação. Brasília: CNPq, 1984.
- COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Brasília: Finattec, 1999.
- CUNHA, Angelica Alves da. A pesquisa em arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB, 9., 2003, Brasília. **Resumos**. Brasília: UnB, 2003.
- FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**: (re)definição de marcos interdisciplinares. 1997. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- JARDIM, José Maria. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. **Estudos Avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153.
- JARDIM, José Maria. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: AAB, 2014, p. 143-172.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Os arquivos e a arquivologia nas pesquisas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros (1972-2015). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 15-30, 2018.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Contribuições francesas para a institucionalização da Arquivologia brasileira**. Rio de Janeiro: IBICT, 2021. (Coleção PPGCI 50 anos: IBICT). 248p.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia. A pesquisa científica em arquivologia no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla de Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 74-88.

RODRIGUES, Georgete; APARÍCIO, Maria Alexandra. A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, p. 31-39, jan.-jun. 2002.

SILVA, Eliezer Pires da. **A noção de informação arquivística na produção do conhecimento em arquivologia: 1996-2006**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2009.

OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA CULTURA DIGITAL

Danilo Ribas Barbiero (Universidade Federal de Santa Maria)

1 INTRODUÇÃO

Esse texto é uma adaptação da palestra “Os desafios contemporâneos da Educação Arquivística na Cultura Digital”, proferida na VII Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (VII REPARQ), realizada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), entre 20 e 23 de junho de 2022.

Os objetivos desse artigo de revisão, elaborados a partir de três centros de discussão, são: I. Refletir sobre os desafios da Educação Arquivística na Cultura Digital; II. Identificar os principais desafios na formação de professores em Arquivologia na Cultura Digital e III. Elencar os desafios docentes na formação dos estudantes de Arquivologia na Cultura Digital.

O texto é voltado inicialmente aos (às) profissionais atuantes no contexto da Educação Arquivística, em nível superior. Pode ser do interesse de

estudantes dos (as) cursos de Arquivologia ou ciências afins, interessados (as) na docência universitária. Por fim, por estamos estreitando as nossas relações com a interdisciplinaridade, em especial, com a Educação, o artigo pode atender as motivações acadêmicas de docentes e estudantes de outros cursos de graduação do tipo bacharelado, inclinados para a temática sobre Cultura Digital, formação de professores e docência universitária.

Com relação a forma na qual esse artigo de reflexão foi elaborado, utilizamos essencialmente das experiências de pesquisa na pós-graduação em Educação, elementos teóricos e conceituais os quais mais se aproximam do tema e, de elementos perceptivos da experiência docente em sala de aula presencial e virtual. O artigo apresenta as seguintes seções: Introdução, Revisão da literatura, Considerações Finais e Referências.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Passamos para algumas questões e considerações pertinentes ao primeiro objetivo, envolvendo ao centro de discussão ***os desafios da Educação Arquivística na Cultura Digital***. Iniciamos pela seguinte questão: o que é um **desafio** na Educação? De acordo com o Oxford Languages (2022), dentre múltiplas possibilidades, a definição de desafio apresenta os seguintes sentidos:

1. Chamamento para qualquer modalidade de jogo, peleja, competição etc. Ex.: jogo, partida, competição etc.
2. Ato de incitar alguém para que faça algo, geralmente além de suas possibilidades.
3. Situação ou grande problema a ser vencido ou superado.

O tema Educação está, historicamente, relacionado com o desenvolvimento, a cultura e o progresso. No entanto, na Educação Básica e Superior no Brasil há ***situações graves*** a serem superadas, tais como a precariedade nos repasses do governo, as fragilidades na legislação educacional (LDB) e nas Políticas Públicas voltadas para a Educação, os reflexos educacionais da pandemia de covid-19 no ensino, os baixos salários dos professores da Educação Básica, a violência presencial e virtual aos professores e gestores nas Escolas e Universidades, os ataques às disciplinas como Filosofia e Sociologia e às Universidades Públicas por questões ideológicas e a visão da Educação dirigida exclusivamente ao mercado laboral.

Esses desafios (situações graves a serem superadas) refletem de diferentes formas na formação de professores e no processo de ensino-aprendizagem em Universidades Públicas. Os problemas mais recorrentes são

a evasão e a retenção dos estudantes, ocasionadas por diferentes fatores, como condições econômicas, formativas e emocionais.

2.1 A Educação Arquivística na Cultura Digital

De acordo com Lévy (1999), o **ciberespaço** é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

Cultura é um termo complexo, polissêmico e que permite um olhar por múltiplas abordagens, exigindo um recorte teórico para a sua análise. Algumas questões são relevantes para adentrarmos na definição de cultura no contexto da Educação Arquivística:

4. O que é a Cultura?
5. O que é a Cultura Digital?
6. Como enxergamos a Cultura Digital na Educação?

Nesse sentido, isolamos algumas ideias vinculadas ao termo cultura, buscando aproximações mais gerais e um direcionamento cronológico para o contexto atual, facilitando dessa forma, o entendimento de Cultura Digital: a) o vínculo com a definição de civilização (século 18), b) a relação com desenvolvimento, Educação, costumes, etiqueta e comportamentos de elite, destacando os costumes dos países como França e Inglaterra enquanto ideal de elite (séculos 18 e 19), c) a aproximação com a ideia de cultura erudita, para a qual enfatizamos a apreciação de música clássica e o suposto refinamento das ideias, d) a associação com cultura popular, para qual podemos destacar as telenovelas e os elementos da espontaneidade do povo e e) a aproximação com a ideia de diversidade cultural, envolvendo o intercruzamento de elementos da cultura erudita e popular.

Para uma definição antropológica, consideramos a posição teórica de Taylor (1920), que destaca a relação de cultura com hábitos e capacidades: “(...) todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. A cultura também consta na 12ª atribuição do Arquivista, na Lei 6.546/78, ao nos reportarmos ao desenvolvimento de estudos sobre documentos *culturalmente* importantes.

A partir desses elementos teóricos e conceituais iniciais e dos estudos de Lévy (1999), Castells (2008) e Jenkins (2015) a nós é possível refletirmos a respeito da Cultura Digital (CD): trata-se de um *corpus* de conhecimentos,

hábitos/comportamentos e práticas *preparado* há décadas. Nesse processo, nas primeiras décadas do século 20, podemos enfatizar a relevância do meio comunicação e a incursão *gradual* das mídias analógicas nos lares e em diferentes espaços sociais, como escolas e universidades. Dentre as citadas mídias, destacamos o rádio, os gravadores domésticos e a televisão.

Com o avanço da revolução tecnológica, nas últimas décadas do século 20, surgem os computadores pessoais, os quais incorporam, de forma convergente, elementos do rádio e da televisão. Nos anos 90, a internet, a *web* e os computadores pessoais, em convergência, culminam no ciberespaço e na cibercultura: o alicerce para chegarmos na Era Digital, marcada por excessivas interações em redes sociais, *smartphones*, redes *Wi-Fi*, produção e divulgação de conteúdo digital etc. É nesse contexto que a Cultura Digital (CD) passa a integrar o mundo real com o mundo virtual, modificando as atribuições dos (as) Arquivistas e dos (as) docentes em Arquivologia.

Observamos os seguintes elementos compondo a Educação Arquivística na Cultura Digital:

- a. A presença de *Nativos* e *Imigrantes Digitais*: os (as) docentes em Arquivologia se apropriam de elementos das tecnologias digitais a partir da interação com seus (as) alunos (as).
- b. O computador/smartphone enquanto objeto cultural contemporâneo: tanto como o rádio, a máquina de escrever e a televisão exerceram influência em atividades pessoais e profissionais, o computador e o smartphone são amplamente utilizados no exercício das atribuições profissionais.
- c. As contribuições de Lev Vigotski: expressivo pensador na área da Educação. A aprendizagem é um fenômeno que envolve os processos sociais, instrumentos culturais e os signos. Nesse sentido, podemos destacar a importância das tecnologias contemporâneas e o desenvolvimento/declínio da cognição.
- d. As relações entre a Cultura Digital e a Tecnologia Assistida (TA): a TA, inserida na Cultura Digital, permite que pessoas com deficiência possam ter mais facilidade no processo de ensino-aprendizagem.

2.2 Os desafios na formação de professores em Arquivologia na Cultura Digital:

Para Marcelo García (1999), a partir dos estudos de Feiman (1983), são fases ou etapas da formação de professores:

- a. Pré-treino: é marcada por experiências prévias de ensino vivenciadas enquanto alunos (as) pelos (as) candidatos (as) a professores (as).

- b. Formação Inicial: onde ocorre a preparação formal em uma instituição de ensino, onde o (a) futuro (a) professor (a) se apropria de conhecimentos pedagógicos, das disciplinas e realiza as práticas de ensino.
- c. Iniciação: corresponde ao período dos primeiros anos do exercício profissional do (a) professor (a), no qual os (as) docentes aprendem na prática, em geral por meio de *estratégias de sobrevivência*.
- d. A Formação Permanente: inclui todas as atividades planejadas pela instituição e pelos (as) professores (as) com a finalidade de permitir o desenvolvimento profissional docente e o aperfeiçoamento do ensino dos (as) professores (as).

Os docentes em Arquivologia, formados na área, durante a sua trajetória na docência, não passam pela etapa da formação inicial, pois os cursos de Arquivologia no Brasil são do tipo bacharelado. Não há disciplinas específicas sobre Educação nos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia, o que pode resultar em dificuldades no trabalho docente na área arquivística.

Para Marcelo Garcia (1999), o desenvolvimento profissional docente (DPD) é também conhecido por formação permanente, formação contínua, formação em serviço, desenvolvimento de recursos humanos, aprendizagem ao longo da vida, reciclagem ou capacitação. O DPD está vinculado com o Ensino, a Pesquisa (pós-graduação), a Extensão, a Gestão e o conhecimento sobre a carreira. O DPD é um processo evolutivo e contínuo formado por atividades diversificadas com a finalidade de desenvolver os componentes pessoais e profissionais do (a) professor (a), utilizáveis para potencializar o processo de ensino-aprendizagem em ambientes educacionais presenciais e virtuais.

Além do ensino, as atividades em um programa institucional para o DPD necessitam atender outras demandas docentes, tais como as demandas de conhecimentos na gestão acadêmica, pesquisa e extensão. O DPD não pode apenas resultar da iniciativa do (a) professor (a): requer uma estrutura organizacional e uma política na instituição de ensino.

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), dispomos da resolução 070/2021, que aprova a Política Institucional de Formação Continuada de Professores do Magistério Federal da UFSM, elaborada a partir de uma comissão de docentes e técnicos-administrativos em Educação de diferentes áreas do conhecimento. Em seu segundo artigo, estão previstas as diretrizes e os objetivos para a promoção do desenvolvimento profissional

docente. Durante as discussões da comissão, em relação ao tema da formação de professores, foram postas as seguintes perguntas:

- a. os currículos dos cursos de bacharelado possuem disciplinas específicas para capacitar os profissionais em formação enquanto futuros docentes de suas áreas?
- b. O conhecimento específico em uma área é suficiente para ensinar?
- c. As atividades docentes na pós-graduação e durante a seleção/concurso para docente são suficientes para preparar o (a) professor (a) para o trabalho docente?

Na etimologia da palavra docência, a ênfase da definição se concentra no conceito de ensino e na ausência do conceito de aprendizagem. Para o Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2009), docência é a “ação de ensinar; o exercício do magistério”. Ainda, conforme este dicionário, docência é oriunda do latim *Docere*, “ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender”. Em nossos estudos, investigamos a formação do professor universitário a partir da docência. Posto isto, destacamos dois pontos:

- a. A docência universitária em Arquivologia envolve a (re) construção dos saberes docentes na trajetória profissional (etapas, ciclos ou movimentos).
- b. O conhecimento e a experiência docente, (re) construídos na trajetória profissional, integram os saberes docentes.

A partir dos estudos de Tardif (2012) e Cunha (2010), identificamos e descrevemos os seguintes saberes docentes, essenciais ao (à) docente universitário(a) em Arquivologia no contexto da Cultura Digital: o saber relacionado com a utilização/integração das tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) no processo de ensino-aprendizagem e o saber relacionado com as possibilidades educativas da *Web*.

2.2.1 Saber relacionado com a utilização/integração das tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) no processo de ensino-aprendizagem

É um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes. Consideramos dois aspectos:

- a. **Aspecto Tecnológico:** envolve a pesquisa, o estudo e a utilização de softwares e aplicativos móveis (*apps*), em computadores (computadores de mesa, *notebooks*, *smartphones* etc). Conhecimento mínimo de diferentes plataformas (*Windows*, *Linux*, *Android*, *iOS* etc). Envolve a

busca e o desenvolvimento do (a) professor (a) na (re) constituição da fluência tecnológica a partir da conscientização dos elementos da Cultura Digital. A imersão nas atividades docentes digitais cotidianas (envio de *e-mails*, acesso às redes sociais, envio de projetos para plataformas institucionais etc), no Ensino, na Pesquisa, na Extensão e na Gestão Universitária.

- b. **Aspecto Pedagógico:** reconhecimento da TDIC enquanto um meio no processo de ensino-aprendizagem, partindo do pressuposto que o computador é um instrumento cultural da contemporaneidade. Envolve a mobilização e a confluência dos saberes pedagógicos, principalmente no que diz respeito aos conhecimentos sobre a didática e as teorias da aprendizagem.

2.2.2 Saber relacionado com as possibilidades educativas da *web*

É um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados com a *Web* os (as) quais possibilitam a pesquisa, a descoberta e a seleção de conteúdos para informação e instrução, destinados à complementação dos materiais didáticos já utilizados em sala de aula. Compreende a dimensão informativa e educacional da *Web* por meio de fontes fidedignas as quais possam contribuir significativamente para a (re) construção de conhecimentos. Envolve um olhar crítico do (a) professor (a) em relação ao conteúdo disponível na rede. Esse *saber* compreende a capacidade de utilização da *Web* por meio de uma *navegabilidade orientada* com a finalidade de evitar a dispersão discente.

A partir dessas observações e considerações de cunho teórico e experiencial, relacionamos os seguintes desafios na formação de docentes em Arquivologia na Cultura Digital:

1. A importância da reflexão sobre o trabalho docente e as possíveis resistências com relação à formação permanente;
2. O estreitamento das relações profissionais enquanto docentes. Observação sobre a importância dos seguintes espaços de reflexão e formação: Reunião Brasileira de ensino e Pesquisa em Arquivologia e a Rede Ibero-americana de ensino universitário em Arquivo (RIBEAU);
3. A observação para as oportunidades de formação previstas na política institucional de DPD;
4. A utilização gradual dos elementos da Cultura Digital em sala de aula (meio) e de recursos vinculados com as metodologias ativas;

5. A adesão gradual aos temas como Inclusão e Acessibilidade por meio de estudo, redes profissionais na instituição, TA e recursos da Cultura Digital;
6. A escrita e divulgação de práticas de ensino Arquivístico para auxiliar outros colegas docentes;
7. A reflexão constante a partir da seguinte questão: em relação aos meus saberes docentes, o que é possível aprimorar?
8. A adesão para uma cultura colaborativa entre os docentes. Ênfase no respeito às diferenças e no compartilhamento de saberes entre os pares;
9. A participação em seminários e reuniões pedagógicas para tratar de temas relacionados com a dimensão formativa. Exploração de instâncias como colegiado do curso e Núcleo Docente Estruturante para abordar temas associados com a Educação Arquivística.

2.3 Os desafios docentes na formação dos estudantes de Arquivologia na Cultura Digital

Ao que tange a preparação dos estudantes para o mercado de trabalho pelos docentes em Arquivologia, compreendemos enquanto expressivos os seguintes itens:

1. A importância de um ambiente humano de acolhimento, empatia e segurança emocional para docentes e estudantes.
2. O estímulo contínuo na formação acadêmica por meio do ensino, pesquisa e extensão.
3. **O estudo e a elaboração de pesquisas sobre o perfil do estudante de Arquivologia:** trata-se de um tipo de pesquisa o qual necessita ser realizado com periodicidade determinada, sendo útil para a coordenação de curso, aos professores (as) e às discussões do Núcleo Docente Estruturante.
4. **A política de Inclusão Digital:** durante a pandemia de covid-19 foram deflagrados muitos casos de estudantes com dificuldades em acessar as aulas remotas. É relevante aos cursos de Arquivologia e ao seu corpo docente conhecer as demandas dos estudantes com relação ao acesso a computadores, dispositivos móveis e internet para além dos muros da universidade.
5. **A observância sobre a análise dos resultados da avaliação docente pelo discente, expressivo mecanismo de avaliação institucional.** É importante ao docente acompanhar os mecanismos de avaliação institucional de forma contínua e crítica, buscando, a partir dos elementos postos, refletir sobre as suas práticas educacionais e,

quando necessário, buscar o aprimoramento por meio da formação contínua.

6. **A formação de redes de apoio com profissionais de outras áreas na instituição educacional, tais como Psicólogos, Pedagogos e Educadores Especiais.** O trabalho docente, considerando seus saberes, possui seus limites fronteiriços em relação aos conhecimentos científicos e pedagógicos, sendo de suma importância aos docentes buscarem apoio profissional para trabalhar com estudantes com problemas de saúde mental, dificuldades de aprendizagem e pessoas com deficiência.
7. **A observância sobre as defasagens teóricas e práticas originadas no período de ensino pandêmico:** trata-se de material sensível, as quais poderão ser discutidas em espaços pedagógicos dos cursos de Arquivologia e com apoio de profissionais de outras áreas.

Com base em nossas experiências acadêmicas ligadas à gestão, destacamos algumas ações da coordenação do curso de Arquivologia da UFSM as quais poderão contribuir para a formação dos estudantes de Arquivologia:

1. **Perfil socioeconômico:** é cabível um olhar diferenciado ao estudante que trabalha e estuda. Esse tema pode ser amplamente debatido nos cursos de Arquivologia, em especial àqueles que oferecem a formação em período noturno.
2. **Evasão/Retenção:** Trata-se de um desafio institucional. De que maneira o curso de Arquivologia pode reduzir o impacto da evasão/retenção? O acompanhamento individual e o uso de aplicativos e dados institucionais poderão ser úteis.
3. **Fortalecimento dos canais de comunicação:** entre o Diretório Acadêmico e a coordenação do curso de Arquivologia, com a finalidade de identificar as demandas educacionais dos estudantes.
4. **Estímulos para além da sala de aula:** a realização de viagens para fins acadêmicos, as visitas técnicas em instituições arquivísticas, o incentivo para a participação em congressos e seminários por meio de auxílio financeiro são potentes estimuladores na formação do estudante, permitindo aos mesmos constituírem uma visão macro da Arquivologia e da profissão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo de revisão, buscamos, num movimento interdisciplinar, refletir sobre temas vinculados com a Educação e a Arquivologia, apresentando

elementos teóricos-conceituais os quais se entrecruzam com a experiência docente. Abordamos, essencialmente, a Educação Arquivística na Cultura Digital, a formação de professores e a docência universitária. Porém, quando falamos em Educação Arquivística, há muito o que explorar. É necessário enfatizar que o nosso intento não foi de ordem prescritiva. Primamos por salientar e compartilhar experiências educacionais entre docentes, as quais poderão auxiliar em suas práticas educacionais na Arquivologia. Para finalizar, deixamos a seguinte pergunta aos (às) colegas docentes e aos (às) aspirantes à docência universitária na Arquivologia que chegaram até aqui: o que é possível fazer hoje para aprimorar os meus saberes docentes no contexto da Cultura Digital visando a preparação de futuros profissionais Arquivistas?

REFERÊNCIAS

- ALA. **Grupo de Expertos de la Red Iberoamericana de Enseñanza Archivística Universitaria**. Disponível em: <<http://www.alaarchivos.org/grupo-de-expertos-ribeau/>>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- BARBIERO, D. R. **Entre o presencial e o virtual: movimentos em direção a novos saberes da docência superior**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/7049> Acesso em: 05 jun. 2022.
- CASTELLS, M. Creatividad, innovación y cultura digital: Un mapa de sus interacciones. **Telos: Cuadernos de Comunicación e Innovación**. Espanha, n. 77, out./nov. 2008. Disponível em: <http://telos.fundaciontelefonica.com/telos/articulocuaderno.asp?idarticulo=2&rev=77.htm>. Acesso em: 01 de abr. 2022.
- CUNHA, M. I. da. A Docência como ação complexa. In: **Trajetórias e lugares de formação da docência universitária: da perspectiva individual ao espaço institucional**. São Paulo: Junqueira & Marin editores, 2010.
- DESAFIO. In: **Oxford Languages**, 2022. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=dicion%C3%A1rio+google+online#dobs=desafio/>. Acesso em: 05/06/2022.
- FEPARQ. **Histórico**. Disponível em: <http://feparq.org/histórico-3>. Acesso em: 05 jun. 2022.
- GAUTHIER, C.; TARDIF, M. Conclusão: a Pedagogia amanhã. In: **A Pedagogia: Teorias e Práticas da Antiguidade aos nossos dias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

IMBERNÓN, F. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e para a incerteza**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006, 119 p. (Coleção Questões da Nossa Época, 77).

ISAIA, S. M. A. de. Verbetes. In: MOROSINI, M. (ed.). **Enciclopédia de Pedagogia Universitária: Glossário**. Vol. 2. Brasília: INEP, 2006.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Aleph, 2015.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LODOLINI, E. Formación profesional de los archiveros y escuelas de archivología. In: **Anuario Escuela de Archivología**. Argentina, n. 2, 2010. Disponível em: <http://revistas.unc.edu.ar/index.php/anuario/article/view/4205>. Acesso em: 01 de abr. 2022.

MARCELO GARCÍA, C. **Formação de Professores: Para uma mudança educativa**. Porto: Editora Porto, 1999, 271 p. (Coleção Ciências da Educação – Século XXI).

MARQUES, A. **A Arquivologia Brasileira: busca por uma autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants. **Gifted**, n. 135, p. 29-31, 2005.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2012.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13. 2000. Disponível em: educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n13/n13a02. Acesso em: 05 de jun. 2022.

TAYLOR, E. B. **Primitive culture: Researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom**. Londres, John Murray, Albermale Street, 1920. Disponível em: <https://archive.org/details/primitivculture01tylouoft/page/n7/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 05 de jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Resolução n. 070/2021: Aprova a Política Institucional de Formação Continuada de Professores do Magistério Federal da Universidade Federal de Santa Maria**. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/resolucao-ufsm-n-070-2021>. Acesso em: 05 de jun. 2022.

ARCHIVOS: MEMORIA Y DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS

Antonio González Quintana (Conselho Internacional de Arquivos)

Los derechos humanos han entrado con fuerza en la agenda de los archivistas, sobre todo en los últimos diez años, y eso responde en gran medida a los avatares de la política y de la sociedad pero también a la actividad de determinados colectivos del mundo de los archivos que han apostado muy fuerte por esa inclusión en la agenda profesional.

En este texto hablaremos de los 30 que el Consejo Internacional de Archivos lleva tratando de la relación entre archivos y derechos humanos. Además, hay un montón de organizaciones no gubernamentales que también participan de este interés y de este activismo, no tanto político como profesional. Porque, sin lugar a dudas, archivos y derechos humanos están íntimamente relacionados, una relación que se iniciaría a finales del siglo XVIII y que culminaría, desde una perspectiva contemporánea más próxima a la democracia y al concepto de estado de derecho que manejamos en el momento actual, con la declaración Universal de Derechos Humanos de Naciones Unidas del año 1948

El origen de todo este proceso lo podemos situar a finales del siglo XVIII con las revoluciones liberales. Es importante señalar que los derechos que se van recogiendo en las declaraciones inglesa o americana y sobre todo en la de la Revolución Francesa en 1789 (Declaración de Derechos del Hombre y del Ciudadano), de una manera común en casi todas estas declaraciones llevarían a la creación de instrumentos jurídicos muy poderosos, que están en la esencia de lo que son los archivos públicos porque, a partir de aquí, podemos

hablar de la existencia de archivos públicos con un acceso permitido a las personas ajenas a la institución u organismo que los ha generado. Aunque veremos que ese acceso no es universal ni generalizado en los primeros momentos, pero sí va más allá de las meras concesiones de la carta Magna del siglo XIII a algunos nobles privilegiados. Ahora ya hay ciudadanos a los que se reconocen en igualdad de derechos, no privilegios en desigualdad, y la puerta de entrada al ejercicio de los derechos estará basada en el reconocimiento de la identidad del ciudadano que va a aportar el registro civil, que nace en 1792 en Francia.

Vamos a ver un panorama evolutivo de cómo han ido las cosas desde este primer archivo público de importancia, el registro civil, hasta la situación actual en la que se está planteando, frente al deber de registrar, el derecho al olvido, recogido ya en algunos instrumentos jurídicos muy importantes como el Reglamento de Protección de Datos Personales de la Unión Europea.

1794 es la fecha de nacimiento de los archivos nacionales en Francia como archivo público al que acceden los ciudadanos en el ejercicio de sus derechos, en concreto a todos los documentos necesarios para conocer los lotes económicos que se van a amortizar en el proceso liberal. Hay todo un proceso económico que parte del reconocimiento de la propiedad privada en el ámbito de la propiedad de la tierra, que necesita de documentos. Si hemos hablado del registro civil como archivo público pionero, un segundo sería el registro de la propiedad, que va a ir naciendo a partir de las contadurías de hipotecas y del catastro napoleónico. Uno y otro, registro civil y registro de la propiedad, serán los dos primeros grandes archivos públicos de la contemporaneidad, dos herramientas fundamentales para el ejercicio de derechos, mucho más importantes desde la perspectiva de la defensa de derechos que los archivos nacionales creados por la ley francesa de 1794.

Observamos, sin embargo, en aquellas declaraciones de derechos de las revoluciones liberales dos lagunas muy importantes: las mujeres y los esclavos, excluidos de los derechos proclamados. Llevaría años y luchas extender estos derechos a las mujeres y abolir la esclavitud.

Si vamos al contenido de la Declaración Universal de los Derechos Humanos de 1948 y analizamos el artículo primero, veremos cómo los archivos son absolutamente necesarios para el ejercicio de los derechos que reconocen. Así, el artículo primero de la declaración que establece que “todos los seres humanos nacen libres e iguales en dignidad y derechos están dotados de razón y conciencia y deben actuar los unos con los otros con espíritu de hermandad”. Pues bien, como bien explica nuestra colega Trudy Peterson en el Comentario Archivístico en torno a la Declaración, publicado hace unos años y que se

puede consultar en la página web del ICA “muchos documentos en archivos ayudan a proteger estos derechos, entre ellos destacan los registros de nacimiento o registros civiles en muchas partes del mundo el registro de nacimiento se ha desarrollado lentamente los registros de nacimientos estabilizan las identidades proporcionan la base fundamental de muchos derechos desde el derecho al voto y el derecho a la herencia hasta el permiso para conducir y como señala UNICEF el registro universal de nacimientos también es parte de un sistema de estadísticas vitales que es esencial para una planificación económica y social sólida”.

200 años después de iniciarse todos estos procesos, seguimos todavía con asignaturas pendientes en la consolidación del archivo como soporte de los derechos humanos, pues la puerta que te abre el camino para todos ellos, el registro civil, sigue siendo un reto a afrontar con garantías en muchos lugares. Construir y preservar archivos esenciales para el ejercicio de los derechos es un reto permanente no solo para los archiveros, sino para todos los ciudadanos. Pero los archivistas tenemos que ser conscientes de la importancia de nuestra profesión. Somos profesionales vinculados a un trabajo de gran carga social. En este sentido, hemos de dejar más claro todavía que es un objetivo permanente el construir y preservar esos archivos esenciales. Recordemos que el registro civil está también en la agenda 2030 de Naciones Unidas ya que, entre los objetivos de desarrollo sostenible que define este programa, está el de proporcionar acceso a una identidad jurídica para todos, en particular mediante el registro de nacimientos; un objetivo a conseguir de aquí al año 2030. Porque solo un 73% de los menores de 5 años han sido registrados en el mundo. En cifras mundiales, solo el 75% de las personas constan en un registro civil. Hay más de un 25% de nacidos no registrados en todo el mundo, y algunas partes dicho registro sólo llega al 46%, en concreto en África. Todo esto implica la existencia de una mercancía de alto valor para los traficantes de seres humanos.

Hecha está afirmación general sobre la intensa relación entre archivos y derechos humanos tenemos que reconocer, no obstante, que el protagonismo mayor de los archivos ha llegado a la sociedad la hora de enfrentar, en las transiciones políticas, la violación sistemática de los derechos humanos en el pasado reciente. Cómo manejar los testimonios de esas violaciones de derechos humanos es y ha sido el gran reto a afrontar en la construcción de las nuevas sociedades democráticas. Memoria, Justicia, Verdad van a ser parte fundamental de la agenda de lo que podríamos denominar archivística de transición o archivística transicional, para parafrasear a los términos de la justicia transicional. Hacen falta, en esos momentos de transición, acciones definidas en políticas archivísticas, vinculadas o no a las políticas de memoria.

Como he plantearlo en el libro “Políticas archivísticas para la defensa de los derechos humanos” los archivos tienen un papel que jugar, y lo han jugado ya en buena medida, en las transiciones políticas. Los nuevos centros archivísticos, muchas veces no llamados archivos sino centros de memoria, museos de memoria o archivos de la memoria, entre otras denominaciones, responden a una voluntad de acción política para intentar apoyar el proceso de conocimiento de la verdad, de saber lo que ocurrió en el pasado, de hacer una catarsis social y colectiva y, por supuesto, de ayudar a la consolidación de los procesos democráticos abiertos. Pero eso también se puede hacer desde los viejos archivos. Los archivos nacionales de Brasil, por ejemplo, recogieron los documentos del Servicio Nacional de Información siendo Lula el presidente del país y están custodiados en el Archivo Nacional de Río de Janeiro para que puedan jugar un papel importante en una construcción social más justa. También en los archivos nacionales de Portugal se conservan los documentos de la PIDE, la policía política portuguesa de la Dictadura Salazarista. En el Bundesarchiv (Archivos Nacionales) en Alemania, están ahora los documentos de la Stasi, aunque tuvieron un largo periodo de transición con una institución propia y específica: el Comisionado Federal para la Administración de los archivos de la Stasi, la policía política de la desaparecida República Democrática Alemana. En fin, con nuevos o con viejos archivos, lo importante es que haya una regulación, una normativa nueva, que haga posible el acceso al conocimiento de los datos que existen en los archivos sobre las personas que fueron víctimas de la represión política, de la violencia política, de la violación sistemática de derechos humanos, de genocidios o de crímenes contra la humanidad.

Es en este el momento de las transiciones políticas cuando los archivos entran de lleno en el debate público. El interés generalizado por ellos despertaría, sobre todo, con la experiencia alemana. El 15 de enero de 1990 se produce la toma de los archivos de la Stasi por las organizaciones de la sociedad civil de la desaparecida República Democrática Alemana, encabezados entre otros por el reverendo Joachim Gauck al grito de “quiero mi expediente” porque los manifestantes sabían que habían sido vigilados en su cotidianidad, en una proporción altísima, por la policía.

Esta movilización en la Alemania Oriental llamó poderosamente la atención de los archiveros, o por lo menos de un buen grupo de archiveros que, en el año 1993, en la Conferencia de la Mesa Redonda de Archivos celebrada en México, decidieron poner en marcha un programa para el tratamiento de los archivos de la seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos.

La decisión de la CITRA la motivaba el hecho de que en Alemania, en Polonia, en Eslovaquia, en la República Checa (Checoslovaquia primero luego las dos repúblicas separadas), en Bulgaria y en Rumanía, pero también en procesos anteriores en Portugal, España y Grecia había que enfrentar la posible pérdida de los fondos documentales producidos por los organismos de la represión si no había acciones de política archivística para su custodia y uso en la nueva etapa democrática. No se trataba tanto de tomar medidas para conservar bienes de un gran valor histórico, que también, por supuesto, sino que se trataba, sobre todo, de poner esos documentos al servicio de la sociedad en su camino hacia el cambio. Cómo administrar ese caudal informativo es lo que requiere respuesta, porque esos documentos van a tener lo que llamamos el efecto “bumeran” pues si bien fueron empleados para la represión con contundencia y mostraron el lado más oscuro del poder político, en cambio, en las transiciones van a permitir demostrar la condición de víctimas a quienes lo fueron y que, además, esa condición dará el acceso a estas personas a indemnizaciones, compensaciones, rehabilitación pública y moral, amnistía laboral y recuperación de sus puestos de trabajo, restitución de los bienes incautados... Wendy Duff nos ha dicho que muchos archiveros han hecho una llamada de atención al papel de los archivos como una ramificación de las estructuras de poder, y es cierto toda estructura archivística implica una estructura de poder y refleja las condiciones del poder y las relaciones de poder en una en una sociedad, pero también es cierto que eso no debe llevarnos a despreciar la producción archivística oficial porque es enormemente importante que esa producción documental se mantenga se conserve y se ponga a disposición de las personas afectadas por los documentos en condiciones de la máxima apertura posible.

Eso es lo que, de alguna manera, íbamos a plantear los archivistas del Consejo Internacional de Archivos del grupo de trabajo surgido de la CITRA de México, en el documento que elaboramos juntamente con UNESCO titulado “Los archivos de la seguridad del estado de los desaparecidos regímenes represivos”, que tuve el honor de de coordinar, y aquí quiero recordar también a la colega brasileña que formó parte del conjunto de personas que participamos en la redacción de ese informe: la entonces directora del Archivo Público de Estado de Río de Janeiro, Eliana Resende Furtado de Mendoza. Es un texto que no llega a las 100 páginas, publicado en inglés, francés y español, y en él se recogen todo una serie de derechos individuales y colectivos que en las transiciones políticas están basados, para su ejercicio, en la conservación de los archivos de la seguridad del Estado, entendido en sentido muy amplio, abarcando no solo los archivos policiales son también,

fuerzas armadas, incluidos los hospitales militares, prisiones, campos de concentración u otras instancias.

Entre los derechos colectivos que ayudarían a ejercer esos archivos está, en primer lugar, el derecho de todos los países a elegir su propio modelo de transición. Vemos cómo el alcance de las medidas a adoptar está condicionado por la existencia o no de archivos. Así, las comisiones de la verdad de Argentina o Chile no pudieron disponer de los archivos de la DINA de Pinochet o de las fuerzas armadas argentinas, ya que se alegó que sus documentos habían sido destruidos. Todo lo contrario sucede en los casos de República Checa, Eslovaquia y sobre todo en Alemania, a años luz de la situación sudamericana, sobre todo porque han contado con los documentos para identificar y enjuiciar a los culpables de todos de los graves crímenes cometidos desde los partidos políticos totalitarios y las instituciones represivas; han tenido muchas más posibilidades de iniciar procesos y por supuesto de tomar medidas de reparación porque ha sido más fácil identificar con claridad a las víctimas. Recomendamos en ese documento y seguimos recomendando, (tiene una actualización del año 2009: “Políticas archivísticas para la defensa de los derechos humanos”) que los documentos que testimonian violaciones de derechos humanos deben ser conservados en instituciones archivísticas, tratados profesionalmente y puestos a disposición de la sociedad, y en primer lugar de las víctimas. En esa actualización del documento del Consejo Internacional de Archivos ya queda superado el mero estudio de los archivos de la seguridad del estado y también se afronta la necesidad de atender a los archivos de las organizaciones no gubernamentales, los archivos de las comisiones de verdad, los archivos de los tribunales de justicia, los archivos personales y, en fin, los archivos que en teoría y en principio parece que son inocentes o que son asépticos, pero que no lo son tanto. Siempre pongo el ejemplo de que la mejor información sobre los campos de concentración del franquismo y sobre los batallones de soldados trabajadores y los batallones de castigo después de la guerra civil española no están en los archivos militares, ni están en los archivos del ministerio de Defensa, sino que están en los archivos del Tribunal de Cuentas en los informes quincenales de todos los gastos que se producían en todas las instituciones públicas incluidos los cuarteles e incluidos los campos de concentración.

Los documentos de la pasada de represión política deben tratarse archivísticamente y los archivos que custodian los documentos de la represión deben someterse al régimen de protección cultural o a las leyes de protección del patrimonio. Las recomendaciones pioneras del Consejo Internacional de Archivos (ICA) se publicaron en el año 1997, justo el año en que Louis Joinet

publica, en su calidad de relator especial de Naciones Unidas, su conjunto de Principios para combatir la impunidad en las violaciones de derechos humanos, documento que para el ICA es una pieza de enorme valor porque, redactado totalmente al margen del mundo de los archivos, dedica una parte muy importante de su texto a los archivos y resalta la importancia de su conservación y uso al servicio del derecho a saber qué sucedió en el pasado y a conocer la verdad como vía para la reparación y la justicia. En 2005, Diane Orentlicher actualizaría el informe Joinet, fortaleciendo la idea de que el derecho a la verdad va más allá de saber qué pasó con los desaparecidos, con mi amigo, con mi padre, con mi hijo, con mi familiar..., es un derecho colectivo a conocer en qué medida esos crímenes y violaciones de derechos afectaron a toda una sociedad.

Entre los principios Joinet-Orentlicher está la preservación de los archivos que ofrecen testimonio de violaciones de derechos humanos; especialmente, el derecho a saber implica la necesidad de conservar los archivos. Las disposiciones a adoptar a estos efectos abarcarán los siguientes ámbitos: medidas de protección y de represión para impedir la sustracción, la destrucción o la desviación; la creación de un inventario o de un censo con los archivos disponibles y en el que figuren también los archivos que están en poder de terceros países; la adaptación a la nueva situación de la reglamentación en materia de acceso y consulta de los archivos.

Otros dos relatores de Naciones Unidas, en este caso para el derecho a la verdad, la reparación y la garantía de no repetición, Pablo De Greiff y Fabián Salvioli han hecho importantísimas contribuciones en sus informes y recomendaciones sobre la necesidad de conservar y tratar los archivos para favorecer el conocimiento de la verdad sobre lo ocurrido en el pasado reciente y en los procesos de “memorialización”. De Greiff es el primer relator para analizar el desarrollo de este derecho a la verdad nombrada por el Consejo de Derechos Humanos de Naciones Unidas y que en su informe del año 2015 hace en su anexo dedicado a los archivos un montón de reflexiones enormemente importantes. En principio, él tendría que hacer recomendaciones para los archivos de las comisiones de la verdad, pero acaba haciendo recomendaciones que deberían ser hechas por las comisiones de la verdad a los Estados, entre otras, la formulación y el seguimiento de pautas profesionales a la hora de tratar los documentos que afectan a la violación de los derechos humanos. El segundo relator de la verdad, Salvioli, recuerda en su informe de 2020 que el acceso a los archivos es un derecho esencial en los procesos de memorialización. La decisión de destruir documentos que puedan resultar molestos no es nueva, afirma el relator de Naciones Unidas, “hace más de un

siglo el rey Leopoldo II de Bélgica ordenó la destrucción de los archivos sobre la terrible violencia cometida bajo su autoridad en el Estado Independiente del Congo”, realmente el primer gran genocidio que se produce a principios del siglo XX. Desde entonces, muchos gobiernos han tratado de eliminar los rastros de sus crímenes y el relator especial considera que la protección de los archivos es un elemento crucial para permitir el conocimiento de la verdad y la reapropiación de la historia dentro de una sociedad.

Hemos visto como los archivos han sido usados en el apoyo de los llamados organismos o instancias de justicia transicional. En primer lugar ante la justicia, a la que han podido proporcionar numerosas pruebas documentales. Ya la aportación desde los archivos fue fundamental contra los principales líderes nazis juzgados en el proceso de Núremberg, mediante los documentos capturados por los ejércitos aliados en Alemania y otros países. En momentos más actuales hemos vivido esta misma realidad con los tribunales de Sierra Leona, Yugoslavia y Ruanda así como con el recurso a la justicia universal para juzgar a los responsables de los crímenes contra la humanidad.

La administración de justicia es una parte de la de la justicia transicional, mejor dicho los tribunales y los juzgados, pero otro pilar sustancial de la misma es el de la reparación, una reparación que va más allá de lo económico para llegar al reconocimiento de que hubo un tratamiento injusto contra las personas, inhumano, y eso es lo que planteó Theo Van Boven en su informe inicial sobre el derecho de las víctimas a obtener reparación, luego desarrollado por otros relatores de Naciones Unidas, como los anteriormente citados.

Tercer pilar de la justicia transicional es el de la Modernización y Reforma de los Estados, o depuración, calificación o “lustración” de los responsables perpetradores de los crímenes, de modo que queden apartados de la maquinaria del Estado. Joaquim Gauck decía que lo que pretendían en la Alemania reunificada con su ley de lustración (la primera que establece la posibilidad de usar los archivos de los servicios de información para depurar el nuevo estado de manera que todos los organismos públicos podían pedir al archivo la información existente sobre una persona para saber si había sido o no colaborador, promotor, director, de alguna entidad dedicada a la represión política) que querían evitar lo que pasó después de la Segunda Guerra mundial cuando muchos de los implicados en las atrocidades se mantuvieron en posiciones de responsabilidad en el Estado. También, en el marco de la Guerra Fría algunos de esos “criminales” fueron reclutados para combatir a los “enemigos comunistas. A las leyes de lustración alemana y checa han seguido otras. Se trata de un mecanismo utilizado sobre todo en la Europa postcomunista. Al servicio de este proceso de depuración se situarían los

archivos de nuevo cuño, como el gestionado por el mencionado Comisionado para los archivos de la Stasi en Alemania, al que seguiría el Instituto de la Memoria de Polonia, que nace 1998. En Eslovaquia el Instituto Nacional de Memoria se crea en 2002. En Hungría los llamados Archivos Históricos de la Seguridad del Estado surgen en 2003. En Bulgaria, en 2006 y en Rumanía en 2008 se crean instituciones similares.

Muy importante es también preservar los documentos que han producido tribunales internacionales o comisiones de la verdad. Son organismos perecederos que existen en la transición, pero los documentos que producen tienen un valor permanente para las sociedades a las que afectan.

Lamentablemente, la situación de los archivos de las comisiones de la verdad a la finalización de su actividad no es satisfactoria. En muchos casos desconocemos el destino final de sus documentos y en otros, como el caso de las comisiones impulsadas por Naciones Unidas, sus archivos han terminado en los repositorios de esa organización en Nueva York y permanecen en condiciones de inaccesibilidad por un largo período de tiempo. Pablo De Greiff, denuncia esta situación en sus informes de 2013 y 2015. Lo mismo sucedería con los archivos de los tribunales internacionales, Trudy Peterson ha hecho un estudio de ambos casos.

Un elemento esencial, además de la legislación, es el compromiso con los archivos, en él hemos de destacar la muy importante movilización de colectivos como Archiveros sin Fronteras, ONG nacida en 1998 en Barcelona, precisamente para atender las necesidades de los archivos después de las guerras de los Balcanes. Con su programa de Archivos y Gestión del Pasado, Swisspeace otra ONG, suiza en este caso, trata igualmente de procurar la movilización política en torno a los a los archivos. En Ciudad del Cabo, en fin, nacería en 2003 el Grupo de Trabajo sobre Archivos y Derechos Humanos del Consejo Internacional de Archivos bajo la coordinación de Perrine Canavaggio que fue su primera presidenta, a la que después seguirían Trudy Peterson, Giulia Barrera y yo mismo. Ahora es Víctor Fonseca el presidente de la Sección de Archivos y Derechos Humanos del ICA, en la que se reconvirtió el grupo de trabajo en 2019. En la Conferencia citada de Ciudad del Cabo, presidida por el arzobispo Desmond Tutu, quien había presidido la Comisión de la Verdad y la Reconciliación de Sudáfrica, fue la primera conferencia internacional dedicada a los archivos y los derechos humanos. Una de sus conclusiones, uno de los acuerdos, fue crear este grupo de trabajo, hoy sección profesional del ICA. La labor del grupo ha sido muy intensa, manteniendo contacto con los organismos de Naciones Unidas y las organizaciones civiles dedicadas a la protección de los derechos humanos, con los que ha colaborado

estrechamente. Ha elaborado los “Principios básicos sobre el papel de los archiveros y gestores de documentos en la defensa de los derechos humanos” que también se pueden descargar en la web del ICA en el sitio de la Sección de Archivos y Derechos Humanos. Son 25 principios que proporcionan una pauta para el comportamiento ético y ontológico de los archiveros, sobre todo desde la perspectiva de la defensa de los derechos humanos. En este sentido, vienen a ser un colofón o una extensión del código ético de Pekín de 1996 del Consejo Internacional de Archivos. El último de los trabajos de la Sección de Archivos en esta línea ha sido la publicación del libro “Archivos y derechos humanos”, primero en inglés el año 2021 y en 2022 está publicándose la edición en español; ya también tenemos editor para la edición en francés.

Para finalizar he de señalar que quedan nuevos retos para afrontar desde los archivos en la defensa de los derechos humanos. Uno de ellos es mantener la eficacia de los documentos en el entorno electrónico. Desde los archivos tenemos que seguir abogando por el uso de los documentos como herramienta en defensa de los derechos humanos, también en el mundo digital. Así mismo, el uso de las nuevas tecnologías debe llevar amparado un especial cuidado con el abuso del uso de los datos personales. Ahí surge ese derecho al olvido o más correctamente a ser olvidado, sobre el que hemos de reflexionar, y que algunas legislaciones han incorporado para compaginar la protección de la intimidad de las personas con el deber de recordar y con la necesidad de memoria y de esa catarsis colectiva que supone enfrentar la verdad sobre el pasado reciente.

PARTE II

HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

CONTRIBUIÇÕES DE ESTUDO SOBRE A CONTEXTUALIDADE PARA A HISTÓRIA DA ARQUIVOLOGIA

Renata Silva Borges (Fundação Oswaldo Cruz),
Lídia Silva de Freitas (Universidade Federal Fluminense),
Vitor Manoel Marques da Fonseca (Universidade Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

Apresentamos os resultados de pesquisa sobre as relações entre arquivos institucionais e arquivos pessoais na perspectiva da contextualidade. O objetivo do trabalho é apontar a existência de articulações entre esses arquivos e explicitá-las destacando a contextualidade dos documentos que os constituem, uma abordagem não dicotômica que possibilita elucidar o processo de produção e acumulação e a dimensão informacional desses conjuntos no contexto socio-histórico.

A análise de arquivos nesta perspectiva socio-histórica contribui para os estudos na Arquivologia e na Ciência da Informação, na medida em que ajuda a elucidar o processo de constituição dos arquivos, partindo dos documentos e das ações de documentação. Tanto os constructos teóricos quanto as práticas sociais que circunscrevem os documentos são beneficiados quando estes artefatos passam a ser vistos como vestígios de ações articuladas envolvendo as trajetórias entrelaçadas entre pessoas e instituições, no desempenho de suas atividades e funções nas esferas pública e privada.

Nesse sentido, a contextualidade contribui como abordagem, ao propiciar que sejam explicitados os múltiplos contextos e agentes articulados socio-historicamente no tratamento documental arquivístico e no aprofundamento dos estudos teóricos sobre o documento.

Na história da Arquivologia, o deslocamento dos estudos dos “arquivos” para os de “contextos e relações” modificou as compreensões em torno da área. Nem sempre as funções políticas e ideológicas dos arquivos e dos arquivistas foram enfatizadas, apesar da reconhecida importância dos documentos para salvaguardar os direitos humanos e sociais, e desses agentes para a construção de memórias.

Na prática, esta contribuição se materializa no tratamento documental através da descrição arquivística, sobretudo se o tratamento descritivo contemplar a estrutura multinível preconizada pelas normas de descrição arquivística ISAD e NOBRADE, estruturadas para o registro das informações sobre os contextos e relações de documentos, produtores e outros agentes envolvidos na constituição dos arquivos.

A metodologia da pesquisa consistiu em revisão de literatura e análise de arquivos específicos. Foram analisados os constructos teóricos que definem arquivo, arquivos pessoais e institucionais, e o contexto histórico da elaboração dessas construções na teoria de fundos, bem como a contextualidade dos documentos, suas principais perspectivas e contribuições para a Arquivologia e a Ciência da Informação (CI). Por meio da análise dos dois arquivos escolhidos, concentrada nos seus históricos, descrições arquivísticas nos próprios documentos, apontamos as articulações encontradas, cotejando-as com os resultados da análise teórica. Neste trabalho, destacaremos as principais conclusões alcançadas.

2 QUADRO TEÓRICO

Na literatura da Arquivologia, os arquivos pessoais e institucionais são definidos a partir de uma “matriz pública”, estabelecida com base nas instituições do século XIX (COOK, 1998, p. 129-130; HEYMANN, 2009, p. 43; EASTWOOD, 2016, p. 21-22; COOK, 2018, p. 31-32). Entretanto, as transformações sociais na economia, na ciência, nas técnicas e na própria composição dos acervos das instituições arquivísticas, bem como nos processos de produção e acumulação dos documentos, vêm trazendo novos desafios para os arquivistas em relação ao tratamento documental (DOUGLAS, 2016, p. 66-69).

Na literatura da área, verificamos dois tipos de abordagem teórica: a teoria de fundos, que data do século XIX, e a contextualidade, a partir dos anos 1970. A primeira, baseada nas práticas dos arquivos públicos europeus dos séculos XIX e XX, foca na identificação das funções dos documentos, de acordo com as instruções difundidas pelos manuais elaborados no período. A segunda, desenvolvida a partir dos anos 1970, é direcionada ao trabalho de

identificação dos documentos a fim de compreender seu processo de acumulação, a aquisição e as avaliações que fazem parte da formação dos arquivos. Essa segunda abordagem ressalta o contexto arquivístico, os produtores e as relações pela ótica de sua historicidade, permitindo a expansão da concepção de proveniência arquivística (BORGES, 2021, p. 21).

Para Cook (2018), o Princípio do Respeito aos Fundos e as características arquivísticas – autenticidade, naturalidade, organicidade, unicidade e inter-relacionamento –, criados no século XIX e de acordo com a realidade das instituições do período, não se adequariam aos arquivos das sociedades do século XX sem passar por uma revisão, pois as transformações sociais afetaram os processos de documentação e os documentos (COOK, 2018, p. 24-25).

As “afirmativas fundamentais da ciência arquivística tradicional e suas dicotomias”, entre as quais aquelas estabelecidas entre os arquivos pessoais e públicos e a divisão criada para categorias de arquivistas neles atuantes, já seriam falsas no contexto em que foram criadas (COOK, 1998, p. 132). No século XX, muitas mudanças na estruturação das instituições governamentais e empresariais se refletiram nos processos de registro, geração e manutenção de arquivos (COOK, 1998, p. 132), contribuindo para os questionamentos em torno do ideal oitocentista de arquivos públicos e do “arquivista institucional como encarregado neutro, objetivo e passivo dos arquivos” (*idem*). As atividades de arranjo e descrição, assim como a de avaliação, foram profundamente afetadas pelo surgimento dos documentos eletrônicos etc., redirecionando o pensamento arquivístico para uma “perspectiva compartilhada” dos arquivos, “centrada na formação da memória da sociedade” (*idem*).

Nesta perspectiva, os documentos, os arquivos, a teoria arquivística e o trabalho dos arquivistas são vistos como parte do contexto socio-histórico. A reinterpretação da proveniência, considerando a multiplicidade de contextos e relações, modifica a concepção tradicional de fundo para a compreensão de “conjunto de documentos”. Para Nesmith (2018), a perspectiva contextual dos documentos demanda profundo conhecimento da evolução das tipologias documentais e das funções administrativas das organizações:

[...] Documento ‘é a mediação crescente do conhecimento a respeito de algum fenômeno – mediação criada por processos sociais e técnicos de inscrição, transmissão e contextualização’. A proveniência de determinado documento ou conjunto de documentos ‘consiste nos processos sociais e técnicos da inscrição, transmissão, contextualização e interpretação de documentos, os quais são responsáveis por suas características e continuidade

histórica’. E arquivo ‘é a mediação contínua do conhecimento sobre os documentos (e, portanto, fenômenos), ou aquele aspecto da elaboração dos mesmos que produz esse conhecimento por meio de funções como avaliação, processamento e descrição de documentos, e a implementação de procedimentos visando torná-los acessíveis’ [...]. (NESMITH, 2018, p. 158-159)

O arquivista é coprodutor dos arquivos, na medida em que participa das atividades de avaliação e aquisição que antecedem as etapas de arranjo e descrição. Como tal, é corresponsável pela integridade dos documentos, pelas informações que agrega na descrição arquivística sobre tais artefatos em relação à sua trajetória até o arquivamento e pela constituição de memórias por meio dos arquivos.

Para Frohmann (2007; 2014), o documento constitui as mediações decorrentes das práticas informacionais e a documentação, o meio de sua materialização (FROHMANN, 2007, p. 1-2; 2014, p. 1). Documentos, como “coisas” marcadas ou não, podem ser revestidos de documentalidade e produzir efeito de informação no decorrer dos agenciamentos (FROHMANN, 2007, p. 1-2; 2014, p. 1). Compreendemos os revestimentos de documentalidade como atribuição de relevância, de acordo com os aspectos públicos e sociais do contexto em que os agenciamentos ocorrem (FROHMANN, 2007, p. 1-2).

Os agenciamentos conferem “peso, massa, inércia e estabilidade” aos documentos na configuração da vida social de indivíduos que podem ser constituídos através das “massas de documentos”, sobretudo em sociedades disciplinares ou “grupos fechados” – como a família, a escola, a fábrica, os militares, a prisão etc. –, assumindo várias formas nos regimes de informação que “se materializam através de um frenesi documentário” (FROHMANN, 2008, p. 6-7).

Ao associarmos contextualidade e documentalidade, agregamos a dinâmica da dimensão do documento no processo informacional. A constituição de arquivos e acervos arquivísticos decorre da materialidade, que se encontra além dos documentos, no âmbito de sua configuração social.

Através da abordagem analisada e da complementaridade entre contextualidade e documentalidade, são elucidadas as diferentes narrativas articuladas em torno da produção e acumulação de documentos e constituição dos arquivos. Essas narrativas, oficiais e/ou “tácitas”, estão inseridas em uma ordem discursiva e sua evidenciação é possível através da materialidade.

3 ANÁLISE DOS ARQUIVOS

O objeto de pesquisa foi analisado considerando socio-historicamente os contextos de produção dos arquivos de Celso Arcoverde de Freitas e do Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu), e articulando os documentos que os constituem como integrantes de uma mesma rede de agenciamentos e não apenas como conjuntos distintos (BORGES, 2021, p. 27).

O arquivo pessoal pertenceu a um médico que atuou majoritariamente em instituições públicas, e o arquivo institucional a uma dessas instituições. Os documentos acumulados pelos produtores, a pessoa física e a instituição decorrem das atividades laborais desenvolvidas em torno das campanhas de Saúde Pública e fazem parte do acervo arquivístico custodiado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) desde os anos 1990. Compreendemos a importância desses registros pelo valor de evidência para a história e memória na atualidade, mas ressaltamos que eles possuem uma história própria, e que a sua preservação é decorrente de valores a eles atribuídos (BORGES, 2021, p. 27).

Quadro 1 - Dados históricos e biográficos dos produtores

DNERu e INERu	Celso Arcoverde de Freitas
06 de março de 1956 – Criação do DNERu, incorporando os antigos Serviços Nacionais de Malária, Peste e Febre Amarela (DNS). O INERu foi originalmente criado como parte de sua estrutura e constituído pelo Núcleo Central de Pesquisas e por centros de pesquisa regionais: Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (PE), Centro de Pesquisas René Rachou (MG) e Centro de Pesquisas da Bahia (BA);	13 de outubro de 1913 – Nascimento de Celso Arcoverde de Freitas, em Recife;
22 de maio de 1970 – Criação da SUCAM, constituída pela fusão do DNERu com as Campanhas de Erradicação da Varíola e da Malária;	1934 – Conclusão do curso de Medicina e início da Clínica Médica;
13 de agosto de 1970 – Transformação da Fundação de Recursos Humanos para a Saúde em Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e integração do INERu;	1938 – Ingresso como médico na Delegacia Federal de Saúde;
1976 – Reorientação Programática da FIOCRUZ, integração dos centros de pesquisa subordinados ao INERu à estrutura da instituição.	1941-1956 – Médico do Serviço Nacional da Peste;
	1956 – Ingresso no DNERu;
	1970 – Trabalho na SUDENE e SUCAM.

Fonte: Elaborado a partir de BORGES, 2021.

O processo de produção, tramitação e acumulação da documentação remanescente das instituições de saúde brasileiras decorre da forma como os médicos sanitaristas que nelas atuaram cuidavam dos documentos e ao modelo das campanhas iniciado na década de 1920, marcado pelo crescente controle do Estado sobre os processos de trabalho da burocracia. Destacamos, ainda, a influência de organizações internacionais, como a Fundação Rockefeller, na campanha contra a febre amarela, e a Universidade Johns Hopkins, onde foi criada a primeira especialização em Saúde Pública (BORGES, 2021, p. 157-158).

Quadro 2 - Arranjo dos fundos INERu e Celso Arcoverde de Freitas

Fundo INERu	Fundo Celso Arcoverde de Freitas
Série 01 - Administração Geral	Grupo DP - Docência e Pesquisa
Série 02 - Estudos e Pesquisas	Grupo FC - Formação e Administração da Carreira
	Grupo GI - Gestão Institucional
Série 03 - Circunscrições	Grupo RI - Relações Interinstitucionais e Intergrupo
	Grupo VP - Vida Pessoal

Fonte: Elaborado a partir de BORGES, 2021.

O exercício apresentado a seguir consiste em relacionar documentos dos dois arquivos acerca das campanhas sanitárias. Tais documentos constituem indícios das ações realizadas contra as doenças e endemias, apesar de nem todas as ações realizadas ao longo das campanhas se encontrarem representadas na documentação.

Nas campanhas sanitárias realizadas contra a peste entre 1938 e 1970, pela Delegacia Federal de Saúde (DFS), Serviço Nacional da Peste (SNP), Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu) e Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu), destacamos um conjunto de documentos selecionados através da descrição arquivística disponível na *Base Arch*.

Quadro 3 - Documentos selecionados a partir dos fundos INERu e Celso Arcoverde de Freitas

Fundo	Série ou grupo e dossiê	Documentos
INERu	Série Estudos e Pesquisas Dossiê <i>Peste-Listagem de identificação de pulgas no Nordeste; projetos,</i>	Listagens, projetos, programas e planos de trabalho

	<i>programas e planos de trabalho para o combate à peste; relatório de atividades; separatas intituladas "Aerossóis microbianos – Proteção contra aerossóis infectantes em técnicas bacteriológicas" (1964-1970)</i>	
Celso Arcoverde de Freitas	Grupo Gestão Institucional Dossiê <i>Serviço Nacional da Peste</i> (1938-1956);	Autorizações, listas de dados meteorológicos, listas de materiais, listas das finanças da circunscrição, listas de despesas, diários, fotografias, quadros demonstrativos, ensaios, mapas e artigos científicos

Fonte: Elaborado a partir de BORGES, 2021.

Celso Arcoverde de Freitas ingressou no serviço público na Delegacia Federal de Saúde e foi posteriormente absorvido pelo Serviço Nacional da Peste, DNERu e INERu – passando pela SUCAM após a extinção do DNERu. Como médico sanitário e gestor nestas instituições, acumulou e produziu documentos relacionados ao seu trabalho institucional (BORGES, 2021, p. 189).

O DNERu e o INERu (nos anos em que funcionou como setor de pesquisa do DNERu e, depois, quando passou a ser vinculado à FIOCRUZ) foram responsáveis pela realização de levantamentos, estudos e encaminhamentos médico-sanitários em vários estados brasileiros, que podem ser acompanhados na documentação produzida e acumulada pela instituição e por Celso (BORGES, 2021, p. 189).

Durante a década de 1960, o DNERu levantou dados relativos aos casos de peste humana diagnosticados no Brasil naquela década e nas anteriores. As informações foram registradas nos quadros demonstrativos acumulados por Celso Arcoverde de Freitas sobre a variação anual do número de casos positivos de peste humana, sendo organizadas por estados no período de 1935 a 1962. Os documentos foram produzidos pela instituição, provavelmente utilizando documentação remanescente de órgãos predecessores que atuaram no combate e controle à doença (BORGES, 2021, p. 189).

As listagens produzidas pelo DNERu e acumuladas por Celso Arcoverde de Freitas – relativas aos municípios que apresentaram áreas endêmicas de peste e ocorrências positivas da doença entre 1953 e 1962 no Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro – são parte dos levantamentos realizados pelo órgão no período (BORGES, 2021, p. 189).

O DNERu levantou dados sobre áreas endêmicas de peste humana e ocorrência de epizootias, registrando em gráficos e mapas – do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro –, como parte das atividades de combate à peste realizadas pela Divisão de Profilaxia do INERu entre 1954 e 1963. Esses documentos foram acumulados por Celso em seu arquivo pessoal (BORGES, 2021, p. 189-190).

Em 1964 e 1965, o DNERu realizou novo levantamento das localidades onde ocorreram casos de peste humana, por estado e, no Ceará, por município. Foram listados casos positivos e suspeitos de peste humana através de trabalho de levantamento realizado pela Seção de Estatística e Epidemiologia do DNERu. As listagens também foram acumuladas por Celso (BORGES, 2021, p. 190).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos arquivados pelas instituições sobre o trabalho realizado no desempenho de suas missões costumam ser a versão oficial e final. As versões intermediárias, rascunhos e documentos de processos não concluídos nem sempre são mantidos. Os seus funcionários podem acumular e manter documentos não arquivados pelas instituições em seus escritórios, como parte de sua documentação pessoal.

Os trajetos dos documentos ao longo do tempo serão definidos e redefinidos em razão do valor de evidência identificado pelos produtores/acumuladores, assim como pelos arquivistas e outros agentes, responsáveis pela seleção do material considerado arquivístico nos arquivos pessoais, avaliação e destinação final de documentos institucionais. Relacionar documentos desses arquivos, elucidando sua história, possibilita ampliar a compreensão das ações, das relações entre agentes e dos contextos que originaram a documentação.

Com a criação da ISAD(G) e de sua versão brasileira, a NOBRADE, foram disponibilizadas aos arquivistas ferramentas para o incremento da descrição arquivística que possibilitam expandir os registros sobre o contexto, inclusive na perspectiva da contextualidade. Um exemplo é o elemento de

descrição “Unidades de Descrição Relacionadas”. Nos casos dos arquivos estudados, por que não utilizar esse recurso para relacionar os dois conjuntos?

Sobre as mudanças na sociedade e os reflexos nos arquivos, atualmente, muitos trabalhadores tiveram de transferir seus escritórios para suas casas, mudança que potencializou a utilização dos recursos domésticos, muitos mantidos pelos próprios trabalhadores (computadores pessoais, *smartphones*, internet etc.). As relações sociais migraram das organizações para esses espaços privados e, como consequência, os documentos produzidos em relação ao trabalho também permanecem com os trabalhadores.

O que é arquivado pelos sistemas eletrônicos institucionais constitui, em muitos casos, uma pequena parcela daquilo que é realmente produzido, geralmente, dos documentos que se referem à conclusão de um determinado ato. Nem todas as ações desempenhadas pelos produtores estão representadas nos documentos arquivados pela instituição, ainda que muitos documentos que permanecem nos arquivos pessoais constituam evidências do trabalho institucional.

A importância desses registros pode passar despercebida pelas organizações. Esses documentos, além do valor informativo, devido aos processos de trabalho, agenciamentos etc. passíveis de recuperação, constituem prova de que o funcionário trabalhou para a instituição e servem para confrontar (explicar, negar, completar, contextualizar) aqueles do arquivo institucional. Igual e inversamente, documentos institucionais podem ajudar a entender ações dos funcionários, suas opções e, até mesmo, a razão do que decidem preservar.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: AAB/NR-SP, 1996.

BORGES, Renata Silva. **O elo perdido**: as relações entre arquivos pessoais e institucionais na perspectiva da contextualidade. 2021. 273f. Tese de doutorado (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em:
<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23390/TESE%20RENATA%20BORGES%2021ago21%20com%20ficha%20catalogafica.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 out. 2022.

CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. **Fundo Celso Arcoverde de Freitas**. Disponível em:
<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/celso-arcoverde>. Acesso em: 4 out. 2022.

CASA DE OSWALDO CRUZ/FIOCRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. **Fundo Instituto Nacional de Endemias Rurais**. Disponível em:

<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/fundo-ineru>. Acesso em: 4 out. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Legislação Arquivística Brasileira**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

https://proplad.furg.br/images/arquivos/Cag/CONARQ_legarquivos_deze mbro_2017_PDF1.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 21, 1998, p. 129-149.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. *In*: HEYMANN, L. e NEDEL, L. (Orgs.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 17-81.

DOUGLAS, Jennifer. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 47-74.

EASTWOOD, Terry. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e as orientações da ciência arquivística. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 19-45.

FROHMANN, Bernd. Document, index, trace, and death: The Briet's antelope lesson. *In*: **For the culture and technology lectures series**. Toronto: University of Toronto, 2014. Disponível em:

https://www.academia.edu/14052442/Document_Index_Trace_and_Death_Briet_s_Antelope_Lessons_February_25_2014_. Acesso em: 22 ago. 2016.

FROHMANN, Bernd. Multiplicity, materiality, and autonomous agency of documentation. *In*: SKLARE, R.; WINDFELD LUND, N.; VÂRHEIM, A. (Orgs.). **A document (re) turn**: contributions from a research field in transition. Frankfurt: Peter Lang, 2007.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. L. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de (Orgs.). **A dimensão epistemológica da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: FUNDEPE, 2008, p. 19-34.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, n. 2, p. 40-57, jul./dez. 2009.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES (ICA). **Multilingual Archival Terminology**. 2012. Disponível em:

<http://www.ciscra.org/mat/mat/termlist/1/Portuguese>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan Adrian; FRUIN, Robert. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.

NESMITH, Tom. Relendo os arquivos: novas contextualidades para a teoria e a prática arquivísticas. *In*: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (Orgs.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 155-175.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE ESPECIALISTAS EM ARQUIVOS NA ESFERA PAN-AMERICANA E O SEU REFLEXO NA GESTÃO DO ARQUIVO NACIONAL, 1958-1964

Paulo José Viana de Alencar (Universidade Federal Fluminense),
Clarissa Schmidt (Universidade Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

O término da II Guerra Mundial (1939-1945) iniciou um período próspero no âmbito das relações das instituições arquivísticas no mundo. Nesse sentido, como destaca Herbert Brayer (1948), foi em 1948 que começaram os preparativos para criação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), naquele momento representado pelos dirigentes de arquivos: Solon Buck (EUA), Husa (Tchecoslováquia); Grawinkle (Holanda), Charles Samaran (França), Hillary Jenkinson (Grã-Bretanha), Steinnes (Noruega), Julio Rueda (México), Mander-Jones (Austrália), Emilio Re (Itália) e Möller (Dinamarca). As atribuições do Conselho instauradas neste instante foram: i) organizar congressos internacionais de arquivistas; ii) estabelecer, manter e reforçar as relações entre arquivistas no mundo; iii) promover medidas de preservação do patrimônio arquivístico; iv) facilitar o uso dos arquivos e v) cooperar com as organizações dedicadas ao registro da experiência humana e ao bom uso dos arquivos para o bem da humanidade (BRAYER, 1948).

Em que pese a mínima presença latino-americana no movimento de criação desse foro internacional de discussões arquivísticas, torna-se possível presumir que as condições materiais, políticas e teóricas na administração dos arquivos latino-americanos se diferenciava daquelas no Velho Mundo e, neste

contexto o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), órgão associado à Organização dos Estados Americanos (OEA), ocupou um papel de destaque. Em particular, a Comissão de História e o Comitê de Arquivos do IPGH, tornaram-se pontos de encontros frequentes de historiadores e diretores de arquivos nacionais para discussões acerca das condições de preservação, tratamento técnico e relevância política dos arquivos latino-americanos (DE LA TORRE VILLAR, 1958); (PRIMERA REUNIÓN..., 1950) a partir da década de 1950.

Antes mesmo de assumir a direção do Arquivo Nacional (1958-1964), o historiador e servidor público José Honório Rodrigues (JHR) se tornou um personagem relevante no meio pan-americano ao representar o Brasil e os órgãos nos quais trabalhava em congressos, colóquios e grupos de trabalho dedicados às temáticas históricas e arquivísticas. Em virtude disto, o presente artigo foi motivado pela seguinte inquietação: “Qual papel da construção de uma rede de especialistas em arquivos no universo pan-americano, na gestão de José Honório Rodrigues (1958-1964) no Arquivo Nacional?”.

Isto posto, o objetivo geral foi atingido através da execução dos seguintes objetivos específicos: a) explicitar as condições da criação e do desenvolvimento do Arquivo Nacional (AN) antes de José Honório Rodrigues assumi-lo; b) a compreensão dos principais marcos institucionais, históricos e teóricos na criação de uma rede de especialistas em arquivos no universo pan-americano e c) a investigação da carreira de José Honório Rodrigues e a influência desta nas mudanças encampadas pelo diretor durante a sua gestão no AN

Face a um questionamento de natureza qualitativa, a escolha metodológica foi executar o estudo através de pesquisa bibliográfica e documental. A primeira teve fulcro nas bases de dados Google Acadêmico, Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e Journal Storage (JSTOR) e buscou os termos “José Honório Rodrigues”, “Arquivo Nacional”, “arquivos latino-americanos”, “arquivologia latino-americana” e “União pan-americana”. A segunda baseou-se na crítica da coletânea de correspondências de Rodrigues (1994, 2004) e de documentos custodiados pelo Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Por fim, torna-se oportuno pontuar que o questionamento inicial e seus desdobramentos se tratam de um recorte temático de uma pesquisa defendida no âmbito do mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (ALENCAR, 2021).

2 A GESTÃO DE EUGÊNIO VILHENA DE MORAIS (1938-1958) NO ARQUIVO NACIONAL E A RELAÇÃO COM O

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Após a morte de Alcides Bezerra (1922-1938) a direção do Arquivo Nacional foi ocupada pelo historiador Eugênio Vilhena de Moraes (1938-1958) que descontinuou grandes iniciativas do seu antecessor em prol da formação profissional de arquivistas e da ocupação de um lugar de destaque da instituição arquivística nacional perante outros órgãos correlatos.

O período da administração de Vilhena de Moraes foi classificado por José Honório Rodrigues (1959) como uma “organização obsoleta” que estava “inteiramente em desarmonia com as demais instituições brasileiras”.

Eugênio Vilhena de Moraes era historiador e seus interesses de investigação comumente empregavam uma ótica religiosa e nacionalista (SANTOS, 1988, p.236). Tarcísio Padilha (1988) tece o seguinte comentário sobre o período da administração de Vilhena no Arquivo Nacional:

[...] debruçado em documentos que falavam de um passado glorioso e nobre. Vilhena, quando provocado, discorria com inexcedível competência sobre os fastos de nossa história, com memória pronta e crítica cerrada a quantos divergirem de sua postura hermenêutica. (PADILHA, 1988, p.241)

A partir de Padilha (1988) é possível pensar que Vilhena se utilizava do cargo e do aparato institucional do AN para privilegiar a execução de pesquisas históricas. Perspectiva que Barbartho (2018) situa em relação à gestão de Alcides Bezerra, antecessor de Vilhena de Moraes quando afirma que:

Bezerra buscava para ela um lugar social de protagonismo na produção do conhecimento e na proteção da memória nacional, enquanto Vilhena a percebia como um “centro de atividade técnica”, inserindo-se como agente passivo diante das demandas. No entanto, cabe destacar que ambos partilhavam da percepção de ser o Arquivo Nacional um arquivo histórico em sua essência. (BARBATHO, 2018, p.180)

Um dos aspectos centrais que auxiliam a compreender a estagnação e o afastamento do AN dos arquivos recém produzidos pela administração pública nesta época é, também, a criação do Departamento de Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938, responsável por “modernizar” as práticas e o planejamento da administração pública e que se insere no que Beatriz Wahrlich (1974, p.28) diz ser um “ciclo das reformas administrativas”, que neste primeiro momento deu “ênfase na reforma dos meios (atividades de administração geral) mais do que na dos próprios fins (atividades substantivas)” (WAHRLICH, 1974, p.28).

O aumento da máquina pública e do desejo de um controle centralizado sobre as atividades burocráticas que facultariam uma oferta maior de serviços públicos resultou em um aumento de atividades administrativas, e consequentemente nos documentos produzidos e acumulados nos setores de trabalho. Deste modo, a organização desses arquivos também se converteu em área de atuação do DASP.

Na esteira deste pensamento, Fonseca e Bezerra (2017, p.446) identificaram uma preocupação do DASP com os “arquivos dinâmicos”, isto é, os arquivos produzidos e mantidos nos locais de trabalho. Este ponto pode ser observado através da análise dos artigos da Revista do Serviço Público (RSP), publicada pelo DASP. Para Fonseca e Bezerra (2017) é perceptível uma inclinação à discussão de aspectos teóricos e práticos dos arquivos, contudo a abordagem destes problemas acontecia com base nas ideias de Documentação de Paul Otlet. O predomínio dessa influência teórica aludida por Fonseca e Bezerra encontra respaldo no registro de história oral de Luís Simões Lopes, antigo dirigente do DASP (1938-1945), intermediado por Suelly Braga:

De longa data venho dando prioridade às bibliotecas e aos arquivos. No DASP, criei as carreiras de bibliotecário e de arquivista. Regulamentamos os cursos específicos, fizemos concursos, mandamos muitos bibliotecários para estudar no estrangeiro. Criamos ainda, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) e o Catálogo Coletivo, instrumentos indispensáveis à organização dos sistemas nacionais que, então, visávamos. (SILVA, 2006, p.116)

Na medida em que fica claro nas palavras de Lopes um enfoque prioritário na sistematização de bibliotecas e serviços de documentação, a pesquisa elaborada por Santos (2018) desenha de forma expressiva a frágil demarcação do campo profissional e científico entre Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação no Brasil deste período, quando o ensino formal dependia em grande parte de cursos efêmeros, compartilhados entre as três disciplinas, enquanto nas tradições arquivísticas norte-americana e europeia, gradativamente estas fronteiras teóricas se consolidavam através de ensino específico e em nível universitário (DURANTI, 1993).

Assim, percebe-se um atrito entre o Arquivo Nacional e o DASP no que se refere à concepção das carreiras de arquivologista de arquivista. Santos (2018, p.133) documenta o posicionamento crítico do AN referente à pouca experiência exigida para os cargos, bem como na defesa de que somente instituições arquivísticas deveriam dispor da carreira de arquivologista, tal fato contribui para o cenário de estagnação institucional diagnosticado por Rodrigues (1959) ao assumir a direção do AN.

Rodrigues implantou uma série de medidas como um novo regulamento interno, a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), traduções de publicações técnicas, dentre outros esforços. Contudo, tais iniciativas não podem ser enxergadas como atitudes isoladas do historiador carioca e assim, examinando-se o papel do IPGH na promoção de eventos técnico-científicos é possível aprofundar a análise do aparato institucional que influenciou em alguma medida a inovação da gestão de JHR.

3 A CONSOLIDAÇÃO DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

No bojo das disputas políticas e econômicas após fim da II Guerra Mundial (1939-1945), percebe-se, no caso dos países pretendidos como aliados pelos Estados Unidos, que a aplicação de recursos financeiros e o envio de especialistas nas áreas da educação e cultura ocupou um lugar importante na manutenção de relações diplomáticas, especialmente no contexto latino-americano (ESPINOSA, 1976). Este braço da política externa estadunidense é denominado como “quarto elemento da diplomacia” por Phillip Coombs (1964, p.XI) e adquire grande relevância no cenário porque estabelece uma proximidade das elites desses países com o conhecimento técnico produzido em solo norte-americano.

Nesse sentido, um organismo importante de disseminação do conhecimento técnico estadunidense foi o IPGH. Criado em 1928, a estrutura do IPGH dedicada às pesquisas históricas somente se consolida após a criação da Comissão de História em 1946 e, considerando-se a preocupação com as fontes de investigação desta primeira, formou-se em 1950 o Comitê de Arquivos, composto por diretores de arquivos nacionais do continente latino-americano.

O Comitê de Arquivos sediado em Havana - Cuba, promoveu uma série de eventos técnico-científicos ao longo da década de 1950 para sistematizar a legislação arquivística e discutir os desafios práticos das instituições arquivísticas na avaliação, aquisição e classificação de documentos de arquivo.

Um dos eventos de maior destaque neste período foi a IV Reunião de Consulta do IPGH, realizada na cidade de Cuenca, Equador, em janeiro de 1959. Ernesto de La Torre Villar (1958) relata que na oportunidade foi apresentada a proposta de realização de um congresso de maiores proporções e especialmente dedicado aos desafios do trabalho arquivístico na América Latina denominado como Primeira Reunião Interamericana de Arquivos (PRIA). Destacaram-se alguns dos membros do IPGH com a atribuição de organizar tal empreitada: T.R. Schellenberg (principal proponente), Roscoe Hill (EUA), Roberto

Etchepareborda (Argentina), Gunnar Mendonza (Bolívia), José Honório Rodrigues (Brasil) dentre outros.

Sabe-se que foi em Cuenca que se iniciou a circulação de algumas propostas para discussão na PRIA como: a sugestão de uma Escola Interamericana de Arquivistas; a criação de legislação para proteção do patrimônio documental; a Declaração de Princípios e um instrumento terminológico nomeado como Glossário de Termos Arquivísticos, com termos em língua portuguesa e espanhola (LA CUARTA..., 1959).

Do ponto de vista prático, a realização da PRIA foi efetivada principalmente por causa do apoio do National Archives and Records Service, do Department of State e do financiamento da Fundação Rockefeller, que liberou a verba de US\$ 40.700 para o evento (THE ROCKEFELLER, 1960). O grau de sucesso da PRIA de maneira geral pode ser apreendido através da fala de Vicenta Cortés Alonso, participante do evento e uma das principais personagens envolvidas nos frutos da reunião: “muitos dos participantes da reunião, voltando aos seus lugares de trabalho, procuraram seguir os contatos iniciados, levando a cabo algumas das propostas e aproveitando os frutos do trabalho em comum” (CORTÉS ALONSO, 1985, p.14).

Contudo, no que se refere especificamente ao contexto brasileiro é possível afirmar que as medidas inovadoras implantadas por José Honório Rodrigues não foram exclusivamente originadas de sua participação da Reunião de Consulta do IPGH em Cuenca ou na Primeira Reunião Interamericana de Arquivos, ainda que a integração de Rodrigues no círculo de pesquisadores e especialistas em arquivos que se formava no Instituto foi um dos elementos propulsores das transformações no cenário arquivístico durante a gestão honoriana, como discute-se a seguir.

4 JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: CARREIRA E PARTICIPAÇÕES NO MEIO PAN-AMERICANO

O historiador carioca nascido em novembro de 1913 formou-se em Direito em 1937 pela Universidade do Brasil e logo assumiu o posto de assistente de pesquisa de Sérgio Buarque de Holanda no Instituto Nacional do Livro (INL). O cargo possibilitou a Rodrigues o recebimento de uma bolsa da Fundação Rockefeller para assistir ao curso ‘Mature Methods and Types of History’ ministrado por Charles Cole, Henry Steele Commager, Jacques Barzun e Allan Nevins na Universidade de Columbia.

A experiência educacional em solo norte-americano foi definitiva não só para o direcionamento da carreira de pesquisador e teórico de José Honório Rodrigues, bem como proporcionou-lhe a oportunidade de conhecer arquivos e

bibliotecas nos EUA, as quais foram utilizadas como modelo para as fases seguintes de sua jornada laboral, como o excerto da entrevista concedida por Rodrigues (1984) a John D. Wirth e Thomas Lyle Whigham evidencia:

[...] minha educação – e eu gostaria de enfatizar isso – foi uma educação anglo-americana. Isto foi muito diferente do treinamento de outros professores brasileiros da minha geração, a maioria deles estiveram sob influência francesa, isso quando eles não eram diretamente treinados pelos franceses [...] Quando eu visitei arquivos e bibliotecas na Europa depois, eu podia ver claramente a diferença destas, então eu sempre disse aos meus alunos “Se você não conhece as bibliotecas e arquivos dos Estados Unidos, então você não conhece bibliotecas e arquivos, porque na Europa só existem caricaturas daquilo que arquivos e bibliotecas deveriam ser”. Sua organização e eficiência, o que não é uma questão de recursos, afinal a Europa é obviamente muito rica. Acontece que eles não são tão bem organizadas e classificadas quanto aquelas que eu visitei e trabalhei nos Estados Unidos. (RODRIGUES, 1984, p.220, tradução nossa)

Posteriormente, quando fora transferido para o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Rodrigues foi convidado pelo Conselho Britânico para conhecer órgãos culturais da Inglaterra e teceu comparações entre as formas de organização dos arquivos e bibliotecas estadunidenses e britânicos.

Já reconhecido como uma autoridade do campo de conhecimento histórico, Honório Rodrigues foi convidado por Lewis Hanke, importante gestor da Library of Congress (LOC) e da Fundação Hispânica, para compor o Primeiro Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros em 1950, promovido como uma das festividades do sesquicentenário da LOC. Parte do prestígio de Rodrigues no meio pan-americano devia-se à posição ocupada como chefe da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional (BN), o que possibilitava o diálogo intenso com especialistas em arquivos, pesquisadores e gestores de instituições arquivísticas para fins de troca de referências, orientação de alunos de pós-graduação, divulgação de publicações institucionais, dentre outros propósitos.

Tal fato pode ser corroborado através de uma breve análise da correspondência do intelectual carioca com integrantes dos órgãos mencionados. Em 18 de janeiro de 1954, Rodrigues recebe os agradecimentos pela recepção do estudante de pós-graduação David Stauffer, indicado por Lewis Hanke. Posteriormente, Hanke manifesta gratidão pelo envio da obra ‘O Continente do Rio Grande’, cuja autoria é de Rodrigues. Nesta última correspondência Lewis Hanke avisa sobre sua viagem ao Brasil com vistas à

participação no II Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros, a ser realizado em São Paulo. Na resposta, Rodrigues notifica sobre sua ida à Nova York para participar da Reunião dos Colaboradores do Programa de História da América (RODRIGUES, 1994, p.76-77).

Este programa, nas palavras de Carlos Bosch (1952-1953), foi instituído no IPGH pelo historiador Mario Picón em 1949, que promoveu um seminário para analisar os problemas da história da América no século XIX. Após a incorporação do Programa ao IPGH, o período estudado foi ampliado e foram selecionados integrantes do Instituto para compor grupos de trabalho, quais sejam: do período indígena; colonial e nacional.

O ingresso de José Honório Rodrigues no Programa ocorreu entre 1952 e 1953, sendo inserido no GT do período colonial, onde em tal oportunidade foi liderado por Silvio Zavala (PENA, 2018). A rede de personalidades da pesquisa histórica e da Arquivologia a qual José Honório teve acesso a partir disso abrangia nomes como Solon Justus Buck, Waldo Leland, T.R. Schellenberg, e, referente ao segundo, Ignacio Rubio Mané (México), Carlos Daniel Valcárcel (Peru), Javier Malagón (Espanha), Ceferino Garzón Maceda (Argentina), Lino Gomez Canedo (Porto Rico) e John Parker Harrison (Estados Unidos) (DE LA TORRE VILLAR, 1956; 1958-1959; 1960-1962).

Contudo, um dos marcos mais significativos que demarcam a proximidade teórico-prática de Rodrigues com o círculo de especialistas e pesquisadores do IPGH é a análise do Anteprojeto para o Sistema Nacional de Arquivos, empreitada na qual o historiador carioca liderou a elaboração em parceria com Augusto Rezende Rocha, Maria Luiza Stallard Dannemann, Maria de Lourdes da Costa e Souza e Ruy Vieira da Cunha, integrantes da Comissão Nacional de Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, instituída pela Portaria n.316-b, de 7 de novembro de 1961, de acordo com Marques (2019, p.181).

No texto do Anteprojeto (SOUZA; DANNEMAN, 1972) é perceptível a circulação das resoluções 4 e 14 da PRIA, que representavam respectivamente: a Declaração de Princípios² e um roteiro para elaboração de

² “Documentos, ambos públicos ou privados são fontes primárias de informação para o progresso político, social e econômico de uma nação. Eles constituem uma importante parte do seu patrimônio cultural; Documentos públicos são propriedade do povo e são administrados pelo governo através de delegação de autoridade do povo. Eles não devem ser alienados da custódia pública por ninguém, e, quando considerados inúteis eles devem ser eliminados somente com a aprovação das autoridades arquivísticas; Arquivos são instituições especificamente equipadas para preservar, organizar e manter os documentos de arquivo que não são mais necessários para propósitos correntes; Arquivos desempenham uma missão indispensável para todas as sociedades e a nenhuma outra instituição deverá confiada esta missão; Arquivistas são indivíduos treinados profissionalmente especificamente incumbidos

legislações arquivísticas. Ambos os textos foram discutidos a partir de 1959 entre os membros do IPGH e, no caso brasileiro, diversas ideias foram incorporadas em esforços de estabelecimento de um arcabouço jurídico para que as atividades das instituições arquivísticas abrangessem diretamente os documentos públicos produzidos nos órgãos.

O anteprojeto se inicia estabelecendo o compromisso do Estado para com os documentos públicos e privados de interesse histórico-artístico, registrando-se também a inalienabilidade dos documentos, ou seja, sua eliminação somente seria possível mediante autorização de instituições arquivísticas que eram responsáveis por coordenar a atribuição de valor aos documentos.

À vista disso, encontra-se uma proximidade da resolução 14 da PRIA e o Anteprojeto apresentado por Rodrigues, pois neste último fica registrado: quais arquivos comporiam o acervo do AN e a necessidade de criação de arquivos intermediários, denominados no planejamento arquivístico nacional como “agências regionais”, o que demarca muito fortemente a influência teórica norte-americana na feitura de subsídios legais para o fazer da instituição arquivística nacional.

Em outro ponto, percebe-se que o Anteprojeto também se apropria da Resolução 14 para estipular o prazo de recolhimento dos documentos públicos no Brasil, 30 anos, o que é aconselhado de igual maneira na resolução da PRIA. Além disso, os arquivistas também têm um realce no texto. Na medida em que a Declaração de Princípios (SCHELLENBERG, 1962) frisa a necessidade de formação específica para o exercício da profissão, o Anteprojeto, conforme pesquisa documental de Marques (2019), sugere:

[...]. A ENA (Escola Nacional de Arquivística), **recomendação expressa do 1º Congresso Interamericano de Arquivos – (1961)**, naturalmente surge dos cursos do Arquivo Nacional, com as mudanças qualitativas provindas de seus novos fins. Funcionando num regime de grande autonomia, apesar de subordinada administrativamente ao Arquivo Nacional, a ENA

das funções de preservação, organização e manutenção de documentos de arquivo, ambos, públicos e privados e em instituições arquivísticas; Arquivistas devem desempenhar seus deveres de maneira responsável, e não de acordo com predileções pessoais, mas de acordo com técnicas profissionais e objetivos da profissão arquivística; Governos, em relação às instituições arquivísticas tem o dever de provê-las com todos os recursos necessários para desempenharem suas funções específicas; Governos, em relação aos arquivistas têm a responsabilidade de provê-los treinamento e ascensão de sua profissão a um nível digno, comensurado a sua missão social; Cidadãos têm a responsabilidade de demandar dos seus governos que suas instituições arquivísticas e arquivistas tenham um desempenho fiel das funções de preservação, organização e manutenção dos acervos arquivísticos, e, estender a eles o suporte necessário para o desempenho dessas funções de forma eficiente” (SCHELLENBERG, 1962, p.138, tradução nossa).

se ordena em nível universitário. De fato, ministrará os cursos de formação exigidos ao ingresso nas séries de classe de arquivista e documentarista, ambos desse nível, bem como os de aperfeiçoamento necessário ao provimento dos cargos de historiógrafo, paleógrafo e pesquisador, para os quais é requisito prévio a formação universitária. (MARQUES, 2019, p.181, grifo nosso)

O livre acesso aos arquivos, por sua vez, é mencionado de maneira frequente no Anteprojeto, o qual corrobora o ideal de liberalização do acesso aos arquivos como “expressão de controle democrático”, bem como “requisito necessário ao exercício da liberdade científica, literária e artística” (SOUZA; DANNEMANN, 1972, p.46), proposta também presente na Resolução nº 14 quando advoga pela manutenção das normas mais liberais possíveis para aceder aos arquivos públicos, destacando-se propósitos investigativos e de interesse geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados sugerem que Honório Rodrigues chega à direção do AN imerso em um período de convívio com especialistas e gestores de arquivos que influenciariam os contornos das principais alterações promovidas pelo historiador ao longo de sua gestão na instituição. Tal rede, ao concentrar-se na PRIA, também pode ter ditado o influxo de aspectos teóricos norte-americanos para a resolução dos problemas arquivísticos brasileiros à época.

Assim, é possível perceber as influências da metodologia sugerida na PRIA sobre como elaborar legislações arquivísticas, além de uma presença marcante da Declaração de Princípios em medidas importantes da gestão de Rodrigues como o Anteprojeto para o Sistema Nacional de Arquivos, publicizado em 1962. Especificamente, nota-se esta relação na adoção do Ciclo Vital de documentos no Anteprojeto, na sugestão de prazos de guarda intermediária e na propositura de uma Escola Nacional de Arquivística, tal qual sugere-se na resolução da PRIA.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Paulo José Viana de. **A primeira Reunião Interamericana de Arquivos e sua influência no desenvolvimento teórico-prático da arquivologia brasileira.** 2021. 243 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22714> Acesso em 07 maio. 2022.

BARBATHO, Renata Regina Gouvêa. **O Arquivo Nacional no Estado Novo: a gestão de Eugênio Vilhena de Moraes entre 1938 e 1945.** 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BRAYER, Herbert. Report on the Meeting of Professional Archivists Called by the United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization, June 9 to 11, 1948, Paris, France. **The American Archivist**, v.11, n.4, p.325-331, 1948. Disponível em: <https://doi.org/10.17723/aarc.11.4.2624225664540q49> Acesso em 08 maio. 2022.

DE LA TORRE VILAR, Ernesto. La Cuarta Reunion Panamericana de Consulta de la Comission de Historia. **Revista de História de América**, s.v., n.45, Enero-junio, p.519-522, 1958. Disponível em: https://bibliotecas.inah.gob.mx:8092/REHIAM_00_0045.html Acesso em 28 dez. 2020.

DURANTI, Luciana. The Archival Body of Knowledge: Archival Theory, Method and Practice and Graduate and Continuing Education. **Journal of Education for Library and Information Science**, v.34, n.1, p.8-24, Winter, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40323707> Acesso em 01 jan. 2020.

ESPINOSA, Manuel J. **Inter-American Beginnings of U.S. Cultural Diplomacy, 1936-1948**. Washington: Department of State Historical Studies, 1976.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da; BEZERRA, Darlene Alves. Arquivos e administração pública: a temática arquivística na Revista do Serviço Público, 1939-1945. In: VENANCIO, Renato (org.); SILVA, Welder Antônio (org.); NASCIMENTO, Adailson (org.). **Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos**. Belo Horizonte: UFMG, 2017, p.431-450.

LA CUARTA REUNIÓN DE CONSULTA DE LA COMISIÓN DE HISTORIA (CUENCA, ECUADOR, 19 AL 27 DE ENERO DE 1959). Revista de História de América, s.v., n.47, Enero-Julio, 1959, p.207-244. Disponível em: https://bibliotecas.inah.gob.mx:8092/REHIAM_00_0047.html Acesso em 04 jan. 2021.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **A Arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

PADILHA, Tarcísio. Eugênio Vilhena de Moraes. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, v.149, n.359, abril-junho, p.238-242, 1988.

PRIMERA REUNIÓN INTERAMERICANA DEL COMITÉ DE ARCHIVOS, 18-25 SEPTIEMBRE DE 1950. Havana: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1950. Disponível em: <https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/58924/1/212884.pdf&origen=BDigital> Acesso em 03 mar. 2019.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

RODRIGUES, Lêda Boechat (org.). **José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SANTOS, Francisco Ruas. Eugênio Vilhena de Moraes – Guerreiro do bom combate, guardião da fé em Deus e na Pátria. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, v.149, n.359, abril-junho, p.231-237, 1988.

SANTOS, Paulo Roberto Elian. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). **Revista Brasileira de História**, v.38, n.78, p.121-146, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010201882018000200121&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 11 fev. 2019.

SCHELLENBERG, T.R. Inter American archival seminar. **Archivalische Zeitschrift**, v.58, s.n., p.138-145, 1962. Disponível em: <https://www.degruyter.com/view/journals/az/58/jg/article-p138.xml> Acesso em 13 jan. 2019.

SILVA, Suely Braga da (org.). **Luís Simões Lopes: fragmentos de memória**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SOUZA, Maria de Lourdes da Costa e; DANNEMANN, Maria Luiza Stallard. **Sistema Nacional de Arquivos**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1, 1972, Rio de Janeiro. Anais...Brasília: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1972, p.31-64.

THE ROCKEFELLER FOUNDATION ANNUAL REPORT. New York, 1960.

WAHRLICH, Beatriz L. de Sousa. Reforma administrativa federal brasileira: passado e presente. **Revista Administração Pública**, v.8, s.n., p.27-75, abr./jun., 1974. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/5965/4625> Acesso em 07 jan. 2020.

DOCUMENTOS AUDIOVISUAIS NOS ARQUIVOS: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DA SEÇÃO DE FILMES DO ARQUIVO NACIONAL

Walmor Martins Pamplona (Universidade de Coimbra)

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o consumo da informação audiovisual e de documentos audiovisuais cresce de maneira avassaladora, devido aos aplicativos móveis operando em velocidades cada vez mais altas. Tal consumo gera uma superprodução do gênero documental audiovisual, com uma diversidade temática de limites cada vez mais difíceis de mapear. Tal explosão documental audiovisual deixa um rastro de documentos e arquivos que acaba por demandar organização e recuperação eficazes, acompanhadas de uma análise documentária que aborde forma e conteúdo com qualidade e de forma detalhada, além do contexto de produção.

O nosso objeto de estudo é a Seção de Filmes do AN e sua experiência no tratamento do acervo audiovisual sob sua guarda. Construiu-se um estudo sobre como foram geridos esses documentos, sob quais condições e a partir de quais referências já existentes no campo dos documentos audiovisuais, com quais instrumentos, em quais ambientes institucionais.

Documentos arquivísticos audiovisuais apresentam uma ampla variedade de suportes que, por sua vez, geram múltiplos formatos. Filmes (material emulsionado), vídeos (base magnética) e formatos digitais; transmissões de TV, videogames e outros registros de imagens em movimento têm suscitado, entre os profissionais que refletem sobre eles, tratam de tais documentos e dão acesso a esses acervos, questões quanto à maneira de selecioná-los, dar

tratamento a eles, e de entender quais serão seus usos e usuários. Outra face sensível é a preservação tanto dos arquivos, diante da facilidade de degradação física e química, quanto dos dispositivos essenciais para a reprodução de tais documentos.

Considerando o cenário da preservação de filmes no país — dividida entre os arquivos e as cinematecas existentes — e entendendo o Arquivo Nacional como instituição que representa os esforços empreendidos no cuidado desse tipo de acervo, além de sua relevância na área dos arquivos, pareceu importante o estudo da atuação do AN, por meio de sua seção de filmes, buscando traçar uma narrativa que explicasse os principais momentos e os diversos aspectos que marcaram essa trajetória institucional de tratamento de documentos audiovisuais no país.

Percebe-se uma tímida produção em literatura científica sobre esse gênero documental. Quem procura informações sobre como definir a proveniência, estabelecer a organicidade e garantir a autenticidade de acervos audiovisuais, para mencionar conceitos arquivísticos matriciais, sente dificuldade em encontrar referências cientificamente desenvolvidas e, portanto, confiáveis. Para agravar a escassez de referências, a esmagadora maioria da literatura produzida abarca o universo das instituições, serviços e documentos arquivísticos públicos, dando pouca atenção ao setor privado e suas necessidades, quando empresas e outras instituições privadas precisam organizar, preservar e dar acesso aos seus acervos audiovisuais.

Um dos pressupostos desta pesquisa é de que a trajetória do setor audiovisual do AN pode se tornar uma referência importante para qualquer profissional ou pesquisador, traduzindo-se num ponto de partida para o tratamento de acervos audiovisuais, não importa se públicos ou privados. Tal análise ilumina uma memória de atuação técnica de importante sistematização, a ser disseminada e debatida como forma de ajudar a pensar tanto no presente quanto no futuro do tratamento desses arquivos.

Esta pesquisa pressupõe ainda que documentos arquivísticos audiovisuais exigem um tratamento que contemple as especificidades da documentação audiovisual. Os audiovisuais são documentos gerados (roteiros de cena e filmagem, cronogramas de produção, autorizações prévias, contratos, orçamentos etc.) e geradores (sinopses, peças promocionais, trailers, fotografias etc.) de outros documentos, com uma ampla diversidade de tipos, no seu processo de criação e produção.

Eventualmente, documentos audiovisuais não trazem em si as informações que lhes conferem a noção de organicidade, até porque, vale notar, são realizados *ad hoc* às atividades mais organicamente registradas num ambiente

institucional. Muitas instituições contratam esses serviços, que são realizados fora de seus domínios administrativos, por exemplo, o que dificulta o entendimento da relação orgânica com o seu contexto de criação e produção, resistindo assim a abordagens arquivísticas clássicas.

O estudo entrevistou os principais atores envolvidos na formação da seção de filmes do Arquivo Nacional, para complementar as fontes bibliográficas e arquivísticas usadas no levantamento de dados, e oferecer essa nova fonte, já conferida, transcrita e autorizada para usos, aos futuros interessados pelo tema. Essas entrevistas, assentadas na metodologia da História Oral (HO), encontram-se ao fim da dissertação correlata, nos apêndices.

A importância de tal estudo justifica-se ainda pela ausência de trabalhos com foco no Arquivo Nacional e sua atuação na área dos arquivos de filmes. Em que pese o fato de não serem nomeados como arquivos, outras duas importantes instituições de guarda de acervos audiovisuais já mereceram obras acadêmicas que lhes descrevam a trajetória. Sobre a trajetória institucional da Cinemateca³ Brasileira, é imprescindível recorrer ao pesquisador Carlos Roberto de Souza (2009), por meio de sua tese “A Cinemateca Brasileira e a preservação de filmes no Brasil”. Já o pesquisador José Luiz de Araújo Quental (2010), em sua dissertação de mestrado, “A preservação cinematográfica no Brasil e a construção de uma cinemateca na Belacap: a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro”, refaz a trajetória da primeira fase da Cinemateca do MAM. Ao mesmo tempo, nenhum estudo mais substancial sobre os arquivos audiovisuais do AN foi produzido.

Trata-se de uma pesquisa que parte da investigação documental e bibliográfica para dar subsídio à coleta de informações sobre a trajetória dessa gestão no Arquivo Nacional e que se serve também dos depoimentos coletados. É uma pesquisa exploratória que pretende entender os processos institucionais e a evolução dos métodos e diretrizes aplicados à documentação audiovisual. Vai analisar os documentos que registram a história arquivística dos documentos audiovisuais no arquivo corrente da instituição, o “arquivo do arquivo” do AN, entre outras fontes primárias.

Para dar conta da tarefa de elaboração do estudo da trajetória da seção de filmes e vídeos do AN, a referida dissertação, de mesmo título, assenta-se na seguinte estrutura.

³ Entidade encarregada de colecionar, armazenar e conservar documentos cinematográficos, sem levar em consideração sua proveniência ou seu valor arquivístico. Também é responsável pelo atendimento a usuários que queiram assistir aos filmes, e que são projetados em sessões especiais; biblioteca de filmes, documentação cinematográfica (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 101).

No capítulo 2, a pesquisa apresenta e caracteriza, de forma geral, a problemática dos arquivos audiovisuais como uma introdução ao estudo do setor de filmes do Arquivo Nacional, além de indicar a definição de documento audiovisual adotada no trabalho: os documentos de imagens em movimento, com som ou não, como define o glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2014).

Num segundo momento, o mesmo capítulo recorre ao pensamento arquivístico contemporâneo para justificar este estudo e dialogar com os documentos audiovisuais. Recorremos a Terry Cook (2018) para afirmar a importância deste trabalho, ao olharmos com atenção para as experiências tomadas no passado das instituições e do próprio campo da Arquivologia, entendendo os preceitos teóricos e métodos práticos como históricos, ou seja, condicionados aos contextos mais amplos nos quais cada instituição arquivística toma suas decisões e pavimenta seus caminhos. O conhecimento dessas experiências nos embasam para entendermos o presente das instituições e os limites e as possibilidades do caminho percorrido e, ao refletirmos nessa chave de conexão temporal, podemos conjecturar e projetar sobre os futuros possíveis.

Com base em Theo Thomassen (2006), consideramos que os arquivos audiovisuais são produtos de processos de trabalho e, neste sentido, estão conectados a outros documentos no processo de sua produção. Por outro lado, possuem autonomia como obras artísticas ou autorais, o que os aproxima, por exemplo, dos livros. Esta tensão entre documento arquivístico e obra revela-se presente neste estudo, notadamente na relação entre o AN e os diretores ou produtores de obras cinematográficas sob a guarda do AN, em regime de comodato.

O terceiro capítulo busca descrever a trajetória da equipe responsável pelo tratamento dos arquivos de filmes e vídeos, no âmbito do AN, procurando mapear ainda as condições e circunstâncias pré-existentes, que antecederam a criação regimental do setor especialista em imagens em movimento, além do efetivo cumprimento de suas funções previstas no ato legal, o que só aconteceu 24 anos depois de sua existência apenas teórica.

O mesmo capítulo busca apresentar as circunstâncias em torno da fundação do Arquivo Nacional, ainda no Brasil Império; da primeira onda modernizadora de suas funções e serviços, operada pelo historiador José Honório Rodrigues (1958-1964); da segunda onda modernizadora, desta vez liderada pela socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto (1980-1990), que acabou resultando no que este estudo sugere chamar de reconfiguração da antiga Seção de Filmes, uma vez que ela foi fundada no regimento institucional de 1958,

mas passou 24 anos apenas guardando microfilmes. Na reconfiguração, no início da década de 1980, uma grande quantidade de latas de filme deu entrada no Arquivo Nacional, o que impôs que a seção efetivamente tratasse do gênero documental fílmico, como previsto em regimento, desde o fim da década de 1950. O capítulo procura detalhar e aprofundar, tanto quanto possível, os momentos iniciais da dita reconfiguração. A chegada de milhares de latas, os primeiros procedimentos, o estado de conservação dos primeiros fundos, o perfil dos pioneiros e como eles se capacitaram para as novas responsabilidades.

Em seguida, o capítulo trata da década de 1990, época em que se viu a consolidação do serviço da antiga Seção de Filmes, a entrada de novos fundos públicos e privados e a chegada, à Sala de Consultas, dos primeiros instrumentos de pesquisa relativos aos fundos audiovisuais, sob a guarda da instituição. Neste período, documentos videográficos dão entrada com mais frequência e o vídeo é usado para acesso e preservação.

O capítulo aborda ainda a década de 2000, em que uma crise sem precedentes na Cinemateca do MAM-RJ faz com que dezenas de fundos privados de filmes cheguem ao AN, sob o regime de comodato, em debate desde então entre os profissionais que lidam com tais arquivos.

Na sequência, o capítulo trata da década de 2010, marcada pelo ambiente digital. Ainda que sem uma cultura de tratamento, construída de maneira consistente para ser analisada, toda a preservação agora se faz em ambiente digital, o que vem transformando os procedimentos técnicos da equipe de filmes e vídeos do AN.

As considerações finais discorrem sobre o que significou um estudo sistemático sobre a trajetória da seção que se dedica a tratar arquivisticamente filmes e vídeos de valor permanente. Mapeia os resultados alcançados pela pesquisa e os produtos gerados pela sua realização, além de refletir sobre as mudanças no setor ao longo do tempo.

2 O ARQUIVO NACIONAL E A GESTÃO DO ACERVO AUDIOVISUAL: NOTAS SOBRE UMA HISTÓRIA EM PROCESSO (1980-2020)

Embora existisse desde 1958, quando foi criada por meio de regimento aprovado na gestão de José Honório Rodrigues, a Seção de Filmes só passa a gerenciar documentos audiovisuais em fins de 1982, tendo realizado atividades relacionadas a microfilmes por 24 anos. É a partir da década de 1980 que a Seção de Filmes dá os seus primeiros passos no tratamento de filmes e vídeos, no âmbito no AN.

O marco transformador é o recolhimento, em 1982, do acervo da Agência Nacional, extinta agência de notícias federal, resultado da iniciativa de Celina Vargas que liderava um processo de modernização na instituição, na época.

A década de 1980 foi marcada por grandes transformações na trajetória da Seção de Filmes, principalmente aquela ocorrida com a entrada do acervo da Agência Nacional, a partir do fim de 1982. O impacto deste recolhimento fez a SF atuar efetivamente no que previa o regimento de 1958, o primeiro que citou a seção: gerenciar documentos filmicos e videográficos de valor histórico. Outra marca desta década é o recrutamento e a capacitação, no Brasil e no exterior, de profissionais que assumiram a responsabilidade de gestão de filmes e vídeos. Esse diálogo com experiências anteriores, no Brasil e no mundo, permitiu que os pioneiros sedimentassem métodos e procedimentos próprios, de acordo com as demandas institucionais específicas. Esse período conheceu muitos avanços no tratamento técnico do acervo de filmes, tanto no que tange à sua conservação e preservação quanto em relação ao tratamento da informação extraída do material filmico.

Na segunda década de sua efetiva existência, a de 1990, considerada como a da consolidação dos serviços, a equipe de filmes e vídeos do Arquivo Nacional enfrenta os percalços do descontrole de temperatura e umidade de seus depósitos de filmes, refina a organização das frentes de trabalho nas mais diversas fases de tratamento do acervo e protagoniza novas parcerias importantes para a construção de suas próprias diretrizes e metodologias de trabalho.

A década de 2000 mostra o aumento repentino do tamanho do acervo de filmes sob a guarda do AN, decorrente da crise ocorrida na Cinemateca do MAM-RJ, em 2002. Tal profusão de filmes de fundos privados traz em seu bojo o regime de comodato. O concurso público, em 2005, representa a chegada de um importante reforço nos recursos humanos da instituição, tendo em vista as demandas de um acervo que aumentou muito, ao longo dos três anos anteriores. A experiência da Cinemateca do MAM foi, mais uma vez, decisiva na capacitação da equipe de filmes e vídeos do AN, que acabava de ter suas responsabilidades aumentadas e aprofundadas com a crise do MAM-RJ. Mais um lote do fundo TV Tupi dá entrada no AN, em mais um capítulo do esforço pela preservação de tal patrimônio audiovisual. A chegada de uma geração de instrumentos de pesquisa colaborou para a ampliação do acesso ao acervo, finalidade basilar de uma instituição arquivística. Depois do MAM-RJ, quase 30 fundos deram entrada no AN.

O ambiente digital é um dado de realidade incontornável para a equipe de filmes e vídeos do AN, na década de 2010, uma vez que filmar em suporte analógico é uma raridade hoje em dia. O equipamento e os processos de produção e pós-produção audiovisual mais acessíveis e viáveis financeiramente são os digitais, uma vez que hoje a revelação de filmes de acetato (tecnologia usada no filme original de câmera virgem em ambiente analógico) e a geração de cópias em poliéster (tecnologia mais avançada de exibição e preservação analógicas) representam um nicho muito caro. Principalmente, levando em conta toda a simplificação e banalização dos meios de produção que as tecnologias digitais impuseram à cadeia produtiva do audiovisual. Daqui para a frente, a equipe a cargo dos documentos audiovisuais vai passar a receber cada vez mais documentos digitais do que analógicos, que tendem ao desaparecimento, prospectivamente. O “Guia de Fundos e Coleções de Imagens em Movimento”, lançado no segundo semestre de 2020, representa um importante passo no controle do acervo e no acesso ao seu conteúdo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação referida neste trabalho preencheu uma lacuna identificada por meio de uma investigação preliminar, que revelou não existir, até o presente momento, um estudo acadêmico que descreva a trajetória da Seção de Filmes (seu primeiro nome), apreendendo, a partir da experiência do Arquivo Nacional, como se deu a gestão do gênero documental audiovisual no âmbito do principal ator institucional arquivístico do país. Tratou-se da construção de uma narrativa ao mesmo tempo descritiva e analítica, embasada por uma estrutura temporal cronológica linear sobretudo nos anos compreendidos entre a década de 1980, com a modernização do Arquivo Nacional e o ano da produção do estudo, 2020.

Ressalta-se a partir deste estudo a importância de uma necessária cultura audiovisual pretérita do arquivista responsável pelo tratamento de filmes e vídeos. O conhecimento das histórias do cinema é importante, mas não é o bastante. Conhecer a evolução da tecnologia de filmes e vídeos, os diferentes suportes e formatos, também compõe a bagagem teórica de um profissional bem preparado. E o terceiro campo caro a um profissional de qualidade, depois da história do cinema e da evolução da tecnologia de registro, exibição e preservação, é o domínio das etapas da cadeia produtiva do audiovisual e dos documentos gerados no bojo deste processo.

Ao analisar estruturas e práticas institucionais, tal pesquisa identificou e descreveu as origens da Seção de Filmes do Arquivo Nacional, além das tradições e referências que orientaram a trajetória do tratamento desses

registros. Identificou e descreveu os grandes marcos transformadores, os pontos de inflexão que determinaram as ações desenvolvidas, ao longo do tempo. Produziu entrevistas assentadas na metodologia da História Oral (HO), tendo em vista torná-las disponíveis à consulta e usos futuros a partir da publicação do TCC.

Esta trajetória foi construída com os vestígios deixados ao longo de quase 40 anos de atividade da seção em estudo. Muitos registros, relatórios de atividades e de gestão, entre outros tipos documentais, foram recuperados parcialmente, incompletos, ou foram totalmente perdidos, não tendo sido localizados, na tentativa de atender às demandas da pesquisa que avançava na identificação de fontes conforme processava novos vestígios levantados. O material extraído das entrevistas foi precioso na complementaridade de sua informação com relação ao conjunto de informações extraído de relatórios, artigos, regulamentos, registros audiovisuais, publicações, normas e outros documentos.

Seja pela preservação dos filmes da era analógica (que ainda podem chegar para custódia), seja pela gestão e preservação dos filmes digitais que constituem, hoje, o paradigma que orienta a produção audiovisual, o Arquivo Nacional seguirá sendo uma instituição que serve de referência para a comunidade arquivística. Seus procedimentos, embasados na formação de sua equipe bem como na experiência com a prática em anos de gestão desse tipo de material tornam o AN um dos protagonistas nessa área no Brasil. Esperamos que nosso estudo possa trazer mais questionamentos para mais pesquisas num campo que merece ser explorado pela Arquivologia.

REFERÊNCIAS

ANCINE. **Termos técnicos cinema audiovisual**. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.ancine.gov.br/media/Termos_Tecnicos_Cinema_Audiovisual_28032008.pdf Acessado em: 03 de setembro de 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros**. Rio de Janeiro: 2014.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 217-231.

PAMPLONA, Walmor Martins (2020). **Documentos audiovisuais nos arquivos**: um estudo sobre a trajetória da Seção de Filmes do Arquivo Nacional.

Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) — PPGARQ, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

QUENTAL, J. L. A. **A preservação cinematográfica no Brasil e a construção de uma cinemateca na Belacap**: a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

SOUZA, Carlos Roberto de. **A Cinemateca Brasileira e a preservação de filmes no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado) – Departamento de Cinema, Televisão e Rádio, Escola de Comunicações e Artes, USP, São Paulo, 2009.

HISTÓRIA DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL À LUZ DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE ARQUIVISTAS

Katia Isabelli Melo (Universidade de Brasília),
Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves (Dataprev S.A.)

1 INTRODUÇÃO

Segundo Didier Grange (2014) as associações constituem a parte vital da profissão, o que se verifica no Brasil considerando que a história da Arquivologia está intrinsecamente ligada ao movimento associativo. E essa vinculação surge em 20 de outubro de 1971 quando um grupo de arquivistas abnegados cria a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Ainda que a AAB surja como entidade representativa da categoria, na busca de reconhecimento do arquivista e da sua inserção no mercado de trabalho, uma de suas primeiras ações vinculou-se ao aspecto científico da Arquivologia promovendo, em 1972, o primeiro evento em âmbito nacional, o Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), que apresentou reflexões teóricas da área, inclusive com a participação de profissionais estrangeiros. O I CBA revelou, conjuntamente, o espaço de apoio para a criação dos cursos de Arquivologia no Brasil, conforme registrado pela Profa. Mariza Bottino,

Em cumprimento à recomendação do I CBA, realizado na cidade do Rio de Janeiro no mês de outubro de 1972, que estabelece “que seja fixado o currículo mínimo do Curso Superior de Arquivo”, a AAB encaminha, por meio de seu presidente, ao Conselho Federal de Educação – Câmara de Ensino Superior, o Projeto de Currículo Mínimo para o

Curso Superior de Arquivo, constituindo-se no Processo nº 1845/72 daquele órgão. (BOTTINO, 2014, p. 25)

A primeira edição do CBA contribuiu para a configuração da área apresentando discussões, dentre outras, sobre a construção de uma terminologia arquivística brasileira e a formação profissional e, efetivamente em 1973, surgiu o primeiro curso de Arquivologia oriundo do Arquivo Nacional. Entretanto, é importante ressaltar que algumas iniciativas de capacitação de profissionais para atuarem nos arquivos ocorreram anteriormente, a exemplo da criação em 1962 na Universidade de São Paulo, do primeiro Curso de Arquivo Médico e Estatística (Arquivo & Administração, 1973). Por consequência, os arquivos médicos passaram a ter espaço nas edições subsequentes do CBA⁴ assim como o curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), inicialmente, contava com a habilitação em Arquivos Médicos.

No que se refere à capacitação, a AAB revelou-se como um espaço de formação continuada dos profissionais de arquivo mediante a promoção dos eventos e cursos de curta duração. No aspecto científico, insere-se como outra contribuição significativa, a Revista Arquivo & Administração onde a AAB se fez presente como a entidade responsável por publicar o “primeiro periódico especializado na área”, conforme ressaltado pela Prof^a. Mariza Bottino em sua obra: O legado dos congressos brasileiros de arquivologia (1972-2000), publicada em 2014. Outro legado da AAB refere-se ao reconhecimento das profissões de arquivista e de técnico de arquivo mediante a promulgação da Lei 6.546, de 4 de julho de 1978.

No plano regional, o Rio Grande do Sul tem um destaque na formação de associações profissionais. Em 1979 foi criada a Associação Rio-Grandense de Arquivistas (ARA), composta por arquivistas provisionados, ocasião em que se constituiu o Núcleo Regional do Rio Grande do Sul, vinculado à AAB. No ano seguinte à criação da ARA, em 1980, é criada a Associação Gaúcha dos Bacharéis em Arquivologia, AGBA, que atuou até 1985. (NAVARRO; KURTZ, 2009). No Rio de Janeiro surgiu, também em 1979, a Associação dos Graduados em Arquivologia do Rio de Janeiro (AGARJ) registrada na obra de Souza (2011). Com a extinção das associações que surgiram no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, a AAB manteve-se como a única entidade representativa da categoria dos arquivistas até 1998. A partir de então, surgem

⁴ Um estudo acerca do surgimento dos cursos na área de arquivos médicos está disponível na pesquisa de CONCÓRDIAS, 2011.

novas associações profissionais com atribuições similares e dotadas de autonomia, em diversas unidades federativas do país no total de treze.

Recentemente, o estudo de Melo et al. apresentado no IX Congresso Nacional de Arquivologia, em maio de 2022, analisou a atuação política das associações tendo em conta as atribuições previstas nos atos normativos, onde prioriza-se a luta em defesa do arquivista e a atuação como órgão fiscalizador. Sob outra perspectiva, verificou-se a participação das associações na publicação de conhecimento científico seja no formato de livros, periódicos e anais dos eventos promovidos e todo esse legado constitui uma contribuição significativa para a Arquivologia brasileira. Portanto, resgatar a história da Arquivologia no Brasil do ponto de vista do movimento associativo é refletir sobre as primeiras ações de estabelecimento do espaço da profissão de arquivista tanto quanto consiste em compreender o papel, a parcela de doação e o discurso, muitas vezes solitário, de seus legítimos representantes.

Os resultados aqui apresentados constituem um recorte de um projeto de maior magnitude que têm por objetivo resgatar a história da Arquivologia no Brasil à luz do movimento associativo de arquivistas, estando vinculado ao Grupo de Pesquisa Estudos Prospectivos: formação e atuação profissional do arquivista, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 METODOLOGIA

Adotou-se como metodologia a pesquisa em fontes bibliográficas com base nas seguintes publicações “Revista Arquivo & Administração” e “Boletim da AAB”, ambos da AAB; o “Jornal da AARS”, da Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS); a “Revista Cenário Arquivístico”, da Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ) e o periódico “Informação Arquivística”, da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ), cadastradas na Base de Dados em Arquivística (BDA). Como referencial teórico a pesquisa ateve-se aos estudos de CASTRO (1985), SOUZA (2011), SILVA (2013), BOTTINO (2014), e MELO; ESTEVES (2021) que abordam o movimento associativo de arquivistas no Brasil.

Aplicou-se um questionário, instrumento inicial de coleta de dados, estruturado em três blocos constituído por perguntas abertas e fechadas. A pesquisa recorreu à técnica de entrevista de história oral a partir de roteiro predefinido e posterior transcrição do texto.

3 O CENÁRIO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE ARQUIVISTAS NO BRASIL PÓS 1998

Por mais de duas décadas a AAB se manteve como a única entidade representativa da categoria dos arquivistas. Com sede no Rio de Janeiro, sua atuação em todo o território nacional estava ramificada por meio dos seus núcleos regionais, que surgiram a partir do final dos anos 1970, em espaços geográficos distintos. O Quadro 1 demonstra os núcleos criados, sendo que alguns tiveram duração efêmera.

Quadro 1 – AAB e seus Núcleos Regionais

Representação da AAB	UF
AAB (Sede)	RJ
Núcleo Regional de Brasília	DF
Núcleo Regional de São Paulo	SP
Núcleo Regional do Rio Grande do Norte	RN
Núcleo Regional de Paraíba	PB
Núcleo Regional de Recife	PE
Núcleo Regional do Espírito Santo	ES
Núcleo Regional do Pará	PA
Núcleo Regional do Rio Grande do Sul	RS
Núcleo Regional de Sergipe	SE
Núcleo Regional de Alagoas	AL
Núcleo Regional da Bahia	BA
Núcleo Regional do Ceará	CE

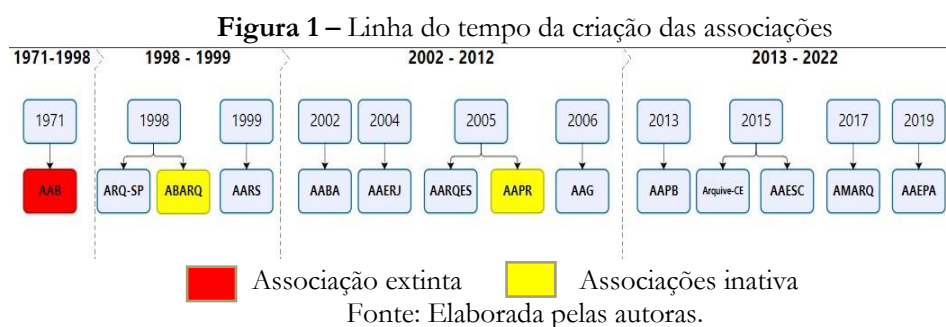
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Constata-se uma representação significativa de atuação do associativismo na região Nordeste e mesmo na capital federal, Brasília, que eram espaços ausentes de cursos de formação em Arquivologia por ocasião da criação dos Núcleos.

Até 1998, a AAB contava com Núcleos Regionais atuantes em Brasília (DF), São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Espírito Santo, Bahia e Paraíba. Com a extinção, os bens patrimoniais dos Núcleos foram transferidos para a Sede da AAB Sede, no Rio de Janeiro, inclusive uma sala comercial, em Brasília, adquirida em 1990 com os recursos do VII Congresso Brasileiro de Arquivologia promovido pelo Núcleo Regional de Brasília⁵. A AAB foi extinta oficialmente em 2014. O surgimento das demais associações, a partir de 1998, possibilitou a ampliação dos espaços geográficos de atuação em decorrência, sobretudo, dos novos cursos de formação e do engajamento de seus profissionais (SOUZA, 2011).

⁵ À época, o Núcleo Regional de Brasília estava sob a direção da Profa. Nilza Teixeira Soares que foi a responsável pela organização do evento e, consequentemente, pela aquisição da sala própria para o Núcleo. Com a extinção, o imóvel foi colocado à venda e os recursos aplicados na aquisição de uma sede própria para a AAB, no Rio de Janeiro.

A linha do tempo, a seguir, reflete a evolução do movimento associativo no Brasil com quatro períodos distintos. O primeiro, representado pela AAB. O segundo, nos anos 1990 representado por três associações, ABARQ⁶, Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQSP) e AARS. O terceiro período inicia em 2002 e segue até 2006, composto pela AAERJ, Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA), Associação dos Arquivistas do Espírito Santo (AARQES), Associação dos Arquivistas do Paraná (AAPR) e Associação de Arquivologia de Goiás (AAG). Sete anos após formou-se, a partir de 2013, o quarto período representado pela Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB), Associação dos Arquivistas do Estado do Ceará (ARQUIVE-CE), Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC), Associação Mineira de Arquivistas (AMARQ) finalizando, em 2019, com a Assembleia de criação da Associação dos Arquivistas do Estado do Pará (AAEPA) e seu registro definitivo em 2022.



Duas associações foram criadas sem que resultassem da ação dos egressos dos cursos de formação sendo a AAG, na cidade de Goiânia, e Arquive-CE, em Fortaleza, ambas com atuação na promoção de eventos e na capacitação de profissionais. A AAG promove, desde 2012, o curso de Especialização em Gestão de Arquivos e Tecnologia da Informação, contribuindo para a capacitação de profissionais que atuam nos arquivos públicos e privados e realizou, em 2008, o XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, promovido pela AAB. A Arquive-CE surgiu com duas finalidades, promover o VII Congresso Nacional de Arquivologia ocorrido em 2016, e lutar pela criação do curso de Arquivologia no estado do Ceará, o que ainda se mantém como um anseio dos profissionais que ali atuam.

Alguns entraves impossibilitaram um trilhar contínuo de determinadas associações. Atualmente, onze delas estão atuantes, congregadas no Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq).

⁶ Em 7 de fevereiro de 2001, a ABARQ adquiriu uma sede em Brasília, com recursos próprios.

Do ponto de vista geográfico, a distribuição das associações criadas a partir de 1998, apresenta concentração nas capitais brasileiras, ocorrendo distribuição igualitária nas regiões sul e sudeste onde todos os estados da federação revelam representatividade associativa. A dimensão geográfica pode ser analisada também por meio do local de realização dos eventos científicos da área, somando as edições do Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) e do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) promovidos pelo associativismo arquivístico respectivamente pela extinta AAB e pelo FNArq. O Quadro 2 demonstra predominância na Região Sudeste, apresentando um total de treze edições, dos quais nove foram realizadas no estado do Rio de Janeiro, sendo oito CBAs e um CNA. A Região Norte ainda não foi contemplada com a realização dos congressos científicos.

Quadro 2 – Distribuição geográfica dos eventos científicos promovidos pelas associações

REGIÃO	CIDADE/UF	CBA	CNA
NORTE	-	-	-
NORDESTE	Salvador/BA	VIII, XIII	V
	João Pessoa/PB	XII	VIII
	Fortaleza/CE	-	VII
CENTRO-OESTE	Brasília/DF	VII	I
	Goiânia/GO	XV	-
SUDESTE	Rio de Janeiro/RJ	I, III, IV, V, VI, XI, XIV, XVII	III
	São Paulo/SP	II, X	-
	Santos/SP	XVI	-
	Vitória/ES	-	IV
SUL	Santa Maria/RS	IX	VI
	Porto Alegre/RS	-	II
	Florianópolis/SC	-	IX

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Cumprindo as determinações estatutárias, as associações promovem eventos e cursos. Com a pandemia mundial de COVID-19, foi ampliada a projeção nas redes sociais e nas plataformas de compartilhamento de conteúdo

com a realização de oficinas, cursos, entrevistas, palestras, mesas redondas, simpósios, fóruns e seminários possibilitando maior visibilidade para as associações. Sendo o principal evento das associações, o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) teve a primeira edição ocorrida em 2004, em Brasília, organizada pela Associação Brasileira de Arquivologia (Abarq), com o apoio do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. Atualmente é promovido pelo FNArq e realizado por uma das associações filiadas.

Outra iniciativa das associações consiste na busca pela ampliação do quadro associativo e no conagração desses pares. Em complemento, um dos anseios da categoria que se perpetua desde o surgimento da AAB, é a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia. Paralelamente às ações das associações e como iniciativa isolada, no dia 24 de fevereiro de 2018, surge um grupo nas redes sociais denominado Movimento Pró-Conselho tendo à frente a arquivista Evelise Machado. Os primeiros resultados do Movimento foram apresentados no VIII Congresso Nacional de Arquivologia, realizado em outubro do mesmo ano em João Pessoa, Paraíba e, nesse evento, uma consulta pública foi aberta pelo FNArq. Buscando resgatar as discussões, no dia 30 de abril de 2021 foi constituído um Grupo de Trabalho vinculado ao Grupo de Pesquisa Estudos Prospectivos: formação e atuação profissional do arquivista, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A composição do GT buscou representação dos seguintes segmentos: “atender a representatividade da classe com a inclusão de profissionais arquivistas que atuam na docência, no movimento associativo, nas diferentes esferas do Poder Público e instâncias governamentais, contemplando as regiões geográficas brasileiras”, conforme consta na página do Movimento Pro-CFARq, <https://www.movimentoproarquivo.org/>. O GT é formado pelos integrantes: Clara Kurtz, Evelise Batista Machado, Francisco Cougo, Gabriela Garcia, Katia Isabelli Melo (Coordenadora), Renata Lira Furtado, Renato Motta da Silva, Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves, Roberto Lopes dos Santos Junior, Vanderlei Batista dos Santos, Wagner Ramos Ridolphi e Welder Antônio Silva. Partindo de um esforço concentrado, o GT retomou a discussão adequando o texto do PL à nova realidade, com base na criação dos conselhos mais recentes. O texto foi submetido a uma nova consulta pública em fevereiro de 2022, e a minuta do Projeto de Lei foi apresentada no IX CNA, realizado em maio de 2022.

4 MOVIMENTO ASSOCIATIVO NA VISÃO DE SEUS REPRESENTANTES: RESULTADOS

Na representação profissional, a composição da Diretoria das associações geralmente segue uma estrutura básica, sendo um Presidente ou Diretor, Vice-Presidente ou Vice-Diretor, 1º. e 2º. Secretários, 1º. e 2º. Tesoureiros. Em complemento, inserem-se Diretoria ou Coordenação de Eventos, de Políticas Arquivísticas, de Cursos, de Projetos e de Comunicação. A presente pesquisa limitou-se a abordar os representantes das associações (Presidente e/ou Diretor) de mandatos de gestões anteriores e atuais.

A pesquisa considerou 36 participantes sendo 13 representantes da extinta AAB e seus Núcleos Regionais e 23 integrantes das associações pós 1998. Os resultados estão distribuídos nos seguintes blocos do questionário aplicado: identificação dos representantes, vinculação ao movimento associativo, legado da gestão.

Dentre os 36 participantes, 28 são arquivistas o que representa 78%. A unidade da federação que reúne a maior parte desses arquivistas é Rio de Janeiro. Outro dado investigado refere-se à titulação acadêmica, observando-se que oito possuem doutorado, sendo três deles arquivistas, 18 possuem mestrado dos quais 16 arquivistas e oito possuem especialização e cinco são arquivistas e dois possuem graduação em Arquivologia.

Na sucessão de mandatos, alguns integrantes da Diretoria mantiveram-se nos mesmos cargos, inclusive em mais de uma gestão, e outros trocaram de função. Os resultados indicam que a visão dos representantes acerca do cenário do movimento associativo é de certa forma equilibrada, considerando que cerca de 48% dos respondentes afirmam que o movimento se revela tímido e enfraquecido. Por outro lado, o mesmo percentual, 48%, avalia que o momento é de retomada, de equilíbrio, de visibilidade do profissional arquivista. Devido ao afastamento da representação da categoria, cerca de 3% dos entrevistados não opinaram sobre o item sendo que 1% informa que o movimento está estagnado.

O questionamento quanto ao nível de relacionamento do movimento associativo com o arquivista apresenta resultados distintos. A maioria dos entrevistados, 69%, considera que ocorreu um declínio do engajamento ao movimento por parte dos arquivistas, notadamente pelo baixo interesse e descomprometimento com a causa. A parcela de 30% pondera que o profissional arquivista “reclama demais e age de menos”, exige ações por parte das associações e, quando de seu interesse, estabelece algum tipo de diálogo quanto a algum tema principalmente nas situações de possíveis embargos em concursos públicos. Um mínimo de indicativo, 1%, considera que o estabelecimento da parceria é de suma importância para o fortalecimento da profissão com o arquivista revelando-se mais participativo.

Para a identificação das contribuições do associativismo arquivístico no Brasil, questionou-se o que foi achado como legado em cada gestão, sendo destacados os eventos CBA e CNA. No plano internacional, a ARQ-SP promoveu o Congresso de Arquivologia do Mercosul e o Simpósio Internacional de Arquivos; a publicação de livros e periódicos também consta no rol dos legados das associações que constituíram suas respectivas comissões editoriais; a atuação na criação e participação efetiva no FNArq foi mencionada por várias associações; a inclusão do Arquivista na Lei do salário-mínimo regional é um legado da AAERJ e a aquisição de sede própria é uma conquista da ABARQ e, por fim, a confirmação de que uma forma de manter aproximação com a comunidade arquivística no período da pandemia de COVID-19 foi a promoção de eventos no formato remoto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com mais de cinquenta anos, o associativismo arquivístico no Brasil registra vários legados como o reconhecimento da profissão de arquivista, a promoção dos eventos científicos, a ampliação da visibilidade da profissão e de seus profissionais. Esses legados têm contribuído para o estabelecimento da Arquivologia pelo compartilhamento de conhecimento por meio das publicações científicas, sendo notória a contribuição significativa de seus legítimos representantes por meio do serviço voluntário manifestado na doação de tempo, investimento de recursos próprios, e mesmo no envolvimento dos familiares.

Os resultados apresentados consistem num recorte da pesquisa com o olhar unilateral dos representantes das associações, onde se observa que a proximidade do arquivista com o movimento associativo revela-se descontinuada comprometendo, inclusive, a manutenção e prossecução das ações das associações existentes. Contudo, no que se refere ao cenário do movimento associativo de arquivistas no Brasil, os resultados revelam um equilíbrio nas respostas entre o momento de retomada e de luta na obtenção de resultados positivos e, por outro lado, mostram as muitas dificuldades, carecendo de união para criar uma cultura de participação.

Considerando o baixo número de associados em comparação com o número de discentes e egressos dos 16 cursos de Arquivologia em universidades públicas, é possível aferir que os profissionais de arquivo desconhecem o legado deixado pelas associações. Diante dessa realidade, é importante e oportuno dar destaque a esse legado em ocasiões dos eventos científicos, nos espaços de formação e para as próximas gerações de arquivistas, além de dar notabilidade às ações que as associações desenvolvem

em prol de seus associados e, sobretudo, do reconhecimento científico da Arquivologia perante a sociedade.

É preciso mencionar que a comunidade arquivística hoje muito deve ao esforço dos profissionais abnegados que construíram a primeira associação e lutaram em defesa dos arquivos, dos arquivistas e da Arquivologia. Busca-se, dessa forma, registrar a luta incansável dos diversos profissionais que ao longo do tempo têm dedicado parcela do tempo em prol da profissão de arquivista. É preciso compreender o arquivista como partícipe do movimento associativo, como elemento agregador em consonância com os demais atores tais como os cursos de Arquivologia, instituições e serviços arquivísticos, o Poder Público e a sociedade civil. Caberá às novas gerações garantir a continuidade da luta iniciada em 1971 que, com um menor número de profissionais, realizou conquistas relevantes que, até hoje, repercutem em prol da visibilidade da área.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236 p.

CASTRO, Astréa de Moraes e; CASTRO, Andresa de Moraes e; GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro. **Arquivística = Técnica, Arquivologia = Ciência**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

BOTTINO, Mariza. **O legado dos congressos brasileiros de arquivologia (1972-2000)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. 302 p.

CONCÓRDIAS, Luiz Otavio da Silva. **Cobertura das consultas médicas realizadas no município de Jóia no segundo semestre de 2010**. Monografia. Especialização Lato-Sensu Gestão em Arquivos. Universidade Federal de Santa Maria. 2011. Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13884/TCCE_GA_EaD_2010_CONCORDIAS_LUIZ.pdf?sequence=1

GRANGE, Didier. **Asociaciones de archiveros: Qué son y para qué sirven**. Gijón. Ediciones Trea, 2014.

MELO, Katia Isabelli; ESTEVES, Rita de Cássia São Paio de Azeredo. Memória do movimento associativo de arquivistas no Brasil. In: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos: anais do Simpósio Internacional de Arquivos. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo, Eventus, 8, 2021. Disponível em:

<https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/292421-memoria-do-movimento-associativo-de-arquivistas-no-brasil/> Acesso em: 12 fev. 2022.

MELO, Katia Isabelli; CARVALHO, Gabrielly; MOREIRA, Israel Luiz; SOUZA, Suzann. Associações profissionais de arquivistas no Brasil: enfoque político e produção técnica e científica. **Anais** do IX Congresso Nacional de

Arquivologia. Associação dos Arquivistas do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2022.

NAVARRO, Vinícius Mitto; KURTZ, Clara Marli Scherer. A representação do Arquivista no estado do Rio Grande do Sul – Brasil: a consolidação de uma profissão. In: **Anais** do CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, VIII., 2009, Montevideo.

NAYLOR, Leda de Ticiano Walker. Arquivo Médico. **Revista Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 4-5, 1972.

SILVA, Eliezer Pires da. **Memória e discurso do Movimento Associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. Rio de Janeiro. 2013, 130f. Tese (Doutorado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese27.pdf> Acesso em: 10 fev. 2022.

SOUZA, Katia Isabelli Melo. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

O COLEGIADO SETORIAL DE ARQUIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS: COMPOSIÇÃO, PRINCIPAIS AÇÕES E LEGADO

Evelin Mintegui (Universidade Federal do Rio Grande)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procura caracterizar o papel de um conjunto de atores que se dedicaram a estabelecer políticas culturais voltadas para arquivos em âmbito nacional. Trata-se do Colegiado Setorial de Arquivos (CSA), do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) do Ministério da Cultura (MinC) brasileiro, que atuou entre os anos de 2013 e 2017.

Os dados aqui trazidos são parte de pesquisa que tinha por objetivo compreender como se deu a relação entre as políticas públicas de arquivo e de cultura na atuação do referido colegiado (MINTEGUI, 2021). No entanto, o intuito deste trabalho reserva-se a descrever tal instância, bem como parte do contexto de surgimento, atuação e extinção do Colegiado, caracterizando o grupo como parte da sociedade civil organizada de forma representativa em torno do setor arquivístico.

2 CONTEXTO E SURGIMENTO E EXTINÇÃO

O CSA surgiu no contexto de ampliação da ação do Estado frente a políticas de cultura. Durante o primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006) foi iniciada a reconfiguração daquelas últimas. A própria ideia de cultura foi dilatada, passando a ser compreendida no sentido de seu conceito antropológico. Isso permitiu a inclusão de diversos outros segmentos ligados

aos saberes e fazeres, tanto tradicionais como inovadores. As áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural, que compunham o CNPC, refletem a nova compreensão cultural. A área técnico-artística do CNPC chegou a ser composta pelos segmentos de artes visuais; música popular, música erudita, teatro, dança, circo, audiovisual, literatura, livro e leitura, artes digitais, arquitetura e urbanismo, design, artesanato, moda e cultura hip hop. Por sua vez, a área de patrimônio cultural abrangeu os setores de expressões artísticas culturais afro-brasileiras, culturas dos povos indígenas, culturas populares, arquivos, museus, patrimônio material, patrimônio imaterial, capoeira, cultura alimentar, culturas quilombolas, e culturas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana (BRASIL, 2005; 2008; 2015).

Embora previsto como setor da área de patrimônio cultural dentro do CNPC desde 2005, foi somente a partir de 2010 que a área de arquivos inicia a articulação para a criação de um colegiado setorial. Entre os atores políticos de destaque nesse processo menciona-se a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), que organizou a Conferência Setorial de Arquivos, e que mobilizaria a eleição de delegados na ocasião. Tais delegados encaminhariam as demandas do Setor de Arquivos na Segunda Conferência Nacional de Cultura, realizada naquele mesmo ano.

Ao mesmo tempo em que o colegiado se constituía, o Governo Federal alterava as estruturas do MinC de maneira a apoiar a criação de um Sistema Nacional de Cultura (SNC) (inspirado nos moldes do Sistema Único de Saúde), que foi finalmente estabelecido por meio de emenda constitucional em 2012 (BRASIL, 2012). O SNC previa que em cada âmbito (federal, estaduais e municipais) houvesse subsistemas de cultura constituídos por conselhos representativos, que, por sua vez, criariam planos de cultura e estabeleceriam prioridades para aplicação de recursos, recebidos por meio de fundos também específicos para o domínio cultural. Desta forma, o CNPC era o conselho representativo que reunia governo e sociedade civil no âmbito do subsistema federal de cultura. Sua organização em colegiados representava, então, um modelo para os demais subsistemas de cultura que viriam a se estabelecer. Ou seja, a existência de um colegiado setorial de arquivos tinha o potencial de inspiração para criação de representação do setor de arquivos nos conselhos dos sistemas estaduais e municipais de cultura.

Do ponto de vista da análise de políticas públicas, é possível identificar uma aproximação entre o subsistema político arquivístico e o *policy domain* da cultura durante a atuação do setor de arquivos no CNPC. Por subsistema político, entende-se o “número limitado de atores e instituições, geralmente reunidos em grupos mais ou menos coesos, que se especializam e direcionam

seus esforços para algumas questões específicas em relação a uma política” (CAPELLA; BRASIL, 2015, p. 58-59). Já o *policy domain* é “a área substantiva de política pública sobre a qual os participantes na produção da política competem e fazem concessões para chegar a um acordo” (BIRKLAND, 2005, p. p.97).

As atribuições do CSA estavam relacionadas a todas as fases do ciclo de políticas públicas. Isso significa que o colegiado tinha potencial para atuar tanto na captação de demandas, quanto na formulação, acompanhamento de implementação, divulgação e avaliação de políticas de cultura destinadas a arquivos. E uma controvérsia surgiu nesse sentido. Havia uma certa coalizão de defesa⁷, para utilizar mais uma vez um termo da análise de políticas públicas, que entendia não ser papel do CNPC, ainda que partindo de um colegiado específico e representativo do setor de arquivos, pautar políticas arquivísticas. Esse seria, no entender de alguns indivíduos e coletivos políticos, atribuição do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

No entanto, as ações do CSA, em nossa análise, foram sempre no sentido de harmonizar as políticas de cultura com a política nacional de arquivos. O apoio do Colegiado a um movimento de alteração na forma de escolha da direção do Arquivo Nacional, que ocorreu naquele momento histórico e político contribuiu de certa maneira para a percepção de que o CSA intencionava substituir o CONARQ enquanto instância captadora de demandas e formuladora de políticas arquivísticas⁸. No entanto, tal posicionamento já havia sido validado pelo subsistema político arquivístico anteriormente. A escolha por meio de votação direta da direção do NA já constava como proposta aprovada na Conferência Nacional de Arquivos, realizada pelo Ministério da Justiça em 2011⁹.

Este é apenas um exemplo das dificuldades enfrentadas pelo CSA em seu processo de constituição e ação. O período de maior atividade do colegiado foi o ano de 2014. Já o ano de 2015 apresenta um vácuo no fluxo de trabalho do CNPC como um todo. No setor cultural, o Governo Dilma Rousseff já havia sido diagnosticado como indutor do rebaixamento do patamar desse tipo de política em relação aos governos Lula (RUBIM, 2015). Ou seja, a maior parte das ações do CSA se deram em contexto de conflitos e insegurança institucional.

⁷ Conjunto de atores que compartilham crenças essenciais no âmbito da política e coordenam suas ações de uma forma não trivial, com o objetivo de influenciar o subsistema da política (SABATIER; JENKINS-SMITH, 1993; JENKINS-SMITH et. al., 2017).

⁸ Posição registrada no Ofício n. 6/2014 - Apresenta solicitações do setor ao Ministério da Justiça para modificações na estrutura do CONARQ. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014).

⁹ Proposta 1 do Eixo III – Políticas arquivísticas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2012).

O presidencialismo de coalização utilizado até então de maneira a sustentar e garantir o equilíbrio entre as forças sociais e políticas da sociedade brasileira chegou ao limite no ano de 2015, despolitizando a atuação da presidência em nome da governabilidade. O governo petista teria perdido apoio tanto das camadas que usualmente o sustentavam ao fazer acordos com uma agenda mais conservadora (como, por exemplo, ao apoiar o ruralismo em lugar do indigenismo). Ao mesmo tempo, o projeto petista teria provocado a revolta das classes médias tradicionais, que foram excluídas do projeto de ascensão de nova classe média. (AVRITZER, 2016).

Por outro lado, o mundo enfrentava um momento de desaceleração cíclica do capital, com aumento da concorrência internacional, o que fazia com que os resultados econômicos fossem percebidos como ineficiência da classe política. Tudo isso teria contribuído para constituir o panorama que levaria a um golpe político-judicial, que mais tarde, culminaria no impeachment da Presidenta (BASTOS, 2017).

Com o afastamento para julgamento do impedimento presidencial e tomada do governo por Michel Temer, a instabilidade permaneceu como mote no setor da Cultura. O próprio MinC foi extinto e reinstituído, embora nunca voltasse a retomar a já precária articulação ensaiada nos anos dos Governos Lula.

No governo Bolsonaro, o MinC foi reduzido a uma secretaria especial, vinculada à pasta de Turismo, (BRASIL, 2019). Por questões de rearranjo dos ministérios, o CNPC acabou transformado em órgão consultivo do Ministério da Cidadania. Além do rearranjo ministerial, o conselho passou por alterações significativas por meio do Decreto n. 9.891, de 27 de junho de 2019. A representação da sociedade civil diminuiu seu número de cadeiras no plenário do colegiado. O mesmo decreto extinguiu os colegiados setoriais. Em lugar dos colegiados e setores, a nova organização de representação da sociedade civil reuniu no mesmo grupo as instituições, conselhos estaduais e municipais e personalidade de notório saber. Desta forma, consolida-se o retrocesso da organização e representação da sociedade civil no âmbito das políticas de cultura.

3 O QUADRO DE REPRESENTAÇÃO DO COLEGIADO

Quarenta e quatro pessoas atuaram nas duas formações do CSA, algumas atuaram em ambas. Em cada formação havia quinze representantes da sociedade civil organizada e cinco representando o Governo. Entre os representantes da sociedade civil, verifica-se que a maior parte dos

componentes era graduado em Arquivologia ou História, e que a distribuição de gênero foi equitativa.

Embora não tenha sido possível vincular a representação de cada membro a um subsetor por meio dos documentos então disponíveis, foi possível perceber por meio de entrevistas realizadas e dos currículos fornecidos pelos candidatos para concorrer à eleição, que esse conjunto de pessoas era orgânico, ou seja, envolvido com os arquivos e a Arquivologia, seja por sua participação em associações profissionais, associações de amigos de entidades arquivísticas, ensino ou pesquisa.

A formação dos membros do CSA, em sua maioria, arquivistas e historiadores, permite inferir que estariam a par das questões teóricas que envolvem a Arquivologia, no que diz respeito, por exemplo, às diferenças entre arquivos de primeira e segunda idade, bem como os limites e possibilidades da política nacional de arquivos.

Levando em conta as considerações sobre o primeiro processo eleitoral do CSA (SILVA, 2015), verificou-se que na primeira formação do colegiado houve maioria de representantes da região sudeste, ainda que o estado de São Paulo não tenha obtido o registro de eleitores em valores suficientes para eleger delegados para a etapa nacional. Essa tendência foi superada na segunda formação. Ainda que a Região Centro-Oeste tenha permanecido com o mesmo número de integrantes nas duas edições, as demais regiões conseguiram equilibrar o número de representantes. Infere-se que a existência do CSA tenha por si só promovido a divulgação das vagas entre seus pares em seus nichos representativos, motivando a participação.

A representatividade dos membros do colegiado era elemento importante, tendo em vista sua principal tarefa: construir um plano setorial de arquivos.

4 O PLANO SETORIAL DE ARQUIVOS

Embora tenha sido pouco implementado, o Plano Setorial de Arquivos pode ser compreendido como um dos instrumentos que melhor traduz o planejamento da implementação de políticas públicas. Seu formato expresso em metas e indicadores permitiria acompanhar o atingimento de objetivos, sendo passível de atualizações contínuas, por meio da atuação do CSA dentro do CNPC, integrado ao Ministério da Cultura. Tal instrumento é inédito no âmbito das políticas arquivísticas no país. Sua sistematização pode ser visualizada na Figura 1. O PSA traçava metas para o período de 2016 a 2026.

Figura 1 – Sistematização do Plano Setorial de Arquivos

Eixos	Objetivos	Metas
Eixo I: Interação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) com o Sistema Nacional de Cultura (SNC)	Objetivo 1 - Criar e modernizar instituições arquivísticas públicas	1 a 4
	Objetivo 2 - Capacitar e qualificar trabalhadores e gestores de instituições arquivísticas e unidades de arquivo	5 a 13
	Objetivo 3 - Ampliar a visibilidade dos arquivos na sociedade Brasileira	14 a 17
	Objetivo 4 - Ampliar a divulgação de acervos arquivísticos, valorizando as expressões locais e intensificando o intercâmbio no território nacional	18 a 20
	Objetivo 5 - Intensificar a interação entre o sistema nacional de cultura e os sistemas de arquivos	21
Eixo II: Arquivos, cidadania, diversidade e direitos culturais	Objetivo 1 - Proteger e promover a diversidade cultural do país	22 e 23
	Objetivo 2 - Ampliar e diversificar as ações de formação e fidelização de público em instituições arquivísticas e centros de memória e documentação	24 a 30
	Objetivo 3 - promover ações de educação patrimonial por meio da	31

	integração das instituições Arquivísticas e centros de memória e documentação com escolas e grupos comunitários	
	Objetivo 4 - Promover a participação da comunidade, gestores, profissionais e usuários nas discussões Referentes às políticas de desenvolvimento dos arquivos	32
Eixo III: Arquivos, consolidação da economia da cultura e desenvolvimento Socioeconômico	Objetivo 1 - Fortalecer cadeias produtivas e empreendedorismo no setor de arquivos	33 a 35
	Objetivo 2 - Adequar e adaptar instituições arquivísticas e centros de memória e documentação a critérios de sustentabilidade	36 e 37
	Objetivo 3 - Valorizar o patrimônio cultural em destinos turísticos brasileiros, com integração de instituições arquivísticas e centros de memória e documentação nos roteiros de turismo cultural	38

Fonte: Com base em Brasil (2016).

Certamente sua implementação enfrentaria imensas dificuldades. Entre elas, a diversidade arquivística brasileira, especialmente fora do eixo sul e sudeste, que concentram a maior parte de instituições culturais como um todo, mas especialmente arquivos e outras instituições de guarda. Soma-se a

isso a multidimensionalidade dos arquivos: para que políticas de cultura fossem executáveis era previsto que as políticas arquivísticas mais amplas – ou basilares – lhes dessem suporte.

Tais desafios não eram ignorados pelos membros do CSA, que discutiam os limites e possibilidades das propostas e reconheciam que algumas das metas poderiam ser consideradas altamente audaciosas. No entanto, não era possível ignorar a perspectiva de destinação de recursos, condicionada ao planejamento e criação de instrumento específico. Nos relatos dos participantes foi possível evidenciar empoderamento individual, grupal e político (MINTEGUI, 2021), resultante daquela rara oportunidade de planejamento do setor do cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos um Colegiado Setorial voltado para arquivos por pouco tempo. A ocorrência de sistemáticos desmontes em praticamente todos os subsistemas políticos do país também pode soar desanimadora, e no setor cultural o impacto da desarticulação foi particularmente arrasadora, uma vez que seu espaço político nunca chegou a ser suficientemente consolidado.

Em somatório, a extinção do MinC, a alteração da composição e vinculação do CNPC, e a desorganização de toda a lógica representativa que vinha sendo construída nos anos anteriores, a extinção de um Colegiado de Arquivos parece ser um elemento de menor importância no cenário. Trata-se, porém, de mais um indício sobre a maneira como os arquivos são compreendidos no âmbito político nacional: embora multidimensionais, o próprio subsistema político arquivístico tensiona coalizões e resiste a maiores interações com *o policy domain* da cultura.

Ainda que as ações previstas no PSA não tenham sido implementadas, elas revelam a organização em torno de um ideal de inserção dos arquivos no universo da cultura. Assim, insere-se na proposta de caracterizar atores coletivos com potencial de impacto no desenvolvimento dos arquivos brasileiros.

REFERÊNCIAS

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, Rio de Janeiro, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272129>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BIRKLAND, T. A. **An introduction to the policy process: theories, concepts, and models of public policy making**. Nova York: ME Sharpe, 2005.

BRASIL. **Lei n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010.** Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12343.htm. Acesso em: 16 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 5.520, de 24 de agosto de 2005.** Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 6973, de 07 de outubro de 2009.** Altera o Decreto no 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6973.htm. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório da 1ª Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ):** Por uma política nacional de arquivos. Ministério da Justiça: Brasília, 2012.

BRASIL. **Decreto n. 8.611, de 21 de dezembro de 2015.** Altera o Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8611.htm. Acesso em: 16 jun. 2022

BRASIL. **Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019.** Extingue e estabelece diretrizes, regras elimitações para colegiados da administração pública federal. Brasília: Presidência da República, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em: 16 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 9.891, de 27 de junho de 2019.** Dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural. Diário Oficial da União, ed. 123, seção 1, p. 25, 28 jun. 2019. 2019d. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-9.891-de-27-de-junho-de-2019-179415068>. Acesso em: 16 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). **Colegiado Setorial de Arquivos.** 2021. Disponível em: <http://arquivos.cnpc.cultura.gov.br/documentos/>. Acesso em: 16 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Colegiado Setorial de Arquivos. **Plano Setorial de Arquivos (2016-2026).** Brasília, 2016. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2017/07/Vers%C3%A3o-Final-Aprovada-do-Plano-Setorial-de-Arquivos-maio-de-2016-1.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural (CNPQ). Colegiado Setorial de Arquivos. **Ofício n. 6**. 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B4F15q0n5V7nMTdnanZQNVJOXzR4RGFhMFY3a1JLeVl3X1dz/edit>. Acesso em: 16 jun. 2022.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos Estudos** 101, mar. 2005.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/nec/n101/0101-3300-nec-101-0057.pdf>. Acesso em 22 abr. 2022.

MINTEGUI, Evelin Melo. **Relações entre políticas públicas de arquivo e cultura no subsistema político arquivístico amplo brasileiro: o caso do Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Políticas Culturais**. 2021. 233 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227207>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SABATIER, P. A. JENKINS-SMITH, H. C. **Policy change and learning: An advocacy coalition approach**. Boulder: Westview Press, 1993.

JENKINS-SMITH, H. C., NOHRSTEDT, D., WEIBLE, C. M., INGOLD, K. The advocacy coalition framework: An overview of the research program. In. SABATIER, P. A.; Weible, C. (Org.) **Theories of the policy process**. New York: Routledge, 2017.

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS (PPGARQ): HISTÓRICO, CARACTERÍSTICAS E RESULTADOS

Cláudia Garcia (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro),
Mariana Lousada (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), foi implantado em 2012, é precursor para o campo da Arquivologia, sendo o primeiro mestrado profissional em Arquivologia do Brasil, e tem por objetivo a qualificação de pessoal para atuar em instituições arquivísticas públicas ou privadas na busca da melhoria dos processos e atividades dessas instituições e a garantia de acesso à informação a toda sociedade.

Este trabalho tem por objetivo apresentar o histórico, as características e os resultados do PPGARQ. O texto faz parte dos resultados do Trabalho de Conclusão de Curso de mestrado intitulado “Manual de procedimentos para gestão de recursos informacionais do PPGARQ: um instrumento de auxílio para a Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)”, concluído em 2021 no próprio Programa.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa sobre o PPGARQ possibilitou a identificação e descrição suas principais características, resultando na apresentação do diagnóstico do Programa. Esta análise foi fundamental para a compreensão de seu papel para o campo da Arquivologia, seu objetivo enquanto mestrado profissional e

posicionamento em relação às diretrizes estabelecidas na Avaliação da CAPES. Este texto inicia-se com a apresentação dos procedimentos metodológicos adotados.

2.1 Procedimentos Metodológicos

Do ponto de vista metodológico esta pesquisa se caracteriza por um estudo qualitativo, de caráter exploratório, buscando-se reunir informações sobre o PPGARQ. Para isso, o procedimento adotado foi a pesquisa documental e bibliográfica seguida pela análise dos dados coletados. O PPGARQ foi escolhido como campo empírico e o recorte temporal foi do período de 2012 (início das atividades) à 2020, justificando as escolhas por motivo da autora Cláudia Garcia ter cursado o mestrado no Programa em 2020, época da pesquisa.

Para atingir o objetivo de apresentar o histórico, as características e os resultados do PPGARQ, foram adotados procedimentos em etapas. Primeiramente, foram utilizadas como fontes o Mensário do Arquivo Nacional (NACIONAL, 1972)¹⁰, a página *web* da Unirio, do PPGARQ e da CAPES, além de legislação federal (Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969, Lei nº 6.655, de 05 de junho 1979 e Lei nº 10.750, de 24 de outubro de 2003)¹¹. Foram coletadas informações sobre o Curso Permanente de Arquivo do Arquivo Nacional, que deu origem ao primeiro curso de graduação em arquivologia do país. Na página da *web* da UNIRIO obteve-se dados sobre o histórico e a origem da Unirio, do curso de graduação em Arquivologia e do PPGARQ, em consulta à página da CAPES buscou-se dados sobre o reconhecimento do Programa, e nas legislações foram conhecidas as bases legais para institucionalização da Universidade.

As características foram consultadas por meio da página *web* do PPGARQ e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PROPGPI)¹². Nesta investigação passou-se a conhecer sua estrutura e o detalhamento dos itens que o compõem, como objetivo, área de concentração e linhas de pesquisa. Obteve-se dados sobre docentes, discente e egressos, os projetos de pesquisa, a estrutura curricular, trabalhos de conclusão do curso e os processos seletivos realizados. A complementação das informações foi realizada pela consulta à página da Plataforma Lattes do CNPQ¹³, onde foram

¹⁰ Boletim interno do Arquivo Nacional publicado até 1982.

¹¹ Fontes disponíveis no final do texto.

¹² Disponível em: <http://www.unirio.br/propg/diretoria-de-pos-graduacao-2/normativas-institucionais-e-indicadores/regimentos/regimento-geral-da-pos-graduacao-stricto-sensu/view>. Acesso em: 04 mar. 2021.

¹³ Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>. Acesso em 03 jun. 2020.

coletados dados sobre formação de docentes, discentes e egressos. Por fim foi consultada a Plataforma Sucupira¹⁴ onde buscou-se dados sobre a titulação dos discentes.

Após concluir o levantamento de informações sobre o PPGARQ, fez-se análise dos resultados identificados sob a luz dos critérios definidos para Avaliação da CAPES. Para esta etapa, realizou-se pesquisa bibliográfica junto às fontes página na *web* da CAPES e da Plataforma Sucupira. Nesta investigação buscou-se conhecer o Documento da Área 31 – Comunicação e Informação, onde inclui-se a Arquivologia, obtendo-se a relação de quesitos que devem ser atendidos e observados no preenchimento da Plataforma.

2.2 O PPGARQ e suas características

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, instituição que acolhe o PPGARQ, teve origem na Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), e a partir de 2003 passa a ter a nomenclatura atual¹⁵.

Após autorização do Conselho Federal de Educação para criação de cursos de Arquivologia em nível superior, o Curso Permanente de Arquivo do Arquivo Nacional é elevado ao nível superior, nascendo o primeiro curso superior em Arquivologia no país¹⁶. O curso é transferido para a UNIRIO, chamando-se Curso de Arquivologia, e após 35 anos é criado o PPGARQ, primeiro curso profissional na área de Arquivologia no Brasil e América Latina. Sua criação reflete um cenário em que é fundamental aprimorar a qualificação de pessoal para atuar em instituições arquivísticas, buscando a melhoria dos processos e atividades dessas instituições e a garantia de acesso à informação a toda sociedade.

O Programa foi desenhado por um grupo de professores pertencentes ao Departamento de Arquivologia da UNIRIO a partir de 2010¹⁷. Com a liderança do professor José Maria Jardim, os professores Anna Carla Almeida Mariz, Luiz Cleber Gak, João Marcus Figueiredo Assis e Julia Belesse da Silva Lins elaboram a proposta do novo curso, que é aprovado pelas instâncias da Universidade (SILVA, LOUSADA, 2017 p. 19). É encaminhado e reconhecido pela CAPES, com a Homologação do Parecer do Conselho Nacional de

¹⁴ Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

¹⁵ Disponível em: <http://www.unirio.br/institucional-1/institucional/historia>. Acesso em: 01 jun. 2020.

¹⁶ Disponível em: <http://www.UNIRIO.br/arquivologia/historico-do-curso-de-Arquivologia-na-UNIRIO>. Acesso em: 01 jun. 2020.

¹⁷ Disponível em: <http://www.UNIRIO.br/ppgarq>. Acesso em: 03 jun. 2020.

Educação, pela Câmara de Educação Superior nº 313/2012, e portaria nº 11 de 04 de janeiro de 2013¹⁸.

Os Objetivos, Área de Concentração e Linhas de Pesquisa estruturados pelo PPGARQ, estão alinhados ao Regimento Geral da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UNIRIO, conforme preconiza a CAPES. Seus Objetivos indicam a busca pela aplicação do conhecimento, contribuindo principalmente para a solução de questões presentes no ambiente profissional, gerando resultados favoráveis para as organizações. Destaca-se o propósito da produção do conhecimento científico, fortalecendo a Arquivologia, e também colaborando para a formação profissional qualificada e capaz de responder às demandas organizacionais.

O PPGARQ tem como Área de Concentração Gestão de Arquivos na Arquivologia Contemporânea, com destaque para importância da gestão de documentos e arquivos e sua contribuição para as “organizações públicas e privadas, a governança democrática, a transparência, a cidadania e o direito à memória, entre outras possibilidades” (UNIRIO, 2012, s.p.). É possível afirmar que o Programa busca cooperar com atividades profissionais da Arquivologia, coerente com o objetivo de um mestrado profissional.

Quanto às Linhas de Pesquisa, o PPGARQ possui a Linha I chamada Arquivos, Arquivologia e Sociedade, salientando-se em sua descrição a importância dos arquivos para a sociedade, em especial na garantia de direitos, e a busca por estender o rol de disciplinas com as quais a Arquivologia interage; e a Linha II com título Gestão da Informação Arquivística, trazendo em seu texto descritivo a relevância em se considerar os diferentes contextos na produção e uso dos arquivos, e propõe um alinhamento da Arquivologia com outras disciplinas, em busca da consolidação da gestão documental. As duas Linhas de Pesquisa estão alinhadas com os Objetivos e a Área de Concentração do Programa, alcançando assuntos, temáticas e questões demandadas por profissionais e pesquisadores do campo. Percebe-se a junção da pesquisa, do ensino e o uso dos conhecimentos no âmbito profissional, assim como os projetos de pesquisa de responsabilidade dos docentes, que são relacionados com as Linhas de Pesquisa e contam com a participação de discentes e egressos do programa.

¹⁸ Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/01/2013&jornal=1&pagina=4&totalAr.> Acesso em: 07 maio 2020.

Em seu Regulamento¹⁹ e legislação vigente, o PPGARQ define as seguintes modalidades de trabalho de conclusão do curso: “dissertação, projeto e produto técnico-científicos, inerentes aos diversos processos da gestão arquivística” (UNIRIO, 2012, p. 8). A matriz curricular²⁰, indica que o mestrado pode ser concluído em até vinte e quatro meses, sendo exigidos 36 créditos para titulação, distribuídos em disciplinas obrigatórias, optativas, eletivas, seminários de trabalho final de curso I e II, trabalho de conclusão de curso, totalizando 540 horas. É possível identificar a adequação das disciplinas com as linhas de pesquisa, atendendo aos objetivos do Programa em relação à formação discente. Entende-se que o currículo é coerente com quadro docente, tanto no aspecto quantitativo quanto na formação e experiência profissional. A matriz curricular e ementas estão disponíveis ao público na página do PPGARQ. Observa-se a flexibilidade do currículo, com a presença de disciplinas Tópicos nas linhas de pesquisa, permitindo uma adequação às condições que possam se apresentar quando são definidas as ofertas para o semestre.

Em seguida apresentam-se aspectos que caracterizam o corpo docente que já fez parte do PPGARQ e o atual, acrescentando assim mais uma característica do Programa.

2.3 Os docentes

No primeiro semestre de 2020 o corpo docente do PPGARQ era constituído por 13 doutores, e desde sua criação manteve em seu quadro pelo menos 11 docentes. De acordo com o Documento de Área e Ficha de Avaliação da CAPES da Área Comunicação e Informação para mestrados profissionais, a quantidade de docentes permanentes deve ser de no mínimo 8, e percentual mínimo 70%, recomendações que acompanhadas pelo PPGARQ.

Os docentes atualmente credenciados no PPGARQ, ou que já fizeram parte do quadro, têm formação acadêmica em Administração, Antropologia, Ciência da Informação, Ciências Sociais, Comunicação, Educação, História, Memória Social e Museologia. A interdisciplinaridade é característica da área, e a formação diversificada dos docentes contribui para o diálogo entre as diferentes disciplinas, auxiliando na reflexão e resolução de questões do fazer arquivístico.

¹⁹ Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/regulamentos-e-normas/regulamento-do-ppgarq/regulamento-do-curso-de-mestrado-profissional-em-gestao-de-documentos-e-arquivos/view>. Acesso em: 07 maio 2020.

²⁰ Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/estrutura-curricular>. Acesso em: 02 jun. 2020.

Consultando-se Currículo Lattes dos docentes permanentes verifica-se que todos possuem título de Doutor há 5 anos ou mais, e que à época da pesquisa 3 (três) realizaram estágio Pós-Doutoral em programa distinto daquele em que se doutorou, indicando que o PPGARQ está em consonância com orientações da Área de Comunicação e Informação. Observa-se que diante da inexistência, até o ano de 2020, de cursos nível Doutorado em Arquivologia, 50% optaram por cursar Ciência da Informação, pela proximidade com a Arquivologia e oferta de instituições que oferecem o curso.

A distribuição das orientações é outro aspecto na análise do perfil dos docentes do PPGARQ, indicando o alinhamento dos projetos de pesquisa dos docentes com os trabalhos a serem desenvolvidos por seus orientandos. Ao consultar a página do Programa verificou-se que todos os docentes permanentes possuem ao menos 2 orientandos no biênio 2019/2020 e limite de 8 orientandos, indicando outro aspecto que atende aos parâmetros da CAPES.

Apurou-se que alguns docentes credenciados no Programa à época da pesquisa, com carga horária entre 10 e 20 horas semanais, atuaram ou atuam em instituições como Arquivo Nacional, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e Casa de Oswaldo Cruz. Esses vínculos profissionais em instituições arquivísticas, considerada a relevância destas, contribuem para formação de discentes, além perspectivas de parcerias, enriquecendo as atividades do Programa e o desenvolvimento de pesquisas. Trata-se de outra característica do PPGARQ que está alinhado à recomendação da Área de Comunicação e Informação, para que os programas profissionais devam ter no seu quadro, docentes que possuam esses vínculos.

Em pesquisa no Currículo Lattes dos docentes, identificou-se as participações destes como revisores de periódico ou membro de corpo editorial, outro aspecto positivo para o Programa, sendo o item pontuado na Avaliação da Capes. Esta experiência dos docentes pode contribuir para que o Programa encare o desafio de produzir periódico especializado em Arquivologia, auxiliando assim a ocupar a lacuna existente, considerando o número pequeno de periódicos da Arquivologia no país.

Aspecto relevante sobre a atuação dos docentes do PPGARQ foi o levantamento das participações em bancas de mestrado e doutorado externas à Unirio, em instituições localizadas no país e exterior, indicando o reconhecimento dos docentes da UNIRIO por seus pares da Área, relações que se estreitam, e perspectivas de parcerias para os programas. Trata-se de item da Ficha de Avaliação da Área que pontua os programas.

Antes de abordar os discentes e egressos do PPGARQ, acrescenta-se que todos docentes permanentes ministraram disciplinas em 2019, tanto na graduação como no PPGARQ. Para o calendário emergencial de 2020 por motivo da Pandemia do COVID-19, os docentes não foram obrigados a ministrar disciplinas, justificando-se formalmente os motivos.

2.4 Os discentes e egressos

Conhecer os discentes atuais e egressos PPGARQ contribui para compreender o perfil do Programa e identificar se objetivos traçados estão sendo alcançados. A maior parte de discentes e egressos cursou graduação em universidade pública, com destaque para a Unirio e UFF e em cursos de Arquivologia, observando ainda graduados pela UERJ, UFRJ, UFES e IES privadas, alguns com mais de uma graduação. Outros cursos identificados foram Ciências Sociais, Administração, Comunicação, Relações Internacionais, Engenharia. A formação diversa possibilita a troca de conhecimento entre os discentes, trazendo novas perspectivas, reflexões e contribuições para a dinâmica das aulas e na produção das pesquisas.

Quanto a atuação, identificou-se a maior parte dos discentes e egressos no serviço público, e destes, grande parte exerce a função de arquivista, com exceção das turmas 2018 a 2020 formadas por discentes com atuação profissional mais diversificada. Para Área Comunicação e Informação, a multi/pluri, inter e transdisciplinaridade estão presentes, e o diálogo entre diferentes campos deve existir. Acredita-se que o PPGARQ caminha nessa direção recebendo discentes que possuem formação e atuação profissionais diversas. O PPGARQ realiza acompanhamento anual de seus egressos solicitando informações cursam ou cursaram doutorado, uma ação recomendada pela Área de Comunicação e Informação. Até março de 2021, cerca de 28% cursaram ou cursam doutorado.

Abordando os processos seletivos, o regulamento do PPGARQ acompanha o regimento da UNIRIO e princípios legais, indicando acesso ao programa por processo seletivo público. Até dezembro de 2020 foram concluídos 10 processos seletivos. Destes, com exceção dos editais 2013, 2014.1 e 2014.2 que ofereceram 15 vagas, demais editais ofereceram 20 vagas. O número médio de inscrições foi 37 candidatos por seleção, e aprovação média de 10 candidatos. A partir da Seleção de 2019, é incluído o Processo de Heteroidentificação para candidatos que se identificam negros. Todas as etapas e resultados dos processos seletivos são publicados na página do PPGARQ e Facebook do PPGARQ, tornando o processo transparente, não sendo cobrada taxa de inscrição na seleção, o que é uma exceção, pois cursos na Área

oferecidos por instituições públicas do Estado do Rio de Janeiro, realizam a cobrança.

Quanto ao fluxo discente, identificou-se que o maior prazo médio de titulação, até o ano de 2019, foi de 26 meses. Para os tipos de trabalhos de conclusão produzidos observou-se que as turmas 2012 e 2014 tiveram quantitativo maior de dissertações, as turmas 2013 e 2015.1 com mesmo número de dissertações e produtos-técnicos, e a partir da turma 2016 a maioria é de produtos-técnicos. A avaliação da CAPES privilegia que a maior parte dos trabalhos de conclusão de curso sejam produtos-técnicos para os programas profissionais. Para o PPGARQ, esta modalidade de trabalho atende ao seu objetivo em contribuir para as demandas das organizações públicas e privadas.

Analisando os TCC's sob o aspecto das linhas de pesquisa, no quadriênio de 2013 – 2016 identificou-se 63% da linha I e 37% da linha II. Já no quadriênio de 2017 – 2020 há um equilíbrio nessa distribuição, com 48% da linha I e 52% da linha II. Ressalta-se que os docentes se encontram distribuídos de forma equilibrada nas duas linhas do Programa, em consequência, entende-se que os TCC's também devem ter essa simetria.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos - Unirio, precursor na área da Arquivologia, completa 10 anos de funcionamento em 2022. Ao longo de sua trajetória vem desenvolvendo papel de destaque e consolidou sua vocação na qualificação de pessoal para atuar em instituições arquivísticas públicas e privadas. Desde sua implantação até o ano de 2021, foram concluídas 9 turmas e titulados 73 mestres, contribuindo assim para a produção científica e o conhecimento arquivístico.

Os projetos de pesquisa de responsabilidade dos docentes do Programa e as disciplinas oferecidas, abordam temas relacionados ao saber e fazer arquivístico contemporâneo e que demandam reflexões, fortalecendo seu papel como mestrado profissional. É possível observar que os assuntos discutidos estão alinhados às respectivas linhas de pesquisa e aos objetivos do PPGARQ. Com pesquisa realizada no Currículo Lattes dos docentes, identifica-se que a formação acadêmica e experiências profissionais são coerentes com os respectivos projetos, com temas relacionados ao saber e fazer arquivístico contemporâneo e que demandam reflexões. Acrescenta-se o aspecto do PPGARQ de possuir docentes que atuam em instituições arquivísticas públicas de referência para a Área da Arquivologia.

Características como distribuição de orientações em equilíbrio com as linhas de pesquisa, quadro com 70% de docentes permanentes e com título de

doutor a mais de 5 anos e acompanhamento de egressos, apontam alinhamento do PPGARQ com diretrizes da área de avaliação da CAPES. Já a formação de docentes e discentes em diferentes campos, reforçam o caráter interdisciplinar do Programa. Participação de docentes como revisores de periódico, membro de corpo editorial, e em bancas de mestrado e doutorado em outras instituições indicam troca de experiências e reconhecimento por seus pares da Área.

A pesquisa sobre a criação, funcionamento, resultados, perfil dos docentes, discentes e egressos, apresentam o PPGARQ e atende ao objetivo estabelecido. Esta investigação realizada sob a luz das diretrizes da CAPES, levou à compreensão sobre como o Programa está posicionado com relação à Avaliação da CAPES, identificando itens alinhados com essas especificações, e outras que precisam ser aperfeiçoadas ou implantadas. Os resultados apresentados possibilitam que o Programa reflita sobre seu posicionamento junto a área e planeje atividades futuras.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. *Você conhece o Mensário do Arquivo Nacional?* Rio de Janeiro. Mensário Arquivo Nacional, Ano 1972, Edição 0004. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005959&pagfis=1072>. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*. Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*. Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.CNPQ.br/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria nº 11, de 04 de janeiro de 2013. Dispõe sobre o reconhecimento do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos e outros*. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/01/2013&jornal=1&pagina=4&totalAr.> Acesso em: 07 maio 2020.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969. Dispõe sobre a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), e dá outras providências*. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 7097, 21 ago. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0773.htm. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. *Lei nº 10.750, de 24 de outubro de 2003. Altera a denominação da Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO*. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 8, 27 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.750.htm. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. *Lei nº 6.655, de 05 de junho 1979. Transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO.* Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 8033, 6 jun. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6655.htm. Acesso em: 01 jun. 2020.

GARCIA, Cláudia. *Manual de procedimentos para gestão de recursos informacionais do PPGARQ: um instrumento de auxílio para a Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).* 2021. 198 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, Eliezer Pires da Silva, LOUSADA, Mariana. A experiência do mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos na UNIRIO. In: *Ensino e Pesquisa em Arquivologia: Cenários Prospectivos - V REPARQ.* Escola de Ciência da Informação da UFMG. Belo Horizonte, Minas Gerais, novembro de 2017, p.16 a 28.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *História do Curso de Arquivologia na UNIRIO*, Rio de Janeiro Site. Disponível em: <http://www.unirio.br/arquivologia/historico-do-curso-de-arquivologia-na-unirio>. Acesso em: 01 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Institucional, História, Rio de Janeiro, 12 jul. 2013. Site. Disponível em: <http://www.unirio.br/institucional-1/institucional/historia>. Acesso em: 01 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. Disponível em: <http://www.UNIRIO.br/ppgarq>. Acesso em: 03 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. Estrutura Curricular. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/estrutura-curricular>. Acesso em: 02 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. Pesquisa. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/pesquisa>. Acesso em: 02 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. Regulamentos e Normas. Regulamento do PPGARQ. Rio de Janeiro. Site. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/regulamentos-e-normas/regulamento-do-ppgarq/regulamento-do-curso-de-mestrado-profissional-em-gestao-de-documentos-e-arquivos/view>. Acesso em: 07 maio 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação – Regimentos. Disponível em:

<http://www.unirio.br/propg/diretoria-de-pos-graduacao-2/normativas-institucionais-e-indicadores/regimentos/regimento-geral-da-pos-graduacao-stricto-sensu/view>. Acesso em: 04 mar. 2021.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ARQUIVOLOGIA NO BRASIL (2016 – 2021)

Ana Celeste Indolfo (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Cláudia Garcia (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é dar continuidade a pesquisa realizada por Angélica Alves da Cunha Marques (2018), em identificar trabalhos produzidos na pós-graduação *stricto sensu* do Brasil relacionados aos arquivos e a arquivologia, no período de 1972 a 2015, por meio da coleta de dados junto ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Seguindo os procedimentos metodológicos indicados pela autora, pretendeu-se investigar o período de 2016 a 2021, atualizando o trabalho desenvolvido.

Para compreender a importância da pesquisa e o método adotado por Marques (2018), revisitamos alguns autores nacionais que dissertaram sobre a produção de conhecimento científico em Arquivologia e seu significado para a área.

Foram abordados os trabalhos de Jardim (1998) e Fonseca (1999), textos que se complementam e apresentam resultados de pesquisas realizados no recorte temporal de 1990 a 1999. Na sequência, o texto de Fonseca (2005), que optou pelo Banco de Teses e Dissertações da CAPES para investigação de trabalhos no período de 1987 a 2001.

Apresenta-se, ainda, o texto de Jardim (2012), onde o autor expõe a proposta de agenda para classificação temática, seguindo por Silva (2012) e o relato de sua pesquisa no período de 1996 a 2006, com foco na informação arquivística.

O texto de Marques (2018), em que ela descreve os procedimentos metodológicos adotados para sua pesquisa para a coleta de dados nortearam o presente trabalho. Dessa forma, segue-se a apresentação e análise dos trabalhos identificados, entre os anos de 2016 a 2021, bem como a distribuição e o número de instituições e programas de pós-graduação *stricto sensu* responsáveis pela produção das pesquisas.

Complementa-se essa apresentação com a classificação temática das pesquisas, baseada nos nove campos propostos por Couture, Martineau e Ducharme (1999) e nos treze temas propostos por Jardim (2012).

A partir das informações apuradas, são apresentados comentários sobre o cenário da pesquisa científica em Arquivologia nos últimos 6 anos.

2 DESENVOLVIMENTO

Antes de detalhar os aspectos relevantes da pesquisa desenvolvida por Marques (2018, p. 15-30), entende-se que abordar outros autores que, também, trataram da produção de pesquisa e conhecimento arquivístico no país, contribuirá para a compreensão do seu significado para a área.

2.1 Trabalhos que abordaram a produção de pesquisa arquivística no Brasil

Inicia-se com o texto “A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995)” de José Maria Jardim. Nele, o autor aponta a urgência de novas possibilidades no campo da Arquivologia, fruto das transformações que se originaram com novas tecnologias da informação.

Jardim (1998, p. 1) informa que a área estava prestes a passar por um redimensionamento dos espaços de conhecimento arquivístico, e que os conceitos de arquivos, arquivistas e a arquivologia não são consenso.

Comenta a publicação de produção científica arquivística no Brasil e seus indicadores, e explica a metodologia para a realização de sua pesquisa: “levantamento do material publicado no país de 1990 a 1995 em periódicos de ciência da informação, biblioteconomia, administração e história”. Esclarece que não havia periódico específico em arquivologia no Brasil, nessa época, e que o foco foram “artigos de divulgação científica sobre arquivologia publicados em periódicos brasileiros de 1990 a 1995” (1998, p. 5). Essa pesquisa apresenta indicadores para análise, a saber: procedência dos artigos e autores; relação títulos e autor; procedência dos títulos por país; procedência institucional dos artigos; temas dos artigos; local de publicação dos periódicos; local de origem dos autores; e periódicos.

No ano de 1999, Jardim atualiza os dados coletados, no Relatório parcial de pesquisa de título “A produção e difusão do conhecimento arquivístico no Brasil 1996-1999”. No mesmo ano, Maria Odila Kahl Fonseca produz uma comunicação de título “Formação e Capacitação Profissional e a Produção do Conhecimento Arquivístico no Brasil”, apresentada na Mesa Redonda Nacional de Arquivos, onde aborda aspectos relacionados ao ensino e a pesquisa em arquivologia no Brasil, apresentando os dados do Relatório parcial da pesquisa de Jardim.

Além de contextualizar o ensino da arquivologia, aborda aspectos relativos à graduação, pós-graduação e capacitação profissional no país. Discorre, ainda, sobre a produção de conhecimento arquivístico, tomando por base os textos de Jardim, analisando os mesmos aspectos. Os dois textos ressaltam o necessário incentivo à pesquisa.

Fonseca (2005) aborda em seu livro “Arquivologia e Ciência da Informação”, entre outros aspectos, o histórico e a interdisciplinaridade entre as duas disciplinas. Ao desenvolver sobre a produção de conhecimento na área arquivística, apresenta a pesquisa que realizou e explica os procedimentos metodológicos adotados. Informa que escolheu como indicadores, os periódicos especializados e a produção de teses e dissertações, justificando a opção pela importância destas publicações na análise da configuração de campos científicos.

Para a análise realizada em teses e dissertações produzidas pela pós-graduação, informa que os dados do período de 1987 a 2001, foram coletados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando as palavras-chave “arquivos, arquivologia e arquivística” e apresenta os dados coletados em 48 dissertações e 5 teses.

Fonseca (2005, p. 97) conclui que existem novas reflexões dentro da área e que, nas produções científicas identificadas encontrou “uma predominância de autores docentes, em sua maioria vinculados a programas universitários de estudos arquivísticos” assim como ressalta que a produção de conhecimento arquivístico passa a ser significativa nos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Jardim (2012, p. 136) retoma as ideias apresentadas por ele em 1998, abordando as diversas mudanças ocorridas nas últimas duas décadas, reafirmando a necessidade cada vez maior de realização de pesquisas na área, ampliando a produção de conhecimento arquivístico e afirma, ainda, que a diferença entre pesquisa em arquivos e a pesquisa em arquivologia, torna-se cada vez mais clara para outros campos das ciências sociais. Esclarece que a

produção de conhecimento arquivístico passa a ser uma atividade desenvolvida, também, nas universidades.

Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76) identificam nove campos de pesquisa na área arquivística. A saber: 1) objeto e finalidade da arquivística; 2) arquivos e sociedade; 3) história dos arquivos e da arquivística; 4) funções arquivísticas; 5) gestão dos programas e dos serviços de arquivos; 6) tecnologias; 7) suportes e tipos de arquivos; 8) meio profissional dos arquivos; e 9) problemas relativos aos arquivos.

Com relação ao contexto brasileiro, Jardim (2012, p. 147) apresenta sugestões de temas para pesquisa a partir de aspectos presentes na literatura e nas tendências, à época, da área arquivística. São eles: 1 – O perfil da atividade arquivística; 2 - Usos e usuários da informação arquivística; 3 - Gestão de Serviços e Instituições Arquivísticas; 4 - Arquivos privados; 5 – Preservação; 6 - Documentos digitais; 7 – Normalização; 8 - Políticas arquivísticas; 9 - A percepção social dos arquivos, da arquivologia e dos arquivistas; 10 – Associativismo; 11 - Produção e difusão de conhecimento arquivístico; 12 - Docência e docentes em Arquivologia e 13 - Prospectiva arquivística.

Jardim (2012, p. 152) conclui seu texto ressaltando a importância da pesquisa científica arquivística, para o desenvolvimento de novas reflexões e da interdisciplinaridade na área, indicando ser preciso que a produção do conhecimento seja concebida com diálogos entre as universidades e instituições arquivísticas.

Silva (2012) aborda aspectos desenvolvidos em sua dissertação de mestrado, em que se destaca a identificação das “[...] pesquisas de mestrado e de doutorado, com temática arquivística, defendidas e aprovadas no Brasil, entre 1996 e 2006” (2012, p. 49).

O autor indica que optou pela metodologia adotada por Fonseca (2005) e Marques (2007), referindo-se a coleta de dados no Portal Capes para identificar teses e dissertações sobre arquivologia. Informa que, após busca realizada para o período de 1996 a 2006, localizou 97 trabalhos com a temática arquivística, reduzindo a 12 trabalhos que apresentam a expressão “informação arquivística” no título e/ou resumo.

Silva (2012, p. 49) aponta, ainda, como os trabalhos que selecionou descrevem e empregam a expressão “informação arquivística” e o conceito de arquivo. Indica a quantidade de vezes em que a expressão está presente nos trabalhos. Desenvolve comentários detalhando como cada um dos autores caracteriza e desenvolve a noção de informação arquivística, e conclui o texto informando que o mapeamento realizado possibilitou o reconhecimento da importância das teses e dissertações sobre a temática arquivística.

O artigo de Marques, publicado em 2018, constitui-se, então, na base para a atualização proposta nesta pesquisa.

A autora inicia contextualizando a pós-graduação e sua produção científica brasileira: da origem da primeira universidade do país até a organização do sistema de pós-graduação vigente. Informa que o seu objetivo foi apresentar a produção de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de cursos produzidos por programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, que analisassem os arquivos e a arquivologia, no período de 1972 a 2015. Chama atenção que à época, o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) da UNIRIO era o único curso de pós-graduação *stricto sensu* em arquivologia no Brasil²¹.

Em sua dissertação de mestrado (2018, p.18), na qual realizou o mesmo procedimento metodológico de Fonseca (2004) para a coleta de dados, identificou 87 trabalhos e aplicou classificação temática de acordo com “os campos de pesquisa propostos por Couture, Martineau e Ducharme (1999)”.

Marques (2018, p. 19) informa que, em sua tese de doutorado, deu continuidade à pesquisa realizada durante seu mestrado, utilizando a mesma metodologia, e chegando ao resultado de 101 teses e dissertações. Em ocasião posterior repete a investigação com os mesmos procedimentos metodológicos e amplia os tipos de trabalhos selecionados com a inclusão de trabalhos de conclusão de curso de mestrados profissionais, chegando a um total de 247 trabalhos.

A autora informa que, também, em 2016, deu continuidade à pesquisa com o recorte temporal de 1972 a 2015, repetindo a consulta ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os mesmos filtros e localizando um total de 470 pesquisas.

Elabora gráfico com produção científica sobre arquivos e arquivologia (1972-2015) nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, informando que optou por conjugar as duas propostas para a classificação temática dos trabalhos identificados: a de Couture, Martineau e Ducharme (1999) e a de Jardim (2012). Acrescenta, ainda, que esta classificação foi “realizada de acordo com a classificação facetada, proposta pelo bibliotecário indiano Ranganathan” (MARQUES, 2018, p. 25) uma vez que existem trabalhos com possibilidade de classificação em várias categorias.

Marques (2018, p. 28) conclui que, ao longo de suas pesquisas, constatou que vem ocorrendo o crescimento quantitativo e qualitativo das produções científicas e os diálogos interdisciplinares.

²¹ Até o presente momento, junho de 2022, o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO permanece sendo o único no país.

Em todos os textos e/ou artigos que foram, brevemente, resenhados foi unânime a defesa de que a área da arquivologia necessita avançar na pesquisa e na produção de conhecimento. As questões que vem surgindo com as transformações tecnológicas que envolvem os novos documentos de arquivo, os arquivos e o ensino da Arquivologia deverão ser foco de reflexão, de pesquisa e difusão.

2.2 Coleta de dados

O procedimento metodológico utilizado na coleta de dados para a realização desta pesquisa é o mesmo aplicado por Marques (2018, p.19): consulta ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os filtros arquivos, Arquivologia e Arquivística. Para complementar a pesquisa o recorte temporal da coleta foi de 2016 a 2021.

A investigação sobre Teses, Dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos no período indicado foi realizada durante o mês de abril de 2022. Após a leitura dos títulos e resumos dos trabalhos coletados, descartou-se aqueles que se repetiam na relação de trabalhos obtida com a aplicação dos filtros arquivos, Arquivologia e Arquivística, além dos trabalhos que não apresentaram relação alguma com o escopo desta pesquisa. Foram identificados 614 trabalhos sobre os arquivos e arquivologia em 139 programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros de 84 instituições de ensino superior²².

2.3 Análise dos Resultados

De posse dos dados obtidos, passou-se a analisar as características dos 614 trabalhos mapeados, sendo 160 teses, 312 dissertações e 142 trabalhos de conclusão de curso. A Tabela 1 indica as 10 instituições onde foram produzidas o maior número de pesquisas²³.

Tabela 1 - As 10 instituições que abrigam os cursos de pós-graduação *stricto sensu* que produziram o maior número de pesquisas sobre arquivos e arquivologia (2016 – 2021)

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	Nº	%
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	48	7,82
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	43	7

²² Cabe acrescentar que em relação ao ano de 2021, acredita-se que não foram inseridos na plataforma da CAPES todos os trabalhos defendidos durante o ano, pois o prazo para os programas fazê-lo encerrou-se em 20/05/2022.

²³ Optou-se pela apresentação parcial das instituições identificadas, por não ser possível inserir no presente texto a tabela com a relação completa das 84 instituições de ensino superior.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	42	6,84
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	39	6,35
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	38	6,2
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (MARÍLIA)	37	6,03
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	34	5,54
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	34	5,54
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	33	5,37
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	31	5,06
Total	379	62

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As instituições indicadas produziram pouco mais de 60% das pesquisas, concentrando-se nas regiões centro, sudeste e sul do país. O mapeamento realizado por Marques (2018) apresentou resultado próximo ao indicado acima. À época, a USP, UnB, UFSM, UFMG e UFF foram as instituições com um maior número de pesquisas em arquivologia ou com temática próxima.

As 10 instituições citadas, com exceção da USP, possuem cursos de graduação em Arquivologia, e assim como Marques (2018, p. 22) aponta, reitera-se que possivelmente o desenvolvimento de trabalhos em iniciação científica e a presença de docentes da graduação na pós-graduação, podem justificar o quantitativo de pesquisas produzidas.

Quanto aos 139 programas de pós-graduação *stricto sensu* responsáveis por estes trabalhos, aponta-se um crescimento, considerando os 60 programas informados no trabalho de Marques (2018, p. 22), sendo 41% em ciência da informação, seguido por patrimônio cultural, gestão de documentos e arquivos, e história. Da mesma forma que ocorreu em Marques (2018, p. 22), há uma predominância de trabalhos produzidos na área da ciência da informação, o que pode ser verificado na Tabela 2²⁴.

Tabela 2 – Os 5 Programas de pós-graduação *stricto sensu* com maior número de pesquisas produzidas sobre arquivos e arquivologia (2016 - 2021)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	Nº	%

²⁴ Semelhante à Tabela 1, optou-se por apresentar parte dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, por não ser possível inserir no presente texto tabela com a relação completa.

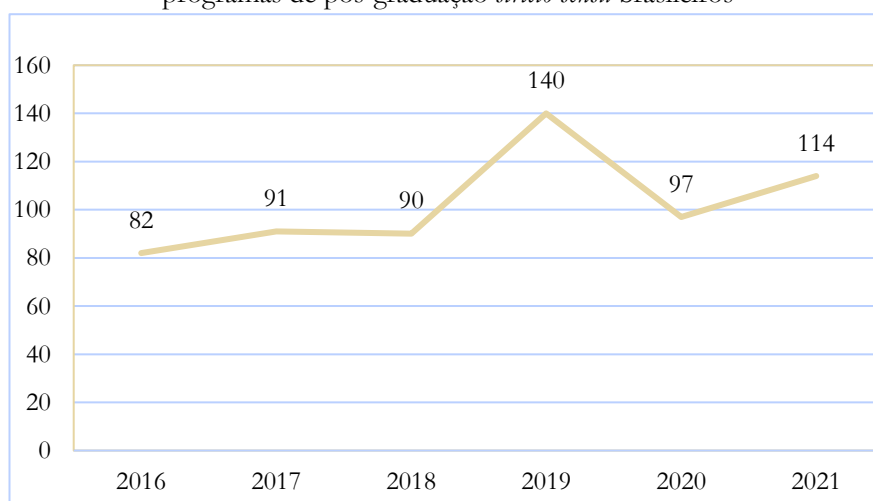
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	180	29,32
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	73	11,89
MESTRADO PROFISSIONAL EM PATRIMÔNIO CULTURAL	35	5,7
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS	23	3,74
DOUTORADO EM HISTÓRIA	13	2,11
Total	324	53

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quanto aos cursos de Mestrado Profissional, o destaque é para o de Patrimônio Cultural da UFSM seguido pelo de Gestão de Documentos e Arquivos da UNIRIO.

Ao verificar a distribuição da produção das pesquisas pelos anos de 2016 a 2021, conforme demonstra o gráfico 1, identificou-se que em 2019 houve aumento significativo, porém, em 2020 a curva retorna ao patamar dos anos anteriores, com 97 pesquisas. Tal ocorrência pode ser justificada pela pandemia da Covid-19, decretada em março de 2020, resultando na paralização das atividades acadêmicas cuja retomada aconteceu, na maior parte das instituições, a partir do 2º semestre, consequentemente, adiando a realização de bancas de defesa. Em 2021, há uma elevação de trabalhos produzidos, resultado da retomada das atividades acadêmicas, mesmo que de forma remota.

Gráfico 1 – Produção científica sobre arquivos e arquivologia (2016 - 2021) nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros



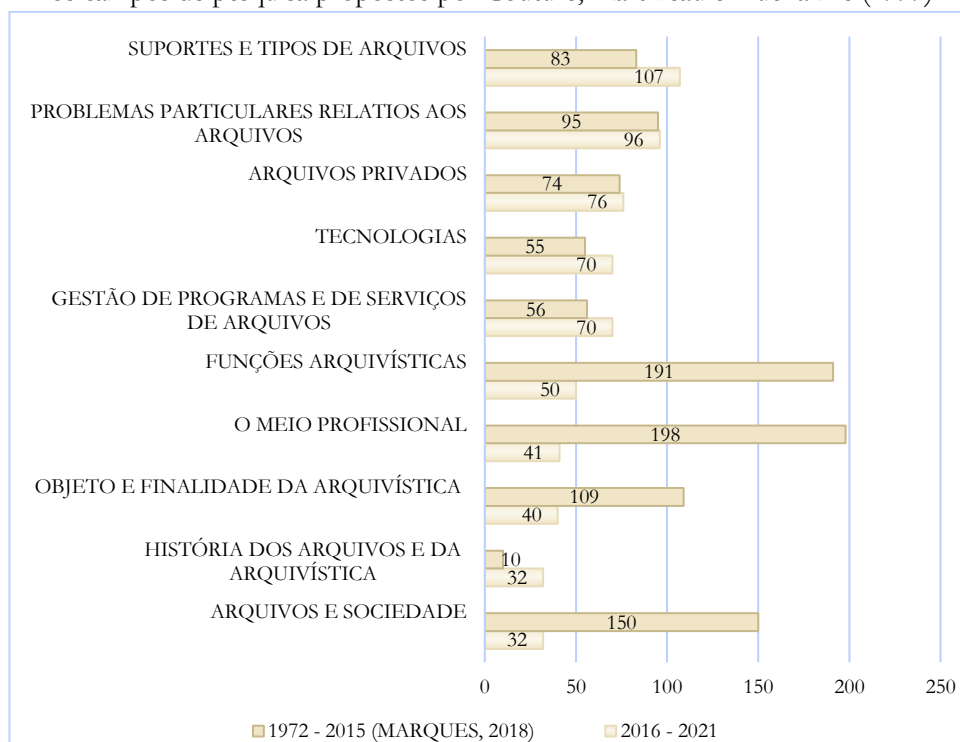
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com relação à abordagem sobre a classificação temática das pesquisas, assim como na metodologia adotada por Marques (2018, p. 25), utilizou-se a tipologia proposta por Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76).

Ao analisar as temáticas, percebeu-se algumas limitações para realizar a classificação, considerando que a tipologia proposta pelos autores canadenses não abarca todos os temas identificados nas pesquisas selecionadas. É o caso de “arquivos privados”, tema que representa 12% dos trabalhos, reforçando a proposta de Marques (2018, p. 25) em incluir este item na classificação, conforme apresenta-se no Gráfico 2.

Outra observação é sobre trabalhos produzidos em programas que não pertencem a área da arquivologia, como engenharia, psicologia, odontologia, mas que tratam de assuntos e/ou possuem objetivos relacionados aos arquivos e documentos de arquivo decidindo-se assim por mantê-los nesta pesquisa. Ressalta-se, ainda, que 9 (nove) trabalhos não possuem resumo disponível no Banco de Teses e Dissertações da Capes, porém foram mantidos ao se considerar os respectivos títulos, que indicam a temática arquivística e por terem sido produzidos por programas de pós-graduação da área.

Gráfico 2 – Classificação temática das T, D e TCC sobre arquivos e arquivologia (2016 - 2021) nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros de acordo com os campos de pesquisa propostos por Couture, Martineau e Ducharme (1999)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Ao se comparar os resultados apurados para o período de 2016 de 2021, com a classificação realizada por Marques (2018, p. 26), e verificou-se que o tema “arquivos e sociedade”, relacionado ao papel e formação do arquivista, teve queda na posição do gráfico.

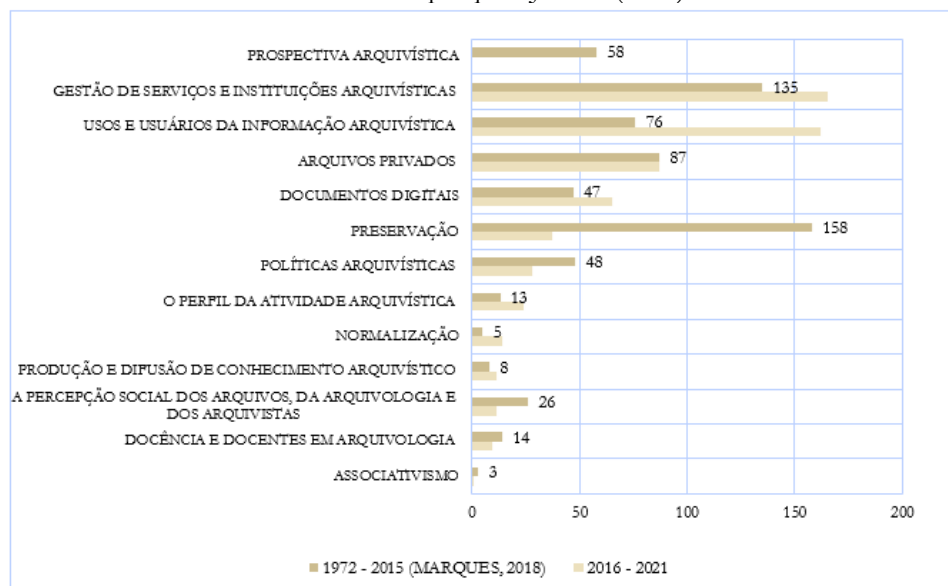
As temáticas “funções arquivísticas”, “o meio profissional”, “objeto e finalidade da arquivística” e “arquivos e sociedade” foram as que tiveram um menor número de pesquisas produzidas, com quantitativos variando entre 50 a 30. Observa-se que em “funções arquivísticas” foram identificadas pesquisas que abordam descrição (18), avaliação (11), conservação (7), difusão (6), classificação (5) e produção (3).

O item “história dos arquivos e da arquivologia” manteve-se na base do gráfico, subindo apenas uma posição, em Marques (2018, p. 26) encontrava-se na 10ª posição, passando nesta pesquisa para 9ª posição.

Com crescimento no número de pesquisas estão os itens “gestão de programas e de serviços de arquivos”, o que pode representar o aprimoramento e adoção da gestão de documentos; “tecnologias”, traduzindo o interesse em pesquisar sobre assuntos como sistemas, dispositivos, redes, preservação e documentos digitais; “arquivos privados” e “problemas particulares relativos aos arquivos”, indicando maior interesse em assuntos como ética, proteção da vida privada e acesso à informação; e “suportes e tipos de arquivos”, apontando para um crescimento no interesse em pesquisas que abordam arquivos audiovisuais e eletrônicos.

Outra classificação das pesquisas foi realizada segundo os temas propostos por Jardim (2012, p. 148-151). Assim como ocorreu com a tipologia proposta pelos canadenses, verificou-se que nem todos os temas encontrados nos trabalhos selecionados são contemplados nos itens propostos por Jardim (2012), por exemplo as funções arquivísticas que não constam especificamente.

Gráfico 3 – Classificação temática das T, D e TCC sobre arquivos e arquivologia (2016 - 2021) nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros de acordo com os temas de pesquisa Jardim (2012)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quanto ao gráfico elaborado por Marques (2018, p. 27) referente à classificação com os temas propostos por Jardim (2012), foi possível identificar que alguns itens permaneceram na mesma ou em posição similar, como “gestão de serviços e instituições arquivísticas”, mantendo-se no topo do gráfico; “arquivos privados” permaneceu como 3º tema mais pesquisado; “políticas arquivísticas”; “produção e difusão de conhecimento arquivístico”; e “associativismo” que continua sendo o tema menos investigado.

Os itens “preservação”, “a percepção social dos arquivos, da arquivologia e dos arquivistas” e “docência e docentes em Arquivologia” caíram de posição no gráfico. O item “prospectiva arquivística” não foi contemplado nos trabalhos selecionados nesta pesquisa. Já os itens classificados como “usos e usuários da informação arquivística”, “documentos digitais” e “o perfil da atividade arquivística” alçaram posições no gráfico.

Entende-se que as variações identificadas quanto às preferências de temas das pesquisas em arquivos e arquivologia, comparando o levantamento realizado por Marques (2018) para o período de 1972 - 2015 e os resultados apurados nesta pesquisa, refletem as mudanças ocorridas na área no transcorrer dos anos, principalmente as consequências decorrentes da evolução das

tecnologias. Acrescenta-se, ainda, os novos interesses de pesquisa na área com relação a disseminação e uso da Lei de Acesso à Informação (LAI).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver este trabalho de mapeamento da produção de pesquisas sobre arquivos e arquivologia no país, para o período de 2016-2021, buscou-se além de complementar o trabalho de Marques (2018), identificar como a produção científica e de conhecimento arquivístico avançou desde 2015. O crescimento no número de instituições, programas de pós-graduação *stricto sensu* e trabalhos podem significar um maior interesse, ainda que tímido, na pesquisa em Arquivologia.

A partir da análise das temáticas utilizadas nas pesquisas, é possível trazer à tona aspectos que mereçam aprofundamento e reflexões, além de identificar as perspectivas para a difusão da Arquivologia no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Banco de Teses e Dissertações**. Disponível em: [https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/.](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/) Acesso em: 18 maio 2022.

FONSECA, Maria Odila Kahl. Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico no Brasil. In: **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**, 1999, Rio de Janeiro. Mesa Redonda Nacional de Arquivos: Caderno de Textos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2005.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990 - 1995). **Ciência da Informação**. IBICT. v. 27, n.3, 1998.

JARDIM, José Maria. **A produção e difusão do conhecimento arquivístico no Brasil 1996-1999**, Departamento de Documentação / Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Informação – NEINFO, UFF. Relatório parcial de pesquisa. 1999.

JARDIM, José Maria. A Pesquisa em Arquivologia: um Cenário em Construção. In: **Estudos avançados em Arquivologia**. Marta Lígia Pomim Valentim (Org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Os arquivos e a arquivologia nas pesquisas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros (1972-2015). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 15-30, set./dez. 2018.

SILVA, Eliezer Pires da. Informação arquivística e Arquivologia no Brasil. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 48-68, jul./dez., 2012.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ARQUIVOLOGIA: UM OLHAR SOB A BASE DE DADOS PESQUISAS ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS

Maria Meriane Vieira da Rocha (Universidade Federal da Paraíba),
Maria Eduarda dos Santos Silva (Universidade Federal da Paraíba),

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea está sempre passando por um processo de transformação sócio informacional, onde as exigências de produção científica dos docentes, pesquisadores, discentes e do mercado de trabalho são cada vez maiores no que diz respeito as atualizações constantes, seja frente as tecnologias de informação e comunicação ou no aprendizado contínuo de novas línguas e outras habilidades. Para ser inserido nesse novo contexto é necessário atualizar-se sempre, ou seja, cada ator social precisa ser competente em informação, visto que, a sociedade globalizada exige tais exigências.

Diante disso, refletindo sobre o instrumento de pesquisa Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB), percebeu-se a importância da democratização da informação dos atores sociais que contribuíram e contribuem para que a Arquivologia se coloque cada vez mais e se desenvolva como ciência. Partindo desse pressuposto, o objetivo deste estudo foi evidenciar o crescimento da produção científica na área da Arquivologia, bem como destacar as temáticas que vêm sendo exploradas nos últimos anos por meio de dados quantitativos com gráficos, percentuais e, qualitativos através das áreas das pesquisas no Brasil através dos dados coletados na PAB, instrumento que foi construído a partir da tese de Rocha (2021).

O trabalho demonstra que o desenvolvimento das pesquisas na área de Arquivologia enquanto campo científico no Brasil, cresce com a implantação dos cursos de graduação, com o aumento de projetos de pesquisa, e o comprometimento dos pesquisadores, inclusive com a criação de repositórios institucionais, como é o caso da Base de Dados em tela.

2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA: CAMINHOS E PERSPECTIVAS

As mudanças fazem parte da sociedade contemporânea, porém, as funções básicas do mercado têm permanecido inalteradas. No cenário atual, o que tem mudado e continuará a mudar são as formas de desempenho e o uso que é feito de suas atividades. Assumindo formas e práticas diversificadas, as universidades e o mercado têm papel democrático insubstituível na sociedade. Desse modo, características adotadas como componentes da natureza dos profissionais como a flexibilização de suas estruturas, o trabalho em equipes, o compartilhamento, o cooperativismo e o processo coletivo para obtenção dos resultados envolvem uma transformação cultural considerável.

É salutar ressaltar que na contemporaneidade os atores sociais devem saber trabalhar em equipe, e é nesse contexto que Rocha (2021, p. 92) destaca que esses atores precisam estar “compartilhando visões e conhecimentos comuns e vendo-se como semelhantes, entendendo que a base da cultura da informação é a democratização”.

Para Figueiredo (2005), o vínculo entre a competência em informação e a gestão do conhecimento está justamente no fato do conhecimento ser combustível que dá vida a uma competência, conforme Dudziak (2005, p. 3):

[...] isto significa, em síntese, a estruturação de uma educação que privilegie a competência em informação, mas que isto não é questão simples. Demanda muito planejamento, engajamento e deve ser considerada sistematicamente. Desenvolver projetos pedagógicos voltados para a competência em informação significa repensar crenças, práticas e partir para a ação.

Assim, o desenvolvimento de competências e habilidades para a formação do profissional é o caminho mais acertado para atuar na sociedade da informação, levando em conta que se deve ter um aprendizado contínuo. Segundo Castells (1999), no final do século XX começa a existir uma nova estrutura social baseada na diversidade de culturas e instituições em todo planeta, que é o informacionalismo, este estruturado no modo capitalista de produção e historicamente determinado em produção, experiência e poder.

Ainda para Castells, o processamento da informação está focado na melhoria do desenvolvimento tecnológico como fonte de produtividade, ou

seja, há uma interação entre as fontes de conhecimento tecnológico e sua aplicação para melhorar a geração de conhecimentos e o processamento da informação.

2.1 Comunicação científica

Ao longo da constituição dos Cursos de Arquivologia no Brasil e sua trajetória para se consolidar como campo científico, os docentes/pesquisadores da Arquivologia encontraram na CI um suporte para seu desenvolvimento, com o intuito de procurar desenvolver pesquisas que envolvam seus instrumentos de comunicação científica e poder contribuir para fortalecer as discussões que ocorrem nos vários eventos produzidos pelas duas áreas. De acordo com Araújo (2011, p. 118-119),

[...] a CI ofereceu à Arquivologia possibilidade de construção de conhecimentos propriamente científicos, indo além da dimensão de produção de manuais de “como fazer”. Ao mesmo tempo, abriu portas para que a Arquivologia problematize questões que vão além da instituição arquivo: as políticas de informação, os arquivos pessoais, as realidades documentais não tratadas do ponto de vista arquivístico, entre outras.

Destarte, percebeu-se que toda disciplina tem o que oferecer à CI, umas mais que outras, e os diálogos e as trocas de saberes é o que a faz ser interdisciplinar. Destarte, pensou-se em proporcionar uma articulação como estratégia para integrar a graduação e a pós-graduação, despertando o interesse de consultas à PAB, trazendo os alunos para o protagonismo não apenas em sala de aula, mas também nas pesquisas.

3 BASES DE DADOS: INSTRUMENTOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

As Bases de Dados têm o objetivo de concentrar em um único espaço várias informações, evitando assim que se faça buscas em vários campos, por exemplo. Há um processo de seleção para a inclusão dos itens nas Bases, pode-se tomar como exemplo ilustrativo a PAB que reúne informações acerca de cinco categorias dos docentes do quadro efetivo dos cursos de Arquivologia das instituições públicas brasileiras: projetos de pesquisa; projetos de extensão; teses de doutorado; dissertações de mestrado e monografias.

A referida Base de Dados foi desenvolvida em 2021, e é fruto da proposta da tese de doutorado da Profa. Dra. Maria Meriane Vieira Rocha, objetivando disseminar as pesquisas que foram finalizadas e aquelas que estão em andamento sobre temáticas Arquivísticas, como já mencionado. O

levantamento das publicações inseridas na PAB, é referente às pesquisas dos docentes do quadro efetivos dos 16 cursos de instituições públicas brasileiras, ou seja, temos o estado da arte das pesquisas desses pesquisadores.

A intenção da Base é que docentes, discentes, pesquisadores e pesquisadores em formação tenham um espaço específico para buscar informações acerca de temáticas Arquivísticas, de forma que a pesquisa seja realizada em bloco; por universidade, por docentes por assunto, entre outros, evitando a busca de forma individualizada, como ocorre na Plataforma Lattes, por exemplo.

A PAB conta ainda com redes sociais para uma maior interação e divulgação entre os atores sociais, tais como: Instagram²⁵, Facebook²⁶, e-mail²⁷ e Youtube²⁸. Cada uma com funções específicas, mas que dialogam entre si.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entendemos por pesquisa, a atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. Segundo Minayo (2004, p. 23) “é uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”.

Nesse sentido, a pesquisa envolveu procedimentos como levantamento bibliográfico para a construção do quadro teórico. A prática foi caracterizada pela coleta de dados em um universo representativo dos atores sociais envolvidos mediante a coleta de dados retirados da PAB.

Para a análise dessas temáticas exploradas, os trabalhos consultados foram classificados conforme os temas abordados nos campos de pesquisa em arquivística e apresentados no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Temáticas de pesquisa em Arquivologia

Campo de Pesquisa	Descrição do Conteúdo
Tecnologia da Informação Aplicada aos Arquivos	Informática aplicada à Arquivologia Documentos digitais Gestão Eletrônica de Documentos Gestão e preservação de documentos digitais
Estudos Usos e Usuários	Estudos de usuários e uso da informação arquivística, treinamento de usuário, experiência do

²⁵ @pesquisasarquivisticas

²⁶ Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras

²⁷ pesquisasarquivisticas@gmail.com

²⁸ Pesquisas Arquivísticas Brasileiras

	usuário e usabilidade
Epistemologia Arquivística	Fundamentos da Arquivologia, origem e historicidade, correntes teóricas, objeto e propriedades
Unidades de Informação e Gerenciamento	Teoria e prática das organizações; políticas arquivísticas, marketing em unidades de informação
Conservação e Preservação documental	Políticas de preservação nos arquivos, preservação em arquivos digitais, conservação preventiva de documentos, procedimentos e técnicas de restauro
Comunicação científica na Arquivologia	Produção e difusão do conhecimento científico na área
Arquivo, memória e sociedade	Papel social do arquivo, Construção da memória na sociedade, aspectos ligados à cultura e preservação da memória
Papel social e visibilidade da profissão de arquivista	Formação, associativismo, ética profissional e mercado de trabalho
Relações interdisciplinares	Relações com a Diplomática, a História, a Ciência da Computação, a Ciência da Informação e outras ciências
Arquivos especiais e especializados	Arquivos audiovisuais, iconográficos e textuais, outros suportes ou tipos de arquivos; arquivos escolares, arquivos cartoriais etc.

Nota: Baseado em Jardim (2012, p. 148-151)

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O quadro 1 destaca as temáticas abordadas nos trabalhos coletados com base nos campos de pesquisa em Arquivologia. Para critério de divisão da produção dentro dessas áreas temáticas, foram considerados o título, o resumo quando disponível, e as palavras-chave, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 2 – Preenchimento dos requisitos de busca

PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE BUSCA	
BASE DE DADOS CONSULTADA	Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB)
RECORTE TEMPORAL	Anos entre 2017-2021
DADOS EXTRAÍDOS DAS BUSCAS REALIZADAS	Ano de execução/defesa/publicação/tipos de pesquisa
ESTRATÉGIA DE FILTRAGEM	Leitura do título;

	Resumo; Palavras-chave

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

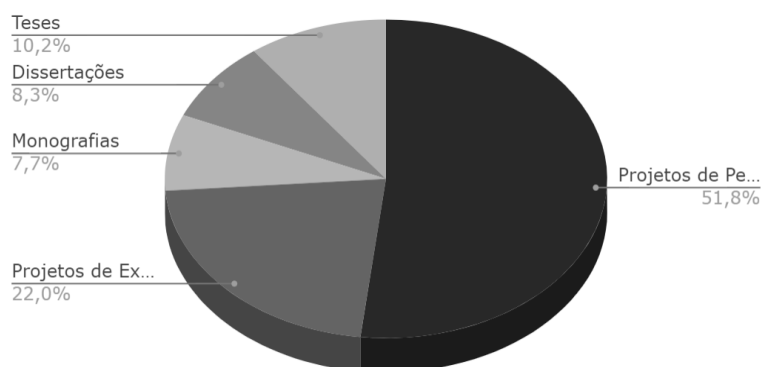
Conforme o quadro 2, optou-se por estratégia de busca no campo ‘publicações’ que categoriza os trabalhos por tipo: projetos de pesquisa, projetos de extensão, monografias, dissertações e teses. A recuperação dos trabalhos compreendeu o recorte temporal entre 2017 e 2021, assim, foram excluídos os trabalhos que antecedem o ano de 2017. Entretanto, para os projetos de pesquisa e extensão iniciados antes desse período, mas que ainda estão ativos, estes foram mantidos no recorte temporal.

Dessa forma, foram recuperados 564 trabalhos, sendo que 202 foram excluídos por não pertencerem ao recorte temporal, ficando 365 trabalhos. Os resultados obtidos através dessa busca foram inseridos no software Excel a fim de serem analisados.

5 ANÁLISE E RESULTADO DE DADOS

A Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras possui um total de 564 trabalhos indexados. O gráfico abaixo representa o percentual dos tipos de estudo encontrados:

Gráfico 1 - Quantitativo de trabalhos indexados na PAB



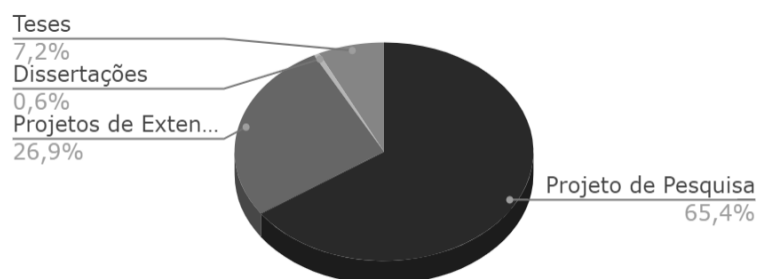
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O gráfico 1 mostra uma visão geral de todas as pesquisas indexadas na PAB, para essa etapa não foi considerado o recorte temporal, assim foram encontrados 295 projetos de pesquisa (51,4%); 125 projetos de extensão (21,8 %); 58 teses (9,2 %); 47 dissertações (9,9 %) e 44 monografias (7,7 %). Totalizou-se 564 trabalhos.

Esse levantamento destacou o quantitativo elevado de projetos de pesquisas, desenvolvido pelos docentes, isso reforça que estes estão envolvidos com a área. Ao que tange os projetos de extensão o percentual é menos da metade em relação aos de pesquisa e isso acende um alerta para os pesquisadores, sobretudo, para destacar a importância de romper as barreiras das universidades e ir até a sociedade com esses projetos, efetivando assim a responsabilidade social.

Para o recorte temporal, ou seja, de 2017 a 2021, foram encontrados os seguintes resultados:

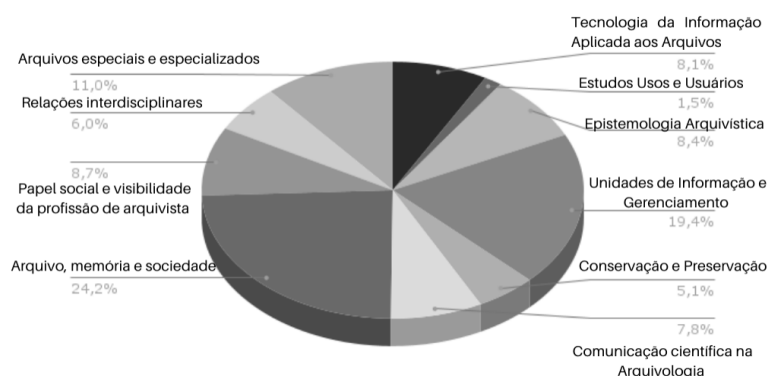
Gráfico 2 - Quantitativo de trabalhos indexados com recorte temporal na PAB (2017-2021)



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O gráfico 2 mostra as pesquisas indexadas na PAB, considerado a aplicação do recorte temporal, assim temos: 219 projetos de pesquisa (65,4%); 90 projetos de extensão (26,9%); 24 teses (7,2%); 2 dissertações (0,6%), totalizando o quantitativo de 335 trabalhos recuperados. Destacamos ainda que não foi identificada nenhuma monografia que contemple o recorte, assim percebemos que a maioria dos docentes do quadro efetivo dos cursos de Arquivologia brasileiros não possuem graduação na área.

No Gráfico 3 destacou-se as temáticas abordadas com base nos campos de pesquisa em Arquivologia. Para critério de divisão da produção dentro dessas áreas temáticas, foram considerados o título, o resumo quando disponível, e as palavras-chave. A partir desse levantamento obteve-se os seguintes resultados:

Gráfico 3 - Distribuição dos trabalhos por áreas temáticas

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme exposto, no que diz respeito aos temas mais recorrentes, o destaque está nas pesquisas relacionadas a temática ‘Arquivo, memória e sociedade’ com 24,2%. Para Araújo (2011) a memória é um dos elementos de pesquisa do arquivista, e é nesse sentido que entendemos a preocupação e a evidência da temática.

A temática Unidades de Informação e Gerenciamento, aborda as questões relacionadas à teoria e prática das organizações, ocupa o segundo lugar com o percentual de 19,4%.

De modo geral, sobre as pesquisas recuperadas no Gráfico 2, sobretudo no que se refere aos projetos de extensão, percebeu-se a contribuição na relação entre Arquivologia e comunidade externa. Para Menegon (2017), o objetivo da extensão é estabelecer uma relação entre a universidade e outros setores da sociedade, de forma a atender uma necessidade da população e implementar o desenvolvimento regional e as políticas públicas. Notou-se, pela quantidade de pesquisas focadas nas instituições, que esses projetos vêm cumprindo assiduamente a finalidade da extensão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo a trajetória da Arquivologia no país, este estudo se propôs a analisar a produção científica na área, a partir da Base de Dados Pesquisas Arquivísticas a qual contempla Projetos de Pesquisa e Extensão, Monografias, Dissertações e Teses. Pretendeu-se aqui, contribuir para que a Arquivologia brasileira compreenda sua origem de produção do conhecimento científico, bem como apontar um recorte do que representa sua evolução.

Nesse sentido, além de salientar as nuances da produção científica arquivística brasileira, a pesquisa revela elementos consideráveis que mostram

que a Arquivologia se consolida no Brasil, seja com o aumento de produção, ou pela colaboração e interesse por temas antes pouco explorados.

Por outro lado, esta pesquisa deixa aberto novos espaços para estudos que deem ênfase a outras temáticas como: Tecnologia da Informação Aplicada à Arquivologia, Papel social e visibilidade, Comunicação científica na Arquivologia, Conservação e preservação e Estudos de Usuário, assim como em outros campos do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações institucionais e teóricas. **Enc. Bibli.** Rev. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, v. 16, n. 31, p.110-130, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2011v16n31p110/17765>. Acesso em: 5 maio 2018.
- DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Competência em informação melhores práticas educacionais voltadas para a information literacy. 2005, **Anais**. Curitiba: FEBAB, 2005.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FIGUEIREDO, Saulo Porfírio. **Gestão do conhecimento: estratégias competitivas para a criação e mobilização do conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
- JARDIM, J. M. A Pesquisa em Arquivologia: um Cenário em Construção. In: VALENTIM, M. L. P., ed. **Estudos avançados em Arquivologia** [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, pp. 135-153.
- PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/609/611>. Acesso em: 03 nov. 2016.
- ROCHA, Maria Meriane Vieira da. **Um olhar sobre os Cursos de Bacharelado em Arquivologia no Brasil à luz do Regime de Informação**. 2021, 215 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

ANÁLISE DE DOMÍNIO: UM ESTUDO DOS ANAIS DA REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA – REPARQ (2010 – 2019)

**Andrieli Pachú da Silva (G&P Projetos e Sistemas S.A),
Laura Maria Rego-Piva (Arquivista),
Gilberto Gomes Cândido (Universidade Federal do Pará),
José Augusto Chaves Guimarães (Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”)**

1 INTRODUÇÃO

A comunicação científica é necessária para o desenvolvimento de uma área do conhecimento, uma vez que a divulgação dos resultados das pesquisas, bem como a participação em eventos científicos estimulam as parcerias de pesquisas institucional e interinstitucional, proporcionando a troca de experiências e novos aprendizados.

Desta forma, destacamos que, a literatura oriunda dos anais resultantes das 6 (seis) edições da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) até então ocorridas proporciona e evidencia um especial espaço acadêmico de um intercâmbio de ideias relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão em arquivologia no contexto nacional.

Assim, e visando identificar as características do conhecimento científico produzido ao longo dessas reuniões, recorreremos à análise de domínio, uma vez que suas abordagens que possibilitam identificar as condições em que o conhecimento científico é construído e socializado no

âmbito de uma dada comunidade, no caso, a comunidade arquivística brasileira (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995).

Tendo a REPARQ como um domínio a ser estudado, o presente trabalho constitui uma atualização e ampliação de estudo anteriores (SILVA; REGO-PIVA; GUIMARÃES, 2019) utilizando as combinações entre a abordagem histórica (analisando a apresentação/prefácio dos anais) e bibliométrica (com ênfase na análise de citação) da análise de domínio, preconizadas por Hjørland (2002).

O referido trabalho possibilitou um olhar, simultaneamente, abrangente e verticalizado sobre como vinha se construindo a pesquisa no âmbito do referido evento, bem como, sobre o histórico da implementação dos cursos de graduação em Arquivologia.

Na ocasião de apresentação do referido trabalho (VI REPARQ — realizada em 2019, organizado pela Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará — UFPA), chegou-se a recomendar que esse estudo se constituísse em algo permanente, como que um observatório da produção científica do evento. Desse modo, nesta oportunidade somam-se à análise os trabalhos apresentados no evento de 2019, tal como a anterior, que contempla a linha do tempo, os tipos de autorias existentes, a filiação institucional dos autores, o idioma dos trabalhos e a rede de citação e, nesta oportunidade, acrescentam-se ao conjunto do *corpus* de pesquisa a análise dos autores mais produtivos, a rede de colaboração autoral e institucional, a vida média da bibliografia utilizada, a identificação das autocitações, a análise das palavras-chave e a presença da temática sobre arquivos, justiça social e democracia, por se tratar de tema de inegável atualidade em âmbito internacional na área.

Foram analisados o total de **178** (cento e setenta e oito) **trabalhos** considerando os 6 (seis) anais publicados (sendo os dois primeiros em formato analógico, disponibilizados na instituição dos pesquisadores, e os quatro últimos em formato digital, disponibilizados nos sites de cada evento).

Para a realização da coleta de dados, elaboramos uma ficha de coleta de dados para cada trabalho, identificando: título do trabalho, autoria, filiação institucional, idioma, palavras-chave e referências (ver **Apêndice A**), e os dados que não foram possíveis de serem identificados foram registrados na ficha como “Não consta”.

A identificação dos autores mais produtivos e autores mais citados foram realizadas a partir do cálculo da lei de elitismo de Price (ALVARADO, 2009), que corresponde ao resultado da raiz quadrada aplicada ao total de autores, seja dos que tiveram trabalhos publicados nas 6 (seis) edições, bem

como ao total de autores citados nas referências dos 178 trabalhos, excluindo as autocitações e citações de instituições, para a elaboração das redes.

No que diz respeito à construção das redes, utilizamos dois softwares open-source PAJEK²⁹ e *VOSviewer*³⁰ para a representação dos dados tabulados. Em um primeiro momento, foi elaborado arquivo.txt para ser utilizado no PAJEK e depois exportado para o *VOSviewer*. Esse procedimento foi necessário, pois as redes desta pesquisa foram tabuladas manualmente, visto que os materiais utilizados não foram exportados de base de dados (como, por exemplo: *Web of Science*, *Scopus*, *Dimensions*, *Lens* e PubMed) das quais o *software VOSviewer* aceita. Já para a construção da nuvem de palavras-chave, foi utilizado o *website wordart*³¹ online, tendo como base os 116 termos identificados, onde o cálculo foi baseado na frequência dos termos a partir do número de repetições em relação ao total.

A construção dos gráficos, valeu-se do *software Python*³² open source, sendo uma linguagem de programação que permite com o uso de suas bibliotecas e *frameworks* desenvolver cálculos, gráficos, mineração de dados, dentre outros. Por conseguinte, na elaboração dos gráficos apresentados nesta pesquisa recorreremos às seguintes bibliotecas, sendo essas: *Matplotlib* que auxiliou na elaboração dos gráficos e a *Pandas* na análise de dados por estruturas as operações que permitiram manusear as tabelas numéricas.

2 DESENVOLVIMENTO

A primeira abordagem da análise de domínio aplicada aos 6 (seis) anais da REPARQ, corresponde a **análise histórica**, em que foram consideradas as apresentações/prefácios dos anais, o que possibilitou a atualização da linha do tempo (ver **figura 1**) apresentada no trabalho anterior, no sentido de se traçar uma visão linear e comparativa entre a criação dos cursos de Arquivologia e as edições da REPARQ.

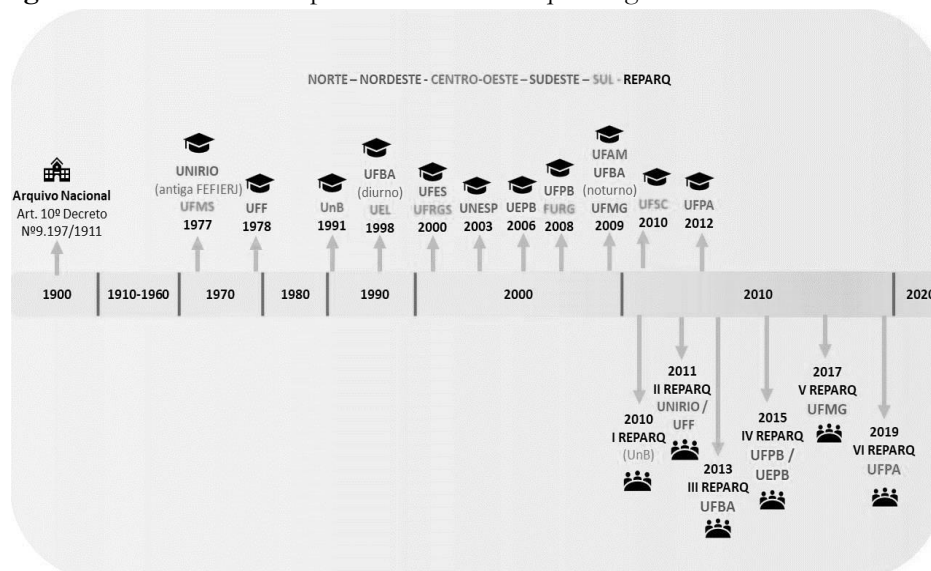
²⁹ Software gratuito para análise de rede <Análise de domínio>: <um estudo dos anais da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia — REPARQ (2010 – 2019)>

³⁰ Software gratuito para análise de rede bibliométricas DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA — REPARQ PROCEEDINGS STUDIES (2010 – 2019)><Andrieli Pachú da Silva> : <G&P Projetos e Sistemas S.A >

³¹<Laura Maria Rego-Piva> : <Pesquisadora Autônoma>

³²<Gilberto Gomes Cândido> : <Universidade Federal do Pará — UFPA>

Figura 01 — Linha do tempo dos cursos de Arquivologia no Brasil e das REPARQ.



Fonte: Linha do tempo elaborada a partir de Rego (2015) e dos 6 (seis) anais da REPARQ no software pago *Microsoft PowerPoint*, 2022.

Nessa linha do tempo, é possível observar o ano de criação dos cursos de Arquivologia e os anos em que foram realizadas as REPARQ, demonstrando que a I REPARQ em 2010 foi realizada na Universidade de Brasília (UNB), a II REPARQ em 2011 pelas Universidades Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO) e Universidade Federal Fluminense (UFF), a III REPARQ em 2013 pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), a IV REPARQ em 2015 pelas Universidades Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a V REPARQ em 2017 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a VI em 2019 pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Assim, os eventos já ocorreram uma vez na região Centro-Oeste, duas vezes no Sudeste, duas vezes no Nordeste e uma vez no Norte, tendo sido predominantemente realizados em Universidades Federais que oferecem curso de graduação em Arquivologia, com exceção da IV REPARQ em que houve a parceria entre Universidade Federal e Estadual.

Sobre os temas de cada evento temos, respectivamente: “A formação a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras. Novas dimensões da Pesquisa e do Ensino da Arquivologia no Brasil”, “Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil”, “Pesquisa e Ensino da Arquivologia no Brasil: o estado da arte”, “Ensino e

pesquisa em Arquivologia: cenários prospectivos” e “A pesquisa e o ensino em Arquivologia: perspectivas na era digital”. É interessante observar que essas temáticas, historicamente, partem da abordagem geral do objetivo do evento, qual seja, o ensino e a pesquisa em Arquivologia, para, em eventos sucessivos, verticalizarem a questão a partir da abordagem das dimensões, do perfil, da evolução, do estado da arte e de um olhar para o futuro para chegar a um tema ainda mais específico, relativamente à Arquivologia e aos arquivos em um contexto digital. Cumpre destacar que essa verticalização e aprofundamento temático parece constituir uma tendência no evento, visto que, na presente edição, a abordagem centra-se na relação entre arquivos, democracia e justiça social.

A segunda abordagem aplicada a esse domínio, corresponde a **análise bibliométrica** que segundo Glänzel (2003), possibilita três grandes vertentes, uma voltada para o aprimoramento de técnicas e métodos da própria bibliometria, outra em que os estudos bibliométricos são utilizados por diferentes áreas visando compreender o seu conhecimento publicado e por fim, a utilização da bibliometria para políticas de gestão científica e avaliativa. No nosso estudo, aplicamos a segunda vertente, dado que está alinhada com o nosso objetivo de compreender o conhecimento produzido na REPARQ.

Considerando os dados coletados dos **títulos** de cada trabalho e **palavras-chave**, foi possível verificar que a temática **Arquivos, Justiça Social e Democracia**, tema da VII edição da REPARQ em 2022, foi apresentada em apenas 1 (um) trabalho durante as 6 edições, sendo esse: A nova morfologia da Arquivologia no século XXI: o microscópio da justiça social dos arquivos, responsabilidade e democracia (Silva, 2019).

No que diz respeito ao **idioma**, a literatura é predominantemente veiculada em português (BR), que responde por 97% dos trabalhos, sendo os demais em espanhol (um na REPARQ-2010, dois na II REPARQ-2011 e dois na IV REPARQ -2015). Tal aspecto revela que o evento possui ainda uma natureza eminentemente nacional, servindo como espaço de interlocução acadêmica principalmente entre os cursos de Arquivologia do país, mas a presença de trabalhos em espanhol evidencia que o evento já vem sendo objeto de atenção de outros países, sinalizando para perspectivas de internacionalização.

No que se refere às **palavras-chave**, destacam Chen e Chiao (2016) que a análise de sua frequência na produção científica de um domínio auxilia a identificação da estrutura do conhecimento nele produzido.

Nesse contexto, há que se considerar o seguinte: a forte incidência de palavras de cunho genérico, como arquivologia e arquivista, é de se esperar, pois, são representativas do domínio analisado e da área de especialidade do evento. Em seguida, tem-se palavras de cunho mais específico, representativas seja de processos ou procedimentos inerentes ao fazer arquivístico, seja de relações interdisciplinares existentes. No que lhe concerne, a baixa incidência de palavras-chave repetidas pode sinalizar para dois aspectos: em um sentido positivo, para uma diversificação de temas específicos, evidenciando um crescimento do leque de abrangência dos estudos da área. Por outro lado, não se pode deixar de ter em mente a possibilidade de uma eventual falta de controle de vocabulário, visto que as palavras-chave são atribuídas em linguagem natural.

Há de se ressaltar que, a falta de padronização do *template* do evento REPARQ impacta significativamente nas análises bibliométricas, como também na caracterização do padrão do modelo de *template* do evento, visto que, esse não mantém uma linearidade. Tal aspecto, ressaltamos, deve ser objeto de reflexão.

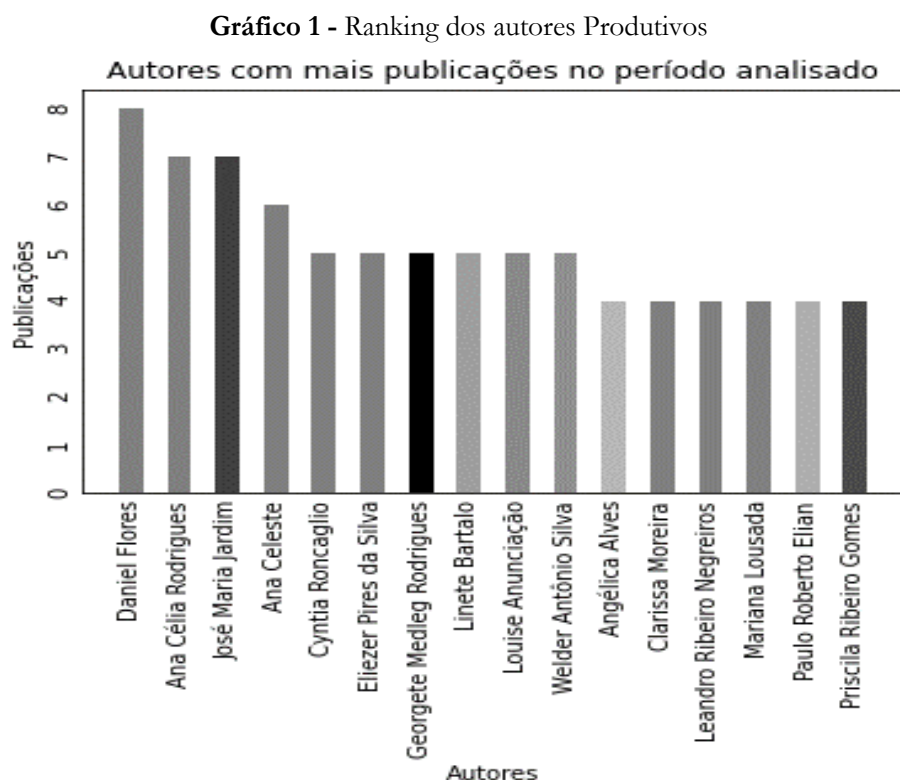
Quando apresentamos o termo padronização, não estamos nos referimos a conteúdo, mas sim a estrutura dos artigos, que deve salvaguardar alguns elementos que possibilitem uma sequência, como: resumo, palavras-chave, introdução, desenvolvimento e referências. Esses elementos buscam agregar de certa forma a identidade ao *template* junto ao evento, assim como podemos observar, no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) e Sociedade Brasileira para Organização do Conhecimento (ISKO — Brasil) dentre outros.

Os dados analisados referentes a autoria demonstram que as 6 (seis) edições contam com o total de 211 autores diferentes, em cujo âmbito preponderam trabalhos em autoria dupla (46%) e autoria única (33,3%), em uma característica própria das Ciências Humanas e, no caso, das Ciências Sociais Aplicadas. A isso se aliam autorias triplas (19,6%), quádruplas (3,3%) e quádruplas (0,5%), o que pode sinalizar para uma alteração, temporal, do padrão quantitativo de autorias na área, possivelmente pela influência da tradição de outras áreas, como a Ciência da Computação, por exemplo.

Foi possível identificar os **autores mais produtivos** nas seis edições do evento aplicando a lei de elitismo de Price (ALVARADO, 2009) que corresponde à raiz quadrada do total de autores.

Desse modo, chegou-se a um grupo de 16 (dezesesseis) autores que tiveram no mínimo quatro trabalhos publicados no evento, pode ser observado

no **Gráfico 01** que demonstra em ordem decrescente a quantidade total de trabalhos produzidos.



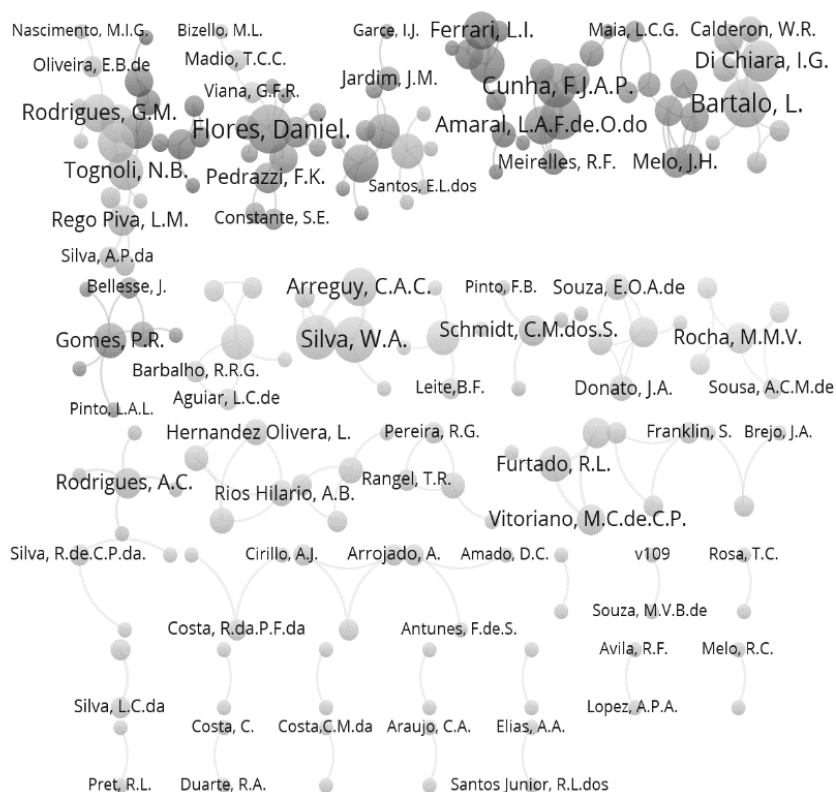
Fonte: Elaborado pelos autores no *software Python*, 2022.

Assim, os autores mais produtivos desse domínio são: Daniel Flores com 8 trabalhos, seguido de Ana Célia Rodrigues e José Maria Jardim com 7 trabalhos, sendo os 3 (três) mais produtivos no evento. Seguidos por: Ana Celeste Indolfo, Cyntia Roncaglio. Eliezer Silva, Georgete Rodrigues, Linete Bartalo, Louise Anunciação e Welder Silva com 5 (cinco) trabalhos por evento, e os demais com 4 trabalhos, sendo: Angélica Alves, Clarisse Moreira, Leandro Negreiros, Mariana Lousada, Paulo Elian e Priscila Gomes.

Ainda com os dados de autoria, foi possível identificar o seguinte cenário de **colaboração científica**, considerando a **coautoria** como um indicador, visto que possibilita caracterizar como é realizada a colaboração em uma determinada área de conhecimento, seja entre pesquisadores da mesma instituição, parcerias com outras instituições ou países (MAIA, CAREGNATO, 2008).

Dos 178 trabalhos analisados, 124 foram produzidos por mais de um autor e a rede da **Figura 3**, ilustra essas relações de colaboração.

Figura 3 - Rede de coautoria.



Fonte: Elaborado pelos autores por meio *Software VOSviewer*, 2022.

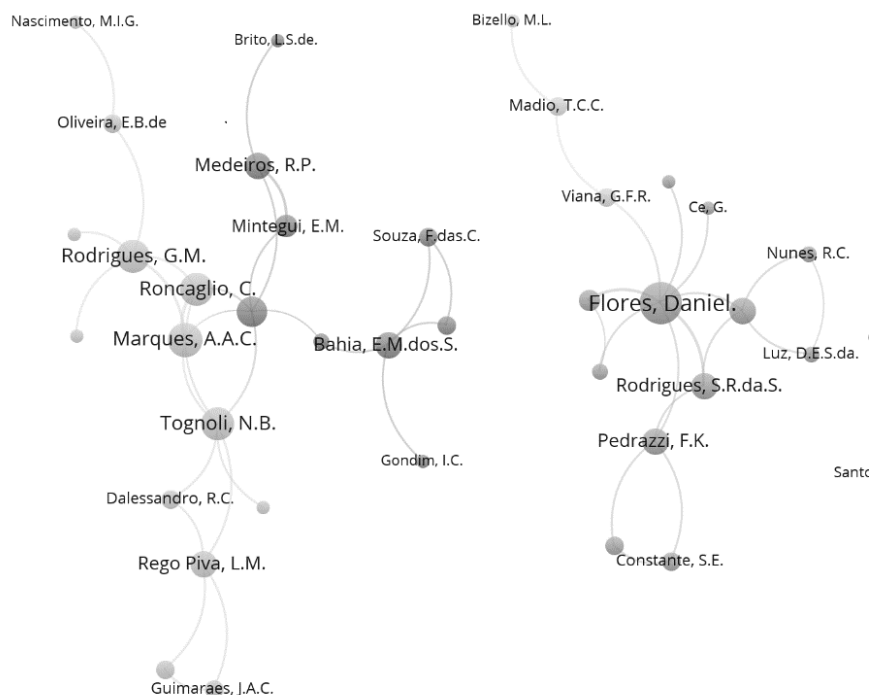
Ressaltamos que para a análise das redes, é necessário considerar os seguintes aspectos: o tamanho e o posicionamento dos atores, representada pelos círculos, as linhas e suas espessuras que indicam as relações e sua intensidade, bem como os agrupamentos dos atores dos quais são denominados de *clusters*.

Ao observarmos a rede, temos uma divisão de cores descrente, na parte superior temos os clusters coloridos, que significa uma maior quantidade de atores e relações existentes, conforme esse número diminui os *clusters* vão ficando com cores mais claras até chegar na cor cinza.

É possível verificar que na parte superior da rede temos os três autores mais produtivos Daniel Flores, Ana Célia Rodrigues e José Maria Jardim apresentam parcerias de colaboração, corroborando com estudos que apontam que a colaboração aumenta a produtividade dos pesquisadores (MAIA, CAREGNATO, 2008).

Outro aspecto que podemos observar é a centralidade que os autores ocupam, observe a **figura 4**.

Figura 4 - Rede de coautoria relação de centralidade.



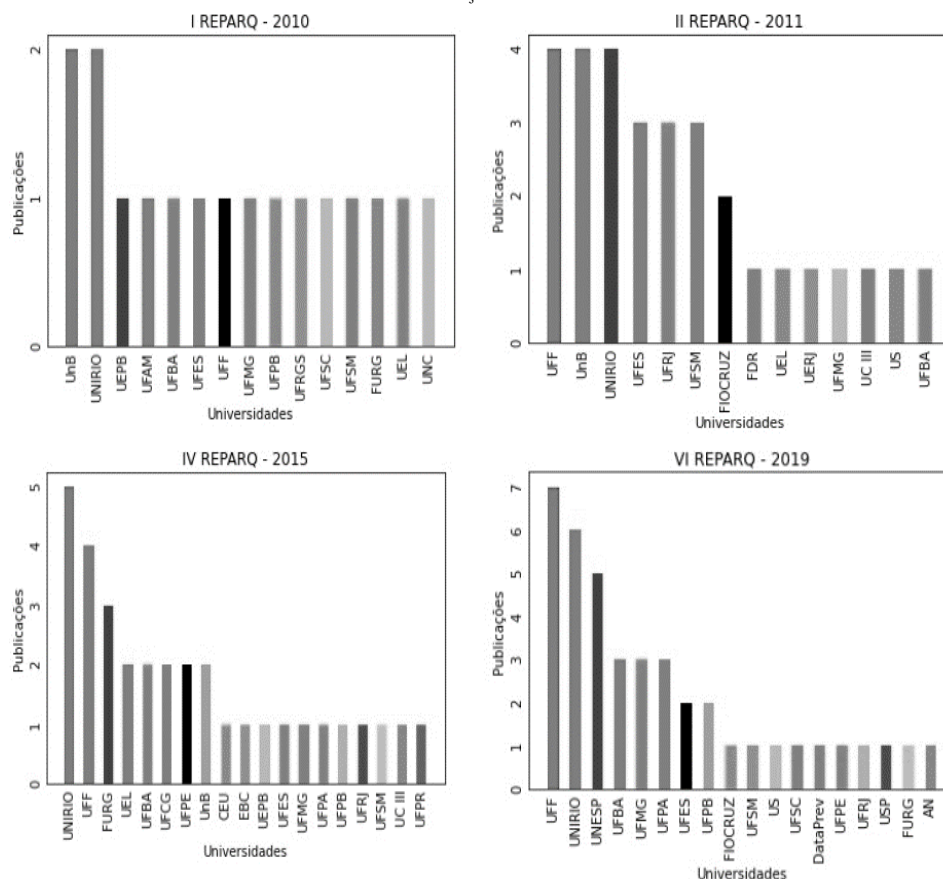
Fonte: Elaborado pelos autores por meio *Software VOSviewer*, 2022.

Tomemos como exemplo de centralidade de Daniel Flores, nesse caso, ele ocupa uma posição de vantagem face relativamente aos demais atores do seu cluster, uma vez que ele tem relação direta com mais 8 autores.

Outro ponto a ser observado são os atores cuja colaboração realizam intersecções de clusters, como, por exemplo: Marques, A.A.C. com o cluster rosa e verde, Viana, G.F.R. com o cluster vermelho e o cluster cinza-claro.

Os dados de **filiação institucional**, revelaram que dos 6 (seis) eventos, 2 (dois) não apresentaram informações sobre vínculo institucional dos autores, sendo esses: III REPARQ (2013) e V REPARQ (2017). Esse é outro elemento que deve ser objeto de reflexão no delineamento dos *templates*, pois a ausência de tais dados prejudica uma análise mais abrangente.

Contudo, os demais eventos do REPARQ identificam os vínculos institucionais dos autores, como pode ser observado no **Gráfico 2**, onde esses estão organizados em ordem decrescente.

Gráfico 2 - Filiações Institucional³³.

Fonte: elaborado pelos autores no *software Python*, 2022.

Ao se realizar inferências sobre os gráficos por meio de observações diretas, identificamos os seguintes aspectos: no **I REPARQ (2010)** foram 18 trabalhos no total e contou com a participação de 16 instituições, em que UnB e UNIRIO tiveram cada uma 2 (duas) publicadas no referido evento, já as demais instituições se mantiveram com apenas 1 publicação cada. Na ocasião,

³³<José Augusto Chaves Guimarães>:<Universidade Estadual Paulista — UNESP>; A comunicação científica é necessária para o desenvolvimento de uma área do conhecimento, uma vez que a divulgação dos resultados das pesquisas, bem como a participação em eventos científicos estimulam as parcerias de pesquisas institucional e interinstitucional, proporcionando a troca de experiências e novos aprendizados. Desta forma, destacamos que, a literatura oriunda dos anais resultantes das 6 (seis) edições da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) até então ocorridas proporciona e evidência um especial espaço acadêmico de um intercâmbio de ideias relacionadas ao ensino, à pesquisa, à e extensão em arquivologia no contexto nacional.

contou com a participação das 15 (quinze) Universidades com o curso de Arquivologia, com exceção da UFPA, pois a criação do curso se deu em 2012.

Logo, ao que se referente a **II REPARQ (2011)** com 28 trabalhos publicados no total e contou com a participação de 14 instituições, em que UFF, UnB e UNIRIO contaram com 4 (quatro) publicações cada, seguindo de 3 (três) publicações aparecem UFES, UFRJ e UFSM, e com 2 (duas) FIOCRUZ, as outras apresentam apenas uma publicação cada. Houve a participação de 8 (oito) Universidades com o curso de Arquivologia.

Por conseguinte, no **IV REPARQ (2015)** apresentaram-se 30 trabalhos publicados no total e contou com a participação de 20 instituições, onde a UNIRIO aparece com 5 (cinco) publicações, subsequente evidencia-se a UFF com 4 (quatro) e a FURG com 3 (três) publicações. Agora, UEL, UFGC, UFBA, UFPE e UnB demonstram 2 (duas) publicações e as outras instituições se mantiveram com apenas uma publicação cada. Nesse evento, houve a participação de 12 (doze) das 16 (dezesesseis) Universidades com o curso de Arquivologia.

Já no **VI REPARQ (2019)** foram publicados 31 trabalhos no total e contou com a participação de 18 instituições, das quais UFF aparece com 7 (sete) publicações, seguida da UNIRIO com 6 (seis) e Unesp com 5 (cinco). Sendo que UFBA, UFMG e UFPA seguem 3 (três) publicações cada, além disso, as outras instituições se mantiveram com apenas 1 (uma) publicação cada. Houve a participação de 11 (onze) Universidades com o curso de Arquivologia.

Utilizando os dados de filiação foi possível ainda identificar o seguinte cenário de **colaboração institucional**:

- No quinto grupo consideramos aqueles que não tiveram relação de colaboração, e por isso, não compõem um *cluster*, sendo os seguintes atores: as universidades UFAM na região Norte, UnB no Centro-Oeste, UFMG e UFES no Sudeste, UEL, UFSC e FURG no Sul, bem como no âmbito internacional a Universidad Complutense de Madrid — Espanha e a instituição Fundação Darcy Ribeiro.

A partir dos **dados das referências**, foi possível verificar as referências utilizadas pelos autores na fundamentação teórica e metodológica dos trabalhos apresentada no evento. Nesse sentido foram identificadas 3539 referências distribuídas em 178 trabalhos, correspondendo a 5,03% referências por artigo, como se observa na tabela abaixo:

Tabela 1 - Distribuição das referências nos trabalhos.

Evento	Trabalhos	Referências	%	Média por trabalho
I REPARQ	18	182	5,1	10,1
II REPARQ	28	543	15,3	19,3
III REPARQ	31	743	21,0	23,9
IV REPARQ	30	588	16,6	19,6
V REPARQ	40	744	21,0	18,6
VI REPARQ	31	741	21,0	23,9
Total	178	3539	100	19,8

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Ao analisarmos essa distribuição por eventos podemos observar um equilíbrio em relação à média de referências por artigo, tendo em vista não haver um número exato para trabalhos publicados por evento, variando a partir do II REPARQ em 31 e 40 trabalhos, ressalta-se, porém, que esse equilíbrio é um dado positivo já que acentua haver uma preocupação em se apresentar trabalhos que tenham embasamento teórico e metodológico.

Como proposto, analisou-se também as **autocitações** nesse referencial, nesse sentido chegamos aos seguintes dados:

Tabela 2 - Autocitação nas referências.

Evento	Trabalhos	Referências ³⁴	Autocitações	Média	Trabalhos com	Trabalhos sem
I REPARQ	18	182	7	2,8	6	11
II REPARQ	28	543	24	4,4	17	11
III REPARQ	31	743	30	4,0	14	17
IV REPARQ	30	588	31	5,2	15	15
V REPARQ	40	744	46	6,1	18	22
VI REPARQ	31	741	50	6,7	19	12
Total	178	3539	188	5,3	89	88

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na análise das autocitações observou-se que a média geral corresponde a 5,3% do total, o que se acredita ser um valor relativamente aceitável. Ao analisarmos por eventos, observamos haver um crescente no percentual dessas autocitações (variando de 2,8% a 6,7%). Tal aspecto, como inserido nos padrões internacionalmente aceitos, pode sugerir que os pesquisadores já possuam literatura por eles anteriormente produzida sobre o assunto, o que representaria uma continuidade e aprofundamento de suas temáticas.

Um dado interessante reside nas colunas: trabalhos com e sem autocitação, nesse sentido observou-se um equilíbrio, lembrando que um trabalho não apresentava referências. Vale destacar que o uso das autocitações deve ser realizado moderadamente, tendo em vista que sua função no referencial de um trabalho é a comprovação da trajetória do autor dentro daquela temática, com o intuito de contribuição a construção teórica da proposta de pesquisa apresentada (COPE, 2019).

Essas fontes de referência forneceram dados para análise da **vida média** das mesmas, cujo intuito é observar a atualidade das informações utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, vale destacar que a vida média conduz a referência ao tempo entre o ano de publicação de um trabalho e o ano de publicação do trabalho que o está citando.

Tal termo — vida média — foi utilizado em 1960 por R. E. Burton (bibliotecário) e R.W. Kleber, (físico) em um trabalho que tinha como título *The “half-life” of some scientific and technical literatures*, onde os autores recorreram a um termo empregado por engenheiros nucleares para representar a decomposição de partículas radioativas, na análise da obsolescência da literatura científica, com intuito de colaborar com o “planejamento de coleções de bibliotecas e serviços de informação técnica” (BURTON; KLEBER, 1960, p.18).

³⁴Assim, e visando identificar as características do conhecimento científico produzido ao longo dessas reuniões, recorreremos à análise de domínio, uma vez que suas abordagens que possibilitam identificar as condições em que o conhecimento científico é construído e

Desta forma, calculou-se a vida média das referências por REPARQ (ano do evento), calculada a partir da soma das idades de cada referência dos trabalhos do evento, dividida pelo número total das referências do mesmo, em que resultou nos seguintes dados exibido na **tabela 03**.

Tabela 3 - Vida média das referências.

Evento	Ano	Vida Média	Vida Média — Total
I Reparq	2010	9,28	11,52
II Reparq	2011	10,84	
III Reparq	2013	8,92	
IV Reparq	2015	10,96	
V Reparq	2017	13,57	
VI Reparq	2019	13,53	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

A partir desses cálculos chegou-se à abstração dessas referências estabelecida em uma média de 12 anos, essa idade é justificada tendo em vista que, os eventos da REPARQ apresentam temas relativos à pesquisa em Arquivologia, onde podem ser observados que alguns trabalhos apresentam dados históricos, fazendo assim uso de documentos e textos clássicos da área.

Não é possível articular sobre a variação da idade comparando os eventos da REPARQ, tendo em vista que cada evento apresentou uma quantidade de trabalhos que diferem entre si. Podemos, sim, observar que há um equilíbrio quanto ao uso dessa literatura, já que durante as análises foi possível perceber a cautela dos autores em construir teórica e metodologicamente suas pesquisas com um olhar no presente, sem, porém, deixar de olhar o passado, o que possibilitou que Arquivologia pudesse chegar até aqui com expectativas de êxito voltada a era digital.

A título de comparação, observa-se que Arao (2014), reportando-se a Gomes et al. (2013), destaca que:

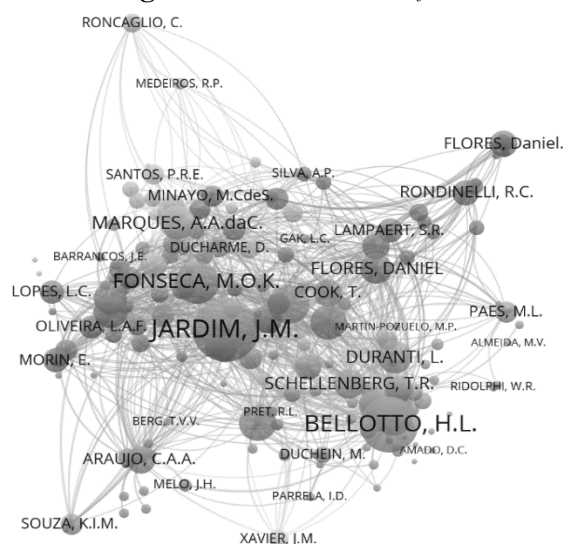
a Ciência da Informação tem a Vida-Média de 7 anos, Comércio Exterior de 5 anos, Química de 8 anos, Botânica de 11 anos, Ceratocone de 6-7 anos, Extração de catarata de 7,5 anos, Usuários de Informação de 13 anos, Direito de 8 anos e por fim Ciência da Informação publicadas em Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) de 2012, entre 8 a 10 anos.

Desse modo, observa-se que a vida média dos trabalhos apresentados nas edições da REPARQ aproxima-se da vida média dos trabalhos apresentados em ENANCIBs. O fato de essa vida média ser um tanto superior à dos trabalhos do ENANCIB se explica plenamente pelo fato de a

Arquivologia ter uma forte relação com a História e com a Diplomática, valendo-se de seus marcos teóricos.

Para a **análise de citação** (ver **Figura 06**) foram utilizadas as referências dos 178 trabalhos, excluindo as autocitações e citações de instituições, chegou-se a um *corpus* de aproximadamente as mesmas 1505 autores citados. Deste modo, aplicando a lei de elitismo de Price (ALVARADO, 2009) que corresponde à raiz quadrada do total de autores citados $\sqrt{1505}$, chegou-se aos 38 autores mais citados. Assim, a quantidade de citações mínimas para fazer parte da rede são de 11 citações, nesse caso, o corte recaiu para 39 autores.

Figura 6 - Análise de Citação.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

O autor mais citado por esse domínio foi Jardim, J.M. que recebeu 138 citações (c.) distribuídas em 75 trabalhos, seus estudos foram referenciados em todos os eventos (ver **Apêndice B**).

Na sequência temos ainda em ordem decrescente os seguintes autores que também foram referenciados em pelo menos 1 (um) trabalho em cada evento, sendo esses: Bellotto, H.L. (110 c.), Fonseca, M.O.L. (65 c.), Couture, C. (51 c.), Marques, A.A. da C. (43 c.), Duranti, L. (41 c.), ROSSEAU, Jean-Yves (30 c.), Ribeiro, F. (29 c.), Silva, A.M. (27 c.), Rodrigues, G.M., Araújo, C.A.A. (21 c.), Real, M.L. (16 c.) e Lopes, L.C. (15 c.).

Há ainda autores que não foram citados em pelo menos um evento, tais como: Camargo, A.M de A. (50 c.), Sousa, R.T.B. de (39 c.), Rodrigues, A.C. (29 c.), Schellenberg, T.R. (27 c.), Cook, T. e Indolfo, A.C. (25 c.), Heredia

Hererra, A. (24 c.), Rondinelli, R.C. e Santos, V.B. dos. (22 c.), Souza, K.I.M. (18 c.), Minayo, M.C de S. (17 c.), Real, M.L. (16 c.), Delmas, B. e Ramos, J. de S. (14 c.), Ducharme, D., Duchein, M., Lopez, A.P.A., Paes, M.L. (13), Santos, P.R.E. (12) e Martineau, J. (11). Com exceção dos autores Heredia Herrera, Real, Ramos, Ducharme e Martineu, os demais autores não foram citados apenas na primeira edição da REPARQ, com isso, podemos inferir que isso está atrelado ao objetivo da I REPARQ (2010), cujo tema era A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras, que estava mais voltado em dar espaço para apresentar a situação dos cursos de Arquivologia no Brasil.

Por outro lado, temos ainda autores que não foram citados em dois eventos, como foi o caso de Flores, D. (18 c.), Mariz, A.C.A. (17 c.), Silva, W.A. (13 c.), Morin, E. e Roncaglio, C. (12 c.), Ferreira, M. e Innarelli, H.C. (13 c.).

Foi possível identificar que dos 39 autores mais citados, temos 64% de autores brasileiros, ao passo que 36% são internacionais. Assim, temos influência canadense (Couture, C., Duranti, L., Rosseau, Jean-Yves., Cook, T., Ducharme, D., Martineau, J.), portuguesa (Ribeiro, F., Silva, A.M., Real, M.L. e Ramos, J. de S.), americana (Schellenberg, T.R.), espanhola (Heredia Hererra, A.) e francesa (Delmas, B., Duchein, M.).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de domínio empreendida revelou, do ponto de vista histórico, que o evento vem, ao longo do tempo, consolidando sua trajetória científica, com uma preocupação crescente com a verticalização de sua abordagem temática, em que se destaca um olhar atento, por um lado, para os novos desafios e perspectivas tecnológicas que se colocam ao ensino e à pesquisa em Arquivologia e, por outro, com uma preocupação com o contexto eminentemente social em que esse domínio se insere. A isso se alia uma preocupação em ampliar geograficamente a esfera do evento, pelo fato de já haver ocorrido em quase todas as regiões do país.

A partir da análise bibliométrica empreendida foi possível observar que a produção científica gerada no evento é predominantemente brasileira, veiculada em português, mas já se verificam olhares estrangeiros, de países de língua espanhola, o que pode sinalizar para a necessidade de o evento assumir um enfoque mais internacional.

As palavras-chave, encontradas somente nos trabalhos da VI REPARQ (2019), nos revelam coerência entre a proposta do evento e as temáticas com maior incidência. No entanto, é necessário ressaltar que apesar dessa variedade de formatação ser uma característica do evento, acaba sendo negativa, pois

acarreta dificuldades para a exploração e difusão do conhecimento desse domínio.

Os temas dos trabalhos apresentam efetiva aderência temática com o domínio analisado, verificando-se uma tendência em privilegiar processos e procedimentos e as relações interdisciplinares com que a área se depara.

No que diz respeito a autoria, os resultados reforçam o que fora apresentado por Silva, Rego-Piva e Guimarães (2019), em que predomina nesse domínio a autoria dupla e única como mais recorrentes. Com o dado de autoria, foi ainda possível identificar os autores mais produtivos, chegando a um grupo de 16 autores. Nesse grupo, foi possível identificar que os que mais produzem são aqueles que também mais colaboram, como identificado na rede de colaboração científica (**Figura 03**), corroborando com o que Maia e Caregnato (2008) apresentam sobre a relação entre a colaboração científica aumentar a produtividade.

Com relação à filiação Institucional foi possível identificar que o domínio é composto majoritariamente por Universidades (seja ela em âmbito nacional ou internacional), corroborando com o caráter científico do evento. A participação massiva das Universidades com o curso de Arquivologia, considerando os dados analisados, ocorreu na primeira edição da REPARQ e a menor, na segunda edição. Foi possível, ainda, verificar grupos de colaboração institucional tais como: regionais, inter-regionais, internacionais, universidade e outras instituições e os que não colaboraram, dos quais a maior incidência recai ao primeiro e segundo grupo, que combinados aos dados de colaboração autoral demonstram que esse domínio tem uma característica colaborativa.

Trata-se de trabalhos com efetiva preocupação em seu embasamento teórico — metodológico, aliando um olhar para os clássicos e um olhar para o que se produz na atualidade, em autorias predominantemente de até três autores (o que se coaduna com as Ciências Humanas e Sociais) mas, já com uma tendência de ampliar as autorias múltiplas.

Um aspecto positivo a evidenciar reside no índice de autocitações nos trabalhos, que se situa nos padrões internacionalmente aceitos, de modo a evitar hermetismo de fontes, mas, por outro lado, já evidenciando que os autores trazem consigo uma trajetória investigativa anterior nas temáticas abordadas.

Quanto aos autores mais citados, podemos perceber que nesse domínio se destaca a literatura brasileira com 64%, ao passo que a literatura internacional corresponde a 36%. Destaca-se a configuração de um núcleo de autores com maior produtividade e, indo além, em grande parte integrante do núcleo de

autores mais citados, o que denota que a área vem constituindo um colégio invisível de referentes teóricos que, segue atuante na produção científica, revelando, desse modo, aquilo que Pierre Bourdieu (2004) denomina como capital social e capital científico.

Por fim, alerta-se para a necessidade de o evento adotar um *template* uniforme ao longo das futuras edições, aspecto que possibilitará análises mais verticalizadas no sentido de melhor caracterizar como vem se construindo metateoricamente o campo (RITZER, 1991) e como se caracterizam suas comunidades epistêmicas (MEYER; MOLINEUX-HODGSON, 2010).

REFERÊNCIAS

- ARAO, L. H. **Vida média e obsolescência da área de Ciência da Literatura:** uma contribuição ao entendimento da cronologia de citações na atividade acadêmica. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Biblioteconomia e Gestão da Unidade de Informação.
- BOURDIEU, P. **O uso social da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- BURTON, R. E.; KEBLER, R. W. The “half-life” of some scientific and technical literatures. **American Documentation**, 11 v.1, p18–22, 1960
- CHEN, G.; CHIAO, L. Selecting publication keywords for domain analysis in bibliometrics: A comparison of three methods. **Journal of Informetrics**, v10, n.1, 2016. p. 212 – 223.
- COPE — COMMITTEE ON PUBLICATION ETHICS. **Citation manipulation**, 2019. Disponível em: <https://publicationethics.org/citation-manipulation-discussion-document> (Acesso em 14 de junho de 2022).
- ERCAN, G; CICEKLI, I. Using lexical chains for keyword extraction. **Information Processing & Management**, v. 43, n. 6, p. 1705 – 1714, 2007.
- ALMEIDA, S. P.; ALVES, R. B. B.; ARAO, L.; GOMES, T. P. D.; ARAÚJO, A. Vida média da literatura de Ciência da Informação: análise de pesquisas publicadas em Anais do ENANCIB 2012. *In: Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural*, 35., 2013, Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES, J. A. C. **Propetip 3:** Cuidado com as autocitações. São Paulo: UNESP. Pró-Reitoria de Pesquisa, 2018.
- HJØRLAND, B. Domain analysis in information science. Eleven approaches-traditional as well as innovative. **Journal of documentation**, v. 58, n. 4, p. 422 – 462, 2002.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, p.400 – 425, 1995.

MAIA, M. de F. S.; CAREGNATO, S.E. Co-autoria como identificador de redes de colaboração científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.2, p.19 – 31, 2008.

MARTELETO, R.M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.30, n.1, p.71 – 81, 2001.

MEYER, Morgan; MOLYNEUX-HODGSON, Susan. Introduction: the dynamics of epistemic communities. **Sociological Research Online**, v.15, n.2, p.14, 2010.

REGO, L. M. **Formação acadêmica e produção científica docente em descrição arquivística**: um estudo a partir dos cursos de graduação em arquivologia do Brasil. 2015. 94 f. Dissertação (mestrado) — Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/128120>.

RITZER, George. **Metatheorizing in Sociology**. Lexington: Lexington Books, 1991.

SILVA, A.P.; REGO, L.M.; GUIMARÃES, J.A.C. Análise de domínio: um estudo nos anais da Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ). In: Thiago Henrique Bragato Barros; Roberto Lopes dos Santos Junior; Gilberto Gomes Cândido (Org.). **A pesquisa e o ensino em arquivologia**: perspectivas na era digital. 1ed. Belém: UFPA, 2019, v. VI, p. 09 – 19

GLÄNZEL, W. **Bibliometrics as a research field**: a course on theory and application of bibliometric indicators. 2003. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.97.5311&rep=rep1&type=pdf>.

APÊNDICE A — FICHA DE COLETA DE DADOS

FICHA N.º 00	
TÍTULO DO TRABALHO	
AUTOR(ES)	
INSTITUIÇÃO	
PALAVRAS-CHAVE	
IDIOMA	
REFERÊNCIA DO TRABALHO	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

**APÊNDICE B — TOTAL DE CITAÇÕES DE CADA AUTOR POR
EVENTO**

CITADO	QUANT. CITAÇÃO	I REPARQ	II REPARQ	III REPARQ	IV REPARQ	V REPARQ	VI REPARQ	TOTAL DE TRABAL HOS
JARDIM, J.M.	138	5	13	18	11	16	12	75
BELLOTTTO, H.L.	110	2	9	9	9	18	14	61
FONSECA, M.O.K.	65	4	9	12	7	7	6	45
COUTURE, C.	51	1	8	11	4	7	8	39
CAMARGO, A. M de A.	50	N.C. ³⁵	8	4	5	10	6	33
MARQUES, A.A. da C.	43	3	4	7	4	3	4	25
DURANTI, L.	41	2	6	4	1	5	4	22
SOUSA, R.T.B. de	39	N.C.	5	7	3	8	10	33
ROSSEAU, Jean- Yves	30	1	4	6	4	3	4	22
RODRIGUES, A.C.	29	N.C.	1	3	2	6	5	17
RIBEIRO, F.	29	4	3	6	5	4	2	24
SCHELLENBERG, T.R.	27	N.C.	3	6	3	6	5	23
SILVA, A.M.	27	2	4	5	6	4	2	23
RODRIGUES, G.M.	26	3	5	4	1	2	1	16
COOK, T.	25	N.C.	3	3	4	6	2	18
INDOLFO, A.C.	25	N.C.	1	6	3	5	3	18
HEREDIA HERERRA, A.	24	1	3	5	N.C.	6	4	19
RONDINELLI, R.C.	22	N.C.	2	4	3	3	5	17
SANTOS, V.B. dos.	22	N.C.	1	8	2	3	2	16
ARAÚJO, C.A.A.	21	2	2	2	3	3	3	15
FLORES, D.	18	N.C.	2	N.C.	2	2	4	10
SOUZA, K.I.M.	18	N.C.	3	5	3	3	1	15
MARIZ, A.C.A.	17	N.C.	5	4	N.C.	1	2	12
MINAYO, M.C de S.	17	N.C.	2	5	2	3	1	13
REAL, M.L.	16	2	3	3	5	3	N.C.	16
LOPES, L.C.	15	1	3	2	2	2	1	11
DELMAS, B.	14	N.C.	2	1	1	5	4	13
RAMOS, J. de S.	14	2	3	3	4	3	N.C.	15
DUCHARME, D.	13	1	5	3	N.C.	2	1	12
DUCHEIN, M.	13	N.C.	1	1	2	3	3	10
LOPEZ, A.P.A.	13	N.C.	2	4	3	1	2	12
PAES, M.L.	13	N.C.	1	7	2	2	3	15
SILVA, W.A.	13	N.C.	N.C.	1	1	1	6	9
SANTOS, P.R.E.	12	N.C.	2	1	1	5	1	10
MORIN, E.	12	N.C.	1	N.C.	1	2	1	5
RONCAGLIO, C.	12	N.C.	4	N.C.	3	1	2	10
FERREIRA, M.	11	N.C.	1	4	2	N.C.	2	9
INNARELLI, H.C.	11	N.C.	N.C.	4	3	1	2	10

³⁵ NC equivale a “não consta”.

MARTINEAU, J.	11	1	4	3	N.C.	2	1	11

Fonte: Elaborado pelos autores com base na análise dos Anais, 2022.

PARTE III

GESTÃO DE DOCUMENTOS: TEORIA E PRÁTICA NO UNIVERSO DA ARQUIVOLOGIA E DOS ARQUIVOS

AS TRÊS IDADES DOS ARQUIVOS NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA

Paola Rodrigues Bittencourt (Arquivo Nacional)

1 INTRODUÇÃO

Araújo (2013, pp. 2-3), ao analisar o surgimento e consolidação da Ciência da Informação explica que qualquer tentativa de compreender tal ciência precisa retornar aos primeiros indícios da necessidade humana de registrar suas ações e seu conhecimento, o que esbarra também, invariavelmente, na história das instituições de salvaguarda desses registros, como arquivos, bibliotecas e museus.

Tais instituições desenvolveram práticas para organização, controle, manutenção e preservação de registros que, com o passar do tempo e a inserção de novas tecnologias, tanto na produção como na manutenção destes registros, mudaram também a forma de olhar para seus acervos.

Neste processo, as sociedades foram desenvolvendo suas formas de administrar seus volumes de documentos e, com isso, algumas desenvolveram mais e melhor determinadas competências do que outras. Para além das necessidades específicas de cada sociedade, suas estruturas político-administrativas também tiveram influência decisiva sobre o conjunto de ações definidas para organização e manutenção dos arquivos. O que não viria a impedir, como já é possível perceber, a difusão dessas práticas para outros locais (DURANTI, 1989).

Nessa trajetória arquivística, um dos pontos que dão especial contorno à área, é que os princípios e teorias mais fundamentais do campo dos arquivos não são resultados de estudos, pesquisas ou formulações teóricas, por acadêmicos ou pesquisadores. Grande parte dos princípios e teorias foram inicialmente solução, fator este que parece ser fundamental ter em mente, ao se debruçar sobre as construções básicas da Arquivologia.

Nesse sentido, Fonseca aponta que tanto o princípio da proveniência quanto a gestão de documentos, as duas maiores rupturas paradigmáticas no universo arquivístico, são resultados de necessidades práticas nos arquivos. A autora afirma que “o princípio da proveniência tem sua origem numa instrução de serviço e a gestão de documentos, num conjunto de artefatos burocráticos” e destaca, ainda, a importância destes elementos nas “tentativas de mapear os contornos disciplinares da Arquivologia” (FONSECA, 2005, p. 47).

Depois de serem medidas administrativas visando a solucionar problemas práticos quanto à manutenção e ao gerenciamento dos documentos, estas foram difundidas, conceituadas e reproduzidas. Seguindo os apontamentos de Fonseca, é possível usar o exemplo do princípio da proveniência, apontado, por muitos autores como um dos princípios basilares do campo arquivístico (SOUSA, 2003; TOGNOLI; GUIMARÃES, 2011; SCHMIDT, 2015).

Para Couture e Ducharme a história dos arquivos e da ciência arquivística inclui estudar e compreender a evolução dos princípios e fundamentos arquivísticos, e estes estudos, segundo os autores, têm sido negligenciados pelos pesquisadores da área.

Archival principles and foundations (the principle of respect des fonds, the theory of the three ages of a record, etc.) represent a relevant object of research, one that can be studied from an historical perspective, and one that archivists, according to David Gracy, have ignored for far too long. He believes that “[w]e have neglected to use this traditional and staple field of research to seek a fundamental understanding of the development, place, and core of archival enterprise, which we could gain through historical comparative studies of record-keeping traditions. (COUTURE; DUCHARME, 2005, p. 48)

Tais estudos, sobre os princípios e fundamentos arquivísticos, estão no centro das necessidades de análise e compreensão do campo arquivístico. Caya (2004) afirma que muitas pesquisas têm sido desenvolvidas por profissionais e acadêmicos da área, vindo a reafirmar ou questionar muitos dos seus aspectos teóricos e/ou práticos da área. O autor explica que a pesquisa arquivística não

parece ser um grande problema atualmente, pois não faltam problemas em nossos conceitos e práticas. Para Caya, nos últimos vinte anos, a pesquisa tem sido apoiada e liderada por um elevado número de profissionais e acadêmicos que aprofundam e, eventualmente, questionam os diversos aspectos arquivísticos teóricos ou práticos.

É evidente, ainda, que há muitas lacunas no campo teórico que carecem de investigação mais aprofundada. Pela própria análise da literatura, é possível identificar tais lacunas que podem ser resultado tanto da não adoção de determinado modelo teórico, quanto de uma interpretação adaptada ou regionalizada ou, ainda, de uma tradução equivocada.

Santos, ao discorrer sobre os princípios da Arquivística, para além da proveniência, ordem original e a territorialidade, insere o ciclo vital dos documentos e a teoria das três idades na seção relativa aos princípios arquivísticos. O autor afirma que

uma grande contribuição à fundamentação teórica da Arquivística é a constatação da existência de um ciclo de vida documental, muitas vezes apresentado na literatura como sinônimo da teoria das três idades, desenvolvida no contexto que originou, também, o entendimento do que é a gestão documental. (SANTOS, 2011, p. 184)

A teoria das três idades já foi discutida por autores do campo arquivístico como um elemento presente nas práticas adotadas para a gestão de documentos. Ainda que abordada de forma transversal, a utilização da teoria das três idades é explicada no bojo dos procedimentos aplicados durante o ciclo de vida dos documentos, adotada em consequência do processo de avaliação de documentos (HEREDIA HERRERA, 1991; CRUZ MUNDET, 2012). Entretanto, até o momento, não foi identificado nenhum estudo que tenha se detido a uma análise mais aprofundada sobre seu surgimento enquanto modelo gerencial e referencial teórico de muitas práticas arquivísticas, ao redor do mundo.

Como parte de uma pesquisa doutoral, busca-se aqui, trazer um recorte que buscou identificar as diferentes abordagens sobre a teoria das três idades na literatura arquivística, que utiliza aqui o recorte de duas das fontes verificadas no universo de análise na busca pela compreensão do fenômeno: 1º os estudos *Records and Archives Management Programme* – RAMP, pela natureza de sua proposta e diversidade de autores e 2º léxicos arquivísticos internacionais (citados e referenciados na literatura e em sítios eletrônicos de instituições arquivísticas).

2 PERCEPÇÕES SOBRE AS TRÊS IDADES DOS ARQUIVOS

Nomear os diversos elementos no universo arquivístico tem o objetivo de padronizar, ampliar e facilitar a comunicação entre os atores e agências, seja no âmbito da atuação profissional, seja no âmbito acadêmico. Segundo a norma *International Organization for Standardization* (ISO), a menor unidade da terminologia é o termo (ISO-704, 2009) e este serve para representar um conceito. Aganette e Almeida explicam que definições são criadas a partir de conceitos, pois “uma definição é um enunciado que descreve um conceito permitindo diferenciá-lo de outros conceitos” (AGANETTE; ALMEIDA, 2014, p. 399).

Entretanto, os autores afirmam, ainda, que “uma definição não é exclusiva e pode variar conforme a fonte. Criar uma definição equivale a limitar o termo segundo algum critério, de forma a fixar os limites de um conceito ou ideia”. Assim, compreender uma prática e identificá-la através de termos, definições e conceitos desenvolvidos e aplicados em diferentes contextos, exige entender também as diferenças desses contextos.

Os dados expostos evidenciam que a multiplicidade de definições para termos comuns em uma área do conhecimento tende a dificultar a troca de informação. O primeiro ponto, que se pode apontar, sobre esta questão, no campo dos arquivos, é que tem evidente desdobramento em todos os demais termos e definições está nas diferentes compreensões para o termo arquivo.

Couture e Ducharme (2005), ao analisarem o status da pesquisa na Arquivística, discutem sobre seu objeto e seu objetivo e apontam que a própria compreensão desses elementos tem variações, resultantes da própria definição de documentos e arquivos em diferentes realidades arquivísticas. Doze estudos desenvolvidos no âmbito do projeto *Records and Archives Management Programme*, no período de 1981 a 1991, abordaram a divisão dos arquivos em fases (corrente, intermediária e permanente) ou explicaram o que os autores compreendiam por ciclo de vida dos documentos, comumente percebido, ao que se pode verificar, como sinônimo de teoria das três idades.

- The Use of sampling techniques in the retention of records: a RAMP study with guidelines. Hull, Felix (1981);
- The Applicability of UNISIST guidelines and ISO international standards to archives administration and records management: a RAMP study. Rhoads, James. (1982);
- A Guide for surveying archival and records management systems and services: a RAMP study. Evans, Frank Bernard. Ketelaar, Eric. (1983)
- The Role of archives and records management in national information systems: a RAMP study. Rhoads, James. (1983);

- Development of records management and archives services within United Nations Agencies: a RAMP study with guidelines. Stark, Marie Charlotte (1983)
- Scientific and technological information in transactional files in government records and archives: a RAMP study. Wimalaratne, K.D.G.(1984)
- Records surveys and schedules: a RAMP study with guidelines. Charman, Derek. (1984)
- Archival and records management legislation and regulations: a RAMP study with guidelines. Ketelaar, Eric. (1985);
- Archival appraisal of records of international organizations: a RAMP study with guidelines. Guptil, Marilla B.(1985);
- Archives and records management for decision makers: a RAMP study. Mazikana, Peter C. (1990);
- The Preparation of records management handbooks for government agencies: a RAMP study. Doyle, Muriele. Frenière, André. (1991).

Todos os estudos verificados evidenciam a prática de dividir os arquivos em estágios de guarda, de acordo com a frequência de uso e que tal prática constitui elemento central no conjunto dos procedimentos aplicados aos documentos. Considerando que os estudos desenvolvidos no âmbito do RAMP tinham o objetivo de estimular o desenvolvimento dos arquivos e embasar a melhoria das práticas arquivísticas nos diferentes países, principalmente os países em desenvolvimento, entende-se que a definição e explicação frequentes, pelos diversos autores de estudos sobre a divisão dos documentos em correntes, semi-correntes, não-correntes, intermediários e definitivos, caracterizam um estímulo à utilização dessa divisão.

Entretanto, observou-se que, desses estudos, os que foram desenvolvidos pelos autores Marie Charlotte Stark (1983), Wimalaratne, K.D.G. (1984), Derek Charman (1984) e Peter Mazikana (1990) explicam o ciclo de vida como as fases pelas quais passam os documentos, entre correntes, semi-correntes, não-correntes e inativos.

Tais questões refletem-se também em diversas outras fontes, porém, restringimo-nos aqui, para contribuir com a verificação dos estudos RAMP, aos léxicos internacionais.

A forma como o uso das “três idades” ou da “teoria das três idades” se materializa nos léxicos de diferentes autores e instituições, em diversos países, pode indicar, de forma bastante objetiva, como esse termo foi inserido conceitualmente no âmbito teórico do campo arquivístico.

Isso não significa que se possa ter unanimidade ou homogeneidade no termo e no conceito, mas alguns pontos comuns precisam ser identificados e analisados, sob pena de ampliar uma lacuna na construção e compreensão da análise em curso.

O primeiro ponto que precisa ser observado é que há uma variação na aceção do termo arquivo. Nos países de língua inglesa, há uma percepção de arquivo que varia para os países de tradição europeia. Por esta razão, é preciso compreender quais são essas divergências e quais as implicações na construção teórica e prática da divisão dos arquivos em idades por seus distintos estágios de guarda.

Os léxicos utilizados aqui para referência foram selecionados a partir de uma análise prévia nos sítios eletrônicos de instituições arquivísticas, na busca por identificar as publicações que eram utilizadas como referencial teórico para as práticas arquivísticas. Da coleta, foram selecionadas as seguintes publicações:

- A Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals) (Bellardo & Bellardo, 1992);
- Glossary of Archival and Records Terminology Society of American Archivists por Richard Pearce-Morse (Pearce-Moses, 2005);
- Encyclopedia Of Archival Science (Duranti & Franks, 2015);
- Glossaire de l'Association des archivistes du Québec (s/d)
- Dictionnaire de terminologie archivistique (Direcion des Archives de France, 2002);
- Glossario da Direzione Generale per gli Archivi (Direzione Generale per gli Archivi, [s.d.]);
- Lenguaje y vocabulário archivísticos (Heredia Herrera, 2011);
- Dicionario de Archivística (Cruz Mundet, 2011);
- Glossario do Archivo General de la Nación Colombia. Acuerdo n. 27 de 2006
- Norma Portuguesa 4041/2005 (Instituto Português de Qualidade, 2005);
- Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005);
- Dicionário de Terminologia Arquivística (2010).

Das publicações verificadas, conforme foi possível constatar, os países de língua inglesa utilizam o termo arquivo circunscrito ao conjunto de documentos de guarda permanente. Com exceção da enciclopédia publicada em 2015 por Duranti e Franks, cujas definições não estão relacionadas somente aos documentos selecionados para guarda definitiva.

Ao confrontar os termos e definições presentes nos léxicos, percebe-se que as diferenças não são questões meramente terminológicas, mas também conceituais e começa pelo termo mais básico da área: arquivo. Enquanto léxicos de língua inglesa e francesa compreendem como arquivo somente os documentos que, após o processo de avaliação foram identificados como de guarda definitiva, léxicos nos idiomas italiano, espanhol e português entendem por arquivo o conjunto de documentos desde o momento de sua produção, independentemente da fase em que se encontram. [OBJ]

Isso talvez não fosse um problema se os países, ao adotar modelos e práticas arquivísticas de outros países, o fizessem contextualizando termos e definições. A compreensão sobre a divisão dos arquivos em estágios de guarda corrente, intermediária e permanente atravessa essa percepção de forma central, conforme pode ser constatado pelo uso dos termos *current records*, **document actif**, arquivos correntes, *archivo administrativo* ou *corriente*, *archivo de gestión*, *archivo corriente* e, ainda, *archives courantes*.

Apesar de a divisão dos arquivos também fazer parte das práticas arquivísticas norte-americanas, conforme identificado na literatura, a única referência, em língua inglesa, encontrada no âmbito deste estudo, para o termo teoria das três idades ou três idades dos arquivos, está presente apenas na enciclopédia editada por Luciana Duranti e Patricia Franks, em 2015, sob a designação *record's three age*.

Nos léxicos franceses, foi possível perceber a abordagem relativas às idades com os termos arquivos correntes e intermediários, entretanto chama a atenção a utilização do termo *préarchivage* como sinônimo de arquivo intermediário. O termo pré-arquivo, conforme o próprio termo indica, é o que vem antes de ser arquivo.

A partir destes elementos, pode-se entender que os países que percebem o arquivo desde o momento da produção (sem distinção entre *records* e *archives*), ao adotar o termo pré-arquivo, assim como consta da literatura ter sido adotado no Brasil, entre meados de 1970 e fins de 1980, com a criação de uma unidade administrativa no Arquivo Nacional do Brasil denominada Divisão de Pré-Arquivo, incidem em uma inconsistência terminológica que tende a reproduzir equívocos entre pesquisadores e profissionais do campo dos arquivos, principalmente.

No idioma francês, o termo *préarchivage* consta do *Dictionnaire de terminologie archivistique*, da *Direction des Archives de France* (2002). O verbete, entretanto, explica tratar-se de um termo obsoleto, utilizado para designar a gestão dos arquivos intermediários. O uso do termo *préarchivage*, ou pré-arquivo, entretanto, somente faz sentido, quando o arquivo é considerado

apenas como o conjunto de documentos de guarda permanente, fato que é possível perceber na literatura verificada no âmbito desta pesquisa, nos países de língua inglesa.

Na terminologia arquivística, no idioma francês, do *Multilingual Archival Terminology*, por outro lado, não consta que *préarchivage* seja um termo obsoleto. Na base de terminologia do ICA, o termo refere-se a um serviço arquivístico responsável pela conservação dos arquivos intermediários.

A percepção dos termos diferentes para designar o estágio de guarda corrente dos documentos contribui para a percepção sobre a distinção entre *records* e *archives*, mas uma questão ainda mais problemática ocorre com a definição de ciclo de vida dos documentos e teoria das três idades.

Enquanto alguns léxicos definem o ciclo de vida dos documentos como as diferentes fases pelas quais passam os documentos arquivísticos, desde sua produção até sua destinação final, outros definem como ciclo de vida, as três fases pelas quais passam os arquivos (corrente, intermediária e permanente), tratando ciclo de vida dos documentos e teoria das três idades como sinônimos.

Quadro 1 - Termos e percepções para teoria das três idades e ciclo de vida dos documentos nos léxicos

Termos e percepções			
	Ciclo de vida dos documentos (Criação, utilização e destinação)	Três idades dos documentos (fases corrente, intermediária e permanente)	Ciclo de vida dos documentos = fases corrente, intermediária e permanente
Léxicos	- Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals) (EUA, 1992).	- Encyclopedia Of Archival Science (Canadá, 2015).	- Dictionnaire de terminologie archivistique (França, 2002).
	- Glossary of Archival and Records Terminology (EUA, 2005).	- Dictionnaire de terminologie archivistique (França, 2002).	- Lenguaje y vocabulário archivisticos (Espanha, 2011).
	- Encyclopedia Of Archival Science	- Dicionario de Archivística (Espanha, 2011).	- Dicionario de Archivística (Espanha, 2011).
		- Dicionário Brasileiro de Terminologia (Brasil, 2005).	- Norma Portuguesa n. 4041 (Portugal, 2005).

	(Canadá, 2015). - Glossaire de l'Association des archivistes du Québec (Canadá, s/d).		- Dicionário de Terminologia Arquivística (Brasil, 2010).

Fonte: elaboração própria.

A verificação dos termos e definições, assim como os tipos de abordagens, permitiram compreender que, além das variações terminológicas, há conflitos conceituais para a teoria das três idades e que esses conflitos permeiam também a compreensão do ciclo vital dos documentos.

O fato, verificado pela análise da literatura arquivística, foi confirmado pelos estudos RAMP, assim como na análise dos léxicos, pois, nestas variações, a teoria das três idades e o ciclo de vida dos documentos são tratados como sinônimos, ou seja, como práticas iguais com nomenclaturas diferentes, conforme é apontado na publicação “Fundamentos da disciplina Arquivística” de Rousseau e Couture (1998).

Tornou-se possível inferir que o modelo de ciclo de vida dos documentos que efetivamente utiliza como referência a vida de um organismo biológico, conforme proposta de Brooks (1940), na qual os documentos nascem (produção), vivem (tramitação e utilização) e morrem (destinação para eliminação ou guarda definitiva) foi apropriado, definido, detalhado e disseminado a partir do estudo desenvolvido por James Rhoads (1983), no âmbito dos estudos *Records and Archives Management Programme*, no qual detalha quais são as fases e elementos do ciclo de vida dos documentos, seguido por Charles Dollar em outro estudo RAMP, de 1986.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura permite perceber uma confusão terminológica, assumida na difusão dos conceitos de ciclo de vida dos documentos e teoria das três idades, tais conflitos terminológicos e conceituais foram identificados com maior frequência nos léxicos de idiomas francês e espanhol, bem como os trabalhos traduzidos para o português. Nos trabalhos em inglês e italiano não há qualquer conflito, apenas reconhecem, como no *Dictionary of Archives Terminology*, da *Society of American Archivists*, ou na *Encyclopedia of Archival Science*, de Duranti e Franks, que existem outras compreensões para o conceito de ciclo de vida.

Este estudo deixou evidente, ainda, que a designação terminológica em teoria das três idades, está longe de caracterizar um consenso, ainda que esteja fortemente presente na literatura internacional. Por outro lado, constatou-se o que Fonseca e Marques destacaram, em 2005 e 2011, respectivamente, a teoria arquivística é fortemente marcada por reflexões originárias nas práticas de manutenção e tratamento dos arquivos nas organizações e isto reflete realidades distintas, pois, independente da designação, a divisão dos arquivos em estágios de guarda está fortemente presente nas fontes analisadas.

A adoção teórica, inclusive como representação da prática, relativa à divisão dos arquivos, para os países que compreendem como tais os arquivos desde o momento da produção dos documentos arquivísticos – entre correntes, intermediários e permanentes ficou evidente em toda a literatura verificada, nos documentos institucionais, léxicos, assim como na produção acadêmica.

REFERÊNCIAS

- AGANETTE, E. C., & ALMEIDA, M. B. Teoria da terminologia e teoria da ontologia: Um comparativo baseado na criação de definições para termos. [Anais de Congresso]. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, Belo Horizonte. 2014
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, 18(37), 61–82. 2013
- Arquivo Nacional (BRASIL). (2005). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Arquivo Nacional.
- BELLARDO, L. J., & BELLARDO, L. L. (1992). **A Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers (Archival Fundamentals)**. Society of American Archivists.
- CAYA, Marcel. **La théorie des trois âges en archivistique. En avons-nous toujours besoin ? L'archivistique est-elle une science?** 2004. Disponível em: <http://elec.enc.sorbonne.fr/conferences/caya>
- CHARMAN, Derek. **Records surveys and schedules: A RAMP study with guidelines**. UNESCO. 1984.
- COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel. Research in Archival Science: A Status Report. **Archivaria**, 59, 41–67. 2005.
- CRUZ MUNDET, Jamón R.. **Diccionario de Archivística (con equivalencias en inglés, francés, alemán, portugués, catalán, euskera y gallego)**. Alianza Editorial. 2011.
- DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **Dictionnaire de terminologie archivistique**. Direction des Archives de France, 2002.

Direzione Generale per gli Archivi. ([s.d.]). *Glossario da Direzione Generale per gli Archivi*. Direzione Generale per gli Archivi. <http://www.archivi.beniculturali.it/index.php/abc-degli-archivi/glossario>

DOLLAR, Charles. **Electronic records management and archives in international organizations: a RAMP study and guidelines**. UNESCO. 1986.

DOYLLE, M.; FRENIERE, André. (1991). **The Preparation of records management handbooks for government agencies: A RAMP study**. UNESCO. 1991.

DURANTI, Luciana; FRANKS, Patrícia C. **Encyclopedia of Archival Science**. Rowman & Littlefield. 2015.

EVANS, Frank B.; KETELAAR, Eric. **A Guide for surveying archival and records management systems and services: A RAMP study**. UNESCO. 1983.

HEREDIA HERRERA, Antônia. **Archivística General: Teoría y práctica** (5ª). Diputacion Provincial de Sevilla. 1991.

HEREDIA HERRERA, Antônia. **Lenguaje y Vocabulario Archivístico— Algo más que un diccionario**. Junta de Andalucía. 2011.

HULL, Felix. **The Use of sampling techniques in the retention of records: A RAMP study with guidelines**. Unesco. 1981.

Instituto Português de Qualidade. **Norma Portuguesa 4041**. 2005.

KETELAAR, Eric. **Archival and records management legislation and regulations: A RAMP study with guidelines**. UNESCO. 1985.

MAZIKANA, Peter C. **Archives and Records Management for decision makers: A RAMP study**. UNESCO. 1990.

RHOADS, James B. **The Applicability of UNISIST Guidelines and ISO International Standards to Archives Administration and Records Management: A RAMP Study**. Unesco. 1982.

RHOADS, James B. **The Role of archives and records management in national information systems: A R A M P study**. Unesco. 1983.

ROUSSEAU, Jean Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística** (1ª). Lisboa: Dom Quixote. 1998.

SANTOS, Vanderlei B. **A teoria arquivística a partir de 1898: Em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fudnamentos** [Tese de Doutorado]. Universidade de Brasília. 2011.

SOUSA, Renato T. B. de Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. *In: Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação*. (p. 240–269). Thesaurus. 2003.

STARK, Marie Charlotte. **Development of records management and archives services within United Nations Agencies: A RAMP study with guidelines.** UNESCO. 1984.

TOGNOLI, Natália B., GUIMARÃES, J. A. C. A organização do conhecimento arquivístico: Perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em ciência da informação**, 16(1), 21–44.

WIMALARATNE, K. D. G. **Scientific and technological information in transactional files in government records and archives: A RAMP study.** UNESCO. 1984.

AS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS NA LIBRARY AND ARCHIVES CANADA (LAC)

Maria Juliana Nunes da Silva (Universidade Federal de Minas Gerais),
Ivana Denise Parrela (Universidade Federal de Minas Gerais)

1 INTRODUÇÃO

A prática da avaliação de documentos constitui o núcleo da arquivística. É, sem dúvida, uma das principais ações executadas quando se trata de documentos de arquivo. As consequências das ações de avaliação são determinantes para outras funções arquivísticas (COUTURE, 2003).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) define avaliação como o processo de análise de documentos de arquivo (1) que estabelece os prazos de guarda e a destinação, de acordo com os valores que lhes são atribuídos.

A avaliação de documentos, reconhecida como um dos importantes cerne epistemológicos da área desde a explosão documental pós-Segunda Guerra, já trazia novas demandas para o campo dos arquivos, a serem pensadas e sistematizadas em vários países, dentre eles o Canadá, que, posteriormente, viria a influenciar o Brasil.

Os arquivos nacionais foram importantes para a legitimação dos estados-nação e impérios (BERGER, 2012). A Revolução Francesa e o surgimento do Estado-Nação revelaram-se como um marco, a partir do qual os arquivos passaram a ser entendidos como propriedade de todos os cidadãos que constituem a nação, ainda que o uso de tais instituições pelos cidadãos

comuns não tenha começado como uma prática recorrente antes do século XX.

A escolha pelo estudo em uma grande instituição arquivística estrangeira, a *Library and Archives Canada* (LAC), se deu em razão de sua presença estratégica e política como grande representante e guardião do patrimônio documental de um país, e tem por objetivo ampliar no Arquivo Nacional o conhecimento sobre uma importante função associada à prática arquivística de um país teoricamente referencial no mundo arquivístico, dada a importância de conhecer a base teórica e prática da avaliação em outros contextos, além do estudo fazer parte de uma pesquisa maior de doutorado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Os Arquivos Públicos do Canadá foram criados cinco anos depois da instituição da Confederação (início do século XIX) e desde então vêm mostrando sua preocupação com o patrimônio documental. Em 1912, instituiu-se a *Public Archives of Canada Act*, que proibia a destruição de documentos sem a aprovação do arquivista³⁶ (*Dominion Archivist*). Tal iniciativa, que, de certa forma, envolvia algum tipo de avaliação (ainda que implicitamente), na medida em que enfatizava o significado histórico em detrimento do institucional, na prática não chegou a ser efetivada. Seu nome atual reúne as instituições Biblioteca Nacional do Canadá e Arquivos Nacionais do Canadá, constituindo-se na *Library and Archives Canada* (LAC), cuja missão é preservar o patrimônio documental do Canadá para o benefício das gerações presentes e futuras e servir como a memória contínua do país e de suas instituições.

Na perspectiva deste estudo sobre avaliação, o trabalho de Terry Cook se destaca no âmbito da LAC, por ser considerado o principal arquiteto da macroavaliação, tendo trabalhado no Arquivo Nacional do Canadá entre 1975 e 1998, onde exerceu, por último, o cargo de gerente sênior, responsável por dirigir o programa de avaliação e destinação de documentos da instituição para todos os formatos de documento. Colaborador prolífico da literatura profissional, Cook criticava as abordagens tipicamente norte-americanas para avaliação, concentrada no estabelecimento de taxonomias de valor e na sistematização de vários “valores”, como evidencial, informativo, legal, primário e secundário. Em vez disso, propunha uma mudança de foco da

³⁶Arthur Doughty foi um dos primeiros arquivistas do domínio entre 1903 e 1935, responsável por uma série de medidas fundamentais, incluindo a estruturação e institucionalização do *Public Archives of Canada* e o apoio ao crescimento contínuo e fundamental da historiografia canadense (BARROS, 2015, p. 125).

avaliação do documento para o contexto de sua criação. Enfim, do artefato físico para o propósito intelectual que subjaz a ele.

Em linhas gerais, a macroavaliação analisa o valor social do contexto funcional-estrutural e da cultura local em que esses registros são criados, contemplando a inter-relação envolvendo cidadãos, grupos e organizações – enfim, o "público" – com esse contexto funcional-estrutural. Para Cook, enquanto na avaliação convencional (schellenbergiana) o valor de longo prazo se dá com base no conteúdo dos documentos como potencial para a pesquisa, na macroavaliação analisa-se a importância do contexto de criação dos documentos e seu uso contemporâneo e, por isso, “macro”. A primeira é sobre documentos e a última é sobre seu amplo contexto (Cook, 2005).

A abordagem da macroavaliação se originou no final dos anos 1980, no Arquivo Nacional do Canadá³⁷ e foi formalmente lançada pelo governo federal na primavera de 1991.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza básica e caráter qualitativo e seu objetivo é de caráter exploratório. Segundo Gil (2002), pode-se dizer que pesquisa exploratória tem por objetivo principal zelar pelo aprimoramento de ideias ou pela descoberta de intuições. O caráter exploratório se caracteriza por aprofundar o estudo histórico do país e apontar suas práticas. Quanto ao procedimento e à coleta de dados, optou-se pela pesquisa documental, realizada na página eletrônica da instituição, tendo em vista tratar-se de fonte primária, envolvendo documento arquivístico. Observou-se como discorre sobre as práticas na avaliação e arcabouços teóricos. O período pesquisado foi no decorrer do ano de 2021. Os pontos levantados foram: base teórica para realizar avaliação, principal legislação e instrumentos utilizados no processo.

4 RESULTADOS

A LAC baseia-se na metodologia de macroavaliação para identificar documentos de valor histórico ou arquivístico para instituições sujeitas à lei da LAC, enfatizando o contexto da criação de documentos sobre o conteúdo. Com base nesta macroavaliação, a análise é realizada para esclarecer o papel do criador de documentos na sociedade e no governo do Canadá, seu

³⁷ O nome “Arquivo “Nacional do Canadá” é referenciado para o período posterior a 1987 e o nome “Arquivos Públicos do Canadá” trata especificamente do período anterior a 1987. Desde sua fusão com a Biblioteca Nacional do Canadá, em maio de 2004, os Arquivos Nacionais do Canadá fazem parte da Biblioteca e Arquivos do Canadá (*Library and Archives Canada*).

relacionamento com outras instituições governamentais e cidadãos e seu mandato e atividades ao longo do tempo (LAC, 2021).

A LAC orienta-se pela *Library and Archives of Canada Act* 2004. Em virtude da lei, a eliminação de documentos administrados por instituições governamentais abrangidas por ela deve ocorrer com base em processos e procedimentos que permitam a identificação e preservação de arquivos e registros com valor histórico e arquivístico e sua eliminação deve ser previamente autorizada (LAC, 2021).

No que concerne propriamente à eliminação, a mesma lei discorre:

12 (1) Nenhum registro governamental ou ministerial, seja ou não propriedade excedente de uma instituição governamental, deve ser eliminado, inclusive sendo destruído, sem o consentimento por escrito do bibliotecário e arquivista ou de uma pessoa a quem o bibliotecário e arquivista tem, por escrito, delegação de dar tais consentimentos. [...]

13 (1) O recolhimento para os cuidados e controle do bibliotecário e arquivista de documentos governamentais ou ministeriais que se considera terem valor histórico ou arquivístico deve ser efetuado mediante acordos para a transferência de documentos, que podem ser feitos entre o bibliotecário e arquivista e a instituição governamental ou pessoa responsável pelos documentos. (LAC, 2021, tradução nossa)

Para atender aos requisitos legislativos, a LAC emite os *Records Disposition Authorizations* (RDA). As autorizações são emitidas de duas formas: “Autorizações de Destinação Específicas da Instituição” (*Institution Specific Disposition Authorizations* – ISDA), para o descarte que se relacionam a documentos administrados por uma única instituição governamental; e “Autorizações de Destinação Multi-Instituições” (*Multi-Institution Disposition Authorizations* – MIDA), que fornecem autorizações de descarte, segundo certos termos e condições, relacionadas a documentos gerenciados por todas ou por um grupo identificado de instituições governamentais que tenham status administrativo ou operacional semelhante.

A pesquisa é o elemento chave para a aplicação da metodologia de avaliação. Os arquivistas devem, primeiro, familiarizar-se com a metodologia e os critérios contidos no Plano Governamental (*Government-Wide Plan*), guia que orienta o planejamento das ações de macroavaliação em seu sentido mais amplo; segundo, realizar uma macroavaliação adicional da instituição, para identificar os alvos apropriados, com base em sua importância percebida na perspectiva do arquivo; terceiro, revisar as decisões de avaliação anteriores e os

precedentes para as outras funções específicas da instituição, bem como funções semelhantes realizadas por outras instituições do governo, consultando as informações disponíveis no Sistema de Controle de Autoridade de Destinação de Documentos (*Records Disposition Authority Control System – RDACS*) e os arquivos de registro de destinação interna relacionados; e, por último, familiarizar-se com as decisões de avaliação de todo o governo, feitas pelas Autoridades de Destinação Multi-Institucional (*Multi-Institutional Disposition Authorities – MIDA*).

A LAC autoriza, mas a responsabilidade pela destruição e de determinar o momento da eliminação dos documentos cabe exclusivamente às instituições governamentais individuais. Uma listagem de eliminação emitida por ela para permitir a destruição de documentos por uma instituição governamental não constitui uma exigência de destruição nem fornece orientação quanto ao momento da destruição de documentos. Indica tão somente que esses documentos não precisam ser preservados para arquivamento futuro ou uso histórico dos canadenses. A responsabilidade pela decisão de destruir os registros e de determinar o momento da destruição dos documentos cabe exclusivamente a instituições governamentais individuais, que podem optar por preservá-los de acordo com qualquer outra responsabilidade legal resultante da aplicação de outra legislação federal ou exigência legal.

A *Library and Archives Canada* criou um conjunto de ferramentas de avaliação genéricas (*Generic Valuation Tools – GVT*) que descrevem as atividades administrativas comuns (ou “serviços internos”), os recursos de informação de valor empresarial (*Identification of information resources of business value – IRBV*) que essas atividades produzem e os períodos de guarda recomendados (LAC, 2021).

A maioria dos GVT operacionais estipula prazos de guarda, recomendados com base em contribuições de especialistas no assunto em todo o governo do Canadá. Os GVT são projetados como ferramentas genéricas a serem personalizadas de acordo com o contexto específico de negócios de uma instituição.

Figura 1 - Exemplo GVT área de recursos humanos³⁸

1. Organizational Design, Human Resources Planning and Reporting

Business Processes	Recommendations: Information Resources of Business Value (IRBVs)	Recommendations: Retention Period
Assess human resources implications of business requirements	Documentation of decisions or substantive opinions leading to and including: external labour market assessments business context assessments organizational workplace and workforce human resources (HR) risks workforce and workplace gaps stakeholder feedback validated business requirements and priorities	5 years after study/survey has ended or system has been implemented, based on a recommendation arising from the Common Human Resources Business Process (CHRBP)
Develop workforce and workplace plans	Documentation of decisions or substantive opinions leading to and including: organizational assessments final workforce and workplace plans validated workforce and workplace plan achievement measures comments on drafts record of decision re: changes required to organizational assessment record of decision re: managers' selected courses of action	5 years after system has been implemented, based on a recommendation arising from the CHRBP

Fonte: LAC, 2021.

Como mostra a Figura 1, o processo que avalia as implicações de recursos humanos dos requisitos de negócios (*Assess human resources implications of business requirements*) se refere à documentação de decisões ou opiniões substantivas, que incluem: avaliações externas do mercado de trabalho, de contexto de negócios e da força de trabalho, riscos do local de trabalho organizacional e dos recursos humanos, força de trabalho e lacunas no local de trabalho, feedback das partes interessadas, requisitos e prioridades de negócios validados e prazo de guarda recomendado (que é cinco anos após o estudo / pesquisa ter terminado ou o sistema ter sido implementado), com base em uma recomendação decorrente do Processo Comum de Negócios de Recursos Humanos (*Common Human Resources Business Process – CHRBP*).

5 CONCLUSÃO

A análise da página da LAC revela que a macroavaliação é a metodologia oficial da instituição, tem uma “lei de arquivos”, a *Library and Archives of Canada Act* 2004, que dita suas ações, existem alguns instrumentos de auxílio aos órgãos no processo de avaliação e que a *Library and Archives Canada* facilita os meios para as instituições governamentais definirem os períodos de guarda para seus documentos, fornecendo orientação e servindo

³⁸ Design organizacional, planejamento de recursos humanos e relatórios. Ver em: <https://www.bac-lac.gc.ca/eng/services/government-information-resources/guidelines/generic-valuation-tools/Pages/human-resources-management.aspx>. Acesso em 02 fev 2022.

como uma fonte de especialização, ainda que toda a responsabilidade seja da instituição.

A macroavaliação, criada e implementada no Arquivo Nacional do Canadá sob a liderança de Terry Cook, ainda é considerada na vanguarda da ciência arquivística. A aplicação atual dessa abordagem pela LAC, por meio de seu programa de avaliação e destinação, ainda desperta o interesse por parte das comunidades arquivísticas nacional e internacional (LAC, 2021, tradução nossa).

O atual programa de avaliação e destinação resulta de uma reformulação profunda e completa dos processos da LAC. A abordagem revisada simplificou a criação e implementação de *Disposition Authorizations* - DAs tanto quanto possível, mas esses processos ainda exigem um sério comprometimento de recursos por parte das instituições e da própria LAC.

A identificação do patrimônio documental do Governo do Canadá é um processo interativo contínuo, pois as transformações digitais afetam o modo como as informações são criadas e usadas na administração federal. Tal esforço requer um forte relacionamento entre as instituições da LAC e as do Governo do Canadá.

A análise da experiência aqui focalizada permite esclarecer que o que se almeja, independente de que país seja considerado, é que a prática avaliativa de documentos nas agências governamentais seja capaz de otimizar recursos financeiros e de tempo, diminuir o risco de destruição de documentos indevidamente e promover a responsabilidade, a transparência, o acesso e a representação social em seus conjuntos documentais, patrimônio da nação, isto é o que grandes instituições respeitosamente, apesar das grandes dificuldades, tentam fazer.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 05 abr. 2018.
- BARROS, Thiago H. B. Arquivística espanhola, canadense e brasileira: elementos históricos e conceituais. In: **Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- BERGER, Stefan. The role of national archives in constructing national master narratives in Europe. **Archival Science**, v. 13, p. 1–22, 2013.

COOK, Terry. Macroappraisal in Theory and Practice: Origins, Characteristics, and Implementation in Canada, 1950–2000. **Archival Science**, v. 5, p. 101–161, 2005.

COUTURE, Carol. Couture. La Función valoración en la Archivística contemporánea: una sinergia entre varias consideraciones complementarias. **Tabula: Revista de Archivos de Castilla y León**. Salamanca. 6: 23-49, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas. São Paulo, 2002.

LIBRARY AND ARCHIVES OF CANADA. **The government records disposition program of Library and Archives Canada**: Program synopsis. 2021. Disponível em: <https://www.bac-lac.gc.ca/eng/services/government-information-resources/disposition/Pages/program-synopsis.aspx>. Acesso em 30 maio 2021

_____. **Government Information Management and Disposition**. 2021. Disponível em: <https://www.bac-lac.gc.ca/eng/services/government-information-resources/Pages/government.aspx>. Acesso em 03 fev. 2021

_____. **Government-records-appraisal-disposition-program**. Disponível em: <https://www.bac-lac.gc.ca/eng/transparency/briefing/2019-transition-material/Pages/government-records-appraisal-disposition-program.aspx>. Acesso em 28 mar. 2021

_____. **Multi-Institution Disposition Authorizations (MIDAs)**. 2021. Disponível em: Multi-Institution Disposition Authorizations (MIDAs) - Library and Archives Canada (bac-lac.gc.ca). Acesso em 30 maio 2021

_____. **Generic Valuation Rools-Human Resources Management**. 2021. Disponível em: Human Resources Management - Library and Archives Canada (bac-lac.gc.ca). Acesso em 30 maio 2021

REQUISITOS DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS

Rafael Soares Carvalho Alvim
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro),
Danilo André Cinacchi Bueno
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

A relação interdisciplinar entre as áreas de Arquivologia e Administração surge a partir da emergência do conceito e das práticas de gestão de documentos nos Estados Unidos da América no final da década de 1940, e mais especificamente, a relação da gestão de documentos com o gerenciamento de processos de negócios se dá no final da década de 1980, com maior ênfase na década de 1990 e 2000, “[...] como um componente a mais nos processos de gestão administrativa, conectando-se aos Sistemas de Qualidade (ISO 9000, 1987), de Gestão e Segurança da Informação (ISO 27000, 1992) Gestão de Documentos (ISO 15489, 2001) e (ISO 30300, 2011)” (BUENO, 2019, p. 28).

Com a universalização do conceito de gestão de documentos, por meio da ISO/TR 15489/2001 (Parte 1 e 2), com atualização em 2016, reforçou e elevou ainda mais a relação dos processos de gerenciamento de documentos com o gerenciamento de processos de negócio, tornando-se condição necessária para elevar a qualidade da gestão administrativa de qualquer organização.

Desse modo, tendo como base essas discussões interdisciplinares no campo teórico e prático das áreas de Arquivologia e de Administração, a

pergunta que norteou o desenvolvimento desta pesquisa está relacionada à “quais requisitos do gerenciamento de processos de negócio podem auxiliar no planejamento e na implementação de programas de gestão de documentos?”

Com base nesse questionamento, o objetivo geral proposto busca estudar e sistematizar os requisitos de gerenciamento de processos de negócio como proposta metodológica para o fomento de ações voltadas para o planejamento e implementação de programas de gestão de documentos, que tem como resultado a sistematização e representação desses requisitos em uma proposta de mapa conceitual.

2 GERENCIAMENTO DE PROCESSOS DE NEGÓCIO – BPM E GESTÃO DE DOCUMENTOS

A *Association of Business Process Management Professionals* (ABPMP) compreende o BPM como uma disciplina de gestão que envolve os objetivos estratégicos e os processos de negócio de uma organização com as expectativas e demandas dos clientes, com base na organização eficiente de processos e atividades, do nível operacional aos clientes.

Conceitualmente, o BPM é definido como:

uma disciplina gerencial que integra estratégias e objetivos de uma organização com expectativas e necessidades de clientes, por meio do foco em processos ponta a ponta. BPM engloba estratégias, objetivos, cultura, estruturas organizacionais, papéis, políticas, métodos e tecnologias para analisar, desenhar, implementar, gerenciar desempenho, transformar e estabelecer a governança de processos (ABPMP, 2013, p.40).

O BPM é composto por nove (9) áreas do conhecimento que podem oferecer atividades técnicas e metodológicas para o planejamento, análise, desenho, implementação, monitoramento e melhoria dos processos negócio. As áreas são divididas em perspectivas: organizacional e de processos. As áreas são:

- Perspectiva organizacional:
 - a. gerenciamento corporativo de processos.
 - b. organização do gerenciamento de processos.
- Perspectiva de processos:
 - a. gerenciamento de processos de negócio.
 - b. modelagem de processos.
 - c. análise de processos.
 - d. desenho de processos.

- e. gerenciamento de desempenho de processos.
- f. transformação de processos ou tecnologias de BPM.
- g. tecnologias de BPM.

Já a gestão de documentos é definida pela primeira vez na Lei Federal de Gestão de Documentos dos Estados Unidos da América, em 1950, como:

[...] o planejamento, o controle, a direção, a organização, o treinamento, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas à criação, manutenção, uso, e eliminação de documentos, com a finalidade de obter registro adequado e apropriado das ações e transações do Governo Federal e efetiva e econômica gestão das operações das agências. (FEDERAL RECORDS MANAGEMENT ACT, 44 U.S.C. Chapter 29, 1950, tradução nossa)

Por sua vez, no Brasil, é na Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos, que se verifica a primeira definição legal do conceito de gestão de documentos, definida como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.” (BRASIL, 1991).

O objetivo da gestão de documentos é o controle eficiente da produção, tramitação, classificação, avaliação, arquivamento, acesso e uso das informações registradas nos documentos de arquivo, independentemente de seu suporte, analógicos e/ou digitais. Para isso, é por meio da identificação arquivística e das funções arquivísticas de classificação e de avaliação de documentos, que são desenvolvidos os instrumentos técnicos de produção de documentos (Manual de Produção de Documentos ou de Tipologias Documentais), de classificação (Planos de Classificação de Documentos - PCD), de avaliação (Tabela de Temporalidade de Documentos – TTD), cujos preceitos, procedimentos e políticas para um programa de gestão de documentos (PGD) devem ser detalhados em um Manual de Gestão de Documentos, orientando a produção, manutenção e uso e destinação de documentos, a partir da aplicação desses instrumentos técnicos arquivísticos.

Como metodologia para criação e sistematização de PGD, recentemente, em 2018, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), traduziu a versão da norma ISO/TR 15489-1/2016 (que possuía sua primeira versão em 2001, atualizada em 2016) na NBR ISO 15489/2018 – Gestão de documentos de arquivo, que em conjunto com a série NBR ISO 30300/2016 e ISO/TR 26122/2008, apresentam conceitos, princípios, procedimentos e

requisitos para operacionalização de sistemas de gestão de documentos de arquivo.

A NBR ISO 15489/2018, define o conceito de gestão de documentos como a

área da gestão responsável pelo controle eficaz e sistemático da produção, recepção, manutenção, uso e destinação, incluindo processos para captura e manutenção de provas e informações sobre atividades e transações de negócio na forma de documentos de arquivo. (ABNT, 2018, p. 3)

Com base na leitura do Guia BPM CBOK (ABPMP, 2013) e das normas ISO mencionadas, percebe-se a relação direta entre BPM e a gestão de documentos, a partir de dois aspectos: 1) produtos e 2) 12 etapas/procedimentos para planejamento, implementação e gestão. As normas internacionais estabelecem procedimentos para análise, para mapeamento, para desenho, para monitoramento, para melhoria contínua e, por fim, para treinamento dos usuários de programas e sistemas de gestão de documentos de arquivo, etapas e procedimentos que são provenientes da área de conhecimento do BPM.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo exploratória, que tem como finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.” (GIL, 2008, p. 27).

Para a fundamentação teórica, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental, que sustentam as discussões sobre os temas propostos. Esses métodos foram aplicados para o desenvolvimento do estudo teórico e conceitual, para o levantamento das fontes de informação, para a análise de conteúdo e para a consideração dos resultados obtidos.

Como processo de análise de dados, foi adotado o método comparativo. Pretendeu-se, então, apresentar os requisitos do BPM que são importantes para o desenvolvimento de programas de gestão de documentos.

Além do método comparativo, também se utilizou para a análise e interpretação dos dados a análise qualitativa como estratégia de apresentação e organização das informações, bem como de verificação e de conclusão referente aos requisitos do BPM necessários para o planejamento e implementação de programas de gestão de documentos.

Para a demonstração das relações entre os requisitos de BPM e a gestão de documentos, optou-se pela utilização de mapa conceitual como recurso para construção da aproximação teórica e metodológica das disciplinas.

As relações sugeridas entre os requisitos foram estabelecidas a partir do levantamento de termos e conceitos encontrados nas normas ABNT NBR ISO 15489/2018, ISO/TR 15489/2016 (Parte 1) e ISO/TR 15489/2001 (Parte 1 e 2), ABNT NBR ISO 30301/2016 e ISO/TR 26122/2008, bem como no Guia ABPMP CBOK (2013). As informações foram analisadas, comparadas e sistematizadas em um quadro, apresentado na seção de resultados, análise e proposição de requisitos de BPM para a gestão de documentos.

4 ANÁLISES, RESULTADOS E PROPOSIÇÃO DE REQUISITOS DE BPM PARA A GESTÃO DE DOCUMENTOS

Com base na leitura e na análise comparativa realizada entre o Guia BPM CBOK (2013) e as normas ABNT NBR ISO 15489/2018 – Gestão de documentos de arquivo, ISO/TR 15489/2001 – Records management (Parte 1 e 2), ISO/TR 15489/2016 – Records management (Parte 1), ISO/TR 26122/2008 - Work process analysis for records, e a ABNT NBR ISO 30301/2016 – Sistemas de gestão de documentos de arquivo – Requisitos, apresenta-se a relação de dois aspectos das normas citadas: a) produtos e b) etapas/procedimentos para o planejamento e implementação de sistemas de gestão de documentos de arquivo.

O quadro 1 e a figura 1 a seguir demonstraram as relações entre as normas de padronização e o guia BPM CBOK (2013), a partir dos termos e conceitos encontrados nas etapas e áreas de cada instrumento normativo.

Quadro 1 - Áreas do BPM e as relações com as normas ISO

Áreas BPM	ISO/TR 26122/2008	ABNT NBR ISO 15489/2018 ISO/TR 15489/2016 (Parte 1) ISO/TR 15489/2001 (Parte 1 e 2)	ABNT NBR ISO 30301/2016
Gerenciamento de Processos de Negócio	-	-	-
Modelagem de Processos	Capítulo 8 - Validando a análise do processo de	*15489-2 - Capítulo 3 - Estratégias, design e implementação / 3.2.7 Etapa F: Projeto	Capítulo 8 - Operação / 8.2 - Desenvolvimento dos processos de

	trabalho com os participantes / 8.3 - Resultados da validação com os participantes: Na conclusão do projeto, toda a documentação de análise dos processos de trabalho, incluindo diagramas e modelos, é consolidada.	de um sistema de registros: Produtos provenientes da etapa f podem incluir: diagramas que representam arquiteturas de sistema e componentes	documentos de arquivo: para estabelecer o SGDA, a organização deve mapear os processos de documentos de arquivo.
Análise de Processo	Capítulo 4 - Análise de processos de trabalho: A análise é empregada para reunir informações sobre as transações, processos e funções de uma organização para identificar os requisitos de criação, captura e controle de registros.	Capítulo 7 – Avaliação: avaliação é o processo de identificação das atividades de negócio para determinar quais documentos de arquivo precisam ser produzidos, capturados e por quanto tempo precisam ser mantidos.	-
Desenho de processos	-	*15489-2 - Capítulo 3 - Estratégias, design e implementação / 3.2.6 Etapa E: Identificação de estratégias para satisfazer os	Capítulo 8 - Operação / 8.2 - Desenvolvimento dos processos de documentos de arquivo: Determinar os

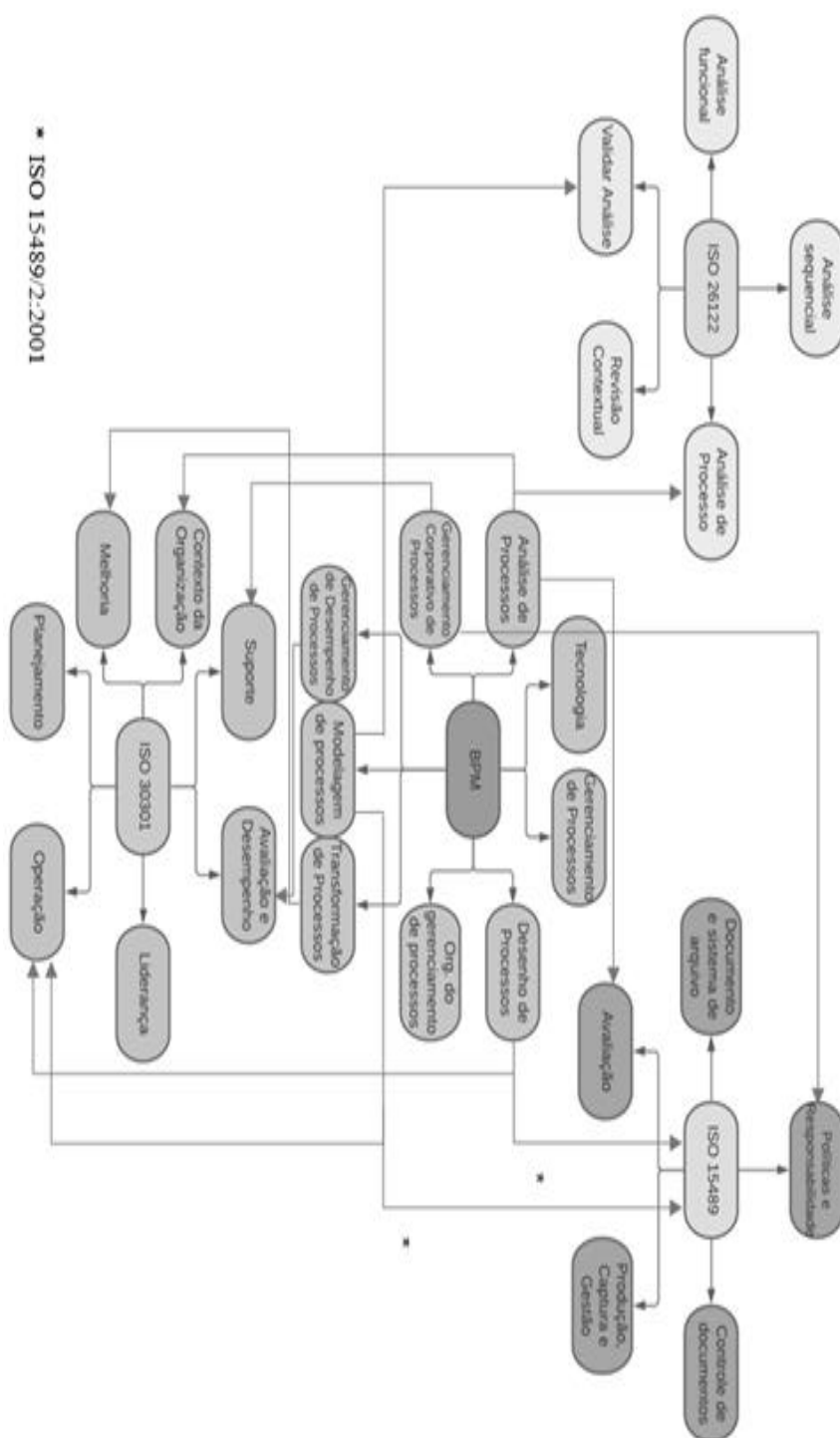
		requisitos de registros: projetar novos componentes do sistema.	processos de produção e controle.
	-	-	Capítulo 8 - Operação / 8.3 - Implementação de Sistemas de documentos de arquivo: Implementar, monitorar e gerenciar a operação dos sistemas de documentos de arquivo.
Gerenciamento de Desempenho de Processos	-	-	Capítulo 9 - Avaliação de desempenho / 9.1 Monitoramento, Medição, Análise e Avaliação: Determinar o que medir e monitorar, avaliar o desempenho e a eficácia dos sistemas e processos.
Transformação de Processos	-	-	Capítulo 10 - Melhoria / 10.2 - Melhoria Contínua: A organização deve melhorar continuamente a eficácia do SGDA.
Organização do Gerenciamento de Processos	-	-	-

Gerenciamento Corporativo de Processos	-	Capítulo 6 - Políticas e responsabilidades/ 6.5 - Competência e treinamento: Recomenda-se que as pessoas com responsabilidades na produção, captura e gerenciamento de documentos de arquivo tenham competência para realizar estas tarefas. Recomenda-se que a competência seja regularmente avaliada e os programas de treinamento para desenvolver e aprimorar estas competências e habilidades sejam atribuídos e implementados onde necessário.	Capítulo 7 - Suporte/ 7.3 - Conscientização e Treinamento: Estabelecer um programa contínuo de treinamento para produção e controle de documentos.
Tecnologia de BPM	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Guia ABPMP CBOK (2013) e nas normas ABNT NBR ISO 15489/2018, ISO/TR 15489/2001 (Parte 1 e 2), ABNT NBR ISO 30301/2016 e ISO/TR 26122/2008.

A partir da sistematização dos dados comparados no QUADRO 1, ressalta-se o alinhamento das normas de padronização com seis (6) áreas do conhecimento do gerenciamento de processos de negócio. No mapa conceitual a seguir, apresenta-se de forma gráfica as relações desses conceitos e requisitos de BPM com a gestão de documentos.

Figura 1 - Mapa conceitual das relações entre BPM e gestão de documentos



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Guia ABPMP CBOK (2013) e nas normas ABNT NBR ISO 15489/2018, ISO/TR 15489/2001 (Parte 1 e 2), ABNT NBR ISO 30301/2016 e ISO/TR 26122/2008.

Na norma ISO/TR 26122/2008, o mapeamento de processos de negócio é um produto da etapa de validação da análise dos processos de trabalho para documentos de arquivo junto aos participantes do processo. Nessa etapa, as ferramentas de diagramas e de mapeamento são utilizadas para a representação dos processos de negócio e dos processos de criação, captura, e controle de documentos.

A ISO/TR 15489-2/2001, na etapa F - projeto de um sistema de registros, inclui diagramas como produto proveniente dessa diretriz para desenvolvimento de estratégias de implementação de sistema de gestão de documentos. Nessa etapa, os diagramas são utilizados para representar arquiteturas de sistema e componentes do programa de gestão de documentos.

A ABNT NBR ISO 30301/2016, que estabelece as diretrizes para implantação de sistemas de gestão de documentos, indica que para desenvolver o sistema, deve-se mapear os processos de documentos de arquivo. O objetivo do mapeamento é identificar os “requisitos de produção e controle dos documentos relacionados à continuidade do negócio e para os requisitos de *accountability* e outros interesses das partes envolvidas.” (ABNT NBR ISO 30301, 2016, p. 9).

A análise de processos de negócio para documentos de arquivo, na ISO/TR 26122/2008, deve ser empregada para reunir informações sobre as transações, processos e funções de uma organização para identificar os requisitos de criação, captura e controle de documento. Na ABNT NBR ISO 15489/2018, emprega-se o termo avaliação com a mesma finalidade, identificar as atividades de negócio para determinar quais documentos de arquivo precisam ser produzidos, capturados e por quanto tempo precisam ser mantidos.

Por sua vez, a área de desenho de processos é a “etapa de criação de um novo processo alinhado com a estratégia de negócio e ao foco do cliente”. Com base no QUADRO 1, compreende-se que essa área do BPM se relaciona com a gestão de documentos como etapa para desenvolver, implementar e definir os processos de produção e controle dos documentos de arquivo, bem como dos componentes e de operacionalização do sistema de arquivo, notadamente a partir do desenho dos fluxos documentais, com base nos processos de negócio (ABPMP, 2013, p. 180).

Na ISO/TR 15489-2/2001, no capítulo 3 de estratégias, design e implementação, na etapa “E” de identificação de estratégias para satisfazer os requisitos de registros, a ação de projetar novos componentes do sistema relaciona-se com a área de desenho de processos, porque essa fase é uma etapa

de ação que visa a criação de um serviço com base nos requisitos levantados nas etapas anteriores de mapeamento e análise de processos.

Na ABNT NBR ISO 30301/2016, as etapas de desenvolvimento dos processos de documentos de arquivo e implementação de sistemas de documentos de arquivo visam, respectivamente, determinar os processos de produção e controle e implementar, monitorar e gerenciar a operação dos sistemas de documentos de arquivo. A área de desenho de processos aplicado à gestão de documentos envolve a execução e o acompanhamento de ações e projetos, efetuados simultaneamente.

O gerenciamento de desempenho de processos é a área que faz “uso de informação de desempenho de tempo, custo, capacidade e qualidade para controlar o fluxo de processo ou fluxo de trabalho em comparação a alvos predeterminados.” (ABPMP, 2013, p. 424). O guia estabelece dimensões para medição do desempenho dos processos.

Ressalta-se também que a ABNT NBR ISO 30301/2016 orienta a determinação de requisitos para medir e monitorar, avaliar o desempenho e a eficácia dos sistemas e processos. O guia de BPM orienta a medição de desempenho de processos a partir das dimensões de tempo, custo, capacidade e qualidade. A eficiência no desempenho do sistema deve ser medida a partir da expectativa do usuário.

Outro aspecto encontrado nos instrumentos analisados foi a etapa de melhoria contínua de processos. A área de transformação de processos contempla a melhoria contínua, uma abordagem para assegurar que um processo continue alcançando os objetivos da organização. Significa a criação de processos com foco no alinhamento estratégico e no aumento de valor para o cliente. A melhoria contínua contempla as técnicas *Lean*, *Six Sigma* e gerenciamento da qualidade total (TQM). (ABPMP, 2013).

Na análise, a ABNT NBR ISO 30301/2016 normatiza a etapa de melhoria contínua para a garantia da eficácia dos sistemas de gestão de documentos. A ação deve considerar a utilização da política de arquivos, dos objetivos dos documentos de arquivo, dos resultados da auditoria, da análise dos dados, das ações corretivas e preventivas e da avaliação da gestão. Assim, compreende-se que ambos os instrumentos analisados possuem etapas relacionadas à melhoria contínua de processos.

A análise da área de gerenciamento corporativo de processos apresentou relação com as etapas de políticas e responsabilidades e de suporte das normas de padronização ISO/TR 15489-1/2001 e ABNT NBR ISO 30301/2016. Pontua-se que, em ambos os instrumentos, foi mencionado a necessidade de processos de conscientização, competência e treinamento para

a realização das tarefas. As normas recomendam que as pessoas com responsabilidades na produção, captura e gerenciamento de documentos de arquivo tenham competências para realizar estas tarefas.

Ao comparar as seis áreas analisadas, constatou-se que a área de mapeamento de processos possui um potencial maior de contribuição tendo em vista as técnicas, bem como as ferramentas que são específicas da área de BPM. As normas de padronização para a gestão de documentos destacam que o mapeamento de processos de negócio é produto para o planejamento e para implantação de programas de gestão de documentos. Logo, consideram-se importantes os estudos de mapeamento de processos para o desenvolvimento técnico, metodológico e profissional do arquivista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se no desenvolvimento desta pesquisa analisar e apresentar os requisitos de BPM proposto pelo guia ABPMP CBOOK (2013), referência da área de gerenciamento de processos de negócio e os requisitos das normas ISO de padronização para a gestão de documentos, a fim de estabelecer uma aproximação teórica e metodológica entre as duas disciplinas.

Constatou-se na análise a relação de seis (6) áreas de BPM com a gestão de documentos, sendo elas: mapeamento de processos; análise de processos, desenho de processos, gerenciamento de desempenho; transformação de processos e gerenciamento corporativo.

Entende-se que, com base nos estudos das normas de padronização, que as etapas da metodologia de gerenciamento de processos de negócio são indispensáveis para o planejamento e implementação de programas de gestão de documentos. Assim sendo, o gerenciamento de processos de negócio é uma disciplina importante da área da Administração e que deve estar presente nos currículos de graduação em Arquivologia, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e competências teóricas e metodológicas do profissional arquivista no âmbito da gestão de documentos.

Por fim, este trabalho buscou contribuir para a identificação dos requisitos de gerenciamento de processos de negócio como subsídio para o planejamento e implementação de programas de gestão de documentos, sistematizados, analisados e apresentados no quadro e no mapa conceitual proposto na seção cinco. A partir da apresentação dos resultados propostos, podemos compreender quais e como os requisitos de gerenciamento de processos de negócio podem auxiliar na implantação de programas de gestão de documentos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 15489**: Informação e documentação - Gestão de documentos de arquivo. Parte 1: Conceitos e princípios. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 30300**: Informação e documentação – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Fundamentos e vocabulário. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 30301**: Informação e documentação – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Requisitos. 2016

ASSOCIATION OF BUSINESS PROCESS MANAGEMENT PROFESSIONALS BRASIL. **BPM CBOK**: Guia para o gerenciamento de processos de Negócio corpo comum de conhecimento ABPMP BPM CBOK. Versão 3.0. 1. ed. [S.l.]: [s.n.], 2013. Disponível em: <<https://www.abpmp-br.org/educacao/bpm-cbok/>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991**: Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 31 jul. 2019.

BUENO, Danilo André Cinacchi. **Gestão de documentos no âmbito das políticas públicas arquivísticas do Poder Executivo Estadual no Brasil**. 2019. 492f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, 2019. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/13844?mode=full>>. Acesso em: 07 dez. 2021.

FEDERAL RECORDS MANAGEMENT ACT – 1950, **44 U.S.C.** Chapters 29. Disponível em: <<https://www.archives.gov/about/laws/records-management.html#2901>>. Acesso em 10 jan. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION. **ISO 15489-1**. Information and documentation –Records management – Part 1: General. 2016.

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION. **ISO/TR 15489-2**. Information and documentation –Records management – Part 2: Guidelines. 2001.

INTERNATIONAL STANDARDS ORGANIZATION. **ISO/TR 26122**. Information and documentation – Work process analysis for records. 2012.

GESTÃO DE RISCOS EM ARQUIVOS: DIAGNÓSTICO PROPOSITIVO COM ESTRATÉGIAS PARA A PRESERVAÇÃO DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Elson Nalon Lopes (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),

Patrícia Ladeira Penna Macêdo (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),

Bruno Ferreira Leite (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Uma das maiores instituições de ensino superior do Brasil, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) completou - no ano de 2020 - um século de existência. Diante desse fato, a instituição possui um enorme patrimônio documental acumulado durante o seu período histórico, onde representa a história da Universidade e mantém viva sua memória.

Durante os últimos anos, parte considerável do acervo da Universidade foi perdida em três grandes incêndios nos campi da instituição. O primeiro ocorreu em março de 2011³⁹, e atingiu o Palácio Universitário, na Praia Vermelha, zona sul do Rio de Janeiro. O segundo ocorrido em outubro de

³⁹ Fonte: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/03/incendio-atinge-predio-da-ufrj-na-zona-sul-do-rio-dizem-bombeiros.html>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

2016⁴⁰, no edifício da Reitoria da instituição, localizado na Ilha do Fundão, e destruiu praticamente toda Pró-Reitoria de Pessoal. As estimativas da instituição contam que houve a perda de seis mil unidades de processos administrativos⁴¹, além de outros milhares de documentos neste sinistro; o terceiro, ocorrido em 2 de setembro de 2018⁴², atingiu o Museu Nacional, causando enorme destruição no acervo museológico e a total perda do acervo arquivístico do órgão. Tais ocorrências demonstram que a Universidade tem um longo caminho a percorrer referente às políticas de preservação do seu patrimônio documental. Sendo assim, um dos principais desafios no início deste século na existência da instituição é avançar em políticas institucionais para preservação de sua produção documental.

Dar acesso e conservar documentos é um grande desafio para as instituições públicas. Diante disso, é perceptível a necessidade da preservação da documentação armazenada nos arquivos, uma vez que os documentos podem e precisam ser acessíveis à sociedade e à própria instituição. Assim, observa-se que, da produção de documentos pelos órgãos até o acesso à informação propriamente dito, é imprescindível a intervenção do Estado no que se refere à organização e salvaguarda dos mesmos – para o presente e para a posteridade, tornar o acervo acessível. Desta forma, neste país, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece em seu Art. 23 que:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; [...]. (BRASIL, 1988, p.18)

É primordial que todos os agentes públicos estejam conscientes do valor dos documentos, principalmente como fonte informacional e de valor probatório. Sendo assim, é necessário no âmbito da instituição a elaboração e divulgação de métodos e diretrizes para a preservação de seu patrimônio documental.

De acordo com Schellenberg (2006, p.37), “para serem considerados arquivos, os documentos devem ter sido criados e acumulados na consecução de algum objetivo”. Numa instituição pública, como no caso da UFRJ, esse objetivo é refletido no cumprimento de sua missão oficial que é “contribuir

⁴⁰ Fonte: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/incendio-atinge-predio-da-reitoria-da-ufrj.html>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

⁴¹ Fonte: Pró-Reitoria de Pessoal (PR-4)

⁴² Fonte: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/incendio-atinge-a-quinta-da-boa-vista-rio.ghml>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

para o avanço científico, tecnológico, artístico e cultural da sociedade por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão”⁴³. Ressalta-se que a UFRJ é a maior e mais antiga Universidade Federal do País, contendo em seus acervos documentos pertencentes às escolas que deram origem à mesma em 1920, assim como uma diversidade de acervos doados e que estão distribuídos nos vários arquivos setoriais e centros de memória da instituição.

Diante do problema apresentado acerca de como aplicar diretrizes de boas práticas de conservação preventiva de documentos na UFRJ, reduzindo riscos de perdas como nas ocorrências passadas, já citadas, e após conversas com os professores orientadores do presente trabalho, foram buscadas informações acerca da metodologia de gerenciamento de riscos, que apareceu como uma excelente opção de estratégia de redução de impactos provenientes de agentes causadores dos incidentes listados acima. De acordo com Leite (2021, p.16) a conservação preventiva pode ser compreendida como um dos âmbitos de estudo e atuação no campo da preservação. Já a gestão de riscos, como uma metodologia que contribui para o planejamento e a execução da administração da preservação como um todo, a partir de uma perspectiva gerencial, holística e preventiva.

De acordo com o Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico (IBERMUSEUS; ICCROM, 2017, p. 16) a gestão de riscos abrange tudo o que fazemos para compreender e lidar com possíveis impactos negativos sobre nossos objetivos. Neste mesmo guia são apresentadas etapas do processo de gestão de riscos que são: contextualização, identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento.

Devido à magnitude da Instituição estudada, a necessidade de um trabalho intersetorial e interdisciplinar e as identificações e proposições de cada uma dessas etapas, foi decidido realizar o diagnóstico no âmbito do Arquivo Central da UFRJ, este que em sua composição atual conta com dois depósitos e cerca de 2.502,24 metros lineares de documentos físicos em suporte papel com data-limite entre 1920 e 2021. Vale ressaltar que o Arquivo Central também é responsável pela custódia do acervo micrográfico da UFRJ, assim como pela inclusão dos tipos documentais nato-digitais no sistema de negócios SEI-UFRJ, porém, devido ao curto cronograma, não serão abarcados nesta pesquisa.

Então, em concordância com a orientação do projeto, será realizado um diagnóstico como produto, contendo as etapas do processo de gestão de riscos nos espaços delimitados acima. Através desta proposta, espera-se, após

⁴³ Fonte: < <https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/missao-visao-e-valores/>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

a sua conclusão, endossar a importância junto à administração superior das aplicações necessárias contidas no produto, reduzindo a ação e os impactos dos agentes de deterioração, entendendo a magnitude dos riscos analisados, contribuindo assim para a manutenção do acervo e facilitação do acesso à longo prazo aos documentos.

2 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO

Nesta seção discorreremos sobre os pilares teóricos fundamentais que norteiam a execução deste projeto. Em nossa proposta abordaremos o tema preservação do patrimônio documental arquivístico, suas relações necessárias com a gestão de documentos arquivísticos e as ramificações que teoricamente embasam o presente trabalho, que são a conservação preventiva de documentos e mais especificamente a gestão de riscos em arquivos.

A preservação, segundo Silva (1998) é entendida pelo seu sentido geral e abrangente. Seria, então, toda ação que se destina a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes que contêm a informação. Silva (1998) ressalta a ideia de preservação como o “guarda-chuva”, onde se “abrigam” a conservação, a restauração e a conservação preventiva.

No âmbito da gestão de documentos, cabe apresentar primeiramente as definições compreendidas no campo da Arquivologia que dizem o que é documento e o que é documento de arquivo. De acordo com o Manual de Gestão de Documentos da Universidade de Brasília (2015, p. 9), “Documento é a unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato. Documento de arquivo é o documento produzido ou recebido, no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado da tal atividade e retido para ação ou referência”.

Partindo para o conceito de Gestão de Documentos, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), em conformidade com a Lei n.º 8.159 de 08 de janeiro 1991 define como o “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 99).

Já o Dicionário de Terminologia Arquivística publicado pela AAB/SP (1996) conceitua como um conjunto de medidas e rotinas que garante o efetivo controle de todos os documentos de qualquer idade desde sua produção até sua destinação final (eliminação ou guarda permanente), com vistas à

racionalização e eficiência administrativas bem como à preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural.

De acordo com o histórico da Instituição estudada a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) apresentado neste trabalho, há um grande volume de massa documental acumulada oriunda de décadas passadas, e isto se torna preocupante, pois o risco de perdas está mais próximo do que uma aplicação ampla de políticas arquivísticas. Schmidt (2012) diz que a gestão de documentos é um todo e o arquivista deve atuar não só com os documentos quando chegam aos arquivos como também durante os processos de criação.

Sem a aplicação das políticas de preservação, não há transparência institucional. Perdas são inevitáveis em quaisquer circunstâncias, porém sem estratégias de preservação as perdas são majoradas, e quanto mais perdas, menor é o acesso pleno que o usuário deveria obter. Para Beck (2006, p. 4) “preservar informação relevante requer atualmente o envolvimento de equipes multidisciplinares na seleção de preservação, no estabelecimento de prioridades com base no valor informacional, na demanda de uso e na vulnerabilidade do meio”. A partir destes dados podem ser definidas políticas que asseguram o acesso continuado.

Outro marco teórico a ser compreendido é uma das disciplinas da preservação que é a conservação preventiva.

Silva (1998, p. 9) diz que a conservação é “um conjunto de procedimentos que tem por objetivo melhorar o estado físico do suporte, aumentar sua permanência e prolongar-lhe a vida útil, possibilitando o acesso por parte das gerações futuras”.

Podemos, então, definir conservação preventiva como um conjunto de medidas necessárias que atuam contra a deterioração do acervo documental com a finalidade de prevenir danos. Ela abarca o monitoramento das condições ambientais, a higienização, os procedimentos de manutenção e o planejamento para evitar a ocorrência de desastres.

De acordo com Silva (1998, p. 10) “conservação preventiva abrange não só a melhoria das condições do meio ambiente nas áreas de guarda de acervo e nos meios de armazenagem, como também cuidados com o acondicionamento e o uso adequado dos acervos, visando retardar a degradação de materiais”.

Dessa forma, com o emprego de ações de conservação preventiva, conseguiremos minimizar o processo de degradação do acervo documental, com a finalidade de possibilitar o acesso da sociedade a informações relevantes nele contidas.

Bojanoski (2018, p. 80) diz que “no processo de consolidação da conservação preventiva assistiu-se também a uma progressiva ampliação dos agentes associados aos processos de deterioração dos bens culturais. Como consequência deste avanço, surge o estudo de ferramentas que minimizam o impacto destes agentes, entre elas a gestão de riscos em arquivos”.

Então observamos que a gestão de riscos proporciona uma visão abrangente dos riscos, fornecendo ao gestor um conjunto de informações, bem próximo ao exato, de quais cuidados referentes aos agentes de deterioração identificados serão prioritários, pois de acordo a limitação de recursos que são observadas comumente em instituições, e consequentemente a dificuldade em adquirir recursos para o tratamento e acondicionamento de seus acervos, a gestão de riscos em arquivos fornecerá uma base sólida para tomadas de decisões acerca das prioridades que se tornam latentes em consequência daquilo que foi identificado.

Para que entendamos o que é gestão de riscos, é preciso compreender a definição do que é um risco. De acordo com a norma internacional ISO 31000:2009, *Risk management – Principles and guidelines* (Gestão de riscos – Princípios e diretrizes), diz que organizações de todos os tipos e tamanhos enfrentam influências e fatores internos e externos que tornam incerto se e quando elas atingirão seus objetivos. O efeito que essa incerteza tem sobre os objetivos da organização é chamado de "risco". De acordo com o Guia de Gestão de Riscos (IBERMUSEUS; ICCROM, 2017), risco pode ser definido como a chance de algo ocorrer causando um impacto negativo sobre nossos objetivos, ou seja, estas incertezas e possibilidades de algo ocorrer negativamente, dificultando o cumprimento do propósito de uma organização, precisam ser minimizadas para a redução de prejuízos, no nosso caso, em um acervo arquivístico.

Segundo Spinelli e Pedersoli (2010) o gerenciamento de riscos é uma ferramenta de gestão eficaz para otimizar a tomada de decisões dirigidas à conservação e uso do patrimônio cultural. Sua utilização fornece uma visão abrangente e simultânea dos diversos tipos de risco para o patrimônio, desde eventos emergenciais e catastróficos (grandes incêndios, enchentes etc.) até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma mais lenta e contínua (enfraquecimento de suportes celulósicos, danos por insetos, corrosão por tintas ferrogálicas etc.). Spinelli e Pedersoli (2010) ressalta que a partir da identificação e análise desses riscos, é possível estabelecer prioridades de ação e alocação de recursos para mitigá-los.

Como a gestão de riscos se tornou uma importante ferramenta de gestão, normas internacionais foram elaboradas para desenvolver um padrão

de aplicação. Então surge a norma internacional ISO 31000:2009, *Risk management – Principles and guidelines* (Gestão de riscos – Princípios e diretrizes), que baseou o desenvolvimento de conceitos, etapas e ferramentas complementares especificamente para sua aplicação no setor de patrimônio cultural descritas no Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico (IBERMUSEUS; ICCROM, 2017). A figura abaixo mostra as diferentes etapas do processo de gestão de riscos definido nesta norma (segmentos do círculo principal), assim como conceitos e ferramentas complementares desenvolvidos especificamente para sua aplicação no setor do patrimônio cultural (círculos periféricos menores).

Figura 1 – Processo de gestão de riscos para a preservação do patrimônio cultural.



Fonte: ICCROM e CCI (2017, p. 18).

Diante deste conteúdo teórico apresentado e a descrição das práticas das ações que minimizam perdas no acervo, foi inevitável reconhecer um caminho para gerir de forma eficiente os riscos apresentados no Arquivo Central da UFRJ. Há uma necessidade latente de identificação, avaliação e tratamento dos riscos, porém não há possibilidade de execução sem a ordenação de prioridades e saber detalhadamente aquilo que precisa ser enfrentado.

3 DESENVOLVIMENTO

Durante os seus 100 anos de história, a Universidade Federal do Rio de Janeiro foi ampliando sua estrutura acadêmica e administrativa. Com isso

houve um crescimento exponencial na produção documental. Diante deste quadro observou-se que as políticas de gestão arquivística, e consequentemente de preservação, não acompanharam paralelamente tal crescimento. Nas últimas décadas foram concentrados esforços para o tratamento de todo o passivo acumulado, não apenas nos depósitos do Arquivo Central, mas de todos os depósitos que contém documentos arquivísticos nas unidades da UFRJ, porém o avanço nas políticas arquivísticas ainda não foi suficiente para contemplar todas as atividades de preservação documental da instituição.

Diante das tragédias recentes supramencionadas, que acarretaram perdas irreparáveis ao acervo arquivístico, observaram-se fragilidades que poderiam ser minimizadas caso houvesse a aplicação de boas práticas, oriundas de uma política institucional. Ações de preservação, especificamente de conservação preventiva, se tornam indispensáveis neste momento para que não haja mais prejuízo no seu patrimônio arquivístico e de sua memória.

Com a criação de um Diagnóstico com a aplicação das etapas de um Plano de Gestão de Riscos, haveria uma proposição para o tratamento destes espaços de arquivo, pois se trata de um instrumento inexistente na instituição que, sendo produzido, abarcaria um conjunto de diretrizes necessárias para preservação do acervo. Acrescentando a toda pauta positiva apresentada, é um produto que contribui para o fortalecimento do Sistema de Arquivos (Siarq-UFRJ) e da própria Universidade.

Assim como outros trabalhos na área da Arquivologia, de grande abrangência institucional, que têm sido produzidos nos últimos anos, este viria ser adicionado a um conjunto de medidas necessárias para a construção de uma política consistente na gestão dos arquivos. Quanto maior a produção intelectual oriunda dos profissionais de arquivo da instituição, maior é o reconhecimento da administração superior e consequentemente o despertamento para a necessidade de cuidados e investimentos.

Como pretendemos elaborar um instrumento técnico como produto de uma análise proposta por um estudo de caso, esta pesquisa pode ser caracterizada como uma pesquisa social aplicada de cunho qualitativo, exploratória com levantamento bibliográfico, pesquisa documental, coleta de dados, natureza aplicada e observação do participante. O objetivo é apresentar um diagnóstico com estratégias para a preservação do arquivo da UFRJ, especificamente estudando os dois depósitos de documentos submetidos à coordenação do Arquivo Central da UFRJ. A seguir serão apresentados cada objetivo específico, descrevendo os procedimentos metodológicos para alcançá-los.

- Estudarmos o tema de Conservação Preventiva para documentos analógicos em suporte papel e Gestão de Riscos em Arquivos estabelecidos na literatura através de levantamento e pesquisa bibliográfica. O projeto segue a linha teórica preservação, conservação preventiva e gerenciamento de riscos em Arquivos, perpassando por alguns autores fundamentais da Arquivologia.
- Realizarmos análise do contexto que está inserido o acervo arquivístico dos depósitos do Arquivo Central da UFRJ, assim como identificarmos os agentes de deterioração, as camadas de envoltório e os tipos de risco, analisarmos os riscos identificados, avaliarmos os níveis de prioridade de tratamento.
- Propormos medidas eficazes para eliminar e reduzir riscos: Pretendemos redigir um instrumento técnico-científico contendo as proposições oriundas das etapas do processo de Gestão de Riscos selecionadas e encerramento das pesquisas bibliográfica e documental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste projeto, identificamos que um diagnóstico trazendo um conjunto de informações referentes à aplicação das etapas da Gestão de Riscos, auxiliará na concepção de uma política de preservação de documentos. Dentro da instituição há um longo caminho a ser percorrido, pois diante das novas tecnologias e novos suportes documentais, a continuidade de aplicação deste método apresentado traz uma perspectiva de haver uma cultura de planejamento estratégico para a condução das políticas de gestão de riscos em arquivos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005, 232 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 31000: gestão de riscos: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **NBR ISO 31000: gestão de riscos: diretrizes**. Rio de Janeiro, 2018.

BECK, Ingrid. **O ensino da preservação documental nos cursos de arquivologia e biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional**. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2006.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima. **Terminologia em conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação**.

2018. 292 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei 8.159**, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 09 jan. 1991.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

IBERMUSEUS; ICRROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property); CCI (Canadian Conservation Institute). **Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico**. Co-criação de Pedersoli Jr., José Luiz; Antomarchi, Catherine; Michalski, Stefan. Tradução: José Luiz Pedersoli Jr. Roma: ICCROM, 2017.

LEITE, Bruno Ferreira. **O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. Orientadora: Profa. Dra. Angelica Alves da Cunha Marques; Corientadora: Profa. Dra. Maria Luisa Ramos de Oliveira Soares. 2021. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção de seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. 320 Folhas. Tese (Doutorado)–Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2012.

SCELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Sergio Conde de Albite. **Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

SPINELLI JR, Jayme; PEDERSOLI JR., José Luiz. **Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos: salvaguarda & emergência** /– Ed. rev. – Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

IMPACTOS DO DECRETO N° 10.148, DE 2019 NA ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Raquel Diniz Bandeira (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),
Ana Celeste Indolfo (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

A eliminação de documentos de arquivo decorre de umas das funções essenciais da gestão de documentos: a avaliação, que tem por finalidade definir os prazos de guarda e a destinação final dos documentos arquivísticos produzidos e acumulados de forma orgânica, no exercício das atividades de uma instituição. Apesar de essencial, do ponto de vista prático, ainda hoje, é considerada uma atividade crítica.

Há profissionais, que atuam na área dos arquivos, que veem a avaliação de documentos como uma atividade subjetiva. Para a execução criteriosa da função arquivística da avaliação, esta deve ser realizada a partir de fundamentos teóricos e princípios arquivísticos norteadores. Os arquivistas e os profissionais responsáveis pela sua execução devem necessariamente buscar os subsídios para definir o momento em que os conjuntos documentais poderão ser eliminados e que documentos deverão ser preservados, de acordo com o seu valor e o seu potencial de uso para seu produtor ou para a sociedade.

A função arquivística da avaliação de documentos visa a racionalização do ciclo de vida dos documentos de arquivo, a otimização dos espaços de armazenamento (eliminando os documentos que já cumpriram seus prazos de

guarda), a economia de recursos humanos e financeiros, possibilitando a preservação dos documentos que possuem guarda permanente.

Os órgãos e entidades da Administração Pública federal devem classificar e avaliar os conjuntos documentais de acordo com os instrumentos técnicos de gestão de documentos, isto é, o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos.

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) apesar de já possuírem esses instrumentos aprovados, tanto para às atividades-meio quanto para às atividades finalísticas, ainda carecem de ações mais efetivas para sua adoção, Farias (2021, p. 50-51) identifica que apenas 25 instituições de um total de 109, publicaram editais de eliminação de documentos, no período de 1996 a 2019.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar os impactos do Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, referente à eliminação de documentos de arquivo no âmbito das IFES, tendo em vista que a competência pela autorização, da eliminação dos documentos constantes das Listagens de Eliminação de Documentos (LED), elaboradas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, anteriormente atribuída ao Arquivo Nacional (AN), passou a ser dos titulares desses órgãos e entidades.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados consistem em uma pesquisa descritiva com abordagem quali-quantitativa, apresentando-se um panorama das IFES quanto à constituição das Comissões Permanentes de Avaliação de documentos (CPAD) e o processo de eliminação de documentos a partir da publicação do Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, em comparação com os dados apresentados por Farias (2021) na dissertação “Instrumentos técnicos de gestão de documentos: uma análise da adesão das Instituições Federais de Ensino superior (1996-2019)”.

O universo da pesquisa compreendeu as 109 Instituições Federais de Ensino, sendo que 67 são Universidades e 42 são Institutos, distribuídas por todo território nacional. Foram averiguadas a atual constituição das CPAD dessas instituições e identificadas quais propuseram eliminação de documentos, por meio da publicação de Editais de Ciência de Eliminação de Documentos, no Diário Oficial da União (DOU), a partir da expedição do supracitado Decreto.

Realizou-se, ainda, a pesquisa bibliográfica para conceituar e caracterizar, brevemente, a função arquivística da avaliação, utilizando a literatura sobre o tema, tendo sido, também, analisados os dados coletados por Farias (2021), como método de análise de conteúdo.

Buscou-se, a seguir, no site do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA), da administração pública federal, atualizar os dados, realizando-se, como complemento, uma pesquisa documental, nos boletins internos e regulamentos das IFES utilizando os termos de busca: comissão permanente de avaliação de documentos e eliminação de documentos, para identificar se houve alteração dos dados apresentados por Farias. Os dados coletados foram organizados, analisados e interpretados por meio de análise comparativa.

3 AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO E O PROCESSO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Rousseau e Couture (1998, p.265) definem a avaliação de documentos como uma das sete funções arquivísticas, sendo ela fundamental para definir os prazos de guarda e a destinação final dos documentos arquivísticos.

Indolfo (2012, p. 20-21) afirma

A avaliação é um processo de análise e seleção de documentos que visa estabelecer os prazos de guarda e a destinação final dos documentos, definindo quais serão preservados para fins administrativos ou de pesquisa e, em que momento poderão ser eliminados ou recolhidos ao arquivo permanente, segundo o valor e o potencial de uso que apresentam para a administração que os gerou e para a sociedade.

Mas como decidir quais documentos devem ser preservados e quais devem ser eliminados?

Rhoads (1983, p.26) ressalta que

A avaliação de documentos é talvez a atividade profissional mais difícil e importante dos arquivistas, porque uma vez resolvida a eliminação de um conjunto de documentos, a decisão é irrevogável e, muito provavelmente, a informação neles contida não pode ser obtida de nenhuma outra fonte.

Durante muito tempo essa decisão não cabia ao arquivista, pois o mesmo era visto apenas como o guardião ou custodiador de arquivos históricos. Indolfo (2012, p. 28) menciona que,

A avaliação de documentos de arquivo como prática institucionalizada para determinar sua destinação final é um fenômeno recente pois durante séculos organizações e pessoas decidiram conservar alguns documentos que produziram pela razão óbvia que eram tanto testemunho de seus direitos como de seus privilégios.

Em 1940, o norte-americano Philip C. Brooks, publica o artigo “*The selection of records for preservation*”⁴⁴, e conclui que,

[...] É importante que as pessoas que avaliam os documentos de arquivo participem do processo de concepção dos serviços relacionados à sua utilização. O problema com a seleção de materiais para guarda permanente é tão grande e complicado que a cooperação de todas as pessoas relacionadas com sua história de vida é necessária para que se chegue a uma solução. É essencial não apenas a cooperação, mas também um planejamento inteligente e uma séria observação, da primeira à última fase do processo. (BROOKS, 2012, p. 156-157)

Afirma-se que os documentos de arquivo não devem ser avaliados isoladamente pois são resultado do exercício de atividades de uma instituição. Dessa forma, a função arquivística da classificação torna-se vital para a compreensão do conteúdo dos documentos e para a manutenção do seu vínculo orgânico, sendo primordial que seja realizada no momento da produção, para que os documentos não sejam descontextualizados no decorrer do tempo.

A avaliação deve ser feita por uma equipe multidisciplinar que possua um vasto conhecimento sobre os documentos arquivísticos analisados.

A complexidade e a abrangência dos conhecimentos exigidos pelo processo de avaliação de documentos de arquivo requerem, para o estabelecimento de critérios de valor, a participação de pessoas ligadas a diversas áreas profissionais. Assim, para esta tarefa, deve-se constituir uma comissão, isto é, um grupo multidisciplinar encarregado da análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados nos órgãos e entidades, e responsável pela elaboração da tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades finalísticas de um órgão ou entidade, instrumento técnico cuja construção deve ser precedida da elaboração e aprovação de um código de classificação de documentos de arquivo. (ARQUIVO NACIONAL, 2019, p. 26)

⁴⁴ Considerado por muitos estudiosos um dos marcos fundadores da Arquivologia contemporânea, neste texto o autor estabelece alguns dos princípios metodológicos frente ao grande desafio arquivístico de como lidar com as grandes massas documentais. Foi publicado em português na Revista do Arquivo Público Mineiro em 2012. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2012A02.pdf.

Por esta razão é que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal Brasileira devem constituir a CPAD, conforme estabelece o capítulo IV do decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.

No âmbito das IFES, a classificação e avaliação de documentos deve-se pautar nos instrumentos técnicos aprovados pela Portaria AN nº 47, de 14 de fevereiro de 2020 para as atividades-meio e Portaria AN nº 092, de 23 de setembro de 2011 para as atividades finalísticas.

Após a conclusão do processo de avaliação de acordo com esses instrumentos, os documentos selecionados para a eliminação deverão seguir os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014, alterada pela Resolução nº 44, de 14 de fevereiro de 2020, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Destaca-se que de acordo com o parágrafo único da Resolução nº 40, do CONARQ, “os órgãos e entidades só poderão eliminar documentos caso possuam Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos constituídas e com autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.”

Pontua-se que a CPAD tem um papel fundamental na orientação e efetivação do processo de eliminação de documentos das instituições, pois ela é responsável pela análise, avaliação e seleção dos documentos arquivísticos, visando garantir o cumprimento da legislação e normas vigentes.

Apesar das transformações no cenário arquivístico nacional, desde a publicação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, a adoção das boas práticas em relação aos procedimentos de gestão de documentos por parte dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (PEF), ainda hoje, é um grande desafio.

Indolfo (2012, p. 14) expõe que “um dos maiores problemas da avaliação reside na dificuldade de articular e organizar o que se tem escrito (o saber) e o que se tem feito (o fazer)”. Observa-se que, ainda, há uma quantidade significativa de instituições que não aplicam a avaliação de documentos no seu “fazer” arquivístico ou encontram dificuldades em como fazê-la.

Farias (2021, p. 50-51), apresenta que das 109 IFES, 52 Universidades possuíam CPAD constituídas sendo que apenas 22 publicaram Editais de ciência de eliminação de documentos no DOU, e dos 19 Institutos que possuíam CPAD, apenas 3 publicaram Editais.

A seguir, apresenta-se a análise dos impactos do Decreto nº 10.148, de 2019 nessas instituições, com base nos dados coletados sobre a atual constituição das CPAD e dos Editais de Ciência de Eliminação de Documentos publicados no DOU.

4 ANÁLISE DOS IMPACTOS DO DECRETO Nº 10.148, DE 2019 NA ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS NO ÂMBITO DAS IFES

O Decreto nº 10.148, de 2019, além de alterar o âmbito de atuação do SIGA, criado por meio do Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, ele dispõe sobre a CPAD e o CONARQ e dá outras providências.

Para o alcance do objetivo deste trabalho foram considerados apenas os aspectos voltados para a CPAD, tendo em vista que a eliminação de documentos só poderá ser realizada por meio da constituição dessas Comissões, e que a competência pela autorização da eliminação dos documentos constantes das LED passou a ser dos dirigentes das instituições e não mais do Arquivo Nacional, até então a autoridade arquivística para tal na esfera do PEF, de acordo com o artigo 9º da Lei 8.159, de 1991.

Diante das mudanças apresentadas, o AN, publicou no seu Portal as “Recomendações para constituição de comissão permanente de avaliação de documentos (CPAD)”⁴⁵, essas orientações visam sanar dúvidas referente a como constituí-las, suas atribuições, composição e funcionamento.

Na pesquisa realizada por Farias (2021), identificou-se que das 67 Universidades Federais, apenas 52 possuíam CPAD constituídas no período de 1996 a 2019. Desde a publicação do referido decreto o portal do SIGA⁴⁶ divulgou uma lista com apenas 19 Universidades. Diante desses dados, realizou-se, como complemento, uma pesquisa documental nos boletins internos e regulamentos das IFES, na qual procurou-se verificar se ocorreram ou não alteração nesses atos normativos.

Quadro 1 - Demonstrativo das CPAD constituídas nas Universidades

REGIÃO	Farias (2021) 1996 - 2019	Portal do SIGA	Atos Normativos Alterados
Sul	10	4	9
Sudeste	15	8	15
Centro-Oeste	4	3	4
Nordeste	16	3	9
Norte	7	1	3
Total	52	19	40

Fonte: Adaptado de Farias (2021)

⁴⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/recomendacoes-tecnicas-1/recomendacao_06_constituicao_cpad_2020_10_05.pdf> Acesso em: 3 jun. 2022.

⁴⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/siga/politica-de-gestao-de-documentos-e-arquivos/comissoes-permanentes-de-avaliacao-de-documentos> Acesso em: 3 jun. 2022.

Após análise dos dados coletados, constatou-se que os dados informados pelo SIGA não são precisos, pois dos 19 atos normativos informados, 5 não foram encontrados, 1 havia erro no número indicado e outro se refere a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS). Quanto às alterações dos atos normativos, verificou-se que a maioria ocorre por motivo de substituição de membros, e que apenas algumas instituições alteraram seus atos por conta da publicação do Decreto nº 10.148, de 2019.

Para os Institutos, Farias (2021) apresenta que dos 42 apenas 19 possuíam CPAD constituídas no período de 1996 a 2019, e no portal do SIGA foram listados apenas 12. Na pesquisa documental verificou-se as seguintes alterações.

Quadro 2 - Demonstrativo das CPAD constituídas nos Institutos

REGIÃO	Farias (2021) 1996 - 2019	Portal do SIGA	Atos Normativos Alterados
Sul	1	4	5
Sudeste	8	4	5
Centro-Oeste	2	2	2
Nordeste	5	1	4
Norte	3	1	1
Total	19	12	17

Fonte: Adaptado de Farias (2021)

Dos 12 atos normativos informados pelo SIGA, 2 estão desatualizados, 1 se refere a CPADS e outro a organização administrativa da CPAD, ao invés da sua constituição. Observou-se que houve um aumento na quantidade de comissões constituídas na região Sul, que de uma passou para cinco, após a publicação Decreto nº 10.148, de 2019.

Apesar da constituição das CPAD ser considerada imprescindível, ela não garante que sua atuação seja efetiva e nem que os procedimentos de gestão de documentos sejam adotados pelas instituições, para que só assim o processo de eliminação de documentos possa a vir ser realizado de forma criteriosa.

No que tange aos procedimentos para a eliminação de documentos a Lei nº 8.159, de 1991, em seu art. 9º determina que: “A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência.”

Entretanto, com a expedição do Decreto nº 10.148, de 2019, as competências das CPAD ficaram assim estabelecidas no seu artigo 9º:

I - elaborar os códigos de classificação de documentos e as tabelas de temporalidade e destinação de documentos, que são instrumentos técnicos de gestão relativos às atividades-fim de seus órgãos e entidades e submetê-los à aprovação do Arquivo Nacional;

II - aplicar e orientar a aplicação do código de classificação de documentos e a tabela de temporalidade e destinação de documentos das atividades-meio da administração pública federal e de suas atividades-fim aprovada pelo Arquivo Nacional;

III - orientar as unidades administrativas do seu órgão ou entidade, analisar, avaliar e selecionar o conjunto de documentos produzidos e acumulados pela administração pública federal, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos documentos destituídos de valor;

IV - analisar os conjuntos de documentos para a definição de sua destinação final, após a desclassificação quanto ao grau de sigilo; e

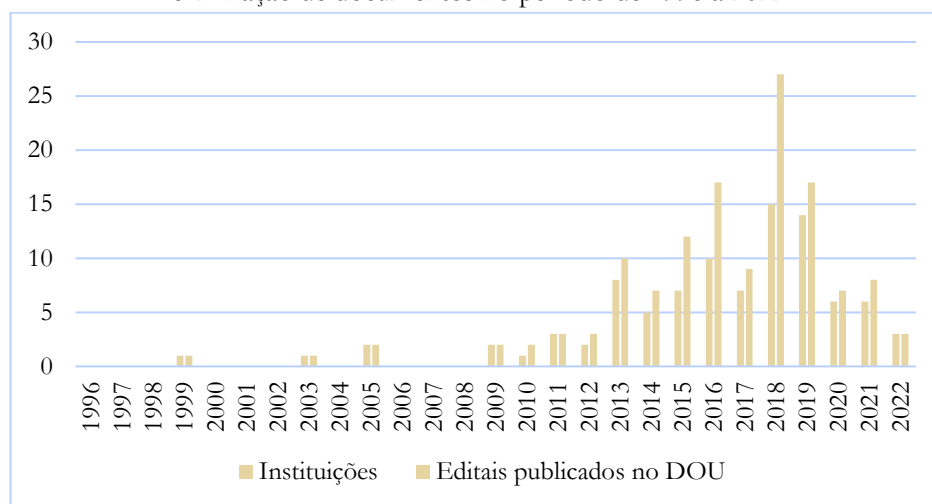
V - **observado o disposto nos incisos I e II, submeter as listagens de eliminação de documentos para aprovação do titular do órgão ou da entidade.** (BRASIL, 2019, grifo nosso)

Observa-se que essa alteração das competências da CPAD, acabou por retirar do AN a determinação expressa no âmbito da Lei, ou seja, a autorização da eliminação de documentos de arquivo por parte dos órgãos e entidades do PEF.

Para verificar quais os impactos isso acarretou, realizou-se um levantamento de dados, sobre o quantitativo de instituições que propuseram eliminação de documentos no período de 1996 (ano de publicação da Resolução nº 5 do CONARQ) a 2022 por meio da publicação de Editais de Ciência de Eliminação de Documentos, DOU⁴⁷.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/editais-de-ciencia-de-eliminacao-de-documentos-publicados-no-d-o-u> Acesso em: 16 jun. 2022.

Gráfico 1 - Demonstrativo do quantitativo de IFES que publicaram editais de eliminação de documentos no período de 1996 a 2022



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observa-se que o primeiro registro de publicação de edital de LED só ocorre em 1999, e durante toda a década de 2000 se mantém pouco expressivo, tendo vários anos sem nenhuma publicação. No entanto, a década seguinte se demonstra promissora, de acordo com Farias (2021, p. 50) “Acredita-se que este aumento esteja relacionado com a publicação do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de arquivos relativos à atividade-fim das IFES, que ocorreu no ano de 2011”

Em 2020, apenas seis instituições publicaram sete editais, e apesar de o Decreto entrar em vigor, desde sua data de publicação, todas as LED foram autorizadas pela Direção-Geral do AN, pois tratava-se de orientações que estavam em andamento. Entre 2021 e 2022, sete universidades e dois institutos publicaram dez editais e um Termo de Eliminação de Documentos, porém, um instituto teve seu edital suspenso por conta da decisão da Decisão proferida pelo juízo da 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro na Ação Civil Pública nº 5006596-71.2022.4.02.5101/RJ, que determinou que sejam suspensas as eliminações de documentos públicos realizadas com base nos procedimentos do Decreto nº 10.148, de 2019, até ulterior decisão.

Em uma Nota pública a Comissão de Coordenação do SIGA, menciona que,

O Decreto 10.148/2019 ao redefinir a composição e atuação das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos – CPAD, também trouxe mais clareza sobre sua responsabilidade e seu papel na execução dos procedimentos de gestão de documentos.

Nesse sentido, há um aprimoramento normativo substancial e consideramos equivocado o requerimento de suspensão da eficácia do Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019 feito pelo Ministério Público Federal porque ele é um importante elemento normativo para a completa efetivação da política nacional de arquivos públicos na Administração Pública federal. (ARQUIVO NACIONAL, 2022)

Desde a publicação do referido Decreto, considera-se que a comunidade arquivística dividiu-se entre opiniões positivas e negativas a respeito das alterações relativas aos procedimentos de eliminação de documentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe ressaltar que, para alguns agentes públicos, à época da publicação do Decreto nº 10.148, de 2019, haveria a intenção de que as instituições tivessem mais autonomia para realizarem os procedimentos de eliminação. Com base nos dados apresentados fica evidente que, ainda, há muito trabalho a ser realizado no âmbito da gestão de documentos nas IFES, quiçá, em todo o Poder Executivo Federal. Sem a adoção de boas práticas em gestão de documentos por parte das instituições não há garantias de que a avaliação e eliminação de documentos se efetivem de modo seguro e eficaz.

Por outro lado, faz-se necessário que o SIGA seja mais atuante. Apenas a criação de normas não é suficiente para a uma efetiva implantação de programas de gestão de documentos, frutos da elaboração e implementação de políticas arquivísticas para o PEF.

Faz-se necessário um maior comprometimento para que não haja uma regressão no desenvolvimento da gestão de documentos no contexto brasileiro e que o Arquivo Nacional recupere seu lugar enquanto autoridade arquivística nacional. Que essa suspensão permita a reflexão sobre esses aspectos e que outras pesquisas possam ser desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal** [recurso eletrônico] / Arquivo Nacional – 2. ed., rev. e ampl. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 93 kb). – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019. – (Publicações Técnicas; 55).

_____. **Nota pública da Comissão de Coordenação do Sistema de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal**. Disponível em:

<<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/siga/informes/nota-publica-comissao-de-coordenacao-do-sistema-de-gestao-de-documentos-e-arquivos-da-administracao-publica-federal>> Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991**: Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. **Decreto nº 10.148, de 2 dezembro de 2019**. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências.

BROOKS, Philip Coolidge. Seleção de documentos para guarda permanente. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLVIII, p. 146-157, jan./dez. 2012.

FARIAS, Joice de Oliveira. **Instrumentos técnicos de gestão de documentos**: uma análise da adesão das Instituições Federais de Ensino superior (1996-2019). 2021. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

INDOLFO, Ana Celeste. Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documentos. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.6, 2012, p.13-37.

RHOADS, James B. **La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información**: um estudio del Ramp. Paris: Unesco, 1983.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Portugal: Lisboa, Dom Quixote, 1998.

PARTE IV

GESTÃO DE DOCUMENTOS, ARQUIVOS, ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NOS MUNICÍPIOS

O ACESSO À INFORMAÇÃO DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS PORTUGUESES EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19

Ana Margarida Dias da Silva (Universidade de Coimbra),
Nelson Vaquinhas (Universidade de Évora),
Diogo Vivas (Universidade de Coimbra),
Leonor Calvão Borges (Universidade de Coimbra)

1 INTRODUÇÃO

A mediação da informação em arquivos tem sofrido uma mudança de foco extremamente significativa, que se tem deslocado do documento para o utilizador, referindo Régimbeau que a mediação documental faz parte do “cadre systèmique de l’interaction entre informations, professionnels, techniques, usagers, service et savoirs” (RÉGIMBEAU, 2011). Essa alteração, potencia uma nova dinâmica na forma como a informação é comunicada e difundida, fazendo jus ao entendimento da comunicação como mediação no espaço social, e ainda à importância das mediações institucionais e respetivas estratégias de comunicação, às quais cabe mediar o discurso dos atores sociais no espaço público (LAMIZET; SILEM, 1997).

O consequente entendimento de que, na *internet* como nas redes sociais, o utilizador abandone o seu papel passivo e passe a prosumidor, ou seja, simultaneamente consumidor e produtor de conteúdos colaborando assim com a instituição em identificação de documentos e aposição de comentários (BORGES; SILVA, 2020) com benefícios mútuos para os dois, faz com que

qualquer instituição de memória renove a sua forma de disponibilização e acesso aos seus conteúdos, obrigando à definição de novas políticas nesse âmbito. Um dos resultados é o aumento da disponibilização de arquivos em formato digital, levando a que a informação, que antes estava apenas disponível a um grupo restrito de investigadores, passe agora a estar acessível a um grupo mais vasto (SAMOUELIAN, 2009), a que se juntam estratégias de promoção da participação, através de um conjunto de ferramentas e plataformas colaborativas, que permitem maior interação e novas oportunidades de promoção institucional.

Diversos autores apontam a utilização das ferramentas colaborativas da web 2.0 como uma forma de aumento do número de utilizadores e um mecanismo de valorização das coleções. Estas ferramentas vieram alterar o modo como a informação é disponibilizada ao público e a forma como o serviço é feito. Assim, e num tempo de confinamento imposto pela declaração do estado de emergência para fazer face à pandemia COVID-19, levando as instituições de memória a encerrar ao público, considerou-se pertinente averiguar de que forma os arquivos municipais portugueses com presença da rede social do Facebook conseguiram manter ou mesmo ampliar a comunicação através desta plataforma da web 2.0.

A rede social Facebook tinha, em dezembro de 2020, 6.990.000 utilizadores em Portugal no mês de março de 2020, o que significa que mais de metade da população portuguesa (68,9%) aderiu a esta rede social, da qual 51,6% era constituída por mulheres e a faixa etária entre os 25 e os 34 anos a mais representada (com 1.600.000 de utilizadores) (NAPOLEONCAT STATS, 2020).

Os arquivos municipais, sendo resultantes da atividade administrativa de um município, são também responsáveis pela aquisição, conservação e comunicação desse acervo. Essa responsabilidade pela comunicação é frisada na Norma Portuguesa 4041, ao estabelecer a ligação entre essa função e a de “difundir o conhecimento do seu acervo documental e promover a sua divulgação” (INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE, 2005). Gabriel, que analisa o desenvolvimento do conceito de comunicação da informação arquivística, refere também o potencial das redes sociais para a (nova) comunicação dos arquivos (GABRIEL, 2019).

Em Portugal, a investigação sobre os arquivos municipais e a mediação da informação no Facebook é ainda incipiente, destacando-se os trabalhos de Silva (2013; 2014a; 2014b), Silva e Alvim (2016) e, apenas para a Área Metropolitana de Lisboa, Gabriel (2019).

Os estudos sobre arquivos municipais na *internet* evidenciam uma fraca presença na WWW, com valores pouco acima de 40% (PENTEADO; HENRIQUES, 2008; SILVA, 2013; FREITAS; MARINHO, 2014; SILVA; ALVIM, 2016). Em 2013, Silva identificou apenas 11 (9,48%) dos 116 arquivos municipais com presença *on-line*, que disponibilizavam objetos digitais (SILVA, 2013).

Assim, este trabalho procura responder à seguinte pergunta de partida: que estratégia comunicativa foi usada pelos arquivos municipais portugueses detentores de página no Facebook, face ao confinamento imposto pelo estado de emergência devido à pandemia COVID-19?

2 METODOLOGIA

Para responder à pergunta de partida, recorreu-se a um estudo de caso exploratório de carácter qualitativo, com recolha de dados através da observação das páginas do Facebook,

Para o efeito, o trabalho dividiu-se em:

- a. pesquisa documental sobre a mediação e participação de cidadãos através das redes sociais;
- b. estudo de caso de carácter exploratório, através da observação das páginas de arquivos municipais com presença no Facebook, com página própria, excluindo aqueles que estão dentro da página da edilidade respetiva. Para responder à questão de partida, foram recolhidos dados das páginas dos arquivos municipais de Alenquer, Arcos de Valdevez, Cascais, Guimarães, Leiria, Lisboa, Loulé, Loures, Melgaço, Monção, Oliveira de Azeméis, Penafiel, Ponte de Lima, Torres Novas, Valongo, Santa Maria e Vila Real. Excluíram-se da pesquisa os municípios das regiões autónomas Madeira e Açores, porque estes arquivos se encontram maioritariamente custodiados nos arquivos regionais e não têm página do Facebook autónoma.

A recolha de dados foi feita mediante uma grelha pré-estabelecida de categorias de análise, em que foram classificadas as informações dos vários arquivos.

Foi estabelecido um modelo de categorias de análise temporal para recolher os dados que permitem refletir sobre a questão inicial proposta nesta investigação, em: número *gostos* da página do Facebook, número de publicações, atividades pré e pós COVID-19, ações pré e pós COVID-19, e análise das seguintes categorias durante o estado de emergência:

1. Criação de conteúdos em tempos de COVID-19,

2. Informações sobre o funcionamento do arquivo,
3. Difusão e promoção dos serviços *online* que o arquivo já possui,
4. Desafios/apelo à participação dos cidadãos,
5. Ofertas de boletins periódicos / *newsletters*,
6. Outros conteúdos.

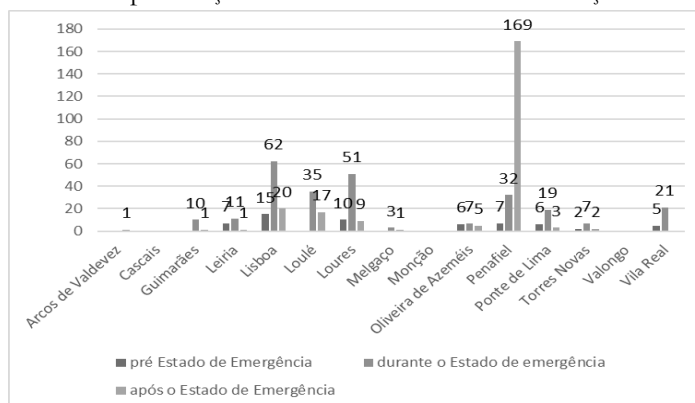
A pesquisa foi feita para o período de emergência nacional, ou seja, entre 18 de março e 2 de maio de 2020, fase de encerramento dos arquivos municipais. Para uma melhor compreensão da dinâmica dos arquivos municipais no Facebook optou-se por analisar igualmente um período anterior de 15 dias (entre 2 e 17 de março) e um período posterior de 15 dias (entre 3 e 17 de maio), cronologia que abarca o período anterior à pandemia e o estado de calamidade e a abertura/reabertura ao público.

Uma vez preenchida a grelha de todos os arquivos municipais, procedeu-se à sua análise quantitativa por categoria, data de publicação e periodicidade.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

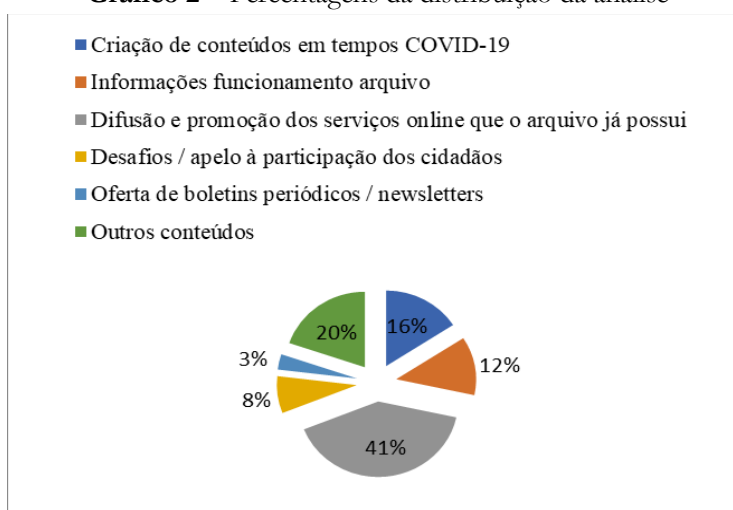
São 17 os arquivos municipais portugueses, que têm presença no Facebook, nomeadamente Arcos de Valdevez, Cascais, Guimarães, Leiria, Lisboa, Loulé, Loures, Mangualde, Melgaço, Mogadouro, Monção, Oliveira de Azeméis, Penafiel, Ponte de Lima, Torres Novas, Valongo e Vila Real. Em termos de distribuição geográfica, não há uma divisão uniforme pelo país, liderando o distrito de Viana do Castelo, com 4 arquivos, seguido do distrito de Lisboa, com 3 arquivos e Porto com 2 arquivos.

O gráfico 1 ilustra a comunicação feita pelos arquivos municipais no Facebook antes, durante e após a declaração do período de emergência. Verifica-se que seis arquivos conseguiram fazê-lo de uma forma expressiva (Lisboa, Loulé, Loures, Penafiel, Ponto de Lima e Vila Real), sendo, de uma forma geral, bastante proativos durante o encerramento, aumentando o número de publicações.

Gráfico 1 – Número de publicações no Facebook entre 2 de março e 17 de maio de 2020

Fonte: Elaboração própria.

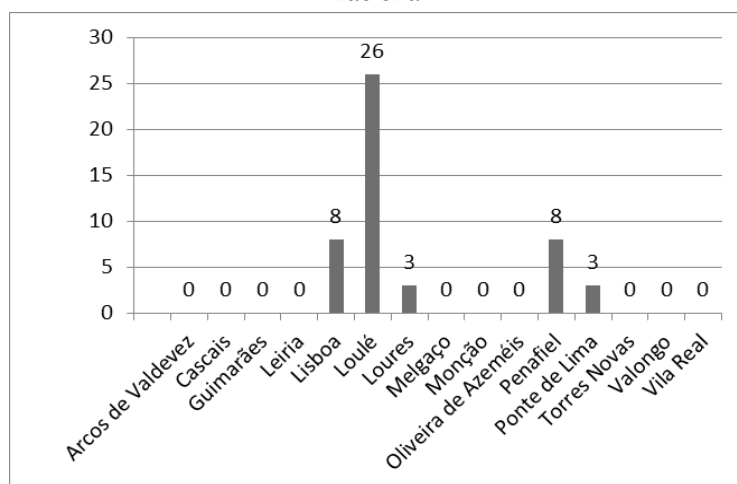
As razões da fraca difusão de conteúdos nesta rede social podem ser das mais diversas, mas não são exploradas neste trabalho, desde a falta de recursos humanos em geral, de técnicos especializados na gestão das redes sociais, a falta de um plano de social *media marketing*, entre outras. Se a falta de recursos humanos e materiais (GABRIEL, 2019) é, seguramente, uma das explicações tanto para a fraca participação, como para a irregularidade de publicações, casos há que superam essas desvantagens (gráfico 2). Outro dos motivos poderá ter-se prendido com o facto de esses arquivos se terem focado, no período em causa, em outras prioridades como o registo e o encaminhamento de documentação, nos designados serviços de Expediente, de forma a assegurarem a continuidade do funcionamento das câmaras municipais.

Gráfico 2 – Percentagens da distribuição da análise

Fonte: Elaboração própria.

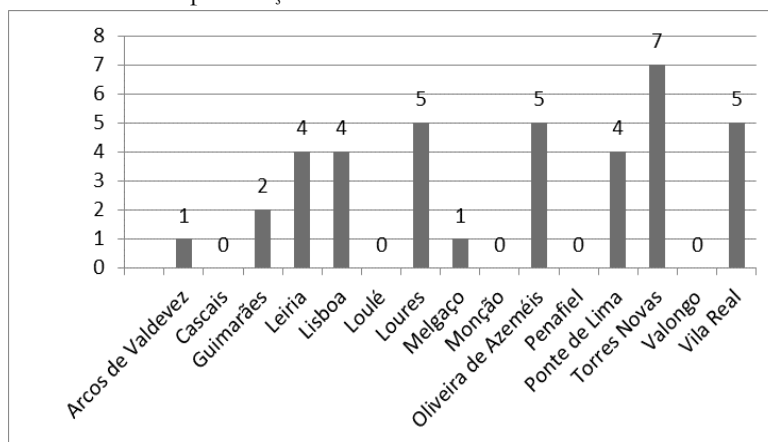
O gráfico 3 reflete o número de publicações efetuadas durante o período de emergência nacional. É visível a ausência de conteúdos na maior parte das páginas, em que apenas cinco dos arquivos municipais disponibilizaram informações aos internautas: Lisboa, Loulé, Loures, Penafiel e Ponte de Lima.

Gráfico 3 - Número de publicações no Facebook durante o período de emergência nacional



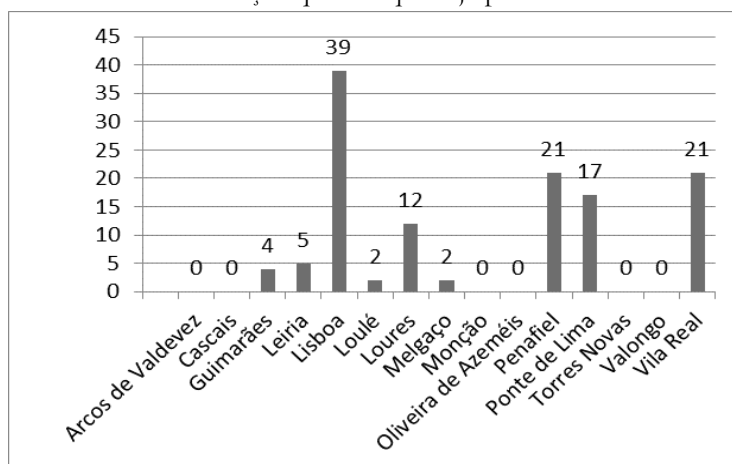
Fonte: Elaboração própria.

Durante o período de emergência, foi notória a necessidade de uma grande parte dos arquivos divulgarem informações sobre o seu funcionamento (gráfico 4): encerramento de instalações, suspensão de atividades, alternativas ao atendimento presencial e alterações de procedimentos adequados às orientações da Direção Geral da Saúde, entre outras informações.

Gráfico 4 – Número de publicações no Facebook sobre o funcionamento do arquivo

Fonte: Elaboração própria.

Algumas das páginas analisadas demonstraram que os arquivos deram continuidade aos serviços prestados aos utilizadores (gráfico 5). Neste sentido, publicaram conteúdos de difusão e promoção desses mesmos serviços já existentes antes do período de emergência.

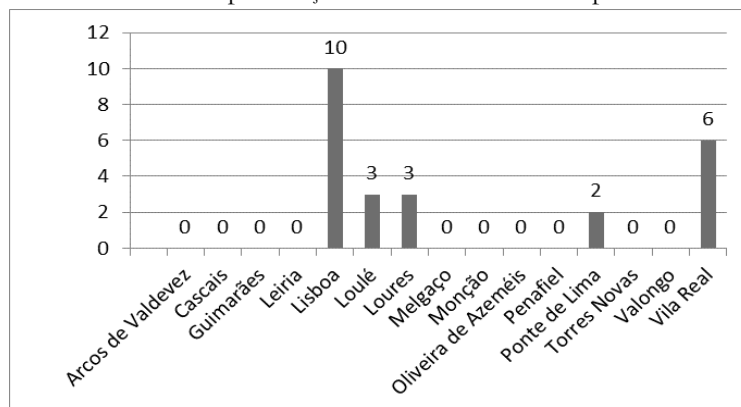
Gráfico 5 - Número de publicações no Facebook sobre difusão e promoção de serviços que o arquivo já possui

Fonte: Elaboração própria.

Uma das preocupações reveladas por alguns arquivos municipais nas suas páginas foi o de envolver os internautas em atividades de caráter colaborativo como ilustra o gráfico 6. Apelou-se à participação dos cidadãos, nomeadamente em alguns desafios. Em alguns casos, a criação destas sinergias poderá ter surtido *inputs* relevantes para os arquivos.

Pretendeu-se, desta forma, manter a ligação com os seus utilizadores, dentro da missão de salvaguarda e divulgação do espólio documental. Os arquivos de Lisboa, Loulé, Ponte de Lima e Vila Real são exemplos disso.

Gráfico 6 - Número de publicações no Facebook com apelos colaborativos



Fonte: Elaboração própria.

Para além dos conteúdos relacionados diretamente com a doença COVID-19 e de outros enunciados nos gráficos anteriores, os arquivos municipais publicaram outras informações, algumas destas partilhadas de outras páginas de Facebook. O Arquivo Municipal de Loures destaca-se neste âmbito (42 publicações para apenas 6 de Loulé, 5 de Leiria, 3 de Vila Real e 2 de Oliveira de Azeméis e Ponte de Lima. Os restantes arquivos não fizeram qualquer publicação desse género.

Embalados pela proatividade durante o período de encerramento, os arquivos de Lisboa, Loulé, Loures, Penafiel e Ponte de Lima continuaram com um ritmo regular de publicações entre 2 e 17 de maio de 2020.

Numa apreciação qualitativa global, pode dizer-se que os arquivos municipais participaram na partilha de conteúdos das edilidades respetivas, do governo e da Direção Geral da Saúde sobre o coronavírus. A utilização de *hashtags* #FiqueEmCasa #SomosTodosResponsáveis, #Proteja-se, #ProtejaOsOutros!, #UmconselhodaDGS #COVID19, #UmconselhodaDGS demonstra que os arquivos municipais procuraram ser influenciadores no mundo digital.

Ainda em termos gerais, podemos referir que existem claramente duas estratégias díspares dos arquivos municipais no Facebook: com maior ou menor consistência, alguns arquivos têm uma política e periodicidade de publicações não despidiendas, enquanto outros mantêm uma presença muito irregular e sem qualquer tipo perceptível de frequência. Por exemplo, os arquivos de Melgaço (com presença incipiente) e os de Arcos de Valdevez,

Cascais, Monção e Valongo (este último sem qualquer publicação no período em análise, mas com uma popularidade (inexplicável) de 6329 gostos.

Passados sete anos e em meses excecionais nunca vividos, os mesmos arquivos adotaram estratégias diferentes, nenhuma de aproximação aos internautas, nenhuma com preocupação de recolha de memórias locais sobre a COVID-19, em linha com a falta de diretivas nacionais nesse sentido, mas afastados da declaração do ICA e das preocupações da UNESCO.

Na verdade, só os arquivos municipais de Lisboa, Loulé e Penafiel mostraram estar imbuídos do espírito da *web 2.0*, numa filosofia de abertura e apelo aos utilizadores para colaborar e partilhar conteúdos em rede. Ao valorizar a contribuição “amadora”, os arquivos municipais possibilitam a reutilização de dados e promovem a salvaguarda da memória coletiva, ao mesmo tempo que se aproximam dos cidadãos.

Ao nível da partilha de conteúdos, os arquivos municipais aproveitaram a situação de pandemia para partilhar documentos e informação sobre outros surtos epidémicos e pandémicos do passado, com referências, por exemplo, à febre tifoide, à tuberculose ou à varíola. As datas comemorativas do 25 de abril, 1.º de maio, Dia Internacional dos Arquivos, Dia da Mulher, Páscoa e dias municipais são aproveitados para divulgação de documentos dos arquivos, sobretudo fotografias.

A abertura dos arquivos ao mundo digital não só valoriza os seus fundos como também sinaliza os arquivos municipais como centros de cultura e património, de salvaguarda de direitos e garantias dos cidadãos e de instituições com preocupações sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados sete anos do primeiro estudo sobre os arquivos municipais na *web*, podemos referir que, apesar do órgão da tutela apostar na comunicação dos arquivos, Portugal continua a não dispor de orientações sobre a comunicabilidade dos arquivos nas redes sociais e estratégias de *social media marketing*, e que globalmente, o Facebook não é visto pelos arquivos municipais como uma nova forma de cativar públicos. De facto, apenas 5,52% (17) do total dos 308 arquivos municipais tem presença no Facebook e, desta percentagem, considera-se que apenas 8 fazem uma utilização regular de publicações.

Os arquivos municipais de Lisboa, Loulé, Penafiel surgem em destaque com uma definição pensada de difusão de conteúdos e a criação de novos conteúdos, mostrando ter sabido adaptar-se ao confinamento e aproveitando as potencialidades do Facebook.

Recomenda-se, assim, que os arquivos municipais aproveitem e apostem nas vantagens que as redes sociais têm para divulgação de conteúdos, alinhando-se com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Conclui-se, ainda, que a fraca presença de arquivos municipais portugueses no Facebook não permite uma conclusão generalizada e assertiva sobre a sua ação durante o período de emergência fora desta rede social.

REFERÊNCIAS

BORGES, Leonor Calvão; SILVA, Ana Margarida Dias da. Crowdsourcing: An intelligent and creative way for information access. *In: INTERNATIONAL MULTIDISCIPLINARY CONGRESS*, 5, 2019, Paris. **Intelligence, Creativity and Fantasy**: Atas. Leiden: CRC Press; Balkema, 2020. p. 545-549. DOI: 10.1201/9780429297755-91

FREITAS, Cristiana; MARINHO, Vítor. Arquivos Municipais: nótulas ao 4º inquérito nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 11, 2014, Esposende. *Arquivística e Competitividade na Administração Local: ferramentas inovadoras para a gestão da informação. Atas*. Disponível em: <<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1064/1153>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

GABRIEL, Gisela Garcia. **A comunicação nos arquivos municipais: Área Metropolitana de Lisboa**. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE. NP 4041:2005. Informação e documentação. *In: Terminologia arquivística: conceitos básicos*. Lisboa: IPQ, 2005. p. 3-29.

LAMIZET, Bernard; SILEM, Ahmed. (Org.). **Dictionnaire Encyclopédique des Sciences de l'Information et de la Communication**. Paris: Ellipes, 1997.

NAPOLEONCAT.STATS. 2019. Disponível em: <<https://napoleoncat.com/stats/>> Acesso em: 6. jun. 2022.

PENTEADO, Pedro; HENRIQUES, Cecília. A DGARQ na rota da qualificação dos Arquivos Municipais. In: IX ENCONTRO NACIONAL E ARQUIVOS MUNICIPAIS, 9, 2008, Évora. *Novos Desafios da Gestão Documental. Atas*. Disponível em: <<http://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/149>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

RÉGIMBEAU, Gérard. Médiation. *In: GARDIÈS, Cécile. (Org.). Approche de l'information-documentation: Concepts fondateurs*. Paris: Cepaduès-Editions, 2001. p. 75-114.

SAMOUELIAN, Mary. Embracing Web 2.0: Archives and the Newest Generation of Web Applications. **The American Archivist**, Chicago, v. 72, n. 1, p. 42-71, 2009. Disponível em: <<http://archivists.metapress.com/content/k73112x7n0773111/fulltext.pdf>>.

Acesso em: 19. jan. 2021.

SILVA, Ana Margarida Dias da. **O uso da Internet e da Web 2.0 na difusão e acesso à informação arquivística: o caso dos arquivos municipais portugueses**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/12014>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SILVA, Ana Margarida Dias da. Arquivos municipais portugueses na Web: realidade virtual? **Páginas a&b**, Porto, série 3, n. 1, p. 72-90, 2014a. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasab/article/view/571/571>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SILVA, Ana Margarida Dias da. Arquivos municipais portugueses no Facebook: “Gosto!”. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 1, p. 103-114, 2014b. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/1049/pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SILVA, Ana Margarida Dias da.; ALVIM, Luísa. Acesso global à informação local: Arquivos Municipais portugueses no Facebook. In: ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 12, 2016, Castelo Branco. Arquivos Municipais: o que há de novo? **Atas**. Disponível em: <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1568>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

ARQUIVISTAS MISSIONÁRIOS: PARCERIA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO COM PROGRAMAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIOS EM ARQUIVOLOGIA COMO ESTRATÉGIA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS NOS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA

Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves (Dataprev S.A.),
Ana Cláudia Cruz Cordula (Universidade Federal da Paraíba),
Eliete Correia dos Santos (Universidade Estadual da Paraíba),
Gabriela Almeida Garcia (Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

A expressão “arquivistas missionários” foi inspirada na fala de Nilza Teixeira Soares, em entrevista concedida à Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP) em alusão ao Dia do Arquivista celebrado em 20/10/2020, ao destacar na minutagem de 8:44 a 10:36 que:

Não se pode falar em arquivo sem invocar a França. A França foi o primeiro país que fundou o seu Arquivo Nacional, isso lá na Revolução Francesa em 1789 e depois a França vem liderando as iniciativas, as dinâmicas e a prática dos arquivos com muita ênfase. Eu encontrei

inclusive um decreto de 1936 onde já coloca como função de um determinado órgão que estava sendo criado algo muito importante como o controle dos arquivos em formação. Imagine que em 1936 a França já estava preocupada com o controle da produção documental dos órgãos. Interessante que esse decreto de 36 não surtiu o efeito que eles esperavam. Então, alguns anos depois, já em 52 baixaram um novo decreto e instituíram a figura do arquivista missionário - um arquivista que ficava em missão permanente dentro dos ministérios para cuidar da documentação, providenciar os descartes convenientes próprios e depois a transferência para os arquivos intermediários até chegar ao Arquivo Nacional (arquivo permanente).

A escolha do tema foi motivada pela inquietação dos autores com a inexistência de arquivos públicos institucionalizados nos municípios brasileiros e pela preocupação com o legado deixado por políticas públicas descontinuadas, visando contribuir para seu reaproveitamento na formulação de novas políticas públicas, como o extinto Programa Nacional de Gestão Pública (GESPÚBLICA) e o Plano Setorial de Arquivos, do extinto Colegiado Setorial de Arquivos no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPQ).

Ao eleger a Região Metropolitana de João Pessoa para realizar a análise situacional das políticas arquivísticas no âmbito municipal, o presente trabalho aborda o papel de atores sociais como membros da comunidade arquivística paraibana formada pelo corpo docente, pelo corpo discente e pelos egressos dos cursos de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pelos profissionais de arquivo congregados pela Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB), entidade que cumpre sua função social e política por meio da representação no Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate à Corrupção de João Pessoa (CMTPCC-JP) e no Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro (FEDPCB-PB).

O Gespública forneceu um Instrumento para Avaliação da Gestão Pública composto por critérios e requisitos, assim como um sistema de pontuação capaz de criar um ranqueamento entre as instituições públicas que se submetiam à autoavaliação ou apresentavam Relatórios de Gestão para candidatura ao Prêmio Nacional de Gestão Pública. Inspirado no Gespública, o projeto Arquivistas Missionários pretende criar um instrumento para avaliação das políticas arquivísticas e aplicá-lo no âmbito municipal por meio do Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), instituído pela Lei de Acesso à Informação (LAI).

Com as dimensões de ensino, pesquisa e extensão, aliadas ao associativismo arquivístico, o projeto prevê a parceria entre os cursos de Arquivologia das duas universidades públicas do estado da Paraíba e a AAPB. Entendendo-se a relevância do associativismo de arquivistas na luta pelos arquivos, pelos arquivistas e pela Arquivologia, e respeitando o legado que o movimento associativo de arquivistas vem deixando para a Arquivologia brasileira desde a criação da Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, as atuais associações arquivísticas dão uma notável contribuição para a formação da comunidade arquivística brasileira por meio da promoção das 17 (dezessete) edições do Congresso Brasileiro de Arquivologia, da publicação do primeiro periódico científico da área, Revista Arquivo & Administração, das moções para a criação do curso superior de Arquivologia e da luta em defesa da regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo.

Desde a implantação do curso permanente de arquivo ofertado inicialmente pelo Arquivo Nacional e posteriormente transferido para a antiga Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (Fefierj), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) na década de 1970 até os cursos de graduação em Arquivologia mais recentes, impulsionados pela Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) nos anos 2000, a Arquivologia brasileira vem se desenvolvendo no ensino, pesquisa e extensão.

Nessa expansão, o curso de Arquivologia está presente em todas as regiões do país, mas, para fins deste trabalho propõe-se como recorte os cursos de Arquivologia da UEPB e UFPB.

2 ASSOCIATIVISMO DE ARQUIVISTAS

O movimento associativo de arquivistas ~~que~~ completou 50 anos de luta no ano de 2021 a contar da criação da AAB em 20/10/1971 e vem cumprindo função social e política importante diante dos atuais cenários de transformação digital e ameaça à preservação do patrimônio arquivístico documental no contexto cultural, em especial na administração pública municipal

Com a missão de buscar novos locais e oportunidades de trabalho para atuação dos profissionais de arquivo, as associações de arquivistas e de arquivologia têm firmado parcerias com as coordenações de curso de Arquivologia tanto para promoção de cursos de capacitação continuada que complementam a formação dos profissionais de arquivo, como para desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão com vistas a ampliar a visibilidade profissional.

O associativismo arquivístico é um dos atores que, ao lado da graduação em Arquivologia, do mercado de trabalho nas instituições e serviços de arquivo e dos profissionais de arquivo, exerce papel relevante na representação da sociedade civil junto ao poder público na busca por implementação das políticas públicas arquivísticas.

2.1 Comunidade arquivística paraibana

A AAPB foi criada no dia 19/11/2013, mas o associativismo arquivístico já encontrara espaço em solo paraibano na década de 1990 por meio do Núcleo Regional da AAB quando este promoveu o Encontro Nacional de Arquivos Privados e o XII Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA). Em 1998, a cidade de João Pessoa foi a capital da Arquivologia com o XII CBA abordando o tema “Os desafios da Arquivologia rumo ao terceiro milênio” (BOTTINO, 2014, p. 164). Em 2018, João Pessoa sediou o VIII Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) promovido pelo Fórum Nacional de Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq) e realizado pela AAPB sobre o tema “Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para a arquivologia”.

Durante o VIII CNA foram enfatizadas questões do ambiente tecnológico em relação à administração, disseminação e preservação de documentos, o perfil do profissional de arquivo e os trabalhos ali apresentados, abordavam os seguintes eixos temáticos: “Epistemologia arquivística e interdisciplinaridade; Gestão arquivística e gestão do documento arquivístico; Representação arquivística, acesso e acessibilidade; Documento e repositórios digitais; Política arquivística e diversidade; Ética e responsabilidade social; Patrimônio e memória; Associativismo e visibilidade profissional”.

No XII CBA, dentre as 21 recomendações aprovadas, vale destacar as seguintes: (2) “integrar os serviços arquivísticos públicos e privados e a universidade no desenvolvimento de pesquisa e atividades de extensão”; (15) “institucionalizar os arquivos públicos municipais”; (16) “ampliar os mecanismos políticos e científicos que garantam a preservação do patrimônio documental arquivístico”, (19) “desenvolver estratégias que ampliem o acesso da sociedade brasileira à informação e às instituições arquivísticas”, (20) “ampliar os debates sobre o caráter político-estratégico da informação arquivística junto ao governo, no âmbito da Reforma do Estado em relação aos candidatos a postos no Executivo e Legislativo”.

Tanto os eixos temáticos do VIII CNA como as recomendações do XII CBA se alinham perfeitamente com algumas das finalidades da AAPB, tais como: “II - contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional,

técnico e científico das pessoas com título de Arquivistas, dos Arquivos e da Arquivologia”; “TV - cooperar com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, na solução de problemas relacionados aos/às Arquivistas, aos Arquivos e à Arquivologia”; “VIII - estimular a pesquisa no campo da Arquivologia, em todos os níveis”; “XIII- colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, o Conselho Nacional de Arquivos, demais associações ou conselho que disponham sobre políticas de arquivo, no desenvolvimento de tais políticas”; além de “XIV - desenvolver e divulgar projetos culturais, bem como informações de interesse das pessoas associadas”. (ESTATUTO DA AAPB, 2022, p. 1). A atua em parceria com as coordenações dos cursos de Arquivologia da UEPB e da UFPB desde a sua primeira gestão 2013-2015, sendo manifestada por meio de promoção de eventos, em especial, em alusão à Semana Nacional de Arquivos (SNA). Em novembro de 2021, tal parceria promoveu o II Fórum Paraibano de Arquivologia em resgate do evento, já que a primeira edição havia ocorrido em outubro de 2007 sob a organização da Coordenação do Curso de Arquivologia da UEPB e do Centro Acadêmico de Arquivologia da UEPB (CAARQUEPB).

Arquivistas Missionários é um projeto que surge como mais um fruto da parceria da AAPB com os cursos de Arquivologia da UEPB e UFPB.

3 UNIVERSIDADES DA PARAÍBA: DESBRAVANDO A ARQUIVOLOGIA

No Brasil os cursos de graduação em arquivologia emergiram na década de 1970, somando atualmente 16 cursos presenciais vinculados a universidades públicas de ensino superior federal e estadual e um curso em universidade particular no formato de ensino à distância, perfazendo um total de 17 cursos. Tanus e Araújo (2013) destacam que a criação dos cursos de ensino em Arquivologia ancora-se no Arquivo Nacional, sendo ele o instrumento de luta por essa realidade em detrimento das necessidades institucionais, para capacitar a sua mão de obra, favorecendo outras instituições arquivísticas com a formação desses profissionais. Atualmente, o ensino da Arquivologia está presente em todas as cinco regiões do Brasil. É fato que encontra-se em um cenário bem diferente, se comparado ao momento de criação do primeiro curso.

Na região nordeste, no ano de 1998, foi criado o primeiro curso de Arquivologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), seguido dos cursos da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no ano de 2006 e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2008, este último, amparado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril, conhecido como REUNI (Programa de Apoio

a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) que destinou verbas para criação de muitos cursos superiores no Brasil. Destacados os três cursos de graduação como pilares da arquivologia no Nordeste, para este estudo, transitaremos entre os das universidades da Paraíba como veremos a seguir.

3.1 Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba: contexto histórico

O Curso de Bacharelado em Arquivologia (CBA) da UEPB foi criado pela RESOLUÇÃO/UEPB/CONSUNI/010/2006, em 25 de março de 2006. Desde a sua fundação, em 29 de agosto de 2006, o Curso de Arquivologia da UEPB, voltado para o ensino, a pesquisa e a extensão, vem desempenhando importante papel de comprometimento e seriedade com o desenvolvimento cognitivo e profissional dos estudantes.

O curso de Arquivologia, pressuposto do gerenciamento da informação documental e eletrônica como recurso essencial para o desenvolvimento científico, tecnológico e social, busca fundamentar-se nas diretrizes curriculares do Conselho Federal de Educação e da Resolução/UEPB/CONSEPE/13/2005. Em 2017, a matriz curricular do curso de graduação em Arquivologia passou por uma reformulação atendendo às expectativas do cenário atual e reforçando a interdisciplinaridade específica da área.

O curso de Arquivologia da UEPB surgiu com a missão de aumentar a oferta de profissionais habilitados para o exercício da profissão de arquivista, além de favorecer o debate sobre as políticas públicas de informação e seu entrecruzamento com as políticas públicas de cultura e de ciência e tecnologia na Paraíba e na Região Nordeste.

Desde a sua criação, o curso apresentou o desejo de seu corpo docente e discente de ofertar um programa de pós-graduação na área da Arquivologia, visando ampliar a produção de conhecimento científico em Arquivologia.

3.2 Arquivologia na Universidade Federal da Paraíba: contexto histórico

O curso de Bacharelado em Arquivologia da UFPB foi criado no ano de 2008, por meio da Resolução CONSEPE n.º 41/2008, tendo o seu Projeto Pedagógico aprovado pela Resolução CONSEPE n.º 42/2008. Desde então, o curso vem contribuindo para a formação de arquivistas com vistas a atuarem na elaboração de projetos, planejamento e implantação de sistemas arquivísticos e no gerenciamento de serviços arquivísticos.

Com sede no Campus I, o Curso de Graduação em Arquivologia da UFPB foi criado em 2008 e está vinculado ao Departamento de Ciências da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas na UFPB. O curso funciona no turno da noite e tem duração mínima de dez períodos letivos, integralizados em 2.760 horas. Atualmente está sob a coordenação da professora Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula e vice coordenação da professora Me. Alba Lígia de Almeida Silva que, junto ao Núcleo Docente do Curso têm se debruçado na mudança do Projeto Pedagógico, que se encontra em andamento.

O referido curso abrange conteúdos teóricos e práticos contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades, dentre elas: Aptidão para criar, desenvolver e utilizar técnicas de coleta, tratamento, recuperação e disseminação da informação arquivística; Desenvolvimentos de conhecimentos para gerenciar unidades de arquivos, recursos, serviços e sistemas de documentação e informação; Conhecimento e uso de tecnologias de informação e de comunicação, visando o desenvolvimento das práticas arquivísticas no ambiente digital; Conhecimentos técnicos que viabilizem a elaboração de políticas de preservação, acesso e uso da informação; Conhecimentos técnicos sobre preservação, conservação e restauração de documentos.

No decorrer do curso, para além do ensino, são trabalhadas com os alunos, as questões que envolvem a implementação de atividades como a pesquisa e a extensão, e que facilitarão o desenvolvimento de aspectos comunicacionais dos discentes, o fortalecimento da segurança e o aprimoramento da desenvoltura nas comunicações verbais e escritas, despertando o espírito de liderança, bem como, a atuação respaldada nos aspectos éticos do profissional no decorrer das práticas arquivísticas e nas relações interpessoais.

No seu escopo, o curso de arquivologia da UFPB busca produzir e divulgar conhecimento científico-tecnológico no campo arquivístico, formar arquivistas para atuação específica junto às instituições arquivísticas, além de contribuir na construção de alternativas de organização de arquivos que permitam o desenvolvimento da área arquivística, com a rapidez e a qualidade exigida pela dinâmica social em que os arquivos se inserem; estimulando ações articuladas de ensino, de pesquisa e extensão, voltadas para demandas da área da arquivística. (PPP, 2008).

Atualmente, o curso conta com quatro projetos de Monitoria, dois projetos de pesquisa e oito projetos de extensão envolvendo professores do curso de arquivologia, discentes e profissionais arquivistas da UFPB. Essa

estrutura tem formado uma verdadeira rede arquivística de conhecimento teórico e prático.

Destaca-se que o projeto pedagógico se encontra em processo de reformulação com vistas à modificação da grade curricular, bem como, com a implementação da curricularização da extensão ancorando-se na Resolução de nº 7, do Ministério de Educação, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024 e dá outras providências.

3.3 O tripé do Ensino Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão na Arquivologia Paraibana

A cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, é a única capital brasileira contemplada com dois cursos de graduação em Arquivologia, sendo o primeiro criado em 2006, na UEPB e o segundo em 2008, na UFPB. O fato de ter dois cursos de Arquivologia na capital paraibana atuando no tripé ensino, pesquisa e extensão influencia a sociedade para além da capital, por meio da presença de seus alunos na ocupação de vagas em estágios pela ampla participação de seus egressos em concursos públicos para arquivistas e técnicos de arquivo como no mercado de trabalho privado, tanto na Paraíba como nos diversos estados brasileiros.

O tripé ensino, pesquisa e extensão em Arquivologia na Paraíba fortalece o movimento associativo de arquivistas no estado e é fortalecido por ele, a partir do momento em que se nasce a parceria da AAPB com as coordenações dos cursos de Arquivologia da UEPB e da UFPB. Na dimensão ensino, tal parceria é evidenciada tanto por meio da atuação de professores das duas universidades nos cargos de diretoria e conselhos da AAPB, como pela participação de representantes da AAPB em semanas de acolhida de calouros e em sala de aula a convite dos professores. A perspectiva pesquisa pode ser observada pela colaboração dos professores das duas universidades nas comissões científicas tanto do VIII Congresso Nacional de Arquivologia realizado pela AAPB em João Pessoa em 2018, como do II Fórum Paraibano de Arquivologia, promovido pela parceria entre AAPB, UEPB e UFPB em 2021, além da publicação dos anais e de artigos oriundos dos eventos promovidos pela parceria nos periódicos científicos das duas universidades. No campo da extensão, a parceria é manifestada pela atuação da AAPB na busca de vagas para estágios e pelo Projeto de Oficinas online e gratuitas denominado Sempre às Sextas.

O projeto Arquivistas Missionários reforçará a parceria no tripé ensino, pesquisa e extensão, envolvendo o corpo docente e o corpo discente dos cursos paraibanos de Arquivologia e a AAPB, no debate e na luta em defesa pela criação e implementação de políticas públicas arquivísticas no âmbito municipal tanto na capital como nos municípios do interior do estado da Paraíba.

4 PROJETO ARQUIVISTAS MISSIONÁRIOS

Para criar e aplicar um instrumento de avaliação da governança arquivística no âmbito do poder público municipal, o projeto Arquivistas Missionários fundamenta-se em duas políticas públicas descontinuadas: o Instrumento de Avaliação da Gestão Pública (IAGP) instituído pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), criado pelo Decreto nº 5.378/2005 e extinto pelo Decreto nº 9.094/2017 e o Plano Setorial de Arquivos elaborado pelo Colegiado Setorial de Arquivos no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) que foi criado pelo Decreto Nº 5.520, de 24 de agosto de 2005 e extinto pelo Decreto Nº 9.891, de 27 de junho de 2019..

4.1 Instrumento de Avaliação da Gestão Pública

O Instrumento para a Avaliação da Gestão Pública (IAGP) é um dos legados deixados pelo Gespública como resultado da introdução da Teoria da Qualidade na gestão pública brasileira na década de 1990. O Gespública é resultado do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), que foi substituído pelo Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública (QPAP) sucedido pelo Programa da Qualidade no Serviço Público (PQSP) e fundido com o Programa Nacional de Desburocratização. O referido programa caracterizou-se como política essencialmente pública, focada em resultados e em âmbito federativo, garantindo a participação por adesão e disseminação da qualidade por pessoas voluntárias.

O IAGP é baseado no Modelo de Excelência em Gestão Pública que respeita os princípios constitucionais de: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; e os fundamentos da Teoria da Qualidade.

4.2. Plano Setorial de Arquivos

O Plano Setorial de Arquivos (PSA) foi elaborado pelo extinto Colegiado Setorial de Arquivos (CSA) no CNPC, a partir do grupo composto por representantes do poder público e da sociedade civil eleitos no processo eleitoral realizado em 2012, conforme nomeação pela Portaria nº 35 de 23 de

abril de 2013, submetido à consulta pública e consolidado pelos representantes nomeados pela Portaria n. 40, de 6 de maio de 2016.

Sobre o Colegiado Setorial de Arquivos, o PSA menciona que:

A partir de sua criação, o Estado reconhece que os arquivos estão diretamente associados à questão cultural e devem ser tratados pelas políticas públicas como equipamentos culturais e espaços promotores de cidadania. (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL, 2018, p. 10-11)

O Plano Setorial de Arquivos (PSA) estruturado em eixos, objetivos, estratégias, ações e metas, propôs a integração entre o Sistema Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Arquivos que tem como órgão central o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), criado pela Lei nº 8159/1991 com a missão de definir a política nacional de arquivos.

Segundo José Maria Jardim (2006, p. 8), “uma política pública é necessariamente um processo dinâmico sujeito a alterações diversas”. Nesse contexto, é possível considerar a descontinuidade de uma política pública como uma das alterações diversas e o aproveitamento dos resultados produzidos por ela como sendo parte deste processo. Diante do exposto, a questão imposta é: Como as políticas públicas arquivísticas podem ser avaliadas, à luz da Teoria da Qualidade, na administração pública municipal da Região Metropolitana de João Pessoa, na Paraíba?

4.3. Instrumento de Avaliação da Governança Arquivística

De fato, a Teoria da Qualidade oferece método, modelo e critérios para avaliação da gestão pública. Nesse sentido, a hipótese desta proposta de pesquisa considera que a adequação do Instrumento para Avaliação da Gestão Pública, a partir da conexão entre políticas públicas de arquivo, políticas informacionais e políticas culturais, poderá configurar um instrumento a serviço da gestão pública municipal, favorecendo o processo de formulação e implementação de políticas públicas.

A relevância social, científica e informacional desta proposta de pesquisa encontra-se na intenção de contribuir de forma significativa para a adaptação e aplicação de um instrumento capaz de avaliar políticas públicas arquivísticas à luz da Teoria da Qualidade, no âmbito da administração pública municipal, observando e aferindo pontuação de acordo com a existência ou ausência de práticas e padrões em conformidade com os requisitos a serem propostos, considerando a definição de Silva (2007):

As políticas públicas são conjuntos de ações (e de omissões) conduzidas de forma planejada e coordenada,

muitas vezes submetidas a acompanhamentos e avaliações sistemáticas e visam modificar ou manter a realidade nas diferentes áreas da vida social. (SILVA 2007, p. 18)

Destarte, o objetivo geral da proposta do projeto consiste em: avaliar a gestão pública municipal dos municípios que constituem a Região Metropolitana de João Pessoa, com ênfase na identificação de existência ou ausência de políticas, programas, processos, atividades, práticas, padrões, profissionais, instalações físicas, infraestrutura tecnológica e instrumentos de gestão arquivística de documentos e de arquivos no contexto do cumprimento da legislação arquivística brasileira. Para atender ao objetivo geral, temos como objetivos específicos: Analisar a produção científica sobre políticas públicas arquivísticas no âmbito municipal considerando sua inter-relação com políticas de informação e políticas culturais; Adequar o Instrumento para Avaliação da Gestão Pública decorrente do Modelo de Excelência em Gestão Pública às políticas públicas arquivísticas; assim como avaliar a gestão pública municipal da Região Metropolitana de João Pessoa por meio do Instrumento para Avaliação da Gestão Pública adequado às políticas públicas arquivísticas.

A pesquisa contribuirá também para mobilizar a comunidade arquivística e a sociedade em geral para reivindicar políticas públicas arquivísticas que possam garantir o direito de acesso à informação, a transparência pública, o combate à corrupção, a proteção à privacidade e a preservação da memória e do patrimônio documental arquivístico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao oferecer aos gestores públicos municipais um relatório que apresente o resultado de pesquisa realizada por meio do e-SIC e, portanto, com informações obtidas em conformidade com a LAI, ficará evidente o cumprimento ou o descumprimento da legislação arquivística brasileira. Consequentemente, serão fornecidos subsídios à tomada de decisão para a criação e implementação de políticas públicas que promovam a transparência pública, o acesso à informação, a gestão de documentos e a preservação do patrimônio arquivístico.

O mercado de trabalho para os(as) arquivistas formados nas universidades paraibanas poderão ser observados mediante a identificação de vagas para arquivistas nas prefeituras municipais da Região Metropolitana de João Pessoa inicialmente, e, por meio da replicação do modelo poderá obter dados em todas as prefeituras do estado da Paraíba, bem como dos demais estados brasileiros.

A parceria entre as universidades e associativismo fortalecerá as relações entre professores, alunos e profissionais dos arquivos, além de ampliar a visibilidade da Arquivologia na gestão pública municipal.

A apresentação do Projeto Arquivistas Missionários em um evento do porte da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) poderá estimular a aplicação do modelo nos estados que possuem o curso de graduação em Arquivologia e Associação de Arquivistas/Arquivologia, contribuindo para ampliação do número de vagas para arquivistas, fortalecimento do associativismo arquivístico, tal qual o aumento da visibilidade dos arquivos e da Arquivologia.

REFERÊNCIAS

BOTTINO, Mariza. **O legado dos congressos brasileiros de arquivologia (1972-2000)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública**; Prêmio Nacional da Gestão Pública – PQGF; Instruções para Avaliação da Gestão Pública – 2010; Brasília; MP, SEGES, 2009. Versão 1/2010.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL (Brasil). Colegiado Setorial de Arquivos. **Plano setorial de arquivos (2017-2027)** [recurso eletrônico] / Colegiado Setorial de Arquivos. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

ESTEVES, Rita de Cássia São Paio de Azeredo. **Indicadores de qualidade da imagem institucional da Dataprev percebidos pela sociedade na óptica dos aposentados e pensionistas da cidade de Fortaleza**. 2007. Monografia (Especialização em Administração da Qualidade) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2007.

GOMES, Domicia. **A Gestão de Documentos, os Arquivos e o Acesso à Informação nos Municípios Fluminenses de Médio Porte**: diagnóstico e perspectivas para uma política pública municipal de arquivos. Orientadora: Ana Célia Rodrigues. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/16634/1/Disseta%20a7%20a3o-DomiciaGomes-reposit%20b3rioUFF.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

JARDIM, José Maria. Políticas Públicas Arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 2, 2006, p. 05-16.

RODRIGUES, Ana Célia. História e Cidadania: o papel dos arquivos municipais. **Boletim do Arquivo**. São Paulo, v.4, n. 1, p. 22 - 27, 2015.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. **Política Cultural no Brasil**, 2002-2006: acompanhamento e análise. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. (Coleção Cadernos de Políticas Culturais; v. 2).

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivista**: visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.

SOUZA, Maria de Lourdes Costa e; DANNEMANN, Maria Luiza Stallard. In: ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1972, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1972. (p. 31-64).

TANUS, G. F. S. C.; ARAÚJO, C. A. V. O ensino da arquivologia no brasil: fases e influências. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 18, n. 37, p. 83-102, 2013. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n37p83 Acesso em: 27 jan. 2022.

ARQUIVOS MUNICIPAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS

Juliana Loureiro Alvim Carvalho (Universidade Federal Fluminense),
Ana Célia Rodrigues (Universidade Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta os resultados preliminares da tese de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Trata-se de recorte temático do projeto de pesquisa “PDPA 4408 – Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense”, no que concerne ao projeto estruturador 1 especificamente, à meta P1.M1 - Propor diretrizes para criação do Arquivo Público Municipal de Niterói (APMN), sob coordenação da Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues e Prof. Paulo Knauss de Mendonça, e integra a produção científica do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, UFF/CNPq. Esse arquivo proposto para a cidade de Niterói deve ser uma instituição arquivística inovadora, pensada em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030⁴⁸ da Organização das

⁴⁸ A Agenda 2030 consiste em um plano de ação que apresenta dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem cumpridas pelos governos, pela

Nações Unidas (ONU), especialmente, que atenda aos ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis e ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, contribuindo para o cumprimento das seguintes metas: 11.4 - Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo; 11.a - Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento; 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; e 16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

A pesquisa de doutorado aborda os arquivos públicos municipais das capitais brasileiras e as políticas públicas arquivísticas, com a finalidade de investigar e de analisar o modelo⁴⁹ dos arquivos públicos municipais como instituições coordenadoras de políticas públicas arquivísticas da esfera municipal com foco na gestão, na preservação e no acesso a documentos e informações. Para isso, o objetivo geral da tese é discutir o modelo dos arquivos públicos municipais como instituição coordenadora da política pública arquivística da esfera municipal com foco na gestão, na preservação e no acesso a documentos e informações públicas. Essa pesquisa, propõe ainda, como um dos objetivos específicos, apresentar um modelo de instituição arquivística⁵⁰ do século XXI que, apesar de considerar o passado, não se restrinja apenas à guarda de documentos, mas que seja cumpridora das funções arquivísticas estabelecidas por Rosseau e Couture (1998), como garantia da gestão de documentos e preservação da memória da comunidade de maneira sustentável.

Nessa perspectiva, este trabalho apresenta parte do campo empírico da tese que consiste na análise de dispositivos legais sobre a criação e

sociedade civil, pelo setor privado e por todos os cidadãos, com a intenção de erradicar a pobreza e promover vida digna para todos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, s/d).

⁴⁹ Na concepção de Maximiano (2009, p. 165), modelo “é um conjunto de características que explicam a estrutura da organização e o comportamento das pessoas. Há dois modelos principais: o mecanicista e o orgânico”. No âmbito desta tese, optou-se pelo uso do termo instituição e não organização. Apesar de utilizarmos a palavra modelo advinda da Administração, não se considera oportuno se debruçar acerca de organizações, uma vez que não é o campo de análise.

⁵⁰ Entende-se como noção de instituição arquivística que norteia a tese àquela que tem por finalidade “orientar, coordenar e acompanhar as atividades de gestão, recolhimento, preservação, acesso e divulgação dos documentos de arquivo produzidos, recebidos e acumulados pelos órgãos e entidades no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício de suas funções e atividades” (BRASIL, 2014, p.19).

regulamentação de arquivos municipais das capitais brasileiras. A exploração desse universo consiste em verificar nos arquivos sua vocação, sua estrutura, sua formulação de políticas públicas arquivísticas e seus serviços de eficiência ao cidadão. Soma-se a isso, identificar se esses arquivos podem ser considerados instituições arquivísticas, uma vez que a noção⁵¹ de instituição arquivística é mais abrangente, pois prevê um papel mais atuante na coordenação das políticas públicas arquivísticas. Essa abrangência ancora-se, principalmente, nos dispositivos legais acerca da garantia de acesso à informação como um direito universal e na gestão de documentos previstos na Constituição Federal do Brasil (1988), na Lei nº 8159/1991 e na Lei nº 12527/2011, por meio dos atos de criação e regimento interno.

Como justificativa, apoia-se nos estudos realizados pelo CONARQ (BRASIL, 2014, p. 7) que “de um total de 5.570 municípios, apenas uma pequena parcela conta com um arquivo público municipal formalmente constituído”, sendo o arquivo público municipal a instituição de responsabilidade da administração pública municipal para a garantia da preservação, a gestão de documentos e o acesso à informação como um serviço prestado à sua população.

Soma-se a isso, pesquisas acadêmicas constataam a ausência de formulação e implementação de políticas públicas arquivísticas no Brasil voltadas para os arquivos públicos municipais, além da inexistência de gestão de documentos, assim como a carência de intervenções políticas no tratamento e na organização documental. Cita-se, assim, as pesquisas de Fonseca (1996), Ferreira (2005), Carvalho (2015), Arreguy (2016) e Silva (2020) demonstraram o grau de institucionalidade dos arquivos municipais, a carência de gestão de documentos nos serviços arquivísticos⁵² e de políticas públicas arquivísticas.

Dessa forma, algumas vezes, os arquivos públicos municipais são percebidos pela administração pública e pelos cidadãos apenas como arquivos destinados à guarda de documentos e, em muitos momentos, de memória do município. Devido a isso, eles acabam desenvolvendo uma baixa

⁵¹ Com relação à utilização do termo “noção” para denominar a questão das instituições arquivísticas, não há um consenso sobre o assunto. Segundo Minayo (1992, p.93), entende-se por noção “elementos de uma teoria que ainda não apresentam clareza suficiente e são usados como imagens na explicação do real. Eles expressam também o caminho do pensamento”.

⁵² Entende-se por serviços arquivísticos, os locais que não possuem por atividade-fim as competências de uma instituição arquivística. Segundo Jardim (2012, p. 402), os serviços arquivísticos referem-se “às unidades administrativas incumbidas de funções arquivísticas nos diversos órgãos da administração pública, no âmbito dos quais se configuram como atividades-meio (ex.: o Serviço de Protocolo e Arquivos do Departamento de Administração do Ministério da Saúde)”.

institucionalidade e autoridade para produzir e implementar políticas públicas arquivísticas.

Como metodologia, a pesquisa se configura como de natureza qualitativa, de revisão bibliográfica e documental, bem como estudo de caso múltiplos nas capitais municipais a partir da coleta de dados em documentos e questionamentos via Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-Sic), e-mail e telefone no cenário nacional. Para este trabalho, apresenta-se resultados quantitativos e iniciais da pesquisa.

Assim, a hipótese que norteia a tese em desenvolvimento é que a fragilidade dos arquivos públicos municipais brasileiros está condicionada à baixa institucionalidade deles principalmente no que se refere a não serem atores ativos na formulação de políticas públicas arquivísticas no âmbito municipal. Essa fragilidade dos arquivos demonstra a fragilidade do direito à informação e da qualificação da administração pública.

2 PANORAMA DOS ARQUIVOS MUNICIPAIS NAS CAPITAIS DOS ESTADOS BRASILEIROS

O Brasil é um país federativo que, de acordo com o IBGE, possui 5.570 municípios e 26 estados, mais o Distrito Federal. Ao realizar uma pesquisa preliminar exploratória nos *sites* dos arquivos públicos municipais brasileiros e das prefeituras, nos muitos casos em que os arquivos não são dotados de *site* próprio, percebeu-se pouca visibilidade desses arquivos, ausência de seus aparatos legais de criação e regimentos internos à disposição do pesquisador. Além disso, ao tentar compreender o panorama desses arquivos na esfera nacional, observou-se os seus vínculos nas secretarias de administração e de cultura, em que ora demonstravam um caráter voltado à história/memória, ora à administração/gestão. Isso não significa dizer que, nos casos das relações com a administração, os arquivos públicos municipais apresentam-se como instituições.

As fontes documentais pesquisadas foram os registros institucionais escritos em formato de leis, decretos, portarias, instruções normativas e outros que foram localizados no *site* das Prefeituras, e no Portal Transparência. Ademais, usou-se o e-Sic, contato via e-mail e telefone para realizar essas consultas.

A pesquisa documental corresponde à recuperação de dispositivos legais das 26 capitais brasileiras, sendo o universo da pesquisa. Esse universo foi escolhido e organizado esquematicamente e apresentado por ordem

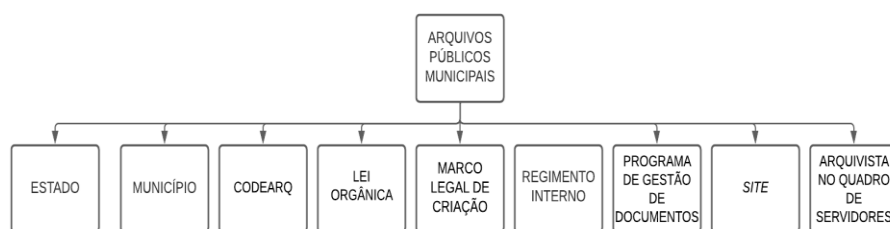
sistemática, que pode ser visualizado por meio das organizações em regiões⁵³, sendo: Região Sul, Região Sudeste, Região Centro-Oeste, Região Nordeste e Região Norte. A figura 1 representa os eixos iniciais elencados.

Pesquisou-se a existência de um Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Arquivos (CODEARQ)⁵⁴, no site do Arquivo Nacional brasileiro; leis orgânicas municipais que contemplassem a preocupação com os documentos públicos; leis ou decretos de criação dos arquivos públicos municipais; normas e procedimentos adotados no arquivo acerca da gestão de documentos; quadro de servidores com a intenção de localizar a existência ou não de um arquivista e, principalmente, regimentos internos dos arquivos públicos municipais. Tais eixos elencados, no primeiro momento da análise, podem ser observados por meio da figura 1 e materializado no quadro 1.

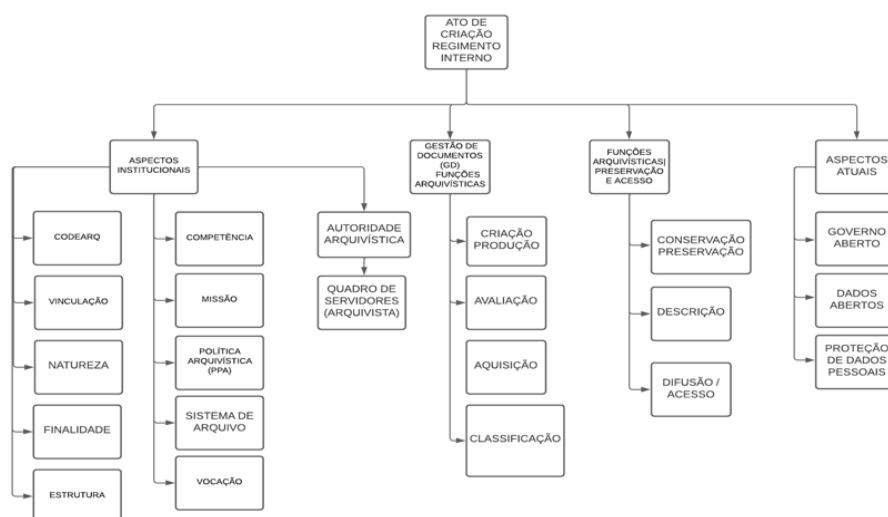
Nos casos de inexistência de regimento interno, optou-se por atos de criação e regimentos das secretarias que os arquivos públicos municipais das capitais brasileiras se encontram associados para recuperar os dados. Além disso, as leis orgânicas das capitais foram recuperadas e observadas a fim compreender o lugar dos arquivos e de seus documentos.

⁵³ De acordo com o IBGE (2017), a Divisão Regional do Brasil consiste no agrupamento de Estados e Municípios em regiões com a finalidade de atualizar o conhecimento regional do País e viabilizar a definição de uma base territorial para fins de levantamento e divulgação de dados estatísticos. Ademais, visa contribuir com uma perspectiva para a compreensão da organização do território nacional e assistir o governo federal, bem como Estados e Municípios, na implantação e gestão de políticas públicas e investimentos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso em 07 jan. 2021.

⁵⁴ O Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos foi instituído pela Resolução nº 28 do CONARQ, de 17 de fevereiro de 2009, que recomendou aos órgãos e às entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Seu objetivo é fornecer o código previsto na NOBRADE, denominado Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), tornando possível a identificação de cada entidade custodiadora de acervos arquivísticos no Brasil. O CODEARQ tem como finalidade identificar de modo único a instituição custodiadora de acervo arquivístico com o objetivo de intercambiar informações em âmbito nacional e internacional. O código é fornecido às entidades custodiadoras desde que elas permitam acesso a seu acervo, mesmo que com algumas restrições. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/cadastro-nacional-de-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos>. Acesso em: 07 mar. 2022.

Figura 1 - Eixos iniciais elencados para compreender o cenário nacional

Fonte: Elaboração própria, com base nas categorias estabelecidas na pesquisa.

Figura 2 - Eixos e elementos para análise de regimentos internos e de outros mecanismos legais localizados

Fonte: Elaboração própria, com base nas categorias estabelecidas na pesquisa.

A figura 2 representa o desdobramento dos eixos iniciais a fim de compreender se os arquivos públicos municipais das capitais podem ser considerados instituições arquivísticas, assim, foram elencados quatro eixos, sendo: aspectos institucionais; gestão de documentos – funções arquivísticas; funções arquivísticas – preservação e acesso; e aspectos atuais. Desdobrando-se em 22 elementos que não foram aprofundados neste trabalho.

Quadro 1- Panorama dos arquivos municipais brasileiros frente à sua institucionalização

REGIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO	CODEARQ	ARQUIVO MUNICIPAL NA LEI ORGÂNICA	ATO DE CRIAÇÃO DO ARQUIVO	REGIMENTO INTERNO	PROGRAMA DE GD	SITE DO ARQUIVO	ARQUIVISTA
Região Sul	Paraná	Curitiba		✓	✓		✓		
	Santa Catarina	Florianópolis			✓	✓	✓	✓	
	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	✓		✓	o	✓		✓
Região Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	✓	✓	✓	o	✓	✓	
	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	São Paulo	São Paulo	✓	✓	✓		✓		✓
	Espírito Santo	Vitória	✓		✓		✓		✓
Região Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
	Mato Grosso	Cuiabá		✓	✓	o	✓		✓
	Goiás	Goiânia				o		✓	

REGIÃO	ESTADO	MUNICÍPIO	CODEARQ	ARQUIVO MUNICIPAL NA LEI ORGÂNICA	ATO DE CRIAÇÃO DO ARQUIVO	REGIMENTO INTERNO	PROGRAMA DE GD	SITE DO ARQUIVO	ARQUIVISTA
Região Nordeste	Sergipe	Araçaju	✓		✓	✓			
	Ceará	Fortaleza				o	o		
	Paraná	João Pessoa		o					
	Alagoas	Maceió		✓					
	Rio Grande do Norte	Natal			o	o	✓		
	Pernambuco	Recife		✓	✓		o		✓
	Bahia	Salvador	✓	✓	o	o		✓	✓
	Maranhão	São Luís		✓	o	o	✓		✓
	Piauí	Teresina		✓	✓	✓	o		✓
	Pará	Belém		✓					
Região Norte	Roraima	Boa Vista			o	o			
	Amapá	Macapá			o	o			✓
	Amazonas	Manaus	✓		o	o	o		
	Tocantins	Palmas		✓	✓				
	Rorônia	Porto Velho		✓		o			
	Ácre	Rio Branco				o	o		✓

Legenda	
✓	Localizado
o	Localizado, com ressalvas ⁵⁵
	Não localizado

Fonte: Elaboração própria, com base nas respostas via e-SIC, nos regimentos internos e nos atos de criação de arquivos.

⁵⁵ No caso dos regimentos internos, encontrou-se regimentos das secretarias que possuem vínculo com o arquivo. No caso da gestão de documentos, em processo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivos públicos municipais podem ser entendidos como instituições promotoras da cidadania. Um de seus objetivos legais é garantir o acesso à informação. É nesse arquivo que um cidadão pode obter acesso aos documentos comprobatórios de sua residência, ao óbito de um familiar, aos impostos recolhidos etc. Quando há dificuldade no acesso, esses arquivos não desempenham a função de uma instituição democrática.

Ao estender a relevância dos arquivos para toda municipalidade, nota-se sua relevância para o atendimento às solicitações do Tribunal de Contas do Município, do Ministério Público e do próprio servidor municipal. O arquivo de um município, dessa forma, não se restringe apenas à história de uma determinada localidade, ele é o lugar de promoção e reafirmação do Estado de direito. Inúmeros problemas são desencadeados devido à existência de arquivos públicos municipais mal gerenciados e, em muitos casos, inexistentes no governo local. Tais problemas afetam diretamente a vida de um munícipe e a administração municipal.

Nessa perspectiva, no Brasil, quando há precariedade nos serviços ofertados pelos arquivos municipais aos cidadãos, ocorre o não cumprimento do Art. 5, inciso XIV, da Constituição Federal de 1988, no que tange à garantia de acesso à informação a todos, sendo resguardado o sigilo da fonte. Soma-se a isso a não efetivação de outros dispositivos legais que reafirmam o dever do poder público em realizar a gestão e a preservação dos documentos públicos, bem como o acesso à informação, conforme mencionado na Lei de Arquivos n. 8.159, de 1991, e na Lei de Acesso à Informação (LAI) n. 12.527, de 2011, respectivamente.

A partir dos eixos iniciais elencados, foi possível notar, de uma maneira preliminar, que, dentre as 26 capitais, onze apresentam CODEARQ, sendo um número até expressivo, fato esse que demonstra o reconhecimento do Arquivo Nacional como autoridade arquivística nacional e a relevância desse cadastro para dar visibilidade aos arquivos públicos municipais.

Referente à visibilidade dos arquivos e/ou dos documentos arquivísticos (muitas vezes representado como patrimônio documental ou documentos históricos) na Lei Orgânica, encontrou-se vinte capitais que citam nessa espécie de Constituição municipal. No entanto, esta pesquisa recuperou apenas cinco arquivos públicos municipais que possuem regimento interno e treze dotados de atos de criação (incluindo uma capital que possui minuta de ato de criação, como foi o caso de Manaus).

Com relação à existência de programa de gestão de documentos ou suas fases, onze arquivos públicos municipais afirmaram possuir por meio dos

documentos pesquisados e resposta via e-Sic, e-mail ou telefone. Apenas seis arquivos possuem *site* próprio (incluindo, nesse quantitativo, um *blog* na região Centro-Oeste). Acerca de arquivistas no quadro de servidores, doze arquivos públicos municipais possuem, tal quantitativo pode ser percebido via portal de transparência e questionamentos via e-Sic, e-mail e telefone.

Percebeu-se que, como resultados iniciais, supõem que há baixa institucionalização dos arquivos públicos municipais das capitais brasileiras, tendo em vista que muitos deles configuram-se como departamento ou setor vinculado à determinada secretaria e poucos arquivos contam com atos de criação e regimento interno publicados. Além disso, quanto à vocação desses arquivos, muitos possuem um viés mais histórico e com vínculo direto às fundações ou secretarias de cultura. Reafirmando, assim, um viés patrimonial do documento de arquivo e da instituição - que gera questionamentos acerca desses arquivos serem considerados instituições arquivísticas, tendo em vista que muitos deles atuam apenas na custódia de documentos.

Este trabalho buscou apresentar discussões iniciais da pesquisa de doutorado iniciada em 2019. Diante disso, as considerações são preliminares e não finais, dado que há outros campos de análise a serem considerados.

REFERÊNCIAS

- ARREGUY, C. A. C. **Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2016.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.
- BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro, 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 8 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 09 fev. 2019.
- BRASIL. [Projeto de Lei] **Projeto de revisão de Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Ministério da Justiça/ Arquivo Nacional/ Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Rio de Janeiro, RJ, 06 jan. 2014.
- BRASIL. **Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações. Brasília, DF, 18 de nov. de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 09 fev. 2019.
- CARVALHO, L. P. **Diagnóstico dos serviços arquivísticos do Poder Executivo do município de Duque de Caxias**. 2015. Produto técnico-

científico (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais:** transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. 151p

FERREIRA, M. L. **Os arquivos da administração pública nos municípios do Grande ABC Paulista - a busca do fio de Ariadne.** 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: doi:10.11606/D.8.2005.tde-05082005-174441. Acesso em: 31 mai. 2021.

FONSECA, M. O. K. **Direito à informação:** acesso aos arquivos públicos municipais. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

JARDIM, J. M. Em torno de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011). *In:* MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. (Orgs). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.** Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 397-413.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 294p.

SILVA, L. C. **Desafios da implementação da política pública de arquivos:** as funções arquivísticas e o acesso à informação na prefeitura municipal de Vitória, ES. 2020. 263 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação (ECI), Universidade Federal de Minas gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/33628>. Acesso em 20 jul. 2021.

ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (2017-2019)

Thales Vicente de Souza (Universidade Federal Fluminense),
Ana Célia Rodrigues (Universidade Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a pesquisa intitulada “Arquivos públicos municipais para o acesso à informação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2017-2019)”⁵⁶, que analisa a institucionalização dos arquivos públicos municipais e o acesso à informação pela LAI como requisito da transparência administrativa nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o “Grande Rio”, apresentando o cenário do período de 2017 a 2019.

Em âmbito local, a organização do poder político-administrativo reflete, de certa maneira, os laços que os indivíduos buscam em se relacionar de modo comunitário. Compete aos municípios garantir a implementação dos direitos básicos da vida da população, como, por exemplo, moradia, educação, saúde, entre outros. Atualmente, de acordo com o Instituto Brasileiro de

⁵⁶ Pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida com bolsa PIBIC UFF/CNPq, recorte temático vinculado ao projeto de pesquisa “Gestão de documentos, arquivos e acesso à informação: identificação dos requisitos da transparência administrativa nos municípios da Grande Rio”, desenvolvida com apoio do JCNE 2015-FAPERJ e Universal 2016-CNPq, sob a coordenação da Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues, e integra a produção científica do Grupo de Pesquisa “Gênese Documental Arquivística”, UFF/CNPq.

Geografia e Estatística – IBGE (2017a), o Brasil possui 5.570 municípios distribuídos em 26 estados da Federação, além do Distrito Federal.

Embora seja numerosa a quantidade de municípios, o território e a população brasileira estão distribuídos de modo heterogêneo, sendo assim, não é possível tipificar ou identificar um modelo de município a ser seguido. Diante de toda essa diversidade, o governo municipal configura-se, assim, com um papel estratégico em relação ao desenvolvimento local. A gestão dos documentos produzidos e acumulados nos arquivos deve, portanto, respeitar as esferas de poder, tal qual a Federação brasileira é organizada.

A publicação da Constituição de 1988 forneceu as bases para a regulamentação da Lei 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, marco para a disseminação da gestão de documentos em âmbito nacional e a Lei 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que representa um grande fortalecedor dos instrumentos de controle da gestão pública. A LAI e a Lei Nacional de Arquivos potencializam amplamente o acesso à informação, justificando a necessidade de discutir a posição dos arquivos municipais e a gestão desses documentos públicos para o acesso.

Tomando os municípios como o ponto mais próximo do cidadão e a implementação da Lei de Acesso à Informação, algumas questões se colocam para reflexão: Os municípios da RMRJ possuem arquivos públicos institucionalizados que contribuam para promover a transparência dos atos do governo local, registrados nos documentos de arquivo? Os arquivos públicos municipais estão realizando a gestão dos documentos para que documentos e informações possam ser acessados?

Nesta perspectiva, esta pesquisa apresenta como objetivo geral discutir os arquivos municipais e o acesso à informação no âmbito das políticas públicas municipais da RMRJ, no período de 2017 a 2019, que se desdobra nos seguintes objetivos específicos: descrever os fundamentos teóricos dos arquivos no contexto das políticas públicas arquivísticas como requisito de transparência administrativa; identificar as políticas públicas arquivísticas implementadas nos municípios da RMRJ como contribuição para a aplicação da LAI; analisar o acesso à informação pela LAI e a existência de arquivos públicos municipais, cotejando dados de pesquisas de 2017-2019.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A temática abordada traduz-se em uma perspectiva interdisciplinar por meio do-diálogo da Arquivologia com a Administração Pública. Trata-se de pesquisa qualitativa, que se desenvolve através de levantamento bibliográfico e

documental, a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: a) Pesquisa sistemática nas principais bases de dados especializadas para levantamento bibliográfico e revisão de literatura sobre os temas de arquivos municipais, políticas públicas arquivísticas e acesso à informação, elaborando texto de fundamentação teórica; b) Elaboração de questionário estruturado para requerimento de acesso à informação através dos e-SICs das Prefeituras Municipais; c) Análise dos resultados, cotejando com dados levantados por Garcia (2017), no que se refere ao atendimento de acesso à informação pela LAI e a existência de arquivos públicos municipais. d) Pesquisa sobre a situação administrativa dos 21 (vinte e um) municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, caracterizando o campo empírico da pesquisa: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

3 ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

À luz da Lei Nacional de Arquivos (BRASIL, 1991), arquivos públicos são identificados como “conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias”. A Lei Estadual de Arquivos (RIO DE JANEIRO, 2009), destaca os arquivos públicos como conjuntos de documentos “produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito estadual e municipal, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias”.

Entende-se, a partir de ambas as Leis, que os arquivos públicos têm como competência, não somente a documentação histórica, como também os documentos que estão sendo produzidos no momento. Por conseguinte, como observado por Maria Odila Fonseca (2011), os municípios encontram-se em um espaço privilegiado dessas relações entre o estado e a sociedade civil, traduzindo-se em uma discussão a qual também são abordadas as questões do acesso à informação e da transparência administrativa.

Rodrigues (2002) ratifica a ideia de que se faz importante ressaltar as especificidades dos municípios, visto que estes se formam pela atração que exercem sobre determinado número de pessoas ou famílias, que, por conta de um ou mais motivos em comum se agrupam ao redor de um determinado centro e, por conseguinte, constituindo um organismo de representação. A heterogeneidade dos arquivos municipais se dá por conta de todas essas

diferenças no processo de criação e avanço dos próprios municípios como um reflexo desse passado.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS

As políticas públicas traduzem-se, como apontado por Jardim (2011), no “Estado em ação”, ou seja, um projeto de governo sendo implantado, sendo assim, são ações procedentes de uma autoridade dotada de poder político e de legitimidade governamental que afeta um ou mais setores da sociedade. A política de informação, conforme Jardim (2011) representa o conjunto de regras formais e informais que diretamente, restringindo, impulsionando ou de outra maneira, formam fluxos informacionais. A política de informação designa diversas ações e processos no campo informacional, como, em arquivos, bibliotecas, internet, tecnologia da informação e governo eletrônico (JARDIM, 2010). González de Gomez (2002) inclui, também, exemplos como a estatística, a cartografia, as bibliografias nacionais e outros instrumentos de representação documentais. A saber, um conjunto de decisões governamentais no campo da informação não resulta necessariamente na constituição de uma política pública de informação (JARDIM, 2010). González de Gomez (2002) traz à discussão o conceito de “regime de informação” que

designaria um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição. (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2002, p. 34).

Seguindo essa conceituação, para a presente pesquisa, políticas públicas de informação serão entendidas conforme José Maria Jardim (2003, p. 39 apud JARDIM, 2011, p. 201):

conjunto de premissas, decisões e ações que são produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social, contemplando os diversos aspectos relativos à produção, ao uso e à preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (JARDIM, 2003, p. 39 apud JARDIM, 2011, p. 201).

As políticas públicas arquivísticas constituem uma das dimensões das políticas públicas de informação as quais representam um conjunto de premissas, decisões e ações produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas

governamentais em nome do interesse social que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da “informação arquivística” de natureza pública e privada (JARDIM, 2003). Sendo assim, estas atuam para assegurar os direitos constitucionais de acesso à informação, desse modo, auxiliam na transparência pública e eficiência administrativa do serviço público e na proteção da memória social (ALMEIDA, 2013; JARDIM, 2011).

Percebe-se que, para os órgãos públicos darem acesso às informações de interesse do cidadão, os documentos de arquivo devem estar disponíveis de maneira que tenham passado por um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento. A gestão de documentos representa o apoio às políticas públicas arquivísticas como uma garantia de arquivos organizados, acessíveis e protegidos, contribuindo para a eficiência da máquina pública e na qualidade da prestação de serviços (SOUSA, 2006 apud ALMEIDA, 2013).

5 MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: CARACTERIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) surgiu após intensas negociações políticas ao ser sancionada a Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, pelo presidente Ernesto Geisel. A RMRJ sofreu algumas alterações durante os anos, sendo alguns municípios retirados ou incluídos. A Lei Estadual Complementar nº 105, de 4 de julho de 2002, é, até o momento, a legislação mais recente a respeito da atualização dos municípios que compõem a RMRJ, a saber: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

Atualmente, segundo estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017b), a RMRJ possui uma área de cerca de 7.535 km² e população estimada de 13.005.430 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 1.725,82 habitantes por quilômetros quadrados. De acordo com o Radar IDHM (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2019), a RMRJ possui IDH de 0,787 em 2017, o que é considerado elevado, ocupando a oitava posição na classificação das regiões metropolitanas brasileiras. Em termos de população, de acordo com o Censo Demográfico Brasileiro do ano de 2010, a RMRJ aparece na segunda posição, estando apenas precedida pela Região Metropolitana de São Paulo. Estendendo um pouco mais o mapa, em termos de continente Americano, a RMRJ ocupa a sexta posição. Toda essa

contextualização reforça ainda mais a importância da criação e desenvolvimento de políticas públicas e políticas públicas arquivísticas nesses municípios.

6 ARQUIVOS E ACESSO À INFORMAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (2017-2019)

De acordo com a avaliação da Escala Brasil Transparente 360° realizada em 2018 pela Controladoria-Geral da União, dos municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, nenhum município possui nota máxima (dez). Os que possuem nota acima de oito são: Paracambi (8,02), Nova Iguaçu (8,89), Mesquita (9,15) e Niterói (9,25)⁵⁷. Muito embora a metodologia tenha sofrido alterações desde a terceira edição, não há menção a respeito dos arquivos públicos municipais.

Esta pesquisa representa uma atualização da pesquisa publicada como Trabalho de Conclusão do Curso de Arquivologia de Nádia Dévaki Pena Garcia intitulado “Os arquivos nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: estudo de identificação das políticas públicas arquivísticas para acesso à informação” (2017). Outra pesquisa utilizada como referência e produzida no âmbito do mesmo grupo de pesquisa é a dissertação de mestrado de Amanda Barbosa Vilela, “Os arquivos no contexto das ações de transparência do Poder Executivo do município de Niterói, RJ” (2019).

Para a coleta de dados nas visitas aos arquivos dos municípios estudados, foi elaborado pela equipe do projeto coordenado pela Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues o “Formulário Diagnóstico da Situação Arquivística”. Entretanto, devido às adversidades das condições político-sociais na região desde o princípio do ano de 2019 em todo o território nacional, por questões de segurança e integridade, a realização das entrevistas não ocorreu. Optou-se, então, por elaborar um novo questionário, para ser respondido através de solicitação pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) enviado através de requerimento do e-SIC de cada município entre os dias 05 de abril e 20 de maio de 2019. Não foi possível realizar o cadastro no e-SIC do município de Belford Roxo e, conseqüentemente, não foi possível enviar o requerimento de acesso à informação. Não foi possível encontrar o e-SIC no sítio institucional dos municípios de Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí e São Gonçalo. No município de Nilópolis, embora tenha enviado o requerimento de acesso à informação através do e-SIC, a resposta foi recebida através de um correio eletrônico institucional.

⁵⁷ Disponível em: <https://mbt.cgu.gov.br/publico/home>. Acesso em 20 abr. 2019.

Também não houve resposta por parte dos seguintes: Guapimirim, Japeri, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. Vale ressaltar que até o momento da conclusão da pesquisa esses municípios não responderam ou não indicaram a prorrogação do prazo de resposta.

Com a coleta de dados realizada através dos e-SICs, os resultados obtidos foram cotejados com os resultados apresentados por Garcia (2017), contribuindo para monitorar o cenário encontrado em 2017. Por conseguinte, a análise dos resultados foi agrupada de acordo com dois aspectos elencados como pertinentes à discussão e serão apontados a seguir.

6.1 Atendimento de acesso à informação pela LAI

Dos 21 municípios que compõem a RMRJ, cinco municípios não tinham cadastro do e-SIC visivelmente no momento do acesso para que o questionário fosse enviado. Sendo assim, o questionário foi enviado apenas para quinze municípios (75%), são eles: Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. A respeito do envio por e-SIC, mostrou-se um expressivo avanço comparado à constatação de Garcia (2017, p. 75) a qual apontou que os municípios de Guapimirim, Mesquita, Nilópolis, Paracambi e Tanguá não possuíam o Sistema Eletrônico disponível em seus sítios institucionais na época.

Embora seja importante a disposição desses recursos nos sítios institucionais, apenas sete municípios responderam ao requerimento via e-SIC, sendo assim, 53% dos requerimentos foram respondidos enquanto 47% não foram respondidos. Apenas o município de Cachoeiras de Macacu respondeu ao requerimento fora do prazo estipulado pela LAI, enquanto os outros seis municípios responderam ao requerimento com o prazo não superior a vinte dias. A qualidade das respostas foi razoável, visto que, apenas a resposta do município de Magé não abordou o questionário, solicitando que fosse realizada uma visita ao setor de protocolo da prefeitura municipal.

6.2 Existência de arquivos públicos municipais

Analisando o conteúdo das respostas, o município de Cachoeiras de Macacu informou que existe um setor do Arquivo Municipal para atendimento ao público, porém, não houve resposta completa a qual foi solicitada uma cópia do ato legal de criação do arquivo público. Segundo Garcia (2017, p. 80), o município possui um Arquivo Geral/Central/Intermediário, e, não, um

Arquivo Público Municipal institucionalizado por meio de ato normativo. O endereço onde se localiza o referido arquivo também foi informado. A resposta do município de Magé não abordou o questionário, da mesma forma, Garcia (2017, p. 80) não obteve resultados positivos no requerimento pelo Serviço de Informação ao Cidadão.

O município de Maricá possui um arquivo público municipal responsável pela gestão e guarda dos documentos produzidos pelos órgãos municipais. Este foi institucionalizado através do Decreto Municipal nº 2015, de 28 de agosto de 2018. Essa resposta positiva representa uma atualização na pesquisa de Garcia de 2017, visto que, até o momento, o município possuía apenas um arquivo geral sem um ato normativo institucionalizando-o. O endereço onde se localiza o referido arquivo municipal também foi informado. O município de Mesquita informou que existe um arquivo municipal instituído através da Lei Municipal nº 214, de 2005. O endereço onde se localiza o referido arquivo municipal também foi informado.

A respeito do município de Nilópolis, existe um “acervo público municipal”, como informado na resposta, que está vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, o que também é uma atualização à pesquisa de Garcia (2017). O município de Nova Iguaçu não possui um arquivo público municipal, porém, existe um “arquivo geral de processos”, além de cada fundo ser gerenciado por sua própria Secretaria Municipal. O endereço onde se localiza o referido arquivo também foi informado. Na pesquisa de Garcia (2017, p. 80), aponta-se a existência de um arquivo geral/central/intermediário. Vilela (2019) realiza uma expressiva discussão em sua dissertação a respeito das ações de transparência do Poder Executivo do município de Niterói, visto que, ao que foi constatado em sua pesquisa, o município não possui um arquivo municipal institucionalizado.

Assim, considera-se uma resposta à presente pesquisa. E, por fim, o município do Rio de Janeiro possui arquivo institucionalizado através do Decreto Municipal nº 44, de 5 de agosto de 1893, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. A cópia do decreto de instituição do arquivo pode ser consultada presencialmente. O endereço onde se localiza o referido arquivo municipal também foi informado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que exista um atendimento significativo de serviços voltados ao cidadão, é mister a formulação e, conseqüentemente, a implementação de políticas públicas arquivísticas em todas as esferas de governo, não se limitando apenas aos municípios. A importância que se dá aos municípios reflete na

autonomia que estes possuem em relação às outras esferas que configuram a administração pública brasileira

Neste cenário, deve-se considerar que a não-resposta pelos municípios também representa uma resposta na pesquisa social. Nove dos quinze municípios que foi possível realizar o requerimento de acesso à informação não responderam. Diante desse cenário, é levantado o questionamento se todos esses mecanismos de promoção do acesso à informação realmente funcionam, ou apenas constam para entrar nas estatísticas quantitativas? [98]

Outra questão de reflexão é, dentre esses municípios que possuem arquivo municipal institucionalizado, quais são aqueles que atuam ativamente na administração pública municipal? Como observado por Garcia (2017, p. 83), apenas o município do Rio de Janeiro possui uma política municipal de arquivos oficializada.

Sendo assim, à luz de tudo o que foi discutido no decorrer do presente artigo, considera-se que os municípios que compõem a RMRJ estão em uma posição preocupante no que tange à transparência administrativa aliada às políticas públicas arquivísticas. É necessário que haja uma percepção, por parte dos gestores públicos municipais, da importância de instituições como os arquivos na manutenção do Estado de Democrático de Direito a fim de garantir o acesso às informações públicas de maneira ativa (transparência), eficaz e eficiente (gestão de documentos e políticas públicas arquivísticas).

Espera-se que esta pesquisa possa servir de subsídio à implantação de políticas públicas arquivísticas nesses municípios a fim de fortalecer a transparência administrativa e amparar o cidadão na garantia dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rafaela Augusta de. **A gestão documental na formação da agenda pública municipal**. Orientador: Ernesto Dimas Paulella. 2013. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O sentido dos arquivos. In: CICLO DE PALESTRAS DA DIRETORIA DE ARQUIVOS INSTITUCIONAIS, 1., Belo Horizonte, MG, 2014. **Anais [...]**. Belo Horizonte, MG, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. 12 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 abr. 2019.

BRASIL. Lei Federal n.º 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial**, Brasília, 9 jan.1991, seção 1, p. 455.

BRASIL. Lei Federal n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações [...]. **Diário Oficial**, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 05 ago. 2019.

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **BuscaLegis**: portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento: Florianópolis (SC), 2011. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/informa%C3%A7%C3%A3o-e-direitos-humanos-acesso-%C3%A0s-informa%C3%A7%C3%B5es-arquiv%C3%ADsticas>. Acesso em: 10 maio 2019.

GARCIA, Nádia Dévaki Pena. **Os arquivos nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**: estudo de identificação das políticas públicas arquivísticas para o acesso à informação. Orientadora: Ana Célia Rodrigues. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a04v31n1>. Acesso em 01 dez. 2018.

IBGE. **Portal Cidades@** - [Portal que reúne informações sobre todos os municípios do Brasil], 2017. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2019.

IBGE. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. **Perfil dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 106 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101595.pdf>. Acesso em: 21 maio 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Radar IDHM**: evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017. Brasília: IPEA; PNUD: FJP, 2019. 65 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190416_rada_IDHM.pdf. Acesso em 20 ago. 2019.

JARDIM, José Maria. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em Revista**, v. 7, n. 1, mar. 2011, Rio de Janeiro, p. 197 – 213. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/04/pdf_6f2e24c766_0015656.pdf. Acesso em: 01 dez. 2018.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil (1994-2006). **Actas**: Congresso Nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas. Lisboa,

2010. Comunicação apresentada no congresso Políticas de Informação na Sociedade em Rede, 2010, Guimarães (Portugal). Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/159>. Acesso em: 15 abr. 2019.

RIO DE JANEIRO (ESTADO). Lei nº 5.562, de 20 de outubro de 2009. Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**: Parte I (Poder Executivo), Rio de Janeiro, 21 out. 2009. PL 2579/2009. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/b08951066788e6e483257656005ad488?OpenDocument>. Acesso em: 10 maio 2019.

RODRIGUES, Ana Célia. História e cidadania: o papel dos arquivos municipais. **Boletim do Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado [de São Paulo], v. 4, n. 1, p. 22-27, 2002.

VILELA, Amanda Barbosa. **Os arquivos no contexto das ações de transparência do Poder Executivo do município de Niterói, RJ**. Orientadora: Ana Célia Rodrigues. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2019.

PROGRAMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI (PGD-NITERÓI): PROPOSTA DE DIRETRIZES NORMATIVAS E METODOLÓGICAS

Danilo André Cinacchi Bueno (Universidade Federal Fluminense/
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Apresenta os resultados preliminares da pesquisa de pós-doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), com bolsa de estudos PDPA. Se configura como recorte temático vinculado ao projeto de pesquisa “PDPA 4408 – Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense”, bem como integra a produção científica do Grupo de Pesquisa “Gênese Documental Arquivística” - UFF/CNPq.

Trata-se de um estudo teórico, normativo e aplicado às diretrizes, processos, atividades, instrumentos e metodologias arquivísticas voltadas para a formulação e implementação de programas de gestão de documentos (PGD), especificamente do PGD da Prefeitura Municipal de Niterói (PGD-Niterói), módulo Secretaria Municipal de Fazenda (SMF), como requisito para o acesso à informação e transparência pública.

Como justificativa, apoia-se em estudos do CONARQ (BRASIL, 2014, p. 7), que aponta que “de um total de 5.570 municípios, apenas uma pequena parcela conta com um arquivo público municipal formalmente constituído.” Na Administração Pública brasileira, especialmente no âmbito municipal, é notável que, além da ausência de uma autoridade arquivística municipal, existe uma considerável falta de preparo da administração pública municipal com relação às diretrizes normativas e metodologias inerentes à gestão de documentos que, quando existem, com raras exceções, não são formuladas e implementadas nos parâmetros do rigor técnico e científico. Essa problemática ainda é um dos principais desafios para a garantia da transparência no âmbito da gestão administrativa dos municípios no país, que, por consequência, causará impactos na implementação da LAI.

Dessa forma, tem como objetivo propor diretrizes normativas, legais e metodológicas para a implantação do Programa de Gestão de Documentos da Prefeitura Municipal de Niterói, Secretaria Municipal de Fazenda (SMF), como contribuição para o acesso à informação e referência para os municípios do Leste Fluminense e demais municípios do Brasil.

A metodologia adotada se configura em duas dimensões: teórica e aplicada. Do ponto de vista teórico, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, de natureza qualitativa. Do ponto de vista aplicado, a estratégia metodológica adotada foi o estudo de caso aplicado no desenvolvimento de proposta de requisitos normativos e parâmetros metodológicos para a implementação do PGD- Niterói.

Como resultados, apresentamos os fundamentos normativos, legais, procedimentos metodológicos, diretrizes, processos, atividades e instrumentos técnicos estudados, elaborados e aplicados no PGD-Niterói, bem como os resultados aplicados alcançados até o momento, como a identificação de órgão produtor e de tipos documentais da SMF.

2 FUNDAMENTOS NORMATIVOS E LEGAIS DA GESTÃO DE DOCUMENTOS NO BRASIL

No Brasil contemporâneo, a institucionalização da responsabilidade com a salvaguarda do patrimônio documental arquivístico, com a gestão de documentos e com o direito de acesso à informação é relativamente recente. Previsto como um dever dos órgãos e entidades públicas, em todas as esferas e níveis de poder, estes preceitos ganham relevância na forma da lei como mecanismos imprescindíveis para a promoção da redemocratização do país na década de 1980, após um longo período de ditadura civil-militar (1964-1985).

Nessa ordem democrática de direito, a necessidade de elevar o nível de transparência pública ativa está diretamente relacionada ao acesso à informação, enquanto um direito constitucional do cidadão, e à prestação de contas, enquanto um dever constitucional do Estado. Esses elementos são indispensáveis para o controle social e para a manutenção de direitos e deveres em uma sociedade organizada.

Para o alcance desses objetivos, o acesso à informação pública é elemento e insumo básico para o desenvolvimento cultural, científico, econômico e político de qualquer nação. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º inciso XIV define que é “assegurado a todos o acesso à informação e resguardo do sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”, combinado com o inciso XXXIII, que define que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. (BRASIL, 1988).

Esses dispositivos expressos na Constituição Federal de 1988 são reforçados no Art. 216 §2º, definindo que “compete à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”, oferecendo os aportes legais para a aprovação da Lei Federal nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991 (Lei Nacional de Arquivos) e da aprovação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Estes dois instrumentos legais são considerados mecanismos imprescindíveis de gestão e prestação de contas públicas que elevam a transparência e asseguram o direito fundamental de acesso à informação, propiciando condições de monitoramento e controle de atos administrativos e da conduta de agentes públicos.

Especificamente no âmbito dos arquivos, a Lei nº 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e prevê a criação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), regulamenta os dispositivos da Constituição Federal de 1988, que faz referência à gestão e ao acesso aos documentos, estabelecendo a rede de arquivos existentes nos níveis de governo no Brasil. Em seu Art. 3º, define a gestão de documentos como “[...] conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento [de documentos] em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.

A mesma Lei 8.159 em seu Art. 21º estabelece que “Legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o disposto na Constituição Federal e nesta Lei”.

Desse modo, a Constituição Federal do Brasil de 1988, a Lei nº 8.159/1991 e a Lei Federal nº 12.527/2011, demarcam os arquivos e a gestão de documentos no regime federativo no Brasil, “sua missão institucional foi renovada especialmente pelo compromisso com a gestão de documentos, tornando os arquivos equipamentos essenciais para a superação da opacidade do Estado, servindo à transparência pública e ao controle do Estado pela sociedade civil”. (KNAUSS et al, 2013, p. 187). Consequentemente, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, devem desenvolver capacidades políticas, legais, técnicas e metodológicas para a formulação e implementação de políticas públicas arquivísticas efetivas, entendida de acordo com Jardim (2008, p. 7) como:

[...] o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

Essa realidade impôs, e ainda impõe, a necessidade de maior intervenção dos arquivistas no âmbito da produção de documentos, ou antes da produção, para o planejamento da criação dos documentos de arquivo de forma adequada, antes que estes adquirissem valor histórico ou para identificar esses valores no meio de uma massa documental crescente.

No âmbito normativo, recentemente a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) traduziu a ISO 15489/2001, publicando a NBR ISO 15489/2018, que define os conceitos e princípios a partir dos quais são desenvolvidas abordagens para produção, captura e gestão de documentos de arquivo. Soma-se a isso a necessidade de o arquivista ter conhecimento e domínio da nova legislação, por exemplo, a Lei Geral de Proteção de dados (BRASIL, 2018). Essa lei traz em seu bojo uma série de diretrizes legais e normativas de identificação e proteção de dados pessoais sensíveis, como diretriz para a garantia da privacidade dos cidadãos, tendo em vista que esses dados, em sua grande maioria, são registrados em documentos de arquivo. O arquivista, portanto, deve colaborar, a partir da gestão de documentos, na identificação desses dados pessoais previstos na LGPD, orientando os gestores sobre sua existência e da necessidade de tratamento específico.

Estes fundamentos legais e normativos da gestão de documentos devem ser observados para elaboração dos instrumentos legais e técnicos que estabelecem as diretrizes para as políticas de gestão de documentos e de arquivos do Brasil, contexto em que se inserem também os municípios.

A gestão de documentos, portanto, é considerada na literatura da área e na legislação arquivística como um processo sistêmico de controle dos documentos de arquivo desde a sua produção até a sua destinação final, apoiando a tomada de decisões, comprovação legal de atividades, transparência e prestação de contas administrativas em qualquer organização, configurando-se como base para o acesso à informação e proteção da privacidade do cidadão.

3 FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DO PGD-NITERÓI

Um programa de gestão de documentos (PGD) impõe-se em razão da necessidade de estabelecer procedimentos comuns que visem uma boa gestão dos documentos públicos, a fim de que sejam controlados desde o momento da produção (protocolos) até a sua destinação final: eliminação ou preservação definitiva no âmbito de um Arquivo Público Municipal.

O PGD-Niterói tem por objetivo garantir a interação sistêmica da rede de arquivos com os sistemas de protocolos da Prefeitura, especificamente a partir da Secretaria Municipal de Fazenda (módulo piloto do PGD-Niterói), com o objetivo de propor a normatização de parâmetros para a produção, tramitação, classificação, avaliação e uso dos documentos de arquivo, incluindo a classificação do acesso e a proteção de dados pessoais sensíveis.

Está fundamentado na metodologia de identificação arquivística, que consiste no “[...] o processo de investigação e sistematização de categorias administrativas e arquivísticas nas quais se sustenta a estrutura de um fundo, sendo um dos seus objetivos principais assegurar através de seus resultados a avaliação das séries documentais”. (MENDO CARMONA, 2004, p.41, tradução nossa).

A identificação arquivística, portanto, é desenvolvida a partir de duas grandes etapas que visam sistematizar o contexto de produção e os tipos documentais produzidos, nos parâmetros da Diplomática e da Tipologia Documental, divididos em: Etapa 1– identificação do órgão produtor (elementos orgânicos e funcionais), e; Etapa 2 – identificação da tipologia documental.

Segundo Rodrigues (2012, p. 6), “o primeiro momento da pesquisa consiste em identificar o órgão produtor, o elemento orgânico (estrutura administrativa) e elemento funcional (competências, funções, atividades) que o caracteriza.” Para a autora, significa que a identificação de órgão produtor está

representada pelas funções e atividades administrativas desempenhadas pelo órgão, em virtude da competência que tem a seu cargo e que compõe a série documental.

Essas informações sobre os elementos orgânicos e funcionais são obtidos a partir de pesquisas na legislação que regulamentam os órgãos produtores, que no âmbito público, estão materializados em regimentos internos e atos normativos que definem suas estruturas orgânicas e funcionais, ou seja, que permitem reconhecer as áreas produtoras e suas competências, funções e atividades desempenhadas que são registradas nos documentos produzidos. Nesta etapa, as informações coletadas são registradas, sistematizadas e analisadas em instrumento específico, denominado de formulário de identificação de órgão produtor ou em bancos de dados informatizados de identificação de órgão produtor.

Por sua vez, a segunda etapa de identificação de tipos documentais está fundamentada nos princípios teóricos e metodológicos da Diplomática Contemporânea, denominada na tradição arquivística brasileira de Tipologia Documental.

Apoiado em Dévaki e Rodrigues (2012, p. 12-13, grifos das autoras), apontam que,

O método de análise proposto pela tipologia documental se fundamenta no princípio de que é no procedimento administrativo que reside à contextualização e a chave para compreender o tipo documental e logo, a série documental. Tem como parâmetro conceitual à identificação do tipo, cuja fixação depende primeiramente do reconhecimento da espécie.

Conceitualmente, a Tipologia Documental é a ampliação da Diplomática na direção da gênese documental, ou seja, é a determinação e contextualização da competência, funções e atividades da instituição geradora/acumuladora em um determinado contexto administrativo.

Enquanto a espécie documental é o objeto da Diplomática, a Tipologia Documental, representando melhor uma extensão da Diplomática em direção à Arquivística, tem por objeto o tipo documental, entendido como a “configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” [...] (BELLOTO, 2002, p.19, grifo da autora).

Para a efetivação da análise tipológica a partir da Arquivologia, exige necessariamente o conhecimento prévio: 1) da estrutura orgânico-funcional da entidade acumuladora; 2) das sucessivas reorganizações que tenham causado supressões ou acréscimos de novas atividades e, portanto, de tipologias/séries; 3) das funções definidas por leis/regulamentos; 4) das funções atípicas

circunstanciais; 5) das transformações decorrentes de intervenções; 6) dos processos, pois eles têm uma tramitação regulamenta. (BELLOTTO, 2002, p. 95-96).

Esta fase da metodologia de identificação arquivística também possui instrumentos específicos, denominado de formulário de identificação de tipologia documental ou bancos de dados informatizados de identificação de tipologias documentais, registrando as características do contexto de produção e dos tipos documentais identificados, subsidiando a padronização de sua denominação, bem como as demais funções arquivísticas de criação/produção, classificação, avaliação e descrição no contexto da gestão de documentos.

4 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS DO PGD-Niterói

Fundamentado na metodologia de identificação arquivística, a partir do rigor técnico e científico, o PGD-Niterói conta com uma equipe de sete professores pesquisadores colaboradores, nove pesquisadores bolsistas (pós-doutorado, doutorado, mestrado e graduação), dois pesquisadores arquivistas (voluntários), e por duas servidoras da Secretaria Municipal de Fazenda (SMF).

Pesquisadores colaboradores:

Profa. Dra. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt | PPGCI/UFF.

Profa. Dra. Lucia Maria Velloso de Oliveira | PPGCI/UFF.

Profa. Dra. Margareth da Silva | PPGCI/UFF.

Prof. Dr. Renato de Mattos | PPGCI/UFF.

Profa. Dra. Maria Teresa Villela Bandeira de Mello | UERJ.

Profa. Dra. Concepción Mendo Carmona | UCM/Espanha.

Prof. Dr. Carlos Guardado da Silva | Universidade de Lisboa/Portugal.

Pesquisadores bolsistas:

Danilo André Cinacchi Bueno | Bolsista PDPA | Pós-Doutorado PPGCI/UFF

Alexandre Faben Alves | Bolsista CAPES | Doutorado PPGCI/UFF

Leticia Souza da Costa | Bolsista CAPES | Mestrado PPGCI/UFF

Natache Paes C. Marques da Silva | Bolsista CAPES | Mestrado PPGCI/UFF

Gabriela Rocha da Silva Araujo | Bolsista PDPA | Graduação Arquivologia UFF

Graziella dos S. C. Fagundes | Bolsista PDPA | Graduação Arquivologia UFF

Mylena Ribeiro C. de Moraes | Bolsista PIBIC/CNPq/UFF | Arquivologia UFF

Aidan Sant Ana Paim | Bolsista PDPA | Graduação Arquivologia UFF

Pesquisadores colaboradores (Arquivistas):

Pablo de Sousa Amorim da Silva (Arquivista | Arquivologia UFF)

Roberta Nayara Pereira | Bolsista CAPES | Mestrado PPGCI/UFF

Pesquisadora colaboradora da SMF:

Fabiana Chianello | CPD - Secretaria Municipal de Fazenda | PMN

O Projeto estruturador 2 do PDPA 4408, o PGD-Niterói, em sua concepção, está estruturado em 4 grandes metas subdivididos em 13 indicadores de resultados:

Quadro 1 - Metas e indicadores do PGD-Niterói

METAS	INDICADORES
Capacitar equipe técnica e servidores públicos do município de Niterói e do Leste Fluminense em gestão de documentos.	▪ Cursos de gestão de documentos.
Fomentar parceria com o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) para compartilhamento de ferramentas de inovações do Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ).	▪ Convenio para uso Banco de dados informatizado de Identificação de Órgão Produtor e de Tipologia Documental da SMF.
Elaborar os instrumentos de gestão de documentos e padronizar o sistema de protocolo da SMF.	▪ Diretrizes normativas para estruturação das atividades do Programa de Gestão de Documentos do Município de Niterói (PGD-Niterói). ▪ Formulário de identificação de órgão produtor e Formulário de identificação de tipologia documental. ▪ Cronograma de execução de coleta de dados na SMF e Formação de

	comissões de gestão de documentos (CGD-SMF). ▪ Repertório da legislação e normas de procedimentos administrativos internas e externas sobre as estruturas, competências, funções, atividades e procedimentos administrativos de cada órgão produtor da SMF. ▪ Coleta de dados e preenchimento de formulários nas entrevistas nos setores da SMF. ▪ Manual de Tipologia Documental da SMF. ▪ Plano de Classificação de Documentos Funcional (PCD-SMF). ▪ Tabela de Temporalidade de Documentos (ITD-SMF). ▪ Padrão para gestão da tipologia de documental no sistema de protocolo. ▪ Curso de capacitação para aplicação dos instrumentos de gestão de documentos e protocolo.
Divulgar os resultados do projeto 2 em eventos científicos nacionais e internacionais e em periódicos da área	▪ Livro e-Book.

Fonte: PDPA 4408, 2020.

Como procedimentos metodológicos aplicados na execução do PGD-Niterói ao longo de 2021, foram desenvolvidas as seguintes etapas:

1. Levantamento bibliográfico e documental (legislação arquivística brasileira e normas técnicas nacionais e internacionais) sobre os fundamentos teóricos, legais e metodológicos da gestão de documentos e seus instrumentos;
2. Estudo dos fundamentos teóricos, legais e metodológicos da gestão de documentos;
3. Elaboração de 2 programas de cursos de capacitação da equipe técnica para nivelamento teórico e metodológico sobre a gestão de documentos e a identificação arquivística;
4. Elaboração de Cronograma de execução de coleta de dados na SMF e Formação de comissões de gestão de documentos (CGD-SMF).

5. Elaboração de 2 de programas de cursos de capacitação dos gestores da PMN (SMF);
6. Reuniões de apresentação e planejamento estratégico de execução do PGD-Niterói com gestores da SMF;
7. Levantamento da legislação municipal que define a estrutura e atribuições da Secretaria Municipal de Fazenda (SMF);
 - Decreto Municipal nº 13.222, de 08 de abril de 2019 - Regimento Interno Da Secretaria Municipal De Fazenda;
 - Decreto Municipal nº 14.104, de 05 de agosto de 2021 - Regimento Interno da Secretaria Municipal de Fazenda;
8. Elaboração e validação de Formulário de Identificação de Órgão Produtor (Apêndice 1);
9. Estudo e preenchimento do Formulário de Identificação de Órgão Produtor com base no Regimento da SMF (Decreto Municipal nº 14.104/2021), para a identificação das atribuições - competência, funções, atividades - reconhecidas no texto legal nos níveis da estrutura administrativa, conforme amostragem abaixo:
 - *Competência:* Secretaria
Secretaria Municipal de Fazenda (SMF)
“Gestão das políticas fiscal, financeira, tributária e de posturas do Governo” (Art. 1º, § 1º, I)
 - *Funções:* Subsecretarias
Subsecretaria de Finanças (SUBFIN)
“Administração do orçamento e despesas do Município” (Art. 21, XVII)
 - *Atividades:* Assessorias, Departamentos, Coordenações
Coordenação de Encargos Financeiros do Município e Gestão Orçamentária (Art. 26)
Elaborar proposta orçamentária da SMF e dos Encargos Financeiros do Município (Art. 30, II)
10. Reuniões estratégicas com gestores da SEPLAG, SMF e APERJ para desenvolvimento do Acordo de Cooperação Técnica e Científica no âmbito do Projeto PDPA 4408 (Partes: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ e Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão da Prefeitura Municipal de Niterói - SEPLAG/NITERÓI).
11. Levantamento e estudo de modelos de formulários de identificação de tipos documentais para a elaboração e validação de Formulário de Identificação de Tipologias Documentais da SMF (Apêndice 2);

12. Levantamento de 120 processos administrativos produzidos por 19 áreas da SMF;
13. Leitura, análise e preenchimento de formulário de identificação de tipologias da SMF (120 formulários preenchidos);
14. Leitura e identificação da legislação informada nos 120 processos administrativos para preenchimento da fundamentação legal e normativa que regem a produção desses 120 tipos documentais identificados;
15. Estudo comparativo das atribuições das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e das Comissões de Gestão de Documentos (CGD) do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro para o desenvolvimento de proposta da Comissão de Gestão de Documentos e Acesso da Prefeitura Municipal de Niterói (CGDA/PMN);
16. Estudo da legislação (Lei 8.159/1991, LAI/2012, LGPD/2018) e normas técnicas de gestão de documentos (ABNT NBR ISO 15489/2018) para o desenvolvimento das atribuições referentes à gestão de documentos como contribuição para a minuta de Lei Municipal de Arquivos para Niterói;
17. Participação na Comissão Organização e apresentação do PGD-Niterói no “II Seminário: Arquivos Municipais Fluminenses”, realizado entre os dias 10 e 11 de novembro de 2021.

5 RESULTADOS PRELIMINARES DO PGD-Niterói

O PGD-Niterói, ainda em desenvolvimento na prefeitura Municipal de Niterói, com previsão de finalização em janeiro de 2023, tem como resultados preliminares os seguintes indicadores de cada meta proposta para o seu desenvolvimento:

Meta | Capacitar equipe técnica e servidores públicos do município de Niterói e do Leste Fluminense em gestão de documentos.

Resultados:

- Realizados 2 cursos de capacitação de Gestão de Documentos e da Metodologia de Identificação Arquivística para a equipe de pesquisadores do PGD-Niterói.
- Elaborados 2 programas de curso de gestão de documentos para capacitação dos servidores da SMF.

Meta | Fomentar parceria com o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) para compartilhamento de ferramentas de inovações do Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ).

Resultados:

- Firmado Acordo de Cooperação Técnica e Científica (APERJ / SEPLAG-PMN / PDPA 4408) para cessão de uso do Sistema de Identificação de Tipologia Documental (SITD) no PGD-Niterói (Módulo SMF) – Em fase de implementação (Publicação no DOE nº 197 – Parte I – 18 de outubro de 2021).

Meta | Elaborar os instrumentos de gestão de documentos e padronizar o sistema de protocolo da SMF.

Resultados:

- Elaborada proposta de atribuições para a criação da Comissão de Gestão de Documentos e Acesso (CGDA).
- Elaborado o Cronograma de execução de coleta de dados na SMF e Formação de comissões de gestão de documentos (CGD-SMF).
- Contribuição na redação das diretrizes normativas e metodológicas para o Programa de Gestão de Documentos (PGD-Niterói) na configuração da Política Municipal de Arquivos de Niterói - (minuta da Lei em discussão).
- Elaborados os Formulários de identificação de órgão produtor e de identificação de tipologia documental com adaptação das diretrizes legais e normativas da LAI, LGPD e ABNT NBR ISO15489/2018.
- Aplicação do formulário de identificação de órgão produtor (análise dos elementos orgânicos e funcionais) com base no Regimento da SMF (2021).
- Aplicados formulários de identificação de tipologia documental em 116 processos administrativos da SMF, com vistas à padronização do tipo documental / levantamento da legislação e normativas citadas nos processos administrativos para fundamentação da avaliação de documentos (temporalidade) / padronização de dados em conformidade com as diretrizes da LAI e LGPD / estudo da denominação atual da tipologia e sua equivalência com os fundamentos da Diplomática, com base na metodologia de identificação arquivística / levantamento e análise fluxos documentais.

Meta | Divulgar os resultados do projeto 2 em eventos científicos nacionais e internacionais e em periódicos da área

Resultados:

- Participação na Comissão Organização e apresentação do PGD-Niterói no “II Seminário: Arquivos Municipais Fluminenses”, realizado entre os dias 10 e 11 de novembro de 2021.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somente uma política de gestão de documentos e arquivos com foco em soluções relacionadas à formulação de diretrizes normativas e metodológicas para a implementação de PGD, permite a definição dos requisitos que garantam a necessária rapidez na localização de documentos e informações exigidas para o cumprimento da legislação em vigor, conferindo eficácia e eficiência para um melhor funcionamento da Administração Pública em sua rotina diária de tomada de decisões, estreitando os laços entre governo e sociedade.

Infelizmente, esta ainda não é uma realidade para a maioria dos municípios do Brasil, que do ponto de vista da implementação de políticas de gestão de documentos e arquivos, de acordo com o CONARQ “de um total de 5.570 municípios, apenas uma pequena parcela conta com um arquivo público municipal formalmente constituído.” (BRASIL, 2014, p. 7).

Além disso, na Administração Pública brasileira, especialmente no âmbito municipal, é notável que, além da ausência de uma autoridade arquivística municipal, existe uma considerável falta de preparo da administração pública municipal com relação às diretrizes normativas e metodologias inerentes à gestão de documentos que, quando existem, com raras exceções, não são formuladas e implementadas nos parâmetros do rigor técnico e científico. Essa problemática ainda é um dos principais desafios para a garantia da transparência no âmbito da gestão administrativa dos municípios no país, que, por consequência, causará impactos na implementação da LAI, requisito importante para o alcance da transparência administrativa.

Niterói tem se destacado em seu compromisso com a transparência pública e com o acesso à informação, a partir do alinhamento do NQQ/2033 com a Agenda 2030 da ONU e com a criação e destinação de investimentos para o PDPA, a partir da aprovação de projetos estratégicos aplicados para a melhoria da qualidade de vida da população, bem como eleva o nível de confiança e credibilidade dos governos.

Desse modo, o PGD-Niterói no âmbito do PDPA 4408, é um importante projeto que busca estabelecer procedimentos metodológicos

contribuindo para a boa gestão dos documentos públicos, a fim de que sejam controlados desde o momento da produção (protocolos) até a sua destinação final: eliminação ou preservação definitiva no âmbito de um Arquivo Público Municipal.

REFERÊNCIAS

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística**: reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo / Arquivo do Estado, 2000. (Projeto Como Fazer).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei Federal n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Diário Oficial, Brasília, 9 jan.1991, seção 1, p. 455.

_____. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 07 fev. 2022.

_____. Arquivo Nacional. **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Conselho Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. 151p.

_____. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR ISO 15489-1:2018**: Informação e documentação — Gestão de documentos de arquivo — Parte 1: Conceitos e princípios. Rio de Janeiro: ABNT, 2018. 25p.

_____. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 15 jan. 2022.

KNAUSS, Paulo de Mendonça; NASCIMENTO, Mariana Batista do.; BUENO, Danilo André. Arquivos Vivos da Administração Pública: O Programa de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro (PGD-RJ). **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 3, nov. 2013. p. 186-208. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/9346>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

Nádia Dévaki Pena Garcia. **Os arquivos nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**: estudo de identificação das políticas públicas arquivísticas para o acesso à informação. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) - Universidade Federal Fluminense.

RODRIGUES Ana Célia et al. **Arquivos fluminenses no contexto ibero-americano**. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite, 2019. (pdf). p.169-176. Disponível

em:

<<http://www.rj.gov.br/LivroArquivosFluminensesnoContextoIberoamericano.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

RODRIGUES, Ana Célia; GARCIA, Nádia Dévaki Pena. A FAMS e a política de gestão de documentos para a Prefeitura Municipal de Santos: estudo de caso sobre a elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos da Secretaria Municipal de Economia e Finanças (TTD SEFIN). In: **XVIII Congresso Brasileiro de Arquivologia**. Rio de Janeiro, RJ: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. 10p.

VILELA, Amanda Barbosa. **Os arquivos no contexto das ações de transparência do Poder Executivo do Município de Niterói, RJ**. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense. 2019a.

VILELA, Amanda Barbosa. **Identificação dos procedimentos de gestão de documentos e arquivos na Câmara Municipal de Niterói**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019b.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Formulário de Identificação de Órgão Produtor

Competência:	Função - O QUE FAZ?	SIGLA	Atividade - COMO FAZ?
	UNIDADE	SIGLA	SUBUNIDADE



ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO ÓRGÃO PRODUTOR - PMN

Secretaria Municipal da Fazenda
REGIMENTO INTERNO DA SMF - DECRETO Nº 14.104/2021 (05/08/21)



Apêndice 2 – Formulário de Identificação de Tipologia Documental

Formulário de Identificação de Tipologia Documental
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SMF – PMN
Unidade Administrativa: (nome atual da Subsecretaria/setor/seção/departamento/coordenação)
Subordinação: (nome atual da Subsecretaria/setor/seção/departamento/coordenação)
Função: (O que faz em termos substanciais? = atribuição e responsabilidade)

Atividade: (como faz?)	
Nome atual do documento: (nome atual do documento – anexar cópia do documento produzido neste formulário)	
Tipo documental: (Espécie + atividade + objeto)	
Objetivo da produção:	
Conteúdo: (são os dados substanciais que se repetem na produção do mesmo tipo documental)	
Fundamento legal: (há legislação/norma interna/externa que fundamenta a produção/recebimento, vigência e prescrição desse documento ou atividade? Colocar por extenso o título da norma/lei/etc. e o item/art. etc... que diz respeito ao documento/atividade exigida. Anexar a este formulário).	Documentos anexos ao tipo documental (Lista PROCNIT):
	Documentos anexos ao tipo documental (do processo):
Classificação de acesso (LAI/2012): ☐ Ostensivo ☐ Sigiloso – Grau de Sigilo: ☐ Reservado (5 anos) ☐ Secreto (15 anos) ☐ Ultrassegredo (25 anos) Critérios de classificação da Informação quanto ao Grau de Sigilo previsto na (Art. 23 – LAI/2012): ☐ I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; ☐ II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; ☐ III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; ☐ IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;	

- ☐ V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;
- ☐ VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;
- ☐ VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou
- ☐ VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Prazo: _____ anos.

Justificativa/observações (do gestor)

Classificação de dados pessoais (LGPD/2018)

Dados identificados ou identificáveis

☐ Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável (Art. 5º, I - LGPD/2018)

Quais?

☐ I - Com necessidade de consentimento do titular? (Art. 7º, LGPD/2018)

Justificativa/observações (do gestor)

☐ Sem necessidade de consentimento do titular? (Art. 7º, LGPD/2018)

Indicar justificativa abaixo:

☐ II - Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

☐ III - Pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;

☐ IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

☐ V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;

☐ VI - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

☐ VII - para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;

☐ VIII - para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)

☐ IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou

☐ X - para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

Classificação de dados pessoais sensíveis

☐ Sim

☐ Não (Art. 5º, I - LGPD/2018)

Se sim, indicar o tipo(s) de dado(s) pessoal sensível abaixo, bem como Finalidade e Hipóteses previstas na LGPD:

☐ Origem racial ou étnica

☐ Convicção religiosa

☐ Opinião política

☐ Filiação a sindicato

☐ Filiação a organização religiosa

☐ Filiação a organização política

☐ Dado genético ou biométrico

☐ **Finalidade:** _____ (Art. 11 – LGPD/2018) - I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

☐ **Finalidade:** _____ (Art. 11 – LGPD/2018) - II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: Indicar justificativa abaixo:

Hipóteses que se enquadra a coleta e o tratamento de dados pessoais sensíveis:

☐ a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

☐ b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;

() c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;

() d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

() e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

() f) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou

() g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Dados anonimizados

() Sim () Não (Art. 5º, III - LGPD/2018)

Justificativa/observações (do gestor):

Tramitação-workflow – Nº PROCESSO DE NEGÓCIO:					
Vias/ cópias	Origem (órgão ou pessoa)	Destino (órgão ou pessoa)	Objetivo (ação)?	Documento produzido/recebido	Quem assina?
Prazo de arquivamento total: _____ anos Justificativa/Observações (equipe P2 e gestor) (com base na legislação e/ou no uso administrativo)			Destinação: () eliminar () preservar (APM) Prazos em anos: () Corrente (setor) () Intermediário (Central)		
Responsável pela entrevista preenchimento (equipe P2):			Entrevistado (nome e área):		Data da entrevista:

MENSAGEM DE PREFEITO: ABORDAGEM DIPLOMÁTICA E DA HISTÓRIA ADMINISTRATIVA

Paulo Knauss de Mendonça (Universidade Federal Fluminense),
Breno Pagoto de Oliveira (Universidade Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados parciais de pesquisa sobre a história administrativa de Niterói, que integra o projeto intitulado “Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense”, desenvolvido no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados (PDPA) 4408, resultado de uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Prefeitura Municipal de Niterói. A história administrativa municipal é uma vertente desse projeto.

O estudo, que ora se apresenta, tem como fonte a coletânea Relatórios de Prefeitos de Niterói (1904-1977)⁵⁸, da Biblioteca Nacional, que reúne o conjunto de documentos produzidos por diversos prefeitos de Niterói,

⁵⁸ EIGENHEER, Emílio Maciel; FERNANDES, Maria José da Silva; MENEZES, Vera Lúcia Garcia. **Relatórios de Prefeitos de Niterói (1904-1977)**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800139&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 15 jun. 2022.

destinados à Câmara Municipal e publicados como forma de prestar contas de sua gestão. Apesar do título genérico, que faz referência a uma série de “relatórios”, a coletânea em questão chama atenção por ser composta de documentos diversos, por vezes intitulados “mensagem”, “exposição”, “relatório”, “deliberação”, entre outros. Uma característica comum a quase todos, é a justificativa de que foram produzidos em cumprimento da lei orgânica municipal, o que aparentemente explica essa reunião.

Desse modo, nosso primeiro desafio de pesquisa foi melhor compreender esse corpus documental. Para tanto, optamos por aplicar os princípios da análise diplomática, com base nas definições de Heloísa Liberalli Bellotto.

2 A CRIAÇÃO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E AS MENSAGENS DE PREFEITO

Com a Proclamação da República, em 1889, houve uma reestruturação da administração do estado e de seus poderes, o que inclui a criação de prefeituras municipais. Em verdade, o cargo de prefeito remete ao tempo do Império do Brasil, sendo criado pelo ato adicional de 1834, apesar de nunca ter se estabelecido no quadro de disputas entre poder local e central.⁵⁹

Data de 1893 a primeira tentativa de se criar a Prefeitura Municipal de Niterói, uma proposta do então presidente de estado do Rio de Janeiro, José Tomás Porciúncula. O contexto político inviabilizou a proposta, diante das consequências da Revolta da Armada (1892-1894). Durante esse conflito, os trabalhos legislativos foram interrompidos e a capital estadual foi transferida para Petrópolis entre 1894 e 1902. Apesar disso, o assunto não foi esquecido e retornou à pauta da Assembleia Legislativa nos primeiros anos do século XX.⁶⁰

Foi a reforma constitucional estadual de 1903, durante o governo de Quintino Bocaiúva, que propôs a implementação de prefeituras, previstas para os municípios em que o governo estadual tivesse responsabilidade pecuniária na organização e administração de serviços públicos, como no caso de Niterói, onde o estado detinha os contratos de iluminação e abastecimento de água. A proposta foi combatida pela assembleia e permaneceu em aberto, sendo apenas implementada durante o governo de Nilo Peçanha, que sucedeu a Quintino Bocaiúva, com a criação das prefeituras de Niterói, São Gonçalo, Campos dos Goytacazes e Petrópolis. A nova ordem institucional separava no plano

⁵⁹ LIMA, José Edson Schümann. **A província fluminense: administração provincial no tempo do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 2012, pp. 61-62.

⁶⁰ SOARES, Emanuel de Macedo. **A prefeitura e os prefeitos de Niterói**. Niterói: Editora e Distribuidora Êxito, 1992, p. 17.

municipal o poder legislativo e executivo, superando a tradição camarista imperial.⁶¹

A prefeitura de Niterói foi criada pelo decreto estadual nº 833, de 04 de janeiro de 1904, e, de acordo com a legislação, o prefeito deveria ser nomeado pelo governador. Na ocasião, para inaugurar o cargo foi escolhido para a prefeitura de Niterói o engenheiro niteroiense Paulo Ferreira Alves, especialmente por suas qualidades técnicas e visão administrativa.⁶² Sua nomeação se deu no dia da criação da prefeitura, mas sua posse ocorreu apenas no dia seguinte em singela cerimônia no salão nobre da Câmara Municipal.

No dia 24 de março de 1904, para abrir a sessão inaugural do primeiro período legislativo daquela câmara, quando foram empossados seus vereadores, o prefeito apresentou o texto intitulado “Mensagem apresentada á Camara Municipal de Nictheroy na Sessão Inaugural do Primeiro Período Legislativo no regimen da Lei n. 624A, de 18 de Novembro de 1903”, com intuito de expor suas propostas e perspectivas de atuação, almejando o apoio dos parlamentares. Trata-se do primeiro documento reunido na coletânea *Relatórios de Prefeitos de Niterói (1904-1977)*. Segundo consta na ata da sessão da câmara, a ocasião seguiu um cerimonial próprio:

(...) Concluidas as afirmações, o senhor Presidente nomeou uma comissão composta dos senhores Doutores Fróes da Cruz, Leoni Ramos, e Octavio Kelly para introduzirem no recinto o Doutor Prefeito municipal, a fim de ler a mensagem. Esta comissão desempenhou-se do encargo, acompanhando o senhor Doutor Prefeito que, após a leitura, retirou-se com as mesmas formalidades.⁶³

Infelizmente não encontramos documentação de época com definições específicas sobre o rito parlamentar niteroiense, mas ao analisar as atas da câmara, pudemos constatar que o mesmo procedimento se repetiu na apresentação de novas “mensagem de prefeito”, apresentadas nos dias 09 de janeiro de 1905 e 20 de novembro de 1906. As lacunas do arquivo da Câmara Municipal de Niterói impossibilitaram a averiguação da frequência desse cerimonial.

⁶¹ Ibidem, p. 18.

⁶² Ibidem, p. 19.

⁶³ NITERÓI. Arquivo da Câmara Municipal de Niterói. *Livro de atas de 1904 (manuscrito)*, nº 026, tombo 1121, p. 7.

3 AS MENSAGENS DE PREFEITO E SUA CIRCULAÇÃO

No que diz respeito à primeira mensagem do prefeito de Niterói, no dia 25 de março de 1904, o jornal *O Fluminense* noticiou a sessão de posse com destaque de primeira página:

O dr. prefeito, acompanhado do seu ajudante de ordens, tenente Caio Itahy, penetrou no recinto, onde procedeu á leitura de sua consubstanciosa Mensagem, da qual publicamos hoje uma parte.⁶⁴

A partir do trecho acima podemos destacar dois pontos importantes: em primeiro lugar, ao contrário do que consta nas atas, a palavra “mensagem” está escrita com letra maiúscula, indicando uma possível especificidade e proeminência desse documento; em segundo lugar, trata-se de um registro da circulação desse documento, na medida em que é possível constatar sua publicação na imprensa, o que foi comum durante toda a Primeira República.

Devido a extensão do texto, *O Fluminense* dividiu a mensagem em quatro partes, publicando os trechos restantes em sequência, nos dias 26, 27 e 28 de março. O feito foi agraciado com uma visita do próprio prefeito à sede do jornal, como indica uma nota do dia 27 de março daquele ano de 1904:

Acompanhado do seu ajudante de ordens, tenente Sotero Caio Itahy, deu-nos hontem a honra de sua visita o sr. dr. Paulo Alves, prefeito municipal. S. s. veio agradecer-nos a publicação que estamos fazendo em nossa parte editorial, da sua importante Mensagem. Ficamos gratos pela honrosa visita.”⁶⁵

Mais uma vez, evidencia-se que a mensagem não era um documento burocrático restrito à câmara, pois essa visita do prefeito ao periódico que publicou o documento demonstra a importância dada a circulação pública desse texto, o que não foi uma exclusividade de *O Fluminense*. Ainda sobre a sessão inaugural da Câmara, no dia 25 de março de 1904, o periódico *A Capital* nos dá mais detalhes sobre a cerimônia:

Profusamente iluminado o salão nobre do edificio da municipalidade apresentava aspecto imponente. Destacavam-se os finissimos jarrões de onde surgiam artisticos *bouquets* de flores naturaes. (...) Das paredes pendiam retratos de antigos vereadores, do marechal

⁶⁴ POSSE da Câmara. **O Fluminense**, Nictheroy, ano XXVII, n. 5503, 25 mar. 1904. *O Fluminense*, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/5535. Acesso em: 15 jun. 2022.

⁶⁵ DR. PAULO Alves. **O Fluminense**, Nictheroy, ano XXVII, n. 5505 27 mar. 1904. *O Fluminense*, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/5543. Acesso em: 15 jun. 2022.

Floriano Peixoto, José Bonifácio e o grande quadro de Parreiras - A Prece. Quando, empossados com todas as formalidades os srs. vereadores e juizes de paz, penetrou no salão nobre o sr. prefeito municipal acompanhado pela comissão indicada para alli introduzil-o. Resoou pelo edificio uma grande e enfatica salva de palmas. S. ex. procedeu então á leitura da sua substanciosa mensagem (...)⁶⁶

Essa descrição minuciosa nos indica uma solenidade da sessão de posse dos vereadores que se opõe à simplicidade da posse do próprio prefeito, revelando a importância conferida à leitura da mensagem. O evento também foi destacado em primeira página por *A Capital* que, apesar de não publicar a mensagem na íntegra, apresentou aos seus leitores um resumo elogioso da mesma.

Entretanto, é sabido que o documento provocou grandes descontentamentos entre os vereadores e habitantes da cidade, especialmente àqueles ligados ao comércio, pois o prefeito tocou em assuntos muito delicados em seu discurso, como o aumento de impostos e a realização de vultuosos empréstimos. Prova disso foi a reação hostil de *O Fluminense*, periódico de oposição que destinou uma série de advertências à mensagem:

A renda municipal está sempre na dependencia da fortuna particular dos contribuintes e desta emana, de modo que e preciso estabelecer um equilibrio constante entre os interesses de ambos, afim de que não seja quebrada a harmonia resultante desse sabio e criterioso modo de agir em administração.⁶⁷

Nesse sentido, nota-se que a apresentação das propostas da prefeitura era combustível para inflamar os debates na imprensa e movimentar a opinião pública sobre o prefeito, pois apresentavam as intenções até então obscuras de um cargo definido por nomeação, ou seja, que dispensava qualquer tipo de campanha ou exposição prévia de seus propósitos. Contudo, as mensagens não eram uma exclusividade do prefeito de Niterói. No início do século XX, são infindáveis as publicações da imprensa carioca sobre as mensagens do prefeito do Distrito Federal ao chamado Conselho Municipal e muitas eram as abordagens e formas de repercussão do texto.

⁶⁶ A MENSAGEM do prefeito. *A Capital*, Nictheroy, ano III, n. 745, 26 mar. 1904. *A Capital*, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/223085/3012>. Acesso em: 15 jun. 2022.

⁶⁷ BARBOSA, Ricardo. Futuro de Nictheroy. *O Fluminense*, ano XXVII, n. 5510, 01 abr. 1904. *O Fluminense*, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/5564. Acesso em: 15 jun. 2022.

No dia 04 de setembro de 1909, por exemplo, o periódico *O Rebate* dedicou duas páginas inteiras à luxuosa publicação da mensagem integral do então prefeito Inocêncio Serzedelo Correia, apresentando um grande retrato impresso em primeira página e notável trabalho gráfico.⁶⁸ *O Rio Nu*, por sua vez, ao referir-se à mensagem do prefeito Carlos Leite Ribeiro, restringiu-se a publicar, no dia 09 de setembro de 1905, a seguinte nota seção “Piadas”:

A mensagem do Prefeito assombrou o Conselho. Tudo ficou resolvido, menos a calma do Sr. Leite Ribeiro que tinha feito as contas e via as sommas agora... O homem pensava que era ribeiro de leite.⁶⁹

Mais uma vez, demonstra-se a variedade de formas de circulação e o alcance desse texto próprio da burocracia municipal republicana. Apesar disso, pouco sabemos sobre como as palavras do prefeito extrapolavam os muros do parlamento, mas a seguinte nota publicada pelo semanário carioca *Tagarela*, no dia 08 de setembro de 1904, nos apresenta indícios desses caminhos

Recebemos a Mensagem do Prefeito do Districto Federal, lida na sessão do Conselho Municipal de I do corrente. É um volume de 146 paginas esplendidamente impresso nas officinas de *Gazeta de Noticias*. Agradecidos.⁷⁰

Isso explica porque os documentos reunidos na coletânea *Relatórios de Prefeitos de Niterói (1904-1977)* são uma série de livros encadernados, impressos em renomadas tipografias, pois tinham como destino a disseminação entre os órgãos da imprensa e pela sociedade civil. Além disso, os documentos que compõem a coletânea em questão revelam outras evidências dessa circulação, pois, considerando que sua composição se deu por meio de proveniências diversas, muitos deles apresentam inscrições e carimbos que indicam sua primeira origem.

São comuns, por exemplo, os carimbos de um arquivo na Prefeitura Municipal não identificado, bem como aqueles da Diretoria do Domínio do Estado, aplicados nos anos de 1940. Entretanto, chama atenção a inscrição na folha de rosto da “Mensagem apresentada á Camara Municipal de Nictheroy pelo prefeito Dr. Ranulpho Bocayuva Cunha em dezembro de 1921”, em que consta uma dedicatória do autor ao “presado collega, Desiderio de Oliveira”,

⁶⁸ A MENSAGEM do Prefeito do Districto Federal. **O Rebate**, Rio de Janeiro, ano X, n. 973, 4 set 1909. *O Rebate*, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/365050/102>. Acesso em: 15 jun. 2022.

⁶⁹ **O RIO NU**, Rio de Janeiro, ano VI, n. 540, 9 set. 1908. *O Rio Nu*, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706736/1610>. Acesso em: 15 jun. 2022.

⁷⁰ **TAGARELA**, Rio de Janeiro, ano III, n. 133, 8 set. 1904. *Tagarela*, p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709689/1763>. Acesso em: 15 jun. 2022.

apontando a circulação das mensagens também entre os pares do prefeito, entregues como presente.

4 MENSAGENS DE PREFEITO: UMA QUESTÃO PARA A DIPLOMÁTICA

Além de não constituir uma exclusividade da Prefeitura Municipal de Niterói, a mensagem também não era uma prerrogativa dos prefeitos, muito pelo contrário. Durante o período republicano, antes mesmo da instituição das prefeituras no Rio de Janeiro, a Constituição de 1891, desde sua promulgação, já previa a exigência de que o presidente da República apresentasse uma mensagem. Isso pode ser constatado no inciso 9º, do artigo 48, do capítulo III da mesma:

9º) dar conta anualmente da situação do País ao Congresso Nacional, indicando-lhe as providências e reformas urgentes, em mensagem que remeterá ao Secretário do Senado no dia da abertura da Sessão legislativa;⁷¹

Competência similar pode ser observado na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 9 de abril de 1892, em seu inciso 4º, do artigo 56, do capítulo II:

4º) Enviar á Assembléa Legislativa, no dia da abertura de cada sessão, uma mensagem dando conta dos negocios e indicando as providencias reclamadas pelo serviço publico;⁷²

Este trecho permaneceu intacto ao longo da Primeira República, mesmo depois das reformas constitucionais de 1903 e 1920. Comparando-se os dois incisos, nota-se que ambos tratam da mesma espécie documental, divergindo apenas no que diz respeito à periodicidade. Retomando o exemplo de Niterói, dentre os documentos da coletânea em questão, a partir da mensagem do prefeito Carolino de Leoni Ramos, do dia 20 de novembro de 1906, todos os documentos subsequentes apresentam, em termos de análise

⁷¹ BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm#:~:text=Constitui%C3%A7%C3%A3o91&text=NOVA. Acesso em: 15 jun. 2022.

⁷² RIO DE JANEIRO. [Constituição (1892)]. **Constituição do Estado do Rio de Janeiro promulgada em 09 de abril de 1892**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência do estado. Disponível em: http://www2.alerj.rj.gov.br/biblioteca/assets/documentos/pdf/constituicoes/rio_de_janeiro/constituicao_1892/Constituicao_1892.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

diplomática, um *preâmbulo* que justifica a criação dos mesmos com base na lei orgânica municipal:

Em observância ao disposto no art. 32, n. 8, da Lei n. 624 A, de 18 de novembro de 1903, venho apresentar-vos a proposta de orçamento para o exercício de 1907 e, ao mesmo tempo, expor-vos o estado dos diversos serviços municipais.⁷³

Por sua vez, o inciso 8º, do artigo 32, do capítulo II, da lei supracitada, designa as seguintes incumbências ao prefeito ou presidente da Câmara:

8º) Apresentara anualmente à Câmara, dois meses antes de findar o exercício, a proposta de orçamento, acompanhada de uma exposição sobre o estado dos diversos serviços.⁷⁴

Sendo assim, um detalhe chama atenção: ao contrário do caso da legislação federal e estadual, na lei orgânica dos municípios do estado do Rio de Janeiro, não se faz qualquer referência a “mensagem”. O mesmo ocorre no caso da lei orgânica do Distrito Federal⁷⁵, ainda que se conheçam documentos assim intitulados e emitidos pelo seu prefeito em ocasiões similares às de Niterói. Nesse caso, por que então essa espécie documental se estabeleceu nas municipalidades fluminenses? A resposta pode estar em sua gênese.

Segundo Pedro Calmon, a mensagem republicana tem origem no “discurso do trono”, consolidado entre as monarquias parlamentares europeias. Em geral, trata-se de uma oração realizada anualmente na abertura dos trabalhos legislativos, como forma de promover a escuta do poder executivo pelo legislativo. No Brasil, a fala do trono foi introduzida ainda no Primeiro Reinado permanecendo até o fim da monarquia. No contexto republicano, essa forma de comunicação do executivo para o legislativo surge a partir do Estados Unidos, que se inspirou na discurso monárquica de sua

⁷³ EIGENHEER, Emílio Maciel; FERNANDES, Maria José da Silva; MENEZES, Vera Lúcia Garcia. Mensagem dirigida pelo prefeito municipal Dr. C. de Leoni Ramos ao Conselho Municipal de Niterói em 20 de novembro de 1906, in: **Relatórios de Prefeitos de Niterói (1904-1977)**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800139/162>. Acesso em: 15 jun. 2022.

⁷⁴ RIO DE JANEIRO. **Lei n. 624 A, de 18 de novembro de 1903**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência do estado.

⁷⁵ RIO DE JANEIRO. **Lei nº 85, de 20 de setembro de 189**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-85-20-setembro-1892-541262-publicacaooriginal-44822-pl.html#:~:text=Estabelece%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20municipal%20do%20Districto%20Federal.&text=Art.%20contin%C3%BAa%20constitu%C3%BDido%20em%20munic%C3%BDio>. Acesso em: 15 jun. 2022.

antiga metrópole para instituir a mensagem presidencial, o que se refletiu nos ritos da República brasileira.⁷⁶

Ao contrário da fala monárquica, que se restringia a estabelecer diretrizes e informar sobre a situação da nação, a mensagem do executivo se caracterizava por apresentar uma relatoria detalhada, na forma de prestação de contas, para então exprimir apelos, sugestões e alertas ao legislativo. Além disso, com inspiração na monarquia francesa, no caso da fala do trono brasileira, havia o hábito de o parlamento emitir uma resposta oficial ao monarca, em geral, amigável e condescendente, o que não ocorria no caso da mensagem republicana, por sua vez, comentada no campo da imprensa e da opinião pública como demonstrado anteriormente.⁷⁷

Infelizmente não temos definições de época para o conceito de mensagem no âmbito das dinâmicas parlamentares republicanas, mas podemos tomar para análise diplomática o conceito Bellotto:

Instrumento pelo qual o Presidente da República ou os governadores dirigem-se ao povo ou especificamente aos Poderes Legislativo ou Judiciário, como um todo. No caso do Poder Legislativo, em geral, é apresentada no início dos trabalhos legislativos do ano. Por meio da mensagem, o Poder Executivo propõe medidas e presta contas relativas ao exercício anterior. (...) Protocolo inicial: título – MENSAGEM no... data cronológica. Direção. Texto: a matéria da mensagem. Protocolo final: fecho de cortesia. Assinatura do chefe de Estado, sem que seja datilografado/digitado o seu nome e cargo.⁷⁸

É interessante notar que a definição acima não inclui a possibilidade de mensagens de prefeitos, ainda que estes sejam chefes do poder executivo. Somado a isso, sabemos que as mensagens da prefeitura de Niterói entre 1904 e 1929, salvo a inaugural, foram apresentadas no ao final das atividades legislativas, e não no início, configurando-se em forma de exposição e proposta de orçamento. Contudo, todos os documentos da coletânea *Relatórios de Prefeitos de Niterói (1904-1977)* apresentam as características de diploma citadas (protocolo inicial, direção, texto e protocolo final). Portanto, ainda que haja

⁷⁶ **FALAS DO TRONO: desde o ano de 1823 até o ano de 1889.** Brasília: Senado Federal, 2019, p. 16. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/562127/Falas_do_Trono_1823-1889.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

⁷⁷ Ibidem, p. 17.

⁷⁸ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p. 75.

variação em seu título, todos os documentos da coletânea compartilham das mesmas características diplomáticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas primeiras décadas da Primeira República, as prefeituras se estabeleceram como mecanismo do governo estadual para controlar o alcance político da atuação das Câmara Municipais, antigos redutos do poder local. Compreende-se que, apesar de não constar nos textos das primeiras leis orgânicas fluminenses, a apresentação de mensagens esteve baseada na tradição parlamentar brasileira, convencendo-se como imprescindível ao poder executivo republicano. De todo modo, define-se como um instrumento de ação política, mais que de controle administrativo, ainda que possa conter dados de relatório de atividades e realizações.

Considerando a recente criação da prefeitura de Niterói, não causa estranhamento o fato de não estarem estabelecidas definições claras dos procedimentos parlamentares, o que justifica as mudanças de nomenclatura para documentos com a mesma finalidade. A própria opção do prefeito pelo termo “mensagem”, ainda que este não figurasse na lei orgânica, é um indício da indefinição de práticas e procedimentos de um poder em construção e que buscava legitimidade política. Por fim, acreditamos que a mensagem represente uma tradição parlamentar brasileira que se desdobra em diferentes tipos documentais: mensagem monárquica, mensagem presidencial e mensagem de prefeito.

REFERÊNCIAS

- A MENSAGEM do Prefeito do Distrito Federal. **O Rebate**, Rio de Janeiro, ano X, n. 973, 4 set 1909. O Rebate, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/365050/102>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- A MENSAGEM do Prefeito. **A Capital**, Niteroi, ano III, n. 745, 26 mar. 1904. A Capital, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/223085/3012>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- BARBOSA, Ricardo. Futuro de Niteroi. **O Fluminense**, ano XXVII, n. 5510, 01 abr. 1904. O Fluminense, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/5564. Acesso em: 15 jun. 2022.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p.
- BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm#:~:text=Constitui%C3%A7%C3%A3o91&text=NOVA. Acesso em: 15 jun. 2022.

DR. PAULO Alves. **O Fluminense**, Nictheroy, ano XXVII, n. 5505 27 mar. 1904. O Fluminense, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/5543. Acesso em: 15 jun. 2022.

EIGENHEER, Emílio Maciel; FERNANDES, Maria José da Silva; MENEZES, Vera Lúcia Garcia. **Relatórios de Prefeitos de Niterói (1904-1977)**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800139&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FALAS DO TRONO: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: Senado Federal, 2019, p. 16. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/562127/Falas_do_Trono_1823-1889.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

LIMA, José Edson Schümann. **A província fluminense: administração provincial no tempo do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 2012.

NITERÓI. Arquivo da Câmara Municipal de Niterói. **Livro de atas de 1904 (manuscrito)**, nº 026, tombo 1121.

O RIO NU, Rio de Janeiro, ano VI, n. 540, 9 set. 1908. O Rio Nu, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706736/1610>. Acesso em: 15 jun. 2022.

POSSE da Câmara. **O Fluminense**, Nictheroy, ano XXVII, n. 5503, 25 mar. 1904. O Fluminense, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/100439_04/5535. Acesso em: 15 jun. 2022.

RIO DE JANEIRO. [Constituição (1892)]. **Constituição do Estado do Rio de Janeiro promulgada em 09 de abril de 1892**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência do estado. Disponível em: http://www2.alerj.rj.gov.br/biblioteca/assets/documentos/pdf/constituicoes/rio_de_janeiro/constituicao_1892. Acesso em: 15 jun. 2022.

RIO DE JANEIRO. **Lei n. 624 A, de 18 de novembro de 1903**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência do estado.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 85, de 20 de setembro de 189**. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-85-20-setembro-1892-541262-publicacaooriginal-44822>. Acesso em: 15 jun. 2022.

SOARES, Emanuel de Macedo. **A prefeitura e os prefeitos de Niterói**. Niterói: Editora e Distribuidora Êxito, 1992.

TAGARELA, Rio de Janeiro, ano III, n. 133, 8 set. 1904. Tagarela, p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709689/1763>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ARQUIVOS DE FAMÍLIA COMO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias (Universidade
Federal Fluminense),

Isabella Costa Janson Ney (Universidade Federal Fluminense),

Ana Célia Rodrigues (Universidade Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo trazer reflexões e resultados parciais do projeto de pesquisa de pós-doutorado intitulado “Arquivo, Cidade e Família: O arquivo da família Precht-Mesquita como patrimônio documental do município de Niterói (RJ)”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFF), na Linha de Pesquisa 2 – Fluxos e Mediações Sócio Técnicas da Informação, na qual estudam-se a geração, a organização, a representação, a recuperação e a gestão da informação, com especial ênfase em metodologias. Trata-se de recorte temático do Projeto de Pesquisa PDPA 4408 | Plano de Trabalho 22, “Um arquivo público municipal para Niterói: gestão de documentos, acesso à informação e transparência na administração pública no horizonte da história e da cooperação regional do Leste Fluminense”, atendendo especificamente à meta M2.P1, que é “definir a linha de acervo do Arquivo Municipal de Niterói”. O projeto é coordenado pela Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues (PPGCI/UFF) com a vice coordenação do Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça (PPGH/UFF) e integra a produção

científica do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, UFF/CNPq.

Esta pesquisa tem como objeto o estudo teórico e aplicado sobre o arquivo de família como um campo específico dos arquivos privados de interesse público no contexto das políticas de preservação do patrimônio documental e da história local. Busca aprofundar os estudos sobre a relação Arquivo, Cidade e Família a fim de fundamentar o programa a ser criado no Arquivo Público Municipal de Niterói sobre arquivos de famílias. Desse modo, pretendemos estudar a gênese de um conjunto documental, o seu tratamento técnico, e os usos da tipologia documental do arquivo de família, tomando como estudo de caso uma família originária do município de Niterói e sua relação com a escrita da história local.

A metodologia adotada alia uma dimensão teórica a uma aplicada. Do ponto de vista teórico, se caracteriza pela combinação de dois tipos de pesquisa: exploratória e descritiva, cuja abordagem científica é de natureza qualitativa. Do ponto de vista aplicado, a estratégia metodológica é o estudo de caso de identificação arquivística, que será aplicado no desenvolvimento de proposta de requisitos normativos e parâmetros metodológicos para o tratamento do arquivo de família (classificação e descrição).

Muitas instituições arquivísticas abrigam e trabalham com arquivos privados, porém são ainda raras as experiências com arquivos de família, cabendo a nossa pesquisa estabelecer a distinção entre ambos e responder: O que são arquivos de família? Qual o interesse que esses documentos mantêm para os usuários? São questões que permeiam o debate no campo da pesquisa sobre arquivos de família como objeto em si, ainda pouco tratados no âmbito das políticas arquivísticas, sobretudo nas municipais. Ana Maria da Costa Macedo define arquivo de família como “um conjunto de documentos organizados de uma forma natural, ao longo das gerações, pelos elementos da família no desempenho das suas funções, públicas e privadas, e dos cargos exercidos” (MACEDO, 2018, p. 15). Segundo Pedro de Abreu Peixoto, é impossível reduzir arquivo de família “em qualquer definição mais abrangente de arquivos privados” (PEIXOTO, 2002, p. 80). Para Olga Gallego, o arquivo de família compreende o conjunto de documentos orgânicos elaborados ao longo de gerações que envolvem determinada família, enquanto os arquivos pessoais remetem as individualidades que, por determinado motivo, se destacam da respectiva família (RODRIGUES, 2017, apud GALLEGO, 2017).

Em se tratando de um conceito operatório chave de nossa investigação e, considerando tratar-se de um campo teórico em aberto, empreendemos uma ampla pesquisa sobre o conceito de arquivo de família, contando com a

supervisão do Prof. Dr. Carlos Guardado (Universidade de Lisboa). Importante levar em conta que o arquivo não é uma construção espontânea de documentos, o arquivo é uma construção imbuída de significado e intencionalidade, que visa o cumprimento de determinados objetivos, um instrumento de poder e legitimação social. Nessa perspectiva, os arquivos de família são um resultado complexo das atividades de uma família ao longo de diversas gerações e não podem ser compreendidos fora da evolução histórica da família que o criou (URIEN, 2000, p. 16), e das disputas internas em torno da memória familiar.

Selecionamos a família Precht-Mesquita, como “piloto” de nossa pesquisa aplicada, por se tratar de um núcleo familiar originário do município de Niterói, cuja trajetória a ser investigada compreende as primeiras décadas do século XIX, até a segunda metade do século XX, quando parte da família fixa residência na cidade do Rio de Janeiro (1918-1945). Os Precht-Mesquita descendem de duas vertentes da imigração europeia na região de Niterói, a portuguesa e a de origem germânica. Pelos idos de 1810, o jovem Affonso Forneiro veio sozinho de Portugal, estabelecendo-se em Ponta Negra, atual distrito de Maricá, município da hoje região metropolitana da Grande Niterói. Affonso Forneiro trabalhou duramente na região de Niterói, e casou-se com Mariana, com quem teve sete filhos. Dentre estes, destacam-se três: Antonio Affonso Faustino, médico e Marechal do Exército; Domício da Gama, diplomata e escritor (seu amigo Eça de Queiroz chamou-o “mulato cor-de-rosa”) e Maria Gangana, pintora que foi morar em Paris, discípula do pintor Fachinetti.

De Antonio Faustino descende o clã familiar aqui identificado como Precht-Mesquita. A filha do Marechal e da gaúcha Ester Vizeu Lorena, chamada Marina, iniciou esse ramo da família com o franco-alemão, já nascido em Niterói, Luiz Avé-Precht, comerciante, filho de Wilhelm Ludwig Precht e de Felisbela Avé-Lallemant. Marina e Luiz tiveram oito filhos, dentre os quais Maria Luiza. Maria Luiza casou-se, em 1922, com Jeronymo José de Mesquita, engenheiro, filho do Barão e da Baronesa de Bomfim (ela Vilas-Boas Antunes de Siqueira), abastados fazendeiros de Minas Gerais. Maria Luiza e Jeronymo tiveram dez filhos. O primogênito José Jeronymo foi voluntário da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial e morreu como herói na Itália em novembro de 1944, aos vinte anos incompletos, sendo o primeiro oficial brasileiro, e de Niterói, a tombar nos campos de batalha. Com exceção da caçula, os nove filhos Precht-Mesquita nasceram em Niterói. Todos com filhos, netos, bisnetos.

Nesse mais de um século de história (1818-1945), essa família produziu e acumulou inúmeros documentos, entre correspondência, fotografias, objetos, certidões, medalhas, e outros registros textuais e iconográficos produzidos no espaço doméstico, alguns também no âmbito da vida pública, capazes, no seu conjunto, de constituir um arquivo de família.

2 ARQUIVO DE FAMÍLIA: PARCERIA, DIREITO À INFORMAÇÃO E CIDADANIA

O Projeto Arquivo de Família vem ao encontro das premissas acima, na medida em que busca a parceria das famílias de Niterói na construção do Arquivo Público do município, valorizando a cooperação e o direito à informação, na construção de uma cidade cidadã. Acreditamos que a história de uma cidade, de um município, constrói-se a partir das trajetórias individuais e dos grupos sociais que habitam, ou habitaram esse espaço, aqui tecendo suas redes de sociabilidade, trabalhando, atuando sobre a sua paisagem, e construindo as suas famílias. Como nos chama a atenção Milton Santos, “o território é o chão e mais a população, isto é, a identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence” (SANTOS, 1996, p. 89). O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre os quais ele flui. Quando se fala em território deve-se entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Para Rita Sampaio da Nóvoa e Maria de Lurdes Rosa, os arquivos de famílias são riquíssimos repositórios da memória daqueles que em torno de “casas” agregaram “testemunhos de vivências de famílias, dos contextos sociais nos quais se incluíram, dos episódios políticos aos quais assistiram, das terras onde viveram, das instituições com as quais comunicara.” Segundo as autoras, muitas vezes “essas perspectivas estão ausentes dos arquivos produzidos e preservados pelas instituições estatais e públicas” (NÓVOA & SAMPAIO, 2014, p. 10). Entendemos que meio dessa tipologia de arquivo de família, é possível recuperar essas experiências e torná-las públicas e acessíveis.

Nesse particular, gostaríamos de destacar a importância das “casas” pertencentes aos diferentes núcleos familiares na concepção dessa nossa pesquisa, na medida em que por meio das casas é possível perceber a ancoragem territorial e memorialística das famílias niteroienses, falar do seu entorno, e das transformações urbanas da cidade. Como nos chama a atenção Gaston Bachelard, no já clássico *A Poética do Espaço*, todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de “casa”. Segundo o autor, a simbologia da “casa” — refletida em muitas outras imagens como abrigo, refúgio, aposentos, entre outros — torna-se o elemento de unificação e

integração do homem frente um mundo de dispersão dos sonhos, das lembranças e do pensamento do ser humano, indo da noção de felicidade às memórias de infância (BACHELARD, 2003).

Em face do nosso objeto de estudo estar relacionado ao município de Niterói, nossa temática está ancorada na noção de território, e no papel exercido pela memória coletiva e pelo patrimônio cultural em sua configuração. É no território que se constroem as identidades e as memórias sociais, pois trata-se de um fenômeno cultural e não um fenômeno natural. Stella Bresciani afirma que “a cidade coloca o mundo na história e traz para o presente o legado das gerações mortas e de suas heranças imortais, pois, é na cidade que a história se exhibe” (BRESCIANI, 2002, pp.16-35). A cidade de Niterói, por meio dos seus arquivos de família, configura-se, portanto, em espaço de distintas experiências, formando uma grande rede de identidades compartilhadas, onde se inclui a família Precht-Mesquita, e outras tantas famílias do município. A cidade é, portanto, memória inscrita no seu território e na sua gente.

Desse modo, o arquivo de família surge como resultado das experiências pessoais, e familiares, constituindo fontes relevantes para a escrita da história local. Tomando a família Precht-Mesquita como protótipo dessa investigação, esperamos, com esse estudo de caso, contribuir para uma melhor reflexão sobre a pertinência da metodologia da identificação arquivística aplicada aos arquivos de família e os usos de documentos privados para a memória social, bem como valorizar as trajetórias individuais como um patrimônio importante para a história dos municípios, em suas dimensões sociais, culturais e políticas.

Vamos, então, aos relatos dos nossos resultados alcançados com a pesquisa, até o momento.

3 NOTAS SOBRE RESULTADOS PARCIAIS

Compreendendo o desenvolvimento do estudo de caso de identificação, organização e descrição do arquivo da Família Precht-Mesquita como sendo um dos objetivos centrais desta pesquisa, dedicamo-nos, em primeiro lugar, à investigação e ao exame dos produtores(es) e acumulador(es) do arquivo. A pesquisa sobre a história da família Precht-Mesquita, suas trajetórias pessoais e o estudo genealógico deste núcleo familiar, através de entrevistas gravadas, encontros com os membros da família e análise dos documentos pessoais acumulados, foram de fundamental importância para traçarmos a classificação funcional do fundo e sua gênese.

A investigação sobre os produtores e acumuladores do arquivo nos permitiu identificar os “guardiões da memória” - categoria proposta para

referirmos àqueles indivíduos encarregados de preservar a história e a memória familiar, ora por motivos afetivos, ora por consciência da importância histórica de tais documentos e relatos. Além da pesquisa genealógica e dos encontros, uma importante ferramenta utilizada para o reconhecimento dos “guardiões da memória” foi a elaboração de um questionário para a identificação da tipologia documental desse arquivo, o que nos permitiu examinar quem são os responsáveis pela guarda dos documentos, quais seriam esses documentos e quem estaria disposto a compartilhar relatos e as memórias da família.

A correlação entre a evolução histórica da família, a acumulação natural de documentos e a história do município de Niterói também foi alvo de nossas investigações. Nesse sentido, trabalhar o uso da tipologia documental do arquivo de família como fonte para a história local nos demandou inúmeros esforços teórico-metodológicos, desde a construção da árvore genealógica do núcleo Precht-Mesquita, através do estudo qualitativo das narrativas compartilhadas pelos familiares e do acesso aos documentos pessoais, até a pesquisa sobre a história de Niterói, por meio do exame da literatura sobre o tema.

A análise dos temas e assuntos identificados na tipologia documental - nas cartas, crônicas e fotografias acumuladas - possibilitou a discussão da relação arquivo, cidade, família - eixo central desta pesquisa. Como resultados práticos, foram estabelecidas as linhas do tempo da trajetória da família Precht-Mesquita e da história da cidade de Niterói, além do desenvolvimento das séries “Narrativas da família Precht-Mesquita”, com entrevistas gravadas, e “Álbum da família Precht-Mesquita”, com imagens de família.

Associada a pesquisa documental e digitalização “in loco” dos documentos da família, a investigação por notícias dos familiares em periódicos da época abriu outra margem para o estudo da relação entre a família e a cidade. Escolhendo o jornal O Fluminense, em virtude do seu lugar de destaque na imprensa local, a pesquisa na plataforma da Hemeroteca Digital (BN) nos permitiu esboçar outro produto almejado deste projeto: a cartografia urbana da família Precht-Mesquita no município de Niterói. O estudo dos locais ocupados pela família no mapa de Niterói, como residências, trabalho, estudo, e o seu cotidiano no espaço urbano elaborou-se em torno das menções e notícias encontradas em tal periódico, que envolviam os membros da família e suas interações com a sociedade fluminense, como em notas de falecimento, batismo e chamadas públicas.

Em paralelo à investigação em periódicos, o estudo cartográfico desenvolveu-se com a análise qualitativa dos documentos guardados pela família. Por meio do exame das fotografias das residências e da análise das

questões cotidianas tratadas nas correspondências, o diagnóstico dos lugares frequentados pelos membros deste núcleo familiar tornou-se possível, tornando ainda mais visível o vínculo teórico entre arquivo, cidade e família.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas considerações acima expostas, nossa pesquisa insere-se, portanto, no campo interdisciplinar da história com a arquivologia, entre a lógica arquivística e a lógica historiográfica na abordagem dos documentos de arquivo. Segundo Lévi Strauss, “a virtude dos arquivos é por-nos em contato com a pura historicidade” (CAMARGO, 2007, p.23 apud STRAUSS, 1970, p.277). Essa afirmativa destaca a importância dos arquivos para o trabalho do historiador, e a dimensão temporal como um dos principais elementos a serem observados na sua constituição, concomitante às circunstâncias que lhes deram origem, isto é, “situações concretas de produção e acumulação de documentos” (CAMARGO, 2007, p.21-23). “Tempo e circunstância”, definidos por Ana Maria de Almeida Camargo como eixos fundamentais da investigação dos arquivos privados (CAMARGO, 2007), constituem também vetores essenciais da pesquisa histórica, porém, com enfoques diferentes da arquivística. Para a arquivística, o tempo é estável, enquanto para a história, o tempo está em eterna mudança, na medida em que as sociedades estão em constante transformação e promovem novos olhares sobre a compreensão do passado.

Se a lógica arquivística estabelece um vínculo referencial estável com os documentos de arquivo, na perspectiva historiográfica, os documentos “...adquirem status probatório a partir da atribuição de significado que o historiador, por força do método, é sempre capaz de realizar” (CAMARGO, 2007, p.47). Como contribuição acadêmica no campo da história, nossa proposta vem dar continuidade à experiência do Labhoi-UFF (Projeto Niterói), ao sugerir uma proposta metodológica específica para o tratamento de arquivo de família. Sob o enfoque da arquivística, vem colaborar com os debates teórico-metodológicos sobre a gênese documental em arquivo público e com as atuais discussões acadêmicas sobre arquivo de família. Acreditamos também, que nossa pesquisa tem a contribuir nas áreas pedagógica e educativa, na medida em que o tratamento de arquivo de família, com sua particular tipologia documental, pode tornar a prática arquivística uma experiência ainda mais “saborosa”, única e sensível (FARGE, 2009), atrativa não somente para pesquisadores, alunos, professores, mas para as comunidade niteroiense e fluminense, em geral, convidada a conhecer representações da história da sua cidade, do seu estado, a partir da sua própria história familiar.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- MACEDO, Ana Maria da Costa. **Arquivos de família e escritos autobiográficos: estudos de caso**. Tese de Doutorado em Estudos Culturais. Especialidade de Sociologia da Cultura. 2018. (Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais). Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/60646>. Acesso em: 22 jun. 2021.
- NÓVOA, Rita Sampaio da & ROSA, Maria de Lurdes. O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, nº 78, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-04> . Acesso em: 22 jun. 2021.
- NÓVOA, Rita Luís Sampaio da. **O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento em Arquivística Histórica. (2016) Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/19004/2/Rita%20N%c3%b3voa%20-%20O%20Arquivo%20Gama%20Lobo%20Salema.pdf> . Acesso em: 01 dez. 2021.
- PEIXOTO, Pedro de Abreu. Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal. **Cadernos BAD**, 2002.
- RODRIGUES, Abel. Os arquivos familiares e pessoais em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos. In: **Actas do I Encontro da Fundacion Olga Gallego: Arquivo Privados de Pessoas e Famílias**. Unha Ollada à Fundacion Penzol. Vigo, 27 de outubro de 2017, p.31-51.
- RODRIGUES, Ana Célia, GOMES, Domícia, OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de, & MELLO, Maria Teresa Bandeira de. **Arquivos fluminenses no contexto Ibero-Americano**. Rio de Janeiro: L. E. T. Leite, 2019. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/LivroArquivosFluminensesnoContextoIberoamericano.pdf>. Dados eletrônicos (pdf). pp.50-59. Acesso em 30 de maio de 2021.
- SANTOS, Milton. O espaço e a noção de totalidade. In SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 89-103.
- SILVA, Armando Malheiro da. Arquivos familiares e pessoais: Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interativo. **Revista da Faculdade de**

Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio. Porto. Série I, vol. 3, p. 55-84, 2004.

ÚRIEN, Aránzazu Lafuente. “Archivos Nobiliarios”, in **Archivos Nobiliarios: Cuadro de Clasificación.** Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional, Madrid, Ministerio de Educación, Cultural y Deporte, 2000.

PARTE V

SISTEMAS CLASSIFICATÓRIOS DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO

UMA COLEÇÃO PESSOAL DE RÓTULOS DE PESCADO

Roberta Pinto Medeiros (Universidade Federal do Rio Grande)

1 INTRODUÇÃO

As instituições arquivísticas e os arquivistas são beneficiários diretos das ações desenvolvidas junto à comunidade com o propósito de estimular a valorização dos arquivos. Para que isso ocorra, é necessário que haja uma interação tanto com os profissionais quanto com a comunidade, nessa interação agem todos os grupos: sociedade, universidade, estudantes, cidadãos, entre outros relevantes para o processo de divulgação dos arquivos e profissionais da área. Nesse sentido, tem-se como objetivo discutir sobre as interseções que correm entre a Organização do Conhecimento e a Arquivística, no âmbito da descrição, preservação e acesso em documentos tradicionalmente não compreendido como típicos de instituições arquivísticas.

A Arquivística enquanto disciplina tem trabalhado de forma profunda com a organização do conhecimento no âmbito dos documentos textuais e orgânicos. Porém, qualquer outro suporte informacional é muitas vezes tratado como “documentos especiais”, ou seja, que por características dos suportes e não da informação ou contexto são compreendidos e tratados de forma diferente dos documentos orgânico-institucionais.

Alguns trabalhos relacionados à descrição, especialmente na realidade canadense, trabalham de forma integrada e a, própria, *Rules for Archival Description* (RAD) busca estabelecer regras para os mais variados suportes e conteúdos documentais, que diferentemente das normas do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), contempla documentos em qualquer tipo de

suporte e de qualquer natureza. Existindo parâmetros e regras para descrição de fotografias, pôster, mapas cartográficos, imagens em movimento, documentos eletrônicos, objetos tridimensionais, entre outros.

A utilização da norma se deu num projeto de extensão realizado por duas professoras do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em parceria com o curso de Geografia da mesma universidade. O projeto de extensão consistia, basicamente, em dar acesso a uma coleção de rótulos de pescados por meio da descrição do acervo. Essa coleção de rótulos pertence ao professor do curso de Geografia César Ávila Martins (*in memoriam*), e foi acumulada devido a pesquisa que o professor desenvolvia no meio acadêmico. Portanto, a iniciativa de tornar acessível esse material, partiu do próprio acumulador, que não tendo conhecimento técnico sobre assunto, solicitou auxílio às colegas do curso de Arquivologia para elaboração de um projeto.

2 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: CONTEXTUALIZANDO A RAD

Duranti (1993) procura explorar o conceito de descrição arquivística em seus significados e abrangência por meio da análise dos tipos de registros descritivos criados através do tempo, dos contextos histórico, administrativo e jurídico nos quais foram criados, e nas metodologias e práticas de descrição como propostas pela teoria arquivística (ou pelos teóricos arquivísticos) em diversos momentos. Entre as conceituações encontradas, a autora identifica algumas orientadas para produtos – aquelas que identificam a descrição como uma prática de criação de instrumentos de pesquisa – uma das primeiras – da *Society of American Archivists* em 1974, que procura ampliá-lo em 1989.

Nesse sentido, denota-se que a descrição permite representar a informação de forma a deixá-la mais atrativa aos usuários. Por isso, geralmente, a descrição arquivística é empregada com maior frequência na terceira idade (arquivo permanente), isso não significa que não possa ser desenvolvida em outras fases⁷⁹ do ciclo de vida do documento. No entanto, é na descrição que são elaborados os instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos, índices, etc.), pois neles é que serão descritas e representadas as informações contidas nas coleções de documentos ou fundos de arquivos.

Os instrumentos de pesquisa descrevem os documentos de arquivo quanto a sua localização, identificação e gestão, além de situar o pesquisador quanto ao contexto e os sistemas de arquivo que os produziu. A recuperação dos dados contidos em documentos é possibilitada através de instrumentos de

⁷⁹ As três fases que o documento passa no decorrer da sua vida: 1ª fase: corrente; 2ª fase: intermediária; e 3ª fase: permanente.

pesquisa, pois tornam os acervos acessíveis e controláveis.

Sendo assim, é na descrição que se faz o uso da normatização arquivística. Entre as normas mais conhecidas estão a Norma Internacional Geral de Descrição Arquivística (ISAD (G)) ou a Norma Brasileira de Descrição (NOBRADE). A normatização tende a facilitar a ordenação dos fundos, evitando-se assim inúmeras formas de descrição ou vários termos para um mesmo assunto/objeto devido à variedade de tipos documentais existentes nas administrações brasileiras, além de regularizar e facilitar os termos utilizados na descrição.

Apesar de estarem preparadas para representar coleções sem nenhum impedimento, tais normas não possuem campos para descrever documentos tão específicos como um rótulo de pescado. Por isso, este trabalho optou em utilizar a RAD.

A RAD se diferencia das demais normas de descrição disponíveis, tanto nacionais quanto internacionais, pois oferece áreas de descrição não somente ao conteúdo como as demais normas, mas também ao tipo de material que a informação está registrada. Essa possibilidade direcionada ao tipo de material já caracteriza a RAD como uma facilitadora para a representação da informação.

A RAD traz nas suas primeiras páginas alguns efeitos da descrição arquivística:

1. Fornecer acesso ao material de arquivo através de descrições recuperáveis;
2. Promover a compreensão do material de arquivo, documentando seu conteúdo, contexto e estrutura; e
3. Estabelecer e presumir a autenticidade do material de arquivo, documentando sua cadeia de custódia, classificação, e as circunstâncias da criação e utilização. (CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES, 2008, p. xxii, tradução própria)

Além disso, discorre cinco princípios quanto ao desenvolvimento da descrição, tais como a descrição arquivística deve ser feita com atenção aos requisitos de utilização; a descrição de todo material de arquivo (por exemplo: fundos, séries, coleções e itens diversos) deve ser integrado e preceder a partir de um conjunto comum de regras; o *respect des fonds* é a base da classificação de arquivo e da descrição; produtores de material de arquivo devem ser descritos; a descrição reflete a classificação (níveis de descrição são determinados por níveis de classificação) (CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES, 2008).

Nota-se, como qualquer outra norma da arquivologia, a RAD também estabelece regras do geral para o específico. A RAD possui 13 capítulos, sendo

o primeiro capítulo chamado de Regras Gerais, o capítulo dois Regras para descrição de unidades constituídas por Múltiplas Mídias, o capítulo três Documentos Textuais, o capítulo quatro Materiais Gráficos, o capítulo cinco Materiais Cartográficos, o capítulo seis Desenhos Arquitetônicos e Técnicos, o capítulo sete Imagens em Movimento, o capítulo oito Gravações de Som, o capítulo nove Registros em Forma Eletrônica, o capítulo dez Registros em Microforma, o capítulo 11 Objetos, o capítulo 12 Registros Filatélicos, e o capítulo 13 Itens Discretos (aquele que não faz parte de um grupo maior, como uma coleção ou um fundo) (CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES, 2008).

Cada capítulo possui suas áreas que variam a quantidade conforme o material. A RAD deixa bastante claro, a partir dessa divisão em capítulos, que o foco está no material a ser descrito, e isso facilita no processo de descrição, como é o caso do capítulo 12 Registros Filatélicos, que são definidos como:

- 1) selos postais, artigos de papelaria postal, ou outro material criado e / ou usado para significar pré-pagamento ou pagamento devido aos serviços postais;
- 2) selos ou rótulos que assemelham-se o material descrito acima, mas que não têm valor postal;
- 3) cancelamentos ou outras marcas criadas e / ou utilizadas por uma administração postal para mostrar evidências de uso postal;
- 4) material tendo um ou mais dos itens acima descritos. (CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES, 2008, p. 379, tradução própria)

O capítulo 12 possui nove áreas: 1. Título de área de responsabilidade; 2. Área de edição; 3. Área de dados de edição; 4. Data(s) de criação, incluindo a publicação, distribuição, etc; 5. Área de condições físicas; 6. Área do editor; 7. Área de descrição arquivística; 8. Área de notas; 9. Número padrão da área. Para este trabalho, as áreas foram adaptadas à realidade da coleção de rótulos de pescado, conforme poderá ser visto na seção resultados.

Além disso, a RAD permite que os capítulos conversem entre si, não sendo rígida a ponto de que o documento deve se encaixar somente em um capítulo para ser descrito. Sabendo que as instituições não produzem exclusivamente documentos em suporte papel, mas também eletrônicos, sonoros e tridimensionais (quadros, medalhas, troféus, estatuas, entre outros), essa possibilidade de ter em uma norma regras para os mais diferentes tipos de materiais facilita o trabalho do arquivista, além de respeitar o princípio da proveniência⁸⁰.

⁸⁰ Princípio fundamental à Arquivologia o qual diz, basicamente, que fundos de entidades diferentes não devem ser misturados.

Portanto, para que se tenha acesso à memória ou à história, é fundamental que a documentação esteja de forma acessível, por isso a importância que se deve dar ao processo de descrição, pois o mesmo auxilia, ao mesmo tempo, na recuperação da informação e na divulgação do acervo aos pesquisadores ou usuários. Assim sendo, o presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de divulgar, preservar e recuperar a informação presente na coleção de rótulos de pescado.

3 METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória, pois tem como premissa o aprimoramento do uso da RAD em rótulos de pescado. Ainda, para os procedimentos técnicos se caracteriza como uma pesquisa documental, por se valer de materiais que ainda não receberam “[...] um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objeto da pesquisa.” (GIL, 2002, p. 45).

Para o desenvolvimento das ações do projeto foi necessário dividir as atividades em três frentes: higienização, digitalização e descrição. As duas primeiras tarefas foram iniciais e deram base para que a terceira ocorresse. Sendo que a última é o foco principal do projeto. Portanto, a realização do projeto reside no fato de que o mesmo irá preservar a coleção de rótulos de pescado por meio de um tratamento arquivístico que inclui desde medidas preventivas, como a higienização mecânica da coleção, até a digitalização e descrição dos rótulos, o que garante a disponibilização e divulgação da coleção. Além disso, por meio dessas ações e como será realizada a descrição, a coleção ganhará indicadores de preservação documental.

Como metodologia para o desenvolvimento das ações do projeto foram utilizadas as seguintes: - separar o material; - realizar a higienização mecânica; - digitalizar os rótulos em suporte papel no Scanner Epson Stylus CX7700 disponível no laboratório Núcleo de Análises Urbanas⁸¹ (NAU) do curso de geografia; - digitalizar os rótulos em 3D (latas), no Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão do curso de Arquivologia (LArq); - acondicionar os rótulos em suporte papel em um álbum específico para preservação dos

⁸¹ “O NAU congrega e desenvolve projetos de ensino, pesquisa e extensão em temas relativos aos conceitos de cidade e urbanidade, envolvendo diversas áreas de conhecimento, considerando a multiplicidade de compreensão, aspectos e conteúdo dentro de tal temática (históricos, geográficos, culturais, artísticos, políticos, econômicos, sociais, antropológicos, ecológicos e psicológicos). Suas linhas de pesquisa são Reestruturação e Morfologia do Espaço Urbano, Relações de Gênero na Geografia do Trabalho e da População e Reestruturação Industrial e Territorial. Esta última contempla pesquisa sobre a indústria pesqueira, sua distribuição espacial e a relação ambiental e econômica que resulta dessa disseminação, em constante movimentação” (MEDEIROS; MINTEGUI, 2016, p. 344-345).

mesmos, - acondicionar a(s) lata(s) em caixa específica; - descrever os rótulos de pescados a partir da RAD.

De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) (2010), a primeira recomendação quanto à digitalização de documentos consiste na efetivação desta atividade para os conjuntos documentais integrais, ou seja, em sua totalidade, seguindo a hierarquização da identificação do fundo ou coleção e das séries. Neste sentido, a peça documental, ou seja, o item não deve ser digitalizado sem que se faça a sua correspondente relação com o fundo, coleção ou série de origem. Foi neste requisito durante o desenvolvimento do projeto surgiu o primeiro problema a ser solucionado: a coleção era uma série que pertencia ao NAU, ao curso de Geografia, à FURG ou ao professor?

A digitalização, portanto, é dirigida ao acesso, difusão e preservação do acervo ou coleção documental. Além disso, o uso deste material possibilita que se tenha a captura digital em escala 1:1 CONARQ (2010, p. 07), ou seja, que se mantenha na reprodução a “mesma dimensão física e cores do original”. Consequentemente, o processo de digitalização busca gerar representantes digitais do material físico, além disso, esses representantes estão definidos em altas resoluções, permitindo a reprodução desse material sem que se perca a informação. É bom lembrar que a digitalização não significa que os originais serão descartados, mas sim, que foram preservados.

4 RESULTADOS

A coleção de rótulos de pescado é composta por 26 rótulos em papel, 28 embalagens em papelão e uma lata. Esse conjunto de rótulos e embalagens foram digitalizados em scanner próprio para digitalização (Scanner Epson Stylus CX7700) e a lata foi fotografada (em mesa de digitalização), devido ao formato específico. As imagens receberam uma numeração sequencial (001.jpg, 001.tif, 002.jpg, 002.tif, e assim por diante) conforme iam sendo digitalizadas ou fotografada (lata), pois não havia uma classificação ou organização anterior ao desenvolvimento do projeto. Optou-se em salvar nos formatos JPG e TIF pensando-se na preservação e no uso das imagens para divulgação do acervo.

Neste trabalho, a descrição será representada apenas em uma embalagem (FIGURA 1) a partir da adaptação das áreas do capítulo 12 da RAD. As áreas utilizadas foram as seguintes:

1. Título e declaração de responsabilidade: especificação do produto; nome comercial (marca do produto);
2. Detalhes específicos do material: país, estado, região;

3. Data(s) de criação: data estimada da pesca ou lote; cidade da compra do produto; nome do distribuidor do produto; local de fabricação, nome do fabricante, data de fabricação;
4. Descrição física: layout ou formato; mídia ou suporte; cores da unidade;
5. Descrição arquivística (somente para o nível geral da coleção e não para cada rótulo);
6. Notas: assinaturas, estado de conservação, acondicionamento, carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) – Brasil ou carimbo de inspeção, instrumentos de pesquisa, material associado, referências às obras publicadas, fonte imediata de aquisição;
7. Número padrão.

Na Figura 1 está a imagem digitalizada de uma embalagem de atum, na sequência de digitalização corresponde à imagem 004.

Figura 1 - Rótulo de atum.



Fonte: Coleção de rótulos de pescado do prof. César Augusto Ávila Martins.

A descrição desse item a partir dos campos estabelecidos do capítulo 12 da RAD está representada a seguir (Quadro 1). Ao passar pelo processo de descrição, o rótulo de pescado recebeu um código, que compreende o nome da coleção – Rótulos de pescado (Rot) – e o número da imagem digitalizada (001, 002, 003, ...), resultando em Rot_001, Rot_002, Rot_003, e assim sucessivamente.

Quadro 1 - Descrição do item 004 – embalagem de atum.

Área	Subdivisões	Descrição
1. Título e declaração de responsabilidade	1.1 Título adequado	Atún Claro en aceite de oliva (espanhol)
	1.3 Título paralelo	Luis Escuris Batalla - “Marca, Lo Bueno”
2. Detalhes específicos da classe do material	2.1 Jurisdição do emissor	Pobra de Caramiñal (município de A Coruña)
	2.2 Denominação	Não se aplica
	2.3 Unidades contendo material de duas ou mais jurisdições	A Coruña, (região da Galiza, Espanha)
3. Data (s) de criação e etc.	3.1 Datas de criação	[Lote 3643-147/11]
	3.2 Local de distribuição	Espanha e U.E
	3.3 Nome do distribuidor	Luis Escuris Batalla, S.L
	3.4 Data de distribuição	Não se aplica
	3.5 Local de fabricação, nome do fabricante, data de fabricação	[Fabricado na União Europeia, Luis Escuris Batalla, S.L.], data de fabricação (não se aplica)
4. Descrição física	4.1 Extensão da unidade descritiva (incluindo a designação do material)	Rótulo
	4.2 Layout, formato	Papelão
	4.3 Mídia, suporte, processo	Impressão offset
	4.4 Marca d’agua	Não se aplica
	4.5 Cores	Verde e marrom
	4.6 Perfuração, goma, luminescência ou etiqueta	As dobras de colagem estão danificadas devido a desmontagem da embalagem
	4.7 Dimensões	1 rótulo: 15 x 19cm
	4.8 Material acompanhante	Não se aplica

5. Descrição arquivística	5.1 História administrativa/Esboço biográfico	Só para o nível geral da coleção. Não para cada rótulo
	5.2 História de custódia	
	5.3 Âmbito e conteúdo	
6. Nota (s)	6.1 Notas	Não há assinaturas nem inscrições. Dobradiças adesivas removidas do verso. Adquiridos a partir de coleção pessoal do professor Dr. César Augusto Ávila Martins. Acesso somente através de permissão do colecionador para uso ou reprodução. Carimbo inspeção/controle CE/ES 12.09129
7. Número padrão	7.1 Código	Rot_004

Fonte: dados do projeto, 2022.

Nota-se que alguns campos não se aplicam ao material, no entanto, resolveu-se deixar a fim de demonstrar que o não preenchimento não afeta a descrição do item, assim como, se fossem excluídos do quadro não implicaria na representação da informação. Essa é uma outra vantagem do uso da RAD para descrever esse tipo de suporte tão atípico em arquivos, pois alguns rótulos possuem mais informações que outros, já que são produzidos em diferentes países. No entanto, isso não impede a inserção ou a exclusão dos campos para a descrição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na seção metodologia indagou-se a quem pertencia essa coleção de rótulos de pescado, se à universidade, ao professor (acumulador) ou ao NAU. Entende-se, que a política de representação do fundo da Universidade Federal do Rio Grande, ainda está em fase de elaboração. Por isso, o conjunto de rótulos de pescado permaneceu como uma coleção, pois não está integrada ao acervo pessoal do acumulador, porém está custodiada no NAU. Num futuro, poderá se tornar parte do acervo da universidade, bem como poderá ser retomada ao acervo pessoal do colecionador, ou transferida para outras entidades.

Essas limitações ao conceito de fundo para tratamento arquivístico parecem superadas quando consideramos normas de descrição arquivística, como a NOBRADE. Apesar da teoria arquivística esteja voltada para o tratamento de conjuntos documentais a partir do entendimento de fundo, as normas parecem reconhecer que coleções sempre estiveram presentes em acervos arquivísticos. Além disso, entendemos que a utilização de normas de descrição aplicadas em coleções não empobrece a representação da informação.

A RAD não possui tradução para o português, talvez isso seja um fator de impedimento para o seu uso no campo brasileiro. Conclui-se que, independentemente da norma de descrição, deve-se pensar na mediação que a descrição arquivística resulta aos usuários de arquivo, pois permite representar a informação presente no acervo, além de divulgá-la. Consequentemente, acredita-se que as ações de descrição aqui colocadas trazem elementos da organização do conhecimento, por procurarem, através da estratégia do uso de normas de descrição a representação da informação para uso do pesquisador.

REFERÊNCIAS

- CANADIAN COUNCIL OF ARCHIVES. **Rules for Archival Description**. July 2008. Disponível em: <http://www.cdncouncilarchives.ca/archdesrules.html>. Acesso em: 10 Dez. 2021.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ) - (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.
- DURANTI, Luciana. Origin and Development of the Concept of Archival Description. **Archivaria**, n. 35, p. 47-54, Primavera, 1993. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11884/12837>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MEDEIROS, Roberta P.; MINTEGUI, Evelin. ATUM, SARDINHAS E OUTRAS EXQUISITICES: representação da informação de uma coleção de rótulos de pescado. Anais eletrônicos do VII Congresso Nacional de Arquivologia. **Revista Analisando em Ciência da Informação – RACIn**, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 344-357, 2016.

CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NAS NORMAS ISO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

Rodolfo Almeida de Azevedo (Universidade Federal do Amazonas/
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro),
Ana Celeste Indolfo (Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

A normalização é um fenômeno que vem ganhando espaço em todas as áreas e se fortalecendo nos últimos anos. No campo arquivístico, em nível internacional, destaca-se o ano de 2001, quando foi publicado a ISO 15489:2001 informação e documentação – Gestão de documentos, sendo atualizada no ano de 2016⁸². Cabe mencionar, ainda, a ISO 30300, como: 30300:2011 Sistema de gestão de documentos de arquivo – Fundamentos e vocabulários; 30301:2011 Sistema de gestão de documentos de arquivo – Requisitos; e ISO 30302:2012 Sistema de gestão de documentos de arquivo – Diretrizes para implementação, que se dedicam a abordar o sistema de gestão de documentos de arquivos.

Ao se afirmar que a função de classificação de documentos arquivísticos configura-se enquanto um dos fundamentos da atividade de gestão de documentos, pretende-se observar nas supracitadas ISO, com foco nos aspectos conceituais, teóricos e metodológicos.

⁸² A ISO 15489 de 2001 foi atualizada no ano de 2016, sendo traduzida para o português pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no ano de 2018.

Parte-se do entendimento que essas normas são formuladas por equipes interdisciplinares, congregando conhecimentos advindos de vários países, tornando-se essencial conhecer como tais normas abordam essa função que é considerada basilar na área de Arquivologia. Uma pesquisa bibliográfica, inicial, objetiva apresentar o contexto de surgimento e as principais influências que direcionaram na elaboração de tais modelos, segue-se uma análise documental, tendo como fonte as próprias ISO de gestão, identificando aspectos que tratam da atividade de classificação de documentos arquivísticos.

Um olhar específico sobre as Normas ISO de gestão de documentos, principalmente com o surgimento do documento digital, faz-se necessário para que sejam revistas as bases conceituais, teóricas e metodológicas desse campo, *sine qua non* ao processo científico.

2 NORMAS ISO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

O fenômeno de normalização na área de Arquivologia remonta aos anos 80 do século XX, protagonizada pelo Conselho Internacional de Arquivos – CIA, que orientava ações de descrição de documentos, originando uma série de normas, como a ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH.

O CIA, criado em 9 de junho de 1984, tem como missão promover a preservação e o uso de arquivos, mirando a promoção da gestão e uso de documentos e arquivos, e a preservação do patrimônio arquivístico da humanidade em todo o mundo⁸³.

A partir do ano de 2001 o protagonismo até então exercido de maneira exclusiva pelo CIA, no que concerne ao fenômeno da normalização, é assumido pela ISO (International Organization for Standardization), com a publicação da ISO 15489:2001 informação e documentação – Gestão de documentos.

De acordo com Llansó Sanjuan (2015; 2016) esta organização empreendeu o desafio de converter em norma internacional uma norma australiana de 1996, AS 4390, orientada a cobrir o vazio existente nas normas de gestão da qualidade em relação a gestão dos documentos nas organizações, destacando que a origem desta norma é precisamente o contexto das normas de qualidade.

Segundo Bustelo Ruesta (2015) a normalização ISO para a gestão de documentos chegou muito tarde, considerando o ano de 2001 em que foi publicado a ISO 15489, comparada a outros campos. O estopim para o surgimento das normativas seria o ambiente digital que necessitaria de interconectividade e interdependência, bem como a pressão pelo acesso as

⁸³ Dados retirados do site <https://www.ica.org>

informações e transparência das organizações, tanto públicas quanto privadas, criaram o contexto que impulsionaram o surgimento das normativas ISO de gestão de documentos.

Moro Cabero e Hernández (2002) afirmam que inúmeros modelos de gestão de documentos surgiram para dar respostas as necessidades advindas do surgimento do documento eletrônico. Os autores destacam a influência do modelo de gestão surgida na universidade de Pittsburgh que estima uma visão integrada de gestão de arquivos. Este modelo influenciou a norma administrativa da Administração Pública Australiana, a norma AS 4390, que servira de base para criação da ISO 15489. Para eles, a norma ISO 15489 tem como objetivo oferecer uma metodologia de trabalho para auditoria de requisitos de informação, desenho, implementação e controle de programas de gestão documental em qualquer organização, independentemente do ambiente de produção – automatizado ou não.

Llansó Sanjuan (2015) analisa as características e perspectivas da ISO 15489, no qual indica algumas limitações e ausências contidas na mesma. De acordo com o autor, a mais importante característica desta norma seria o fato de atuar como respaldo documental da norma de sistemas de gestão da qualidade e meio ambiente (ISO 9001 e 14001). No entanto, realça que não se trata de uma norma de certificação, o qual se limita a propor diretrizes orientadores para que as organizações se dotem de sistemas de gestão de documentos.

Na ISO 15489, uma das características que merece destaque é a metodologia utilizada, no caso o modelo DIRKS (Designing and Implementing Recordkeeping Systems) para a implantação de um sistema de gestão de documentos, que se concretiza em 8 etapas, incluindo para cada uma delas os elementos de entrada que exigem (inputs) e os resultados que se pretende conseguir (outputs), sendo as etapas: 1) Investigação preliminar; 2) Análise das atividades da organização; 3) Identificação dos requisitos; 4) Análise dos sistemas existentes; 5) Identificação das estratégias para cumprir os requisitos; 6) Desenho de um sistema de gestão de documentos; 7) Implantação de um sistema de gestão de documentos; 8) Revisão posterior a implementação.

Ao mencionar o contexto da ISO, Silva (2016, p. 16) afirma que:

O cenário da normalização técnica convive com a prática (fundamental) da remissiva entre normas, ou seja, existe uma ação “normalizante” em cadeia, que se interliga, no sentido de que as normas seguem um fluxo em que consideram e/ou se amparam umas às outras e dessa maneira as normas vão se intercomunicando, tecendo

trajetórias padronizadas, entre si, com graus de especificidade cada vez maiores.

Bustelo-Ruesta (2015), afirma, ainda, que a referida norma está focada na integração da metodologia das normas de sistema de gestão usadas pela ISO 9000, alicerçada no ciclo de melhoria contínua.

A ISO 30300 teria um diferencial, pois parte da convicção da importância estratégica da gestão de documentos, localizando-a como macroprocesso entre os grandes sistemas de gestão das organizações, orientando a eficácia desta ação em direção a sua certificação (LLANSÓ SANJUAN, 2015).

Costa (2020), nos apresenta a utilização da série de normas ISO 30300 como referencial teórico-metodológico-prático para a governança de serviços arquivísticos em uma perspectiva da macroarquivologia em organizações privadas. No entanto, compreende-se que as diretrizes propostas pela ISO 30300 podem ser utilizadas em instituições públicas.

3 CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NAS NORMAS ISO DE GESTÃO

Antes de se apresentar como as Normas ISO de Gestão identificam o papel da classificação de documentos arquivísticos, faz-se necessário trazer à discussão algumas questões conceituais para melhor entendimento, como o conceito de gestão de documentos e o próprio conceito de classificação de documentos arquivísticos.

Ao se referir ao conceito de gestão de documentos, Jardim (2015,) afirma que há várias definições, em diversas línguas e “tradições arquivísticas”. Ao analisar o termo em língua portuguesa, o autor ressalta que

em relação ao objeto da gestão de documentos a produção, tramitação, classificação, uso, avaliação e arquivamento. O controle é a ação mais evidente. [...]. No que se refere aos objetivos da gestão de documentos, são frequentemente citados a eficácia, a eficiência e a racionalização. A “preservação do patrimônio documental de interesse histórico-cultural” ou perspectiva semelhante encontra-se presente, entre todas as 22 obras consultadas, apenas no glossário do manual “Como avaliar documentos de arquivos” (JARDIM, 2015, p. 28)

A ABNT NBR ISO 15489-1:2018 – *Informação e documentação – Gestão de documentos de arquivos – Parte 1: Conceitos e princípio* estabelece os conceitos e princípios fundamentais para a produção, captura e gerenciamento de documentos. Nesta norma, a gestão de documentos é conceituada como:

área da gestão responsável pelo controle eficiente e sistemático da produção, recebimento, manutenção, uso e destinação (3.8) de documentos de arquivo, incluindo processos para captura e manutenção de provas (3.10) e informações sobre atividades e transações (3.18) de negócio na forma de documentos de arquivo.

Indolfo (2007, p. 48) afirma que “não há dúvida de que as práticas arquivísticas da classificação e avaliação fundamentam as atividades de gestão”. Considerando a fala da autora como pressuposto, é que se justifica averiguar como é abordado a classificação de documentos arquivísticos nas normas de gestão de documentos.

Schellenberg (2006, p.83) esclarece que a classificação é básica à eficiente administração de documentos correntes, afirmando que todos os outros aspectos de um programa, que vise ao controle de documentos, dependem da classificação, se os documentos forem bem classificados, atenderão bem as necessidades organizacionais.

Lopes (2008, p. 282) compreende a classificação “como a ordenação intelectual e física de acervos, baseada em uma proposta de hierarquização das informações referentes a eles”, como resultado dessa hierarquia tem-se os planos de classificação que representam essa estrutura.

Sousa (2013) corrobora com Lopes e Schellenberg quanto à importância basilar da classificação, e adverte que as reflexões sobre a classificação de documentos arquivísticos na literatura apresentam alguns aspectos em comum:

O primeiro deles é que essa operação intelectual não agregou em suas concepções e nos seus fundamentos as contribuições advindas da Filosofia e, posteriormente, da Teoria da Classificação. A teoria do conceito, que estabelece as várias relações possíveis entre os conceitos, é desconhecida pela teoria arquivística. Os requisitos e os princípios desenvolvidos nessas áreas (Filosofia, Teoria da Classificação) quando aparecem é de forma muito tímida. (SOUSA, 2013, p.82)

O autor ressalta que os grandes manuais sempre dedicaram capítulos para tratar do tema, todavia, a presença não garantiu uma verticalização teórica sobre o mesmo.

No que tange ao conceito de classificação de documentos arquivísticos, Sousa (2004) identificou 27 definições, representando as principais correntes teóricas existentes no mundo.

Diante deste levantamento, são elencados duas questões inerentes aos conceitos identificados: 1) partindo da definição de classificação advindo da Lógica, que define como a distribuição de indivíduos em grupos distintos, de acordo com caracteres comuns e caracteres diferenciadores, tal conceito aparece na literatura arquivística cindida em dois conceitos: classificação e arranjo; 2) a falta de clareza na utilização de três conceitos envolvidos no processo de organização dos documentos arquivísticos: classificação; ordenação e arquivamento.

A *ABNT NBR ISO 15489-1:2018* traz as definições de classificação e plano de classificação. O primeiro termo é definido enquanto “identificação sistemática e/ou configuração de atividades de negócio e/ou documentos de arquivo em categorias de acordo com convenções, métodos e regras estruturadas logicamente” e o segundo é conceituado como “ferramenta para identificar documentos de arquivo no contexto de sua produção”.

Nesta perspectiva, o plano de classificação é compreendido como uma das ferramentas de controle de arquivos, junto com o esquema de metadados para documentos de arquivos, regras de acesso e permissão e autoridades de destinação. A Norma recomenda que os controles sejam desenvolvidos para auxiliar na conformidade dos requisitos de documentos de arquivo. Verifica-se, nesse aspecto, a importância dada ao plano de classificação como ferramenta de controle e que contribuiria para manutenção das características do documento de arquivo, ao vincularem os documentos aos seus contextos de produção.

A *NBR ISO 30300: 2016 – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Fundamentos e vocabulários*, conceitua classificação como a “identificação sistemática e arranjo das atividades comerciais e/ou documentos de arquivo em categorias de acordo com convenções, métodos e regras processuais logicamente estruturados, representados em um sistema de classificação”. Nesta definição, pode-se observar dois aspectos que merecem realce, o primeiro é o “arranjo das atividades comerciais e/ou documentos”, o qual mantém incidência desses dois conceitos para a mesma atividade, classificação e arranjo, mencionado por Sousa (2004). Outro ponto é o status posto a função, sendo compreendida enquanto um “sistema de classificação”.

A *NBR ISO 30302: 2016 – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Diretrizes para implementação*, traz uma tabela intitulada Requisito da documentação, no qual a classificação é referendada na seção A.2.1 da *ABNT NBR ISO 303001*, tem como documento específico o Esquema de Classificação.

Essa mesma Norma elenca como necessário desenvolver os processos de documentos de arquivo para o controle e gerenciamento pelo tempo necessário, incluindo o agrupamento dos documentos de arquivo de acordo com o processo de trabalho com o qual estão relacionados. Para tanto, uma organização necessita possuir um esquema de agrupamento formal e documentado chamado de esquema de classificação. Qualquer mudança nos processos de negócios é refletida no esquema.

Quando necessário, um processo formal de identificação única para cada documento de arquivo é concebido e um procedimento documentado é necessário.

As informações produzidas por estes processos de documentos de arquivo são vinculadas aos documentos de arquivo como informações de controle. A organização decide como administrar estas informações de controle, usando, por exemplo, um esquema de metadados predefinido.

Em organizações pequenas, este requisito pode ser alcançado ao documentar a decisão de produzir e manter documentos de arquivo acumulados de acordo com a atividade geral do negócio na aplicação de computador selecionada, ou em sistemas baseados em suporte de papel como meio de armazenamento, e documentando as instruções relevantes para os funcionários.

Nesse ponto, vislumbra-se a metodologia indicada, a função pela qual se produziu o documento. O ato de vincular um documento de arquivo a seu contexto de negócio é o processo de classificação que dá suporte ao seguinte:

- a) aplicação de regras de acesso e permissão;
- b) execução de regras de destinação apropriadas;
- c) migração de documentos de arquivo de uma função ou atividade de negócio específica para um novo ambiente, como resultado de uma reestruturação organizacional. (ABNT NBR ISO 15489-1:2018, p. 18)

Coerente com a finalidade do plano de classificação, ou seja, vincular os documentos aos seus contextos de produção, ressalta-se que o seu desenvolvimento seja baseado em uma análise de funções, atividades e processos de trabalho. Sendo justificado que “ao permanecer resiliente a mudanças organizacionais, recomenda-se que o plano de classificação tenha base em funções e atividades em vez de estruturas organizacionais”.

Quanto a estrutura, a ISO 15489-1 indica que os planos de classificação podem ser hierárquicos ou relacionais e podem consistir em diversos níveis de relacionamentos, dependendo do que melhor represente o negócio. Aponta-se, também, que a natureza e o grau de controle de classificação requerido

tenham base em um entendimento dos requisitos de documentos de arquivo e da natureza dos sistemas de gestão de documentos de arquivo em uso. Os planos de classificação podem ter suporte de controles de vocabulários, como dicionário de sinônimos, utilizados na intitulação de documentos de arquivo para auxiliar na recuperação.

A classificação de documentos de arquivo inclui o seguinte:

- a) vinculação do documento de arquivo ao negócio que está sendo documentado, em um nível apropriado (por exemplo, para uma função, atividade ou processo de trabalho);
- b) fornecimento de indicadores entre documentos de arquivo individuais e agregações para fornecer um registro contínuo da atividade de negócio. (ABNT NBR ISO 15489-1:2018, p. 21)

A classificação de documentos de arquivo pode ser aplicada a documentos de arquivo individuais ou a qualquer nível de agregação. Um documento de arquivo pode ser classificado mais de uma vez, em diferentes momentos de sua existência. Em casos de reclassificação, recomenda-se que qualquer metadado de classificação substituído seja conservado.

A NBR ISO 30301: 2016 – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Requisitos menciona apenas uma vez a classificação, no qual mostra a relação entre os processos e controles do SGDA, e das seções de documentação de outros sistemas de gestão de normas. Essa Norma assegura que os documentos estejam disponíveis para aqueles que deles precisem, e que sejam transferidos, armazenados e, finalmente, eliminados, de acordo com os procedimentos aplicáveis à sua classificação

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno de normalização na Arquivologia é um processo que afeta todos os tipos de organização, sejam públicas ou privadas, podendo ser implementadas em empresas de pequeno, médio e grande porte, independente da natureza da instituição, e contemplando todos os tipos, formas, formatos e suportes documentais. Contudo, faz-se necessário que os responsáveis reflitam diante de tais normas, e que partindo-se das diretrizes das ISO, levando-se em consideração as legislações e contextos locais, seja elaborado modelos que contemplem essas realidades.

Ao observar o fenômeno da normalização na área de Arquivologia, particularmente a partir da publicação ISO 15489:2001, compreende-se que estas devam ser objeto de maior atenção dos pesquisadores que tem como objeto de estudo a gestão de documentos.

Estas podem ser analisadas sob pontos de vistas diversos: 1º) as normalizações em si, por contemplarem a prática da gestão, pressupõe-se que poderão deixar lacunas diante de realidades específicas; nesse caso, sugere-se a possibilidade de estudos de caso que poderiam apresentar as adaptações que as referidas normas deveriam sofrer diante de tais realidades; 2º) a própria aplicabilidade da norma merece destaque; nesse caso, partir-se-ia de pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas, almejando responder aos questionamentos sobre a sua aplicação ou não, ou então, a sua parcial aplicação das normas.

Quanto a classificação de documentos arquivísticos, pode ser verificado que as normas contemplam essa função que é considerada essencial para uma eficiente gestão de documentos. Destaca-se o status que a Norma dá aos planos de classificação, entendido como ferramenta de controle dos arquivos, os quais contribuem para manter o contexto de produção dos documentos, se utilizado a função como método básico.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR ISO 15489-1:2018 – Informação e documentação – Gestão de documentos de arquivo – Parte 1: Conceitos e princípios.

_____. NBR ISO 30300: 2016 – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Fundamentos e vocabulários.

_____. NBR ISO 30301: 2016 – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Requisitos

_____. NBR ISO 30302: 2016 – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Diretrizes para implementação.

BUSTELO-RUESTA, Carlota. La serie de normas ISO 30300 - management system for records: la gestión de los documentos integrada en la gestión de las organizaciones. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 72-83, jul./dez. 2015.

COSTA, Alexandre de Souza. A série de normas ISO 30300 como instrumento de governança informacional em organizações privadas: um estudo exploratório. **Ágora**, n.63, v.31, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/991>. Acesso em: 25 maio 2022.

JARDIM, J.M. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 19-50, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/45098>. Acesso em: 25 maio 2022.

INDOLFO, A.C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 28-60, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/50444>. Acesso em 25 maio 2022.

LLANSÓ SANJUAN, Joaquim. La norma ISO 15489:2001 y su evolución hacia un cambio de estrategia en las organizaciones. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 51-71, jul./dez. 2015.

<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/614>. Acesso em 25 maio 2022.

LLANSÓ SANJUAN, Joaquim. La normalización en gestión de documentos y archivos: los archivos, a escena. **TRIA**, n. 20, p. 161-180, 2016.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Brasília: projeto Editorial, 2008.

MORO CABERO, Manuela; HERNÁNDEZ, Luis Olivera. Comentarios sobre las fuentes reglamentadas utilizadas por la norma ISO 15489:2001 de gestión de archivos administrativos. **Revista d'Arxius**, n. 1, p. 67-96, 2002.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Tradução Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, J. T. e. Normas ISO para gestão de documentos: uma introdução. **Archeion Online**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 04–21, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/32299>. Acesso em: 25 maio. 2022.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. A classificação como função matricial do que-fazer Arquivístico. IN. **Arquivística: Temas contemporâneos**. SANTOS, Vanderlei Batista; INARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. 3ª Ed. Distrito Federal: SENAC, 2013.

_____. **Classificação em Arquivística: trajetória e apropriação de um conceito**. (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

A CONSTRUÇÃO DE TAXONOMIAS COMO UMA FERRAMENTA DE REPRESENTAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA

**Carine Melo Cogo Bastos (Universidade Federal do
Rio Grande do Sul),**

**Thiago Henrique Bragato Barros (Universidade Federal do
Rio Grande do Sul)**

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho traz como tema a construção de taxonomias como uma ferramenta de representação no contexto arquivístico sobre a inclusão de mulheres policiais militares na Instituição Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Cabe à Arquivologia produzir instrumentos de recuperação da informação relacionados aos acervos arquivísticos custodiados pelas instituições de arquivo, tanto públicas quanto privadas. Com o advento das tecnologias de informação, a ênfase nos documentos de arquivo mudou, recaindo nos sistemas informatizados o gerenciamento de documentos de arquivo e se aproximando cada vez mais da Organização do Conhecimento da Arquivologia. O objetivo delineado para a pesquisa foi mapear a presença das mulheres na Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul a partir de documentos de arquivo. Dessa forma, esta pesquisa utilizou os boletins internos de uma Companhia Feminina Militar no RS, com o objetivo de reconstruir os fatos registrados em papel e a memória de uma comunidade discursiva a partir de registros documentais escritos além de trazer como contribuição para o preenchimento de lacunas de

pesquisas com acervos arquivísticos voltados para a questão feminina no meio militar na Arquivologia, relacionados à Organização do Conhecimento no sentido de estruturar e representar conhecimento por meio de um sistema de organização do conhecimento. Para realização deste trabalho adotou-se o referencial teórico de Organização do Conhecimento, Arquivologia, Sistemas de Organização do Conhecimento e taxonomias de: Dahlberg (1978; 2006); Navarro (1995); Saracevic (1995); Barité (2001); Campos (2001); Hjørland (2002; 2008a; 2008b); Fonseca (2005); Guimarães (2005; 2008; 2012); Belloto (2006); Souza (2007); Brascher e Café (2008); Campos e Gomes (2008); Sales (2010); Cintra (2012); Smit (2012); Barros (2016); Souza e Araújo (2017); Vitoriano (2017) e Barros e Souza (2019).

2 DESENVOLVIMENTO

Como procedimento metodológico foi utilizado a pesquisa documental e foram adotados como corpus desta análise boletins internos da Companhia Feminina Militar do período de 1985 a 1993. Este acervo foi produzido na Instituição em decorrência das atividades administrativas da Companhia Feminina. Os boletins internos são documentos produzidos pelas unidades militares que tem como objetivo registrar, reunir e publicar os feitos administrativos de interesse da comunidade interna. O procedimento utilizado para a construção da taxonomia deu-se início pela leitura dos boletins internos, após a uma observação geral sobre como eram registradas as informações e de que maneira elas apareciam nos textos, pode-se verificar que em função da documentação possuir um padrão de apresentação e possuir uma divisão interna já estabelecida e conhecida pela comunidade estudada, optou-se por manter as divisões encontradas e transformá-las nas categorias temáticas que norteariam a retirada de termos para a devida classificação e construção da taxonomia. As definições dos termos foram ganhando significados e sendo alocados nas categorias temáticas.

As categorias, de acordo com Campos (2001), funcionam como o primeiro corte classificatório, além de que fornecem a visão de conjunto de agrupamentos que ocorrem na estrutura, possibilitando o entendimento global da área.

O estabelecimento das categorias gerais e das subcategorias deu-se em razão da sua frequência e das ocorrências encontradas no acervo de boletins, pois, dessa maneira, a representação da informação é de fácil entendimento pelos usuários em função da linguagem já utilizada nos documentos analisados.

Foram retirados os termos que mais ocorriam na documentação analisada e, a partir desses termos, elaborou-se as definições de conceito,

tomando como base o estatuto da instituição para construir a taxonomia com o objetivo de representar as atividades das mulheres por meio do acervo. Além disso, foi definido o tipo de relação que seria utilizada nesse sistema de organização do conhecimento; sendo assim, procurou-se manter a classificação das relações entre os conceitos em lógica, porque acredita-se que, dessa forma, fornece princípios mais concretos para sistematizar os conceitos, facilita o entendimento da realidade encontrada no acervo e representa o contexto institucional da época e a linguagem utilizada pela comunidade estudada, fazendo com que a taxonomia desenvolvida reflita a inclusão das mulheres e apresente uma melhor compreensão por parte dos usuários da instituição militar.

De acordo com Cintra (2002, p. 51),

[...] as relações hierárquicas são aquelas que acontecem entre termos de um conjunto, onde cada termo é superior ao termo seguinte, por uma característica de natureza normativa. No conjunto das relações hierárquicas, há que se levar em conta o conceito de ordem e de subordinação. A ordem deve ser observada como uma superordenação que consiste na possibilidade de subdivisão de uma noção hierárquica mais alta em um certo número de noções de nível inferior, chamadas noções subordinadas.

Salienta-se que este trabalho apresentou-se com um enfoque mais metodológico, ou seja, mostrar como aplicar taxonomias no contexto dos documentos de arquivo, com a intenção de que essa metodologia possa ser replicável em outros arquivos e contextos arquivísticos. É importante mencionar que, o instrumento desenvolvido, apresenta-se como uma taxonomia funcional muito em razão da realidade dos documentos analisados e pela falta de flexibilidade encontrada característica do acervo administrativo pesquisado.

Estudos que explorem as taxonomias contribuirão para traçar melhores instrumentos de busca na Arquivologia, assim como auxiliar na representação do conhecimento e na construção de melhores planos de classificação de documentos, com vistas à promoção da qualidade da pesquisa por informações. A exemplo disso, o presente estudo, sobre as mulheres na Brigada Militar, pode servir como guia e permitir agregação de novos conceitos, pois, conforme Dias (2015, p. 4), a taxonomia tem como uma de suas características “[...] ser um instrumento de organização intelectual, atuando como um mapa conceitual dos tópicos explorados em um sistema de recuperação da informação”.

Já Campos e Gomes (2007, p. 2) dizem que, “[...] como as taxonomias

representam os propósitos de organização intelectual de um dado contexto [...]”, é possível fazer a relação destas com a análise de domínio, pois é por meio da contextualização do domínio realizado na análise que se pode chegar à organização intelectual representada nas taxonomias.

No âmbito da Ciência da Informação, de acordo com Campos e Gomes (2007, p. 2), “[...] as taxonomias podem ser comparadas a estruturas classificatórias, como as Tabelas de Classificação, que têm como objetivo reunir documentos de forma lógica e classificada.” Nesse sentido, têm ampla relação com a Arquivologia, pois também servem como instrumentos de organização e recuperação de informação. Outra questão em que as taxonomias podem auxiliar os arquivistas refere-se a como “ensinar” os usuários por meio das estruturas de conceito e hierarquia, facilitando a aplicação de práticas de gestão documental e entendimento por parte de pesquisadores e usuários. Essa perspectiva pedagógica que alguns instrumentos e produtos arquivísticos oriundos do fazer do arquivista vêm assumindo vai ao encontro da Organização do Conhecimento, pois vai além dos programas de educação do usuário.

Um arquivo institucionalizado passível de organização será preservado para um determinado grupo ou instituição a fim de que se garanta a proteção de direitos individuais e da memória coletiva. Será por meio da Organização do Conhecimento e do domínio do contexto de produção documental que o arquivista, dentro do quadro funcional de um arquivo, conseguirá estruturar conhecimento, modelar sistemas de organização e disponibilizar o acesso ao acervo arquivístico, pois são os documentos de arquivo que permitem que os apagamentos de um determinado grupo venham a ficar em evidência, fazendo com que as informações e a memória social possam emergir por meio da Organização do Conhecimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho pode ser encarado, também, como uma tentativa de ajudar, na área da Arquivologia, a classificação de documentos por meio da construção de taxonomias, auxiliando, dessa forma, o desenvolvimento de instrumentos arquivísticos voltados a domínios específicos. Desenvolvidos e pensados para comunidades específicas, esses instrumentos poderão atuar como mapas e guias para auxiliar arquivistas a trabalhar com a organização do conhecimento de maneira mais eficaz, representando as informações de forma mais clara aos usuários e fazendo com que estes se sintam representados nos instrumentos, sendo de fácil aplicação em suas atividades administrativas. No entanto, estudos como este, que relacionam questões de gênero e organização do

conhecimento na área da Arquivologia e da Ciência da Informação e envolvem comunidades específicas (no caso, mulheres), apresentam-se de maneira escassa na nossa literatura.

Ao finalizar a estruturação da taxonomia, em que se buscou compreender a realidade da época em que esses registros foram gerados, foi possível organizar e sintetizar as informações em um mapa mental que refletisse a interpretação da realidade da inclusão das mulheres, sendo retratada a memória institucional daquele grupo de mulheres no contexto social do período estudado. Como as taxonomias são instrumentos dinâmicos e capazes de incorporar os avanços do conhecimento, será possível, também, adicionar modificações de significados de termos encontrados, caso seja necessário para futuras atualizações.

Como sugestão para pesquisas futuras, é importante acrescentar que, Arquivologia e a Organização do Conhecimento, é necessário, cada vez mais, promover novas formas para representar e organizar conhecimento.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Idalécio J.; CARLAN, Eliana; BRÄSCHER, Marisa B. Princípios classificatórios para a construção de taxonomias. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.3, n.3, p.196-215, dez.2009. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3626/2744>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- BARITÉ, Mario. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, Kester (org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Unesp: FAPESP, 2001. p. 35-60.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato. A Indexação e a Arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 21, p. 33-44, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2016v21n46p33>. Acesso em: 08 out. 2020.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Organização do conhecimento e Arquivologia: abordagens metodológicas. **Informação & informação**, Londrina, v. 24, n. 2, p. 76-92, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n2p76>. Acesso em: 18 set. 2020.
- BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, Washington, D.C., v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/asi.5090190103>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRÄSCHER, Marisa B. B.; CAFÉ, Lígia M. A. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2008.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, H. E. Taxonomia e classificação: o princípio de categorização. **DataGramaZero**, [Brasil], v. 9, n. 4, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6615>. Acesso em: 17 maio 2021.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.

CÂNDIDO, Gilberto Gomes; MORAES, João Batista Ernesto; SABBAG, Deise. Análise documental de conteúdo e o percurso gerativo de sentido: na representação do documento de arquivo. *In*: GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DOBEDEI, Vera (org.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2015. p. 344-354. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 3). Disponível em: <https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Proceedings-ISKO-Brasil-2015.pdf>. Acesso em: 22 maio 2022.

CINTRA, Anna Maria Marques; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, 2002.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v7i2.115>. Acesso em: 18 fev. 2020.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Baden, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006. Disponível em: https://www.ergonverlag.de/isko_ko/downloads/ko3320061c.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel; GARCÍA MARCO, Francisco Javier. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. **Scire: representación y organización del conocimiento**, Zaragoza, v. 1, n. 1, p. 149-157, ene./jun. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.54886/scire.v1i1.1038>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, D.F., v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v1.n1.2008.940>. Acesso em: 20 maio. 2022.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; GONZÁLEZ, José Antonio Moreira; ALENCAR, Máira Fernandes. A análise documental no universo científico dos ENANCIBS: 82 elementos para uma análise de domínio. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

GUIMARÃES, José Augusto; PINHO, Fabio A.; FERREIRA, Gustavo M. Relações teóricas da organização do conhecimento com as abordagens de catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Scire**, Zaragoza, v. 18, n. 2, p. 31-41, jul./dic. 2012. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/114698>. Acesso em: 21 out. 2020.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Provenance as a Domain Analysis Approach in Archival Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Baden, v. 42, n. 8, p. 562-569, 2005. Disponível em:

https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko_42_2015_8_c.pdf

Acesso em: 21 out. 2020.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: Eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, United Kingdom, v. 58, n. 4, p. 422-462, ago. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00220410210431136>. Acesso em: 21 out. 2020.

HJØRLAND, Birger. Core classification theory: a reply to Szostak. **Journal of Documentation**, United Kingdom, v. 64, n. 3, p. 333-342, 2008a. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00220410810867560>. Acesso em: 12 maio. 2022.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, Baden, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008b. Disponível em: <https://repository.arizona.edu/handle/10150/106183>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SALES, Luana Farias; MOTTA, Dilza Fonseca da. **Base teórica da Ciência da Informação para construção de taxonomias consistentes**. 2010. Disponível em:

https://www.gov.br/casaruibarbosadados/DOC/palestras/memo_info/mi_2010/FCRB_MI_Construcao_de_taxonomias_consistentes.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/05/pdf_aac5068b8b_0016893.pdf. Acesso em: 24 maio. 2022.

SMIT, Johanna Wilhelmina Smit. A informação na Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v3i2p84-101>. Acesso em: 18 maio 2021.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos (org.). **Arquivística, temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. Brasília: SENAC, 2007. p. 77-172. Disponível em: https://www.academia.edu/36861840/A_classifica%C3%A7%C3%A3o_de_documentos_de_arquivo. Acesso em: 16 set. 2020.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. A indexação e criação de taxonomias para documentos de arquivo: proposta para a expansão do acesso e integração das fontes de informação. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 11, n. 4, p.47-56, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n4.08.p47>. Acesso em: 24 maio. 2022.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Uma aproximação entre Arquivologia e Ciência da Informação: o uso dos conceitos de informação orgânica e informação arquivística. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 11, n. 4, p. 57-66, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n4.09.p57>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES: INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Rosale de Mattos Souza (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),

Rosa Zuleide Lima de Brito (Universidade Federal da Paraíba),
Andrea Gonçalves dos Santos (Universidade Federal do

Rio Grande do Sul),

Natália Araujo Lima (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

A universidade pública federal, como qualquer instituição, foi criada para desempenhar finalidades, que neste caso específico, fazem parte das atividades de ensino, pesquisa e extensão, oferecendo ensino superior de graduação e pós-graduação gratuitos e de qualidade à população. Desta forma, produz documentos e um domínio de conhecimento específico – o da educação de ensino superior.

Para seu funcionamento, demandam atividades administrativas, assim como atividades de cunho didático-pedagógicas. Para que estas se realizem, a produção de documentos se faz necessária, uma vez que, são registros fundamentais das ações realizadas no cotidiano das instituições. A produção de documentos exige o conhecimento do arquivista para fazer a gestão documental de forma adequada, no que tange a elaboração de instrumentos de gestão, como são os casos do Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos – TTD.

Este trabalho visa compreender e analisar o Código de Classificação de Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Sobre a classificação de documentos arquivísticos em universidades, por tratar-se de uma temática ainda em busca de uma fundamentação teórica consistente, como aponta autores que escrevem sobre o assunto. Essa inconsistência pode ser observada nos códigos de classificação existentes, cujas metodologias não apresentam fundamentos teóricos na elaboração dos mesmos. Sobre essa fragilidade, Sousa (2002) em seus escritos recomenda que devemos recorrer à Teoria da Classificação e Organização do Conhecimento, criadas por Ingetrout Dahlberg nos anos 1970 e 1980, já consolidadas na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Nessa perspectiva, objetivamos registrar nesse artigo, nossa experiência como membros do Grupo de Trabalho de Classificação e Temporalidade de documentos – GT Classificação da rede ARQUIFES (Rede Nacional de Arquivistas das IFES), criada com o objetivo de contribuir para revisão do código de classificação da atividade-fim das instituições federais de ensino superior, a fim de fundamentar as demandas levantadas por meio de um questionário aplicados junto aos arquivistas que utilizam o Código de Classificação (Plano de Classificação) que foi criado e consolidado pela Coordenação de Documentos – COGED, do Arquivo Nacional e representantes de instituições federais de ensino entre o período de 2006 a 2010, culminando com a Portaria n. 92 do SIGA/AN em 2011.

Verificamos muitas solicitações de alterações na estrutura das classes da parte dos representantes das instituições de ensino a partir de levantamento realizado em 2018, além de sugestões da criação de novos descritores com as respectivas justificativas, que foram discutidas pelas autoras e levadas para apreciação com os demais membros do grupo.

Com base no exposto, temos como objetivo geral analisar o Plano de Classificação de Atividades- Fim das IFES no Brasil, que se subdivide nos seguintes objetivos Específicos: Refletir sobre classificação arquivística e Teoria da Classificação; identificar o domínio de conhecimento em instituições de ensino superior; identificar funções, subfunções, atividades, atos, espécies documentais e tipos existentes; revisar e atualizar o Plano de Classificação de Atividades- Fim das IFES.

Portanto, este trabalho sugere a revisão e atualização do Código de Classificação de Atividades-Fim das IFES, por julgarmos que há necessidade de ser incluída a análise dos termos, conceitos e dos domínios de conhecimento na produção de documentos das universidades e institutos de educação superior no país.

2 ARCABOUÇO TEÓRICO METODOLÓGICO: ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E CLASSIFICAÇÃO NA ARQUIVÍSTICA

Na tentativa de fundamentar teoricamente nossas decisões, recorreremos então a literatura sobre organização do conhecimento, subárea da Ciência da Informação e a classificação na arquivística para dialogar com a classificação de documentos, nas alterações realizadas na classe já mencionada, pertencente ao Código de Classificação de documentos das instituições federais de ensino superior, Portaria n. 92, de setembro de 2011.

Existe uma epistemologia da Organização do Conhecimento (OC) que circunda emblemáticos como Ingetraut Dahlberg, que foi uma das fundadoras da Organização do Conhecimento nos anos 1970 e 1980, preocupada com estudos sobre classificação, termos e conceitos. Segundo Hjørland (2008, p. 86), a OC se relaciona em atividades tanto em bibliotecas como em arquivos, visto que este campo de estudo está preocupado com a descrição, indexação, classificação, sistemas de organização do conhecimento usados para organizar e disponibilizar documentos, por meio de representações, palavras e conceitos, levando em consideração as estruturas coletivas, a organização e significados sociais.

Para a elaboração do saber é necessário códigos linguísticos para a formação de conceitos, Dahlberg (1978) define conceito como “a unidade de conhecimento que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto e que, por meio de sinais linguísticos, pode ser comunicado”. É possível estabelecer que a comunicação utiliza a linguagem como uma ferramenta para a representação do saber.

Na Arquivologia os princípios arquivísticos devem ser considerados, em particular na função classificação, tais como:

Principal princípio da Arquivística, criado no século XIX, por Nataly de Wally, em 1841, e que distingue a Arquivologia de outras áreas de conhecimento:

[...] O respeito aos fundos – para adotar aqui sua definição mais simples, deixando de lado todos os problemas de interpretação que abordaremos no decorrer deste trabalho – consiste em manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física e jurídica: é o que se chama de fundo de arquivos dessa administração, instituição ou pessoa. [...]. (DUCHEIN, 1986, p. 14)

No princípio da proveniência “a maior parte das definições de respeito aos fundos, se reportam, na verdade, a esta noção, a tal ponto que o equivalente

da expressão respeito aos fundos, nos países de língua germânica e em vários outros é princípio da proveniência.” O fundo é definido como o conjunto de arquivos cuja proveniência é a mesma. (DUCHEIN, 1986, p. 23).

Já no que diz respeito à ordem original e ao princípio da territorialidade chegamos aos seguintes conceitos: o da Ordem Original é princípio que mantém a ordem (classificação) em que os documentos foram organizados originalmente pelos órgãos produtores, ou seja, por aspecto cronológico, alfabético, geográfico, temático (por assunto), espécie documental, e etc. Princípio associado aos princípios da proveniência e de respeito aos fundos documentais. No que diz respeito ao Princípio da Territorialidade, este respeita o local geográfico de produção e criação dos documentos, associado normalmente aos princípios da proveniência e o de Respeito aos Fundos Documentais.

Conforme Sousa (2002) apresenta, a função arquivística classificação de documentos é considerada matricial para o fazer arquivístico, é a explicitação de funções ou estruturas dentro de um contexto de produção documental. É a representação do mapeamento deste contexto produtivo que subsidia as demais etapas da gestão de documentos. Assinala-se ainda que os Princípios arquivísticos como o de Respeito aos Fundos documentais, proveniência, ordem original, territorialidade, nos séculos XIX e XX foram primaciais para a organização do conhecimento na Arquivologia. A tradução e divulgação de normas internacionais de descrição arquivísticas pelo Arquivo Nacional do Brasil também foram decisivas no avanço da OC no Brasil.

Em suma, como apontado por Tognoli, Silva e Silva (2019, p. 55), embora os princípios e conceitos devam ser respeitados da Arquivística – como o conceito de fundo, o princípio da proveniência e o conceito de documento de arquivo – a área se desloca da norma de custódia e preservação, para “direção a uma abordagem que privilegia, além da custódia, o teor social implicado nos processos de produção, organização e uso de documentos de arquivo – ressaltando, aqui a importância da interlocução com outras disciplinas, como a OC”.

Na classificação arquivística, segundo Schellenberg (2002), “vejam como elementos – função, organização e assunto- entram na classificação de documentos públicos. Visando ao estudo desse ponto, os métodos de classificação podem ser divididos em três: funcional, organizacional e por assunto”

Os documentos, uma vez agrupados por atividades, podem ser, além disso, agrupados de acordo com a função. Os grupos funcionais são as classes

maiores normalmente criadas para a classificação de documentos de uma entidade (SCHELLENBERG, 2002, p. 90).

A Arquivologia, no que diz respeito a descrição, ainda possui a visão de uma série de atividades ligadas ao registro de aspectos objetivos do documento. A investigação da linguagem artificial e natural utilizada na arquivística é necessária para potencializar normas de descrição, sistemas de recuperação da informação, bases de dados e instrumentos de pesquisa, além do atendimento ao usuário.

Se a estrutura orgânica se reflete num esquema de classificação, as classes primárias, em geral, representam os principais elementos organizacionais da repartição. A divisão em classes organizacionais é possível e aconselhável somente em governos de organização estável, e cujas funções e processos administrativos sejam bem definidos (SCHELLENBERG, 2002, p.91).

Por exemplo, qual é a missão e quais são as funções da universidade pública federal no Brasil: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Se os documentos se referem a um campo especial de pesquisa, como por exemplo “química agrícola”, os cabeçalhos de assuntos ou tópicos devem corresponder às subdivisões lógicas daquele campo específico. [...] Os cabeçalhos para arquivos extraídos de uma análise puramente lógica dos assuntos, abrangendo um campo de conhecimento humano, comparam-se àqueles sob os quais o material de bibliotecas é classificado (SCHELENBERG, 2002, p. 93).

Desta forma, podemos inferir que os processos, trâmites, funções, sub-funções, atividades, atos, tipologia de documentos, tipos de documentos, assuntos são todos elementos necessários para a construção de uma taxonomia e de uma classificação na arquivística, levando em consideração a classificação funcional, a organizacional e a temática.

3 A METODOLOGIA EMPÍRICA

Foram distribuídas as tarefas por códigos 100 (Ensino superior), 200 (Pesquisa), 300 (Extensão), 400 (Educação básica e profissional) e 500 (Assistência estudantil) entre membros do GT classificação da rede ARQUIFES, visando o estudo ponto a ponto das sugestões, acréscimos e mudanças propostas pelos arquivistas no período 2018-2019.

Vale ressaltar que a classe analisada nesse estudo é a 100 (Ensino superior), que representa a primeira função ou atividade fim das IFES, e suas subclasses: 110 – Normatização. Regulamentação; 120 – Cursos de graduação (inclusive na modalidade a distância); 130 – Cursos de pós-graduação *stricto*

sensu (inclusive na modalidade a distância); 140 – Cursos de pós-graduação *lato sensu* (inclusive na modalidade a distância) e 190 – Outros assuntos referentes ao ensino superior.

Os membros participantes do subgrupo, responsáveis pela reunião dos formulários referentes à classe 100, se encarregaram de realizar a revisão e análise das sugestões, acréscimos e mudanças propostas pelos arquivistas no período de 2018-2019. As discussões apontaram a fragilidade da metodologia adotada na criação das classes e subclasses adotadas para a classe 100, onde não se identificam de forma clara, quais critérios foram atribuídos em determinados níveis criados na elaboração do plano de classificação ou no código de classificação, como assim é intitulado.

Também foram discutidas novas propostas de assuntos/tipos documentais que poderiam ser inseridas e novas reestruturações na classe, que foi apresentada ao GT e devem ser discutidas junto à Coordenação de Gestão de Documentos – COGED, do Arquivo Nacional.

Também foi utilizada como metodologia empírica o uso de termos e conceitos do tesauro do CIBEC/INEP como parâmetros de análise.

4 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Devemos considerar também que o referido código de classificação de Atividades-fim das IFES é a primeira versão, publicado há quase dez anos, onde ainda não foi realizada nenhuma atualização. Também é importante mencionar que a dinâmica e os processos das instituições, assim como o conhecimento muda e evolui, fazendo com que os instrumentos de gestão de documentos precisem ser revisados e atualizados periodicamente, tais como o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos de Atividades-Fim das IFES.

Ao longo das discussões realizadas em várias reuniões do Grupo de Trabalho de Classificação das IFES foram levantados alguns problemas de ordem teórico-prático relevantes: o desconhecimento dos critérios adotados na metodologia que foi utilizada para a divisão dos níveis hierárquicos (onde o ensino é dividido, por exemplo); a característica inflexível para a criação de novas classes no nível hierárquico; se bem um grupo pequeno de representantes das IFES participou no processo de desenvolvimento do código, desde 2013 até a data não foram realizadas chamadas públicas à comunidade arquivística para a sua revisão e atualização, e; o uso de assuntos como forma de estabelecer classes se mostra ineficiente e muitas vezes ambíguo na hora de realizar a classificação e consequente avaliação, pois não são o fiel reflexo das informações institucionais.

Aliado aos problemas citados, podemos acrescentar que o seu correspondente da atividade-meio, o Código de classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal foi atualizado e revisto em 2020, por meio da Portaria AN nº 47, após 19 anos de sua criação. Estas atualizações não estão acompanhando as novas demandas do Governo Federal, da Advocacia Geral da União - AGU, do Tribunal de Contas da União – TCU, no que se referem à gestão de riscos, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Governo Digital, etc.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A classificação e a representação da informação não são apenas atividades técnicas, mas ações mentais e físicas dentro de um contexto cultural e social e se manifestam de forma simbólica e ideológica (de valores, tendências linguísticas, políticas e culturais). Constatou-se a importância da interdisciplinaridade e do diálogo entre a classificação e representação da informação na Biblioteconomia, Arquivologia, Diplomática, Tipologia Documental e a Ciência da Informação.

É destacado que é incipiente o número de instituições arquivísticas brasileiras que utilizam indexação, representação temática e vocabulários controlados para o desenvolvimento de estudos sobre classificação. Revela-se que a reflexão e investigação desses processos técnicos se fazem mais que necessárias.

É imprescindível inserir como parte da agenda de pesquisas dos arquivistas a organização do conhecimento: Teoria do conceito, análise de domínio, classificação e representação da informação, a fim de serem elaborados melhores códigos e planos de classificação arquivísticos, cuja metodologia utilizada na sua elaboração seja apresentada de forma clara, contribuindo para que futuras adaptações ou alterações de planos de classificação de atividades-fim das IFES possam ser efetuadas de forma planejada, com menos inconsistências e incertezas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Portaria n 47, de 14 de fevereiro de 2020. **Dispõe sobre o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às Atividades-Meio do Poder Executivo Federal.** *Diário Oficial da União*. Publicado em: 20/02/2020 | Edição:36 | Seção: 1 | Página: 74. Disponível em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-47-de-14-de-fevereiro-de-2020-244298005>. Acesso em 07.02.2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Portaria 92, 23.09.2011. **Código de classificação de Atividades-Fim e Tabela de Temporalidade de Documentos das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília, Arquivo Nacional, 2011. Disponível em <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-92-de-23-de-setembro-de-2011>. Acesso em 07.02.2022.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: A new science? **KnowledgeOrganization**. 33. 11-19, 2006.

DAHLBERG, I. Teoria do Conceito. In: **Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, 7(2): 101-107, 1978.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, Baden, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008b. Disponível em: <https://repository.arizona.edu/handle/10150/106183>. Acesso em: 24.06.2021.

POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. Leituras. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, n.2, p. 19 – 33, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. Princípios de Classificação. In: **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SOUSA, R.T.B. **As bases do processo classificatório em Arquivística**: um debate metodológico. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

TOGNOLI, N. B; SILVA, A. M.S.; SILVA, A. P. Organização do Conhecimento e Arquivologia: uma análise de domínio nos periódicos KnowledgeOrganization e Scire. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 24, n. 3, p. 52 – 77, set./dez. 2019. Disponível em <10.5433/1981-8920.2019v24n3p52>. Acesso em 02.02.2022.

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO: PRINCIPAIS TEMAS DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS MAIS DEMANDADAS PELA LAI

Zenóbio dos Santos Júnior (Universidade FUMEC),
Fábio Correa (Universidade FUMEC),
Vinícius Figueiredo de Faria (Universidade FUMEC)

1 INTRODUÇÃO

A Lei de Acesso à Informação (LAI), instituída pela Lei nº 12.527/2011, garante ao cidadão o direito constitucional de acesso às informações públicas, seja ela de interesse particular, coletivo ou geral, cabendo à administração pública a gestão da documentação.

Para avaliar este acesso a Controladoria-Geral da União (CGU) criou dois sistemas para os usuários, denominados cidadão solicitante e gestor do órgão solicitado, a saber: o Fala.BR, plataforma informatizada que integra a Ouvidoria e o Acesso à Informação (BRASIL, 2020b), e o Painel LAI, criado para facilitar o acompanhamento do monitoramento e cumprimento da LAI pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal (BRASIL, 2021).

Por meio destes sistemas os cidadãos podem realizar manifestações e acompanhar o cumprimento da LAI pelos órgãos do Poder Executivo Federal. No Fala.BR, o cidadão é capaz de registrar sete tipos de manifestação: 1) acesso

à informação; 2) denúncia; 3) elogio; 4) reclamação; 5) simplifique; 6) solicitação; e 7) sugestão.

No Painel LAI os dados podem ser extraídos do Fala.BR, sendo possível visualizar informações temáticas, circunscrita no rótulo Assunto, que auxilia na caracterização do tema da manifestação para efeito de classificação e operacionalização do fluxo interno da ouvidoria e, por conseguinte, promovem a melhoria da gestão do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)⁸⁴.

Os dados desta pesquisa são resultantes dos pedidos de acesso à informação extraídos do Fala.BR, dos temas gerados no Painel LAI e do *Download* de Dados LAI (BRASIL, 2022), neste último, é possível obter os desdobramentos dos Assuntos como os Subassuntos e Tags que se relacionam com a classificação de documentos arquivísticos, constituindo as classes, subclasses e grupos, respectivamente. Para melhor entendimento, o termo “Temas” integrará todos os Assuntos, Subassuntos e Tags nesta pesquisa.

O assunto deve ser visto de modo *lato*, pois nos Planos de Classificação de Documentos de Arquivos esses estão presentes nas diversas classes e subclasses do esquema – a disposição hierárquica das classes pela divisão em cadeia reflete a estrutura, as funções e as atividades da instituição. Assim, têm-se a classificação como uma função importante para a transparência e o compartilhamento de informações que são caminhos para a tomada de decisão, para a preservação da memória técnica e administrativa das organizações contemporâneas e para o pleno exercício da cidadania.

Uma das finalidades da Lei de Acesso à Informação é ampliar o nível de democratização e transparência da área pública, permitindo que a sociedade possa demandar informações aos órgãos públicos sobre assuntos de interesse coletivo ou particular (CAROSSO; TEIXEIRA FILHO, 2016, p. 256).

Ao realizar um levantamento preliminar, identificou-se que nem todos os campos estão sendo classificados ou preenchidos pelos usuários. Esta hipótese pode ser constatada por Gama (2015, p. 124), no qual, verificou que os gestores públicos responsáveis pelo registro dessas informações no e-SIC⁸⁵ não receberam treinamento sobre como classificar as informações nas categorias e subcategorias do VCGE. Em várias universidades foi verificado que a categoria “Educação” abrange a quase totalidade das demandas indicadas e pode significar falta de conhecimento ou mesmo falha na classificação.

⁸⁴ De acordo com o Art. 9º do Decreto 7.724/2012, os órgãos e entidades deverão criar Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).

⁸⁵ O sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) foi criado pela CGU para gerenciar as solicitações da LAI. Em agosto de 2019, o e-SIC foi integrado ao Fala.BR.

Assim, esta pesquisa se instaura no seguinte questionamento: quais os principais temas – assunto, subassunto e tag – dos pedidos de acesso à informação nas universidades federais mais demandadas pela LAI?

Considerando a importância desses temas – assunto, subassunto e tag – para a arquivística, classificação e operacionalização do fluxo interno da ouvidoria e gestão do Fala.BR quanto à transparência no exercício da cidadania, esta pesquisa tem por objetivo identificar os temas mais utilizados nos pedidos de acesso à informação no âmbito das cinco Universidades Federais mais demandadas em 2021, mediante a verificação do preenchimento desses rótulos pelos usuários e sua efetividade para classificação dos documentos.

2 DESENVOLVIMENTO

Uma das diretrizes da criação da LAI é promover o fomento à cultura da transparência na administração pública (BRASIL, 2011, LIMA; ABDALL; OLIVEIRA, 2020). Isso levanta a questão: as universidades públicas federais brasileiras são transparentes? Não obstante, acrescenta-se, ainda, se há existência de tipos de transparência, definições, classificações e normas legais associadas, que estabelecem critérios de parametrização, além do uso do termo como conceito basilar a uma boa governança pública.

Os pedidos de acesso à informação são realizados pelo Fala.BR por qualquer pessoa – física ou jurídica – e são direcionados aos órgãos e entidades da administração pública e que tenham por objeto um dado ou informação.

Para Teixeira (2020, p. 3), os pedidos de acesso à informação ajudam a verificar tanto a transparência vertical quanto a horizontal, uma vez que não há impedimentos legais para que sejam feitas as solicitações.

Sasso *et al.* (2017, p. 606) destaca o monitoramento das informações, pois se não existirem ou não poderem ser acessadas, então não há transparência ativa. O monitoramento da transparência passiva é necessário à divulgação dos pedidos de informações e dos usuários, caso contrário, não se saberá quem e nem o que está sendo solicitado do setor público.

Esta divulgação é realizada através do Painel LAI, o qual apresenta os dados extraídos da plataforma Fala.BR, por meio de *ranking* dos órgãos que mais receberam pedidos, tempo de resposta, perfil dos solicitantes, omissões, transparência ativa, entre outros aspectos. Ainda no Painel é possível visualizar gráficos que demonstram quais foram os “motivos para negativa de acesso”, a “evolução dos pedidos”, o “cumprimento de prazo” e os “principais temas” além de outras informações (BRASIL, 2021).

Na categoria “principais temas” são apresentados os assuntos mais utilizados nos pedidos de acesso à informação, representado por uma nuvem de

palavras, onde o tamanho dessa expressa a quantidade de vezes em que ela foi cadastrada no Fala.BR. Mediante aos principais temas o usuário tem acesso ao *Download* de Dados do Fala.BR em formato aberto onde é possível baixar 20 (vinte) campos e dentre eles, o Assunto, Subassunto e a Tag (BRASIL, 2021).

O manual do Fala.BR (BRASIL, 2020b) define Assunto como uma lista previamente cadastrada pela Controladoria Geral da União, tomando como base todos os temas de abrangência geral da administração pública. O Subassunto é uma lista mantida para transição ao campo Tags, sendo esse último uma lista de marcadores criados pelas ouvidorias que utilizam o Fala.BR, conforme suas necessidades

É importante ressaltar que cada Subassunto está relacionado intrinsecamente a um Assunto e esse a um único tema. Porém, as Tags não estão vinculadas a um Assunto ou Subassunto e podem ser criadas livremente (BRASIL, 2020b). Para auxiliar na escolha dos Assuntos o Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE) é a ferramenta utilizado para classificar o assunto do Fala.BR e

a expectativa é que o VCGE seja usado para classificar qualquer conteúdo de informação (documentos, bases de dados, mídia eletrônica, documentos em papel, etc) que não seja classificado outra forma mais específica de indexação [...] que seja feito para ser consultado pelo público geral e seu processo de indexação deve ser feito por pessoas que não são profissionais especializados como biblioteconomistas, arquivologistas, etc... (BRASIL, 2014, p. 6).

Assim, o objetivo do VCGE é fazer a interface de comunicação com o cidadão e, como ferramenta, ajudar os gestores do SIC na gestão dos pedidos de acesso à informação. Mas, qual a importância de classificar os Assuntos, Subassuntos e Tags no Fala.BR? De acordo com Sousa (2014, p. 3), o conceito de classificação é apropriado pelas várias áreas do conhecimento humano, mas parece que nas áreas que lidam com a informação esse conceito ganhou uma importância vital, principalmente quando se apresenta como tarefa principal dessas áreas o acesso à informação.

Segundo o dicionário brasileiro de terminologia arquivística (BRASIL, 2005), classificação significa: 1) organização dos documentos de um arquivo ou coleção; 2) análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção das categorias de assuntos, as quais sejam recuperadas, podendo-se lhes atribuir códigos; 3) atribuição a documentos ou às informações neles contidas, de graus de sigilo, conforme legislação específica.

A classificação refere-se ao estabelecimento de classes nas quais se identificam as funções, as atividades exercidas e as unidades documentárias a

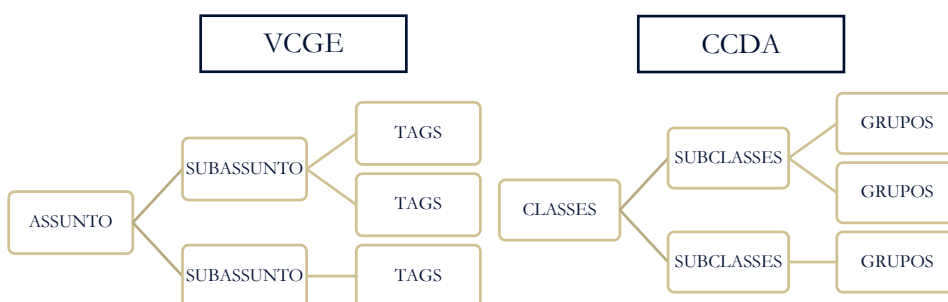
serem classificadas, permitindo a visibilidade de uma relação orgânica entre uma e outra e determinando agrupamentos e a representação do esquema de classificação proposto sob a forma de hierarquia.

O objetivo do plano de classificação de documentos de arquivos é agrupar documentos sobre um mesmo assunto. O assunto poderá ser uma disciplina, ramo ou tópico do conhecimento, espaço geográfico, época, período ou tempo cronológico, pessoa ou instituição e, de maneira secundária, um assunto poderá ser completado com a indicação de uma forma intelectual de apresentação e física (BRASIL, 2020a).

A estruturação de um esquema de classificação pode ser facilitada pela utilização de uma codificação numérica para designar as classes, subclasses, grupos e subgrupos preestabelecidos, o que agiliza a ordenação, escolha do método de arquivamento e a localização física e lógica (BRASIL, 2020a).

Fazendo um paralelo sobre o VCGE e o Código de Classificação de Documentos de Arquivo (CCDA), a Figura 1 representada à ligação entre essas duas ferramentas que auxiliam a classificação.

Figura 1 - Estruturação de um esquema de classificação do VCGE e CCDA



Fonte: Elaborado pelos autores.

O esquema proposto poderá contribuir para a classificação e melhorias de acesso aos documentos e informações, como aponta Sousa (2014, p.21) sobre os desafios para equacionar a preservação do vínculo arquivístico com uma maior recuperação dos documentos e informações de arquivo.

Para esta pesquisa o sentido da classificação está relacionado ao conteúdo dos documentos e a categoria de assunto. Apesar do grau de sigilo estar presente na LAI, esse não é objeto desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa exploratória, que faz uso de artefato documental para realização de análise de cunho quantitativo. Exploratória por visar

aprofundamento em determinada temática (TRIVINÕS, 1987), sendo isso determinado pelo intento de compreender as temáticas mais demandadas no contexto das Universidades Federais. Documental por fazer uso documentos que não receberam tratamento analítico, como gravações, arquivos públicos e privados, memorandos, ofícios, dentre outros (GIL, 2002).

Para a condução desta pesquisa foram determinados passos a serem realizados, a saber: 1) coleta de dados; 2) identificar as Universidades Federais mais demandadas em 2021; 3) identificar os temas – assunto, subassunto e tag – mais utilizados no âmbito das cinco Universidades Federais mais demandadas.

Primeiramente (passo 1), faz-se uso dos dados advindos da consulta de manifestações produzidas pelo Fala.BR, sendo de acesso público e obtido pelo sítio eletrônico desse sistema (BRASIL, 2022) em formato *Comma-Separated Values* (CSV - dados separados por vírgulas).

Por conseguinte (passo 2), os dados são quantificados, de forma a obter as Universidades Federais mais demandadas em 2021. Para isso faz-se uso da contagem de frequência de solicitações de informações por Universidade. Devidamente quantificados, esses dados são classificados, de forma a obter um *ranking* de solicitações por Universidades. Assim, se aplica a abordagem quantitativa (GIL, 2002), por meio do estabelecimento do referido *ranking*.

Mediante ao exposto, esta pesquisa se concentrará nas cinco Universidades Federais com mais solicitações. A essas será realizada a contagem dos temas – assunto, subassunto e tag – mais utilizados nessas solicitações (passo 3), por meio da quantificação.

4 RESULTADOS

Os dados foram coletados entre os dias 10 de janeiro de 2022 a 04 de fevereiro de 2022, onde foram pesquisados o ano, *ranking* do órgão e os principais temas – assunto, subassunto e tag – das universidades federais mais demandadas nos pedidos de acesso à informação do Fala.BR (BRASIL, 2022). A motivação da escolha do ano de 2021 foi em decorrência dos 10 anos da LAI. Após as estabelecidas quantificações (passo 2 e 3), seguem-se para a exposição os Assuntos (seção 4.1), Subassuntos (seção 4.2) e Tags (seção 4.3).

4.1 Assuntos

A Tabela 1 apresenta o *ranking* das cinco Universidades que mais receberam pedidos pelo Fala.BR em 2021, bem como os principais assuntos que foram registrados no Fala.BR durante o período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Tabela 1 - Principais temas das cinco Universidades Federais mais demandadas pelo Fala.Br em 2021

Assunto	UNB	UFPB	UFRJ	UFC	UFRGS	Total
Acesso à Informação	467	148	145	129	154	1043
Agendamento		1				1
Agendamento de Consultas		1	1			2
Agente Público		2				2
Aposentadoria		3	1			4
Assédio moral		1	2	1		4
Assentamento		1				1
Assistência ao Idoso		1				1
Assistência ao Portador de Deficiência		1		1	1	3
Atendimento		3	5	3	4	15
Atendimento Básico			1			1
Auditoria		5	5	5	3	18
Auxílio		2	9	2	8	21
Avaliação da Conformidade			2			2
Benefícios Sociais	1	1	2	1		5
Bibliotecas		1	2	1	1	5
Bolsas		3	2			5
Certidões e Declarações		3	3	1		7
Certificado ou Diploma		4	20	9	5	38
Compras governamentais		8	2	2	1	13
Concurso		38	15	39	9	101
Conduta Docente			2		1	3
Controle social		12	2			14
Cooperação Internacional				1		1
Coronavírus (COVID-19)		2	6	2	3	13
Correição		1	1	1	2	5
Cotas		7	10	12	5	34
Dados Pessoais - LGPD		4	3	4	2	13
Denúncia de irregularidades de servidores			7			7
Direitos Humanos			1		1	2
Educação Básica				1	1	2
Educação Profissionalizante		1	1			2
Educação Superior		35	26	18	17	96
Emprego					1	1
Energia Elétrica		1	2	1	1	5

Ensino Médio			2		2	4
Esporte Profissional		1	1	1		3
Exame Nacional do Ensino Médio – Enem					1	1
Fraude em auxílio emergencial - coronavírus			2	1	5	8
Frequência de Servidores		3	1			4
Habitação Urbana			1			1
Hospitais Universitários		1	1			2
Lazer		1				1
Legislação		1	1			2
Licitações		22		2	1	25
Matrículas		6	12	1	2	21
Metrologia Legal			1			1
Normas e Fiscalização		2	1		1	4
Orçamento		6	4	2	3	15
Outros em Administração		6	4	4	4	18
Outros em Comunicações			2		1	3
Outros em Cultura		1				1
Outros em Economia e Finanças		1	1	2		4
Outros em Educação		4	7	1		12
Outros em Energia		1	1	1	1	4
Outros em Meio Ambiente			1	3	2	6
Outros em Pesquisa e Desenvolvimento		3	2	4	2	11
Outros em Previdência		1	1			2
Outros em Saúde			2	2		4
Outros em Trabalho		1		1	1	3
Ouvidoria		3	3	1		7
Ouvidoria Interna		1	1	1	1	4
Patrimônio		2	1	2		5
Patrimônio Cultural		1	1	2	1	5
Planejamento e Gestão		5	6	2	2	15
Preservação e Conservação Ambiental		1				1
Processo Seletivo		5	5	5	8	23
Programa Bolsa Família			1		1	2
Propriedade Industrial		1	2	1	1	5
Recursos Humanos		10	12	6	3	31
Relações de Trabalho				2		2

Saúde Suplementar				1		1
Serviços e Sistemas		1	1	2	1	5
Serviços Públicos		3	1	2	3	9
Sistema Financeiro		1	1	1	1	4
SISU - Sistema de Seleção Unificada		2	4	3		9
Transparência		8	3	7	5	23
Transparência ativa				1		1
Universidades e Institutos		26	24	9	32	91
TOTAL GERAL	468	421	392	307	305	1893

Legenda: UNB: Universidade de Brasília; UFPB: Universidade Federal da Paraíba; UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro; UFC: Universidade Federal do Ceará; e UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se na Tabela 1, uma grande quantidade de assuntos registrados: Acesso à Informação (55,10%), seguidos por Concurso (5,33%), Educação Superior (5,07%), Universidades e Institutos (4,81%) que juntos somam 70,31% os demais assuntos 29,69%. Como o assunto é um campo obrigatório de preenchimento, geralmente realizado pelo usuário/cidadão, todos os temas dos pedidos de acesso à informação foram registrados. Outro ponto a ser observado é que a UNB só apresentou 2 (dois) temas principais, enquanto a UFPB demonstrou uma maior variedade de assuntos (59 registros).

Se o objetivo do VCGE e do plano de classificação era fazer a interface de comunicação com o cidadão ou agrupar documentos sobre um mesmo assunto, provavelmente, terá dificuldades na recuperação da informação como apontou Sousa (2014) sobre os desafios para equacionar a preservação do vínculo arquivístico, já que um único assunto “acesso à informação” representou mais da metade dos pedidos, praticamente, onze vezes a mais que o segundo colocado “concurso” deixando uma dúvida se realmente todos os registros foram corretamente classificados.

4.2 Subassuntos

A versão 2.3 de 17/11/2020 do Fala.BR permitiu que os gestores fizessem a gestão dos Subassuntos do órgão. Como assinalado anteriormente (Figura 1), cada Subassunto está relacionado intrinsecamente a um assunto. Os Subassuntos não aparecem no Painel LAI, somente no *Download* de Dados LAI, onde nem todos os usuários preenchem este campo nos pedidos de acesso à informação, haja vista ser esse opcional. A Tabela 2 apresenta os Subassuntos mais demandados das cinco Universidades Federais em 2021.

Tabela 2 – Os Subassuntos das cinco Universidades Federais mais demandadas pelo Fala.Br em 2021

Subassunto	UNB	UFPB	UFRJ	UFC	UFRGS	TOTAL
CAMPOS VAZIOS	258	421	392	307	202	1580
Acervo Acadêmico					1	1
Ações Afirmativas					1	1
Ações Afirmativas - PPI					4	4
Ações Afirmativas - LGBTQIA+					2	2
Ações Afirmativas - PcD					1	1
Aposentadoria					1	1
Apresentação/ existência de normativo/ relatório/ setor	26					26
Arquivo Central					4	4
Assistência Estudantil					2	2
Auditoria					1	1
Avaliação Institucional					2	2
Catálogo - SAbi					1	1
Certificado/ Diploma					2	2
Colações de Grau					1	1
Colégio de Aplicação					1	1
Comunicação Social					1	1
Concursos Públicos/Processos Seletivos					3	3
Conduta de Servidor					1	1
Conselho de Usuários					1	1
Cópia de processo NUP	12					12
Curso/concurso e editais	3					3
Dados Abertos					1	1
Dados Cadastrais					1	1
Dados da graduação/pós/extensão (alunos/cotas/cursos/disciplinas)	44					44
Dados Financeiros					2	2
Empenhos					1	1
Ensino Remoto Emergencial - ERE					1	1
Evasão Escolar					2	2

Gestão de Pessoas					6	6
Gestão de Pessoas (aposentadoria/crachás/ férias/folha de pagamento/licença/sistema)	27					27
Informações Institucionais					7	7
Ingresso					11	11
Ingresso Acadêmico na UnB	26					26
Ingresso na graduação					4	4
Institucional (agenda, cargo, estrutura, organograma)	2					2
Interações Acadêmicas (cooperações, convênios, contratos)					4	4
Lei Geral de Proteção de Dados	3					3
Licitações e Contratos	17					17
Licitações e Contratos Administrativos					2	2
Matrícula					1	1
Movimentação de Pessoal					2	2
Não é pedido de informação	5					5
Normas, Regulamentos e Políticas Institucionais					1	1
Orçamento					1	1
Outros					1	1
Ouvidoria					2	2
Programas de Pós-Graduação					1	1
Protocolo Geral					1	1
QRSTA					1	1
Receitas/ Despesas	4					4
Reconhecimento de Diplomas - Exterior					1	1
Registros contábeis e patrimoniais					1	1
Revalidação de Diplomas					10	10
SEI - UFRGS					1	1
Seleção/ Pós-Graduação					1	1
Serviços a Comunidade					1	1
Solicitação diversa/informações gerais	38					38

Tecnologia da informação (sites, sistemas, web)	3					3
Terceirizados					1	1
Vacina da Covid-19					1	1
Vestibular/Processo Seletivo					3	3
TOTAL: 1893	468	421	392	307	305	1893

Legenda: UNB: Universidade de Brasília; UFPB: Universidade Federal da Paraíba; UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro; UFC: Universidade Federal do Ceará; e UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar o subassunto das Universidades Federais dos pedidos de acesso à informação em 2021, percebe-se a gravidade da função em decorrência da falta de preenchimento dos campos (83,47%), ou seja, apenas 16,53% dos usuários das duas Universidades Federais (UNB e UFRGS) preencheram os campos.

Por não haver um instrumento padronizado (vocabulário controlado ou plano de classificação) para os subassuntos, cada universidade classificou à sua maneira, não havendo assim compatibilidade entre elas.

Outro detalhe é o subassunto “Ações Afirmativas” e demais especificidades (PPI, LGPTQIA+ e PcD), talvez estes, poderiam ser classificados em outra categoria. Isso se aplica também ao “Ingresso” e a outros campos.

Como citado no texto (BRASIL, 2020b), “o subassunto é uma lista mantida para transição ao campo Tags”, ou seja, reforça a idéia de um plano de classificação nas diversas classes e subclasses do esquema – a disposição hierárquica.

4.3 Tags

As Tags são lista de marcadores criados pelas ouvidorias que utilizam o Fala.BR, criados conforme suas necessidades. O campo Tags possibilita adicionar rótulos para especificar ainda mais o teor da manifestação, em adição ao assunto e subassunto. Assim como os SubAssuntos, os gestores locais podem administrar as Tags - adicionar e/ou excluir novas Tags, de acordo com as necessidades da ouvidoria. A Tabela 3 apresenta as Tags das universidades federais no ano de 2021.

Tabela 3 – As Tags mais demandadas nas cinco Universidades Federais em 2021

Tag	UNB	UFPB	UFRJ	UFC	UFRGS	TOTAL
CAMPOS VAZIOS	332	418	391	20	293	1454

Auditoria	2					2
Auditoria Interna				5		5
Banco de Dados - Gestão de Pessoas					1	1
Banco de Dados - Graduação					11	11
Biblioteca Universitária				3		3
Bolsas, estágios, monitorias, etc	1					1
Casas de Cultura Estrangeira				7		7
Centro de Humanidades				1		1
Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar				1		1
Competência das entidades vinculadas		1				1
Coordenação de Pós-Graduação – Comunicação				1		1
Coordenação de Pós-Graduação – Economia				1		1
Coordenação do Curso de Biblioteconomia				1		1
Coordenação do Curso de Engenharia Civil				1		1
Coordenação do Curso de Fisioterapia				1		1
Coordenação do Curso de Jornalismo				2		2
Coordenadoria de Concursos - CCV				1		1
Coordenadoria de Perícia e Assistência ao Servidor e Estudante - CPASE				1		1
Coronavírus (COVID-19)	7					7
Curso/concurso e editais	11					11
Departamento de Biologia				1		1
Departamento de Estatística e Matemática Aplicada				1		1
Departamento de Química Orgânica e Inorgânica				1		1
Departamento de Zootecnia				1		1

Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - FEAAC				2		2
Gabinete do Reitor				2		2
Gestão de Pessoas (aposentadoria/crachás/férias/folha de pagamento/licença/sistema)	38					38
GM - Gabinete do Ministro		1				1
Imóveis da UnB	1					1
Infraestrutura dos campi (endereço, iluminação, limpeza, manutenção de equipamentos, etc)	3					3
Ingresso acadêmico na UnB (ENEM, PAS, vestibular, SISU, transferências facultativa e obrigatória)	15					15
Instituto Universidade Virtual				5		5
Licitações e compras		1				1
Licitações e Contratos	6					6
Museu de Arte - MAUC				1		1
Outros	9					9
Ouvidoria Geral			1	18		19
Políticas e estratégias de gestão acadêmica e/ou administrativa	8					8
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis				6		6
Pró-Reitoria de Extensão				2		2
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas				90		90
Pró-Reitoria de Graduação				67		67
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação				7		7
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração				23		23
Pró-Reitoria de Relações Internacionais e				4		4

Desenvolvimento Institucional						
Registro e emissão de certificado/declaração/diploma	4					4
SAA - Subsecretaria de Assuntos Administrativos	1			1		2
Secretaria de Acessibilidade - UFC Inlui				1		1
Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores				10		10
Sistema de Cotas	6					6
Solicitação diversa/informações gerais	14					14
Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental				9		9
Superintendência de Tecnologia da Informação - STI				9		9
Tecnologia da informação (sites/sistemas/matricula web)	10					10
TOTAL: 1893	468	421	392	307	305	1893

Legenda: UNB: Universidade de Brasília; UFPB: Universidade Federal da Paraíba;

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro; UFC: Universidade Federal do

Ceará; e UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fonte: Dados da pesquisa.

As tags apresentadas na Tabela 3 apresentam situações semelhantes ao subassunto. Muitos campos vazios, classificação da tags e demais especificidades (Banco de Dados – Gestão de Pessoas, Banco de Dados - Graduação).

Os pontos positivos é que ao menos uma tag foi preenchida por uma das universidades, outro ponto, a compatibilidade de termos idênticos entre elas (ouvidoria geral) e por último a UFC que cadastrou 93,49% das tags.

Como as Tags não estão vinculadas a um Assunto ou Subassunto e podem ser criadas livremente (BRASIL, 2020b), os usuários tendem a criar termos sem padronização como no caso “coordenação” e “coordenadoria” e “outros” que não podem ser identificados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou os principais temas - Assuntos, Subassuntos e Tags – dos pedidos de acesso à informação das Universidades Federais mais demandadas pela LAI em 2021. Por resultado, verificou-se que o tema “acesso à informação” é o mais recorrente entre as cinco Universidades Federais; contudo, os Subassuntos e Tags, frequentemente, não são informados.

Verificaram-se algumas situações no estudo como falta de padronização na classificação dos assuntos entre os órgãos; ausência de preenchimento, em grande parte, nos subassuntos e tags o que podem levar a erros na busca do documento ou dificultar a pesquisa da informação desejada.

O registro dos pedidos de acesso à informação por um único termo “acesso à informação” (55,10%) deixa uma dúvida para que seja investigada em pesquisas futuras, porque (os usuários) escolheram este termo? por desconhecimento? por comodismo? ou por serem relacionados à LAI.

Apenas 16,53% preencheram os subassuntos, enquanto 83,47% deixaram os campos vazios, num universo de cinco universidades federais pesquisadas, somente duas universidades se preocuparam em classificar este campo.

As tags apresentam erros semelhantes ao subassunto, alto índice da falta de preenchimento dos campos (76,81%), sem padronização dos termos ou muito genéricos (outros). Se observarmos as três tabelas, aparece o termo “auditoria” gerando dúvidas em qual dos temas devem ser classificadas.

O esquema de classificação sob a forma de hierarquia poderá ser adequado na identificação dos temas – assuntos, subassuntos e tags – permitindo assim, uma relação orgânica entre elas fazendo assim (quem sabe?) uma interface de comunicação entre o cidadão, gestores do órgão e o Fala.BR. Conforme relatado por Sousa (2014), “a importância da classificação para as áreas do conhecimento humano que lidam com a informação”, especificamente aquelas que atuam nas ouvidorias, acesso à informação, proteção de dados pessoais entre outras áreas similares.

A proposta de uso do VCGE é “para classificar qualquer conteúdo de informação [...] mesmo não sendo profissionais especializados como biblioteconomistas e arquivologistas”, a partir da análise dos resultados, cabem uma reflexão sobre a importância dos profissionais especializados na atuação do Fala.BR em seus órgãos.

Seria interessante realizar a conexão dos Subassuntos e das Tags junto ao Assunto no VCGE, a fim de minimizar os possíveis erros ou ausências de classificação das manifestações de ouvidoria e acesso à informação.

Conclui-se que as dificuldades na classificação e operacionalização do fluxo da ouvidoria e acesso à informação, por conseguinte, na gestão do Fala.BR, poderá culminar em um agrave constitucional em relação ao exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Arquivo Nacional. **Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal** [recurso eletrônico]. / -- Dados eletrônicos - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020a.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). **Download de Dados**, 2022. Disponível em: <<https://falabr.cgu.gov.br/publico/DownloadDados/DownloadDadosLai.aspx>>

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). **Painel Lei de Acesso à Informação**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/perguntas-frequentes/painel-lei-de-acesso-a-informacao#um>>

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC). Diretoria de Transparência e Controle Social (DTC). **Manual do Fala.BR - Módulo Acesso à Informação: Guia do Usuário [versão 1.0]**. Brasília, 2020b.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **VCGE - Vocabulário de Governo Eletrônico / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação** - Brasília: MP, SLTI, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011.

CAROSSI, Daniel Fernando; TEIXEIRA FILHO, José Gilson de Almeida. Uma análise dos pedidos de acesso à informação encaminhados a uma instituição de ensino superior. **Gestão. Org**, v. 14, n. 5, p. 255-264, 2016.

GAMA, Janyluce Rezende. **Instrumentos de transparência e acesso às informações públicas: um estudo das demandas por informações contábeis nas universidades federais**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Melina Pompeu de; ABDALLA, Márcio Moutinho; OLIVEIRA, Leonel Gois Lima. A avaliação da transparência ativa e passiva das universidades públicas federais do Brasil à luz da Lei de Acesso à Informação. **Revista do Serviço Público**. 2020.

SASSO, Maiara et al. Análise descritiva dos pedidos de acesso à informação ao governo federal por meio do portal acesso à informação. **Revista da CGU**, v. 9, n. 14, p. 601-617, 2017.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. Alguns apontamentos sobre a classificação de documentos de arquivo. **Revista Brasileira de Ciência da Informação: tendências de pesquisa**, v. 8, n. 02/01, 2014.

TEIXEIRA, Jackeline Saori. Análise Exploratório das Características dos Pedidos de Acesso à Informação em 2018 e 2019. In: **I Seminário Discente de Ciência Política da UFPR (SDCP)**. 2020.

TRIVINÕES, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

DA TEORIA AO INSTRUMENTO: A TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE CLASSIFICAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA

Rodrigo da Silva Figueiredo (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),
Anna Carla Almeida Mariz (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

É da natureza humana classificar, ou meramente, separar itens, coisas, objetos que se identificam, que possuem certo grau de afinidade entre si, que mantêm um propósito definido, para que num momento certo, estes estejam organizados de maneira alcançável intelectualmente e também fisicamente. O presente artigo visa investigar e compreender o conceito de classificação de documentos de arquivo, na perspectiva de uma contribuição filosófica para a construção do conceito para a arquivologia. Através da filosofia, compreende-se que o conceito de classificação perpassa por uma longa caminhada histórica, e que a partir da contribuição da filosofia, tem-se a base necessária para as discussões que permeiam o campo nos dias de hoje. Entretanto, para a construção do conceito de classificação inerente aos documentos de arquivo, precisa-se entender, também, o campo arquivístico e suas demandas. Na discussão sobre gestão de documentos, a classificação se apresenta como a

principal atividade a ser realizada. Não há dúvidas que é a partir da classificação que as demais atividades arquivísticas se desenvolvem. O plano de classificação de documentos é o instrumento fundamental para a realização desta atividade.

No debate que está proposto neste trabalho, atribui-se a classificação como a função principal da gestão de documentos, logo, a implementação do instrumento é imprescindível para esta atividade. A metodologia adotada foi a análise qualitativa e descritiva, através de uma revisão de literatura busca-se compreender a construção deste conceito, e sua inerente aplicação aos documentos de arquivo, trazendo à luz dos conceitos que englobam a gestão de documentos e dão suporte para a realização da atividade de classificação de documentos arquivísticos.

2 A BUSCA PELO CONCEITO DE CLASSIFICAÇÃO

O conceito de classificação remonta de muito tempo, aproveitando-se dos pensadores filosóficos como Aristóteles, que apresenta a ideia de tipo e espécie demonstrando uma certa dicotomia, que será mais aproveitada por Porfírio, em sua representação da árvore de Porfírio, onde o esquema de classificação tem em seu topo o mais geral e sua base o mais específico, reduzindo a níveis finitos de gêneros e espécies, formulando a imagem de uma árvore, onde ilustra-se o dissecamento de uma ideia geral até chegar ao seu ponto mais específico. Como vê-se em Pombo (1998, p. 6) “é Porfírio quem oferece, pela primeira vez, uma primeira representação arborescente da ideia de classificação”. Nessa busca pelo conceito de classificação, fica explicitado que a contribuição da filosofia é no sentido de hierarquizar os atributos, de modo a sustentar a ideia de agrupamento das coisas a serem organizadas, dentre estas, o conhecimento.

Pode-se perceber que está nesta colaboração filosófica o início da construção de um conceito de classificação para a organização dos documentos, que pode ser percebido nas ideias de Schellenberg (1973), quando este nos diz a respeito da elaboração de um sistema de classificação de documentos:

É essencial que as classes sejam formadas numa base a posteriori, e não a priori”.

É importante que haja consistência quanto aos sucessivos níveis de subdivisões de um sistema de classificação”. E, Convém manter um esquema de classificação corrente, no sentido que seus cabeçalhos reflitam as funções correntes da agência.

Nesses três pontos destacados, de um total de cinco, consegue-se rememorar as ideias de Porfírio aplicadas para a criação de um sistema de

classificação de documentos. Apesar do grande avanço de tempo, fica intrínseca a contribuição da filosofia na construção do conceito de classificação para a Arquivística, que perdura até hoje.

Fica evidente que o gerenciamento dos registros informacionais necessita ir se adequando ao longo do tempo. Na antiguidade, os documentos considerados importantes ficavam acondicionados nas igrejas. Os chamados “arquivos eclesiásticos” foram formados a partir da reunião de documentos de monarcas, junto de tesouros e santos, numa tentativa de manter salvaguardados seus registros de posses e riquezas. As maneiras de organização que predominam nesse período eram as baseadas no agrupamento de documentos por sua forma, independente do que o documento tratava. Cronologia, formas, locais, foram maneiras encontradas para a organização de documentos, apontada por Rousseau e Couture (1998, p. 49).

Com a revolução francesa, a criação do Arquivo Central do Estado, e a tomada de decisão do envio dos documentos para esta instituição, ocorreu um desordenamento ao misturar diversos fundos, dispersando a ordem original e a organicidade. Diante do caos instalado, era preciso reorganizar a casa. Neste momento, a preocupação com o que fazer com os arquivos tornava-se cada vez mais inerente aos dirigentes e governantes. Os métodos encontrados e praticados neste período, até o século XIX, “não levavam em consideração a origem administrativa dos documentos” (SOUSA, 2004, p. 15).

Diante desse histórico referente à trajetória da organização dos documentos, e também do conceito da classificação, pode-se inferir que esta última carecia, e ainda carece, de discussões mais aprofundadas sobre sua noção e aplicação nas instituições produtoras e custodiadoras de documentos. A partir da declaração de domínio público dos documentos da França, a abertura destes para consulta tornou ainda mais evidente a necessidade de se formar base para gerenciar a gama de documentos acumulados. É nessa perspectiva que a gestão de documentos é reconhecida como marco principal dessa fase histórica.

O princípio de respeito aos fundos é um marco para a Arquivística moderna. Segundo Duchein (1986, p. 14), “consiste em manter agrupados, sem misturá-los a outros, os arquivos provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica.” Nesse aspecto, o respeito aos fundos é uma base sólida para a classificação de documentos, quando se respeita e mantém o vínculo entre os documentos e a entidade que o criou, é possível manter a organicidade, conceito tão caro à Arquivística.

A partir do momento em que se tem um fundo de arquivo como um universo indivisível e controlável, é possível iniciar os estudos para o

gerenciamento desta documentação. Foi Herrera (1991), na tradição espanhola, que apontou dois sistemas de classificação: Classificação *a priori*, que era um modo de classificação sem se aprofundar no produtor do fundo. E a classificação *a posteriori*, que demonstra uma face oposta ao modo anterior. Se na classificação *a priori* a investigação não se aprofundava no produtor do fundo, na classificação *a posteriori* era levado a cabo o conhecimento específico do fundo, e sua análise de produção. Esse segundo tipo de classificação também é defendido por Schellemborg, como já demonstrado anteriormente.

Com essas inferências dos dois sistemas de classificação demonstrados por Antônia Heredia Herrera, pode-se concluir que o método mais adequado para a classificação de documentos de arquivo é a classificação *a posteriori*. O estudo do fundo, o conhecimento das espécies documentais e sua relação com os demais documentos, tornam-se fundamentais para a representação deste fundo, após sua classificação e demais atividades arquivísticas. O ato de classificar significa representar os conjuntos documentais de acordo com o modo que eles se relacionam, e prestam suporte às funções e atividades das instituições produtoras. Um sistema de classificação estruturado, visa refletir as funções das instituições e representar estes de maneira lógica e recuperável, de maneira que se consiga fazer com que os documentos transmitam o caminho percorrido pela entidade produtora.

No entanto, se um sistema de classificação dito *a posteriori* leva ao estudo do fundo de arquivo, leva-se a crer que este fundo não recebe mais documentos, portanto permite o aprofundamento da análise de suas funções e atividades. No caso dos documentos correntes, em que são produzidos para dar suporte a administração, a classificação *a posteriori* também é o caso mais adequado a se seguir, não deixando de observar que o modo de produção de documentos pode mudar, e a análise das funções e atividades devem permanecer no escopo da atividade do arquivista.

O avanço das tecnologias de informação e comunicação levou a produção de documentos a um patamar nunca visto anteriormente. As guerras mundiais foram os principais marcos desse avanço, e da preocupação do que fazer, do que preservar e como organizar essas documentações cada vez mais acumuladas e produzidas numa velocidade cada vez maior. Nesta perspectiva da explosão documental, tem-se:

após a explosão documental que se seguiu à segunda guerra mundial, quando os métodos tradicionais de documentação deixaram de fazer qualquer sentido, as classificações documentais e biblioteconômicas passaram a ser elaboradas tendo em vista, ainda nos anos quarenta, facilitar a automatização das relações entre as diversas

classes de documentos e, a partir dos anos setenta, permitir decididamente a informatização eletrónica do processo documental. (POMBO, 1998, p. 12)

3 CLASSIFICAÇÃO E GESTÃO DE DOCUMENTOS

No percurso da discussão sobre gestão de documentos, a classificação se apresenta como a principal atividade a ser realizada. Não há dúvidas que é a partir da classificação que as demais atividades arquivísticas se desenvolvem. Se a gestão de documentos é a atividade que “cobre todo o ciclo de existência dos documentos, desde sua produção até serem eliminados ou recolhidos para arquivamento permanente” (JARDIM, 1987, p. 35), a função da classificação de documentos “dá sentido e preserva o caráter orgânico do conjunto” (SOUSA, 2003). A partir destas duas afirmações de Jardim e Sousa, fica inevitável concluir que a gestão de documentos só será realizada com sucesso se a classificação for realizada, e realizada de maneira plena e satisfatória. Sem a classificação, não há esforço que sustente a gestão de documentos. Esta gira em torno da classificação.

A classificação é a atividade essencial para a gestão de documentos, que deve ser concebida desde a produção do documento, e, nesse momento, realizada sua classificação. A classificação deve seguir as circunstâncias da criação do documento, explicitando, assim, o vínculo arquivístico entre o documento, o produtor e os demais documentos produzidos.

O estudo das funções é uma maneira de se conseguir entender e explicitar no plano de classificação a relação entre os documentos, tornando visível esse encadeamento. A classificação baseada nas funções é a forma mais difundida dos métodos de classificação. Entretanto, encontra-se facilmente classificações baseadas nos assuntos dos documentos. Assunto e função, num primeiro momento, podem confundir-se nos significados, porém há de se buscar entender que função significa a que esse documento busca fornecer subsídios para tomadas de decisões e assunto, para o que esse documento foi produzido. Compreende-se, então, a ideia de Sousa (2004, p. 55) quando afirma: “assuntos são divisões artificiais, ligados à área do conhecimento humano e suas atividades, são as matérias de que tratam os documentos”.

Ainda na questão da classificação de documentos por sua função na instituição, e tendo o entendimento que ela é a função matricial da gestão de documentos, tem-se a compreensão que o documento deve ser classificado em sua origem, ou seja, no momento de sua produção. A autora Fiorela Foscarini demonstra esse entendimento quando afirma “o processo de identificação e organização dos documentos que se acumulam no decorrer de uma atividade, por exemplo, por meio de classificação, deve ser determinado pelas

circunstâncias de criação dos documentos” (FOSCARINI, 2010, p. 41, tradução nossa). Como já dito anteriormente, uma classificação baseada em funções se difere de uma classificação baseada em assuntos, e neste momento é percebida como uma se distingue da outra. Na produção de documentos, tem-se, imediatamente, a ideia da função que este documento a ser criado irá desempenhar, o que é totalmente diferente ao assunto que o é levado a título. Ainda que seja classificado via assunto, o desenho geral deste plano de classificação ficará aquém das perspectivas arquivísticas consolidadas. No contexto americano, Schellenberg também é um defensor da classificação funcional. Pode-se perceber em sua fala:

Os documentos, via de regra, devem ser classificados de acordo com a função. Eles são o resultado de uma função; são usados em conexão com uma função; portanto devem ser classificados de acordo com a função. (SCHELLENBERG, 1973, p. 62-63)

Outro ponto importante a salientar é a respeito da tênue linha que separa função de estrutura. Um plano de classificação estrutural reflete a estrutura da instituição, os quadros hierárquicos de seus departamentos, setores e etc, o que é bem diferente, também, de um plano de classificação funcional. Um exemplo da diferença de um plano de classificação estrutural e um funcional, é que no estrutural, consegue-se identificar com facilidade a estrutura hierárquica da instituição, enquanto no funcional, as funções se sobrepõem à estrutura, fica mais complicado identificar a hierarquia estrutural.

Mudanças estruturais e hierárquicas começaram a acontecer com mais frequência após a Segunda Guerra Mundial, até então as estruturas sociais desfrutavam de relativa estabilidade (FOSCARINI, 2010, p. 45). Isso denota, até então, uma predominância de esquemas de classificação que revelavam a estrutura hierárquica. Com mudanças estruturais mais recorrentes, esse tipo de classificação torna-se obsoleta com mais facilidade, enquanto um funcional permanece sem necessidade de alterações, onde pode-se concluir que a estrutura pode mudar, departamentos podem deixar de existir, setores podem fundir-se, mas a função a que se destinam permanece.

Após esse entendimento da necessidade da gestão de documentos para a instituição, e, principalmente, da classificação de documentos para a realização da gestão de documentos, é necessário a incorporação dessas atividades na instituição. Se é a gestão de documentos a atividade que cobre todo ciclo de vida dos documentos, e permite a recuperação rápida e efetiva das informações e dá apoio na tomada de decisões, ela deve ser entendida como um processo fundamental para qualquer instituição. Conforme Rodríguez (2010, p. 81, tradução nossa) “(...) a gestão documental nas organizações seja

entendida como uma tarefa comum dentro das atividades administrativas.” Onde uma instituição tem como funções “a” e “b” e entenda-se por “a” e “b” as funções que esta instituição se destina, a gestão de documentos também é uma ferramenta funcional desta, levando a cabo a plena realização das demais funções.

Tendo esta incorporação da gestão de documentos como uma função essencial da instituição, a classificação de documentos torna-se um processo gerencial. A investigação das funções, das atividades, das tipologias, e o fluxo documental na instituição são relevantes no processo classificatório. A normatização dos processos através das normas ISO é um passo fundamental para a adequação destas nas instituições. Além da ISO 15.489 para gestão de documentos, e a família de normas 30.300 para sistemas de gestão de documentos, a norma ISO 26.122 “*Work process analysis for records*”, que dispõe sobre análise de processos informacionais, e, a classificação de documentos, conforme a ideia de Rodríguez (2010, p. 84, tradução nossa):

Deve evoluir da consideração da classificação como uma operação arquivística que é executada uma vez que os documentos entram nos arquivos correspondentes, até os dias atuais, onde a classificação, seguindo a definição da norma ISO 26122: 2008, podemos identificá-la com um processo, arquivístico, na medida em que a interação é necessária a partir de certas regras ou procedimentos de uma ou mais sequências de operações para produzir um resultado.

Ao analisar o conjunto de normas ISO 15.489, 30.300 e a 26.122, evidenciando que a proposta aqui não é traçar qualquer tipo de análise profunda, mas sim um balizamento teórico-normativo para a gestão e classificação de documentos, pode-se concluir que houve um avanço na discussão destes temas, evidenciando a preocupação com os registros das informações, os sistemas de gestão e a classificação como um processo arquivístico, tornando, assim, um referencial acessível para a implementação nas instituições que se fazem interessadas em obter eficiência e eficácia no tratamento de seus registros documentais.

Portanto, deve-se lembrar que a classificação de documentos, vista como um processo arquivístico e a gestão de documentos, entendida como uma função institucional, devem estar centradas nas atividades administrativas, fazer parte da rotina da instituição, das atividades realizadas, da produção documental, fazer parte do dia a dia da instituição, bem como as demais atividades que são realizadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi investigar e discutir a construção do conceito de classificação de documentos de arquivo e sua aplicação no campo arquivístico. Diante da necessidade de se conhecer a origem do tema, e refletir sobre como esta função se faz tão urgente e necessária para a gestão de documentos, primeiramente se faz necessário revisitar a literatura já conhecida da matéria em questão, para então buscar o entendimento deste conceito nos dias atuais.

A organização de documentos de arquivo é uma atividade fundamental para as instituições e seu perfeito funcionamento. Através desta pesquisa, pode-se observar que a classificação de documentos é considerada um processo da gestão de documentos, quanto esta é entendida como uma função das instituições. Para o pleno desempenho das atividades de qualquer instituição, é necessário que os documentos estejam devidamente organizados, e para tal, é essencial a gestão de documentos. No entanto, já é de conhecimento que algumas instituições a tratam apenas como uma parte, não como uma função que abrange toda a estrutura institucional.

Através deste entendimento, e dos marcos normativos e regulatórios que tratam do tema, como as normas ISO, é observado que esta questão deve ser tratada como uma função gerencial das instituições. O desconhecimento da lógica de gestão e classificação de documentos, por parte das equipes, e o não entendimento da função analítica e gerencial que o arquivista toma nesses casos, leva a cabo o que tem se percebido em grande parte das instituições, massas documentais acumuladas, e dificuldade da aplicação dos instrumentos de gestão de documentos. Portanto, é essencial que a disseminação do conhecimento do profissional formado em arquivologia, e a cultural organizacional da instituição estejam alinhadas, de forma que todo o processo de geração e produção documental seja absorvido com os preceitos arquivísticos. Assim, o fluxo de trabalho torna-se menos complexo, visando a racionalização da produção e acumulação de documentos, com ganhos significativos a gestão empresarial e a garantia de atendimento as legislações previstas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial**. Brasília, n. 6, p. 455, 9 de janeiro de 1991, seção 1.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de

dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, 1986.

FOSCARINI, Fiorella. La clasificación de documentos basada en funciones: comparación de la teoría y la práctica. **Tabula: Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León**, Salamanca, n.13, p.41-57, 2010.

HEREDIA HERERRA, Antonia. Clasificación y ordenación. In: MUÑOZ, César Gutiérrez. *Archivística*. Lima: Pontificia Universidade Católica del Peru, 1991. p. 106- 123.

JARDIM, José Maria (1987). O conceito e a prática de gestão de documentos. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 35-42, jul-dez. 1987.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. Disponível em:
<http://cfcul.fc.ul.pt/textos/OP%20%20Da%20Classificacao%20dos%20Seres%20a%20Classificacao%20dos%20Saberes.pdf>. Acesso em 24 abr.2016.

RODRIGUEZ, Alfonso Diaz. La clasificación como processo de gestión de documentos. **Tabula: Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León**, Salamanca, n.13, p. 79-93, 2010.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina Arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos. Princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de (2003). Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, v. 2, p. 240-269.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de (2004). O Código de Classificação de Documentos de Arquivo do Conselho Nacional de Arquivos: estudo de caso de um instrumento de classificação. **Revista do Arquivo de Rio Claro**, Rio Claro, nº. 2, p. 26-69. Disponível em:
<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/1430> Acesso em 17 de jul. 2019

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Classificação em Arquivística: trajetória e apropriação de um conceito**. 2004. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

DISCUSSÕES PRELIMINARES ACERCA DA CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA EM ACERVOS MUSICAIS

Margarete Farias de Moraes (Universidade Federal do Espírito Santo),
Elias Silva de Oliveira (Universidade Federal do Espírito Santo),
Abeil Coelho Júnior (Universidade Federal do Espírito Santo),
Joyce Dias de Souza (Universidade Federal do Espírito Santo)

1 INTRODUÇÃO

O uso das tecnologias de informação para ampliar o acesso aos acervos arquivísticos, principalmente os com valor histórico e cultural, aumentou expressivamente nos últimos anos. Processos de digitalização de acervos e produção de instrumentos de pesquisa eletrônicos se proliferam, permitindo a democratização do acesso a conteúdos e documentos antes invisíveis para os públicos, sejam leigos ou especializados. Neste contexto as discussões teórico-práticas sobre Classificação Arquivística de acervos se tornam fundamentais diante da abrangência, especificidades e diversidades dos acervos documentais.

O objeto deste trabalho é um acervo de partituras musicais religiosas digitalizadas inicialmente por economia de espaço e preservação, mas que posteriormente tem sua importância aumentada pelo interesse da comunidade em preservar a memória do produtor, e o que ele representou para a música religiosa capixaba entre as décadas de 1980 e 2000. Foi um maestro com mais de 35 anos nos trabalhos prestados ao Ministério da Música na Igreja Batista da Praia do Canto/Vitória/ES (COELHO JR; OLIVEIRA, 2019). O acervo

possui 140 metros lineares de partituras, com arranjos, cantatas inteiras, peças adaptadas, músicas nacionais e internacionais, configurando mais de 3000 peças musicais (COELHO JR; OLIVEIRA, 2019). Os autores deste trabalho estão conectados a este acervo por ter sido ele objeto em projetos de pesquisa, extensão e campo de estágio obrigatório para os alunos do curso de Arquivologia da UFES.

Como problema de pesquisa deste trabalho, podemos apontar a discrepância das necessidades de uso e acesso do acervo em questão, com o conceito e a prática da Classificação Arquivística, no contexto do projeto de tratamento e organização deste acervo, empreendido pelos autores.

A Classificação Arquivística, função tradicionalmente identificada como fundamental para o fazer arquivístico, além de permitir o acesso, também garante a organicidade dos documentos e a representação informacional/documental das atividades e dos produtores (SOUSA, 2007), entretanto, será que se adequa a todas as realidades organizacionais e tipos documentais?

O objetivo deste trabalho é identificar os pontos críticos de não adequabilidade da Classificação Arquivística no tratamento e organização em acervos musicais, a partir do tratamento do acervo de partituras da Igreja Batista da Praia do Canto/Vitória/ES.

Entende-se como partituras o registro, que se utilizando de representação gráfica específica, apresenta a totalidade das partes de uma composição musical, o ritmo, a melodia, a tonalidade, entre outros. Segundo Borges (2006, p. 4), “a partitura musical é uma forma de registro que possui características particulares em sua produção, circulação e uso e que colabora para a permanência da memória da música através do tempo e de sua projeção futura”.

Pelas suas especificidade e complexidade de linguagem gráfica e semântica, as partituras são desafiadoras para os profissionais e pesquisadores da Arquivologia, principalmente no que tange a aplicação da Classificação Arquivística, pois as partituras são ao mesmo tempo registros da criação musical, como também comunicadoras para sua execução, que pode sofrer influência e ser modificada de acordo com quem a interpreta. A criação e a interpretação são duas camadas que envolvem a produção e uso das partituras. Talvez, diferentemente de um tipo documental mais comum, é esperado e até mesmo desejado que as partituras possam ser interpretadas e executadas com diferenças da sua criação original.

Para Belloto (2008) a partitura “é um documento não-diplomático informativo”. Levando em consideração que um documento diplomático é

“testemunho escrito de um ato de natureza jurídica”, é possível inferir que as partituras não testemunham atos reconhecidos como jurídicos ou administrativos. Entretanto, são produzidas no curso das atividades de uma pessoa ou instituição, no caso deste trabalho, o Ministério Musical da Igreja Batista da Praia do Canto. Justamente por esta razão que Souza & Souza (2014) concluíram que as partituras musicais são documentos arquivísticos e sendo assim, apesar do desafio, devem ser classificadas e descritas como qualquer outra tipologia documental.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é exploratória, qualitativa, tendo como procedimentos, o estudo de caso e pesquisa documental. Para o alcance dos resultados e fomento das discussões propostas, foram observadas e analisadas a aplicação da Classificação Arquivística na organização do acervo em questão. Esta análise se baseou nos atributos de “hierarquia” e “relação orgânica dos documentos” presentes no conceito e na finalidade da Classificação Arquivística.

3 O PROJETO DE CLASSIFICAÇÃO DO ACERVO

O conceito de Classificação Arquivística utilizado para este trabalho foi o preconizado pelo BRASIL/CONARQ (2022, p.47), onde:

A classificação é utilizada para agrupar os documentos a fim de contextualizá-los, agilizar sua recuperação e facilitar tanto as tarefas de destinação (eliminação ou recolhimento dos documentos) como as de acesso. O número de níveis de classificação varia de acordo com o órgão ou entidade e envolve os seguintes fatores: • natureza das atividades desenvolvidas; • tamanho do órgão ou entidade; • complexidade da estrutura organizacional; • tecnologia utilizada.

A Classificação como ferramenta de gestão arquivística utiliza como critério para agregar e desagregar os documentos, o seu contexto de produção, suas atividades e ações geradoras. Portanto a Classificação Arquivística tem como premissa para geração do instrumento Plano de Classificação, que pode orientar o arquivamento, a organização e o acesso aos documentos, “o estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido” (BRASIL/CONARQ, 2022, p.47).

Partindo desse pressuposto, foi analisado a estrutura e as funcionalidades do Ministério Musical da Igreja Batista da Praia do Canto e apresentado a seguinte proposta classificatória para o acervo:

Classe - Ministério Musical

Subclasses - Eventos (Natal, Páscoa, Ano Novo, Aniversários, Outros)

Grupos - Voz (coros ou individual) ou Instrumentos (Viola, Oboé, Tímpano, etc)

Item documental - partituras musicais

Informações como estilo (Blues, Black Music, Jazz, Axé, etc) e tonalidade (Menor Melódica, Maior, Menor, etc) das músicas, quando expressos nas partituras, seriam indexadores no banco de dados, que estava sendo construído para fins de busca e acesso ao acervo que já havia sido digitalizado. No caso da tonalidade, pouquíssimas partituras continham em linguagem leiga esta informação, assim sabíamos que apesar de definirmos como a tonalidade como um indexador, não conseguiríamos indexar a maioria das partituras por este critério.

A análise e estudos para a proposta de classificação, foi feita a partir dos estudos da estrutura e funções, da análise da forma como o acervo havia sido acumulado ao longo dos anos e em entrevistas com os envolvidos, no caso o atual ministro de música e alguns músicos da igreja. A identificação destes dados, estavam expressos nas próprias partituras, como os instrumentos, e na organização do produtor, que havia criado “cadernos” que estavam arquivados como “cadernos de eventos” e “cadernos para coros”.

O que identificamos foi que realmente os eventos e o canto coral eram o cerne da mobilização dos músicos, monopolizando boa parte do tempo deles. Diante disso, para nós, parecia óbvio que estas seriam as principais atividades e consequentemente seriam a base para definição da estrutura de classes e subclasses do Plano de Classificação que estávamos concebendo para aquele acervo.

Entretanto, as classes e subclasses propostas por nós para a organização do acervo, como os eventos da igreja e os tipos de coros, instrumentos e conjuntos musicais, foram apresentados à comunidade e não produziram sentido para os usos atuais e futuros e de memória pensados inicialmente pelos nossos interlocutores.

O argumento foi que os eventos e tipos de uso (voz/instrumentos) eram sim informações importantes, mas não eram as chaves que os músicos pensavam na hora da busca e arquivamento das partituras, porque eventos e tipos de uso eram a finalidade de seu trabalho, mas antes disso havia a atividade de criação da equipe de músicos. Os músicos, a cada demanda, que poderia sim ser um evento, pensavam e criavam para aquele evento um arranjo específico de músicas, com as mais variadas possibilidades de estilos e tonalidades.

Este argumento foi analisado e identificamos um primeiro problema. Todo trabalho de classificação do acervo seria feito por uma equipe de arquivistas e nem todas as partituras expressavam de forma clara, como um metadado, a tonalidade e o estilo da música, sendo assim, não poderíamos fazer este trabalho sem o auxílio de um músico, caso mudássemos as lógicas das classes propostas inicialmente. Uma equipe que mesclasse arquivistas e músicos, seria a única saída para resolver este problema.

O segundo problema foi como classificar o acervo, com base na nova lógica classificatória, com uma equipe interdisciplinar com arquivistas e músicos, visto que cada um dos profissionais apresentava conhecimentos específicos, mas que atuariam concomitantemente no mesmo acervo.

A tonalidade, o ritmo, o instrumento para qual a partitura está destinada, entre outras, foram classes propostas pela comunidade e que precisariam ser incorporadas ao projeto, sob o custo dele não atender aos seus clientes. Então foi necessário repensar e mudar o rumo do projeto, além de revermos nossos conceitos e paradigmas.

4 RESULTADOS

Ao analisarmos a demanda dos músicos da Igreja Batista da Praia do Canto e estudarmos juntos suas necessidades, aprovamos a mudança da lógica de classificação do acervo para:

Classe - Ministério Musical

Subclasses - Estilo

Grupos - Tonalidade

item documental - partituras musicais

As informações sobre os eventos (Natal, Páscoa, Ano Novo, Aniversários, Outros) e os tipos de uso, como voz (coros ou individual) ou instrumentos (Viola, Oboé, Tímpano, etc), passariam a ser indexadores.

Foram definidas listas prévias, como um vocabulário controlado, para as possibilidades de estilo, tonalidade, evento e tipos de uso (voz/instrumentos), como pode ser visto uma amostra na tabela 1:

Tabela 1 - Listas prévias

Evento	Sigla	Estilos	Sigla	Uso (Voz e instrumento)	Sigla
Natal	Nat	Axé	Axé	Coro masculino	CMA

Páscoa	Pás	Black Music	Bla	Coro feminino	CFE
Aniversário	Ani	Blues	Blu	Viola	VIO
Ano novo	Ano	Bossa Nova	Bos	Tímpano	TÍM
Outros	Out	Chillout	Chi	Oboé	OBO
		Continua		Continua	

Fonte: Produzido pelos autores.

Foi necessário incorporar um músico da igreja na equipe, que ficou com a responsabilidade de classificar e indexar todas as partituras. Os arquivistas ficaram responsáveis em preparar o acervo, revisar a classificação e indexação e produzir a aplicação digital para que o trabalho fosse realizado, pois a necessidade de a equipe interdisciplinar trabalhar de forma concomitante, impedia o simples uso de compartilhamento de arquivos digitais em pastas na rede.

A aplicação utilizou as listas padronizadas acima, além de ter incorporado outros dados necessários indicados pela equipe interdisciplinar, como o nome da música, o autor, o compasso e a qualidade da digitalização da partitura. A aplicação criada pode ser observada na figura 1:

Figura 1 - Aplicação desenvolvida para o projeto

Nome da música	Vinde Cristãos Cantai - Clarinete
Autorias	☒ Autor Nome do(s) Autor(es). ☐ Arranjador ☐ Adaptação ☐ Tradutor ☐ Letrista ☐ Harmonização ☐ Musicografia
Grupo	☐ Coro ☐ Instrumental
Tema	Nenhum, Páscoa, Natal, Aniversário, etc...
Estilo	Estilo
Tonalidade	Tonalidade
Compasso	Compasso
Qualidade	☐ Ótima qualidade ☐ Boa qualidade ☐ Péssima qualidade
Observações	Observações

Fonte: Produzido pelos autores.

O código utilizado para a estrutura de classificação está sendo pensado, ainda está em discussão se será numérico ou alfanumérico. A comunidade da igreja está tendendo a optar pelo alfanumérico, mas ainda está em discussão. Quando a for definido o código, a aplicação poderá gerá-lo automaticamente para os que já foram classificados, como será usado para as novas partituras que serão inseridas no acervo, pois o Ministério de Música aprovou o uso da aplicação na produção e uso das partituras atuais, tornando aplicação uma ferramenta de gestão de documentos para as partituras da igreja. O projeto deve ser concluído até o final de 2022.

A equipe interdisciplinar já trabalhou na classificação e indexação de 30% do acervo. As dificuldades ainda identificadas são a qualidade da digitalização das partituras, a própria produção das partituras de forma incompleta, o excesso de duplicatas e a instabilidade da internet, visto que a aplicação criada para o trabalho é web. Entretanto, apesar das dificuldades, o lastro de aprendizagem dos arquivistas e dos músicos no contexto deste trabalho interdisciplinar é enorme.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou identificar os pontos críticos e de não adequabilidade da Classificação Arquivística no tratamento e organização em acervos musicais, a partir do tratamento do acervo de partituras da Igreja Batista da Praia do Canto. Através da análise dos atributos de “hierarquia” e “relação orgânica dos documentos” presentes no conceito e na finalidade da Classificação Arquivística.

Foi identificado que a proposta de classificação com base nas funções identificadas não produziu sentido para a comunidade envolvida com o acervo, pois as classes propostas não conseguiram representar tanto a atividade mais fundamental para a igreja, que é a criação, como não proporcionou a relação orgânica esperada, pois o elo de ligação entre as partituras não estava representada nas classes e subclasses propostas inicialmente.

As novas propostas classificatórias obrigaram que o projeto tomasse novos rumos, inclusive a incorporação de um músico na equipe de forma a proceder a classificação correta do acervo, visto que o arquivista, com seu conhecimento, não seria capaz de interpretar a linguagem musical, com seus símbolos e semântica complexos.

O novo rumo do projeto levou os autores a reflexões acerca da adequabilidade da Classificação Arquivística em acervos musicais, visto as suas peculiaridades como documento arquivístico não-diplomático, onde a interpretação, a criação e cocriação dos executores da música, a partir destes documentos, não são levados em consideração na análise do contexto de produção. Entendemos que é necessário aprofundar esta discussão, inclusive para outros tipos documentais complexos como as partituras musicais.

REFERÊNCIAS

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2ª Ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

BORGES, J. (2006). **Partitura musical: um instrumento de investigação em história e educação**. Anais do 16º Congresso Nacional de Pesquisa de Pós-graduação em Música. Brasília: ANPPOM.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos e-ARQ Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. (versão 2).

COELHO JR, A; OLIVEIRA, E. **Mutualismo de sistemas: Um estudo de casos com acervo musical utilizando um sistema de busca independente e o Atom**. Anais do XII Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM), Córdoba, Argentina, 2017.

COELHO Jr., Abeil; OLIVEIRA, E. Design de um Arquivo Digital de Partituras Musicais. In: CCIM, 2019. I Congreso de Ciencias de la Infomarción del Mercosur, 2019. p. 1-10.

LE GOFF, Jacques. “Calendário”. In: **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2012, p. 420-461.

SILVA, Waldir Pereira da. **A música sacra litúrgica nas igrejas batistas e presbiterianas de Montes Claros: entre a tradição e a inovação**. 2016. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. **A Classificação como função matricial do que fazer arquivístico**. (In) SANTOS, Vanderlei Batista dos (org.). **Arquivística temas contemporâneos: Classificação, preservação digital e gestão do conhecimento**. Distrito Federal: SENAC, 2007.

SOUZA, B. B. S.; SOUZA, J. J. C. C. E. **Princípios para análise da partitura musical como documento arquivístico**. Archeion Online, v. 2, n. 2, 2014.

PARTE VI

GOVERNANÇA E GERENCIAMENTO ARQUIVÍSTICO

SUA OPINIÃO É MUITO IMPORTANTE PARA NÓS: GERENCIAMENTO, GOVERNANÇA E ACESSO

Rodrigo Aldeia Duarte (Arquivo Nacional)

1 INTRODUÇÃO

Na literatura científica estudos de usuário e mediação em arquivos ainda são temas de discreta repercussão. Existe relativamente pequena quantidade de estudos dessa natureza já realizados no Brasil. Trabalhos como os de Jardim e Fonseca (2004), Oliveira (2006), Gasque e Costa (2010) e Lousada (2015), constataam a carência em estudos de usuário em instituições arquivísticas. Em análise da produção ibero-americana de 1986 a 2016, foi identificado pouco menos de 1,5% de trabalhos sobre temas relacionados a usuários (VOUTSSÁS MÁRQUEZ, 2016).

As práticas arquivísticas deveriam ter como finalidade última, direta ou indiretamente, o amplo acesso às informações sob a guarda das instituições. Sob esta premissa, este trabalho pretende contribuir para os estudos de usuários da informação na Arquivologia. Desse modo, entendemos como fundamental para o trabalho arquivístico conhecer seus usuários e compreender suas motivações e necessidades na busca de documentos.

Este trabalho trata dos usuários do Arquivo Nacional brasileiro (AN). Seu acesso se dá pela formalização, através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), de solicitações de acesso a originais, chamadas Requisições de Documento (REQDOC), e solicitações de serviços como reprodução ou transcrição de documentos, conhecidas como Requisições de Serviço (RS). Ao organizar as REQDOC e RS de cada usuário em categorias de

acesso e finalidade, identificamos tipos específicos de usuários pelos padrões de uso que conferem às informações. Pretendemos demonstrar que existem nítidos padrões de consulta relacionados a essas categorias. Em paralelo, avaliaremos quantidades de documentos utilizados por categoria e a quantidade de usuários em cada categoria, para entender o perfil de consultas ao acervo dos usuários do AN.

Na experiência de trabalho com mediação de acesso no Arquivo Nacional⁸⁶ foi possível perceber padrões gerais de pesquisa entre os usuários, que acreditávamos poder ser analisados em grupos coesos. O próprio AN já utiliza uma divisão genérica entre usuários “acadêmicos” e “probatórios”.

Os diferentes fundos consultados pelos usuários no período foram então agrupados em categorias, pela relação de seu conteúdo com as finalidades de uso da documentação identificadas. As categorias estão em consonância com as noções de valor primário e secundário de Theodore Schellenberg, em especial com o desdobramento do valor secundário, pelo qual o autor estabelece que os documentos podem ter um papel probatório de comprovação de atos e direitos, ou informativo, como fonte para pesquisas diversas (SCHELLENBERG, 2003).

2 DESENVOLVIMENTO

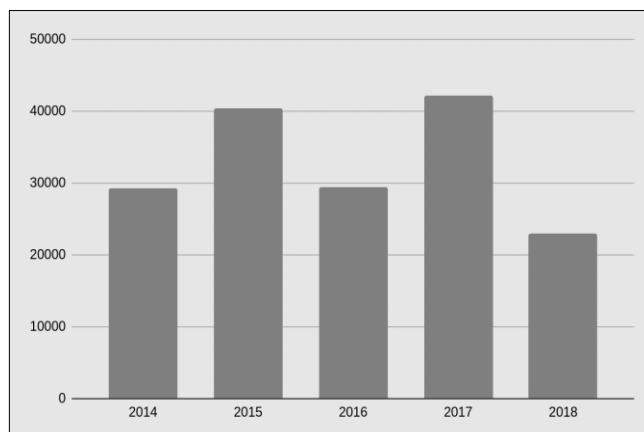
Nossa pesquisa volta-se aos usuários cadastrados no SIAN e suas requisições de documentos realizadas entre os anos de 2014 e 2018⁸⁷. Empreendemos uma análise quantitativa e qualitativa sobre as requisições, entendidas como instrumento para acesso à informação no Arquivo Nacional, de modo a perceber o volume e interação das diferentes categorias identificadas. Os dados foram extraídos dos relatórios anuais da interface de trabalho interno do próprio sistema em 2019⁸⁸. No presente artigo trataremos apenas dos dados referentes ao ano de 2014. O Gráfico 1 mostra a evolução anual no número de REQDOC:

Gráfico 1 - REQDOC por ano.

86 O autor é servidor do AN desde 2008 e trabalhou nos setores de atendimento ao público. Entre 2017 e 2018 foi supervisor da equipe de atendimento a distância e entre 2018 e 2019 foi coordenador de consultas ao acervo.

87 Depois de uma fase de implementação em 2013, todas as requisições de documento do Arquivo Nacional passaram a ser inseridas e controladas por meio do SIAN.

88 Para os fins de desenvolvimento do trabalho, todas os dados das requisições foram anonimizados nas análises e resultados apresentados.



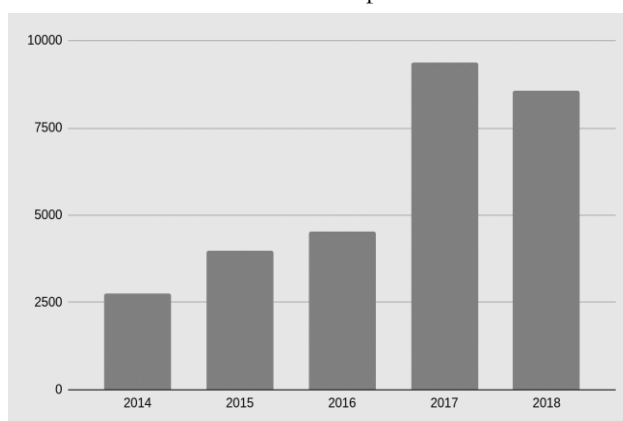
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do SIAN.

No ano de 2014, foram registradas no SIAN 29.267 requisições de documento, referentes a 1.316 usuários, sendo 36 servidores públicos do AN responsáveis por produção de conteúdo institucional, processamento técnico ou atendimento ao público (usuários internos), e 1.280 usuários do público em geral (usuários externos).

A REQDOC identifica o usuário, o fundo e a notação do documento solicitado. A partir da avaliação da relação entre os dados de usuários (internos e externos), fundos (período e descrição presentes no SIAN) e documentos (informações de formato e suporte), as REQDOC foram organizadas em distintas categorias. A falta de padronização nos dados de notação nem sempre permitiu identificar características dos documentos.

O Gráfico 2 mostra a mesma distribuição por ano das RS registradas no SIAN:

Gráfico 2 - RS por ano



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do SIAN.

Em 2014 foram feitas 2765 RS por 1208 usuários, dos quais 1186 externos e 22 servidores do AN. As RS não identificam o fundo a que pertencem os documentos. A RS identifica o usuário, o suporte do documento e o tipo de serviço solicitado. As RS também foram identificadas nas mesmas categorias, a partir das descrições dos serviços realizados pelo AN. Documentos de diferentes suportes, incluindo documentos micrográficos e representantes digitais, foram analisados indistintamente, pois o objetivo era avaliar os serviços prestados aos usuários. A metodologia de descrição dos serviços no SIAN tem informações muitas vezes confusas e ambíguas, e uma parcela considerável das RS não pode ser identificada nas categorias propostas, como veremos mais adiante.

É importante frisar que as listas de usuários com REQDOC e com RS não são coincidentes. Há usuários que apenas solicitam consulta a originais, sem solicitar serviços, e há também usuários que apenas solicitam serviços, sem que tenham feito REQDOC. Isso se dá principalmente porque o agendamento e a efetiva consulta a originais podem ser feitas por pessoas diferentes.

2.1 Categorias de uso e finalidade de acesso

Por meio de uma análise a partir dos dados das REQDOC, construímos categorias a partir de uma lógica voltada para as finalidades de uso a serem conferidas aos documentos em sua apropriação pelos sujeitos informacionais (RENDON ROJAS; GARCIA CERVANTES, 2012). Desse modo, acreditamos que as demandas por informação apresentadas ao AN por meio das REQDOC correspondem às seguintes categorias por sua finalidade de acesso e uso: Acadêmico-científica (ACA); produção histórico-cultural (CUL); genealógica (GEN); econômica (ECO); técnico-arquivística (TEC).

A primeira categoria, ACA, refere-se à pesquisa voltada para produção de conhecimento científico, realizada por pesquisadores profissionais de diversas áreas do conhecimento. Corresponde à maioria dos fundos do AN. CUL reflete a criação de produtos culturais de difusão (livros, filmes, eventos, obras artísticas, reportagens, etc). Tem uma relação muito direta com documentos fotográficos e audiovisuais. A categoria GEN refere-se à busca de documentos do usuário e/ou de familiares e antepassados, nacionais e estrangeiros imigrados para o Brasil, com a finalidade principal de garantir direitos de cidadania. ECO engloba registros documentais para a obtenção de benefícios econômicos, como documentação para fins de aposentadoria, e comprovação de direitos patrimoniais (escrituras, registros de imóveis, etc). A última de nossas categorias, TEC é realizada pelo próprio corpo funcional do AN para conferência de notações, descrição e outros serviços internos, além de consultas a documentos bibliográficos.

Podemos retomar a divisão de valores de Schellenberg, presente tanto na separação de usuários probatórios e acadêmicos, usada pelo AN, como também em nossas categorias. Assim, temos valor informativo para ACA e CUL e valor probatório para GEN e ECO. TEC estaria relacionada tanto ao valor primário dos documentos (para entender as funções administrativas dos documentos e características dos produtores para os trabalhos de organização e descrição) quanto ao valor secundário (dado que outras implicações que não só as administrativas são importantes no trabalho de manejo de documentos).

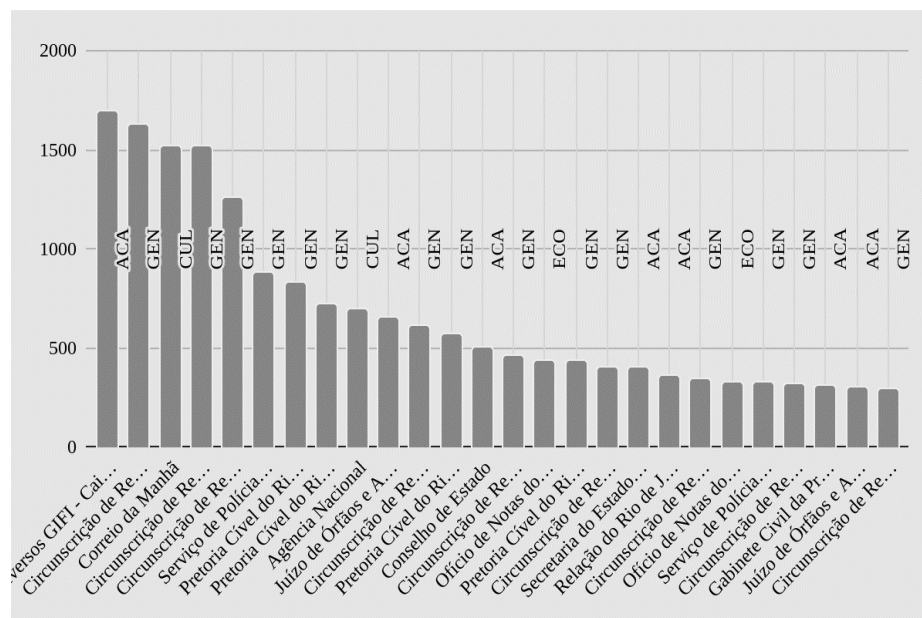
Devemos ressaltar que distintos fundos podem prestar-se a mais de uma categoria de acesso e uso de documentos. Um mesmo documento, sob diferentes óticas, pode ensejar distintos usos e ressignificações a partir da ação do sujeito informacional sobre ele. A criação de categorias genéricas de consulta a documentos jamais poderia dar conta das infinitudes de usos e ressignificações possíveis para a informação na apropriação do sujeito informacional, inserido em seus múltiplos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Mesmo assim, partimos da ideia que é possível utilizar essas categorias de modo eficiente para estabelecer os principais padrões de acesso a documentos dos sujeitos informacionais no AN. Para atribuir categorias por finalidade a cada uma das 29267 REQDOC do ano de 2014, decidimos primeiramente atribuir uma categoria a cada fundo do AN, e às REQDOC referentes a documentos desses fundos. Nessa atribuição inicial, 323 fundos foram nomeados ACA, 38 GEN, 28 ECO e 5 CUL. Nesse processo, os usuários internos foram trabalhados em separado, tendo suas categorizações atribuídas pelo tipo de atividade que conduzem. Os servidores do atendimento, responsáveis por levantamento de documentos em todo o acervo para auxiliar pesquisas de usuários foram distribuídos segundo suas funções. Técnicos do setor de pesquisa e difusão documental foram designados por CUL, e técnicos de demais áreas por TEC. Os dois grupos de servidores tiveram suas REQDOC agrupadas como Usuário Interno do Atendimento e Usuário Interno Técnico. Os servidores do atendimento, conjuntamente, foram responsáveis pela maior quantidade de requisições totais entre os usuários do AN no ano de 2014.

2.2 Categorias atribuídas às Requisições de Documento

Por terem a informação do fundo a que pertencem os documentos, as REQDOC foram escolhidas como ponto inicial da pesquisa. Apresentamos, no gráfico 3, a ordem dos fundos com mais de 1% do total de requisições segundo a divisão por categorias. Dos 26 fundos mais consultados, o com maior incidência de requisições é um fundo de pesquisa eminentemente acadêmica. Contudo nota-se uma maioria expressiva dos fundos GEN, com 15 fundos,

frente a 7 ACA, 2 ECO e 2 CUL. Dos 15 fundos GEN, nota-se a prevalência da documentação de registro civil, uma vez que 13 deles são referentes às Circunscrições e Pretorias Cíveis.

Gráfico 3 - Fundos mais consultados 2014



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do SIAN.

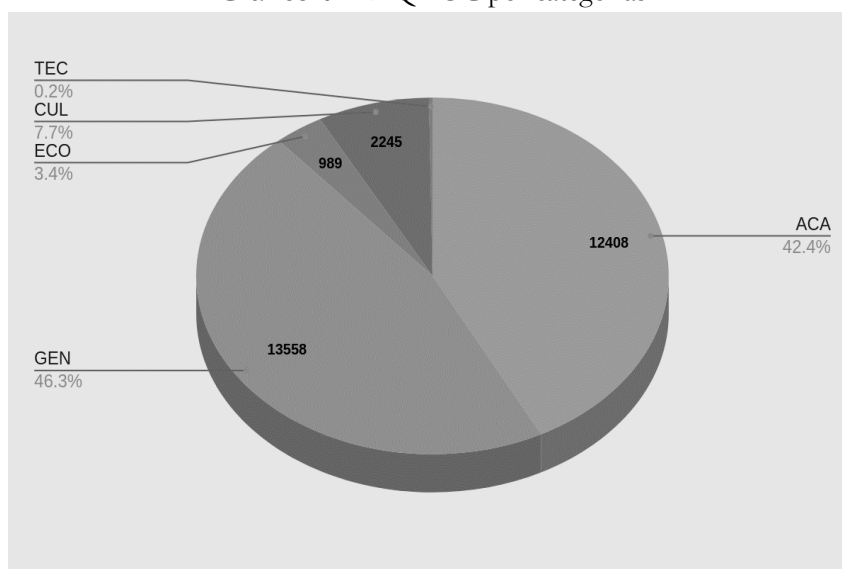
Porém, esse primeiro processo de atribuição de categorias esbarrou em várias exceções possíveis, numa demonstração da riqueza e variabilidade dos fundos custodiados na instituição. Assim, foi necessária uma crítica das categorias inicialmente atribuídas aos fundos, analisando as REQDOC segundo os padrões de pesquisa dos usuários, o que garantiu às categorias uma construção dinâmica. As categorias passaram então a refletir não apenas as características dos documentos, mas principalmente as estratégias de apropriação de informação dos usuários.

Para essa crítica, foi necessário consultar os padrões identificáveis de pesquisa dos usuários, para então revisar a atribuição de categorias, levando em conta a relação entre as REQDOC em diferentes categorias. Os usuários com REQDOC em mais de uma categoria foram analisados cotejando-se todas as requisições individuais para compreender se havia um padrão comum de pesquisa entre elas. A experiência prévia de trabalho nos setores de atendimento ao público do AN auxiliou nessa identificação, bem como a análise das descrições do SIAN.

Ampla maioria dos usuários têm REQDOC em uma única categoria. 92% dos ACA, 95% dos GEN e 92% dos CUL possuem REQDOC apenas nessas categorias, enquanto para ECO esse percentual desce para 87%. Por isso acreditamos que a divisão nas categorias propostas é pertinente e eficaz para compreender os padrões de consulta a documentos originais, uma vez que os usuários convergiram para as categorias de modo coeso e regular, com muitas poucas exceções – algumas das quais provavelmente permaneceram apenas pela dificuldade em identificar as relações de pesquisa com os dados disponíveis.

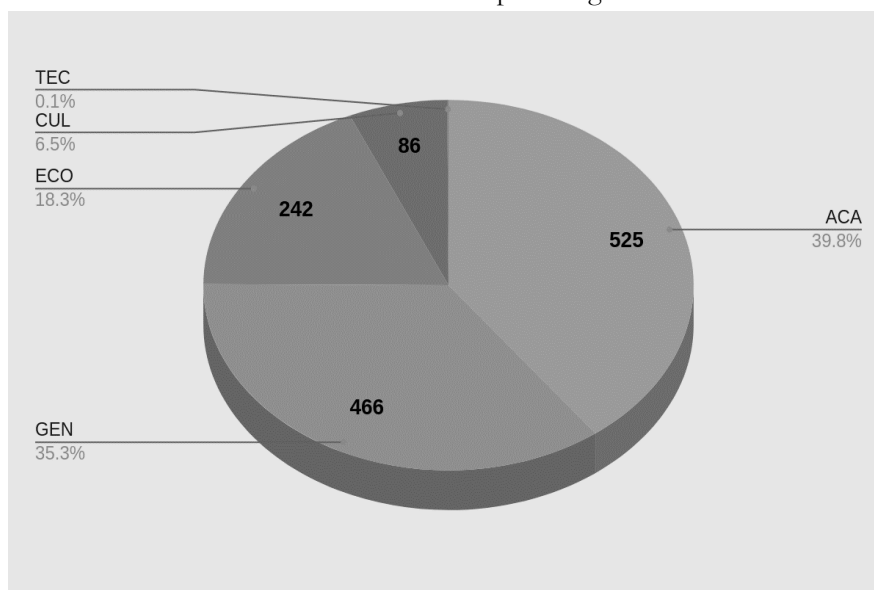
Após esses procedimentos, obtivemos uma distribuição das REQDOC do ano de 2014 nas categorias propostas, a partir dos padrões de uso dos documentos apresentados pelos usuários. O gráfico 4 mostra as quantidades totais de REQDOC em cada categoria e seu percentual relativo:

Gráfico 4 - REQDOC por categorias



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do SIAN.

Assim vemos que GEN e ACA destacam-se das demais e respondem pela maior parte das REQDOC. GEN tem vantagem com mais de 46% e ACA segue com mais de 42%. Atrás aparecem CUL, com pouco menos de 8% das REQDOC e ECO, com pouco mais de 3%. Assim, fica demonstrado leve destaque de GEN, com quase metade das REQDOC. O gráfico 5 mostra uma diferença relevante na quantidade de usuários em cada categoria:

Gráfico 5 - Usuários por categoria

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do SIAN.

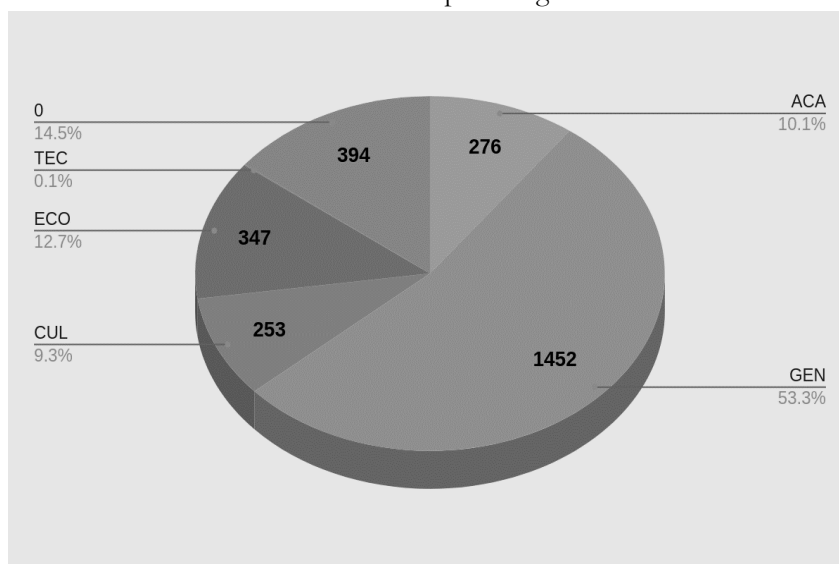
A categoria GEN, com pouco mais de 35% dos usuários, corresponde a pouco mais de 46% das REQDOC, enquanto ACA, com 39% dos usuários, refere-se a 42% das REQDOC. CUL tem 6,5% dos usuários, com quase 6% das solicitações de acesso. Enquanto ECO, com mais de 18% dos usuários, responde por pouco menos de 4% das REQDOC. Podemos concluir por esses dois gráficos que os usuários GEN solicitam em média mais documentos que os demais. A média de GEN é de cerca de 29 REQDOC por usuário. Já ACA tem mais de 23 e CUL em torno de 26 REQDOC por usuário. ECO apresenta uma média bem menor, de pouco mais de 4. Retomando a divisão inicial das categorias por fundo, a discrepância é ainda maior, dado que os 47% das REQDOC de GEN incidem sobre apenas 38 fundos, enquanto as 42% de ACA dispersa-se entre 323 fundos. A categoria CUL tem pouco menos de 6% sobre 5 fundos, e ECO, 4% sobre 28 fundos.

2.3 Categorias atribuídas às Requisições de Serviço

Na categorização das RS, foram atribuídas as mesmas categorias a cada tipo de serviço oferecido pelo AN, contudo muitos serviços não puderam ser agrupados em categorias, pois as RS não contém referência aos fundos. Assim, foi criada uma categoria extra, denominada “0”. As categorias atribuídas a cada tipo de serviço foram então comparadas às categorias anteriormente atribuídas aos usuários pelas REQDOC. Quando havia conflito entre as duas categorias – aquela atribuída ao usuário por suas REQDOC e a atribuída às RS por tipo de

serviço – optou-se por privilegiar as categorias dos usuários a partir das REQDOC de consulta a documentos originais.

Gráfico 6 - RS por categoria



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do SIAN.

Neste gráfico 6 verificamos que a maior parte das RS são de usuários GEN, com mais de 53%. ECO, com mais de 12%, ultrapassa os 10% de ACA e os pouco mais de 9% de CUL. 14,5% das RS não puderam ser definidas nas categorias. Porém, ressaltamos que serviços de reprodução de documentos escritos, que respondem pela maior parte das RS da categoria “0”, são comumente solicitados por usuários probatórios, que precisam deles para garantia de direitos. Usuários ACA tendem a não realizar tanto essas solicitações, pois podem fotografar os documentos sem custo. Assim, boa parte das RS sem categoria são provavelmente GEN ou ECO, conferindo ampla maioria para usuários probatórios.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos que existem categorias discerníveis entre os usuários do AN, e que essas categorias são empiricamente verificáveis. Verificamos que usuários GEN e ACA correspondem às maiores parcelas do total, com volume semelhante nos acessos. Determinamos ainda como a categoria GEN tem uma média de acessos mais alta que as demais. Na análise das RS, ficou demonstrado que a maioria é produzida por usuários probatórios. Se por um lado a consulta a originais demonstrou quantidades semelhantes entre usuários probatórios e

acadêmicos, por outro na solicitação de serviços os probatórios têm mais relevância.

Futuramente iremos estender o trabalho para os demais anos do período para verificar as conclusões aqui expostas, bem como avaliar as variações nos números de REQDOC e RS nos demais anos.

Usuários probatórios e acadêmicos têm interesses e metodologias de pesquisa distintas, e é necessário às instituições arquivísticas trabalharem com ambas necessidades. Ações de gerenciamento e governança devem satisfazer as necessidades de seus usuários, sem distinções ou julgamentos de valor, de modo a democratizar o acesso à informação e a aproximar arquivos e sociedade. Para isso, é forçoso empreender mais e melhores métodos de estudos de usuário para perceber as idiossincrasias dos diferentes sujeitos informacionais. Afinal, sua opinião é muito importante para nós!

REFERÊNCIAS

GASQUE, Kelly; COSTA, Sely. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**. V. 39, n. 1, p. 21-32, nov. 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1285/1463> . Acesso em: 21 abr. 2019.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **Datagrama**, v. 5, n. 5, s.p., out./2004. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_312514a1d4_0007650.pdf . Acesso em: 21 jun. 2020.

LOUSADA, Mariana. **A mediação da informação na Teoria Arquivística**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124379>. Acesso em: 20 out 2022.

OLIVEIRA, Lúcia. **O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

RENDON ROJAS, M.; GARCIA CERVANTES, A. El sujeto informacional en el contexto contemporáneo: un análisis desde la epistemología de la identidad comunitaria-informacional. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, n. 33, p. 30-45, 2012. DOI: 10.5007/1518-2924.2012v17n33p30. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/43475> Acesso em: 28 jan. 2021.

SCHELLENBERG, T. **Modern archives: principles and techniques**. Chicago: Society of American Archivists, 2003.

VOUTSSÁS MÁRQUEZ, J. Estado del arte de la archivística iberoamericana a través de sus publicaciones 1986-2016. Cidade do México: Archivo General de la Nación, 2016.

PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE OS ARQUIVOS MÉDICOS HOSPITALARES NA AMÉRICA DO SUL

Angelica Alves da Cunha Marques (Universidade de Brasília/
Universidade Federal do Rio de Janeiro),
Jacqueline Dias da Silva (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro/
Universidade Federal do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

As instituições hospitalares são espaços que prestam serviços de assistência à saúde, ao atuarem na prevenção, urgência e emergência, em prol da qualidade de vida de seus usuários. A produção e acumulação de documentos, nos hospitais, ocorre ininterruptamente, uma vez que estão sempre ativos, destacadamente no cenário da pandemia Covid-19, ocasionada pelo coronavírus (SARS – CoV-2), cujas origens foram identificadas na China, em dezembro de 2019. O vírus se alastrou pelo mundo rapidamente e foi detectado no Brasil em 2020.

A evolução e a disseminação da Covid-19 atingiram patamar de contágio mundial, assim como o crescimento exponencial de dados e registros digitais, destacadamente os imagéticos. Por se tratar de uma doença respiratória, as imagens de pulmões infectados pelo vírus viabilizam o diagnóstico do paciente, permitindo o acompanhamento da doença. Dados médicos e laboratoriais passaram a subsidiar o seu tratamento, tornando-se

fundamentais para a prevenção e controle do vírus. Nesse contexto, informações projetadas em ambientes hospitalares por meio de diagnósticos baseados em casos cíclicos de sintomas remetiam a um número exponencial de pacientes com diferentes perfis e em um curto espaço de tempo, como nos mostram Freitas, Napimonga e Donalisio (2020, p.1):

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 18 de março de 2020, os casos confirmados da Covid-19 já haviam ultrapassado 214 mil em todo o mundo. Não existiam planos estratégicos prontos para serem aplicados a uma pandemia de coronavírus – tudo é novo.

Nos ambientes hospitalares, diagnósticos baseados em sintomas apresentados por pacientes com diferentes perfis e num curto espaço de tempo – diante de uma doença respiratória altamente transmissível, que tem um dos sintomas principais a falta de ar, propiciando complicações vasculares e físicas aos pacientes contaminados –, culminaram num caos que evidenciou a precariedade dos seus recursos (humanos, materiais, informacionais, etc.). Além da pandemia sanitária, há a infodemia – pandemia de informações, caracterizada pela “[...] profusão e da difusão de mensagens incorretas, enviesadas ou falsas que circulavam no complexo, fragmentado e multicêntrico sistema midiático contemporâneo” (GRAMACHO, 2021).

Diante do cenário pandêmico e da relevância dessas instituições, este estudo objetiva identificar a produção científica sobre arquivos hospitalares na América do Sul⁸⁹, tendo em vista publicações realizadas nos países da região.

2 ARQUIVOS HOSPITALARES

A Lei de Arquivos brasileira – Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991) – nos traz a definição de arquivos sendo “conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”.

A Arquivologia classifica os arquivos, conforme a natureza que os compõe, em arquivos especiais e arquivos especializados. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA) (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.75) apresenta o arquivo especial associado a documento especial:

⁸⁹ A América do Sul é constituída por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, bem como o território da Guiana Francesa. Possui uma extensão territorial de 17,8 milhões de quilômetros quadrados e uma população de 400 milhões de habitantes (OLIVEIRA, 2019).

Documento em linguagem não-textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica.

Nesse sentido, os arquivos com essas características têm, sob sua guarda, documentos em suportes diversos, com gêneros e formatos variados – como fotografias, microfilmes, discos, fitas, etc. – e que, por essa razão, necessitam de um tratamento especial no que tange a trabalhos de preservação e conservação, como controle de temperatura e umidade, acondicionamento e armazenamento adequados.

O segundo tipo de arquivo, o especializado, diz respeito aos acervos cujos documentos provêm de um campo específico do conhecimento, independentemente da forma física em que se apresentam, como os arquivos médicos, os de arquitetura e os de imprensa. De acordo com o DBTA, “Arquivo(2) cujo acervo tem uma ou mais características comuns, como natureza, função ou atividade da entidade produtora, tipo, conteúdo, suporte ou suporte ou data dos documentos, entre outras” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.30), o que o difere de um arquivo especial, de acordo com o referido dicionário.

Portanto, um arquivo médico tem a característica de ser um tipo de arquivo especializado, no qual um tipo documental bastante evidente é o prontuário médico do paciente. A organização, o armazenamento e a preservação desse documento foi contemplada no texto da Resolução 1.638 de 09 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002), que define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde, bem como cita os procedimentos que devem ser observados para a execução do registro de cada paciente:

Art. 1º O documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo. (BRASIL, 2002).

Escrivão Junior (2007), em seu artigo publicado na revista *Ciência & Saúde Coletiva*, apresenta estudos referentes ao “Uso da informação na gestão de hospitais” e aponta indicadores para a realização de um comparativo entre instituições de saúde. Observa-se que os hospitais produzem um grande

volume de dados, informações e documentos, deixando lacunas que não chegam ao conhecimento de seus gestores, o que, por consequência, pode impactar na tomada de decisões, no gerenciamento da instituição e na vida das pessoas, ou seja, na sua saúde e qualidade de vida.

Nesses termos, o valor da informação e a sua abrangência é evidenciada atualmente, quando o mundo vivencia a pandemia da Covid-19. Oliveira (2020) relata que a pandemia passou a tomar conta das reportagens, pelos meios de comunicação, que reincidentemente mencionam a importância de medidas sanitárias, cuidados, higiene e proteção pessoal, além de dados estatísticos acerca de casos suspeitos, infectados, curados e óbitos decorrentes da doença.

3 METODOLOGIA E PRIMEIROS RESULTADOS

Numa abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, este foi desenvolvido por meio de pesquisa documental, cujo universo considerou quais arquivos da América do Sul destacam-se, na sua atuação, no cenário científico e pandêmico. As instituições hospitalares são espaços que prestam serviços de assistência à saúde, ao atuarem na prevenção, urgência e emergência, em prol da qualidade de vida de seus usuários.

Com o objetivo de identificar a produção científica sobre arquivos hospitalares na América do Sul, realizamos uma pesquisa qualitativa e exploratória, via revisão bibliográfica. Fizemos um levantamento na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) – que integra fontes de informação em saúde na América Latina e Caribe, em inglês, português e espanhol –, tendo em vista publicações realizadas nos países da região.

O primeiro passo para a identificação dos arquivos hospitalares na América do Sul foi com base na Revista América Economía (2021), com acreditação atualizada em dezembro de 2020 de acordo com o site da *Joint Commision International* (JCI). A revista destaca que a OMS e o Banco Mundial produzem anualmente um relatório denominado *Global Preparedness Monitoring Board Report* e, vale destacar, são muito expressivas quanto ao alcance do referido documento (GALARCE; MUSSALEM, 2021, s.p.).

Dessa forma, a revista nos traz um panorama inicial de dados referentes a hospitais públicos, privados e universitários (públicos e privados) no complexo cenário pandêmico.

A lista final deste ano é composta por 61 hospitais de 11 países da América Latina, que ficaram acima do corte mínimo de 40 pontos em seu índice de qualidade, o que nos permite classificá-los entre os melhores da região. Mais uma vez, os hospitais privados são a maioria (67%), seguidos pelos hospitais universitários privados (23%), hospitais universitários públicos e hospitais públicos não

universitários (5% cada um). Como é tradicional, o Hospital Albert Einstein (1º) de São Paulo lidera nosso *ranking*, e este ano também lidera as dimensões de capital humano e capacidade, mas com queda nos indicadores de segurança e eficiência, por conta da pandemia. egue-se a Clínica Alemã (2ª), em Santiago, que lidera a dimensão da experiência e dignidade do paciente, e melhora na capacidade. No entanto, como o líder, a pandemia afeta sua posição em termos de segurança e eficiência. O resto do *top 5* apresenta novidades importantes já que o Hospital Italiano de Buenos Aires (3º) sobe duas posições para o terceiro lugar. Isto deve-se ao fato de apresentar melhorias nos indicadores de segurança e capital humano e, sobretudo, uma melhoria na dimensão eficiência relativamente ao resto do grupo, apesar da pandemia. Em quarto lugar, resta, como há três anos, a Fundação Valle del Lili (4º) em Cali, liderando o *ranking* de eficiência neste ano de pandemia, e com melhorias na dimensão da capacidade e na dimensão da experiência e dignidade do paciente. O seletor grupo dos cinco primeiros fecha com a Fundación Cardioinfantil (5ª), também da Colômbia, que melhora na gestão do conhecimento, mas apresenta baixos indicadores de capital humano e eficiência. (GALARCE; MUSSALEM, 2021, s.p.)

Ao cruzarmos os dados da revista com os resultados das nossas buscas na BVS, notamos que hospitais brasileiros têm se destacado na América do Sul, aparecendo entre os 10 primeiros lugares do *ranking* (inclusive com liderança do Hospital Israelita Albert Einstein, instituição privada da cidade de São Paulo – SP), conforme figura 1.

Figura 1 - *Ranking* dos melhores Hospitais da América Latina de 2021

RK 2021	INSTITUCIÓN	País	ÍNDICE FINAL 2021
1	Hospital Israelita Albert Einstein	Brasil	95.73
2	Clínica Alemana	Chile	83.11
3	Hospital Italiano de Buenos Aires	Argentina	82.30
4	Fundación Valle del Lili	Colombia	80.77
5	Fundación Cardioinfantil - Inst. de Cardiología	Colombia	80.09
6	Fundación Cardiovascular de Colombia	Colombia	78.87
7	Centro Médico Imbanaco - Cali	Colombia	76.56
8	Hospital Moinhos de Vento	Brasil	74.54
9	Hospital Universitario Austral	Argentina	71.96
10	Hospital Pablo Tobón Uribe	Colombia	70.66

Fonte: GALARCE; MUSSALEM (2021, s.p.).

Observando ainda o *ranking* dos 10 melhores hospitais – todos da rede privada –, observa-se que o 2º e 5º lugares correspondem a instituições privadas do Chile e da Colômbia. Por conseguinte, os 3º, 4º, 6º e 7º lugares são hospitais universitários privados, sendo o 3º lugar da Argentina e os demais, da Colômbia. Os 8º e 9º lugares ficaram para o Brasil e a Argentina e o 10º lugar, para a Colômbia, com um hospital universitário. Dessa forma, a Colômbia se destaca no *ranking*, ainda que não apareça nas três primeiras posições. Interessante notar a predominância de hospitais universitários, uma vez que estes, por serem espaços de desenvolvimento e compartilhamento de conhecimento no meio acadêmico, proporcionam boas expectativas quanto às buscas por produção científica acerca dos serviços de arquivos médicos e estatísticas no âmbito da Covid-19.

As consultas na BVS foram realizadas em dezembro de 2021, a partir dos títulos, dos resumos e das palavras-chaves de obras publicadas entre março de 2020 e dezembro de 2021, contemplam, assim, a pandemia do COVID-19, e provenientes da América do Sul. Ao utilizamos os termos “*Servicio de Archivo Médico y Estadísticas*”; “*Registros de salud AND archivo*”; “*Registros de salud AND archivo AND América del Sur*”; “*Hospital AND América del Sur*”; “*Covid-19 AND America del Sur*”; “*Salud pública digital: avances y retos en América Latina*”; “*Sistemas de Información em Saúde*”; “*Servicio de Expediente Médico Hospitalario*”, obtivemos 7.514 resultados.

Pudemos observar que 99,96% das publicações tratam sobre gestão e protocolos de gerenciamentos de dados; cuidados a pacientes em meio ao contexto pandêmico. Os serviços de arquivos médicos e estatísticas não foram realçados nas obras analisadas, ainda que relevantes para a gestão institucional e sanitária e, ainda, subsidiem pesquisas na América do Sul.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Na busca realizada em 14 de dezembro de 2021, utilizando o filtro “*Servicio de Archivo Médico y Estadísticas*” na BVS, tivemos 10 resultados: um artigo sobre a história do Hospital Militar em Trujillo, na Espanha; um sobre a gestão do serviço de cirurgia do Hospital del Salvador, no Chile, na perspectiva de um moderno centro de tratamento da informação e uma monografia, produzida no México, sobre um Guia do Arquivo Geral de Asilo de Insanos.

Em 15 de dezembro de 2021, com o filtro “*Registros de salud AND archivo*” na BVS, chegamos a 3.805 resultados, aparentemente muito abrangentes e também relacionados à produção da Europa e dos Estados Unidos. A fim de precisar a busca, usamos o termo “*Registros de salud AND archivo AND América del Sur*”, quando obtivemos 104 resultados que também não atendia ao nosso objetivo de mapear os hospitais e serviços de arquivos médicos hospitalares da América do Sul.

No dia 20 de dezembro de 2021, utilizamos o filtro “*Hospital AND América del Sur*”, restringindo a busca ao espanhol. Tivemos a 300 resultados, mas as publicações tratavam sobre práticas hospitalares e monitoramento de doenças durante a COVID-19.

Em 22 de dezembro de 2021, utilizando o filtro “*Covid-19 AND America del Sur*”, chegamos a 1.745 resultados, também muito amplos. Todavia, dentre esses resultados, localizamos um registro – “*Salud pública digital: avances y retos en América Latina*” –, a partir do qual testamos o termo “*Sistemas de Información em Saúde*”, que alcançou publicações acerca da governança de dados

e da inteligência artificial, nas perspectivas das tecnologias e da gestão, o que nos distanciava do nosso objetivo.

Na oportunidade, realizamos uma pesquisa mais específica em um canal da BVS, na base *MedCarib*, com o filtro “*servicio de expediente médico hospitalario*”. No dia 28 de dezembro 2021, obtivemos, então, o resultado de 1.550 publicações, que majoritariamente retratavam informações do Ministério da Saúde de Trinidad e Tobago sobre a situação do país face à pandemia do COVID-19.

Apesar de a busca inicial ter retornado um elevado número de publicações quando os filtros pareciam ter sido bem amplos em registros de saúde e arquivos (3.805), o resultado final teve um número muito baixo de publicações com filtros específicos, como o “*Servicio de Archivo Médico y Estadísticas*”, que retornou apenas 10 resultados, que nos sugerem uma escassez de pesquisas voltadas para os arquivos médicos hospitalares, mesmo numa biblioteca virtual em saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obviamente, com uma pandemia ainda ativa, muitas das pesquisas ainda estejam em andamento e não tenham sido publicadas. A maioria dos estudos mapeados foram sobre governança digital em saúde, tecnologias de informação em saúde, bem como inteligência artificial em saúde, o que nos remete a perspectivas mais instrumentais do que informacionais e documentais.

Ao que parece, na América do Sul, os interesses relacionam-se mais a experiências de gestão e protocolos de gerenciamentos de dados, de cuidados a pacientes no contexto pandêmico, do que ao papel dos arquivos hospitalares. Entende-se que estes, para o momento, têm sido coadjuvantes – e até mesmo marginalizados na produção científica –, não potencializando as suas possibilidades de oferecer subsídios para nutrir as mais diversas pesquisas na América Latina e alimentar *rankings* para aqueles hospitais que tradicionalmente já vinham se destacando (em redes privadas, em sua maioria), como foi apresentado na análise feita pela revista *América Economía* (2021). O breve levantamento da produção científica sobre os arquivos médicos e hospitalares na América do Sul nos demonstrou que, possivelmente, esta temática ainda é pouco discutida no campo científico e/ou carece de publicações, o que pode ser melhor analisado em pesquisas que ampliem os idiomas e as bases de dados científicos em saúde.

Cabe destacar que muitos desafios no contexto da gestão arquivística hospitalar têm surgido, especialmente quanto às peculiaridades de cada

contexto funcional de produção e acumulação de documentos. Os documentos de arquivo, mais precisamente os arquivos especiais e especializados, como os prontuários médicos de pacientes, representam atividades de instituições, de profissionais de saúde e dos próprios pacientes, conjugando valores informativos, probatórios, culturais, bem como históricos, o que se pode considerar elementos constitutivos de memória de pessoas, instituições, famílias, comunidades e sociedades.

Assim, propõe-se discussões que considerem a atuação do arquivista nessas instituições e serviços, levando-se em conta os fundamentos da Arquivologia no seu gerenciamento e na gestão dos arquivos, que devem ter a sua autenticidade e organicidade preservadas. Destaca-se os desafios do cenário da pesquisa – pandêmico, no qual há uma vertiginosa produção de documentos e informações nos hospitais, particularmente em meio digital –, que demandam dos serviços de arquivos médicos e estatísticas documentos recapitulativos para a imediata tomada de decisões internas e externas à instituição.

Por fim, a produção e o conhecimento científico, independente de seu campo de atuação, sempre foram instrumentos para o bem social, como podemos citar o exemplo do esforço científico na busca pela criação e produção de vacinas contra a Covid-19. Entende-se que os arquivos são fontes de dados científicos, que propiciam a análise conjuntural da pandemia em suas diversas perspectivas. Nesse sentido, pacientes, pesquisadores, médicos, enfermeiros etc. protagonizam a produção e acumulação progressivas de documentos, que, por sua vez, reiteram a relevância de mais estudos e publicações sobre os arquivos médicos hospitalares, particularmente os da América do Sul, que têm o destaque dos hospitais universitários no *ranking* de 2021.

Esperamos que esta breve pesquisa seja seminal para outros estudos que mapeiem a produção científica concernente aos arquivos médicos de hospitais da região, relevantes para a preservação documental e da memória social na saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em:

BRASIL. Resolução nº 1.638, de 9 de agosto de 2002 - Conselho Federal de Medicina. **Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas Instituições de Saúde.** Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2002/1638_2002.pdf> Acessado em 07 jun. de 2020.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Publicações Técnicas n.51, 2005.

ESCRIVÃO JUNIOR, Álvaro. **Uso da Informação em Gestão de Hospitais Públicos.** Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, vol.12, nº3, p. 655 – 666, 2007.

FREITAS, André Ricardo Ribas; NAPIMOGA, Marcelo; DONALISIO, Maria Rita. Análise da gravidade da pandemia de Covid-19. **Análise da gravidade da pandemia de Covid-19,** Campinas-SP, 2020. DOI 10.5123/S1679-49742020000200008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ress/v29n2/2237-9622-ress-29-02-e2020119.pdf>> Acesso em: 2 ago. 2020.

GALARCE, Magdalena; MUSSALEM, Andrés. *Ranking* dos Melhores Hospitais 2021: o futuro que a pandemia está nos deixando. **Revista Amércia Economía.** 10 dez 2021. Disponível em: <<https://www.americaeconomia.com/negocios-industrias/ranking-de-los-mejores-hospitales-2021-el-futuro-que-la-pandemia-nos-esta>> Acesso em: 16 jan 2021.

GRAMACHO, Wladimir. Os riscos da infodemia em meio a uma pandemia. In: SAMPAIO, Rafael; SARMENTO, Rayza. CHAGAS, Viktor (Org.). **Comunicação e política no contexto da pandemia:** breves reflexões. Curitiba: Compolítica, Carvalho Comunicação, 2021, p. 47-54. Disponível em: <http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2021/04/Comunicacao-e-politica-no-contexto-da-pandemia_EbookCompolitica.pdf>. Acesso em 18 abr. 2022.

KOURY, Juan M.; HIRSCHHAUT, Miguel. **Reseña histórica del COVID-19¿Cómo y por qué llegamos a esta pandemia?** p.1 - 14, 2020. Disponível em: <<https://www.actaodontologica.com/ediciones/2020/especial/art-2/>> Acesso em: 12 jul 2021

OLIVEIRA, Filipi. **Países da América do Sul.** Educa mais Brasil. Guia Enem. 10 jun 2019 Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/paises-da-america-do-sul>> Acesso em: 16 jan 22

OLIVEIRA, João Carlos. **A importância da informação e da comunicação na pandemia de coronavírus: estratégias da promoção da saúde.** Uberlândia: UFU, 07 mai. 2020. Disponível em: <<http://www.comunica.ufu.br/noticia/2020/05/importancia-da-informacao-e-da-comunicacao-na-pandemia-de-coronavirus-estrategias-da>> Acesso em 30 jun. 2020.

ARQUIVOLOGIA E GOVERNANÇA DE TI: POSSÍVEIS DIÁLOGOS

Lucas Mourão Tavares (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Trabalhar possíveis diálogos da Arquivologia com a Governança de Tecnologia da Informação é um desafio, levando em consideração que é um tema incipiente nos estudos arquivísticos acadêmicos. Essa afirmativa é feita levando em consideração uma pesquisa qualitativa com os termos “Arquivologia” e “Governança de TI”, em todos os campos possíveis, realizada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação⁹⁰, sendo este o recorte para a pesquisa, que foi realizada entre os dias 05 e 13 de março de 2022. Para este levantamento foi considerado apenas os títulos e palavras-chave usados nos artigos indexados na plataforma.

Durante a realização da pesquisa no período e no recorte acima, foram encontrados vinte e seis trabalhos que tratam do tema “Governança de Tecnologia da Informação”, o que inclusive parece ser pouco diante das possibilidades que o universo interdisciplinar da Ciência da Informação

⁹⁰ Bapci é o produto de informação do projeto de pesquisa “Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior”, cujo objetivo é subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação, fundamentando-se em atividades planejadas institucionalmente. Com esse propósito, foram identificados os títulos de periódicos da área de Ciência da Informação (CI) e indexados seus artigos, constituindo-se a base de dados referenciais.

proporciona explorar. Quando é realizada uma pesquisa cruzada com os termos “Arquivologia” e “Governança de TI” o resultado reforça que se trata de um território ainda pouco explorado nos estudos arquivísticos. Foram encontrados apenas cinco resultados, dos quais destacamos dois mais representativos.

O primeiro é um artigo científico com o título “A Governança Arquivística: Desafios”, por Germano (2018), na Revista **Informação Arquivística**, fruto de desdobramento de sua pesquisa no Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Nesse artigo, Germano (2018) apresenta as possíveis contribuições dos estudos em Governança Corporativa e Governança de Tecnologia da Informação para a Arquivologia. Portanto, Germano (2018) promove uma importante provocação no sentido de apresentar uma perspectiva de governança para a Arquivologia, ou seja, como os mecanismos de governança, incluindo os aspectos da Governança de Tecnologia da Informação, podem colaborar para a produção de uma governança arquivística. A proposta desse artigo é trabalhar o mesmo tema, mas no fluxo inverso, apresentando possíveis contribuições da Arquivologia e da atuação dos profissionais da área, podendo colaborar com a elaboração de modelos de determinação de fluxos dos processos informacionais na Governança em Tecnologia da Informação.

No segundo artigo que destacamos, Jardim (2018) apresenta a "Governança Arquivística: Contornos para uma Noção", traçando aspectos da governança para o campo arquivístico sob um ponto de vista de uma gestão amplificada, contudo, realizando uma reflexão importante quando apresenta uma macroarquivologia que trata de “processos de organização e funcionamento de instituições e serviços arquivísticos; desenho e implementação de programas, projetos, redes e sistemas; definição, execução e avaliação de políticas arquivísticas; prospectiva arquivística” (JARDIM, 2018, p. 34). É justamente esse o ponto de contato que nos interessa, no sentido que nos impulsiona a refletir sobre possíveis contribuições dos estudos arquivísticos para uma análise da Governança de Tecnologia da Informação, já que pensar nos processos de gestão documental, bem como os fluxos informacionais, necessariamente passam por pensar em processos que impactam também a Governança de TI.

A possibilidade de contribuição da arquivística ganha força quando há capacidade analítica proporcionada pelas possíveis interseções entre as áreas e instrumentaliza o arquivista de tal maneira que este esteja qualificado a ocupar

espaços em equipes para tomada de decisão sobre os rumos da Governança de Tecnologia da Informação em uma organização. Inclusive, esse pode ser um espaço cativo e reafirmar a relevância do papel desse profissional da informação nos espaços de construção dos processos informacionais. Essa perspectiva abre mais opções para que os profissionais da informação, entre eles, o arquivista, possam trabalhar na consultoria de projetos e implementações de modelos e programas de governança de Tecnologia da Informação.

É importante dizer que este artigo não tem como objetivo trabalhar a governança arquivística em si, tal qual apresentada por Germano (2018) e por Jardim (2018). Porém, ambos os trabalhos aqui referenciados serão utilizados para pensar pontes possíveis ao estabelecimento de diálogos entre a Arquivologia e a Governança de TI.

2 GOVERNANÇA E GOVERNANÇA DE TI

Para Jardim (2018), a noção de governança é recente, tendo sua origem nos anos de 1990, atribuindo ao Banco Mundial⁹¹ um papel de protagonismo na promoção do termo, quanto da sua influência nos governos ao apresentar modelos e métodos de gestão de políticas públicas. O desdobramento desse esforço fez com que a governança conquistasse terreno, com formatos teóricos cada vez mais elaborados e multifacetados, sendo inclusive aplicado em diversas estruturas organizacionais para além da administração pública, como por exemplo, o terceiro setor e o setor privado. Como resultado desse processo, surgiram outros termos como Governança Corporativa, Governança de Tecnologia da Informação (Governança de TI), Governança Informacional, Governança Ambiental, Governança Fiscal e Tributária, para mencionarmos apenas alguns.

Nesse contexto, a governança de TI é apresentada como um foco específico da governança corporativa em Tecnologias da Informação. Em um mundo cada vez mais globalizado, com avanços sem precedentes na escala técnica-científica e informacional⁹², a governança de TI ocupa um papel importante para elaboração de mecanismos que estabeleçam políticas e regras sobre os processos inerentes à Tecnologia da Informação. Essa é uma busca

⁹¹ Instituição financeira internacional que realiza empréstimos a países em desenvolvimento. Considerado o maior banco de desenvolvimento no mundo, tem *status* de observador em fóruns de desenvolvimento internacionais como das Nações Unidas e G-20.

⁹² O meio técnico-científico-informacional é um conceito trabalhado na Geografia que estuda os movimentos geográficos, onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação, “[...] sendo a nova cara do espaço e do tempo” (SANTOS, 2013, p. 41).

constante por implementar um *workflow*⁹³ ágil e seguro. Através desse *workflow*, os mecanismos são trabalhados e transformados em modelos, alinhados com objetivos estratégicos da organização, mitigando, assim, riscos nas diversas operações informacionais, propiciando, por conseguinte, a otimização para todo o processo.

O termo “governança de TI” é definido pelo *IT Governance Institute* (ITGI)⁹⁴ como arcabouço de relações e processos que dirigem e controlam uma organização a fim de atingir seus objetivos e de adicionar valor ao negócio através do balanceamento do risco com o retorno do investimento da TI (SILVA; GOMES, 2014).

Cabe ressaltar que há uma diferença de conceito entre o que é governança de TI e gestão de TI. A governança de TI direciona os processos tecnológicos e informacionais, além de realizar monitoramento de performance, acompanhando o cumprimento de planejamentos e regras estabelecidas, mantendo o controle dos fluxos gerenciais de informação em diferentes níveis de uma organização. A gestão de TI executa o planejamento, mantendo o desempenho de serviços, promovendo a transformação digital, realizando a checagem dos serviços e a gestão de equipe técnica envolvida nos processos. Nesse sentido, vamos explorar os possíveis diálogos das competências arquivísticas com a governança de TI.

3 REFLEXÕES DIALÓGICAS ENTRE ARQUIVOLOGIA E GOVERNANÇA DE TI

Para reflexões sobre possíveis diálogos e contribuições dos estudos arquivísticos voltados para uma governança de TI, é importante estabelecer parâmetros para a atuação arquivística nas organizações. Faremos isso, inicialmente, indicando a aproximação que há entre a Arquivologia com a Ciência da Informação, um campo científico interdisciplinar que nos permite realizar investigações sobre o prisma das TIC’s.

Tomando como pressuposto o documento de arquivo e as possibilidades de explorar esses conceitos que o campo da Ciência da Informação permite, é importante dizer que a arquivística tradicional trabalha na perspectiva que um suporte documental, estando carregado de informação. No entanto, sem necessariamente abrir mão desse preceito, podemos avançar

⁹³ Fluxo de Trabalho: sequência de passos necessários para se automatizar processos de negócio, de acordo com um conjunto de regras definidas, permitindo que sejam transmitidos de uma pessoa para outra.

⁹⁴ O *IT Governance Institute* (ITGI) é uma filial da *Information Systems Audit and Control Association*, uma associação global independente, sem fins lucrativos, envolvida no desenvolvimento, adoção e uso de conhecimentos e práticas de sistemas de informação (SI) globalmente aceitos.

para além dessa perspectiva, reconhecendo aqui que a abordagem tradicional vem sofrendo mudanças de paradigmas, sobretudo com o incremento crescente das TIC's no dia a dia profissional. Logo, a informação, as políticas de uso e acesso, além dos processos informacionais, passam a ser campo de atuação do arquivista e de estudiosos na Ciência da Informação.

Terry Cook (2012) realiza uma crítica à arquivística tradicional, sendo influenciado pelo pensamento pós-moderno sobre a sociedade quando propõe novas possibilidades de atuação do arquivista:

Os arquivistas que trabalham principalmente em Arquivos nacionais ou institucionais precisam começar a pensar em termos de processo de governança, não apenas na administração dos governos [...]. (COOK, 2012, p. 141)

Para Cook (2012), a Arquivologia tem um desafio atual de documentar os processos, assim registrando as evidências de governança, não restrito somente a governos cumprindo sua função – portanto, a Arquivologia diante dessa nova demanda, sendo impulsionada a lidar com os registros documentais das ações das mais diversas organizações, sejam elas governamentais ou privadas, levando em consideração um contexto geral de governança, possibilitando o surgimento de novas formulações para conceitos e temas abordados pela Arquivologia:

Processo em vez de produto, tornando-se em vez de ser, dinâmico em vez de estático, contexto em vez de texto, refletindo tempo e lugar em vez de absolutos universais estas têm se tornado as palavras de ordem pós-moderna para analisar e compreender ciência, sociedade, organização e atividade empresarial, entre outros. (COOK, 2012, p. 123)

Uma nova perspectiva nos estudos arquivísticos, sobre forte influência do pensamento pós-moderno, movimenta a busca por mudança de paradigma que promova avanços para além dos muros da Arquivologia tradicional descritiva. Alinhada a esse prisma, a proposta de um novo olhar sobre as competências arquivísticas aponta direção para além da análise, descrição e classificação de documentos. Não que aspectos consagrados da Arquivologia Tradicional não integrem a prática profissional, mas é preciso reconhecer que documentos de arquivo representam o registro de um ato, tanto quanto podem se constituir enquanto registros da informação sobre esse próprio ato; os *logs*⁹⁵ de processos informacionais são um exemplo disso.

⁹⁵ Em computação, *log* de dados é uma expressão utilizada para descrever o processo de registro de eventos relevantes num sistema computacional.

Diante disso, a Arquivologia Tradicional, restrita por muitas décadas ao registro documental, nos últimos anos vem experimentando a virtualização de documentos e de processos informacionais, impulsionada pelos avanços das TIC's, exigindo cada vez mais um olhar técnico-informacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de pensar possíveis diálogos para a contribuição na implementação de modelos de processos informacionais calcados nas TIC's, a Arquivologia deve agora encontrar inspiração nas análises funcionais dos processos de criação e gestão da informação nos documentos. Acreditamos que um caminho possível seja o uso de uma teoria informacional contemporânea que dê conta dessa interseção, que alinhado ao estudo das TIC's não se encontra mais restrito à atuação em ambiente de arquivos tradicionais.

Terry Cook (2012), ao citar Eric Ketelaar, concluiu que “a Arquivologia Funcional substitui a Arquivologia Descritiva”. O arquivista, portanto, pode encontrar seu lugar em influenciar na elaboração de modelos de governança dos processos informacionais, especialmente nas tomadas de decisão no âmbito da Governança da TI, em empresas e instituições que pretendem dar conta de sistematizar e documentar o fluxo informacional.

Por isso, com base em uma interpretação funcional do contexto da gestão de documentos, pode-se pensar em um *workflow* que seja seguro à integridade das funções arquivísticas dentro do contexto de processos informacionais, mantendo-se sempre orgânico e original.

REFERÊNCIAS

- BUFREM, L. S.; COSTA, F. D. O.; GABRIEL JUNIOR, R. F.; PINTO, J. S. P. Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, 2010.
- COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, v. 1, n. 1, 2012.
- GERMANO, A. C. A governança na arquivologia: desafios. **Informação Arquivística**, v. 5, n. 2, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/42064>. Acesso em: 26 set. 2022.
- JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 31, n. 3, p. 31-45, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107067>. Acesso em: 26 set. 2022.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: um território a ser explorado. **Revista do Arquivo**, São Paulo, v. 2, n. 7, p. 12-23, 2018. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/07/dossie.php. Acesso em: 26 set. 2022.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico científico e informacional. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, Fernando Cesar Almeida; GOMES, Carlos Francisco Simões. **Modelos de gestão de tecnologia da informação**. In: XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/582036.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

VITORIANO, M. C. C. P. Uma aproximação entre arquivologia e ciência da informação: o uso dos conceitos de informação orgânica e informação arquivística. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 11, n. 4, 2017.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RIC-CM NO APERFEIÇOAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ana Caroline Mateus Cruz (Universidade Federal Fluminense),
Carlos Henrique Machado Martins (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),
Eliezer Pires da Silva (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), órgão arquivístico responsável pelo tratamento e preservação do acervo documental do Poder Executivo Estadual, é uma instituição responsável por implementar a política estadual de arquivos e desenvolver atividades para a divulgação e difusão do patrimônio documental arquivístico do estado. Desde sua criação, em 1931, desempenhou as tarefas de recebimento, classificação, guarda e conservação dos documentos em posse das Secretarias do Estado. Nos dias atuais, com o desenvolvimento da área científica, formalização de técnicas, métodos e normatizações, aperfeiçoou as ferramentas de descrição, a partir do uso de regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e a observação de necessidades intrínsecas do seu acervo. Isso culminou em uma descrição completa que abarca as normas arquivísticas, e um processo

capaz de contextualizar por completo os seus respectivos fundos. Contudo, desde 2016, o *International Council on Archives* (ICA), abriu a discussão em torno de uma nova metodologia de descrição arquivística com a publicação do *Records in Context: Conceptual Model* (2016). A norma desenvolvida pelo *Expert Group on Archival Description* (EGAD), abriu debates na comunidade arquivística. Deste modo, o material representou um alto nível de descrição de dados integrados, sendo denominado como descrição multidimensional.

Ao analisar a proposta do modelo conceitual foram encontradas similaridades à metodologia de descrição empregada pelo APERJ, porém o processo de descrição do Arquivo Público precede a data de publicação do RIC-CM. Em um primeiro momento, aparenta que o APERJ utilizou aspectos do RIC-CM de uma forma espontânea a partir de demandas que ela mesmo julgou necessárias. Com isso em mente, este artigo tem o objetivo de estudar mais a fundo componentes da descrição multidimensional pré-estabelecidos pela descrição do APERJ, e analisar pontos e contrapontos de uma possível aplicação formal do RIC-CM pela instituição. A pesquisa resultou na possibilidade de proximidade do trabalho desempenhado pelo APERJ com a descrição multidimensional, além disso, destacou o papel da instituição caso decida adotar uma futura integração do material, assim, com a possibilidade de tornar-se a primeira a adotar o modelo internacionalmente. Com isso, avançaria mais um passo nas discussões internacionais sobre a descrição arquivística, e novas possibilidades de mediações da difusão dos acervos, pensada na recuperação da informação pelo usuário e o seu acesso. A descrição multidimensional vem justamente para levantar esse ponto, como trabalhar a descrição de forma a estabelecer relações entre os acervos e facilitar o acesso e mediações informacionais. A realidade é que o APERJ está mais próximo da aplicação da descrição multidimensional do que a maioria das instituições brasileiras. A contextualização em sua descrição fez o arquivo implementar aspectos da descrição multidimensional de maneira completamente orgânica, visto que não existe qualquer citação da instituição ao modelo conceitual do RIC-CM. Isso demonstra que existe uma demanda dentro do Brasil para uma descrição baseada no contexto da produção documental e nesse sentido a descrição multidimensional e o RIC-CM são de inteiro interesse para essas entidades custodiadoras.

Para alcançar os objetivos, primeiro foi traçado um procedimento metodológico baseado no estudo da descrição e nos materiais oriundos da discussão sobre a descrição multidimensional, e para entender melhor a instituição do APERJ houve uma investigação sobre a sua política de descrição arquivística.

2 O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A POLÍTICA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

O APERJ é uma instituição pública arquivística responsável pela guarda e conservação do acervo documental do estado do Rio de Janeiro, com um acervo de aproximadamente 4 mil metros lineares, "promove a racionalização e padronização dos procedimentos gerais referentes à gestão de documentos na administração pública estadual". A instituição dispõe do software livre ICA-AtoM para a descrição, acesso e difusão do seu acervo na internet, sendo uma ferramenta elaborada de forma colaborativa pelo CIA e outras instituições internacionais⁹⁶, assim, está em conformidade com as normas internacionais de descrição: ISAD (G), ISAAR (CPF) e ISDF. Ademais, além dos parâmetros internacionais mencionados, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro utiliza para a descrição a NOBRADE (SECRETARIA DO ESTADO DA CASA CIVIL, [201-]).

Segundo Bellotto (2006, p. 173), a descrição arquivística é o processo pelo qual as informações do documento são representadas com o objetivo de oferecer ao usuário instrumentos de pesquisa para a recuperação da informação. Um dos pontos de partida para essa prática é o estabelecimento de um sistema de arranjo, para posterior representação descritiva. Segundo Paes (2004, p. 122), "cada conjunto de documentos é reservatório da experiência humana, que só poderá ser adequadamente utilizada se estiver racionalmente arranjada e conservada", o quadro de arranjo é a racionalização da organização dos arquivos permanentes garantindo as características intrínsecas ao documento, pois sem elas, tão pouco serve para o pesquisador como instrumento de pesquisa e análise histórica.

A hierarquia dos instrumentos de pesquisa implementada pelo APERJ, está dividida por níveis de descrição partindo do geral ao particular, dos fundos até os itens documentais, interligadas em um sistema hierárquico, seguindo a prescrição da norma ISAD (G), com um modelo multinível. As normas nacionais e internacionais são utilizadas pelo órgão público, em contraponto o Arquivo não conta com uma política de descrição arquivística institucional, assim, não há uma padronização estabelecida, o que dificulta o entendimento por parte dos profissionais do que foi feito anteriormente para a disponibilização e tratamento do acervo. Contudo a equipe nos últimos anos,

⁹⁶ O ICA-Atom é o resultado da colaboração entre o ICA, e alguns parceiros e patrocinadores como a UNESCO, a Escola de Arquivos de Amsterdam, o Banco Mundial, a Direção de Arquivos da França, o projeto Alouette Canadá e o Centro de Documentação dos Emirados Árabes Unidos.

estabeleceu uma metodologia criteriosa elaborada pelos profissionais especializados, entretanto a aplicação de uma política de descrição arquivística contribuiria para o fazer descritivo da instituição. Com um acervo de 29 fundos e 14 coleções, observa-se um processo de pesquisa e investigação criterioso sobre o acervo, aspectos históricos e metodológicos no qual existem mecanismos de relações entre os documentos e o pesquisador, além de correlações com instituições externas como o Arquivo Nacional, porém há uma dificuldade de diálogo entre instituições, partindo do princípio de que cada uma possui seus métodos e práticas de um mesmo fazer, o descritivo, mesmo que norteados por normatizações. O foco da descrição pela instituição é a representação dos acervos, e entende-se essa premissa, porém, um contraponto é referente à plataforma e sua usabilidade que não são explorados em seu potencial máximo, pois sua distribuição e organização não são equivalentes ao produto final descritivo, vale lembrar que, a crítica é referente à utilização da plataforma (o software livre ICA-AtoM, que dá diversas possibilidades para as instituições arquivísticas de disponibilizarem o seu material e de descreverem), e não sobre a função descritiva e o seu produto final. Outra problemática é a falta de profissionais para o atendimento das demandas, já que atualmente o Arquivo possui um número reduzido para suprir os trabalhos e necessidades da instituição.

A ausência de um quadro de arranjo disponível dificulta uma análise para descobrir se os fundos têm características que permitiriam aplicar a descrição multidimensional. Desse modo, há a necessidade de uma avaliação do acervo (avaliar o arquivo e não o processo de avaliação da documentação) em cada fundo de forma manual.

3 DESCRIÇÃO MULTIDIMENSIONAL

Quando o assunto se concentra na descrição, a principal questão discutida sempre é em relação a procedência da documentação, pois o principal objetivo da gestão documental é a preservação dos documentos de arquivo sem que eles percam os seus múltiplos valores como o probatório e histórico. Por essas razões, os quadros de arranjo sempre são pensados para espelhar a origem da produção desses documentos. Com o tempo, a elaboração desses instrumentos assumiu uma forma piramidal, com níveis de cada série ou subsérie dispostas em uma ordem baseada na hierarquia entre eles. Porém, há instituições que não seguem esse processo, e que são independentes da sua própria instituição. Com isso em mente, o ICA elaborou um novo tipo de descrição que se adeque a esses casos, ele nomeou esse projeto de descrição multidimensional. Essa nova abordagem, faz o arranjo assumir um formato

parecido com o de uma rede sendo capaz de correlacionar os setores de uma forma mais orgânica e os arquivos mais próximos da sua proveniência original. Outro aspecto significativo na descrição multidimensional, é a inter-relação entre os arquivos. Na pós-modernidade as instituições públicas e privadas mudaram a forma em que se relacionam, pois trocam informações em uma velocidade nunca antes vista e como consequência geram registros desses processos em formato de documentação, documentos estes que são importantes para a gestão pública e na organização empresarial. Outra perspectiva na qual dá para pensar o uso da descrição multidimensional é na gestão pública, onde devido as interferências dos governos, vários órgãos nascem e desaparecem com frequência. Por exemplo, quando o ministério do trabalho foi dissolvido e o ministério da economia tomou as suas atribuições, o arquivo do ministério da economia em nenhum momento tenta se vincular com o acervo do seu antecessor mesmo tendo uma prevalência próxima a dele devido as suas novas responsabilidades. Também há aqui, um valor organizacional a essa metodologia, visto que apenas se interligarmos os dois acervos é possível estabelecer uma linha do tempo adequada para estudar o desenvolvimento dos dois ministérios — para entender o seu funcionamento, pois a formulação da documentação e os processos de criação estão presentes no acervo do ministério anterior. Contudo, mesmo assim a administração pública ainda enxerga nesse caso dois arquivos diferentes e independentes, tendo cada um gestões e formatos no quadro de arranjo distintos. Mas ambos possuem uma ligação intrínseca um com o outro que precisa ser levada em conta no processo descritivo até mesmo para futuros estudos nesses arquivos.

É bom lembrar que a descrição multidimensional não se trata de uma substituição para a multinível, e sim uma nova opção para se fazer o trabalho arquivístico caso esse seja mais oportuno. Por algum tempo a descrição tinha apenas um padrão para se seguir, mas os arquivos estão tomando novas formas e funções, cabendo assim à arquivologia o trabalho de adaptar a sua metodologia às novas demandas que a área de arquivo está pedindo. Na visão do ICA, o desenvolvimento da descrição multidimensional é uma das medidas para avançar nesse sentido.

A utilização de um ou de outro sistema dependerá de alguns aspectos inerentes dos próprios fundos. No caso da descrição multinível é recomendável o seu uso quando o órgão do fundo tiver uma estrutura hierárquica convencional onde a estrutura de poder é completamente vertical e produza uma documentação que independe de documentos de outros fundos para trazer sentido. Enquanto isso, para que o fundo seja adequado para a utilização

da descrição multidimensional é necessária que seja menos hierarquizada do que a convencional e mais horizontal.

Tabela 1 - Distinções entre as descrições multinível e multidimensional.

DESCRIÇÃO MULTINÍVEL	DESCRIÇÃO MULTIDIMENSIONAL
Ótimo para instituições mais tradicionais onde se possui um organograma mais hierárquico	Ótimo para instituições mais modernas onde a cadeia de comando não é tão clara
Assume uma forma vertical como a de pilares	Assume uma forma horizontal como a de uma rede.
Possui uma hierarquia rígida entre os níveis	Não possui uma hierarquia tão clara entre os níveis
Não preza pela interligação dos arquivos e das séries	Favorece a interconexão dos arquivos e dos níveis do próprio fundo.
Não se valida do uso de hiperlink	Se utiliza do hiperlink
Não busca por ligações entre os fundos	Investe em pesquisas para correlacionar o fundo com outros fundos externos
Não se aprofunda em pesquisas fora do seu fundo	Investe em pesquisa entre outros fundos para justificar correlações entre fundos

Fonte: Autoria própria, baseados no *Records in Context: Conceptual Model* (2018).

A tabela ressalta um aspecto importante da descrição multidimensional que é a conexão com acervos externos ao fundo original. Esta questão está ligada diretamente com a proposta do RIC-CM, o material que originou a descrição multidimensional e foi desenvolvido pelo ICA. O RIC-CM tem como premissa utilizar o processo de contextualização como o tópico central para a descrição do fundo. Isto se deve ao fato de que a descrição multinível com o passar do tempo tirou esse aspecto do foco da descrição, visto que ele em si não interferia na descrição dos itens documentais como um todo, incluindo dossiês e documentos. Deve ser levado em conta na descrição multidimensional, a importância dada ao contexto de produção do acervo, pois o mesmo impacta a descrição de outros fundos. Por exemplo, em um arquivo durante a fase administrativa o seu conjunto de documentos pode ter sido gerado quando o produtor desempenhava uma função em que ele precisou interagir com um outro órgão ou entidade completamente diferente da que ele está, essa interação gerou uma documentação que ficou registrada pelo primeiro produtor, essa documentação ao mesmo tempo que respeita o princípio da proveniência gera uma dissonância, já que esse registro tem um valor probatório para os dois produtores mas apenas um deles fica com a

guarda deles. A descrição multidimensional vem justamente para levantar esse ponto, como trabalhar a descrição de dois acervos separadamente sabendo que ambos se relacionam entre si.

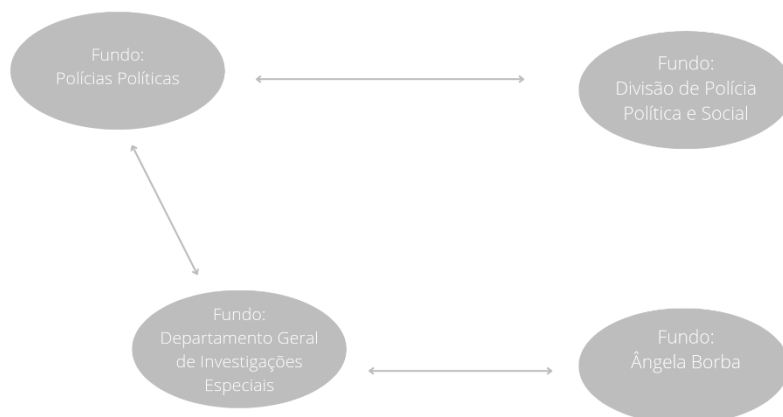
A principal vantagem de fazer esse trabalho adicional está na facilitação a futuras pesquisas envolvendo o fundo e a utilização de uma estrutura mais condizente com o fundo trabalhado. A descrição multidimensional por si só auxilia no acesso do usuário a informação, visto que normalmente para se fazer uma pesquisa aprofundada sobre uma temática o usuário deveria fazer uma varredura inicial de fundos envolvendo o seu assunto por conta própria, mesmo que ele não possua um conhecimento aprofundado sobre a temática. Porém a pesquisa prévia sobre a contextualização do arquivo já fornece para o pesquisador o trabalho de correlacionar a documentação e também pode ser usada pelo autor como uma fonte bibliográfica. Essa metodologia de descrição é pensada para o auxílio do acesso ao usuário, seja ele interno ou externo da instituição, fornecendo a entidade que utiliza esse método de descrição uma nova ferramenta para pesquisa voltada para o usuário. A descrição multidimensional abre portas para outros aprimoramentos no fazer descritivo, devido a esta razão ela está tomando o foco na discussão internacional de descrição.

4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RIC-CM

O APERJ detém um acervo considerável que está em uma constante expansão em sua organização, assim, possui um tratamento especializado para os documentos de guarda permanente. Alguns elementos do seu tratamento documental o torna um ambiente propício para aplicação da descrição multidimensional, sendo os principais: a investigação minuciosa da cadeia de custódia documental e de uma intercorrelação entre os fundos feitos através de campos descritivos.

Um outro aspecto a se levantar é a utilização do ICA-AtoM no site do APERJ, o sistema operacional abordado pelo RIC-CM para possibilitar a implementação da descrição multidimensional em um arquivo. Além disso, sua implementação estabelece que a existência de um arquivo é baseada em uma relação entre a entidade e seus relacionamentos. Os arquivos do APERJ estariam relacionados em forma de teias, já que parte do pressuposto do uso de rede mediada por tecnologias, podendo ser representado por diagramas. Assim, com o uso do modelo conceitual seria possível fornecer ao usuário a relação da entidade e suas características.

Imagem 1 - Fundos do APERJ baseados no RIC-CM



Fonte: Autores baseados no *Records in Context: Conceptual Model* (2018).

Como é possível observar, o fundo Polícias Políticas, está relacionado com os demais fundos, seja de uma forma direta pela utilização de material de outros fundos para produzir o seu próprio (Ex: Departamento Geral de Investigações Especiais), ou de uma forma indireta devido a uma aproximação temática forte (Ex: Ângela Borba). No caso do fundo Polícias Políticas, essa conexão entre os pontos deve ser representada através de hiperlinks ou linguagens documentárias na plataforma utilizada (ICA-AtoM). No fundo, as Polícias Políticas encontram-se na área de contextualização da descrição dos arquivos do fundo da Divisão de Polícias Políticas e o Departamento Geral de Investigações Especiais, e na área de documentação vinculada fornece a conexão com os demais fundos.

Alguns dos aspectos positivos que facilitariam essa implementação oficial da descrição multidimensional é a investigação já feita pela instituição voltada para a contextualização dos seus acervos já tratados. Esses fundos possuem links e hiperlinks com acervos principalmente de dentro da instituição, mas ainda existem conexões criadas com fundos de outros órgãos da gestão pública do Brasil, como o Arquivo Nacional e os Arquivos municipais do Estado Fluminense. Por se tratar em sua maioria de instituições públicas, facilita a abordagem para iniciar uma possível pesquisa envolvendo esses arquivos de outras entidades custodiadoras. Contudo, o fato da documentação dessas outras instituições arquivísticas não constarem com um trabalho descritivo tão significativo quanto do APERJ dificulta que uma futura pesquisa consiga encontrar um vínculo significativo com os acervos do Arquivo do Estado.

A realidade é que o APERJ está mais próximo da aplicação da descrição multidimensional do que a maioria das outras instituições brasileiras. O apreço pela contextualização em sua descrição fez o arquivo implementar aspectos da descrição multidimensional de maneira completamente orgânica, visto que não existe qualquer citação da instituição ao modelo conceitual do RIC-CM. Isso demonstra que existe uma demanda dentro do Brasil para uma descrição baseada no contexto da produção documental e nesse sentido a descrição multidimensional e o RIC-CM são de inteiro interesse para essas entidades custodiadoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar a partir da pesquisa e análise da descrição arquivística e o RIC-CM, a possibilidade de sua aplicação no mundo real e a sua contribuição para o fazer arquivístico. O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro abre uma oportunidade de estudar essa questão de uma forma prática, visto que o APERJ forneceu parâmetros e requisitos da descrição multidimensional, o que demonstra a necessidade da inserção prática desse instrumento, além de indicar que as normas arquivísticas atuais tão pouco sozinhas dão conta da necessidade descritiva dos acervos e dos sistemas informatizados.

Com todos os pontos abordados através desta pesquisa, chegou-se à conclusão de que atualmente o APERJ está preparado para introduzir a descrição multidimensional em sua metodologia descritiva. Caso ele assuma este caminho será um dos primeiros Arquivos do mundo a utilizar na prática o modelo elaborado pelo ICA. Com isto, ele transformaria um modelo conceitual em uma metodologia descritiva palpável que supriria as novas demandas sobre a contextualização dos arquivos ao redor do mundo, mais um passo nas discussões internacionais sobre descrição arquivística e novas possibilidades de mediações da difusão dos acervos, pensada na recuperação da informação pelo usuário e o seu acesso.

REFERÊNCIAS

ARCHIVES, INTERNATIONAL COUNCIL ON. **Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística**. 2º edição, Estocolmo, Suécia, 1999. Disponível em:
<https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2000_Guidelines_ISAD%28G%29_Second-edition_PT.pdf> Acesso em 10 de mai.2022.

_____. **Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias**. 2. ed., Canberra Australia, 2003. Disponível em:

<https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_Guidelines_ISAAR_Second-edition_PT.pdf> Acesso em 10 de mai.2022

_____. **Norma internacional para descrição de funções.** Dresden, Alemanha, 2007. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2007_Guidelines_ISDF_First-edition_PT.pdf> Acesso em 10 de mai.2022

_____. **Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico.** Londres, Reino Unido, 2008. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2008_Guidelines_ISDIAH_First-edition_PT.pdf> Acesso em 10 de mai.2022

_____. ***Records in Contexts: a Conceptual Model for Archival Description. Consultation Draft*** v.1, Sept. 2016. Disponível em: <<https://www.ica.org/sites/default/files/RiC-CM-0.1.pdf>> Acesso em 16 de mai.2022

_____. ***Records in Contexts: a conceptual model for archival description. Consultation Draft*** v2, Jun. 2021. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/ric-cm-02_july2021_0.pdf> Acesso em 9 de mai.2022

BELLOTTTO, H. L. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo teoria e prática.** -3. Ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: editor FGV, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL (Rio de Janeiro). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *In: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.* [S. l.], [201-]. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/index.php>. Acesso em: 14 jan. 2022.

PARTE VII

AMBIENTE DIGITAL E OS ARQUIVOS: AÇÕES E PROSPECÇÕES

OBSOLESCÊNCIA ANALISADA POR PATENTES E PELO MÉTODO DA CURVA S

Paula Cotrim de Abrantes (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),
Rita Pinheiro-Machado
(Instituto Nacional da Propriedade Industrial),
Cristina D’Urso de Souza Mendes
(Instituto Nacional da Propriedade Industrial)

1 INTRODUÇÃO

Após a segunda guerra mundial houve expressiva explosão informacional, e uma quantidade gigantesca de informações científicas e tecnológicas foram produzidas (FONSECA, 2005). Desse momento histórico até os dias atuais, a sociedade evoluiu muito tecnologicamente, muitos suportes informacionais foram criados até chegar nas inovações do *Compact Disk (CD)*, do *Digital Video Disk (DVD)*, da memória flash e da memória quântica. As chamadas mídias digitais, se referem a: “material físico, como um CD, DVD, DAT ou disco rígido, usado para armazenamento de dados digitais” (INTERPARES, 2021).

No entanto, problemas com a obsolescência tecnológica quanto aos suportes de armazenamento digitais são cada vez mais atuais. Quanto mais informações a humanidade produz mais espaço de armazenamento ela precisa. O CD, o DVD e dispositivos que usam a memória flash são usados em arquivos, e se a migração desses dados não for feita a tempo, informações, talvez unicamente gravadas nesses suportes, podem ser perdidas.

Neste sentido, este estudo busca pesquisar questões de obsolescência dessas mídias, utilizando a base de patentes Espacenet⁹⁷ (EPO, 2021) para essa finalidade. Patente, de acordo com o INPI (2021), é um título de propriedade, e possui um limite de tempo para usufruir, tanto pelo titular, como para seus descendentes. Por meio de licença, terceiros são autorizados a usar a patente de outrem. As patentes garantem direitos que estão incluídos no ramo da Propriedade Industrial. Existem algumas condições para uma invenção ser patenteada, segundo a Lei de Propriedade Industrial – LPI (BRASIL, 1996), artigo 8º, invenção precisa atender os requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (BRASIL, 1996). Os pedidos de patentes precisam ser depositados nos Escritórios Nacionais de Patente, no Brasil, temos o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI. Nos pedidos de patentes é necessário haver suficiência descritiva, onde na descrição de determinada tecnologia, o técnico, por meio da informação tecnológica, conseguiria reproduzi-la.

De acordo com Marmor e colaboradores (1979), aproximadamente 80% das informações de qualquer tecnologia aparecem primeiro num documento patentário, se faz importante portanto, um estudo nesses documentos com o uso de métodos de prospecção tecnológica. Por meio dele, se pode observar tanto o passado, quanto o presente, e se fazer uma previsão de futuro quanto ao desenvolvimento das tecnologias. Essa projeção tecnológica é importante uma vez que diversas instituições, seja pública ou privada, podem despender recursos financeiros em tecnologias ultrapassadas. Dessa forma, mais uma vez, esse estudo se mostra essencial como ferramenta de tomada de decisão para um gestor institucional.

Com relação ao CD e ao DVD, eles são suportes de informação muito usados na área arquivística, e trabalhos para se observar sua obsolescência são necessários para que medidas sejam tomadas visando realizar a migração dos dados. A memória flash é um suporte de informação usado nos computadores, no disco de estado sólido (ssd), em pen drive e em cartões SD. A memória quântica é uma tecnologia que está surgindo, mas com expressivo potencial de armazenamento informacional e de transmissão de dados.

Este trabalho, portanto, tem o objetivo de mostrar a obsolescência das mídias, refletidas por uma análise dos depósitos de patentes na base de dados de patente Espacenet. Para se observar a correlação estatística das informações

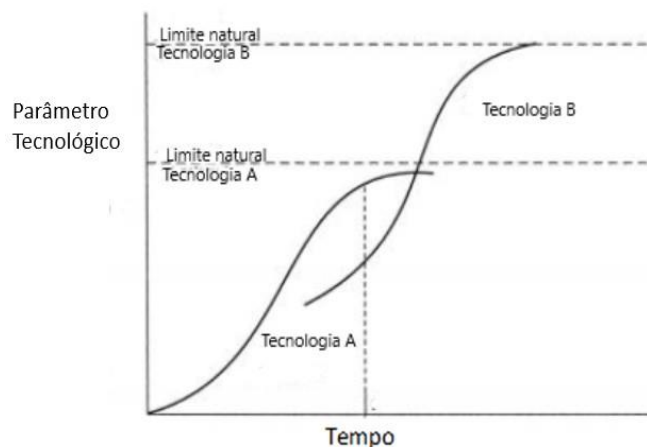
⁹⁷ <https://worldwide.espacenet.com/patent/>

patentárias com as médias analisadas, foi usado o método da Curva S⁹⁸ (CARVALHO, 2009), juntamente com o software RStudio⁹⁹.

2 CURVA S

Na Curva S, temos a curva de crescimento e a curva envelope (Figura 1). A curva de crescimento ocorre, quando pensando num cartesiano xy ¹⁰⁰, os depósitos de patente de determinada tecnologia, em determinado período, não foram superados por outra tecnologia concorrente. A curva de substituição tecnológica (ou envelope) acontece quando determinada média atingiu seu ápice por motivos diversos, como por exemplo, sua capacidade de armazenamento não atende mais ao mercado e, portanto, ela será substituída por outra.

Figura 1 - Curva S envelope



Fonte: Elaborado a partir de Jones e Twiss (1986, p. 190).

Temos também a curva de análise estatística, onde por meio de uma equação logística se pode elaborar uma Curva S e observar em que ponto da obsolescência está determinada média (Figura 2). O ponto **c** é o início da tecnologia no mercado, o ponto **d** é o ponto de inflexão, ou seja, a partir daí

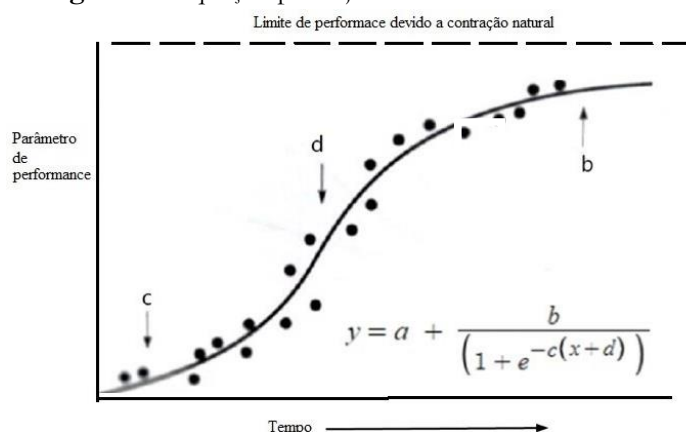
⁹⁸ Metodologia usada desde o século passado, para acompanhar o crescimento e queda de uma tecnologia no mercado por meio de um eixo cartesiano xy , onde o esforço de inovação feito em dado produto juntamente com o desempenho dele no mercado podem ser observados (FOSTER, 1988).

⁹⁹ “É um ambiente de desenvolvimento integrado (IDE) para R. Inclui um console, editor de realce de sintaxe que oferece suporte à execução direta de código, bem como ferramentas para plotagem, histórico, depuração e gerenciamento de espaço de trabalho. O RStudio está disponível em edições comerciais e de código aberto e é executado na área de trabalho (Windows, Mac e Linux)” (RSTUDIO, 2021).

¹⁰⁰ O eixo x é o tempo e o eixo y uma variável dos depósitos de patentes de determinada tecnologia.

ela deverá começar a sair do mercado, diminuindo seu uso e vendas a cada ano. O ponto **b** é quando ela chegou ao platô, há poucas vendas, pouco uso, não se fabrica mais equipamentos de leitura e a sociedade sente a mudança tecnológica.

Figura 2 - Equação para ajuste estatístico no RStudio



Fonte: Elaborada e adaptada a partir de Aguilar et al. (2011, p. 243).

Nessa mudança, os arquivos que não fizeram a migração dos dados podem começar a ser impactados. Informações nesses suportes tendem a ser perdidas, e na maioria das vezes, pode não ter havido um controle sobre o que estava armazenado nele. Nesse ponto é importante lembrar que existem os Repositórios Digitais Confiáveis. Rocha (2015, p. 193) define como: “ambiente tecnológico complexo para o armazenamento e a gestão de materiais digitais. Este ambiente é composto por uma solução informatizada na qual se captura, armazena, preserva e se provê acesso aos objetos de informação digitais.”

Como se observa, essa interdisciplinaridade da Arquivologia com a Propriedade Industrial e com a Estatística é interessante para o meio arquivístico, permitindo vislumbrar em outras áreas, respostas quanto à obsolescência digital, e o momento mais acertado para iniciar uma migração de dados. Embora seja necessário algum conhecimento para realizar buscas em bases de patentes, não é nada tão difícil que não se possa aprender. O importante é o profissional da área de informação ficar atento, e procurar se aperfeiçoar na medida que, além de outras tarefas, lhe cabe a responsabilidade da longevidade da informação.

3 METODOLOGIA

Este estudo, quanto à natureza do problema é a uma pesquisa aplicada; quanto à abordagem do problema: pesquisa mista (quantitativa e qualitativa);

quanto aos seus objetivos: descritiva; e, quanto aos procedimentos técnicos: pesquisa documental e bibliográfica. Para se realizar o levantamento das patentes para CD, DVD, memória flash e a memória quântica foram elaboradas estratégias de busca na base Espacenet¹⁰¹.

As estratégias de busca foram elaboradas usando os códigos de classificação de patentes disponibilizados pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)¹⁰². Além disso, foram usadas possíveis variações dos nomes das mídias analisadas, e termos *booleanos*. Os códigos se referem à Classificação Internacional de Patentes (CIP)¹⁰³ e à Classificação Cooperativa de Patentes (CCP)¹⁰⁴. Os dados foram tratados numa planilha Excel e depois inseridos no RStudio para a correlação dos dados. Eles foram tratados de forma cumulativa, onde o total de depósitos de patentes do ano anterior é somado com o total do ano seguinte.

A correlação entre os dados medidos e os obtidos do ajuste da curva logística obtida pelo RStudio foram calculados usando a correlação de Pearson e Spearman, que é usada nesse software. O valor 1 para correlação, significa uma correlação alta, enquanto 0, significa nenhuma correlação, ou seja, os dados são totalmente independentes um do outro, não há relação entre eles. A amostra não é exaustiva, mas sim representativa de cada mídia, que procurou capturar todo o ciclo da Curva S, visando vislumbrar mudanças tecnológicas e contribuir com decisões institucionais. A partir dos dados do RStudio foram elaboradas as Curvas S, que apresentam o desempenho de determinada tecnologia num cartesiano xy. Onde a partir de um determinado ponto de inflexão, elas tendem a chegar ao platô, indicando que determinado produto ficou obsoleto e tende a desaparecer, por conta de seu próprio limite físico (JONES; TWISS, 1986).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos, a partir de estratégias de busca na base Espacenet, juntamente com sua análise estatística, trouxeram informações válidas e representativas do que é observado no mundo real. Houve clara indicação da

¹⁰¹ <https://www.epo.org/service-support/faq/searching-patents/espacenet.html>.

¹⁰²

<http://ipc.inpi.gov.br/classifications/ipc/ipcpub/?notion=scheme&version=20200101&symbol=none&menulang=pt&lang=pt&viewmode=f&fipcp=no&showdeleted=yes&indexes=no&headings=yes&notes=yes&direction=o2n&initial=S&cwid=CW259889768&tree=no&searchmode=smart>.

¹⁰³

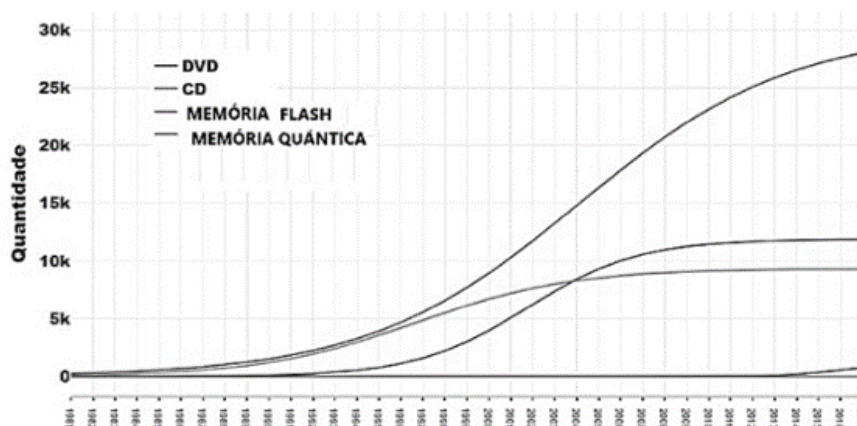
[https://www.wipo.int/classifications/ipc/en/#:~:text=The%20International%20Patent%20Classification%20\(IPC,technology%20to%20which%20they%20pertain](https://www.wipo.int/classifications/ipc/en/#:~:text=The%20International%20Patent%20Classification%20(IPC,technology%20to%20which%20they%20pertain).

¹⁰⁴ <https://www.cooperativepatentclassification.org/about>.

obsolescência do CD e do DVD com ambas Curvas S atingindo seu platô em 100% nos dados de depósitos de patentes mundiais (Gráfico 1). A Federação Internacional da Indústria Fonográfica – IFPI (2021) confirma também na indústria fonográfica que ambos estão sendo, desde 2001, substituídos gradativamente pela tecnologia *stream*, e pelo *download* de músicas. Em 2001 havia uma receita mundial com esses suportes de 23 bilhões de dólares, em 2017 o índice havia caído para 6,5 bilhões de dólares.

No que se refere à memória flash, de acordo com a Lei de Moore, que surgiu em 1965, uma previsão tecnológica famosa na computação, a capacidade de armazenamento dos computadores iria dobrar a cada ano, enquanto seu tamanho iria diminuir à metade, tendo-se em conta os mesmos custos (MEYER, 2017). De acordo com Butzen e colaboradores (2009) e com Meyer (2017), existe a possibilidade de estarmos chegando no fim da Lei de Moore, pois o tamanho mínimo dos transistores pode ter chegado no seu limite. O Gráfico 1 também mostra que a memória flash atingiu acima de 95% do seu platô da Curva S. Esse resultado indica que a memória a flash pode estar chegando no seu limite de processamento de dados, e, portanto, uma obsolescência pode estar próxima para essa mídia. Investimentos na memória quântica precisam ser realizados o quanto antes. É válido lembrar que os computadores em nuvem também usam a memória flash.

Gráfico 1 - Curvas (CD, DVD, memória flash e memória quântica)



Fonte: Elaborado pelas autoras no software RStudio.

Gráfico 2 - Curva S dos dados mundiais – Depósitos de patentes da memória quântica, 1993-2027



Fonte: Elaborado pelas autoras no Excel.

Com relação à memória quântica, ela é uma tecnologia que ainda está nos laboratórios de universidades e empresas, como IBM e Google. Vários países disputam a supremacia quântica numa corrida sobre quem vai dominar essa tecnologia. Investimentos maciços têm sido realizados por diversos países. O Canadá investiu em pesquisa e desenvolvimento (P&D) na computação quântica valores de US\$ 1 bilhão na última década (SUSSMAN *et al.*, 2019). Não somente o governo, mas também instituições privadas estão investindo pesadamente. Os Estados Unidos têm planos de investir US\$ 1,2 bilhões nos próximos cinco anos (LANDI, 2019). A memória quântica está em plena ascensão, e isso se reflete nos pesados investimentos nessa tecnologia. Mesmo o Brasil, com o SENAI CIMATEC, está fazendo parcerias, e inserindo milhões de reais num projeto de computação quântica que ficará no *Latin America Quantum Computer Center* (LAQCC), em Salvador (Ba) (PORTAL BIDS, 2021).

No que se refere às correlações estatísticas, os valores obtidos foram iguais a 1 para o CD, DVD e memória flash. Por conta da insuficiência dos dados de depósitos de patentes para a memória quântica, foi elaborada uma previsão de obsolescência a partir de uma simulação no RStudio.

O Gráfico 1 mostra claramente as Curva S envelope entre o CD e o DVD, indicando pelo RStudio uma obsolescência de 99 a 100% para essas mídias, com valor igual a 1 de correlação estatística. A memória flash por ser um suporte de armazenamento digital usado a bastante tempo, e em vários dispositivos eletrônicos, mostra uma curva bem alta de depósitos de patentes, mas também traz indicação de sua obsolescência num patamar acima de 95% ao nível mundial. Esse percentual confirma a preocupação de Butzen e

colaboradores (2009) quanto ao problema dos computadores atingirem a capacidade máxima, no que se refere ao processamento de dados. Para a memória quântica foi realizada uma simulação no RStudio, e talvez em 2027, ela atinja 70% do platô da Curva S. Após o ano 2013, essa tecnologia apresentou um forte crescimento, como visto no Gráfico 2.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou por meio de uma metodologia adequada, demonstrar resultados confiáveis quanto a obsolescência da tecnologia das mídias digitais: CD, DVD, memória flash e memória quântica. Observou-se que as duas primeiras atingiram seu platô na Curva S, a memória flash também está quase chegando no platô. A memória quântica ainda está no início de sua jornada para se tornar uma inovação¹⁰⁵, não chegou a despontar por enquanto, mas acredita-se que com investimentos globais tão pesados ela não irá tardar a chegar aos consumidores.

As correlações estatísticas mostraram uma confirmação dos dados obtidos pelos depósitos patentes, revelando que elas são confiáveis para se fazer um diagnóstico de obsolescência para as mídias estudadas.

Dessa forma este artigo espera ter colaborado para alertar quanto às questões de obsolescência e mostrar a importância da prospecção tecnológica e da interdisciplinaridade da Arquivologia. Informações mais detalhadas podem ser pesquisadas em Abrantes (2022). Fica a pergunta, será que a área da informação está preparada para a obsolescência da memória flash que está por vir? Será que as informações estão devidamente salvas em repositórios digitais arquivisticamente confiáveis? Essas questões só você, profissional da informação, poderá responder!

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Paula Cotrim de. **Uma análise da evolução dos depósitos de patentes para identificar a dinâmica de obsolescência tecnológica em suportes de armazenamento digital por meio da Curva S**. 2022. 203 f. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação). Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

AGUILAR, Sérgio; ÁVALOS, Andrés F.; GIRALDO, Diana P.; QUINTERO, Santiago; ZARTHA; Jhon W.; CORTÉS, Farid B. La Curva en S como Herramienta para la Medición de los Ciclos de Vida de Productos. **Journal of Technology Management Innovation**, v. 7, n. 1, p. 238-249, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/jotmi/v7n1/art16.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2022.

¹⁰⁵ Quando um determinado produto ou tecnologia chega no mercado com sucesso de vendas e é amplamente consumido/usado.

BRASIL. **Lei nº 9279, de 14 de maio de 1996.** Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.279%2C%20DE%2014,obriga%C3%A7%C3%B5es%20relativos%20%C3%A0%20propriedade%20industrial.&text=Art.&text=6%C2%BA%20Ao%20autor%20de%20inven%C3%A7%C3%A3o,nas%20condi%C3%A7%C3%B5es%20estabelecidas%20nesta%20Lei. Acesso em: 05 abr. 2022.

BUTZEN, Paulo Francisco *et al.* **Efeitos Físicos Nanométricos em Circuitos Integrados Digitais.** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2009. Disponível em:

https://www.inf.ufrgs.br/logics/docman/book_ufpel_butzen.pdf. Acesso em 19 mar. 2022.

CARVALHO, Marco de. **Curva S.** 2009. Disponível em:

<http://triznik.blogspot.com/2009/08/curva-s.html>. Acesso em: 05 abr. 2022.

EUROPEAN PATENT OFFICE – EPO; UNITED STATES PATENT AND TRADEMARK OFFICE – USPTO. Cooperative Patent Classification. About CPC. Disponível em:

<https://www.cooperativepatentclassification.org/about>. Acesso em: 05 abr. 2022.

EUROPEAN PATENT OFFICE - EPO. **What is Espacenet?** 2016. Disponível em:

<https://www.epo.org/service-support/faq/searching-patents/espacenet.html>. Acesso em: 05 abr. 2022.

_____. **Patent Search.** 2021. Disponível em:

<https://worldwide.espacenet.com/patent/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

FOSTER, Richard N. **Inovação: a vantagem do atacante**, trad. José E. A. do Prado. São Paulo Best Seller, 1988. 282 p.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI. **Manual Básico para Proteção por Patentes de Invenções, Modelos de Utilidade e Certificados de Adição.** jul. 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/guia-basico/ManualdePatentes20210706.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF THE PHONOGRAPHIC INDUSTRY - IFPI. **Global Music Report.** 2021. 23p. Disponível em:

https://www.ifpi.org/wp-content/uploads/2020/03/GMR2021_STATE_OF_THE_INDUSTRY.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

INTERPARES - International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems. **Team Brazil glossary.** 2021. Disponível em:

http://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db.cfm?letter=s&term=290. Acesso em: 05 abr. 2022.

JONES, Harry Jones; TWISS, Brian C. **Previsão tecnológica para decisões de planejamento**. trad. José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. 309 p.

LANDI, Gabriel. Investimentos em tecnologias quânticas 2.0 ganham o mundo. **Jornal da USP**. 18 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/investimentos-em-tecnologias-quanticas-2-0-ganham-o-mundo/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

MARMOR, Alfred C.; LAWSON, William S.; TERAPANE, John F. The Technology Assessment and Forecast Program of the United States Patent and Trademark Office. **World Patent Information**. v. 1, n. 1, p. 15-23, 1979.

MEYER, Maximiliano. **O que é a Lei de Moore**. Oficina da net. jul. 2017. O que é a Lei de Moore. Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/ciencia/19681-o-que-e-a-lei-de-moore>. Acesso em: 29 mar. 2022.

PORTAL BIDS. **SENAI CIMATEC coordenará Centro de Pesquisas Aplicadas em Inteligência Artificial**. 20 agosto, 2021. Disponível em: <https://portalbids.com.br/2021/08/20/senai-cimatec-2/>. Acesso em: 02 abr. 2022.

ROCHA, Claudia Lacombe. Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais. **Acervo**. Rio de Janeiro, RJ, v. 28, n.2, p. 180-191, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://docplayer.com.br/68680066-Repositorios-para-a-preservacao-de-documentos-arquivisticos-digitais-repositories-for-the-preservation-of-digital-records.html>. Acesso em: 05 abr. 2022

RSTUDIO. **RStudio**: Assuma o controle do seu código R. set. 2021. Disponível em: <https://www.rstudio.com/products/rstudio/>. Acesso em: 05 abr. 2022.

SUSSMAN, Ben; CORKUM, Paul; Blais, Alexandre; CORY, David; DAMASCELLI, Andrea. Quantum Canada. **Quantum Sci. Technol.** v. 4. 2019. 6 p. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/2058-9565/ab029d/pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION - WIPO. **Publicação IPC**. 2021. Disponível em: <http://ipc.inpi.gov.br/classifications/ipc/ipcpub/?notion=scheme&version=20200101&symbol=none&menulang=pt&lang=pt&viewmode=f&fipcp=no&showdeleted=yes&indexes=no&headings=yes&notes=yes&direction=o2n&initial=S&cwid=CW259889768&tree=no&searchmode=smart>.

_____. **International Patent Classification (IPC)**. 2022. Disponível em: [https://www.wipo.int/classifications/ipc/en/#:~:text=The%20International%20Patent%20Classification%20\(IPC,technology%20to%20which%20they%20pertain](https://www.wipo.int/classifications/ipc/en/#:~:text=The%20International%20Patent%20Classification%20(IPC,technology%20to%20which%20they%20pertain).

O DESAFIO DA MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS

Cintia Aparecida Chagas (Universidade Federal de Minas Gerais)
Fábio Lopes de Andrade (Universidade Federal de Minas Gerais)

1 INTRODUÇÃO

Os documentos arquivísticos digitais diferem dos documentos arquivísticos em papel significativamente. Eles são voláteis e sujeitos à perda, à alteração intencional ou não, à contaminação ou corrupção, mesmo quando ainda estão sob custódia de seu criador (ROGERS, 2016).

A integridade de um arquivo surge da garantia de que ele não foi alterado em qualquer forma não autorizada ou indocumentada; todo o propósito da preservação digital é manter o arquivo como ele foi originalmente criado e mantido. Possíveis ameaças à integridade de um objeto incluem corrupção acidental, alteração deliberada por um usuário não autorizado e alteração causada por código malicioso, tal como um vírus. A fim de proteger a integridade de um objeto digital, deve ser possível confirmar que ele não foi alterado de qualquer forma não autorizada como, por exemplo, através de corrupção, eliminação ou adição (MILLAR, 2009).

Neste sentido, o presente trabalho investigou como fenômenos físicos, relacionados ao decaimento magnético espontâneo dos suportes carreadores magnetizados, afetam a camada magnética de um disco rígido típico. Por meio

de uma revisão bibliográfica, foram identificados os fatores envolvidos na deterioração dos *bits*, de forma a comprometer a integridade da informação arquivística digital. Ao final, buscou-se demonstrar como os repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arqs) verificam a integridade dos pacotes de informação, por meio de algoritmos criptográficos, no processo de *Ingest*.

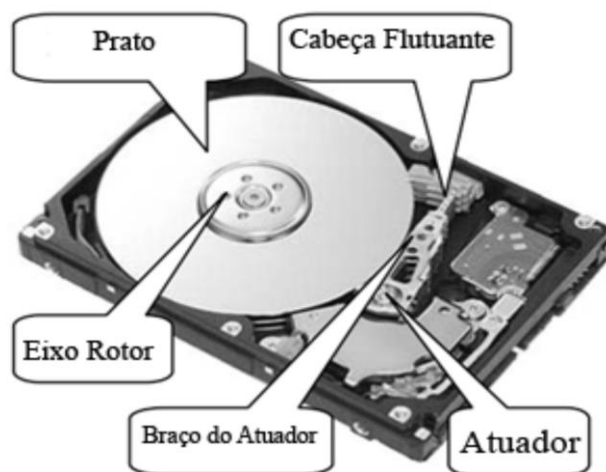
2 O FUNCIONAMENTO DE UM *DRIVE* DE DISCO RÍGIDO TÍPICO

As unidades de disco se tornaram, segundo Yuhui Deng (2011), o mais importante meio de armazenamento persistente que oferece alto desempenho, grande capacidade e alta confiabilidade. Eles são os principais dispositivos de armazenamento utilizados em ambientes computacionais altamente dinâmicos e em constante mudança. Em um *drive* de disco rígido, os dados binários são armazenados em uma fina camada magnética, chamada de meio de gravação, depositada em um substrato (JIAN-GANG ZHU, 2003).

Um disco magnético é composto de um ou mais pratos de alumínio, vidro ou cerâmica com um revestimento magnetizável (TANENBAUN, 2006).

A Figura 1 mostra a arquitetura típica de uma unidade de disco rígido. Ela consiste principalmente de pratos, eixo rotor, braço do atuador, cabeça flutuante, atuador.

Figura 1 - Arquitetura de um Disco Rígido



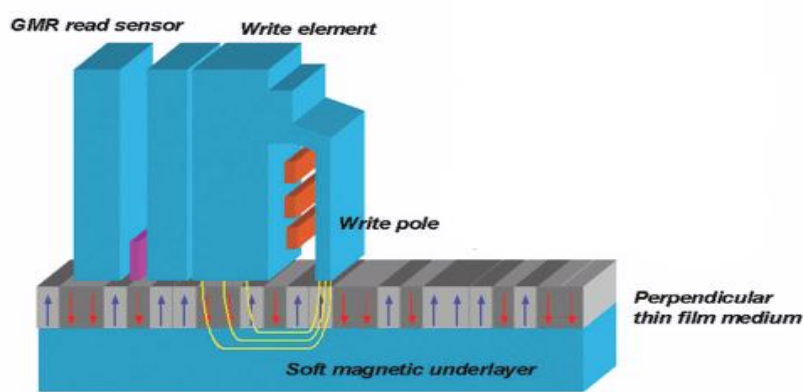
Fonte: Yuhui, 2011. Adaptado. Tradução nossa.

Uma cabeça (ou cabeçote) flutuante contém uma bobina de indução que flutua logo acima da superfície, apoiado sobre um colchão de ar. Quando

uma corrente elétrica passa pelo cabeçote, ele magnetiza a superfície logo abaixo dele, alinhando as partículas magnéticas para a esquerda ou para a direita, dependendo da polaridade da corrente (TANENBAUM, 2006).

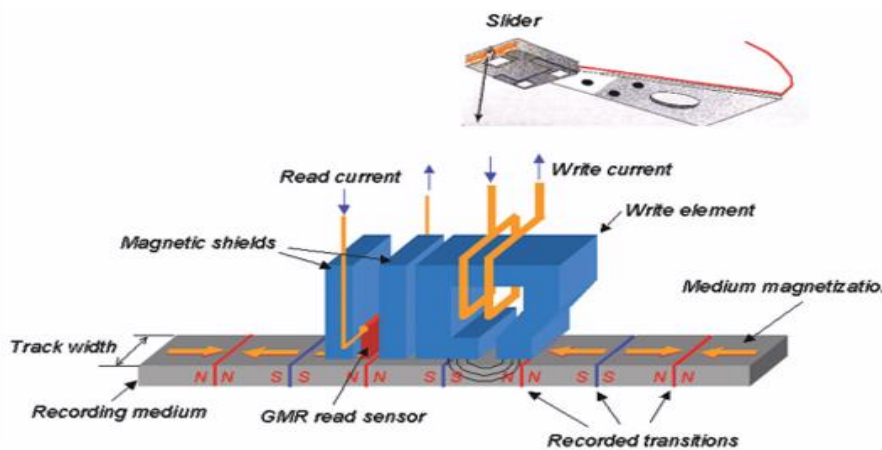
Quando o cabeçote passa sobre uma área magnetizada, uma corrente positiva ou negativa é induzida nele, o que possibilita a leitura dos *bits* armazenados antes. Assim, à medida que o prato gira sob o cabeçote, um conjunto de *bits* pode ser escrito e, mais tarde, lido (TANENBAUM, 2006).

Figura 2 - Esquema de gravação perpendicular. A camada inferior macia no atua como um eficiente caminho de fluxo de campo de escrita e, efetivamente, se torna parte da cabeça de escrita.



Fonte: JIAN-GANG ZHU, 2003, Adaptado.

Figura 3 - Esquema de gravação longitudinal utilizado nos discos rígidos atuais¹⁰⁶



Fonte: JIAN-GANG ZHU, 2003, Adaptado.

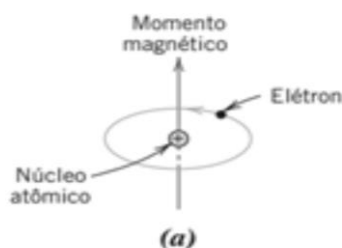
¹⁰⁶ . A cabeça de gravação consiste em um elemento de escrita indutivo e em um elemento de leitura magneto resistivo gigante (GMR).

3 O MAGNETISMO ENVOLVIDO NA GRAVAÇÃO DOS *BITS*

As propriedades magnéticas macroscópicas dos materiais são consequência dos momentos magnéticos que estão associados aos elétrons individuais. Cada elétron, em um átomo, possui momentos magnéticos que se originam de duas fontes, de acordo com Callister e Rethwisch (2016):

Uma fonte está relacionada com seu movimento orbital ao redor do núcleo; sendo uma carga em movimento, um elétron pode ser considerado um pequeno circuito circular com corrente, que gera um campo magnético muito pequeno e que apresenta um momento magnético ao longo do seu eixo de rotação, como está ilustrado esquematicamente na Figura 4.

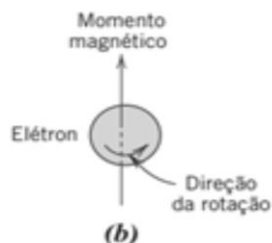
Figura 4 - Momento magnético associado a um elétron em órbita



Fonte: CALLISTER e RETHWISCH, 2016. P.744. Adaptado.

Cada elétron também pode ser considerado como se estivesse girando ao redor de um eixo; o outro momento magnético tem sua origem nessa rotação do elétron, e está direcionado ao longo do eixo de rotação, como mostra a Figura 5. Os momentos magnéticos de *spin* podem estar apenas em uma direção “para cima” ou em uma direção antiparalela, “para baixo”. Dessa forma, cada elétron em um átomo pode ser considerado como se fosse um pequeno ímã, que possui momentos magnéticos permanentes, orbital e de rotação (CALLISTER e RETHWISCH, 2016).

Figura 5 - Demonstração do momento magnético associado a um elétron girando em torno de seu eixo

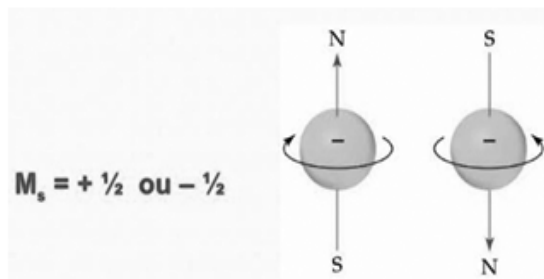


Fonte: CALLISTER e RETHWISCH, 2016. P.744. Adaptado.

Em cada átomo individual, os momentos orbitais de alguns pares eletrônicos se cancelam mutuamente; isso também é válido para os momentos de *spin*. Por exemplo, o momento de *spin* de um elétron com *spin* para cima cancelará aquele de um elétron com *spin* para baixo. O momento magnético resultante de um átomo é, então, simplesmente a soma dos momentos magnéticos de cada um dos seus elétrons constituintes, incluindo tanto as contribuições orbitais quanto as de *spin*, e levando em consideração os cancelamentos de momentos (CALLISTER e RETHWISCH, 2016).

O número quântico rotatório, também chamado *spin*, diz respeito ao movimento de rotação do elétron em torno do seu eixo. O movimento do elétron ao redor do núcleo atômico gera um campo magnético externo. Por outro lado, o movimento de rotação do elétron em torno do seu eixo gera outro campo magnético. A mecânica quântica estabelece que a interação desses dois campos magnéticos é quantizada e são possíveis apenas dois estados. Esses dois campos magnéticos ou se orientam paralelamente e no mesmo sentido ou paralelamente e em sentidos opostos, conforme exemplificado na Figura 6. Foram introduzidos os números quânticos $+\frac{1}{2}$ e $-\frac{1}{2}$ para os dois spins possíveis, denominados *spin* paralelo e *spin* antiparalelo (CALLISTER e RETHWISCH, 2016).

Figura 6 - Representação de números quânticos rotativos



Fonte: Elaborado pelos autores.

4 O “TRILEMA” DA GRAVAÇÃO MAGNÉTICA E A PERDA DE INTEGRIDADE DAS CADEIAS DE *BITS*

O registro magnético se baseia no armazenamento de informações em mídias compostas de grãos de materiais com uma alta anisotropia¹⁰⁷ magneto cristalina. Os grãos podem ser considerados como sistemas biestáveis capazes de representar *bits* de informação em termos da polaridade dos grãos. A

¹⁰⁷ As propriedades físicas dos monocristais de algumas substâncias dependem da direção cristalográfica na qual as medições são feitas (CALLISTER e RETHWISCH, 2016).

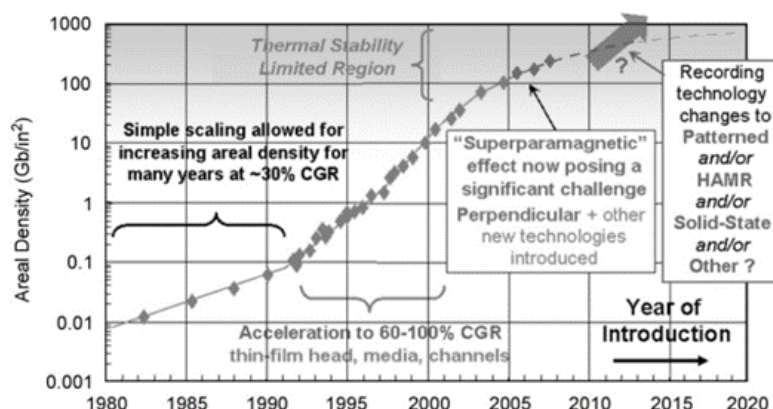
estabilidade das informações é fornecida por uma barreira energética de anisotropia KV, onde K é a constante de anisotropia e V corresponde ao volume de grãos. Há muito se percebeu que o fenômeno do superparamagnetismo¹⁰⁸ (SPM) define o limite superior da densidade de armazenamento de informações no registro magnético. O SPM surge devido à ativação térmica que pode causar a comutação espontânea da magnetização sobre a barreira energética da anisotropia, com a consequente perda de informações gravadas (EVANS et al., 2011).

O armazenamento de dados magnéticos é difundido na preservação de informações digitais e o ritmo acelerado do desenvolvimento de computadores exige cada vez mais capacidade, conforme pode ser visualizado na Figura 7. Aumentar a densidade de armazenamento para discos rígidos magnéticos requer um tamanho de *bit* reduzido, antes considerado limitado pela estabilidade térmica dos grãos magnéticos constituintes. A densidade de armazenamento limitada na gravação magnética é investigada tratando a escrita de *bits* como um processo termodinâmico. É introduzido um fator de "gravabilidade térmica" e é mostrado que as densidades de armazenamento serão limitadas a 15 a 20 TBit/in² a menos que a tecnologia possa ir além das magnitudes do campo de gravação atualmente disponíveis (EVANS et al., 2011).

A fim de atender à crescente demanda por densidade de armazenamento e miniaturização de dispositivos de gravação magnética, o tamanho da célula de armazenamento magnético continua a diminuir, o que leva a uma inversão mais fácil dos domínios magnéticos. A quantificação do efeito secundário térmico magnético, que eventualmente levará à inversão da magnetização, é de importância crucial para prever a confiabilidade temporal das informações armazenadas em dispositivos de gravação magnética e para manter tolerâncias altamente precisas em sensores magnéticos (GU et al., 2011).

¹⁰⁸ Fenômeno que acompanha a diminuição no tamanho de uma nanopartícula — as suas propriedades físicas e químicas sofrem mudanças drásticas; além disso, o grau de mudança depende do tamanho da partícula (ou seja, do número de átomos) (CALLISTER e RETHWISCH, 2016).

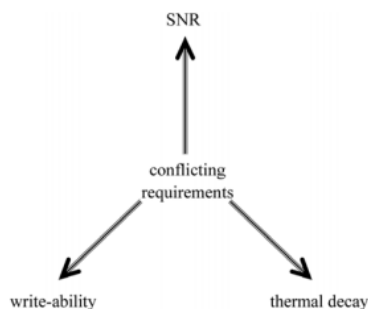
Figura 7 - Crescimento das densidades de área para gravação convencional¹⁰⁹



Fonte: Wood, 2008.

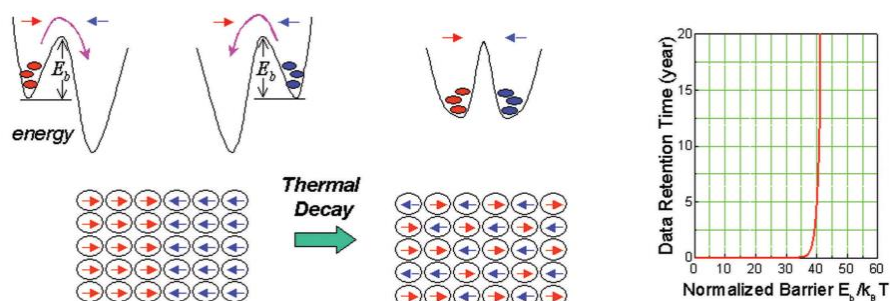
Mais apropriadamente, a deterioração térmica e a capacidade de escrita devem ser consideradas como restrições ao espaço de projeto. Em qualquer caso, deixa-se uma escolha entre "opções igualmente indesejáveis", que é, por definição, um dilema e, de certa forma, brincadeira que os funcionários da Empresa Seagate, produtora de drives de disco rígido mundialmente conhecida, chamaram de "trilema" da gravação magnética, exemplificado na Figura 8, para expressar que há três escolhas entre as opções indesejáveis. Neste sentido, qualquer avanço na evolução da gravação magnética pode ser considerado como um meio de quebrar o trilema ou, mais precisamente, adiar o trilema (RICHTER, 2007).

¹⁰⁹ Densidade de área de drives de disco rígido vs. ano de introdução. A taxa de aumento na densidade da área está diminuindo significativamente. Para a tecnologia de gravação convencional, as questões fundamentais forçam as contrapartidas entre: 'gravabilidade', 'relação sinal-ruído (SNR - *signal to-noise ratio*)' e 'estabilidade térmica'. Acredita-se que o limite da gravação convencional seja em torno de 1 Terabit / polegada quadrada.

Figura 8 - O trilema da gravação magnética¹¹⁰

Fonte: RICHTER, 2007.

A Figura 9 ilustra uma transição em estado de ausência de equilíbrio térmico (esquerda) e a assimetria entre os dois poços de energia, que é causada pelo campo de desmagnetização gerado na transição. A excitação térmica produzirá uma reversão espontânea da magnetização dos grãos: quando o equilíbrio térmico for alcançado, a transição é completamente apagada. Em outras palavras, o tempo de retenção de dados em um meio de gravação é sempre finito e é apenas uma questão de tempo até que os dados sejam termicamente apagados.

Figura 9 - Apagamento espontâneo de uma transição registrada sob excitação térmica.

Fonte: JIAN-GANG Zhu, 2003.

5 VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE DE OBJETOS DIGITAIS POR MEIO DE ALGORITMOS COMPUTACIONAIS

¹¹⁰ Atingir alta relação sinal-ruído (*signal to-noise ratio* - SNR) requer a utilização de grãos pequenos. Grãos pequenos têm barreiras energéticas (KV) que são muito pequenas para garantir a estabilidade das informações registradas. Um aumento na densidade anisotrópica de energia (K) aumenta o campo de escrita necessário para além da capacidade dos materiais dos cabeçotes disponíveis

A fixidez, de acordo com NSDA (2014), é propriedade de um arquivo permanecer fixo ou inalterado. Neste sentido, é sinônimo de integridade em nível de *bits*.

As funções de *hash* criptográfico¹¹¹ se tornaram muito populares e hoje são utilizadas em muitos domínios diferentes que requerem troca de informações. Na maioria das vezes, são aplicadas na segurança informação digital, em operações como transações bancárias, verificação de assinaturas digitais, autenticação em geral e o envio de quaisquer dados via Internet, com o objetivo de proporcionar um nível muito elevado segurança da troca de informações (PAMULA e ZIEBINSKI, 2009).

Um dos métodos mais simples para verificação de fixidez é usar os *checksums*¹¹². Um *checksum* é um algoritmo executado em um arquivo¹¹³ cujo número resultante é referido como o valor do *checksum*. O valor do *checksum* é um número único atribuído a um arquivo com base no conteúdo do arquivo no nível do *bit*. Depois que este valor de *checksum* é conhecido, ele pode ser recalculado no arquivo novamente em qualquer tempo. Comparando os valores do checksum, se os números forem idênticos, então o arquivo não mudou; se o mesmo número não foi gerado, então significa que o arquivo mudou de alguma forma. Se diferenças são detectadas, este método não lhe diz o que mudou ou quando foi que algo mudou, apenas mostra que os dois arquivos não são mais idênticos no nível do bit (KUSSMANN, 2012).

Os *checksums* têm três usos principais:

- Saber que um arquivo foi recebido corretamente de um proprietário de conteúdo ou fonte e depois transferido com sucesso para o armazenamento de preservação.
- Saber que a fixidez do arquivo foi mantida quando esse arquivo está sendo armazenado.
- Ser compartilhado com os usuários do arquivo no futuro para que eles saibam que o arquivo foi corretamente recuperado do armazenamento e entregue a eles (DIGITAL PRESERVATION COALIZATION, 2020).

Um algoritmo é, de acordo com Cormen et al. (2012), qualquer procedimento computacional bem definido que toma algum valor ou conjunto de valores como entrada e produz algum valor ou conjunto de valores como saída. Portanto, um algoritmo é uma sequência de etapas computacionais que transformam a entrada na saída.

¹¹¹ Cryptographic hash functions. Tradução nossa.

¹¹² Soma de verificação. Tradução nossa.

¹¹³ O termo arquivo, neste caso, é sinônimo de *file*.

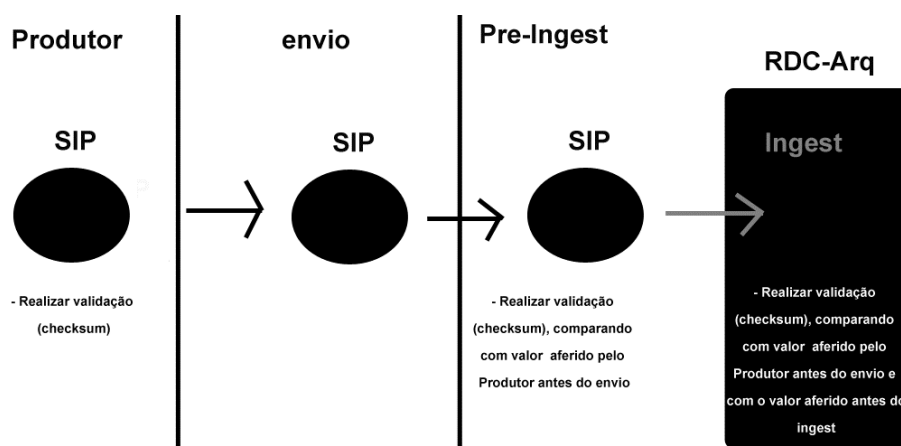
6 A VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE DE UM DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL EM UM RDC-ARQ

No intuito de demonstrar-se como é processada a verificação de integridade de um documento arquivístico digital para fins de preservação por longos períodos, realizou-se a simulação de uma transmissão de Pacote de Submissão de Informação (SIP) entre um Produtor e um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq).

Um RDC-Arq é um ambiente de preservação e acesso, pelo tempo que for necessário, para documentos arquivísticos digitais, capaz de atender aos procedimentos preconizados pela Arquivologia nas idades corrente, intermediária e permanente, e aos requisitos de um repositório digital (CONARQ, 2015).

Abaixo, na Figura 10, apresenta-se um esboço das sucessivas verificações de integridade de um SIP ao ser enviado para um RDC-Arq, partindo das orientações de IRMT (2016).

Figura 10 - Envio de pacote SIP a um RDC-Arq: verificação de integridade



Fonte: Os autores.

7 CONCLUSÃO

Diante das reflexões proporcionadas pela investigação realizada, verificamos que a integridade das cadeias de *bits* dos documentos arquivísticos digitais está relacionada diretamente com a estabilidade das polarizações magnéticas, com a densidade de grãos magnéticos e trilhas do suporte magnético e, por fim, com a relação entre sinal e ruído produzido na leitura dos *bits*, que está limitado pela tecnologia atual. As interações físicas, em níveis quânticos, ocorrem em consequência da busca de equilíbrio térmico, algo que

não pode ser previsto com exatidão, mas que, inevitavelmente, afetará suportes magnéticos.

Assim, cremos que cabe ao Arquivista, profissional apto a atuar como gestor de RDC-Arq's, apropriar-se de conhecimentos oriundos dos algoritmos criptográficos computacionais e da Física para monitorar o decaimento magnético dos suportes digitais que compõe seu parque tecnológico, a fim de garantir, no longo prazo, o acesso contínuo a documentos arquivísticos íntegros, confiáveis e autênticos.

REFERÊNCIAS

- CALLISTER, William D.; RETHWISCH, David. **Ciência e engenharia de materiais: uma introdução**. Tradução Sergio Murilo Stamile Soares. 9ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Orientação Técnica nº 3: cenários de uso de RDC-Arq em conjunto com o SIGAD**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. 8 p.
- CORMEN, Thomas H. [et al.]. **Algoritmos**; [tradução Arlete Simille Marques]. - Rio de Janeiro: **Elsevier**, 2012. 1042p.
- EVANS, Richard Francis L.; LYBERATOS Andreas; CHANTRELL, W. Roy e RICHTER, Hans Juergen. **Thermally induced error: Density limit for magnetic data storage**. Applied Physics Letters · November 2011.
- JIAN-GANG Zhu. **New heights for hard drives**. Materials Today. Review Feature. July/August 2003.
- MILLAR, Laura (Ed.). **Module 4: preserving electronic records**. London: IRMT, 2009. 57p.
- PAMULA, Danuta; ZIEBINSKI, Adam. **Hardware implementation of the MD5 algorithm**. Silesian University of Technology, Gliwice, Poland. 9th IFAC Workshop on Programmable Devices and Embedded Systems Roznov pod Radhostem, Czech Republic, February 10-12, 2009.
- RICHTER, Hans Juergen. **The transition from longitudinal to perpendicular recording**. Journal of Physics D: Applied Physics. Volume 40. Number 9. 2007. R149–R177.
- ROGERS, Corinne. **A literature review of authenticity of records in digital systems from 'machine-readable' to records in the cloud**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 16-44, jul./dez. 2016.
- TANENBAUM, Andrew S. **Structured Computer Organization**. 5. ed. Pearson, 2006.
- YUHUI Deng. **ACM Computing Surveys**. April 2011. Department of Computer Science, Jinan University. Guangzhou, 510632, P. R. China.

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Luciana Itida Ferrari

(Universidade Federal do Espírito Santo),

Wagner Santana Bianchi

(Arquivo Público do Estado do Espírito Santo),

Tânia Barbosa Salles Gava

(Universidade Federal do Espírito Santo),

Juliana Oliveira de Almeida

(Arquivo Público do Estado do Espírito Santo),

Jussara Teixeira

**(Instituto de Tecnologia da Informação e
Comunicação do Estado do Espírito Santo)**

1 INTRODUÇÃO

Desde que foi implantado em 2018 o Sistema corporativo de gestão de documentos arquivísticos digitais (E-Docs) para gerenciamento de documentos digitais produzidos e recebidos pelos órgãos e entidades que compõem o Executivo Estadual do Governo do Estado do Espírito Santo (ES), a quantidade de documentos em formato digital tramitados no estado aumentou consideravelmente. Considerando as fragilidades inerentes ao ambiente digital, e o aumento da volumetria dos documentos digitais, tornou-se necessário o estabelecimento de políticas e ações para a preservação dos documentos arquivísticos digitais.

Neste contexto, a Política de preservação digital é importante, pois serve como orientação legal para a gestão de documentos arquivísticos digitais correntes e intermediários de longos prazos de guarda e para a preservação e acesso aos documentos permanentes criados em seus sistemas. Tanto o Estado quanto a sociedade saem perdendo caso não seja feita a preservação desses documentos, levando-se em consideração que a gestão inadequada pode tornar os documentos inacessíveis, ou até mesmo causar sua perda, por fatores como a obsolescência de *hardware* e *software*. No entanto, essa Preservação Digital deve ser sistêmica, ou seja, com uma visão holística.

Este trabalho tem como objetivo geral descrever o processo de desenvolvimento de uma minuta de política de preservação digital para o Governo do Estado do Espírito Santo. Como objetivos específicos, temos: apresentar brevemente os conceitos de Política de Preservação Digital e Preservação Digital Sistêmica; apresentar o contexto do trabalho, desde o Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo (Proged) e o sistema E-Docs, até o desenvolvimento do trabalho no âmbito de uma cooperação técnica; e contextualizar a importância desta ação em um processo de preservação digital sistêmica.

É uma pesquisa de natureza aplicada, de abordagem qualitativa e com objetivo descritivo. Utiliza pesquisa bibliográfica e documental e é considerada pesquisa participante, contando com observação participante como técnica de pesquisa.

Na seção 2 são apresentados conceitos de Política de Preservação Digital e Preservação Digital Sistêmica; A seção 3 apresenta o Proged e o Sistema E-Docs; A seção 4 descreve o processo de trabalho do grupo para elaboração da minuta de Política de Preservação Digital; e na seção 5, as considerações finais, incluindo a discussão da importância desta ação em um processo de preservação digital sistêmica.

2 POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL E PRESERVAÇÃO DIGITAL SISTÊMICA

Uma Política de Preservação Digital (PPD) é entendida pelo Arquivo Nacional do Brasil como:

[...] um instrumento institucional por meio do qual os órgãos e entidades definem sua visão sobre a preservação desses documentos, abrangendo princípios gerais, diretrizes e responsabilidades, que orientem a elaboração de programas, projetos, planos e procedimentos, com vistas à preservação e acesso a documentos arquivísticos digitais autênticos. (ARQUIVO NACIONAL, 2019, p. 4)

Segundo o Arquivo Nacional, uma PPD deve ser aprovada pela autoridade de mais alto nível hierárquico da instituição que irá adotá-la, a fim de lhe dar maior legitimidade, e deve possuir características como imprescritibilidade; ser periodicamente revisada e atualizada; e ser tecnologicamente neutra (ARQUIVO NACIONAL, 2019). Além disso, a PPD deve estar no contexto de uma política pública de gestão arquivística. O objetivo de uma PPD, segundo Silva Júnior e Mota (2014, p. 51), é servir de:

[...] orientação legal para a gestão da preservação e para o acesso permanente aos objetos digitais produzidos, selecionados e armazenados por suas respectivas empresas ou instituições, e visa à superação da obsolescência tecnológica tanto dos objetos como dos seus próprios suportes.

Uma PPD contém elementos essenciais para a implantação da Preservação Digital na instituição na qual ela será adotada. No Brasil, foi publicada em 2010 a primeira versão da PDD do Programa AN Digital, que declara os princípios que norteiam a abordagem de preservação digital do programa e define os procedimentos para entrada, tratamento técnico, preservação e acesso aos documentos digitais. O Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais – AN Digital, foi instituído em 25 de março de 2010 por meio da portaria nº 34, com o objetivo de dotar o Arquivo Nacional do Brasil com uma infraestrutura organizacional e tecnológica capaz de preservar e dar acesso aos documentos digitais sob sua custódia.

Em 2016 a política foi atualizada para sua segunda versão e publicada por meio da Portaria AN nº 16 de 25 de janeiro de 2017. A atualização foi necessária em decorrência dos avanços tecnológicos, diversificação dos tipos de documentos com garantias de preservação no AN Digital e da necessidade de adequação de alguns procedimentos. E em 2019, houve a publicação de um documento apresentando alguns pontos fundamentais que devem ser observados na elaboração de políticas de preservação de documentos arquivísticos digitais (ARQUIVO NACIONAL, 2019).

No entanto, a Preservação Digital não deve estar focada em ações e estratégias de preservação digital aplicadas de forma isolada, e nem somente no armazenamento dos documentos digitais em mídias externas e na obsolescência dos suportes, mas deve ser uma Preservação Digital Sistêmica (PDS). A PDS deve ter uma visão holística, implementando uma Cadeia de Custódia Digital Arquivística (CCDA) (GAVA e FLORES, 2021a), juntamente com uma cadeia de preservação, que contemple todos os ambientes relacionados às três entidades externas do Modelo de referência *Open Archival*

Information System (OAIS): produtor, administrador e consumidor (GAVA e FLORES, 2021b). Os ambientes são:

- O ambiente de gestão de documentos: Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (2011), pode ser implementado como um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD);
- O ambiente de preservação: Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (2015), pode ser implementado como um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq);
- E o ambiente de acesso e difusão.

3 PROGRAMA DE GESTÃO DOCUMENTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E O E-DOCS

A gestão de documentos é um tema relativamente novo no Brasil. Após a publicação da lei dos arquivos (BRASIL, 1991), muitos estados da federação iniciaram estudos para implantação de programas de gestão de documentos, visando elaborar e publicar manuais, leis, decretos, Comissões de avaliação, Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação e outros.

No Estado do Espírito Santo, foi instituído em 2005 o programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo (Proged), que consiste em um trabalho conjunto que tem por objetivo garantir o acesso à informação pública de forma rápida e segura, por meio do controle do ciclo de vida documental. O Proged é composto pelos seguintes projetos: Normas e Procedimentos, Capacitação, Visibilidade, Gerenciamento, Modernização do Sistema Eletrônico de Protocolo (SEP), Documentação Eletrônica, e Modernização dos Arquivos Gerais. São partícipes e adesos todos os órgãos e entidades que compõem o Executivo Estadual, aplicando todas as normas e procedimentos constantes no programa (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2022).

Em 2015, após 27 anos de uso por 72 órgãos da administração pública estadual e mais de 6.000 usuários, o Sistema Eletrônico de Protocolo (SEP), solução do Espírito Santo para controle da tramitação de processos, oferecia suporte a aproximadamente 7 (sete) milhões de processos autuados. Embora amplamente utilizado, consolidado como a ferramenta que suporta a execução de grande parte das atuais rotinas administrativas, o Estado carecia de uma solução que proporcionasse à Administração o alcance de um novo patamar de qualidade, produtividade e racionalidade de recursos, porque ainda tinha o meio físico (papel) como seu principal suporte para informação.

Esse foi o cenário da concepção do projeto E-Docs¹¹⁴, que contou com três etapas importantes: (i) produto mínimo viável, (ii) imersão e (iii) implantação.

Na primeira etapa, a proposta foi projetar uma arquitetura de *hardware* e desenvolver uma primeira versão da aplicação *web* do E-Docs, investindo o mínimo possível. O lançamento, em 2017, teve o objetivo de testar o negócio somente no Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest), aproveitando a experiência antes de aportar grandes investimentos e escalar para outros clientes. Na etapa de imersão, a estratégia foi estabelecer um procedimento interno aos servidores do Prodest, com mapeamento de suas rotinas administrativas na solução disponibilizada. Com a aprendizagem e avaliação da experiência dos usuários, a equipe de desenvolvimento maturou o negócio gerando uma arquitetura de processo eletrônico.

Ao longo da imersão, houve a composição do Grupo de Trabalho do Processo Administrativo Eletrônico, com a finalidade de consolidar o escopo e homologar o E-Docs. Logo na primeira reunião, este grupo levantou questionamentos quanto ao esforço de desenvolvimento de um sistema corporativo de gestão de documentos arquivísticos digitais em conformidade com os pressupostos normativos e as boas práticas da gestão documental.

Em 22 de dezembro de 2017, o grupo de trabalho decidiu estabelecer uma solução para oferecer eventos de captura de documentos, tempo de guarda, classificação, sigilo, eliminação ou guarda permanente. O marco final desta segunda etapa foi uma versão do E-Docs, implantada em julho de 2018, contemplando características de um SIGAD, com a finalidade de trazer economia dos gastos públicos com papel, suprimindo a carência de solução para gestão de documentos arquivísticos digitais.

Em sequência deu-se início à terceira etapa, exigindo esforços multidisciplinares e mobilizando especialistas de diferentes entidades governamentais. A estratégia de implantação da solução E-Docs seguiu com um plano de ação, com prazos e responsáveis, compondo as ações macros: comunicação oficial, alinhamento das autoridades administrativas por meio de instrumentos legais, capacitação de docentes selecionados para ministrar treinamentos, configurações do sistema e produção de material de apoio, além da disponibilização de um ambiente de treinamento para uso dos alunos. Com a colaboração da inovação trazida pela Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (SEGER), o aprendizado de aplicação da LAI oferecida pela Secretaria de Controle e Transparência (SECONT), a expertise sobre gestão

¹¹⁴ O site <https://e-docs.es.gov.br/> contém o acesso e informações sobre o E-Docs

documental agregado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e o conhecimento tecnológico existente no Prodest, este grupo construiu uma maturidade do negócio dentro do Estado por meio de campanhas de divulgação e conscientização dos servidores, fortalecendo o domínio sobre a tecnologia da solução e a gestão centralizada de todas as melhorias propostas.

A etapa de implantação foi dividida em quatro fases: Fase 1 (agosto/2018) - Utilização do sistema para processo de diárias em dez órgãos previamente selecionados; Fase 2 (outubro/2018) - Utilização do sistema para processo de diárias em todos os órgãos; Fase 3 (novembro/2018) - Sistema em uso para todos os documentos e processos em todos os órgãos; Fase 4 (setembro/2019) - Utilização da classificação da informação, permitindo aplicação da LAI nas rotinas administrativas.

Desde a implantação, o uso do E-Docs vem aumentando gradativamente, principalmente no período da pandemia de Covid-19, quando muitos servidores adotaram o trabalho remoto para dar continuidade às suas atividades. Segundo levantamento interno feito pela Prodest, 52.651 documentos foram capturados pelo E-Docs em 2018, 1.753.416 em 2019, e 10.857.547 em 2020. Este contexto despertou a necessidade de se pensar em normas para o tratamento e preservação de documentos digitais intermediários de longo prazo e de guarda permanente produzidos pelo sistema E-Docs, além de outras demandas do Governo do Estado do ES quanto à documentação arquivística.

Segundo o Arquivo Nacional (2019), para a preservação de documentos digitais é fundamental que um programa de gestão de documentos esteja implantado, com suas normas e procedimentos definidos. Com o Proged e o E-Docs implantados, houve um cenário propício para iniciar o desenvolvimento de um planejamento quanto à preservação dos documentos digitais, como será abordado na seção a seguir, que culminou na criação da minuta de uma Política de Preservação Digital para o Governo do Estado do ES.

4 MINUTA DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL PARA O GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A elaboração da minuta da Política de Preservação Digital do Governo do Estado do ES foi desenvolvida no âmbito do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o Governo do Estado, vigente desde 2017. Em 2020, foi criado um Plano de Trabalho específico para o desenvolvimento da minuta de Política de

Preservação Digital, no qual foram descritas as razões para a criação de uma política, seus benefícios, escopo, estratégias de aplicação, limitações das instituições envolvidas, metas e resultados esperados.

O grupo de trabalho foi composto por dois profissionais Arquivistas do APEES, dois profissionais de Tecnologia da Informação da Prodest (sendo uma com formação também em Arquivologia) e duas docentes do Departamento de Arquivologia da UFES. As reuniões, com frequência quinzenal, foram realizadas entre maio/2020 e abril/2021, totalizando um período de 11 meses.

Nas reuniões iniciais, foram discutidos pontos conceituais da arquivística, do tratamento de documentos arquivísticos digitais, e da legislação pertinente, tais como a Lei n.º 12.682, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos (BRASIL, 2012); e a Lei n.º 13.709, que se refere à Lei Geral de Proteção de Dados (BRASIL, 2018). Além disso, foi pesquisado também como outros Governos Estaduais e outros países estão lidando com os documentos arquivísticos digitais, por exemplo o Programa SP sem Papel do Estado de São Paulo (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, [2019?]) e documentos técnicos e normativos utilizados em Portugal (DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS, 2019).

De todos os documentos estudados, os que se mostraram mais importantes para o escopo do trabalho foram a Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional (AN Digital) (ARQUIVO NACIONAL, 2016), que utilizamos como base para a construção da minuta; e as Recomendações para a produção de Planos de Preservação Digital (2ª Versão) (ARQUIVO NACIONAL, 2019), que utilizamos como referência para acompanhar o andamento do fluxo de trabalho do grupo.

A partir dos estudos realizados, o grupo concluiu que a preservação digital no âmbito do Governo do Estado do Espírito Santo deveria ser realizada em duas etapas: em um primeiro momento, abordando a Preservação Digital Sistêmica para preservar a documentação produzida via Sistema E-Docs; e em uma segunda etapa, a preservação do passivo digital, analisando a viabilidade de tratamento da documentação que está em suporte papel, que poderá ser digitalizada e preservada em um RDC-Arq.

Em agosto de 2020, o grupo de trabalho iniciou a criação da minuta, utilizando a ferramenta do Google Drive para compartilhamento e edição coletiva. A partir da estrutura da Política do AN Digital, criamos uma estrutura de tópicos para o documento, sendo que o preenchimento dos tópicos foi dividido de acordo com as afinidades de formação e de experiência prática de

cada um. Continuamos as reuniões quinzenais para verificação do texto sendo produzido, para trocas de *feedbacks*, e para divisão de novas tarefas.

Em novembro de 2020, iniciamos a etapa de revisão do texto produzido. Alguns itens foram retirados, pois identificamos que se tratavam de questões ligadas a tecnologias específicas, o que não deveria constar da Política, mas sim dos futuros Planos de preservação que serão desenvolvidos. Identificamos também a necessidade de incluir mais anexos, tais como a Listagem Descritiva dos Documentos Nato-Digitais e Digitalizados; e de incluir mais conceitos e definições. Em fevereiro e março de 2021 foi finalizada a revisão, e em abril a minuta foi entregue às partes interessadas para análise. Em maio de 2021 a minuta foi apresentada às autoridades, por meio de uma reunião realizada entre os representantes da Secretaria de Estado de Governo (SEG), SECONT, SEGER, do APEES, do Prodest e da UFES.

No segundo semestre de 2021, a minuta voltou para revisão das partes interessadas, e em abril de 2022 foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE-ES) uma Portaria que designou a Comissão de Preservação Digital, que irá atuar na validação e publicação da Política de Preservação Digital, bem como realização dos demais estudos necessários, relativos à implantação da Política, tais como o desenvolvimento de Planos de Preservação para cada cenário a ser tratado.

O primeiro cenário que será abordado é o dos documentos vindos do E-Docs, no qual a intenção do plano de preservação é caminhar na direção de um processo de preservação digital sistêmica: uma vez que os documentos já estão em um SIGAD, a Política embasará a implantação do RDC-Arq; e os estudos do cenário específico indicarão a construção de uma CCDA (cadeia plena) para ligar o SIGAD ao RDC-Arq de forma segura e contínua, e o RDC-Arq a um ambiente de acesso e difusão dos documentos preservados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral descrever o processo de desenvolvimento de uma minuta de política de preservação digital para o Governo do Estado do Espírito Santo. Os objetivos específicos foram apresentar brevemente os conceitos de Política de Preservação Digital e Preservação Digital Sistêmica; e de contextualizar o momento vivido no Governo do Estado quanto à gestão de documentos arquivísticos, e quanto ao sistema utilizado para tramitação de processos digitais, o E-Docs.

A partir da implantação do E-Docs, os documentos produzidos pelos órgãos e entidades passaram a tramitar em meio digital. Além disso, muitos documentos em suporte papel foram digitalizados, e seus representantes

digitais capturados no E-Docs. Com o aumento do uso do E-Docs, percebeu-se a necessidade de pensar e planejar a preservação dos documentos digitais. Há um ambiente favorável para este planejamento, pois além do Governo do Estado do ES já ter implantado um Programa de Gestão Documental, existe um convênio com a UFES, o que facilita o desenvolvimento de trabalhos colaborativos entre os órgãos.

O grupo de trabalho, em reuniões quinzenais, estudou diversas fontes, e a partir da estrutura da PPD do Programa AN Digital e das recomendações do Arquivo Nacional, criou o texto da minuta de forma colaborativa utilizando o Google Drive como ferramenta. Neste momento, o grupo aguarda a publicação da Política para iniciar a fase de teste de tecnologias e iniciar a criação de planos de preservação digital para cenários específicos. O primeiro cenário que será abordado é o dos documentos vindos do E-Docs. Isso nos permite alcançar o último objetivo específico, que é a contextualização da importância da criação da minuta em um processo de preservação digital sistêmica.

Concluimos que quando o Governo do Estado do Espírito Santo adotar efetivamente e implantar a política de preservação digital, dará início ao processo de preservação digital dos documentos em fase corrente e intermediária sob custódia dos diversos sistemas informatizados utilizados pela administração pública estadual. Ao iniciar o processo pelos documentos do sistema E-Docs, que é considerado um SIGAD, será possível caminhar na direção da preservação digital sistêmica.

Embora tenhamos o cenário ideal retratado acima, também foi identificado que existem muitos documentos (em suporte papel e digitais) que não se encontram no E-Docs, mas que precisam ser tratados e preservados no Estado. Pretende-se tratar posteriormente estes cenários, em novos planos de preservação, a serem desenvolvidos a partir da experiência adquirida com a preservação de documentos do E-Docs.

O conjunto dessas ações permitirá o acesso e difusão dos documentos providos de valor histórico, que possuem grande relevância para a sociedade como fonte de pesquisa e manutenção da memória e história.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **AN Digital: Política de Preservação Digital**. Rio de Janeiro, 2016. 37 p. 2 v. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias/programa-an-digital . Acesso em: 18 mai. 2022.

ARQUIVO NACIONAL. **Recomendações para elaboração de Política de Preservação Digital**. Rio de Janeiro, 2019. 24 p. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/recomendacoes-tecnicas-1/recomendacoes-tecnicas> . Acesso em: 19 mai. 2022.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – APEES. **Programa de Gestão Documental do Governo do Estado do Espírito Santo**. [?2022]. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/proged> . Acesso em: 20 mai. 2022.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos Digitais**. São Paulo, [2019?]. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/gestao/documentos_digitais . Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Brasília, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm . Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012. **Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos**. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12682.htm. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet)**. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 22 mar. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ. (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. Rio de Janeiro, 2011. 136 p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf . Acesso em: 24 mai. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ. (Brasil). Resolução n. 43, de 4 de setembro de 2015. **Diretrizes para a implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis -RDC-Arq**. DOU. 8 set. 2015. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_diretrizes_rdc_arq_resolucao_43.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. **Preservação Digital**. Portugal, 2019. Disponível em: <https://arquivos.dglab.gov.pt/servicos/documentos-tecnicos-e-normativos/preservacao-digital/> . Acesso em: 20 mai. 2022.

GAVA, TANIA BARBOSA SALLES; FLORES, Daniel. **CADEIA DE CUSTÓDIA DIGITAL ARQUIVÍSTICA - CCDA**. In: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos: anais do Simpósio Internacional de Arquivos. Anais...Sao Paulo(SP) Eventus, 8, 2021a. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/336974-CADEIA-DE-CUSTODIA-DIGITAL-ARQUIVISTICA---CCDA> . Acesso em: 23 mai. 2022.

GAVA, TANIA BARBOSA SALLES; FLORES, Daniel. **PRESERVAÇÃO DIGITAL SISTÊMICA**. In: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos: anais do Simpósio Internacional de Arquivos. Anais...São Paulo (SP) Eventus, 8, 2021b. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/336975-PRESERVACAO-DIGITAL-SISTEMICA> . Acesso em: 23 mai. 2022.

SILVA JÚNIOR, L. P. da; MOTA, V. G. da. Políticas de preservação digital no Brasil: características e implementações. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 41, n. 1, p. 51-64, 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1351>. Acesso em: 24 nov. 2021.

AUTENTICIDADE, CONFIABILIDADE E ACESSO DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS INSERIDOS NOS PROCESSOS ELETRÔNICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

**Cristian Mayko Carvalho da Costa (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)**

**Anna Carla Almeida Mariz (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)**

1 INTRODUÇÃO

A produção de documentos arquivísticos no cotidiano das instituições públicas e privadas é uma tarefa indissociável do decurso administrativo e faz-se necessária, pois, tais documentos constituem-se como instrumentos juridicamente válidos para registro dos atos da administração pública, auxiliam na tomada de decisões, na comprovação de direitos e servem como ferramentas que evidenciam a história e a memória do seu produtor e, consequentemente, da sociedade em que estão inseridos.

No entanto, nos últimos anos o avanço tecnológico tem impactado diretamente na forma como os documentos arquivísticos são produzidos, compartilhados, acessados e preservados. Nesse sentido, a ampliação do universo digital e da produção de documentos arquivísticos digitais nos exigem respostas urgentes para os desafios que impõem à comunidade

arquivística, principalmente, referente à garantia de autenticidade, confiabilidade e acessibilidade, conforme observamos em Rondinelli (2011).

Com o objetivo de dar respostas a essa nova demanda o projeto InterPARES¹¹⁵, desde 1999, sob liderança de Luciana Duranti, da University British Columbia, tem fomentado o desenvolvimento de conhecimentos teórico-metodológicos que auxiliem os arquivistas e os profissionais de tecnologia da informação para o empreendimento da gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais a longo prazo de maneira que sua confiabilidade seja mantida. Para delinear o percurso em direção ao objetivo pretendido, Duranti (2005) explica que foi escolhida no âmbito do InterPARES, a perspectiva teórica da diplomática para compreender o conceito e as partes constituintes do documento arquivístico digital, o que é fundamental para a definição de estratégias da gestão e preservação dos documentos arquivísticos digitais autênticos, confiáveis e acessíveis.

A autenticidade é definida como a “credibilidade de um documento enquanto documento, isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção” (CONARQ, 2020, p. 12). Para apoiar a autenticidade dos documentos é importante considerar ainda dois componentes (de autenticidade): identidade e integridade. A identidade é definida pelo CONARQ (2020, p. 34) como o “conjunto dos atributos de um documento arquivístico que o caracterizam como único e o diferenciam de outros documentos arquivísticos”, enquanto integridade é o “estado dos documentos que se encontram completos e que não sofreram nenhum tipo de corrupção ou alteração não autorizada nem documentada” (CONARQ, 2020, p.35).

Sobre a confiabilidade dos documentos, apresentamos a seguinte definição

Credibilidade de um documento arquivístico enquanto uma afirmação do fato. Existe quando um documento arquivístico pode sustentar o fato ao qual se refere, e é estabelecida pelo exame da completeza, da forma do documento e do grau de controle exercido no processo de sua produção. (CONARQ, 2020, p. 18)

Deste modo, pode-se considerar que a autenticidade dos documentos arquivísticos está relacionada à transmissão, à preservação dos elementos que garantem a sua autenticidade, e à cadeia de custódia, enquanto que a confiabilidade se refere à produção (CONARQ, 2022), sendo necessário o estabelecimento de regras de produção documental que possibilitem a

¹¹⁵ International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems

presença de todos os elementos necessários para garantir a confiabilidade dos documentos, ou seja, que sejam dotados de completeza.

Para o CONARQ (2020, p. 17), a completeza é o

Atributo de um documento arquivístico que se refere à presença de todos os elementos intrínsecos e extrínsecos exigidos pela organização produtora e pelo sistema jurídico-administrativo a que pertence, de maneira a ser capaz de gerar consequências.

Ante às definições anteriormente apresentadas, nota-se a importância do uso da diplomática para o reconhecimento dos documentos arquivísticos digitais, pois, com base em Duranti (2009), a crítica diplomática auxilia na investigação sobre os requisitos que um documento arquivístico deve apresentar para garantir a sua autenticidade e confiabilidade, e pode ser aplicada para os documentos arquivísticos em suporte papel e aos documentos arquivísticos digitais, mesmo que para este segundo sejam necessárias etapas adicionais a serem analisadas devido a sua complexidade.

Os requisitos que um documento arquivístico digital deve apresentar são

1) um contexto identificável; 2) um originador, um autor, um redator, um destinatário e um criador; 3) uma ação, da qual o documento participa ou que o documento apoia processualmente ou como parte do processo decisório; 4) vínculo arquivístico com outros documentos dentro ou fora do sistema digital, por meio de um código de classificação ou outro identificador único; 5) uma forma fixa; e 6) um conteúdo estável. (DURANTI, 2009, p. 45)

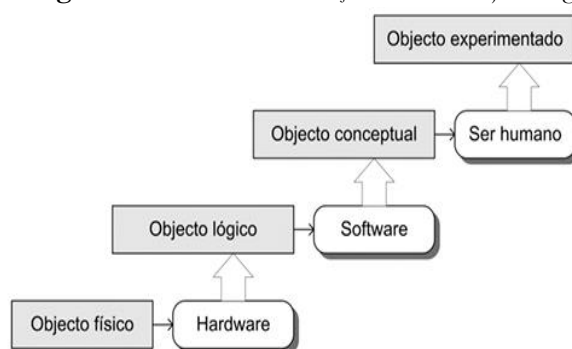
Ainda sobre os métodos para garantia de autenticidade e de confiabilidade deve-se considerar as partes constituintes dos documentos arquivísticos digitais: forma documental, anotações, contexto, suporte, atributos e componentes digitais (RONDINELLI, 2014, p.243).

Quanto ao acesso, o CONARQ (2020, p. 9) define como “direito, oportunidade ou meios de encontrar, recuperar e usar a informação”. Não há dúvidas da assertividade ao conceito do termo acesso que, inclusive é um direito constitucional expresso no inciso XXXIII, do art. 5º da Constituição Federal de 1988, inscrito como se segue

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988)

No entanto, consideramos oportuno elucidar ao leitor que no âmbito da gestão e preservação dos documentos arquivísticos digitais deve-se considerar o conceito de acessibilidade, que significa dizer que “um documento arquivístico acessível é aquele que pode ser localizado, recuperado, **apresentado** e **interpretado**” (CONARQ, 2022, p. 29, **grifo nosso**). Os termos grifados estão relacionados aos conceitos de documento arquivístico armazenado¹¹⁶ e documento arquivístico manifestado¹¹⁷ desenvolvidos no âmbito do projeto InterPARES, e que por sua vez fazem parte da compreensão de que os documentos arquivísticos digitais, enquanto objetos digitais, apresentam diferentes níveis de abstração, conforme elucidamos na imagem 1, abaixo:

Imagem 1 - Níveis de abstração de um objeto digital



Fonte: Ferreira (2006, p. 23).

Com base em Innarelli (2015), destacamos que o desafio da comunidade arquivística para manutenção da autenticidade, confiabilidade e acessibilidade dos documentos arquivísticos digitais depende mais do que nunca do estabelecimento de regras e critérios arquivísticos a serem observados no momento da produção e nas estratégias de preservação digital, a fim de permitir o acesso dos documentos em longo prazo, livres de corrupção ou adulteração não controlada, mesmo que o ambiente tecnológico utilizado não seja o mesmo em que foi originalmente produzido.

¹¹⁶ Componente digital (ou componentes digitais) usado para manifestar um ou mais documento arquivístico o qual inclui os dados de forma e conteúdo, bem como as regras para processá-los (dados de composição). (DURANTI & THIBODEAU, 2008 APUD CONARQ, 2020 p. 24)

¹¹⁷ Visualização ou apresentação do documento arquivístico de uma forma compreensível para uma pessoa ou outro sistema. (DURANTI & THIBODEAU, 2008 APUD CONARQ, 2020, p. 25).

Sendo assim, este artigo busca realizar uma breve investigação sobre os documentos arquivísticos digitais inseridos nos processos eletrônicos produzidos na Universidade Federal do Pará, a fim de identificar se eles apresentam características de autenticidade, confiabilidade e acessibilidade, conforme apresentamos aqui.

Para a realização deste trabalho realizamos uma breve pesquisa bibliográfica, a fim de apresentar os conceitos dos termos autenticidade, confiabilidade e acesso. E posteriormente apresentamos um estudo de caso (Yin, 2005) com o objetivo de elucidar as regras de cadastramento de processos eletrônicos no sistema SIPAC, a fim de verificar como o sistema visa garantir a produção de documentos autênticos, confiáveis e acessíveis.

2 O SIPAC COMO FERRAMENTA DE PROCESSO ELETRÔNICO NA UFPA

As iniciativas para a implantação do processo eletrônico na UFPA datam de 1 de outubro de 2019, quando foi designada, por meio da Portaria GR nº 4653/2019, a Comissão de Implantação do Processo Administrativo Eletrônico (CIPAE)¹¹⁸ que era presidida pela então Diretora do Arquivo Central da UFPA, Maria Suely Matias Palheta¹¹⁹. A portaria foi atualizada, em virtude da saída de alguns membros, estando em vigor, atualmente, a Portaria 127, de 7 de janeiro de 2021.

É importante salientar que o próprio instrumento normativo que designou a CIPAE já estabelecia o uso do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) como solução para o processo eletrônico na UFPA.

04.executar o credenciamento das Unidades, o cadastramento dos usuários e a habilitação dos processos e documentos no **SIPAC/Módulo PROTOCOLO**; 05. elaborar, gerir e manter atualizado o **Portal do SIPAC/Módulo PROTOCOLO**, com todas as informações pertinentes ao processo de transição da gestão de documentos para o novo ambiente eletrônico. (UFPA, 2021, **grifo nosso**)

Nesse sentido, já nos importa esclarecer ao leitor que ao longo da pesquisa documental realizada no site pae.ufpa.br, onde estão disponíveis os

¹¹⁸ Composta de forma multidisciplinar com servidores representantes das seguintes áreas: Arquivo Central; Assessoria de Comunicação Institucional; Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação; Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Pró-Reitoria de Administração; e Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal.

¹¹⁹ Bibliotecária, especialista em Organização de Arquivos; foi Diretora do Arquivo Central de 1988 a 2021.

documentos referentes ao processo de implantação do PAE-UFPA, verificamos a ausência de estudos comparativos entre o SIPAC e outros sistemas disponíveis como solução de processo eletrônico, a exemplo do SEI que foi cedido para diversos órgãos dos diferentes poderes e esferas da administração pública. Porém, não é objetivo deste trabalho investigar sobre essa escolha na UFPA, mas alertar para uma ausência de dados sistematizados pela instituição para o embasamento dessa decisão.

Voltando ao centro do nosso debate, o SIPAC enquanto ferramenta para o processo eletrônico é um subsistema do Sistema Integrado de Gestão (SIG), desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e adquirido pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2009. Santos (2019, p. 24) explica que “a ideia principal do SIPAC é a integração dos processos, através de um software e uma base de dados, com um fluxo de informações intenso entre os diversos setores de uma instituição”.

No portal de sistemas integrados da UFRN, administrado pela Superintendência de Informática da Instituição, identificamos que entre as ações de controle e gestão do SIPAC, elencam-se: compras, licitações, boletins de serviços, liquidação de despesa, manutenção das atas de registros de preços, patrimônio, contratos, convênios, obras, manutenção do campus, faturas, bolsas e pagamento de bolsas, abastecimento e gastos com veículos, **memorandos eletrônicos, tramitação de processos** dentre outras funcionalidades.

Santos (2019) explica que o SIPAC apresenta um modelo de sistema *Enterprise Planning Resource (ERP)*, que dá suporte à gestão administrativa das instituições sob a premissa da agilidade e da eficiência de acesso às informações que subsidiam a tomada de decisão dos gestores, o que reforça a afirmação de Innarelli (2015), que ao opinar sobre a criação de ferramentas tecnológicas para produção de documentos digitais, nos diz que “estas ferramentas foram concebidas com fins específicos [...] e pouco levam em consideração a gestão e a preservação dos documentos arquivísticos produzidos, gerenciados e preservados por estas ferramentas (INNARELLI, 2015, p. 115).

2.1 A produção dos processos eletrônicos no SIPAC.

Entre os diversos subsistemas que compõem o sistema SIPAC, o Módulo Protocolo é o que tem o objetivo de auxiliar no controle produção e tramitação de Processos, Documentos e Memorandos Eletrônicos com informações de registro, conteúdo, tramitações e despachos. O uso do sistema SIPAC para a produção dos processos eletrônicos é regulamentado pela Portaria nº 4458, de 30 de dezembro de 2021, que apresenta conceitos,

definições e procedimentos para produção e tramitação de documentos e processos no meio eletrônico.

Com a implantação do PAE-UFGA, o cadastramento de processos, que anteriormente era centralizado no setor de Protocolo Geral da universidade, passou a ser descentralizado, sendo permitido que todos os servidores ativos da instituição possam cadastrar os processos que sejam do seu interesse (progressões funcionais, licenças, remoção, entre outros) ou processos que sejam de sua competência, com base nas suas atribuições funcionais (designações, nomeações, contratação de serviços, compra de materiais, etc.).

As permissões atribuídas aos usuários do sistema SIPAC, na UFGA, observam o seguinte

Art. 7º Serão comuns aos usuários internos do sistema SIPAC as seguintes permissões: a) CADASTRAR PROTOCOLO - Habilita o usuário a realizar o cadastro de processos protocolados ou documento; b) RECEBER PROTOCOLO - Habilita o usuário a realizar o recebimento de processos protocolados ou documento; c) ENVIAR PROTOCOLO - Habilita o usuário a realizar o envio de processos protocolados ou documentos. §1º Outras permissões referentes ao acesso a documentos e processos restritos e sigilosos serão concedidas exclusivamente aos servidores e colaboradores da UFGA mediante justificativa comprovada da necessidade das permissões. (UFGA, 2021)

O acesso ao sistema SIPAC ocorre por meio de *login* com usuário e senha, conforme imagem 1, abaixo.

Imagem 2 - Tela de *login* do sistema SIPAC.

UFGA - SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

ATENÇÃO!
O sistema diferencia letras maiúsculas de minúsculas APENAS na senha, portanto ela deve ser digitada da mesma maneira que no cadastro.

SIGAA (Acadêmico)	SIPAC (Administrativo)	SIGRH (Recursos Humanos)	SIGED (Gestão Eletrônica de Documentos)
SIGEleição (Controle de Processos Eleitorais)	SIGAdmin (Administração e Comunicação)		

Perdeu o e-mail de confirmação de cadastro? [Clique aqui para recuperá-lo.](#)
Esqueceu o login? [Clique aqui para recuperá-lo.](#)
Esqueceu a senha? [Clique aqui para recuperá-la.](#)

Entrar no Sistema

Usuário:

Senha:

Servidor,
caso ainda não possua cadastro no SIPAC,
clique no link abaixo.

Cadastre-se

SIPAC | Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) - | Copyright © 2005-2022 - UFRN - abare-dk.abare1 - v5.11.10.16

Fonte: Extraída do sistema SIPAC, em 2022.

Deste modo, uma vez que o registro dos processos eletrônicos e a produção dos documentos arquivísticos digitais passam a ser sistematizadas e por qualquer usuário que se enquadre no art. 7º, da Portaria 4458/2021, o sistema SIPAC precisa ser capaz de garantir com que os documentos cumpram com os requisitos diplomáticos identificados pelo InterPARES.

Durante os procedimentos de registro de processo eletrônico, a primeira etapa consiste em inserir os dados gerais do processo, conforme apresentado na imagem 3, abaixo.

Imagem 3 - Tela de inserção dos dados gerais dos processos eletrônicos no SIPAC

Fonte: Extraída do sistema SIPAC, em 2022.

Entre os itens a serem preenchidos no cadastro do processo eletrônicos identificamos: assunto do processo (CONARQ); processo eletrônico (ou não); assunto detalhado; natureza do processo; observações, local no arquivo; e o interessado no processo.

Analisados os itens acima, passamos a considerá-los como metadados do processo, pois, conforme definido pelo CONARQ (2020, p. 36) metadados são “dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo”.

Voltando à análise dos procedimentos de cadastro de processo eletrônico no SIPAC, em seguida, os usuários devem inserir o(s) interessado(s) no processo. Estes por sua vez são divididos nas seguintes categorias: servidor; aluno; unidade; credor; e outros (utilizado quando o(s) interessado(s) não constam na base de dados do SIPAC).

Concluída a primeira etapa, o usuário passa então à etapa de adição dos documentos que instruirão os processos eletrônicos, imagem 4, abaixo:

Imagem 4 - Tela de adição de documentos nos processos eletrônicos, no SIPAC

Fonte - Extraída do sistema SIPAC, em 2022.

Na adição de documentos o sistema apresenta os metadados que serão associados como: tipo de documento; natureza do documento, assunto detalhado; volume; observações e forma do documento.

Entre os itens acima elencados, destacamos que a forma do documento pode ser escolhida de duas maneiras: **escrever documento** – onde o documento será redigido no próprio sistema, configurando-se como um documento nato-digital; ou **anexar documento digital** – que permite a o *upload* de documentos digitais em diferentes formatos como pdf, mp4, flac, txt, entre outros.

Após a adição dos documentos é realizada a indicação do(s) assinante(s), que pode(m) ser: os servidores da instituição, funcionários terceirizados, usuários externos e discentes. Na Portaria nº 4458/2021, no inciso XIV, do art. 3º, verificamos que os colaboradores (funcionários terceirizados) são considerados usuários internos do sistema SIPAC podendo receber as mesmas permissões dos servidores, considerando as atividades que realizam na UFPA.

Quanto aos discentes e usuários externos, o art. 7º regula o uso e a assinatura da seguinte forma

- §2º Serão concedidas as permissões descritas nas alíneas "a", "h" e "c" do artigo 7º aos estagiários da UFPA que realizam atividades administrativas que necessitem a produção e/ou tramitação de documentos e processos.
- §3º Nos casos de discentes que não possuem contrato de estágio com a UFPA, a eles será concedida apenas a autorização de assinatura eletrônica de documentos em que

sejam correlacionados e que necessitem da sua assinatura. §4º Aos usuários externos será concedida a autorização de acesso ao SIPAC para que possam assinar eletronicamente os documentos em que estejam correlacionados e que necessitem da sua assinatura. (UFPA, 2021)

Após a indicação de assinatura, deve ser realizada a movimentação do processo para a unidade/subunidade de destino que será responsável pela análise e realização dos procedimentos necessários para que haja continuidade do trâmite processual até a conclusão do processo.

Após o cadastramento, os processos eletrônicos criados na UFPA ficam disponíveis para consulta pública no site <https://sipac.ufpa.br/public/jsp/portal.jsf>, onde qualquer pessoa pode acessar, levando-se em consideração que não serão possíveis de acesso os documentos ou processos que estiverem classificados como restritos ou sigilosos. É possível ainda baixar os documentos e processos ostensivos, em formato PDF.

Durante a consulta, o sistema SIPAC apresenta ao pesquisador os metadados associados aos processos e aos documentos que estão instruídos, aqueles que já elencamos anteriormente e outros que são adicionados pelo próprio sistema a partir das credenciais de acesso ou de regras preestabelecidas, entre eles: número identificador, usuário de autuação, data de autuação, unidade de origem, movimentações (usuário responsável pelo envio e recebimento, data de envio e recebimento), entre outros, conforme apresentamos na imagem 5, abaixo.

Imagem 5 - Apresentação dos metadados dos documentos adicionados nos processos na consulta pública do SIPAC

DOCUMENTO						
Número: 72						
Protocolo: NÃO PROTOCOLADO						
Origem: Interna						
Tipo do Documento: OFÍCIO						
Identificador: ---						
Ano do Documento: 2022						
Assunto Detalhado: Solicitação de Empenho para realização de serviços de infraestrutura de redes.						
Data do Documento: 10/06/2022						
Unidade de Origem: 0942 - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO (11.23)						
Usuário de Cadastro: JAIRO DUTRA DE MORAES						
Data do Cadastro: 10/06/2022 16:08						
Situação: ATIVO						
Processo Associado: 23073.032772/2022-76 (Em 10/06/2022 16:08:04)						
INTERESSADOS DO DOCUMENTO						
Identificador	Tipo	Nome	E-mail			
Nenhum Interessado Informado						
MOVIMENTAÇÕES DO DOCUMENTO						
Destino	Enviado Em	Enviado Por	Recebido Em	Recebido Por	Tempo Esperado	Urgente
PROAD (11.69)	10/06/2022 16:43	jairodmouraes				Não
Observação: Tramitado junto ao Processo associado.						
Servidor Terceirizado Assinante Externo Discente						
ASSINATURAS DO DOCUMENTO						
Assinante	Unidade	Situação				
JAIRO DUTRA DE MORAES (##938#5)	CTIC (11.23)	ASSINADO EM 10/06/2022 16:41				
MARCO AURELIO CAPELA (##238#7)	CTIC (11.23)	ASSINADO EM 10/06/2022 16:16				

Fonte: Extraído do portal público do SIPAC, em 2022.

No entanto, é importante salientar que o acesso a todos os metadados dos processos e documentos se dá exclusivamente por meio do sistema SIPAC. Ainda que o *download* dos documentos seja possível, o arquivo gerado não preserva a totalidade dos metadados, exigindo que a pessoa, caso seja necessário, realize a consulta novamente no sistema para conferir algum metadados que seja de interesse.

Importa salientar também, considerando os limites para o desenvolvimento deste trabalho, não tivemos o objetivo de realizar teste de completeza nos documentos inseridos nos processos eletrônicos da UFPA, no sistema SIPAC, apenas verificar se eles apresentam mecanismos de verificação da sua autenticidade, confiabilidade e acesso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa apresentada, verificamos que os o sistema SIPAC, utilizado como solução tecnológica para implantação do Processo Administrativo Eletrônico, na UFPA, garante à sociedade em geral o direito de acesso à informação, uma vez que permite a consulta pública dos processos e documentos eletrônicos produzidos no curso das atividades administrativas da instituição.

Identificamos ainda que o sistema permite a verificação da autenticidade e confiabilidade dos documentos inseridos no processo eletrônico por meio da apresentação dos metadados que são atrelados aos processos eletrônicos ao longo da sua tramitação, possibilitando investigar os responsáveis pelas ações que estão registradas e se as competências dos mesmos estão em consonância com os efeitos jurídico-administrativos do documento.

No entanto, cabe-nos considerar aqui que não identificamos ao longo da pesquisa, ações e estratégias de preservação digital em longo prazo, o que pode afetar diretamente as condições de autenticidade, confiabilidade e acesso aos documentos. O que pretendemos aprofundar em outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto n.º 8.539, de 8 de outubro de 2015. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 out. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS-CONARQ CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS. **Glossário de documentos arquivísticos digitais**. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **E-ARQ BRASIL**: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. 2 ed. Rio de Janeiro, 2022. 225 p. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV203MAI2022.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

LUCIANA, DURANTI. **Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital**: as descobertas conceituais do projeto InterPARES. 2005.

DURANTI, Luciana. From digital diplomacy to digital records forensics. *Archivaria*, p. 39-66, 2009.

INNARELLI, Humberto Celeste. **Gestão da preservação de documentos arquivísticos digitais: proposta de um modelo conceitual**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães (Portugal): Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 88 p.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisão conceitual necessária. 2014.

SANTOS, Nanci Moreira dos. **Requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística**: um olhar sobre a autenticidade e a cadeia de custódia dos documentos no SIPAC das IFES na Bahia. 2019.

SCHÄFER, Murilo Billig et al. **Processo Administrativo Eletrônico na administração pública federal**: uma análise frente a gestão arquivística de documentos públicos. *PontodeAcesso*, v. 12, n. 3, p. 145-173, 2018.

UFPA. **Portaria n.º 127, de 7 de janeiro de 2021**. Constitui, no âmbito da Universidade Federal do Pará, a Comissão de Implantação do Processo Eletrônico Administrativo. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Sistema de Gestão da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal. Belém, PA.

UFPA. **Portaria n.º 4458, de 31 de dezembro de 2021**. Regulamenta o uso do meio eletrônico para a produção de processos eletrônicos, no âmbito da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sistema de Gestão da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal. Belém, PA.

YIN, Robert. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos, v. 2, 2001.

O DECRETO Nº 10.278/2020 E AS RESOLUÇÕES DO CONARQ: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DO REPRESENTANTE DIGITAL COMO SUBSTITUTO DO DOCUMENTO ORIGINAL ANALÓGICO

Dalton Garcia do Carmo (Universidade Federal de Minas Gerais)
Cintia Aparecida Chagas (Universidade Federal de Minas Gerais)

1 INTRODUÇÃO

O Decreto nº 10.278/2020 é responsável por regular a produção do representante digital e a partir de critérios e parâmetros por ele estabelecido, concedeu os mesmos efeitos legais do documento original para o documento digitalizado, facultando a eliminação do documento original para as pessoas jurídicas de direito público interno, de direito privado e para as pessoas naturais, após a produção seu do representante digital.

Por sua vez, a Lei nº 8.159/1991 – conhecida como a lei de arquivos, é quem define os procedimentos, as competências e as penalidades relativas à gestão de documentos, a eliminação ou o recolhimento nas instituições públicas. A partir desta lei, foi criado o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, que tem a missão de definir a política nacional de arquivos públicos

e privados por meio do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, de acordo com o Decreto nº 4.073/2002.

O CONARQ tem publicado ao longo dos anos, resoluções, diretrizes e orientações pertinentes a gestão arquivística de documentos, incluindo para os documentos em suporte digital. Em 2004, o órgão publicou a “Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital”, demonstrando a necessidade de serem estabelecidas políticas, estratégias e ações que garantam a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais.

Dentre estas resoluções, destaca-se a Resolução nº 25 do CONARQ, de 2006, denominado de e ARQ Brasil, que dispõe sobre o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivísticas de Documentos – SIGAD, com orientações contundentes para implantação da gestão arquivística de documentos, nos suportes digitais e convencionais. Recentemente, a publicação da Resolução nº 50, em 06 de maio de 2022, oficializou a adoção da 2ª versão do e-ARQ Brasil.

Por fim, no intervalo entre estas duas versões do e-ARQ Brasil, destacam-se ainda: a Resolução nº 31 – Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, de 2010; a Resolução nº 37 – aprova Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais de 2012; a Resolução nº 43 – que estabelece diretrizes para a implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq, de 2015; a Resolução nº 44, de 2020, sobre os Procedimentos para a eliminação de documentos, e por último, a Resolução nº 48, de 2021, que dispõe sobre as para a Digitalização de documentos de arquivo nos termos do Decreto nº 10.278/2020.

2 METODOLOGIA E REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa é de caráter qualitativa e exploratória, e visa contribuir com o avanço do conhecimento e o aperfeiçoamento de práticas relativas à produção do representante digital. Godoy (1995) argumenta que a pesquisa qualitativa não pretende realizar medições ou mensurações estatísticas e seus interesses vão ficando melhor delimitados conforme seu avanço. O procedimento adotado é a pesquisa bibliográfica que, conforme destaca Gil (2008), é desenvolvida a partir de um material já elaborado. Sua vantagem reside no fato de permitir ao investigador a cobertura muito mais ampla. E também a pesquisa documental, a partir de interação entre leis arquivísticas brasileiras e as resoluções do CONARQ.

Espera-se incentivar a implementação da gestão arquivística de documentos nas instituições, como meio de racionalizar a produção e utilização

de documentos, de maneira prévia a digitalização de substituição, encorajando a produção dos representantes digitais a partir das especificações contidas nas resoluções do CONARQ.

3 O PAPEL DA GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS E O E-ARQ BRASIL

O primeiro critério a ser pontuado para a produção do representante digital é a necessidade de implementação de um programa de gestão arquivística de documentos, partindo da existência do Plano de Classificação de Documentos - PCD e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, conforme estabelece o e-ARQ Brasil (CONARQ, 2022). Entende-se por gestão arquivística de documentos

Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos em idades corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (CONARQ, 2022, p.20)

O e-ARQ Brasil, por ser a publicação mais recente do CONARQ e por proporcionar um modelo de requisitos para um SIGAD será a nossa referência na análise do decreto. O e-ARQ Brasil é um instrumento que tem por base as principais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e da *International Standardization Organization - ISO*¹²⁰ sobre gestão arquivística de documentos, modelos de requisitos de sistemas informatizados internacionais, como o *DoD 5015-2*¹²¹ e o *MoReq*¹²², os padrões e modelos de metadados, como o e-GMS¹²³ e o PREMIS¹²⁴, as orientações para a gestão e preservação de documentos digitais, a partir das pesquisas do Projeto *InterPARES*¹²⁵ e do *Electronic Records Management Initiative* do *National Archives*, além de considerar outras resoluções do CONARQ, oriundas de pesquisas de acadêmicos e de profissionais da área.

¹²⁰ A ABNT NBR ISO 15489-1:2018 – Gestão de documentos de arquivo. Parte 1: Conceitos e princípios, ABNT NBR ISO 30300:2016 – Sistema de gestão de documentos de arquivo – Fundamentos e vocabulário, a ISO 14721:2012 – *Reference model for an open archival information system* (OAIS) são algumas das normas consideradas pelo e-ARQ Brasil.

¹²¹ *DOD 5015.2-STD – Design criteria standard for electronic records management software applications* (USA, Department of Defense, 2002).

¹²² *MoReq* – Modelo de requisitos para a gestão de arquivos eletrônicos, 2002.

¹²³ *e-Government Metadata Standard – e-GMS*, United Kingdom, v. 3.0, 2004.

¹²⁴ *PREMIS Data Dictionary for Preservation Metadata – version 3*, 2015.

¹²⁵ *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*.

4 PRINCIPAIS PONTOS REFERENTES AO DECRETO Nº 10.278/2020

O decreto é composto por treze (13) artigos e por dois anexos (I e II), que apresentam os padrões técnicos e os metadados mínimos exigidos para a produção do representante digital. Para este estudo serão observados os seguintes aspectos do decreto: integridade, confiabilidade, rastreabilidade e auditoria, confidencialidade, interoperabilidade, a utilização da assinatura digital, a manutenção dos documentos digitalizados e os requisitos para digitalização e de metadados, atributos que concedem o valor legal ao representante digital e que facultam a eliminação do documento original. Estas características serão aqui analisadas a partir das resoluções do CONARQ citadas anteriormente.

4.1 Integridade e confiabilidade

Segundo o e-ARQ Brasil (CONARQ, 2022), a integridade é a certeza de que o documento está completo e que não foi alterado e, junto com a identidade, são características essenciais para garantir a autenticidade do documento arquivístico. Para assegurar a autenticidade dos documentos arquivísticos, o programa de gestão arquivística tem que garantir sua identidade e integridade. A confiabilidade, por sua vez, é a capacidade do documento sustentar os fatos que atesta, estabelecido pela sua forma e pelo controle exercido no processo de sua produção.

A Resolução nº 37, afirma que para um sistema informatizado ser confiável, ele deve incluir as trilhas de auditoria, o controle de acesso de usuários, métodos robustos para garantir a integridade dos documentos (como *checksum* ou *hash*), meios de armazenamento estáveis e medidas de segurança para controlar o acesso a infraestrutura (computadores, redes e dispositivos de armazenamento). Isso porque a presunção de autenticidade do documento arquivístico digital tem como base a análise da forma e do conteúdo, o ambiente de produção, manutenção/uso e preservação desse documento (CONARQ, 2012, p4).

Nesse quesito, a Resolução nº 43, direcionada a implementação de um Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq em arquivos correntes, intermediários e permanentes, tem por objetivo proteger as características do documento arquivístico, em especial a autenticidade (identidade e integridade). Logo, um RDC-Arq destaca a importância e prevê procedimentos de verificação e monitoramento de integridade dos documentos, ainda na sua admissão pelo sistema, como pacote de informação para submissão – *SIP*, que posteriormente, será convertido em pacote de

informação para arquivamento – *AIP*. A criação e manutenção de RDC-Arq, garantem o acesso a longo prazo, a sua integridade e a confiabilidade dos documentos.

Por último, a Resolução nº 48 (CONARQ, 2021), afirma que a gestão arquivística e a preservação de documentos digitais deverá prever a implantação de um Sistema informatizado de gestão arquivística de documentos – SIGAD, que adote requisitos funcionais, requisitos não funcionais e metadados, estabelecidos pelo e-ARQ Brasil, que visam garantir a integridade e a acessibilidade de longo prazo dos documentos arquivísticos, conforme o art. 3º da Resolução nº 20 (CONARQ, 2004). Nesta resolução, a preocupação quanto a integridade dos documentos arquivísticos também é reportada quanto a manipulação dos documentos originais, de forma que para garantir que os representantes digitais sejam cópias fiéis dos documentos originais, a instituição produtora deve impor regras, protocolos e procedimentos que permitam auditar os conjuntos de representantes digitais recebidos, garantindo desta forma a sua integridade e a organização dos documentos, questão fundamental para que não haja dúvidas sobre a fragmentação ou desorganização dos documentos originais digitalizados.

4.2 Rastreabilidade, Auditoria, Confidencialidade e Interoperabilidade

O e-ARQ Brasil descreve um conjunto de regras para o monitoramento de eventos que permitem a auditoria e a indicação, se for o caso, de violação de segurança no sistema, por meio conjunto de informações registradas que garantem o rastreamento das intervenções realizadas no documento arquivístico digital ou em um sistema computacional, denominado trilha de auditoria. Deve-se observar que a trilha de auditoria é um documento arquivístico, que serve para apoiar a autenticidade dos documentos gerenciados pelo SIGAD e também devem ser avaliados e submetidos a um tempo de guarda e destinação (CONARQ, 2022, p.42).

A confidencialidade e a interoperabilidade são requisitos fundamentais para um SIGAD. O controle de acesso a informações, quando necessário, é pautado por um conjunto de regras e permissões aos usuários do sistema. Da mesma forma, a interoperabilidade entre sistemas só pode ser garantida com a padronização e especificação de requisitos referentes ao manuseio dos documentos em sistemas informatizados. Neste caso, a implantação padronizada de RDC-Arq para a gestão de arquivos correntes e intermediários seria um fator facilitador para transferência de documentos para o RDC-Arq para documentos permanentes.

4.3 A assinatura digital

Quanto à assinatura digital, o e-ARQ Brasil (CONARQ, 2022, p.89) atenta que ela é usada comumente como um elemento de autenticação que procede com uma declaração de autenticidade por meio da adição de elementos ou afirmações. Diz ainda que a assinatura digital permite aferir a origem e a integridade do documento, que ela é única para cada documento e assegura o “não repúdio” ao destinatário.

A Resolução nº 37 aponta que a assinatura digital é o resultado de um cálculo matemático que envolve a cadeia de bits do documento e a chave da assinatura digital, que é relacionada ao documento conceitual. Qualquer alteração nessa cadeia de bits irá interferir na autenticidade do documento. Portanto, a assinatura digital garante somente a integridade da cadeia de bits original, mas não do documento conceitual ao longo do tempo, tornando-se necessários outros procedimentos de gestão e de preservação, como a inserção de metadados para franquear a autenticidade (CONARQ, 2012, p.5).

A Resolução nº 38, explica que a assinatura digital é uma das técnicas criptográficas que pode ser utilizada para a transmissão de documentos entre pessoas, sistemas ou aplicativos, para declarar sua autenticidade em um dado momento. E por isso, a assinatura digital não pode ser migrada junto com o documento ao qual está anexada quando acontece uma atualização de versão ou mudança de software (CONARQ, 2013 p.12).

Por último, a Resolução nº 48 orienta para o uso de assinatura digital qualificada quando houver a pretensão de eliminar o documento original, conforme a Lei nº 14.063/2020 – que “dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas [...]”, e admite a utilização de assinatura digital simples quando os documentos forem recebidos pela instituição, digitalizados e devolvidos aos interessados, desde que este documento não contenha informações protegidas por grau de sigilo e nem ofereça risco direto de dano a bens, serviços e interesses do ente público. É orientado ainda a adoção do padrão de assinaturas digitais *PAdES* (*PDF Advanced Eletronic Signature*), visto a dificuldade de manipulação do padrão *CAdES* (*CMS Advanced Eletronic Signature*) (CONARQ, 2021, p.32).

Ressalta-se que para a digitalização entre particulares, as partes envolvidas podem estabelecer um acordo próprio para comprovar a autoria, a integridade e a confidencialidade dos documentos digitalizados, conforme o artigo 6 do decreto.

4.4 A produção e a manutenção dos representantes digitais

Para a manutenção do documento digitalizado, o artigo 10º e 11º do decreto destaca a necessidade de proteger o documento digitalizado de alteração ou destruição, de acesso indevido e da reprodução não autorizada, além da indexação de metadados para localização, gerenciamento e conferência do processo de digitalização adotado. O representante digital deve ser preservado até o transcurso do prazo de prescrição ou decadência dos direitos a que se referem, respeitando a TTDD em conformidade com a Lei nº 8.159/1991.

Apesar de desconsiderar a utilização do Plano de Classificação de Documentos – PCD, este instrumento é fundamental para agilizar a recuperação dos documentos na instituição, além de subsidiar a TTDD. O e-ARQ Brasil condiciona a implantação de um SIGAD a estas duas ferramentas, que devem ser elaboradas com a participação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD.

O e-ARQ Brasil observa a necessidade de guardar os documentos arquivísticos em local apropriado, e no caso dos documentos digitais, o armazenamento deve garantir a autenticidade e o acesso aos documentos pelo tempo estipulado na TTDD. Para isso, políticas e diretrizes de preservação devem monitorar a obsolescência tecnológica e a necessidade de atualização de suporte (refrescamento), ou seja, possíveis conversões e migrações de formatos digitais. Independente da estratégia de preservação adotada, é preciso documentar os procedimentos e as estruturas de metadados (CONARQ, 2022, p.46).

A Resolução nº 48 (CONARQ, 2021) sinaliza os procedimentos e os fluxos processuais para a produção dos representantes digitais, na instituição custodiadora ou em um ambiente externo, destacando a importância da implementação de um RDC-Arq para a manutenção/preservação do representante digital desde a sua captura pelo SIGAD e pelo tempo necessário, de forma a garantir a integridade, a autenticidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a preservação desses documentos.

4.5 Os requisitos para digitalização e de metadados

A Resolução nº 31 de 2010 trata das “Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes”. Os seus requisitos contemplam uma maior variedade de suportes documentais em relação ao decreto, um modelo para verificação da qualidade do representante digital, a criação de derivadas de acesso com menor resolução linear e compressão, o uso de um identificador unívoco, persistente e permanente, que permitam a localização e identificação do representante digital, a utilização da tecnologia

de reconhecimento óptico de caracteres – OCR, se desejável, e as responsabilidades na contratação de empresas terceirizadas.

O quadro abaixo lista o formato de arquivo digital, a quantidade de metadados mínimos e como devem ser armazenados os metadados, comparando o decreto com o e-Arq Brasil e com a Resolução nº 31 do CONARQ:

Quadro 1 - Formato de arquivos digitais e metadados

Instrumento	Formato de Arquivo	Quantidade de Metadados	Local de inserção do metadado
Decreto nº 10.278/20	PDF/A e PNG	No mínimo 13.	Não definido.
Resolução nº 31	TIFF	No mínimo 19.	Encapsulados no representante digital e descritos em planilhas em banco de dados.
e-ARQ Brasil	SIGAD deve capturar diversos formatos de arquivo	Até 37 para identificação do documento no SIGAD	Sistema de gestão arquivística.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme o próprio decreto, ele não deve ser aplicado aos documentos de valor permanente. E, como observado no quadro acima, os representantes digitais produzidos em conformidade com o decreto apresentam requisitos inferiores em relação ao que é determinado nas resoluções do CONARQ. Este fato implica na gestão do representante digital em um SIGAD ou RDC-Arq, ainda que este esteja no arquivo corrente e/ou intermediário, e favorece a perda de informação, caso o documento original seja eliminado após a digitalização e o representante digital tenha sido produzido com requisitos insuficientes.

4.6 Eliminação dos documentos originais

Apesar de autorizar o Decreto nº 10.278/2020 não obriga a eliminação dos documentos originais após a produção do representante digital. Porém, a Resolução nº 48 apresenta uma importante observação quanto a necessidade de elaboração da Lista de Eliminação de Documentos – LED, que, para os documentos originais que foram digitalizados, torna-se dispensável. As recomendações do art. 9º da Lei nº 8.159/1991 e das Resoluções nº 40 e nº 44 do CONARQ - que “dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos”, deverão ser consideradas somente quando ocorrer a eliminação

dos representantes digitais produzidos (CONARQ, 2021, p.15) e após o cumprimento do prazo estipulado na TTDD.

Outra ponderação feita pela Resolução nº 48 diz respeito à situação em que uma empresa é contratada para produzir os representantes digitais, com a utilização dos seus recursos tecnológicos e humanos. Neste caso, como garantir a efetiva eliminação dos representantes digitais ali armazenados, após a certificação e entrega dos documentos à instituição produtora.

5 CONCLUSÃO

O CONARQ tem exercido o seu papel preponderante na produção e difusão de procedimentos técnicos para a manipulação dos documentos arquivísticos digitais e de SIGAD, por meio de suas Resoluções e Diretrizes. As resoluções se complementam como fonte de informação especializada e estão alinhadas com as melhores práticas arquivísticas, avanços tecnológicos e padrões internacionais. O e-ARQ Brasil é modelo referencial para a implantação da gestão arquivística de documentos e de sistemas informatizados arquivísticos nas instituições, permitindo inclusive a utilização de sistemas de negócios já existentes e permitindo a sua aplicação em estruturas organizacionais variadas. A gestão arquivística de documentos garante a presunção de autenticidade dos representantes digitais, a confiabilidade, a segurança e a sua preservação e, naturalmente, subsidia a eliminação do documento, analógico ou digital, a partir dos seus procedimentos e de acordo com a legislação brasileira e com as melhores normas e orientações adotadas em diversos países.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n. 10.278, de 18 de março de 2020.** Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10278.htm. Acesso em 04 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 04 fev.2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução nº 20, de 16 de julho de 2004.** Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Disponível em:

<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-20-de-16-de-julho-de-2004>. Acesso em: 04 fev.2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução nº 37, de 19 de dezembro de 2012**. Aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais. Disponível em: <http://antigo.conarq.gov.br/resolucoes-do-conarq/279-resolucao-n-37-de-19-de-dezembro-de-2012.html> Acesso em: 04 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução nº 38, de 09 de julho de 2013**. Dispõe sobre a adoção das "Diretrizes do Produtor - A Elaboração e a Manutenção de Materiais Digitais: Diretrizes Para Indivíduos" e "Diretrizes do Preservador - A Preservação de Documentos Arquivísticos digitais: Diretrizes para Organizações" Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-38-de-9-de-julho-de-2013> Acesso em: 04 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014**. Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <http://antigo.conarq.gov.br/resolucoes-do-conarq/281-resolucao-n-39-de-29-de-abril-de-2014.html> Acesso em: 04 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução n. 40, de 9 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-40-de-9-de-dezembro-de-2014-alterada>. Acesso em: 04 fev. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015**. Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf . Acesso em: 27 maio 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução nº 50, de 06 de maio de 2022**. Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, versão 2. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-50-de-06-de-maio-de-2022>. Acesso em: 27 maio 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução a pesquisas qualitativas e suas possibilidades.** *Revista de administração de empresas – RAE*. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995^a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2022.

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA E ESPAÑHOLA NA ÁREA DE ARQUIVOLOGIA COM TEMÁTICAS RELACIONADAS À TECNOLOGIA DIGITAL (2001-2018)

Cynthia Roncaglio (Universidade de Brasília)

1 INTRODUÇÃO

No mundo ocidental, a partir das décadas de 1960 e 1970, e com mais ênfase na de 1980, ocorreram várias transformações tecnológicas, sobretudo na área da informação e da comunicação, que afetaram de maneira cada vez mais direta a vida das pessoas, dos grupos sociais, das instituições públicas e privadas. A tecnologia ou a abordagem da influência da técnica nas mudanças sociais que teriam culminado na denominada sociedade da informação ou sociedade do conhecimento tem sido debatida por cientistas sociais de diferentes matizes teórico-ideológicas com visões, claro, nem sempre convergentes. Como afirma Lévy (1993) a tecnologia provoca opiniões diversas na sociedade e, entre os pensadores sociais, surgem manifestações tanto de deslumbramento quanto de resistência ou desconfiança. Nesse sentido, “em meados do século XX surgem as primeiras grandes reflexões filosóficas, históricas e sociológicas sobre o lugar da técnica na evolução humana.” (DORTIER, 2010, p.607).

Segundo Dortier (2010), o “progresso técnico” parece então ter se tornado um fator determinante para a história da humanidade, sendo a medida

(e a principal influência) do “progresso social”. A grosso modo, e de forma um tanto simplificadora, os pensadores da técnica do século XX passaram a ser classificados como “tecnóforos” ou “tecnófilos”. Dentre os tecnóforos destacam-se Edmund Husserl e Martin Heidegger e, mais tarde, os integrantes da Escola de Frankfurt, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Theodor Adorno e Jürgen Habermas, dos quais se aproximam também Erich Fromm e Walter Benjamin. De modo geral, tais pensadores compreendem a técnica como sinônimo de desumanização. Os seres humanos estariam cada vez mais subjugados pela máquina e a sociedade subserviente às suas engrenagens. Há, nesse sentido, uma crítica aos tecnocratas e às tecnoestruturas¹²⁶. Já o segundo grupo, dos tecnófilos, exaltam os benefícios da técnica para o crescimento econômico e o progresso. Economistas como Jean Fourastié e Robert Merton Solow defendem que o progresso técnico resultaria em melhor nível de vida, redução do tempo de trabalho, maior produtividade, maior conforto e qualidade de vida, com benefícios para a saúde e educação.

O único ponto em comum entre tecnóforos e tecnófilos, ainda segundo Dortier, é que a técnica se impôs no mundo moderno como o motor da evolução sob todas as esferas da vida individual e coletiva.

A ideia do determinismo tecnológico impregnara as décadas de 1950 a 1970. Hostis ou favoráveis às técnicas, todos os pensadores a consideravam uma força autônoma que tudo transformava à sua passagem. Monstro frio ou libertador, o progresso técnico se apresentava então como o motor da evolução social. Hoje essa ideia está ultrapassada. Todos os trabalhos empreendidos posteriormente por historiadores, sociólogos e economistas para determinar as causas e os efeitos do progresso técnico vão questionar o modelo do determinismo tecnológico. (DORTIER, 2010, p. 607-8)

Neste momento não nos deteremos nos estudos que corroboram a afirmação de Dortier, de que a ciência e a sociedade ou a própria evolução da humanidade não estaria subjugada à técnica, mas é certo que, ao menos no senso comum, ainda persistem visões antagônicas, favoráveis ou desfavoráveis ao papel da técnica na sociedade.

Castells denomina a fase de mudança social que se manifesta a partir do século XX, de “novo modo informacional de desenvolvimento”. Embora

¹²⁶ O termo tecnoestrutura foi cunhado por K. Galbraith, na década de 1960, para se referir a um novo grupo social emergente; o dos gerentes e administradores nas empresas, dos tecnocratas e dos funcionários nas administrações. Essa nova elite, cuja legitimidade está fundada na competência técnica e nos conhecimentos especializados, teria conquistado o poder nas sociedades modernas (DORTIER, 2010, p.609.)

o conhecimento e a informação sempre tenham sido cruciais em todas as grandes mudanças sociais ao longo da história da humanidade, o que é específico nessa fase, segundo o autor, é “a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade” (CASTELLS, 2000, p.35).

É importante observar que a técnica não se resume ao objeto material, à ferramenta criada e ao seu uso. A técnica diz respeito às aprendizagens e procedimentos que envolvem os processos do saber-fazer em qualquer área, em qualquer tempo. Conforme Dortier, a desmaterialização da técnica, isto é, a não redução da técnica à ferramenta,

[...] revela, por trás do próprio objeto técnico, as dimensões sociais do emprego das técnicas, pois um arado ou um carro não valem nada por si mesmos. Não é possível fazê-los funcionar sem um contexto social de aprendizado e de transmissão dos usos, sem um mundo social que envolve esses objetos e lhes permite funcionar [...]. (DORTIER, 2010, p.606)

Além das técnicas, as tecnologias, compreendidas como o estudo sistemático das técnicas, dos processos e dos instrumentos são cada vez mais investigadas com o intuito de compreender a influência que assumem nos séculos XX e XXI: as técnicas e a tecnologia mudam a percepção sobre os objetos somente para atender a necessidades do mercado ou produzem novas formas de conhecimento e democratização do consumo e da informação? Quais os limites éticos e estéticos de uma sociedade cada vez mais encapsulada na informação e na tecnologia? (CASTELLS, 2002; STEINBERG, 2004; BENJAMIN, 2014; LIPOVETSKY & SERROY, 2015;). Quais avanços podem ser realizados no plano cognitivo do desenvolvimento humano por meio da informação e da tecnologia? (LÉVY, 1993, 1996 e 2014; JONAS, 2006; SERRES, 2015).

As questões suscitadas por esses e outros autores, ainda que algumas passíveis de algum anacronismo na contemporaneidade, considerando as mudanças provocadas pela *world wide web* (web 1.0, 2.0, e a 3.0 em vias de se concretizar) podem contribuir para o avanço dos estudos sobre a influência da tecnologia em diversas áreas, inclusive na Arquivologia. A partir das últimas décadas do século XX, percebe-se por meio da produção e comunicação científica em âmbito internacional da área um debate sobre as tendências teóricas e metodológicas do pensamento arquivístico que evidentemente não são motivadas unicamente pelas mudanças tecnológicas, mas também não deixam de ser fortemente influenciadas por elas e expressam a busca por uma revisitação e revitalização dos conceitos inerentes a um campo científico em

desenvolvimento, delineado na sua interface com outras disciplinas científicas como Administração, Direito, Diplomática, História, e, mais recentemente, com as Ciências da Informação¹²⁷.

Considerando todas as transformações que vêm ocorrendo, sobretudo a partir do início do século XXI, de que modo as mudanças tecnológicas têm afetado a produção, o uso, a preservação e o acesso aos documentos arquivísticos? Em que medida o saber-fazer arquivístico vem sendo modificado pelas técnicas e tecnologias? Quais os temas relacionados à tecnologia digital que têm sido foco de interesse de pesquisadores da área? Neste estudo nos deteremos especificamente na última pergunta. E, em decorrência disso, o objetivo aqui é mapear e analisar sumariamente a produção científica no Brasil e na Espanha na área da Arquivologia relacionada à tecnologia digital, em níveis de mestrado e doutorado, referente ao período 2001-2018.

2 METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa é exploratória, de natureza analítica qualitativa e descritiva, baseada em levantamento bibliográfico e documental em *sites* e repositórios institucionais de ambos os países. Para realizar a identificação da produção científica no Brasil foi feita uma coleta no Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e no Banco de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Na Espanha a busca foi feita na plataforma Recolecta da Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología (FECYT), vinculada ao Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades.

Em ambos os países, utilizou-se os seguintes termos de busca de acordo com os idiomas português/espanhol: arquivologia, arquivística/archivística; arquivos/archivos, tecnologia digital/ tecnología digital, documentos eletrônicos/documentos electrónicos; documentos digitais/documentos digitales. Depois de vários testes optou-se por manter apenas as palavras-chave arquivologia, arquivística/Archivística posto que todos outros termos, mais genéricos, recuperaram um grande número de trabalhos, repetindo os mesmos obtidos com as palavras-chave arquivologia,

¹²⁷ Utilizamos Ciências da Informação aqui, no plural, para nos referir a diferentes disciplinas que tem como objeto de estudo convergente a informação (Comunicação, Biblioteconomia, Museologia, Ciência da Informação, Computação etc.), sobretudo porque há variadas denominações, nem sempre convergentes, que variam de um país para o outro. Todavia, usaremos Ciência da Informação, no singular, quando tratar-se do nome da área oficial e institucionalmente considerado no Brasil.

arquivística e archivística, ou, senão, a maioria, sem nenhuma relação com o tema pesquisado¹²⁸.

Para a coleta dos dados foi elaborada uma planilha com as seguintes categorias: ano; nível (de pós-graduação): título; resumo; palavras-chave; área de conhecimento (associada ao programa de pós-graduação onde foi realizada a investigação); autor; orientador. Posteriormente aos dados obtidos, e baseados nos títulos e nos resumos, foram elaboradas quatro categorias de análise condizentes com os objetivos da pesquisa. Para isso, foram primeiramente identificados todos os títulos e resumos, criadas categorias de análise iniciais e intermediárias para então se eleger as categorias de análise finais, conforme regras básicas que orientam a criação e classificação de categorias de análise, a saber: regras claras de inclusão e exclusão; mutuamente excludentes; não muito amplas, sendo seu conteúdo homogêneo entre si; contemplar todos os conteúdos possíveis e “outro” precisa ser residual; ser objetiva, não passível de ser codificada de forma diferente a depender a interpretação do analista.¹²⁹

Assim, foram criadas quatro categorias de análise: 1) Relações entre arquivos, arquivologia e tecnologia digital; 2) Influências mútuas entre arquivos, arquivologia e tecnologia digital; 3) Desafios teóricos e práticos; e 4) Estudos de caso. A primeira categoria inclui dissertações e teses que fazem uma investigação exploratória, sem propor aplicação de metodologias ou apresentar resultados práticos. A segunda categoria inclui dissertações e teses que apresentam as influências da teoria, princípios, conceitos, atividades e metodologia arquivísticas na tecnologia digital e vice-versa. A terceira categoria inclui dissertações e teses relacionadas a produção, preservação, acesso aos documentos arquivísticos digitais e necessidades dos profissionais e usuários. A quarta e última categoria inclui dissertações e teses que apresentam e descrevem usos da tecnologia digital nas atividades arquivísticas¹³¹.

¹²⁸ Devido à tecnologia digital ser um tema transversal a várias áreas do conhecimento a busca pelos termos tecnologia digital/*tecnología digital*, documentos eletrônicos/*documentos electrónicos*, documentos digitais/*documentos digitales* recuperou teses e dissertações oriundas da área de direito, filosofia, letras, saúde, psicologia e comunicação sem, contudo, nenhuma delas fazer interface com a área de arquivologia. O termo arquivos/archivos, por ser polissêmico, também recuperou áreas e temas diversos desconexos da área.

¹²⁹ Todavia nem todas estas categorias serão exploradas nesta etapa da pesquisa.

¹³⁰ Ver entre outros CARLOMAGNO, Márcio C. e ROCHA, Leonardo C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica pesquisadores. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 7, n. 1, 2016 e KOBASHI, Nair Yumiko e FRANCELIN, Marivalde Moacir. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. Inf.Inf.Londrina,v.16,n.esp,p.1-24,jan./jun.2011.

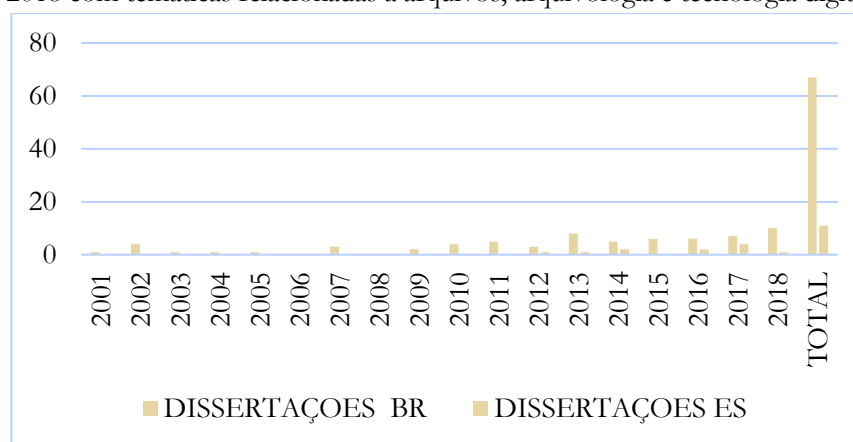
¹³¹ Para uma visão mais detalhada da elaboração das categorias de análise para esta pesquisa ver artigo de RONCAGLIO, Cynthia; MENDO-CARMONA, Concepción (2020).

3 RESULTADOS

Entre 2001 e 2018 foram identificadas 67 dissertações defendidas no Brasil e 11 dissertações ou *Trabajo Final de Máster* (TFM), termo mais utilizado nas universidades espanholas, defendidas na Espanha. Dentre as dissertações brasileiras, observa-se no Gráfico 1 que, em quase todos os anos, foram defendidas ao menos uma dissertação sobre o tema, exceto em 2006 e 2008. Já no início dos anos 2000 em um único ano (2002), são defendidas 4 dissertações sobre o tema. Nos anos seguintes há um decréscimo, voltando a aumentar a partir de 2007. Os anos que mais apresentam número de dissertações são os anos 2013 (07); 2017 (07); e 2018 (10).

Na Espanha, o pequeno número de dissertações identificadas deve-se ao fato de que não é obrigatório o depósito legal das mesmas no repositório das universidades, de tal maneira que não podemos estabelecer uma comparação quantitativa condizente entre os dois países. Todavia, dentre as dissertações identificadas, as ocorrências iniciam em 2012 (1): 2013(1): 2014 (2): 2016 (2): 2017 (4): e 2018 (1).

Gráfico 1 - Número de dissertações defendidas no Brasil e na Espanha entre 2001 e 2018 com temáticas relacionadas a arquivos, arquivologia e tecnologia digital



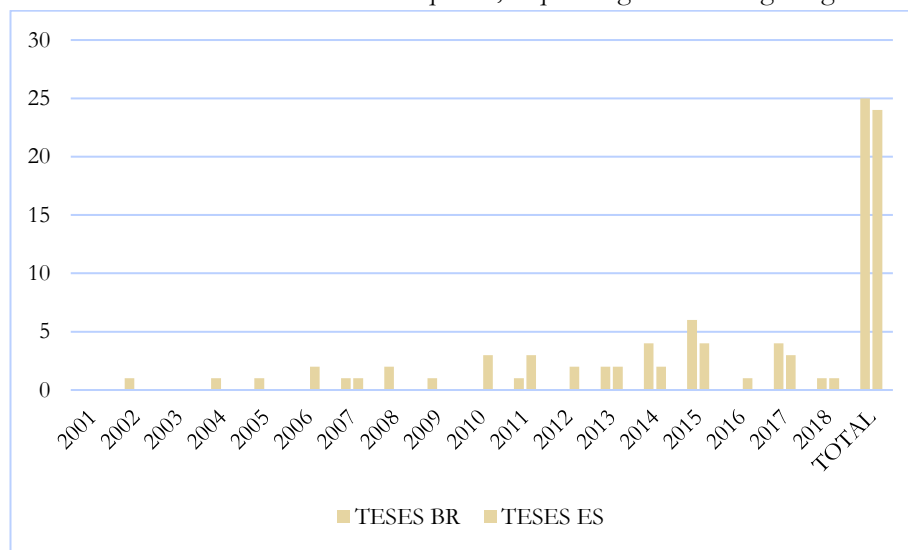
Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto às teses, em termos quantitativos, tanto no Brasil quanto na Espanha quase se equivalem. Encontramos nos repositórios 25 teses defendidas no Brasil e 24 na Espanha. No Brasil há lacunas em vários anos, mais precisamente em 2001, 2003, 2006, 2010, 2012 e 2016. A primeira tese sobre o assunto é defendida em 2002. Os anos que mais apresentam número de teses são os anos 2014 (04), 2015 (06), e 2017 (04). Na Espanha também há lacunas: entre 2001 e 2005 e entre 2007 e 2008 não aparece nenhuma tese sobre

o tema. Nos anos seguintes aparece ao menos uma tese, sendo que os anos com maior quantidade são 2010 (3), 2011 (3), 2015 (4) e 2017 (3).

Como se pode observar no Gráfico 2, as teses defendidas na Espanha ocorrem a partir de 2006, sendo que os anos que apresentam maior número de defesas de teses são os de 2010 e 2011 (3), 2015 (4) e 2017 (3).

Gráfico 2 - Número de teses defendidas entre 2001 e 2018 no Brasil e na Espanha com temáticas relacionadas a arquivos, arquivologia e tecnologia digital



Fonte: Elaborado pela autora.

No Brasil, até o momento, há somente um programa de pós-graduação na área de Arquivologia implementado a partir de 2012, em nível de mestrado profissional, denominado Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), vinculado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Assim, a maior parte das dissertações e teses foram e são realizadas em diversas áreas e programas de pós-graduação do país, notadamente nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, como se pode observar no Quadro 1.

Quadro 1 - Número de dissertações e teses defendidas por área ou programa de pós-graduação no Brasil

Área/Programa - Dissertações	Quantidade
Ciência da Informação	31
Engenharia Elétrica	1
Administração Pública	1
Ciência, Tecnologia e Sociedade	1
Computação aplicada	1

Engenharia de Produção	4
Gestão da Informação	1
Gestão de Documentos e Arquivos	1
Gestão de Organizações Aprendentes	1
Gestão de Organizações Públicas	1
Governança e Sustentabilidade	1
História Social	1
Justiça Administrativa	1
Patrimônio cultural	20
Saúde Pública	1
Total	67
Área/Programa Teses	Quantidade
Comunicação e Cultura Contemporânea	1
Ciência da Informação	16
Comunicações e Artes	1
História Social	1
Patrimônio Cultural	1
Engenharia e Gestão do Conhecimento	1
História Social	1
Educação	1
Educação	1
Literatura e Cultura	1
Total	25

Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro 2, apresenta-se o número de dissertações e teses no Brasil por instituição.

Quadro 2 - Número de dissertações e teses no Brasil por instituição

Dissertações/Instituição	Quantidade
Fundação João Pinheiro (Escola de Governo)	1
Fundação Oswaldo Cruz	1
Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul	1
Universidade de Brasília	3
Universidade de São Paulo	5
Universidade Estadual de Campinas	1
Universidade Estadual de Londrina	2
Universidade Estadual do Ceará	1
Universidade Estadual Paulista	5

Universidade Federal da Bahia	5
Universidade Federal da Paraíba	2
Universidade Federal de Minas Gerais	4
Universidade Federal de Santa Maria	24
Universidade Federal de São Carlos	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	3
Universidade Federal Fluminense	3
Total	67
Teses/Instituição	Quantidade
Universidade de Brasília	3
Universidade de São Paulo	4
Universidade Estadual de Londrina	1
Universidade Estadual Paulista	5
Universidade Federal da Bahia	2
Universidade Federal de Minas Gerais	3
Universidade Federal de Santa Catarina	2
Universidade Federal de Santa Maria	2
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	1
Total	25

Fonte: elabora pela autora.

As 67 dissertações foram defendidas em 19 instituições, sendo que se destaca grande quantidade delas (24) defendida na Universidade de Santa Maria (UFSM), localizada no estado do Rio Grande do Sul. Dentre as 24 dissertações defendidas na UFSM, 4 foram realizadas na área de Engenharia de Produção, 1 na área de Gestão de Organizações Públicas e 18 na área de Patrimônio Cultural. Do total de 24 dissertações, 13 foram orientadas por um mesmo orientador.

As 25 teses foram defendidas em 11 instituições, distribuídas de maneira mais uniforme, sendo o maior número de teses produzido na

Universidade Estadual Paulista – Unesp (5), seguida da Universidade de São Paulo – USP (4) e da Universidade de Brasília – UnB (3).

Na Espanha, quase semelhante ao Brasil, não há programas de pós-graduação específicos na área de Arquivologia a nível de mestrado e doutorado, motivo pelo qual as dissertações e teses são realizadas em áreas e programas diversos, havendo, no entanto, maior concentração nos programas de pós-graduação em Biblioteconomia e Documentação¹³² como se observa no Quadro 3. Ao contrário do Brasil, os cursos de *Ciencias de la Información* na Espanha, em geral, englobam a área de comunicação, jornalismo e cinema.

Quadro 3 - Número de dissertações e teses na Espanha por área ou programa de pós-graduação

Área/Programa TFM	Quantidade
Biblioteconomia y Documentación	10
Gestión de la Documentación y Bibliotecas	1
Sistemas de Información Digital	1
TOTAL	12
Área/Programa Teses	Quantidade
Biblioteconomia y Documentación	15
Biblioteconomia, Documentación i Comunicació Audiovisual	1
Ciencias de la Información	2
Comunicación y Documentación	1
Derecho Privado	1
Filología, Comunicación y Documentación	1
Filosofía	1
Historia del Arte	1
Información y Comunicación	1
Total	24

Fonte: elaborado pela autora.

Consta-se pelos resultados obtidos a notável influência dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, no Brasil, e de Biblioteconomia e Documentação, na Espanha, para o desenvolvimento de teses e dissertações sobre a temática abordada. A diversidade de instituições e áreas/programas em que são realizadas as teses e dissertações indica que, como não há uma área de

¹³² Para se ter uma visão panorâmica da trajetória do ensino e da pesquisa em Arquivologia na Espanha entre o final do século XIX e meados da década de vinte do século XXI, consultar MENDO CARMONA, Concepción. (2015). Visão mais detalhada e comparativa da trajetória arquivística na Espanha, no Brasil e no Canadá, ver BARROS, T.H.B. (2015). Ver também análises mais específicas do desenvolvimento da produção científica no Brasil em MARQUES, Angelica Alves da Cunha (2007) e em MARQUES E RONCAGLIO (2012).

concentração de pesquisas em Arquivologia, o desenvolvimento de pesquisas com o tema depende do perfil e interesse dos docentes/pesquisadores e alunos.

No quadro 4, apresenta-se o número de dissertações e teses na Espanha por instituição.

Quadro 4 - Número de dissertações e teses na Espanha por instituição

TFM/Instituição	Quantidade
Universidad Carlos III de Madrid	6
Universidad Complutense de Madrid	3
Universidad de León	1
Universidad de Salamanca	1
Total	11
Teses/Instituição	Quantidade
Universidad de Zaragoza	2
Universitat de Barcelona	3
Universidad Carlos III de Madrid	1
Universidad Complutense de Madrid	1
Universidad de Alcalá	1
Universidad de Córdoba	1
Universidad de Extremadura	1
Universidad de Granada	1
Universidad de Murcia	2
Universidad de Salamanca	8
Universidad de Valladolid	1
Universidad Pública de Navarra	1
Universidad da Coruña	1
Total	24

Fonte: elaborado pela autora.

As 11 dissertações/TFM foram defendidas em 4 instituições, destacando-se em termos quantitativos a Universidad Carlos III (6) e a Universidad Complutense de Madrid (3). As 24 teses foram defendidas em 13 instituições, sendo a Universidad de Salamanca notadamente a instituição onde foram desenvolvidas mais pesquisas sobre o tema (8), seguida da Universitat de Barcelona (3); Universidad de Zaragoza e Universidad de Murcia (2).

A seguir são apresentados os resultados da produção científica no Brasil e na Espanha (dissertações e teses) de acordo com a categorização definida para a análise.

Quadro 5 - Dissertações e teses no Brasil e na Espanha por categorias de análise

Dissertações por categorias de análise	Brasil	Espanha
Relações entre arquivos, arquivologia e tecnologia digital	9	0
Influências mútuas entre arquivos, arquivologia e tecnologia digital	32	6
Desafios teóricos e práticos	18	5
Estudos de caso	8	0
Total	67	11
Teses por categorias de análise	Brasil	Espanha
Relações entre arquivos, arquivologia e tecnologia digital	8	3
Influências mútuas entre arquivos, Arquivologia e tecnologia digital	11	17
Desafios teóricos e práticos	6	4
Estudos de caso	0	0
Total	25	24

Fonte: elabora pela autora.

No caso das dissertações, tal como explicado antes, torna-se difícil cotejá-las devido ao baixo número de divulgação das dissertações defendidas na Espanha. Ou seja, toda e qualquer comparação entre os dois países seria inadequada. O que podemos é constatar os resultados em seus próprios termos. E então, no caso do Brasil, identificamos que do total de 67 dissertações, 32 encaixam-se na categoria Influências mútuas entre arquivos, arquivologia e tecnologia digital; 18 na categoria Desafios teóricos e práticos; 9 nas Relações entre arquivos, arquivologia e tecnologia digital; e 8 na categoria Estudos de caso.

Na Espanha, ainda que os números não representem a efetiva produção científica do período, constatou-se uma concentração das pesquisas, quase equiparadas, em apenas duas categorias: Influências mútuas entre arquivos, arquivologia e tecnologia digital (6) e Desafios teóricos e práticos (5). Coincidentemente, ambas as categorias são as que mais se destacam também na produção científica no Brasil.

Quanto às teses, estas sim podem ser efetivamente comparadas no Brasil e na Espanha em termos dos resultados da categorização de análise. No Brasil, o maior número de teses encontra-se na categoria Influências mútuas entre arquivos, arquivologia e tecnologia digital (11), seguida bem de perto pela categoria Relações entre arquivos, arquivologia e tecnologia digital (8) e esta

pelos Desafios teóricos e práticos (6). Não se detectou teses que se encaixam na categoria Estudos de caso. No caso da Espanha, a categoria Influências mútuas entre arquivos, arquivologia e tecnologia digital, tal como no Brasil, aparece em primeiro lugar (17), porém, muito mais destacada em relação às outras categorias, a saber: Desafios teóricos e práticos (4) e Relações entre arquivos, arquivologia e tecnologia digital (3). Assim como no Brasil não há nenhuma tese na categoria Estudos de caso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tendência da produção científica brasileira e espanhola, resguardadas as especificidades da implantação da tecnologia digital e das mudanças político-administrativas em cada país, reflete as iniciativas internacionais de informatização que ocorreram, a partir da década de 1980, por meio de propostas de criação de padrões internacionais para a descrição e difusão de arquivos e, posteriormente, com a implantação da tecnologia digital na administração pública, com foco na produção e gestão de documentos públicos. Porém, se no século XX era possível perceber uma certa linearidade na produção técnico-científica espanhola e brasileira relacionada ao tema, em que pese alguma assimetria temporal, no século XXI há um cruzamento de reflexões e dúvidas sobre os mais diversos temas: serviços arquivísticos, ferramentas e redes sociais, e o alcance da teoria e metodologia arquivística. Todavia, pesquisas com essa temática ainda, embora crescentes, não ultrapassam 15 a 20 % da produção total na área e dependem muito do perfil de docentes e discentes para se concretizar. Por fim, até o período analisado, parece haver uma tendência da Arquivologia, tanto no Brasil quanto na Espanha, em experimentar as possibilidades tecnológicas para o seu desenvolvimento, em detrimento da inovação em termos teóricos e epistemológicos. Para isto, parece ser necessário tanto novos olhares sobre os conhecimentos já obtidos pelos arquivos e pela Arquivologia ao longo da sua existência como disciplina científica, quanto uma atenção especial ao desenvolvimento atual das atividades sociais, públicas e privadas, imersas em uma tecnologia disruptiva, que geram novas questões para a gestão e acesso aos arquivos. Há, sem dúvida, um considerável descompasso entre o ritmo e o alcance das mudanças tecnológicas atuais e o avanço da ciência arquivística, o que exige ainda mais ousadia e imaginação para pensar o ensino e a pesquisa no presente e no futuro.

REFERÊNCIAS

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Uma trajetória da Arquivística a partir da análise do Discurso: inflexões histórico-conceituais**. São Paulo. Cultura

Acadêmica, 2015.

BENJAMIM, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Zouk, 2014.

CARLOMAGNO, Márcio C. e ROCHA, Leonardo C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica pesquisadores. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 1, 2016.

CASTELLS, Manuel. 3ª ed. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. 3ª ed. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DORTIER, Jean-François (dir.). **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

KOBASHI, Nair Yumiko e FRANCELIN, Marivalde Moacir. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Inf.Inf.Londrina**,v.16,n.esp,p.1-24,jan./jun.2011.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: 34, 1993.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?**. 2. ed. São Paulo: 34, 2011.

LÉVY, Pierre. **A esfera semântica: Tomo 1: computação, cognição, economia da informação**. São Paulo: Annablume, 2014.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. 1ª ed. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia. A pesquisa científica em Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino em Arquivologia no Brasil**. 1.ªed.Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p. 74-88.

MENDO CARMONA, Concepción. Enseñanza e investigación de la archivística en España. In: NEVES, Dulce Amélia de Brito; ROCHA, Maria Meriane Vieira; SILVA, Patrícia. (Org.). **Cartografia da Pesquisa e Ensino da Arquivologia no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p.11-47.

RONCAGLIO, Cynthia; MENDO-CARMONA, Concepción. Comunicación científica de archivística en España. **Profesional de la información**, 2020, v. 29, n. 4.

SERRES, MICHEL. 1ª ed. **Narrativas do humanismo**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2015.

STEINBERG, Gustavo Soares. **Políticas em pedaços ou política em bits**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

UM OLHAR SOCIOMATERIAL SOBRE A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA¹³³

André Madeiro (Universidade Federal da Paraíba),
Patrícia Silva (Universidade Federal da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

As atividades arquivísticas podem ser compreendidas socialmente como resultantes da união entre humanos e objetos¹³⁴. Nesse sentido, os objetos como documentos arquivísticos, computadores, *software* influenciam no trabalho dos arquivistas. É um enfoque denominado de sociomaterialidade que possibilita a visibilidade das coisas como atores¹³⁵ não-humanos que agem junto com os atores humanos.

Foi realizado uma pesquisa empírica¹³⁶ nesta área por meio do trabalho de descrição arquivística dos resumos dos projetos de extensão entre o período

¹³³ A pesquisa é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Um olhar sociomaterial da descrição arquivística” defendido em março de 2022. Ele está disponível no site: http://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contents/menu/tccs/copy2_of_tcc (TCCs do Curso de Arquivologia da UFPB).

¹³⁴ Nesse artigo utilizamos os termos: “objetos” e “coisas” como sinônimos no campo de estudo da sociomaterialidade. Objetos/coisas são “artefatos não-humanos, independente do sinônimo que se dê, são coisas compostas por uma série de elementos relacionais, são produtos desenvolvidos para uma finalidade específica, que reestruturam os modos de ser, atualizando as maneiras de estar-no-mundo” (SILVA, 2020a, p.190).

¹³⁵ Ator pode ser uma coisa ou ser humano desde que executa alguma coisa. Ele refere-se a humanos e não-humanos (SILVA, 2020a).

¹³⁶ Iniciamos a pesquisa em agosto de 2021 e finalizamos em março de 2022.

de 2014 a 2019 que receberam o Prêmio Elo Cidadão, concedido pela Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal da Paraíba (PROEX/UFPB) e que disponibilizasse rastros digitais¹³⁷. Eles encontram-se no *software Access to Memory* (ATOM) da instituição. Este trabalho é fruto de um estágio¹³⁸ ocorrido no Arquivo Central, órgão suplementar da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O objetivo geral do artigo foi analisar, sob o olhar sociomaterial, a descrição dos documentos arquivísticos - resumos dos projetos de extensão que receberam o Prêmio Elo Cidadão da Universidade Federal da Paraíba entre 2014-2019. Quanto aos objetivos específicos percorremos os seguintes passos: a) mapeamos as redes sociotécnicas dos resumos dos projetos de extensão da UFPB; b) identificamos arranjos e vínculos dos atores humanos e não-humanos dos resumos dos projetos de extensão da UFPB; c) interpretamos as performances dos atores humanos e não-humanos dos resumos dos projetos de extensão da UFPB.

2 DEFINIÇÕES

No âmbito da pesquisa é importante conhecermos o significado de sociomaterialidade e termos relacionados ao mesmo. É uma proposta de estudo interdisciplinar com a Arquivística em busca de inovar as práticas arquivísticas.

Fenwick (2014) define o termo “sociomaterial” como um termo guarda-chuva que abrange diversas áreas do conhecimento. De acordo com Postma (2012) a sociomaterialidade refere-se a uma aglomeração de diferentes tipos de entidades humanas e não-humanas, cuja ação exerce um papel em cada uma destas, na formação e preservação da assembleia¹³⁹ humana e não-humana. Barry (2018) assinala que a sociomaterialidade é a relação entre o social (por exemplo: ideias, práticas) e o material (por exemplo: pessoas, animais, objetos). Ex: imaginemos uma unidade de arquivos constituída de dois ambientes: sala de consulta e sala de arquivos. A sala de arquivos disponibiliza de:

¹³⁷De acordo com Silva, Albuquerque e Veloso (2019), rastros digitais é uma pista no ciberespaço. Isso ocorre quando acessamos um *link* de uma foto ou realizamos *download* de um documento em PDF por exemplo. Bruno (2012) explica que este vocábulo refere-se a um vestígio, fruto de alguma ação feita por uma pessoa na *internet*. Mas também é possível que tal ação seja realizada por agentes maquinais.

¹³⁸No início do estágio, o estudante de Arquivologia atendeu a demanda mais urgente que foi do coordenador do Projeto Memorial UFPB, Sr. Durval Leal de Araújo Filho em realizar descrições arquivísticas dos resumos dos projetos de extensão citados de maneira remota durante o período da pandemia da Covid-19.

¹³⁹Assembleia é um papel desempenhado por uma gama diversificada de atores, elementos heterogêneos (coisas, pessoas, tecnologias, textos, etc.) (SILVA, 2020a, p.186-187).

desumificador, triturador de papel, armário alto, estantes abertas, estantes deslizantes, ar-condicionado, poltrona, mesa, computador e canetas. A sala de consulta apresenta uma grande mesa, poltrona e canetas (SANTOS, 2014¹⁴⁰). Eles são atores não-humanos que precisam de um ator humano para realizarem atividades arquivísticas. Nesses ambientes existem também o arquivista, um ator humano que necessita dos atores não-humanos citados para efetuar o referido trabalho. Todos os atores envolvidos nesse cenário caracterizam uma sociomaterialidade.

No contexto sociomaterial temos que compreender o significado dos seguintes termos: arranjos, vínculos, performances e redes sociotécnicas.

Arranjos são organizações de atores não-humanos e humanos num dado fenômeno social (SILVA, 2020a). Ex: unidade de arquivos citada anteriormente (SANTOS, 2014). A unidade de arquivos é formada de atores não-humanos. O arquivista é um ator humano que também faz parte deste. Todos fazem parte de uma organização relacionada aos documentos arquivísticos. Uma organização que apresente outros elementos diferentes do cenário arquivístico poderia ser considerado como arranjo de outra natureza.

Vínculos são ligações dos atores humanos com os atores não-humanos por alguma razão (LATOUR et al, 2015). Ainda de acordo com o exemplo anterior (SANTOS, 2014), a unidade de arquivos tem vínculos com: a sala dos arquivos para preservar os documentos arquivísticos permanentes com auxílio dos objetos; tem vínculos com a sala de consulta para possibilitar o acesso as informações dos documentos arquivísticos, identificar as suas características etc.; com o arquivista para viabilizar o elo com esse ator humano na disponibilização de serviços arquivísticos aos usuários.

As performances referem-se as ações das coisas junto com os humanos (SILVA, 2020b) e vice-versa. Ex: uma tabela de temporalidade e a destinação de documentos da área educacional (OLIVEIRA, 2007¹⁴¹). Eles performam para estabelecer os prazos de guarda de documentos arquivísticos. Os documentos arquivísticos agem, estabelecem a suas validades numa parceria com os humanos.

Redes sociotécnicas são conexões entre atores humanos e não-humanos em um cenário que propicia a formação de arranjos e vínculos (SILVA, 2020a). Ex: um conjunto de atores unificados como: documentos, protocolo, pastas A/Z, catálogos, usuários internos, mobília, computadores,

¹⁴⁰ Essa descrição é da ilustração da Figura 5) *Layout* de planta baixa da nova sala do arquivo (SANTOS, 2014, p.47).

¹⁴¹ Essa tabela é ilustrada no item 5.3.01 FUNÇÃO: PLANEJAMENTO EDUCACIONAL (OLIVEIRA, 2007, p.331).

informação, usuários externos, *software*, a organização e o arquivista. Eles formam a rede sociotécnica de um arquivo (SILVA, 2017¹⁴²).

Para complementar os estudos conceituais da sociomaterialidade, temos que compreender a definição acerca da descrição arquivística. O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia define-o como um: “[...] processo intelectual de sintetizar elementos formais e conteúdo textual de unidades de arquivamento, adequando-os aos instrumentos de pesquisa que se tem em vista produzir (inventário sumário ou analítico, guia, etc.) ” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.119).

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Utilizamos a pesquisa qualitativa (MINAYO et al., 2012) de caráter exploratório, descritivo (TRIVIÑOS, 1987) e analítico (MARCONI; LAKATOS, 2003), aplicada à *Internet* (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011) nos ambientes digitais supracitados.

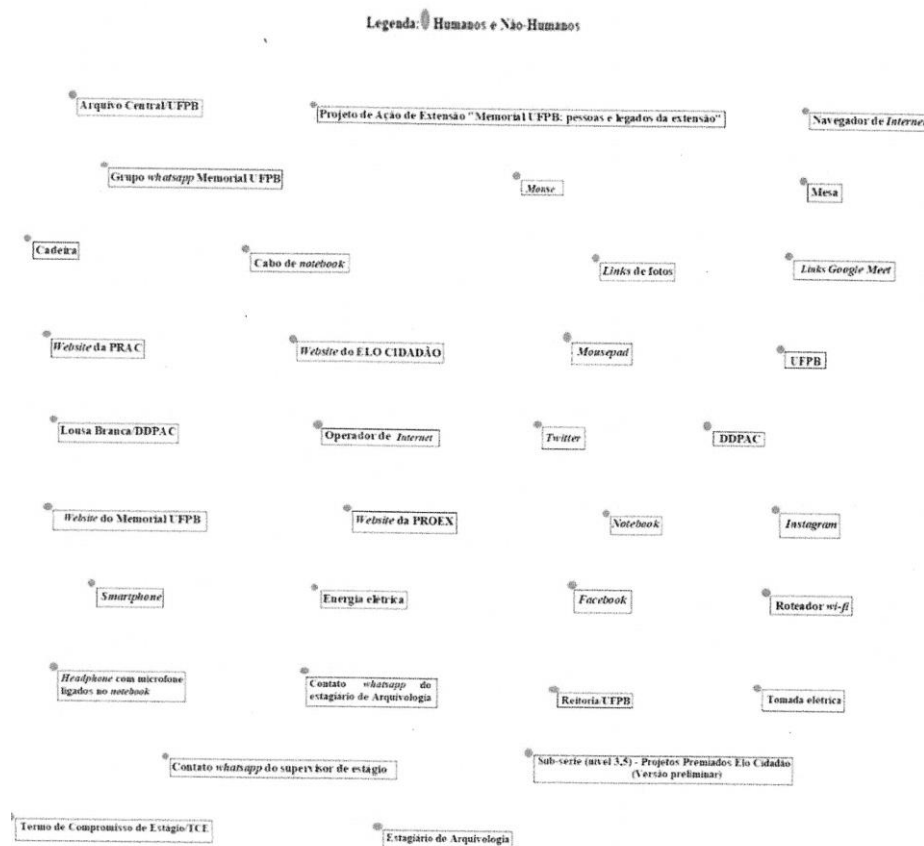
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na execução de nossa pesquisa, percebemos muitos atores visíveis e invisíveis no contexto dos resumos dos projetos de extensão da UFPB. Foram trinta e quatro atores: Arquivo Central/UFPB; cabo de *notebook*; cadeira; contato *whatsapp* do estagiário de Arquivologia; contato *whatsapp* do supervisor de estágio; DDPAC (Divisão de Difusão, Pesquisa e Ação Cultural); energia elétrica; estagiário de Arquivologia; *Facebook*; grupo *whatsApp* Memorial UFPB; *headphone* com microfone ligados no *notebook*; *Instagram*; *Links* de fotos; *Links Google Meet*; lousa branca/DDPAC; mesa; *mouse*; *mousepad*; navegador de *Internet*; *notebook*; operador de *Internet*; Projeto de Ação de Extensão: “Memorial UFPB: pessoas e legados da extensão”; Reitoria/UFPB; roteador *wi-fi*; *smartphone*; sub-série (nível 3,5) Projetos Premiados Elo Cidadão (Versão Preliminar); Termo de Compromisso de Estágio/TCE; tomada elétrica; *Twitter*; Universidade Federal da Paraíba/UFPB; *website* do Memorial UFPB; website do ELO CIDADÃO; *website* da PRAC; *website* da PROEX.

Todos os atores foram organizados de modo que representassem o universo dos resumos dos projetos de extensão da UFPB. Eles configuram arranjos sociomateriais, conforme ilustra a Figura 1.

¹⁴² Essa descrição é da ilustração da Figura 1) Rede sociotécnica do arquivo (SILVA, 2017, P.13-14).

Figura 1 - Arranjos socimateriais dos Projetos de Extensão da UFPB

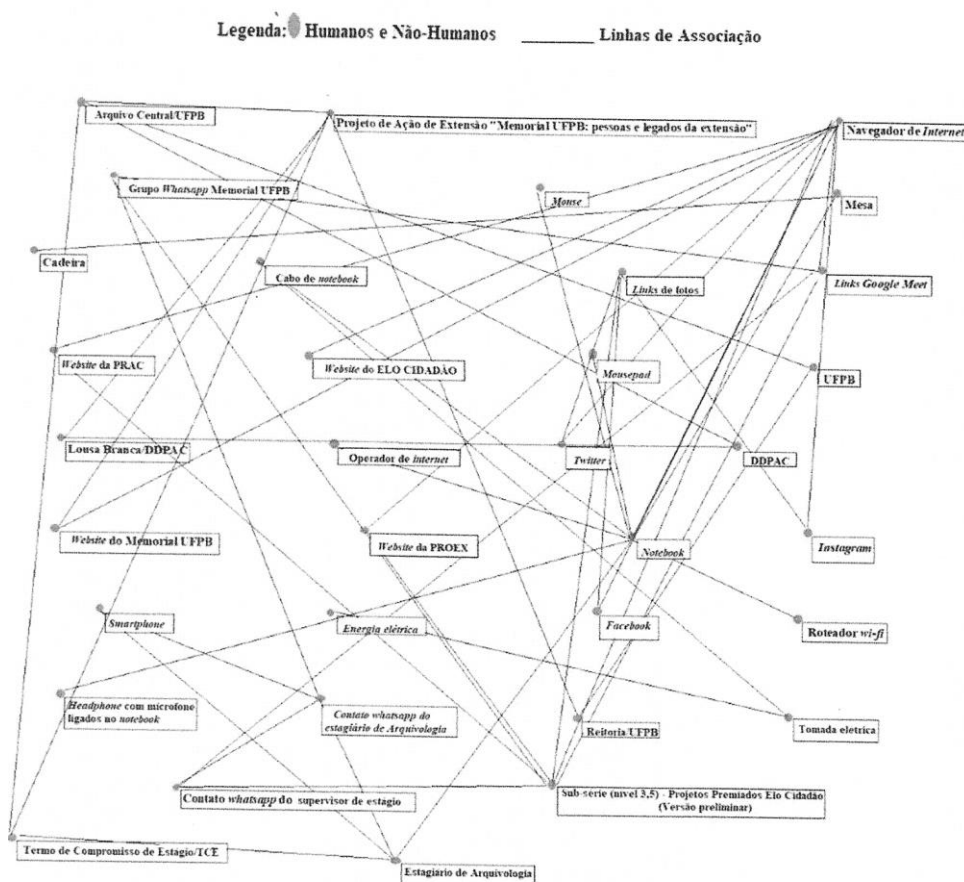


Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Segundo a Figura 1, podemos visualizar os atores associados aos resumos de projetos de extensão. São atores humanos e não-humanos mesclados. A supracitada figura é atinente à concepção de arranjos como um “[...] *layout* de humanos e não-humanos que se relacionam e ocupam lugares em relação uns aos outros” (SILVA, 2020b, p. 8).

Os atores são diversificados e conectados uns aos outros. A conexão entre os atores humanos e não-humanos diz respeito a rede sociotécnica dos resumos dos projetos de extensão da UFPB como ilustra a Figura 2.

Figura 2 - Rede Sociotécnica dos Projetos de Extensão da UFPB



Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Conforme a Figura 2, ela demonstra a noção de redes sociotécnicas como um coletivo de atores humanos e não-humanos presente em um cenário favorável a geração e proliferação de conhecimentos, constituído de arranjos e vínculos (SILVA, 2020a). Vale salientar que na mesma figura, acima dela existe uma legenda que representa todos os atores supramencionados como também as linhas de associação que cada ator liga aos outros na rede.

A partir das interações entre diversos atores como a Figura 2 ilustra, verificamos que existem muitos vínculos sociomateriais gerados. Podemos citar alguns: o cabo de *notebook* vincula à tomada elétrica e ao *notebook*; o estagiário de Arquivologia vincula ao *notebook*, Termo de Compromisso de Estágio/TCE, ao contato *whatsapp* do estagiário de Arquivologia e ao *smartphone*; a cadeira vincula à mesa. Esta situação corrobora com o significado de vínculos que são alianças entre atores híbridos por alguma finalidade (LATOUR et al, 2015).

Levando em conta uma grande quantidade de vínculos, evidenciamos que os atores performaram para a realização da descrição arquivística dos resumos dos projetos de extensão da UFPB. Interpretamos as performances da seguinte forma: o cabo de *notebook* performa com a tomada elétrica para ligar o *notebook* e com o *notebook* para favorecer o acesso e produção de informações; o estagiário de Arquivologia performa com o *notebook* para viabilizar a identificação dos projetos de extensão premiados e rastreados, com o Termo de Contrato de Estágio de maneira que o estudante esteja consciente de suas obrigações no estágio, com o contato *whatsapp* do estagiário de Arquivologia para viabilizar comunicar-se com outros atores do projeto mencionado e com o *smartphone* como maneira de utilizar os contatos *whatsapp* do supervisor de estágio e do grupo Memorial UFPB; a cadeira performa com a mesa para ajudar o estudante de Arquivologia a utilizar seu *notebook*.

As interpretações das performances dos atores envolvidos demonstraram que eles estão conectados em redes. Isso confirma a concepção de performance como atuações dos objetos com os humanos de maneira recíproca. (SILVA, 2020b).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das investigações realizadas, constatamos uma rede sociotécnica constituída de muitos arranjos, vínculos e performances dos atores dos resumos dos projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) envolvidos no processo de descrição arquivística que foram registrados no *software Access to Memory* (ATOM) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Acreditamos que esta pesquisa encoraje os futuros estudantes de Arquivologia a explorarem mais sobre a sociomaterialidade e o campo arquivístico como uma proposta de tornar a arquivística contemporânea numa arquivística híbrida e reformulada, de maneira que as atividades arquivísticas são realizadas tanto por arquivistas como também pelas coisas e objetos, numa parceria dinâmica em redes intermináveis da vida social.

REFERÊNCIAS

BARRY, Wayne **The professional learning of academics in higher education: a sociomaterial perspective**. 2018. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Canterbury Christ Church, 2018. Disponível em: <https://repository.canterbury.ac.uk/item/88ww2/the-professional-learning-of-academics-in-higher-education-a-sociomaterial-perspective>. Acesso em: 23 set. 2022.

BRUNO, Fernanda Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre: vol. 19, n. 3, p.681-704, 2012. DOI:

<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2012.3.12893>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/12893>. Acesso em: 23 set. 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 23 set. 2022.

FENWICK, Tara Knowledge circulations in inter-para/professional practice: a sociomaterial enquiry. **Journal of Vocational Education & Training**, v.66, n.3, p.264-280, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/13636820.2014.917695>. Acesso em: 23 set. 2022.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana **Métodos de pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

LATOUR, Bruno et al. Faturas/Fraturas: da noção de rede à noção de vínculo. **Ilha: Revista de Antropologia**, Florianópolis: v.17, n.2, p. 123-146, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2015v17n2p123>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n2p123>. Acesso em: 23 set. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria **Fundamentos de metodologia científica**. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 23 set. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Daise Aparecida de **Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos para as administrações públicas municipais**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2007. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/publicacoes/tecnica/ver/planos-de-classificacao-e-tabelas-de-temporalidade-de-documentos-para-as-administracoes-publicas-municipais>. Acesso em: 23 set. 2022.

POSTMA, Dirk **Education as sociomaterial critique**. *Pedagogy, Culture Society*, v.20, n.1, p. 137-156, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/14681366.2012.649419>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14681366.2012.649419>. Acesso em: 23 set. 2022.

SANTOS, Elen Cristina Lima dos **Arquitetura arquivística: percurso da informação documental no âmbito de uma instituição de economia mista da Paraíba - PBGÁS**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia). Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/9231>. Acesso em: 23 set. 2022.

SILVA, Mayara Karla Dantas da ALBUQUERQUE, MARIA Elizabeth Carneiro de; VELOSO, Maria do Socorro Furtado Representação da informação noticiosa pelas agências de *fact-checking*: do acesso à informação ao

excesso de informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo: v. 15, n. 2, p. 410-426, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1225>. Acesso em: 23 set. 2022.

SILVA, Patrícia **Protagonismo humano-não-humano nas práticas pedagógicas**. Salvador: 2020. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020a. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32246>. Acesso em: 23 set. 2022.

SILVA, Patrícia O sociomaterial nas práticas arquivísticas sob o olhar da pesquisa pós-qualitativa. **Archeion Online**, João Pessoa: v.8, n.2, p.4-18, 2020b. DOI: <https://dx.doi.org/10.22478/ufpb.2318-6186.2020v8n2.52976>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/52976>. Acesso em: 23 set. 2022.

SILVA, Patrícia Primeiras aproximações teóricas do ator-rede na arquivologia. **Archeion Online**, João Pessoa: v.5, n.1, p.7-21, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion/article/view/35861>. Acesso em: 23 set. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva **Introdução a pesquisa em Ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Atlas, 1987.

A DEEP WEB E OS ARQUIVOS DIGITAS: ACESSIBILIDADE, USO E LEGITIMIDADE

Tainá de Sousa Santos (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

Patrick Dourado Ribeiro (Universidade Federal Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo analisar de que forma podemos fazer uso da *Deep Web* e dos documentos digitais encontrados nesse ambiente buscando fornecer acessibilidade e refletindo sobre a natureza e veracidade dessas informações. Tal preocupação se deu graças o papel globalizador que a internet vem ganhando através do século XXI e como espaços como a *Deep Web* e as redes que a compõem figuram em discursos sobre o direito e liberdade da informação. Tais reflexões misturam-se com o espaço que a arquivologia vem galgando em fornecer informação ao cidadão, garantindo seu direito e cidadania, mas também buscando maneiras de avaliá-la como autêntica e confiável.

Para a realização desse trabalho foi realizada revisão bibliográfica em cima do material selecionado e testes de acesso aos sites e redes selecionados. A cerca da *Deep Web* fez-se necessário utilizar produções como matérias de revistas e jornais, documentários, relatórios dentre outros. A fim de delimitar melhor o corpus documental desse trabalho foi decidido restringir o mesmo visto que a *Deep Web* é extensa e impossível de ser mapeada pela tecnologia atual. Para a realização deste trabalho utilizou-se apenas a rede *.Onion*, onde foram realizados os testes de acesso. Os dados coletados foram comparados

com o conteúdo do levantamento bibliográfico e então analisados a fim de retirarmos conclusões sobre o tema.

Para a análise usamos o modelo fornecido pelo Projeto Interpares (2007) que, com auxílio da Diplomática buscam destacar que os aspectos analisados são adaptações dos conceitos dos documentos analógicos e resultantes do estreitamento da Arquivologia com a Diplomática. E notar se os repositórios digitais onde tais documentos se encontram parecem amparados sobre as especificações de sua estrutura e dos metadados necessários para garantir a preservação e acesso aos materiais (CONARQ, 2015).

2 PARADIGMAS E MUDANÇAS

A revolução tecnológica da comunicação ampliou em massa a capacidade de produção, acumulação e veiculação de dados e informação. Innarelli (2011) destaca que, para todos os efeitos a informação, o conhecimento e a cultura que eram transmitidos ao longo do tempo através dos meios de comunicação evoluíram mediante a necessidade humana e o alvorecer de novas tecnologias.

Com o alvorecer do novo contexto tecnológico devemos considerar as mudanças de paradigmas da informação que serviram como importantes fatores. No fazer arquivístico há o surgimento do Documento Digital que ainda levanta debates na arquivologia devido a sua natureza dinâmica e que foge dos princípios dos quais a arquivologia sempre esteve debruçada: a teoria das três idades e o ciclo de vida dos documentos (FILHO, 2016).

Os avanços tecnológicos e o aumento das necessidades administrativas, jurídicas e científicas, proporcionaram o crescimento da documentação gerada nos dias atuais, o que afeta a Arquivologia (BELLOTTO, 2006). Essas mudanças, unidas a maiores demandas de acesso à informação e conteúdos distintos proporcionaram a popularização por formatos digitais.

Rondinelli (2013) caracteriza documento arquivístico digital como o documento arquivístico codificado em dígitos binários, produzido, tramitado e armazenado por um sistema computacional. Este é constituído de suporte e componentes digitais, registrado em cadeias de bits que contêm dados de forma, de conteúdo e de composição do documento digital.

Santos e Flores (2015) identificam que esses documentos digitais necessitam de tratamentos especiais para que sejam asseguradas sua autenticidade e confiabilidade. Estas características poderiam ser atestadas através de repositórios digitais e o registro de metadados, que seriam capazes de garantir que o documento eletrônico ou digital não se transforme apenas em

informação e mantenha a sua fidedignidade, assegurando seu valor probatório legal.

Trazendo a questão para os documentos analógicos, encontramos na Diplomática ferramentas para estabelecer a confiabilidade e autenticidade de documentos. Junto desta, há também políticas públicas e estratégias de conservação que suprem as necessidades desse meio. Duranti (1994) diz que os documentos são imparciais no que diz respeito à criação, autênticos em relação aos procedimentos, e inter-relacionados no que tange ao conteúdo. Graças a essas características que atestam seu valor, os registros documentais são capazes de satisfazer os requisitos legislativos sobre seu valor probatório, logo constituem a melhor forma, não só de prova documental, mas de prova em geral.

Rondinelli (2013) destaca que a diplomática pode oferecer subsídios necessários para essas análises. A associação entre Diplomática e Arquivologia pode ser a resposta para um melhor gerenciamento dos documentos arquivísticos modernos, sobretudo os digitais. Apesar da diplomática ver os documentos arquivísticos como entidades individuais e a Arquivologia vê-los como agregações, o trabalho em conjunto das duas áreas pode ser visto como um caminho seguro para o gerencialmente arquivístico de documentos, inclusive os digitais (DURANTI; MACIEL, 1996 apud RONDINELLI, 2013).

Nos documentos arquivísticos digitais são analisados certos aspectos diplomáticos, estes atestam sua autenticidade e a posteriori ajudam a estabelecer estratégias de preservação cabíveis. Contudo, analisar o repositório digital e se este é confiável também auxilia na manutenção da autenticidade do próprio documento.

Flores e Santos (2016), destacam que os aspectos analisados são adaptações dos conceitos dos documentos analógicos e resultantes do estreitamento da Arquivologia com a Diplomática.

Os primeiros aspectos, Forma Fixa e Conteúdo Estável, são "características fundamentais para comprovação da integridade, autenticidade e fidedignidade dos documentos, atingindo os requisitos de confiabilidade (FLORES, SANTOS, 2016, p.71)".

De forma resumida, "um documento digital de forma fixa e conteúdo estável mantém a apresentação na tela do computador mesmo que mude de formato (RONDINELLI, 2013 apud FLORES, SANTOS, 2016). Sua forma fixa assegura a mesma aparência e apresentação sempre que for recuperado (INTERPARES, 2007b).

O conteúdo estável, contudo, diz respeito ao documento que torna a informação e conteúdo contidos nele imutáveis, não sendo possível alterá-los

ou produzir novas versões que não estejam justificadas e registradas dentro dos parâmetros cabíveis (INTERPARES, 2007b).

Essas duas características juntas configuram a fixidez. Portanto, o documento arquivístico digital mantém a apresentação, tal qual, este princípio de fixidez se encontra no conceito de documento arquivístico de maneira implícita e explícita, no âmbito da Arquivologia ou da Diplomática. (RONDINELLI, 2013 apud FLORES, SANTOS, 2016).

O outro aspecto analisado é se o documento digital é estático, ou seja, se estabelece certo grau de interação do usuário com a informação. Os documentos digitais podem ser dos mais diferentes formatos e extensões. Um documento digital estático possui um grau de interação limitado o qual não oferece grandes riscos a sua fixidez (FLORES, SANTOS, 2016).

A análise diplomática, porém, não irá se constituir de apenas um dos elementos para garantir a autenticidade e confiabilidade desses documentos. É importante salientarmos não só o seu uso, mas ele combinado com outras estratégias e ferramentas. Pensar em preservação digital, implica em refletir sobre políticas de preservação específicas para esse meio, uma vez que dada a sua composição diferenciada, os documentos digitais estão sujeitos a diversas questões, técnicas e teóricas, que acabam dificultando a ação de preservá-los.

Em relação aos repositórios digitais Flores (2017) destaca que deve ser desenvolvido segundo o modelo do *Open Archival Information System* (OAIS). O modelo OAIS define a estrutura de um repositório e a norma OAIS descreve as funções de um repositório e os metadados necessários para garantir a preservação e o acesso aos materiais, criando, portanto, um modelo funcional e informacional (CONARQ, 2015). Ele é considerado uma estratégia a longos prazos, cujas vantagens são as possibilidades de definir o plano de preservação, por exemplo, escolha de formatos disponibilizados e conversões para outros.

Contudo, devemos salientar que nenhuma dessas medidas isoladamente é capaz de suprir as necessidades de segurança de uma política de preservação competente. O que garantiria as características necessárias para uma preservação e acesso coerentes é a junção de políticas e recursos tecnológicos, juntos de estratégias de preservação. O repositório digital, será uma ferramenta e garantir que seja confiável em um ambiente seguro é garantir longa vida a essa documentação. A preservação dos documentos arquivísticos digitais, durante as 3 fases, deve ser fundamentada no uso de um repositório arquivístico digital confiável (CONARQ, 2015).

Para além destas discussões, outro ponto a ser abordado é a capacidade de criar, acumular, armazenar e comunicar dos documentos digitais exercem. Estas características relacionam-se diretamente com o direito ao acesso à

informação. A Lei Federal nº. 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação -, regula o acesso à informação, integrando uma política nacional de arquivos de forma consciente. Para a arquivologia, ela auxilia na elaboração e desenvolvimento de metodologias que garantam a produção, utilização, guarda e o acesso aos documentos de arquivo, como forma de garantir o direito constitucional de acesso à informação em detrimento à política que outrora estava alicerçada no segredo e no silêncio (FIDELIS, FERREIRA, DIAS, 2017). Contudo a legislação brasileira sobre os documentos digitais, seu acesso e sobre a internet em si, ainda está sendo aperfeiçoada.

3 INTERNET: SURFACE E DEEP WEB

A internet surgiu como um instrumento para que as instituições militares, pudessem se comunicar de maneira descentralizada. O uso da internet através do *World Wide Web* (WWW) e do protocolo TCP/IP1 popularizou-se a partir dos anos 2000. O uso comercial da internet nos Estados Unidos foi liberado apenas em 1987 e seu desenvolvimento foi exponencial criando uma rede mundial a qual podemos chamar de espaço cibernético ou ciberespaço (LOPES, 2013).

Atualmente, a internet vai muito além de seu uso público ou militar, ela está na vida privada dos indivíduos e as infraestruturas do Estado também dependem desta para se comunicar e operar, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil e em outros países. Com a disseminação da internet e seu uso crescente tanto na vida social quando econômica e política, considera-se natural que os Estados e demais instituições comecem a pensar em formas de regularizar seu uso.

A ameaça da internet, ou a ameaça que poderia vir deste meio, justifica sua securitização, esse pensamento é explicado por Nissenbaum (2009) ao apontar que, a partir dos anos 1990 a internet se torna palco de políticos e corporações, agentes e instituições que podem afetar diretamente a soberania do Estado. Como resume Lynn (2011 apud RODRIGUES, 2017) *bits e bytes* podem ser tão ameaçadores quanto balas e bombas.

Diversos casos de vazamentos de informações, espionagem e venda de informações assolaram a sociedade. Como Snowden, *Wikileaks* e Assange além de diversas outras denúncias de espionagem e violação de privacidade. Pensar em securitizar a internet evidentemente também cruza a fronteira onde direito de informações e acesso esbarram com privacidade.

Paralelamente aos avanços com a internet surge um ambiente digital, *Deep Web*, cuja premissa é a troca de informação de forma segura através do anonimato, necessário uma vez que a maioria dessas informações pode

corresponder a alguma quebra na lei. A *Deep Web*, essa parte da internet que precisa ser acessada com software específico, fornece mais liberdade ao usuário. Liberdade do anonimato e de trocar informações sem o rastreamento dos acessos, coisa que na *Surface* não é tão simples. Suas origens remontam a um projeto norte-americano de troca de mensagens chamado *The Onion Routing* que daria origem ao projeto *The Onion Router* (TOR), software responsável pelo acesso a essa rede.

Diferente da *Surface Web*, a *Deep Web* se refere à porção da internet que não pode, ou não é indexada através de buscadores tradicionais. A maior parte de seu conteúdo está na *Deep Web*, fora do alcance dos navegadores convencionais. Isso pois o material na *Deep Web* não é indexado e o usuário precisa ter o endereço URL completo para acessar a página desejada (SWIRE, AHMAD, 2012).

A maioria dos sites na *Deep Web* usa um *software* específico de anonimato TOR (*The Onion Router*), que criptografa identidade do usuário agrupando os dados recebidos em pacotes criptografados, anonimizando as informações sobre o remetente removendo parte do cabeçalho do pacote, criptografando o restante das informações de endereço e enviando o pacote de dados criptografados por vários servidores. O TOR é uma ferramenta considerada importante para diversas profissões e atividades ao proteger as comunicações e a navegação online. Tanto jornalistas investigativos quanto policiais e agentes de inteligência usam o Navegador TOR para conduzir suas investigações sem alertar os sites investigados sobre suas visitas; ativistas e defensores de direitos humanos usam a ferramenta para se organizar e discutir temas controversos sem risco de represálias, prisão ou morte em regimes não democráticos (como no Irã, na China e na Síria).

4 ESTUDO DE CASO

A partir das análises e ponderações realizadas buscamos analisar um documento encontrado num repositório na *Deep Web*. Os pontos a serem analisados seguem as recomendações de Santos (2016) e do Projeto Interpares, buscando definir parâmetros de confiabilidade e autenticidade dos documentos e dos sites em que se encontram. Através deste estudo de caso pretende-se observar e analisar onde se pode utilizar as técnicas arquivísticas para garantir a autenticidade de documentos encontrados em ambiente digital, que não estão disponibilizados em instituições arquivísticas e de custódia. Bem como compreender até que ponto pode-se encarar esses documentos como legítimos e ratificar suas informações para uso.

O site escolhido é denominado *Cryptome*. O *Cryptome* é um *website* em atividade desde 1996, e age por uma fundação privada sem fins lucrativos que busca coletar informações sobre liberdade de expressão, privacidade, criptografia, tecnologias de uso duplo, segurança nacional, inteligência e sigilo governamental. Ele também possui uma versão na *surface* e é visto de forma dual na mídia e na política pelo seu discurso de não medir o uso da informação, divulgando informações sigilosas que partem desde a identidade de assassinos e terroristas localização e equipamentos de bases militares do Governo dos Estados Unidos.

O documento escolhido constitui-se de um *Indictment* (acusação, tradução), ou seja, uma acusação penal de que um indivíduo tenha cometido um crime. O documento consiste em uma declaração curta e breve de onde, quando e como o acusado cometeu o crime e cada ofensa é estabelecida em uma contagem separada. Este documento configura-se como uma acusação contra Julian Paul Assange, fundador do site *Wikileaks*, apresentado ao júri na Corte do distrito de Virgínia e data de março de 2018.

Como sugere o modelo de análise do projeto Interpares, o primeiro ponto pra identificar um documento como arquivístico, em uma entidade digital, é atestar que este tenha conteúdo estável e forma fixa e estar fixo em uma mídia estável. O presente documento possui forma física, mantendo a apresentação na tela do computador mesmo que mude de formato e tanto a sua apresentação como conteúdo não se alteram quando é recuperado. Seu conteúdo estável é atestado uma vez quer tornar-se impossível mudar os dados contidos no documento e disponibilizá-los no site. Seu grau de interação é limitado, portanto um documento digital estático, que não solicita entrada de dados.

O segundo ponto da análise é compreender a ação que envolve o documento, o objetivo de sua criação. Neste caso observa-se que o documento foi criado para dar início ao processo penal do réu, nele são listadas o que o réu é acusado e um *attorney* (advogado, tradução nossa), os apresenta mediante ao juiz a após ser endossado à um júri.

O terceiro ponto é destacar a relação orgânica do documento junto de outros. A análise do documento em estudo não permitiu identificar outros documentos que este mantenha relação. Apesar de fornecer algumas informações como número criminal, não há nenhuma outra informação que indique um elo orgânico do documento com outro, capaz de contextualizá-lo.

O ponto seguinte é identificar as pessoas envolvidas com o documento como o autor, redator, destinatário, produtor e o originador. Não é possível confirmar com clareza o papel dos responsáveis pelo documento. É notado

alguns nomes e assinaturas ao longo do documento, mas observa-se também que um deles, do possível autor ou produtor encontra-se censurado por uma tarja preta dando conhecimento apenas de pessoas que poderiam ocupar as posições de redator ou autor ou produtor do documento - sendo o advogado e o assistente que assinam o documento ao fim. Seu destinatário é a própria corte jurídica e, fora isso, é impreciso especificar os demais envolvidos com clareza.

O último ponto é o estabelecimento de contextos identificáveis. O contexto jurídico-administrativo são as regras que envolvem a produção de tal documento, como normas, lei, regimento interno, nesse caso não é possível mapeá-lo. O contexto de proveniência se refere à entidade produtora, seu mandato e estrutura, para tal documento podemos compreender que a acusação foi feita por parte de advogados de um órgão público, sendo, portanto, apresentado ao Tribunal do Distrito Leste da Virgínia, e essa é toda a informação que podemos compreender.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de fornecer informações que se assemelham a verídicas, a ausência de modelos pré-determinados estabelecidos na análise diplomática que sugere o Projeto Interpares faz com que o documento seja dúbio ele não se estabelece aos requisitos arquivísticos, e onde encontra-se disponibilizado tão pouco estabelece metadados e outras estratégias de gestão e de preservação capazes de garantir a confiabilidade e autenticidade de suas informações. É possível, porém, realizar uma análise através de outros moldes que cabem à outras ciências, mas a não capacidade de satisfazer os critérios supracitados coloca em xeque a capacidade do documento ser autêntico por mais que na internet existam outros documentos disponíveis da mesma tipologia documental que sigam a mesma estruturação de informação e suporte que este.

Buscando uma reflexão sobre tema voltamo-nos na afirmação de Innarelli (2011) em que, dada a complexidade dos documentos digitais, sua preservação, e para tal o monitoramento e avaliação de suas características, não será resolvida exclusivamente pela tecnologia. Torna-se passível de debate e consideração relacionar documentos digitais, acessibilidade e a *Deep Web* sobre o pretexto que essa rede de redes se faz, observando as relações que são construídas e a finalidade dos documentos que ali encontram-se.

Temos na Deep Web uma enorme difusão de conteúdo científico e conteúdo governamental que, por algum motivo, não está disponível para o cidadão apesar de ser seu por direito ou por dizer a respeito à o que este consome. Muitos destes documentos, em sua grande maioria digitalizados,

podem ser usados como referencial para a pesquisa científica e para qualquer outro uso que o cidadão queira fazer dele. Além disto, a *Deep Web* oferece um terreno livre onde se é capaz de disseminar a informação de cunho educativo e científico sem medo de represálias ou censura. Fato que também dialoga com a concepção de disseminação da informação das instituições arquivísticas.

Em todo caso, é notável que a Deep Web, em especial a rede *.onion* não são capazes de satisfazer os requisitos que a arquivologia propõe. Apesar de todos os avanços tecnológicos e outras pesquisas que buscam aumentar a quantidade de sites mapeados por motores de buscar e conectar-se à diversas bibliotecas e repositórios *onlines* disponíveis na internet, ainda não há meio seguro de garantir a autenticidade destes documentos e a veracidade das informações contidas neles, ao menos não apenas com os métodos arquivísticos e diplomáticos.

REFERÊNCIAS

BERGMAN, Michael K. White Paper: **The Deep Web: Surfacing Hidden Value**. The journal of electronic publishing, v. 7, n. 1, p 1-25, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3998/3336451.0007.104>.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015**. Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>

CHERTOFF, M. C.; SIMON, T. **The impact of the dark web on internet governance and cyber security**. Ontario: Centre for International Governance Innovation and Chatham House, n. 6, p. 1-18, 2015.

COSTA FILHO, C. M. A. **O ciclo vital ante o documento digital: o modelo Records Continuum como recurso de elucidação**. Acervo, v. 29, n. 2, p. 155-167, 2016

DAS NARAYAN, N.; KUMAR, E. Hidden Web Query Technique for Extracting the Data from Deep Web Data Base. In: **Proceedings of the World Congress on Engineering and Computer Science**, 2012, San Francisco. Anais [...]. San Francisco: WCECS, 2012. p. 1-5. Disponível em: http://www.iaeng.org/publication/WCECS2012/WCECS2012_pp410-414.pdf

DOS SANTOS, H. M.; FLORES, D. **Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo**. Perspectivas em ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 198- 218, 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2341>.

_____. **Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos: reflexões e perspectivas.** *Acervo*, v. 28, n. 1, p. 241-253, 2015. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2016/3932-1475261404.pdf>

DOS SANTOS, C. H. A.; MARCHI, K. R. da C. **O Que a Deep Web Pode Oferecer Além da Surface Web.** In: XV Semana de Informática; XII Mostra de Trabalhos de Iniciação Científica, 2013, Paranavaí. Anais [...]. Paranavaí: UNIPAR, 2013. p. 1-5. Disponível em: https://www.academia.edu/15658434/O_Que_a_Deep_Web_Pode_Oferecer_Al%C3%A9m_da_Surface_Web.

DURANTI, L. **Registros documentais contemporâneos como provas de ação.** *Revista Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

FUNARI, Pedro Paulo A. Heloisa Liberalli Bellotto, **Arquivos permanentes. Tratamento documental.** Segunda edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 320pp. ISBN 85-225-0474-1. *Revista CPC*, n. 2, p. 129-132, 2006.

INNARELLI, H. C. **Preservação digital: a influência da gestão dos documentos digitais na preservação da informação e da cultura.** *Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 72-87, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1934>.

INTERPARES. **Projeto InterPARES 2.** [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Diretrizes_produtores.pdf

FIDELIS, M. B.; FERREIRA, J. S.; DIAS, D. M. **Patrimônio documental e cidadania: importância do acesso pleno à memória das conquistas sociais e trabalhistas no SINTECT-PB.** In: Congresso nacional de arquivologia, 2016, Fortaleza. Anais eletrônicos [...] *Revista Analisando em Ciência da Informação*, João Pessoa, v. 4, p. 794-805, 2016. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp.

LOPES, G. **Reflexos da digitalização da guerra na política internacional do século XXI: uma análise exploratória da securitização do ciberespaço nos Estados Unidos, Brasil e Canadá.** Dissertação de mestrado (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12489>

NISSINBAUM, H. **Privacy in context: Technology, policy, and the integrity of social life.** California: Stanford University Press, 2010. 22p

RODRIGUES, J. R. **A cibersegurança americana e a escola de Copenhague: do paradigma da securitização ao caso Edward Snowden.** UNINTER, p. 1-14, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/270>.

RONDINELLI, R. C. **Fidedignidade e autenticidade do documento eletrônico: uma abordagem arquivística.** In: 3º Integrar Congresso

Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus. 2002. Anais [...] São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzi, 2002. p. 471-483

SWIRE, P.; AHMAD, K. **Going Dark** Versus a **'Golden Age for Surveillance**. Center for Democracy and Technology, p. 1-5, 2011. Disponível em: [https://fpf.org/wp-content/uploads/Going-Dark-Versus-a-Golden-Age-forSurveillance-Peter-Swire-and-Kenesa-A.pdf](https://fpf.org/wp-content/uploads/Going-Dark-Versus-a-Golden-Age-for-Surveillance-Peter-Swire-and-Kenesa-A.pdf).

PARTE VIII

**A CADEIA DE CUSTÓDIA DIGITAL
NA PRESERVAÇÃO DIGITAL SISTÊMICA:
DO SIGAD (INCLUSIVE SIGAD DE
NEGÓCIO) AO RDC-ARQ E ÀS
PLATAFORMAS ARQUIVÍSTICAS DE
ACESSO E TRANSPARÊNCIA ATIVA**

A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS EM AMBIENTE DIGITAL E A VARIÁVEL POLÍTICA

Brenda Couto de Brito (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

Angelica Alves da Cunha Marques (Universidade de Brasília/
Universidade Federal Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Preservar os documentos para acesso às suas informações, em momentos posteriores aos de sua produção, possibilita usos diversos dos registros como provas de ações (DURANTI, 1994) no presente e como testemunhos do passado no futuro (BELLOTTI, 2006). A exemplo do que já ocorria com os documentos analógicos, a preservação dos documentos de arquivo em ambiente digital é uma tarefa que requer grande responsabilidade em virtude de sua importância para a manutenção do legado informacional de uma pessoa, família, entidade, sociedade, Nação.

O cenário que inscreve e interage com a preservação digital torna esse desafio ainda maior, especialmente por sua dimensão política, objeto desta comunicação, que propõe analisar questões políticas no tocante à preservação dos documentos arquivísticos em ambiente digital, ou seja, como a sua (não) aplicação tem repercussões na preservação da memória.

A preservação deve ser planejada e excetuada, levando-se em consideração algumas variáveis que incidem sobre ela, como as socioculturais, econômicas, técnicas e políticas. Esta comunicação objetiva discutir a relevância da variável política, a partir do recorte de uma tese de Doutorado em Ciência da Informação (ROCCO, 2021) – de nossa autoria e orientação, respectivamente –, que estudou a preservação de documentos em ambiente digital. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, amparada na Teoria Social, que reconhece a importância vital da variável política para a preservação de documentos, em grande medida determinando-a e a definindo, inclusive ambiente supracitado.

2 A TEORIA SOCIAL E A PRESERVAÇÃO EM AMBIENTE DIGITAL

Depreender os fenômenos de uma dada sociedade apresenta-se como uma ação complexa (MORIN, 2000), que carece de atenção aos diversos sujeitos e variáveis que incidem sobre tais fenômenos. Uma forma de aprofundar os estudos dos fenômenos sociais é recorrer à Teoria Social, a qual, segundo Outhwaite (2017, p. 10) popularizou-se no Reino Unido, no início dos anos 1970, por Anthony Giddens¹⁴³.

Considera-se a Teoria Social um arcabouço crítico, empregado nos estudos e nas interpretações de fenômenos sociais, como um recurso fundamental, porém não único para o estudo, questões relacionadas à sociedade como capitalismo, globalização, sociedade da informação, memória coletiva. Desse modo, consideramos que essa teoria é relevante como referencial teórico para discutirmos a complexidade que perpassa a relação da variável política com a preservação de documentos em ambiente digital.

Tal teoria tem, em sua estrutura, autores como Jean Jacques Rousseau¹⁴⁴, Charles-Louis de Secondat (Montesquieu)¹⁴⁵ – estes dois primeiros considerados

¹⁴³Anthony Giddens (1938-) é um sociólogo, conferencista e professor britânico, considerado um dos maiores colaboradores modernos no campo da Sociologia. É reconhecido por sua Teoria da Estruturação, por sua visão holística das sociedades modernas, como, também, por sua intenção de renovar a social democracia por meio da Terceira Via. Realizou palestras sobre Sociologia e Teoria Social como professor visitante de importantes universidades do mundo, como a de Harvard, Stanford, Sorbonne e Roma (EBIOGRAFIA, 2021a).

¹⁴⁴Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foi um filósofo social, teórico político e escritor suíço. Considerado um dos principais filósofos do Iluminismo e um precursor do Romantismo, suas ideias influenciaram a Revolução Francesa. Em sua obra mais importante "O Contrato Social" desenvolveu sua concepção de que a soberania reside no povo (EBIOGRAFIA, 2021b).

¹⁴⁵Montesquieu (1689-1755) foi um filósofo social e escritor francês, considerado o autêntico precursor da Sociologia Francesa. Foi um dos grandes nomes do pensamento iluminista, junto com Voltaire, Locke e Rousseau (EBIOGRAFIA, 2019a).

seus precursores—, Georg Wilhelm Friedrich Hegel¹⁴⁶, Karl Heinrich Marx¹⁴⁷, Michel Paul Foucault¹⁴⁸, Maximilian Karl Emil Weber (Max Weber)¹⁴⁹, David Émile Durkheim¹⁵⁰, entre outros, que, desde o século XVII até a atualidade, apresentam e discutem métodos que permitem analisar questões sociais, políticas e econômicas, por eles (re)pensadas sob diversos ângulos.

A gênese da Teoria Social compreende indagações que vão desde os sujeitos envolvidos na ação, suas relações de poder até os seus grupos sociais, as normas e estruturas sociais, ou ausência delas. Os teóricos sociais cunharam conceitos como feudalismo, imperialismo, capitalismo, neoliberalismo, classes, hegemonia, mobilidade social, etc., a partir dos quais determinados fenômenos sociais podem ser analisados (OUTHWAITE, 2017). Assim, ampliam-se as possibilidades de análise, mediante a observação de diferentes sujeitos e variáveis que envolvem o fenômeno estudado, a partir de perspectivas diversas – políticas, econômicas, sociais (e não apenas conforme o viés dominante).

O nosso objeto de estudo, a preservação de documentos de arquivo em ambiente digital, pode ser apreendido como um fenômeno social no âmbito da memória coletiva e social, sob duas perspectivas. A primeira se relaciona às “memórias oficiais”, elaboradas a partir dos documentos preservados por instituições públicas responsáveis pela custódia, manutenção e acesso aos documentos considerados de interesse público, ligados à soberania nacional, à identidade do povo e representativos para a sociedade. A preservação de documentos em ambiente digital pode se relacionar às necessidades, às vontades, à manutenção da memória, à garantia de direitos, entre outros, de um indivíduo, de um grupo de indivíduos, de uma determinada sociedade ou até mesmo de uma nação. Nesse caso, a definição do que deve ser preservado encontra amparo em legislação vigente. Além disso, tais instituições dispõem de profissionais com alto grau de especialização e capacitação para avaliarem os requisitos de preservação dos documentos.

¹⁴⁶Friedrich Hegel (1770-1831), filósofo alemão, foi um dos criadores do “idealismo absoluto”, assim como precursor do existencialismo do marxismo (EBIOGRAFIA, 2019b).

¹⁴⁷Karl Marx (1818–1883) foi um filósofo e revolucionário socialista alemão. Criou as bases da doutrina comunista e criticou o capitalismo. Seu pensamento repercutiu em várias áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Política, Direito e Economia (EBIOGRAFIA, 2021c).

¹⁴⁸“Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo francês, que exerceu grande influência sobre os intelectuais contemporâneos. Ficou conhecido por sua posição contrária ao sistema prisional tradicional” (EBIOGRAFIA, 2019c).

¹⁴⁹Max Weber (1864-1920), economista e sociólogo alemão, dedicou sua vida ao trabalho acadêmico, escrevendo sobre assuntos variados como o espírito do capitalismo e as religiões chinesas (EBIOGRAFIA, 2019d).

¹⁵⁰Émile Durkheim (1858-1917), sociólogo francês, concebeu a teoria da coesão social. É considerado o pai da Sociologia Moderna e chefe da chamada Escola Sociológica Francesa (EBIOGRAFIA, 2019e).

A segunda perspectiva considera os interesses dos indivíduos e grupos, no que compete ao seu entendimento dos fatos e dos documentos “relevantes” que os representam. Dessa forma, cabe a cada indivíduo e a cada grupo definir o que deve ser preservado, conforme seus contextos e necessidades. Ainda nessa perspectiva, não haveria uma única “memória oficial”, mas memórias pretendidas e preservadas a partir de diversos olhares.

As perspectivas coexistem e passam por escolhas individuais, coletivas e institucionais. O exame dessas perspectivas, dos prós e contras de cada uma delas, pode ser direcionado pelas lentes da Teoria Social, que, como já dito, exige um olhar sensível do complexo social para o estudo em questão, particularmente em torno da variável política que as perpassa.

3 A VARIÁVEL POLÍTICA NA PRESERVAÇÃO EM AMBIENTE DIGITAL

O aumento significativo da produção e tramitação de documentos arquivísticos em ambiente digital trouxe consigo a necessidade de preservá-los, levando-se em conta a formação de recursos humanos especializados aptos a atuarem nas ações de preservação e promoção de acesso, por sua vez condicionado às restrições físicas (dos suportes e formatos) e legais.

Nas últimas décadas, esse ambiente vem se apresentando de forma complexa em suas especificidades e dinâmicas, desafiando profissionais de áreas diversas diante das inúmeras relações e escolhas feitas, principalmente no tocante à preservação dos documentos históricos, de guarda permanente. Inicialmente, ambientes digitais que propiciam o controle do registro e do trâmite de documentos nato-digitais não garantem a sua autenticidade, condição para o seu valor de prova e de testemunho.

A variável política conduz as referidas escolhas no âmbito da preservação, conjugando interesses e, por consequência, trazendo desconfortos, incertezas e tensões, que demandam análises cuidadosas entre o individual e o coletivo; o material e o imaterial; o acesso e o sigilo; a eliminação e a preservação de registros.

Primeiramente, há que se atentar às normas e leis de designação de deveres e responsabilidades, que possibilitam compreender quais documentos arquivísticos digitais serão preservadas, porque, por quem, para quem e como. No caso brasileiro, além da Constituição Federal (BRASIL, 1988), da Lei de Arquivos (BRASIL, 1991) e da Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (BRASIL, 2014) estabelece os princípios, as garantias, os direitos e os deveres para o uso da Internet no país.

Dessa maneira, ao se buscar preservar documentos em ambiente digital, deve-se levar em conta todas as questões legais, garantindo que as regras sejam seguidas, respeitando-se os direitos à vida, à felicidade, ao conhecimento, à honra, à privacidade, à propriedade, de acesso à informação, bem como direitos autorais, dentre outros.

Sob a Teoria Social, os olhares sobre os aspectos políticos em torno da preservação podem ser redimensionados, contemplando o entendimento de inúmeros aspectos sociais, éticos, morais e legais que circunscrevem o ambiente digital. Cotidianamente acompanhamos notícias sobre crimes financeiros, direitos autorais, preconceitos, calúnias, fakenews, etc., que nos chegam sem que analisemos as suas relações com os documentos de arquivo. Da ausência de políticas de preservação e de políticas ineficazes— que ocorre quando não há quaisquer posicionamentos políticos sobre a temática da preservação digital, por parte do Estado, do cidadão e das instituições—, decorrem graves prejuízos aos documentos e, conseqüentemente, à memória individual e coletiva. Tornamo-nos reféns dessas políticas (e não somente daquelas que aparentemente estariam diretamente vinculadas ao acesso às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, as TDICs) e das suas repercussões em todas as dimensões das nossas vidas.

As tecnologias propiciam dinâmicas na produção e tramitação de documentos que possibilitam que o produtor também seja capaz de participar da preservação dos documentos. Contudo, na prática, não é isso que geralmente ocorre, pois, quem produz delega, aos “donos da rede”, a manutenção e preservação das informações ali registradas. Como esses atores representam a classe dominante da sociedade, o que será mantido é o que tal classe quer para ela dominar material e “espiritualmente” o legado de seus documentos, como afirmam Engels e Marx:

As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as idéias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As idéias dominantes são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes. São essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de idéias. São, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são dessa forma, as ideias de sua dominação. (ENGELS; MARX, 2005, p. 78).

Desse modo, podemos nos apropriar dessas ponderações para a preservação no ambiente digital, considerando que quem deterá os documentos contidos em tal ambiente será a classe dominante, que os usará e os manterá da forma que lhe for conveniente, não se preocupando, necessariamente, com as nuances sociais que deveriam determiná-la.

Uma forma de amenizar esse cenário alcança o papel do Estado, que, para além das suas instituições de guarda e preservação de documentos – tais como centros de documentação e memória, arquivos, bibliotecas e museus –, deve deixar de ser visto como o grande tutor da memória coletiva, conforme o seu o poder patriarcal, e se colocar como provedor do bem-estar social que abrange, inclusive as condições em que os documentos públicos são geridos, preservados e acessados. As instituições e os agentes estatais, como mediadores de direitos e deveres, entre o individual e o social, devem promover o acesso, capacitar seus agentes nesse sentido e fomentar da preservação de documentos em todos os ambientes. Lembremos que, no caso do digital, a responsabilidade pode ser estendida ao próprio produtor, na identificação e na definição dos documentos que melhor representem as suas ações ao longo do tempo.

Assim, a essência do Estado moderno consiste em unir o universal à liberdade da particularidade e ao bem-estar dos indivíduos. Logo, a visibilidade da variável política, no tocante à preservação digital, abrange: a) a macro e a micropolítica, ou seja, às políticas vigentes na sociedade, que refletem as suas relações de poder, bem como as suas dinâmicas legais e estruturais; b) as políticas públicas e o posicionamento do Estado sobre a preservação e a eliminação de documentos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente produção e circulação dos registros informacionais no ambiente digital apontam para a necessidade de preservá-los mediante políticas efetivas que contemplem investimentos como para a formação técnica especializada dos responsáveis, conforme previsões legais específicas em diferentes níveis de governo. A variável política abrange uma complexidade de estratégias para contornar incertezas e tensões, via ponderações crítico-analíticas.

Podemos analisar a visibilidade dessa variável para a preservação em ambiente digital sob aspectos de diferentes ordens. Quanto às políticas vigentes na sociedade, verificam-se as relações de poder, bem como as suas dinâmicas legais e estruturais. Quanto às políticas públicas, espera-se o posicionamento do Estado acerca da preservação digital. Complementarmente, as micropolíticas institucionais correspondem ao planejamento local na execução de ações nesse sentido.

A preservação dos documentos arquivísticos em ambiente digital requer atenção e comprometimento de diversos agentes – cidadãos, representantes da sociedade e do próprio Estado –, produtores e acumuladores de registros conforme as atividades que desempenham. Independentemente dos seus suportes e formatos, os documentos representam as ações que comprovam e refletem o contexto histórico, social, econômico e político no qual se inserem. Como testemunhos do passado no presente e para o futuro, tornam-se artefatos de informação e memória que possibilitam usos diversos, além daqueles imediatamente previstos na sua produção.

A Teoria Social, como um arcabouço teórico-metodológico sensível à complexidade dos fenômenos, pode ser um instrumento relevante para as políticas de preservação, que não podem ser reduzidas aos suportes e aparatos tecnológicos.

REFERÊNCIAS

- BELLOTTTO, 201 BELLOTTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 4
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.
- EBIOGRAFIA. **Montesquieu**. 2019a. Disponível em: <<https://www.ebiografia.com/montesquieu/>>. Acesso em 14 jun. 2022.
- EBIOGRAFIA. **Friedrich Hegel**. 2019b. Disponível em: <<https://www.ebiografia.com/hegel/>>. Acesso em 14 jun. 2022.
- EBIOGRAFIA. **Michel Foucault**. 2019c. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/michel_foucault/>. Acesso em 14 jun. 2022.
- EBIOGRAFIA. **Max Weber**. 2019d. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/max_weber/>. Acesso em 14 jun. 2022.
- EBIOGRAFIA. **Émile Durkheim**. 2019e. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/emile_durkheim/>. Acesso em 14 jun. 2022.
- EBIOGRAFIA. **Anthony Giddens**. 2021a. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/anthony_giddens/#:~:text=Anthony%20Giddens%20\(1938\)%20%C3%A9%20um,18%20de%20janeiro%20de%201938](https://www.ebiografia.com/anthony_giddens/#:~:text=Anthony%20Giddens%20(1938)%20%C3%A9%20um,18%20de%20janeiro%20de%201938)>. Acesso em 14 jun. 2022.
- EBIOGRAFIA. **Jean-Jacques Rousseau**. 2021b. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/jean_jacques_rousseau/>. Acesso em 14 jun. 2022.
- EBIOGRAFIA. **Karl Marx**. 2021c. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/karl_marx/>. Acesso em 14 jun. 2022.

ENGELS, Friedrich, MARX, Karl. **A ideologia alemã**: Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. Trad. Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2005

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis, 2000.

OUTHWAITE, William. **Teoria social**: um guia para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. 142 p.

ROCCO, Brenda Couto de Brito. **A preservação de documentos em ambiente digital**: contribuições da Teoria Social na ampliação da abordagem técnica. 2021. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

ANÁLISE DO MÓDULO DE PROTOCOLO DO SIPAC NO IFES SEGUNDO O E-ARQ BRASIL

Luciana Itida Ferrari (Universidade Federal do
Espírito Santo),

Núbia Bulhões Gomes Holet
(Universidade Federal do Espírito Santo/
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Espírito Santo),

Henrique Monteiro Cristovão (Universidade Federal do
Espírito Santo),

Margarete Farias de Moraes (Universidade Federal do
Espírito Santo)

1 INTRODUÇÃO

Em 2015 foi publicado o Decreto nº 8.539 que determina o uso do meio eletrônico para realização do processo administrativo nos órgãos públicos (BRASIL, 2015). O uso do processo administrativo eletrônico visa alcançar a eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental, trazendo ganhos no processo de transparência da gestão, no acesso da informação ao cidadão e na sustentabilidade ambiental. Portanto, foi neste cenário que em 2016 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) iniciou o gerenciamento eletrônico de seus documentos através dos Sistemas Institucionais Integrados de Gestão (SIG). O SIG contempla cinco sistemas no Ifes, dentre eles o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).

Como o SIPAC lida com documentos arquivísticos digitais (DAD), surgiu o questionamento do quanto ele é aderente aos padrões de gestão arquivística preconizados pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), especificamente no e-ARQ Brasil (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011). O e-ARQ Brasil indica um conjunto de requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), de forma que os DAD recebam tratamento adequado desde a sua produção até a destinação, possibilitando a preservação e o acesso. Não atender aos requisitos pode acarretar perda de documentos, questionamento da autenticidade das informações ali inseridas, e inviabilizar a preservação futura, entre outros problemas.

O objetivo deste trabalho foi observar *in loco* a conformidade entre o módulo de Protocolo do SIPAC do Ifes e os requisitos recomendados pelo e-ARQ Brasil, versão 1.1¹⁵¹, do CONARQ, fazendo uma análise qualitativa desse módulo quanto às características indicadas no modelo de requisitos para SIGAD estabelecidos pelo e-ARQ Brasil.

O presente trabalho está organizado em cinco seções: a seção 2 apresenta os conceitos arquivísticos relevantes ao tema, o e-ARQ Brasil e a identificação de sua estrutura; na seção 3, são apresentados os procedimentos metodológicos; a seção 4 apresenta os resultados; e na seção são expostas as considerações finais.

2 E-ARQ BRASIL E O SIGAD

A Lei 8.159 (Lei de Arquivos), de 08 de janeiro de 1991, estabelece como dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, independentemente de seu suporte, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação (BRASIL, 1991).

A gestão documental pode ser otimizada utilizando recursos computacionais, tais como *softwares* de Gestão eletrônica de documentos (GED), independente do suporte do documento. O GED é uma ferramenta de organização da informação contida em documentos, e “[...] pode englobar tecnologias de digitalização, automação de fluxos de trabalho (workflow), processamento de formulários, indexação, gestão de documentos, repositórios, entre outras” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 10).

¹⁵¹ A Resolução nº 50, de 6 de maio de 2022, do CONARQ, aprovou a versão 2.0 do e-ARQ Brasil. Porém, no presente trabalho, todas as citações ao e-ARQ Brasil, incluindo os requisitos analisados, são referentes à versão 1.1, publicada em 2011, pois a pesquisa foi concluída antes da publicação da versão 2.0.

Com o aumento gradativo do uso de tecnologias, tornaram-se necessárias novas ferramentas para auxiliar a gestão documental. Na Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007, o CONARQ estabelece um Modelo de Requisitos, chamado de e-ARQ Brasil, para implantação de um SIGAD.

O grande diferencial de um GED para um SIGAD é que o primeiro não tem a obrigação de realizar um tratamento arquivístico nos documentos sob sua guarda; enquanto o segundo foca em documentos arquivísticos, provendo aos gestores ferramentas para fazer uma gestão arquivística adequada. O SIGAD lida tanto com documentos digitalizados e nato digitais, quanto com documentos ainda em suporte papel, armazenando seus metadados, ajudando a controlar a temporalidade e o fluxo de tramitações. Além disso, um "[...] SIGAD tem que ser capaz de manter a relação orgânica entre os documentos e de garantir a confiabilidade, a autenticidade e o acesso, ao longo do tempo [...]" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 11).

Este trabalho aborda a Parte II do e-ARQ Brasil versão 1.1, identificada pelo título "Aspectos de funcionalidade", que trata das especificações dos requisitos para implementar um SIGAD e é composta por catorze capítulos: 1. Organização dos documentos arquivísticos: plano de classificação e manutenção dos documentos; 2. Tramitação e fluxo de trabalho; 3. Captura; 4. Avaliação e destinação; 5. Pesquisa, localização e apresentação dos documentos; 6. Segurança; 7. Armazenamento; 8. Preservação; 9. Funções administrativas; 10. Conformidade com a legislação e regulamentações; 11. Usabilidade; 12. Interoperabilidade; 13. Disponibilidade; e 14. Desempenho e escalabilidade.

Os requisitos são classificados em obrigatórios (OB), altamente desejáveis (AD) e facultativos (F) de acordo com o grau maior ou menor de exigência para que o SIGAD possa desempenhar suas funções. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p 15).

A análise dos requisitos será feita do ponto de vista do usuário final, que "são os responsáveis, em todos os níveis, pela produção e uso dos documentos arquivísticos em suas atividades rotineiras [...]" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 19).

3 METODOLOGIA

Utilizou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa de cunho exploratória-explicativa, utilizando pesquisa bibliográfica e documental e foi conduzida na forma de pesquisa de campo. Sendo realizado pela perspectiva do usuário final, o diagnóstico deste sistema foi por meio de coleta de dados *in*

loco por observação participante na etapa exploratória, e entrevistas informais com outros usuários finais, para a etapa explicativa. Após, foi realizada a análise dos resultados, comparando-se as funcionalidades observadas no sistema com os requisitos sugeridos pelo e-ARQ Brasil para a implantação de SIGAD, registrando os dados em tabelas e gráficos.

Todos os 391 requisitos do e-ARQ Brasil foram utilizados na análise, porém não foi possível observar e obter respostas para alguns deles, pois a observação foi feita apenas do ponto de vista do usuário final. Não foi possível realizar uma consulta à equipe gestora do sistema de informação e de tecnologia da informação (TI), pois não estavam disponíveis para realizar os esclarecimentos necessários, devido à alta demanda por seus serviços mediante às condições de trabalho remoto impostos pela pandemia do novo coronavírus nos anos de 2020 e 2021, quando ocorreu a pesquisa.

Sendo assim, os requisitos que puderam ser observados foram classificados em “Atendido”, “Não atendido” ou “Atendido parcialmente” (quando a funcionalidade está disponível no sistema, porém não está funcionando adequadamente ou está funcionando parcialmente). A categoria “Não se aplica” indica que não cabe o uso do requisito no contexto da instituição. E os requisitos não observados, por se tratar de informações restritas ao acesso do usuário final, foram classificados na categoria “Não foi possível avaliar”.

4 RESULTADOS

Em abril de 2013, o Ifes firmou um acordo de cooperação junto à Universidade Federal do Rio Grande do Norte para a utilização dos seus Sistemas Integrados de Gestão, os quais contemplam o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), Administração e Comunicação (ADMIN) e o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

O SIPAC se propõe a oferecer operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos, integrando totalmente a área administrativa desde a requisição até o controle do orçamento distribuído internamente. Porém, dos vinte e nove módulos previstos no SIPAC, até a data de realização deste trabalho, só foi implantado no Ifes o módulo de Protocolo do SIPAC, que trata de memorandos eletrônicos e gestão de processos, sendo este o objeto da presente pesquisa.

Ao observar se os requisitos do e-ARQ Brasil estão presentes no módulo de Protocolo do SIPAC, foram obtidos os dados apresentados no Gráfico 1. Em cada linha encontram-se os resultados para cada um dos 14

capítulos da Parte II do e-ARQ Brasil (conforme descritos na seção 2). A coluna final, “Total de requisitos do capítulo”, indica a quantidade de requisitos listados naquele capítulo para que o sistema esteja em conformidade com um SIGAD. Como a quantidade de requisitos muda de capítulo para capítulo, a barra da coluna “Total de requisitos do capítulo” representa 100% dos requisitos daquele capítulo; e nas demais colunas, as barras representam proporções relativas somente ao total do capítulo em questão.

Gráfico 1 - Requisitos do e-ARQ observados no módulo de protocolo do SIPAC

Capítulos da Parte II do e-ARQ Brasil, versão 1.1	Requisitos atendidos	Requisito atendido parcialmente	Requisitos não atendidos	Não foi possível avaliar	Não se aplica	Total de requisitos do capítulo
Cap. 1 – Organização dos documentos arquivísticos	29	5	5	17	9	65
Cap. 2 - Tramitação e fluxo de trabalho	0	1	23	2	0	26
Cap. 3 - Captura	20	4	10	3	0	37
Cap. 4 - Avaliação e destinação	5	6	7	29	0	47
Cap. 5 - Pesquisa, localização e apresentação de documentos	21	3	13	3	1	41
Cap. 6 - Segurança	29	1	1	67	0	98
Cap. 7 - Armazenamento	0	0	0	19	0	19
Cap. 8 - Preservação	0	0	0	18	0	18
Cap. 9 - Funções administrativas e técnicas	0	0	0	3	0	3
Cap. 10 - Conformidade com a legislação e regulamentações	1	2	0	0	0	3
Cap. 11 - Usabilidade	3	3	14	2	3	25
Cap. 12 - Interoperabilidade	0	0	2	1	0	3
Cap. 13 - Disponibilidade	1	0	0	0	0	1
Cap. 14 - Desempenho e escalabilidade	2	0	0	3	0	5
Total de requisitos	111	25	75	167	13	391

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por limitação de espaço, não será possível expor a análise qualitativa de todos os dados mostrados no Gráfico 1, somente alguns itens foram selecionados para serem discutidos aqui neste trabalho. Porém, uma análise qualitativa explicativa mais ampla pode ser encontrada no texto de Holetz (2021).

O capítulo 1 do e-ARQ teve 45% dos requisitos atendidos pelo sistema observado. Na seção 1.1 “Configuração e administração do plano de classificação no sistema”, observa-se que, apesar do requisito 1.1.11 preconizar que

[...] um SIGAD tem que disponibilizar pelo menos dois mecanismos de atribuição de identificadores a classes do plano de classificação, prevendo a possibilidade de se utilizar ambos, separadamente ou em conjunto, na mesma aplicação: • atribuição de um código numérico ou alfanumérico; • atribuição de um termo que identifique

cada classe. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 40)

Este requisito foi observado como atendido, porém, é importante observar que isto ocorreu somente a partir de janeiro de 2021. Até então o sistema mostrava códigos numéricos associados aos assuntos, porém, os termos que identificavam esses assuntos foram inseridos no sistema de forma incompleta, não sendo possível identificar o nível superior ao qual era subordinado. Outros requisitos que também só foram corrigidos nesta mesma atualização foram os requisitos 1.1.13 e 1.1.14, que dizem respectivamente que a identificação deve usar um termo completo, e que os termos devem ser únicos (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 41).

A seção 1.2 “Classificação e metadados das unidades de arquivamento” mostra os requisitos referentes à formação, classificação e reclassificação das unidades de arquivamento, no caso do Ifes estas unidades de arquivamento referem-se a processos e documentos avulsos (uma vez que o sistema utilizado não contempla o uso de dossiês ou séries documentais) e à associação de metadados.

Uma mudança significativa que ocorreu na atualização do sistema em janeiro de 2021 refere-se aos requisitos 1.2.1 e 1.2.3, agora considerados como atendidos, possuindo a seguinte redação: “Um SIGAD tem que permitir a classificação das unidades de arquivamento somente nas classes autorizadas” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 41) e “Um SIGAD tem que permitir a classificação de um número ilimitado de unidades de arquivamento dentro de uma classe” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 41), respectivamente. Ambos não eram atendidos porque o sistema permitia que documentos fossem classificados em algumas subclasses e grupos que não possuíam temporalidade associadas a eles, implicando erro em todo o ciclo de vida do documento. Porém, apesar destes erros terem sido acertados com a atualização, a correção não retroagiu aos documentos anteriormente classificados equivocadamente em classes sem temporalidade.

Na Seção 1.5 “Volumes: abertura, encerramento e metadados”, todos os requisitos foram considerados como não sendo aplicados ao Ifes porque o sistema não prevê abertura de volume em processos.

Os requisitos do capítulo 2 referem-se ao fluxo de trabalho, sendo aplicáveis somente nos casos em que o SIGAD trata dos recursos de automação de fluxo de trabalho. O SIPAC possui uma opção para fluxo de trabalho, porém, não se encontra habilitada para uso. Portanto, 88% dos requisitos foram categorizados como “Não atendidos”.

No capítulo 3, referente à captura de documento, 54% dos requisitos foram atendidos. Destaca-se um requisito que foi atendido parcialmente, que é a listagem com um conjunto de metadados obrigatórios, dos quais alguns são utilizados, e outros não; e um que não foi atendido, que é o uso de tesouro e vocabulário controlado para os metadados.

No capítulo 4, que trata de avaliação e destinação, configuração e aplicação da tabela de temporalidade, não foi possível avaliar 62% dos requisitos. Dos que foram possíveis de avaliar, destacamos que o sistema só contempla a gestão da primeira fase do documento, ou seja, só prevê sua guarda no arquivo corrente, por isso o requisito 4.1.2 “Um SIGAD tem que associar, automaticamente, ao dossiê/processo o prazo e a destinação previstos na classe em que o documento foi inserido” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 56) foi considerado como não sendo atendido. Além disso, na atualização do SIPAC ocorrida em janeiro de 2021, a classificação dos documentos no ato de sua criação foi considerada uma função não obrigatória. As arquivistas da instituição alegaram desconhecer o motivo da alteração ou de onde partiu a decisão, além de não terem sido consultadas nem comunicadas da mudança. Esta questão foi levada por elas à Comissão Permanente de Gerenciamento dos Processos Eletrônicos (CPGPE), que realizou um pedido formal, sendo restituído o retorno da obrigatoriedade da classificação do documento no momento de sua criação. Porém, não é possível avaliar quantos documentos encontram-se sem classificação durante o tempo da retirada da obrigatoriedade e sua restituição.

O capítulo 5, referente à pesquisa, localização e apresentação de documentos, teve 51% dos requisitos atendidos. Destaca-se que o sistema analisado não apresenta uma interface que facilite a pesquisa e localização dos documentos e processos, por isso o requisito 5.1.1 foi considerado como atendido parcialmente.

Os capítulos 6, 7, 8, 9 e 14 tiveram a maior parte das respostas na categoria “Não foi possível avaliar”. Conforme exposto na seção 3 deste trabalho, para ter acesso a estas observações, seria necessário ter a colaboração da equipe gestora e da equipe de TI, pois são questões mais técnicas e informações que não estão disponíveis na visualização de usuário final.

O capítulo 10 “Conformidade com a legislação e regulamentações, possui três requisitos que se referem à conformidade que um SIGAD tem que ter com o cumprimento da legislação e das regulamentações vigentes, sendo um deles atendido, e os outros dois atendidos parcialmente.

No capítulo 11 “Usabilidade”, 56% dos requisitos não foram atendidos. Porém, nota-se que somente o requisito 11.1.24 “Um SIGAD tem

que restringir o acesso às funcionalidades administrativas e impossibilitar sua visualização pelo usuário final” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 88) foi classificado obrigatório, sendo os demais altamente desejáveis (23) e facultativo (1). E o único requisito obrigatório foi observado como atendido, sendo considerado um resultado satisfatório para o capítulo 11.

O capítulo 12 “Interoperabilidade”, tratando-se dos requisitos mínimos para que um SIGAD possa interoperar com outros sistemas de informação, inclusive sistemas legados, ou seja, sistemas antigos que continuam em operação, respeitando normas de segurança de acordo com padrões abertos de interoperabilidade. O Ifes, por ser uma instituição da administração pública federal, tem que adotar a arquitetura e-PING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico, visando à interoperabilidade nas diversas esferas do poder público, a fim de aumentar a viabilidade técnica no intercâmbio de informações entre seus sistemas.

O capítulo 13 “Disponibilidade” possui um único requisito referente às exigências mínimas sobre prontidão de atendimento de um sistema e sua adequação ao grau de disponibilidade estabelecido pela instituição.

Considerando o total de requisitos do e-ARQ, em 43% dos casos não houve acesso para observar, sendo categorizados como “Não foi possível avaliar”. Dos que puderam ser observados, temos uma quantidade maior de requisitos atendidos (28%) do que não atendidos (19%). Independentemente da motivação inicial para a implantação do SIPAC (se foi ou não construído com a intenção de dar um tratamento arquivístico ao documento), o sistema trouxe diversos benefícios para a instituição. Um dos principais é que agiliza a movimentação e a distribuição dos documentos dentro da rede institucional, e como o Ifes possui vários campi espalhados pelo estado, o envio e recebimento dos documentos tornou-se quase em tempo real, mesmo para os locais mais distantes.

Porém, se o sistema não utiliza requisitos do e-ARQ, pode estar colocando em risco o futuro dos DAD, podendo ocorrer perdas de documentos devido à obsolescência de *hardware* e *software*; ou mesmo não havendo a perda dos documentos em si, mas perdendo a presunção de autenticidade dos DAD devido à falta de organização e gestão arquivística. Sendo assim, esta análise remete a sugestão de adequação do sistema aos requisitos do e-ARQ, pelo menos dos obrigatórios, para permitir o acesso e disponibilidade dos DAD.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo observar *in loco* a conformidade entre o módulo de Protocolo do SIPAC do Ifes e os requisitos recomendados pelo e-ARQ Brasil, versão 1.1, do CONARQ, fazendo uma análise qualitativa desse módulo quanto às características indicadas no modelo de requisitos para SIGAD estabelecidos pelo e-ARQ Brasil. Os 391 requisitos do e-ARQ foram analisados, e dos que puderam ser observados, 28% deles foram categorizados como atendidos pelo sistema, 6% como atendidos parcialmente, e 19% como não atendidos. Alguns destes foram selecionados para uma investigação mais aprofundada, resultando na análise qualitativa explicativa apresentada neste trabalho. O resultado é promissor, mas indica a necessidade de melhorias para que o sistema traga confiança e a manutenção da presunção de autenticidade dos DAD.

Quanto aos 43% dos requisitos que foram categorizados como "Não foi possível avaliar", a intenção inicial seria que a equipe gestora do sistema de informação do Ifes participasse da pesquisa para responder sobre os requisitos que tratam de importantes questões técnicas. Porém, a mudança repentina ocorrida com as medidas de isolamento decorrentes da pandemia de covid-19 forçou a instituição a estabelecer imediatamente a prática do trabalho remoto para cerca de 1.671 docentes e 1.364 técnicos administrativos a partir de março de 2020. Como o trabalho remoto só havia sido realizado pelo ensino à distância até então, toda a equipe de TI teve que se organizar abruptamente (e se reorganizar continuamente) para dar condições para que esta modalidade de trabalho pudesse ser efetivada, garantindo a continuidade e manutenção das atividades de rotina.

Como sugestão de trabalhos futuros, sugere-se que a equipe de TI seja entrevistada para avaliar os requisitos técnicos e, após a indicação dos requisitos não atendidos e atendidos parcialmente, sejam ordenados por prioridade para que a referida equipe tenha um guia das modificações mais urgentes.

Além disso, em maio de 2022, foi publicada a versão 2.0 do e-ARQ Brasil, contendo atualizações necessárias e bastante aguardadas. Porém, no presente trabalho, todas as citações ao e-ARQ Brasil, incluindo os requisitos analisados, são referentes à versão 1.1, publicada em 2011, pois a observação do sistema e as análises qualitativas-explicativas foram realizadas em 2020 e 2021. Fica também como sugestão de trabalhos futuros que seja feita uma avaliação de quais requisitos mudaram na nova versão do e-ARQ, se estes continuariam sendo classificados nas mesmas categorias; e que a ordenação por prioridades seja feita segundo a versão 2.0.

Outras reflexões foram realizadas durante o desenvolvimento deste trabalho com relação às análises dos resultados e a respeito do comportamento do sistema e do propósito de sua implementação apontados. Foi possível perceber que a gestão adequada de DAD não é um problema exclusivo dos gestores de sistemas de informação e de tecnologia da informação, sendo que as dificuldades e soluções devem ser compartilhadas com os profissionais da Arquivologia, da Administração ou de outras áreas envolvidas. O sucesso de um sistema não se restringe à sua efetiva funcionalidade, mas a uma série de decisões que envolvem a implementação de políticas fortes de gestão arquivística de documentos.

Apesar dos dispositivos legais determinarem a aplicação imediata das leis, as instituições públicas ainda estão aprendendo a implementar políticas, estratégias e ações para promover a preservação, o acesso e o uso contínuo dos documentos e processos administrativos digitais, a fim de garantir a autenticidade e a integridade desses documentos em curto, médio e longo prazo com responsabilidade.

Por isso foi relevante analisar o sistema utilizado para administração dos documentos e processos eletrônicos numa instituição da Administração Pública Federal, a fim de verificar se este sistema utilizado garantiria a qualidade e o rigor dos procedimentos de produção e manutenção minimamente necessários para administrar a guarda, preservação e descarte adequados e, com isso, se estes documentos poderiam ser considerados confiáveis, de acordo com o que determinam as exigências legais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.** Brasília, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm . Acesso em: 20 mai. 2022

BRASIL. Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015. **Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 8 out. 2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm. Acesso em: 20 ago. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ. (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos.** Versão 1.1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. 136 p. Disponível em:

https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/earqbrasil_model_requisitos_2009.pdf. Acesso em: 24 mai. 2022

HOLETZ, Núbia Bulhões Gomes. **Análise do módulo de protocolo do sistema SIPAC no Ifes segundo os requisitos do e-ARQ Brasil**. Orientadora: Luciana Itida Ferrari. 2021. 73 f. TCC (Graduação) – Curso de Arquivologia, Departamento de Arquivologia, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DIGITAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA PROPOSTA PRELIMINAR

**Fernanda Maria Pessanha Viana Maciel (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),
Alexandre de Souza Costa (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)**

1 INTRODUÇÃO

A crescente produção de documentos digitais vem transformando as relações. O termo transformação digital está cada vez mais presente no cotidiano das organizações, principalmente nas instituições públicas, atreladas à ideia de desburocratização. Diante deste cenário, a gestão e a preservação dos documentos arquivísticos digitais se mostram urgentes. Notadamente, observa-se como marcos teóricos da pesquisa os seguintes referenciais: Transformação Digital, Gestão de Documentos e Preservação Digital.

Cabe destacar que a motivação pela pesquisa, nesta temática, surgiu a partir de observações e reflexões que inspiraram a pesquisadora na sua atuação profissional, enquanto arquivista, no arquivo central do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Processos de trabalho relacionados à

eliminação criteriosa de documentos, sob responsabilidade do órgão; a sua atuação e interface com a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD/MPRJ); a sua relação hierárquica com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação e o incremento de sistemas informatizados para produção, compartilhamento e armazenamento de documentos são algumas das inspirações.

Para além disso, a percepção sobre a responsabilização da Administração Superior com a gestão de documentos e as transformações pelas quais o MPRJ vem passando nos campos arquivístico e tecnológico também tiveram influência na definição do objeto do trabalho.

Assim, a pesquisa tem como objetivo estabelecer diretrizes para a elaboração da Política de Preservação Digital do MPRJ. E tem como objetivos específicos: (1) Sistematizar conhecimentos sobre Transformação Digital, Gestão de Documentos e Preservação Digital; (2) Analisar políticas de preservação digital implementadas por instituições públicas correlatas¹⁵², identificando os elementos essenciais para a preservação digital; (3) Analisar as normativas internas e publicações sobre gestão de documentos no MPRJ, com ênfase no âmbito digital e (4) Diagnosticar a situação atual da gestão e preservação dos documentos digitais do MPRJ. Para atingir esses objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, de natureza aplicada e abordagem qualitativa.

O Ministério Público (MP), tendo em vista não se tratar de instituição arquivística, tampouco compreender a clássica divisão dos três poderes, é uma instituição pública peculiar. Faz parte das “Funções Essenciais à Justiça”¹⁵³ e detém importante acervo arquivístico. Responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais e sociais indisponíveis, por meio da Carta Magna, adquiriu caráter permanente, conquistando sua autonomia e independência administrativa e funcional, confirmando seu perfil fiscalizatório e essencial para a democracia.

No *Parquet*¹⁵⁴ fluminense, o Planejamento Estratégico¹⁵⁵, que tem previsão de oito anos, entre 2020 e 2027, foi intitulado ‘Gestão Digital’ e tem como objetivo consolidar a missão do MPRJ de agente transformador social,

¹⁵² Nesta pesquisa leia-se instituições públicas que têm relacionamento com o Ministério Público.

¹⁵³ De acordo com a Constituição Federal de 1988, a organização dos Poderes tem funções essenciais à Justiça, da qual o Ministério Público é uma delas.

¹⁵⁴ No Direito “designa o corpo de membros do Ministério Público”. Neste trabalho leia-se Ministério Público.

¹⁵⁵ Plano que tem a função de traçar a estratégia a ser adotada pela instituição, levando em conta sua missão, seus valores, sua visão e objetivo.

caracterizado “[...] pela maior integração entre os órgãos institucionais e pelo uso de tecnologias para obter ganhos de produtividade e resultados concretos para a sociedade.” (MPRJ, 2019, s/p).

Desta forma, é evidente a preocupação institucional em ter a sua marca “moderna e inovadora” com uso de tecnologias para trazer resolutividade. Porém, do ponto de vista arquivístico, caso não haja prévio planejamento e cumprimento de requisitos para gestão e preservação digital poderão ser enfrentados desafios ao resguardo da memória institucional.

Acredita-se que a pesquisa se justifica pela necessidade de haver um direcionamento no que diz respeito à gestão e à preservação de documentos arquivísticos digitais no MPRJ, em virtude da grande produção e manutenção de documentos digitais nesse *Parquet*.

Logo, neste trabalho os autores relatam os caminhos percorridos durante a pesquisa de mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

2 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Entende-se como Transformação Digital (TD) o incremento de inovações e tecnologias digitais aos processos de trabalho tradicionais com o objetivo de proporcionar celeridade e desburocratizar serviços. Embora não tenha sido identificada definição consagrada em literatura, percebe-se a interdisciplinaridade do tema, que muitas vezes está associado às tecnologias digitais.

Uma vez que a TD trata de um conjunto de operações complexas, sabe-se que não basta a existência de um único domínio ou de uma tecnologia digital inovadora para que se considere a implantação dos seus processos numa organização. No entanto, de modo a verificar se ela pode propulsar mudanças de cultura organizacional e social, no que diz respeito aos processos de gestão e preservação digital, inicia-se a investigação a partir das possíveis estratégias e dos impulsionadores da TD, partindo-se para o meio arquivístico, posteriormente. Em virtude das limitações deste trabalho, optou-se por direcionar ao entendimento de TD para a Arquivologia.

Assim, no campo dos arquivos, Flores (2018, p. 72) explica que:

[...] a transformação digital pode ser produzida por meio da inovação sustentada, mas, caso os autores, os agentes envolvidos neste cenário, não consigam fazer essa transição, essa transformação digital fará com que, inevitavelmente, ocorra uma disrupção tecnológica.

Segundo o autor, a TD nos arquivos deve perpassar os ambientes de: gestão de documentos; preservação digital sistêmica e de acesso, abrangendo necessariamente, os referenciais da Arquivologia que garantam a preservação e a segurança jurídica aos cidadãos no tocante aos documentos, à memória e patrimonialização dos ambientes e as plataformas digitais.

Logo, Flores (2021) define este tipo de TD como sistêmica, afirmando ser necessário, para isso, capturar os valores criados por alavancas associadas a um conjunto de melhores práticas de gestão arquivística que abarquem dimensões fundamentais de estratégia, capacidades, organização (talentos) e cultura.

Essas considerações levam a crer que “[...] os arquivistas podem transitar pelos diferentes universos [...]” (CRAIG, 2018, p. 285), mas antes de tudo, precisam conhecer a história de sua disciplina, para que possam planejar o seu futuro. Assim, observa-se diante da TD, que os arquivistas continuarão a ser necessários para auxiliar na garantia de direitos dos cidadãos, na transparência, privacidade e confidencialidade das informações. (YEO, 2020).

Percebe-se, portanto, que a TD trouxe um aumento de produção documental e informacional ao mesmo tempo em que dá menor ênfase ao arquivamento e à organização de dados. Os processos tradicionais para documentos em papel não podem lidar com a complexidade e a natureza distribuída dos documentos arquivísticos digitais. (THE NATIONAL ARCHIVES UNITED KINGDOM, 2021, tradução nossa).

Assim, pretende-se identificar na pesquisa os processos contemporâneos de gestão de documentos que buscam dar conta da realidade arquivística digital e sirvam de balizador à preservação digital.

3 GESTÃO DE DOCUMENTOS

Conceitualmente, a Gestão de Documentos trata de um conjunto de normas e operações técnicas de controle de documentos - nos mais variados suportes - cujo objetivo recai sobre a eficiência e racionalização de documentos, tendo como ideia principal a economia de recursos.

No Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é competência do poder público, em todas as esferas, “[...] proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural; [...]” (BRASIL, 1988). E a Carta Magna ainda estabelece que é dever da administração pública “a gestão da documentação governamental” (BRASIL, 1988), visando a preservação da memória e o acesso às informações.

Nessa mesma linha, a Lei Federal nº 8.159 de 1991, a Lei de Arquivos, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil,

convergiu com a questão da obrigação do poder público com a gestão e a proteção aos documentos arquivísticos, ressaltando a sua importância enquanto instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Dado que o provimento do acesso à informação e a TD requerem a prévia gestão, como tem sido observado durante a pesquisa, é preciso que haja controle da produção de documentos, do seu tempo de vida útil e da sua adequada destinação final, no âmbito da consecução das atividades das quais advém. Jardim (2015, p. 20) define a gestão de documentos como “[...] um dos territórios arquivísticos mais diversificados, sujeito a distintas percepções teóricas e práticas.”

No que tange, especificamente, aos documentos digitais, Bustelo Ruesta (2017) defende que a gestão de documentos digitais é a base da TD. Assim, nota-se um paralelo entre o seu ponto de vista e a TD sistêmica apontada por Flores (2021). Ambos se baseiam na prévia definição de parâmetros arquivísticos e na gestão de documentos.

Portanto, compreende-se que a especificidade e complexidade dos documentos digitais denotam, além do planejamento, a necessidade de adoção de Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) e de sistemas propícios à preservação da cadeia de custódia digital, os Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), como preceituam Flores, Rocco e Santos (2016).

4 PRESERVAÇÃO DIGITAL

Uma vez que os documentos arquivísticos - analógicos - recolhidos ao arquivo permanente devem ser armazenados em local seguro e confiável, o mesmo deve ocorrer com os documentos arquivísticos digitais de longo prazo e os de guarda permanente. Para isso devem ser recolhidos ao RDC-Arq para que este proteja as características do documento, como a autenticidade e a organicidade, possibilitando a sua preservação e o acesso a longo prazo.

No entanto, sabe-se que para se discutir a Preservação Digital (PD), também não basta o uso de tecnologias digitais inovadoras, tem de haver conhecimento e planejamento. Embora alguns autores cite visões teóricas defensoras da preservação como “febre preservacionista” (DANTAS E DODEBEI, 2010, p.14), acredita-se que a PD, conquanto seja complexa, deva seguir as normas e os padrões, respeitando a classificação arquivística, os prazos de guarda e a destinação final definidos em instrumentos arquivísticos, os metadados e demais requisitos.

Dessa forma, sabe-se que não há necessidade de preservar todo documento digital produzido ou recebido, por isso, deve haver um direcionamento para cada instituição, que estará disposto na sua Política de Preservação Digital (PPD). Este instrumento deve compreender os princípios, os objetivos, as diretrizes e os requisitos para a preservação de documentos digitais. E deve direcionar ainda sobre a manutenção e responsabilização de um ambiente informatizado para preservação digital.

Holanda e Lacombe (2019, p.4) definem a PPD da seguinte forma:

[...] entendida como um instrumento institucional por meio do qual os órgãos e entidades definem sua visão sobre a preservação desses documentos, abrangendo princípios gerais, diretrizes e responsabilidades, que orientem a elaboração de programas, projetos, planos e procedimentos, com vistas à preservação e acesso a documentos arquivísticos digitais autênticos.

Segundo os autores, a PD é composta de camadas que remontam aos níveis de confiabilidade do conjunto documental, de maneira que, “[...] quanto mais bem embasadas, transparentes e bem documentadas forem essas camadas, mais confiável será o sistema de arquivo, constituindo assim um ambiente arquivístico confiável.” (HOLANDA; LACOMBE, 2019, p. 12).

Sobretudo, ressalta-se que o estabelecimento de normas e padrões para as atividades de gestão e preservação digital está relacionado à garantia da disponibilidade, autenticidade e integridade das informações e da preservação da memória institucional. Desse modo, é compreensível que o tratamento de documentos digitais pressupõe elaboração de políticas, programas e planos de ações fundamentados pela Arquivologia.

Segundo Yeo (2020), não é possível ignorar as tendências tecnológicas e sociais no campo da Arquivologia. E no que diz respeito ao âmbito digital, a atuação dos arquivistas tem um grande leque de opções, em que alguns fatores precisam ser observados para se determinar o “destino arquivístico”.

Logo, é necessário cada vez mais dialogar com outros profissionais, traçar a rota novamente e reconsiderar as expectativas e percepções dos documentos digitais. Esses movimentos são desafiadores e promissores, cabendo aos arquivistas conceberem meios viáveis de continuarem a fazer a sua parte na preservação e disponibilização de informações e documentos autênticos e confiáveis.

5 METODOLOGIA

Para atingir o objetivo definido, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, de natureza aplicada e abordagem qualitativa. Os procedimentos

técnicos definidos são, primeiramente, pesquisa bibliográfica e revisão de literatura para sistematização das temáticas.

Os próximos passos estão circunscritos a levantamento e análise documental. Para isso serão identificadas Políticas de Preservação Digital publicadas por instituições públicas correlatas, entre os anos de 2012 e 2022, data-limite que demarca o início da gestão de documentos no MPRJ até os dias atuais. Pretende-se identificar os elementos essenciais para a preservação digital. Será ainda realizado levantamento das atas de reunião da CPAD/MPRJ e dos normativos internos publicados no mesmo período, com vistas a investigar a respeito do tratamento aos documentos digitais e o ambiente digital no MPRJ.

Por fim, almeja-se aplicar instrumentos de coleta de dados aos informantes-chave das áreas de Tecnologia da Informação; Comunicação e Arquivo do MPRJ para conhecimento *in loco* e observação direta a respeito das infraestruturas tecnológica e arquivística.

Assim será possível elaborar as diretrizes para implementação da Política de Preservação Digital do MPRJ.

6 RESULTADOS

Para estabelecer diretrizes para a PPD é necessário identificar os elementos essenciais à preservação digital e conhecer a realidade dos documentos digitais do MPRJ. Tendo em vista que a pesquisa se encontra em andamento, ressalta-se os seguintes resultados parciais.

No que tange ao armazenamento da documentação arquivística, observa-se que o MPRJ custodia os seus documentos, em todas as fases, independentemente do suporte. Ou seja, tendo em vista que não é subordinado ao Poder Executivo, não há obrigatoriedade de realizar recolhimento à entidade arquivística estadual. Assim, a Gerência de Arquivo, mencionada pela primeira vez com este nome em 2000, conforme consta da Resolução nº 914/2000, é o órgão responsável pelos arquivos nas fases intermediária e permanente, segundo o Manual de Competências da Secretaria Geral do MPRJ. De acordo com os critérios e requisitos dispostos na Portaria SGMP nº 119/2019, é um dos órgãos que presta serviços arquivísticos neste MP.

Em relação à avaliação de documentos, a primeira CPAD do MPRJ foi instituída em 2001. Já entre 2003 e 2004 houve a primeira eliminação de documentos, com base na Tabela de Temporalidade de Documentos do governo estadual, além de atualização do normativo da Comissão. Em 2011 foi produzida a primeira Tabela de Temporalidade de Documentos administrativos do MPRJ.

Embora a gestão de documentos tenha sido oficializada em 2012, por meio da Resolução GPGJ nº 1733/2012, foi identificado no acervo permanente do MPRJ registros de ações voltadas à gestão de documentos desde a década de 1970. Este fato demonstra que a preocupação com a temática tem relevância na instituição há pelo menos 5 décadas.

Identificou-se ainda que entre 2013 e 2015 houve ações voltadas à identificação de acervo, por meio de contratação de empresa para realização de diagnóstico arquivístico, contratação de pessoal especializado em Arquivologia e planejamento de um Projeto de Gestão Documental. Em curso desde 2016, este Projeto tem como objetivo alicerçar a política de gestão de documentos, por meio da produção e atualização de instrumentos arquivísticos. Ou seja, além do incremento de instrumentos, com a produção da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) finalística, houve mudança na metodologia utilizada na TTD administrativa e acompanhamento das diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)¹⁵⁶.

De modo a tornar o projeto exequível, houve a criação de um grupo de trabalho de Gestão Documental, composto por servidores com formação multidisciplinar e contratação de equipe terceirizada. Cabe destacar que, desde então, têm sido implementadas rotinas administrativas e procedimentos operacionais padronizados para orientar as atividades relacionadas à gestão de documentos.

Mais recentemente, em 2021, houve atualização da composição e do regimento da CPAD e ainda foi instituído mais um grupo de trabalho, desta vez para a realização de estudos voltados à implementação conjugada de SIGAD e RDC-Arq no MPRJ, além de realizar proposições acerca da observância aos regramentos definidos pelo CNMP. Diante disto, tem sido notório o zelo do MPRJ com a gestão e a preservação da memória, de modo que deve cuidar também pelo patrimônio documental digital e construir valores históricos, culturais e democráticos para a cidadania.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da contextualização a respeito dos conceitos teóricos de transformação digital, gestão de documentos e preservação digital, bem como de conhecimento prévio da infraestrutura institucional, os autores concluem

¹⁵⁶ Resolução CNMP nº 158, DE 31 DE JANEIRO DE 2017. Institui o Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público – PLANAME e seus instrumentos. Resolução CNMP nº 225, DE 24 DE MARÇO DE 2021. Institui o Plano de Classificação de Documentos do Ministério Público (PCD) e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do Ministério Público (TTD), altera a Resolução CNMP nº 158, de 31 de janeiro de 2017, e dá outras providências.

que o MPRJ tem desenvolvido um trabalho eficiente no que diz respeito à gestão de documentos no país. Assim, é imperioso que continue a envidar esforços à melhoria contínua das práticas arquivísticas e tecnológicas para viabilizar também a preservação e o acesso contínuo aos seus documentos digitais.

Para que a preservação digital seja bem-sucedida, a expectativa é que haja responsabilidade social; viabilidade organizacional; sustentabilidade; adequação técnica; segurança da informação e responsabilização de procedimentos. A pesquisa vem mostrando que o MPRJ está no caminho.

Portanto, pretende-se, que o trabalho impulse a implementação da Política de Preservação Digital do MPRJ, auxiliando na declaração dos princípios que norteiam a abordagem de preservação digital e na definição dos procedimentos para tratamento dos documentos digitais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 06 jan. 2022.

BUSTELO RUESTA, C. La transformación digital y las normas internacionales para gestionar documentos. **TRIA** n° 21. 2017 págs. 17-29. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6902035>. Acesso em 13 mar. 2021.

CRAIG, B. O arquivista como planejador e poeta: reflexões sobre avaliação para aquisição. IN: Heymann, L.; Nedel, L. [org.] **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, p.275-285, 2018.

DANTAS, C. G. DODEBEL, V. Passado e presente dos registros digitais. IN: **Universidade e lugares de memória**. [org.] por Andréa Cristina de Barros Queiroz; Antonio José Barbosa de Oliveira. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2009. p. 11-35.

FLORES, D.; ROCCO, B. C. B.; SANTOS, H. M. D. Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 117-132, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40511>. Acesso em 06 mar. 2021.

FLORES, D. Transformação digital por inovação sustentada ou tecnologias disruptivas em arquivos. In: **Produção, tratamento, disseminação e uso recursos informacionais heterogêneos: diálogos interdisciplinares**. Maria Luiza de Almeida Campos [et al.] [Org.]. Niterói: IACS/UFF. 2018. 241p.

FLORES, D. **O Arquivo e os Arquivistas como Protagonistas da Transformação Digital do Poder Judiciário Brasileiro: Gestão de Documentos, Preservação Digital Sistemática e Acesso e Transparência Ativa**. Palestra. Online. 41 slides, color, Padrão Slides Google Drive/Docs 16x9.

Material elaborado para o V Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário, 20 a 22 de outubro de 2021. Brasília, DF, 20 de outubro de 2021. Disponível em: <http://documentosdigitais.blogspot.com> . Acesso em 26 de fevereiro de 2021.

HOLANDA, A. P.; LACOMBE, C. **Recomendações para elaboração de política de preservação digital**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 24 p., jun. 2019. Disponível em: http://arquivonacional.gov.br/images/COGED/Politica_preservacao_digital.pdf. Acesso em 24 jan. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público. **Resolução nº 914, de 14 de julho de 2000**. Aprova a nova estrutura da Secretaria-Geral de Administração da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Rio de Janeiro, seu Manual de Competências, dispõe sobre cargos em comissão e dá outras providências. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/418855/res914.pdf> . Acesso em 04 jan 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público. **Resolução GPGJ nº 1733, de 30 de março de 2012**. Dispõe sobre a Gestão de Documentos no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/418904/Resolucao_1733.pdf. Acesso em 08 jan. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público. **Gestão Digital: Mapa Estratégico 2020-2027**. Sítio eletrônico, c2019. Disponível em: <http://www.mprj.mp.br/gestao-digital> .Acesso em 04 jan. 2022.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério Público. **Portaria SGMP nº 119, de 26 de março de 2019**. Dispõe sobre a padronização e o estabelecimento de critérios e requisitos relacionados aos serviços prestados pela Gerência de Comunicação e pela Gerência de Arquivo, unidades subordinadas à Diretoria de Comunicação e Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/223789/portaria119.pdf> . Acesso em 07 jan. 2022.

THE NATIONAL ARCHIVES UNITED KINGDOM. **Using AI for Digital Records Selection in Government**: Guidance for records managers based on an evaluation of current marketplace solutions. 2021. Disponível em: <https://www.nationalarchives.gov.uk/information-management/manage-information/preserving-digital-records/research-collaboration/using-ai-for-digital-selection-in-government/>. Acesso em 11 mar. 2022.

YEO, Geoffrey. ¿Podemos mantenerlo todo? El futuro de la valoración em un mundo de profusión digital. **Tabula**: Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León, Salamanca, n. 23, p. 153-171, 2020.

INTEGRIDADE DE DOCUMENTOS DIGITAIS ENTRE SIGAD E RDC-ARQ

Carlos Eduardo Carvalho Amand (Faculdade FAVENI/
Universidade do Estado do Rio de Janeiro),
Brenda Couto de Brito Rocco (Universidade do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

O advento do documento digital, cada vez mais, vem tomando espaço no mundo e, por consequência, no Estado Brasileiro, intensificando-se, atualmente, com a “transformação digital” fomentada pelo governo eleito em 2014. A produção de documentos digitais, como meio preferencial de construção de processos administrativos, teve como grande marco a publicação do Decreto nº 8.539, de outubro de 2015, pela então presidente Dilma Rousseff, pois, com ele, veio o reconhecimento dos documentos natos digitais como originais para todos os efeitos, igualando-os aos documentos convencionais em suporte de papel.

O decreto também impulsionou o uso do meio digital para a produção do processo administrativo, impondo às entidades funcionais do Estado um prazo para implantação do processo digital em dois anos ou, no máximo, em três anos no caso de órgãos ou entidades que já utilizassem esse processo eletrônico.

Ainda em outubro de 2015, os ministérios da justiça e do planejamento, orçamento e gestão emitem a Portaria Interministerial nº 1.677, que define os

procedimentos de protocolo e de observância obrigatória aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como os procedimentos para tratar documentos avulsos e processos no suporte convencional e no suporte digital são detalhados. Há que se destacar que, nesta Portaria, institui-se a obrigatoriedade para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal observarem, em seus sistemas de protocolo, a aderência aos requisitos descritos no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil).

O e-ARQ Brasil é um modelo de requisitos para a construção de Sistemas Informatizados de Gestão Arquivísticas de Documentos – SIGAD, emitido pelo Conselho Nacional de Arquivos, doravante Conarq, com sua edição final em 2011¹⁵⁷. Este modelo reúne as melhores práticas de gestão arquivista tendo como base normas e padrões internacionais, como DOD 5010.2-ST¹⁵⁸ e PREMIS¹⁵⁹.

O Conarq publicou, em 04 de setembro de 2015, a Resolução nº 43, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis. Essas diretrizes têm por objetivo manter a autenticidade, a confidencialidade, a disponibilidade, o acesso e a preservação dos documentos arquivísticos digitais.

O uso de documentos digitais se intensifica, ainda mais, com a emissão do Decreto Federal nº 10.278, de 18 de março de 2020, que estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos e privados de forma que os digitalizados possuam o mesmo efeito legal que os documentos originais. O decreto também permite o descarte do documento original que foi digitalizado, exceto quando eles forem de valor permanente e, segundo o decreto, possuírem “valor histórico”.

Com a sociedade passando a produzir, em massa, documentos natos digitais e procedendo com a digitalização de documentos convencionais, faz-se necessário garantir suas integridades quando houver a troca de custódia legal, que pode ocorrer nos processos de transferência/recolhimento ou no envio de correspondências entre entidades. Assim, este artigo propõe uma solução tecnológica para a preservação da integridade de documentos digitais durante a execução desses processos. Consideramos, para fins desse estudo, integridade como o “estado dos documentos que se encontram completos e não sofreram

¹⁵⁷ CONARQ, Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007. Recentemente revogada pela Resolução nº 50, de 06 de maio de 2022, cujo anexo é a versão 2 do e-Arq Brasil.

¹⁵⁸ Digital criteria standard for electronic record management software applications: DOD 5015.2-STD, 2002.

¹⁵⁹ PREMIS Data Dictionary for Preservation Metadata – Version 2.

nenhum tipo de corrupção ou alteração não autorizada nem documentada”, conforme Conarq (2015, p. 7).

2 DESENVOLVIMENTO

Para um melhor entendimento da solução proposta, é necessária uma revisão dos conceitos que serão estudados. Vamos explorar o ciclo de vida de documentos e sua aplicação desde o SIGAD até o RDC-Arq, objetivando entender o processo de transferência/recolhimento, bem como revisar o padrão de empacotamento BagIt para a formação de pacotes de transferência e, por fim, explicar a técnica de função criptográfica *hash*.

3 CICLO VITAL DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

O Arquivo Nacional (BRASIL, 2005, p. 160) define ciclo vital de documentos como as “sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo, da sua produção à guarda permanente ou eliminação”. São três essas fases: a produção, a utilização e a destinação, sendo que esta última pode destinar o documento para a guarda permanente ou eliminação.

A fase da produção é o momento em que os documentos são produzidos para cumprir sua função administrativa, sempre a partir da execução das atividades de um órgão. A fase de utilização abrange o momento em que o documento tramita e é utilizado dentro do órgão ou entidade, passando pelo momento de guarda até o tempo de destinação. A fase de destinação de documentos é aquela voltada ao fim que o documento terá após cumprir seu valor primário (leva em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais), podendo serem tais documentos recolhidos à guarda permanente em virtude de possuírem valor secundário (ou seja, valores diferentes daqueles para os quais foram criados) ou eliminados.

No caso de documentos digitais, o Arquivo Nacional (BRASIL, 2019, p. 50-51) define que “a melhor ferramenta para apoiar a gestão de documentos arquivísticos digitais é um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos (SIGAD)”. Corroborando, o Conarq (2015, p. 4) define que “os documentos arquivísticos digitais em fase corrente e intermediária devem, preferencialmente ser gerenciados por meio de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD” e que, “a partir da destinação para a guarda permanente, ocorre uma alteração na cadeia de custódia passando a responsabilidade pela preservação dos documentos dos produtores para a instância de guarda”.

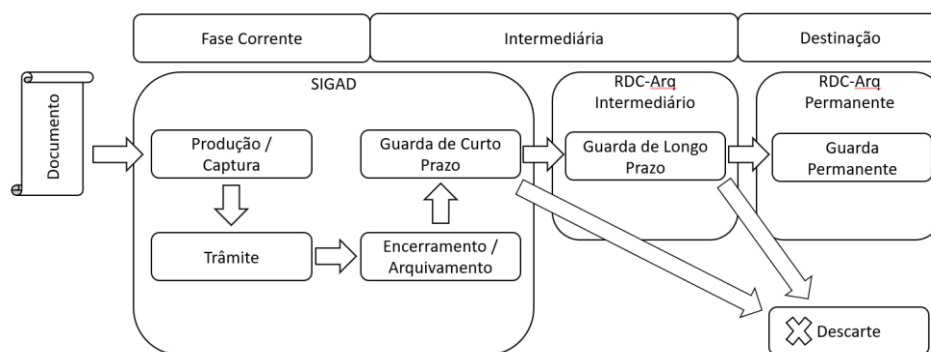
A obsolescência tecnológica é uma ameaça constante aos documentos digitais, pois coloca em risco a recuperação da cadeia de *bytes* da mídia de

armazenamento quando os leitores da mídia passam a ser escassos no mercado em virtude de uma nova tecnologia substituta, ou quando há escassez de sistemas capazes de decodificar a cadeia de *bytes* em informação legível ao usuário devido a adoção de um formato de arquivo mais novo. Neste sentido, o Conarq (2015, p. 3) observa que “a preservação de documentos arquivísticos digitais, nas fases corrente, intermediária e permanente, deve estar associada a um repositório digital confiável”.

O Conarq também cunha o conceito de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq) para definir repositórios digitais confiáveis específicos para a preservação de documentos arquivísticos, e salienta que “um cenário que englobaria todo o ciclo de vida do documento seria o uso de um RDC-Arq para as idades corrente e intermediária, e de outro para a idade permanente” (CONARQ, 2015, p. 3).

Analisando as publicações do Conarq, podemos estabelecer que documentos em fase corrente e intermediária são geridos por um SIGAD e um RDC-Arq de nível intermediário. Quando estes documentos são destinados para a fase permanente, são transferidos para um RDC-Arq de nível permanente com uma alteração na cadeia de custódia. A figura 1 ilustra os processos arquivísticos relacionando aos sistemas envolvidos.

Figura 1 - Processos Arquivísticos e Sistemas Envolvidos



Fonte: Os autores.

A partir da figura 1, podemos visualizar quando o documento sai do SIGAD para o RDC-Arq, seja ele intermediário ou permanente. Neste momento, o documento fica vulnerável a adulterações, uma vez que, diferente da proteção dentro do SIGAD e do RDC-ARq, enquanto o documento está sendo transferido fica vulnerável à fragilidade e insegurança do canal, o qual precisa de aparatos e robustez de segurança.

Alguns recursos tecnológicos podem, e devem, ser implementados para sanar essa vulnerabilidade no canal de transmissão. O presente artigo apresenta alguns destes recursos que consideramos de suma importância para a garantia da integridade dos documentos arquivísticos.

4 FUNÇÕES CRIPTOGRÁFICAS DE HASH

Uma função criptográfica de *hash*, ou função de *hash* unidirecional, é uma função que, dado um fluxo de bites ou *bytes* de tamanho variável, sempre gera um resultado de tamanho fixo. Em outras palavras: um arquivo de computador “a”, submetido a uma função *hash* “H”, resulta em um resumo “r”; desta forma, temos que $H(a)=r$.

Além do tamanho fixo para o resumo, também chamado de *fingerprint* ou *digest*, uma função *hash* tem algumas outras características importantes. A que se destaca, aqui, é o fato de ser uma função unidirecional, podendo ser entendida como uma função onde é simples calcular um resumo a partir de uma entrada, mas não é possível calcular a entrada a partir de um resumo.

Em uma função *hash*, a variação das entradas é infinita e a variação de resumos é finita, pois tem tamanho fixo, logo, sempre haverá colisões. Estas ocorrem quando um mesmo resumo é gerado a partir de arquivos de computador diferentes, ou seja, quando $H(a_1) = H(a_2)$. Considerando a existência de colisões, outra característica importante a ser destacada é a resistência à colisão. Segundo Ferguson e Schneier (2003, p. 84, tradução nossa), “o requisito de resistência a colisão apenas afirma que embora colisões existam, elas não podem ser encontradas”.

Dos algoritmos existentes de *hash*, destacaremos, neste trabalho, o MD5 e o SHA1 por serem referências de segurança e eficiência.

Entre os diversos algoritmos existentes, o *Message Digest 4* (MD4) pode ser tido como um marco histórico, pois é nele que são baseados os algoritmos de *hash* atualmente mais populares, que compõem praticamente o padrão em relação à eficiência e segurança para a geração de *hashes*. Entre estes últimos tem-se: MD5 e SHA1. (SERAFFIM, 2002, p. 40)

O algoritmo MD5 é uma extensão do algoritmo MD4 que, a partir de uma entrada de dados, produz um resumo com o tamanho de 128-bit. Boer e Bosselaers (1994) demonstraram fraquezas nesse algoritmo, as quais permitem a geração de colisões. No entanto, Schneier (1994) não acredita que existe impacto prático na segurança do algoritmo, mesmo considerando que existe, de fato, uma fraqueza na função de compressão.

O SHA é um padrão criado pelo *National Institute of Standards and Technology* (NIST) que especifica um conjunto de algoritmos para a produção de um resumo a partir de uma entrada de dados ou mensagem, objetivando detectar alterações na mensagem após a geração do resumo; o SHA-1 é apenas um dos algoritmos deste padrão, em que este estudo foca. De acordo com Serafim (2002), a diferença mais evidente entre o SHA-1 e o MD5 é que o resumo gerado pelo primeiro tem o tamanho de 160 bits, enquanto o do segundo é de 128 bits. Schneier (1996, p. 368) destaca que essa característica torna o SHA-1 mais resistente a ataques de força-bruta.

5 PADRÃO DE EMPACOTAMENTO BAGIT

O padrão Bagit é para empacotamento de arquivos de computador com a finalidade de guarda e transferência, criado pela *Library of Congress* (Biblioteca do Congresso Americano) em parceria com a *California Digital Library* (Biblioteca Digital da Califórnia). O padrão não conhece a semântica do conteúdo por ele empacotado, permitindo, assim, a construção de pacotes com qualquer conteúdo digital.

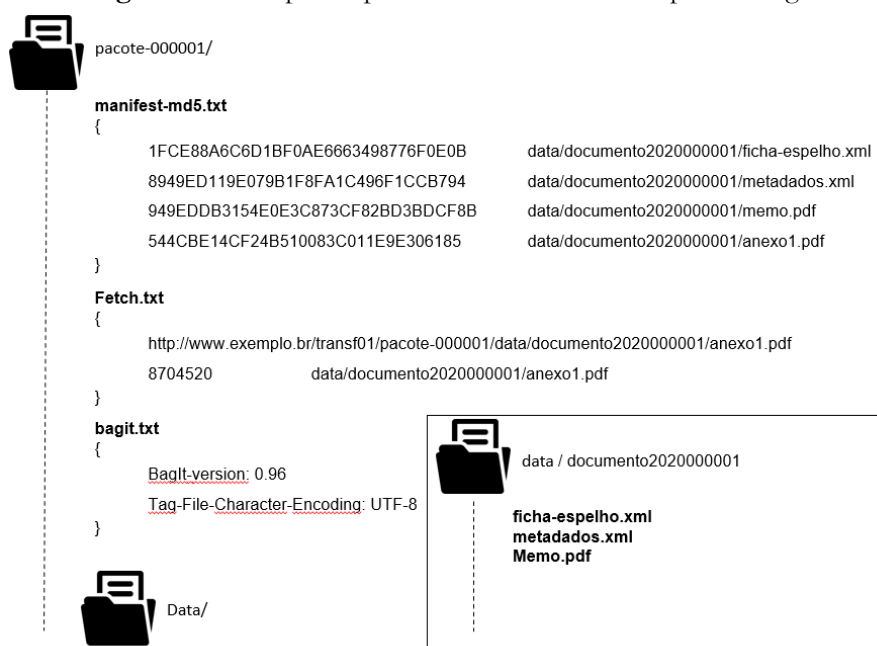
O pacote Bagit consiste em um diretório raiz contendo um arquivo de texto simples construído de forma a ser legível para um *software* e um subdiretório com os arquivos de conteúdo. O arquivo de texto contém o inventário de todos os arquivos do conteúdo empacotado, seguido por sua informação de soma de verificação.

Conforme a especificação do padrão, o arquivo com o inventário dos conteúdos empacotados é nomeado como *manifest-algoritmo.txt*, onde o texto “algoritmo” é substituído pelo texto referenciando o algoritmo de soma de verificação usado para a lista.

Para atender ao padrão, um último arquivo de texto, nomeado “*baigit.txt*”, deve existir na pasta raiz do pacote. Este arquivo contém apenas duas linhas: a primeira com o texto “*BagIt-Version: M.N*”, onde “M.N” é a versão do padrão usado, e a segunda linha com o texto “*Tag-File-Character-Encoding: UTF-8*”, indicando o tipo de codificação binária usada para representar os caracteres.

O padrão prevê outros arquivos de texto dentro da pasta raiz do pacote e, para o escopo deste artigo, faz sentido destacar o “*fetch.txt*”. Este arquivo contém, em uma lista, os arquivos de conteúdo que devem ser obtidos por *download* antes da análise de completude do pacote. Cada item da lista é representado por uma linha no arquivo contendo a URL do conteúdo, o tamanho do arquivo de conteúdo e o nome do arquivo de conteúdo incluído seu caminho relativo em relação ao diretório raiz.

Figura 2 - Exemplo de pacote de transferência no padrão Bagit



Fonte: Os autores.

Para ilustrar como a estrutura do padrão Bagit e, em específico, a funcionalidade do arquivo “*fetch.txt*”, a figura 2 demonstra um pacote de transferência de documentos com um único documento composto por quatro componentes digitais. Neste exemplo, o arquivo “anexo1.pdf” seria muito grande para ser enviado junto com o pacote; desta forma, o arquivo “*fetch.txt*” define em qual endereço da *web* o arquivo “anexo1.pdf” pode ser adquirido, enquanto o arquivo “*manifest-md5.txt*” fornece a mensagem de integridade da informação de conteúdo do pacote completo.

6 PROCEDIMENTOS PARA GARANTIA DA INTEGRIDADE DE DOCUMENTOS UTILIZANDO CÓDIGOS HASH

Os procedimentos propostos a seguir podem ser executados quando um conjunto de documentos é enviado do SIGAD para um RDC-Arq, visando garantir a integridade dos documentos enquanto não estão sob a gestão nem do SIGAD nem do RDC-Arq.

7 LISTAGEM DE RESUMOS HASH NO PACOTE DE TRANSFERÊNCIA

Este procedimento consiste na verificação da integridade dos documentos enviados em um pacote no formato Bagit a partir dos resumos *hash* enviados no arquivo *manifest* do pacote. A figura 3 ilustra esse procedimento.

Figura 3 - Listagem de resumos *hash* no pacote de transferência

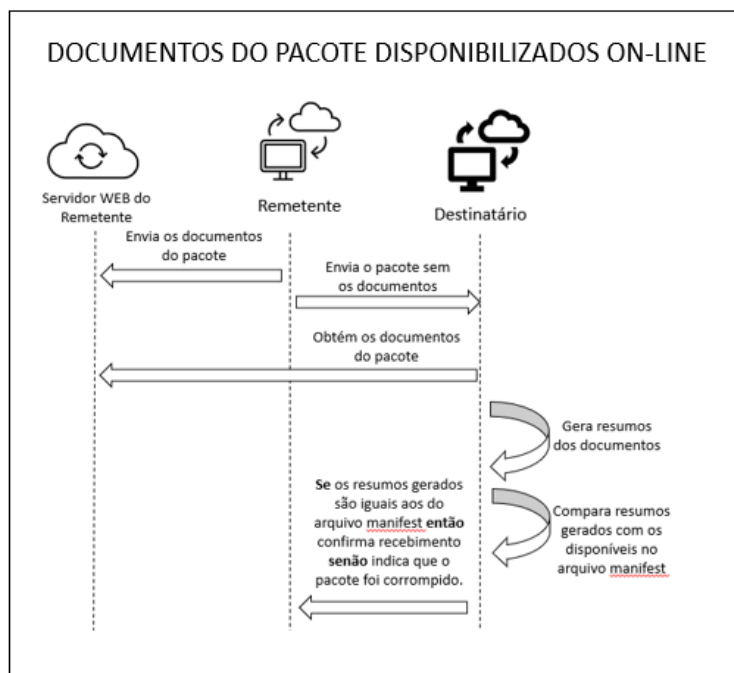
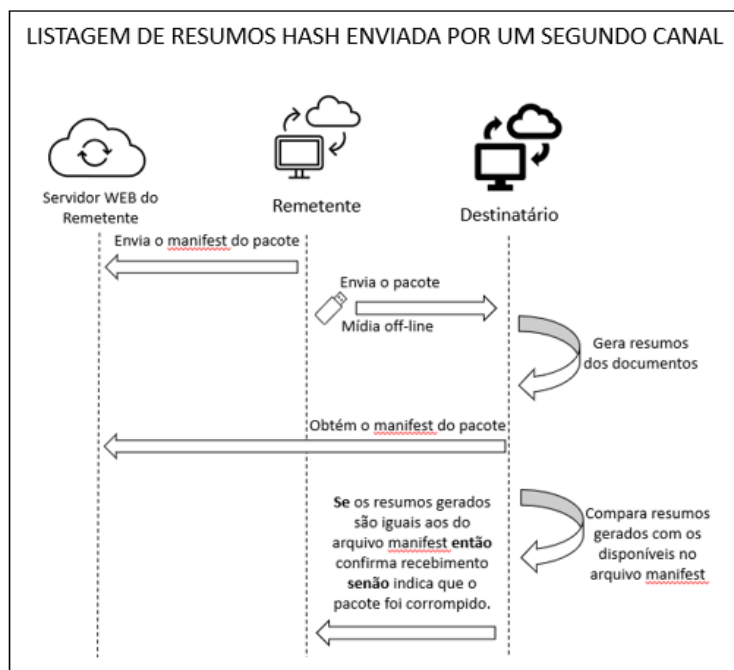


Fonte: Elaborado pelos autores.

8 LISTAGEM E RESUMOS HASH ENVIADA POR UM SEGUNDO CANAL

Este procedimento consiste na verificação da integridade dos documentos enviados em um pacote no formato Bagit a partir dos resumos *hash* enviados fora da estrutura de pasta do padrão Bagit, bem como por um canal diferente daquele usado para enviar o pacote original. A título de exemplo, o pacote de documentos poderia ser enviado em uma mídia off-line (um disco *blu-ray*, por exemplo) e o arquivo *manifest*, contendo os resumos *hash*, poderia ser disponibilizado pelo remetente, apenas para leitura, em um endereço *web*. O quadro esquerdo da figura 4 ilustra este procedimento.

Figura 4 - Listagem de resumos *hash* enviada por um segundo canal e documentos do pacote disponibilizados on-line



Fonte: Elaborado pelos autores.

9 DOCUMENTOS DO PACOTE DISPONIBILIZADOS ON-LINE

Este procedimento consiste no envio do pacote para o destinatário sem os documentos na pasta “DATA”. O pacote deve conter, necessariamente, o arquivo *manifest* com os resumos *hash* dos documentos, e o arquivo “fetch.txt” contendo os *links* para o *download* dos mesmos documentos que o pacote deveria ter. O quadro à direita da figura 4 ilustra este procedimento.

10 CONCLUSÃO

Considerando que as funções criptográficas de *hash* são tidas como seguras por especialistas em criptografia para identificar alterações em documentos digitais, e que esta técnica já é considerada pelo padrão de empacotamento de documentos largamente utilizada para documentos arquivísticos, os procedimentos propostos para verificação de integridade visam garantir que alguém mal-intencionado, de posse de um pacote de documentos, não tenha acesso tanto aos documentos quanto aos resumos *hash*, impedindo, assim, a alteração intencional de um documento e a geração de um novo resumo.

O primeiro procedimento apresentado coloca em risco a integridade dos documentos, já que, ao longo de uma transferência, seria possível alterá-los e gerar uma nova lista de resumos a partir dos documentos modificados. Desta forma, o destinatário, ao verificar a integridade do pacote, não detectaria alterações.

O segundo e o terceiro procedimentos colocam um nível a mais na segurança das transferências, impedindo que alguém mal-intencionado tenha posse, ao mesmo tempo, dos documentos e dos resumos *hash*. Sendo assim, seria impossível alterar o conteúdo do pacote ao interceptá-lo sem que o destinatário identificasse a modificação.

A partir desta análise, podemos concluir que, durante as transferências entre SIGADS e RDC-Arqs, há a possibilidade de aumentar o nível de segurança na verificação de integridade dos documentos usando o segundo ou o terceiro procedimento proposto neste artigo.

REFERÊNCIAS

ABNT. **ABNT NBR 17572:2007** – Sistemas especiais de dados e informações – Modelo de referência para um sistema aberto de arquivamento e informação (SAAI). Rio de Janeiro: ABNT, 2007.

BOER, B.; BOSSELAERS, A. Collisions for the Compression Function of MD5. **Advances in Cryptology – EUROCRYPT’93**, Norway, p. 23-27, may 1993. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F3-540-48285-7.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.** Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial nº 1.677 de 7 de outubro de 2015.** Define os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015.

CALIFORNIA DIGITA LIBRARY, USA; STANFORD LIBRARY, USA; LIBRARY OF CONGRESS, USA. **The BagIt File Packaging Format (v1.0), 2018.** Disponível em: <https://datatracker.ietf.org/doc/html/rfc8493>. Acesso em: 13 maio 2022.

CALIFORNIA DIGITA LIBRARY, USA; LIBRARY OF CONGRESS, USA. **The BagIt File Packaging Format (v0.97), draft-kunze-bagit-07.txt, 2012.** Disponível em: <https://www.digitalpreservation.gov/documents/bagitspec.pdf>. Acesso em: 13 maio 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **E-ARQ BRASIL: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

Digital criteria standard for electronic record management software applications: DOD 5015.2-STD, 2002.

FERGUSON, N. F.; SCHNEIER, B. **Practical Cryptography.** 1. ed. Wiley, Indiana, USA: Wiley, 2003.

NIST. **Secure Hash Standard.** FIPS PUB 180-1. Washington D.C. 1995.

PREMIS EDITORIAL COMMITTEE. **Data Dictionary for Preservation Metadata:** PREMIS version 3.0, 2015. Disponível em: <http://www.loc.gov/standards/premis/v3/premis-3-0-final.pdf>. Acesso em: 11 maio 2022.

RIVEST, R. **The MD4 Message-Digest Algorithm:** RFC 1320. 1992.

RIVEST, R. **The MD5 Message-Digest Algorithm:** RFC 1321. 1992.

SCHNEIER, B. **Applied Cryptography.** 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 1996.

SERAFIM, V. da S. **Um verificador seguro de integridade de arquivos.** 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/2756>. Acesso em: 19 maio 2021.

THE CONSULTATIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEMS (CCSDS). **Recommendation for Space Data System Practices** – Reference model for an open archival information system (OAIS) – CCSDS 650.0-M-2. Washington, DC, USA. Disponível em: <https://public.ccsds.org/pubs/650x0m2.pdf>. Acesso em: 11 maio 2022.

THE CONSULTATIVE COMMITTEE FOR SPACE DATA SYSTEMS (CCSDS). **Audit and certification of trustworthy digital repositories**. Washington, DC, USA. Disponível em: <https://public.ccsds.org/Pubs/652x0m1.pdf>. Acesso em: 11 maio 2022.

PARTE IX

ARQUIVAMENTO DA WEB E PRESERVAÇÃO DIGITAL: DOS WEBSITES ÀS REDES SOCIAIS

ACESSO E USO DE ARQUIVOS DA WEB: ANÁLISE DOS ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

Lúcia Andréia Nunes de Oliveira Nunes (Universidade Federal do
Rio Grande do Sul)

1 INTRODUÇÃO

Com os avanços das tecnologias de Internet e o desenvolvimento rápido da *web*, a quantidade de conteúdo disponibilizado nesse ambiente aumentou significativamente, se constituindo em uma importante fonte de pesquisa. Mas com a mesma velocidade que a informação é produzida, ela se perde e se apaga e, devido a esta característica efêmera, a necessidade de arquivamento da *web* torna-se reconhecida.

O arquivamento da *web* pode ser definido como um “processo que compreende coletar, armazenar e disponibilizar a informação retrospectiva da *World Wide Web* para futuros pesquisadores” (ROCKEMBACH, 2017, p. 9), devendo ser pensado de forma sistêmica, o que inclui o estabelecimento de políticas de arquivamento (ROCKEMBACH; PAVÃO, 2018).

Baseado no modelo de ciclo de vida do arquivamento da *web*, que apresenta as fases do arquivamento, destaca-se a etapa de acesso e uso da informação, que envolve aspectos sensíveis como privacidade e direitos autorais.

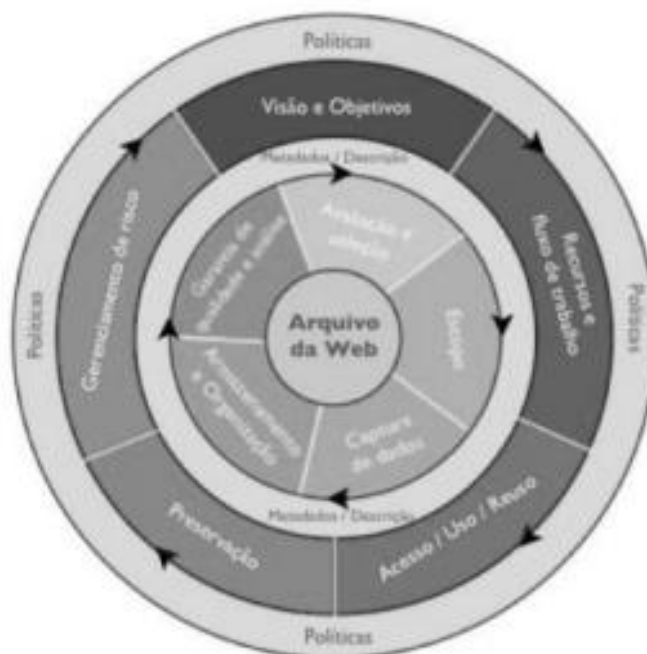
A questão que norteou a pesquisa foi: como iniciativas de arquivamento da *web* fornecem acesso às informações por elas preservadas considerando os aspectos éticos e legais? O objetivo foi analisar os aspectos éticos e legais pertinentes ao acesso e uso das informações de *websites* arquivados a partir dos documentos termos de uso e das políticas de privacidade disponibilizadas nas plataformas digitais de iniciativas de arquivamento da *web*.

Muitas iniciativas de arquivamento da *web* vêm surgindo pelo mundo com o intuito de preservar o conteúdo disponibilizado nesse ambiente e, tendo em vista que a temática ainda é recente no cenário nacional, analisar as formas de acesso e uso estabelecidas por iniciativas de arquivamento da *web*, considerando os aspectos legais e éticos, poderá contribuir para os estudos sobre o arquivamento da *web* brasileira.

2 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS NO ACESSO E USO DE ARQUIVOS DA *WEB*

Desde a sua criação, a *web* evoluiu de forma muito rápida, ganhando novas ferramentas que a tornaram mais dinâmica. Essa natureza dinâmica e efêmera, traz a necessidade de refletir sobre o armazenamento dos conteúdos disponibilizados nesse ambiente, impondo desafios para a sua preservação; o ponto de partida para enfrentar esses desafios é o planejamento, a metodologia e as plataformas para coletar, armazenar e disponibilizar o conteúdo, etapas que correspondem ao ciclo de vida do arquivamento da *web* (ROCKEMBACH, 2018 e 2019).

O ciclo de vida do arquivamento da *web* é um modelo que apresenta as fases do arquivamento (FIGURA 1); dentre as etapas individuais, está o acesso-uso-reuso da informação, onde é determinado como será dado o acesso à informação arquivada e como o uso será monitorado (BRAGG; HANNA, 2013, p. 28). Essa etapa, envolve aspectos sensíveis das políticas de arquivamento da *web*, como legislação sobre privacidade, proteção de dados pessoais e direitos autorais (BRAYNER, 2019).

Figura 1 – Ciclo de vida do arquivamento da *web*

Fonte: Extraído de Bragg e Hanna (2013 *apud* ROCKEMBACH, 2018, p. 13).

A internet favoreceu o surgimento de um espaço interativo de acesso e compartilhamento de informações, alterando o processo de produção, disseminação e uso da informação. As possibilidades de interação, a superação das distâncias geográficas, a produção de informação descentralizada, o compartilhamento de conteúdo, são fatores que influenciam a nova organização social e redefinem novos padrões culturais, políticos e éticos.

2.1 Contexto da pesquisa e procedimentos metodológicos

O *International Internet Preservation Consortium*, fundado em 2003, congrega 56 instituições que trabalham de forma colaborativa na preservação de conteúdo da *web*. Dentre essas instituições, foram selecionadas 19 plataformas digitais para o desenvolvimento da pesquisa, dentre as quais: arquivos e bibliotecas, nacionais e universitárias, e organizações sem fins lucrativos, distribuídas na América do Norte, Europa, Oceania, América do Sul e Ásia.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com finalidade exploratória e descritiva. Um dos procedimentos metodológicos utilizados foi a pesquisa bibliográfica, sendo utilizadas as bases de dados *Web of Science*, *Scopus* e Portal de Periódicos CAPES, com os seguintes critérios: a) Idioma: Inglês; b)

Termos: *ethic, ethical, web archive, web archiving*. Sendo recuperadas 72 fontes bibliográficas e selecionadas 36 para leitura mais aprofundada.

Outro procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa documental. O corpus da pesquisa foi constituído pelos documentos “termos de uso” e “políticas de privacidade” coletados de 19 plataformas de iniciativas de arquivamento da *web*.

Para a análise dos dados foram utilizadas as técnicas de análise documental e de conteúdo. A análise documental compreende a estrutura e o teor textual de um documento; cada tipo de documento tem uma estrutura própria e, a partir da análise da estrutura é que se propõe identificar conceitos para expor o assunto do documento (NASCIMENTO, 2009). A análise de conteúdo, segundo Santos (2012), se constitui em uma modalidade de interpretação de texto, uma das características essenciais dessa análise é a utilização de categorias, que são levadas para o material empírico com o objetivo de redução do material.

2.2 Organização e análise dos dados

A análise de conteúdo, preconizada por Bardin (2016), se compõe em três etapas; na etapa de pré-análise foram formadas as categorias iniciais a partir da seleção do material e leitura flutuante das plataformas das iniciativas de arquivamento da *web*, dos documentos termos de uso e das políticas de privacidade, resultando na formação de 23 categorias.

A etapa de exploração do material consiste na descrição analítica relacionada ao material textual coletado, submetido a um estudo mais aprofundado orientado pelo referencial teórico (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). Após a sistematização dos dados, os documentos foram transferidos para o *software* NVIVO (versão 1.3).

Primeiramente, foi identificado o tipo/descrição da instituição, divididas em Arquivos, Bibliotecas e Universidades, e sua localização - 11 instituições na América do Norte, sendo nove nos Estados Unidos e duas no Canadá; na Europa, são cinco instituições, três no Reino Unido, uma na Croácia e uma em Portugal; na Oceania, uma instituição, na Austrália; na América do Sul, uma instituição, no Chile, e na Ásia, uma instituição, em Singapura.

Quanto à categorização que apresenta o Objetivo/Missão das instituições, a nuvem de palavras construída no NVIVO (FIGURA 2) demonstra que a palavra de maior ocorrência nessa categoria é “Preservar”, que ocorre 14 vezes, a palavra “Acesso” tem uma ocorrência de quatro vezes.

Figura 2 – Nuvem de palavras a partir do objetivo/missão da instituição



Fonte: Elaborado pela autora.

O número de instituições que arquivam a *web* vem aumentando, mas os esforços são mais centrados na coleta (OGDEN; HALFORD; CARR, 2017). Contudo, segundo Pennock (2013), algumas instituições são legalmente obrigadas a capturar e arquivar conteúdo da *web*, e a perda dessas informações é uma responsabilidade organizacional e também uma responsabilidade social.

Quanto à identificação do método de coleta das instituições, as 19 instituições referem abordagem seletiva (evento ou temático), e 6 delas também referem abordagem ampla. Segundo Glanville (2010), a abordagem na coleta de conteúdo influencia no acesso e uso da informação. Uma coleta ampla garante uma cobertura maior de material, mas limita o acesso ao material arquivado.

Foi categorizado também os recursos arquivados pelas instituições, que colocam desafios particulares para as instituições, e também podem influenciar no acesso e uso da informação. A abordagem seletiva (evento) se concentra em *sites* que abordam eventos nacionais ou internacionais importantes; a abordagem seletiva (temático), envolve a seleção de recursos da *web* com base em vários conjuntos de critérios pré-definidos, por exemplo, recursos pertencentes a uma organização. Os conteúdos mais citados pelas instituições foram os *sites* governamentais, mencionado por oito instituições, e os domínios e mídias sociais, mencionado por 5 instituições.

Foi identificado o uso de ferramentas ou serviços utilizados pelas instituições, 14 instituições referem o uso de ferramentas ou serviços. A ferramenta/serviço mais citado é o *Archive-It*, referenciado por sete instituições; é um serviço de arquivamento da *web* baseado em assinatura. Esses serviços são cada vez mais utilizados pelas instituições que preferem não estabelecer e manter sua própria infraestrutura técnica de arquivamento da *web*.

A categorização seguinte tratou do tipo de acesso, 16 instituições referem acesso aberto aos arquivos da *web*, mas, dependendo do tipo de informação, poderá haver restrições. O acesso local é utilizado quando a instituição depende de licença dos editores para que o acesso seja aberto; sem a autorização, as informações somente podem ser acessadas nas dependências da instituição; quando o recurso arquivado envolve questões de privacidade, ou quando há restrições estabelecidas pela legislação. Segundo Wickner (2019), deve-se considerar quando é melhor desvincular a preservação e acesso para respeitar ou proteger os sujeitos. A importância de preservar não se traduz necessariamente em acesso público irrestrito, e os danos podem ser mitigados se houver consentimento dos sujeitos.

Com relação à categorização dos termos de uso, a descrição do serviço configura-se em um dos elementos comuns a todos os documentos. No documento, deve estar descrito o serviço e como ele é oferecido; 18 instituições trazem a descrição do serviço no documento, e três ainda informam que o acesso ao serviço oferecido é gratuito. A Tabela 1 mostra como as instituições descrevem seus serviços.

Tabela 1 - Descrição do serviço nos documentos Termos de Uso

Descrição do serviço	Número de Instituições
Apoio ao trabalho científico, à pesquisa, ao conhecimento, educação e ensino	10
Acesso ao patrimônio documental, à cultura, à memória e história	3
Acesso às informações governamentais, programas e serviços do governo	2
Coleta de <i>sites</i> , mídias sociais e conteúdos disponíveis publicamente na <i>web</i>	2
Funções administrativas	1
Serviços/informações acadêmicas	1

Fonte: Elaborado pela autora.

A categoria seguinte refere-se à legislação, normas e regulamentos referenciados nos termos de uso e está relacionada com a proteção legal. Das 16 instituições que citam alguma lei ou regulamento, 13 referenciam às Leis de

Direitos Autorais, considerando nesse total a Lei de Direitos Autorais do Milênio Digital, lei dos Estados Unidos, que permite aos provedores de serviços *online* isenção de responsabilidade por violação desses direitos. O *fair use* (uso justo), mencionado 2 vezes, também é um conceito da legislação dos Estados Unidos, que permite o uso de material protegido por direitos autorais para fins acadêmicos, por exemplo. Importante ressaltar que a proteção legal também está relacionada com a declaração de direitos autorais nos documentos jurídicos; 15 instituições apresentam esta declaração no documento, e 6 instituições mencionam licenças, sendo que 2 delas fazem referência às licenças *Creative Commons*.

A próxima categoria se refere à descrição de uso do serviço; 16 instituições descrevem em seus documentos como deve ser o uso do serviço; 10 informam que o uso sem violação de direitos autorais ou outra lei de propriedade intelectual deve ser garantido pelo usuário; 9 referem que o conteúdo não pode ser utilizado para fins comerciais, modificados, sem autorização, disposição legal em contrário ou acordo de licença, e 6 referem que a instituição deve ser citada como fonte.

Outra categoria aborda as penalidades no descumprimento das orientações de uso dos conteúdos; 9 instituições mencionam aplicação de penalidades em seus termos de uso. Dos tipos de penalidades mencionados, 17% referem que os custos e taxas com advogado será por conta do usuário, 25% referem indenização e isenção de responsabilidade da instituição, 25% referem punição civil e criminal e 33% referem cancelamento de acesso e remoção da conta do usuário.

Foi categorizado também a limitação de responsabilidade da instituição, das 11 instituições que trazem essa informação em seus documentos, 5% referem que não são responsáveis pela suspensão ou cancelamento do serviço, 6% referem que o editor é o responsável pela precisão dos dados dos recursos arquivados, 11% referem que o conteúdo pode ser regido por leis locais, nacionais, internacionais e que a responsabilidade é do usuário, 22% referem que não são responsáveis por perdas ou danos que possam vir a ocorrer no acesso e uso do serviço ou coleção e 56% referem que não são responsáveis pelo conteúdo acessado e o uso que é dado a ele, incluindo *links* para *sites* externos.

Na categoria que trata das garantias oferecidas ao usuário, embora 13 instituições referenciem “garantias” em seus termos de uso, nenhuma oferece qualquer tipo de garantia, 5% referem que não garantem ou que tenham qualquer representação sobre o uso e resultado do uso dos conteúdos, 14% referem que não garantem que o acesso às coleções seja ininterrupto, 33% não oferecem garantia de qualquer tipo para o uso ou reprodução dos itens de suas coleções e

48% referem que não garantem a completude, exatidão, confiabilidade e atualidade dos conteúdos.

Duas categorias tratam das alterações e atualizações dos documentos. Quanto às alterações dos termos, 11 instituições referem alterações no documento e são unânimes em declarar que seus termos de uso podem ser alterados sem aviso prévio, em qualquer momento e que cabe ao usuário revisar periodicamente o documento; 3 instituições mencionam que podem notificar o usuário sobre alterações através de e-mail, declaração ou aviso. Quanto às atualizações, 5 instituições identificam a data da última atualização do documento. Das 5 instituições que apresentavam a data de atualização do documento, 2 informam que o documento foi atualizado em 2020, 1 em 2019, 1 em 2014 e 1 em 2013.

Com relação à categorização das políticas de privacidade, analisando a categoria que trata das leis, regulamentos ou códigos aplicáveis referenciados nos documentos; 11 instituições referenciam em suas políticas de privacidade leis, regulamentos ou códigos; 9 mencionam leis de proteção de dados pessoais e privacidade; a GDPR é mencionada por 2 instituições da Europa, e 2 instituições fazem referência a algum código de ética ou conduta.

Já a categoria que trata do motivo da coleta de dados; 18 instituições descrevem em suas políticas de privacidade o motivo da coleta, sendo que a melhoria nos serviços oferecidos é o motivo pelo qual 13 instituições coletam dados dos usuários; 10 instituições referem a otimização dos *sites* e métricas de uso do *site* como outros motivos para a coleta de dados.

Na categoria que descreve os dados que serão coletados; 18 instituições identificam os dados do usuário que serão coletados, e os mais citados são: *cookies* (15 instituições), informações pessoais (11 instituições) e páginas visualizadas/recursos arquivados (10 instituições).

Na categoria que trata do compartilhamento ou divulgação dos dados dos usuários; 17 instituições informam em suas políticas de privacidade se há compartilhamento/divulgação dos dados, porque esses dados são compartilhados e com quem são compartilhados; 9 instituições mencionam que coletam os dados quando exigido por lei ou ordem judicial, 7 instituições informam que compartilham os dados com fornecedores, consultores, prestadores de serviço e 6 instituições com a equipe/membros da instituição.

Na categoria que trata do monitoramento/controle sobre os dados, 12 instituições descrevem em suas políticas de privacidade como é o tratamento dos dados; 4 instituições informam onde os dados serão armazenados e processados, e se os mesmos podem ser transferidos para outros países, 3 Informam prazos de manutenção dos dados. É importante esclarecer se os dados coletados

permanecerão em um banco de dados ou serão eliminados depois de um determinado tempo. A política de privacidade deve refletir todos os tratamentos de dados pessoais que são feitos pela instituição (REIS, 2016).

Das categorias que tratam as alterações e atualizações dos documentos, na categoria de alterações, 10 instituições se referem às alterações/atualizações no documento, 9 instituições são unânimes em declarar que suas políticas de privacidade podem ser atualizadas e alteradas a qualquer momento, sendo que 4 delas recomendam que o usuário verifique o documento regularmente, 2 instituições declaram que notificarão os usuários através de aviso nas páginas, 1 informa que “pode” notificar o usuário através de e-mail, e 1 informa que o documento é analisado a cada 12 meses para garantir que esteja atualizado. Na categoria de atualizações, das 6 instituições que identificam a data da última atualização do documento, 3 delas o documento foi atualizado em 2020, 1 em 2019, 1 em 2017 e 1 em 2001.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As iniciativas de arquivamento da *web* vêm crescendo pelo mundo, e junto cresce o interesse no desenvolvimento de soluções para o acesso e uso das informações coletadas e arquivadas da *web*, de forma ética e de acordo com a legislação. Frequentemente as questões legais são o maior problema não técnico enfrentado pelos arquivos da *web*, questões como o direito legal de fazer cópias do conteúdo, independentemente de ter ou não a permissão do autor, de fornecer acesso aos recursos arquivados, bem como questões que envolvem a privacidade também adquirem um grau de complexidade maior.

Analisar os aspectos éticos e legais pertinentes ao acesso e uso das informações de *websites* arquivados, a partir dos documentos jurídicos disponibilizados nas plataformas digitais de iniciativas internacionais, pode contribuir para os estudos sobre arquivamento da *web* brasileira. As possibilidades de solução estão no trabalho colaborativo e interdisciplinar entre as diferentes áreas, com a formulação de ações voltadas para a educação do usuário, tornando-o capacitado a usufruir das inúmeras possibilidades que o uso do ambiente digital proporciona.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BRAGG, Molly *et al.* The Web Archiving Life Cycle Model. **WhitePaper**, p. 1-30, 2013. Disponível em:

http://ait.blog.archive.org/files/2014/04/archiveit_life_cycle_model.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRAYNER, Aquiles. **Preservação do conteúdo web brasileiro**: mesa-redonda apresentada no 9. Fórum da Internet do Brasil. Manaus, 2019. Disponível em: https://minhaagenda.nic.br/files/apresentacao/arquivo/698/Preservacao_do_Conteudo_Web_Brasileiro.pdf. Acesso em: 04 jan. 2020

GLANVILLE, Lachlan. Web archiving: ethical and legal issues affecting programmes in Australia and the Netherlands. **Australian Library Journal**, Canberra, v. 59, n. 3, p. 128-134, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00049670.2010.10735999>. Acesso em: 02 abr. 2021.

MORAES, João Antonio de. **O paradigma da complexidade e a ética informacional**. 2018. 170 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração**: Potencial e Desafios. RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do. **Análise documental e análise diplomática**: perspectivas de interlocução de procedimentos. 2009. 199 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103371>. Acesso em: 13 jun. 2020.

OGDEN, Jessica, HALFORD, Susan, CARR, Leslie. Observing Web Archives: The Case for an Ethnographic Study of Web Archiving. **WebSci** 17: 299-308. 2017. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/pdf/10.1145/3091478.3091506?download=true>. Acesso em 06 abr. 2021.

REIS, Priscila. **Política de privacidade e termos de uso após Marco Civil da Internet**. RMPadvogados, 2016. Disponível em: <http://www.rmpadvogados.com.br/politica-deprivacidade-e-termos-de-uso-apos-marco-civil-da-internet/>. Acesso em: 20 ago. 2020

ROCKEMBACH, Moisés. Inequalities in digital memory: ethical and geographical aspects of web archiving. **International Review of Information Ethics**, Canada, v. 26, p. 138-149, 2017. Disponível em: <https://informationethics.ca/index.php/irie/article/view/286>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ROCKEMBACH, Moisés. **Arquivamento da Web**: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro. RDBCI: Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf., Campinas, v. 16, n. 1, p. 07-24, 2018. Disponível em: <http://orcid.org/0000-0001-9057-0602>. Acesso em: 15 mai. 2019.

ROCKEMBACH, Moisés. **Preservação do Conteúdo Web Brasileiro**. Mesa-redonda apresentada no 9. Fórum da Internet do Brasil, Manaus, 2019.

ROCKEMBACH, Moisés, PAVÃO, Caterina Marta Groposo. Políticas e tecnologias de preservação digital no arquivamento da web. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Brasília: UnB. Vol. 11, n. 1, p. 168-182 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8473>. Acesso em: 20 abr. 2021

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 6, n. 1, maio 2012. Resenhas. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291/156>. Acesso em: 02 fev. 2020.

WICKNER, Amy. Recognizing Co-Creators in Four Configurations: Critical Questions for Web Archiving. **Journal of Contemporary Archival Studies**, New Haven, v. 6, p. 1-27. 2019. Disponível em: <https://elischolar.library.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1084&context=jcas>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GRAÚNA MEMÓRIA, UMA EXPERIÊNCIA DE ARQUIVAMENTO DE WEBSITES NO BRASIL: OBJETIVOS, ATIVIDADES E METODOLOGIA DO PROJETO COORDENADO PELO INSTITUTO NUPEF QUE VISA COLABORAR COM A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA INTERNET NO PAÍS

Helena Moura Aragão (Oona Caldeira Brant
Monteiro de Castro),
Joara Marchezini (Instituto Nupef)

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação é um direito reconhecido em diversos tratados e está presente também na Constituição Brasileira. Esse direito se refere à possibilidade de toda pessoa receber e procurar informações, inclusive as que estão sob custódia do poder público. Com a entrada em vigência da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), aliado ao Plano Dados Abertos (PDA) e outras políticas de incentivo à transparência ativa (ANDRADE, 2020), houve um considerável aumento da circulação de informações de interesse público na internet¹⁶⁰.

¹⁶⁰Nóbrega, Camila. Os 5 anos da Lei de Acesso à Informação [livro eletrônico]: uma análise

Dessa forma, preocupações que já existiam anteriormente, como os problemas da desigualdade de acesso à internet no Brasil e da preservação da memória, ganharam um novo fôlego. Em 2019, o Governo Federal publicou os Padrões Web em Arquivamento Eletrônico, estabelecendo normas para a padronização dos arquivos tendo como base as recomendações e definições da *World Wide Web Consortium* (W3C). Ainda que estas regras contribuam para garantir a arquivabilidade da web, o documento publicado não contemplava informações em relação a esse tema (FERRIGOLO e ROCKEMBACH, 2020).

A evolução da rede mundial de computadores é notória, mas sua natureza dinâmica tem como uma das consequências o fato de que não há garantias de que o conteúdo atual estará disponível futuramente. Se por um lado isso faz parte da dinâmica da rede, por outro há conteúdos mais vulneráveis por motivações políticas e sociais, entre outras.

Em artigo publicado em 2016, revela-se que 80% das páginas web não estão disponíveis na sua forma original após um ano, 13% das referências da web em artigos acadêmicos desaparecem após 27 meses, e 11% dos recursos de mídia social são perdidos após um ano (COSTA, GOMES, SILVA, 2016). Trata-se de um problema global, que acaba sendo encarado de formas diferentes pelos países.

Posto esse contexto, o presente artigo pretende apresentar uma iniciativa de arquivamento da web que está em andamento, sob os cuidados do Instituto Nupef, organização sem fins lucrativos que promove o uso da tecnologia com objetivos de fortalecer a segurança da informação e promover a justiça social. O projeto Graúna Memória se dedica a arquivar websites brasileiros de interesse público.

Assim, este artigo apresenta os objetivos e metodologia do projeto Graúna Memória e visa refletir sobre como um diálogo mais próximo com a academia e, mais especificamente, com a área de arquivologia, pode ajudar a superar desafios enfrentados ao longo do desenvolvimento do projeto.

2 METODOLOGIA

O objeto do artigo é o estudo de caso do Instituto Nupef no desenvolvimento de uma ferramenta de software que permita o armazenamento de cópias de *websites* de interesse público. A metodologia de

de casos de transparência / Camila Nóbrega. -- São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2017. Disponível em: <https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2017/05/Os-5-anos-da-Lei-de-Acesso-%c3%a0-Informa%c3%a7%c3%a3o-%e2%80%93-uma-an%c3%a1lise-de-casos-de-transpar%c3%aancia-1.pdf>.

construção dessa ferramenta envolveu a busca de referências tanto para o conteúdo a ser arquivado quanto para moldar a estrutura técnica.

Como procedimento metodológico, a pesquisa é classificada como exploratória-descritiva. Para mapear o conteúdo a ser arquivado, foram realizadas 55 entrevistas qualitativas a partir de roteiro semiestruturado, com servidores e ex-servidores públicos, pesquisadores, jornalistas, ativistas e membros de organizações da sociedade civil.

As perguntas abordavam as principais fontes de informação públicas e privadas utilizadas, casos em que a pessoa entrevistada notava modificações significativas de conteúdo nas páginas visitadas e possíveis páginas que poderiam estar sob o risco de remoção. Por conta das limitações técnicas, temporais e financeiras, foram definidos quatro eixos prioritários: meio ambiente, saúde, cultura e outros temas de direitos humanos.

Nosso objetivo é debater os principais desafios e lições do projeto. Importante ressaltar também que as autoras estão envolvidas com o desenvolvimento do projeto que é objeto deste estudo de caso. O artigo ora apresentado é fruto da experiência das autoras, que se constituem partes integrantes e observadoras do processo relatado¹⁶¹.

3 EXPERIÊNCIAS NO EXTERIOR E NO BRASIL

O arquivamento da web se desenvolve em ritmos diferentes no mundo. Em termos globais, há iniciativas antigas e sólidas, como o da W3C¹⁶². Os padrões para *web* definidos pelo W3C são fundamentais na criação de *sites* que possam ser arquivados (ROCKEMBACH, 2018). Outra iniciativa global importante é o *International Internet Preservation Consortium* (IIPC)¹⁶³. Nos Estados Unidos, registra-se uma experiência mais específica, que reúne instituições para arquivar sites de âmbito federal nas áreas legislativa, executiva e judicial: *End of Term Web Archive: U.S. Government Websites* (EOT). O objetivo é registrar informações que possam desaparecer nas transições de governo.

Em levantamento realizado por Gomes, Miranda e Costa em 2011, foram identificadas 42 iniciativas de arquivamento da *web* (GOMES; MIRANDA; COSTA, 2011). A partir deste estudo, os autores produziram um

¹⁶¹Por fim, cabe mencionar que a construção da ferramenta ainda está em andamento, fator que pode interferir em alguns dos resultados aqui apresentados.

¹⁶²Fundada em 1994, a entidade discute e estabelece padrões e diretrizes para garantir o crescimento da web a longo prazo, fundamentado em uma web aberta e colaborativa.

¹⁶³Criado em 2003 pela Biblioteca Nacional da França, ele tem a missão de adquirir, preservar e tornar acessível o conhecimento e a informação da Internet para as futuras gerações, promovendo o intercâmbio global e as relações internacionais. Disponível em: <http://netpreserve.org>. Atualmente, o consórcio conta com aproximadamente 60 membros de mais de 45 países (Ferrigolo, 2020).

verbete na *Wikipedia*, que apresenta mais de 80 iniciativas de arquivamento da *web*¹⁶⁴.

Além do norte-americano *Internet Archive*¹⁶⁵, outros pioneiros são o projeto da Biblioteca Nacional Australiana Pandora e *Kulturarnw3*, da Suécia, ambos também de 1996. No Reino Unido, iniciativas de fôlego se destacam: a *UKWeb Archive* e *The National Archives*, que conta com uma área só de sites governamentais (*UK Government Web Archive*). *The National Archives* lista orientações para preservar "digital collections"¹⁶⁶.

Na América Latina, somente o Chile constituiu uma iniciativa própria oficial de arquivo da web, sob a guarda da Biblioteca Nacional Chilena¹⁶⁷. Entretanto, sites arquivados que não pertencem ao Serviço Nacional do Patrimônio Cultural chileno só podem ser consultados de computadores da Biblioteca Nacional. Esse tipo de prática de permitir acesso apenas presencialmente também é constatada em iniciativas de Áustria¹⁶⁸ (Arquivo Web Áustria) e Suíça¹⁶⁹. Como Rockembach (2017) observa, o direito ao uso justo (*fair use*), disponível na lei norte-americana para permitir uso pedagógico, por exemplo, não se aplica a todos os países, por isso a condição de que o usuário acesse no local responsável pelo arquivamento.

O Brasil ainda não realiza o arquivamento da web de forma sistemática, mas a sociedade civil e a academia começam a dar alguns passos nesse sentido. Os sites dados.gov.br (oficial) e basedosdados.org (colaborativo) reúnem informações governamentais (no caso do segundo, também nas esferas estaduais e municipais). Para o arquivamento da *web*, há iniciativas difusas. O *ArchiveTeam*, por exemplo, é um projeto colaborativo com participantes em várias partes do mundo. Para o Brasil, há uma página com listagem de centenas de sites públicos e a sinalização de quais foram arquivados (o do Iphan, por exemplo, ganhou cópia em 2017, enquanto o do Arquivo Nacional foi espelhado em 2018). Os links, entretanto, não estão valendo¹⁷⁰.

Se tanto no âmbito governamental como da sociedade civil o Brasil

¹⁶⁴Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_Web_archiving_initiatives

¹⁶⁵Esta é uma das mais antigas e principais iniciativas que, apesar de norte-americana, abrange páginas de todo o mundo. O Internet Archive tem algumas coleções com conteúdos produzidos no Brasil, que estão de forma dispersa. Também partindo de instituições internacionais, como o Consórcio Internacional de Preservação de Internet, houve iniciativas pontuais, como a que recolheu sites, artigos, notícias, blogs e mídias sociais sobre as Olimpíadas Rio 2016, conforme lembrou Rockembach (2017).

¹⁶⁶<https://www.nationalarchives.gov.uk/archives-sector/advice-and-guidance/managing-your-collection/preserving-digital-collections/>

¹⁶⁷<http://archivoweb.bibliotecanacionaldigital.cl>

¹⁶⁸Arquivo Web Áustria. Disponível em: onb.ac.at

¹⁶⁹Disponível em: <https://www.bar.admin.ch/bar/en/home.html>

¹⁷⁰Disponível em: <https://wiki.archiveteam.org/index.php/ArchiveBot/Governments/Brazil>

ainda prescinde de projetos voltados para o arquivamento da web, na esfera acadêmica há reflexão sobre o tema, tanto por meio de estudos de casos (FERRIGOLO; ROCKEMBACH, 2020 e ROCKEMBACH, 2021), quanto de análise do cenário internacional (ROCKEMBACH, 2017). A Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem avançado na pesquisa sobre o tema. O Núcleo de Pesquisa em Arquivamento da Web e Preservação Digital (NUAWEB) estuda aspectos da preservação, fazendo relevantes reflexões sobre o arquivamento da *web* no Brasil.

Em outubro de 2021, o Arquivo Nacional aprovou a criação de uma Câmara Técnica Consultiva para a elaboração de estudos e proposições para a preservação de websites e mídias sociais no Brasil (LUZ, 2021). Há, inclusive, uma iniciativa de pesquisa que redundou na criação de um projeto de lei (PL) que visa proteger os conteúdos que são produzidos e inseridos nos sites oficiais brasileiros. O PL 2431/2015, de autoria da deputada federal Luizianne Lins (PT), teve sua redação feita em colaboração com Ana Javes da Luz, autora de dissertação de mestrado sobre a preservação da comunicação nos sites das capitais brasileiras (LUZ, 2016) e da tese de doutorado sobre os apagamentos de comunicação institucional do governo de Dilma Rousseff (LUZ, 2021). O objetivo do PL é responsabilizar os gestores públicos que autorizarem (ou forem negligentes com) o apagamento de informações publicadas em sites oficiais.

4 O PROJETO GRAÚNA MEMÓRIA

O projeto Graúna Memória é dedicado à preservação da memória e à difusão de conteúdos de interesse público na internet, com foco especial no contexto brasileiro. Inspirado em experiências voltadas ao armazenamento de sites, o projeto tem o objetivo de proteger conteúdos relevantes para o processo democrático, que sejam potenciais alvos de ataques hacker, censura ou mesmo falhas de sistemas que levem à perda de conteúdo.

Quanto mais dependemos de informações online, mais preocupante se torna a perda de conteúdo. Nos últimos anos, foram registrados casos de remoção ou alteração de conteúdo de informações públicas. Com cada vez mais frequência, especialistas alertam para o que tem sido denominado como "apagão de dados"¹⁷¹.

Nesse contexto, o Instituto Nupef decidiu se dedicar à proteção de

¹⁷¹ O termo "apagão de dados" tem sido utilizado em pesquisas e reportagens para se referir ao cenário de ausência ou retirada constante de informações, gerando uma situação na qual não é possível mensurar o andamento da política pública. Esse termo foi utilizado principalmente quando o Governo Federal deixou de publicar os dados de monitoramento da COVID-19. Para mais, veja ANDRARE (2020) e ARTIGO 19 (2022).

conteúdos em risco. O Nupef tem um sistema autônomo em um datacenter da Rede Nacional de Pesquisas que zela por segurança e independência. Para mapear quais conteúdos deveriam ser priorizados, o projeto Graúna Memória contou com uma curadoria e uma metodologia específicas. Assim, foram definidos os temas já citados (saúde, meio ambiente, direitos humanos e cultura), a partir dos quais foram entrevistadas pessoas de várias regiões do país.

A ferramenta que permitiria o arquivamento de sites de interesse público começou a ser desenvolvida em paralelo à realização das entrevistas. Ela permite que uma pessoa escolha e cadastre a página a ser arquivada e, em seguida, o robô inicia o processo de cópia e salvamento no formato padrão ISO 28500 (Warc). Entre as principais funcionalidades, é possível verificar a listagem de sites arquivados, classificar o conteúdo com uma ou mais categorias/tags, salvar mais de uma cópia de um mesmo site, consultar os metadados, realizar buscas no conteúdo e fazer download do site arquivado para consulta. Também é possível definir se esse conteúdo deve ficar público ou se seu acesso deve ser restrito.

Entre as preocupações abordadas em um parecer jurídico contratado pelo Instituto Nupef aparecem questões relacionadas à propriedade intelectual, inclusive direitos autorais, proteção de dados pessoais e acesso à informação. O parecer abordou também a diferença no tratamento que deve ser dado a informações públicas ou aquelas produzidas por entidade privadas e a importância de anonimizar dados pessoais.

5 DILEMAS E DESAFIOS

Ao longo do processo de execução do projeto, ainda em andamento na ocasião da apresentação deste artigo, em junho de 2022, algumas dificuldades e dilemas, vêm sendo enfrentados. Por exemplo, no que diz respeito à priorização de conteúdo a ser arquivado: mesmo com o recorte de quatro temas prioritários e consulta a especialistas, é difícil saber se a lista de sites a serem arquivados abarca de fato os conteúdos mais vulneráveis. O grau de vulnerabilidade pode variar de acordo com os acontecimentos políticos e sociais do país.

Uma vez definidos os sites, pode haver também diferentes rotinas de arquivamentos: enquanto alguns podem ser salvos uma vez, para outros é fundamental que se salvem versões diferentes, ao longo de um tempo. Devido a limitações do espaço, salvar mais de uma cópia do mesmo conteúdo pode significar que outro conteúdo deixe de ser arquivado.

Além disso, o Decreto nº 9.756/2019¹⁷² estabeleceu a unificação dos canais digitais, levando todos os órgãos e entidades da administração federal para o Portal gov.br. Em abril de 2021, quando a equipe de curadoria foi contratada para realizar a seleção do conteúdo a ser arquivado, o projeto Graúna Memória já encontrou alguns sites de ministérios completamente estabelecidos no novo endereço; em outros casos, ao longo do processo de migração a versão anterior do site seguiu no ar com a palavra “antigo” constando na URL. De acordo com especialistas ouvido, perdeu-se conteúdo na migração de diversos sites. Houve a preocupação, portanto, de se priorizar o arquivamento de sites de ministérios, agências e empresas públicas que seguissem com essas versões “antigas” no ar. Embora a meta do Decreto fosse a mudança de todos os endereços até dezembro de 2020, em 2022 ainda havia sites nos endereços antigos. Infelizmente, devido ao tempo de elaboração da ferramenta, não foi possível arquivar a maioria dos sites antes da migração.

Outro dilema do projeto diz respeito à disponibilização dos sites arquivados. Algumas iniciativas optam por tornar as cópias dos sites disponíveis para consulta meses ou um ano após seu arquivamento. Este período de embargo é justificado pela necessidade de que os conteúdos não “concorram” com os *websites* originais, mantendo o objetivo final de servir para fins de memória digital. Vejamos a seguir dois exemplos, um português e um brasileiro, com dimensões diferentes, que adotam a prática: o Arquivo.pt dedica uma pergunta de seu “perguntas e respostas frequentes” a esta questão, afirmando, sem dar maiores detalhes, que o conteúdo só fica disponível um ano após o arquivamento. E o projeto voltado para arquivamento de notícias sobre a Covid-19 do grupo NUAWEB, da UFRGS, também adota o intervalo de um ano, definindo-o como “boa prática” (ROCKEMBACH, 2021).

No Graúna Memória, há o entendimento de que casos como o citado anteriormente (versões antigas de sites de governo), por exemplo, devem ficar disponíveis assim que possível. Esse entendimento parte do princípio de que há conteúdos de interesse público que não estão acessíveis, e, portanto, não há uma competição com as fontes oficiais. Além disso, construímos a ferramenta de modo que seu conteúdo não apareça listado entre os resultados de pesquisas nos buscadores mais populares. Não havendo tal disputa neste tipo de caso, o conteúdo deve ser disponibilizado. Ainda assim, previmos no desenvolvimento da ferramenta a possibilidade de promover o arquivamento de um site mesmo que ele não seja tornado público. Isso significa que o site possui um

¹⁷²Decreto nº 9.756, publicado em 11 de abril de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9756.htm. Visita em 24/05/2022.

arquivamento, mas só deverá se tornar acessível caso o original saia do ar. A análise é feita, portanto, caso a caso.

A ferramenta vem sendo construída a partir das demandas do Instituto Nupef, por uma empresa especializada, para uso do projeto Graúna Memória em seu site oficial¹⁷³. Desenvolvida em software livre, ela será também disponibilizada na plataforma *GitHub* para uso e adaptação de outras iniciativas quando estiver concluída.

Embora este artigo não se proponha a detalhar a ferramenta do ponto de vista técnico, é importante ressaltar que existem desafios de natureza tecnológica, e que nem tudo que foi identificado como importante poderá ser arquivado. As limitações vão desde espaço de armazenamento até a capacidade de a ferramenta capturar *websites* completos.

A ferramenta se utiliza de *web crawlers* (rastreadores da rede), que navegam pelos sites, capturando e arquivando as páginas. É necessário impor algumas limitações aos rastreadores para que não naveguem infinitamente pela web, ou o sistema não será capaz de concluir o trabalho de armazenamento. Portanto, mesmo sites em risco e mapeados como prioritários pela pesquisa poderão não ser arquivados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o uso mais recorrente da *web* como espaço de divulgação de informação infelizmente não é acompanhado de uma preocupação com a preservação deste conteúdo no futuro. A volatilidade da web, agravada no Brasil por um cenário de apagões de dados, demonstram a urgência de repensarmos nossa relação com a memória virtual.

O Graúna Memória foi pensado como um projeto-piloto que, numa pequena escala e voltado para temas específicos, busca garantir a preservação de conteúdos de interesse público que podem estar em risco por diferentes motivos. Sabemos, entretanto, que há setores da academia, do poder público e da sociedade civil que compartilham desta preocupação e vêm produzindo experiências relevantes.

Como um projeto que tem como cerne a preservação da memória, a preocupação primordial é que o Graúna Memória não enfrente o mesmo desafio de continuidade que os conteúdos a que pretende arquivar. Ao relatar esta experiência, nosso objetivo é dialogar com outros atores, como os citados aqui, para pensarmos juntos em como ampliar o alcance das iniciativas existentes. Há desafios comuns às iniciativas em andamento que poderiam ser reduzidos a partir do compartilhamento contínuo de aprendizados e busca de

¹⁷³ <https://grauna.org.br>

soluções.

REFERÊNCIAS

ARTIGO 19. **10 anos da lei de acesso à informação**: de onde viemos e para onde vamos. São Paulo, SP, 2022. Disponível em: https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2022/05/A19-LAI2022_versao-digital_16-05-2022.pdf Acesso em: 21 maio 2022. Disponível em: <https://shre.ink/3sK>. Acesso em: 25/05/2022.

ANDRADE, O. M. de. Transparência democrática na governança pública: o direito à informação e as tensões jurídicas na COVID-19. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 175–192, 2020. DOI: 10.24979/ambiente.v1i1.823. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/823>. Acesso em: 02/05/2022.

Arquivo.pt (Internet). Disponível em: <https://sobre.arquivo.pt/pt/ajuda/>. Acesso em 2/4/2022.

NÓBREGA, Camila. **Os 5 anos da Lei de Acesso à Informação**: uma análise de casos de transparência. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2017. Disponível em: <https://shre.ink/3sy>. Acesso em: 02/05/2022.

Costa M, Gomes D, Silva MJ. The evolution of web archiving. **Int J Digit Libr**. 2016. Disponível em: Vista do Arquivamento da Web: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro (unicamp.br)

Costa M, Gomes D, Silva M J. A survey on web archiving initiatives. **Research and Advanced Technology for Digital Libraries**. 2011.

FERREIRA, Lisiane Braga; ROCKEMBACH, Moisés. Preservação de mídias sociais e arquivamento da web: um estudo acerca das eleições presidenciais brasileiras de 2018. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2019.

FERRIGOLO, Jonas. Rockembach, Moisés. Arquivabilidade de websites para preservação digital: estudo a partir da área da saúde. **Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**. 2020. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/216041/001118674.pdf?sequence=1>>. Acesso em 1/4/2022.

FERRIGOLO, Jonas. **Arquivamento dos websites do Governo Federal Brasileiro**: preservação do domínio GOV.BR. Porto Alegre, 2020. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/210671/001115375.pdf?sequence=1>>. Acesso em 30/11/2021.

LUZ, Ana Javes A. da. **Comunicação pública e memória das cidades**: a preservação dos sistemas de comunicação nos sites das capitais brasileiras. 2016. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/142869?msckid=d3ac3bb9cfb01>>

1ec8791e01437b37049>. Acesso em 15/4/2022.

LUZ, Ana Javes A. da. **Comunicação pública e memória comunicacional:** revelações e apagamentos sobre o governo da presidenta Dilma Rousseff. 2021. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/235405?msclkid=095a8f8bcfb111ecb88408cec0be40f3>>. Acesso em 17/4/2022.

Núcleo de Pesquisa em Arquivamento da Web e Preservação Digital [Internet]. Porto Alegre: UFRGS/CNPq. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nuaweb>. Acesso em 2/5/2022.

ROCKEMBACH, Moisés. A web brasileira na Covid-19: arquivamento da web e preservação digital. **Liinc Em Revista**, 17(1), e5713. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232345/001133546.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 2/5/2022.

ROCKEMBACH, Moisés. Inequalities in digital memory: ethical and geographical aspects of web archiving. **The International Review of Information Ethics**. 26, 2017. Acesso em 15/5/2022.

ROCKEMBACH, Moisés. Arquivamento da web: estudos de caso internacionais e o caso brasileiro. **Rev Digit Bibliotecon Cienc Inf** [Internet]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8648747>. Acesso em 23/5/2022.

PARTE X

**DADOS DE PESQUISA,
ARQUIVISTA DE DADOS E
PRESERVAÇÃO DIGITAL:
NOVOS DESAFIOS PARA A
ARQUIVÍSTICA CONTEMPORÂNEA**

PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM ARQUIVOS: NOVAS ABORDAGENS PARA AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS

Jéssyca Janiffer Diniz de Almeida (Museu de Astronomia e Ciências
Afins/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)

1 INTRODUÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) se configura como um ramo da Ciência da Computação que busca explicar e simular comportamentos inteligentes por meio de métodos, ferramentas e sistemas computacionais. Suas soluções são utilizadas para realizar atividades complexas e que demandem raciocínio de forma mais rápida, analítica e assertiva, potencializando os resultados e auxiliando nas tomadas de decisão.

As aplicações de IA estão em ascensão e os investimentos no campo têm possibilitado avanços em distintas áreas do conhecimento e prometem ajudar a resolver desafios globais, como mudanças climáticas, educação, bem-estar público e acesso a cuidados de saúde mais eficazes, eficientes e equitativos. Em menor magnitude, as técnicas de Inteligência Artificial estão revolucionando e beneficiando quase todos os aspectos de nossa sociedade e economia – desde comércio até transporte e segurança cibernética –, sendo cada vez mais implantadas em nossas atividades cotidianas, influenciando a forma como

trabalhamos e nos divertimos e proporcionando benefícios ao nosso bem-estar social (IBM, 2020; OECD, 2021).

A IA pode, por exemplo, auxiliar na área financeira, em áreas como gestão de ativos, negociação financeira ou subscrição de crédito (OECD, 2021); na tomada de decisões clínicas e saúde pública, pesquisa biomédica, desenvolvimento de medicamentos e administração de sistemas de saúde (HASHIGUCHI; SLAWOMIRSKI; ODERKIRK, 2021); no aumento da produtividade na manufatura, acelerando a pesquisa industrial, o treinamento da força de trabalho e auxiliando no gerenciamento das cadeias de suprimentos (NOLAN, 2021); e em nosso dia a dia, por meio de tecnologias de mapeamento, assistentes inteligentes, *chatbots* para atendimento a clientes, filtragem de spam, tradução de idiomas, mecanismos para fornecimento de recomendações automatizadas para programas de TV e música com base nos hábitos de visualização dos usuários, publicidade personalizada e muito mais (ORACLE, 202[?]).

De acordo com Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID (2022, tradução nossa), “o impacto projetado dos aplicativos de IA na economia global até 2030 é equivalente a um aumento no PIB global de 16%, e prevê-se que desempenhe um papel na abordagem de cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU”. Diante dessa prevalência cada vez maior das tecnologias de inteligência artificial e do aumento do acesso aos dados e ao poder de computação que amplia sua aplicabilidade e acessibilidade, fica o questionamento de como a IA pode auxiliar nas práticas arquivísticas? Que avanços na tecnologia de IA apresentam oportunidades para os arquivos e quais os desafios e problemas de seu uso na área?

Esse trabalho, portanto, tem como objetivo verificar como a Inteligência Artificial tem sido aplicada nos arquivos e suas implicações nas práticas arquivísticas a partir da revisão da literatura. Para tanto, a metodologia consistiu no levantamento de material bibliográfico e análise dos mesmos, identificando os estudos que tratam da aplicação de tecnologias de inteligência artificial no campo da Arquivologia. Foram utilizadas para levantamento a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e o Google Scholar considerando, principalmente, publicações dos últimos cinco anos. O recorte temporal priorizado levou em consideração que as pesquisas, estudos e discussões sobre o uso da IA no campo da Arquivologia brasileira é relativamente recente, embora como verificado por Duranti et. al (2022) não seja uma ideia recente.

Embora possa ser considerado um campo fértil, a temática ainda não apresenta uma literatura científica expressiva voltada para a relação da IA com

os estudos e práticas arquivísticas. Assim, o desenvolvimento de um quadro conceitual sobre o tema permitirá apresentar e discutir como a tecnologia vêm sendo proposta e explorada em arquivos, além de promover uma reflexão a respeito de como a transformação digital está reconfigurando as práticas arquivísticas.

2 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Definir de forma breve o termo “inteligência artificial” é tarefa complexa, visto que possui muitas definições. A discussão sobre o tema remonta os primórdios da computação, mas devido a sua natureza sempre mutável e a abrangência de uma gama de técnicas e tecnologias de automação em si mesma, descrevê-la deixou de ser simples (ROLAN, et al. 2018). Cunhado em 1956 por John McCarthy, o termo foi pensado como a ciência e a engenharia de fazer máquinas com inteligência semelhante à humana e programas de computador que pudessem entender, inferir e aprender. Em outras palavras, pode-se dizer que Inteligência Artificial se refere à capacidade de um sistema baseado em máquina em, para um determinado conjunto de objetivos definidos por humanos, executar tarefas comumente associadas aos processos intelectuais característicos dos humanos, como a capacidade de raciocinar, descobrir significados, generalizar ou aprender com experiências passadas (COPELAND, 2022; OECD, 2021).

Existem ainda muitos outros termos relacionados à IA, como *deep learning*, *machine learning*, reconhecimento de imagem, processamento de linguagem natural, computação cognitiva, amplificação de inteligência, dentre outros (KUSUMAWATI; SALIM, 2022). Os sistemas de IA são projetados para operar com vários níveis de autonomia para que possam fazer previsões, recomendações ou decisões que influenciem ambientes reais ou virtuais. Frequentemente mencionados, os campos secundários de *machine learning* e *deep learning*, são compostos por algoritmos de IA que buscam criar sistemas especializados e capazes de fazer previsões ou classificações com base em dados de entrada (IBM, 2020).

A tecnologia de *Machine Learning*, também conhecida como aprendizado automático ou ainda aprendizado de máquinas, se concentra no padrão de dados e algoritmos para simular a maneira como os humanos aprendem, melhorando gradualmente sua precisão, a partir da análise dos resultados obtidos e associação de diferentes dados. Já o *Deep Learning* se configura como uma subárea de *Machine Learning* e é utilizado para resolver problemas muito complexos que geralmente envolvem grandes quantidades de dados. Engloba, essencialmente, redes neurais com três ou mais camadas organizadas para reconhecer relacionamentos e

padrões complexos nos dados, de forma a possibilitar um aprendizado a partir dessas análises (IBM, 2020; ROUHIAINEN, 2018).

2.1 A Inteligência Artificial e os Arquivos

A produção acelerada e o consequente acúmulo de documentos nos mais diversos suportes e formatos conduziram ao uso intensivo dos recursos tecnológicos nas práticas e procedimentos arquivísticos. No entanto, apesar da agilidade e flexibilidade que o uso das tecnologias da informação e comunicação proporcionam, os arquivistas precisam lidar com volumes cada vez maiores de documentos digitalizados e natos digitais, tornando as atividades de manutenção, classificação, avaliação, destinação e preservação de documentos de arquivo cada vez menos viáveis de serem realizadas de forma manual.

Dessa forma, a IA se apresenta como uma ferramenta promissora para auxiliar na automatização e otimização das práticas arquivísticas. Rolan et al. (2018) são, inclusive, mais categóricos ao afirmar que tais auxílios tecnológicos, bem como as habilidades e conhecimentos necessários para manejá-los, serão necessários para enfrentar os desafios do gerenciamento de documentos na era digital. Sem dúvidas, como afirmado por Colavizza et al. (2021), o papel dos arquivistas é, então, transformado: precisam do suporte das máquinas para auxiliá-los a trabalhar com a explosão de documentos ao mesmo tempo em que precisam aprender a fazer uso dessas tecnologias, até mesmo para avaliar os resultados alcançados pelas máquinas.

Jaillant (2022) destaca esta questão como um dos principais desafios a serem enfrentados no caminho desde a produção documental até a sua avaliação, análise e preservação. Segundo a autora, apesar da Ciência de Dados e da IA estarem se tornando ferramentas essenciais, são poucos os acadêmicos treinados para dominar esses métodos de pesquisa, especialmente na área das humanidades, o que tem um grande impacto na formação de futuros profissionais.

A transformação digital está modificando os arquivos e redefinindo a forma como os profissionais da área atuam, requerendo novos saberes e desenvolvimento de novas práticas. Como consequência, a automação na forma de técnicas de inteligência artificial é cada vez mais estudada e elegida como uma possibilidade tanto para dimensionar as atividades tradicionais de manutenção de documentos quanto para experimentar novas maneiras de capturá-los, organizá-los e acessá-los (COLAVIZZA, et al. 2021). Da mesma forma, a própria sustentabilidade da IA também depende de uma gestão de documentos eficiente no ambiente digital. Conforme afirma Kusumawati e Salim (2022), conhecimentos arquivísticos também são necessários para lidar com a enorme

quantidade de dados da qual depende a implementação de aplicativos de IA eficientes.

Segundo Coelho (2022), em palestra proferida pela 6ª Semana Nacional de Arquivos, sobre aplicações de Inteligência Artificial em Arquivos, para implementação em arquivos, os modelos de IA podem servir a diferentes propósitos, tais como: classificação de tipologias documentais, a serem determinadas automaticamente, sem qualquer interferência humana; anonimização de documentos, para que determinados sujeitos não tenham acesso a certas informações sensíveis, mesmo acessando o documento durante o processo de tramitação; extratores de texto que, a partir do processamento de linguagem natural (PLN)¹⁷⁴, permitem extrair automaticamente informações estruturadas de fontes textuais e reconhecimento das entidades nomeadas; e resumos documentais, que permitem a elaboração de resumos do documento automaticamente.

Destaco ainda a possibilidade de aplicação de outras tarefas subjacentes utilizadas em níveis mais complexos de PLN em arquivos, tais como: categorização de conteúdo, para possibilitar a pesquisa e indexação a partir de termos chave; conversão fala-texto e texto-fala, que transforma em texto escrito em comandos de voz e vice-versa, para auxiliar na acessibilidade dos arquivos; e tradução de máquina, que traduz texto ou fala de um idioma para outro automaticamente, para análise de documentos em diferentes idiomas presentes no acervo, especialmente em arquivos pessoais.

Para a aplicação da Inteligência Artificial no tratamento dos documentos arquivísticos digitais, conforme ressaltado por Coelho e Siebra (2022), é preciso levar em consideração algumas necessidades específicas:

- Acesso a dados e documentos reais – a IA precisa ser treinada com documentos verdadeiros para diminuir BIAS;
- Alto nível de segurança – considerações às questões da LGPD e de como se portar com dados sensíveis;
- Hardware especializado – computadores específicos para executar processamentos de redes neurais;
- Equipe multidisciplinar – além de arquivistas e documentaristas é necessário matemáticos para traduzir o conteúdo dos documentos, estatísticos para tratar o volume de dados e especialistas em PLN;

¹⁷⁴ O processamento de linguagem natural (PLN) consiste no desenvolvimento de modelos computacionais para a realização de tarefas que dependem de informações expressas em alguma língua natural, incorporando, para isso, técnicas diversas para interpretar a linguagem humana, desde métodos estatísticos e de *machine learning* a abordagens algorítmicas e baseadas em regras (PEREIRA, [s.d.]; SAS, 2022).

- Curadoria digital – especialistas do tema da matéria em questão (COELHO, SIEBRA, 2022).

Diante das diferentes tecnologias, modelos e ferramentas que compõem o campo da Inteligência Artificial, percebe-se que múltiplas funções podem ser desempenhadas para auxiliar no tratamento e gerenciamento dos documentos arquivísticos. Apesar de que os projetos de IA envolvem ainda um grau de experimentação, diversas iniciativas têm sido desenvolvidas por pesquisadores e instituições internacionais e nacionais, de forma a explorar e testar o potencial da tecnologia. Alguns casos foram identificados e compilados para ilustrar como estas tecnologias podem ser aplicadas nos Arquivos.

2.1.1 Aplicações de IA em Arquivos

Os campos de estudo da IA para aplicação em arquivos envolvem mineração de dados (*data mining*) ou mineração de textos (*text mining*), processamento de linguagem natural, sistemas especialistas; computação cognitiva; e visão computacional centrada em análises e processamento de imagens (COELHO, SIEBRA, 2022).

Um exemplo de aplicação é o projeto do Arquivo Nacional da Austrália, que investiga como criar e emitir autorizações de eliminação e recolhimento de documentos em um formato gerenciável e executável pelos sistemas digitais, com o mínimo envolvimento humano (ROLAN et al, 2019). Há também o experimento de Vellino e Alberts (2016), que utilizou métodos automatizados para auxiliar na avaliação e classificação automática de documentos de e-mail; e a prova de conceito de Büttner (2017), que descreveu como métodos automatizados podem ser aplicados para identificar relacionamentos entre os documentos digitais e como essas tecnologias podem ajudar a fornecer contextos adicionais. O trabalho de Shang et al (2019) propõe um método de classificação baseado em computação paralela distribuída utilizando algoritmos que podem melhorar continuamente a precisão da classificação, alcançando resultados promissores na simulação, realizando com grande precisão a classificação de documentos. Já Kestemont, Christlein e Stutzmann (2017), se concentram na paleografia, numa pesquisa que visou a identificação automatizada, a partir de reproduções fotográficas, de tipos de escrita em manuscritos medievais.

As tecnologias de IA também permitem a captura e organização de documentos de eventos que normalmente escapariam das políticas de aquisição autodefinidas dos arquivos institucionais, apoiando práticas mais democráticas e inclusivas, como por exemplo, ao preservar e disponibilizar documentos de comunidades sub-representadas e grupos minoritários (GUPTA, 2020).

Em outros casos, tecnologias e métodos de IA são propagados para analisar as novas e vastas coleções de documentos natos digitais que surgem dentro e fora das instituições arquivísticas. Connelly [2020] discute o uso de técnicas de PNL para extrair metadados de documentos diplomáticos do banco de dados Freedom of Information Archive. Eles demonstram o potencial dessa abordagem ao criar um índice de “importância do país” no contexto das prioridades da política externa dos EUA.

No panorama nacional, têm-se como exemplo o “MPRJ em Mapas”, apresentado no Arquivo Nacional em 2019 por Henrique de Andrade, líder da Coordenação de Análise, Diagnóstico e Geoprocessamento do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ. A palestra cuja temática foi centrada no uso de inteligência artificial no serviço público para a classificação de documentos, exibiu o projeto que trata de um conjunto de ferramentas e plataformas de análise, diagnóstico e georreferenciamento a partir do qual são feitos cruzamentos das múltiplas bases de dados para compartilhamento de informações, gestão e diagnóstico (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2020).

Cabe destacar ainda a instituição recente do novo Projeto InterPARES: o I Trust AI, que teve início em 2021 e se destina “a projetar, desenvolver e alavancar a IA para apoiar a disponibilidade e acessibilidade contínuas de documentos arquivísticos públicos confiáveis” (DURANTI, et al. 2022, p. 02), por meio de uma parceria sustentável e contínua entre a academia, as instituições arquivísticas, os profissionais de arquivo e a indústria, para produção de pesquisas originais e treinamento de estudantes e outros profissionais altamente qualificados. Dividido em cinco etapas a serem cumpridas anualmente, o projeto visa identificar tecnologias específicas de IA que possam lidar com os desafios dos arquivos; determinar os benefícios e riscos do uso dessas tecnologias em arquivos; assegurar que os conceitos e princípios arquivísticos sejam a base do desenvolvimento responsável de uma IA; e validar os resultados do por meio de estudos de caso e demonstrações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo da Inteligência Artificial (IA) teve um avanço considerável nos últimos anos, gerando resultados e criando possibilidades em um número cada vez maior de domínios. A ideia de propor o uso de ferramentas e modelos que utilizem tecnologias de IA para automatizar e facilitar as práticas arquivísticas é convidativa e desafiadora. No entanto, o uso de novas tecnologias também representa desafios e dúvidas em relação ao seu impacto nas práticas profissionais, bem como em sua escalabilidade ao longo do tempo. Embora seu

potencial seja notável e já sejam identificáveis casos interessantes de sua aplicabilidade com diferentes propósitos, percebe-se que o conceito tem um longo caminho a percorrer para amadurecer e se adaptar a fim de otimizar as práticas arquivísticas.

O uso de aplicativos de inteligência artificial não pretende substituir o papel dos arquivistas como um todo. Embora na prática as tecnologias da informação e comunicação dominem as práticas arquivísticas, a aplicação da IA visa auxiliar os arquivistas no cumprimento de suas funções, devido, especialmente, ao grande volume de documentos. O papel dos arquivistas é, portanto, transformado, à medida em que complexos desafios vêm se impondo aos arquivos, especialmente decorrentes do crescimento do volume de conteúdo digital e da rápida obsolescência de *hardwares* e *softwares*, do uso de sistemas comerciais e proprietários, e dos múltiplos formatos digitais, o que resulta em outros tipos de problemas associados ao ciclo de vida digital, à garantia de autenticidade dos documentos digitais e à sua permanência e acesso a longo prazo.

Embora muitos dos riscos potenciais associados à IA em arquivos não sejam exclusivos dessa inovação, o uso de tais técnicas pode ampliar essas vulnerabilidades, dada a extensão da complexidade das técnicas empregadas, sua adaptabilidade dinâmica e seu nível de autonomia.

Apesar de vários desafios dificultarem sua implantação, em especial devido a falta de competências e conhecimento destas tecnologias pelos profissionais de arquivo, os riscos emergentes da implantação de técnicas de IA precisam ser identificados e mitigados para apoiar e promover o uso de IA responsável e a formulação de políticas que avaliem as implicações dessas novas tecnologias, identifiquem os benefícios e riscos relacionados ao seu uso e orientem o design e as boas práticas para seu uso.

REFERÊNCIAS

BÜTTNER, Gesa. Auto-classification in an international organization: report from a feasibility study. **Comma**. (2): 15–26. 2017.

COELHO, Barbara; SIEBRA, Sandra. **6ª SNA - Aplicações da inteligência artificial em arquivos**. Youtube, 09 Jun. 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9u9iQ17Ys48>.

COLAVIZZA, Giovanni; BLANKE, Tobias; JEURGENS, Charles; NOORDEGRAAF, Julia. Archives and AI: an overview of current debates and future perspectives. **J. Comput. Cult. Herit.** 15, 1, Article 4, 2021. 15f.

COPELAND, B.J. **Artificial intelligence**. Encyclopedia Britannica, 18 Mar. 2022. <https://www.britannica.com/technology/artificial-intelligence>.

DURANTI, Luciana; ABDUL-MAGEED, Muhammad; HOFMAN, Darra Hofman; SULLIVAN, Peter. I Trust AI, el nuevo proyecto de investigación de InterPARES. *School of Archival Yearbook*. n. 13. 2021. p. 36-55.

GUPTA, Abhishek; KAPOOR, Nikitasha. **Comprehensiveness of archives: a modern AI-enabled approach to build comprehensive shared cultural heritage**. In: Workshop Datafication and Cultural Heritage – Provocations, Threats, and Design Opportunities. 2020. Siegen, Germany.

HASHIGUCHI, Oliveira, SLAWOMIRSKI, T., L.; ODERKIRK J. **Laying the foundations for artificial intelligence in health**. OECD Health Working Papers, n.128, OECD, 2021.

IBM CLOUD EDUCATION. **O que é inteligência artificial?** [online]. 2020. <https://www.ibm.com/br-pt/cloud/learn/what-is-artificial-intelligence#toc-aplicativo-LCOINXXr>.

JAILLANT, Lise. **Introduction**. In: JAILLANT, Lise (Org). Archives, access and artificial intelligence: working with born-digital and digitized archival collections. Bielefeld University Press. 2022. 225p.

KESTEMONT, Mike; CHRISTLEIN, Vincent; STUTZMANN, Dominique. Artificial paleography: computational approaches to identifying script types in medieval manuscripts. *Speculum*. v. 92, n. S1, 2017.

KUSUMAWATI, Lisnanda; SALIM, Tamara Adriani. Artificial intelligence and knowledge management implementation in electronic archives preservation: literature review. *International Journal of Innovative Science and Research Technology*. v. 7, n. 5. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **PGJ apresenta o "MPRJ em Mapas" e o projeto "Farol" ao presidente das Comissões de Controle Administrativo e Financeiro e de Enfrentamento da Corrupção do CNMP**. 2020.

NOLAN, A. **Artificial intelligence, its diffusion and uses in manufacturing**. Going Digital Toolkit Note. n. 12, 2021. https://goingdigital.oecd.org/data/notes/No12_ToolkitNote_AI&Manufacturing.pdf.

OECD. **OECD Business and finance outlook 2021: AI in business and finance**. OECD Publishing, Paris. 2021.

PEREIRA, Silvio do Lado. **Processamento de Linguagem Natural**. [s.d.] <https://www.ime.usp.br/~slago/IA-pln.pdf>.

ROLAN, G.; HUMPHRIES, G.; JEFFREY, L.; SAMARAS, E.; ANTISOPOVA, T.; STUART, K. More human than human? Artificial intelligence in the archive. *Archives and Manuscripts*, 1–25. 2018.

ROUHIINEN, Lasse. **Inteligencia artificial: 101 cosas que debes saber hoy sobre nuestro futuro**. Alienta Editorial. 2018.

SAS. **Processamento de linguagem natural: o que é e qual sua importância?** [online]. https://www.sas.com/pt_br/insights/analytics/processamento-de-linguagem-natural.html. html.

Shang, Erbo; LIU, Xiaohua; WANG, Hailong; RONG, Yangfeng; LIU, Yuerong. **Research on the application of artificial intelligence and distributed parallel computing in archives classification**. IEEE Advanced Information Technology, Electronic and Automation Control Conference (IAEAC), 4th. 2019, pp. 1267-1271.

USAID. **Artificial intelligence action plan: charting the course for responsible AI in USAID programming**. 2022. https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/USAID_Artificial_Intelligence_Action_Plan.pdf.

VELLINO, André; ALBERTS, Inge. Assisting the appraisal of e-mail records with automatic classification. **Records Management Journal**. 26 (3): 293–313. 2016.

A DISCIPLINA CIÊNCIA DE DADOS NA GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NA UFES

Henrique Monteiro Cristovão (Universidade Federal do
Espírito Santo),

Luciana Itida Ferrari (Universidade Federal do
Espírito Santo),

Margarete Farias de Moraes (Universidade Federal do
Espírito Santo)

1 INTRODUÇÃO

É esperado que o arquivista esteja a altura de seu tempo na atual sociedade da informação compreendendo tendências tecnológicas, como o *data-driven*, cada vez mais presentes nas instituições. Espera-se também, do arquivista do século XXI, a "[...] capacidade de análise e síntese, juntamente com a aptidão particular de esclarecer situações complexas e ir ao essencial" (BELLOTTO, 2004) desempenhando funções cruciais para uma gestão bem-sucedida em coleções de dados digitais de longa duração (NATIONAL SCIENCE FOUNDATION, 2005).

A Ciência de Dados é uma área interdisciplinar, com um campo de atuação amplo que trabalha para transformar dados em valor real (AALST, 2016). A quantidade de dados hoje produzida, seja por fenômenos como o *datafication* ou oriundos de pesquisas ou bases já consolidadas, necessita de tratamento, preparação, organização para que sejam encontrados, fiquem

acessíveis de forma interoperável e possam ainda ser reutilizados, conforme orientam os princípios FAIR¹⁷⁵ (WILKINSON et al, 2016).

Entendendo que a formação do arquivista deve também atender as demandas do mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2014; CHAGAS; NEGREIROS; SILVA, 2021), acredita-se que ele poderia, nessa formação, construir conhecimentos básicos sobre a Ciência de Dados para atuar de forma ativa em diversos processos da gestão de dados. Nessa direção, foi feita uma reformulação na matriz curricular do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e implantada no contexto do novo Projeto Pedagógico de Curso (PPC) (UFES, 2017) a partir do segundo semestre letivo de 2017. Dentre as mudanças, foi incluída a disciplina optativa Ciência de Dados. Observada posteriormente, a nova matriz curricular "[...] atendeu muitas demandas do mercado de trabalho, dos egressos, dos discentes e dos docentes da instituição, mas de forma especial, trouxe direcionamentos para estudar o documento arquivístico na era digital" (GAVA; FERRARI; MORAES, 2019).

Os objetivos do presente trabalho foram discutir a importância da disciplina Ciência de Dados para a formação do arquivista, e apresentar uma proposta de programa de disciplina para o curso de graduação em Arquivologia baseada em experiências obtidas em algumas ofertas de turmas.

A seção 2 discute sobre o arquivista no contexto da Ciência de Dados, a seção 3 trata dos procedimentos metodológicos, a seção 4 apresenta a proposta para a disciplina Ciência de Dados direcionada à graduação em Arquivologia e a seção 5 trata das considerações finais.

2 O ARQUIVISTA NA CIÊNCIA DE DADOS

Segundo Aalst (2016) a Ciência de Dados trabalha com extração, preparação, exploração, transformação, armazenamento e recuperação de dados, podendo usar várias técnicas de mineração e aprendizado de máquina para a obtenção de resultados apresentados em formato de explicações e previsões. Além disso, o autor sinaliza a importância de levar em consideração questões éticas, sociais, legais e os aspectos inerentes ao negócio.

A descoberta de conhecimento, conhecida na literatura por KDD (*Knowledge Discovery in Databases*), é um campo de pesquisa da inteligência artificial que envolve a mineração de dados (HAND et al., 2001). Fayyad (1996) propôs fases para o processo de descoberta de conhecimento que até hoje

¹⁷⁵ Princípios FAIR (Findability, Accessibility, Interoperability, and Reuse) são diretrizes para melhorar a encontrabilidade, acessibilidade, interoperabilidade e reusabilidade de elementos digitais.

servem de orientação para os cientistas de dados: (i) seleção da base de dados e identificação de possíveis problemas e/ou objetivo da análise; (ii) pré processamento dos dados, preparação limpeza e ajustes diversos; (iii) transformação dos dados para uma base que seja aceita pelos algoritmos de mineração de dados; (iv) mineração de dados pela aplicação de algoritmos escolhidos conforme o contexto, problema e dados para extrair padrões e relacionamentos; e (v) interpretação e avaliação dos resultados obtidos pela mineração de dados.

Observam-se as novas formulações para Arquivologia, elaboradas por Cook (2012), onde as "[...] três partes que compõem qualquer documento arquivístico – a estrutura, o conteúdo e o contexto [...]" podem agora ser divididas em conjuntos de dados separados onde um documento deixa de ser um "[...] objeto físico para virar um 'objeto' conceitual de informação, controlado por metadados, que virtualmente combina conteúdo, contexto e estrutura para fornecer evidências de atividade ou função de algum criador". Dessa forma, fica possível a aplicação das fases de KDD, proposta do Fayyad (1996), em documentos arquivísticos uma vez que, conforme Cook (2012), eles podem ser interpretados como conjuntos de dados. Assim, tratar documentos arquivísticos como dados abre o caminho para o emprego de ferramentas analíticas poderosas para permitir novos modos de investigação e pesquisa, mas, por outro lado, tratar os dados como documentos remete a ideia de que "[...] os dados são moldados por seus contextos culturais e que o uso e a compreensão efetivos deles só serão possíveis se o conhecimento de seus contextos for salvaguardado" (YEO; LOWRY, 2020, tradução nossa).

Embora Furner (2016) destaque que documentos não são compostos de dados e um documento não é uma espécie de conjunto de dados, mas o contrário: "[...] um conjunto de dados é feito de documentos; e o conjunto de dados é uma espécie de documento" (tradução nossa), é importante ressaltar que os dados só podem ser gerenciados se forem registrados de alguma forma, ou seja, constar em documentos (HJØRLAND, 2018). Yeo e Lowry (2020) chamam atenção para o fato de que quando dados persistem de forma estável além de seu momento de criação, eles passam a ter características de documentos que podem ser arquivísticos. Nessa mesma linha, segundo Oliveira (2015), o conjunto de tabelas de um banco de dados, que registra e apoia uma atividade-meio ou fim desenvolvida por um órgão, é um documento arquivístico.

Nesse contexto surge o termo arquivista de dados para denotar um arquivista com atribuições no "[...] gerenciamento, arquivamento, preservação e reuso de dados e metadados de pesquisa" (MADEIRO; DIAS, 2020, p. 654).

Lyon et al. (2015) fizeram um estudo sobre os requisitos e funções solicitadas para a contratação de *data archivist* (arquivista de dados), *data librarian* (bibliotecário de dados) e *data steward/curator* (administrador/curador de dados) nos Estados Unidos. Eles concluíram que para o cargo de Arquivista de Dados houve ênfase em documentação de dados, preparação de dados e integração de dados, "[...] que agregam peso à afirmação de que os princípios arquivísticos estabelecidos estão refletidos na linguagem que é aplicado a novos objetos digitais de registro, ou seja, conjuntos de dados de pesquisa" (LYON et al., 2015, tradução nossa).

Ainda nessa pesquisa de Lyon et al. (2015), a coleta de dados é uma função que também aparece para o bibliotecário de dados, enquanto a autoria na Web, que lida com as questões de direitos autorais, é compartilhada com o administrador/curador de dados. O cargo de administrador/curador de dados, que é muitas vezes associado ao arquivista, lida com a própria gestão de dados garantindo a sua qualidade, e são requisitados conhecimentos em banco de dados relacional. Além disso, ele compartilha com o bibliotecário de dados a função de organizar a visualização de dados. Finalmente, aparecem para os três cargos: conhecimentos sobre padrões de metadados, experiência ou conhecimento para a compreensão na perspectiva do pesquisador, conhecimento de dados disciplinares e familiaridade com pacotes de software estatísticos de análise de dados.

A curadoria de dados de pesquisa, reconhecida pelas práticas de gestão de dados de pesquisa (GRANT, 2017), exige uma equipe com muitas *expertises*, onde dados "[...] precisam ser preservados e arquivados de modo que propriedades arquivísticas, como proveniência, confiabilidade e autenticidade sejam mantidas" e poderiam ser melhores desenvolvidas por profissionais denominados de arquivistas de dados (SAYÃO; SALES, 2016). Lyon et al. (2015) vão além quando formulam que, considerando que dados são uma documentação significativa para a pesquisa, então todos os arquivistas são arquivistas de dados. Madeiro e Dias (2020) sintetizam o aspecto atual do perfil profissional do arquivista de dados em sites de bancos internacionais de trabalho destacando que "[...] tem ocorrido exigências cada vez mais elevadas para candidatos à vaga de arquivista de dados, que engloba formação profissional orientada a dados [...]" bem como a gestão documental, gerenciamento e curadoria de dados, e descrição de metadados [...] (p. 661).

A inclusão de arquivistas como membros em equipes multidisciplinares de projetos de diversas áreas traz vantagens na conscientização dos membros quanto à importância de se arquivar dados de pesquisa, sendo seu papel garantir que os dados sejam preparados visando a preservação a longo prazo

(HUMPHREY et al., 2000). Além disso, a gestão e publicação de dados de pesquisa primária para pesquisa acadêmica, bem como a usabilidade e documentação adequada dos dados é também papel do arquivista de dados (HUVILA, 2016).

Segundo estimativas, 80% do trabalho de um cientista de dados é na preparação dos dados, e os usuários sem experiência em análise de dados não estarão preparados para fazer a limpeza sozinhos (MASON; PATIL, 2015). Nesse ponto o arquivista pode contribuir fortemente com as equipes interdisciplinares de projetos em Ciência de Dados com sua competência de gerir dados. Enquanto curador de dados de pesquisa, o arquivista pode também aplicar métodos de descoberta de conhecimento por meio de mineração de dados para enriquecer a base de dados e contribuir com o trabalho de pesquisadores que buscam facetas diferenciadas do conjunto de dados para alimentar novas pesquisas científicas. Apesar da demanda por arquivistas com competências em atividades que envolvem dados estar aumentando, Lyon et al. (2015) alertam que, no âmbito dos EUA, devido ao desconhecimento formal do termo arquivista de dados, as funções associadas a esse cargo estão sendo renomeadas e reclassificadas para outros cargos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem abordagem qualitativa, natureza aplicada e objetivo exploratório-descritivo. Houve um levantamento bibliográfico atualizado para a temática 'arquivista de dados' nas principais bases de publicações científicas. O relato sobre a disciplina foi feito por observação participante e pesquisa documental.

4 PROPOSTA DA DISCIPLINA CIÊNCIA DE DADOS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA NA UFES

A disciplina Ciência de Dados no curso de graduação em Arquivologia da UFES é optativa e faz parte do grupo de conteúdo de formação geral no grupo de disciplinas Tecnologia e Comunicação (UFES, 2017). Ela possui carga horária total de 60h e duas disciplinas como pré-requisito. A primeira, Raciocínio Lógico, é obrigatória com 60h e ofertada no primeiro período do curso, e contribui diretamente para a formação da competência de criação e análise de expressões lógicas necessárias em algumas construções na Ciência de Dados.

O segundo pré-requisito é a disciplina optativa que trata de Banco de Dados (Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados - SGBD) com 60h, por contribuir na compreensão e organização de um banco de dados relacional e,

principalmente, quanto a escrita de consultas na linguagem SQL¹⁷⁶ que fornece base para análise comparativa com outros métodos de descoberta de conhecimento usados na Ciência de Dados. Na pesquisa de Oliveira (2014), em sua tese de doutorado, constatou-se que entre os 16 cursos de graduação em Arquivologia no Brasil na época, existiam 10 instituições com disciplinas em seus PPCs cujo nome possui os termos bases de dados ou banco de dados.

4.1 Histórico de Criação da Disciplina

No antigo currículo do curso de graduação em Arquivologia da UFES, existiam disciplinas de 30h com ementa flexível, chamadas de Tópicos Especiais de Arquivologia (UFES, 2017). Estas disciplinas foram criadas com a intenção de ter sempre um espaço aberto para trazer inovações e o estado da arte da área para o curso, conteúdos que não estavam nas ementas fixas, mas que poderiam complementar a formação dos alunos. Ao longo dos anos, as disciplinas de Tópicos também serviram como plataforma de teste para conteúdos que, posteriormente, foram incorporados ao novo currículo de 2017, verificando a adequação dos conteúdos, bem como a demanda dos alunos e do mercado de trabalho.

O conteúdo relacionado a Ciência de Dados foi ofertado inicialmente em 2008 e 2010, com abordagem direcionada a Mineração de Dados, KDD, Aprendizado de Máquina, acompanhado de estudos de caso de aplicação em instituições. Além disso, os alunos analisaram artigos da área, escolhidos pelo docente, investigando possíveis relações com a Arquivologia. Apesar das dificuldades apresentadas com o conteúdo, a receptividade dos alunos foi positiva.

Em 2015, já na iminência da reforma do PPC, e com a entrada de alunos no curso mais familiarizados com a tecnologia, a disciplina foi ofertada para testar sua aderência à nova grade curricular com atividades mais práticas e início de uso da metodologia que é atualmente adotada, apresentada na subseção 4.3. Além disso, houve maior foco na busca por relacionamentos com a Arquivologia. A parte prática da disciplina foi integralmente ocupada pela limpeza e preparação dos dados das bases escolhidas, que vai ao encontro do que preconizam Mason e Patil (2015). Dessa forma, a disciplina para o novo currículo foi proposta com 60h, para que houvesse tempo hábil de trabalhar a teoria e executar um ciclo completo de prática, incluindo a aplicação das técnicas e análise dos resultados.

¹⁷⁶ SQL (*Standard Query Language*) é uma linguagem para escrita de consultas em bancos de dados relacionais.

4.2 Ementa, Objetivos e Bibliografia

A ementa proposta para a disciplina é mostrada no Quadro 1 e contém uma introdução à Ciência de Dados para fundamentar o aluno com conceitos básicos e aplicações da área na sociedade e nas organizações. Em seguida situa o arquivista na área enquanto um profissional com competência para lidar com dados estruturados. Depois, estuda a fase que consome maior tempo na Ciência de Dados, que é a preparação e transformação de dados. Finalmente, propõe o uso de alguma metodologia para mineração de dados e a sua visualização e interpretação.

Quadro 1 - Ementa para a disciplina Ciência de Dados

Introdução à Ciência de Dados. O arquivista na Ciência de Dados. Preparação e transformação de dados. Descoberta de conhecimento em bases de dados. Mineração de dados. Visualização e interpretação de dados

Fonte: Elaboração própria.

Os objetivos são mostrados no Quadro 2 e tem três focos, o primeiro é o conhecimento dos elementos básicos da Ciência de Dados, o segundo é situar o profissional arquivista na Ciência de Dados, e o terceiro é compreender e praticar, em algum contexto de dados estruturados, as típicas fases de um processo de KDD, conforme Fayyad (1996).

Quadro 2 - Objetivos para a disciplina Ciência de Dados

1. Conhecer elementos básicos da Ciência de Dados.
2. Estabelecer possíveis atuações do arquivista na Ciência de Dados.
3. Compreender e aplicar ações de preparação e transformação de dados, descoberta de conhecimento, mineração de dados, visualização e interpretação de dados em contextos sociais ou organizacionais representados por bases de dados.

Fonte: Elaboração própria

Quanto à bibliografia, parte dela cobre assuntos relacionados ao arquivista e sua relação com dados, outra parte sobre a Ciência de Dados propriamente dita e, a terceira parte, sobre alguma técnica de mineração de dados na Ciência de Dados. Nas últimas vezes em que a disciplina foi ofertada a técnica usada foi a Análise de Redes Complexas por Inspeção Visual. A lista de obras completa, inclusive contemplando as últimas ofertas da disciplina,

encontra-se em uma biblioteca dinâmica e virtual de referências¹⁷⁷ organizada e mantida na plataforma Zotero¹⁷⁸.

4.3 Metodologia com foco em PBL

O principal método empregado na disciplina é o PBL, *problem based learning* ou aprendizagem baseada em problemas. Ela é "[...] uma metodologia de ensino-aprendizagem caracterizada pelo uso de problemas da vida real para estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e das habilidades de solução de problemas [...]" (RIBEIRO, 2008) e, conseqüentemente, para a melhoria da compreensão de conceitos fundamentais da matéria. O problema, propriamente dito, do PBL é o desenvolvimento das fases de um processo KDD sobre uma base de dados escolhida pelo grupo de trabalho.

Em algumas ofertas de turma da disciplina o PBL foi organizado em 7 etapas, em consonância as fases de Fayyad (1996) para o processo de KDD: (i) Investigação e escolha de uma base de dados para o PBL; (ii) Preparação e limpeza dos dados; (iii) Transformações na base de dados; (iv) Análise exploratória na base de dados por meio de consultas SQL/SGBD; (v) Visualização de dados com *dashboard*; (vi) Análise exploratória por meio de técnicas de análise de redes por inspeção visual; (vii) *Storytelling* de um cenário do PBL desenvolvido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi discutida a importância da disciplina Ciência de Dados para a formação do arquivista e o seu papel enquanto profissional capaz de lidar com diversas ações no contexto da gestão de dados e a forte relação existente entre dados e documentos arquivísticos. Uma proposta de programa da disciplina Ciência de Dados para o curso de graduação em Arquivologia foi apresentada, bem como algumas experiências realizadas na oferta de turmas, principalmente sobre a importância da metodologia PBL para motivação e engajamento dos alunos nas técnicas e conteúdos trabalhados.

A proposta da disciplina Ciência de Dados foi direcionada ao curso de graduação em Arquivologia, contudo a oferta de turma ao longo dos últimos anos foi aberta a todos os alunos da universidade. Para o estudante de arquivologia, essa composição heterogênea da turma é benéfica para a sua formação, uma vez que ele tem oportunidade de conhecer o emprego dos

¹⁷⁷ Biblioteca virtual da disciplina, disponível em:

https://www.zotero.org/groups/4663489/cincia_de_dados/library/.

¹⁷⁸ Zotero é um software gerenciador de referências bibliográficas. Disponível em:

<https://www.zotero.org/>.

métodos estudados em contextos diferentes daqueles a que ele seria normalmente submetido, uma vez que os alunos de outros cursos são estimulados a desenvolverem os trabalhos, baseado no PBL, em bases de dados pertencentes a alguma área de estudo do seu curso.

Em outro trabalho, será analisado, discutido e apresentado em detalhes as experiências de ofertas da disciplina, incluindo, entre outros, o conteúdo abordado, os softwares utilizados, as etapas do PBL, e resultados obtidos pelos alunos.

REFERÊNCIAS

AALST, Wil Van der. Data Science in Action. *Em*: AALST, Wil Van der (org.). **Process Mining**. Berlin, Heidelberg: Springer, 2016. p. 3–23. DOI: 10.1007/978-3-662-49851-4_1. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-662-49851-4_1. Acesso em: 7 mar. 2020.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **O arquivista na sociedade contemporânea**. 2004. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/texto01.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2022.

CHAGAS, Cintia Aparecida; NEGREIROS, Leandro Ribeiro; SILVA, Welder Antônio. **Formação em Arquivologia no Brasil: análise e perspectivas acerca de uma possível harmonização curricular**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, PPGCI/UFMG, 2021. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/catalogo>. Acesso em: 06 jun. 2022.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 26, 2012. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2015/12/pdf_deb3461ca4_0000018241.pdf. Acesso em: 06 jun. 2022.

FAYYAD, Usama; PIATETSKY-SHAPIO, Gregory; SMYTH, Padhraic. From data mining to knowledge discovery in databases. **AI Magazine**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 37–54, 1996.

FURNER, Jonathan. “Data”: The data. *Em*: KELLY, Matthew; BIELBY, Jared (org.). **Information cultures in the digital age: a festschrift in honor of Rafael Capurro**. Wiesbaden: Springer Fachmedien, 2016. p. 287–306. DOI: 10.1007/978-3-658-14681-8_17. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-658-14681-8_17. Acesso em: 10 maio. 2022.

GAVA, Tânia Barbosa Salles; FERRARI, Luciana Itida; MORAES, Margarete Farias De. O ensino em Arquivologia na perspectiva da era digital: O caso do curso de Arquivologia da UFES. *Em*: BARROS, Thiago Henrique Bragato; SANTOS JR, Roberto Lopes Dos; CÂNDIDO, Gilberto Gomes (org.). **A pesquisa e o ensino em Arquivologia: perspectivas na era digital**. Belém, PA: REPARQ, 2019. p. 261–269. Disponível em: <https://feparq.org/vi-reparq>. Acesso em: 06 jun. 2022.

GRANT, Rebecca. Recordkeeping and research data management: a review of perspectives. **Records Management Journal**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 159–174, 2017. DOI: 10.1108/RMJ-10-2016-0036. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/RMJ-10-2016-0036>. Acesso em: 20 abr. 2022.

HAND, D. J.; MANNILA, Heikki; SMYTH, Padhraic. **Principles of data mining**. Cambridge, MA: MIT Press, 2001.

HJØRLAND, Birger. Data (with big data and database semantics). **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 45, n. 8, p. 643–652, 2018. DOI: 10.5771/0943-7444-2018-8-643. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/data>. Acesso em: 28 jul. 2021.

HUMPHREY, Charles K.; ESTABROOKS, Carole A.; NORRIS, Judy R.; SMITH, Jane E.; HESKETH, Kathryn L. Archivist on board: contributions to the research team. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, [S. l.], v. 1, n. 3, 2000. DOI: 10.17169/fqs-1.3.1022. Disponível em: <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1022>. Acesso em: 4 abr. 2022.

HUVILA, Isto. “If we just knew who should do it”, or the social organization of the archiving of archaeology in Sweden. **IR Information Research**, [S. l.], v. 21, n. 2, 2016. Disponível em: <http://informationr.net/ir/21-2/paper713.html#.YKx846hKjYY>. Acesso em: 25 maio. 2021.

LYON, L.; MATTERN, Eleanor; ACKER, Amelia; LANGMEAD, Alison. Applying translational principles to data science curriculum development. *Em: IPRES 2015 PROCEEDINGS 2015*, Chapel Hill, North Carolina. **Anais [...]**. . *Em: IPRES 2015*. Chapel Hill, North Carolina: University of Pittsburgh, 2015. Disponível em: <http://d-scholarship.pitt.edu/27159/>. Acesso em: 25 maio. 2021.

MADEIRO, Andre França; DIAS, Guilherme Ataíde. Arquivista de dados: análise do perfil profissional em sites de bancos internacionais de trabalho. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 30, n. 61, p. 649–664, 2020. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/924>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MASON, Hilary; PATIL, Dj. **Data Driven**. Sebastopol, CA, USA: O’Reilly Media, Inc., 2015.

NATIONAL SCIENCE FOUNDATION. **Long-lived digital data collections: enabling research and education in the 21st century**. Alexandria, VA, USA: National Science Board, 2005. Disponível em: <https://www.nsf.gov/pubs/2005/nsb0540/nsb0540.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2022.

OLIVEIRA, Carolina De. **Um estudo de caso sobre datasets do Ministério da Justiça: dados brutos ou documentos arquivísticos?** 2015. Dissertação - (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

OLIVEIRA, Flávia Helena De. **A formação em Arquivologia nas universidades brasileiras: objetivos comuns e realidades particulares**. 2014. (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo. **Aprendizagem baseada em problemas (PBL): uma experiência no ensino superior**. [s.l.] : EdUFSCar, 2008. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/w57z2>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana Farias. Curadoria digital e dados de pesquisa. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 67–71, 2016. DOI: 10.5380/atoz.v5i2.49708. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/49708>. Acesso em: 25 maio. 2021.

UFES. **Projeto pedagógico do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo**, 2017. Disponível em: <https://arquivologia.ufes.br/grade-curricular>. Acesso em: 06 jun. 2022.

WILKINSON, Mark D. et al. The FAIR guiding principles for scientific data management and stewardship. **Scientific Data**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 160018, 2016. DOI: 10.1038/sdata.2016.18. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/sdata201618>. Acesso em: 06 jun. 2022.

YEO, Geoffrey; LOWRY, James. Data, information and records: exploring definitions and relationships. *Em*: THURSTON, Anne (org.). **A Matter of Trust**. Building Integrity into Data, Statistics and Records to Support the Achievement of the Sustainable Development Goals. London: University of London Press, 2020. p. 49–66. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv14t45v5.8>. Acesso em: 17 abr. 2022.

PRÁTICAS E PERCEPÇÕES DOS PESQUISADORES DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB) SOBRE CUSTÓDIA, PRESERVAÇÃO E ACESSO AOS ARQUIVOS DE CIÊNCIA

Thiara de Almeida Costa (Universidade de Brasília),
Cynthia Roncaglio (Universidade de Brasília),
Shirley Carvalhêdo Franco (Universidade de Brasília)

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo¹⁷⁹ tem como proposta abordar as práticas e percepções dos cientistas da UnB quanto à produção, à custódia, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos de ciência. Os arquivos de ciência ou arquivos científicos, produtos do conhecimento científico, são definidos por Charmasson (1999, p. 13-14, tradução nossa) como

todas as fontes de arquivo que permitem estudar a evolução das políticas de pesquisa e ensino científicos, a evolução de tal ou qual disciplina ou mesmo a contribuição de tal ou qual cientistas para o desenvolvimento do conhecimento.

¹⁷⁹ Trata-se de resultado da pesquisa de mestrado na Faculdade de Ciência da Informação na Universidade de Brasília (UnB) com o título: As práticas e percepções de cientistas da Universidade de Brasília e a legislação brasileira sobre produção, custódia, preservação e acesso aos arquivos de ciência. Vide referências.

Nesta pesquisa utilizamos o termo arquivo de ciência como o conjunto de documentos produzidos e acumulados durante as atividades de pesquisa.

A metodologia utilizada na pesquisa é qualitativa, exploratória, descritiva e explicativa, cuja estratégia de investigação é o estudo de caso da Universidade de Brasília (UnB). Os procedimentos utilizados foram o levantamento bibliográfico e documental, além de elaboração e aplicação de questionário para os cientistas da UnB.

Dentre os resultados principais, verifica-se a ausência de políticas, normativos e diretrizes específicas referentes aos arquivos de ciência. E que as ações de organização, custódia, preservação e concessão de acesso aos documentos oriundos da ciência na UnB tratam mais de ações individuais dos cientistas do que de iniciativas institucionais. Por fim, os dados demonstram não há ainda uma reflexão aprofundada na Universidade a respeito dos arquivos de ciência, tão fundamentais para o avanço científico.

2 PRÁTICAS E PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DA UNB QUANTO À CUSTÓDIA, PRESERVAÇÃO E ACESSO AOS ARQUIVOS DE CIÊNCIA

Nesta pesquisa, apresentam-se as respostas de 35 docentes da UnB quanto às práticas e percepções quanto à produção, custódia, preservação e acesso aos arquivos produzidos em decorrência das atividades de ciência. Foram selecionados 110 professores, sendo 66 do sexo masculino e 44 do sexo feminino, em decorrência dos critérios definidos: professores com nível de formação de doutorado, há pelo menos 10 anos; bolsistas de produtividade do CNPq; professores registrados em grupos de pesquisa, de acordo com resultado da busca na Plataforma Lattes. No entanto, obtivemos apenas aproximadamente 35% de respondentes, dezessete professores da área de Ciências da Vida; nove, da área de Humanidades; e nove, da área de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar.

Na primeira etapa tencionou-se analisar a respeito do discernimento entre os cientistas sobre natureza pública e privada dos conjuntos de documentos produzidos por eles decorrentes de pesquisas no âmbito da UnB. Dentre um rol de tipos documentais, solicitou-se que eles indicassem quais deles eram considerados de caráter público e de caráter privado. Sendo que se considera, aqui, documento público aquele produzido e acumulado por órgãos públicos em decorrência de suas atividades, ou seja, é o mesmo que documento institucional. E os documentos de caráter privado, para este estudo, são os documentos pessoais. A maioria dos professores das três áreas do conhecimento considera de caráter público, artigos, dissertações e teses. Estes

foram os tipos documentais que receberam o maior número de respostas: entre 34 e 35. Esse resultado confirma o que já vem sendo dito na literatura arquivística, tanto pelas francesas Charmasson (1999) e Welfelé (2004), quanto pelos brasileiros Silva (2007) e Santos (2010,) que os cientistas consideram, amiúde, como documento de ciência apenas os resultados das pesquisas. Provavelmente, por serem os documentos produzidos com maior frequência e mais conhecidos, os pesquisadores também se sintam mais à vontade em opinar a respeito da sua natureza documental.

As representações demonstram, ainda, a dificuldade que os pesquisadores têm em distinguir o documento institucional do documento pessoal. A definição do artigo científico, por exemplo, como documento de caráter público, parece estar clara entre os respondentes, tendo em vista que, dos 35 professores, 34 responderam que estes documentos são de caráter público e somente um respondeu que é pessoal, o que pode indicar, por parte deste, certa confusão em relação à autoria do documento. Já quanto ao livro-ata, nenhum professor o declarou como documento público, e dezessete informaram ser documento pessoal. Tal resultado pode ser considerado grave, tendo em vista que geralmente o livro-ata é o documento onde o pesquisador registra os protocolos de experimentos e ocorrências referentes à determinada pesquisa. Ora, se grande parte dos entrevistados o considera documento pessoal, significa que a instituição não detém as informações dos experimentos realizados e não estão acessíveis a outros pesquisadores. Os demais, dezoito professores, não responderam se este documento é de caráter público ou pessoal.

O mesmo acontece sobre os outros tipos documentais: base de dados eletrônica; caderno de anotações; caderno de laboratório; diários de campo; maquetes; pôsteres; e protocolo de experimento. Constata-se, desta forma, a dificuldade entre os professores de distinguir o que é considerado de natureza pública e o que é considerado de natureza privada. Três professores responderam que nenhum documento é de caráter privado, por considerarem todos os documentos decorrentes das pesquisas científicas como de caráter público. Tal afirmação levanta duas possibilidades: primeira, eles compreendem que todos os documentos decorrentes da pesquisa científica são institucionais; segunda, eles entendem documentos de arquivos de ciência apenas os resultantes das pesquisas científicas e que estão acessíveis.

Com a finalidade de ainda identificar se os professores têm clareza acerca da natureza pública e privada dos documentos produzidos por eles, foi-lhes perguntado onde os documentos são produzidos. Das três áreas do conhecimento, 22 pesquisadores utilizam tanto o computador pessoal quanto

o computador da UnB. Dentre estes, dez são da área de Ciências da Vida; seis, da área de Humanidades; e seis, de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. Exatos oito pesquisadores declararam utilizar apenas computadores pessoais, sendo quatro professores da área de Ciência da Vida; dois de Humanidades e dois de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. Por fim, cinco professores, utilizam apenas computadores da UnB, sendo três da área de Ciências da Vida; um, da área de Humanidades; e um, da área de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar.

Os dados revelam que a maior parte dos documentos de pesquisa é produzida pelos professores em computadores pessoais. Entretanto, não foi possível mensurar se eles compartilham ou salvam os documentos produzidos na rede da UnB ou se os mantêm apenas consigo. Assim, como demonstrado na revisão de literatura na dissertação, instituições que não possuem orientações, diretrizes ou políticas de produção de documentos, além de monitoramento e acompanhamento, se deparam com a situação acima: quando a decisão, em vez de determinada no âmbito institucional competente (ainda a ser definida na UnB), é tomada pelo próprio cientista. Este resultado evidencia também a possibilidade de documentos institucionais não serem devidamente custodiados e preservados pela universidade, mas sim, permanecerem apenas sob a responsabilidade dos pesquisadores, comprometendo a memória institucional.

Com o propósito de, entre os pesquisadores, ainda identificar se há discernimento acerca da natureza pública e privada dos documentos oriundos da ciência, este estudo investigou a responsabilidade pela guarda e proteção dos documentos originais produzidos no âmbito das pesquisas. 34 dos respondentes, informaram ser responsáveis pela guarda e proteção dos documentos originais. O que não quer dizer que consideram estes documentos como de caráter pessoal, mas que se consideram responsáveis por sua guarda. Três pesquisadores consideram que a responsabilidade de guarda e proteção é da unidade, onde o documento foi produzido, e quatro consideram o Arquivo Central como responsável pela guarda e proteção destes documentos.

Portanto, levanta-se as hipóteses de que os cientistas se sentem responsáveis pela guarda dos documentos devido à falta de conhecimento sobre a existência de unidade responsável pela gestão dos documentos, e, também, devido à falta de confiança na gestão da unidade, onde os documentos são produzidos. Geralmente, tendo em vista a ausência de diretrizes institucionais, eles mantêm os documentos em pastas pessoais.

Por fim, quanto à clareza dos pesquisadores relacionada à natureza pública e privada, em especial, no que diz respeito ao acesso, foi questionado

quem deve possuir acesso aos documentos. As respostas, as mais diversas, estão compiladas no quadro a seguir.

Quadro 1

Respostas referentes ao acesso aos documentos de pesquisa	Justificativas
Pesquisadores internos e externos	Não há informações confidenciais ou que possam prejudicar pessoas; os documentos são publicados em revistas científicas; disponibilizo amplo acesso ao material de pesquisa a outros pesquisadores com projetos de pesquisa aprovados e eticamente respaldados; meus artigos científicos podem ser consultados a qualquer momento por pesquisadores interessados no tema / linhas de pesquisa que trabalhamos; a pesquisa é produzida com recursos públicos e os dados e seus resultados devem ser compartilhados com todos os interessados; monografias, dissertações, teses são públicas e estão disponíveis no repositório institucional; artigos podem ser obtidos nos <i>sites</i> dos periódicos em que público minha pesquisa; o acesso é dado aos membros participantes do projeto e da pesquisa, sejam eles internos ou externos; no nosso campo é comum a participação em revistas científicas de circulação internacional; tudo é publicado.
Somente pesquisadores da mesma unidade	Os pesquisadores envolvidos na pesquisa têm acesso; pessoas do grupo de pesquisa; somente as pessoas envolvidas na pesquisa; nós trabalhamos como uma unidade, eu e os meus alunos e parceiros; só meus alunos de pós-graduação e professores colaboradores internos; apenas aqueles que participaram da pesquisa; orientando e colegas; só meus alunos de pós-graduação e professores colaboradores internos; apenas aqueles que participaram da pesquisa; pesquisadores atuantes na pesquisa têm acesso.

Depende do nível de privacidade do documento, todas as opções podem ser aplicáveis.	Alguns documentos são públicos, de livre acesso, como publicações. Outros, como protocolos, são acessíveis a pesquisadores da unidade, outros, como pôsteres, são acessíveis a pesquisadores internos e externos. Já pedidos de patente, ainda em julgamento, são confidenciais.

Fonte: elaborado pelas autoras (2022).

Os resultados acima são preocupantes, haja vista a dificuldade de os cientistas distinguirem documento institucional e documento pessoal. Sem contar a falta de definição do que é documento de arquivos de ciência.

Na continuidade à análise das práticas e percepções dos pesquisadores quanto às ações de preservação de documentos provindos da ciência, ao questionar de que modo os documentos de pesquisa são preservados, nas três áreas, o procedimento que os professores declararam utilizar com maior frequência para auxiliar na preservação dos documentos de pesquisa foi o *backup*. Cabe mais uma vez ressaltar que se trata de uma ação voluntária do pesquisador em resguardar os documentos, entretanto, a UnB, por meio do Arquivo Central, já possui um Programa de Preservação de Documentos, com a finalidade de sistematizar ações de preservação de seus documentos. Outras hipóteses podem ser levantadas quanto aos professores não utilizarem a rede da UnB para armazenamento dos documentos: primeira, a falta de conhecimento de que a UnB dispõe deste serviço por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI); segunda, os professores não confiarem que, caso o documento esteja na rede da UnB, ele estará seguro e preservado.

Nota-se ainda que a maioria dos professores indicou como formas de preservação o HD externo, o armazenamento em nuvem e as cópias impressas, o que confirma que a maioria dos documentos são produzidos digitalmente. Dessa maneira, requerendo maior cuidado quanto à manutenção, preservação e obsolescência dos suportes do que os produzidos em suportes tradicionais, como o papel.

Quanto às práticas dos cientistas, levanta-se a hipótese de a “pessoalização”, ou seja, os cientistas considerarem os documentos decorrentes das atividades científicas como pessoais, estar ligada à ausência de conhecimento sobre a unidade responsável pela gestão de documentos na universidade, bem como da falta de orientações e recursos oferecidos pela instituição. Tal percepção reforça o que já foi enunciado na literatura sobre o tema. De acordo com as autoras do Guia Básico para Preservação de Arquivos

de Laboratório, publicado pelo Museu de Astronomia e Ciências afins no arquivo de História da Ciência, em 2010:

O limite entre pessoal e institucional no âmbito dos laboratórios é uma temática onde não há consenso de opiniões. Em muitos casos, os limites são estabelecidos a critério do pesquisador, é uma decisão mais pessoal do que institucional. Isto representa uma fragilidade para a preservação dos registros institucionais na sua área fim (SILVA; REGO, 2010, p. 35).

Tal fragilidade alerta para a necessidade de orientações e normas a serem estabelecidas no âmbito da UnB.

Ainda com relação à preservação de mensagens e arquivos anexados em correspondências eletrônicas (e-mails, whatsapp, telegram) trocadas em decorrência das pesquisas, auferiram-se algumas respostas, conforme a área de conhecimento.

Na maioria das respostas, há esmero dos professores em preservar as trocas de informações decorrentes das pesquisas. Geralmente, os pesquisadores das três áreas declararam preservar este tipo de informação. Outra questão diz respeito ao armazenamento em pasta pessoal. A hipótese aqui levantada é de haver dificuldade em distinguir o que deve ser armazenado em pasta pessoal e o que deve ser armazenado em pasta institucional. Ainda não foram detectadas orientações institucionais a respeito da preservação da correspondência digital. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, por meio do Programa de Preservação de documentos da UnB, há a previsão de implementação pelo ACE de uma série de ações que visam à preservação digital, tais como: definição de formatos de documentos digitais; definição de metadados de preservação digital; estruturação da cadeia de custódia e de preservação dos documentos arquivísticos digitais.

Ainda no tocante à preservação de documentos de pesquisa para a memória científica, nas áreas de Ciências da Vida e Humanidades, todos consideram importante preservar os documentos de pesquisa. Já na área de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, de nove respondentes, um não considera relevante a preservação de documentos de pesquisa e outro declarou que depende do documento. No estudo de Brito (2002), os pesquisadores entrevistados consideraram importante a preservação da memória científica e dos arquivos, por valorizar o desenvolvimento do conhecimento, por dar identidade à instituição, por possibilitar novos caminhos de investigação, novas interpretações e retomar antigas questões e, por isto, criar e renovar alternativas subsidiárias às teorias e práticas científicas. Entretanto, na UnB, levanta-se a hipótese, de que os cientistas, pelo menos os entrevistados, não se ativeram a estas questões.

Com relação às práticas de custódia, ao interrogar os pesquisadores sobre a guarda de todos os documentos, seguem algumas respostas por área do conhecimento: da área de ciências da Vida, treze pesquisadores consideram importante guardar todos os documentos de pesquisa e quatro não. Da área de Humanidades, oito consideram importante guardar todos os documentos e apenas um afirma não ser possível guardar todos. E por fim, da área de ciências exatas, tecnológicas e multidisciplinar, cinco consideram importante guardar tudo e três não. No geral, a maioria dos cientistas considera importante guardar os documentos para comprovar as atividades de pesquisas. Alguns citam que “documentos intermediários” não precisam ser guardados, entretanto, não se sabe de quais documentos eles se referem. E de fato, é impossível guardar todos os documentos produzidos, entretanto, é necessário realizar a avaliação deles para definir os prazos de guarda, o que de fato devem ser descartados ou preservados.

Com relação ao acesso, averiguou-se também qual conhecimento os pesquisadores possuem sobre Ciência Aberta e se eles a consideram importante. As respostas revelam certo desconhecimento ou pouca familiaridade com o tema entre os cientistas da UnB. De 17 professores da área de Ciências da Vida, mais da metade, ou seja, oito desconhecem o tema Ciência Aberta. Sete cientistas consideram o tema importante. E dois conhecem parcialmente. De nove professores da área de Humanidades, 3 declararam não possuir conhecimento a respeito do tema. E, cinco professores consideram importante. Um professor declarou conhecer parcialmente. Por fim, dos nove professores da área de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, cinco declararam não possuir conhecimento acerca da Ciência Aberta. Dois informaram ser um tema importante e dois transpareceram conhecer parcialmente.

O não conhecimento e/ou desinteresse sobre o tema entre os entrevistados causa certa perplexidade tendo em vista as várias ações governamentais quanto ao tema como o Programa do MCTI de Popularização da Ciência e os eventos promovidos pela FIOCRUZ e CAPES, dentre outras instituições que realizam atividades relacionadas à promoção da Ciência no Brasil.

Apesar do resultado, nota-se que o uso das tecnologias de informação e comunicação, principalmente a internet, tem favorecido o compartilhamento de informações e tornado a ciência mais colaborativa em todo o mundo. Ademais, no geral, em alguns países são utilizados cadernos digitais de laboratórios que permitem criar, guardar, recuperar e compartilhar documentos eletrônicos. Em o *Uso de cadernos eletrônicos de laboratório para as*

práticas de ciência aberta e preservação de dados de pesquisa, Sayão e Sales (2018) afirmam que os cadernos eletrônicos de laboratório são ferramentas potencialmente interessantes para serem utilizadas em instituições acadêmicas, tornando a ciência mais colaborativa e facilitando a preservação dos dados de pesquisa produzidos.

Este é apenas um exemplo de tipo documental que pode ser compartilhado, cabendo à instituição, a depender de suas atividades, compartilhar outros tipos documentais. De toda maneira, é necessário levar em consideração o investimento substancial em recursos tecnológicos para manutenção destes dados íntegros, autênticos e confiáveis.

Dentre as vantagens em utilizá-los destacam-se: a padronização de procedimentos científicos, permitindo a economia de tempo; produção de relatórios a partir de dados inseridos no sistema; melhoria no gerenciamento de informações; além do compartilhamento de dados em tempo real, diferente do que tradicionalmente é feito: liberação de dados após a conclusão das pesquisas. A escolha da ferramenta dependerá das atividades desenvolvidas pelos cientistas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que os professores de universidades estão acostumados a desenvolver teorias e práticas científicas, captar recursos para suas pesquisas, administrar laboratórios, e pouco se preocupam em documentar suas atividades, com exceção, geralmente, da produção de artigos científicos.

Espera-se que o levantamento das práticas e percepções dos professores, mesmo que seja apenas uma amostra do universo científico, possa sensibilizar a comunidade acadêmica a respeito da importância dos arquivos de ciência na UnB e que subsidie diretrizes específicas para produção, custódia, preservação e acesso aos documentos oriundos de pesquisas científicas.

Dentre os resultados principais, constatou-se a ausência de políticas, normativos e legislação específica referente aos arquivos de ciência. Com base nas respostas dos pesquisadores aos questionários, verificou-se que as ações de organização, custódia, preservação e concessão de acesso aos documentos oriundos da ciência na UnB tratam mais de ações individuais dos cientistas do que ações institucionais. Por fim, os dados demonstram a pouca importância dada aos arquivos de ciência que são fundamentais para o avanço científico.

REFERÊNCIAS

CHARMASSON, T. Archives institutionnelles et archives personnelles. **Les Cahiers de L'École Nationale du Patrimoine**. Paris, n.3, p. 13-23, 1999.

_____. Archives scientifiques ou archives de sciences: des sources pour l'histoire. **La Revue pour l'histoire du CNRS**, Paris, v.14, 2006.

COSTA, Thiara de Almeida. **As práticas e percepções de cientistas da Universidade de Brasília e a legislação brasileira sobre produção, custódia, preservação e acesso aos arquivos de ciência**. Thiara de Almeida Costa; orientadora Cynthia Roncaglio; coorientadora Shirley Carvalhêdo Franco. - Brasília, 2020. 226 p.

ROCHA, L. DE L.; SALES, L. F.; SAYÃO, L. F. *Uso de cadernos eletrônicos de laboratório para as práticas de ciência aberta e preservação de dados de pesquisa*. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 3, 2017.

SANTOS, P. R. E. DOS. A ciência, os cientistas e seus arquivos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), v. 7, n. 1, p. 21-33, jan.-jun. 2008.

SANTOS, Paulo R. E. dos. **Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma ciência**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

_____. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.

SILVA, M. C. S. de M. **Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos**. 2007. 211 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2007.

SILVA, M. C. S. DE M.; REGO, V. L. da A. L. **Guia básico para preservação de arquivos de laboratório**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2010.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Coordenação de Arquivo Permanente. **Programa de preservação de documentos do Arquivo Central aplicado à Universidade de Brasília**. Brasília: UnB, 2019. Relatório SEI/UnB nº 3082386. Disponível em: <https://sei.unb.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3482251&infra_sistem... 38/38>. Acesso em: 15 jun. 2022.

WELFELÉ, O. Quels matériaux pour l'historien d'après-demain?: le devenir des archives scientifiques. **Les Cahiers**, France, v. 3, p. 103-126, 1999.

_____. A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**. Rio de Janeiro, v.2, n. 1 p. 65-72, jan./jun.2004.

A ESCOLHA DE UM SISTEMA INFORMATIZADO NA GESTÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Ana Carolina dos Santos Garcia (Fundação Oswaldo Cruz/
Fundação Casa de Rui Barbosa)

1 INTRODUÇÃO

O mundo se encontra cada vez mais informatizado, conectado, dinâmico, no qual a produtividade e a rapidez são essenciais para os órgãos e/ou entidades públicas e privadas no desempenho de suas atividades e rotinas administrativas. A área da tecnologia da informação modificou definitivamente a administração pública e privada, como também a produção, gestão, acesso e preservação dos documentos arquivísticos produzidos em formato digital, com isso, os arquivos também tiveram que se modificar.

Os arquivistas buscam garantir a fidedignidade e a autenticidade dos documentos digitais na gestão documental e durante o ciclo de vida de forma que permaneçam autênticos e possam ser testemunhos confiáveis das suas ações e atividades, como também, ser recolhidos e preservados em instituições de custódia.

A utilização de novos sistemas de informação trouxe celeridade na produção dos documentos, ampliou a forma que são disseminados nos meios eletrônicos, o que demonstra novas formas de desenvolver, transmitir e armazenar as informações e os documentos arquivísticos digitais. Esta constante busca por novas alternativas e melhorias visa facilitar os processos diários, e o acesso aos documentos a fim de aumentar a produtividade nos

meios de trabalho. Como também, garantir a transparência das atividades para os cidadãos, pois não é possível exercer uma cidadania plena em uma democracia sem acesso aos documentos arquivísticos, uma vez que por meio do acesso à informação, a sociedade pode exercer civicamente os seus direitos.

Atualmente, um dos maiores desafios no meio eletrônico é garantir que um documento digital seja de fato autêntico e que não tenha sofrido nenhum tipo de alteração ou corrupção. Isto torna-se uma preocupação num mundo cada vez mais dependente da tecnologia digital, no qual a informação produzida em codificação binária é extremamente suscetível a vulnerabilidades intrínsecas ao material. Por isso, corre o risco de sofrer intervenções não autorizadas, como: perda, adulteração, destruição, degradação física, obsolescência tecnológica em *hardwares*, *softwares* e formatos, o que acaba por comprometer a autenticidade dos documentos.

Além disso, a falta de controle na produção e na reprodução dos documentos digitais, a fragilidade de seu armazenamento e a importância em garantir a sua preservação em longo prazo são questões colocadas aos arquivistas, por serem os profissionais responsáveis pela manutenção dos acervos produzidos no decorrer das atividades de um órgão e/ou instituição, com a tarefa de garantir a autenticidade, isto é, a validade jurídica e administrativa dos documentos em longo prazo.

Ao considerarmos o conceito de gestão documental, a necessidade de controlar os documentos produzidos e de manter a autenticidade e a confiabilidade dos documentos arquivísticos, esse artigo tem por objetivo apresentar reflexões sobre a gestão arquivística de documentos digitais e a importância de realizá-la com um sistema adequado, como o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD). Como também realizaremos a distinção com outros sistemas comumente utilizados pelos órgãos e/ou instituições públicas e privadas nas suas atividades diárias a fim de realizar a gestão dos documentos.

Em relação ao referencial teórico e metodológico, o presente trabalho se pautou em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo, utilizando a pesquisa bibliográfica, para isto foram abordados os conceitos e definições clássicos da área arquivística, especialmente aqueles apresentados nos documentos do Arquivo Nacional, Orientações do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), dicionários e glossários de terminologia arquivística.

2 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ARQUIVÍSTICA DOS DOCUMENTOS DIGITAIS

Ao tratarmos sobre a gestão documental, necessitamos abordar os procedimentos que a englobam, e para isto, devemos apresentar a definição do que é um documento, por ser um conceito base na área arquivística e para a discussão sobre o conceito de gestão de documentos. Segundo o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73), documento é uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”, isto é, uma informação registrada, instrumento de registro das ações. Em *Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais*, as autoras ressaltam que o documento arquivístico é

o registro rotineiro das atividades desenvolvidas por uma instituição ou pessoa no cumprimento de sua missão, servindo para apoiar essas atividades, que está fixado em um suporte e tem relação com os demais documentos produzidos por esta instituição ou pessoa. (ROCHA; SILVA, 2007, p. 115)

Entendemos como um documento arquivístico digital, segundo o Glossário de documentos arquivísticos digitais (CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020, p. 25), um “documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico”.

Ao abordarmos a gestão dos documentos digitais, devido as suas especificidades, eles se encontram mais dependentes de um sistema, por isso, a importância de uma política arquivística e de um programa de gestão de documentos consolidado primeiramente, antes da aquisição ou desenvolvimento de um sistema informatizado em um órgão e/ou entidade, para garantir a confiabilidade e a autenticidade dos documentos, pois quaisquer problemas na gestão dos documentos convencionais serão transpostos para os digitais.

A autenticidade dos documentos de arquivo é a sua credibilidade enquanto documento,

isto é, a qualidade de um documento ser o que diz ser e que está livre de adulteração ou qualquer outro tipo de corrupção. A autenticidade é composta de identidade e integridade. (CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020, p. 12)

Enquanto a confiabilidade é a

credibilidade de um documento arquivístico enquanto uma afirmação do fato. Existe quando um documento arquivístico pode sustentar o fato ao qual se refere, e é estabelecida pelo exame da completeza, da forma do documento e do grau de controle exercido no processo de sua produção. (CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2020, p. 18)

Por isso, é fundamental que as instituições realizem o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes às atividades relacionadas às fases corrente, intermediária e permanente da gestão de documentos. De acordo com Paes (2004, p. 54), a primeira fase diz respeito à produção dos documentos, que se detém sobre a elaboração dos documentos em decorrência das atividades de um órgão ou setor. A segunda trata sobre a utilização de documentos, que inclui as atividades de protocolo (recebimento, classificação, registro, distribuição, tramitação), de expedição, de organização, arquivamento dos documentos nas fases corrente e intermediária e recuperação da informação. A terceira fase compreende a destinação dos documentos, análise e avaliação dos documentos acumulados nos arquivos, estabelecendo seus respectivos prazos de guarda.

3 e-ARQ BRASIL E OS REQUISITOS PARA SISTEMAS INFORMATIZADOS

Ao nos referirmos sobre a gestão de documentos, principalmente, os digitais, é importante apresentarmos o e-ARQ Brasil, Modelo que define ~~sobre~~ os requisitos para a implementação de um sistema informatizado para a gestão dos documentos digitais. A sua primeira versão foi elaborada pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) em 2011. Atualmente esse Modelo está na versão 2, publicada em maio de 2022, por meio da Resolução Conarq n.º 50/2022, pois trata sobre o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, Versão 2.

Esta Resolução tem por objetivo

orientar aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR quanto à implantação da gestão arquivística de documentos, fornecer especificações técnicas e funcionais, bem como metadados para orientar a aquisição ou desenvolvimento de sistemas informatizados, independentemente da plataforma tecnológica em que forem desenvolvidos ou implantados, conforme art. 3º da Resolução n.º 20, de 16 de julho de 2004.

O Modelo é definido como:

uma especificação de requisitos a serem cumpridos pela organização produtora/recebedora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos, a fim de garantir sua confiabilidade e autenticidade, assim como sua acessibilidade. Além disso, o e-ARQ Brasil pode ser usado para orientar a identificação de documentos arquivísticos digitais. (CONARQ, 2022, p. 10)

O e-ARQ Brasil estabelece requisitos mínimos para um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), independentemente da plataforma tecnológica em que for desenvolvido e/ou implantado. O SIGAD é

um sistema informatizado que apoia a gestão arquivística de documentos. O sucesso do SIGAD dependerá, fundamentalmente, da implementação prévia de um programa de gestão arquivística de documentos. (CONARQ, 2022, p. 19)

O documento Orientação n.º 1, de abril de 2011 do Conarq apresenta as orientações para a contratação de um SIGAD, o que pode compreender a aquisição de licenças de uso ou desenvolvimento. Ao implantar um SIGAD, em conformidade com o e-ARQ Brasil, é possível obter benefícios como

aperfeiçoar e padronizar os procedimentos de criação, recebimento, acesso, armazenamento e destinação dos documentos; facilitar a interoperabilidade entre os sistemas; e integrar as áreas de tecnologia da informação, arquivo e administração. (CONARQ, 2011, p. 3)

Destacamos que uma solução SIGAD é um conjunto de procedimentos de gestão arquivística de documentos e de tecnologias da informação, que pode ser implementada por um único *software* ou pela integração de diversos *softwares*. Em relação à implantação, ressaltamos que um SIGAD deve ser capaz de garantir a confiabilidade, a autenticidade e o acesso aos documentos arquivísticos ao longo do seu ciclo de vida.

3.1 SIGAD, Gerenciamento eletrônico de documentos (GED) e sistema de negócio: diferenciações necessárias

Estes termos não são sinônimos, como erroneamente somos levados a supor. Um SIGAD pode conter as funcionalidades de um GED e de um sistema de negócio, já um GED possui algumas funções de um sistema de

negócio, porém não é um SIGAD. Enquanto um sistema de negócio não é necessariamente nem um GED ou um SIGAD. Vamos abaixo, elucidar as principais características de cada um deles.

Quanto ao Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD)

inclui operações como: captura de documentos, aplicação do plano de classificação, controle sobre os prazos de guarda e destinação, armazenamento seguro e procedimentos que garantam o acesso e a preservação em médio e longo prazos de documentos arquivísticos digitais e não digitais. No caso dos documentos digitais, um SIGAD deve abranger todos os documentos arquivísticos digitais do órgão ou entidade, ou seja, textos, filmes, fotografias, registros sonoros, mensagens de correio eletrônico, páginas *web*, bases de dados, dentre outros. (CONARQ, 2022, p. 21)

Em relação ao Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) é um

conjunto de tecnologias utilizadas para organização da informação não estruturada de um órgão ou entidade, que pode ser dividido nas seguintes funcionalidades: captura, gerenciamento, armazenamento e distribuição. Entende-se por informação não estruturada aquela que não está armazenada em banco de dados, como mensagens de correio eletrônico, arquivo de texto, imagem ou som, planilhas etc. O GED pode englobar tecnologias de digitalização, automação de fluxos de trabalho (*workflow*), processamento de formulários, indexação, gestão de documentos, repositórios, entre outras. (CONARQ, 2022, p. 21)

Já a um sistema de negócio, a sua principal função é

apoiar a realização de atividades específicas na organização e que produzem e mantêm dados, informações e documentos sobre essas atividades. Alguns exemplos são sistemas de recursos humanos, atividades financeiras, acadêmicos, prontuários e informação geográfica. Tradicionalmente, esses sistemas mantêm o registro das atividades na forma de tabelas de banco de dados, podendo, em certos casos, manter documentos em forma manifestada compreensível para os indivíduos, nos formatos mais diversos, como, por exemplo: pdf, txt, jpg, dwg, shp. (CONARQ, 2022, p. 22)

A grande questão é quando um sistema de negócio, mesmo não sendo um SIGAD, cria documentos digitais que podem ser documentos arquivísticos digitais, com isso, eles devem ser identificados “para que sejam submetidos aos procedimentos de gestão arquivística (registro, classificação e destinação) de maneira adequada” (CONARQ, 2022, p. 22-23). Destacamos, ainda, que

o simples registro de ações não é suficiente para que se tenha um documento arquivístico capaz de sustentá-las. É necessário que essa entidade cumpra com todas as características diplomáticas, quais sejam: ação, forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, pessoas e contexto identificável. Eventualmente, os documentos digitais produzidos e mantidos em sistemas de negócio não cumprem com todas as características diplomáticas, configurando-se como documentos potencialmente arquivísticos. Nesse caso, o sistema de negócio deverá ser alterado para que os documentos passem a ter todas essas características, tornando-se, de fato, arquivísticos. (CONARQ, 2022, p. 22-23)

Além disso, a gestão arquivística de documentos digitais produzidos nestes sistemas deve ser realizada com a

implementação de funcionalidades para que os sistemas de negócio exportem os documentos arquivísticos e seus metadados para um SIGAD (nesse caso os documentos são mantidos e gerenciados no SIGAD); integração dos sistemas de negócio com um SIGAD (nesse caso os documentos são mantidos no sistema de negócio e a gestão arquivística é realizada pelo SIGAD por meio da interação entre os dois sistemas); implementação de funcionalidades de gestão arquivística de documentos no próprio sistema de negócio (nesse caso os documentos são mantidos e gerenciados no sistema de negócio até a destinação final, ou seja, eliminação ou guarda permanente). (CONARQ, 2022, p. 23)

Vale ressaltar que de acordo com a nova versão do e-ARQ Brasil (CONARQ, 2022), estes requisitos para a implementação e/ou integração dos sistemas de negócio serão objeto de um documento complementar a publicação do Modelo. Isto se impõe, uma vez que os sistemas de negócio são uma realidade, principalmente na administração pública federal, com a adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como solução responsável pelas funções de protocolo e tramitação dos documentos digitais nas instituições que os produziram e entre órgãos e/ou instituições públicas.

Os sistemas informatizados apresentados acima, são eficazes nas atividades nas quais eles se propõem a realizar. A preocupação que se impõe é

quando estes sistemas são definidos para realizar todas as funções necessárias à boa gestão arquivística de documentos digitais, ou seja, não apresentam conformidade ou aderência a todos os requisitos obrigatórios que um SIGAD deve seguir, conforme estabelecido pelo e-ARQ Brasil. Em *Orientações para contratação de SIGAD e serviços correlatos*, evidencia-se estas distinções, pois

um sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) e um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) têm **objetivos diferentes**. Um GED é uma ferramenta que visa a apoiar e facilitar a condução de uma ou mais atividades da instituição. Já o foco do SIGAD é o controle completo do ciclo de vida do documento, desde a captura (independentemente do sistema ou ferramenta que o produziu) até a destinação final, seguindo os procedimentos da gestão arquivística de documentos. (CONARQ, 2011, p. 2, **grifo nosso**)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar reflexões sobre a importância de realizar a gestão arquivística de documentos digitais com um sistema adequado, como o SIGAD. Os sistemas disponíveis para serem escolhidos, possuem funcionalidades, assim como, limitações que devem ser observadas e consideradas pelos órgãos e/ou instituições para que possam contemplar as necessidades da gestão arquivística dos documentos digitais. Pois é fundamental que os documentos permaneçam autênticos, confiáveis e acessíveis ao longo do tempo para serem considerados documentos arquivísticos, ou seja, sem corrupção ou adulteração.

Também visou alertar sobre o perigo que soluções de momento, principalmente, os sistemas de negócio, utilizados pelos órgãos e/ou instituições públicas, como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ferramenta escolhida para realizar o trâmite dos documentos do poder Executivo federal, não são os sistemas indicados para realizar todas as funções da gestão arquivística de documentos digitais. Assim como, o Gerenciamento eletrônico de documentos (GED), uma vez que apenas os sistemas informatizados que cumprem os requisitos do e-ARQ Brasil (CONARQ, 2022) podem ser considerados um SIGAD, e com isto, garantir que os documentos produzidos são o que dizem ser, documentos arquivísticos.

Ressaltamos ainda que os órgãos e/ou entidades, primeiramente, antes da escolha por um sistema informatizado e/ou sua implantação, deve planejar um programa de gestão de documentos, pois este é o núcleo do e-ARQ Brasil (CONARQ, 2022). Deste modo, torna-se possível assegurar que os documentos produzidos se mantenham autênticos, confiáveis, acessíveis em

longo prazo e que contemplem os requisitos de um SIGAD, como prevê o Modelo.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Publicações Técnicas: n.º 51. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Economia. **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei/sobre>. Acesso em: 30 maio 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução n.º 50, de 6 de maio de 2022**. Dispõe sobre o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, Versão 2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-50-de-06-de-maio-de-2022>. Acesso em: 23 maio 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS DIGITAIS. **e-ARQ Brasil: Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos e-ARQ Brasil. Versão 2**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. 224 p. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/e-arq-brasil_v2.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS DIGITAIS. **Glossário de documentos arquivísticos digitais**. Versão 8.0. Rio de Janeiro: CONARQ, 2020, 62 p. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS DIGITAIS. **Orientação técnica n.º 1, abril de 2011**. Orientações para contratação de SIGAD e serviços correlatos. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/Orientacao_tecnica_1.pdf. Acesso em: 21 abr. 2022.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. e ampl. reimp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ROCHA, Claudia; SILVA, Margareth da. Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 113-124, jan./dez. 2007. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/76/76>. Acesso em: 6 jul. 2022.

REDES SOCIAIS E A DIVULGAÇÃO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS: APLICABILIDADES À BASE DE DADOS PESQUISAS ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS

Adelaide Helena Targino Casimiro (Universidade Federal da Paraíba),
Flávia de Araújo Telmo (Universidade Federal da Paraíba),
Igor Lima dos Santos (Universidade Federal da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

A produção científica independente da área em que é elaborada, requer seu objetivo traçado em uma perspectiva que considere o compromisso social e a sua utilidade, seja para a comunidade acadêmica ou sociedade em geral. Para tanto, Duarte (2004, p. 42) considera a produção científica como os documentos “sobre um determinado assunto de interesse de uma comunidade científica específica, que contribui para o desenvolvimento da Ciência e para a abertura de novos horizontes de pesquisa, independentemente do suporte em que está veiculada”.

Desse modo, se percebe que a pesquisa é um processo interminável, que na realidade, sempre existirá o que descobrir e compreender. Assim, torna-se relevante que os resultados desses estudos sejam divulgados para manutenção e progresso da Ciência, a partir da geração de conhecimentos.

No entanto, Leite e Ramalho (2007) destacam que a produção científica é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento do saber científico, que coloca como inviável a Ciência, sem a sua existência. Witter (2006) afirma que se multiplicam os canais de comunicação e informação em busca da necessária eficiência, em especial, quanto a sua velocidade e confiabilidade na disseminação dos resultados, devido à importância para os pares, podendo ter como aliada a esse processo de divulgação de pesquisas e seus pesquisadores, as bases de dados e as redes sociais.

A Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB) tem por objetivo popularizar a divulgação dos projetos de pesquisas, de extensão, monografias, dissertações e teses elaboradas por pesquisadores brasileiros vinculados ao campo da Arquivologia (PAB, 2021), utilizando as redes sociais (Instagram, Facebook e Youtube) como meio para disseminar o conhecimento científico arquivístico e estabelecer vínculos relacionais com profissionais, estudantes, docentes, pesquisadores e demais interessados. Diante o exposto, este trabalho objetiva analisar as interações nas redes sociais da PAB quanto aos seguidores, comentários, visitas e demais interações possíveis pelas plataformas.

O artigo está estruturado inicialmente a partir da sua Introdução, com uma abordagem geral sobre o estudo. Na segunda seção busca retratar a revisão teórica sobre Ciência e divulgação científica bem como os elementos fundamentais sobre a Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras, posteriormente a descrição dos procedimentos metodológicos, resultados, análises e por fim, as considerações.

2 CIÊNCIA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A produção científica é resultante de um conjunto de ações que visam construir novos conhecimentos, descobertas, soluções e consequentemente acarreta o desenvolvimento da Ciência, podendo essas ações variarem conforme o interesse de cada área do conhecimento. Kuhn (1998) define que a Ciência “é a reunião de fatos, teorias e métodos reunidos nos textos atuais”. Textos esses que precisam ser divulgados para que seus conteúdos e questões científicas sejam acessados e discutidos por pesquisadores e sociedade.

A divulgação Científica, tem sido cada vez mais emergente para a comunidade científica, no intuito de ampliar o diálogo e a capacidade de criar novas metodologias e obter resultados cada vez mais precisos e imediatos.

Galvino, Rosa e Oliveira (2020) relatam que os pesquisadores têm buscado novas formas de facilitar o fluxo das informações científicas, principalmente, a partir dos movimentos de Acesso Aberto e novas tecnologias

que tem surgido, e isso tem acarretado o interesse deles em usarem cada vez mais a Web para realizar debates e trocar informações.

Assim sendo, “[...] as redes, especialmente a Internet, colocou à disposição de pesquisadores formas de comunicação e divulgação nunca antes sonhadas, oferecendo ainda possibilidades de conexão entre textos, de busca, localização e aquisição de informação (MUELLER, 2000, p. 32).

As Redes Sociais são consideradas [...] espaços de troca coletiva e, portanto, qualificadores de informações e experiências. (MARTELETO, 2010, p. 32). São ambientes que propiciam interação social, amplo alcance de usuários distintos e áreas, permite o acesso e agilidade na divulgação.

Segundo um estudo de Simon Kemp pela *We are Social e HootSuite Digital* (2022), o uso global da internet pela população atingiu 12,5 trilhões de horas online. Já no Brasil, em janeiro de 2022 foi de 165,3 milhões equivalente a 77% da população total do país. Dentre os motivos para esse acesso à internet, **Buscar Informação** destaca-se em 1º lugar (83,5%) e **Educação e Estudo** 10º lugar (62,1%). Quanto as redes sociais mais utilizadas, lideram o ranking o Facebook (116 milhões), Youtube (138 milhões) e Instagram (119,5 milhões).

Os dados apresentam o potencial dos ambientes online (redes sociais, bases, plataformas e sites) para realizar a divulgação de informações e que o uso destas na Ciência trará significativa evolução de pesquisas e colaboração entre estudiosos em todo o mundo.

2.1 A Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras

Em sua tese, Rocha (2021) sugere a elaboração de um *website* pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de modo que este provesse serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que apoiassem a UFPB no desenvolvimento de seus três pilares principais: o ensino, a pesquisa e a extensão, e naqueles mais administrativos voltados para a gestão acadêmico-administrativa e de serviços prestados à comunidade (tendo por base as diretrizes estratégicas institucionais, com o plano de desenvolvimento institucional, os planos específicos para a área de TIC e as recomendações emanadas pelo Comitê de Gestão e Tecnologia da Informação da instituição).

A pesquisadora ultrapassou as expectativas indicadas em seu trabalho e em outubro de 2021 foi lançada a Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras. A equipe PAB é composta pelas líderes Meriane Rocha e Adelaide Casimiro, tendo o apoio dos colaboradores Eduarda Silva, Flavia Telmo, Paulo Santos e Igor Santos, todos vinculados à nível de graduação ou pós-graduação da UFPB (PAB, 2021).

A PAB totalizou, até a conclusão deste estudo, 564 trabalhos indexados, sendo eles divididos entre: projetos de pesquisa (295), projetos de extensão (125), teses (53), dissertações (47) e monografias (44). Todos esses trabalhos desenvolvidos por docentes dos 16 cursos de Arquivologia que se encontram vinculados a universidades públicas federais e estaduais do Brasil. A expectativa da equipe é ampliar esse quantitativo para outros pesquisadores que também atuam na Arquivologia (PAB, 2021).

Dentre as formas utilizadas pela PAB para divulgação científica estão: a base de dados (<http://www.ccsa.ufpb.br/pesquisarquivistica>), a página no Instagram (<https://www.instagram.com/pesquisasarquivisticas/>), Facebook (<https://www.facebook.com/pesquisasarquivisticas>) e o canal no YouTube (<https://www.youtube.com/channel/UCBOxEP4b0432V0E-Avv6saQ>) todos com divulgações pontuais e notícias sobre as atualizações da base e seus parceiros.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista metodológico o estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada e descritiva. “A pesquisa descritiva busca especificar propriedades e características importantes de qualquer fenômeno que se analise.” (SAMPIERE; COLLADO; LÚCIO, 2006, p. 102). Quanto ao seu objetivo, o estudo é de abordagem quantitativa e qualitativa. Para levantamento dos dados foram consultadas as métricas do YouTube e do Instagram da PAB no período de 20 de outubro de 2021 a 27 de janeiro de 2022, sendo os dados organizados e minerados com uso do *software* Excel. Inicialmente, considerou a quantidade de inscritos no Youtube, o quantitativo de seguidores no Instagram (*insights*) e posteriormente, o registro dos vínculos relacionais por país, faixa etária e gênero.

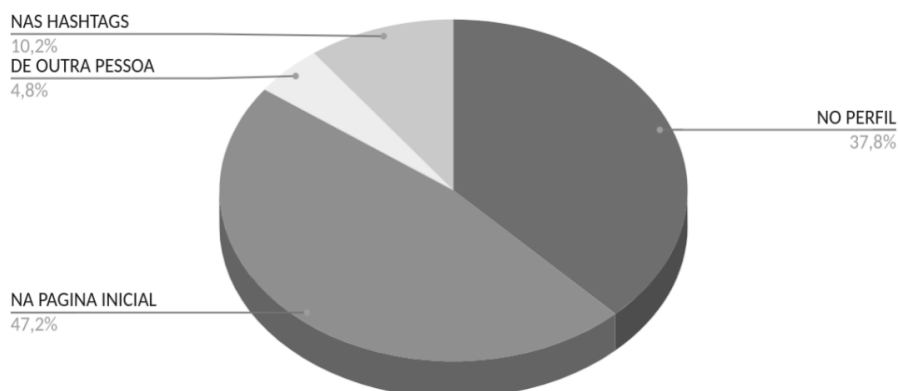
4 RESULTADOS E ANÁLISES

No que concerne aos principais resultados temos que, mesmo sem conteúdo postado, o Youtube registrou 08 inscritos. Logo, por não haver vídeos publicados, não foi possível analisar as métricas. A página da PAB no Facebook possui integração das publicações e stories com o Instagram, dessa maneira, o compartilhamento das informações entre as redes sociais são facilitados. No período em que foi realizada a busca, não havia dados substanciais a serem analisados nessa rede social, devido a empresa Meta (dona do Facebook), um pouco antes desse estudo, ter realizado atualização da política de informações, o que acarretou na perda de alguns itens durante a transição.

Quanto ao Instagram, verificou-se 19 publicações sobre a base de dados, divulgação de parceiros e eventos científicos. Destas, pesquisamos individualmente os dados de interação dos seguidores com as temáticas publicadas, quanto às métricas de alcance, impressões, interações com o conteúdo e atividades do perfil. Vale frisar, que todos os coeficientes foram alcançados de forma orgânica, levando em consideração que não houve impulsionamentos pagos nas postagens em nenhuma das redes sociais.

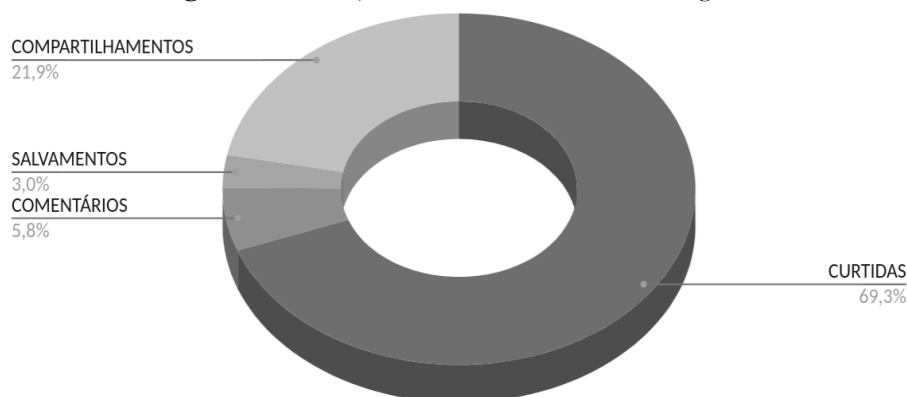
Verificamos no Instagram da PAB o total de 278 seguidores. Destes, 98% do Brasil, 0,8% da Argentina e Portugal e 0,4% da Espanha, com incidência maior de interações nas cidades de João Pessoa (41%), Rio de Janeiro (16%), Santa Maria (10%), Salvador (10%), Porto Alegre (8%) e 15% de localidades diversas. Tendo em sua maioria 64% um público que se identificava como feminino, 35% masculino e 1% que preferiu não indicar. Quanto à faixa etária do público, averiguamos que 38% possuíam entre 25-34 anos, 30% 35-44 anos, 21% acima de 45 anos e 11% abaixo de 25 anos.

Figura 1 - Impressões no Instagram



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em relação as impressões no Instagram da PAB (Figura 1), métrica que informa o número de vezes em que as postagens foram expostas aos outros usuários seguidores e não seguidores da página, foram registradas 3679 visualizações, subdivididas em 1391 apenas no perfil, 1735 na página inicial (ou *feed*), 374 por meio de *hashtags* adicionadas as publicações e 176 pelo compartilhamento de outros usuários das redes sociais.

Figura 2 - Interações com o conteúdo no Instagram

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As métricas relacionadas as interações com o conteúdo no Instagram, tem por objetivo apontar as ações realizadas por um usuário (seguidor ou não) nas publicações. Como indicado na Figura 2, no período estudado foram alcançados um total de 635 interações, sendo elas subdivididas entre 440 curtidas, 37 comentários, 19 salvamentos, e 139 compartilhamentos.

Quanto às atividades realizadas pelos usuários das redes no perfil da PAB, estas são métricas responsáveis por dimensionar a quantidade e o tipo de ações que os usuários efetuam ao interagir acessarem o perfil. Constatamos, que houve 214 interações com o Instagram da PAB, subdividindo-as entre: 138 apenas visitas esporádicas ao perfil, 58 começaram a seguir após visualizar algumas das publicações e 28 toques ocorreram no link de redirecionamento para a base de dados que existe no perfil da PAB.

Frente ao exposto, se percebe a participação de usuários na forma de interações, a partir das publicações realizadas nas redes sociais promovidas disponibilizar conteúdos na PAB e em suas redes sociais. Mesmo que os valores ainda sejam reduzidos, frente ao número total de usuários do Facebook, Instagram e Youtube, há um potencial interesse nas temáticas discutidas pela PAB.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse ínterim, verifica-se que as redes sociais têm um papel importante no processo de busca por conhecimento, especialmente quando se propõem a fazer divulgação de pesquisas de cunho científico. A base de dados PAB, seu canal no Youtube e Instagram contribuem com esse movimento e, mesmo sendo redes recentes, demonstra potencial de crescimento. No instagram, destacou-se que as impressões são percebidas na sua maioria pela página inicial (47,2%) e as interações por curtidas (69,3%).

Espera-se que com o passar do tempo de atividades, e execução de atualizações dos dados e postagens, outras pessoas (pesquisadoras da área ou não) possam se interessar pelo conteúdo da PAB, consequentemente da Arquivologia e com isso ampliar as discussões e novas pesquisas científicas na área, conforme indicado por Leite e Ramalho (2007). Sugere-se que outros estudos sejam realizados na própria Base de dados, a fim de acompanhar o acesso dos estudos disponibilizados.

REFERÊNCIAS

DUARTE, E.N. **Análise da produção científica em Gestão do conhecimento: estratégias metodológicas e estratégias organizacionais**. 2004. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

GALVINO, C. C. T.; ROSA, M. N. B.; OLIVEIRA, B. M. J. F. O movimento de Acesso Aberto e a Ciência Aberta: uma proposta de repositório de dados e memória da Universidade Federal de Alagoas. **Ci. Inf. Rev., Maceió**, v. 7, n. 1, p. 34-45, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/9521>. Acesso em: 01 maio 2022.

KEMP, Simon. Digital 2022: Brazil. **Datareportal**, 09 fev. 2022. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-brazil?rq=brazil>. Acesso em: 25 maio 2022.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, p. 257, 1997.

LEITE, C. M. W.; RAMALHO, F. A. Produção científica: um estudo com professores universitários. **Biblionline**. v.1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.biblionline.ufpb.br/Arquivos/Arquivo3.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

MARTELETO, R. M. Redes Sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 3, n.1, p. 27-46, jan. /dez. 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2247>. Acesso em: 20 maio 2022.

MUELLER, S. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. (org.). **Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. Disponível em: https://biblio-2008.webnode.com.br/_files/200000040-76a3b771d5/fontes_de_informacao_para_pesquisadores_e_profissionais_part_e_001.pdf. Acesso em 20 maio 2022.

PESQUISAS ARQUIVÍSTICAS BRASILEIRAS (PAB). **Sobre nós**. 2021. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/pesquisarquivistica>. Acesso em 12 jan. 2022.

ROCHA, Maria Meriane da. **Um olhar sobre os cursos de bacharelado em Arquivologia no Brasil à luz do regime de informação**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2021.

SAMPIERE, R.H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia da pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: McGrall-Hill, 2006.

WITTER, G. P. (Orgs.) **Comunicação & Produção Científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006. p.81-114.

O VÍRUS: A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS NATO-DIGITAIS NA PANDEMIA¹⁸⁰

Diogo Baptista Pereira (Universidade Federal do Rio de Janeiro),
Angelica Alves da Cunha Marques (Universidade Federal do
Rio de Janeiro/Universidade de Brasília)

1 INTRODUÇÃO

Um voo vindo da Lombardia (Itália) chegou à São Paulo trazendo um homem de 61 anos de idade contaminado pelo vírus da Covid-19. A Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) solicitou a lista de todos os passageiros que estiveram no mesmo voo, que passaram a ser monitorados. Assim como, quem também teve contato com estes e assim por diante, traçando uma rede para tentar mapear a proliferação da nova doença que parou o mundo. Essa foi a trajetória do primeiro caso confirmado da doença, no dia 26 de fevereiro de 2020 (GOVERNO FEDERAL DO BRASIL, 2020).

Em março de 2020, o Ministério da Saúde começou a campanha de prevenção à doença (GOVERNO FEDERAL DO BRASIL, 2020).

O isolamento social foi umas das medidas adotadas pelo Ministério da Saúde, até então em comunhão com as normas da Organização Mundial da Saúde (OMS), mesmo contrariando a vontade do Presidente da República, que

¹⁸⁰ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

sempre se mostrou contrário a essa forma de enfrentamento à pandemia (AMORIM, 2020).

Foram ao todo, quatro ministros da saúde entre 2020 e 2021. Um deles ficou menos de um mês por conta de divergências com o governo em relação à recomendação do uso da cloroquina e por falta de autonomia no cargo para qual fora indicado (ISTOÉ DINHEIRO, 2021). Um médico foi sucedido por um General alinhado ideologicamente com o governo. Foi na gestão do general Pazuello como ministro da saúde que foi lançado o aplicativo chamado *TrateCov*, que recomendava o tratamento precoce com o “Kit-Covid¹⁸¹” (JUCÁ, 2021).

Num cenário pan(info)dêmico, a desinformação e as notícias falsas ganharam notório espaço nas mídias sociais, influenciando parte da opinião pública e do comportamento dos cidadãos. Impressões (em papel) de postagens no *Twitter* foram usadas como prova, numa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), encerrada em 2021, para investigar possíveis omissões, desinformações, denúncias de corrupção e favorecimentos no controle da pandemia no Brasil. Considerando-se a importância dos documentos natodigitais na contemporaneidade, há que se recorrer aos fundamentos da Arquivologia, tendo em vista a manutenção da sua autenticidade (DURANTI, 2002; 1994).

2 DOCUMENTO

O documento, para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Dibrate), é a “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou o formato” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73). Significa que a informação pode estar registrada em uma pedra, em um tecido, em um papel, em uma fita cassete, em meios que dependam de um dispositivo auxiliar para sua leitura e execução, como uma leitora de microfilme e um computador para a decodificação de documentos em código binários.

Paul Otlet (2018) que é considerado o “pai da Documentação”, apresenta a noção de documento como:

Livro (bíblion,* documento ou grama) é o termo convencional aqui empregado para designar toda espécie de documento. Abrange não apenas o livro propriamente dito, manuscrito ou impresso, mas também revistas, jornais, textos escritos e reproduções gráficas de qualquer espécie, desenhos, gravuras, mapas, esquemas, diagramas,

¹⁸¹ Também chamado de tratamento precoce, corresponde ao conjunto de medicamentos que seriam tomados juntos para o tratamento da Covid-19, porém já comprovado que não possuem eficácia para esta finalidade. Os medicamentos são a azitromicina, a ivermectina, e a (hidroxi)cloroquina.

fotografias, etc. A documentação no sentido lato do termo abrange o livro, isto é, meios que servem para representar ou reproduzir determinado pensamento, independentemente da forma como se apresente. (OTLET, 2018, p. 11)

O autor ainda explica que a palavra livro não abrangia outros documentos como: “estampas, peças de arquivo, documentos administrativos, discos, fotografias, filmes, imagens para projeção [...]” (OTLET, 2018, p. 17).

Décadas depois, Michael Buckland (1997), ao estudar o objeto da Ciência da Informação, aponta que o interesse em “multimídia” ultrapassa o textual, ao alcançar imagens e objetos.

Considerado como dispositivo, o documento vai além do que ele pode ser enquanto objeto. A bibliotecária e documentalista Suzanne Briet (2016) o concebeu como elemento de “prova em apoio a um fato”, sendo “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar” (BRIET, 2016, p. 1) um fenômeno físico ou intelectual.

Se entendermos que o documento é qualquer informação registrada em um suporte, o que qualificaria um documento de arquivo? Para a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), o documento arquivístico é aquele que é “produzido (elaborado ou recebido) no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado dessa atividade e retido para ação ou referência” (CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS, 2015, p. 6). O documento digital e o documento arquivístico digital, por sua vez, foram assim definidos:

Documento digital: Informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional.

Documento arquivístico digital: Documento digital reconhecido e tratado como documento arquivístico. (CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS, 2015, p. 7)

Para além do suporte e do formato, mas considerando-os com um olhar atento à Diplomática, Duranti (2002) entende que um documento precisa de três requisitos essenciais: a) estar escrito, fixado em um suporte; b) ter relação com a natureza jurídica em que ele fora produzido; c) e ser confiável. Com esse entendimento, é possível apreender as informações produzidas, por autoridades brasileiras no exercício de suas funções, no dispositivo informacional do Twitter, como documentos arquivísticos digitais.

Uma das características primordiais, independentemente de ser analógico ou digital, é a garantia de que o documento seja autêntico. O inglês Hillary Jenkinson, no *Manual of Archive administration* (1922), pondera que, para ser um documento de arquivo, este deve ter sido elaborado ou utilizado em decorrência de uma função administrativa (pública ou privada) e preservado em sua própria custódia “e para sua própria informação pela pessoa ou responsável pela transação e seus sucessores legítimos” (JENKINSON, 1922, p. 11 tradução nossa). Destaca-se a relevância da custódia para a definição do documento de arquivo de acordo com esse autor.

Para ele, a imparcialidade e a autenticidade são duas qualidades que um documento de arquivo deve possuir. A primeira tem a ver com a sua criação/produção, já que o documento é produzido naturalmente, por conta de necessidades administrativas, refletindo as ações de quem o produziu de maneira fidedigna. Já a autenticidade diz respeito à garantia de que o conteúdo do documento não sofreu interferências, ou melhor, não foi modificado/alterado em sua cadeia de custódia, evitando suspeita de adulteração.

Duranti (1994), ao revisitar a obra de Jenkinson, acrescenta a naturalidade, o inter-relacionamento e a unicidade como características que qualificam o documento de arquivo. Produzidos e acumulados naturalmente em razão das atividades do produtor, os documentos de uma mesma proveniência se inter-relacionam ao assumirem funções únicas de acordo com as ações que representam e registram.

3 PRESERVAÇÃO E CUSTÓDIA

O documento de arquivo digital, a exemplo do analógico, deve ser controlado quanto aos seus trâmites, à sua custódia e à sua preservação. Acrescente-se a isso o controle dos seus metadados, isto é, da sua preservação, custódia e preservação assim como do próprio documento.

Quando se pensa no verbo preservar, pensa-se em salvar, manter algo para que não se perca ou não se destrua: preservação da natureza, preservação dos animais silvestres, preservação da cultura, preservação de um patrimônio material ou imaterial etc. No meio arquivístico, a preservação é tida como “prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico ou químico” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 135). Ou seja, reúne medidas que evitem danos físicos e lógicos aos documentos.

Para os documentos analógicos, temos a conservação preventiva, a restauração. Enquanto a primeira diz respeito a ações efetivadas para que o

documento permaneça com o mesmo aspecto da data de sua produção por um maior tempo, evitando-se a sua deterioração, a restauração relaciona-se a ações mais invasivas que visam a recuperar danos, para que o documento retome, o mais próximo possível, o seu estado original.

Para os documentos digitais, como podemos pensar na sua preservação? Podemos pensar em preservação via controle da cadeia de custódia que garanta a sua autenticidade, conforme proposto por Jenkinson, na década de 1920, para os documentos analógicos ou pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 62), mais recentemente, ao definir “custódia” como “responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos (1), independentemente de vínculo de propriedade. Um documento digital pode ser facilmente adulterado por meio de um computador, mas se ele estiver em um repositório digital arquivístico confiável (RDCArq), desde a sua gênese, fica mais fácil garantir a sua autenticidade (GAVA; FLORES, 2021). Como os RDCArq’s não são o foco deste trabalho, vamos ao nosso caso de estudo, as mídias sociais, no caso, o *Twitter*, que são empresas privadas, de capital aberto na bolsa de valores.

4 A PANDEMIA NO TWITTER

A CPI instaurada para investigar possíveis omissões do governo federal brasileiro e o incentivo deste no uso de medicamentos sem comprovação científica de sua eficácia foi apelidada de “CPI da Covid”. De abril a outubro de 2021, foram pautados o atraso proposital e indícios de corrupção na compra de vacinas pelo Ministério da Saúde; a ausência de suprimentos e de monitoramento de oxigênio em Manaus; as adulterações de prontuários de pacientes e de experimento em tratamentos contra a Covid em pacientes internados na Prevent Senior; a propagação de *fake news* sobre o tratamento da Covid-19 no *Twitter* (SENADO FEDERAL, 2021).

Segundo o relatório final da CPI, há um núcleo que produz e dissemina fake News entre influenciadores sociais (que expõem suas opiniões e procuram monetizar com elas), veículos de mídia organizados (possuem formatos idênticos a programas de telejornais, porém divulgando informações imprecisas) e perfis sem identificação (anônimos).

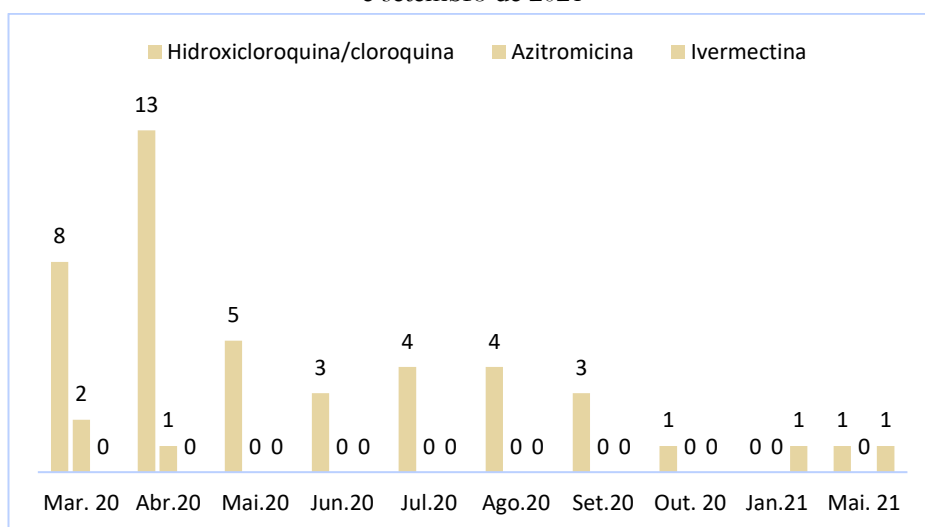
Insta ressaltar que, assim como o próprio Presidente da República, os pronunciamentos desses parlamentares não se limitam à expressão de suas opiniões pessoais. Sendo pessoas públicas, suas falas exercem enorme influência sobre a população brasileira. Em função do cargo que ocupam, suas falas se revestem da presunção de autoridade. Além disso, por serem da base de apoio político da atual

administração, suas falas reproduzem e reforçam a orientação programática estabelecida pelo próprio Presidente da República em seu governo. (SENADO FEDERAL, 2021, p. 670)

Analizamos o perfil da conta @jairbolsonaro (perfil pessoal do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro), no *Twitter*, entre 26 de fevereiro de 2020 – mês do primeiro caso confirmado do novo coronavírus no Brasil – a 07 setembro de 2021, data em que se comemora a independência do país. A fim de confirmar ou refutar se a conta pessoal do Presidente incentivou ou não o uso de substâncias não reconhecidas como eficazes pelos cientistas e pela Organização das Nações Unidas (ONU) na prevenção e no tratamento da doença, investigamos quantas vezes os termos do “chamado kit-covid” apareceram na conta do presidente.

Uma busca avançada, na plataforma do *Twitter*, com a fórmula “(ivermectina OR kit-covid OR hidroxicloroquina OR cloroquina OR azitromicina) (from:jairbolsonaro)” da conta pessoal @jairbolsonaro nos trouxe os resultados representados no gráfico 1.

Gráfico 1 - Quantidade de vezes que o “kit-covid” foi citado entre fevereiro de 2020 e setembro de 2021



Fonte: elaboração própria, com base nas postagens da conta @jairbolsonaro.

Os termos “hidroxicloroquina” e “cloroquina” (juntados aqui por se tratar da mesma substância química), entre março e junho de 2020, apareceram 29 vezes, quase um mês de postagem se tivesse uma ao dia. O termo “kit-covid” não foi encontrado na conta pessoal do Presidente. De modo geral, as postagens defendiam e/ou incentivavam o uso dessas substâncias como

remédio para o tratamento da Covid-19, tendo, inclusive, zerado o imposto de importação da cloroquina e da azitromicina, para uso em pacientes em estado crítico nos hospitais.

No dia 26 de março de 2020, ele postou no Twitter que o G-20 estava animado com os resultados positivos dos medicamentos Reuquinol e da Hidroxicloroquina no combate à Covid-19 e que este último teve sua licença autorizado para uso no Hospital Albert Einstein (São Paulo) (@JAIRBOLSONARO, 2020). No dia seguinte, o Presidente publicou que possuía “informações precisas que a Cloroquina tem sido usada pelo Brasil com uma grande taxa de sucesso” e que “o remédio existe, apenas se aguardam as formalidades para o seu uso legal” (@JAIRBOLSONARO, 2020), fato que nunca ocorreu.

No mesmo mês, março de 2020, a conta do Presidente Bolsonaro postou um vídeo da rede Record de televisão, emissora simpaticista do governo, em que um médico afirmava que a combinação de Azitromicina e cloroquina teria dado bons resultados como tratamento. Também publicou a ampliação da produção de cloroquina pelas Forças Armadas e a solicitação, ao primeiro-ministro da Índia, de mais insumos para a produção da substância (@JAIRBOLSONARO, 2020).

Figura 1 - Postagem do Presidente da República no *Twitter*



Fonte: (@JAIRBOLSONARO, 2020).

Observa-se claramente o incentivo do uso da substância e o reconhecimento de que não havia comprovação da eficácia científica pelos pares, mas, mesmo assim, reclamou de uma emissora de TV se posicionar contrária ao uso da Hidroxicloroquina.

Em setembro de 2020, o Presidente Bolsonaro postou um vídeo de um diretor do Hospital do Amor de Barretos, em que ele iniciou o vídeo confessando não ser médico, mas filho de médico. Também diz que, quem tomou a cloroquina, segundo resultados clínicos, teria se sentido melhor 24 horas após ter ingerido a substância. Assim, recomendava seu uso do primeiro ao quarto dia da doença (@JAIRBOLSONARO, 2020). O vídeo em questão teve seu *link removido* da plataforma do YouTube por violar as diretrizes de conduta.

No ano seguinte, 2021, em janeiro, o Presidente afirmou que a Ivermectina, remédio para o combate de piolhos, sarnas etc., seria o responsável pela baixa mortalidade em países do continente africano integrantes da Organização Mundial da Saúde (OMS). A OMS, por sua vez, atribuiu os resultados positivos ao distanciamento físico e social, somado às experiências com vivências de epidemias locais (ESTADO DE MINAS, 2021).

Muitas de suas falas e atitudes foram longe das postagens, tais como, a não utilização da máscara em público, a subestimação da importância que deveria ser dada ao vírus, a postura debochada acerca da eficácia da vacina como sendo um experimento etc. (QUEIROZ, 2022). Mesmo que várias dessas falas tenham ocorrido por meio de outros canais de informação, tiveram um grande alcance no *Twitter*, chegando aos *Trending Topics*¹⁸² (TWITTER, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa amostra das postagens do Presidente da República, na plataforma do *Twitter*, é pequena diante das suas inúmeras falas sobre a pandemia, mas representam a influência que o representante máximo do Poder Executivo do país pode ter a favor de remédios sem eficácia comprovada levando-se em conta a complexidade e a gravidade de um cenário pandêmico, elas não devem ser analisadas fora de seu contexto, pois foram veiculadas por outros canais de comunicação aqui não estudados.

Realçamos a importância de se pensar nas mídias sociais como canais oficiais do governo, mesmo que em contas pessoais, pois o Presidente se pronuncia como autoridade pública. Se as referidas postagens são documentos

¹⁸² Espécie de ranking dos assuntos mais comentados por meio de uma indexação com uma *hashtag*.

(informações registradas em meio digital) e são documentos de arquivo (que comprovam atividades do governo), por que ainda não são custodiadas como tal no Brasil?

Nos Estados Unidos, o *National Archives and Records Administration* (NARA) recolhe e custodia as contas oficiais do *Twitter* da Casa Branca e pessoal do Presidente ao término de seu mandato, do vice-presidente, da primeira-dama, dos secretários de Estado, do vice-presidente de Comunicação, entre diversas pessoas que exerceram cargos importantes e influentes. Porém, com a conta do ex-presidente Donald Trump não obtiveram o mesmo sucesso, uma vez que ela foi banida pela empresa.

A Lei dos Arquivos brasileira preconiza o dever do Poder Público de gerir e proteger os documentos no apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como prova e informação. A ausência de medidas eficazes para a custódia das postagens do Presidente da República nas mídias sociais vai de encontro à sua concepção como documentos públicos e acaba por inviabilizar o acesso a elas como prova de ações no presente e seus testemunhos no futuro.

Como cada tempo tem as suas técnicas e tecnologias, as mídias sociais atuais são efêmeras e carregam muitos desafios que demandam estudos aprofundados que discutam, como garantir a cadeia de custódia dentro de uma plataforma que não é do governo; como garantir que tudo o que fora postado na pandemia pelo Presidente não se perca em um banimento da conta pela plataforma, fazendo assim com que informações importantes para a memória e a História do país não sejam mais acessadas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, F. Mandetta defende isolamento e pede união após Bolsonaro distorcer OMS. 2020. **Uol (notícias)**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/31/mandetta-defende-isolamento-e-pede-uniao-apos-bolsonaro-distorcer-oms.htm>. Acesso em: 27 maio 2022.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. [S. l.]: Arquivo Nacional, 2005(Publicações Técnicas).

BELLOTTTO, H. L. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014(Coleção Arquivo).

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 8.159. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 29 set. 2021.

BRIET, S. **O que é a documentação?** Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

BUCKLAND, M. K. What is a "document"? *Journal of the American Society of Information Science*, [S. l.], v. 48, n. 9, p. 804–809, 1997.

CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS. **Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-Arq**. [S. l.]: CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos, 2015.

DURANTI, L. The concept of the electronic record. In: MACNEIL, L. D. T. M. E. H. *et al.* **Preservation of the Integrity of Electronic Records**. [S. l.]: Springer Netherlands, 2002.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Revista Estudos Históricos*, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 49–64, 1994.

ESTADO DE MINAS. **Checamos**: Ivermectina não está ligada aos números da COVID-19 na África - Nacional - Estado de Minas. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/01/15/interna_nacional,1229520/checemos-ivermectina-nao-esta-ligada-aos-numeros-da-covid-19-na-africa.shtml. Acesso em: 8 set. 2021.

GAVA, T. B. S.; FLORES, D. O papel do Archivemática no RDC-Arq e possíveis cenários de uso. *Ágora em nuvens*, [S. l.], v. 31, n. 63, p. 21, 2021.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus. 2020. **gov.br**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus>. Acesso em: 18 ago. 2021.

ISTOÉ DINHEIRO. **Teich diz que saiu por divergência sobre cloroquina e falta de autonomia**. 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/teich-diz-que-saiu-por-divergencia-sobre-cloroquina-e-falta-de-autonomia-1/>. Acesso em: 27 maio 2022.

@JAIRBOLSONARO. **Twitter**. 2020. Disponível em: https://twitter.com/jairbolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor. Acesso em: 8 set. 2021.

JENKINSON, H. **A Manual of Archive Administration including the problems of war archives and archive making**. Londres: University of London, 1922. Disponível em: <https://ia802700.us.archive.org/5/items/manualofarchivea00jenkuoft/manua-lofarchivea00jenkuoft.pdf>.

JUCÁ, B. Pazuello inclui Bolsonaro em decisão de se omitir na crise do oxigênio em Manaus. 2021. **El País Brasil**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-20/pazuello-inclui-bolsonaro-em-decisao-de-se-omitir-na-crise-do-oxigenio-em-manaus.html>. Acesso em: 27 maio 2022.

OTLET, P. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática**. Brasília: Brique de Lemos, 2018.

SENADO FEDERAL. **Relatório final da CPI da Pandemia**. Relatório da CPI da Pandemia. Brasília: Senado Federal, 2021.

TWITTER. **twitter.com**. 2022. Disponível em: <https://twitter.com/home>. Acesso em: 2 maio 2022.

BASE DE DADOS EM ARQUIVÍSTICA: PRESERVANDO A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA

Katia Isabelli Melo (Universidade de Brasília),
Suzann Crystyny Souza (Universidade de Brasília)

1 INTRODUÇÃO

Considerando que a arquivística brasileira recebeu influência teórica de diversos países, sobretudo da França, Holanda, Estados Unidos e Canadá, as obras clássicas debatidas nos cursos de formação em Arquivologia traduzem o pensamento das correntes francesas, holandesas, espanholas e mesmo australianas. Da linha norte-americana decorrem o conceito de *records management* e as publicações de teóricos, incluindo Theodore R. Schellenberg, com obras traduzidas para o português a partir de 1959. Posteriormente, em 1970, a Profa. Nilza Teixeira Soares, arquivista da Câmara dos Deputados, traduz a obra *Modern Archives: Principles and Techniques*, que se tornaria, à época, uma referência na bibliografia especializada em arquivística e se mantém até os dias de hoje. Mais recentemente, pesquisadores brasileiros vêm impulsionando o índice quantitativo da produção científica por meio de artigos científicos, publicações seriadas, livros e capítulos de livros sem que esse conhecimento esteja consolidado em uma ferramenta específica.

Entretanto, observa-se uma investigação, em 1982, intitulada A literatura periódica brasileira de arquivos, de Ana Lúcia Silva Medeiros e Maria

Luiza Andrade Queiroz, que prioriza os periódicos brasileiros constituindo, portanto, um dos primeiros estudos sobre o tema. O resumo da apresentação integra a programação da quinta edição do Congresso Brasileiro de Arquivologia, reproduzido a seguir.

A produção bibliográfica nacional na área de Arquivo ainda é pequena, levando-se em conta que um número expressivo de obras e artigos editados no Brasil são traduções, que refletem uma experiência própria de seus países de origem. Embora valiosa, essa literatura responde apenas parcialmente às expectativas do profissional de arquivo. Principalmente, se levarmos em conta o crescente interesse pela Arquivologia, detectado através da criação dos cursos superiores na área, da regulamentação profissional e do esforço de modernização das técnicas de organização de Arquivos Públicos e Privados brasileiros. Esse trabalho visa o levantamento e a análise dos periódicos brasileiros de Arquivo, considerando a periodicidade, o órgão publicador, a divulgação, o conteúdo e o público a que se destina. Espera com isso fornecer subsídios para a identificação das qualidades e lacunas da produção arquivística de nosso país. (MEDEIROS; QUEIROZ, 1982)

Posteriormente, registram-se outros estudos acerca do conhecimento arquivístico produzido no Brasil nas obras de JARDIM (1998), ARAÚJO; VAZ (2012) e CABRAL; SANTOS (2018), somente para mencionar algumas reflexões. Observa-se que uma parcela das análises bibliométricas pautam-se em determinado periódico científico, conforme assinalado por MAIA; FERREIRA; BARRANCOS (2018) ou a um espaço temporal compreendendo o panorama internacional, no registro de TARRÉ ALONSO; MENA MUGICA (2016), e a realidade brasileira apresentada por BARROS; SANTOS JUNIOR (2016). Fato é que a produção científica brasileira em arquivística, nos formatos impresso e digital, revelava-se dispersa considerando a prática em publicar artigos nos diversos periódicos de Biblioteconomia e Ciência da Informação em virtude do índice reduzido de periódicos específicos em arquivística que se mantêm continuados.

A construção de uma ferramenta que consolide a produção científica e técnica em arquivística, prioritariamente de pesquisadores brasileiros, teve início em 2019, com o primeiro projeto de iniciação científica para a elaboração da Base de Dados em Arquivística (BDA), vinculado à Universidade de Brasília (UnB), sendo registrada no endereço <http://arquivistica.fci.unb.br>. A concepção da BDA baseou-se na proposta do *Centro de Información Documental de Archivos (CIDA)*, subordinado ao *Ministerio de Cultura y Deporte* da Espanha,

cuja missão é reunir, difundir e disponibilizar a literatura arquivística espanhola e ibero-americana nos formatos impresso e digital. Em sua configuração, a BDA adotou como modelo a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) na identificação dos metadados e definição daqueles que atenderiam, dada às especificidades de construção da BDA, composta por três categorias distintas, Periódicos, Eventos científicos e Monografias, que contempla basicamente os livros e capítulos de livros. Para a concepção da estrutura da base de dados, a BDA adota a plataforma Tainacan, desenvolvida por docentes da Universidade Federal de Goiás e Universidade de Brasília.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada na pesquisa é de caráter exploratório com busca nas fontes bibliográficas, sobretudo nos anais das edições dos eventos científicos e nos catálogos *on-line* das bibliotecas universitárias. Na construção da BDA adotou-se a pesquisa bibliográfica a fim de atender as fontes bibliográficas em arquivística, incluindo os dados essenciais da referência bibliográfica sendo autor, título da publicação, indicação do periódico, editora, local, ano de publicação, número de páginas. A mesma metodologia foi aplicada para a identificação dos elementos da produção científica resultante dos eventos científicos e monografias. Buscou-se referendar os textos que contemplassem determinados descritores do universo a ser pesquisado, tais como arquivos, arquivística, arquivologia, arquivista, acervo arquivístico, memória, gestão de documentos, e outros da terminologia da área.

A pesquisa foi complementada com uma revisão de literatura que abordou a concepção de base de dados, incluindo linguagens adotadas e ferramentas propostas. Complementarmente foram realizados cursos de capacitação com membros da equipe de execução.

Analisando do ponto de vista do usuário, priorizou-se na BDA o cadastramento de textos disponíveis para download, ainda que a Base registre artigos e demais publicações que constem somente os elementos descritivos básicos identificados na etapa da pesquisa como título, autoria, ano de produção. Paralelamente ao registro dos metadados, realizou-se um estudo acerca do uso das licenças *Creative Commons*, que permitem o livre acesso e compartilhamento de conhecimento na Web, inclusive para as publicações disponibilizadas no formato digital, PDF, e-pub e outros.

Na composição da equipe priorizou-se a participação dos discentes dos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia, da Universidade de Brasília, de duas maneiras, ou seja, de forma voluntária e de forma remunerada,

com recursos advindos das edições do Projeto de Iniciação Científica (ProIC) e de Projetos de Extensão. O desenvolvimento do Projeto deu-se totalmente *on-line* em função do isolamento social provocado pela pandemia mundial de COVID-19. Iniciada em março de 2019, a pesquisa revela-se como de ação contínua a fim de manter o registro atualizado das investigações publicadas nos variados formatos.

3 CONHECENDO O UNIVERSO A SER PESQUISADO

Acerca do arquivista, nos apropriamos do conceito proposto por Souza que insere um olhar na relação com os usuários e a proximidade com as práticas relacionadas com a pluralidade de formas de produção da informação e, conseqüentemente, seus suportes.

O arquivista é um profissional que experimentou alterações de suas atribuições ao longo do tempo. Sua identificação associa-se ao profissional com formação formal em Arquivologia, dotado de conhecimentos para planejar, gerenciar e disponibilizar os documentos e as informações arquivísticas. Além disso, exerce uma função social que se inicia desde o momento da produção documental e se estende a todos os usuários. Conseqüentemente, seu espaço de trabalho está garantido em toda e qualquer instituição que produza, armazene e disponibilize informação, independente do suporte. (SOUZA, 2011, p. 51)

Contribuindo com esse entendimento, segundo Millar (2017), o arquivista deve, portanto, continuar forjando vínculos com as novas tecnologias, abrir espaço para pesquisas inovadoras, sobre gerenciamento de dados digitais, por exemplo, e para isso é necessário nos inserirmos em lugares que não considerávamos parte de nosso mundo há uma década. Envolver-se com o público de forma ativa também é imperativo, especialmente aquele fora de grupos habituais, que não necessariamente entendem o esforço necessário para disponibilizar e preservar a evidência documental. Os arquivistas precisam estreitar relações com sistemas, arquivos e pessoas para criar abordagens e cuidados para que os registros permaneçam utilizáveis agora e flexíveis no futuro, o que se busca com a BDA.

O estabelecimento de um espaço para concentrar a produção científica em arquivística é referendado por Cabral e Santos que ressaltam a “inexistência de um centro nacional de referência arquivística que promova, entre outras ações, o controle da bibliografia atinente à arquivologia no país” (2018, p. 3). Contudo, esse universo era desconhecido pela equipe e revelou-se mais extenso à medida em que as publicações foram mapeadas.

A partir do final dos anos 1990, a produção científica em arquivística inicia um maior desenvolvimento, ainda que revele um quantitativo ínfimo de revistas científicas específicas. O crescimento vertiginoso é sentido, principalmente, na última década com a ampliação das discussões epistemológicas, arcabouço teórico e prática com publicação em periódicos da área de ciência da informação, história, tecnologia da informação e, ainda, biblioteconomia.

Dessa forma, considerou-se como objetivo principal do projeto de pesquisa mapear a produção científica em arquivística no Brasil considerando, especificamente, os periódicos - revistas científicas, boletins e demais publicações técnicas que apresentem periodicidade - , os anais dos eventos científicos e as monografias numa base de dados, contribuindo para a preservação da memória científica da área e tornando as informações transparentes e de livre acesso dos discentes, docentes, pesquisadores e público em geral.

Constata-se o ineditismo da proposta ao construir uma base de dados que contemple a produção científica em arquivística priorizando a língua portuguesa produzida, maiormente, por pesquisadores brasileiros. Complementarmente, a ferramenta constitui-se como um repositório digital de preservação do patrimônio técnico científico publicado na forma impressa e digital. Dada à sua singularidade, o infoproduto BDA integra o Grupo de Pesquisa “Estudos Prospectivos: formação e atuação profissional do arquivista”, certificado pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

4 MAPEAMENTO DAS FONTES E ANÁLISES PRELIMINARES: PRIMEIROS RESULTADOS

Conforme mencionado anteriormente, o conhecimento científico e técnico em arquivística apresentava-se na forma impressa, no formato de livros e periódicos. Com o surgimento dos ebooks e revistas eletrônicas, a literatura arquivística revela um crescimento significativo ao adotar os novos formatos, o que impacta na produção da literatura brasileira que se mostra ascendente a partir dos anos 2000. As revistas eletrônicas nacionais da área mais expressivas estão vinculadas às instituições arquivísticas governamentais, Arquivo Nacional e arquivos estaduais. As associações profissionais também contribuem com uma parcela significativa onde a Revista Arquivo & Administração, disponibilizada em PDF, registra estudos de 1972 a 2014. A pesquisa de Melo et alii (2022) aborda o enfoque político e a produção técnica e científica das associações ratificando que, como principais órgãos produtores,

as associações profissionais contribuem significativamente com o incremento da produção científica da área.

No que se refere aos livros, constata-se um estudo realizado por Costa (2007), que apresenta uma análise quantitativa e qualitativa da bibliografia arquivística brasileira tendo como universo da pesquisa os livros publicados, editados e traduzidos no Brasil no período compreendido entre 1960 e 2006.

Quanto aos periódicos, destaca-se que o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) registra somente quatro revistas na lista de periódicos científicos da área sendo a Revista Acervo, Revista Ágora: Arquivologia em debate, Revista Archeion e a Revista Informação Arquivística. Entretanto, a pesquisa na categoria dos periódicos cadastrados na BDA identificamos outros seis da área arquivística distribuídos em três períodos distintos, conforme o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Periódicos da área arquivística

Periódico	Instituição/editor responsável	UF	Período
Arquivo & Administração	Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)	RJ	1972 - 2014
Revista do Arquivo	Arquivo Público do Município de Rio Claro	SP	1982-1993 2003-2004 2016
Ágora: Arquivologia em debate	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	1985-atual
Acervo	Arquivo Nacional	RJ	1986-atual
Cenário Arquivístico	Associação Brasileira de Arquivologia (Abarq)	DF	2002-2011
Arquivística.net	Julio Cesar Cardoso André Ricardo de A. Vasconcellos Luz	RJ	2004-2008
Informação Arquivística	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ)	RJ	2012-2017
Archeion	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	PB	2013-atual
Revista do Arquivo	Arquivo do Estado de São Paulo	SP	2015-atual
OFFICINA	Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo (ARQ-SP)	SP	2022-atual

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em 1972 surge, no Brasil, a primeira revista específica em arquivística, *Arquivo & Administração*, publicada pela Associação dos Arquivistas de Brasília, correspondendo ao primeiro período. O segundo período insere os periódicos produzidos nos anos 1980, *Revista do Arquivo do Município de Rio Claro*, *Revista Ágora: Arquivologia em debate* e a *Revista Acervo*. A partir dos anos 2000, seis novas revistas são publicadas sendo *Cenário Arquivístico*, *Arquivistica.net*, totalmente no formato online, *Informação Arquivística*, *Archeion*, *Revista do Arquivo*¹⁸³ do Estado de São Paulo e a *Revista OFFICINA*, lançada no dia 9 de junho de 2022, compõem o terceiro período.

Em relação às instituições e editores responsáveis pelas edições, quatro publicações vinculam-se às associações profissionais sendo AAB, Abarq, AAERJ e ARQ-SP. Três delas inserem-se como produto de instituições arquivísticas públicas, *Arquivo Nacional*, *Arquivo do Estado de São Paulo* e *Arquivo de Rio Claro*. Uma revista constitui-se produto do curso de Arquivologia da UFPB, a *Archeion*, sendo que a revista *Ágora*, inicialmente editada pela Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, posteriormente é vinculada ao Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina. A revista *Arquivistica.net* é o único periódico da área de iniciativa de dois arquivistas cujo objetivo consistiu em “criar uma revista *on-line* que pudesse receber textos de autores, principalmente emergentes do campo da Arquivologia e Ciência da Informação”, conforme registrado pelo editor Júlio Cesar Cardoso em entrevista às autoras.

No que se refere à distribuição geográfica, das dez revistas de Arquivologia, quatro são produzidas no Rio de Janeiro e três no estado de São Paulo. As demais unidades da federação são o Distrito Federal, Santa Catarina e Paraíba.

Dos periódicos registrados no Quadro 1, dois deles estão descontinuados, a revista *Arquivo & Administração*, devido à extinção da AAB e *Cenário Arquivístico*, com a desativação da Abarq. Alguns arquivos estaduais revelam iniciativa de publicação de periódicos, como a *Revista do Arquivo Público Mineiro* que data de 1896 a 2015 com vertente histórica, outros apresentam o resultado de poucas ou mesmo descontinuidade das edições. Contudo observa-se instituições que mantiveram a publicação ativa, tal como o *Arquivo do Estado de São Paulo* com a *Revista do Arquivo*, iniciada em 2015.

¹⁸³ Anteriormente, o *Arquivo do Estado de São Paulo* publicou a *Revista Histórica* (2005-2014), que antecedeu a *Revista do Arquivo* sendo estabelecido cadastros de ISBN distintos.

Na categoria dos Eventos Científicos, o maior desafio deveu-se à etapa de pesquisa para identificar os Anais impressos das primeiras edições realizadas, sobretudo do Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA). Constatou-se que uma parcela do CBA apresenta somente o programa e, em outras edições, o registro dos trabalhos apresentados reunidos em um caderno de resumos incluindo também o programa do evento. Nesses casos, a equipe recorreu à digitação das informações para o registro na BDA.

Diferindo do formato impresso, a publicação dos Anais da primeira edição do Congresso Nacional de Arquivologia deu-se no formato digital (CD-ROM). Posteriormente, as demais associações de arquivistas promotoras do CNA deram continuidade ao formato digital constituindo *e-books*.

Destacam-se outros eventos que contribuem para a ampliação e disseminação do conhecimento em arquivística sendo a Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia (ENEARQ), Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM), inclusive com algumas edições realizadas no Brasil. Como eventos regionalizados registra-se o Seminário Baiano de Arquivologia, o Encontro Catarinense de Arquivos e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Uni-Rio, por meio da Escola de Arquivologia, promove anualmente as Jornadas Arquivísticas. Inserem-se outros eventos sem periodicidade definida e aqueles que apresentam somente uma edição.

Um dos resultados obtidos refere-se à evolução da etapa de cadastramento na BDA. Do início do Projeto até maio de 2020 foram cadastradas na categoria de Periódicos, 11 coleções totalizando 196 artigos. Atualmente, a BDA registra 7.449 itens conforme discriminado na Tabela 1.

Tabela 1 - Espelho da BDA

Categoria	Coleções	Itens
Periódicos	85	3.924
Eventos Científicos	57	2.404
Monografias	1	1.121
Total	143	7.449

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Na coleção de Periódicos identificamos 85 títulos que publicaram artigos relacionados à arquivística totalizando 3.924 itens. Os Eventos científicos, que compõem uma categoria específica, somam 57 coleções com o total de 2.404 itens. A categoria de Monografias inclui os livros, capítulos de livros, cartilhas e manuais e conta com 1.121 itens cadastrados.

No que se refere à difusão e a busca de aproximação da BDA com os seus usuários, além das páginas que registram a apresentação do Projeto, a equipe, as coleções, dentre outras, criou-se um perfil na rede social Instagram, podendo ser acessado no endereço https://www.instagram.com/basededadosemarquivistica_bda, para comunicar sobre a inclusão de novas coleções, a ocorrência de problemas de acesso, parcerias realizadas e outras informações destinada aos pesquisadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas científicas e os resultados obtidos e devidamente disseminados contribuem significativamente para a geração de novos conhecimentos. Considerando que a BDA dispõe de procedimentos que permitam a recuperação dos dados registrados, espera-se que a ferramenta seja um elemento referencial, subsidiando as atividades pedagógicas e de pesquisa dos cursos de Arquivologia ministrados no Brasil e exterior, nas modalidades presencial e remota. Ademais, aplica-se às linhas de pesquisa dos cursos de pós-graduação que tenham como objeto de estudo os arquivos, o profissional arquivista, a questão da memória, da política de acesso, e a pluralidade de temáticas relacionadas à arquivística.

Ao estabelecer a BDA como instrumento inédito e original, buscou-se unificar as informações acerca da produção científica e técnica em arquivística, de autores nacionais, preenchendo uma lacuna até então existente, acerca do que foi produzido e publicizado, mas que ainda se revelava disperso. Lançada oficialmente em setembro de 2021, a BDA se consolida como uma ferramenta para atender a demanda dos pesquisadores e profissionais da área arquivística que revelam-se com maior incidência do Brasil, seguido dos Estados Unidos e Portugal.

O conteúdo dos dados referenciados da BDA em suas categorias, Periódicos, Monografias e Eventos científicos, possibilitará maior visibilidade dos trabalhos de pesquisa realizados pelos profissionais da Arquivologia subsidiando análises qualitativas e quantitativas sobre a produção científica em âmbito nacional. Os estudos permitirão mensurar a evolução e as temáticas recorrentes das pesquisas desenvolvidas ao longo dos anos bem como a análise daquelas mais frequentes, as lacunas por ventura existentes, o que pode ser pesquisado, as possibilidades de estudos prospectivos e as novas tendências investigativas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto de Ávila.; VAZ, Glaucia Aparecida. Mapeamento da pesquisa em Arquivologia no Brasil a partir do estudo de periódicos científicos.

In: **ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA**. Gramado, v. 3, 2012.

BARROS, Diogo Júnior Silva; SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes dos. Comunicação científica na Arquivologia: análise da produtividade e temáticas abordadas nos periódicos da área (2007-2015). **RACIn**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 115-135, jul./dez. 2016.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro; SANTOS, Suzanne Mendonça dos. O saber-fazer arquivístico nas páginas da revista Arquivo & Administração. In: **ENCONTRO INTERNACIONAL E ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: HISTÓRIAS E PARCERIAS**, 18., Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos [...]**, 2018. 11 p. Disponível em <https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529753786_ARQUIVO_CABRAL&SANTOS-Saber-fazerarquivisticoemA&AINANPUH.pdf> Acesso em: 20 abr. 2022.

COSTA, Alexandre de Souza. A bibliografia arquivística no Brasil: análise quantitativa e qualitativa. **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.8-26, jan./jun.2007.

COSTA, Alexandre de Souza. Produção de conhecimento em arquivologia ou em ciência da informação? Uma análise a partir dos livros em arquivologia originados de teses e dissertações em ciência da informação no Brasil. **Revista EDICIC**, v.1, n.4, p.175-187, out./dez. 2011.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, Brasília., v. 27, n. 3, 1998.

MAIA, Manuela Eugênio; FERREIRA, Danilo de Sousa; BARRANCOS, Jacqueline Echeverría. Revista Analisando em Ciência da Informação: análise bibliométrica da produção científica em Arquivologia. In: **CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA**, 8., 2018, João Pessoa. **Anais eletrônicos [...]** Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 729-744, out. 2018.

MEDEIROS, Ana Lúcia Silva; QUEIROZ, Maria Luiza Andrade. A literatura periódica brasileira de arquivos. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA**, V., 1982, Rio de Janeiro. **Programa Oficial: Resumo dos trabalhos**. São Paulo: CENADEM, 1982. p. 129

MELO, Katia Isabelli. Base de Dados em Arquivística: a produção científica brasileira. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS**. 2020, São Paulo (SP). **Anais eletrônicos [...]** São Paulo, Eventus, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/292347-base-de-dados-em-arquivistica--a-producao-cientifica-brasileira/>> Acesso em: 8 abr. 2022.

MELO, Katia Isabelli; CARDOSO, Aline Cruz. Arquivista como protagonista nos eventos científicos: uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil. **Páginas a&b**, Lisboa, S.3, 4, p. 58-76. 2018. Disponível em:

< <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/4774> > Acesso em: 9 abr. 2022.

MELO, Katia Isabelli; CARVALHO, Gabrielly; MOREIRA, Israel Luiz; SOUZA, Suzann. Associações profissionais de arquivistas no Brasil: enfoque político e produção técnica e científica. In: **CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA**, IX, 2022, Florianópolis (SC).

MILLAR, Laura. On the crest of a wave: transforming the archival future. **Archives and Manuscripts: The Journal of the Australian Society of Archivists**, Crows Nest, v. 45, n. 2, p. 59-76. 2017. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/01576895.2017.1328696> >. Acesso em: 2 jun. 2022.

PUPIM, Eliana Kátia; MADIO, Telma C. de Carvalho. Periódico Arquivo & Administração: reflexões a partir de uma análise métrica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., Florianópolis. **Anais...**, 2013.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado do trabalho**. Starprint. Brasília, 2011.

TARRÉ ALONSO, Beatriz; MENA MUGICA, Mayra M. Análisis epistemológico en revistas del campo de la Archivística: Archivaria, Archival Science, Tábula, The American Archivist, Archives and Records, y Acervo durante el período 2009-2014. **Bibliotecas Anales de Investigación**. v. 12, n. 1, p. 3-9, ene-jun 2016.

WEBSITE DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS PERMANENTES: ANÁLISE DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO NA PLATAFORMA ATOM DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Wellington da Silva Gomes (Universidade Federal da Paraíba),
Marynice de Medeiros Matos Autran (Universidade Federal
da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de se comunicar e de repassar informações para gerações futuras acontece desde os primórdios da vida humana. Para isso, usava-se não só a narrativa mítica; mas diversos arquétipos: desenhos, imagens, símbolos, no intuito de perpetuar culturas, religiões e políticas.

Há uma variedade de conceito sobre informação, podendo se caracterizar por conhecimento, dado estruturado, uma notícia, um fato, um fenômeno, etc., demonstrando as condições de seu caráter pluralista. Conforme Le Coadic (2006), a informação, seja ela escrita ou oral, é caracterizada como mercadoria nos tempos atuais, vende-se cada vez mais, portanto, é inegável que ao se industrializar, também se informatiza.

Com o progresso tecnológico veio à tona as chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que trouxeram inúmeros benefícios à sociedade, por meio do *hardware* e do *software*.

Nas décadas de 1980/90, com a *Internet*, a comunicação entre pessoas pelo computador popular dava seus primeiros passos. Em consequência disso,

a *Web* facultou aos usuários a troca de mensagens em tempo real, diminuindo a noção de tempo-espaço por um fator elementar – a interação.

Essa interatividade, hodiernamente, é possibilitada por intermédio dos mais diversos aplicativos. Porém, nem todos os *sites* expõem seus conteúdos de forma intuitiva, sem o seguimento dos princípios da Arquitetura da Informação (AI).

Este trabalho se dedicou a perscrutar a página eletrônica do *Access to Memory* (AtoM) da Universidade de Brasília (UnB), *software* livre que serve de repositório digital para acervos permanentes, com intuito de difundir informações de acordo com os preceitos arquivístico em forma de *Website*.

Assim, nosso objetivo centrou-se na análise dos princípios da AI: sistemas de organização, de navegação, de rotulação/rotulagem e de Busca/Buscadores, apresentados no *Website* do *AtoM* da UnB.

2 METODOLOGIA

O estudo exploratório, normalmente, é objetivo de exame de um tema ou problema de pesquisa pouco investigado. Dentro da área arquivística, vemos a necessidade de um campo maior a ser apurado quando adentrado à AI. Dessa forma, e por ter uma natureza de análise em *Websites*, a AI serviu de âncora para dirimir nossas indagações acerca de como a plataforma de difusão arquivística *AtoM* se comporta na exposição de suas informações.

Tendo objetivo descritivo, examinou os sistemas da AI, dialogando com os seus conceitos e as suas características, a fim de compreender como estão organizadas as informações dispostas em cada página e rótulo na plataforma *AtoM* da UnB. Corrobora GIL (1999), a pesquisa descritiva se firma em minuciar situações, acontecimentos e feitos, retratando como se dá a manifestação dos fenômenos.

Inserido numa abordagem qualitativa, não fez menção a aportes numéricos para qualificar os dados da pesquisa; mas sim por pormenorizar a análise das disposições das informações nas interfaces do *AtoM* avaliado à luz da AI.

Assim, utilizamos do recurso “*prints* de telas” para expor a presença ou a ausência dos sistemas da AI em cada página e *hyperlinks* do *AtoM* da UnB. Marcações em vermelho foram os indicadores que realçaram a existência dos seus sistemas.

3 ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO

A expressão “Arquitetura da Informação” foi disseminada pelo arquiteto Richard Saul Wurman, em 1976, a concebendo como ciência e arte

no tratamento da informação. Wurman (1997), a definiu como uma área voltada à organização de espaços, com a mesma concepção da Arquitetura tradicional. Para ele, o arquiteto da informação deveria ser capaz de organizar dados e de criar estruturas de informação, em que fosse possível encontrar caminhos para o conhecimento, ou seja, entender por onde se navega.

Para Robredo (2008), o sucesso de Wurman baseia-se no entendimento de que este profissional educa as pessoas à compreensão de um universo diferente do usual, por meio da navegabilidade, em que as informações sejam explicativas e indutivas.

Ao considerar a AI como disciplina, podemos ver sua importância na *Web*, visando auxiliar os usuários em suas necessidades informacionais; prática atribuída à *Internet*, especialmente, pela interface de *Websites*.

O trabalho de Rosenfeld, Morville e Arango (2015) é caracterizado como marca à área ao estabelecer seus princípios fundamentais. Para os autores, esse conceito se projeta e se estrutura em um ambiente informacional virtual; dá forma a um produto de acordo com os tipos de sistemas, além de categorizar a informação para que se tenha usabilidade e acessibilidade. A composição de *Websites* com o uso dos elementos da AI possibilita a organização, a disposição, a recuperação e a disseminação da informação de modo mais efetivo, considerando-se as necessidades específicas dos usuários (FERREIRA; VECHIATO; VIDOTTI, 2008).

Desse modo, podemos identificar que a dinâmica da *Internet* é essencialmente estudada para melhor gerenciar a demanda advinda de quem a usa. Rosenfeld, Morville e Arango (2015) ramificam suas ideias em quatro níveis de sistemas em sua teoria: sistemas de organização, de navegação, de rotulação e de busca. Assim,

Em síntese, o sistema de organização se enquadra no agrupamento do conteúdo geral da informação; o de navegação na possibilidade de mover-se pelo espaço de informação; o de rotulação na forma de representação desse conteúdo, por meio de textos ou de símbolos; e o de busca, se refere às perguntas dos usuários e as respostas a obter (recuperação da informação) (ROSENFELD; MORVILLE e ARANGO, 2015).

Krug (2008) afirma que o usuário não está disposto a perder tempo nem pensar demasiadamente quando busca informação. Seu interesse se encontra em navegar em um espaço que apresente uma arquitetura amigável, com informações claras e um visual agradável, por isso, reputamos a importância de compreender a importância desses componentes a um *Website*.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

AtoM é um *software* livre de descrição arquivística baseado nos padrões do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), servindo como repositório digital. A tradução do seu nome significa “Acesso à Memória”, em inglês, “*Acess to Memory*”. Possui objetivo de promover a difusão de documentos, fornecendo elementos de descrição em vários níveis (fundo, seção, série...), os quais permitem aos usuários conhecer as diversas modalidades de acesso a acervos.

Também conhecido na literatura como “ICA-*AtoM*”, em virtude de ter sido desenvolvido pelo *International Council of Archives* (ICA), tem como princípio fundamental fornecer um sistema gratuito de código aberto, em que é permitido a descrição dos arquivos em conformidade com as normas dispostas pelo CIA, ou seja, as diretrizes descrição documental, por exemplo, a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

Muitas vezes, as instituições que possuem repositórios não manifestam preocupação com a sua usabilidade. Dentre os problemas encontrados, temos a falta de organização e de disposição textual nos seus *links*, tons de cores que dificultam a visão das informações, entre outros. É nesse sentido que postamos os sistemas da AI, cuja finalidade é a de tornar os espaços virtuais mais acessíveis, interativos e organizados.

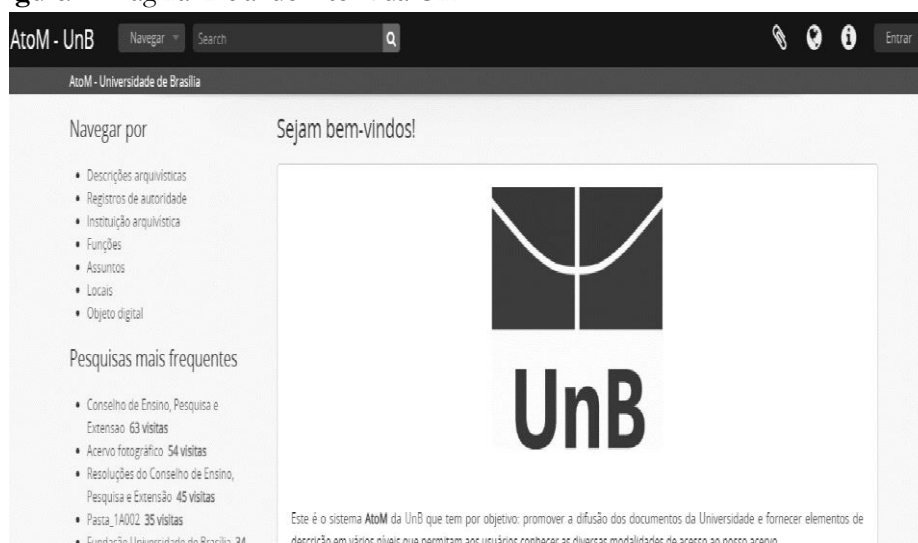
Rosenfeld, Morville e Arango (2015) referem que as proposições do **sistema de organização** precisam seguir uma política concreta, gerando a compreensão do usuário, no intuito de reduzir ao máximo o risco de ambiguidade no conteúdo dos *Websites*. Essa aceção precisa ser bem avaliada, uma vez que servirá de alicerce para todos os outros sistemas.

O sistema de organização da página do *AtoM* da UnB segue um modelo *default*, mantendo o *layout* padrão. A estrutura se apresenta em colunas, com *links* à esquerda (“Navegar por” e “Perguntas mais frequentes”). Cada *link* da seção “Navegar por” possui sua peculiaridade. No primeiro, “Descrições arquivísticas”, são pormenorizados os acervos da instituição: acervo fotográfico da Fundação da Universidade de Brasília, entre outros documentos. O segundo, “Registro de autoridade”, expõe a identificação de pessoas, individuais ou coletivas. O terceiro, “Instituição arquivística”, exibe a descrição de acordo com a NOBRADE. No quarto, “Funções”, mostra as atividades da instituição, tais como: assistência estudantil, cursos, estágio.

Na quinta subseção, “Assunto”, encontram-se todos os termos já indexados para a recuperação da informação, isto é, informações das atividades realizadas pela universidade; congressos, eventos, vestibulares. No sexto,

“Locais”, é o lugar reservado para os espaços físicos dentro da universidade: alojamentos, ambulatórios, reitorias; alguns são ilustrados com fotografias, ou outros tipos documentos que melhor os descrevam. Por último, o “Objetivo geral” – fotografias das atividades desempenhadas pela/na universidade. O espaço no canto superior esquerdo “Navegar”, trata das informações já descritas. A seção “Perguntas mais frequentes” se configura pelos assuntos e pelos documentos mais acessados (figura 1).

Figura 1 - Página inicial do AtoM da UnB



Fonte: *AtoM* UnB, 2022a.

No centro da figura 1, abaixo da logomarca, estão elencadas as informações que descrevem o *AtoM* na UnB: seu conceito e finalidade. Na parte superior esquerda, em tarja preta, a barra de “*Search*” (pesquisar), que dispõe de um campo para busca; e no canto superior direito, espaço para *login* (entrar), é onde se pode criar uma conta, caso haja interesse por uma busca mais avançada. Assim, constitui-se como uma página dentro dos preceitos que recomenda a AI.

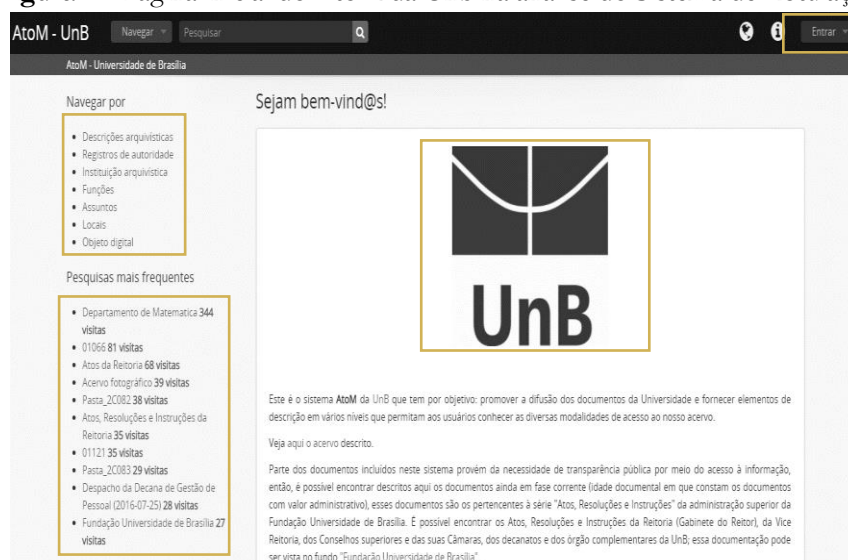
O **sistema rotulação** é caracterizado sob prisma da representação da informação. Apresenta-se em forma de textos, imagens, ícones etc., podendo ser expresso por categorias como: *hyperlinks* (uma hiperligação que remete a outro conteúdo); etiquetas (descrevem o conteúdo que lhes seguem, assim como títulos); opções de sistemas de navegação (etiquetas que representam as opções em sistemas de navegação e termos de indexação (palavras-chave, *tags* e títulos de assuntos que representam conteúdo para pesquisar ou navegar) (ROSENFELD; MORVILLE; ARANGO, 2015, tradução nossa).

Neste caso, a UnB segue esse princípio. Em sua maioria, a disposição de conteúdo é textual, mas podemos identificar, por exemplo, a logomarca da Universidade no centro da figura 2 (como imagem); e no canto superior esquerdo dois ícones.

No que tange aos ícones, no primeiro, o usuário tem a opção de escolha do idioma da página: inglês, português e português do Brasil (ícone do globo mundial); no segundo, exibido pela letra “i”, trata do sistema de ligações rápidas, tendo a opção de “Início” (voltar à página inicial); “Ajuda” (reportando à página oficial do *AtoM* na seção de “Documentação”); e “Sobre”, cuja incumbência é exibir o objetivo do *AtoM* – disponibilizar informações.

A maior parte dos *links* na rotulação são textuais. Do ponto de vista estrutural e organizacional, a rotulagem contribui para uma efetiva navegação.

Figura 2 - Página inicial do AtoM da Unb na análise do Sistema de Rotulação

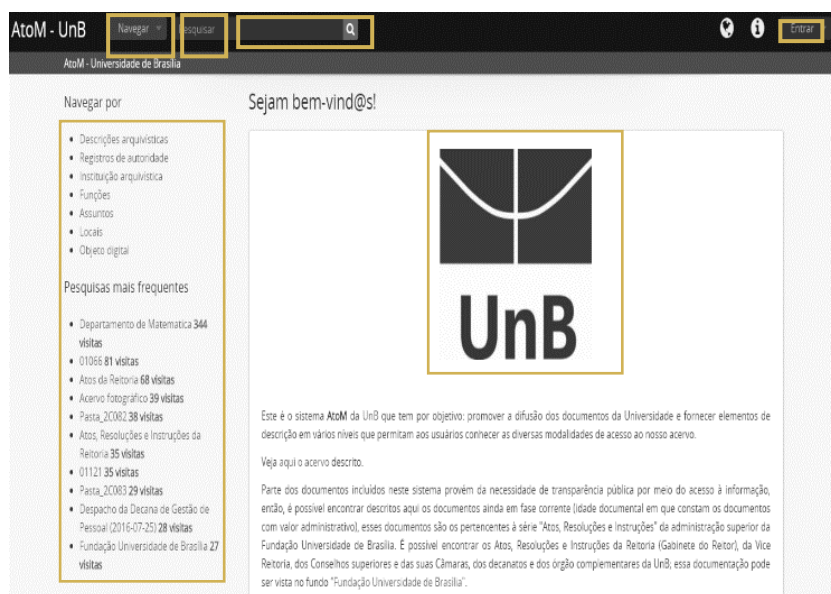


Fonte: AtoM UnB, 2022b.

O **sistema de navegação** faz-se necessário, visto que fornece flexibilidade na interação por um *Website*. Nesse sistema existem alguns elementos fundamentais de navegação: a global, a local e a contextual, visando auxiliar os usuários para onde podem ir (ROSENFELD; MORVILLE; ARANGO, 2015, tradução nossa).

A **navegação global** precisa estar presente em cada página do *site*, com algumas características: barra de navegação, *links*, logotipo, tendo a finalidade de mostrar uma perspectiva geral (figura 3).

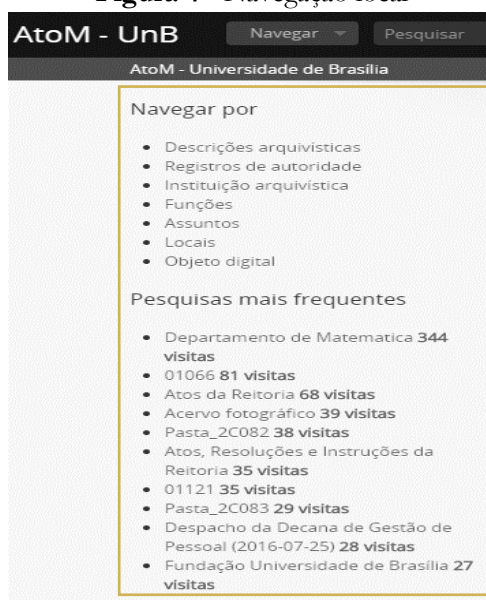
Figura 3 - Estrutura de navegação global



Fonte: AtoM UnB, 2022c.

Conforme podemos verificar, existem três opções de navegação considerada global: “Navegar por” na coluna da esquerda, “Navegar” e “Pesquisar”, canto superior esquerdo. Tais buscadores propiciam a seus usuários uma pesquisa tanto em um nível de revocação, quanto de precisão. Como complemento da navegação global, temos a local, que permite a exploração de uma área imediata (figura 4).

Figura 4 - Navegação local



Fonte: AtoM UnB, 2022d.

A **navegação local** está concentrada na coluna acima, na qual descreve funções específicas de um determinado rótulo. Essa navegabilidade se destina ao aprofundamento em um determinado assunto. Por exemplo, se clicarmos no assunto do *link* “Descrições arquivísticas”, as informações serão atribuídas apenas a este tema.

A **navegação contextual** ocorre a partir do próprio conteúdo publicado, exigindo a criação de *links* específicos de navegação para uma determinada página, documento ou objeto (figura 5).

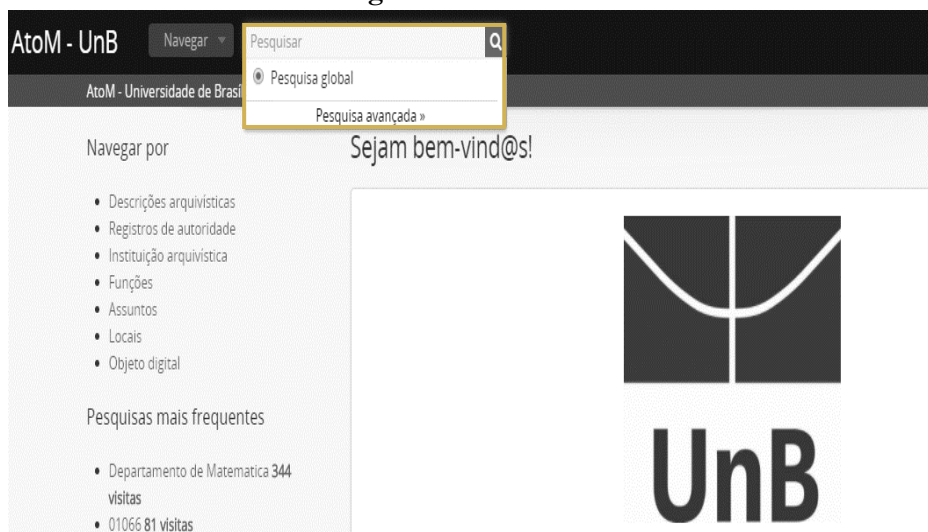
Figura 5 - Navegação contextual



Fonte: AtoM UnB, 2022e.

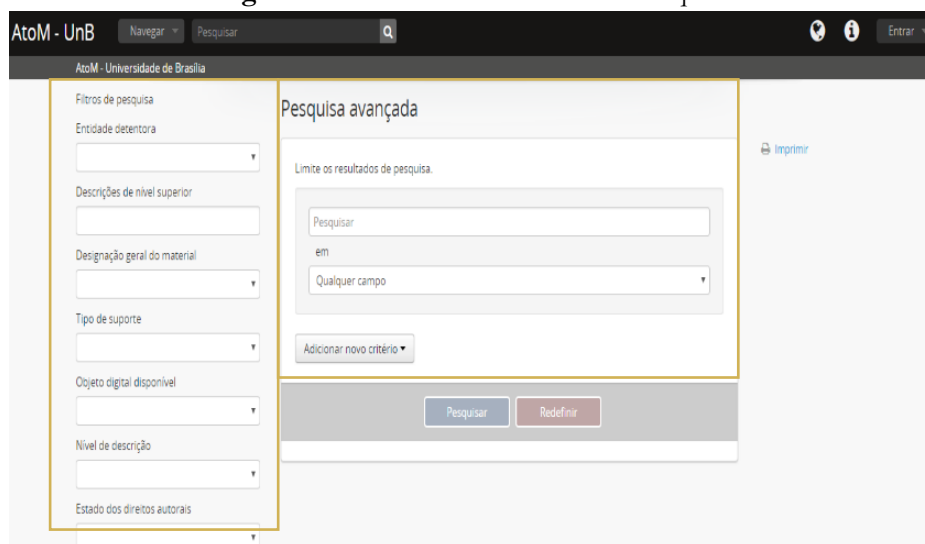
A navegação contextual acima está aplicada ao ícone do canto superior direito “i”. Assim, ao clicá-lo aparecerá três opções. A opção “Ajuda”, remeterá à página oficial do *software* AtoM no menu “Documentação”, onde se encontram todas as versões do sistema.

Para melhorar a navegação, os **sistemas de busca** devem auxiliar na recuperação da informação (figura 6). A criação de Buscadores exige tempo e *know-how* dos profissionais, que por vezes, antes da criação de *sites*, não são planejados (SOUSA; VIDOTTI; FORESTI, 2004), sendo uma das razões para que usuários recorram ao *Google* e ao *Yahoo*, por exemplo.

Figura 6 - Barra de Busca

Fonte: AtoM UnB, 2022f.

Ao clicar em “Pesquisar”, automaticamente aparecerá a janela com “Pesquisa global” e “Pesquisa avançada”. Na primeira opção nada acontece, pois já se está na visualização global; assim, é só escolher o assunto desejado e o buscador se encarregará da pesquisa. A “Pesquisa avançada” nos remete a outra página (figura 7)

Figura 7 - Buscador do barramento Pesquisa

Fonte: AtoM Unb, 2022.

A busca pode ser feita preenchendo os campos ao lado e no centro. Desse modo, afirmamos que a página eletrônica do repositório *AtoM* da UnB,

em relação aos sistemas de organização, de rotulação, de navegação e de busca contemplam os princípios recomendados pela AI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *AtoM* tem a caracterização de sistema confiável para salvaguardar e preservar documentos. Destacamos o empenho do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) pela publicação do **Guia de usuário do atom**¹⁸⁴. Logo, reiteramos que a página eletrônica do *AtoM* da Unb cumpriu todos os requisitos advindos dos Sistemas da AI, o que denota um espaço organizado, amigável, intuitivo e dinâmico: confiável ao usuário.

Porém, indicamos um ponto específico de limitação em relação à acessibilidade, visto não existir elementos que a identifiquem, dificultando a navegação para Pessoas com Deficiência (PCD).

REFERÊNCIAS

FERREIRA, A. M. J. F. C.; VECHIATO, F. L.; VIDOTTI, S. A. B. G. Arquitetura da Informação de *web sites*: um enfoque à universidade aberta à terceira idade (UNATI). **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 8, n. 1 p. 114-129, 2008. Disponível em: Arquitetura da informação de web sites: um enfoque à Universidade Aberta À Terceira Idade (UNATI) | Revista de Iniciação Científica da FFC - (Cessada) (unesp.br). Acesso em: 28 maio 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 28 maio 2022.

KRUG, S. **Não me faça pensar**: uma abordagem de bom senso à usabilidade na *web*. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008.

LE COADIC, Y. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

ROBREDO, J. Sobre arquitetura da informação. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v.1, n. 2, p. 115-137, jul./dez. 2008. Disponível: Sobre arquitetura da informação | Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (unb.br). Acesso em: 28 maio 2022.

ROSENFELD, L.; MORVILLE, P.; ARANGO, J. **Information Architecture for the World Wide Web**: designing for the web and beyond. 4. ed. Sebastopol, CA: O'Reilly Media, 2015.

WURMAN, R. S. **Information Architects**. New York: Graphis, 1997.

¹⁸⁴ Disponível em: Portal do Livro Aberto em CT&I: Guia de usuário do AtoM (ibict.br).

PARTE XI

A PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL DE ARQUIVOS SOB A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS

O RECOLHIMENTO E A CUSTÓDIA DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO: PRÁTICAS E PERCEPÇÕES NAS UNIDADES ORGANIZACIONAIS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Thiago de Oliveira Vieira (Universidade de Coimbra)

1 INTRODUÇÃO

O Arquivo Nacional, desde o seu surgimento, no ano de 1838, defronta-se com a problemática do recolhimento de documentos à instituição, registrada em diversos relatórios administrativos e publicações técnicas, sobretudo pelos sucessivos diretores que atuaram no órgão.

Um dos caminhos apontados para a resolução desta questão do recolhimento e, conseqüentemente, da custódia do patrimônio arquivístico, no âmbito de atuação do Arquivo Nacional, foi a criação de uma lei que desse respaldo às suas ações, incluindo a definição de uma política de recolhimento e a determinação do papel de autoridade arquivística ao órgão.

Neste sentido, indaga-se se a implementação da Lei de Arquivos, com a definição do Arquivo Nacional como autoridade arquivística competente pelo recolhimento dos documentos identificados com valor para guarda permanente, garantiu o entendimento da instituição como o “lugar” de custódia do patrimônio arquivístico produzido pelas unidades organizacionais que compõem o Poder Executivo Federal (PEF).

O objetivo deste trabalho é analisar as práticas e percepções relacionadas à avaliação, ao recolhimento e à custódia do patrimônio arquivístico produzido pelas unidades organizacionais do PEF, esfera de atuação do Arquivo Nacional.

Salienta-se que este trabalho é um recorte empírico de uma pesquisa de doutorado em Ciência da Informação, intitulada “O Patrimônio e as políticas arquivísticas: uma análise dos acervos (não) custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil”, realizada na Universidade de Coimbra, concluída no ano de 2021.

2 MÉTODO

Caracterizando-se como uma pesquisa descritiva, a partir de uma abordagem quali-quantitativa, utilizou-se, como técnica de recolha de dados, um inquérito por questionário aplicado nas instituições que compõem a estrutura organizacional do PEF.

O inquérito por questionário foi dividido em seis partes: i) aceite em participar da pesquisa e a concordância com o seu uso e anonimato; ii) identificação da instituição e do participante; iii) questões referentes às percepções quanto ao processo de avaliação e formação do patrimônio arquivístico, realizado no âmbito do PEF, e a averiguação das ações da instituição nestas duas matérias; iv) perguntas voltadas à análise das práticas institucionais, bem como os recursos disponíveis, relacionados à guarda, preservação e acesso aos documentos identificados e selecionados pelo seu valor arquivístico para guarda permanente; v) indagações direcionadas ao entendimento do reconhecimento do Arquivo Nacional enquanto autoridade arquivística, na esfera do PEF, competente pelo recolhimento e custódia do patrimônio arquivístico produzido pelo conjunto de unidades organizacionais que compõem o seu âmbito de atuação, além da sua compreensão quanto ao atual modelo de custódia estabelecido na esfera do PEF; vi) questões finais, para o esclarecimento de algum ponto de interesse do participante.

O critério geral adotado para determinar o universo de pesquisa foi a existência de instrumentos de gestão de documentos das atividades-fim, aprovados pela autoridade arquivística competente, o Arquivo Nacional, pontualmente o código de classificação e a tabela de temporalidade e destinação de documentos.

A partir de um exame nos instrumentos de gestão de documentos, aprovados e publicados pelo Arquivo Nacional, optou-se pela escolha das instituições federais de ensino superior (IFES), baseada em dois parâmetros: estão entre os primeiros instrumentos de gestão de documentos aprovados e publicados, na esfera do PEF; têm abrangência nacional, abarcando todas as cinco regiões do país. Além disso, decidiu-se selecionar as IFES que

efetivamente participaram da discussão e da elaboração dos seus instrumentos de gestão de documentos, no GT-IFES-AN, visto que foram atores do processo. Assim, o envolvimento dessas instituições, por meio da participação dos seus servidores, no processo de elaboração dos instrumentos, tende a conferir uma responsabilidade adicional para com o seu conteúdo e utilização, por meio das práticas de gestão de documentos, resultando na identificação e constituição do seu patrimônio arquivístico a ser recolhido ao Arquivo Nacional.

Além das IFES, elegeu-se o segmento das agências reguladoras no Brasil, visando estender o estudo para além do setor da educação superior. As agências reguladoras contam com algumas particularidades, inerentes às suas funções e atribuições, caracterizadas pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, além de gozarem de autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira.

Assim, a amostra inicial da pesquisa foi composta por 15 instituições, 11 pertencentes às instituições federais de ensino superior (IFES) e quatro agências reguladoras.

O inquérito foi enviado, aos responsáveis pelos serviços arquivísticos das 15 instituições selecionadas, no dia 30 de julho de 2020, via Sistema Eletrônico de Informações (e-SIC). O prazo em que o questionário se manteve aberto para respostas obedeceu ao prazo estipulado pelo e-SIC, para que as unidades organizacionais do PEF respondam aos pedidos de informações realizados pela plataforma: 20 dias, podendo prorrogá-lo por mais 10 dias, mediante justificativa da instituição.

Cabe destacar que duas instituições não responderam e/ou aceitaram participar do questionário, a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Portanto, constituíram a amostra final desta pesquisa nove IFES e quatro agências reguladoras, ou seja, **13 unidades organizacionais do PEF**: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal Fluminense (UFF); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Agência Nacional de Águas (ANA); Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Importa destacar, ao observar e analisar os resultados apresentados, que os dados representam a realidade de um determinado recorte (amostra) de pesquisa. Em que pesem esses limites, característicos de pesquisas científicas, os resultados a seguir podem indicar determinados comportamentos que possivelmente serão refletidos em uma análise mais ampla da totalidade de unidades organizacionais que constituem o PEF¹⁸⁵.

3.1 Do patrimônio arquivístico (não) custodiado pelo Arquivo Nacional

Iniciando esta análise, cumpre lembrar que a Lei de Arquivos de 1991 dota o Estado brasileiro com uma legislação específica para o campo arquivístico. Nela, são definidas as jurisdições das instituições arquivísticas, enquanto autoridades competentes pela gestão e recolhimento, em seus respectivos âmbitos de atuação.

Desta maneira, de acordo com a legislação vigente, o Arquivo Nacional é o “lugar” de custódia do patrimônio arquivístico do PEF, por meio do recolhimento dos documentos identificados com valor para guarda permanente.

Observando pelo ângulo das instituições que compõem o PEF, objeto do inquérito por questionário, 84,6% (n=11) não recolhem os seus patrimônios arquivísticos ao Arquivo Nacional, sendo que apenas uma instituição (7,7%; n=1) promoveu essa ação, desde a publicação da Lei de Arquivos. Ressalta-se que uma instituição (7,7%; n=1) não soube responder a essa questão.

Como consequência da ausência de recolhimentos ao Arquivo Nacional, 100% (n=13) dos serviços arquivísticos informaram manter a posse física de documentos de guarda permanente.

Verifica-se, portanto, que a definição do sujeito ativo com a competência (no sentido de atribuição ou poder) para recolher o patrimônio arquivístico do PEF, via ato legal e mediante conferência de uma autoridade arquivística, não resultou na centralização pretendida.

3.2 Do processo de avaliação e identificação do patrimônio arquivístico

Em que pese a existência de código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos, nas unidades organizacionais analisadas, o inquérito procurou elementos que indiquem a prática da gestão de documentos nessas instituições.

¹⁸⁵ Julgou-se oportuno apresentar os resultados de modo descritivo. As tabelas e gráficos podem ser consultadas na pesquisa original de doutorado, intitulada “O patrimônio e as políticas arquivísticas: uma análise dos acervos (não) custodiados pelo Arquivo Nacional do Brasil”, disponível em: < <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/98853> >. Acesso em: 7 de abril de 2022.

Com base na análise das informações coletadas, identificam-se elementos que operacionalizam o processo de avaliação arquivística, no âmbito da gestão de documentos, nas instituições participantes. Essa percepção é assentada nos seguintes parâmetros: a) a existência de uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), formalmente instituída e em atividade, em 100% (n=13) das instituições investigadas; b) a existência de diretrizes e/ou normativas internas para orientar o processo de avaliação em 76,9% (n=10) delas; c) a percepção de que as tabelas de temporalidade e destinação de documentos, atualmente em vigor, cumprem de forma satisfatória o propósito de identificar os documentos que irão compor o patrimônio arquivístico produzido pela instituição e eliminar os destituídos de valor, como apontado por 84,6% (n=11) dos respondentes.

A partir dos dados obtidos, pressupõe-se que a exiguidade no recolhimento, ao Arquivo Nacional, não é resultado da falta de processos, procedimentos e/ou instrumentos técnicos que permitam identificar e destinar o patrimônio arquivístico produzido por essas instituições analisadas.

3.3 Do acesso ao patrimônio arquivístico sob a guarda das unidades organizacionais do Poder Executivo Federal

Entendendo que a custódia de um patrimônio arquivístico implica, para além da responsabilidade com a sua proteção, o acesso aos documentos, questionou-se acerca do seu acesso e reprodução pelos cidadãos.

Embora 92,3% (n=12) das instituições proporcionem o acesso aos documentos de valor permanente sob a sua guarda, verificou-se que apenas 53,8% (n=7) delas disponibilizam instrumentos de pesquisa, impressos ou em sistemas informatizados, que permitam à sociedade o acesso a esses documentos.

Cabe apontar que um órgão (7,7%; n=1) informou não conceder o acesso ao patrimônio arquivístico sob a sua custódia, em contraposição ao direito constitucional de acesso à informação pública.

Os dados acima levantam o seguinte questionamento: sendo os instrumentos de pesquisa o “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas” (ARQUIVO NACIONAL (BRASIL), 2005, p. 108), como garantir ou franquear o acesso às informações compreendidas nos acervos de guarda permanente, sem instrumentos que permitam identificar os seus conteúdos?

Em uma escala de frequência, observou-se que o acesso e/ou a reprodução de documentos, pela sociedade, é pouco ou nada frequente, em 53,8% (n=7) dos órgãos.

Apesar de garantirem o acesso às informações (92,3% das instituições; n=12), a frequência com que esse acesso e/ou reprodução é realizado pelos cidadãos só é frequente ou muito frequente em 46,2% (n=6) das unidades organizacionais analisadas.

É pertinente enfatizar que os arquivos públicos (na sua dupla acepção: instituição ou serviço e conjunto de documentos) servem ao Estado e à sociedade. É neste sentido que a garantia e facilidade no acesso ao patrimônio arquivístico produzido no âmbito do PEF, considerando o seu volume de unidades organizacionais e a extensão territorial do país, constitui-se em um elemento importante no estudo e avaliação de um modelo de custódia.

Nesta perspectiva, a posse física, pelos serviços arquivísticos do PEF, do seu próprio patrimônio arquivístico, requer que essas unidades organizacionais assumam uma dupla vocação: servir ao Estado e à sociedade. Servir à sociedade significa garantir que esse patrimônio arquivístico esteja acessível, íntegro, autêntico e que reflita o seu verdadeiro contexto de produção.

3.4 Dos recursos e infraestruturas

O não recolhimento do patrimônio arquivístico, ao Arquivo Nacional, sugere que essas unidades organizacionais do PEF se estruturaram para manter esse patrimônio sob a sua própria guarda.

Essa infraestrutura não está dissociada da existência e disponibilização de recursos humanos, físicos, financeiros, tecnológicos etc., que permitam as ações de preservação e acesso aos documentos. Nessa perspectiva, importa averiguar a satisfação dos responsáveis pelos serviços arquivísticos dessas instituições, com relação aos recursos e infraestruturas disponíveis para execução dessas atividades.

Verificou-se um alto índice de satisfação com relação aos recursos humanos (quantitativo e capacitação), com 69,2% (n=9) e à disponibilidade de infraestrutura física para guarda e preservação dos documentos, com 61,5% (n=8).

Relativamente à infraestrutura tecnológica, para a guarda e a proteção do patrimônio arquivístico em meio digital, é indicado um nível de insatisfação de 69,2% (n=9). Além disso, 53,9% (n=7) pontuam um índice baixo de satisfação acerca da infraestrutura tecnológica, para acesso ao patrimônio arquivístico em formato digital.

Frisa-se que a infraestrutura tecnológica é fundamental para garantir a integridade e a autenticidade dos documentos digitais, sob a guarda dessas instituições.

Adiciona-se um componente importante, quando se trata de documentos digitais, em que a compreensão e a interpretação, ao longo do tempo, dependem de uma maior exigência, em comparação aos documentos analógicos, das ações de preservação, desde a sua produção. Desta forma, para que os documentos digitais possam ser recolhidos ao responsável pela sua custódia, é necessário que o produtor efetive um conjunto de procedimentos para manutenção da sua integridade a contar da sua criação.

Assim, esse baixo índice de satisfação acerca da infraestrutura tecnológica, para a guarda e a preservação dos documentos digitais de guarda permanente, gera uma inquietação acerca da capacidade dessas instituições para garantir a custódia do patrimônio arquivístico em meio digital.

Os recursos financeiros, fundamentais para a diversas ações que visam à preservação e o acesso ao patrimônio arquivístico sob a posse das instituições estudadas, apresentam um índice baixo de satisfação para 61,5% (n=8).

O orçamento escasso destinado às instituições públicas brasileiras é mencionado por Mattar (2003, p. 32), como um óbice que pode motivar a falta de recolhimentos para o Arquivo Nacional, dado que, para a sua realização, é necessário que os documentos estejam classificados, avaliados, organizados, higienizados, acondicionados e sejam acompanhados de instrumento de identificação e controle do acervo.

3.5 Das ações da autoridade arquivística com o patrimônio “fora do seu local de custódia”

Uma vez detectada a posse do seu próprio patrimônio arquivístico, pelas instituições que compõem o PEF, questiona-se com relação à responsabilidade pela guarda e proteção desse patrimônio, uma vez que tal acervo não se encontra custodiado no Arquivo Nacional, como fixado no texto da lei.

Neste sentido, quais as ações da autoridade arquivística competente relativamente ao patrimônio arquivístico que não está sob a sua custódia?

Quanto as ações do Arquivo Nacional visando suscitar o recolhimento dos documentos selecionados com valor arquivístico, sob a guarda dessas instituições, todos os 13 entrevistados (100%) apontam como nada frequente essas ações por parte da autoridade arquivística do PEF.

Com relação ao direcionamento de orientações e/ou instruções referentes à preservação do patrimônio arquivístico, pelo Arquivo Nacional, às instituições que compõem o seu raio de atuação, identificou-se um índice elevado de frequência de 30,8% (n= 4), enquanto 69,2% (n= 9) indicam um nível baixo de frequência.

Quando indagados sobre as orientações e/ou instruções acerca do acesso ao patrimônio arquivístico, obteve-se o percentual alto de frequência no patamar de 30,8% (n= 4), enquanto 69,2% (n=9) correspondem a um índice baixo de frequência.

Por fim, a respeito de alguma atividade de controle e/ou fiscalização do patrimônio arquivístico que está sob a guarda das instituições, que integram a amostra desta pesquisa, verificou-se que 15,4% (n= 2) dos entrevistados informam ser muito frequente esse controle e/ou fiscalização pela autoridade arquivística competente, ao passo que 84,6% (11) respondem ser pouco ou nada frequente essas ações.

Sem o controle e/ou fiscalização do patrimônio arquivístico sob a posse dessas instituições, pela autoridade arquivística competente, como assegurar a sua adequada guarda, proteção e acesso? Essas unidades organizacionais possuem a capacidade e aptidão para assegurar a responsabilidade pela custódia desses patrimônios arquivísticos? Dispõem de meios e recursos para garantir a sua preservação e acesso?

Cabe mencionar que o artigo 17, da Lei de Arquivos, dá às instituições arquivísticas públicas, em seus respectivos âmbitos de atuação, a competência pela administração da documentação pública ou de caráter público. Essa administração, no direito público, caracteriza-se como “toda atividade que o Estado ou qualquer corporação por ele instituída exerce para atingir seus fins” (SIDOU, 2016, não paginado). Logo, há uma jurisdição arquivística que permite ao Arquivo Nacional executar determinadas ações que visem à preservação e o acesso da documentação pública produzida na esfera do PEF.

3.6 Compreensões acerca da custódia do patrimônio arquivístico no Poder Executivo Federal

A partir de uma escala de concordância, buscou-se identificar a compreensão dos entrevistados a respeito da custódia do patrimônio arquivístico produzido pelas unidades organizacionais que compõem o PEF.

No tocante à afirmação de que o Arquivo Nacional é a autoridade arquivística responsável pela custódia do patrimônio arquivístico produzido pelo PEF, 69,2% (n=9) revelam um índice de concordância, enquanto 30,7% (n=4) indicam um índice de discordância.

Quanto à alegação de que o serviço arquivístico da instituição também possui a competência (atribuição e conhecimento) de custodiar os documentos de guarda permanente por ela produzidos, obteve-se como índice de concordância 92,3% (n=12), sendo que apenas um entrevistado (7,7%; n=1) discordou dessa afirmativa.

Cabe ressaltar o índice de discordância quanto à competência pelo recolhimento e, conseqüentemente, pela custódia do patrimônio arquivístico do PEF, por parte do Arquivo Nacional, estabelecida pelo artigo 18 da Lei de Arquivos de 1991. Por outro lado, observa-se uma concordância em relação a uma atribuição de custódia dos documentos, pelos serviços arquivísticos das unidades organizacionais que compõem o PEF, atribuição essa que não se encontra expressa na referida lei.

Buscou-se averiguar o índice de concordância em relação ao Arquivo Nacional ser mais ativo e demandar das instituições o recolhimento dos documentos de guarda permanente, 30,8% (n=4) dos respondentes indicam concordância e 69,2% (n=9) apontam discordância.

Quando indagados acerca de um modelo de custódia em que os serviços arquivísticos, das unidades organizacionais do PEF, possam ter a responsabilidade pela custódia do seu patrimônio arquivístico, obteve-se um índice alto de concordância 92,3% (n=12), ao mesmo tempo em que uma instituição (7,7%; n=1) discordou.

Por fim, quanto à colocação, segundo a qual a definição da responsabilidade jurídica pela custódia é essencial para a guarda, proteção e acesso ao patrimônio arquivístico, 100% (n=13) dos entrevistados assinalam concordância com essa afirmativa.

Verifica-se um interesse das unidades organizacionais analisadas em assumir a responsabilidade jurídica pela custódia do seu próprio patrimônio arquivístico, como alternativa ao atual modelo de custódia centralizada no Arquivo Nacional, corroborado pela alta discordância de que o Arquivo Nacional deva ser mais ativo e demandar o recolhimento dos documentos dessas instituições.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que a Lei de Arquivos, enquanto normativa legal que determinou uma autoridade arquivística com a competência do recolhimento, não resolveu o problema dos recolhimentos dos documentos de guarda permanente ao Arquivo Nacional e, conseqüentemente, da guarda centralizada desse patrimônio arquivístico.

Jardim, na palestra “Políticas arquivísticas: perspectivas e desafios”, realizada no evento “Uma política arquivística para o Poder Executivo Federal: o norte para serviços arquivísticos continuamente eficientes”, em Brasília, no ano de 2019, apontou para a questão da guarda do patrimônio arquivístico pelas instituições do PEF: “[temos] algo que é muito forte na administração federal [...], uma quantidade significativa de instituições que assumem a gestão

de seus arquivos permanentes [...] sendo que, estritamente pela lei, esses arquivos permanentes, a responsabilidade deles é do Arquivo Nacional” (JARDIM, 2019).

A percepção de que os serviços arquivísticos, das unidades organizacionais analisadas neste estudo, também possuem a incumbência legal (atribuição) de custodiar os documentos de guarda permanente por elas produzidos, não encontra suporte na legislação arquivística vigente, embora a própria realidade aponte para a ausência de recolhimentos e a continuidade da posse do patrimônio arquivístico por essas unidades organizacionais produtoras.

Entendendo que essas instituições são o sujeito passivo do recolhimento, tais percepções tendem a justificar a ausência das práticas de recolhimento ao Arquivo Nacional. Soma-se a isso, o dado de que a autoridade arquivística do PEF não suscita, conforme observado, o recolhimento de documentos às instituições.

A indicação, por parte das instituições analisadas, da baixa frequência de ações de controle e/ou fiscalização do patrimônio arquivístico ainda sob a custódia dos órgãos produtores e do direcionamento (ativo) de orientações a respeito de sua preservação e acesso, por parte da autoridade arquivística responsável pelo recolhimento e custódia desses documentos, sinalizam a emergência desse tema no cenário arquivístico do PEF.

A adoção de uma perspectiva pós-custodial requer a criação e/ou fortalecimento dos serviços arquivísticos, nas unidades administrativas do PEF, com o propósito de dotá-los de recursos e infraestruturas que lhes permitam custodiar seus próprios patrimônios arquivísticos; e requer ainda a adoção de um papel ativo do Arquivo Nacional, de forma a administrar, conforme competência estabelecida na Lei de Arquivos, o patrimônio arquivístico do PEF sob a custódia do órgão produtor, assegurando o seu controle e preservação e estabelecendo políticas de acesso para esse patrimônio.

Cabe destacar que a atual transformação digital, implementada no âmbito do Governo Federal brasileiro, incluindo a construção e implementação de sistemas de processos eletrônicos que objetivam a migração da tramitação de processos e documentos do papel para o meio digital, impõe desafios quanto à gestão e, posteriormente, à guarda, preservação e acesso ao que é identificado como patrimônio arquivístico.

Se a estrutura administrativa do PEF impõe um desafio ao modelo de custódia centralizado no Arquivo Nacional, em um eventual modelo de pós-custodial, esse desafio não será diferente. A responsabilidade pela custódia

requer do custodiante, para além do sentido de atribuição, a condição de preservar e, conseqüentemente, dar acesso ao patrimônio arquivístico sob a sua guarda. No contexto de uma transformação digital dos serviços públicos brasileiros, esse requisito adquire um sentido ainda mais impositivo, compartilhado entre produtor e custodiador, sob pena de não se compreender esse patrimônio arquivístico em meio digital, ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **O recolhimento no Arquivo Nacional**, [s.d.].
- BASTOS, A. W. C. A ordem jurídica e os documentos de pesquisa no Brasil. **Arquivo & Administração**, v. 8, n. 1, p. 3–18, abr. 1980.
- JARDIM, J. M. **Políticas arquivísticas: perspectivas e desafios**. In: Uma política arquivística para o Poder Executivo Federal: o norte para serviços arquivísticos continuamente eficientes. Brasília, 24 maio 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/arquivonacionalbrasil/videos/600785197093568/>>. Acesso em: 24 maio. 2019
- MATTAR, E. Dos arquivos em defesa do Estado ao Estado em defesa dos arquivos. In: MATTAR, E. (Ed.). **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (Brasil), 2003. p. 13–36.
- RODRIGUES, J. H. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.
- SIDOU, J. M. Othon (Org.). **Dicionário jurídico: Academia Brasileira de Letras Jurídicas**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

A ENGENHARIA DA DESTRUIÇÃO NAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS DE MEMÓRIA: INTERVENÇÕES E INTERDIÇÕES NOS SABERES-FAZERES DOS ARQUIVOS

Raquel Luise Pret (Universidade Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

A literatura arquivística contemporânea tem se dedicado frequentemente à análise das relações entre cultura, poder e memória no tocante ao papel do Estado e dos arquivos nelas. No contexto atual de graves transformações sofridas nas instituições republicanas, faz-se ainda mais necessário um olhar atento às ações do Governo e suas consequências no campo arquivístico.

O objetivo desse artigo não é criar adjetivações ou rótulos ao Governo Federal atual, mas analisar o impacto de suas intervenções no Arquivo Nacional e como essas estão relacionadas ou seu projeto de poder. O Governo Federal e suas políticas públicas devem ser objeto de avaliação constante e cuidadosa, inclusive considerando o impacto simbólico de suas ações que forja crenças, pensamentos, identidade ou aversões.

A forma possível para que um Governo governe para todos é por meio de um sistema jurídico e instituições republicanas. As políticas públicas, em espaços democráticos, são deliberadas em sociedade e executadas por meio das

instituições públicas. Em contrapartida, as políticas públicas podem fortalecer as instituições republicanas, uma vez que consolidam suas competências e colocam em evidência suas missões e funções.

Todavia, a partir do Governo de Jair Messias Bolsonaro, a destruição das estruturas das instituições republicanas foi adotada como política para perpetuação de um regime com características protofascistas com aspirações totalitaristas.

De acordo com Arendt (2008), o processo de naturalização dos regimes totalitários passa pela superfluidade das massas, a eliminação da liberdade humana através de uma ideologia sem fundamento e a inutilidade da vida. O totalitarismo é analisado por Arendt como uma nova forma de governo que não pode ser comparada com nenhum tipo de monarquia, tirania, aristocracia ou democracia. Um regime com a ambição do domínio total, baseada na falta de controle das ações do Estado. Segundo a autora, essa então nova forma de governo¹⁸⁶ se sustenta em uma propaganda, oriunda de uma ideologia, que utiliza a mentira para manipular e conseguir o apoio total das massas. A partir dessas características elencadas, é possível associar o governo de Jair Messias Bolsonaro com tais regimes totalitários. Embora seja um governo eleito democraticamente, suas ações se assemelham com os traços descritos por Arendt e a naturalização desse *modus operandi* pode levar à ruptura com o regime republicano e permanência de formas totalitárias de poder.

Este trabalho procura abordar as intervenções sofridas pelo Arquivo Nacional durante o Governo de Jair Messias Bolsonaro, observando o esfacelamento das instituições culturais de memória como processo histórico concreto por meio do qual, princípios, valores e fundamentos reais da democracia e do republicanismo estão em desconstrução no Brasil atual.

2 O GOVERNO FEDERAL E AS INTERVENÇÕES NO ARQUIVO NACIONAL

Em 19 de novembro de 2021 foi nomeado Ricardo Borda D'Água de Almeida Braga para o cargo de diretor-geral do Arquivo Nacional. O atual diretor da instituição não possuía até então qualquer relação com o campo arquivístico. Sua experiência sempre esteve relacionada à Segurança Pública e ao lobby armamentista no Congresso Nacional¹⁸⁷. Em seu currículo consta o

186 Em *Origens do totalitarismo*, Arendt analisa o nazismo e o stalinismo como novas formas de governos que surgiram a partir do imperialismo, no entanto, com configurações completamente distintas como as que são apresentadas neste artigo.

187 Cf. OTÁVIO, Chico. Atirador esportivo na direção agrava crise no Arquivo Nacional. **O Globo**. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2021. Disponível em:

cargo de subsecretário de Prevenção à Criminalidade, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, entre 2019 e 2020, período do governo Ibaneis Rocha (MDB), ranqueamento na Confederação Brasileira de Tiro Prático e membro do *Clube de Tiro* Colt 45.

Embora seja parte da cultura brasileira os laços de reciprocidade e as contra-prestações, no sentido de manutenção do grupo social (MAUSS, 2003), a nomeação de um indivíduo sem qualquer proximidade com a área arquivística configura-se como uma política de dismantelamento do próprio setor.

Sahlins (1976), ao analisar os laços de reciprocidade em comunidades primitivas partir de uma perspectiva cultural, explica o papel das trocas, que conjugam economia e ordem social igualmente, e propõe uma tipologia de análise que permite desdobrar o tema para o entendimento dos processos sociais modernos e suas implicações na cultura política. A reciprocidade seria um sistema total de trocas que ocorrem de forma contínua, caracterizando uma relação entre a ação e a reação entre duas partes. A reciprocidade não é uma ação unilateral, interconecta o doador e o recebedor por meio de variados mecanismos, rituais e temporalidades significativas para os agentes.

Nesse sentido, a nomeação de Borda D'água para Diretor do Arquivo Nacional cumpre a contra-prestação de obrigações para a manutenção da ordem social do grupo no poder. Bolsonaro, desse modo, cumpre simbolicamente o ato de retribuir o apoio dado a sua eleição como presidente por grupos armamentistas, associados à Segurança Pública e às Forças Armadas, com a oferta de um cargo de gestão. Uma lógica da tradição da política brasileira, marcada pelo patrimonialismo e clientelismo, caracterizada por vínculos restritos que operam no âmbito das primárias, como parentes, amigos ou clientelas (LANIADO, 2000).

A reciprocidade sempre esteve presente na cultura política brasileira desde a formação do Estado brasileiro como demonstrou Sérgio Buarque de Holanda (2004), em sua obra *Raízes do Brasil*, ao abordar o conceito de homem cordial.

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os seus componentes, tendo em vista um fim exterior a eles, foram sempre os mais decisivos. De onde, com certeza, a vitalidade, entre nós, de certas forças afetivas e tumultuosas, em prejuízo das qualidades de disciplina e

<<https://oglobo.globo.com/brasil/atirador-esportivo-na-direcao-agrava-crise-no-arquivo-nacional-25288863>>. Acessado em: 30 de março de 2022.

método, que parecem melhor convir a um povo em vias de se organizar politicamente. (HOLANDA, 2004, p.81)

A negação da modernidade republicana expressa por Holanda está presente no Governo de Bolsonaro, mas não somente pela manutenção da reciprocidade e do clientelismo na distribuição de cargos no seu governo, mas pela engenharia de destruição das próprias instituições republicanas e de suas funções na sociedade tal como o Arquivo Nacional. A desidratação financeira, destituição ou deslocamento de competências formais ou gestão orientada por valores antagônicos aos objetivos institucionais levam à desconstrução discursiva dos objetivos das instituições e interditam as resistências institucionais decorrentes da história e da cultura organizacional do próprio Arquivo Nacional.

As transformações institucionais profundas e paradigmáticas estão acompanhadas de uma celeridade que dificulta acionar os mecanismos constitucionais de proteção. O esfacelamento das estruturas das instituições republicanas configura-se como método de governo bolsonarista, uma política estratégica que anula práticas consagradas como os debates com diversos setores da sociedade para a tomada e validação das ações do Estado. Os saberes e conhecimentos organizacionais que correspondem às necessidades do serviço público e do interesse geral são deslegitimados, sendo combatidos ou mesmo ridicularizados pela nomeação de gestores desqualificados para tais funções. É uma produção simbólica de aniquilamento com a degradação das condições materiais, morais e institucionais de importante instituições que são balizadoras dos princípios republicanos. Tais medidas são acompanhadas de uma retórica do combate aos inimigos do Estado, da Nação. Nessa lógica, tornam-se inimigos da nação as próprias instituições que garantem a manutenção do estado democrático de direito. Transforma-se simbolicamente a resistência à autocracia e o combate a atos autoritários praticados pelo Governo em combate a nova forma de governar pelo sistema político estabelecido.

Apesar de ter sido eleito de forma democrática em 2018, o Governo de Jair Messias Bolsonaro possui aspectos de regimes totalitários pela forma que atua em sua agenda relacionada às políticas públicas, sobretudo, no campo cultural. Assim como nos totalitarismos, não há a substituição de regimes jurídicos ou legislativos, não há a instauração de uma nova legalidade, tal como foi da Ditadura Civil-Militar de 1964, mas ele opera no movimento constante, descartando e excluindo elementos de sua própria estrutura.

No corpo político do governo totalitário, o lugar das leis positivas é tomado pelo terror total, que se destina a

converter em realidade a lei do movimento da história ou da natureza. (...) O terror torna-se total quando independe de toda oposição; reina supremo quando ninguém mais lhe barra o caminho. Se a legalidade é a essência do governo não-tirânico e a ilegalidade é a essência da tirania, então o terror é a essência do domínio totalitário. (ARENDT, 2008, p. 516)

A exoneração das servidoras Dilma Fátima Avellar Cabral da Costa, supervisora de Memória da Administração Pública Brasileira, e Cláudia Carvalho Masset Lacombe, supervisora de Gestão de Documentos Digitais e Não Digitais, em 31 de dezembro de 2021, insere-se nessa engenharia de arrasamento das instituições republicanas. A experiência das servidoras que atuaram por mais de 20 anos com organização e tratamento dos documentos de arquivo no âmbito da Coordenação-Geral de Gestão de Documentos (Coged) do Arquivo Nacional foi colocada como um complicador para o projeto político da nova direção.

De acordo com a Associação de Servidores do Arquivo Nacional (Assan), as exonerações ocorreram concomitantemente ao remanejamento de outros três servidores da Coordenação, após tais funcionários relatarem em reunião com o diretor recém-empossado suas preocupações com a reestruturação em curso no órgão leve à perda de autonomia do Arquivo Nacional¹⁸⁸.

Os funcionários alertaram à nova diretoria que a descentralização da instituição poderia levar a uma insegurança em relação a cadeia de custódia dos documentos de arquivo no âmbito do executivo federal e, ainda mais preocupante, a falta de controle dos processos de eliminação dos documentos públicos.

A reestruturação da Coged ocorreu no contexto em que houve uma reação do Ministério Público Federal, da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional, de diversas associações de arquivistas e entidades de diversos campos do conhecimento como a História, o Direito, as Ciências Sociais e a Administração, ao Decreto n.º 10.148 de 2019 que retirou do Arquivo Nacional a competência de autorizar ou não a eliminação de documentos, pondo em risco a guarda e preservação dos documentos públicos.

De acordo com o Ministério Público Federal, ao retirar a competência para autorizar ou não a eliminação dos documentos, por meio de um ato infralegal (regulamentar), o decreto subtrai do Arquivo Nacional competências

188Cf. COSTA, Bernardo. Servidores do Arquivo Nacional denunciam desmonte da instituição. **O Dia**, 5 de janeiro de 2022. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/01/6311162-servidores-do-arquivo-nacional-denunciam-desmonte-da-instituicao.html>>. Acessado em: 30 mar 2022.

atribuídas por lei, concedendo às Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPADs), espalhadas em cada um dos diversos órgãos da administração pública, funções que, por lei, cabem a uma instituição de natureza arquivística.

Perdendo o Arquivo Nacional o controle acerca da eliminação dos documentos, a análise e eliminação de arquivos e documentos públicos fica fragmentada em cada entidade da administração pública, perdida nos escaninhos de milhares de órgãos espalhados pelo país, não havendo nenhum controle centralizado para a eliminação de documentos por órgãos federais. Essa pulverização dos centros decisórios para a eliminação de documentos tem efeito perverso, pois dificulta a publicidade, a transparência e o controle da preservação do patrimônio histórico, facilitando a destruição da memória¹⁸⁹.

O Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), em consonância com as novas ações políticas no âmbito dos arquivos pelo Governo Federal, aprovou a Resolução nº 44 de 2020 que instrumentaliza os procedimentos de descentralização da eliminação de documentos públicos. Uma medida que enfraquece politicamente o Arquivo Nacional e coloca em risco os registros públicos e, por conseguinte, dificulta a fiscalização da sociedade brasileira dos atos do Governo.

Se anteriormente a centralização causava problemas aos órgãos e entidades governamentais na esfera do executivo pela demora da autorização da eliminação dos documentos que não possuíam a necessidade da guarda permanente, o Decreto n.º 10.148 de 2019 e Resolução Conarq n.º 44, de 2020 geram um precedente extremamente perigoso: a eliminação de documentos públicos sem a correta avaliação que pode acarretar a perda de provas de direitos do cidadão, deveres do Estado, prejudicar a transparência e publicidade dos atos do Governo, além do apagamento da própria memória nacional.

De acordo com Namer (1987), as instituições culturais de memória são construções sociais que operam com a seleção de memórias coletivas, acúmulo, guarda por meio de regulamentos e funcionários encarregados de aplicar tais regulamentos. Nessas operações há tratamentos científicos, classificações, escalonamentos e validações de saberes que estão inseridos na mesma arena de debates, disputas e construções da memória social.

Nesse sentido, os arquivos são instituições de memória enquanto a sociedade permite que se recorde, enquanto os poderes políticos, jurídicos,

189 Procurador da República Antonio do Passo Cabral, autor da ação civil pública contra o Governo Federal.

financeiros, etc. dão as possibilidades jurídicas e financeiras de criar uma acumulação manutenção dos documentos, enquanto os saberes-poderes julgam que essa prática de memória é indispensável para uma parte da sociedade.

No entanto, o que tem sido observado é que as ações do Governo Federal alijam do processo de construção da memória social os próprios atores em uma política exógena de destruição. Se as políticas culturais brasileiras ao longo da história se desenvolveram de forma centralizada, hierárquica e com pouco diálogo com a sociedade em seus diversos segmentos, atualmente, o que se observa é a tentativa de extinção da área da cultura como se essa deixasse de existir a partir de uma agenda de destruição de suas instituições.

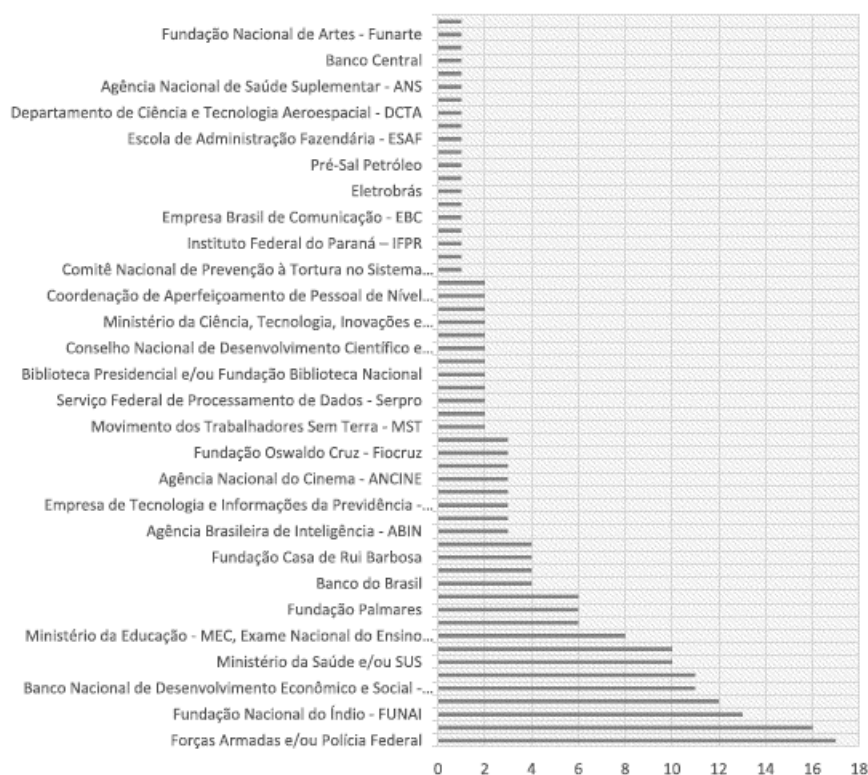
3 A ENGENHARIA DA DESTRUIÇÃO COMO POLÍTICA DE GOVERNO

As transformações institucionais recentes no Brasil se caracterizam por serem, ao mesmo tempo: 1) abrangentes, no sentido de que envolvem e afetam praticamente todas as grandes e principais áreas de atuação governamental; 2) profundas, ao promoverem modificações paradigmáticas nos modos de funcionar das respectivas áreas; e 3) velozes, pois vêm se processando em ritmo tal que não conseguem ser avaliadas por suas áreas de conhecimento (SILVA; CARDOSO JÚNIOR, 2021).

A agenda do atual governo rompe com o modelo de Estado-social e procura descaracterizar as instituições alinhadas com os preceitos da Constituição de 1988. Nomeados como projetos conservadores liberal-fundamentalistas, as pautas são negativas como: a desconstrução de direitos sociais, a desregulamentação da política de proteção do meio ambiente e os discursos de ódio voltados para os grupos minoritários que ficaram completamente desassistidos. Ademais, a participação social tem sido cada vez mais alijada dos processos de construção de políticas públicas, inclusive, rebaixando as distributividades e proteção das condições institucionais que garantam a qualidade de vida.

São diversos os episódios de interferência do governo federal em instituições comprometendo as atividades e o desempenho pleno de suas funções como na Anvisa, Ancine, Bndes, Cnpq, Capes, Finep, Fiocruz, Funai, Funarte, Ibge, Ibama, Icmbio, Inpe, Inep e Ipea. De acordo com Silva e Cardoso Júnior (2021), essas instituições sofreram intervenções do Governo Federal que afetaram suas competências, prejudicando o desempenho de suas funções.

Figura 1 - Intervenções do Governo Federal que afetaram o desempenho das instituições¹⁹⁰



Fonte: SILVA; CARDOSO JÚNIOR (2021, p. 71).

O Arquivo Nacional está inserido nessa política de destruição das instituições republicanas e tais ações afetam diretamente o direito da sociedade de conhecer, acompanhar, fiscalizar as ações do governo por meio dos registros produzidos a partir dos seus atos.

Criado em 1838 pelo Regulamento n.º 2, com a missão de salvaguardar os documentos públicos, o Arquivo Nacional tem o dever de garantir à sociedade brasileira o direito à informação, previsto na Constituição de 1988, promovendo o acesso aos documentos produzidos pela administração pública federal.

As ações do Governo Federal de instituir o decreto n.º 10.148, em 2019, que retira a competência do Arquivo Nacional de autorizar a eliminação de documentos públicos; nomear um diretor sem qualquer vínculo com a

190 De acordo com os autores, os dados foram coletados até 14 de setembro de 2020 em reportagens de veículos de imprensa com amplitude nacional e relatos de entidades representativas dos servidores públicos. Os números retratam a quantidade de vezes que a interferência do Governo Federal comprometeu o desenvolvimento das funções das instituições citadas.

Arquivologia, em 2021, e o desmantelamento de importantes setores como a Coordenação Geral de Gestão de Documentos (Coged), em 2022, inviabiliza a própria missão da instituição e prejudica de forma insidiosa o seu plano estratégico (2020-2023) que prevê a ampliação do grau de desenvolvimento em gestão de documentos e arquivos dos órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (Siga); ampliação do acesso aos documentos da administração pública federal e a promoção da efetivação da Política Nacional de Arquivos pelos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar) (BRASIL, 2020, p. 2).

Outrossim, o Arquivo Nacional é uma referência para os demais arquivos brasileiros, estabelecida, inclusive legalmente pela lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991. De acordo com a legislação em vigor, o Conselho Nacional de Arquivos, órgão criado para definir a política nacional de arquivos e coordenar as ações no âmbito do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), está vinculado ao Arquivo Nacional e sua presidência atribuída ao Diretor-Geral do Arquivo Nacional. Então, ao ser referência em gestão de documentos, na custódia e preservação de acervos e na produção de conhecimento técnico-científico em relação aos arquivos, o desmonte de setores estratégicos na instituição afeta os arquivos brasileiros, de um modo geral.

Ademais, a eliminação indiscriminada de documentos autorizada pelo Decreto n.º 10.148 coloca sob ameaça a documentação pública federal e serve de mau exemplo para os arquivos estaduais e municipais. A exoneração de servidores altamente qualificados que ocupavam cargos estratégicos a exemplo de Dilma Fátima Avellar Cabral da Costa e Cláudia Carvalho Masset Lacombe Rocha faz parte do esfacelamento institucional por interromper o desenvolvimento dos trabalhos, afastar servidores especializados e com experiência, nomeando pessoas sem qualquer experiência ou conhecimento no campo arquivístico, suspender projetos de tratamento e difusão do acervo, além de não dar continuidade à gestão de documentos da maneira preconizada pela literatura arquivística.

Arendt frisa que “o fim da tradição, ao que parece, começa com o colapso da autoridade, e não com o questionamento do seu conteúdo substancial” (2008, p. 135). Logo, com o fim da tradição, perde-se também a referência a uma autoridade em que se basear, pois “com a perda da tradição perdemos o fio que nos guiou com segurança pelos vastos domínios do passado” (ARENDT, 2008, p. 135). Portanto, sem essa autoridade do saber-fazer arquivístico emanada pelo Arquivo Nacional, passamos a correr o risco de que a dimensão constituinte do passado preservada pelos arquivos caia no esquecimento

A crise institucional, causada com o golpe parlamentar de 2016, e o aprofundamento do abismo socioeconômico provocado pelo neoliberalismo tardio criaram uma massa de ressentidos que passaram a se identificar com o discurso anti-sistema bolsonarista (MENDONÇA, 2020, p. 5). Na lógica do governo com características protofascistas, a destruição do sistema democrático é importante para a continuidade do seu projeto de poder. O desrespeito com os servidores públicos, o enfrentamento com as outras esferas como o Legislativo e o Judiciário, a destruição das instituições e o escárnio naturalizado em nomear para cargos de gestão figuras completamente ineptas, haja vista as indicações para a Fundação Palmares, para o Ministério da Educação, para o Ministério da Saúde no momento de grave crise de saúde mundial, faz parte da engenharia da destruição do Governo Bolsonaro para a perpetuação no poder, construindo a imagem de um novo regime anti-sistema.

Desse modo, a engenharia da destruição como política de governo se apresenta como ruptura das antigas estruturas e implementação de uma “novidade radical” que precisa o tempo inteiro de tensionamento e da construção de inimigos que corroborem a construção discursiva que o Governo vive sob constante ameaça de ser destituído e tais “inimigos” impedem a governança.

4 CONCLUSÃO

Assim, procuramos realizar uma análise das interferências do Governo Federal no Arquivo Nacional, considerando o contexto socio-histórico e forma de atuação bolsonarista no esfacelamento das instituições republicanas.

A engenharia da destruição configura-se como projeto de poder para a permanência de um grupo político caracterizado por seu discurso anti-sistêmico e por suas afinidades com totalitarismos como demonstramos. A desconstrução deliberada das institucionalidades e das organizações públicas por embaralhamento, por meio de duas características: a) redistribuição, fragmentação e ressignificação de competências institucionais; e b) administração das instituições por atores que lhes são oponentes ou que têm valores antagônicos a elas.

A reflexão aqui apresentada faz um alerta sobre o desmoronamento do Estado democrático de direito a partir do enfraquecimento das instituições republicanas que o garantem como tal. O Estado não se configura apenas como uma comunidade de cidadãos, que participam da formação do governo, formulam suas ações e decidem, mas também um conjunto de instituições e dispositivos de força, regulação e disciplinamento social, que envolve a

produção simbólica, a mobilização de saberes e discursos, simetricamente potenciados pelas práticas institucionais

A atuação do governo é estratégica, trata-se de um método, uma política que anula a importância das instituições e seus saberes-fazer para o atendimento das necessidades da população. Assim, não conseguindo cumprir suas missões tornam-se obsoletas para a sociedade e não oferecem resistência ao projeto de poder totalitarista.

As instituições precisam ser avaliadas, fiscalizadas, criticadas pelos cidadãos, inclusive para se aperfeiçoarem. No entanto, a engenharia da destruição como projeto de governo para com as instituições republicanas pode levar a grandes retrocessos ao Estado democrático de direito como a garantia fundamento que é o direito à informação. Garantia essa que o Arquivo Nacional é promotor e guardião por meio de sua missão de administrar e dar acesso à documentação produzida pela Administração Pública Federal.

Referências

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

BRASIL. **Plano estratégico Arquivo Nacional (2020-2023)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020.

_____. Decreto n.º 10.148, de 2 de dezembro de 2019. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: Imprensa Oficial, 2019.

_____. Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos. **Diário Oficial da União**. Brasília: Imprensa Oficial, 1991.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

LANIADO, R. N. Políticas públicas e desempenho institucional em relação à criminalidade. **Organizações & Sociedade**, Salvador. v. 7, n. 17, p. 99-111 jan./abr. 2000

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. **Sociologia e antropologia**. Rio de Janeiro: Cosac Naif, 2003.

MENDONÇA, D. A ameaça da egopolítica. **Anais do XII Encontro ABCP**, João Pessoa, 18 a 21 de agosto de 2020.

SAHLINS, M. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1976.

SILVA, A. F. B.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. Assédio institucional no setor público e o processo de desconstrução da democracia e do republicanismo no Brasil. In: MARQUES, R.; CARDOSO JÚNIOR, J.C. **Rumo ao Estado necessário:** críticas à proposta de governo para a reforma administrativa e alternativas para um Brasil republicano, democrático e desenvolvido. Brasília: Fonocate, 2021.

O PAPEL DA CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL DOS ARQUIVOS

Natália Bruno Rabelo (Universidade Federal Fluminense),
Paulo José Viana de Alencar (Universidade Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

A patrimonialização dos arquivos tem sido abordada com certa frequência na literatura arquivística contemporânea (COUGO JÚNIOR, 2020); (GRIGOLETO, 2018); (DUARTE, 2013); (MOLINA, 2013); (HEYMANN, 2009). Dentre as perspectivas tecidas se destacam os estudos sobre a patrimonialização de arquivos pessoais no âmbito do Programa Memória do Mundo (MOW) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a patrimonialização cultural dos arquivos.

Esta última, efetivada através da via processual, de acordo com Cougo Júnior (2020) a pode ocorrer através de gestos como a publicização, transmissão, estudo, reconhecimento e valoração e declaração oficial. Pode ser performada através de atos como a aquisição por compra, doação ou comodato; recolhimento compulsório ou por avaliação; tombamento; declaração de interesse público e social e pelo registro no Programa Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas (MOW/UNESCO).

Aquisição e recolhimento constituem formas custodiais de patrimonialização porque demandam a ativação da responsabilidade pela

custódia, a proteção física e moral dos arquivos apontados como de valor cultural, enquanto o tombamento, a declaração de interesse público e social e o registro no MOW/ UNESCO apresentam natureza declaratória. Desta forma, percebe-se que a patrimonialização cultural de arquivos manifesta-se em diferentes dimensões teóricas, práticas e institucionais na medida em que os conjuntos orgânicos surgem para cumprir objetivos imediatos de natureza administrativa, fiscal, jurídica e etc. Neste sentido, o processo implica, dentre outros aspectos, na aferição de valores ligados à execução dos propósitos que justificaram a produção de documentos de arquivo e à atribuição de relevância histórica e informacional.

Sob tais premissas, evidencia-se, portanto, um escopo de análise da patrimonialização cultural dos arquivos vinculada às funções arquivísticas de avaliação e recolhimento, ora abordados sob a ótica da patrimonialização de arquivos públicos, ora inseridos nas discussões de aquisição de arquivos privados por instituições arquivísticas públicas na literatura do campo. Levando-se em conta a necessidade em compreender o contexto de produção dos documentos de arquivo, torna-se possível afirmar que existe um papel crucial da função classificação, também denominada classificação arquivística, cujo principal objetivo é o espelhamento das funções e atividades da entidade produtora a partir do plano de classificação de documentos ou quadro de arranjo, revelando, portanto, o vínculo desta função arquivística na contextualização dos acervos a serem avaliados, recolhidos e patrimonializados. Portanto, nossa pergunta de partida da investigação foi: “Qual o papel da classificação arquivística na patrimonialização cultural de arquivos?”.

Diante deste questionamento de natureza qualitativa e exploratória, procedeu-se à pesquisa bibliográfica nas bases de dados Google Acadêmico e a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) entre novembro e dezembro de 2021. Dentre os procedimentos metodológicos empregados cabe destacar a utilização combinada dos descritores: “patrimonialização”, “patrimonialização cultural”, “patrimonialização cultural dos arquivos”, patrimonialização cultural e Arquivologia”, “arquivos”, “arquivos e patrimônio”, “classificação em arquivos”, “classificação arquivística” e “classificação de documentos de arquivo”, valendo-se também dos equivalentes em língua inglesa, espanhola e italiana.

Para balizar a discussão em torno desses temas, procedeu-se à reflexão conceitual em torno de algumas definições e correlações de patrimonialização e arquivos. Posteriormente, explicitou-se os fundamentos da classificação em

arquivos, onde se comenta a interlocução entre esta e a patrimonialização cultural dos arquivos.

A análise do campo empírico implicou no estudo da classificação de documentos do Instituto de Computação da Universidade Federal Fluminense (IC/UFF), de modo a observar como se pratica a contextualização dos documentos no âmbito da patrimonialização cultural dos arquivos, constituindo-se esse recorte uma parte da pesquisa de Rabelo (2020). Por fim, cabe ressaltar que considerando a característica exploratória da temática não se pretende extinguir a temática da correlação da patrimonialização cultural e da classificação em arquivos, mas sim fornecer elementos para o debate desta.

2 PATRIMONIALIZAÇÃO E ARQUIVOS: ABORDAGENS E INTERLOCUÇÕES DO CONCEITO

De maneira geral, patrimônio e patrimonialização são conceitos que apresentam diversas abordagens e, detalhá-las minuciosamente não constitui um dos objetivos desse trabalho, que busca neste momento compreender como a literatura arquivística tece reflexões a partir de tais premissas. Contudo, com vistas ao estabelecimento de um ponto de partida para aferir o objetivo desta seção vale pontuar a perspectiva de Silva (2011) para quem patrimonializar determinado bem significa agregar-lhe valor econômico e/ou simbólico, de modo que o seu reconhecimento implique no reconhecimento e identificação de determinada população, também servindo como canal de desenvolvimento social, econômico e cultural.

No bojo dos autores contemporâneos da Arquivologia que se debruçaram sobre a patrimonialização dos arquivos e suas interlocuções, Heymann (2009), Molina (2013) e Duarte (2013) abordam a questão da patrimonialização de arquivos pessoais sob a ótica do Programa Memória do Mundo e assim é possível dizer que a relevância do ingresso dos arquivos nesta instância:

Os objetivos delimitados pelo Programa limitam-se a preservação, acesso e reconhecimento dos conjuntos documentais de relevância para a memória nacional. Com um processo de seleção com o propósito de elaborar uma listagem destes documentos que devem ser preservados, o Programa confere a sua logomarca. Esta logomarca corresponde a um selo conferido aos documentos ou conjuntos que correspondem às expectativas do Programa. [...] não podemos desconsiderar as determinações do Programa. Ele é uma iniciativa de uma instituição internacional de muita credibilidade em ações de preservação patrimonial. Muitas das ações desenvolvidas pela UNESCO têm poder de determinar o que merece ser

preservado por suas qualificações próprias. (DUARTE, 2013, p.203)

Grigoletto (2018) por sua vez se fundamenta na Teoria do Documento de Lund e Michel Foucault para abordar o patrimônio institucionalizado a partir da ótica de como os agentes preservacionistas, arquivo e bibliotecas como aponta a autora, utilizam-se de meios legais e administrativos para validar o patrimônio. A autora identifica no saber/fazer dessas instituições o papel de mediação entre acervos e sua patrimonialização, enxergando uma relação “indissociável” entre o Arquivologia e Bibliografia, suas práticas, seus objetos e a patrimonialização.

Por seu turno, Cougo Júnior (2020) analisou a patrimonialização cultural de arquivos no Brasil a partir dos prismas político, sócio-histórico e técnico, assim refletindo sobre agentes de patrimonialização cultural e o seu desenvolvimento. O autor identifica os atos performativos que integram o processo de patrimonialização como: aquisição por compra, doação ou comodato; recolhimento; tombamento; declaração de interesse público e social e o reconhecimento através do Programa Memória do Mundo.

Do ponto de vista histórico, ainda de acordo com o autor, a principal instituição arquivística do país demonstrou uma trajetória de heterogênea onde o século XIX assinala a criação do Arquivo Público do Império e suas primeiras sinalizações da compreensão institucional do que é o patrimônio cultural nos arquivos e, afora este aspecto também é perceptível o processo patrimonialização demarcar uma disputa com outras instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Biblioteca Nacional pela representação simbólica da memória pátria.

O século XX por seu turno presenciou a criação de novas instituições incumbidas da proteção ao patrimônio cultural como Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico (SPHAN), a formalização e expansão de uma burocracia no Estado a partir do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e uma nova guinada do Arquivo Nacional (AN) que se inicia na década de 1960 com a difusão da noção de ciclo de vida dos documentos, tomando-se a instituição arquivística como responsável por salvaguardar os conjuntos orgânicos vislumbrados como possuidores de valores informativos e culturais (COUGO JÚNIOR, 2020); (MARQUES, 2011).

Apesar da difusão desta perspectiva, somente no fim da década de 1980 e princípio de 1990 que é levado a cabo o plano de “modernizar” o AN, tornando-o órgão central para emanção de normas técnicas que abrangeriam desde a produção até a destinação final dos documentos públicos, papel proativo no sentido da patrimonialização cultural dos arquivos brasileiros que, entretanto, adquiriu opacidade nas ações de legitimação do patrimônio por

conta da participação do Estado em atos e gestos de patrimonialização de maneira descontinuada e não compartilhada com diversos setores da sociedade, conforme reflexões de Cougo Júnior (2021) e Jardim (1995).

Uma das vias de patrimonialização cultural dos arquivos, o recolhimento após avaliação, torna-se regulamentado através do Decreto n. 1.173, de 29 de junho de 1994 e do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, consistindo na transferência da custódia de arquivos não-elimináveis para uma instituição arquivística considerando seu valor administrativo, jurídico, histórico e cultural, onde o vínculo com a classificação se evidencia na medida em que o texto legal de 2002 estipula a divisão dos arquivos em dois grandes “blocos”. O primeiro relacionado às atividades-meio do órgão, onde a classificação e avaliação se orientam através de diretrizes pré-determinadas do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) E:

Já os documentos de atividades-fim são analisados pelas CPADs de cada instituição produtora/acumuladora, que define seus prazos de guarda e destinação. Na configuração mais recente da forma, instituída pelo Decreto n. 10.148, de 2 de dezembro de 2019, as comissões **devem elaborar e aplicar códigos de classificação** e tabelas de temporalidade e destinação dos documentos, instrumentos resumitivos em que são registrados os prazos definidos pelas deliberações colegiadas (COUGO JÚNIOR, 2020, p.402, grifo nosso).

Desta forma, sinaliza-se a importância do aspecto metodológico na classificação como fio condutor do processo avaliativo que dá fulcro ao recolhimento e posterior patrimonialização cultural dos arquivos.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E A TRAJETÓRIA DA CLASSIFICAÇÃO EM ARQUIVOS NO BRASIL

O estudo de perspectivas internacionais na classificação em arquivos e, especificamente de documentos de arquivo pode se tornar um recurso ilustrativo referencial para refletir o impacto da classificação na patrimonialização cultural dos arquivos. Privilegiou-se neste momento a reflexão a partir de autores clássicos da área para então aferir como esta função arquivística têm influenciado o processo no caso brasileiro.

Nesse sentido, torna-se interessante observar que T.R. Schellenberg (1973, 1980), por exemplo introduz os princípios de arranjo ressaltando os valores de prova e informacionais dos documentos, destacando o princípio da proveniência e da ordem original como diretrizes para a construção de classes dentro de um grupo de arquivo e para o arranjo de tais classes entre si a partir das relações orgânicas que mantiveram antes do recolhimento. O arquivista estadunidense acrescenta à observância dos princípios da proveniência a

atenção aos elementos: função, ação e assunto, sendo este último relegado aos documentos de característica não arquivística.

Brenneke (1968) por sua vez, salienta a existência o *Registraturprinzip* (princípio do registro), isto é, na medida em que os documentos eram expedidos e recebidos pelos órgãos alemães, pontua o autor, produz-se um registro de quem o expediu, qual área de negócio se tratava e qual resposta foi encaminhada para a questão. Nesse contexto através do *Registraturplan* e o *Aktenplan*, respectivamente que as áreas de negócio de um órgão e de suas unidades internas estarão sistematizadas de modo possibilitar a classificação dos documentos.

A arquivista alemã Thea Miller (1997) que pesquisou os procedimentos e a história do registratur alemão sintetiza as contribuições do sistema para os arquivistas da seguinte maneira:

Registratur tem a ver com a criação de arquivos, manutenção de documentos em uma ordem adequada, rastreamento dos assuntos de negócio dos documentos e a regulação dos processos de negócio, garantindo que os arquivos adequadamente arquivados podem ser facilmente encontrados, bem como provendo o controle sobre a eliminação de arquivos depois que não são mais requisitados pelo escritório. Todo esse trabalho pode ocorrer tanto em um setor separado ocupado pelos *registrars* e seus assistentes, ou em um único escritório de secretarias individuais. Também pode prover aos arquivistas um instrumento vital de abordagem da questão do arranjo e descrição, podendo também desempenhar um papel no desenvolvimento de estratégias de avaliação (MILLER, 1997, p.104, tradução nossa).

De maneira similar, o arquivista italiano Eugenio Casanova (1928) discorreu sobre a tradição italiana do *protocollo*, que desde o princípio do século XVIII era uma divisão ou funcionário responsável por classificar os documentos produzidos e recebidos nas estruturas administrativas italianas de acordo com sua ordem de expedição/recepção, com a proveniência e a área de negócio que trata.

É possível perceber que a classificação *a posteriori*, baseada na proveniência e na compreensão das funções cotidianas dos produtores de documentos de arquivo é um ponto em comum entre as abordagens alemãs e italianas e, que a adoção dessas diretrizes no momento da produção documental é decisivo para a atribuição de valor dos conjuntos documentais que serão declarados como possuintes de valor cultural e, mais do que isso, a classificação executada no protocolo e/ou setor de registro se traduz em uma sistematização longínqua que reflete as escolhas institucionais de quais séries

são tidas como significativas do ponto de vista histórico-cultural para a compreensão daquela instituição.

No caso brasileiro é possível traçar um breve panorama da classificação arquivística considerando os marcos histórico-institucionais já apontados anteriormente ao situar cronologicamente a patrimonialização cultural dos arquivos, seus principais agentes e atos para tanto. Na medida em que a criação do DASP impulsionou o surgimento de serviços de Documentação na máquina pública brasileira durante as décadas de 1940 e 1950, tais organismos apresentavam influências teóricas oriundas da Biblioteconomia e Documentação, dessa forma os documentos correntes absorveram classificações temáticas *a priori* da análise de funções e atividades correlatas à produção documental.

Se as décadas de 1960-1970 marcam o início da guinada do AN rumo ao protagonismo na coordenação política e técnica da gestão de documentos na administração pública, é a partir da lei 8.159/1991 que se legitima esta centralidade e há a atribuição ao Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) a responsabilidade pela definição da política nacional de arquivos. Nos instrumentos de classificação construídos pelos especialistas do AN e convalidados pelo Conarq é perceptível grande apropriação de teorizações biblioteconômicas e documentalistas nas versões de 2001 e 2020, principalmente através da adoção da metodologia de classificação por assuntos baseada na Classificação Decimal de Dewey (CDD), inicialmente pensada para organização de livros em estantes, conforme sugerem os estudos de Sousa (2004, 2006, 2022)

4 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DO INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Em virtude do debate levantado anteriormente, o objetivo desta seção é pensar os reflexos das metodologias de classificação na prática arquivística e assim, uma análise dos desdobramentos da pesquisa de Rabelo (2020) pode auxiliar na meta proposta.

O Instituto de Computação da Universidade Federal Fluminense (IC/UFF) foi criado no bojo do Centro Tecnológico da UFF em 29 de dezembro de 1998, por meio da Portaria nº 1.488/98 do MEC, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1998 e seu principal objetivo foi consolidar institucionalmente os esforços gradientes da UFF nas áreas de ensino, pesquisa e extensão nos campos da computação e métodos numéricos, concatenando assim os pesquisadores dos departamentos de computação, engenharia e

matemática pra estas finalidades (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, s/d).

Compõem a estrutura do IC órgãos como a Direção, Departamentos de Ensino, Laboratórios de Ensino e Pesquisa, o Colegiado da Unidade e o Almoxarifado, contudo, optou-se por focar o campo empírico desta pesquisa nos documentos produzidos e recebidos no decurso das atividades da Secretaria Administrativa (SA/TIC), pois apesar desta repartição ser encarregada de atividades meio do IC, a análise de seus documentos e a forma como eles foram atualmente classificados seguindo metodologias por assunto, evidencia o papel crucial da classificação na patrimonialização cultural dos arquivos.

No breve exercício de como podemos mensurar o papel da classificação no processo de patrimonialização, o documento produzido pela SA/TIC analisado foi o Contrato de projeto de pesquisa. Os procedimentos metodológicos para aferir o reflexo da classificação na patrimonialização desta série abarcaram: a) a identificação dos códigos de classificação possíveis para estes documentos nos Códigos de Classificação do Conarq nas suas versões de 2001 e 2020; b) a análise da ação registrada nesses documentos e a destinação atrelada às classificações nesses dois cenários à luz da patrimonialização cultural destas séries.

O contrato de projeto de pesquisa é um tipo documental que reflete a ação de concordância entre o IC e alunos de pós-graduação para o estabelecimento de projetos de pesquisa fomentados com recursos financeiros da unidade (RABELO, 2020, p.71-73). A partir da versão do Código de Classificação de Documentos Arquivísticos (CCDA) do Conarq de 2002, torna-se possível o entendimento de que o código “004 – Acordos, contratos, ajustes e convênios” é o mais apropriado para classificar o documento por conter em seu descritor a mesma espécie documental do exemplo em questão, contudo neste caso a inexistência da ação e do objeto específicos do documento em questão obscurecem o entendimento de sua relevância no bojo das atividades do instituto.

Já na versão mais atualizada do CCDA de 2021 é perceptível a exclusão da menção à espécie documental “contrato”, o que pode induzir à classificação a partir da classe “001 Relação Interinstitucional” que mais uma vez não deixa claro o motivo da criação do documento como resíduo material das atividades do IC/UFF.

Assim, apesar do ajuste metodológico das duas versões do CCDA, onde na primeira mescla elementos de diversas metodologias de maneira despadronizadas e, na segunda ocorre a adoção do que se denomina

“atividade”, percebe-se uma permanência da classificação *a priori* e distante do contexto de produção que pretende espelhar o instrumento de classificação. Um indivíduo ou comunidade interessada em mapear no futuro, por exemplo, as linhas de pesquisa executadas no IC ao longo do tempo encontraria dificuldades em compreender quais documentos compunham o procedimento de contratação de projetos de pesquisa.

Desta forma foi possível observar que o valor cultural desse conjunto é influenciado diretamente pela classificação que lhes é empregada e, nesse sentido a escolha das diretrizes teóricas e dos fundamentos metodológicos no momento da classificação ainda no órgão produtor são momentos importantes para se pensar nos arquivos que serão constituídos posteriormente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atos performativos de característica custodial de ativação do patrimônio arquivístico cultural como o recolhimento em verdade, começam a ser desenhados no bojo das atividades rotineiras da administração pública no momento da classificação, quando a perspectiva do valor e das relações dos documentos produzidos entre si e com as funções de um órgão são afixadas.

Percebe-se que as metodologias classificatórias pensadas *a priori* do estudo das funções e atividades desenvolvidas pelos órgãos produtores tendem a reduzir o complexo contexto de produção dos documentos e podem inviabilizar a disponibilidade assertiva de documentos para pesquisadores no futuro.

Não obstante ao caráter introdutório que a presente investigação se propôs a explorar, é possível mensurar os resultados obtidos a partir de duas perspectivas: a) do ponto de vista teórico é viável afirmar que a classificação arquivística ao explicitar o vínculo dos documentos de arquivo com seus produtores corrobora para a avaliação e patrimonialização cultural; b) do ponto de vista de nosso campo empírico é possível apontar que a escolha metodológica e conceitual na classificação interfere diretamente na seleção das séries documentais a serem avaliadas e, posteriormente patrimonializadas.

REFERÊNCIAS

BRENNEKE, A. **Archivistica**: contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea. Milano: Editore Dott. Antonio Giuffrè, 1968.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. Siena Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928.
COUGO JÚNIOR, Francisco. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. Tese. Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural (Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, UFPEL). 448f. UFPEL - Pelotas, 2020. Disponível

em:http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/7423/1/Tese_Francisco_Alcides_Cougo_Junior.pdf Acesso em 06 jun.2022.

DUARTE, Renato Crivelli. **A patrimonialização do arquivo pessoal: Análise dos Registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO.** Dissertação. Mestrado em Ciência da Informação (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, UNESP). 225f. UNESP - Marília, 2013. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/87910/a-patrimonializacao-do-arquivo-pessoal-analise-dos-registro> Acesso em 06 jun.2022.

GRIGOLETO, Maira Cristina. O patrimônio institucionalizado pela perspectiva do gesto: aproximações entre Bibliografia e Arquivologia. **Em questão**, v.25, s.n., p.194-216, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245250.194-215> Acesso em 06 jun. 2022.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos.** In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 8. Buenos Aires, p.1-10, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6747> Acesso em 06 jun. 2022.

JARDIM, J. M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil.** Niterói: EDUFF, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil.** 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8730> Acesso em 31 dez. 2021.

MILLER, Thea. **The German Registratur.** 1997. Dissertação (Mestrado em Archival Studies), University of British Columbia, 1997. Disponível em: <https://open.library.ubc.ca/soa/cIRcle/collections/ubctheses/831/items/1.0087986> Acesso em 06 maio 2022.

MOLINA, Talita dos Santos. Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental. **Acervo**, v.26, n.2, jul.-dez., p.160-74, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41679> Acesso em 06 jun.2022.

RABELO, Natália Bruno. **Classificação de documentos de arquivo do Instituto de Computação da Universidade Federal Fluminense: uma análise à luz do código de classificação do Conselho Nacional de Arquivos.** Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Arquivologia (Universidade Federal Fluminense, UFF). 320f. UFF, Niterói, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23285> acesso em 06 jun.2022.

SHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** Rio de Janeiro: FGV, 1973.

SHELLENBERG, T.R. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição.** Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SILVA, Sandra Siqueira da. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. **Aurora**, v.V, n.7, jan., p.106-113, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2010.v4n1.1248> Acesso em 06 jun. 2022.

SOUSA, R. T. B. Classificação de documentos arquivísticos: Trajetória de um conceito. Rio de Janeiro. **Arquivística.net**, v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em: www.arquivistica.net. Acesso em: 06 maio. 2022.

SOUSA, R. T. B. de. O leito de Procusto e os instrumentos de classificação de documentos de arquivo: análise do código de classificação de documentos de arquivo das atividades-meio do Arquivo Nacional. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 64–89, 2021. DOI: 10.19132/1808-5245281.64-89. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/112789>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SOUSA, R. T. B. O código de classificação de documentos de arquivo do Conselho Nacional de Arquivos: estudo de caso de um instrumento declassificação. **Arquivo Rio Claro**, São Paulo, n. 2, p. 26-69, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1430>. Acesso em: 15 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Homepage Instituto de Computação. Niterói, S/d. Portal na Web. Disponível em: <http://www.ic.uff.br/index.php/pt/>. Acesso em: 26 dez. 2021.

O LUGAR DA AQUISIÇÃO NA LEI DE ARQUIVOS

Fabiana Costa Dias (Universidade Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é apresentar um dos resultados que compõem a tese intitulada provisoriamente como “Aquisição de acervos arquivísticos: um estudo do conceito e suas práticas”, a ser apresentada no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. O assunto da tese é aquisição de acervos arquivísticos e para esta apresentação foram separadas duas questões: a diversidade dos significados de aquisição definidas nas obras de terminologia arquivística e a aplicação e uso deste termo no projeto da lei 4895/1984 e na Lei nº 8159, de 8 janeiro de 1991, que dispõem sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

2 O SIGNIFICADO DE AQUISIÇÃO EM OBRAS DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA

Nesta seção serão apresentadas as obras e autores nacionais que publicaram sobre terminologia arquivística e que possuem a definição de aquisição. Sendo assim, para este artigo realizamos um recorte do que foi pesquisado para a elaboração da tese. Também privilegiamos as obras nacionais para melhor articular com o projeto da lei 4895/1984 e a Lei nº 8159, de 8 janeiro de 1991, que dispõem sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Vale mencionar que a justificativa para a escolha destas publicações, para o desenvolvimento da tese, tomou como

ponto de partida o interesse de localizar as primeiras iniciativas sobre a temática e elaborar um mapeamento histórico sobre as definições dadas à aquisição.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste artigo foram os mesmos para a elaboração da tese. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, caracterizada por ser exploratória, descritiva e explicativa, com uma proposta qualiquantitativa. Os procedimentos técnicos utilizados foram pesquisa bibliográfica, documental e de levantamento com abordagens dedutiva, histórica e comparativa.

Para este artigo separamos quatro publicações nacionais que possuem a definição de aquisição. As fontes nacionais são: o artigo Terminologia Arquivística apresentado no I Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008) e o Dicionário de Terminologia Arquivística (2012).

O artigo Terminologia Arquivística apresentado no I Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972, foi a primeira referência nacional localizada que tratou especificamente sobre terminologia arquivística. Este artigo foi escrito pelo quinteto Maria Luiza Stallard Dannemann, Maria de Lourdes Costa e Souza, Wilma Schaefer Correa, Regina Alves Vieira e Marilena Leite Paes, sob os auspícios da Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB). A definição apresentada para aquisição foi a seguinte: “forma de crescimento dos arquivos, por meio de transferência ou recolhimento, doações ou legados, compras ou trocas.” (DANNEMANN, 1979, p. 437).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), publicado pelo Arquivo Nacional, indica que o significado de aquisição seja definido pelo termo entrada de documentos e assim o define: “ingresso de documentos em arquivo seja por comodato, compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração ou transferência.” (DIBRATE, 2005, p. 85).

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008) apresenta aquisição da seguinte maneira: “[...] conjunto de documentos que foram recebidos por um arquivo durante determinado período, por transferência, recolhimento, compra, doação ou legado.” (CUNHA, CORDÉLIA, 2008, p.20).

Por fim, o Dicionário de Terminologia Arquivística (2012), publicado pela Associação dos Arquivistas de São Paulo, define aquisição como “ação formal em que se funda a transmissão de propriedade de documentos e arquivos.” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 20).

A partir das definições apresentadas elaboramos o quadro a seguir:

Quadro 1 - Características e definições de Aquisição

Referência	Verbo empregado na definição	Do que a aquisição trata	Método aquisitivo	Orientada por
Danemann (1979)	Crescer	Arquivos	Compras Doações Legados Transferência Recolhimento Trocas	Não menciona
Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005)	Ingressar	Documentos	Comodato Compra Custódia Dação Depósito Doação Empréstimo Legado Permuta Recolhimento Reintegração Transferência	Não menciona
Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008)	Receber	Arquivos	Compra Doação Legado Recolhimento Transferência	Não menciona
Dicionário de Terminologia Arquivística (2012)	Transmitir	Documentos Arquivos	Não menciona	Transmissão de propriedade

Fonte: Elaborado pela autora.

Tal sistematização ressalta alguns aspectos. O primeiro aspecto é em relação a variedade de verbos empregados para definir a ação de adquirir, um total de quatro: crescer, ingressar, receber e transmitir. O segundo aspecto é em relação ao que se refere ao que a aquisição trata. Identificamos duas opções: arquivo e documento. O terceiro aspecto é em relação aos métodos

aquisitivos¹⁹¹, um total de treze opções: comodato, compra, custódia, dação, depósito, doação, empréstimo, legado, permuta, recolhimento, reintegração, transferência e troca.

Os aspectos mencionados nos permitem notar que todos os verbos empregados nas definições oferecidas pelas obras de terminologia possuem como semelhança a ação de aumentar os seus arquivos ou documentos. Nesse sentido, a aquisição é caracterizada por ter a função de tornar maior os repositórios das instituições. Além disso, as definições dadas à aquisição denotam uma variedade de atividades para serem executadas. Nesse sentido, é interessante compreender o que Fisher (2015) apresentou como definição de *acquisition* pela *Encyclopedia of Archival Science*. Segundo este autor a *acquisition* pode ser orientada pela transferência formal de propriedade ou pela transferência oficial de documentos.

A transferência formal de propriedade tem como característica a alteração da jurisdição arquivística, ou seja, é modificado o proprietário do arquivo. Por outro lado, a transferência formal de documento ocorre quando os documentos de arquivo, ao longo do seu ciclo de vida, permanecem sob a mesma jurisdição arquivística, isto é, não é alterada a titularidade ou propriedade do arquivo. Para identificarmos quais métodos aquisitivos possuem as características mencionadas foi realizada uma busca nas mesmas fontes nacionais apresentadas neste artigo para localizar seus significados e sistematizamos no quadro 2.

Quadro 2 - Definição dos Métodos Aquisitivos

Método Aquisitivo	Definições
Comodato	“empréstimo gratuito por via contratual, com direito de uso por tempo predeterminado.” (DIBRATE, 2005, p. 53)
Compra	Sem definição nos dicionários de terminologia arquivística nacionais.
Custódia	“responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independente de vínculo de propriedade.” (DIBRATE, 2005, p. 54)
Dação	“entrega de documentos e/ou arquivos em pagamento de uma dívida.” (DIBRATE, 2005, p. 62)
Depósito	“entrada de documentos sob custódia temporária, sem a cessão da propriedade.” (DIBRATE, 2005, p.65)
Doação	“ato irrevogável pelo qual um proprietário de documentos cede a sua propriedade a um arquivo. Se a doação é feita por declaração de última vontade, chama-se legado.” (DANNEMANN, 1979, p.439)

¹⁹¹ A escolha por método para identificar os significados de aquisição tem como referência a autora REED, Barbara. *Acquisition and appraisal*. In: PEDERSON, Ann E.; MCCAUSLAND, Sigrid. **Keeping Archives**. Canberra: Australian Society of Archivists. 1987.

Empréstimo	“transferência física e temporária de documentos para locação interna ou externa, com fins de referência, consulta, reprodução, pesquisa ou exposição.” (DIBRATE, 2005, p. p.82)
Legado	Equivalente à doação, de acordo com a Dannemann (1979)
Permuta	Sem definição nos dicionários de terminologia arquivística nacionais.
Recolhimento	“passagem de documentos do arquivo intermediário para o arquivo permanente.” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 71)
Reintegração	“ação judiciária para recondução de documento ao fundo ou arquivo que a pertence.” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 73)
Transferência	“a passagem de documentos do arquivo corrente para o intermediário.” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 80).
Troca	Sem definição nos dicionários de terminologia arquivística nacionais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos treze métodos aquisitivos, três não possuem definição nos dicionários de terminologia arquivística: compra, permuta e troca. Em relação aos demais dez métodos aquisitivos, realizamos a seguinte classificação:

Quadro 3 - Classificação dos Métodos Aquisitivos

Orientação do Método Aquisitivo	Métodos Aquisitivos
Transferência formal de propriedade – transferência da propriedade e da posse	Compra Dação Doação Legado Custódia Reintegração
Transferência oficial de documento – temporária – transferência da posse	Comodato Custódia Empréstimo Depósito
Transferência oficial de documento – permanente – manutenção da propriedade e da posse	Custódia Transferência Recolhimento Reintegração

Fonte: Elaborado pela autora.

Compra, dação, doação e legado são caracterizados pela alteração da propriedade e posse¹⁹² dos documentos ou arquivo. A jurisdição do arquivo é

¹⁹² Posse e propriedade são conceitos do direito civil. De acordo com o Código Civil: “o proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha” (Artigo 1228, BRASIL, 2002). O

alterada e sua propriedade e posse são transferidas para quem recebeu a compra, dação, doação, legado. A reintegração vai depender se o arquivo ou itens documentais reintegrados irão mudar ou permanecer na mesma jurisdição arquivística.

Consideramos interessante desmembrar a opção transferência oficial de documento em temporária e permanente. Comodato, empréstimo e depósito utilizam em suas definições, respectivamente, “tempo pré-determinado”, “transferência física e temporária” e “custódia temporária”, ou seja, são delimitadas por um espaço de tempo, são temporárias. Por mais que ocorra a mudança de localização física, alterando a posse dos documentos submetidos a estes métodos, a jurisdição, a propriedade dos documentos e o titular não são modificadas. A propriedade dos documentos de arquivo ou dos arquivos são mantidas com o comodante, prestador e depositante e a posse dos mesmos é atribuída ao comodatário, emprestado e depositário. Transferência e recolhimento são atividades encadeadas aplicadas aos documentos ao longo do seu ciclo de vida portanto, não são alteradas a propriedade e posse dos documentos e/ou arquivo. Eles são mantidos na mesma jurisdição arquivística. Optamos por manter custódia nas três classificações dos métodos aquisitivos devido ao seu significado “responsabilidade jurídica...independente do seu vínculo de propriedade”.

Compra, permuta e troca são os métodos aquisitivos que não possuem definição nos dicionários de terminologia arquivística. Para sanar esta questão, foi utilizado o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online] e sistematizado no quadro 4, os respectivos significados:

Quadro 4 - Definição de Compra, Permuta e Troca

Método Aquisitivo	Definições
Compra	"ato de compra, coisa comprada, aquisição, suborno [...]" ¹⁹³
Permuta	"câmbio, troca, substituição, transposição." ¹⁹⁴
Troca	"ato ou efeito de trocar. Substituição; mudança; compensação; permutação; escambo." ¹⁹⁵

Fonte: Elaborado pela autora.

possuidor é “todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade” (Artigo 1196, BRASIL, 2002)

¹⁹³ "compra", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: < <https://dicionario.priberam.org/compra> >. Acesso em: 26 maio 2020.

¹⁹⁴ "permuta", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: < <https://dicionario.priberam.org/permuta> >. Acesso em: 26 maio 2020.

¹⁹⁵ "troca", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: < <https://dicionario.priberam.org/troca> >. Acesso em: 26 maio 2020.

A partir das definições oferecidas pelo Dicionário Priberam, compreendemos que permuta e troca são sinônimos, entretanto não avançamos no entendimento se há ou não transferência de propriedade ou de documento. Como boa parte das celebrações de aquisição são realizadas por meio de contratos, incluímos nesta pesquisa o Código Civil publicado por meio da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. De acordo com o artigo 481, “pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro.” (BRASIL, 2002). O domínio é “direito de propriedade; faculdade de usar e dispor livremente do que é próprio; propriedade; bens imóveis [...]”¹⁹⁶ Quer dizer que, a compra é caracterizada pela transferência formal da propriedade. O Código Civil possui também ao capítulo II - Da Troca ou Permuta, artigo 533, que assim as aplica:

Aplicam-se à troca as disposições referentes à compra e venda, com as seguintes modificações: I - salvo disposição em contrário, cada um dos contratantes pagará por metade as despesas com o instrumento da troca; II - é anulável a troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante. (BRASIL, 2002)

Assim, concluímos que compra, permuta e troca são orientadas pela transferência formal de propriedade.

Esta breve apresentação das definições de aquisições nas obras de terminologia arquivística, nos permite sugerir que existe, ao mesmo tempo, uma variedade e uma dispersão do significado do termo em questão. Mediante esta constatação, na seção seguinte, iremos identificar quais destes significados atribuídos à aquisição constam no projeto da lei 4895/1984 e na Lei nº 8.159/1991.

3 O LUGAR DA AQUISIÇÃO NA LEI DE ARQUIVOS

A Lei 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, foi aprovada em 8 de janeiro de 1991 e ficou conhecida como lei dos arquivos. A urgência de publicar uma lei de arquivos já vinha sido mencionada por José Honório Rodrigues em seus relatórios quando foi diretor do Arquivo Nacional (1958 – 1964). Afirmava que

¹⁹⁶“DOMÍNIO”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: < <https://dicionario.priberam.org/DOM%C3%8DNIO> >. Acesso em: 26 maio 2020.

as exigências não eram somente por melhores instalações física e qualificação do corpo técnico, quanto também a

[...] elaboração de um instrumento legal para a preservação dos arquivos do poder público, no tocante à política de recolhimento. Sugeria que só uma lei do Congresso Nacional poderia determinar sua obrigatoriedade, dando eficácia às decisões do Arquivo Nacional e permitindo a defesa, a preservação, a seleção e a eliminação da documentação de órgãos integrantes do poder da União. (FRANCO, 1986, p. 35)

No mesmo ano em que Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco assumiu a direção do Arquivo Nacional colocou em pauta o projeto de elaboração de uma lei de arquivos. De acordo com Franco (1986), foi organizada uma comissão com a finalidade de apresentar sugestões para uma legislação arquivística. Um ano depois, em 10 de julho de 1981, a versão final do anteprojeto de lei foi publicada no Diário Oficial e, em 4 de outubro de 1982, foi encaminhada à Presidência da República. Quase dois anos depois, em 3 de dezembro de 1984, João Figueredo, então Presidente da República (1979 – 1985), encaminhou o anteprojeto de lei ao Congresso Nacional com sugestões apresentadas e identificada como projeto de lei 4895/1984. O site da Câmara dos Deputados disponibiliza o trâmite deste projeto de lei e a cronologia da tramitação do 4895/1984¹⁹⁷ até se tornar a lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Para este artigo, selecionamos dois momentos, o inicial e o final da tramitação projeto de lei, para identificar a presença do termo aquisição ou dos métodos aquisitivos. Organizamos o quadro 5 - Presença do termo aquisição ou métodos aquisitivos no projeto de lei 4895/1984 e na lei nº8159, como demonstrado a seguir:

Quadro 5 - Presença do termo aquisição ou métodos aquisitivos no projeto de lei 4895/1984 e na lei nº8159

Projeto de lei 4895/1984¹⁹⁸	Lei nº8159/1991¹⁹⁹
Capítulo II - Dos Arquivos Públicos Art.6º Os documentos integrantes dos arquivos correntes, efetuadas as	Capítulo I – Disposições Gerais Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de

¹⁹⁷ Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=225181>>. Acesso em 31 jul. 2021.

¹⁹⁸ Disponível em:

< <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD06DEZ1984.pdf#page=69>>. Acesso em 28 maio 2022.

¹⁹⁹ Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>. Acesso em 28 maio 2022.

operações de avaliação e seleção serão periodicamente transferidos para arquivos intermediários.	procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.
Capítulo II - Dos Arquivos Públicos Art.7º Desde que se verifiquem as condições previstas no inciso 3º do art.5º, os arquivos intermediários de âmbito federal serão recolhidos periodicamente ao Arquivo Nacional, para fins de arquivamento permanente.	Capítulo II – Dos Arquivos Públicos. Art. 7º - § 2º - A cessação de atividades de instituições públicas e de caráter público implica o recolhimento de sua documentação à instituição arquivística pública ou a sua transferência à instituição sucessora.
Capítulo III - Dos Arquivos Privados Art.11º A classificação de arquivos privados como arquivos de interesse público não transfere à União os direitos a eles relativos, nem implica seu recolhimento automático a arquivos públicos.	Capítulo II – Dos Arquivos Públicos. Art. 8º - § 2º - Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos Órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.
Capítulo IV - Da Organização Sistemática na Administração de Arquivos Art.14º As atividades de administração, recolhimento , seleção, conservação e acesso relativamente aos documentos de arquivo serão integrados ao Sistema Nacional de Arquivo, constituído pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais incumbidos do exercício dessas atribuições.	Capítulo III – Dos Arquivos Privados Art. 13 - Os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior. Parágrafo único - Na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição .
Capítulo V – Disposições Finais Art.21º Na alienação de documentos de arquivo privados considerados necessários à preservação do patrimônio arquivístico, a União, por intermédio do Arquivo Nacional, exercerá preferência na aquisição .	Capítulo III – Dos Arquivos Privados Art. 15 - Os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas.
	Capítulo IV - Da Organização e Administração de Instituições Arquivísticas Públicas

	Art. 18 - Compete ao Arquivo Nacional a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos.
	Capítulo IV - Da Organização e Administração de Instituições Arquivísticas Públicas Art. 19 - Competem aos arquivos do Poder Legislativo Federal a gestão e o recolhimento dos Documentos produzidos e recebidos pelo Poder Legislativo Federal no exercício das suas funções, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda.
	Capítulo IV - Da Organização e Administração de Instituições Arquivísticas Públicas Art. 20 - Competem aos arquivos do Poder Judiciário Federal a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Judiciário Federal no exercício de suas funções, tramitados em juízo e oriundos de cartórios e secretarias, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda.

Fonte: Elaborado pela autora.

O projeto de lei 4895/1984 é composto por cinco capítulos - Disposições Gerais, Dos Arquivos Públicos, Dos Arquivos Privados, Da Organização Sistemática na Administração de Arquivos e Disposições Finais, subdivididos em vinte e quatro artigos. Foram identificados quatro artigos com os métodos aquisitivos transferência e recolhimento e um com o termo aquisição. Das quatro ocorrências com transferência e recolhimento, duas estão inseridas no capítulo II – Dos Arquivos Públicos, uma no capítulo III –

Dos Arquivos Privados e uma no capítulo IV - Da Organização Sistêmica na Administração de Arquivos. O emprego das ocorrências nos capítulos II e IV são referentes a arquivos e documentos provenientes de órgãos de esferas públicas, isto é, caracterizados pela manutenção da jurisdição arquivística, pela transferência oficial de documentos e sem alteração de titularidade. Por outro lado, a ocorrência do capítulo III, utiliza o método aquisitivo recolhimento para denotar a alteração da jurisdição arquivística e da transferência de propriedade do arquivo. Uma vez que, o capítulo III trata sobre arquivos privados e ainda que eles realizem recolhimento, no momento que são adquiridos por instituições públicas suas jurisdições arquivísticas são alteradas. Da mesma maneira, a ocorrência do termo aquisição no capítulo V indica somente transferência de propriedade e modificação de titularidade do arquivo, por estar relacionando arquivos privados com o Arquivo Nacional.

Desta forma, o projeto de lei 4895/1984, ao mesmo tempo que utiliza recolhimento como uma ação de transferência oficial de documentos, também utiliza como transferência formal de propriedade. Ao lado disso, nomeia aquisição para designar somente transferência formal de propriedade. No entanto, deveria orientar as duas possibilidades de transferência, de propriedade e de documentos²⁰⁰, uma vez que a definição deste termo reúne todos os métodos aquisitivos.

A lei nº8159 é formada também por cinco capítulos - Disposições Gerais, Dos Arquivos Públicos, Dos Arquivos Privados, Da Organização e Administração de Instituições Arquivísticas Públicas e Disposições Finais, subdividida em vinte e cinco artigos²⁰¹. Foram identificados oito artigos com os métodos aquisitivos depósito, doação, recolhimento e transferência e um parágrafo único com o termo aquisição. Seis ocorrências com o método aquisitivo recolhimento estão no capítulo I – Disposições Gerais, no capítulo II – Dos Arquivos Públicos e no capítulo IV - Da Organização e Administração de Instituições Arquivísticas Públicas. O uso dado ao recolhimento, nos capítulos II e IV, é referente a documentos provenientes de arquivos públicos, ou seja, ocorrendo a manutenção da jurisdição arquivística de acordo com as respectivas esferas federais, estaduais e municipais. O mesmo ocorre com o uso de recolhimento no capítulo I, relacionado com a gestão de documentos em arquivos privados ou em arquivos públicos. Como também com transferência no capítulo II.

²⁰⁰ Ver Quadro 3 – Classificação dos Métodos Aquisitivos.

²⁰¹ Não foram contabilizados o capítulo V - Do acesso e do sigiloso dos documentos públicos e seus 3 respectivos artigos., devido a sua revogação pela Lei nº12.527, de 2011.

As três ocorrências com os métodos aquisitivos depósito, doação e o termo aquisição presentes no capítulo III - Dos Arquivos Privados, denotam, as duas possibilidades de transferência, de propriedade e de documentos. Isto é ocasionado pela presença de dois métodos aquisitivos que possuem classificação distintas. A doação que ocasiona a mudança de propriedade jurídica e o depósito que altera a posse dos itens documentais ou do arquivo. Além disso, a menção à aquisição sem especificar qual método estaria relacionada com sua prática. Mais uma vez, o que parece é que a escolha do termo aquisição para o projeto de lei 4895/1984 e para a lei 8159/1991 se refere a arquivos privados. Ao passo que transferência e recolhimento são atribuídos para arquivos públicos pertencentes a mesma esfera arquivística.

Interessante também observar que o termo aquisição foi somente mencionado uma única vez em cada documento analisado. Estas duas menções estão relacionadas a arquivos privados, enquanto recolhimento, com exceção de uma ocorrência no projeto de lei 4895/1984, está vinculado a arquivos públicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta apresentação foi compreender o significado de aquisição nos dicionários de terminologia arquivística nacional e como o projeto de lei 4895/1984 e na lei nº8159 a empregaram.

Em relação à definição de aquisição, por mais que em todas as referências utilizadas neste artigo denotassem um aumento de número de arquivos ou itens documentais em um repositório arquivístico, seu significado se apresentou diverso e disperso. Estas duas constatações nos indicaram a mais duas. Aquisição é caracterizada por ações de transferência formal de propriedade e transferência oficial de documentos. A diversidade e dispersão da definição de aquisição trouxeram impactos para a escrita do projeto de lei 4895/1984 e da lei nº8159.

Sobre os impactos sobre o projeto de lei 4895/1984 e da lei nº8159, identificamos a nomeação do termo aquisição relacionado à arquivos pessoais, contudo os dicionários terminológicos demonstram que este termo reúne as definições e não deveria caracterizar apenas as transferências formais de propriedade. No texto da lei nº8159 notamos que além do termo aquisição, também foram usados depósito e doação para se referirem aos arquivos privados. Em relação aos arquivos públicos foram utilizados transferência e recolhimento para indicar a aquisição de novos itens documentais.

Nesse sentido, afirmamos que tanto o projeto de lei 4895/1984 quanto a lei nº8159 escolheram utilizar aquisição e dois métodos aquisitivos, depósito

e doação, para se referirem à arquivos pessoais e recolhimento e transferência para arquivos públicos. Isso nos indica uma descaracterização da definição de aquisição por ser o termo que deveria reunir as suas definições e não ser uma oposição à transferência e recolhimento.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Projeto de Lei Nº 4.895, de 1984. **Diário do Congresso Nacional**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 dez. 1984. Seção 1, p.17171 - 17172.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Instituiu o Código Civil.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa L.. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Secretaria da Cultura, 2012.

CUNHA, Murilo; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DANNEMANN, Maria Luiza Stallard et al. Terminologia arquivística. In: **Congresso Brasileiro de Arquivologia**, 1, 1979, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: AAB, 1972. p. 435-495.

FISHER, Robert. Acquisition. In: DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia. **Encyclopedia of Archival Science**. London: Rowman & Littlefield. 2015.

FRANCO, Celina do Amaral Peixoto Moreira. Uma proposta radical de trabalho. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** - RPHAN, v. 21, 1986, p. 33-38.

PATRIMONIALIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS NO BRASIL: A DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL

**Juliana Maia Mendes (Universidade Federal Fluminense),
Renato de Mattos (Universidade Federal Fluminense)**

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos pessoais têm conquistado destaque nos campos das Ciências Humanas e Sociais desde meados do século XX. Nas últimas décadas, seu valor cultural vem sendo reconhecido para além da academia e da pesquisa científica. São fontes potenciais para a reconstrução de memórias, educação formal e informal, exercícios criativos, políticas identitárias e tantas outras possibilidades de uso. Tão múltiplos quanto o é a sociedade, o número de arquivos pessoais existentes é muito maior do que a quantidade de instituições que têm como missão a preservação de acervos arquivísticos.

Apesar da crescente presença dos arquivos pessoais nas discussões dos campos da Arquivologia, Ciências Sociais, História e áreas correlatas, ainda é tímido o avanço dos arquivos no campo do patrimônio, permanecendo à margem das políticas patrimoniais. Além disso, pouco se produz nos estudos arquivísticos sobre dispositivos de patrimonialização e o papel das instituições arquivísticas na identificação e reconhecimento de arquivos privados pertencentes ao patrimônio documental brasileiro. Ainda que presente no discurso cotidiano das instituições de custódia, identificadas muitas vezes

como instituições de memória, os critérios de aquisição e avaliação de acervos tendem a passar ao largo da função social dos arquivos e do papel ativo das instituições na definição do que não permanecerá no tempo. Eles se baseiam, geralmente, em linhas de acervo temáticas ou critérios subjetivos e demandas pessoais ligadas às preocupações de pesquisa dos profissionais a elas diretamente ligados (OLIVEIRA, 2012).

Nesse sentido, a Declaração de Interesse Público e Social aparece na interseção desses diferentes debates, em diferentes campos. Como instrumento de reconhecimento legal de arquivos privados, se apresenta como alternativa aos demais dispositivos de patrimonialização oficiais que, sob o viés da Arquivologia, não se mostram adequados às características específicas dos documentos de arquivo. Por outro lado, a Declaração apresenta problemas em sua aplicação, refletidos no pequeno número de arquivos privados reconhecidos desde 2004, ano em que o primeiro arquivo foi declarado, e no quase desconhecimento do instrumento fora da comunidade arquivística. Ademais, o dispositivo deveria fazer parte, junto a outras políticas públicas de arquivo, da construção do Sistema Nacional de Arquivos. Cabe destacar que o seu órgão central, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), é o responsável pela avaliação e tomada de providências para a homologação da Declaração pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública.

Assim, esta comunicação, baseada em pesquisa desenvolvida no âmbito do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (MENDES, 2021), busca analisar a Declaração de Interesse Público e Social e identificar suas bases, partindo da hipótese de que esta vem se constituindo como principal dispositivo de patrimonialização de arquivos privados no âmbito do Estado brasileiro. Para tanto, discute os arquivos pessoais na teoria arquivística e analisa a evolução da noção de patrimônio e sua relação com os arquivos pessoais. Ademais, apresenta os principais dispositivos de patrimonialização de arquivos pessoais em âmbito federal, quais sejam, o ato de tombamento, o Programa Memória do Mundo e a Declaração de Interesse Público e Social de Arquivos Privados, e descreve os procedimentos necessários à declaração a partir da legislação que a embasa os pareceres da Comissão de Avaliação de Acervos Privados do CONARQ, responsável por julgar o mérito das candidaturas dos arquivos a serem avaliados.

2 DESENVOLVIMENTO

Por restrições de espaço e estrutura, neste trabalho condensamos em quatro seções, além da introdução e considerações finais, as discussões desenvolvidas. Na primeira, apresentamos de maneira breve os procedimentos

metodológicos adotados na pesquisa que fundamenta essa comunicação. Em seguida, fazemos um panorama das bases teóricas e do lugar de onde partem os conceitos e noções que envolvem as discussões aqui propostas, estando eles, principalmente, no campo dos arquivos pessoais e do patrimônio. Nessa seção também são apresentados os principais atos de patrimonialização de arquivos privados em âmbito nacional no Brasil. Por fim, a terceira seção se dedica à exposição e análise da Declaração de Interesse Público e Social e dos pareceres elencados na pesquisa.

2.1 Procedimentos metodológicos

O presente trabalho é de natureza descritiva (SANTOS, 1999). No que concerne aos procedimentos, desenvolvemos uma pesquisa de base bibliográfica e documental. Foi empreendida uma revisão de literatura em torno dos temas de arquivos pessoais e patrimônio documental e, a partir de então, apresentamos a legislação relacionada. Também serão analisadas as leis e resoluções dedicadas à Declaração de Interesse Público e Social e os próprios pareceres da Comissão de Avaliação de Acervos Privados. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, de forma a compreender os processos e o contexto em que são reconhecidos os arquivos pessoais de interesse público e social.

2.2 Arquivos pessoais e patrimônio: uma breve apresentação de conceitos, dispositivos e disputas

Os arquivos privados ocuparam ao longo do desenvolvimento da Arquivologia enquanto campo de conhecimento autônomo um lugar “marginal” nas discussões da área (YEO, 2008; FISHER, 2009). O debate ainda é mais evidente quando falamos de arquivos pessoais que, como afirmou Hobbs (2016, p. 304) “encontram-se numa curiosa posição, ao mesmo tempo dentro e fora, do desenvolvimento do pensamento arquivístico”.

Geoffrey Yeo (2009) apresenta uma chave de interpretação relevante para o estudo do distanciamento dos arquivos privados do centro das discussões arquivísticas tradicionais. Ao desenvolver o próprio conceito de documento de arquivo (*records*), o autor analisa as percepções de arquivo na área da Arquivologia a partir da teoria dos protótipos. Assim, o “protótipo” de arquivo teria sido construído a partir de seu desenvolvimento teórico, prático e das discussões metodológicas do campo. Dessa maneira, o conceito de documento de arquivo esteve centrado em sua relação com os documentos produzidos e acumulados por instituições públicas como resultado de suas funções e atividades. O “protótipo”, dessa forma, se assemelha muito mais a documentos públicos que a documentos pessoais.

A distinção entre arquivos públicos e privados é tão destacada que se expressa na terminologia. Nos países de língua inglesa, de onde têm origem dois dos principais teóricos da Arquivologia Clássica e Moderna, Jenkinson e Schellenberg, “documento de arquivo” se desdobra em “*records*”, “*archives*” e “*manuscripts*”. Essas diferenças caracterizam, por um lado, a cisão entre as atribuições do gestor de documentos, responsável pelos documentos correntes (*records*), e do arquivista, encarregado dos arquivos permanentes (*archives*). Por outro, vemos uma terceira faceta dos documentos, os *manuscripts*, que por muito tempo foram encaminhados às bibliotecas ou centros de documentação, ao largo do cuidado de arquivistas e, não surpreendentemente, às margens das discussões da área.

É possível identificar na análise da literatura duas abordagens no tratamento de arquivos privados e, em especial, de arquivos pessoais. A primeira delas, herdada da perspectiva clássica que privilegia o tratamento e estudo dos arquivos governamentais, considera que os *manuscripts* ou *personal papers* estão muito distantes das exigências necessárias para garantir as características distintivas dos documentos de arquivo. A segunda abordagem, por outro lado, defende a total compreensão dos arquivos privados, incluindo os arquivos pessoais, na concepção de documentos de arquivo. Segundo ela, pessoas físicas e jurídicas produzem documentos de arquivo pelas mesmas razões que órgãos públicos, para registrar suas atividades, prová-las e recordá-las. Dessa forma, argumentam os adeptos da segunda abordagem, cabe aos responsáveis pelo tratamento dos arquivos privados o respeito aos princípios arquivísticos, sob pena de, se não o fizerem, comprometerem as características que os tornam singulares. Podemos identificar, ainda, uma terceira perspectiva, a memorialística. Sob determinados vieses se vislumbra no arquivo pessoal um projeto de seu produtor ou dos responsáveis pelo arquivo, fruto de um desejo de ser lembrado ou monumentalizado.

As diferentes perspectivas sobre os arquivos privados, principalmente os arquivos pessoais, vão influenciar nas políticas de aquisição, avaliação e metodologias concebidas e aplicadas nas instituições de custódia de arquivos no Brasil. Se refletirão, também, na forma e nos critérios adotados nos atos de patrimonialização de arquivos pessoais.

Os documentos de arquivo são aqueles produzidos e acumulados como resultado de uma atividade ou função de seu produtor, ou seja, eles nascem para cumprir ou testemunhar uma ação. Essa natureza instrumental do documento de arquivo resultou na distinção entre valor primário, ligado à finalidade imediata do documento, e valor secundário, relacionado ao seu potencial informacional. Desta forma, a avaliação pode ser analisada como a

função responsável por conformar, ainda que em parte, o patrimônio documental de uma sociedade. Essa interpretação se baseia em um dos objetivos da avaliação: determinar aqueles documentos que, atribuídos de valor secundário, deverão ser preservados permanentemente nas instituições de custódia. No caso de documentos de arquivo públicos, os considerados de guarda permanente deverão, em regra, estar disponíveis a todos os cidadãos, tornando-se parte, portanto, do arcabouço material que poderá servir à construção do conhecimento e apoio à cultura, identidade e reconstrução de memórias.

Outra aproximação presente entre patrimônio e arquivos é possível a partir da relação entre patrimônio documental e direito à memória. Heloísa de Faria Cruz (2016), ao discutir as dinâmicas sociais em torno das demandas no campo da memória social, principalmente relacionadas às políticas de reparação, identifica os processos de patrimonialização de acervos documentais como tributários dessas disputas.

O diálogo em torno da função avaliação, por um lado, e o vínculo entre arquivos, memória e cultura, por outro, foi articulado por José Maria Jardim (1995). Ao analisar a relação, considerada um dos pilares da Arquivologia contemporânea, entre a noção de memória e o processo de avaliação e seleção de documentos, o autor percebe que essas práticas buscam se legitimar a partir do discurso da preservação do patrimônio histórico e da democratização da memória nacional. Jardim questiona, além disso, a presunção de neutralidade nas práticas das instituições arquivísticas, que as leva a operar com uma noção de memória como dado “arqueologizável” e não como construção social.

Percebemos, portanto, alguns possíveis caminhos traçados para a transformação – ou reconhecimento – de arquivos privados em patrimônio: a partir da avaliação, como garantia de preservação permanente; através da institucionalização, ao serem incorporados ao acervo de instituições que têm como objetivo preservar e difundir o patrimônio cultural brasileiro; e o investimento social e político, por parte do produtor ou de indivíduos a ele relacionados. Existem, também, dispositivos de patrimonialização responsáveis por reconhecer o valor de um arquivo privado enquanto patrimônio em âmbito local, regional, nacional ou mundial. Estes se dão a partir de ações de chancela do Estado ou de agências políticas de prestígio como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Apesar dos avanços, a “periferização” dos documentos nas políticas de patrimônio permanece. Ela se manifesta de maneira exemplar no lugar ocupado pelo Programa Memória do Mundo, comumente identificado por sua

sigla em inglês MoW (*Memory of the World*), na estrutura organizacional da UNESCO. Estruturada em cinco grandes áreas (Educação, Comunicação e Informação, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Naturais e Cultura), a UNESCO compreende todos os seus programas de preservação e divulgação do patrimônio mundial, independentemente de sua natureza ou campo a que pertençam, sob a área da Cultura. A única exceção se faz ao Programa Memória do Mundo, criado em 1992 e subsidiado pela área de Comunicação e Informação. No Brasil, o MoW foi implantado a partir da constituição do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo. Criado através da Portaria nº 259, de 02 de setembro de 2004, junto à estrutura do Ministério da Cultura, no Governo Federal, e regulamentado pela Portaria nº 61, de 31 de outubro de 2007, o Comitê ficou sob gerência do Arquivo Nacional.

Em 12 anos de atuação do Comitê MoW Brasil, foram nominados 111 acervos no Registro da Memória do Mundo em âmbito nacional. Se comparado a outros atos declaratórios de patrimonialização de arquivos privados no Brasil, o MoW se destaca em número de acervos reconhecidos. Em relação às atividades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a atuação do Programa Memória do Mundo é muito mais particularizada, dedicada exclusivamente ao patrimônio documental. Por outro lado, quando contrastado ao instrumento de reconhecimento de arquivos privados de interesse público, seu escopo é maior, pois inclui documentos de instituições públicas, acervos bibliográficos, itens e conjuntos documentais independentes.

A legislação relativa ao patrimônio no Brasil, desde a criação do IPHAN até a atual Constituição de 1988 e as leis posteriores, privilegiou os bens imóveis e as obras de arte, mas não excluiu os documentos de arquivo, ainda que este apareça de maneira marginal nos textos jurídicos. Apesar de sua compatibilidade de aplicação a bens móveis, o tombamento está convencionalmente vinculado às políticas de proteção de bens imóveis. Ao longo das décadas de atuação do IPHAN, as estratégias de preservação de objetos, coleções e arquivos passou ao largo do instrumento de tombamento. Assim, poucos são os casos, desde os anos 1930, de arquivos tombados. Em sua maior parte, conjuntos documentais são tombados junto à edificação em que se encontram, como repercussão colateral, ou em cenários de elevado risco de perda ou destruição.

O tombamento também é criticado como dispositivo de patrimonialização de arquivos por sua “rigidez” pouco afim à natureza orgânica dos conjuntos documentais de natureza arquivística que pode ocasionar o desmembramento dos fundos ou “engessá-los” (MOLINA, 2013). Deste modo, a Declaração de Interesse Público e Social de Arquivos Privados foi

instituída como uma alternativa mais adequada à patrimonialização de arquivos em comparação ao instrumento de tombamento, até então única medida legal de reconhecimento de valor de arquivos privados por parte do Estado brasileiro (CAMARGO; MOLINA, 2010).

2.3 A Declaração de Interesse Público e Social de Arquivos Privados

Assim como outros dispositivos de patrimonialização, a Declaração de Interesse Público e Social funciona como um instrumento de distinção entre os inúmeros arquivos privados existentes em todo o Brasil. Essa classificação de interesse e relevância nacional carrega uma série de ônus e bônus aos responsáveis pela custódia desses acervos, além de implicar o reconhecimento da “excepcionalidade” dos conjuntos documentais elencados. No âmbito do executivo federal, a Declaração constitui um importante dispositivo de reconhecimento e salvaguarda de arquivos privados considerados fontes relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.

A Declaração de Interesse Público e Social foi criada pela Lei nº 8.159, de 1991, conhecida como Lei de Arquivos. Sua regulamentação se deu pelo Decreto nº 4.073, de 2002, e é disciplinada pela Resolução nº 47 do CONARQ. A Resolução determina que a declaração se fará por ato do Ministro da Justiça e Segurança Pública e define que a solicitação será objeto de autuação no CONARQ. O Art. 2º determina ainda que “a declaração de interesse público e social de arquivos privados será precedida de parecer instruído com avaliação técnica realizada pela Comissão de Avaliação de Acervos Privados” (BRASIL, 2003). A Comissão, sediada no Rio de Janeiro (RJ), é permanente e composta de três a cinco membros de diferentes perfis e áreas de atuação designados pelo Presidente do CONARQ.

Apesar da expansão do conhecimento sobre a Declaração enquanto dispositivo de patrimonialização e reconhecimento do valor histórico, científico e cultural de arquivos privados, poucos foram os arquivos classificados como de interesse público. Em pouco mais de duas décadas de atividade da Comissão de Avaliação de Acervos Privados do CONARQ, atuante desde 2004, dezesseis arquivos foram declarados. A partir da análise da legislação e dos pareceres elencados, alguns pontos chamam a atenção e merecem maiores exames.

Identificou-se entraves em sua aplicação, aparentemente políticos, o que resultou em, por exemplo, arquivos que tiveram parecer favorável ao reconhecimento, mas que não tiveram sua declaração homologada em Diário Oficial da União. Outra questão identificada é a imprecisão terminológica constatada na legislação e pareceres técnicos, o que implica na própria

delimitação dos conjuntos documentais salvaguardados. É importante destacar também que, até o momento, não há casos de arquivos privados reconhecidos enquanto de interesse público e social a partir de uma iniciativa do CONARQ. Segundo Silva (2011), o posicionamento do CONARQ é reativo, não há uma política definida, uma vez que “os critérios, a solução dos problemas, o próprio objeto que incide a declaração, tudo é feito pelas demandas que propõem a declaração de interesse público, isto é, a reflexão sobre as questões só ocorre à medida que vão surgindo” (SILVA, 2011, p. 99).

A análise dos pareceres nos traz evidências de outra tendência na avaliação de interesse público e social de arquivos pessoais: a valorização da figura do titular. Diversos outros aspectos podem e devem ser analisados, como a representação regional dos arquivos reconhecidos – atualmente concentrada na região Sudeste, considerando a localização das instituições de custódia onde podem ser encontrados os acervos. Como um dispositivo de patrimonialização, é válido questionar o quão importante é retratar e abranger a diversidade cultural e identitária presente no território brasileiro. Dessa maneira, os arquivos pessoais se distinguiriam não como monumento de seu produtor, mas como fonte potencial para pesquisa, cultura e reconstrução de múltiplas memórias.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988, ao tratar de patrimônio, propõe uma nova perspectiva sobre as práticas patrimoniais. Desta maneira, o poder de declarar bens enquanto patrimônio cultural brasileiro deixa de ser exclusividade do Estado e se passa a estimular a participação de cidadãos, grupos e comunidades nas ações patrimoniais e no próprio reconhecimento do que é patrimônio. Sob esse novo viés, a Lei de Arquivos e o Decreto nº 4.073 de 2002, que a regulamenta, ao prever o dispositivo de declaração de interesse público e social de arquivos privados, permite à iniciativa civil propor aqueles arquivos que considerem relevantes o suficiente para terem reconhecido seu valor enquanto patrimônio brasileiro.

No entanto, diferente de outros bens, os arquivos privados não tiveram, até a publicação da Lei de Arquivos, dispositivos de patrimonialização específicos ou instituições dedicadas ao reconhecimento do acervo arquivístico enquanto patrimônio cultural. Cabe destacar que mesmo o Arquivo Nacional não tem como missão reunir, reconhecer ou salvaguardar arquivos privados de interesse público. Além disso, a legislação não restringe a atuação do CONARQ a um papel passivo em relação à declaração de interesse público e social e não determina que este deva apenas receber e avaliar propostas de

reconhecimento feitas por instituições ou pessoas. Considerando o local periférico que ocupam os arquivos privados até os dias atuais no campo do patrimônio, é necessário um esforço proativo da instituição no processo de identificação e reconhecimento de arquivos privados que devam ser reconhecidos e salvaguardados por políticas públicas.

Como uma pesquisa não exaustiva, esse trabalho não aspira a uma análise total ou acabada da Declaração de Interesse Público e Social ou dos seus pareceres. Esperamos, a partir das discussões propostas e dos questionamentos suscitados, contribuir para a produção em torno da matéria e provocar o debate sobre o tema. Em um contexto de disputas cada vez mais acirradas de construção de narrativas e reivindicações de memórias, os arquivos despontam como lugares privilegiados de diálogo e contestação. No caso dos arquivos privados, especialmente os arquivos pessoais, sua manutenção, preservação e garantia de acesso dependem do seu reconhecimento por parte das instituições, das comunidades ou do Estado. Alçá-los a patrimônio cultural é uma maneira de salvaguardá-los. Isto posto, os caminhos e dispositivos de patrimonialização de arquivos pessoais, portanto, devem ser conhecidos, estudados e problematizados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 3 janeiro de 2002.** Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 14 mar. 2021.

CAMARGO, Célia; MOLINA, Talita dos S. O Patrimônio Arquivístico: Acervos Privados e Interesse Público. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2010. p. 1-5. Disponível em: encontro2010.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares. Acesso em: 16 abr. 2020.

CRUZ, Heloísa de F. Direito à memória e patrimônio documental. **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 29, n. 54, jan./jun. 2016. Disponível em: seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35388. Acesso em: 23 jan. 2021.

FISHER, R. In Search of a Theory of Private Archives: The Foundational Writings of Jenkinson and Schellenberg Revisited. **Archivaria**, n. 67, p. 1-24, jul. 2009. Disponível em:

<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13205>. Acesso em: 20 out. 2020.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

JARDIM, José. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663. Acesso em: 13 jan. 2021.

MENDES, Juliana M. **Arquivos pessoais e patrimônio**: a Declaração de Interesse Público e Social como instrumento de patrimonialização de arquivos. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

MOLINA, Talita dos S. **Arquivos Privados e Interesse Público**: Caminhos da Patrimonialização Documental. 2013. 131f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Lucia. M. V. Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais. In: OLIVEIRA, L. M. V.; SILVA, M. C. S. M. (Org.). **Políticas de aquisição de preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, 2012.

SANTOS, Antônio R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro. DP&A, 1999.

SILVA, Wysterley M. da. **Arquivo de interesse público e social**: a atuação do Conselho Nacional de Arquivos. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

YEO, Geoffrey. Concepts of Record: Prototypes and Boundary Objects. **The American Archivist**, v. 71, n. 1, p. 118-143, abr. 2008. Disponível em: doi.org/10.17723/aarc.71.1.p0675v40tr14q6w2. Acesso em: 2 nov. 2021.

POLÍTICA PATRIMONIAL BRASILEIRA E O PATRIMONIO ARQUIVÍSTICO: DISPUTAS E TENSÕES NO PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL

Danielle Alves de Oliveira (Universidade Federal da Paraíba),
Claudialyne da Silva Araújo (Universidade Federal da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

O século XXI vem se configurando pela rapidez do acesso, uso e circulação da informação devido ao aumento exponencial dos dispositivos tecnológicos e a massificação da conexão na rede. Neste cenário, a discussão em torno do Patrimônio Cultural vem ganhando novos desdobramentos, inclusive, no que concerne a própria essência conceitual e o desenvolvimento de políticas de preservação.

No artigo intitulado *A pós-modernização da cultura: património e museus na contemporaneidade*, Marta Anico (2005) corrobora com essa perspectiva e afirma que uma das consequências evidentes desse novo cenário da noção de patrimônio é o reconhecimento das práticas culturais locais, e consequentemente, da resignificação da função social do patrimônio.

É nesse cenário de reinterpretação da função do patrimônio que os lugares de memória vão se consolidando pela relevância de fomentar na população o sentimento de pertencimento, e consequentemente de identidade.

O termo lugares de memória foi difundido por Pierre Nora (1993) e amplamente reproduzido nas Ciências sociais. O autor assegura que não existe memória sem referentes e sem informação, os monumentos ou centro de documentação são criados com a finalidade de propiciar a rememoração, ou seja, tornar a memória presente. Assmann (2011, p. 265) pondera, nesse sentido, que “o que será confiado a memória precisa não apenas manter-se indelevelmente inesquecível, mas também, permanentemente presente”.

Diante do contexto, o presente trabalho tem como objetivo, discutir a política patrimonial brasileira, tendo como foco, a questão do patrimônio arquivístico como artefato para a ressignificação da memória social. Após a ampliação do conceito de patrimônio cultural, os arquivos começam a ganhar destaque não apenas pelo seu potencial de gestão, mas sobretudo, pela relevância do patrimônio arquivístico para a cultura, memória e identidade.

Por muitos anos, a noção de Patrimônio Arquivístico este atrelada a perspectiva material e historicista dos acervos, contudo, Medeiros (2011) destaca que essa dimensão foi sendo ampliada para a perspectiva simbólica e social, ganhando assim, mais notoriedade e destaque na sociedade da informação. Complementando essa assertiva e trazendo novos apontamentos, o autor supracitado afirma que o Patrimônio Arquivístico “revela-se além da caracterização de fonte, porque seu lugar na injunção social transforma-o num objeto onde o olhar do antropólogo deve-se ater não somente às informações que os arquivos possuem, mas a sua dinâmica social [...]”. (MEDEIROS, 2011, p. 39).

Entretanto, apesar dos avanços na legislação acerca do Patrimônio e a ampliação da compreensão dessa categoria, percebe-se que na prática, o Patrimônio ainda é tratado de forma objetificada e reducionista. Diante desse cenário, o processo de ressignificação da memória social tende a ser prejudicada, visto que muitos sujeitos não reconhecem o bem como parte da sua vivência, e, portanto, não há sentido de pertencimento.

2 REFLEXÕES ACERCA DA CATEGORIA DO PATRIMONIO CULTURAL

O termo Patrimônio é usado com muita frequência no cotidiano para denotar a ideia de herança ou poder econômico, contudo, a noção que temos hoje, dessa categoria enquanto bens culturais representativos para a comunidade, só começa a ser delineada no final do século XVIII, devido ao processo de formação dos Estados Nacionais e a necessidade de reafirmar a identidade e história local. Todavia, apesar da relevância desse fato no delineamento da ideia de patrimônio, Gonçalves (2005) destaca que enquanto

categoria de pensamento, o Patrimônio já é conhecido desde as primeiras civilizações. Complementando essa vertente, o autor supracitado afirma: “enquanto uma categoria de pensamento, ela se faz presente mesmo nas chamadas “culturas primitivas”. Estamos provavelmente diante de uma categoria extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana”. (GONÇALVES, 2005, p. 2).

Apesar das inúmeras discussões acerca da relevância dos monumentos para a preservação da memória pelo mundo, a concepção de Patrimônio Cultural no Brasil só começa a ser delineada, efetivamente, no início do século XX. O estabelecimento dessas diretrizes se deve, em grande medida, pela necessidade de barrar às constantes evasões de bens e obras de arte brasileiras para outros países aproveitando a falta de legislação que regulamente a obrigatoriedade da permanência dos bens no Brasil. Contudo, ao longo dos anos, o Patrimônio Cultural foi assumindo novos desdobramentos. De acordo com Zanirato e Ribeiro (2006, p.2),

Nos últimos anos, o conceito “patrimônio cultural” adquiriu um peso significativo no mundo ocidental. De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional.

No sentido de abarcar tais mudanças, a Constituição Federal de 1988 inaugura uma nova forma de vislumbrar o Patrimônio, ampliando assim, a noção material e imaterial dos bens culturais. Entretanto, apesar desse avanço na legislação ao incluir os bens intangíveis, Gonçalves (2003) assegura que essa divisão é meramente metodológica para evidenciar os diferentes tipos de manifestações, práticas e objetos. Assim, no que se refere ao Patrimônio Cultural, Gonçalves (2005, p.4) assegura que “[...] trata-se de uma categoria ambígua e que na verdade transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas dimensões. O material e o imaterial aparecem de modo indistinto nos limites dessa categoria”.

Esclarecendo ainda mais este posicionamento, Oliven (2003, p.79 *apud* SOUZA; CRIPPA, 2011, p. 243) afirma:

Não há diferenças químicas entre a água benta e a água comum, um pedaço de tecido e uma bandeira, mas são

tratados diferentemente pela carga simbólica adquirida na sociedade. Portanto, nesses casos, não é o suporte que justifica um bem ser visto como patrimônio cultural, mas os valores atribuídos a ele, apesar dos objetos merecerem ser preservados por constituírem um elemento do ato considerado intangível.

Portanto, a partir desta concepção, todo patrimônio é constituído de materialidade e de valor simbólico, pois ambos coexistem na representação de um bem dentro de uma comunidade. Assim, é preciso vislumbrar o Patrimônio de forma ampla e não reduzir os discursos na objetivação do bem, uma vez que essa categoria é reflexo dos processos sociais, culturais e simbólicos de uma comunidade.

Na tentativa de caracterizar a noção de Patrimônio a partir das suas múltiplas dimensões, Gonçalves (2005) estabelece três categorias na qual o Patrimônio pode ser refletida: a) ressonância; b) materialidade; c) subjetividade. Nesse sentido, qualquer Patrimônio só faz sentido se tiver o poder de evocar nos indivíduos a força de sua representação, mesmo tendo como “barreira” a subjetividade inerente ao bem. O autor assegura ainda, que por muitos anos o Patrimônio esteve preso em dimensões reducionistas, advindo inclusive, da limitação do termo cultura. Todavia, atualmente, percebe-se que vivemos num processo de oscilação “entre um patrimônio entendido como parte e extensão da experiência, e portanto, parte do corpo, e um patrimônio entendido de modo objetificado, como coisa separada do corpo [...]” no qual devemos classificar, identificar, preservar e disseminar. (GONÇALVES, 2005, p. 8).

Certamente um dos grandes desafios da contemporaneidade é transportar essa oscilação e assegurar a noção de Patrimônio como parte da experiência social. Nesse sentido, a informação é elemento essencial no processo de ressignificação desses bens. Corroborando acerca da relevância do poder da informação, Azevedo Netto (2007, p. 16) afirma que “a informação quando socializada é incorporada ao discurso de determinada comunidade e, a partir daí, passa a ser uma referência para o desenvolvimento desse mesmo grupo”.

Nesse sentido, o Patrimônio ganha uma nova atribuição, ligada essencialmente, ao desenvolvimento das comunidades, e por conseguinte, pela consciência social que culmina no desejo pela cidadania. Assim, Gonçalves (2003, p. 27) diz: “o Patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. [...] não existe apenas para representar idéias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio de certo modo, constrói, forma as pessoas”.

Contudo, Azevedo Netto (2008) ressalta que a função social do Patrimônio, e por conseguinte, a sua preservação, só irá ocorrer se a sociedade abandonar a postura passiva no processo de transferência da informação, passando a um papel ativo, de ator, em que, além da informação transferida pelos pesquisadores, eles constroem as referências de significação dessa informação. E essas mudanças posturais só são desencadeadas com uma metodologia própria que faça com que os atores sociais partilhem as informações patrimoniais e construam seus significados, permitindo a sua interlocução. (AZEVEDO NETTO, 2008, p. 16)

Assim, apesar dos avanços que começam a ser evidenciado no que tange a noção do Patrimônio, muitos pesquisadores ainda destacam conflitos e tensões no processo de reconhecimento do patrimônio. Além disso, há muitos questionamentos acerca da ineficiência das políticas de preservação, principalmente, levando em consideração a diversidade de bens que foram contemplados pela lei e que ainda hoje não possuem proteção efetiva, como no caso do Patrimônio Arquivístico, como veremos na sessão a seguir.

3 PATRIMONIO ARQUIVÍSTICO

Conforme fora dito anteriormente, a Constituição Federal Brasileira promulgada em 1988 trouxe uma ampliação dos artefatos que passaram a ser compreendidos como Patrimônio Cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, p. 123)

A mesma legislação definiu o papel do Estado como responsável pela salvaguarda do Patrimônio Cultural, cabendo ao poder público, promover e proteger “[...] o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.” (BRASIL, 1988). Visando regulamentar o dever de proteção aos documentos de arquivo como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de

prova e informação, foi sancionada a Lei 8.159/91 que dispõem sobre a Política Nacional de arquivos públicos e privados.

As legislações citadas foram essenciais no processo de reconhecimento do poder público no que tange a salvaguarda do Patrimônio Arquivístico, contudo, após quase duas décadas de efetivação, parece que os arquivos ainda se encontram relegados ao esquecimento. Bosi (1991, p. 131) afirma que esse abandono se deu, provavelmente, pela primazia no tratamento dos bens de pedra e cal, uma vez que

esse conceito norteou, na prática, a política de preservação do patrimônio histórico no país e em diversos estados e municípios da federação brasileira, por força da estrutura de poder centralizador, imposta pelo Estado Novo (1937-1945). Priorizou-se, assim, o patrimônio edificado e arquitetônico - a chamada 'pedra cal' - em detrimento de outros bens culturais significativos, mas que, por não serem representativos de uma determinada época ou ligados a algum fato histórico notável, ou pertencente a um estilo arquitetônico relevante, deixaram de ser preservados e foram relegados ao esquecimento e até destruídos por não terem, no contexto dessa concepção, valor que justificasse a sua preservação.

No artigo intitulado *A proteção do patrimônio arquivístico brasileiro*, Basques e Rodrigues (2014, p. 165), destacam que “esse esquecimento pode ter sido uma das causas que levaram ao descaso com o patrimônio arquivístico durante décadas”, inclusive, levando a destruição muitos documentos relevantes a sociedade. Porém, devemos salientar que os arquivos são instrumentos importantes no processo de ressignificação da memória e de acesso à informação, e por isso, talvez não seja interessante a preservação de certos documentos por parte do Estado. Assim, os arquivos, muitas vezes, servem como instrumento de manipulação e manutenção de estruturas de poder. Corroborando com essa perspectiva, Aleida Assmann (2011, p. 368) destaca: “não há poder político sem o controle sobre os arquivos, sem o controle sobre a memória. [...] Depois de uma mudança de poder político, a existência do arquivo se desloca juntamente com as estruturas de legitimação”.

Contudo, além dessa manipulação e controle dos arquivos por parte do poder público, percebe-se que nos últimos anos, as práticas da Arquivologia está se pautando cada vez mais pelo valor probatório e administrativo dos acervos, e deixando de lado a função social e de memória dos arquivos. Assmann (2011, p. 369) esclarece, porém, que a forma como a memória é vislumbrada, está intimamente ligada as estruturas governamentais, uma vez que “os regimes totalitários eliminam a memória de armazenamento em favor

da memória funcional, enquanto os regimes democráticos tendem a expandir a memória de armazenamento às custas da memória funcional”.

Apesar do Brasil figura-se como país democrático, percebe-se fortemente a necessidade de alguns grupos políticos em fomentar que os arquivos permaneçam inacessíveis ou com informações que reafirmem a autoridade ou a memória das elites brasileiras. “A memória coletiva nesse espaço de disputa sofre com um processo seletivo e de manipulação, no qual um grupo pode se sobrepor a outro”. (ALBUQUERQUE; OLIVEIRA; GAUDÊNCIO, 2015, p. 237-238).

Ainda corroborando dessa perspectiva, Celso Castro (2008, p. 8) destaca que “a definição do que é considerado patrimônio, e nisto incluem os arquivos, é resultado de disputas muitas vezes conflituosas. Ou seja, a discussão sobre patrimônio está inserida num campo histórico de poder, socialmente configurado”. Portanto, o Patrimônio Arquivístico, nesse contexto, está intimamente ligado a um campo de disputa entre a memória e o esquecimento.

Diante desse cenário, as estruturas de poder tendem a direcionar seu olhar em acervos que reafirmam a história nacional dos vencedores, e garantem a salvaguarda, ao expor esses vestígios em museus e centros de documentação como representantes da memória social. O Patrimônio Arquivístico resultado desse processo, está situado em uma visão reducionista da categoria de patrimônio, onde o objeto destacado, desvincula-se do vivido, e firma-se, em uma construção de memória apoiada pelas estruturas de poder vigente. Ancorado nessa perspectiva, Medeiros (2011, p. 38) se questiona: diante desse cenário de objetificação, “os valores do patrimônio arquivístico estariam postos pelo indivíduo ou indivíduos que vão dar significação a esses documentos”?

Aquiescendo dessa vertente e reafirmando a relevância da sociedade no reconhecimento do seu patrimônio Medeiros (2011, p.39) afirma:

O patrimônio arquivístico sob um olhar antropológico revela-se além da caracterização de fonte, porque seu lugar na injunção social transforma-o num objeto onde o olhar do antropólogo deve-se ater não somente às informações que os arquivos possuem, mas a sua dinâmica social, considerando a circularidade e a “alma nas coisas” junto às formas sociais que as engendram e dinamizam.

Todavia, o autor supracitado pondera que um dos grandes problemas de estabelecer um Patrimônio Arquivístico representativo para diversos segmentos sociais, é que nem todos os povos possuem tradição escrita. Nesse sentido, o papel do IPHAN pode ser relevante pela proposta de registrar os bens representativos, de modo em que haja algum referente material. Portanto,

Medeiros (2011, p. 39) afirma “os indivíduos estariam sempre registrando, impregnando em papéis ou imagens ou em sons sua representação. E mesmo quando não o fazem, os processos de alteridade fazem o outro, fazê-lo”.

Apesar da relevância simbólica do Patrimônio, a materialidade também tem espaço nessa categoria. É a partir dos traços e vestígios, que as gerações presentes podem ressignificar a sua memória. Corroborando Eduardo Murguia (2010, p. 38) afirma: “a memória se cristaliza no traço, pelo vestígio, na materialidade do registro, na visibilidade da imagem. O que nós chamamos de memória, é de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar”. Assim, podemos inferir que a memória coletiva não existe sem os referentes de memória ritualisticamente compartilhados, tais como o arquivo.

Todavia, vale salientar que a memória não pode ser vista de forma inerente ao bem, ou seja, de forma naturalizada. Esclarecendo esse posicionamento, Thiesen (2013, p. 33) assegura: “a memória é uma construção social e não um reservatório de dados”. Nesse sentido, o Patrimônio só cumprirá a sua função se for representativo para o grupo que o gerou.

É nesse aspecto que se sublinha a dificuldade em delimitar e ao mesmo tempo alargar o conceito de patrimônio arquivístico enquanto testemunho das memórias e enquanto ponte para o passado, pois esse campo de sensibilidades encontra-se numa esfera de ação que busca um trabalho especializado de enquadramento de memórias dos diversos grupos sociais que não se vêem representados no patrimônio arquivístico. (MEDEIROS, 2011, p. 44)

Diante desta discussão, o Patrimônio arquivístico brasileiro ainda está longe de representar à identidade, à ação e a memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, inclusive porque as políticas patrimoniais ainda estão centradas em modelos arqueologizável que tende a objetificar o patrimônio pela sua excepcionalidade, ao invés de reconhecer os artefatos como resultado da vivência dos diferentes grupos sociais.

Além disso, a formação dos arquivistas, cada vez mais amparada em modelos tecnicistas, vem refletindo diretamente na constituição dos acervos permanentes desconectada da função social. Nesse mesmo sentido, Jardim (1995, p. 8) diz:

Faz-se necessário que a arquivologia debruce-se sobre o tema da memória de modo a favorecer uma revisão dos aspectos teóricos e metodológicos da avaliação e seleção de documentos. Parece urgente, no mínimo, operar com uma noção/conceito de memória que privilegie os seus aspectos como construção social, e não como dado arqueologizável.

Assim, percebe-se que a problemática do reconhecimento do Patrimônio arquivístico é bem mais complexo do que a implementação de políticas de preservação, é preciso repensar essa categoria de modo a possibilitar a “compreensão do patrimônio arquivístico enquanto processo que atualiza e abarca não somente os bens produzidos no passado, mas as expressões de cultura que têm lugar na atualidade” (MEDEIROS, 2011, p. 44). Ademais, faz-se necessário que as práticas da Arquivologia sejam revisitadas para que o processo técnico da avaliação seja executado tendo como foco, não somente, o valor para a instituição, mas sobretudo, o valor cultural, informativo e de memória.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme fora dito anteriormente, o Patrimônio arquivístico é um importante artefato no processo de ressignificação da memória social, contudo, para que ele cumpra essa função é preciso repensar essa categoria de modo que os sujeitos compreendam esses bens como parte da sua experiência. Nesse contexto, diversos pontos precisam ser revistos, porém, destacamos a necessidade de repensar o processo de patrimonialização, de modo a compreender essa categoria como parte da experiência do sujeito, e, portanto, pela relação entre sociedade e cultura. Silveira e Lima Filho (2005) afirmam, porém, que atualmente as agências de preservação ao estudar um bem passível de tombamento, ainda tende a valorizar a materialidade do patrimônio edificado (os objetos), depois a imaterialidade do patrimônio (o saber fazer) e por fim, a excepcionalidade.

Diante deste cenário, percebe-se que apesar dos avanços na legislação ao estabelecer a questão da imaterialidade, as práticas ainda estão longe de propiciar à sociedade, nos mais diferentes grupos, um processo efetivo de ressignificação da memória por meio do seu Patrimônio.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; GAUDÊNCIO, Sale Mário. Memória de poetas populares na internet: Uso da plataforma wordpress na preservação e acesso a artefatos poéticos da literatura de cordel brasileira. **LIINC em Revista**. V. 11, n. 11, 2015. p. 1-254

ANICO, MARTA. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. **Revista Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, RS, n. 23, p. 71-86, jan/jun 2005.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Informação e Memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2007.

_____. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 37, n. 3, p. 7-17, set./dez. 2008.

BASQUES, Cristiane. RODRIGUES, Georgete Medleg. A proteção do patrimônio arquivístico brasileiro: um estudo das ações do Ministério Público Federal. **Revista Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.24, n.3, p. 161-172, set./dez. 2014

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, 09 jan. 1991.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento, In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

_____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Revista Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 2005.

MEDEIROS, Enderson. A patrimonialização e o arquivo enquanto patrimônio: um olhar antropológico. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 25, n.1, p.35-45, jan./jun. 2011.

MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos, SP: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 2005.

SOUZA, Willian Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2011.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

ZANIRATO, Sílvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 26, n. 51, jan.-jun. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000100012> >. Acesso em: 02 out. 2011.

O PAPEL DO SISTEMA DE ARQUIVOS NO BRASIL NA PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL DOS ARQUIVOS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

Lohayne Emerick (Universidade Federal Fluminense)

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (Universidade
Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

Compreender o desenvolvimento dos sistemas de arquivos no Brasil corrobora com pesquisas que temo intuito de delinear a história da Arquivologia no Brasil, já que a ideia da perspectiva sistêmica é apropriada nas práticas arquivísticas já no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, tornando-se parte fundamental no desenvolvimento da área e na busca por melhores práticas para a gestão de documentos e arquivos.

Nesta linha de pensamento, esta pesquisa tem como intuito a busca pela compreensão da construção e do desenvolvimento do conceito sistema de arquivos, o qual, apesar de presente na história recente da Arquivologia brasileira, é muito encontrado em pesquisas de ordem prática, revelando a escassez em seu desenvolvimento teórico. Para tanto, a metodologia adotada nessa pesquisa pode ser classificada como exploratória, somando-se a esta, a pesquisa documental, bibliográfica e a revisão de literatura acerca do conceito sistema de arquivos. Este trabalho toma como referência temporal o marco sobre os sistemas de arquivos

no Brasil, isto é, o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e é a partir daí que é possível delinear um panorama histórico a respeito da temática no Brasil.

2 PRIMEIROS PASSOS EM DIREÇÃO A MODERNIZAÇÃO: INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE ARQUIVOS

Sistema de arquivos é um conceito que surge na arquivologia brasileira no final dos anos 1950, época em que José Honório Rodrigues assume a direção do Arquivo Nacional (AN), com a proposta de modernizar a instituição, que era considerada por ele como “uma organização obsoleta, inteiramente em desarmonia com as demais instituições públicas brasileiras” (RODRIGUES, 1959, p. 9), de acordo com um relatório detalhado escrito por Rodrigues em 1959 intitulado “A situação do Arquivo Nacional”. Neste documento, baseado na leitura dos relatórios do Arquivo Nacional produzidos desde 1844, bem como em sua vivência na instituição e fora dela, o então diretor aponta diversos aspectos limitantes que o AN apresentava, majoritariamente relacionados a sua estrutura organizacional, recursos humanos, recursos técnicos, orçamento, entre outros, e propõe soluções para contornar os problemas encontrados e superar as condições em que se encontrava o AN. Durante seus primeiros anos como diretor do AN, José Honório aprova um novo regimento para a instituição, a partir do Decreto n. 44.862, de 21 de novembro de 1958, que melhora e amplia a coleta de documentos no território nacional, além de fixar a política de arquivos, entre outras demandas do Arquivo Nacional.

A perspectiva que JHR trazia em sua gestão era de que o Arquivo Nacional deveria abranger todos os arquivos do país sob forma de órgão central, respeitando as individualidades das esferas públicas, para que fosse possível estabelecer normas e diretrizes a fim de que os arquivos da nação atendessem a um certo padrão para guarda, recolhimento, tratamento e preservação, para viabilizar a unidade e indivisibilidade dos arquivos da nação e resolver problemas como a destruição indiscriminada e a falta de preservação de documentos. Assim, é possível observar que as reformas que se iniciam no Arquivo Nacional têm o intuito de modernizar a instituição e elevá-la por sua função administrativa na gestão dos arquivos nacionais. José Honório chama atenção de que o entendimento do Arquivo Nacional como instituição de caráter administrativo é fundamental para o desenvolvimento do país, pois o correto tratamento dos arquivos de uma nação possibilita a preservação da história desta, e, portanto, é necessário que seus documentos sejam preservados adequadamente.

Rodrigues chama atenção ainda para o problema acarretado pela concepção quase que exclusiva de que o arquivo era histórico, culminando numa

visão inferiorizada dos arquivos no quadro da administração pública, tendo sido preciso que as necessidades de utilização da documentação crescessem e revelassem a importância dos chamados arquivos ativos para obrigá-los a integrar a máquina administrativa pública (RODRIGUES, 1959, p. 12–13). Neste sentido, cabe ressaltar que, à época, o DASP vinha emanando ações para o tratamento dos documentos nos órgãos da administração pública brasileira, havendo uma certa “fratura” na administração dos arquivos públicos – documentos administrativos atendendo normativas do DASP e os documentos atribuídos como históricos, encaminhados para custódia do AN.

Com o intuito de elaborar o anteprojeto para um Sistema Nacional de Arquivos, a pedido de Rodrigues, o então Ministro da Justiça, Professor Alfredo Nasser, designa através da Portaria nº 316-B, de 7 de novembro de 1961, uma “Comissão para estudar a situação dos arquivos e apresentar projeto para a criação do Sistema Nacional de Arquivos” (SOUZA; DANNEMANN, 1979, p. 33). Essa comissão foi presidida por José Honório Rodrigues (Diretor do Arquivo Nacional) e constituída por Augusto de Rezende Rocha (técnico de administração do DASP), Maria Luiza Dannemann (chefe do Serviço de Registro e Assistência do Arquivo Nacional), Maria de Lourdes Costa e Souza (assistente do diretor do Arquivo Nacional) e Ruy Vieira da Cunha (técnico de administração do DASP) (BRASIL, 1961). Dentre os trabalhos dessa comissão, foram elaborados “um relatório onde estão analisados todos os aspectos que envolvem a questão, e um anteprojeto de lei instituindo o Sistema Nacional de Arquivos, a ser implantado no Brasil” (SOUZA; DANNEMANN, 1979, p. 33).

Neste relatório, é possível observar que caberia ao AN o encargo de supervisionar a organização e funcionamento dos arquivos da União, apesar do regime de desconcentração administrativa do Brasil, sendo função do AN conservar as noções de unidade e indivisibilidade do patrimônio documental do Brasil, em todas as esferas públicas. Em relação ao segundo documento produzido por esta Comissão, o anteprojeto de lei que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), no ano de 1962, são apontadas políticas para criação do SINAR, com o intuito de sistematizar a organização dos arquivos do Brasil. Este anteprojeto trata de questões como a reformulação estrutural do Arquivo Nacional, relacionada a sua nova função de órgão de cúpula do sistema (JARDIM, 1995, p. 82; SOUZA; DANNEMANN, 1979, p. 35–36). Dispõe ainda que o AN “representa o poder público na proteção ao documento de valor permanente e é a instância definitiva que decide do seu valor” (SOUZA; DANNEMANN, 1979, p. 36). Contudo, é possível perceber a ruptura que ocorria à época (e que perdurou por alguns anos à frente) em relação a autonomia sobre os arquivos da nação para o Arquivo Nacional, já que este só poderia tratar

dos arquivos de cunho histórico do país, cabendo ao DASP a gestão sobre os documentos de cunho administrativo. Essa ruptura acarretava, também, problemas referentes às noções de unidade e indivisibilidade documental que José Honório aponta no Relatório sobre a situação do AN e que, segundo Jardim (1995, p. 82–83), permanecem latentes em todo o anteprojeto de 1962, apesar das limitações decorrentes do federalismo, e resume os poderes que o Arquivo Nacional passa a centralizar nessa nova estruturação, a fim de compreender sua função dentro do sistema.

Sistema Nacional de Arquivos é definido pelo anteprojeto como: “o conjunto de órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, existentes ou a serem criados, bem como de organizações particulares, destinados a recolher, selecionar, conservar e tornar acessíveis os documentos de valor permanente para a vida da Nação” (SOUZA; DANNEMANN, 1979, p. 37). Observa-se aí a intenção de que o Sistema Nacional de Arquivos abrangesse todos os arquivos da nação, sendo estes públicos ou privados, independentemente da instância que pertencem, respeitando as particularidades de cada uma, de acordo com a Constituição. Desse modo o SINAR corresponderia a unidade documental da nação, ou melhor dizendo, a unidade documental dos arquivos históricos da nação.

O SINAR seria composto por: um órgão de cúpula – o Arquivo Nacional; um órgão colegial – o Conselho Nacional de Arquivos – que se reuniria periodicamente, composto de representantes da União, dos Estados da Federação e de Institutos Históricos; esse Conselho baixaria as normas a serem seguidas obrigatoriamente por todos os arquivos filiados ao Sistema; uma Escola Nacional de Arquivos; um Fundo Nacional de Arquivos, destinado a financiar o Sistema; arquivos filiados (SOUZA; DANNEMANN, 1979, p. 33).

Contudo, apesar dos esforços empreendidos, o anteprojeto não segue e o sistema de arquivos não se efetiva. Mas, embora não tenha sido consolidado legalmente, esse anteprojeto permanece como referência na área e base para as futuras propostas de Sistemas de Arquivos, inclusive os vindouros anteprojetos para criação do SINAR (JARDIM, 1995, p. 84).

Além da forte participação do Arquivo Nacional através da proposta do SINAR, também é importante mencionar o pioneirismo da Fundação Getúlio Vargas na implantação de um sistema de arquivos no Brasil, cujas influências têm origem na interação com a experiência do DASP e do Arquivo Nacional. O Sistema de Arquivos da FGV começou a ser implantado a partir de 1961, com a organização dos arquivos correntes da fundação, com o intuito de controlar a documentação da Fundação de modo que fosse possível organizar os arquivos dos diversos setores da instituição de maneira coordenada. A FGV tornou-se,

então, referência para a organização de arquivos privados no país e contribuiu com os esforços a respeito de sistema de arquivos.

3 A LUTA PELO SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS

Nos anos seguintes, a década de 1970 teve fundamental importância para a institucionalização da Arquivologia no Brasil. Um dos fatores de maior relevância neste cenário foi a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 20 de outubro de 1971. Em meio ao regime ditatorial, buscava reivindicações para a área e ia muito além de uma associação de classe em prol de melhorias para um grupo profissional. A AAB tinha em seu cerne a busca pelo desenvolvimento material e intelectual do país, através da reunião de diversos profissionais que trabalhavam nos arquivos brasileiros, sobretudo em arquivos de instituições públicas, que partilhavam de problemas parecidos quanto as condições de trabalho, situação dos arquivos, falta de investimento na área e diversos outros fatores (SCHMIDT, 2012, p. 170).

É a partir da movimentação da AAB em prol dos arquivos que discussões a respeito de sistema de arquivos retornam a pauta arquivística, estando presente em congressos e eventos realizados pela AAB, assim como em sua revista, *Arquivo & Administração*.

Convém ressaltar a relevância desse periódico na luta pela implementação do SINAR e de uma lei de arquivos, já que se encontram diversas menções em artigos, além de o tema estar presente em vários editoriais publicados pela revista, o que demonstra a luta de toda uma classe pelos arquivos brasileiros, como é possível perceber pelas palavras do professor Esposel no Editorial da revista nº 1 de 1973:

A necessidade de um Sistema Nacional de Arquivos para o Brasil tem sido assinalada em várias oportunidades, quase se concretizando o sistema no início da década passada, com a elaboração de um anteprojeto de alto nível, cuja atualidade se mantém até nossos dias. [...] A administração pública, desemparrada nesse particular, continua negligenciando seus documentos, emperrando a rotina das atividades e sacrificando, desastrosamente, um valioso acervo de fundo cultural. Predomina, ainda, a leviandade dos mal informados e o império dos leigos poderosos. (ESPOSEL, 1973, p. 5)

É inegável afirmar que a Associação dos Arquivistas Brasileiros foi uma instituição elementar para os processos de institucionalização da Arquivologia brasileira e seu estabelecimento como um campo científico. Sua contribuição marca a década de 1970 com grandes avanços na área, sobretudo seu papel na luta pelo Sistema Nacional de Arquivos.

Em praticamente todos os números da Revista Arquivo & Administração na década de 1970 e nos Congressos Brasileiros de Arquivologia é mencionado o Sistema Nacional de Arquivos e é possível perceber o empenho da AAB em manter a pauta latente entre os arquivistas para chamar a atenção das autoridades sobre a importância do assunto. Conforme afirma Jardim (1995, p. 78), a AAB protagonizou a pressão pela aprovação do projeto do SINAR, ainda que criticando a sua versão final.

Durante toda a década de 1970 é possível perceber a luta e a persistência pela criação efetiva do Sistema Nacional de Arquivo do Brasil, o que culmina na instituição do Sistema Nacional de Arquivos, em 25 de setembro de 1978, pelo Decreto nº 82.308, com a “finalidade de assegurar, com vista ao interesse da comunidade, ou pelo seu valor histórico, a preservação de documentos do Poder Público” (BRASIL, 1978).

Diferentemente da primeira proposta, integrariam o SINAR os Órgãos da Administração Direta e Indireta, abrangendo as fases intermediária e permanente do ciclo vital arquivístico do governo federal. O Decreto nº 82.308 também deixa a opção aos arquivos do Legislativo e Judiciário e aos arquivos existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios de integrarem o SINAR mediante convênio, retirando a obrigatoriedade existente na primeira proposta. Infelizmente, apesar de implementado, o Sistema Nacional de Arquivos não é colocado em prática, por motivos semelhantes ao do anteprojeto de 1962, em que o AN não teria autonomia sobre os arquivos da nação, já que o DASP ainda obtinha a prerrogativa da gestão dos documentos administrativos do país. Essa linha tênue e delicada evidenciada pela quebra do ciclo de vida dos documentos é fator de grande impacto na dificuldade de colocar em prática o SINAR e sua “aposentadoria precoce”, já que, apesar de instituído, nunca foi realmente posto em prática na realidade brasileira, sendo excluído da agenda de curto prazo do AN pela então diretora Celina Vargas do Amaral Peixoto (JARDIM, 1995, p. 91).

Outro fator problemático dessa proposta foi o de não ter sido formulada por profissionais da área, pois acredita-se que, assim, tornou-se mais difícil abordar as necessidades reais e específicas da área, já que, apesar de ter participado dos esforços iniciais para a produção da proposta, a AAB não participa do grupo de trabalho que elabora a proposta do anteprojeto, e nem outro arquivista.

Apesar do contexto apresentado a respeito do SINAR e da dificuldade em sua implantação devido a ruptura entre arquivos permanentes e intermediários *versus* correntes, é preciso mencionar que o projeto foi base e inspiração para diversos outros sistemas de arquivos que se sucederam pelo país,

acarretando a criação de diversos sistemas de arquivos estaduais e também em universidades públicas.

4 INSTITUCIONALIZAÇÃO E PROPAGAÇÃO DOS SISTEMAS DE ARQUIVOS NO BRASIL

É a partir dos anos 1990 que o cenário arquivístico brasileiro melhora consideravelmente, pois em 8 de janeiro de 1991 é sancionada a Lei nº 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, após diversos esforços liderados pelo Arquivo Nacional para que os arquivos brasileiros fossem contemplados com uma legislação a altura de suas necessidades (JARDIM, 1995, p. 94–95).

Cabe mencionar aqui que, favorecendo a publicação da Lei nº 8.159 em 1991, tem-se a primeira menção em uma Constituição brasileira sobre a “responsabilidade do Estado na salvaguarda dos documentos e a necessidade da gestão documental” (SCHMIDT, 2012, p. 212). Mesmo não tendo sido a altura da necessidade arquivística, essa menção colabora no sentido de trazer à tona a necessidade da gestão de documentos, além de responsabilizar o Estado quanto a isso.

Em relação a Lei de Arquivos, mencionam-se alguns pontos relevantes, como a atribuição ao Poder Público o dever pela gestão documental e pela proteção especial aos documentos de arquivo. Além disso, apresenta a definição de arquivos e de gestão de documentos, arquivos públicos, arquivos privados, documentos correntes, intermediários e permanentes, entre outros. Também é previsto e assegurado o direito à informação.

Ainda sobre a Lei, o Arquivo Nacional é incumbido sobre a gestão e recolhimento dos documentos do Poder Executivo Federal, assim como cabe ao Poder Legislativo Federal e ao Poder Judiciário Federal, seus respectivos arquivos. Quanto aos Estados, Municípios e o Distrito Federal, cabe a cada um destes definir seus critérios quanto a gestão e ao recolhimento, de acordo com o disposto na Constituição Federal e nesta Lei. Além disso, é criado o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), com a função de definir a política nacional de arquivos e atuar como órgão central de um SINAR. Assim é possível perceber a mudança de figura do órgão central do SINAR do Arquivo Nacional para o CONARQ. Essa medida se relaciona também a necessidade de alargar o escopo de ação diante da política nacional de arquivos, já que ao Arquivo Nacional cabe apenas os arquivos referentes ao Executivo Federal. Deste modo, com o CONARQ seria possível definir políticas de arquivos que abrangessem todos os arquivos da nação. A Lei de Arquivos, contudo, não define detalhes sobre o CONARQ, função essa que fica para os Decretos nº 1.173, de 29 de junho de

1994 e 1.461, de 25 de abril de 1995, consolidados e revogados pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei de Arquivos e dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, além de tratar sobre o funcionamento do CONARQ e do Sistema Nacional de Arquivos, que é, enfim, estabelecido. Deste modo, é importante ressaltar que o SINAR passa a responder diretamente ao CONARQ, já que este se torna seu órgão central.

Diferentemente das versões anteriores do SINAR, a versão implementada em 1994 e revogada pela de 2002, vem de maneira bem mais enxuta e direta. Além disso, não se trata de uma proposta propriamente dita, tratando apenas sobre o SINAR, mas sim, de um capítulo do Decreto que trata sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Enfim, neste Decreto, é estabelecida a finalidade do SINAR como de: “implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo” (BRASIL, 2002). Há que se mencionar que difere muito da proposta de 1978 já pelo fato que não determina a gestão apenas de documentos de cunho intermediário e permanente, fazendo crer que finalmente a gestão seria voltada para todas as fases documentais.

Desta vez, o SINAR tem como órgão central o CONARQ, e é integrado da seguinte maneira: I - o Arquivo Nacional; II - os arquivos do Poder Executivo Federal; III - os arquivos do Poder Legislativo Federal; IV - os arquivos do Poder Judiciário Federal; V - os arquivos estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; VI - os arquivos do Distrito Federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; VII - os arquivos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo. § 1º Os arquivos referidos nos incisos II a VII, quando organizados sistemicamente, passam a integrar o SINAR por intermédio de seus órgãos centrais. § 2º As pessoas físicas e jurídicas de direito privado, detentoras de arquivos, podem integrar o SINAR mediante acordo ou ajuste com o órgão central (BRASIL, 2002).

Na perspectiva do SINAR de 1994/2002, sistema de arquivos pode ser entendido como o conjunto dos Arquivos da nação, integrados de forma a seguir as normas e diretrizes de Gestão de Documentos em todas as fases de seu ciclo de vida. Além disso, possui como finalidade o estabelecimento de Políticas Públicas de Arquivos oriundas de seu Órgão Central e de seu Conselho. Desta forma, estabelece aos arquivos públicos do Brasil uma coordenação de modo que estes sigam os mesmos critérios e possam seguir um tratamento padronizado, adequado aos princípios arquivísticos. Ressalta-se que, todos os esforços referentes a implementação do SINAR culminam também no aumento da criação de sistemas de arquivos em diversos âmbitos e esferas do país.

O trabalho que se inicia no AN com a primeira proposta do SINAR em 1962, gera frutos até os dias atuais, com a disseminação do ideal sistêmico de organização de arquivos para vários arquivos em todo o Brasil, em diversas esferas políticas, nos âmbitos federal, estadual e municipal, em arquivos públicos e privados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva sistêmica, apropriada pela Arquivologia brasileira, caminha no tempo e espaço com as evoluções que ocorrem no campo dos arquivos no Brasil. Partindo de um princípio em que os arquivos eram considerados depósitos de documentos históricos, “arquivo morto”, sem vida, sem muita perspectiva, os sistemas de arquivos surgiram na tentativa de recuperar esses arquivos, trazendo luz a sua importância para com a comunidade, como patrimônio da nação. Portanto, em um primeiro momento, surge o termo sistema de arquivos voltado para essa necessidade de coordenar o tratamento dos documentos da nação. Ao longo do tempo, percebe-se que essa perspectiva não mais representava tudo aquilo que a Arquivologia se torna no Brasil, sendo necessário adequar a perspectiva de sistema de arquivos para as necessidades reais dos arquivos brasileiros e daquilo que os novos arquivistas do país passam a aprender e aplicar nas práticas cotidianas. Surge, então, uma perspectiva voltada a abranger todo o ciclo de vida dos documentos, qual seja, a Gestão de Documentos. Deste modo, seria possível manter os princípios arquivísticos básicos necessários ao tratamento documental e implementar políticas arquivísticas que abrangessem a os arquivos como um todo.

A propagação da ideia de sistema de arquivos no Brasil corrobora com a patrimonialização cultural dos arquivos sob a perspectiva das políticas públicas arquivísticas no sentido de que foi assunto em pauta entre os profissionais de arquivo no Brasil desde que surgiu no cenário arquivístico, propagando a necessidade de pensar na organização dos arquivos brasileiros, assim como na salvaguarda do patrimônio documental da nação. Neste sentido, a busca pela implementação de um Sistema Nacional de Arquivos, auxilia na persistência em prol dos arquivos da nação e corrobora para a criação de leis, decretos e regulamentos que auxiliam na institucionalização da Arquivologia no Brasil e, portanto, no pensar em políticas para arquivos no Brasil e em sua patrimonialização como herança e legado de toda uma nação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Portaria no 316-B, de 7 de novembro de 1961. **Diário Oficial da União**. 1961.

BRASIL. Presidência da República. Decreto no 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 4 jan. 2002.

BRASIL. Presidência da República. Decreto no 82.308, de 25 de setembro de 1978. Institui o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 set. 1978.

ESPOSEL, J. P. P. Editorial. **Arquivo & Administração**, v. 1, n. 1, p. 5, 1973.

JARDIM, J. M. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.

RODRIGUES, J. H. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

SCHMIDT, C. M. DOS S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. Doutorado em Cultura e Informação—São Paulo: Universidade de São Paulo, 10 dez. 2012.

SOUZA, M. DE L. C. E; DANNEMANN, M. L. S. Sistema Nacional de Arquivos. Anais do I Congresso Brasileiro de Arquivologia. **Anais...** In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1979.

PATRIMÔNIO INFORMACIONAL CIENTÍFICO DA EEAP/UNIRIO: LEGADO DOCUMENTAL

**Osnir Claudiano da Silva Junior (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)**

**Paulina Aparecida Marques Vieira Albuquerque (Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro)**

1 INTRODUÇÃO

O novo governo, presidido pelo militar Marechal Deodoro da Fonseca, intitulado como o primeiro presidente republicano do Brasil (1889-1891), preocupado com a saúde e a ordem social propôs reformas sanitária e hospitalar, e uma das ações foi o desenvolvimento de um programa de saneamento médico, com o objetivo de livrar a capital do país de pessoas que eram atestadas como desequilibradas mentais e que vagavam pela cidade. Dessa forma ficou sob a responsabilidade dos médicos psiquiatras sanear a cidade e dar dignidade a estes cidadãos.

Nesse mesmo momento houve a percepção da necessidade de investir na formação de profissionais especializados, o que justificou a criação de uma escola de enfermeiros e de enfermeiras para atuar principalmente nos hospícios e nos hospitais civis e militares, haja vista que este trabalho era realizado anteriormente pelas irmãs de caridade, mulheres sem a qualificação específica para atuar neste tipo de assistência à saúde e que abandonaram o serviço por conflitos com a classe médica.

Dessa forma é criada a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras (EPEE), o marco inicial na perspectiva de formação de enfermeiros no Brasil (MOREIRA, 1990, p. 42). Uma Escola criada em 27 de setembro de 1890, pelo Decreto nº 791, subordinada e integrante da estrutura organizacional do Hospício de Pedro II, criado em 1841, e posteriormente denominado de Hospício Nacional de Alienados (HNA).

No referido Decreto foram estabelecidos os requisitos básicos para o funcionamento do curso de enfermagem como matriz curricular, divisão semanal dos conteúdos teóricos e práticos sob a supervisão do médico, requisitos de ingresso (idade, saber ler e escrever, conhecer aritmética elementar e ter bons antecedentes), quantidade de alunos matriculados (fixação máxima de 30 - trinta - alunos em regime de internato, além de alunos em regime de externato - sem, contudo, informar o quantitativo desse tipo de aluno) e o tempo mínimo de dois anos para receber o título de enfermeiro.

Uma contribuição importante do Decreto em tela foi incentivar a inserção da mulher no mercado de trabalho, de forma profissionalizante. Uma mudança cultural pouco comum no país, para o período, de enxergar a mulher como força de trabalho, justificada por seu suposto caráter submisso, por sua delicadeza natural e por seu instinto materno, requisitos desejáveis pela classe médica e benéficos para os pacientes alienados.

O Decreto também foi omissivo em relação à nomeação do diretor ou diretora da Escola, ensejando que diretor do Hospício Nacional de Alienados se tornasse o seu diretor natural (MOREIRA, 1990, p. 43). Nesse sentido, o primeiro diretor da EPEE foi o médico João Carlos Teixeira Brandão (1890-1905) que, à época, dirigia o HNA, e que também foi um apoiador da criação da Escola, voltada para a formação profissional de enfermeiro(a)s.

A atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto manteve esta tradição de médicos e homens à frente da direção por praticamente 53 (cinquenta e três). Somente em 1943, Maria de Castro Pamphiro (1943-1956), assume o cargo de diretora da Escola, quebrando esta tradição e colocando, como padrão exigido para se tornar dirigente da unidade, ser profissional graduado em enfermagem.

A partir da gestão de Maria de Castro Pamphiro foram realizados os trabalhos de reorganização do Arquivo Escolar do Engenho de Dentro, de levantamento das obras da Biblioteca e de criação do Museu de Técnica em Enfermagem, entendidos nesta pesquisa como o marco inicial da patrimonialização de ciência e tecnologia da EEAP, na perspectiva de patrimônio local.

O objetivo geral desta pesquisa foi apresentar os acervos de natureza arquivística, bibliográfica e museológica da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto como integrantes do Patrimônio Informacional Científico da UNIRIO.

A metodologia adotada foi embasada no apoio teórico e documental, por intermédio do exercício conceitual e operacional de autores do campo do Patrimônio, da Arquivologia, da Biblioteconomia, da Museologia, do Direito, da Enfermagem e de outros domínios do conhecimento para questões atinentes ao Patrimônio Cultural, a partir de uma pesquisa qualitativa descritiva, considerando as fontes primárias e secundárias, que embasam o processo de formação do Patrimônio Informacional Científico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A relevância se justifica pela diversidade documental e temporal dos três tipos de acervos da EEAP, primeira escola de enfermagem do Brasil, bem como sua facilidade de acesso as fontes primárias, considerando que os pesquisadores compõem o quadro de servidores (docente e técnico-administrativo) da Universidade. Além de seu papel imprescindível no processo formativo de discentes da graduação e da pós-graduação, nos diferentes cursos ofertados pela Universidade, a exemplo de Arquivologia, Biblioteconomia, Enfermagem, História e Museologia.

2 DESENVOLVIMENTO

No que tange à definição de patrimônio cultural, por sua amplitude conceitual e evolutiva, será trabalhado o conceito na perspectiva formal da Constituição Federal de 1988, que define o patrimônio cultural brasileiro, no Artigo 216, Caput, e nos incisos I ao V, faz a exemplificação de um rol de elementos quanto as suas tipologias, *in verbis*

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - **as formas de expressão;**

II - **os modos de criar, fazer e viver;**

III - **as criações científicas, artísticas e tecnológicas;**

IV - **as obras, objetos, documentos,** edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988. Grifo nosso)

É possível afirmar a existência de diferentes ramificações do patrimônio cultural, dentre elas o de patrimônio de ciência e tecnologia (C&T), que para

Granato, Maia e Santos (2014, p.11) muitos estão ainda por serem descobertos, uma vez que as usuais e simples listagens, catálogos e inventários sintéticos não são suficientes para classificá-lo como tal, ou mesmo para preservá-lo, isto na perspectiva dos objetos científicos, incluídos os documentos de arquivo, de biblioteca e os de museu, frutos das atividades de ensino, pesquisa/inação e extensão/cultura.

Para Granato e Santos (2015, p.79-80), o patrimônio de ciência e tecnologia é constituído por

[...] o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem, além de todos aqueles objetos que são testemunhos os processos científicos e do desenvolvimento tecnológico, aqui incluídos as construções arquitetônicas produzidas e com a funcionalidade de atender às necessidades desses processos e desenvolvimentos.

Frequentemente o patrimônio de C&T encontra-se custodiado em instituições de pesquisa, em museus especializados ou em universidades. No caso em referência será destacado o patrimônio de C&T custodiado pela EEAP, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Sendo assim abaixo, o conceito de patrimônio universitário (UNIÃO EUROPÉIA, 2005)

202

Patrimônio universitário engloba todos os bens tangíveis e intangíveis relacionados com as instituições de ensino superior e o seu corpo institucional, bem como com a comunidade acadêmica composta por professores/pesquisadores e estudantes, e todo o meio ambiente social e cultural que dá forma a este patrimônio [...] É uma fonte acumulada de riqueza com referência direta à comunidade acadêmica, suas crenças, valores, realizações e sua função social e cultural, bem como modos de transmissão de conhecimento e capacidade de inovação.

Como mais uma ramificação do patrimônio cultural, em patrimônio de ciência e tecnologia, patrimônio universitário e patrimônio informacional científico, Albuquerque (2022, p. 40) aponta como sendo o conceito deste

²⁰² For the purposes of this recommendation, the “heritage of universities” shall be understood to encompass all tangible and intangible heritage related to higher education institutions, bodies and systems as well as to the academic community of scholars and students, and the social and cultural environment of which this heritage is a part. The “heritage of universities” is understood as being all tangible and intangible traces of human activity relating to higher education. It is an accumulated source of wealth with direct reference to the academic community of scholars and students, their beliefs, values, achievements and their social and cultural function as well as modes of transmission of knowledge and capacity for innovation.

último “o conjunto de documentos de natureza arquivística, bibliográfica e museológica, fruto do desenvolvimento das atividades de ensino, de pesquisa/inação e de extensão, no âmbito da UNIRIO”, e que também engloba a perspectiva local, uma vez que se refere a um grupo ou área de conhecimento. Importante destacar que tal conceito ainda foi pouco explorado no âmbito acadêmico.

No que tange à documentação de natureza arquivística²⁰³ da Escola, foi descrito no relatório anual de 1946, na seção “Do ensino”, na gestão de Maria de Castro Pamphiro, o primeiro relato escrito sobre o arquivo escolar, com as tipologias documentais integrantes do prontuário escolar de enfermagem, assim como a expedição de diplomas em pergaminho,

...continuam os trabalhos de organização do antigo arquivo escolar, estando já terminada em ordem alfabética, a parte referente aos documentos da antiga escola do Engenho de Dentro.”

Devido à pequeníssima dotação orçamentária existente, somente agora conseguimos a impressão pela Imprensa Nacional, das seguintes fichas, que formam o grupo do prontuário escolar de enfermagem:

Ficha de saúde; ficha disciplina; ficha de frequência semanal; ficha de frequência anual; horário de aulas; horário de serviços; cartão de doenças; cartão de licença para dormir fora; as quais estavam sendo improvisadas em papeis diversos e cartões aproveitados no verso, com grande trabalho.

Foram também confeccionados pela Imprensa Nacional, em pergaminho, fornecido por esta diretoria e despesa dos alunos, os diplomas a serem expedidos, cujo novo modelo foi aprovado pelo diretor do S.N.D.M.”. (BRASIL, 1946)

O acervo é constituído por documentos arquivísticos desde a criação da EPEE (1890), com quase 132 de existência, reorganizado na gestão de Maria de Castro Pamphiro e tratou-se de “[...] uma estratégia importante para legitimar a Escola e afirmar-se uma nova identidade” (AMORIM, 2004, p. 177).

A gestão do acervo arquivístico é de competência da Unidade de Arquivo e Protocolo Setorial da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (UAPS/EEAP), unidade subordinada à Gerência de Gestão de Documentos e ao Arquivo Central da UNIRIO (órgão suplementar vinculado à Reitoria, com

²⁰³ “...são produzidos por entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais, administrativos e legais. Tratam sobretudo de provar, testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é vastíssima, assim como sua forma e suporte”. BELLOTTO, 2007, p.37.

voz e voto no Conselho Universitário). Possui arquivistas, nível (E), e técnico de arquivo, nível D, no quadro de pessoal.

No que se refere a sua mensuração, possui aproximadamente 175 (cento e setenta e cinco) metros lineares, equivalente a cerca de 1350 (hum mil e trezentos e cinquenta) de caixas arquivo, da graduação, da pós-graduação e arquivos pessoais de docentes inativos, dentre eles atas, dossiês de discentes, diários de classe, coleção de diplomas, ementas de disciplinas, currículos de docentes, correspondências expedidas e recebidas, painéis alemães, fotografias, teses, dissertações, monografias, entre outros, que têm data-limite com início em 1890 até os dias atuais.

Em relação ao acervo de natureza bibliográfica²⁰⁴, também na gestão de Maria de Castro Pamphiro, no relatório anual de 1946, foi sinalizada a existência de uma biblioteca, com o total de 300 (trezentas) obras.

A Biblioteca da Escola foi enriquecida em 1946, com oferta de bons livros, feitas pelo Diretor da S.N.D.M., do professor Dr. Fábio Leite Lobo, do Diretor da Escola, do Dr. Alceu Mariz e oito livros foram adquiridos pela dotação orçamentária própria, perfazendo um total de trezentas obras.

O movimento de empréstimo de livros didáticos e literários, foi aumentado satisfatoriamente. (BRASIL, 1946)

Conforme informações recebidas da Biblioteca Setorial de Enfermagem e Nutrição (BSEN), em 2021, por e-mail, as obras estão catalogadas na base do software SOPHIA, sendo 508 (quinhentas e oito) dissertações (1984-2017), 124 (cento e vinte e quatro) livros (1888-2005) e 78 (setenta e oito) teses (1975-2017), acervo com características de patrimônio de ciência e tecnologia local, denominadas de coleção especial. Há também periódicos como a Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, da EEAP, e outros. Foi informado também não haver obras raras.

A gestão do acervo bibliográfico fica sob a responsabilidade da Biblioteca Setorial de Enfermagem e Nutrição, unidade organizacional subordinada à Biblioteca Central (órgão suplementar vinculado à Reitoria, com voz e voto no Conselho Universitário), que é responsável pelas políticas de

²⁰⁴ “... documentos resultantes de uma criação artístico-cultural ou de uma pesquisa; e podem ainda objetivar a divulgação técnica, científica e humanística, filosófica, etc. É material que trata de informar para instruir ou ensinar. Os documentos são gráficos, sejam eles impressos ou manuscritos, desenhos, mapas, plantas, ou são material audiovisual. Sua forma usual é impressa e múltipla, isto é, a mesma cópia pode existir em mais de uma biblioteca. São documentos mais acessíveis e os mais conhecidos do grande público”. BELLOTTO, 2007, p.37.

gestão, de formação e de desenvolvimento de coleções na UNIRIO. Possui bibliotecários, nível (E), no quadro de pessoal.

Já em referência ao acervo de natureza museológica²⁰⁵ foi sinalizada, no relatório anual de gestão de 1946, a organização do Museu de Técnica de Enfermagem, que teve a finalidade de atender atividades acadêmicas e culturais

Entre todas as realizações do ano, a organização do Museu de Técnica de Enfermagem, é a mais original e interessante. Consiste em uma coleção de trabalhos manuais executados pelos alunos, reproduzindo em miniatura os aparatos e materiais destinados à aplicação das técnicas correspondentes aos cuidados de enfermagem.

Durante as aulas de técnica geral ou especializada, alunos aprendem manipulação da variedade de bandejas contendo os suficientes objetos de trabalho, devendo apresentar a sua escolha, uma miniatura feita por sua iniciativa, improvisamento e habilidade.

Para efeito didático, temos obtido o máximo êxito nesse empreendimento, que é nosso, pois esta é a única Escola que imaginou instituí-lo.

Os visitantes, principalmente médicos e enfermeiros, classificaram-no de grande valor.

Recebemos os convites para levar os trabalhos do museu para fazer parte da exposição do próximo Congresso de Enfermagem a realizar-se em S. Paulo, no próximo mês de março. (BRASIL, 1946)

No mesmo relatório, foram descritos alguns dos ritos da Escola como a Cerimônia de Imposição de touca e emblema, os hinos da Escola, a missa de Ação de Graças, a instituição da lâmpada simbólica de Florence Nightingale, e o título de Dama da Lâmpada,

Cerimônia de Imposição de touca e emblema.

Atendendo uma formalidade comum às escolas de enfermagem, foi possível afinal, no dia 31 de outubro de 1946, efetuar-se com simplicidade e emoção, a primeira cerimônia de imposição de touca e emblema às alunas do sexto e quinto períodos, que ora concluíram os cursos prático e teórico.

Após a missa de ação de graças, celebrada na Matriz de S. Therezinha do M.J., onde ouviram-se os cânticos suaves do coro das alunas e as palavras edificantes do vigário, foi pelo

²⁰⁵ “... originam-se de criação artística ou da civilização material de uma comunidade. Testemunham uma época ou atividade, servindo para informar visualmente, segundo a função educativa, científica ou de entretenimento que especifica essa espécie de instituição. As características desses documentos é serem tridimensionais, isto é, serem objetos **(em regra, grifos nossos)**. Têm os mais variados tipos, naturezas, formas e dimensões”. BELLOTTO, 2007, p.37.

mesmo efetuada a benção do oratório da Escola, visitando em seguida o internato e o pavilhão de aulas.

Dando início a solenidade, falou o Sr. Diretor do S.N.D.M., num improviso de estímulo e reconhecimento pelos progressos da Escola, procedendo-se então a benção e instituição da lâmpada simbólica de Florence Nightingale, a fundadora da enfermagem moderna.

Diante do fogo sagrado emanado desse símbolo querido da profissão, receberam as alunas suas toucas e distintivos da mão da diretora e monitoras e pronunciaram seu juramento de enfermeira.

Foram distinguidas como melhores alunas, revelando excelente espírito de enfermagem, em 1º lugar, para o título de Dama da Lâmpada, Renée Bezerra de Menezes, em 2º lugar, para guarda bandeira da Escola, Carlinda Cavalcanti Coelho e no Quadro de Honra os seguintes nomes:, além dos já mencionados: Diva Rodrigues, excelente cumpridora dos deveres e mais: Olívia Melo, Maria Porancy de B. Sales, Nancy G. Corrêa, Judith Corrêa de Araújo, Julieta Alves de França, Maria Laís Bessa, Gema Cláudia de Carvalho e Vitória Allem.

Ouviu-se ainda um dos professores e com os hinos da Escola e o Hino Nacional, encerrou-se entre cumprimentos de agradecimento das pessoas amigas que compareceram gentilmente ao nosso convite.

Foi esta sem dúvida, a maior realização e a mais significativa para a Escola, a instituição da Lâmpada, é o marco maior da responsabilidade para seu futuro na causa da profissão da enfermagem do Brasil. (BRASIL, 1946)

Atualmente três desses ritos continuam em vigor na Escola, e conforme consta na página eletrônica da EEAP²⁰⁶, tem a finalidade de fortalecer o sentimento de pertencimento à profissão e à Escola, durante o processo formativo discente, dentre os quais:

Prêmio Florence Nightingale: agracia o estudante formando que teve o melhor desempenho acadêmico e identificação com os ideais da profissão. Quando estudante do sexo feminino é denominada de Dama da Lâmpada.

Acender e transportar a lâmpada, pela Dama da Lâmpada, é um símbolo da Enfermagem em todas as solenidades da Escola, em respeito à memória de Florence Nightingale, simbolizando a manutenção da luz do conhecimento profissional.

A imposição de insígnias: ocorre no quarto período, quando o acadêmico entra em contato com as atividades

²⁰⁶ Ritos da EEAP. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ccbs/eeap/direcao/ritos-da-eeap>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

práticas nas diferentes instituições de saúde no SUS. Ocorre também na colação de grau, durante o juramento à profissão, com a troca para a insígnia de bacharel. (BRASIL, 2019)

Infelizmente não há na estrutura organizacional da UNIRIO um Museu Universitário e até pouco tempo não havia no quadro de servidores profissional museólogo, nível E, o que ensejou prejuízos no tratamento técnico desse tipo de acervo. O recomendado seria ter uma unidade organizacional dessa natureza na Universidade, assim como mais profissionais museólogos dentro do quadro de pessoal, como ocorre com o Arquivo Central e a Biblioteca Central.

Existe um acervo acumulado e um espaço físico denominado de Sala de Memória e de Relíquias, mas não há o profissional museólogo e o técnico de museu para realizarem o tratamento técnico dos objetos e dos ritos da EEAP.

Como exemplo de objetos de museu da EEAP tem-se o Risque e Rabisque de Alfredo Pinto, patrono da Escola, no entanto está sob a custódia da UAPS/EEAP. Há também quadros, medalhas, insígnias, objetos hospitalares, bandeiras, toucas, máscaras, canetas, uniformes, mobiliários e outros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos acervos de natureza arquivística, bibliográfica e museológica é possível afirmar que tais itens documentais compõem o Patrimônio Informacional Científico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, podendo também serem compreendidos como patrimônio local, por suas relações identitárias com a história e a trajetória da Escola, pioneira no Brasil no ensino formal da enfermagem e do cuidado.

O Patrimônio Informacional Científico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto pode ser apontado como único e insubstituível, do ponto de vista do patrimônio de ciência e tecnologia, na modalidade local, proveniente da construção social para uma região ou campo do conhecimento, em âmbito nacional e internacional, sendo importante para a comunidade no qual está inserido, por ser a primeira escola de enfermagem do Brasil e o acervo possuir itens documentais das três naturezas, que subsidiam a história da enfermagem e do cuidar da EEAP, enquanto ciência, além das fronteiras fomentadas pelos cursos de graduação e de pós-graduação, em intercâmbio com universidades e instituições de pesquisa, nacionais e internacionais.

Em 2021, por intermédio de verba parlamentar, a EEAP conseguiu recursos para a reforma da fachada da Escola, do hall de entrada, assim como para a reestruturação do espaço físico no térreo, onde está localizada a BSEN, neste caso a fim de que custodie os acervos de natureza arquivística e bibliográfica da EEAP, e será denominado de Centro Histórico e Cultural da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (CHC/EEAP). Espera-se que, a partir dessa junção física, possa também ser desenvolvido um trabalho conjunto de gestão integrada desses três tipos de acervos, visando sua contextualização, comunicação, acesso e preservação para o público em geral, além de contribuir no processo formativo dos discentes, nos cursos ofertados pela UNIRIO, na tríade ensino, pesquisa/inação e extensão/cultura.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulina Aparecida Marques Vieira. **Comunicação Integrada do Patrimônio Informacional Científico da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto - 100 anos de História**. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro: PPGPMUS/UNIRIO/MAST, 2022.

AMORIM, Wellington Mendonça de. **Re-configuração da Primeira Escola de Enfermagem Brasileira: a missão de Maria de Castro Pamphiro, 1937-1949**. Tese de (Doutorado), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Escola de Enfermagem Ana Nery. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 abr. 2022.

_____. **Decreto nº. 791**, de 27 de setembro de 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D791.htm>. Acesso em: 20 abr. 2022.

_____. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO). **Relatório Anual de 1946 - Gestão Maria de Castro Pamphiro**.

_____. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO). **Ritos da EEAP**. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ccbs/eeap/direcao/ritos-da-eeap>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BELLOTTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GRANATO, Marcus; MAIA, Elias da Silva; SANTOS, Fernanda Pires. **Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro:**

descobrimos conjuntos de objetos de C&T pelo Brasil. Anais do Museu Paulista (Impresso), v. 22, p. 11-34, 2014.

GRANATO, Marcus; SANTOS, Fernanda **Os museus e a salvaguarda do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia no Brasil.** In: GRANATO, M. (Org.). Museologia e Patrimônio - Coleção MAST: 30 anos de pesquisa. Volume 1. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015.

MOREIRA, Almerinda. **Escola de Enfermagem Alfredo Pinto - 100 anos de História.** Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EEAP/UNIRIO, 1990.

POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS NO BRASIL: IDENTIFICANDO A AGENDA PÚBLICA

Francisco Alcides Cougo Junior (Universidade Federal de
Santa Maria)

1 INTRODUÇÃO

O processo brasileiro de redemocratização – ainda em aberto – tem sido marcado pela lenta substituição do modelo tecnocrático autoritário, produzido pela ditadura civil-militar (1964-1985), por um ciclo de ampliação dos direitos civis e dos mecanismos de participação da sociedade nas deliberações do Estado. A troca, que tem como base os preceitos fundamentais da Constituição de 1988, traz em seu cerne a ideia de que não são apenas as decisões do Estado e de seus organismos que devem estar em evidência. As demandas advindas dos diferentes grupos que compõem a sociedade também precisam ser consideradas. Mais do que isso: elas devem compor e dirigir a ação do Estado.

Zeller (2007) considera que esta necessária articulação entre os organismos estatais e a sociedade organizada se dá através das chamadas políticas públicas. Segundo Jaime *et al.*, tais políticas dão conta do que os governos – à frente do Estado –, fazem, podem fazer ou deixam de fazer a partir das demandas sociais:

[...] os objetivos que perseguem ou desejam alcançar e os recursos que mobilizam para isso, quem e porque os respaldam, os interesses econômicos, sociais e políticos que

afetam (favorável ou desfavoravelmente), os conflitos de interesse que emergem, assim como os efeitos que pretendem produzir ou produzem sobre o contexto no qual intervêm. (2013, p. 54-55, tradução nossa)

Consideradas, portanto, como a relação articulada entre Estado e sociedade visando à resolução de problemas que afetam ao bem comum, as políticas públicas têm como característica fundamental sua planeabilidade. De acordo com Secchi *et al.* (2019), elas se dão a partir de hipóteses globalizadoras e através de ações organizadas e planejadas, que buscam oferecer alternativas racionais e metódicas para a mitigação ou resolução de problemas públicos – que, por sua vez, podem ser reconhecidos tanto em áreas específicas (saúde, educação, segurança, cultura etc.), quanto a partir de suas relações interseccionais.

Neste sentido, tanto o planejamento, quanto a formulação de possíveis soluções a partir de ações de políticas públicas só podem se dar a partir da percepção sistemática sobre os problemas públicos a serem enfrentados. Tais problemáticas, por sua vez, são reconhecidas a partir da ação sistemática de atores (que podem ser partidos políticos, organismos paraestatais, instituições de pesquisa ou outras agrupações sociais) que, a partir de entendimentos específicos, buscam enfatizar a relevância e o impacto dos temas que lhe afetam, usando de sua máxima capacidade persuasiva no debate público. Conforme Secchi *et al.*, “o conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes” (2019, p. 58) forma o que a literatura chama de “agenda”, um rol das temáticas que determinada comunidade política percebe como prioritários. A formação de uma ou mais agendas dos problemas públicos é essencial para a formulação de alternativas de solubilidade e para a consequente tomada de decisões que marcam a implementação das políticas.

Considerando tais preceitos, neste trabalho proponho uma identificação preliminar sobre a agenda dos problemas públicos arquivísticos brasileiros, isto é, os temas considerados relevantes no esperado processo de formulação de políticas públicas para a área no país. A ideia é analisar o conteúdo de três documentos específicos que elencam os tópicos mais relevantes para a definição desta possível agenda: o relatório final da *I Conferência Nacional de Arquivos* (I CNARQ, de 2011), o *Plano Setorial de Arquivos* (PSA, de 2016) e o relatório de atividades do *GT Metodologia ex post Avaliação de Políticas Públicas* (2020). A escolha por tais documentos se deu em virtude da relevância dos atores institucionais envolvidos em sua formulação: um grupo amplo de especialistas nas áreas de arquivo e afins, no caso da I CNARQ; os membros especialistas do Colegiado

Setorial de Arquivos, em relação ao PSA; e parte dos integrantes do Conselho Nacional de Arquivos, no caso da *Metodologia ex post Avaliação de Políticas Públicas*.

A análise macroscópica proposta neste trabalho visa refletir sobre quais são, afinal, os problemas prioritários ou essenciais percebidos por atores institucionais do próprio campo arquivístico. Considero este esforço importante, tanto pelo resgate de debates fundamentais para a área, quanto pela possibilidade de percebermos permanências, rupturas e complementações sobre a percepção dos problemas públicos arquivísticos brasileiros ao longo do tempo. Cabe salientar, ademais, que este trabalho tem como base teórico-metodológica os entendimentos previstos no projeto “Políticas públicas arquivísticas: preceitos, problemas e agenda pública no contexto latino-americano”, desenvolvido pelo Honório – Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas Arquivísticas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

2 EM BUSCA DA AGENDA

Embora distintas reflexões sobre os problemas públicos arquivísticos brasileiros tenham circulado em fóruns e na literatura da área desde a década de 1970, podemos considerar que o principal indicativo para o delineamento de uma agenda no setor está condensado na Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Este dispositivo não apenas institui a política nacional de arquivos, como também baliza os eixos centrais desta política – prioritários à época de sua formulação: a) a gestão de documentos e o papel dos arquivos públicos; b) os mecanismos de proteção fundamental dos arquivos privados de interesse público; c) o direito de acesso à informação e; d) a estruturação da “malha” arquivística brasileira (através do Sistema Nacional de Arquivos e do Conselho Nacional de Arquivos). Embora não represente a política arquivística em si (uma vez que nenhum dispositivo legal é capaz de dar conta desta totalidade), a “Lei de Arquivos” estrutura e estabelece o campo de ação para uma política pública relacionada aos arquivos no Brasil.

A partir da vigência da lei, esperava-se que os diferentes atores sociais envolvidos e/ou engajados no campo arquivístico pudessem delinear a agenda dos problemas públicos a serem enfrentados e as principais iniciativas para solucioná-los. Entretanto, em que pesem as frequentes manifestações gestadas em eventos e na literatura de caráter acadêmico, somente duas décadas depois da promulgação da “Lei de Arquivos” houve um movimento sistemático de identificação objetiva desta agenda. A iniciativa teve início em janeiro de 2011, a partir de uma reunião entre diferentes setores do campo arquivístico, à época mobilizados no intuito de barrar a transferência do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República, para o Ministério da Justiça (MINISTÉRIO

DA JUSTIÇA, 2012). Em março do mesmo ano, estes setores obtiveram a composição de um Comitê interinstitucional que ficou responsável pela organização e realização da *I Conferência Nacional de Arquivos*.

Depois de uma chamada Etapa Regional, a I CNARQ estabeleceu eixos, metodologia e cronograma de trabalho, sendo formalmente convocada em 11 de outubro de 2011, através de um decreto presidencial. A Etapa Nacional da conferência ocorreu em Brasília, Distrito Federal, entre 14 e 17 de dezembro do mesmo ano e reuniu organizadores, delegados, observadores e autoridades governamentais. Na Plenária Final, foram aprovadas dezoito propostas divididas em seis eixos temáticos, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Eixos e propostas aprovadas na I Conferência Nacional de Arquivos

Eixos	Propostas aprovadas
1 - Regime jurídico dos arquivos no Brasil e Lei 8.159/1991	Atualizar e ampliar Lei nº 8.159/1991
	Garantir regulação da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação)
	Assegurar o cumprimento do regime jurídico dos arquivos no Brasil, através da criação e do acompanhamento de arquivos públicos em todos os estados e municípios da federação
2 - Administração pública e gestão dos arquivos	Posicionar as instituições arquivísticas públicas no nível estratégico da Administração Pública
	Garantir representatividade dos profissionais de arquivo no processo de elaboração das políticas públicas arquivísticas
	Criar linhas específicas de financiamento para instituições arquivísticas
3 - Políticas públicas arquivísticas	Redefinir a composição e vinculação do CONARQ, reestruturando-o
	Criar um Fundo Nacional de Financiamento para o fomento à institucionalização de arquivos públicos
	Criar um grupo de trabalho para a elaboração de um Programa Nacional de Fomento e Institucionalização de Arquivos Públicos
4 - Acesso aos arquivos, informação e cidadania	Garantir participação e protagonismo dos arquivos na regulamentação da LAI
	Promover arquivos públicos como espaços de conhecimento e cidadania por meio de atividades de difusão e de serviços educativos e culturais

	Implementar ações que possibilitem a reunião, sistematização e difusão de informações sobre os arquivos brasileiros
5 - Arquivos privados	Fortalecer o Poder Público como responsável pelo reconhecimento do interesse público e social dos arquivos privados
	Assegurar a preservação e o acesso aos documentos públicos produzidos no âmbito privado
	Estimular a criação de linhas de financiamento para o apoio ao tratamento e preservação de acervos arquivísticos de natureza privada
6 - Educação, pesquisa e recursos humanos para os arquivos	Elaborar um Plano Nacional de Formação de Recursos Humanos na Área de Arquivos
	Ampliar a ação de associações e entidades ligadas à pesquisa em Arquivologia
	Encaminhar especificidades e reconhecer a necessidade de promoção de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Arquivologia

Fonte: Ministério da Justiça (2012).

Depois da I CNARQ, uma segunda sistematização geral de temas prementes relacionados às políticas públicas arquivísticas no Brasil se deu através no *Plano Setorial de Arquivos*, desenvolvido pelo Colegiado Setorial de Arquivos, em 2016. O Colegiado Setorial de Arquivos foi criado em 2010, no âmbito do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), para discutir, analisar e fornecer subsídios para a definição de políticas, diretrizes e estratégias relacionadas à interlocução entre os arquivos e a cultura. O organismo, composto por trinta membros da sociedade civil e dez do poder público, todos com mandatos de dois anos, estabeleceu o PSA a partir de três eixos temáticos, cada um deles acompanhado de suas respectivas justificativas e de uma extensa série de objetivos, estratégias e ações a serem implementadas no decênio 2016-2026. Resumidamente, elencamos no Quadro 2 as proposições do *Plano Setorial de Arquivos*:

Quadro 2 - Eixos e objetivos previstos no Plano Nacional de Arquivos

Eixos	Objetivos
I - Interação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) com o Sistema Nacional de Cultura (SNC)	Criar e modernizar instituições arquivísticas públicas
	Capacitar e qualificar trabalhadores e gestores de instituições e unidades de arquivo

	Ampliar a visibilidade dos arquivos na sociedade brasileira
	Ampliar a divulgação de acervos arquivísticos
	Intensificar a interação do Sistema Nacional de Cultura com os sistemas de arquivos
II - Arquivos, cidadania, diversidade e direitos culturais	Proteger e promover a diversidade cultural do país
	Ampliar e diversificar as ações de formação e fidelização de público em instituições arquivísticas e centros de documentação e memória
	Promover ações de educação patrimonial por meio da integração das instituições arquivísticas com escolas e grupos comunitários
	Promover a participação da comunidade, dos profissionais e dos gestores nas políticas de desenvolvimento de arquivos
III - Arquivos, consolidação da economia da cultura e desenvolvimento socioeconômico	Fortalecer cadeiras produtivas e o empreendedorismo no setor de arquivos
	Adequar e adaptar instituições arquivísticas e centros de documentação a critérios de sustentabilidade
	Valorizar o patrimônio cultural em destinos turísticos brasileiros, integrando as instituições arquivísticas aos roteiros de turismo cultural
	Apoiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica no setor de arquivos, através de parcerias interinstitucionais e da criação de linhas de financiamento

Fonte: Colegiado Setorial de Arquivos (2016).

Diferentemente da I CNARQ e do *Plano Setorial de Arquivos*, o relatório de atividades do *GT Metodologia ex post Avaliação de Políticas Públicas*, produzido no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos, durante o ano de 2020, não foi estruturado em eixos temáticos e nem estabeleceu objetivos ou metas a serem cumpridas. O documento, ao contrário, dedica-se a analisar os resultados possíveis da implementação de políticas públicas arquivísticas no Brasil, o que, entretanto, não o impede de estabelecer uma série de “recomendações”, aqui sistematizadas no Quadro 3:

Quadro 3 - Recomendações do GT Metodologia ex post Avaliação de Políticas Públicas

Recomendações
Implementar programa de capacitação de recursos humanos na área de arquivos
Promover campanha para institucionalização de instituições arquivísticas nos estados e municípios
Criar linhas de financiamento para projetos arquivísticos
Desenvolver mecanismos para efetivar o trabalho do CONARQ e dos integrantes do SINAR
Estabelecer convênios com órgãos públicos de fiscalização para promover o cumprimento da Lei de Arquivos
Formalizar o Diretório Brasileiro de Arquivos (DIBRARQ)
Sistematizar e disponibilizar dados a respeito da implementação da política nacional de arquivos
Fomentar que instituições reconheçam a dimensão arquivística dos objetivos da Agenda 2030
Contratar consultoria especializada para realizar avaliação das políticas públicas de arquivos
Atualizar a estrutura da política nacional de arquivos no intuito de adequá-la ao planejamento estratégico e à gestão de riscos do modelo de governança vigente
Reconhecer e nominar o órgão responsável pela implementação e avaliação da política nacional de arquivos
Avaliar possibilidade de criação do Fundo Nacional de Arquivos

Fonte: Conselho Nacional de Arquivos (2021).

A partir das propostas, objetivos e recomendações elencadas nos três documentos analisados, é possível aferir que – para além de temas conjunturais (como a regulamentação da Lei de Acesso à Informação) ou específicos (como as questões da economia da cultura ou do turismo cultural) – existem tópicos que se repetem ao longo das sistematizações. Em linhas gerais, estes pontos podem ser considerados como os temas nucleares da agenda de políticas públicas relacionadas aos arquivos no Brasil, pois, além de serem observados por distintos grupos da sociedade (atores), eles permanecem ao longo do tempo. Os temas são, resumidamente:

- Modernização, ampliação e cumprimento da legislação, em especial a “Lei de Arquivos”;
- Criação e fortalecimento de instituições arquivísticas no âmbito público;

- c) Formação, capacitação e atribuição de protagonismo aos profissionais de arquivos;
- d) Criação de fundos e linhas de financiamento para arquivos e projetos na área;
- e) Sistematização de informações sobre as instituições arquivísticas existentes e seus acervos;
- f) Fomento à cidadania e à cultura através dos arquivos.

Estes temas, por sua vez, nos possibilitam elencar os problemas públicos arquivísticos identificados ao longo do tempo, a maior parte deles relacionados à inexistência e/ou fragilidade de instituições arquivísticas no âmbito público, aos limites da mão de obra especializada disponível para o trabalho em arquivos, à ausência ou precariedade dos mecanismos de investimento na área e à premente dificuldade de se obter informações confiáveis sobre o tamanho e as condições objetivas da “malha” arquivística brasileira. Estes problemas, que já haviam sido identificados também por Jardim (2009), podem ser considerados até certo ponto históricos, dada sua presença ao longo do tempo. Ademais, eles são também empecilhos de grande impacto para o setor, uma vez que produzem efeitos bastante significativos na relação entre arquivos, cultura e sociedade.

3 À GUIA DE CONCLUSÃO: A AGENDA DO FUTURO

Apesar de relevantes do ponto de vista histórico e inegavelmente importantes para a formulação e implementação de políticas públicas arquivísticas no Brasil, os problemas públicos identificados pela *I Conferência Nacional de Arquivos*, no *Plano Setorial de Arquivos* e no relatório produzido pelo *GT Metodologia ex post Avaliação de Políticas Públicas* do CONARQ abordam apenas algumas facetas da realidade arquivística brasileira. O teor dos documentos analisados permite perceber que temas como a institucionalização do patrimônio cultural arquivístico (ou sua patrimonialização), o impacto da irrupção de novas tecnologias de informação e comunicação, as políticas de acessibilidade a pessoas com deficiência e as implicações do setor privado no campo arquivístico (através de terceirizações e externalizações), entre outros tópicos, são apenas lateral ou timidamente abordados.

Ademais, mesmo em temas já “consagrados” na agenda da área, percebe-se que é baixo o nível de detalhamento dos problemas elencados. Cabe salientar que, a despeito de esforços isolados de pesquisa e levantamentos assistemáticos, o cenário arquivístico brasileiro ainda é praticamente desconhecido no que diz respeito a alguns aspectos fundamentais: não sabemos como se organiza a legislação dos estados brasileiros; não existem informações confiáveis sobre

quantos e quais entes subnacionais (municípios) contam com legislação arquivística básica; não há dados precisos sobre a quantidade de arquivistas e técnicos de arquivo em atividade nos diferentes âmbitos do setor público; não há um acompanhamento em tempo real sobre a formação, o registro e a inserção no mercado de trabalho de egressos de cursos de formação em Arquivologia; inexistem ou não estão disponíveis as informações a respeito das verbas públicas destinadas ao tratamento, institucionalização e preservação do patrimônio cultural arquivístico no país; não são conhecidos os avanços (ou a estagnação) das propostas sistematizadas no Plano Setorial de Arquivos.

Diante da repetição dos tópicos centrais do que se poderia chamar de uma agenda pública básica dos problemas relacionados aos arquivos no Brasil, considero que é fundamental que os atores do campo se mobilizem para, a partir de esforços coletivos, aprimorar o entendimento sobre a realidade do cenário arquivístico do país. Como salienta Fonseca (2013), as políticas públicas constituem um campo que está sempre em disputa e que é, por isso, eivado de múltiplos interesses. Portanto, somente um empenho coletivo, sistemático e metódico de reconhecimento dos problemas públicos arquivísticos brasileiros nos permitirá propor soluções, prospectar cenários de implementação e avaliar as ações empreendidas. Acredito, finalmente, que, através de iniciativas como o Honório – Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas Arquivísticas, será possível contribuir para este quadro, sobretudo do ponto de vista da reunião de dados e informações fundamentais para a qualificação do debate sobre as políticas públicas arquivísticas no Brasil.

REFERÊNCIAS

- COLEGIADO SETORIAL DE ARQUIVOS. **Plano Nacional de Arquivos**. S/l.: s/. ed., 2016.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Relatório de Atividades GT Metodologia ex post Avaliação de Políticas Públicas**. S/l., Conselho Nacional de Arquivos, 2020.
- FONSECA, Francisco. Dimensões críticas das políticas públicas. *Cadernos EBAPE*, v. 11, n. 3, nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/vKMRXgGWgT3yKcwYJRhpqwS/abstract/?lang=pt> Acesso em: 27 mai. 2022.
- JAIME, Fernando *et al.* **Introducción al análisis de políticas públicas**. Florencio Varela: Universidad Nacional Arturo Jauretche, 2013.
- JARDIM, José Maria. Diversidade arquivística e políticas de arquivos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.3, n.1, p.46-59, abr. 2009. Disponível em: www.pontodeacesso.ici.ufba.br Acesso em: 10 mai. 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **I Conferência Nacional de Arquivos – I CNARQ**. Por uma política nacional de arquivos. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

SECHI, Leonardo *et al.* **Políticas Públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. São Paulo: Cengage, 2019.

ZELLER, Norberto (org.). **Políticas Públicas**. Marco conceptual metodológico para el estudio de las Políticas Públicas. Buenos Aires: Instituto Nacional de la Administración Pública, 2007.

PARTE XII

A PEDAGOGIA NA ARQUIVOLOGIA E NOS ARQUIVOS

RELAÇÃO ENTRE FORMAÇÃO E PROFISSÃO: PERCEPÇÃO DE EGRESSOS E CONCLUINTES DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO

**Beatriz Lisboa de Matos (Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro)**

**Eliezer Pires da Silva (Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro)**

1 INTRODUÇÃO

Por ser uma área que possui teoria e prática, a Arquivologia além de ciência, é uma ferramenta para a sociedade no que diz respeito à preservação de memória, garantia de direitos sociais, entre outros. Dado este fato, o profissional que atua na área precisa estar a par não somente dos avanços tecnológicos pertinentes a área, mas também ao que a sociedade demanda. Por isso, é importante que desde sua formação, no ambiente universitário, os estudantes possuam consciência do que sua profissão representa, e quais os desafios irão enfrentar para cumprir com suas funções enquanto arquivistas.

Por isso, a seguinte pesquisa possui como seu objetivo principal analisar a formação do arquivista, utilizando como universo de estudo o curso de graduação em Arquivologia da UNIRIO, e como essa formação se relaciona com o mercado de trabalho na percepção dos concluintes e egressos do curso, pois entendeu-se que somente analisando a percepção daqueles que se encontram

nesse cenário, poderia ser possível extrair dados mais próximos da realidade empírica de ensino no curso.

2 METODOLOGIA

Para dar prosseguimento a essa pesquisa social aplicada de cunho exploratório, fez-se necessário realizar uma pesquisa de campo, junto aos grupos de interesse (egressos e concluintes do curso de Arquivologia da UNIRIO) através de formulários online. Ao aplicar os questionários desenvolvidos para esta pesquisa nos grupos de interesse, foram coletadas 57 respostas de egressos (correspondendo a 26% do universo de possíveis respostas) e 42 respostas de concluintes (correspondendo a 21% do universo de possíveis respostas).

3 MARCOS CONCEITUAIS

3.1 A Formação acadêmica em Arquivologia no Brasil

No final da década de 1950, o Arquivo Nacional realizou ações relevantes para a capacitação de seus profissionais. Segundo Marques e Rodrigues (2017), durante seus primeiros anos de administração, o historiador José Honório promoveu o 1.º Curso de Arquivos, que possuía como enfoque, não somente as práticas de Diplomática e Paleografia que constavam nos planos de cursos anteriores, mas também a Gestão de Documentos e demais procedimentos técnicos de práticas arquivísticas inspiradas nos arquivos europeus e norte-americanos. Já no 2º Curso de Arquivos, a presença de professores da França e dos Estados Unidos da América, fortaleceram o intercâmbio de experiências. Graças a esse momento de contatos internacionais com teóricos arquivistas da América do Norte e Europa, muitos profissionais brasileiros também receberam a oportunidade de se aperfeiçoarem fora do país, para assim explorar as teorias e técnicas utilizadas no exterior.

Em 1974 o curso da Escola Superior de Arquivo (criada em 1972) ganhou o status de universitário, vindo a integrar os cursos da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual UNIRIO, em 1977. Ainda a partir do final da década de 1970, outros cursos de nível superior em Arquivologia foram fundados, entre os anos de 1976 (Universidade Federal de Santa Maria) a 2012 (Universidade Federal do Pará).

Grande parte das críticas voltadas às universidades, são de que a grade curricular dos cursos não correspondem à realidade do mercado de trabalho, ou não estão devidamente atualizadas conforme as novas descobertas e atualizações tecnológicas, ou ainda, o oposto, que os cursos estão demasiadamente voltados para o mercado de trabalho, o que pode tornar-se perigoso com o tempo, pois

as universidades trabalham com cursos que possuem tanto práticas técnicas quanto científicas, e basear-se inteiramente no mundo empresarial, pode acabar podando a produção de conhecimento científico (SOUZA, 2010). Para haver equilíbrio entre ciência e prática, é necessário estabelecer um ambiente de conversa entre o mercado de trabalho e a comunidade científica, e nenhum outro lugar senão a universidade, é o local mais apropriado para tal diálogo.

Ao considerar a criação de um programa de mestrado no Brasil, que segue por dois vieses de pesquisa que focam tanto em gestão quanto na inserção da Arquivologia e seu papel na sociedade, podemos considerar que no Brasil, a necessidade de atualização do perfil profissional é uma ideia presente na área. Entretanto, também devemos analisar que hoje, apesar de possuir 17 cursos de graduação em universidades públicas, existe apenas uma pós-graduação em Arquivologia em todo o país. Então, embora caminhe para a construção do perfil ideal de profissional (que seria aquele que atua ativamente no mercado de trabalho e no campo científico), ainda existem muitos desafios a serem superados na formação acadêmica.

Ao tratar dos desafios do ensino de Arquivologia no Brasil, Silva, Arreguy e Negreiros (2015), destacam a necessidade de possuir mais disciplinas obrigatórias específicas em Arquivologia, e que as optativas deveriam aparecer de forma equilibrada entre específicas e interdisciplinares, pois dessa forma haveria um equilíbrio nos conhecimentos que o estudante do curso deve adquirir, tanto a respeito de sua área, quanto das demais disciplinas que se comunicam com Arquivologia. Esse cuidado deveria existir pela preocupação da diluição da Arquivologia dentro de seu próprio curso, o que além de afetar na aprendizagem da área, afeta também na construção do perfil do arquivista. Se no próprio curso, a Arquivologia já for “subjugada” por demais ciências, como esse futuro profissional poderá defender sua área uma vez formado?

A harmonização que Silva, Arreguy e Negreiros (2015) propõem entre os cursos de Arquivologia, mesmo que não seja a solução ou a resposta para todos os questionamentos levantados, deveria ser uma pauta recorrente na área para que ao menos exista um ambiente de discussão e construção de pensamentos. Como os autores frisam, a harmonização não busca a normatização dos cursos, mas sim uma melhor comunicação entre eles, e o que é abordado neles. Com essa característica, seria mais fácil analisar e definir o padrão da formação de arquivistas no Brasil, e assim, seria também mais fácil apontar oportunidades de melhoria nas práticas arquivísticas ou até mesmo na produção de material científico, assim como identificar pontos fortes para discutir sobre eles também.

3.2 A profissão de Arquivista no Brasil

No Brasil, assim como no restante do mundo, o exercício da profissão é mais antigo que sua regulamentação e reconhecimento. De acordo com Coelho (1973 apud SOUZA, 2010), o cargo de arquivista foi criado no dia 5 de dezembro de 1909, porém antes disso, o profissional de arquivo já exercia suas funções no âmbito federal (desde 1890).

Em 1978, após a criação do primeiro curso de graduação em Arquivologia no Brasil, enfim a profissão de arquivista é reconhecida e regulamentada, através da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978 (BRASIL, 1978a). A Lei determina que somente aqueles formados em Arquivologia, a nível superior, poderão exercer o cargo de arquivista no Brasil.

Em março de 1996, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), percebeu essa necessidade de atualização, e definiu através da 4ª resolução do conselho, que os arquivistas possuíam uma nova meta: alcançar a implantação de programas de gestão de documentos arquivísticos, o que foi de grande proveito para a profissão e produção científica da área, pois assim, ampliou-se a discussão sobre o papel desempenhado pelos arquivistas, até então, desconhecido por grande parte da população (SOUZA, 2010).

Se antes o arquivista era visto apenas como o profissional que cuidava do acervo de documentação histórica, hoje uma das grandes preocupações da área é a Gestão de Documentos, o que consolida a evolução do arquivista de um profissional anteriormente tomado como passivo, para a necessidade de um profissional ativo na área que lhe diz respeito e na sociedade.

Com base no que foi apresentado até então, é perceptível que um dos maiores desafios que liga as áreas de formação em Arquivologia e o exercício da profissão do arquivista, é a frágil comunicação entre ambas. Mesmo que na pesquisa de Betancourt (2020), a UNIRIO se destaque ao compreender boa parte das competências elencadas por editais de concursos públicos, é importante ponderar que a) os editais baseiam-se na Lei que regulamenta a profissão, que não é atualizada desde a década de 1970, e que, ainda segundo Betancourt (2020), compreende em sua maioria atividades voltadas a acervos históricos; e b) com as novas responsabilidades atribuídas aos arquivistas no decorrer dos anos, como observamos na construção do perfil profissional, é evidente que uma atualização deve ser feita em tudo o que diz respeito a área, seja sua regulamentação ou formação acadêmica.

4 RESULTADOS

Após compreender quais eram as características dos grupos participantes das pesquisas, os formulários²⁰⁷ voltaram-se para a participação dos alunos e egressos nas discussões que permeiam a área. Foi observado que os alunos dos últimos períodos participam mais de discussões que os egressos, porém, em ambos os casos o número de pessoas que não participavam de nenhum ambiente de debate sobre a área foi maior que os números dos que participavam.

Esse cenário demonstra que a participação em discussões de assuntos pertinentes à área está muito ligada ao ambiente acadêmico, o que não é algo ruim, uma vez que foi necessário todo um esforço para conectar o ensino de Arquivologia no Brasil, com a produção de material técnico-científico. Porém, ainda é necessário entender o motivo do baixo número que foi apresentado por parte dos egressos, uma vez que o ideal seria utilizar as duas visões (estudantes e profissionais) nesses debates.

Em relação ao mercado de trabalho, 93% dos concluintes afirmaram já possuir alguma experiência profissional na área, e 68% dos egressos já atuaram em algum momento, embora somente 30% estivessem atuando na data da aplicação dos questionários. Essa questão foi muito abordada ao longo do formulário dos egressos. Muitos alegam que o curso possui um foco maior em instituições públicas, e a realidade da maioria dos egressos é contrária, já que atuam em empresas privadas.

As atividades mais realizadas em seu ambiente de trabalho/estágio se repetem para concluintes e egressos, assim, conseguimos visualizar que tais atividades desenvolvidas em estágios são realmente utilizadas após a formação, já no exercício de sua função. Dessa forma, os resultados das questões de aproveitamento das disciplinas do curso em relação às atividades desenvolvidas, foi muito similar entre os dois grupos, onde a maioria nos dois afirmaram que sim, as disciplinas foram muito pertinentes para sua atuação em seu ambiente de trabalho/estágio. E, em ambos os grupos, a falta de atividades práticas e a desatualização de disciplinas que tratam de documentos digitais, são motivos de críticas.

O alto número de concluintes que já possuem experiências profissionais, e ainda, que identificam as disciplinas aplicadas teoricamente em sala de aula, em seus afazeres no estágio, é um ótimo cenário. Porém, não é possível deixar que a carga prática do curso se concentre majoritariamente nas disciplinas de Estágio Supervisionado, o que foi identificado por egressos e concluintes.

²⁰⁷ Todos os dados apresentados nesta pesquisa estão disponíveis em: <https://zenodo.org/record/5501553#.YT0ZM51Ki00>

As quatro disciplinas consideradas como mais pertinentes para os concluintes, também são para os egressos na mesma ordem de aparição, sendo elas respectivamente: Classificação de Documentos Arquivísticos, Avaliação de Documentos Arquivísticos, Gestão de Documentos Arquivísticos e Arranjo e Descrição de Documentos. Esse dado denota que tantos egressos quando concluintes priorizam como disciplinas pertinentes aquelas que são voltadas mais especificamente para as práticas laborais arquivísticas, e que ainda, todas as quatro disciplinas são obrigatórias.

Com esses resultados, também foi possível visualizar que das disciplinas mencionadas como deficitárias pelos concluintes, 9 aparecem nas 22 listadas pelos egressos. Inclusive, o número de disciplinas vistas como deficitárias pelos egressos é um pouco mais que duas vezes maior que o número listado pelos concluintes. Esse dado pode ser visto como preocupante uma vez que os egressos já estão inseridos no mercado de trabalho como profissionais arquivistas, e dessa forma possuem um melhor conhecimento sobre o que é esperado de um arquivista, e a grande diferença entre os dois números pode significar que esses concluintes não possuam o mesmo entendimento, e apenas descobrirão ao se formar.

Quando questionados mais especificamente sobre as disciplinas do curso, que foram divididas em três grandes áreas nos formulários (“Tecnologia e informática”, “Pesquisa” e “Conservação e preservação”), os dois grupos apresentaram respostas bem similares nas três questões que compunham essa parte. Quanto às disciplinas voltadas para Tecnologia e Informática, ambos os grupos afirmaram que as disciplinas eram insuficientes; as voltadas para Pesquisa, ambos os grupos avaliaram como boas e Preservação e Conservação, os concluintes a avaliaram como muito boa e os egressos como boa. Assim, ficou muito claro o resultado da pesquisa de Betancourt (2020) e Souza (2010), que dizem que a graduação em Arquivologia da UNIRIO, possui seu foco em pesquisa e investigação.

Souza (2010, p. 67) afirma que “A base da formação em Arquivologia deve ser fornecida (e fortalecida) independentemente das circunstâncias locais e de mercado.”, ou seja, a solução não seria simplesmente moldar o curso de forma que ele atenda todas as necessidades atuais do mercado, inclusive, por tratar diretamente da informação (arquivística) as necessidades que se apresentam para a Arquivologia, são tão mutáveis quanto seu objeto de estudo. Porém, quando o mesmo autor diz que “Antes de buscar o diferencial, é importante definir o que é fundamental.”, e questiona “O que compõe a ‘essência’ do arquivista.” (SOUZA, 2010, p. 67), nos leva às responsabilidades atribuídas a este profissional que sempre são associadas à organização, classificação, avaliação,

preservação, conservação e difusão da informação e dos documentos arquivísticos, e para exercer essas atividades de forma consistente, é necessário adaptar-se às novas tecnologias de gestão e informação, e além disso, somente com essa característica de adaptação, o profissional poderá manter-se incluso e pertinente no mercado de trabalho.

Dessa forma, é necessário que em sua formação, o futuro profissional possua contato com ferramentas que dizem respeito a teoria, prática e pesquisa, a fim de que seja qual for o caminho que ele seguir posteriormente, ele possua base para iniciar, conhecimento do que sua área representa e ciência de suas responsabilidades enquanto, no caso, arquivista. Por isso, disciplinas voltadas para pesquisa não servem somente para auxiliar os estudantes em sua graduação, mas dar base para renovação de conteúdo teórico e até mesmo, ressignificar a área.

A respeito das atividades teóricas, egressos e concluintes concordaram que foram oferecidas atividades teóricas suficientes. Já a respeito das atividades práticas, o cenário foi o oposto, concluintes afirmaram que “definitivamente não” houveram atividades práticas suficientes e egressos que “não” houveram atividades práticas suficientes.

Por um lado, a teoria trabalhada durante o curso de Arquivologia da UNIRIO é muito elogiada por ambos os grupos. Vista como robusta e completa, com poucas ressalvas. Por outro lado, fica evidente no decorrer de ambos os formulários, que a falta de atividades práticas no curso é o maior problema, desde 2015 e que perdura até o momento dessa pesquisa (2021).

Especificamente falando do ensino arquivístico, Souza ao citar Rousseau e Couture (ROUSSEAU, COUTURE, 1994 apud SOUZA 1999, p. 169) afirma que a “arquivística é uma disciplina com finalidade profissional e, por seu turno, ela deve apoiar seus ensinamentos teóricos em uma experimentação e um contato com a prática”, e por isso é necessário que haja um equilíbrio entre os dois campos, pois somente dessa forma é que se “adquire um alto grau de profissionalismo quando existe uma nítida vinculação entre a teoria e a prática” (LOPES, 1993 apud SOUZA, 1999, p. 169).

Sobre a interdisciplinaridade do curso, 45% dos concluintes consideraram que a interdisciplinaridade trabalhada no curso é regular, enquanto 37% dos egressos a consideraram boa. Os dois grupos afirmam que a interdisciplinaridade é muito trabalhada na teoria do curso, pois como é uma característica inerente da ciência arquivística, é trabalhada com os alunos desde a disciplina de “Introdução à Arquivologia”, ainda no primeiro período. Porém, concluintes e egressos afirmam que essa interdisciplinaridade não se faz muito presente na prática do curso, e nem mesmo em sua grade curricular. Apesar de

possuir conexões com outras áreas como História, Sociologia, Filosofia e afins, essa conexão se torna muito mais escassa, se não inexistente, quando aplicada a outras áreas como Computação ou a própria Tecnologia da Informação.

Ainda que haja a preocupação exposta por Silva, Arreguy e Negreiros (2015), quanto à diluição da Arquivologia dentro de seu próprio curso, a interdisciplinaridade deve ser utilizada exatamente como uma ferramenta para evitar que essa preocupação se concretize. Possibilitando que os alunos entendam que a Arquivologia é capaz de relacionar-se com praticamente todas as áreas, mas enfatizando que por possuir os próprios métodos, objetos de estudo e produção de material técnico-científico, ou seja, salientando que a Arquivologia é uma ciência independente, é possível mostrar ao aluno todas as possibilidades de atuação que ele possuirá enquanto arquivista, a importância da área e ainda sua independência, já que mesmo relacionando-se com outras áreas, a síntese permanece a mesma.

Assim, quando esse profissional ingressasse no mercado de trabalho, além de possuir consciência de seu lugar como um profissional dinâmico e a importância de sua área, ele também estaria mais bem preparado para atuar em qualquer setor. Afinal, “considerando que na graduação, além de aprender teoria e práticas que dizem respeito a área de formação, também é construído o perfil do profissional” (SILVA, ARREGUY e NEGREIROS, 2015, p. 15), essas características o acompanhariam em sua carreira profissional.

Para poder compreender os atuais desafios da área e sua relação com a graduação em Arquivologia da UNIRIO, foi solicitado somente aos egressos (pois são os que já possuem experiência como arquivistas) para que eles abordassem os principais desafios que eles enxergavam na área atualmente, e que falassem como eles os relacionavam com a graduação.

Os desafios citados, possuem relações com: a imagem do arquivista no mercado de trabalho, o não alinhamento entre teoria e prática no cenário de arquivos digitais, a constante necessidade de renovação da área por conta das atualizações das tecnologias da informação, escassez de vagas para arquivistas em cenário público e privado, a ocupação de outros profissionais em ambiente e prática arquivística, a relação entre a Arquivologia e a sociedade, a escassa especialização em áreas dentro da Arquivologia, digitalização de documentos, a gestão de documentos nato-digitais, a falta da união de classe, falta de conselhos regulatórios para classe, atuais desafios da comunicação (como a disseminação de notícias falsas), o atual cenário político brasileiro, a própria formação em Arquivologia e a defasagem nas literaturas de referência

Dessa forma, é possível visualizar que a maior parte dos desafios listados não estão de fato relacionados com a graduação, que aparece ligada diretamente

somente em dois dos assuntos citados (a formação em Arquivologia e a escassa especialização em áreas dentro da Arquivologia). Os desafios estão mais associados com a imagem do arquivista na sociedade e mercado de trabalho, as novas tecnologias da informação, a falta de vagas e de união entre a classe e ainda desafios da academia no geral (como a falta de conexão entre teoria e prática e a defasagem nas literaturas de referência).

De fato, a graduação na área deve estar conectada com o mercado de trabalho, para oferecer aos seus alunos ferramentas e noções básicas para que os mesmos possam enfrentar e ajudar a solucionar tais desafios. Porém, essa seria somente uma parte para a verdadeira solução, que partiria de conversas realizadas em convenções onde profissionais, alunos e teóricos arquivistas, poderiam se unir e trocar suas experiências e perspectivas para melhor analisar tais desafios, assim não utilizando somente o ambiente universitário como fonte de mudança.

Quanto às sugestões, em ambos os grupos foram citados dar maior ênfase em atividades práticas durante a graduação (sendo essa a sugestão mais repetida entre os dois grupos), a utilização de laboratórios para atividades práticas, promover parcerias com empresas ou órgãos públicos, promover criação de empresa júnior, renovar os materiais utilizados nas disciplinas que abrangem Arquivologia, tecnologias e ambientes digitais, revisar a grade para implementação de mais disciplinas voltadas para tecnologia e conservação de documentos e estabelecer uma melhor comunicação entre a graduação e o mercado de trabalho.

Quanto aos elogios, os professores mais uma vez são muito mencionados como atenciosos, capacitados e ativos na área pelos dois grupos, a amplitude da grade de disciplinas oferecidas também é citada, assim como a teoria aplicada no curso. O espaço para produção de pesquisas, bem como a base oferecida ao estudante para que ele possa produzir suas próprias pesquisas, também é visto como um ponto muito positivo em ambos os grupos, que também veem o curso como muito bom para concursos públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, com base nos dados coletados, é possível visualizar que, ainda que acreditem que devam existir mais oportunidades de integração entre graduação e mercado de trabalho, concluintes e egressos possuem opiniões muito semelhantes em relação a graduação em Arquivologia da UNIRIO, o que nos faz entender que os concluintes possuem algum conhecimento a respeito dos desafios que irão encontrar no mercado de trabalho e que entendem como a graduação se relacionam com o mesmo; e ainda, que o curso passou por poucas grandes mudanças entre os anos de 2015 a 2021.

Sendo assim, além de alcançar o objetivo desta pesquisa que visou auxiliar na compreensão a respeito do relacionamento entre o curso de Arquivologia da UNIRIO e o mercado de trabalho da área, com base no relato de pessoas que estão se formando ou já se formaram no curso, para graduandos, professores, futuros alunos e demais pessoas interessadas no assunto, também é esperado que esta pesquisa possa servir como material de consulta para posteriores pesquisas a respeito do ensino de Arquivologia, e assim, possa auxiliar de alguma forma em discussões e mudanças necessárias para o ensino na área.

REFERÊNCIAS

BETANCOURT, Beatriz Carvalho. Recomendações para harmonização entre formação, profissão e trabalho no campo arquivístico brasileiro. 2020. 144p. Produto técnico-científico (**Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos**) — PPGARQ, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL, Decreto 82.590, de 6 de novembro de 1978 (b). Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. **Diário Oficial**, Brasília, nov. 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82590.htm>. Acesso em 16 mai. 2021.

BRASIL, Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960. Dispõe sobre a Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, jul. 1960. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/1950-1969/L3780.htm>. Acesso em 16 mai. 2021.

BRASIL, Lei 6.546, de 4 de julho de 1978 (a). Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, jul. 1978. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/l6546.htm>. Acesso em 16 mai. 2021.

MARQUES, Angélica Alves; RODRIGUES, Georgete Medleg. Um intelectual no arquivo: Legado de José Honório Rodrigues para a Arquivologia no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, ano 2017, v. 30, n. 2, p. 176-191, jul. 2017.

SILVA, Welder Antônio; ARREGUY, Cíntia Chagas; NEGREIROS, Leandro. Da Arquivologia que fazemos: Mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia do Brasil. In: MATOS, M. T. N. et al. **Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2015. Cap. Parte 1 – Ensino em Arquivologia, p. 25-95.

SOUZA, Kátia Isabelli de Bethania. Análisis y evolución del panorama laboral del archivero en Brasil: el Poder Legislativo Federal en escena. 2010. 380p. Produto

técnico-científico (**Tese de doutorado**) – Departamento de Biblioteconomia y Documentación - Universidad Carlos III de Madrid, 2010.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. O papel do estágio na formação profissional do Arquivista: a experiência do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. In: JARDIM, José Maria (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999. p. 167-180. <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/1446>>

MAPEAMENTO DE DISCIPLINAS COM TEMÁTICAS ARQUIVÍSTICAS NA AMÉRICA DO SUL

Eliane Silveira Gonçalves (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia/

Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Angelica Alves da Cunha Marques (Instituto Brasileiro de Informação em
Ciência e Tecnologia/

Universidade Federal do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo mapear os cursos de graduação em Arquivologia nas universidades dos países da América do Sul com o intuito de identificar as disciplinas com temáticas arquivísticas. Mobilizando as abordagens quantitativa e qualitativa, esta pesquisa foi desenvolvida a partir de um viés exploratório-descritivo, mediante pesquisa bibliográfica e documental. Para a análise dos resultados, utilizou-se autores como Pierre Bourdieu (1983), Marques (2011, 2017) e Freire (2017).

Iniciando diálogos com Marques (2011, p. 44, *grifos nossos*), existem diversas (inter)relações das universidades e dos seus cursos de graduação que são partes importantes na formação dos profissionais: “[...] os atributos que constituem a formação da profissão são: **um corpo de conhecimento abstrato e complexo que sustente a formação profissional**, uma cultura

profissional amparada por associações, uma orientação para as necessidades da clientela e um código de ética.” Nessa perspectiva, entende-se que a formação profissional alcança necessidades individuais, sociais e políticas e perpassam as diversas áreas e disciplinas científicas.

A formação em Arquivologia, tema central deste trabalho, necessita de vastos conhecimentos como aponta Marín-Agudelo (2012, p. 300, tradução nossa):

Desta forma, a evolução arquivística vem se delineando numa ciência complexa e interdisciplinar intimamente relacionada à informação, gestão, patrimônio e tecnologia. Daí deve ser enriquecida por disciplinas como biblioteconomia e documentação, modelada pela administração, assistida pela história (embora em menor grau), e por último – e não menos importante –, auxiliada pela Informática. O seu desenvolvimento como disciplina científica ou “ciência emergente”, surge do maior grau de complexidade das organizações e da gestão tecnológica, cujas necessidades de informação refletem a demanda de um profissional versátil, especialista em assuntos precisos fornecidos por arquivos e documentos, especialmente em meios eletrônicos e digitais.

Ao analisarmos as ponderações de Bourdieu (1983) acerca do campo científico como um espaço relativamente autônomo – uma vez que segue uma lógica própria de funcionamento adaptada às forças externas (cognitivas e sociais) –, entende-se os espaços de ensino como mutáveis na formação ampliada do profissional.

Para fins de alcance do objetivo deste trabalho, em interlocução com os diálogos teóricos, os procedimentos utilizados para a coleta de dados foram divididos em três etapas: a primeira etapa se configurou na busca em *websites* de instituições arquivísticas e de associações profissionais do campo arquivístico de cada um dos 12 países da América do Sul; segunda etapa se concentrou nos *websites* de cursos de nível superior vinculados a Arquivologia e nessa ação foram utilizados os termos “Arquivos”, “Arquivologia”, “Arquivística”, sempre levando-se em conta as variações de idioma de cada país (português, espanhol, inglês e holandês). Com base nessas buscas, identificou-se 42 cursos de graduação em ensino superior com disciplinas com temáticas em Arquivologia.

A terceira etapa consistiu em os dados encontrados de cada uma das instituições, com o propósito de coletar os regulamentos, projetos político-pedagógicos dos cursos e, desta forma, obter os dados necessários para contemplar o objetivo principal deste trabalho.

2 A ARQUIVOLOGIA, OS CURSOS UNIVERSITÁRIOS E AS SUAS DISCIPLINAS NA AMÉRICA DO SUL

A partir de leitura (MARIN-AGUDELO, 2012; FENOGLIO, 2012) e dos projetos político-pedagógicos dos cursos universitários identificados, verificou-se que, na América do Sul, o ensino superior iniciou-se no século XVI. As primeiras unidades de ensino superior foram a *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* (Peru, e 1551) e a *Universidad de Nacional de Córdoba* (Argentina, 1613).

A Arquivologia, por sua vez, emerge na região a partir do século XIX, com práticas administrativas em setores públicos que encontraram, na criação de instituições arquivísticas nacionais – como no caso do Arquivo Público do Império (1838) no Brasil –, um espaço de institucionalização (MARQUES, 2007). Com a complexificação burocrática e o aumento das instituições, os raros cursos que existiam anteriormente eram insuficientes para atender às demandas que surgiam, bem como àquelas do Estado e da sociedade.

Os primeiros passos para o ensino mais extensivo da Arquivologia na América do Sul foram dados na década de 1920, com cursos que continham disciplinas arquivísticas inseridos em instituições de ensino. Conforme a pesquisa documental, o primeiro curso de graduação com especificidade no ensino de Arquivologia foi na *Universidad Nacional de Cordoba* (1958), com a *Escuela de Archivología y Bibliotecología*. A criação de cursos com temáticas arquivísticas se expandiu para países vizinhos nos anos seguintes, como na Venezuela e no Brasil a partir dos anos de 1960; na Colômbia e no Uruguai, nos anos de 1980; e no Peru e na Bolívia, na década de 2010.

2.1 Perfis dos cursos universitários em Arquivologia

Com base nas diferentes realidades e os espaços geopolíticos de cada curso de graduação e na documentação observada, não foi identificado cursos de graduação com temáticas em Arquivologia na Guiana e no Suriname.

Continuando a análise com base na pesquisa documental coletada, quatro cursos foram excluídos por falta de dados mais detalhados para a presente pesquisa em razão de poucos dados assinalados. Desta forma, a presente pesquisa foi realizada com base em 38 instituições públicas e privadas, com 38 cursos com temáticas arquivísticas, distribuídos em 10 países da América do Sul. Vinte e dois deles se vinculam a faculdades; oito, a departamentos; três, a escolas; três, a centros científicos e dois, a institutos científicos.

Na Argentina, as práticas arquivísticas iniciaram-se no período colonial, com o *Archivo General de La Nación*, primeira instituição arquivística formalmente instalada, pelo decreto de 28 de agosto de 1821, assinado por Martín Rodríguez, governador da província de Buenos Aires, sendo nacionalizado em 1884 (FENOGLIO, 2012; CASTRO et al., 2019). Identificou-se oito cursos no país, nas seguintes universidades: *Nacional de La Rioja*, *Nacional de Cordoba*, *Entre Rios*, *La Fraternidad de Agrupaciones Santo Tomás de Aquino*, *Buenos Aires*, *San Juan*, *Nacional del Nordeste* e *Nacional del Mar de Plata*. Essas universidades ministram disciplinas com temáticas arquivísticas, Ciência da Informação, Biblioteconomia e Museologia; estão, em sua maioria, em universidades públicas e vinculados a oito faculdades.

Enquanto os cursos da *Universidad Nacional Córdoba* e da *Entre Rios* possuem dois tipos de titulação, que estão associados ao tempo de duração, nos outros três cursos, as titulações não têm correlação com a sua duração. Na *Universidad Nacional de La Rioja*, o estudante pode obter títulos em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia se concluir os ciclos específicos de cada área. Na *Universidad Nacional del Mar de Plata*, há a titulação em Biblioteconomia, com algumas disciplinas arquivísticas em sua grade curricular.

Com base nos dados, verifica-se que o ensino de Arquivologia na Argentina se enquadra no que apresenta a autora Norma Catalina Fenoglio (2012):

Na Argentina, a educação arquivística é oferecida nos níveis universitário e superior, oficial e privado, com diferentes modalidades. Quanto aos conteúdos curriculares, todos eles proporcionam uma formação integral, ou seja, o aluno que conclui seus estudos é capaz de trabalhar tanto em arquivo administrativo quanto em arquivo histórico. Ainda não existem especializações ou pós-graduações em Arquivologia. (FENOGLIO, 2012, p. 10, tradução nossa)

Na Bolívia, destaca-se o nome de Gunnar Mendoza Loza, que durante 50 anos (1944-1994) dirigiu o *Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolívia* e é considerado um dos principais atores da Arquivologia no país. Foi um dos responsáveis pelo *Programa de Desarrollo del Servicio de Archivos y Documentos Públicos*, que desde 1976 contribui para o ensino na área.

Neste país, identificou-se apenas um curso de graduação com temática em Arquivologia, criado em 2018, na *Universidad Mayor de San Andres*. Vinculado à *Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación*, o curso de *Ciencias de la Información*, com especialidade em *Archivología*, *Bibliotecología-Documentación* y *Museología*, concede o título *Licenciado en Ciencias de la Información*. Contém ciclos

básicos e específicos, em que o básico é centrado em disciplinas de Ciência da Informação. Se o corpo discente se interessar em se especializar em Arquivologia, Biblioteconomia e/ou Museologia, necessitará estudar, mais um ano, disciplinas específicas da área de sua escolha.

No Brasil, as práticas arquivísticas se intensificaram a partir das necessidades de organização dos documentos públicos, destacadamente com a criação do Arquivo Público do Império em 1838, que se tornou um dos precursores do ensino em Arquivologia no país, com a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), em 1960 (MARQUES, 2007). A partir da leitura de Marques (2007; 2021) e Santos (2016), verifica-se a colaboração de renomados arquivistas estrangeiros que passaram pelo Brasil – como Henri Boullier de Branche, Theodore Roosevelt Schellenberg, Michel Duchein –, alinhadas aos esforços de brasileiros como José Honório Rodrigues, José Pedro Pinto Esposel, Marilena Leite Paes, Astréa de Moraes e Castro para a institucionalização do ensino arquivístico no país. Os cursos regulares para a formação de arquivistas ultrapassaram os muros do Arquivo Nacional nos anos 1970, respondendo parte das inúmeras demandas de capacitação profissional dos diversos estados brasileiros.

Atualmente, o Brasil é o país da América do Sul com o maior número de cursos de Arquivologia em seu território, com 17 cursos, registrados no *site* do Conselho Nacional de Arquivos (CONARq) (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2022). Dezesseis cursos estão inseridos em instituições públicas (federais e estaduais) e um, em instituição privada, majoritariamente vinculados às unidades administrativas de Ciência da Informação, reiterando as relações político-institucionais das duas áreas (CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984).

No entanto, para esta pesquisa foram computados 16 cursos devido à falta de dados mais detalhado sobre seus projetos político-pedagógicos de curso. E todos identificados apresentam em seus nomes o termo Arquivologia, o que evidencia a oferta de ensino e formação específica na área, com média de duração entre quatro e cinco anos.

No Chile, a partir de leitura de informações nos *websites* do *Archivo Nacional del Chile* e do curso *Gestión de la Información, Biblioteca y Archivos*, na *Facultad de Economía e Negocios da Universidad Alberto Hurtado*, verifica-se que as práticas arquivísticas se desenvolveram a partir da independência do território em 1817, quando iniciou a tentativa de criação de uma instituição que concentrasse a documentação que era produzida. Após várias mudanças políticas e sociais, esforços foram despendidos para a centralização dos

arquivos públicos, o que se concretizou em 1925, com a regulamentação da instituição arquivística atual.

Quanto ao ensino de Arquivologia, identificou-se apenas o curso de *Gestión de la Información, Biblioteca y Archivos*, vinculado à *Facultad de Economía e Negocios* da *Universidad Alberto Hurtado*, instituição de ensino pública. Ao final do curso presencial de 5 anos, o discente obtém o título de *Gestor de Información, Bibliotecario y Archivero*.

Na Colômbia, desde a sua inauguração, o *Archivo General de la Nación* (1826) vem passando por mudanças legais e estruturais. E a partir dos anos de 1980, ajustes mais significativos foram realizados a partir da Lei 80, de 22 de dezembro de 1989, que “converteu o antigo Arquivo Nacional da Colômbia no Arquivo Geral da Nação, vinculado ao Ministério do Governo, definido como um estabelecimento público nacional, com personalidade jurídica, patrimônio próprio e autonomia administrativa.” (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 2022, p. 1, tradução nossa).

Essas e outras modificações legislativas intensificadas aos longos dos anos foram importantes para suscitar mudanças também na formação do arquivista, pois “regulamentos que destacam a importância dos arquivos e com eles dos profissionais da área, que contribuem para o direito à informação, transparência e direito à verdade, como direitos inalienáveis do cidadão colombiano” (JARAMILLO; BETANCUR-ROLDAN; MARÍN-AGUDELO, 2017, p. 249, tradução nossa).

Com base nesses autores e em informações no *website* do *Archivo General de La Nación*, foi possível identificar o primeiro de sete cursos de formação profissional, em 1971 na *Universidad de La Salle*. Vinculado à *Facultad de Filosofía y Letras*, o curso *Biblioteca y Archivística* tinha como objetivo formar profissionais para atuar tanto nas bibliotecas como nos arquivos.

Atualmente, os cursos estão vinculados a faculdades de Engenharia e Tecnologia de Informação, Ciências Humanas e Artes, Biblioteconomia, Ciências Humanas, Ciências e Educação, Comunicação e Linguagem, Humanidades e Estudos Sociais. Essas associações com inúmeras áreas do conhecimento, em alguns casos, refletem no nome do curso e em suas titulações.

O Equador, a exemplo dos demais países da região, possui um rico patrimônio documental, além de constante e progressiva produção e consumo de informação em órgãos públicos e privados. No entanto, pelas consultas nos *websites* do *Archivo Nacional* e da *Universidad Pública Guayaquil* e nos seus documentos, identificou-se a existência de apenas um curso: *Bibliotecología y Archivología*, da *Escuela Bibliotecología y Archivo*, vinculado à *Facultad de Filosofía*,

letras y Ciencias da Educación. Oferecido na modalidade presencial contém disciplinas separadas em ciclos básicos e específicos para a titulação em Biblioteconomia e Arquivologia.

No Paraguai, as práticas arquivísticas foram institucionalizadas com a fundação do *Archivo Nacional de Asunción*, em 1541. O único curso de graduação localizado foi o de *Ciencias de la Información*, que concede o título de *Licenciatura en Ciencias de la Información*, pela *Facultad Politécnica* da *Universidad Nacional de Asunción*, presencialmente, com a duração de 4 anos e 6 meses.

Quanto ao Peru, com a criação do *Centro de Capacitacion para Archivero* pelo *Archivo General de la Nación*, em 1981, deu-se início ao ensino de Arquivologia, com cursos técnicos. Em 2019, foi estabelecido o curso *Archivística y Gestión Documental*, da *Universidad Católica Sedes Sapientiae*, vinculado à *Facultad Ciencia de la Educación y Humanidades*, que concede o título de *Licenciado en Archivística y Gestión Documental*, para aqueles que o frequentam presencialmente por cinco anos.

No Uruguai, o curso com temática arquivística identificado foi criado em 1983. Entretanto, a regularização da profissão de arquivista ocorreu somente com a Lei Nº 19.768 de 2019, que dispõe sobre o reconhecimento das condições profissionais, por sua vez relacionada à Lei 18.220 de 2007, do Sistema Nacional de Arquivos, que visa à profissionalização dos arquivistas e que modificou a estrutura inicial do curso. Assim, o curso de *Licenciatura en la Archivística* é oferecido pela *Facultad de Informacion y comunicacion* da *Universidad de la República Uruguay*, presencialmente, com duração de quatro anos.

Na Venezuela, o ensino em Arquivologia teve suas origens com o curso de *Bibliotecología* da *Universidad Central de Venezuela*, em 1948, quando do início das negociações, e que se concretizou em 1959, após algumas modificações nas estruturas regulamentares e nos projetos político-pedagógicos. Após vários diálogos internos, outras mudanças foram inseridas em 1960 e o curso, que antes tinha uma abordagem técnica, passou a ser de nível superior, presencial e com duração de cinco anos.

Em resumo, pode-se perceber que dos 38 cursos universitários identificados nessa pesquisa, 18 são cursos em que o discente recebe a titulação de Bacharel em Arquivologia ou Licenciatura em Arquivologia ao completar todo o tempo de duração dos cursos.

É expressivo notar que, desse quantitativo de diplomados como profissional arquivista, grande parte se concentra no Brasil. Os outros estão situados na Argentina, na Colômbia, no Peru e no Uruguai.

Em dez cursos, observam-se evidentes relações da Arquivologia com outras áreas como Gestão da Informação Digital, Gestão de Informação,

Gestão de Documentos, Inteligência de Negócio, Biblioteconomia, Museologia, Ciência da Informação e História.

1.2 Disciplinas com temáticas arquivísticas

Ao analisar os projetos político-pedagógicos dos cursos, buscou-se a nomenclatura das disciplinas, ainda que vários documentos não possuíssem as ementas e os objetivos dos cursos. Identificando na terminologia arquivística vocábulos como: documentos de arquivo, documentos arquivísticos, arquivos, arquivística, Arquivologia, gestão de documentos, classificação de documentos, arranjo, descrição, avaliação de documentos, preservação e conservação de documentos, políticas arquivísticas –, foram analisados os nomes de 1.644 disciplinas dos 38 cursos da América do Sul. Dessas, 556 possuíam temáticas arquivísticas, o que corresponde a 33%.

De acordo com os nomes das disciplinas, destacaram-se os seguintes temas: Gestão de Documentos (24%), Descrição de Documentos Arquivísticos (17%), Classificação de Documentos Arquivísticos (16%), Fundamentos Arquivísticos (16%), Arquivologia/Arquivística (15%) e Diplomática (12%). Nota-se que, mesmo com os avanços tecnológicos, as disciplinas tradicionais ainda são valorizadas nos cursos de graduação, aliando a teoria clássica aos desafios contemporâneos.

Com os dados das disciplinas não foi possível observar de forma profunda pontos como carga-horária ou os créditos, tendo em vista que os regulamentos e os projetos político-pedagógicos dos cursos não são padronizados. Enquanto no Brasil a média de carga-horária das disciplinas está em torno de 60h por semestre, em outros países a média é de 80h.

O que propomos com este breve diagnóstico dos cursos e disciplinas de arquivologia na América do Sul é a reflexão sobre a dinâmica da multidisciplinaridade no ensino superior, bem como suas repercussões positivas e negativas na formação do profissional que irá atuar diretamente em instituições arquivísticas com a responsabilidade de organizar, planejar, controlar, dar acesso, preservar os documentos arquivísticos, independente do seu suporte.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados coletados e na literatura pesquisada, foi constatado que as práticas arquivísticas e a institucionalização da Arquivologia na América do Sul é recente, a partir do século XIX, e se associa à fundação das principais instituições arquivísticas dos países. Quanto ao ensino da

Arquivologia, este se inicia na década 1920, com ênfase regulamentar na década de 1950.

Entende-se a necessidade implícita da relação multidisciplinar no ensino superior, no sentido de instigar os diálogos entre as áreas do conhecimento e evitar o isolamento do ensino no campo científico. Seguindo as observações da estrutura dos cursos de graduação com temáticas arquivísticas, nota-se o quantitativo de disciplinas de outras áreas e assim, para reflexões futuras, levando-se em conta que é importante analisar como a área se apresenta para a sociedade dos países da América do Sul em termos de autoridade científica.

Apesar desse olhar de uma Arquivologia perpassada por outras áreas no universo do ensino, verifica-se que a área arquivística tem se consolidado na América do Sul, com a realização de eventos científicos frequentes e a publicação de periódicos que possibilitam debates sobre o fazer e saber que a constitui.

REFERÊNCIAS

ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Departamento Archivo Intermedio. **INFORME 2007, Comisión de Trabajo Capacitación y Formación del proyecto de Subgrupo de Trabajo de Archivos e Información (STAI)**, presentado en el VII Congreso de Archivología del Mercosur, Chile, noviembre de 2007, mimeo.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155

CASTRO, Elina; CONTRERAS, Gema; RODRIGUEZ, Paula. **Licenciatura en Archivística e Técnico Universitario en Archivística**: Ordenanza n° 032/18- CS. San Juan /Arg.: Universidad San Juan - Facultad de Filosofía, Humanidades y Artes – Departamento de Historia, 2019, p. 59. Disponível em:

<http://www.ffha.unsj.edu.ar/wp-content/uploads/2015/11/Cuadernillo-Archivistica.pdf> Acesso em 23 mar. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Áreas do conhecimento**: classificação. Brasília: CNPq, 1984.

FENOGLIO, Norma Catalina. La Archivística em Argentina. **Revista de la Biblioteca y Archivos Historico de la Asamblea Legislativa Plurinacional**. La Paz, v. 6, n° 21, Agosto, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/500005488/archivistica-en-Argentina> Acesso em 27/01/2022.

FERREIRA, Adam Felipe et al. A presença da multidisciplinaridade no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP - Marília. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 23, n. 3, p. 122-142, dez. 2018. ISSN 1981-8920. Disponível em:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27467>. Acesso em 25 jan. 2022.

FREIRE, Isa Maria. O campo científico no espaço do saber. In: LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira; MURILO, Artuhr Araújo da Silveira (org.). **A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu** [recurso eletrônico] – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jorge-Prado/publication/323585242_Publish_or_perish_um_acerto_com_Pierre_Bourdieu_e_Robert_Merton/links/5a9ecb1c0f7e9badd99e74fa/Publish-or-perish-um-acerto-com-Pierre-Bourdieu-e-Robert-Merton.pdf. Acesso em 25 jan. 2022.

JARAMILLO, Orlanda; BETANCUR-ROLDAN, Maria Cristina; MARÍN-AGUDELO, Sebastián Alejandro. La archivística como profesión: caracterización del proceso de formación de la Escuela Interamericana de Bibliotecología. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 40, n. 3, pp. 243-259, 2017 Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1790/179052510005/html/>. Acesso em 20 jan. 2022.

MARIN AGUDELO, Sebastián Alejandro. Formación Archivística en América Latina: una revisión de los perfiles y las competencias. **Rev. Interam. Bibliot** [online], v.35, n.3, p.299-309, 2012.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 fls. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Arquivologia no campo da informação: internacionalização, institucionalização e relações de uma disciplina. In: LUCAS, Elaine Rosângela de Oliveira; MURILO, Artuhr Araújo da Silveira (org.). **A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu** [recurso eletrônico] – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jorge-Prado/publication/323585242_Publish_or_perish_um_acerto_com_Pierre_Bourdieu_e_Robert_Merton/links/5a9ecb1c0f7e9badd99e74fa/Publish-or-perish-um-acerto-com-Pierre-Bourdieu-e-Robert-Merton.pdf. Acesso em 25 jan. 2022.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Henri Boullier de Branche e José Honório Rodrigues: dos Archives de Sarthe para o Arquivo Nacional. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 68-84, 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Conselho Nacional de Arquivos. **Cursos de Arquivologia no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/conexoes/links-uteis-1/cursos-de-arquivologia-no-brasil>. Acesso em 24 mar. 2022.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Uma vida entre arquivos e bibliotecas: entrevista com nilza teixeira soares. **Acervo** - Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 202-220, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/44694>. Acesso em: 25 mar. 2022.

A INVISIBILIDADE DOS ARQUIVOS ESCOLARES NA FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA: REFLEXÕES SOBRE CURRÍCULO

Fernanda Barros Ferreira (Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro)

Priscila Ribeiro Gomes (Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte dos resultados obtidos em Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O interesse pelo desenvolvimento dessa temática surgiu a partir de discussões ocorridas no âmbito do grupo de pesquisa Educação e Arquivos: experiências em contextos plurais, possibilitando uma reflexão sobre a importância dos estudos voltados para os arquivos escolares.

Ao observarmos os Trabalhos de Conclusão de Cursos apresentados à Escola de Arquivologia da UNIRIO nos anos de 2018 e 2019, percebemos que apenas dois trabalhos nos reportavam diretamente a estudos envolvendo especificamente os Arquivos Escolares. A partir deste fato, questionamos sobre o porquê da invisibilidade desse assunto no universo acadêmico, mais precisamente no curso de Arquivologia da UNIRIO. Esse questionamento desdobrou-se nas seguintes perguntas: (1) A matriz curricular do curso de arquivologia apresenta em seu bojo uma disciplina envolvendo discussões sobre arquivos e educação? e (2) Há uma discussão em torno da importância

dos arquivos escolares para a memória educacional e como objeto de aprendizagem?

Na esfera acadêmica, sabemos que é o Projeto Pedagógico que orienta o curso, interferindo diretamente no perfil dos profissionais que serão formados. Egressos conscientes das suas responsabilidades e de seus espaços de atuação tendem a buscar melhores oportunidades, sendo o arquivo escolar mais uma possibilidade. No entanto, para que isso aconteça, é necessário pensar no processo de formação do próprio arquivista. A carência dessa temática durante o período de formação talvez comprometa o desenvolvimento de profissionais nesta área.

A presente pesquisa se justifica à medida que os arquivos escolares se mostram fundamentais para entendermos a história da escola, os processos de escolarização e as relações com o entorno. Dessa forma, é necessário que o arquivista saiba mediar as relações entre os arquivos escolares e a sociedade. Para tal, o Projeto Pedagógico e o currículo dos cursos nas universidades precisam abordar estas temáticas, pois como o profissional poderá mediar sobre um assunto que desconhece? Portanto, o objetivo desta pesquisa é refletir sobre os possíveis impactos destes instrumentos na identidade profissional do arquivista. Além disso, buscou-se refletir sobre os diálogos entre Arquivos e Educação.

O artigo foi dividido da seguinte maneira: Após a definição da metodologia utilizada, apresentaremos a definição e a importância dos arquivos escolares. Em seguida, apresentaremos um breve histórico sobre o curso de Arquivologia da UNIRIO, visando compreender como a construção do curso e a realidade na qual ele está inserido podem impactar em seu viés e seus caminhos pedagógicos e curriculares. Na próxima seção traremos algumas discussões a respeito do currículo e do projeto pedagógico, para que possamos, posteriormente, analisar o Projeto Pedagógico do referido curso com base nos conceitos previamente apresentados. Logo após, faremos reflexões sobre a necessidade de interlocuções com o campo da Educação na formação do arquivista como um dos principais pontos para que o tema dos arquivos escolares ganhe mais relevância no cenário da pesquisa arquivística. Por fim, serão apresentadas as considerações finais da pesquisa.

2 METODOLOGIA

Como dito anteriormente, ao pesquisarmos sobre os arquivos escolares na página da Escola do curso de Arquivologia da UNIRIO, observamos que em 2018 e 2019 (únicos anos que encontramos no site da instituição a listagem completa dos trabalhos realizados no curso), em um universo de 71 Trabalhos

de Conclusão de Cursos apresentados, apenas dois trabalhos²⁰⁸ nos reportavam diretamente a estudos envolvendo especificamente o tema referido. Esta amostragem nos indicou como a pesquisa em arquivística é de fato carente de estudos sobre arquivos escolares.

A partir desta percepção, recorreremos à pesquisa bibliográfica, na qual comentamos os conceitos básicos para a realização deste estudo sem que os pesquisadores estivessem em contato direto com os atores sociais, os estudantes (MINAYO, 2002). Levantamos bibliografia de autores que são referência nas áreas de arquivos escolares, história da educação, pesquisa em arquivística, formação do profissional arquivista, projeto pedagógico e currículo.

Utilizamos também a pesquisa documental referente ao Projeto Pedagógico e ao Currículo do curso como fonte primária para elaborar conjecturas a respeito dos aspectos que nos propomos a analisar (GIL, 2002). Assim, pudemos compreender as particularidades de cada instrumento, seu papel como instrumento de poder e sua relação com a possível invisibilidade do tema dos Arquivos Escolares na UNIRIO.

3 ARQUIVOS ESCOLARES: DEFINIÇÃO E RELEVÂNCIA

Os Arquivos podem ser definidos como o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza ou do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27). Se essa entidade coletiva for uma escola, temos os chamados arquivos escolares.

Segundo Gomes e Monteiro (2016), as funções dos arquivos podem ser voltadas para a própria instituição (gestão de documentos) ou voltadas para o social (na qual abrange a preservação da memória da escola como referência tanto para o entorno da instituição quanto para a sociedade como um todo). A segunda depende da primeira, pois segundo os autores, “se a função institucional dos arquivos for desempenhada com sucesso, sua função social estará facilitada, pois os registros institucionais estarão preservados e acessíveis” (p. 64).

Percebemos que há muitas funções a serem trabalhadas nos Arquivos Escolares, e que as comunidades escolares se beneficiariam muito com uma

²⁰⁸ “FERREIRA, Lucia Elena Penedo de Oliveira de Carvalho. POR DENTRO DO ARQUIVO ESCOLAR DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ: reflexões sobre Memória e Cultura Escolar” e “GOMES, Guilherme Santos. A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS DOCUMENTAIS PARA A (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS DA ESCOLA MUNICIPAL FRIEDENREICH”.

cooperação interdisciplinar entre arquivistas e outros profissionais. Entretanto, esse debate ainda não possui grande destaque no âmbito dos cursos de Arquivologia no Brasil. Buscamos, então, a partir do estudo do histórico da instituição, do Projeto Pedagógico do curso e do currículo, refletir sobre essas questões dentro do curso de Arquivologia da UNIRIO.

4 UM BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO

O contexto de criação de uma instituição (ou de um curso, como é o caso desta pesquisa) diz muito sobre sua estrutura, missão, valores e objetivos, bem como sobre o tipo de profissional que será formado. Desta forma apresentaremos aspectos relativos à criação e ao desenvolvimento do Curso de Arquivologia da UNIRIO. Podemos observar abaixo alguns dos principais acontecimentos desde a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA) até as mais recentes reformas curriculares do curso:

Tabela 1 - Histórico da criação do curso de Arquivologia da UNIRIO

1960	O Arquivo Nacional cria o CPA, objetivando formar pessoal para trabalhar na Instituição. Não possuía caráter de nível superior
1972	O Conselho Federal de Educação autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior.
1973	O CPA torna-se o primeiro curso de Arquivologia no Brasil, mediante acordo entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Arquivo Nacional.
1974	O Conselho Federal de Educação estabelece o Currículo Mínimo, que orientava a formação profissional voltada para o serviço público e desconsiderava a pesquisa arquivística
1977	O CPA é transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) mas continua tendo as aulas ministradas no espaço físico do Arquivo Nacional.
1979	O curso de Arquivologia da FEFIERJ passa a funcionar nas dependências da própria Instituição. A FEFIERJ torna-se Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO).
1990	É aprovada uma Reforma Curricular ainda que limitada devido às exigências do Currículo Mínimo, que prezava pela formação técnica.
1996	A sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o fim da necessidade de seguir o Currículo Mínimo possibilitam o início de um longo processo de reforma curricular.
2006	É aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia da UNIRIO, que em tese reflete as mudanças curriculares e abrange a

	nova visão do curso: mais humanista e menos técnico. Está em vigor até o momento.
2007	É formada uma Comissão para desenvolver uma nova reformulação do Currículo.
2012	Criação da Pós Graduação <i>stricto sensu</i> em Gestão de Documentos e Arquivos - UNIRIO, primeiro mestrado na área de Arquivologia da América Latina e dos países de língua portuguesa.
2013	Aprovação de novo ajuste curricular.

Fontes: AGUIAR; MARIZ (2013) e BETANCOURT (2020). Adaptado pela autora.

Em 1974, quando foi estabelecido o Currículo Mínimo pelo Conselho Federal de Educação, os cursos de Arquivologia seguiam um perfil totalmente tecnicista, o que demonstrava o não reconhecimento do caráter crítico e investigativo do arquivista (BETANCOURT, 2020).

Na Reforma Curricular de 1990, foram adotadas algumas mudanças: o aumento do tempo de integralização do curso de três para quatro anos; a criação das disciplinas Monografia I e Monografia II, e a inclusão de duas disciplinas de caráter prático ministradas em laboratórios (Organização Prática de Arquivo I e II). Podemos notar que apesar das limitações relativas à obrigatoriedade da adoção do Currículo Mínimo, a associação entre Arquivologia e pesquisa científica começa a aparecer na estrutura curricular.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, foi possível abandonar a rigidez do Currículo Mínimo e a partir disso, o curso de Arquivologia da UNIRIO começou um longo processo de reestruturação que foi parcialmente concluído dez anos depois, com a aprovação do Projeto Pedagógico (2006). Este documento orientou a reformulação do currículo no ano seguinte, que tinha como objetivo colocar em prática a ideia de apresentar um curso mais flexível, no qual o aluno poderia optar, de acordo com seus interesses pessoais, por uma formação mais histórica ou mais administrativa, sendo possível o contato com a pesquisa arquivística e as reflexões sobre a função social do arquivista e com as discussões técnico-científicas.

5 REFLEXÕES SOBRE PROJETO PEDAGÓGICO E CURRÍCULO

O Projeto Pedagógico é o documento que orienta a instituição de ensino. A partir dele, devemos ser capazes de responder a três perguntas: (1) “O que somos?”, que diz respeito a identificar a realidade da instituição; (2) “O que queremos?”, que visa apresentar os objetivos da instituição de acordo com as necessidades identificadas na pergunta anterior; e (3) “O que faremos?”, que compreende as estratégias para chegar à determinado objetivo (VASCONCELLOS, 2012).

Apesar de ser um documento obrigatório, podemos perceber que sua elaboração vai muito além de atender à burocracia, pois é um instrumento pedagógico de grande relevância.

Segundo Vasconcellos (2004), o Projeto Pedagógico precisa, essencialmente abranger e orientar todos os projetos desenvolvidos no âmbito da instituição; ter as ações de curto, médio e longo prazo revistas conforme a duração de cada uma; envolver professores, alunos, funcionários, pais, direção e comunidade local; e estar em constante (re)construção.

A formação dos alunos sempre possui intencionalidade (FAGUNDES, 2009), sendo diretamente influenciada pelo Projeto Pedagógico. Isto se justifica por este documento dialogar com a elaboração do currículo, um campo que é de disputa política devido a implicar na seleção do que é importante de ser mantido em detrimento do esquecimento de outras temáticas.

O currículo está situado no espaço, no tempo e no contexto social, exercendo uma espécie de controle sobre os indivíduos. Além disso, é um elemento produtor de identidades (MOREIRA; SILVA, 2005 apud GOMES, 2008), podendo induzir quais temáticas serão mais pesquisadas pelos alunos e definindo a identidade profissional do arquivista.

Entendemos como imprescindível a compreensão do currículo a partir dos conceitos de emancipação e libertação (GOMES, 2008). Assim, os alunos poderão desenvolver o senso crítico e político para defender seus pontos de vista através da representação de temáticas menos abordadas na Arquivologia.

6 ANÁLISE DOCUMENTAL DO CURRÍCULO E DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIRIO

Em vigor desde 2006 e desenvolvido pelo Grupo de Trabalho para Reforma Curricular, composto de docentes, discentes e funcionários, o Projeto Pedagógico do curso de Arquivologia da UNIRIO é definido como a referência norteadora das ações pedagógicas do curso. Sendo assim, levantaremos aspectos apontados no documento visando entender se a história da instituição, os objetivos, os valores e a estrutura curricular estão em conformidade com o Projeto Pedagógico.

Como visto anteriormente, este Projeto foi resultado de uma mudança de paradigma: a necessidade e um desejo de flexibilização visando a mudança do perfil profissional que o curso pretendia formar, em atendimento às novas necessidades da sociedade atual.

O Projeto Pedagógico deve servir de base para reformulações curriculares. Logo, entendemos que até então este documento não só justifica, como ratifica a importância do profissional no contexto sócio-econômico-cultural, que nos faz refletir sobre a dimensão dos arquivos escolares enquanto objetos de estudo no campo da Arquivologia.

Porém, quando passamos para a parte “prática”, percebemos que as escolhas curriculares não estão em conformidade com as justificativas apresentadas e com o que o curso considera mais valioso na formação de um profissional. O Projeto Pedagógico aponta para um currículo que preza pelo perfil investigativo e crítico, no qual o profissional tenha autonomia intelectual e seja de fato “capaz de desenvolver uma visão de cidadania plena, necessária ao exercício de sua profissão” (UNIRIO, 2006, p.11). No entanto, não vemos na matriz curricular temas que incitem reflexões sobre os diálogos entre Arquivologia e Educação, mesmo esta última sendo fundamental para a garantia do exercício da cidadania dos indivíduos.

Assim, destacamos que o Projeto cita a importância de uma “ampla formação arquivística que considere não somente a competência técnico-científica que o mundo do trabalho requer, mas também a competência para o exercício pleno da cidadania” (UNIRIO, 2006, p.10). Sabemos que o arquivo escolar não é um mercado com fácil oferta de emprego para o arquivista, já que não há obrigatoriedade desse profissional no quadro de funcionários das escolas no Brasil. Ainda assim, se o curso preza por uma formação que considere outras competências além das mais solicitadas pelo mercado de trabalho, é essencial que haja disciplinas que fomentem o debate sobre a relevância dos arquivos escolares para a sociedade. Ou seja, o processo de formação com vistas a um conhecimento mais completo passa necessariamente por um currículo mais abrangente.

O currículo do curso deve articular não somente as demandas mais comuns do mercado como também abranger outras atribuições legais da profissão. Na matriz curricular atual, que teve seu último ajuste em 2013, vemos que ainda não há disciplinas obrigatórias voltadas para reflexões sobre os arquivos escolares e nem sobre nenhum outro tema relativo às interlocuções entre Arquivologia e Educação, apesar do Projeto Pedagógico destacar que o curso de Arquivologia na UNIRIO se divide em duas linhas curriculares: Arquivística, Cultura, Memória e **Educação** e Arquivística, Conhecimento, Tecnologia e Informação. Ou seja, mesmo a linha curricular que trata de Educação não possui disciplinas sobre Educação.

Destacamos que, partindo da matriz curricular, a única via que a universidade proporciona para que os alunos tomem conhecimento desses

conteúdos é a partir dos componentes curriculares de Tópicos Especiais ou Seminários de Arquivística, que são disciplinas optativas com ementas abertas e temas selecionados de acordo com a área de interesse do professor ministrante. O ideal seria que houvesse na matriz curricular uma disciplina específica para tratar sobre os diálogos com a Educação.

A pouca representação desses temas no ambiente universitário impede que essa área cresça dentro da Arquivologia e se desenvolva na relação, por exemplo, entre Arquivo-escola. Entendemos que somente com o estímulo ao diálogo será possível que os estudantes de Arquivologia reconheçam e lutem pela escola como ambiente de atuação do arquivista. Neste sentido, o currículo precisa ser organizado de modo a “informar ao educando seu papel no mundo” (PIZANI; OLIVEIRA, 2017). Isso tudo também faz parte da luta pela valorização do profissional de Arquivologia, que é citada no Projeto Pedagógico como um dos compromissos do curso com os alunos.

7 O ARQUIVISTA E A EDUCAÇÃO

A atividade arquivística não pode ser reduzida a um conjunto de técnicas, pois tem um caráter essencialmente intelectual. Por isso, a invisibilização da Educação na Arquivologia traz prejuízos no que tange a uma carência formativa, dado que outros profissionais, não capacitados para tanto, terão que assumir a prática de atividades que cabem ao arquivista.

Assim como um professor, o arquivista tem o papel de mediador, auxiliando os usuários em suas necessidades (PIZANI; OLIVEIRA, 2017) e possibilitando o acesso a elas. Quando entendemos que o arquivista é sobretudo um educador, concebemos melhor essa relação entre arquivista e Educação.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que este trabalho contribui para repensarmos o Projeto Pedagógico e o currículo do curso de Arquivologia da UNIRIO como instrumentos de transformação na formação do profissional arquivista. As novas diretrizes para a Educação representaram um grande passo no desenvolvimento do ensino e pesquisa na Arquivologia, mas ainda há um longo caminho a percorrer no sentido de alcançar temáticas que se encontram carentes de investigação, como os arquivos escolares.

Gomes (2008) aponta que, em uma concepção tradicionalista, a escola serve para “moldar” o aluno para que ele atenda somente à demanda do mercado. Fazendo um paralelo com a autora, muitas vezes os currículos dos

cursos de Arquivologia buscam somente preparar o discente para o mercado de trabalho. Isto coloca em segundo plano a criação de uma visão mais generalista da profissão, que preze pelo pensamento crítico e pela busca da função social do arquivista. Ainda que o mercado de trabalho para o arquivista não seja tão amplo nas escolas, é necessário pensar em uma formação profissional que dialogue com a Educação.

Apesar da LDB apontar para a necessidade de um perfil profissional mais interdisciplinar, as escolas ainda não possuem arquivistas em seu quadro de funcionários. Dessa forma, torna-se ainda mais relevante que o estudante de Arquivologia esteja ciente do seu potencial ao trabalhar nesse ambiente. É a partir da pesquisa nas universidades que se torna possível que as interlocuções entre Arquivos e Educação se fortaleçam e possam futuramente até mudar o cenário das escolas para uma perspectiva onde o arquivista tenha seu valor reconhecido.

Neste sentido, entendemos que o Projeto Pedagógico do curso de Arquivologia da UNIRIO, juntamente com o currículo, deveria apontar para a interdisciplinaridade com a Educação. O primeiro estabelece algumas diretrizes nesta direção, porém estas não são refletidas no segundo. Este fator nos faz pensar que o Projeto Pedagógico não é visto como um instrumento educacional para o curso.

Nenhum documento pode se pressupor atemporal e um Projeto Pedagógico elaborado há 15 anos não mais reflete a sociedade atual. Portanto, é necessário repensar seus objetivos e ajustá-lo, para que ele possa orientar uma reforma curricular de acordo com as demandas sociais, políticas e econômicas da atualidade.

Assim, fica clara a importância de refletir cada vez mais sobre os parâmetros curriculares nas universidades, para que não se reproduza um ensino puramente tecnicista. Devemos, porém, continuar lutando para que essa pauta ganhe notoriedade no curso através do currículo, com disciplinas voltadas para estes temas. Possibilitando, dessa maneira, a formação de alunos mais conscientes e preparados para ocupar outros espaços como, por exemplo, o arquivo escolar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. F. S., MARIZ, A. C. A. O Curso de Arquivologia da UNIRIO: breve histórico, características e sua importância no cenário da Arquivologia brasileira. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.7, p.205-222, 2013. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrij/wp-content/uploads/2016/11/e07_a8.pdf>.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BETANCOURT, B. C. **Recomendações para harmonização entre formação, profissão e trabalho no campo arquivístico brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) – Faculdade de Arquivologia, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 144 p., 2020. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2019/betancourt-beatriz-carvalho-recomendacoes-para-harmonizacao-entre-formacao-profissao-e-trabalho-no-campo-arquivistico-brasileiro/view>>.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

FAGUNDES, M. C. V. **Universidade e projeto político-pedagógico: diálogos possíveis fomentando formações emancipatórias**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 235 p., 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf>.

GOMES, P. R. **O currículo numa escola prisional feminina: os impasses do cotidiano**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 113 p., 2008.

GOMES, P. R., MONTEIRO, M. V. S. Arquivo e Escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.10, p.61-80, 2016. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e10_a03.pdf>.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>.

PIZANI, I, OLIVEIRA, R. O diálogo no processo de ensino e aprendizagem de acordo com Paulo Freire e Lev Vygotsky. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, Medianeira, v. 8, n. 16, s.p., 2017. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/recit/article/view/e-5066>>.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 5 ed. São Paulo: Libertad, 2004.

_____. **Roda de Conversa - Tema: Projeto Político Pedagógico - Parte 1**, 2012. 1 vídeo (17 min 05 seg). Publicado pelo canal Magistraseemg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fntnXK-LroY>>.

RELAÇÕES DISCIPLINARES DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA

Julianne Teixeira e Silva (Universidade Federal da Paraíba),
Josemar Henrique de Melo (Universidade Federal da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

Os cursos de Arquivologia possuem, de maneira inerente, em sua estrutura curricular, um caráter multi, pluri e interdisciplinar tendo em vista a necessidade de agregar saberes e dialogar com outros campos do conhecimento, uma vez que a formação dos futuros arquivistas se completa a partir do teor das funções arquivísticas, ligadas diretamente aos acervos documentais de arquivo, produto da acumulação dos documentos produzidos e recebidos por uma instituição ou pessoa. Assim, é, por excelência, eivada de relações com outras áreas do conhecimento tais como a Administração, o Direito, a História, a Diplomática, a Sociologia, a Ciência da Informação, e mais recentemente com a Tecnologia da Informação.

Estas relações se estabeleceram a partir das necessidades e inevitabilidade teórico-metodológicas da Arquivologia, no decorrer de sua história como área científica, em decorrência dos procedimentos para organização e gestão dos arquivos. Inicialmente a relação mais próxima da Arquivologia era com a História, Diplomática e Paleografia. No caso da Diplomática e da Paleografia estas já eram auxiliares da História e, conforme

SILVA et al. (1999, p. 108) a arquivística era identificada, desde o século XVIII, como ‘Diplomática Prática’.

Num momento histórico mais recente, a partir da necessidade da racionalização do excedente documental, houve uma aproximação com a Administração. Sobre este aspecto é importante relatar a Gestão de Documentos²⁰⁹, como estudos determinantes da atuação dos arquivistas, desde a metade do século XX, e que se fundamenta na Administração.

Estas relações espriam-se no processo de formação, sendo perceptíveis nos programas pedagógicos dos cursos de Arquivologia, componentes curriculares como Introdução à Administração, Instituições do Direito Público e Privado, História do Brasil e outras variações dentro dessa perspectiva.

Neste processo de desenvolvimento da Arquivologia e com a transformação digital promovida pelas tecnologias digitais da informação e comunicação estamos observando esse novo encontro dialógico, tendo em vista a necessidade da organização dos documentos digitais e da dinamização da organização e difusão do significativo legado dos acervos não digitais.

Destarte, é importante salientar que, em âmbito nacional, diversos trabalhos já foram realizados na perspectiva de compreender a entrada da área da Tecnologia da Informação (TI) nos programas dos cursos de arquivologia, tais como apontados por Araújo e Crestosmo (2009), Oliveira (2014), Flores (2015), Silva e Ataíde (2015), Dorneles e Melo (2020) e Chagas, Negreiro e Silva (2021), dentre outros. Estes trabalhos apontam, de acordo com os seus objetivos, o processo de disciplinaridade da TI nos cursos de Arquivologia. Destaca-se o texto de Flores (2015) que, a partir do levantamento de dados, no curso da Universidade Federal de Santa Maria (UFM), apresenta uma proposta para os cursos de arquivologia constituírem disciplinas de TI. Escreve este autor:

[...] para uma contemplação plena das necessidades inerentes à complexidade e especificidade do Documento Arquivístico Digital, seriam necessárias cinco disciplinas com conteúdos que serão apresentados à seguir: Base de GED [Gestão Eletrônica de Documentos]; Documentos Arquivísticos Digitais – DAD’s; Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAD’s; Preservação Digital; Repositórios Arquivísticos Digitais. (FLORES, 2015, p. 96)

²⁰⁹ A gestão de documentos é uma perspectiva norte-americana iniciada no pós-guerra que se fundamenta nas bases da Administração Científica e que influenciou a atuação de arquivistas no Brasil e em todo o mundo. A gestão de documentos sob o olhar da administração e da burocracia weberiana traz fortes reflexos no que fazer arquivístico até os dias atuais.

Observou-se na literatura que a preocupação está direcionada à inserção de disciplinas de TI nos cursos de Arquivologia, que se entende necessária para qualificar melhor os futuros arquivistas.

Entretanto, o trabalho de pesquisa que se inicia observa que não é apenas com a disciplinaridade da TI que melhoraremos a qualificação dos arquivistas, é importante também discutirmos a interdisciplinaridade e a transversalidade dos conteúdos, tanto nos componentes curriculares de TI como nos conteúdos técnicos e específicos de Arquivologia.

Essa preocupação faz-se necessária tendo em vista que, em muitos casos, a disciplinaridade não vem atendendo às transformações realizadas nos currículos dos cursos. Em que, boa parte dos egressos sentem-se limitados em relação às competências e habilidades necessárias para lidar com a realidade digital que se apresenta nas instituições, sejam públicas ou privadas.

Diante do exposto, nossa problematização refere-se em compreender como os cursos de Arquivologia abordam os componentes curriculares e conteúdos sobre tecnologia da informação?

Objetivo, da pesquisa em andamento, é analisar os componentes curriculares relacionados com a tecnologia da informação. Para isso iremos analisar o grau de disciplinaridade e interdisciplinaridade entre TI e Arquivologia aplicados nos componentes curriculares.

A hipótese norteadora da pesquisa funda-se no entendimento que há uma inadequação na interdisciplinaridade no que diz respeito aos componentes curriculares entre TI e Arquivologia.

O trabalho aqui desenvolvido está delineado como um ensaio teórico que compõe parte de um estudo exploratório-descritivo, de abordagem qualitativa lastreado em um levantamento de dados bibliográficos e documentais, tendo como amostra os cursos mais antigos de arquivologia, distribuídos nas cinco regiões brasileiras, sendo os seguintes: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Brasília (UNB), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Desta forma, a pesquisa está, num primeiro momento, analisando os títulos das disciplinas e suas respectivas ementas. Os dados dessa pesquisa serão apresentados em futuras publicações. Os dados iniciais já apontam para um caráter disciplinar acentuado, limitações interdisciplinares e pouca transversalidade nos currículos analisados.

Os aportes teóricos aqui apresentados são apenas o ponto inicial de uma pesquisa que dará subsídios aos cursos de arquivologia, no sentido de

construírem seus projetos pedagógicos de cursos, não apenas sob o olhar da disciplinaridade como também da interdisciplinaridade e possíveis aplicações de transversalidade. Trouxemos, para essa pesquisa, alguns conceitos da área da Educação, na intenção de transcender às questões meramente técnicas da nossa área.

2 CURRÍCULOS DE ARQUIVOLOGIA: DOCUMENTO E AÇÃO

Este ensaio parte do entendimento de que o ensino de Arquivologia, bem como a pesquisa, deve ser compreendido como processo de construção dialógica de sentidos e construção de saberes entre os envolvidos no contexto pedagógico. Severino (2008, p. 172), salienta que “o fundamental no conhecimento não é a sua condição de produto, mas seu processo”.

Os currículos de cursos de graduação, mesmo sendo pautados pela esfera oficial por meio de políticas nacionais, são resultados de macro cenários e também de singularidades locais, pessoais, institucionais e, sobretudo das intenções dos sujeitos num processo de consonâncias entre os contextos social e educacional “[...] caracteriza-se pela fragilidade, fruto de acordos e de complexos processos de negociação”. (PAIVA, FRANGELLA e DIAS, 2006 p. 245).

Recomenda-se aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de Arquivologia, conhecer e buscar aproximações com as atuais discussões do campo da teorização curricular (Teorias do Currículo), campo da Educação que visa compreender as funções e perspectivas da elaboração e ação do currículo no contexto educacional. Young (2014) defende a necessidade da aproximação entre o campo de especialização, a arquivologia no nosso caso, com as Teorias do Currículo, pois segundo o autor essa junção possibilita elaborar currículos mais críticos e não meras reproduções de modelos irreais, descontextualizados e excludentes.

Dentre os conceitos de currículo optou-se por dois autores os quais as respectivas definições se aproximam e se adequam à realidade do ensino superior.

Para Apple (1982), o currículo não é um conjunto neutro de conhecimentos.

Ele [o currículo] é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo. (APPLE, 1982, p. 59)

De forma a ampliar esse entendimento, Morgado (2004, p. 117) evidencia o currículo “como sinônimo de um conjunto de aprendizagens valorizadas socialmente e como uma construção permanente e inacabada, resultante da participação de todos. Um espaço integrado e dialético, sensível à diferenciação”.

Chagas, Negreiros e Silva (2021) destacam com propriedade as configurações dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil, seus aspectos acadêmicos, institucionais, relações com o mercado, o perfil docente e as possibilidades de uma harmonização curricular. A investigação está consubstanciada por dois questionamentos cruciais, a saber: **qual é a arquivologia que fazemos?** E **qual é a arquivologia que queremos?** Nas conclusões os autores enumeram outra série de dúvidas salutaras suscitadas no decorrer das pesquisas, dentre elas estão **que Arquivologia pretendemos ser, fazer e ensinar no Brasil?** Ao final, com muita generosidade acadêmica e com o intuito de estimular novas pesquisas, afirmam que a metodologia desenvolvida por eles e os resultados agora são da comunidade Arquivística e que “aguardam, a partir de novos olhares, novas leituras e interpretações, críticas e sua própria reconstrução”. (CHAGAS, NEGREIROS e SILVA, 2021, p. 204).

Diante desse convite e instigados pelo referencial teórico que fundamenta esse ensaio propomos mais uma reflexão por meio de uma pergunta provocativa, dirigida a toda comunidade Arquivística. **Os currículos de Arquivologia que fazemos, ensinamos e pretendemos fazer, estão a serviço de quem?** Está à serviço da sociedade, do mercado, da própria área (hermetismo), dos grupos hegemônicos, dos arquivos, das próprias instituições de ensino, de órgãos de controle e avaliativos, de alguma circunstância efêmera?

Como bem afirma Silva (2007)

[...] não podemos mais olhar para o currículo com a mesma inocência de antes. O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. [...] O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento é documento de identidade. (SILVA, 2007, p. 150)

O currículo não deve ser apenas um documento escrito por questões de um imperativo formal/legal, pois ele deve ser colocado em prática em cada um de seus detalhes. Currículo de curso é documento (escrita) e que precisa ser

ação efetiva, principalmente pelo corpo docente, discente e gestores dos cursos.

3 RELAÇÕES DISCIPLINARES E PRÁTICAS TRANSVERSAIS DE ENSINO APRENDIZAGEM

Os estudos que envolvem as relações disciplinares são discutidos sob duas abordagens, a epistemológica e a pedagógica. Este trabalho será conduzido sob as duas perspectivas, uma vez que não são excludentes. Ressalta-se ainda a utilização aqui, dos termos “disciplina” e “componente curricular” como sinônimos.

No intento de elaborar critérios para analisar os conteúdos relacionados às tecnologias digitais nos currículos de Arquivologia fez-se necessário empreender um percurso rumo aos conceitos balizadores desse trabalho, a saber: disciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e transversalidade. A composição destes prefixos distintos, tece uma rede conceitual sobre as características das relações disciplinares permeadas na Arquivologia, porém pouco discutidas.

Os conceitos balizadores circunscritos nesse trabalho, vieram das abordagens epistemológicas e pedagógicas sobre as relações disciplinares, os quais foram condensados no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Conceitos das relações disciplinares

TERMO	CONCEITO
Disciplinaridade	“Exploração científica especializada de determinado domínio homogêneo de estudo, isto é, o conjunto sistemático e organizado de conhecimentos que apresentam características próprias nos planos do ensino, da formação, dos métodos e das matérias” (JAPIASSU, 1976, p. 72).
Multidisciplinaridade	“Evoca uma justaposição, num trabalho determinado, dos recursos de várias disciplinas, sem implicar necessariamente um trabalho de equipe e coordenado(...) só exige informações tomadas de empréstimo duas ou mais especialidade ou setores de conhecimento, sem que as disciplinas levadas a contribuir por aquela que as utiliza sejam modificadas ou enriquecidas” (JAPIASSU, 1976, p. 72-73).
Pluridisciplinaridade	“consiste em estudar um objeto sob diferentes ângulos, mas sem que tenha necessariamente havido um acordo prévio sobre os métodos a seguir ou sobre os conceitos a serem utilizados” (JAPIASSU, 1976, p. 73).

Interdisciplinaridade,	“Nível em que a colaboração entre as disciplinas ou entre os setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz a interações propriamente ditas, isto é, a uma certa reciprocidade nos intercâmbios de tal forma que no final do processo interativo, cada disciplina, saia enriquecida” (JAPIASSU, 1976, p. 75).
Transdisciplinaridade	“Etapa superior [à interdisciplinar], que não se contentaria em atingir interações ou reciprocidades entre pesquisas especializadas, mas que situaria suas ligações no interior de um sistema total, sem fronteiras estabelecidas entre as disciplinas”. (Piaget, citado por (JAPIASSU, 1976, p. 75).
Transversalidade	“O conceito de transversalidade, nesse aspecto, refere-se à metodologia que organiza e promove conceitos, atitudes e procedimentos. O construtivismo e o sócio-construtivismo vêm sendo um suporte teórico-epistemológico adequado para esse desenvolvimento, já que consideram a contextualização, a problematização, a ação, a historicidade dos sujeitos e a atividade e interatividade entre eles. Assim, a escola promove a transversalidade dos temas em seu currículo por meio de atividades diversas, vivenciadas, experienciadas e avaliadas durante a aprendizagem” (GÓMEZ, 2009, p. 6).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Complementando o enfoque conceitual deste ensaio traremos a perspectiva da complexidade que se dá em oposição ao conhecimento reducionista e hiperespecializado. MORIN, NICOLESCU e FREITAS (1994) e MORIN (2000, 2007, 2020), trazem como proposta para a educação, o pensamento complexo como forma diferenciada de lidar com o conhecimento e suas dinâmicas de ensino, aprendizagem e percepção de mundo.

Há, efetivamente, necessidade de um pensamento:

- que compreenda que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes;
- que reconheça e examine os fenômenos multidimensionais, em vez de isolar; de maneira mutiladora, cada uma de suas dimensões;
- que reconheça e trate as realidades, que são, concomitantemente solidárias e conflituosas (como a própria democracia, sistema que se alimenta de antagonismos e ao mesmo tempo os regula);
- que respeite a diferença, enquanto reconhece a unicidade. É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir

um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto. (MORIN, 2000, p. 88-89)

Considerando o pensamento complexo de Edgar Morin, este ensaio tem como foco lançar a propositura de um percurso orientado à análise da interdisciplinaridade e da possibilidade de aplicação da transversalidade no ensino dos conteúdos de TI nos currículos de Arquivologia. Uma vez que a disciplinarização estanque e a fragmentação dos saberes nos projetos pedagógicos dos cursos, como grades-curriculares lineares e fracionadas não colaboram com o entendimento de ensino como processo e dificulta as conexões dos conteúdos de TI aplicados à Arquivologia.

É preciso deixar claro, que propostas interdisciplinares e transversais não são apenas designadas pelo que fica determinado e documentado nos PPCs, nas ementas ou nos programas das disciplinas. É preciso envolvimento docente e discente no processo de ensino aprendizagem. Cabe aos sujeitos a **intencionalidade** pela transversalidade, o que se configura como um traço fundamental para que tal proposta saia da pauta e vire ação.

Severino (2008, p. 170), salienta que o delineamento e a explicitação desta intencionalidade “constituem o fruto primacial da atividade teórica para a prática [...] Ao professor cabe articular seu projeto pessoal e existencial ao projeto global da sociedade na qual se encontra” em contraposição às idiossincrasias de um projeto particular e ‘egoístico’.

Na disposição de romper com a rigidez da fragmentação dos saberes, do ensino superior, a prática da interdisciplinaridade e transversalidade podem se consolidar em variadas configurações. Vai “depende radicalmente da presença efetiva de um projeto educacional centrado numa intencionalidade, definida esta a partir dos objetivos a serem lançados pelos sujeitos educandos.” (SEVERINO, 2008, p. 171). O autor complementa sua afirmativa constatando que “a prática interdisciplinar do saber é a face subjetiva da coletividade política dos sujeitos”.

Neste sentido, observa-se a importância da transformação do corpo docente no sentido de apropriar-se de outros conhecimentos, aprofundar novas temáticas, principalmente no que tange a TI, em suas práticas e métodos em sala de aula, pois, “o processo de Ensino-Aprendizagem (EA) nas IES não consegue acompanhar com a mesma velocidade as mudanças tecnológicas. Os “novos” alunos possuem uma maior habilidade com as novas tecnologias, enquanto parte dos docentes diante desse fato ainda são reticentes ao uso das TICs”. (LOBO, MAIA, 2015, p. 17).

Verifica-se que a intencionalidade dada pelo corpo docente marca efetivamente a transversalidade, pois esta se encontra nos processos metodológicos de ensino-aprendizagem posto em ação na sala de aula.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O delineamento do referencial teórico que apresentamos neste ensaio suscita a possibilidade de operacionalizar a interdisciplinaridade por meio da transversalidade como prática pedagógica, transcende aos aspectos integradores voltados aos componentes curriculares. Pois, é uma forma de aplicar o pensamento complexo, algo fundamental para que o arquivista possa atuar com temas relacionados ao entorno digital.

Entendemos que não basta “derramar” uma série de conteúdos sobre TI desconexos das funções e realidades arquivísticas - é preciso fazer sentido. Isto é, os alunos precisam compreender as partes, o todo e as dinâmicas das conexões estabelecidas em cada nó dessa rede. Significa dizer que o pensamento linear, analítico e fragmentado minimiza o entendimento dos significados das relações entre as partes e seu funcionamento como um todo. Este pensamento desagregado persiste vigorar na arquivística brasileira. Não obstante, acreditamos que o mesmo precisa ser repensado, quem sabe até mesmo superado.

Para este trabalho os autores concordam com o texto de Flores (2015) na necessidade e importância da TI nos cursos de Arquivologia, tendo em vista a formação desse profissional para atuar na complexidade do entorno digital que envolve os sistemas informatizados de produção, armazenamento, difusão e preservação e acesso de documentos. Entretanto, a discordância dá-se no processo da acentuada disciplinarização estanque dos conteúdos de TI no contexto do ensino da Arquivologia.

Enfim, nos aportamos no pensamento complexo, na teoria dos currículos, nos conceitos de transversalidade e interdisciplinaridade para indicar que se faz urgente a reflexão sobre a elaboração dos projetos pedagógicos de curso e componentes curriculares para que integrem saberes, conteúdos e temas de TI, no sentido de serem transversais aos componentes curriculares específicos da área da Arquivologia, a fim de prepararmos nossos alunos para atuarem de forma eficaz, crítica, inovadora, inclusiva e ética. Acreditando em seu papel transformador frente à missão social dos arquivos.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Currículo e ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ARAÚJO, Nelma Camelo de; CRESTOSMO, Simone. Análise das Disciplinas de Tecnologia da Informação Ofertadas nos Currículos dos Cursos de Arquivologia da Região Sul do Brasil. In: **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 93-114, 2009.

CHAGAS, Cintia Aparecida; NEGREIROS, Leandro Ribeiro; SILVA, Welder Antônio. **Formação em Arquivologia no Brasil: análise e perspectivas acerca de uma possível harmonização curricular**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora. 2021.

DORNELES, Sanderson; MELO, Josemar Henrique de Melo. Tecnologias nos Cursos de Arquivologia. In: **Pesq. Bras. em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p.035-042, 2020.

FLORES, Daniel. Desafios Contemporâneos dos Currículos de arquivologia: A gestão dos documentos arquivísticos digitais e suas relações interdisciplinares da Arquivologia. In: NEVES, D. A. B.; ROCHA, M. M. V.; SILVA, P. (orgs.) **Cartografia da Pesquisa e Ensino da Arquivologia no Brasil: IV REPARQ**. p. 119-178. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 91-118.

GÓMEZ, Margarita Victoria. A transversalidade como abertura máxima para a didática e a formação contemporâneas. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 3, n. 48, p. 1-12, 2009.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Imago editora, 1976.

LOBO, Alex Sander Miranda; MAIA, Luiz Cláudio Gomes. O uso das TICs como ferramenta de ensino-aprendizagem no Ensino Superior. **Caderno de Geografia**, v. 25, n. 44, p. 16-26, 2015.

MORGADO, José Carlos. Educar no século XXI: que papel para o(a) professor(a)? In: MOREIRA, A.F.B.; PACHECO, J.A; GARCIA, R. L. (orgs.). **Currículo: pensar, sentir e diferir**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MORIN, Edgar. Desafios da transdisciplinaridade e da complexidade. **Inovação e interdisciplinaridade na universidade. Porto Alegre: EDIPUCRS**, p. 22-28, 2007.

MORIN, Edgar; NICOLESCU, Basarab; FREITAS, Lima de. Carta da transdisciplinaridade. **Portugal, Convento da Arrábida, novembro de**, 1994.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

OLIVEIRA, Flávia Helena de. **A formação em arquivologia nas universidades brasileiras: objetivos comuns e realidades particulares**. 2014. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PAIVA, Edil V. de; FRANGELLA, Rita de Cassia Prazeres; DIAS, Rosane Evangelista. Políticas curriculares no foco das investigações. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (org.) **Políticas de currículo: múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, p. 241-269, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O uno e o múltiplo: o sentido antropológico do interdisciplinar. *In*: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (org). **Interdisciplinaridade**: para além da filosofia do sujeito. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, p. 159-175, 2008.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística**: teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto: Afrontamento. 1999.

SILVA, Ismaelly Batista dos Santos; DIAS, Guilherme Ataíde. A inserção das tecnologias da informação e comunicação como auxiliares para formação no ensino superior: um estudo de caso na área da Arquivologia. **Colóquio Internacional de Pesquisa em Educação Superior**: saberes, tecnologias e os desafios para a formação, 3. João Pessoa, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. 2 ed. 11 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

YOUNG, Michael. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de Pesquisa** [online], v. 44, n. 151, p. 190-202, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053142851>. Acesso em 13 Maio 2022.

EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA EM ARQUIVOLOGIA: EXPERIÊNCIAS EM SALA DE AULA VIRTUAL

Danilo Ribas Barbiero (Universidade Federal de Santa Maria)

1 INTRODUÇÃO

A temática abordada nesse texto acadêmico está vinculada ao campo de estudos Educação Arquivística (EA). O objetivo do trabalho é apresentar as experiências da disciplina complementar de graduação (DCG) “Educação e Docência em Arquivologia” (EDA), pertencente ao componente curricular flexível do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Para a Arquivologia, esse trabalho pode contribuir ao desenvolvimento dos temas vinculados com a EA, os quais destacamos a formação de professores e a docência na área Arquivística. Para Arquivistas e estudantes de Arquivologia, contribui como aporte teórico às reflexões sobre a inserção do(a) Arquivista na docência superior e o entendimento da docência em Arquivologia enquanto uma profissão e uma dimensão do mercado profissional. O artigo está estruturado nas seguintes seções: Introdução, Fundamentos teóricos e conceituais, Aspectos metodológicos, Resultados, Considerações finais e Referências.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

O objetivo desta seção não é esgotar e sim, apresentar, de forma sucinta, teorias e conceitos que sustentam cientificamente a elaboração deste

trabalho. O aporte teórico está vinculado a duas áreas do conhecimento científico: Arquivologia e Educação. Entendemos a EA enquanto um campo de estudos da Arquivologia, o qual interage com as teorias e os conceitos das Ciências da Educação. Esse campo oferece ao pesquisador a elaboração de estudos interdisciplinares e transversais nos seguintes temas:

- 1) **Ambientes educacionais em Arquivologia:** pesquisas sobre os aspectos estruturais, funcionais e históricos dos cursos de graduação e pós-graduação em Arquivologia.
- 2) **Educação Arquivística nos níveis e modalidades da Educação Nacional:** pesquisas sobre o conhecimento Arquivístico na Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Tecnológica, Educação a Distância etc.
- 3) **Processos de elaboração e implementação de projetos pedagógicos de curso e matrizes curriculares em Arquivologia:** pesquisas sobre currículos em Arquivologia. Disciplinas sobre Arquivologia em cursos de graduação e pós-graduação. Estudos e relatos de experiências sobre o ensino em disciplinas Arquivísticas.
- 4) **Docentes em Arquivologia:** estudos sobre os processos formativos e a atuação profissional na Educação Superior.
- 5) **Docência em Arquivologia:** didática Arquivística, saberes docentes, estratégias de ensino-aprendizagem Arquivísticas, docência, inclusão e acessibilidade, problemas relacionados com a aprendizagem Arquivística, docência e a capacitação de profissionais/equipes em ambientes Arquivísticos, docência em cursos preparatórios para concursos públicos. Atuação interdisciplinar na Educação Básica (Educação Patrimonial) e em Atividades Pedagógicas nos Arquivos Históricos.
- 6) **Grupos, Fóruns, Eventos Científicos, Sociedades e Redes Educacionais em Arquivologia:** estudos sobre a criação e implementação com enfoque no desenvolvimento profissional docente em Arquivologia.
- 7) **Estudos sobre Modelos de Educação Arquivística:** pesquisas sobre os efeitos do desenvolvimento profissional do(a) Arquivista, dos tipos de materiais de arquivo, da legislação Arquivística e dos aspectos culturais, econômicos, sociais, políticos e tecnológicos na EA.

Na segunda década do século XXI foram desenvolvidas e consolidadas teorias e conceitos de outros decênios como Cíbercultura, de Lévy (1999) e

Cultura Digital, de Castells (2008), onde, por meio da internet, World Wide Wibe (WEB), *Apps* e Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) foi possível compartilhar e localizar informações e construir conhecimentos de forma interativa e compartilhada.

Este cenário sociodigital atingiu um dos seus ápices durante o período de distanciamento social devido a pandemia de Covid-19, refletindo na prática de muitas profissões. Na medida em que as atividades dos(as) professores passavam por um processo de hipervirtualização, muitos(as) docentes foram impulsionados(as) a rever suas estratégias de ensino-aprendizagem e reconstruir a fluência tecnológica para atender as demandas do ensino em tempos pandêmicos.

Imbernón (2006) destaca que no contexto da sociedade em mudança e (pluri)informacional, a formação do professor deveria ter como base o estabelecimento de estratégias de pensamento, de percepção, de estímulos e ter como centro a tomada de decisões para processar, sistematizar e comunicar a informação. A formação de professores ocorre por meio de fases, etapas ou níveis. Marcelo García (1999), a partir dos estudos de Feiman (1983) destaca quatro etapas ou níveis no aprender a ensinar. A primeira, denominada como pré-treino, é marcada por experiências prévias de ensino vivenciadas enquanto alunos(as) pelos(as) candidatos(as) a professores(as). Na formação inicial é onde ocorre a preparação formal em uma instituição de ensino, onde o(a) futuro(a) professor(a) se apropria de conhecimentos pedagógicos, das disciplinas e realiza as práticas de ensino. A Iniciação corresponde ao período dos primeiros anos do exercício profissional do(a) professor(a), no qual os(as) docentes aprendem na prática, em geral por meio de estratégias de sobrevivência. A formação permanente inclui todas as atividades planejadas pela instituição e pelos(as) professores(as) com a finalidade de permitir o desenvolvimento profissional docente e o aperfeiçoamento do ensino dos(as) professores(as).

Cabe salientarmos que, no contexto da formação de professores em Arquivologia no Brasil, a segunda etapa é inexistente, tendo em vista que os Cursos de Arquivologia no país são do tipo Bacharelado. No entanto, este fato não é um impedimento para que os referidos cursos tenham em suas matrizes curriculares, disciplinas nos núcleos fixos e flexíveis dirigidas à preparação de professores(as). Para Marcelo García (1999), o desenvolvimento profissional docente (DPD) é também conhecido por formação permanente, formação contínua, formação em serviço, desenvolvimento de recursos humanos, aprendizagem ao longo da vida, reciclagem ou capacitação.

O DPD é um processo evolutivo e contínuo, formado por atividades diversificadas com a finalidade de desenvolver os componentes pessoais e profissionais do(a) professor(a), utilizáveis para potencializar o processo de ensino-aprendizagem em ambientes educacionais presenciais e virtuais. Além do ensino, as atividades em um programa institucional para o DPD necessitam atender outras demandas docentes, tais como as demandas de conhecimentos na gestão acadêmica, pesquisa e extensão. O DPD não pode apenas resultar da iniciativa do(a) professor(a), requer uma estrutura organizacional e uma política na instituição de ensino.

Para a nossa compreensão sobre docência, um conceito a nós é caro: os saberes da docência, (re)construídos pelos(as) docentes nas etapas da formação de professores. Esses saberes são alterados com certa regularidade devido às mudanças científicas das áreas, culturais, econômicas, sociais, políticas e tecnológicas. Com relação ao saber, nos orientamos pela seguinte definição:

[...] um sentido amplo, que engloba os conhecimentos, as competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes, isto é, aquilo que muitas vezes foi chamado de saber, saber-fazer e saber-ser. [...] esse sentido amplo reflete o que os próprios profissionais dizem a respeito de seus próprios saberes profissionais. (TARDIF, 2000, p. 11)

Na etimologia da palavra docência, a ênfase da definição se concentra no conceito de ensino e na ausência do conceito de aprendizagem. Para o Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2009), docência é a “ação de ensinar; o exercício do magistério”. Ainda, conforme este dicionário, docência é oriunda do latim *Docere*, “ensinar, instruir, mostrar, indicar, dar a entender”. A definição de docência superior pode ser ampliada com elementos das dimensões pessoal, ética e afetiva:

[...] atividades desenvolvidas pelos professores, orientadas para a preparação de futuros profissionais. Tais atividades são regidas pelo mundo de vida e da profissão, alicerçadas não só em conhecimentos, saberes e fazeres, mas também em relações interpessoais e vivências de cunho afetivo, valorativo e ético, o que indica o fato da atividade docente não se esgotar na dimensão técnica, mas remete ao que mais pessoal existe em cada professor. Assim, a docência superior apoia-se na dinâmica da interação de diferentes processos que respaldam o modo como os professores concebem o conhecer, o fazer, o ensinar e o aprender, bem como o significado que dão a eles. (ISAIA, 2006, p. 372)

A docência, independentemente do nível de ensino, é constituída por uma rede de saberes, redimensionados na prática profissional, nos espaços educativos presenciais, virtuais ou híbridos. Esses saberes são (des)construídos durante a trajetória docente, entrelaçam-se com as vivências pessoais dos(as) professores(as) e são ampliados por meio das ações institucionais ligadas ao DPD. Na docência, parte destas (des)construções se efetiva frente às situações imprevistas que surgem nos espaços educacionais onde interagem professores(as), estudantes e o *staff* administrativo da instituição. Para Cunha, que aborda a concepção de docência complexa, saberes docentes:

[...] não são conhecimentos empíricos que se esgotam no espaço da prática, no chamado “aprender fazendo”. Antes disso, eles requerem uma base consistente de reflexão teórica que, numa composição com as demais racionalidades, favoreça o exercício da condição intelectual do professor. (2010, p. 23)

Gauthier e Tardif (2010) identificaram, em suas pesquisas, sete saberes docentes, partindo do entendimento de que o saber docente é plural: o saber disciplinar, o saber curricular, o saber da experiência, o saber da experiência pedagógica, o saber da cultura profissional e o saber da tradição pedagógica. Cunha (2010) elenca os seguintes saberes: saberes referentes às situações de trabalho e processos formativos, saberes referentes ao contexto sócio-histórico do aluno, saber relacionado ao contexto da prática pedagógica, saber relacionado com a ambiência da aprendizagem, saber relacionado com a condução da aula nas suas múltiplas possibilidades, saber relacionado ao planejamento das atividades de ensino e saber relacionado com a avaliação da aprendizagem. Ao considerarmos o contexto da Cultura Digital, a estes saberes, agregamos (Barbiero, 2013): saber relacionado com as possibilidades educativas da *Web* e saber relacionado com a utilização/integração das TDICs no processo de ensino-aprendizagem.

No panorama atual, a Arquivologia é ensinada em quase todos os continentes. Cada país reflete o ensino Arquivístico conforme a sua realidade, embora alguns fundamentos epistemológicos no campo dos arquivos estejam bem enraizados. Por este motivo, é possível nos posicionarmos quanto a inexistência de um único modelo de EA a ser seguido. Considerando um olhar macro e comparativo, observamos que a EA está estritamente vinculada com o desenvolvimento da profissão e da legislação Arquivística em cada nação. Também, é relevante destacarmos que os organismos, como o Conselho Internacional de Arquivos, as sociedades e as associações de Arquivistas, historicamente, vêm colaborando nas discussões sobre os programas de estudos para os cursos de formação em Arquivologia.

O ensino institucionalizado da Arquivologia destinado à formação de profissionais tem mais de 200 anos e as primeiras escolas surgiram no continente Europeu, no século 19. De acordo com Lodolini (2010), as três primeiras escolas de formação de Arquivistas surgiram em Nápoles, em 1811 e em 1821, em Munique (Mônaco di Baviera para os italianos) e Paris (*École des Chartes*).

A partir do século 19, podemos considerar que EA e consequentemente o ensino no campo dos arquivos estreita relações com o surgimento e desenvolvimento dos Arquivos Nacionais, considerando que algumas escolas Arquivísticas emergiram destes espaços de gestão de documentos e memória, tendo em vista a necessidade de qualificação dos seus profissionais. Nesse sentido, podemos citar os Arquivos Nacionais no Brasil e nos Estados Unidos, locais de propulsão do ensino Arquivístico. No Brasil, observamos aquele o qual podemos considerar o embrião do ensino Arquivístico, o Curso de Diplomática do Arquivo Nacional, criado em 1911. Na década de 60, surge o Curso Permanente de Arquivo, vinculado inicialmente ao Arquivo Nacional, considerado por Marques (2019), como o primeiro curso de graduação em Arquivologia do nosso país. Nos Estados Unidos, observamos o ensino Arquivístico, se aproximando das universidades pela modalidade extensão na década de 50 e posteriormente migrando para os cursos de pós-graduação.

No Brasil, o ensino Arquivístico se desenvolve em cursos subsequentes ao ensino médio, cursos de graduação e pós-graduação. Ao que diz respeito à representação em um nível educacional, os cursos de graduação são os que melhor destacam o ensino Arquivístico no país, sendo 16 cursos em universidades públicas e um curso em um Centro Universitário privado. Com relação aos cursos de graduação, a Arquivologia, ainda, por meio de disciplinas e unidades de ensino, consta em matrizes curriculares de cursos como História, Biblioteconomia, Museologia, Despachante Documentalista, Secretariado etc.

Sobre o ensino da Arquivologia, linhas de pesquisa e objetos de estudo vinculados à área em cursos de pós-graduação no Brasil, o país conta com cursos em diferentes regiões do país, que possibilitam aos(as) Arquivistas a continuidade em seus processos formativos, principalmente àqueles(as) que aspiram a docência ou já trabalham como professores(as). Dentre os programas de pós-graduação, destacamos os cursos de mestrado e doutorado em Ciência da Informação e o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. É importante destacarmos a ausência e a necessidade de um curso de doutorado em Arquivologia e que parte dos(as) Arquivistas também realizam suas formações continuadas em programas de pós-graduação

como História, Letras, Comunicação, Administração, Educação etc. Sobre o ensino Arquivístico em cursos subsequentes ao ensino médio, destacamos os esforços do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, em São Paulo, o qual planejou o curso Técnico em Arquivo.

Sobre as redes de professores em Arquivologia, destacamos o trabalho da *Red Iberoamericana de Enseñanza Archivística Universitaria* (RIBEAU), que abrange a América Ibérica, contemplando instituições de EA em países e territórios onde predominam as línguas portuguesa e espanhola. As primeiras discussões do RIBEAU surgiram no 14º Congreso Internacional de Archivos, na cidade de Sevilha, Espanha, em 2000. Na ocasião, foi ressaltada a importância de buscar soluções aos problemas enfrentados na região ibero-americana no campo da EA. O objetivo geral do RIBEAU é promover a cooperação interinstitucional e internacional para fortalecer o ensino e a pesquisa com vistas à excelência acadêmica e à promoção da formação contínua e permanente.

A respeito dos eventos científicos que abordam temas vinculados com a Educação e a Pesquisa em Arquivologia, destacamos a Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ). O evento surge a partir do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ). A 1ª REPARQ ocorreu em 2010, na Universidade de Brasília e no conjunto de recomendações se incentivou a formação continuada dos docentes em Arquivologia. Trata-se do mais importante evento Arquivístico no Brasil com enfoque nos temas vinculados à EA. A REPARQ reúne representantes da área, tais como coordenadores dos cursos de graduação, professores, estudantes de mestrado e doutorado, pesquisadores e profissionais.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A disciplina complementar de graduação Educação e Docência em Arquivologia (EDA), com 60 horas, é um resultado de pesquisas elaboradas pelo autor durante o período de pós-graduação e enquanto docente no Curso de Arquivologia da UFSM, envolvendo as áreas de Arquivologia e Educação. Para a elaboração da disciplina, foi considerada, além dos estudos científicos, a demanda dos(as) estudantes de Arquivologia que buscam a docência na área, as possíveis dificuldades com relação aos primeiros anos do trabalho docente e a qualidade da Educação Superior. Os objetivos da disciplina EDA são: 1) Identificar os principais marcos históricos do ensino em Arquivologia no Brasil; 2) Ampliar os conhecimentos sobre o contexto geral e a história dos Cursos de Arquivologia no Brasil; 3) Expandir os conhecimentos sobre o ensino e a formação em Arquivologia no exterior; 4) Aprender noções sobre o

trabalho docente e a carreira do(a) professor(a) universitário(a) na Arquivologia e 5) Aprender noções gerais sobre a Didática e as estratégias de ensino-aprendizagem na Educação Superior. As unidades de ensino são: 1) Educação Arquivística e ensino em arquivologia no Brasil; 2) Os Cursos de Arquivologia no Brasil; 3) O ensino e a formação em Arquivologia no exterior; 4) Universidade, docência e carreira do(a) professor(a) universitário(a) na Arquivologia e 5) Didática e estratégias de ensino-aprendizagem na educação superior em Arquivologia.

A disciplina foi planejada para ser oferecida na presencialidade, tendo em vista a possibilidade de inserir os(as) estudantes em algumas atividades práticas do trabalho docente em Arquivologia. Devido a pandemia de Covid-19, a oferta ocorreu na modalidade *on-line*, com atividades síncronas e assíncronas, em 15 encontros, por meio do Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem *Moodle*, de uso institucional na UFSM. As aulas síncronas foram realizadas por meio da ferramenta *Google Meet*, com a apresentação de conteúdos e diálogos com os(as) estudantes. Os recursos utilizados foram: textos de apoio sobre temas ligados à EA, fotomontagens temáticas, slides e vídeos, contendo palestras a respeito dos assuntos abordados na disciplina.

4 RESULTADOS

A primeira oferta da disciplina EDA ocorreu no segundo semestre de 2020 e a seguinte, no segundo semestre de 2021. Foram planejados 15 encontros para a disciplina, sendo que, de forma alternada e por recomendação pedagógica da instituição, 6 encontros foram síncronos, por meio da ferramenta *Google Meet* e os demais, realizados por meio de atividades assíncronas. As aulas síncronas foram utilizadas para a exposição dos conteúdos e interação com os(as) estudantes. As aulas assíncronas foram utilizadas para leituras e realização de atividades planejadas. Em cada aula, foi utilizada uma fotomontagem sobre o tema abordado, com a finalidade de melhorar o engajamento do(a) estudante na disciplina.

Ao final da disciplina EDA, disponibilizamos um questionário aos estudantes, denominado *Feedback Discente*, com o objetivo de coletar dados a respeito da percepção discente com a finalidade de reestruturar a disciplina nas próximas ofertas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos, por meio do *Feedback discente*, que a oferta da disciplina EDA, para além do campo teórico das discussões sobre EA, tornou-se um

passo significativo para atender as necessidades formativas de um grupo de estudantes interessados(as) na docência em Arquivologia.

De modo geral, mesmo nas condições adversas em que a disciplina EDA foi desenvolvida, devido ao distanciamento social, percebemos um interesse crescente por parte dos estudantes nas temáticas envolvendo o trabalho docente em Arquivologia. Alguns estudantes sinalizaram a disciplina com um marco inicial para dar continuidade na formação em direção à docência, vislumbrando as oportunidades formativas nos diferentes espaços da trajetória acadêmica, oferecidas pelas instituições educacionais por meio de eventos, cursos e programas de pós-graduação. Durante as ofertas remotas de EDA, uma das atividades de ensino apresentada aos(as) estudantes foi a elaboração de um plano de aula com temática livre em Arquivologia. Nas próximas ofertas da disciplina EDA, objetivamos colocar o(a) aluno(a) mais próximo de situações e atividades do trabalho docente em Arquivologia.

Retomando o ponto teórico sobre a formação de professores no contexto da Arquivologia e as suas etapas, é importante salientarmos que os cursos de bacharelado não possuem disciplinas obrigatórias em seus currículos voltadas ao ensino na área de formação. Sendo assim, a trajetória do(a) professor(a) em Arquivologia não apresenta elementos formativos da etapa da formação inicial e o(a) docente na área inicia o desenvolvimento dos seus saberes pedagógicos por meio de oportunidades formativas e nos espaços educacionais, tais como a docência orientada na pós-graduação ou em sala de aula.

Para atenuarmos os efeitos deste problema e das possíveis dificuldades dos(as) docentes em Arquivologia em sala de aula em seus primeiros anos e consequentemente, o impacto na formação dos(as) Arquivistas, sugerimos estudos aos Cursos de Arquivologia, por meio dos seus colegiados e núcleos docentes quanto a criação e implementação de uma disciplina sobre EA, com abordagem em temas como a Didática, Formação de Professores, Ensino da Arquivologia etc.

REFERÊNCIAS

ALA. **Grupo de Expertos de la Red Iberoamericana de Enseñanza Archivística Universitaria**. Disponível em:

<<http://www.alaarchivos.org/grupo-de-expertos-ribeau/>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

BARBIERO, D. R. **Entre o presencial e o virtual: movimentos em direção a novos saberes da docência superior**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/7049> Acesso em: 05 jun. 2022.

CASTELLS, M. **Creatividad, innovación y cultura digital**: Un mapa de sus interacciones. Telos: Cuadernos de Comunicación e Innovación. Espanha, n. 77, out./Nov. 2008. Disponível em:

<

<http://telos.fundaciontelefonica.com/telos/articulocuataderno.asp?idarticulo=2&rev=77.htm> >. Acesso em: 01 de abr. 2022.

CUNHA, M. I. da. **A Docência como ação complexa**. In: Trajetórias e lugares de formação da docência universitária: da perspectiva individual ao espaço institucional. São Paulo: Junqueira & Marin editores, 2010.

FEPARQ. **Histórico**. Disponível em: <<http://feparq.org/histórico-3>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

GAUTHIER, C.; TARDIF, M. **Conclusão**: a Pedagogia amanhã. In: A Pedagogia: Teorias e Práticas da Antiguidade aos nossos dias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

IMBERNÓN, F. **Formação Docente e Profissional**: formar-se para a mudança e para a incerteza. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006, 119 p. (Coleção Questões da Nossa Época, 77).

ISAIA, S. M. A. de. **Verbetes**. In: MOROSINI, M. (ed.). **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**: Glossário. Vol. 2. Brasília: INEP, 2006.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LODOLINI, E. **Formación profesional de los archiveros y escuelas de archivología**. In: Anuario Escuela de Archivología. Argentina, n. 2, 2010. Disponível em:

<<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/anuario/article/view/4205>>. Acesso em: 01 de abr. 2022.

MARCELO GARCÍA, C. **Formação de Professores**: Para uma mudança educativa. Porto: Editora Porto, 1999, 271 p. (Coleção Ciências da Educação – Século XXI).

MARQUES, A. **A Arquivologia Brasileira**: busca por uma autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2019.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2012.

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários**: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Revista Brasileira de Educação, n. 13. 2000. Disponível em: <educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n13/n13a02>. Acesso em: 05 de jun. 2022.

O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ELEMENTO FORMADOR DO ARQUIVISTA: UMA REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA

Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária, como a conhecemos hoje, tem suas bases na Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 207 determinou que “as universidades [...] obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Essa indissociabilidade demonstrava que a extensão é parte indispensável para a formação universitária. A partir de então, e ao longo de mais de três décadas, o debate sobre a importância da extensão universitária vem sendo ampliada.

No I Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária, 1987, definiu-se a extensão como “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (FORPROEX, 2006).

No mesmo documento, justifica-se a importância da articulação entre universidade e sociedade, como um fluxo de conhecimento que perpassa as três pontas do tripé ensino, pesquisa e extensão.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 2006, p.21)

Em 1999, a edição do Plano Nacional de Extensão Universitária daria continuidade o debate sobre a necessidade de formalizar a inserção da extensão como uma atividade relevante no ambiente universitário, o que deu origem à Política Nacional de Extensão Universitária proposta pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 2012. A política amplia o conceito de extensão universitária, mantendo o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mas inserindo novos elementos na definição: “[...] é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2012, p. 15).

Nesta nova formulação, a característica interdisciplinar, assim como o papel político de transformação social ganham destaque. O documento definia cinco grandes diretrizes para as ações de extensão universitária, a saber: a interação dialógica; a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; o impacto na formação do estudante; e o impacto e transformação social.

Do ponto de vista da interdisciplinaridade, a política identifica a necessidade de articulação da complexidade da realidade social à especialização da formação profissional, a partir da interação entre modelos, conceitos e métodos de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento, que, abordados em conjunto, permitem a consecução de ações mais consistentes teoricamente e mais efetivas do ponto de vista prático.

Por outro lado, a diretriz de impacto e transformação social demonstra o papel político da extensão universitária, como ferramenta de atuação da universidade na sociedade, mas também de uma nova perspectiva em que o impacto da atuação social, assim como modifica a sociedade, também transforma a universidade.

Como parte de um projeto de inserção efetiva da extensão no ambiente universitário, em 2014, o Plano Nacional da Educação (Lei 13.005/2014), contemplou uma estratégia específica para a meta 12, que preconiza a elevação de matrículas na educação superior. A estratégia 12.7 pretende “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos pra a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.” (BRASIL, 2014).

Com a edição do plano, a extensão universitária passaria a fazer parte do currículo acadêmico em todas as universidades do país. Em 2018, o Ministério da Educação editou a Resolução MEC/CNE/CES nº 7/2018, que estabelecia as diretrizes para a extensão universitária na educação superior brasileira. A resolução determinou que as atividades de extensão devem compor a matriz curricular dos cursos com, “no mínimo, 10% do total da carga curricular estudantil” (art. 4º), definindo um percentual mínimo de créditos realizados pelos alunos do ensino superior, em atividades de extensão universitária.

Neste contexto, cada universidade do país vem desenvolvendo mecanismos para incorporar a extensão universitária à sua estrutura curricular. O presente trabalho tem como objetivo discutir o processo de incorporação da extensão universitária no âmbito do curso de Arquivologia, os impactos profissionais para os futuros arquivistas e o possível impacto social que docentes e alunos podem ter junto à comunidade no desenvolvimento de projetos e prestação de serviços, a partir da experiência do curso de Arquivologia da Universidade Estadual Paulista “Júlia de Mesquita Filho”-UNESP.

Trata-se de um relato de experiência, que apresenta as soluções encontradas pelo curso de Arquivologia da UNESP para incorporar a extensão universitária ao projeto político pedagógico, de modo a tornar orgânica a opção pela integração ensino, pesquisa e extensão. Como resultados demonstra a estrutura curricular proposta e os aspectos técnicos e sociais envolvidos.

2 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNESP ATÉ A CURRICULARIZAÇÃO

Na UNESP, a regulamentação da extensão universitária cumpriu um caminho longo desde que a Resolução 102/2000 implantou o Regimento Geral da Extensão Universitária (UNESP, 2000). Assumindo o conceito do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão, a Unesp formalizava o processo de extensão no art. 1º como “um processo educativo, cultural e científico, que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, e que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade” (Unesp, 2000). Naquele momento, definiu-se a concepção de extensão da Unesp, que se manteve nas atualizações do regimento, em 2012 e 2020. Ela

I - representa um trabalho onde a relação escola-professor-aluno-sociedade passa a ser de intercâmbio, de interação, de influência e de modificação mútua, de desafios e complementaridade;

II - constitui um veículo de comunicação permanente com os outros setores da sociedade e sua problemática, numa perspectiva contextualizada;

III - é um meio de formar profissionais-cidadãos capacitados a responder, antecipar e criar respostas às questões da sociedade;

IV - é uma alternativa de produção de conhecimento, de aprendizado mútuo e de realização de ações simultaneamente transformadoras entre universidade e sociedade;

V - favorece a renovação e a ampliação do conceito de “sala de aula”, que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada por uma efetiva aprendizagem recíproca de alunos, professores e sociedade, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora da Universidade. (UNESP, 2000)

Desde o primeiro regimento, a Pró-Reitoria de Extensão definia a estrutura de ações extensionistas a serem realizadas no âmbito da universidade, contemplando projetos, programas e demais atividades, divididas entre prestação de serviços, cursos e eventos. Em 2012, o Guia da Extensão Universitária (UNESP, 2012) classificava suas ações extensionistas em 11 áreas temáticas, a saber: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, Ciências Agrárias e Veterinária, Espaços Construídos e Política e Economia. Essas áreas temáticas são concretizadas em 50 linhas programáticas, estruturadas em programas e projetos.

A regulamentação da curricularização da extensão universitária levou as universidades a atualizar conceitos e parâmetros da atuação extensionista.

Na Unesp, a edição da Resolução 75/2020, manteve o conceito geral e ajustou a estrutura das diversas modalidades da extensão universitária. A resolução também atualizou a definição das modalidades de ações extensionistas consideradas para efeito de curricularização nos cursos de graduação. Elas devem ser desenvolvidas sob a forma de programas, subprogramas, projetos e atividades - ações episódicas como cursos, eventos, prestações de serviços, produções e publicações, que podem também estar incorporadas aos projetos (UNESP, 2020)

Cabe salientar que a definição das atividades extensionistas a serem consideradas nos currículos dos cursos de graduação é responsabilidade dos Conselhos de Curso de Graduação, conforme definido pela Resolução Unesp 21/2011 e devem seguir a proposta de estrutura curricular dos cursos.

A partir dessa regulamentação, os docentes do curso de Arquivologia iniciaram um longo processo de discussão e reestruturação curricular, onde foram definidos os parâmetros da curricularização da extensão universitária para os alunos.

3 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA UNESP

Com base no Regimento Geral da Extensão Universitária e nas diretrizes propostas pela legislação nacional relativa à estrutura curricular, o Conselho de Curso de Arquivologia iniciou a discussão sobre a curricularização da extensão universitária.

Após as primeiras discussões, ficou claro que não era desejável ampliar a carga horária total do curso para contemplar atividades extensionistas. Como estava em trâmite uma reestruturação curricular visando a atualização dos componentes curriculares, foi definido um total de 270 horas de créditos relativos a ações de extensão universitária, considerando a participação em programas e/ou projetos de extensão, a promoção de cursos e oficinas, a organização de eventos, a prestação de serviços à comunidade, dentre outras atividades possíveis no âmbito daquelas relacionadas à formação do arquivista.

Para estruturação do quadro de atividades de extensão, foi definido um conjunto básico de ações distribuídas nas diferentes modalidades, de modo que os alunos possam escolher, a partir de uma matriz pré-definida, as atividades mais adequadas à sua formação específica, seus interesses e habilidades, para construção de um percurso formativo em consonância com o perfil de egresso desejado e as expectativas dos alunos, mas que permita a vivência de diferentes experiências (UNESP, 2022).

A estrutura montada considerou um conjunto de disciplinas obrigatórias e optativas com horas destinadas às atividades de extensão (AEU), a atuação no desenvolvimento de projetos integrados à formação específica e a participação em programas de extensão regulares da faculdade.

Além das atividades obrigatórias, há um conjunto de atividades optativas, moduladas de acordo com os interesses dos alunos e disponibilidades de atividades em projetos e programas propostos pelos docentes da unidade, além de prestação de serviços, organização de cursos e eventos. Com isso, os alunos poderão modular sua atuação de acordo com interesses e habilidades pessoais, amplificando a capacidade de atuação junto à sociedade.

Visando distribuir as ações extensionistas ao longo do curso, as atividades foram distribuídas desde o segundo período de aulas, a partir da coordenação com as atividades de ensino e pesquisa, e possibilitando adequar-se às demandas sociais que se apresentarem no período. As atividades propostas foram resumidas no Quadro 01, a seguir:

Quadro 1 - Ações extensionistas previstas no PPP – Arquivologia Unesp

Título	Categoria	Tipo de Ação Extensionista	Descrição da Atividade de Extensão Universitária (AEU)	Carga horária total	Carga horária extensão
1. Disciplinas					
“Introdução à Extensão Universitária”	Disciplina obrigatória com créditos de AEU	Prestação de serviços	Atividade de diagnóstico e planejamento de necessidades de ações extensionistas nos municípios da Região de Marília, de acordo com Plano de Ensino Específico.	60	30
“Políticas de Preservação	Disciplina obrigatória com	Prestação de Serviços / Projetos	Além dos créditos de aulas teóricas,	60	30

Título	Categoria	Tipo de Ação Extensionista	Descrição da Atividade de Extensão Universitária (AEU)	Carga horária total	Carga horária extensão
documental”	créditos de AEU		o aluno deverá realizar horas em projetos ou prestação de serviços à comunidade na área de conservação e preservação, de acordo com Plano de Ensino específico.		
“Projetos Integrados em Arquivologia”	Disciplina obrigatória extensionista	Disciplina anual, com total de horas destinadas ao desenvolvimento de projetos de extensão	Disciplina voltada à organização e formalização da participação de alunos em projetos de extensão universitária realizados no âmbito da formação dos alunos. Os créditos da disciplina serão integralizados a partir da participação dos discentes em projetos de extensão (específicos ou inseridos em programas do DCI), que	120	120

Título	Categoria	Tipo de Ação Extensionista	Descrição da Atividade de Extensão Universitária (AEU)	Carga horária total	Carga horária extensão
			estejam inseridos no contexto da formação profissional, de acordo com Plano de Ensino específico: O docente da disciplina será responsável por planejar a participação do aluno e validar a carga horária de extensão universitária em duas modalidades: 1) Projetos de extensão desenvolvidos no âmbito da disciplina e cadastrados no Sisproec. 2) Participação em Programas de Extensão da unidade (CEDHU M; IPPMAR		

Título	Categoria	Tipo de Ação Extensionista	Descrição da Atividade de Extensão Universitária (AEU)	Carga horária total	Carga horária extensão
			etc), conforme detalhamento em item específico.		
“Elaboração de Projetos de Captação de Recursos”	Disciplina optativa com créditos de AEU	Prestação de Serviços	Escritório de Projetos - elaboração de projetos para profissionais e entidades da região (Conforme Plano de Ensino Específico)	60	30
2. Outros componentes curriculares					
Eventos e Seminários	Componente curricular	Organização de Eventos de extensão	Eventos anuais promovidos pelos cursos de Arquivologia individualmente ou em parceria com outros cursos e instituições.	De acordo com cadastro do evento	De acordo com cadastro do evento
Organização de cursos e oficinas	Componente Curricular	Organização de cursos de extensão	Cursos de extensão e oficinas realizados sob demanda, de acordo com programação anual a ser elaborada pelos	De acordo com cadastro do curso	De acordo com cadastro do curso

Título	Categoria	Tipo de Ação Extensionista	Descrição da Atividade de Extensão Universitária (AEU)	Carga horária total	Carga horária extensão
			docentes do DCI		
Projetos de extensão universitária	Componente curricular	Projetos	Projetos específicos desenvolvidos por docentes da unidade, de acordo com demandas apresentadas pela comunidade externa	De acordo com cadastro do projeto	De acordo com cadastro do projeto
CEDHUM	Componente Curricular	Programa	Participação em projetos realizados no âmbito do CEDHUM, exceto horas de atividades ligadas à disciplina “Projetos Integrados em Arquivologia”.	De acordo com plano do projeto	De acordo com plano do projeto
IPPMAR	Componente Curricular	Programa	Participação em projetos realizados no âmbito do IPPMAR, exceto horas de atividades ligadas à disciplina “Projetos Integrados em Arquivologia”	De acordo com plano do projeto	De acordo com plano do projeto

Fonte: Projeto Político Pedagógico do curso de Arquivologia (UNESP, 2022).

O percurso formativo leva em conta o incremento das ações extensionistas a partir da apresentação de conceitos e aprofundamento do conhecimento das necessidades da comunidade externa. No segundo período do curso, o aluno é apresentado aos conceitos básicos da extensão universitária e dá início à sua atuação, participando de um diagnóstico de necessidades dos municípios atendidos pela região no entorno da unidade universitária. A partir deste mapeamento, que será alimentado ano a ano, serão desenvolvidos projetos e ações de prestação de serviços adequados às demandas apresentadas pela comunidade e articuladas com interesses de pesquisa dos docentes da unidade, formalizados na disciplina “Projetos Integrados em Arquivologia”.

Dentre as ações propostas, a disciplina optativa “Elaboração de projetos de captação de recursos” fomentará o “Escritório de Projetos”, um programa de apoio à comunidade local para o desenvolvimento de projetos de captação na área cultural, uma demanda regular do município.

Além das disciplinas, uma parte dos créditos de extensão poderá ser realizada em programas regulares da unidade, no Instituto de Políticas Públicas de Marília (IPPMAR), destinado a projetos de políticas públicas nas mais diversas áreas, e no Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (CEDHUM), laboratório vocacionado para a preservação e divulgação de documentação histórica do município.

Por fim, a divulgação científica - aspecto relevante da extensão universitária, é contemplada pela possibilidade de os alunos participarem da organização de cursos e eventos, de acordo com suas habilidades e interesses.

Entende-se que esse conjunto de ações, integrados às disciplinas obrigatórias, possibilita o desenvolvimento integral do aluno contemplando os diversos aspectos formativos do curso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a modernização da legislação da extensão universitária veio demonstrar a necessidade efetiva de integração dos três aspectos do tripé ensino-pesquisa-extensão na formação superior no Brasil, conforme preconizado pelo texto constitucional.

Com a curricularização, entende-se que a extensão atinge um ponto de equilíbrio na participação das atividades formativas dos alunos do ensino superior, em que tradicionalmente, tinha-se o ensino e a pesquisa como elementos privilegiados.

A participação efetiva da Universidade no atendimento às necessidades e expectativas da sociedade amplia, de um lado, a ligação das comunidades com as unidades universitárias, que passam a vê-la como uma aliada potencial na solução de problemas sociais; e de outro lado, apresenta ao ambiente universitário novas perspectivas para a solução de problemas teóricos e metodológicos. Tem-se aí o ambiente ideal para a articulação entre teoria e prática, constituindo-se um espaço de reflexão sobre a real aplicação para a sociedade da ciência produzida na universidade, principalmente no âmbito dos cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas, como é o caso da Arquivologia.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: DOU, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Congresso Nacional. Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: DOU, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>

FORPROEX. FORUM DE PRÓ-REITORES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO S UPER BRASILEIRAS **Indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e flexibilização curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: https://www.uemg.br/downloads/indissociabilidade_ensino_pesquisa_extensao.pdf

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilheus: UESC, 2001. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**, 1987. Relatório de atividades 1987/1988. Brasília: Ed.UNB, 1989.

MACIEL, Lucas Ramalho. Política Nacional de Extensão: perspectivas para a universidade brasileira. **Revista Participação**, Brasília, ano 10, n. 18, p. 15-25, dez. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/22735>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: DOU: 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808

UNESP. **Guia da Extensão Universitária**. São Paulo: UNESP, PROEX, 2012. Disponível em: https://www.fc.unesp.br/Home/Administracao/comissaopermanentedexte nsaouniversitaria/guia_extensao2012.pdf

UNESP. **Projeto Pedagógico de Arquivologia**: reestruturação curricular 2023. Marília: FFC/UNESP, 2022.

UNESP. **Resolução 102, de 29 de novembro de 2000**. Dispõe sobre o Regimento Geral da Extensão Universitária da Unesp. São Paulo: Unesp, 2000. Disponível em: <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>

UNESP. **Resolução 75, de 18 de novembro de 2020**. Dispõe sobre o Regimento Geral da Extensão Universitária e Cultura da Unesp. São Paulo: Unesp, 2020. Disponível em: <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>

GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA: A IMPORTÂNCIA DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO DE ALUNOS NA PARAÍBA

Maria Meriane Vieira da Rocha (Universidade Federal da Paraíba),
Maria Eduarda dos Santos Silva (Universidade Federal da Paraíba),
Paulo Henrique Felinto dos Santos (Universidade Federal da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

A graduação oferece aos discentes muitas possibilidades de crescimento acadêmico, uma delas é a Iniciação Científica (IC), que se destaca como uma das oportunidades para o aprendizado. De acordo com Bridi (2010), a presença da pesquisa científica na graduação se constitui como aspecto relevante para os dias atuais, capaz de promover a interdisciplinaridade, a autonomia acadêmica e científica, e a ligação entre ensino e pesquisa.

Para Fava (2000, p. 75), a IC tem uma história com mais vantagens do que imprecisões para o discente. Segundo o autor, a atividade atua “desenvolvendo capacidades mais diferenciadas nas expressões oral e escrita e nas habilidades manuais”. É visível o despertar do pensamento científico e o incentivo à prática da pesquisa na atividade profissional a qual o aluno esteja vinculado.

Partindo desse pressuposto, a justificativa deste trabalho parte da importância da presença da IC, pela forma que esta auxilia o discente em seu desenvolvimento acadêmico e/ou profissional, tais como: preenchimento das

lacunas de pesquisas, ao que tange escrita científica, participação em eventos científicos, entre outros.

Destarte, o objetivo deste trabalho é ressaltar a relevância da IC para os alunos dos cursos de graduação em Arquivologia da UFPB e UEPB, e apresentar os índices da integração do programa desde o surgimento desses cursos. Para isso, mapeou-se os projetos de pesquisa que foram e vêm sendo produzidos pelos docentes dos cursos de Arquivologia nas referidas instituições desde a criação de ambos.

Este estudo pretende trazer contribuições de alerta para que mais pesquisas de IC sobre a área de Arquivologia sejam despertadas nesses territórios cognitivos para práticas coletivas, interativas e interdisciplinares.

2 A INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: ASPECTOS HISTÓRICOS PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO

De acordo com Barreto (2021), a atuação dos alunos de graduação nas pesquisas já é quase centenária, visto que esteja ancorado ao surgimento das Instituições de Ensino Superior (IES) do país, na década de 30. No Brasil, as universidades basearam-se em aspectos de países como Estados Unidos e França (BAZIN, 1983), os quais já tinham atividade científica institucionalizada. Desse modo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), surgem em meados da década de 50, como mediadores em fomentar as ações e incentivos à pesquisa brasileira.

Nesse contexto, Siqueira (2014, p. 52), menciona que o os programas ofertados pelo CNPq:

[...] propiciam uma base pedagógica e científica na medida em que se articulam vários institutos de pesquisa e universidades – que capacitam milhares de pesquisadores – , corroborando para a formação de recursos humanos para a pesquisa no Brasil.

A vista disso, enquanto o CNPQ prevalece até atualmente como órgão patrocinador da ciência nacional (MASSI e QUEIROZ, 2015), surgem também as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP's). Essas Fundações estão ligadas à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo de cada Estado, mas também recebem incentivos do Governo Federal e o objetivo é colaborar na elaboração e execução de projetos universitários e no desenvolvimento institucional, científico e tecnológico no âmbito estadual.

Destarte, na Paraíba destacou-se a Fundação de Apoio à Pesquisa (Fapesq), que atua com o investimento e o fomento à pesquisa no cenário estadual. Além de outros órgãos que contribuem nos primeiros passos para a institucionalização do Programa de Iniciação Científica nas Instituições de Ensino Superior (IES) paraibanas, como: Financiadora de Estudos e projetos (FINEP), a Pró Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), entre outras.

Assim, percebe-se, portanto, a relevância da atuação de órgãos de incentivo à pesquisa científica, sobretudo no Brasil. Uma vez que, é com esse estímulo oferecido que se obtém novos avanços e novas tecnologias para sociedade em um contexto geral.

3 CONTRIBUIÇÕES DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE

Os projetos de IC são amplamente considerados como pontapé inicial na carreira dos cientistas pesquisadores, pois garantem ferramentas necessárias para os alunos iniciantes, transformando-os em alunos autônomos no modo de agir e pensar. Segundo Fava (2000), os alunos de curso superior que participam da IC, usufruirão de melhor capacidade de análise crítica, maturidade intelectual e de maior discernimento para enfrentar as dificuldades em seu caminho. Competências estas que se fazem úteis, não exclusivamente para a formação de pesquisadores, mas incluindo também os que pretendem seguir o exercício da profissão, seja na docência como no mercado de trabalho. Nesse contexto, Fava (2000, p. 75) destaca que,

[...] todos os estudantes que fizeram iniciação científica têm melhor desempenho nas seleções para a pós-graduação, terminam mais rápido a titulação, possuem um treinamento mais coletivo e com espírito de equipe e detêm maior facilidade de falar em público e de se adaptar às atividades didáticas futuras.

Diante disso, pesquisadores como BRIDI e PEREIRA (2004) também demonstraram os benefícios acadêmicos, profissionais e pessoais que a IC traz consigo na formação do graduando. Nesse sentido, entende-se que este é o momento onde os alunos abrem seus horizontes não somente para a pesquisa, mas também para a função formativa, que agrega valor ao conhecimento contínuo dos participantes.

O aluno de graduação que, muitas vezes habituado ao senso comum, ao imergir no processo científico, tem como aporte a ampliação de seus conhecimentos na área, e o desenvolver dos primeiros contatos com pesquisadores, conseqüentemente repercute no aumento do desempenho geral do aluno no curso. Isso é mostrado quando os discentes, em parceria com seus

orientadores, enfrentam obstáculos no decorrer de suas pesquisas, e este trajeto possibilita o surgimento de novas habilidades, novas maneiras de se ver o problema de forma crítica e criativa.

Para Medeiros (2005), os alunos da graduação são capazes de desenvolver habilidades de comunicação, melhores hábitos de estudo, habilidades na realização de pesquisas e a capacidade de trabalhar em grupo.

Dessa forma a IC fornece, de acordo com Caberlon (2003, apud MASSI e QUEIROZ, 2010, p.180,), um “melhor aproveitamento no curso de graduação, que passa a ser mais valorizado” ou “melhor aproveitamento das disciplinas de graduação, ampliando o âmbito das análises e conteúdos de ensino”.

Outro ponto é que a literatura destaca a capacidade da IC de despertar nos alunos o interesse no universo da pesquisa científica, o que já consiste em um dos objetivos do programa. Para BRIDI e PEREIRA (2004), o número de alunos que iniciam no programa de IC visando seguir para o mestrado é menor do que o número de alunos que saem da IC com este objetivo.

Nessa perspectiva, Massi e Queiroz (2010, p. 42) completam que, a prática da IC é “um processo no qual é fornecido o conjunto de conhecimentos indispensáveis para o jovem nos ritos, técnicas e tradições da ciência”. Portanto, pode-se destacar que de modo geral prepara o aluno para saber buscar informação, utilizá-la, construir conteúdo através de pesquisas e muitas leituras e disseminá-las para além dos muros da academia.

4 OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA DA UFPB E UEPB: DA CRIAÇÃO DOS CURSOS AO SURGIMENTO DOS PROGRAMAS DE CI

Criado em 2006, o curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) foi o primeiro da Paraíba, e segundo curso da área no Nordeste. Desde a sua fundação tem se fortalecido tanto com relação à estrutura física, quanto no que diz respeito à qualificação do seu corpo docente.

Numa perspectiva de crescimento e expansão da política de Educação do Governo Estadual, definida no Plano Educacional, a UEPB criou o Curso de Bacharelado em Arquivologia em 29 de março de 2006 pela resolução UEPB/CONSUNI/010/2006.

No processo histórico, como narrado pela bibliografia do curso, verificou-se que o curso nasceu da necessidade de manter um vínculo mais estreito com a sociedade, mediante a oferta de vagas públicas e gratuitas num momento decisivo em que o Governo do Estado da Paraíba apostava como meta prioritária na Educação.

Após dois anos, em 2008, foi criado o curso de graduação em Arquivologia da UFPB, tendo como sede o Campus I localizado em João Pessoa, e vinculado ao Departamento de Ciências da Informação (DCI) no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). O curso funciona no período noturno e tem duração mínima de dez períodos letivos, integralizados em cinco (05) anos.

4.1 Do Conceito e dos Objetivos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) na UFPB e UEPB

Dentre os objetivos do PIBIC e do Programa Institucional de Iniciação Voluntária (PIVIC), podemos destacar: a) Promover a participação do discente na produção do conhecimento e sua convivência cotidiana com o procedimento científico em suas técnicas, organização e métodos; b) Despertar vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação; c) Estimular no aluno de graduação o pensar científico, crítico e criativo.

O quadro a seguir destaca as modalidades do Programa oferecido pelas duas instituições:

Quadro 1 - Programas de iniciação científica disponíveis pela UFPB e UEPB

PROGRAMAS DISPONÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DA IC	
PIBIC	Modalidade geral visando à Iniciação Científica nas diversas áreas do conhecimento.
PIBIC/Af	O Programa Institucional de Bolsas da Iniciação Científica nas Ações Afirmativas é voltado somente às intuições de caráter público e aos alunos que ingressaram no ensino superior por ação afirmativa.
PIBITI	O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Científica atua nas instituições públicas e privadas, contudo atende somente as áreas do conhecimento tecnológico e inovação.
PIVIC	Modalidade destinada a discentes voluntários, visando à Iniciação Científica nas diversas áreas do conhecimento e tecnológica.
PIBIC-EM	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Ensino Médio .

Fonte: Elaborado pelos autores (2022), a partir de CNPq (2020)

O programa geralmente tem vigência de 12 meses. Dentre os compromissos dos discentes bolsistas e voluntários, ressalta-se a obrigação de submissão do relatório parcial e final, e a apresentação dos trabalhos em eventos geralmente institucionais.

5 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Visando mapear os projetos de IC que vêm sendo produzidos na UFPB e UEPB, optou-se que a coleta de dados na primeira instituição fosse feita através do Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), e na segunda, feito através de dados fornecidos pela coordenação do curso.

Os principais eixos temáticos estudados foram sobre iniciação científica e educação. No segundo momento, foi destinado a coleta de dados no que diz respeito a filtragem dos projetos de iniciação científica nos dois cursos de graduação em Arquivologia para caracterizar o ambiente de estudo.

Posteriormente, destinamos a terceira etapa através de métodos quantitativos para triagem e tabulação dos dados coletados, a qual gerou gráficos e tabelas, permitindo um detalhamento claro das informações extraídas. Dessa maneira, nesta fase direcionou-se na construção das análises finais de todos os dados obtidos, transformando-os em resultados e discussões, sendo uma etapa primordial do trabalho.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Na etapa de coleta de dados foram recuperados um total de 193 projetos de IC, sendo 147 realizados pelo Departamento de Ciência da Informação (DCI) da UFPB e 46 pela Coordenação do curso de Arquivologia da UEPB. Para essa coleta levou-se em consideração o ano de criação de cada cursos, ou seja, UEPB (2006) e UFPB (2008), conforme Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Quantitativo de projetos de iniciação científica na UFPB e UEPB

Instituição	Total de Projetos	Voltados para Arquivologia
Projetos desenvolvidos no DCI - UFPB	147	10 (6,8%)
Projetos desenvolvidos no Curso de Arquivologia - UEPB	46	26 (56,5%)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

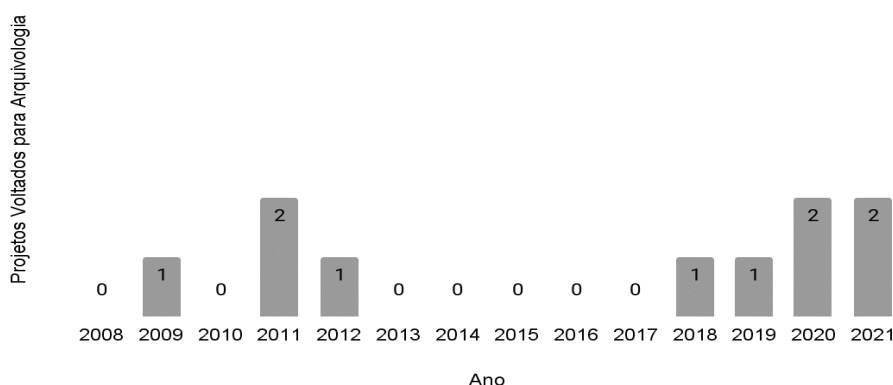
Nesse sentido, pode-se verificar no Quadro 2, que dos 147 Projetos totais da UFPB, apenas 10 (dez - 6,8%), são exclusivamente voltados para a área de Arquivologia, o que configura ainda o quão é necessário desenvolver

mais projetos quando comparado com a quantidade total de projetos que foram desenvolvidos neste departamento.

No caso da UEPB, o número de projetos de pesquisa é menor, são 46, e a quantidade de projetos específicos em Arquivologia maior, são 26, isso pode ser justificado porque no DCI existe o curso de Biblioteconomia também há bastante tempo, desde 1969 e certamente a maioria dos projetos seguem essa área.

Em relação ao desenvolvimento anual de projetos voltados para temáticas Arquivísticas, pode-se perceber a partir do gráfico 1, que na UFPB, a produção de projetos de iniciação científica ainda é bem pequena, sendo os anos que tiveram uma maior quantidade de projetos, 2011, 2020 e 2021, ou seja, o número de desenvolvimento de projetos de IC está o mesmo que há dez anos, isso demonstra que no curso de Arquivologia da UFPB, não houve crescimento na realização de projetos de IC. Além disso, houve uma estagnação entre os anos de 2013 a 2017, onde não há o desenvolvimento de nenhum projeto de IC voltado para a Arquivologia, conforme Gráfico a seguir.

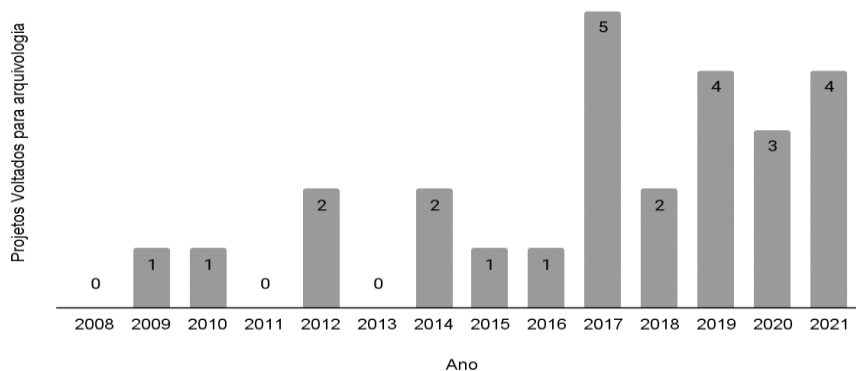
Gráfico 1 - Projetos voltados para arquivologia no



Departamento de Ciência da Informação - UFPB

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No que tange a UEPB, analisando o Gráfico 2, nota-se altos e baixos no desenvolvimento dos projetos de IC ao longo dos anos, porém, percebe-se que há crescimento nos anos mais recentes e atingindo o quantitativo mais alto em 2017. Nos anos de 2008 e 2013 não houve realização de projetos voltados para Arquivologia, conforme Gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Projetos voltados para a Arquivologia - UEPB

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Ainda sobre no Gráfico 2, mesmo percebendo que há um aumento no número de projetos, este aumento não é expressivo, se observados os últimos 5 anos, pois os números se mantiveram em uma média estável, ou seja, sem muita variação, não indicando crescimento ou queda.

É importante notar que, parte dos alunos dos cursos de Arquivologia, que tem interesse em participar das atividades de IC, devido a escassez de projetos voltados para a área, acabam por participar em projetos de outras áreas relacionadas, como por exemplo Ciência da Informação, que comporta a maior quantidade de projetos, seguidos de Biblioteconomia, História e Sociologia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conscientes da importância de projetos de IC para os cursos de Arquivologia, essa pesquisa chama a atenção para que na perspectiva de trazer os discentes como protagonistas desse cenário, desenvolvam mais projetos para (re)significar a área a fim de favorecer mais pesquisas e pesquisadores.

Dessa forma, pautados no sucesso e crescimento da área na realidade contemporânea, pretende-se expandir e disseminar os conhecimentos e práticas, passando a democratizar os projetos nos mais variados dispositivos informacionais.

O sucesso dos projetos de IC precisa demarcar uma tomada de decisões, consciência e tomada de decisões de docentes, discentes em especial, mas também de pesquisadores e pesquisadores em formação, em prol da coletividade e da vontade de participar de projetos dessa natureza

Destarte, ainda que verificado que as pesquisas em IC dos cursos de graduação em Arquivologia no Estado da Paraíba, sejam ainda incipientes, cabe

a cada ator social envolvido promover ações e discussões que possam alavancar mais trabalhos e assim colocar a Arquivologia em evidência no cenário também das pesquisas de IC.

REFERÊNCIAS

BARRETO, C. M.; QUARESMA, J. P.; TUNIN, J. **A experiência da pesquisa para a iniciação científica**. Informação & Informação, v. 26, n. 1, p. 703-719, 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n1p703. Acesso em: 27 jan. 2022.

BAZIN, Maurice Jacques. O que é a iniciação científica. **Revista de Ensino de Física**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 81-88, jun. 1983.

BRIDI, J. C. A. Atividade de Pesquisa: contribuições da Iniciação Científica na formação geral do estudante universitário - Doi:

10.5212/OlharProfr.v.13i2.0010. **Olhar de Professor**, v. 13, n. 2, p. 349-360, 23 dez. 2011.

MASSI, Luciana.; QUEIROZ, S. L. **Iniciação científica**: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro. São Paulo: Ed. da Unesp digital, 2015. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/s3ny4>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MASSI, Luciana.; QUEIROZ, S. L. **Estudos sobre iniciação científica no Brasil**: uma revisão. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 139, p. 173-197, 2013. Disponível em:

<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/192>. Acesso em: 3 fev. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social na obra Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Editora Vozes, 2007.

OS 50 ANOS DA ARQUIVOLOGIA DA UFSM NA CÁPSULA DO TEMPO: CARTAS PARA O FUTURO EM ARQUIVO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Fernanda Kieling Pedrazzi (Universidade Federal de Santa Maria),
Jorge Alberto Soares Cruz (Universidade Federal de Santa Maria),
Sônia Elisabete Constante (Universidade Federal de Santa Maria)

1 INTRODUÇÃO

Os sujeitos, ao longo dos anos, sempre buscaram transmitir através de cartas um fato (notícia) ou mesmo um sentimento por alguém sendo, este ato, uma forma de comunicação. O surgimento da escrita alfabética e da retórica, impulsionou o uso da carta como meio de comunicação na Antiguidade, seja ela pública, de caráter político, doutrinário ou poético, visando atingir um número considerável de pessoas; ou particular, de caráter reservado e caracterizada por uma linguagem coloquial.

No Brasil, o manuscrito mais significativo²¹⁰ é relativo ao seu “descobrimento”, cuja carta foi escrita em Porto Seguro, entre 26 de abril e 2 de maio de 1500, pelo escrivão português Pero Vaz de Caminha, conhecida como a “*Carta a el-Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil*”²¹¹. Esta missiva

²¹⁰ Fundação Biblioteca Nacional. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.

²¹¹ Toda Matéria. Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/carta-de-pero-vaz-de-caminha/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

emblemática ficou guardada na Torre do Tombo em Portugal e relata notícias da viagem. A carta somente foi divulgada em 1817, na “*Corografia Brasileira ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brazil*”, pelo padre Manuel Aires de Casal, após cópia do original pelo funcionário José de Seabra da Silva (KARNAL, TATSCH, 2013, p. 10). Pode-se entender que a Carta de Caminha permaneceu numa cápsula do tempo - arquivo e a partir de sua abertura reacendeu “o diálogo claro entre o presente e o documento” (KARNAL; TATSCH, 2013, p. 12), fortalecendo a construção histórica do nascimento do Brasil.

A partir do século XVIII e com maior impacto no século XIX, especialmente na Europa e na América, conhecido como o século das correspondências, as cartas passaram a fazer parte das vivências dos sujeitos como forma de rememorar os sentimentos e experiências de seus cotidianos, com destaque para a produção de cartas pelas mulheres após um grande investimento no processo de alfabetização. Pela grande quantidade produzida e por modismo, as correspondências tornaram-se objetos de coleção (MALATIAN, 2013). Mas, apesar do avanço da tecnologia, a magia da carta não foi totalmente abolida da forma de compartilhamento de informações e, sim, aperfeiçoada, com o emprego de equipamentos e materiais que permitem dar maior agilidade ao processo de produção e recebimento das correspondências.

Considerando a importância da carta como meio de registro, na disciplina “Arquivo, memória e patrimônio” do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), ministrada por três docentes, foi escolhida uma atividade avaliativa final envolvendo este gênero textual dialógico que objetiva estabelecer uma ponte entre dois ou mais interlocutores. Como em 2021, diante da Pandemia da Covid-19, ainda era necessário o distanciamento físico, as aulas da UFSM foram ministradas à distância por meio de atividades remotas, empregando a plataforma virtual *Moodle* com o apoio da ferramenta *Meet* do *Google*. A proposta da atividade ficou denominada “carta para o futuro” do Curso que seria inserida em uma cápsula do tempo.

Trabalhar com uma cápsula do tempo é uma forma de registrar as memórias do passado recente visando mostrar no futuro as transformações sociais e acadêmicas ocorridas tendo como cenário a realidade brasileira em tempos de Pandemia. Como resultado esperado da atividade estava a carta em si e uma reflexão sobre o processo de escrita a partir de fragmentos de cada participante (docentes e discentes), trazendo à luz as vivências na área da Arquivologia. A abertura da caixa com as cartas está prevista para agosto de 2026, na data de comemoração dos 50 anos do Curso. Arquivistas e futuros arquivistas, quando trabalham na organização de acervos documentais, atuam como

coadjuvantes das memórias dos outros. Neste caso todos os envolvidos são protagonistas de suas próprias memórias.

2 ARQUIVISTAS MEMORIALISTAS

Os arquivistas, desde a formação acadêmica, são acostumados a trabalhar com documentos de outros sujeitos, de autoria diversa. A partir da proposta de sala de aula virtual, cada um, aluno ou professor, criou um documento ao escrever e enviar uma carta, constituindo autoria. Em seus escritos foram tratadas questões pessoais e sua relação com a Arquivologia da UFSM para que se alinhassem com a proposta de marcar o tempo em que vive e sua relação com o Curso. A Universidade Federal de Santa Maria e o espaço do Curso de Arquivologia são locais de interação e assim oportunizam não apenas o contato como também trocas, disputas, confrontações ideológicas e ainda espaço de memória onde ocorrem as relações sociais na construção da história do passado presente dos atores sociais representados por acadêmicos, professores e técnicos administrativos. Em relação aos lugares de memória, Nora (1993) coloca que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e ecumênicos guardados que nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. (NORA, 1993, p. 13)

Os professores e acadêmicos que participaram do processo de documentar suas próprias memórias, relatando suas angústias, ansiedades e colocando-as em uma caixa que representa uma cápsula do tempo, tiveram a oportunidade de rememorar que o espaço virtual (aulas síncronas), imperativo devido à Pandemia, fez parte de suas vidas e fará parte das memórias individuais e coletivas.

A cápsula é o lugar onde as vozes do passado ficarão resguardadas e será, quando aberta, o gatilho das lembranças de todos os envolvidos nesta atividade. Os relatos pessoais sempre fazem parte de relatos coletivos, são fragmentos de um todo. Pode-se afirmar, portanto, que a proposta da cápsula do tempo pode ser vista como uma forma de evitar que as memórias do grupo sejam apagadas, deletadas. Elas são reminiscências do período de cerca de dois anos em que o mundo conviveu com um inimigo comum: o Coronavírus.

As narrativas/registros dos fatos de um período que abalou a humanidade são mecanismos que evitarão o esquecimento de acontecimentos marcantes na história e na memória individual e coletiva dos sujeitos envolvidos na atividade proposta. Pierre Nora (1993, p. 9) entende que a “memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e ao esquecimento”. As cartas, com fragmentos da história, deverão servir para inibir a amnésia provocada pelo tempo, além de colaborar com a história, a identidade e a memória de cada pessoa envolvida no processo.

Os documentos preservados na cápsula, todos de arquivistas formados ou em formação, apesar de tratarem de narrativas de si, não serão só para si. Eles farão parte das lembranças da história política, social e econômica do Brasil bem como das memórias do Curso de Arquivologia da UFSM. Nestes documentos foram registrados alguns momentos de vidas que no futuro serão fontes da/para história.

2.1 Cartas, arquivo e cultura

O texto escrito em uma carta apresenta como principal finalidade a troca de mensagens, o diálogo, entre um remetente e um destinatário, resultando em um conjunto de documentos, isto é, um arquivo, que são considerados por White (2019, p. 352) como “artefatos culturais”. De fato, a carta traz, a partir de simbolismos, os “movimentos interiores da alma” de um sujeito como um companheiro de suas inquietações, a fim de evitar, segundo os estudos da escrita de si de Foucault, “os perigos de solidão” (2004, p. 145). Essa solitude pode ser compensada ou consolada pela ajuda do seu correspondente.

De modo geral, tais escritas refletem as atividades humanas, pessoais ou de cunho social, que agregam em seu texto traços de suas manifestações como um ser político ou religioso em um determinado tempo e espaço. Por serem redigidos em um determinado período, espelham um retrato da vida de dois ou mais sujeitos, ou de uma instituição, que permitem contemplar ou ilustrar o curso da história, como ocorreu com a carta de Maria Antonieta para sua irmã, antes de ser executada na guilhotina, em 16 de outubro de 1793, após condenação na Revolução Francesa. Nesta carta relatou suas aflições com a irmã e filhos²¹² e, contribuiu para trazer a comprovação de um fato histórico. A carta por si só não comprova todos os atos da Revolução, mas ilustra um movimento fundamental para conquistas como a liberdade individual,

²¹² A última carta de Maria Antonieta. Disponível em: <https://studhistoria.com.br/historia-das-coisas/a-ultima-carta-de-maria-antonieta/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

contribuindo, especialmente nos arquivos, com a organização a partir de princípios arquivísticos baseados no livre acesso aos documentos. White (2019) retrata uma cultura perceptível pela forma como o arquivo foi criado, utilizado, compartilhado e, também, sobre os registros descartados. Os arquivos são criados com “propósitos específicos” de acordo com os “valores, costumes e conhecimento” do seu produtor (WHITE, 2019, p. 352).

Ao longo dos anos, o “ato de escrever e trocar missivas inaugurou novos hábitos e adquiriu relevância ao canalizar vocações literárias interditas” (MALATIAN, 2013, p. 197). As cartas podem ser vistas como documento-monumento, na visão de Le Goff (2003, p. 539) em um sentido mais “alargado” do que apenas texto, e ainda como um recurso de guarda, de curiosidade e de preservação para transmitir e perpetuar para novas gerações, carregada de “simbolismos heróis e heroínas, rituais e normas e valores”, conforme White (2019, p. 353).

Um exemplo sobre o fascínio das cápsulas do tempo e do poder da escrita no/pelo tempo, que ganhou destaque no Rio Grande do Sul, tem relação com a Miss Pelotas de 1930, Yolanda Pereira (1910-2001), depois eleita Miss Universo. Diante de sua conquista, quando erigido um monumento à pelotense, foi colocada uma urna de ferro sob ele para ser aberta no futuro, porém quase foi esquecido (FARINA, 2019). Silveira (2019) explica que o pesquisador Guilherme Almeida reportou a existência da cápsula, mas em lugar incerto, em 2012, e isso se confirmou com obras no local. Dentro, além de água e lodo, foram encontrados documentos e jornais de época que contavam a trajetória da Miss. O material passou por restauração na Universidade Federal de Pelotas. Inspirados na mágica de encontrar o que foi deixado nos anos de 1930, a prefeitura enterrou outra caixa com documentação escolhida pela comunidade em 2019, comemorando o aniversário da cidade, para ser aberta em 2069. A cápsula do tempo passa a ser vista como um objeto cultural tradicional que já faz parte dos costumes locais pois em 2069 poderão encapsular outros documentos ligados à comunidade para ser lembrado num futuro pré-determinado.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi empreendida no Curso de Arquivologia do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, na disciplina de “Arquivo, memória e patrimônio”, no segundo semestre de 2021, como forma de envolver alunos e professores na criação de uma cápsula do tempo. A referida disciplina é ministrada por três professores do Departamento de Arquivologia

que durante as aulas síncronas propuseram aos alunos, como parte da avaliação, realizar uma carta para compor uma cápsula do tempo em que o tema fosse sua relação com o Curso e o seu momento presente.

A proposta envolveu uma sistemática de três momentos: primeiro, fazer a carta sem “economizar nas memórias” e nos “planos traçados”; depois, assinando e colocando a mesma em um envelope a ser lacrado e com autorização de uso parcial ou total de informações; e, como terceiro e último momento, a reflexão sobre o processo da escrita.

Sobre o escrever, deveriam considerar a compreensão de fazer parte dos 50 anos do Curso de Arquivologia e também deveriam lembrar da abertura da caixa das cartas e de sua leitura pública. Após a conclusão do processo de escrita, o participante assinou e entregou a carta pessoalmente (no prédio 74A, no campus de Camobi, Santa Maria, RS) ou via Correios, com a data limite de entrega em 18 de janeiro de 2022. Juntamente com este ato, autorizavam a abertura da carta mesmo que não possam estar presentes.

Como etapa final desse processo, foi sugerido trazer os sentimentos e reflexões sobre o momento da escrita. As perguntas norteadoras eram: “Você gostaria de estar junto?; Acredita que reunir as pessoas para esta atividade vai causar emoção?; Você acha que muitas coisas irão se modificar na sua vida até a abertura da carta? Quais?; Como você imagina que estará o Curso nos seus 50 anos?”. Nos resultados foi convencionado identificar os alunos no artigo por suas iniciais.

4 RESULTADOS

A Pandemia do Covid-19 afetou o cotidiano das pessoas de diversas formas. Nas universidades, o principal impacto foi o do distanciamento físico pois o espaço universitário teve de ser virtualizado com interações mediadas por ferramentas como o *Google Meet* para que, mesmo que de forma síncrona, alunos e professores pudessem interagir.

A nova realidade originou os chamados “movimentos interiores da alma”, dito por Foucault (2004), perceptível na proposta da cápsula do tempo do Curso de Arquivologia da UFSM. À título de exemplo, abril de 2021 foi considerado o mais letal²¹³ da Covid-19 no Brasil, com histórias tristes para muitos, incluindo os participantes da atividade. Por outro lado, surgiu uma nova expectativa no final daquele mesmo mês, com 7,40% da população brasileira vacinada graças ao rápido avanço científico. O dado revela que nada

²¹³ Projeto Comprova. Disponível em:

<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/constantino-mortes-covid-2020-2021-vacina/> Acesso em: 06 jun. 2022.

é estático pois muitos fatos sobre a realidade podem mudar num curto espaço de tempo.

O projeto realizado na UFSM, e que traz aqui seus resultados, foi exposto durante aula virtual, em 07 de dezembro de 2021, realizada através *Google Meet* e buscava registrar a trajetória e memórias vividas pelos docentes e acadêmicos do Curso de Arquivologia da UFSM. Para tanto foram apresentadas fotografias que rememoravam fatos relevantes da história do Curso, segundo a visão dos três docentes. A aula serviu para instigar os participantes na elaboração da carta para o futuro, entendendo que a visualização das fotografias poderia remeter a novas lembranças de momentos vivenciados no Curso por cada um.

A proposta buscou trazer a percepção de todos, a partir de reflexão isolada, sobre a sua trajetória. Como resultado final foram reunidas 10 cartas de discentes, nove entregues na UFSM e uma pelos Correios. Somente dois estudantes matriculados não participaram da avaliação. Os três docentes também escreveram e depositaram suas cartas na cápsula do tempo. A caixa deverá ser aberta em agosto de 2026 quando iniciam as comemorações dos 50 anos do Curso durante um encontro público, a ser agendado pelos idealizadores da atividade. Na ocasião, tem-se a expectativa de que seja realizada a leitura individual de cada carta e, se possível, com a presença de todos os envolvidos.

Como reflexo para o arquivo, as cartas produzidas, após abertas e publicizadas, deverão fazer parte do acervo documental arquivístico do Curso de modo a ilustrar um momento diferenciado, em razão da Pandemia. Como a própria White (2019) recomenda, não deverá ser eliminado esse conjunto, ao contrário, deve produzir um acontecimento em uma agenda festiva diversificada para celebrar o aniversário do Curso com a comunidade arquivística do Brasil.

Outra contribuição e que deverá fazer parte do arquivo do Curso de Arquivologia é o resultado da atividade reflexiva, já entregue, com apontamentos dos alunos sobre o ato de escrever cartas. A escritora Marguerite Duras (1994, p. 48) reconhecia o momento de escrita como um momento de solidão e afirmava que “escrever significa tentar saber aquilo que se escreveria se fôssemos escrever – só se pode saber depois – antes”. Assim, partindo do que foi registro em cada uma das cartas, foi feito um convite refletir sobre sua escrita, o que resultou em uma série de considerações.

T. M. relata: “Sinceramente, eu acho muito interessante escrever cartas, adoro quando aparecem em livros e etc, gosto de trocar cartas às vezes, mesmo

que ultimamente a troca de emails tenha substituído a carta escrita”. Sua reflexão vai na direção da tecnologia que influencia a comunicação.

Peruzzolo (2006, p. 59) entende que a “comunicação é, portanto, uma relação no jogo do encontro com a alteridade”. Nesse sentido, S.D. expressou que “Tantas pessoas vamos conhecendo durante o curso, umas vão a diante, outras não, umas desistem no caminho, outras nos dão a mão para continuarmos juntas [...] [isso] me fez pensar o quanto consegui me superar como pessoa e como ser humano diante de tantos desafios”.

J. F. relata que fazia anos que não escrevia uma carta, e que o ato da escrita o fez rememorar sua infância e adolescência, das namoradas e de outros tempos. Ele pensa que “escrever sobre o futuro é uma tarefa um tanto quanto desafiadora pois a primeira coisa que veio a minha mente foi será que estarei lá, essa é a pergunta que não quer calar”, indicando dúvida pela imprevisibilidade da vida e da permanência dele enquanto autor de um dizer que pode não se confirmar caso não esteja vivo na abertura da cápsula.

As reflexões reportaram a satisfação e dificuldades de escrever cartas e escrever sobre si, denotaram a dificuldade de pensar o futuro e criar expectativas, porém despertou/reavivou o hábito de usar papel e caneta e refletir sobre passado e futuro, como disse C. R., “desacelerar” e “aproveitar o agora”.

Os discentes expuseram terem pensado em metas pessoais e na própria identidade durante a escrita. G. M. escreveu: “pude mostrar minha identidade para as pessoas que não me conhecem muito, mas daqui cinco [anos] saberão o que eu era hoje, e poderão notar a diferença da G. do passado e a G. do futuro”. Os sujeitos pensam ter domínio no que dizem e como serão interpretados, no entanto, como revela Orlandi (2011, p. 190), o processo de interação é constitutivo do discurso. Ao discorrer sobre a noção de sujeito, autoria e leitura, Orlandi acrescenta que “na leitura o outro é autor” ao que indica que parte do sentido se dá por aquele que lê o que foi escrito, ou ainda, pelas “condições de produção da leitura” (ORLANDI, 2011, p. 190). A percepção do que foi escrito só será avaliada no próprio encontro, e se ambos trocarem ideias sobre esse momento.

Todos os participantes desejam estar presentes no momento da abertura da caixa. C.R. imagina ser “gratificante termos a experiência de reencontrar as pessoas que admiramos”, revelando a expectativa da alegria do momento. I. F., por sua vez, disse: “Nunca pensei, que estaria fazendo parte das comemorações por já estar me formando, mas depois dessa atividade, talvez e provavelmente estarei fazendo parte dos 50 anos do curso, através de uma pós-graduação, que, passou a ser uma meta a ser cumprida futuramente”.

Os discentes, de modo geral, pensam, como G.M., que diz que isso “irá nos proporcionar uma experiência incrível”, e G.S. diz que o que foi feito ocorreu com a “nostalgia pelo que ainda não aconteceu” sendo possível que no futuro se tenha uma “saúde cega” dos tempos vividos no agora, mesmo com a Pandemia. O sentimento de pertencimento foi ativado como também a verificação da necessidade de organizar seus próprios arquivos, como I.F. revelou. Foi expresso o desejo de que haja maior reconhecimento do Curso para que ele “seja não só mais visto como divulgado”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo cada vez mais digital, até mesmo pelo acontecimento da Pandemia, a carta passa a ser algo especial, por sua materialidade, por ser manuscrita. Uma das cartas enviadas respondendo a proposta dos professores tem o carimbo dos Correios que atesta sua data e a sistemática recomendada. A proposta, em uma perspectiva pedagógica, tinha como propósito educar o arquivista para (re)conhecer os trajetos da memória, fazer pensar a identidade, olhar para o presente e planejar o futuro, por isso as sensações despertadas com a atividade, desde o próprio ato de escrever uma carta, até a rememoração do passado, são cheias de significados.

A abertura da cápsula do tempo em 2026 deverá complementar o aprendizado do grupo envolvido (e dos expectadores do momento de revelação das memórias) sendo uma contribuição dos professores e alunos da disciplina de “Arquivo, memória e patrimônio” do segundo semestre de 2021 para a comemoração dos 50 anos do Curso e para sua história. Seguindo o exemplo da prefeitura de Pelotas, é possível dar prosseguimento a esta posposta da cápsula do tempo, executando nova escritura de cartas para o futuro, em 2026, gerando um ciclo. O papel do professor de uma Instituição de Ensino Superior como mediador do processo educativo é fundamental não só pelo planejamento como pela execução de práticas inovadoras e estimulantes que causem sentimento de pertencimento no grupo.

Acredita-se que o valor histórico dos documentos da cápsula será confirmado e que as cartas serão consideradas rastros do passado e portadores de memória, constituindo um objeto cultural. Os documentos gerados a partir desta atividade serão um elo de ligação com o passado e um patrimônio documental do Curso de Arquivologia e da própria Universidade Federal de Santa Maria. Espera-se que, ao abrir a cápsula, o tempo apresente novas e melhores perspectivas de vida aos sujeitos partícipes desta proposta e desenvolvimento e crescimento para o Curso e sua comunidade. Considera-se que a presente proposta pedagógica para trabalhar “Arquivo, memória e

patrimônio” foi de interesse de todos e repercutiu positivamente no grupo, atestando sua eficácia pela aderência e aproveitamento.

REFERÊNCIAS

DURAS, Marguerite. **Escrever**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FARINA, Érik. Cápsula do tempo enterrada há 88 anos é aberta e conteúdo é revelado em Pelotas. **ZH**, Porto Alegre, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2019/05/capsula-do-tempo-enterrada-ha-88-anos-e-aberta-e-conteudo-e-revelado-em-pelotas-cjvo4i3pn043y01ma8mw4z7kj.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Ética, sexualidade, política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5.

KARNAL, Leandro.; TATSCH, Flavia G. Documento e história. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 195-221.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: 2003.

MALATIAN, Teresa. Cartas. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 9-27.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PERUZZOLO, Adair C. **A comunicação como encontro**. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

SILVEIRA, Angélica. Revelado o conteúdo da cápsula do tempo em Pelotas. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 14 maio 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/revelado-o-conte%C3%BAdo-da-c%C3%A1psula-do-tempo-em-pelotas-1.338970> Acesso em: 06 jun. 2022.

WHITE, Kelvin L. Raça e cultura: uma abordagem de estudos étnicos para a pesquisa de arquivo e registros nos Estados Unidos. In: GILLILAND, Anne J.; McKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (org.) **Pesquisa no multiverso arquivístico**. Salvador: 9Bravos, 2019, p. 345-375.

AÇÕES EDUCATIVO-CULTURAIS E A PRÁTICA DE LEITURA NO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB

Wiliana de Araújo Borges (Universidade Estadual da Paraíba),
Eliete Correia dos Santos (Universidade Estadual da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba, objetivando desenvolver uma proposta educativa para o Arquivo Público Municipal de Campina Grande-PB, através de oficinas pedagógicas.

A educação em arquivos precisa ser explorada quanto às suas linguagens, conteúdos, desafios e singularidades, de forma que as discussões possam ser ampliadas e promova o avanço nas ações educativas de maneira significativa para o público em geral, como também pesquisadores interessados da área de estudo dessa investigação. As relações espaciais e temporais pensáveis devem adquirir um lugar de destaque e valor, em volta do qual se compõem num determinado conjunto arquitetônico concreto estável, e a unidade possível se torna singularidade real, pois o contexto social passa a ter relação de intimidade com o outro enquanto prática/ato pedagógico, já que exerce uma base fundamental para se pensar em uma nova prática pedagógica que se insere à realidade do sujeito responsável e bem definido.

O desenvolvimento de ações educativas no arquivo é uma forma de levar aos alunos, especialmente do ensino fundamental II, a uma formação cultural através da leitura por meio dos textos verbais e não-verbais encontrados no acervo documental, como também o envolvimento com o conhecimento informativo e majoritário. Vale ressaltar que os documentos gerados por meio de atividades desenvolvidas através de determinada pessoa ou de um grupo organizado representam o registro da história e da memória de um povo. Esses materiais são considerados fontes de informação que constituem grande importância social. Assim, com a evolução tecnológica aumentou de forma significativa a necessidade de criar mecanismos que sejam fontes de acesso documental, a fim de que permaneçam como importantes acervos culturais e sociais, além de assegurar e preservar a memória como registro de um passado que precisa ser contemplado. E por que não usar esses acervos como espaço educativo para aprendizagem dos nossos alunos?

Em uma situação inicial, cabe aos arquivos difundir e divulgar seus fundos documentais, garantir os registros dos direitos dos cidadãos, conservar e fazer respeitar o patrimônio documental. No segundo momento, cabe às instituições escolares proporcionar e enriquecer o processo de aprendizagem do conjunto das ciências sociais através do contato com as fontes documentais, suscitar a reflexão e despertar o sentido crítico dos alunos por meio da aproximação com a realidade mais imediata através dos documentos conservados nos arquivos. Portanto, pode-se atingir novos usuários através de inúmeras formas de difusão. À vista disso, ao desenvolver serviços culturais, editoriais e educativos nos arquivos e sincronizá-los harmonicamente com as funções informacionais, administrativas e científicas, eles passarão a compreender o seu lugar de direito na sociedade, além disso, não será apenas um local de direitos e deveres, mas também de entretenimento, cultura e saber (BELLOTTO, 2002).

As ações educativo-culturais são uma forma de aproximar tanto o arquivo das instituições educacionais quanto também dos indivíduos que fazem parte do meio social, mostrando a importância de fazer um arquivo ser um espaço educativo de aprendizagem. A pesquisa busca através do eixo cultural presente no acervo desenvolver atividades educativas, envolvendo a leitura de forma que os aspectos culturais sejam enfatizados por meio das ações educativas fornecidas, como também, o desenvolvimento da habilidade de leitura através dos gêneros discursivos (verbais e não-verbais) iminentes no local da investigação, que por sua vez precisam ser explorados para demonstrar a infinidade de possibilidades da atividade humana e como cada campo dessas atividades vem sendo elaborado por meio de um repertório de

gêneros do discurso que se diferenciam à medida que tal campo se desenvolve e ganha complexidade (BAKHTIN, 2016).

É importante enfatizar a relevância que os estudos desempenhados podem gerar no campo da formação continuada por parte dos professores e demais pesquisadores. Primeiro, o interesse por este objeto de estudo nos oferece a oportunidade de apresentar ao público um espaço rico de conhecimentos que aborda através de documentos do acervo uma cultura que faz parte da vida das pessoas; segundo, trabalhar com a tipologia argumentativa através das atividades propostas contribuem para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita por meio dos gêneros do discurso, além de favorecer para formação crítico-cidadã; por fim, é uma oportunidade de trazer as instituições de ensino básico (escolas públicas e privadas) para conhecer outro local de pesquisa além do museu e biblioteca.

A ação que problematiza esta pesquisa está pautada nos seguintes questionamentos: Como explorar a potencialidade do arquivo Público Municipal de Campina Grande- PB como espaço educacional? Como as ações educativo-culturais desenvolvidas no acervo poderão contribuir para formação crítico-cidadã dos alunos do ensino fundamental II? Portanto, acreditamos que assim como os museus são destacados pelo universo social e pela mídia, devido fornecer materiais visíveis ao público, os arquivos também apresentam documentos importantes que fazem parte da memória de um povo, por isso também merecem ser estudados e vivenciados como um espaço pedagógico e educativo.

2 UMA PROPOSTA EDUCATIVA EM ARQUIVO: UM ESTUDO DOCUMENTAL

A pesquisa foi realizada no arquivo Público Municipal, localizado na cidade de Campina Grande-PB, a fim de promover a difusão cultural do órgão documental, como também abordar uma proposta didática, possibilitando a interação entre arquivo e escola.

A difusão cultural nos arquivos permite o acesso às informações, contribuindo e proporcionando esclarecimentos de fatos/acontecimentos aos usuários acerca do cotidiano de uma cidade, estado ou país. O arquivo possui a função de custodiar, organizar, avaliar e preservar os documentos, a fim de suprir necessidades administrativas, mas também tem como função secundária a difusão de informações dispostas em diferentes formatos e suportes, com a finalidade de divulgar o patrimônio documental e ao mesmo cultural da sociedade. Portanto, é importante enfatizar que o trabalho educacional pode disseminar seu olhar para as descobertas que esse local permite ao público, uma

vez que é também visto como uma forma educativa por possibilitar o reconhecimento de valores sociais e culturais.

Nos arquivos, podem ocorrer três tipos de difusão, conforme afirma Bellotto (2002): difusão cultural, difusão educativa e difusão editorial. A difusão cultural ocorre a partir de atividades que podem ser realizadas através de projetos culturais, como cinema (filmes documentários ou artísticos), eventos, música, teatro, entre outras demonstrações culturais no arquivo; na difusão educativa, as ações são feitas através de visita guiadas e técnicas, aulas (como fonte o próprio documento de arquivo), exposições de documentos, programas e publicações educativas, entre outros; Por último, na difusão editorial, a disseminação da informação é exercida sobre uma temática do acervo documental, atividades e programas do arquivo, como instrumento para a divulgação de produtos e/ou serviços da entidade.

Na prática de ações culturais e educativas nos arquivos, o primeiro país a desempenhar este papel foi a França. Logo após a II Guerra Mundial, surgiu a necessidade da própria renovação pedagógica, requerendo métodos ativos, que levou as autoridades educativas a se preocuparem com o estreitamento da ligação escola-arquivo. O interesse é aproximar o arquivo de instituições educacionais, através de ações desenvolvidas a partir do documento, além de incentivá-los a pesquisa. Logo, promove ao público do ensino fundamental e médio, por exemplo, outro meio didático pautado em conteúdos referentes a Cultura, Economia, Geografia, História, Infraestrutura, Política, Religião e Saúde de um local e/ou de um país. (BELLOTTO, 2002, p. 234)

Portanto, pode-se atingir novos usuários através de inúmeras formas de difusão, como vimos anteriormente. Enfatizamos como as atividades a serem desenvolvidas por meio de serviços culturais, editoriais e educativos nos arquivos podem exercer além das funções informacionais, administrativas e científicas, o seu lugar de direito na sociedade, isto é, não sendo apenas um local de direitos e deveres, mas também de entretenimento, cultura e saber (BELLOTTO, 2002).

Porém, é necessário um trabalho educativo que aproxime o público ao acervo documental promovendo a apreciação desses locais em termos de cultura e valor social. Para Bellotto (2002), cabem aos arquivos preservar o seu patrimônio documental e às escolas, o dever de proporcionar e enriquecer o processo de aprendizagem do conjunto das ciências sociais por meio da interação com as fontes documentais, enfatizando a reflexão e despertando o sentido crítico dos seus alunos por meio da aproximação com a realidade mais imediata através dos documentos conservados nos arquivos. No que se refere à função social, sabe-se que algumas instituições arquivistas brasileiras

promovem palestras, seminários, exposições, debates, lançamentos de obras, entre outras atividades. Contudo, quando se pensa o arquivo como um espaço de difusão e ação cultural, pretende-se que sejam realizados não apenas eventos circunstanciais, mas implementado um programa sistemático visando aproximar o público em geral, com o intuito de dar acesso à informação e fomentar a criação de conhecimentos (CABRAL, 2012, p. 35-36).

Naturalmente, há diversas atividades a serem desenvolvidas e possíveis de difusão cultural nos arquivos, tais quais: correção de notícias históricas em folhetos publicitários, cartazes, mapas, seminários, exposições, contribuindo também com o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. No entanto, é necessário um bom planejamento das atividades a serem desenvolvidas, de modo que sejam sistematizadas e avaliadas constantemente, fazendo ajustes e correções ao longo dos projetos, assim como adequações em relação aos objetivos que devem ser alcançados com o olhar voltado para a difusão e a ação cultural desenvolvendo atividades nas quais o público se tornaria agente ativo no processo e não mero espectador (CABRAL, 2012).

A educação em arquivos pode ser explorada a partir de conteúdos, linguagens, gêneros e até mesmo debates sobre as mais diversas temáticas. Assim, as ações educativas podem ampliar a difusão do órgão documental, como também favorecer a prática educativa. No entanto, para que haja essa relação interativa entre arquivo e sociedade é necessário também haver uma preparação por parte dos funcionários do local, já que todo conhecimento documental parte de quem está no estabelecimento.

Levando em consideração que a difusão editorial tem a finalidade de divulgar produtos e serviços oferecidos pela instituição por meio de publicações, abordaremos apenas a difusão educativa e cultural. Vale salientar também que, em nossa perspectiva, não enxergamos a difusão educativa e cultural de formas dissociadas ou separadas entre si, uma vez que estão interligadas a partir do momento que há a mobilização por parte do arquivo para proporcionar atividades educativas ao cidadão, ao mesmo tempo, pode possibilitar a educação e a cultura, como através de atividades de difusão cultural, formará cultura e educação, neste caso, de maneira formal e/ou informal. Consequentemente, denominaremos de difusão/ação educativo-cultural.²¹⁴ Dessa forma, buscando atender aos critérios de elaboração deste artigo com relação a quantidade de páginas na próxima seção abordaremos a

²¹⁴ A denominação difusão/ação educativo-cultural foi criado pela Prof^a Eliete Correia dos Santos, em 2019, por ocasião do IX SESA, ocorrido em Coimbra, faz parte do projeto de pesquisa “Ações educativo-culturais em arquivos lusófonos: uma proposta teórico-metodológica à comunidade de países de língua portuguesa-CPLP”

nossa proposta educativa.

2.1 Proposta de ações educativo-culturais no arquivo Público Municipal de Campina Grande-PB

As ações educativo-culturais foram organizadas em oficinas pedagógicas da seguinte forma: oficina 1: *Arquivo municipal de Campina Grande-PB*; oficina 2: *Descubra sua história*; oficina 3: *Por trás do Preto e Branco existe uma memória cultural* e Oficina 4: *Campina Grande-PB industrial: ciclo do “ouro branco” (séc. XIX e XX)*, buscamos apresentar de forma lúdica e, ao mesmo tempo contextual, o conhecimento acerca do arquivo, desde sua origem até alguns pontos que dialogavam com sua construção, principalmente o êxito econômico da época, a fim de proporcionar aos estudantes o pensamento crítico com relação ao momento atual que estão vivenciando.

Figura 1 - Recorte das oficinas pedagógicas



Fonte: elaborado pela autora.

Enfatizamos também o prédio, local ao qual está situado o arquivo, por sua construção histórica, levando em consideração a data da sua edificação, no ano de 1814 a qual mantém sua arquitetura cultural até os dias atuais. Para trabalhar com a habilidade de leitura através dos textos verbais e não-verbais, abordamos os seguintes critérios:

- Discutir através da imagem fotográfica do órgão documental os traços históricos que o constituem desde sua construção até os dias atuais. Além disso, analisar a ortografia utilizada como identificação do edifício, isto é, colocar em prática sua criticidade acerca da preservação patrimonial;

- Conhecer a importância do acervo documental como memória social e cultural;
- Dialogar com o texto acerca do que foi considerado êxito econômico para a cidade de Campina Grande-PB na época.

É um momento para o aluno desenvolver a socialização com a memória de uma determinada geração. A proposta desenvolvida nas oficinas 1 e 2 possibilitam um conjunto de experiências, valorizando a cultura, os valores sociais e históricos, além disso proporciona ao sujeito uma visão ampla do que se entende por órgão documental e que a prática docente também é possível no arquivo, uma vez que a história e memória de um povo devem ser preservados como um patrimônio social, pois todo acontecimento não ocorre de forma isolada, mas em determinado tempo e lugar, tornando-se um importante meio de acesso à informação (BORGES, 2022).

O trabalho com textos não-verbais, como foi o caso da oficina 3, apresenta certa dificuldade no seu desenvolvimento, pois as fotografias estavam “guardadas” em pastas sem uma descrição da sua época, impossibilitando o conhecimento necessário sobre os personagens daquelas imagens e das ações praticadas, ficando a critério do pesquisador todo o entendimento, partindo apenas do contexto da época. Além disso, no acervo não há visita guiada para facilitar o entendimento acerca da história e da geração que comporta os diversos gêneros encontrados, dificultando o trabalho a ser realizado por meio das ações educativas.

Buscamos através dos textos não verbais um trabalho que pudesse ir ao encontro do estudante, envolvendo uma prática social que contextualizasse uma determinada época, mas que tem uma memória histórica presente na sociedade. Esse tipo de texto é organizado a fim de cumprir uma função social. Dessa forma, além do aluno conhecer os aspectos históricos e culturais de uma determinada geração também poderá dialogar com o universo social que constitui cada fotografia desde as referências físicas, isto é: cor da imagem, vestimentas dos sujeitos, locais e demais características visuais, até o contexto da época aos quais foram registradas cada imagem; a oficina 4 também tem como objetivo desenvolver na prática educativa uma função social que faz parte da realidade do aluno, pois os discentes terão a oportunidade de conhecer o momento que Campina Grande deixou de ser “Vila Nova da Rainha” e passou a ser cidade, é um verdadeiro conjunto de valores culturais que envolvem essa ação educativa (BORGES, 2022).

A temática a ser trabalhada na oficina 3 objetiva desenvolver nos alunos um pensamento crítico acerca da memória cultural da época (entre 1947

a 1951 e 1955 a 1959), dessa forma, optamos por estimular o aluno a desenvolver seu senso crítico fazendo uso das legendas, já que são textos curtos que apresentam os traços constituintes da representação da imagem seja ela os traços físicos ou contextuais.

Para o desenvolvimento das legendas em cada fotografia, o sujeito precisa fazer alguns questionamentos, tais quais: qual a cena? Quais os participantes? Quais as referências espaciais e temporais da imagem? E assim por diante...para cada texto não verbal é importante construir sentido e dar sentido ao texto (legenda) por parte do aluno. Neste caso, os recursos utilizados na imagem, como por exemplo: físico, estrutura da imagem, cores, ação produzida pelos sujeitos, a tecnologia da época, materiais visíveis nas imagens e assim por diante ajudarão na construção da legenda. É importante enfatizar, nesta oficina, o uso limitado da tecnologia da época, podemos visualizar através das fotografias em preto e branco, porque não existia possivelmente uma máquina digital ou até mesmo um aparelho celular para tirar as chamadas *selfs* nos eventos ou até mesmo acesso à internet (BORGES, 2022).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de desenvolvimento de ações educativo-culturais no arquivo público Municipal de Campina Grande-PB tem a finalidade de desenvolver no aluno o incentivo e habilidade de leitura através dos textos verbais e não-verbais a partir das atividades realizadas nas oficinas pedagógicas, como também é uma forma de interação entre arquivo, professor e escola, que por sua vez aborda temáticas envolvendo os aspectos culturais, econômicos e sociais, levando em consideração a formação social e cultural dos sujeitos envolvidos.

Além disso, parece claro que a diversificação dos gêneros discursivos quando se aprende a ler, e quando a leitura passa a ser um meio para aprendizagem, não é uma questão de produtividade apenas ou de atualidade, mas de realidade pedagógica e de adequação dos meios disponíveis para os alunos alcançarem os objetivos previstos.

O arquivo é o local onde se pode enxergar de perto a história e a memória de um povo desde suas origens até os dias atuais. Por isso, pensar no arquivo como um espaço pedagógico nos possibilita entender sobre cultura, sujeito e formação docente. No que se refere à formação docente a nossa proposta de ação e prática social possibilita grandes reflexões acerca da memória cultural de uma geração ou época por apresentar um mundo que muitas vezes é esquecido ou apagado ao longo do tempo pela sociedade.

Neste caso, a identificação da instituição documental como espaço pedagógico ainda não perpassa os muros das escolas e os ambientes das salas de aulas, então envolver os professores, alunos e demais profissionais da educação em contato com o acervo é um compromisso da nossa proposta educativa, levando em consideração que a formação do sujeito social só é possível a partir dos seus conhecimentos prévios sobre suas origens culturais.

Sabemos que as pesquisas e investigações sobre o ensino, a aprendizagem e a formação docente são temáticas constantes, buscando fazer ouvir, dentro da universidade, as vozes sociais que ecoam dos discursos dos sujeitos participantes, ou seja, dos professores que são entendidos como participantes ativos e sujeitos sociais. Dessa forma, acreditamos que o trabalho educativo proposto colabora com a construção social, cultural dos indivíduos, proporcionando um encontro com a própria prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. B. Bibliotecas, Arquivos e Museus: Convergências. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan/jun. p. 162-185, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/2737>. Acesso em: 12 janeiro de 2022

ALMEIDA, M.F. **Linguagem e Leitura**: movimentos discursivos do leitor na sala de aula de 5.^a série. 280f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2004.

ARQUIVO NACIONAL, **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BAKHTIN, M. M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. Aurora Fornoni Bernadini, et al (Trad.). 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2010

BAKHTIN, M. M. **Os gêneros do discurso**. 1. ed. São Paulo, 2016.

BELLOTO, Heloisa L. Política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais. **Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, Indaiatuba, v.1, n.1, p. 14-27, jul. 2002. Disponível em: http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_1.pdf Acesso em 21 de Agosto de 2020.

BELLOTO, Heloisa L. **Arquivos permanentes**. Tratamento documental. 2 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Borges, Wiliana de Araújo. **Ações educativo-culturais no arquivo público municipal de Campina Grande-PB**: por uma formação crítico-cidadã. 188p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Formação de Professores - PPGPPF) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2022.

CABRAL, R. M. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 25, n. 1, p. 35-44. Disponível em: <https://revista.an.gov.br//index.php/revistaacervo/article/view/336>. Acesso em: 10 abril 2021.

AÇÕES EDUCATIVO-CULTURAIS NOS ARQUIVOS DISTRITAIS DE PORTUGAL

Eliete Correia dos Santos (Universidade Estadual da Paraíba),
Leila dos Santos Brandão (Universidade Estadual da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

O arquivo tem como premissa principal viabilizar o acesso à informação a seus usuários, porém essa realidade por inúmeras vezes é comprometida devido à falta de estrutura nos arquivos e ausência de profissional da área para desenvolver as funções essenciais nesse ambiente.

O presente trabalho traz o relato da pesquisa realizada por meio dos *websites* dos arquivos distritais de Portugal, e do site institucional do arquivo Municipal de Loulé localizado no distrito do Faro em Portugal. Objetivando a elaboração de uma proposta teórico-metodológica de ações educativo-culturais para os países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizamos um levantamento das ações que vem sendo executadas e a forma como elas estão disponibilizadas nos respectivos *websites* das instituições. Essa pesquisa faz parte de um projeto maior sub-dividido em 3 etapas. Na primeira fase (SANTOS; BORGES, 2021), realizou um levantamento relativo os arquivos Estaduais Brasileiros. Nessa 2ª fase, o levantamento foi feito referente aos arquivos Distritais de Portugal. A 3ª etapa é a construção da proposta teórico-metodológica que está em fase de desenvolvimento e será apresentada ao final da cota 2021/2022.

2 DIFUSÃO EM ARQUIVOS E AÇÕES EDUCATIVO-CULTURAIS

Conforme Belloto (2007), a difusão traz visibilidade aos arquivos em meio à sociedade, consolidando assim a função vital dos arquivos e tornando-os acessíveis. De acordo com a perspectiva dessa autora, a função secundária dos arquivos não é menos relevante que as demais, pelo contrário, ela projeta a atividade dos arquivos em meio a sociedade:

Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa. (BELLOTO, 2007, p. 227)

Ao falar de acesso à informação, encontramos amparo na Lei nº 12.527 de 18 de novembro 2011, que garante e regula o acesso às informações como direito fundamental. Portanto, sendo esse acesso indispensável, é necessário torná-lo conhecido, sobretudo por meio da educação como forma de divulgação do valor dos arquivos. Bellotto (2007) destaca a importância do papel da educação no contexto contemporâneo e enfatiza que os arquivos devem ser reconhecidos e acolhidos como fonte educativa, e para isso é fundamental desenvolver programas e ações pragmáticos dentro e fora dos arquivos. Algumas instituições arquivísticas no Brasil fomentam atividades culturais tais como: debates, palestras, concursos, simpósios, congressos, reuniões etc. Porém, para a autora, muito mais poderia ser executado, a exemplo de outros países que promovem experiências, utilizando a ludicidade para atingir o seu objetivo, essa prática tem sido recebida com receptividade em países como: França, Rússia, Alemanha, Estados Unidos e Espanha.

Barbosa e Silva (2012) também inferem sobre a importância dos vínculos entre arquivos e o ensino, tendo em vista que permite a compreensão da importância de se preservar a memória. Observando a perspectiva das autoras, podemos perceber o quão relevante é o papel das ações educativas para a difusão dos arquivos, à medida que trazem à sociedade de forma mais lúdica e compreensível a visão da importância de preservar e manter viva a memória. Essas ações não devem acontecer de forma isolada, consequentemente, devem ser estruturadas de modo a ser executadas não apenas esporadicamente, mas obedecendo um cronograma pré-estabelecido. Barbosa e Silva (2012) pressupõem os arquivos como um campo indubitável para fomentar a prática do programa escolar, prática essa que faz uso de diversas linguagens. Portanto, fazer essa ponte entre os arquivos e a educação

é bastante relevante para o desenvolvimento educativo e cultural, bem como para projetar os arquivos em meio a comunidade em geral.

Compreendemos por ações educativo-culturais, as ações que visam instruir a sociedade a respeito de questões educativas e culturais, assim por meio da educação, pessoas são conduzidas a adquirirem o conhecimento de áreas específicas, mas para que isso seja aconteça é necessário planejamento e estruturação das práticas que se desejam implementar. Conforme Cabral (2012), é necessário planejar as atividades a serem desenvolvidas de modo organizado, avaliando-as continuamente e fazendo os devidos ajustes e correções no decorrer da aplicação das ações, para que assim se possa chegar aos objetivos desejados.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho refere-se a uma pesquisa interpretativista de seleção e coleta de dados de caráter quali-quantitativo, exploratório e descritivo. A coleta de dados se deu no período de março a maio de 2021 e foi desenvolvida através dos sites da Associação dos Amigos da Torre do Tombo.

Ao realizarmos a pesquisa, inicialmente através do *website* da Associação dos Amigos da Torre do Tombo, o qual faz *link* a totalidade dos arquivos Distritais, nos deparamos com *links* que não nos redirecionavam para o local desejado e apresentava na sequência uma página de erro; portanto, a ferramenta se apresentou ineficiente para as buscas almejadas. Demos continuidade as buscas por meio do site da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB). Essa instituição visa estruturar, promover e acompanhar a intervenção do Estado no âmbito da política arquivística, é também quem administra as medidas cabíveis a materialização da política e do regime de proteção a valorização do patrimônio cultural. Promove a proteção, valorização, divulgação e acesso ao patrimônio arquivístico, garantindo aos cidadãos seus direitos e consolidando a utilização dos arquivos como recurso administrativo, e de memória individual e coletiva. Do total de 18 arquivos, 2 não fazem parte da (DGLAB).

No *website* da (DGLAB), conseguimos obter as informações dos 16 Arquivos Distritais vinculados a instituição, com exceção apenas dos Arquivos de Braga que é uma unidade da Universidade do Minho, e de Coimbra que tem a função de Arquivo Distrital e também de Arquivo universitário. Sobre esses dois arquivos, obtivemos os dados referentes a eles por meio da ferramenta de busca do Google.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados da pesquisa (2021), o contexto dos Arquivos de Portugal apresenta da seguinte maneira: os 18 Arquivos distritais existentes no país desenvolvem e exibem suas iniciativas, o que totaliza um percentual de 100% dos Arquivos Distritais investigados colocando em prática as ações de cunho educativo e cultural no ambiente institucional. Ou seja, os 18 Arquivos Distritais Portugueses possuem ações educativo- culturais e estas são exibidas através dos seus respectivos sites institucionais. O quadro abaixo retrata quais iniciativas são desenvolvidas em cada unidade.

Quadro 1- Portugal: ações educativo-culturais nos Arquivos Distritais de Portugal

Descrição das ações desenvolvidas nos websites dos Arquivos Distritais de Portugal			
	Arquivo Distrital	Ações educativo-culturais	Descrição da ação
1	Aveiro	Sim	Visitas guiadas e Exposições virtuais
2	Beja	Sim	Visitas, Leitura e referência
3	Braga	Sim	Edições eletrônicas, Catálogos e edições
4	Bragança	Sim	Visitas de Estudo, Leitura e referência
5	Castelo Branco	Sim	Visitas de Estudo, Leitura e referência
6	Coimbra	Sim	Visitas de estudo, Exposições virtuais, Exposições temporárias (na instituição), Galeria virtual de vídeos e imagens
7	Évora	Sim	Visitas guiadas, Leitura e referência, oficinas educativas, Exposições virtuais
8	Faro	Sim	Visitas guiadas, Leitura e Referência, oficinas educativas e Exposições
9	Guarda	Sim	Visitas Guiadas
10	Leiria	Sim	Visitas de estudo, Leitura e referência
11	Lisboa	Sim	Visitas, Leitura e Referência, Exposições virtuais
12	Portalegre	Sim	Visitas, Leitura e Referência e Exposições
13	Porto	Sim	Visitas, Leitura e Referência, Exposições, conferências e debates
14	Santarém	Sim	Visitas, Leitura e referência
15	Setúbal	Sim	Visitas, Leitura e Referência, Exposições virtuais
16	Viana do Castelo	Sim	Visitas, Leitura e Referência

17	Vila Real	Sim	Visitas Guiadas, Visita virtual, Leitura e Exposições
18	Viseu	Sim	Visitas de estudo, Leitura

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

No quadro demonstrativo de ações desenvolvidas nos arquivos distritais de Portugal, podemos contemplar um panorama das iniciativas executadas nos Arquivos Distritais de Portugal, são elas: visitas guiadas, exposições no local físico e virtuais, conferências, edições eletrônicas, catálogos, galeria virtual de vídeos e imagens, oficinas educativas, debates, leitura e referência. A última ação mencionada intitulada de “Leitura e Referência” se trata de uma sala para acolher os usuários onde eles podem consultar os documentos da instituição em suporte original, digitalizado ou microfilme, e ainda conta uma Biblioteca de apoio e equipe especializada para assessorar.

Analisando o panorama dos Arquivos distritais de Portugal, percebemos a importância de se ter informações em locais explícitos em meio ao contexto dos sites. Consideramos que do total de 18 arquivos distritais, 11 tem suas ações descritas apenas no botão de serviços. São eles: Arquivo Distrital de Beja, Bragança, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Setúbal, Viana, Vila e Viseu.

Segundo Morville e Rosenfeld (2006), a Arquitetura da informação é como um meio de moldar os produtos informacionais para proporcionar experiências satisfatórias, essa disciplina visa elencar princípios de design para a arquitetura em meio digital. Dessa forma, compreendemos a relevância de estruturar sites onde as informações desejadas sejam encontradas facilmente.

Dando continuidade, temos na sequência os 7 arquivos restantes do total dos 18, que além do botão de “serviços” fazem uso de outros campos para exibir suas ações, ficando assim as ações divididas em lugares distintos dentro dos *websites*.

Figura 1 – Ações descritas no botão de serviços e em campos específicos

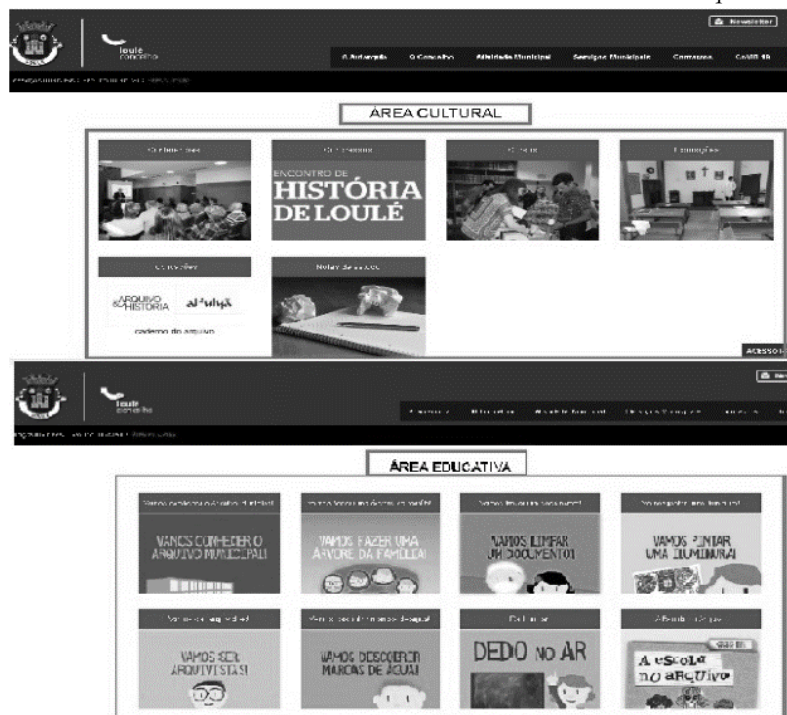
Arquivos Distritais		Ações descritas nos seguintes botões:
1.	Aveiro	Serviços Exposição virtual
2.	Braga	Cultura e Formação
3.	Coimbra	Serviços Exposições Galeria de vídeos e imagens
4.	Évora	Serviços Serviços Educativos
5.	Faro	Serviços Extensão Cultural
6.	Lisboa	Serviços Exposições Virtuais
7.	Porto	Ação Cultural Serviço Educativo

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Reafirmamos mais uma vez o dito por Merville e Rosenfeld (2006, p.4), sobre a necessidade de contar com informações organizadas, estruturadas e de fácil acesso e visualização, o que torna a experiência do usuário da rede mundial de computadores mais eficiente e prazerosa.

Sobre experiências eficazes, trazemos a experiência implementada no Arquivo do Concelho de Loulé, entende-se por Concelho o que denominados de Município no Brasil, logo Loulé é Município do Distrito ou Estado de Faro em Portugal. A instituição citada possui iniciativas que são exibidas em seu site em dois ambientes específicos, conforme consta a seguir:

Figura 2 - Área cultural e Área Educativa do site Institucional do Arquivo de Loulé



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A área cultural possui ações como: conferências, congressos, cursos, exposições, publicações e notas de estudo. Ao acessar cada temática especificada, o usuário obtém várias informações sobre cada iniciativa descrita através de texto e demonstrada visualmente por meio de imagens. Na área educativa, também podemos observar várias iniciativas. Dessas ações, destacamos as ações intituladas: Dedo no ar e Escola no Arquivo, já que ambas são desenvolvidas virtualmente através do site da instituição e do Facebook e o contexto da pandemia não afetou a execução das ações.

A iniciativa Dedo no ar se trata de um cartaz que exibe a imagem de uma criança com o dedo levantado para cima em sinal de pergunta; logo abaixo a imagem da criança, é trazida a resposta à indagação expondo informação sobre vários temas relativos à Arquivologia. Pela forma lúdica e interativa da ação, chegamos à compreensão de que o público-alvo dessa iniciativa é infantil, a instituição faz uso de imagens coloridas e atrativas de modo a despertar a curiosidade sobre o tema.

A ação “A escola no arquivo” consiste em uma visita orientada ao Arquivo do Concelho de Loulé, essa visita é feita por intermédio de fotos e com a presença de 7 personagens infantis: Carlos, Mafalda, Marta, Antônia, Hugo, Dinis e Lara. É lançado o desafio ao público infantil de acompanhar

essas visitas e conhecer virtualmente através dessas imagens e dos personagens as dependências do arquivo da instituição assim como o trabalho realizado dentro de cada ambiente, mais uma vez a instituição faz uso das cores e de personagens infantis que narram a visita e tudo que encontram no ambiente visitado por eles.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: ASPECTOS SIGNIFICATIVOS SOBRE CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA

Toda proposta pedagógica tem uma história passada de que precisa ser contada e levada em conta e é construída no presente, no caminho, no caminhar. Pela dimensão de dados coletados, a pesquisa foi dividida em três fases: Cotas Pibic 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022. Após análise dos dados coletados e das experiências observados, para atingir o objetivo proposto nesta pesquisa, a proposta teórico-metodológica está em fase de desenvolvimento e será apresentada através de relatório ao final da cota atual, Cota 2021/2022 com a finalização da pesquisa.

As informações da Pesquisa (2021) relativas aos arquivos Distritais de Portugal desvelam que 100% das instituições exibem iniciativas educativo-culturais através de seus sites. Mediante ao atual contexto de Pandemia da COVID-19 as buscas por meio de sites de internet se tornaram ainda mais relevantes; portanto, é necessário viabilizar ao usuário essas buscas de forma mais clara e dinâmica. Outro ponto a se destacar é a inserção das iniciativas Educativo-culturais dos Arquivos desde a infância como forma de introduzir a criança desde os anos iniciais nesse ambiente para que ela, além de conhecer o arquivo e documentos, possa compreender a importância do trabalho desenvolvido nesse local assim como aprender o valor de se preservar a memória.

É importante estruturar os *websites* assim como as ações educativo-culturais dos arquivos e disponibilizá-las de forma lúdica e atrativa, trazendo atenção do público em geral, ou seja, de todas as faixas etárias. Essas iniciativas devem ser planejadas e estruturadas para acontecerem durante todo o ano e não apenas em um período específico; destarte, nessa perspectiva, é relevante o trabalho de um Núcleo de Ações Educativo-Culturais formado por arquivistas e profissionais da educação para organizar de maneira lúdica essas iniciativas, além executá-las e avaliá-las após a sua execução. Conforme afirma Belloto (2007), a inserção de ações de maneira lúdica tem sido recebida positivamente por alguns países, a autora ainda infere sobre a importância de aplicar programas sistemáticos, estruturados para ocorrerem de forma

contínua, baseados nessa percepção que compreendemos a importância do trabalho desse Núcleo de Ações Educativo-Culturais.

Quanto à proposta teórico-metodológica, podemos antecipar que o trabalho com as ações educativas em arquivos promove no sujeito reflexões e sentido quanto a preservação dos bens culturais e sociais de modo integrado ao processo de ensino e aprendizagem. Tais atividades conseguem favorecer a realização da função social do arquivo, pois a forma arquitetônica da prática pedagógica é percebida num determinado enunciado pelo seu conjunto de vozes sociais, culturais e ideológicas construídas por um determinado sujeito.

Acreditamos que a proposta, ora em andamento, apresenta contribuições aos cidadãos ao perceberem que a temporalidade investigada não se trata apenas de uma progressão cronológica unidirecional, sequencial. Para distinguir os tempos da narrativa do tempo de experiência, buscou-se compreender a simultaneidade de experiências distintas que emergem em ações. O tempo indissociável do espaço tornou-se fundamental para desfazer a noção de tempo absoluto e de tempo cronológico porque um ordenamento cronológico não faz sentido nem dentro nem fora da narrativa, o tempo se organiza mediante convenções que não se restringem a definir o movimento e as situações vivenciais, o que faz da narrativa um campo fértil para investigação uma vez que se permite ouvir as vozes dos discursos sobre a vida em um texto expresso em um documento.

Primeiramente, esclarecer que um núcleo de ações educativo-culturais precisa ser preparado levando em consideração a missão, a visão, a meta da instituição, para depois avaliarmos e sistematizarmos as várias frentes e ações a serem desenvolvidas. Não simpatizamos por ações isoladas de eixo mais sistemático, o ideal é uma proposta com ações que apresentam objetivos gerais e específicos para um período, seja de um ano, de um semestre, por temática etc.

A proposta apresenta duas dimensões de impactos científicos:

1. Educação - O ensino de leitura deve-se de diferentes modos de funcionamento dialógico, os efeitos de sentido produzidos por essa diversidade, a inter-relação dinâmica que se estabelece entre contexto narrativo e discurso citado. Concebe a comunicação como um processo interativo, muito mais amplo do que a mera transmissão de informações, já que a linguagem é interação social.
2. Arquivologia - Com diversas abordagens teóricas e metodológicas, em áreas de conhecimento plurais, para além da perspectiva digital, as ações educativo-culturais em arquivos são exploradas quanto às suas linguagens, conteúdos, desafios e singularidades, de forma

multidisciplinar e rigorosa, ampliando a discussão e o avanço nas ações educativas de arquivos.

Portanto, parafraseando Santos (2013), não há compreensão sem avaliação, o sujeito da compreensão enfoca um documento com um conceito de mundo já formado que define as avaliações, no entanto esse sujeito não pode descartar a possibilidade de mudança e até de renúncia aos pontos de vista já deliberados. Nesse aspecto, acreditamos que o papel pedagógico nos arquivos como um outro é fundamental para o ato criativo da reflexão e leitura, que pode ter como resultado um enriquecimento na compreensão da palavra alheia. O aprofundamento da compreensão torna a palavra do outro mais pessoal, porém sem mesclá-la, capacidade de identificar e encontrar com o outro desconhecido, com o novo.

As ações educativo-culturais possibilitam o contato direto com o documento e deve ser visto como manifestação da cultura, é preciso entendê-los na dimensão espaço-temporal das representações e da interatividade discursiva animadas em seu interior. O texto passa a ser a celebração das vozes na grande temporalidade das culturas e civilizações, não podendo estudar a literatura isolada de toda cultura de uma época, e pior ainda fechar o fenômeno literário apenas na época de sua criação, em sua chamada contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO MUNICIPAL DE LOULÉ. Disponível em:

<https://www.cm-loule.pt/pt/menu/439/arquivo-municipal.aspx> . Acesso em: 15 Mar.2021

Associação dos Amigos da Torre do Tombo (AATT). Disponível em:

<https://www.aatt.org/site/index.php> . Acesso em: 08 Mar.2021.

BARBOSA, A. C. O; SILVA, H. R. K. Difusão em Arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Revista Acervo**, v. 25, p. 45, 2012.

BELLOTTTO, Heloisa Liberali. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 06 mai. 2021.

CABRAL, R. M. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n.1, p. 35-44, jan./jun. 2012, p. 35-44.

Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ). Disponível em: <http://antigo.conarq.gov.br/consulta-a-entidades.htm>. Acesso em: 02 nov. 2020.

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Disponível em: <https://www.cplp.org/>. Acesso em: 15 Mar.2021.

Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB). Disponível em: <https://dglab.gov.pt/>. Acesso em: 10 Mar.2021.

MORVILLE, Peter; ROSENFELD, Louis. *Information architecture for the world wide web*. 3. ed. Sebastopol: O'Reilly Media Inc., 2006.

SANTOS, E. C. **Uma proposta dialógica de ensino de gêneros acadêmicos**: nas fronteiras do Projeto SESA. 2013. 418p. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SANTOS, Eliete Correia dos; BORGES, Wiliana de Araújo. Ações educativo-culturais em arquivos lusófonos: uma proposta teórico -metodológica à Comunidade de Países de Língua Portuguesa. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 036-044, 2021. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/60954/34311>. Acesso em: 25 maio 2022.

SANTOS, Keila; BORGES, Jussara. Difusão Cultural e Educativa nos Arquivos Públicos dos Estados Brasileiros. **ÁGORA**, Florianópolis SC, v. 24, p. 311-342, 2014.

AÇÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Suellen Alves de Melo (Universidade Federal de Minas Gerais)

1 INTRODUÇÃO

Considerar a escola como um espaço de compartilhamento de conhecimento que não se reduz aos muros da instituição tradicional que conhecemos (carteiras, quadros, giz e recreio), torna mais evidente que o processo de ensino-aprendizagem é dever de todas as pessoas que almejam uma sociedade mais igualitária, conforme aponta Costa (2018). Nessa perspectiva, as instituições arquivísticas podem ser consideradas espaços de construção de conhecimento, sobretudo a partir de discussões em torno dos documentos de arquivo. É importante pontuar que essa construção deve se distanciar da concepção bancária da educação, uma vez que todas as pessoas têm a contribuir na roda de discussão com seus saberes, seus lugares de fala, suas vivências (FREIRE, 2003).

Normalmente, nas instituições arquivísticas públicas brasileiras encontramos pessoas de diferentes áreas profissionais, como Arquivologia, História e Biblioteconomia. No caso da Arquivologia, é notório no cenário do país que, de maneira geral, os cursos de graduação não possuem em seus currículos muitos diálogos com a Educação. De acordo com Costa (2018), existem algumas iniciativas que vão na contramão desse cenário, como os cursos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Federal do Rio Grande e da Universidade Federal do Espírito Santo que possuem disciplinas relacionadas à temática educação e patrimônio. Inclusive,

mais recentemente, em 2020, o curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria ofereceu a disciplina “Educação e Docência em Arquivologia”, a qual teve como um de seus objetivos a proposta do aprendizado de noções gerais sobre a didática e as estratégias de ensino-aprendizagem na educação superior (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2020). Certamente essas disciplinas, sobretudo aquelas que dialogam com o patrimônio documental, possibilitam que docentes e discentes discutam temáticas relacionadas à Educação e em como as instituições arquivísticas e os documentos de arquivo podem contribuir nos processos de ensino-aprendizagem da sociedade, principalmente no que diz respeito às questões de identidade, cidadania e memória.

O objetivo deste trabalho é justamente apresentar como essas discussões são tecidas, a partir da apresentação de algumas reflexões levantadas durante experiência docente na disciplina “Ação Cultural e Educação Patrimonial” do curso de graduação em Arquivologia da UFMG. A disciplina em questão foi ministrada na qualidade de estágio docente do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da mesma instituição, durante o segundo semestre letivo de 2021.

Este estudo possui natureza qualitativa e se caracteriza como uma pesquisa descritiva.²¹⁵ Com base na apresentação da disciplina e nas reflexões registradas, será possível conhecer parte do programa curricular do curso de Arquivologia da UFMG, bem como do percurso formativo de uma professora da área, contribuindo, dessa forma, para discussões em torno da relação entre o patrimônio documental e a tecitura do ensino em Arquivologia no Brasil.

2 AÇÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIA DOCENTE

Às(aos) bolsistas de doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é exigido o cumprimento de estágio docente nos cursos de graduação como requisito de recebimento de bolsa acadêmica. Como muitas pessoas que estão na pós-graduação (mestrado e doutorado) almejam seguir a carreira docente no ensino superior, o estágio docente é uma das formas das(os) pós-graduandas(os) terem contato com práticas de ensino.

Nessa perspectiva, a experiência mencionada foi exercida durante doutorado em Ciência da Informação. Além do doutorado em curso, também

²¹⁵ Devido ao caráter deste trabalho e da forma como a disciplina foi desenvolvida - educação libertadora -, este texto utiliza a primeira pessoa do singular.

posso mestrado na mesma área e graduação em Arquivologia pela UFMG. Minhas pesquisas vêm sendo alicerçadas na área de patrimônio documental, sobretudo na difusão arquivística. Por este motivo, ministrar a disciplina “Ação Cultural e Educação Patrimonial” foi uma atividade fundamental para a construção de discussões acadêmicas e profissionais, além de possibilitar uma formação pessoal com maior comprometimento e sensibilização em relação às pessoas ao meu redor.

Normalmente, a disciplina em questão é ministrada pela professora Ivana Parrela, mas por motivo de afastamento da docente para realização de pesquisa de pós-doutorado, surgiu a possibilidade de ministrá-la com a supervisão do professor Adalson Nascimento. Cabe mencionar que também cursei essa mesma disciplina durante a formação em Arquivologia entre os anos de 2014 e 2017 e que, posteriormente, em 2018, tive a oportunidade de acompanhar a disciplina com a professora Ivana também na modalidade de estágio docente durante o mestrado em Ciência da Informação.

A disciplina “Ação Cultural e Educação Patrimonial” é oferecida regularmente no sexto período do curso de Arquivologia da UFMG, que conta com o total de oito períodos para formação das turmas. Nessa perspectiva, durante o percurso acadêmico, as(os) discentes já tiveram contato com outras temáticas pertinentes à Arquivologia, como gestão de documentos, história administrativa do Brasil e memória e patrimônio (NASCIMENTO; CAMPOS, 2019).

As discussões propostas por essas áreas são fundamentais para a disciplina de “Ação Cultural e Educação Patrimonial”, uma vez que abordam, entre outros aspectos, os documentos de arquivo, a formação do Brasil, a construção da memória nos Arquivos públicos, o patrimônio cultural e documental, além da relação entre conjuntos documentais e sociedade. Isso porque durante a disciplina a turma discute sobre o que é patrimônio documental, ação cultural e educação patrimonial, bem como de que modo difundir o patrimônio documental de forma que ele seja conhecido pela sociedade e, por meio dele, as pessoas possam construir novos conhecimentos, além de serem convidadas a se tornarem agentes de sua preservação.

A discussão sobre patrimônio cultural e patrimônio documental no Brasil passou a ter maior ênfase a partir da Constituição Federal de 1988, instrumento legal que constituiu como patrimônio cultural do país os bens de natureza material e imaterial que referenciam a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira, como as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às

manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Para Bellotto (2000), o patrimônio documental é formado pelos documentos que não são mais usados por seus valores imediatos, ou seja, foram avaliados como de guarda permanente e, provavelmente, estão sob a custódia de alguma instituição arquivística, espaço em que poderão ser consultados por diversos grupos sociais para responder demandas que vão desde a comprovação de direitos, construção de narrativas históricas e de memórias, até o uso diletante. Sendo assim, são muitas as formas pelas quais os documentos permanentes podem ser empregados em processos de ensino-aprendizagem nas instituições arquivísticas. Muitas também são as parcerias que os Arquivos podem estabelecer com outras instituições para a construção de conhecimento, como escolas, universidades, centros comunitários, organizações não-governamentais, museus, centro de memórias, bibliotecas, associações e sindicatos, entre outras.

Por isso, é importante que a(o) profissional arquivista participe de discussões voltadas à Educação durante seu processo de formação, responsabilidade que deveria se manter ao longo de sua vida, já que o processo de aprendizagem é constante. Durante a experiência da disciplina “Ação Cultural e Educação Patrimonial” essas discussões foram construídas de forma que a turma teve a oportunidade de visualizar as instituições arquivísticas e os documentos de arquivo a partir da perspectiva social. Ou seja, em como o “universo arquivístico” pode ser utilizado em diversas atividades educativas promovendo com que as pessoas participantes interajam com histórias, culturas e direitos ao terem contato com os documentos e, a partir disso, tenham a oportunidade de criar novas possibilidades de mudança social nos territórios em que vivem. Porque é essencial que a educação reflita em transformações sociais, na construção de novos pensamentos e ações.

2.1 A colcha de retalhos de ensino-aprendizagem da disciplina “Ação Cultural e Educação Patrimonial”

Um dos preceitos fundamentais à ação cultural e à educação patrimonial é o fato da construção de conhecimento ser um processo em conjunto, no qual nenhuma das pessoas que integram o grupo é mais importante que outra. Todas as pessoas tem algo a ensinar e algo a aprender (COELHO NETO, 1989; HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). Foi nessa mesma lógica que a disciplina foi construída. O foco não esteve naquela que na concepção bancária possui o poder de voz, a professora, mas sim nas

relações tecidas entre todas as pessoas da turma, até porque a docente também está aprendendo, não só porque a experiência tratou-se de estágio docente, mas, também, porque a aprendizagem não pode nunca cessar.

Sendo assim, as dificuldades para exercer o estágio docente como professora estiveram pautadas principalmente sobre a realidade da pandemia de Covid-19 no país que alterou profundamente a configuração das universidades, obrigando-as a oferecer o Ensino Remoto Emergencial, o qual a partir de 2020 foi disponibilizado pelas instituições públicas de ensino superior do Brasil aos seus corpos discentes. Dessa forma, as aulas foram desenvolvidas no ambiente virtual, distante do *campus* universitário.

Como um dos objetivos da disciplina é que as(os) participantes possam, em grupo, construir projetos de educação patrimonial aplicados aos arquivos, busquei ouvir suas experiências pessoais e profissionais, de forma a tornar o ambiente remoto mais acolhedor e de que, ao ouvir os relatos, as pessoas pudessem ajudar umas às outras nas atividades da disciplina e também em assuntos que fogem das questões da Universidade.

Durante a pandemia de Covid-19, a UFMG seguiu várias diretrizes em torno do Ensino Remoto Emergencial, como a ajuda financeira para pagamento de pacotes de internet e o empréstimo de computadores (ESPÍNDOLA, 2020). Além disso, a instituição também optou pelo sistema de aulas síncronas e assíncronas, ou seja, as aulas não precisaram ser completamente “ao vivo” pelo *Microsoft Teams*, plataforma de videochamada a qual a Universidade firmou parceria. Outra questão é a frequência às aulas, visto que, por conta do sistema remoto e das condições financeiras e tecnológicas serem diversas, as listas de presença passaram a não ser computadas. O tempo das aulas síncronas também não foi o mesmo do cenário presencial, ou seja, 4 horas-aula, já que esse é um período extenso para estar na frente do computador, por exemplo.²¹⁶

A partir desse contexto institucional, as aulas da disciplina “Ação Cultural e Educação Patrimonial” seguiram as recomendações da Universidade. Dessa forma, o cronograma da disciplina contou com encontros síncronos e assíncronos, cuja duração não foi maior que duas horas/aula. Além disso, as aulas síncronas foram gravadas com consentimento da turma, para que as pessoas que não estivessem presentes pudessem ter acesso ao conteúdo mais tarde. A plataforma *on-line* de turmas da UFMG, conhecida como Minha UFMG, também foi utilizada para postagem de materiais da disciplina, como, por exemplo, textos da bibliografia, vídeos, *links* dos vídeos das aulas

²¹⁶ A partir da adoção de uma série de critérios sanitários, docentes e discentes da UFMG puderam retornar às aulas presenciais no mês de março de 2022.

assíncronas, apresentações de *slides*, conteúdos extras, cronograma e programa, dentre outros.

O programa da disciplina foi organizado com base nas estruturas programáticas utilizadas anteriormente. Assim, as referências obrigatórias foram mantidas e novos textos foram utilizados como referências optativas. O conteúdo foi organizado em três unidades:

- Unidade 1: Discussão das perspectivas teóricas que norteiam ação cultural e educação patrimonial em arquivos;
- Unidade 2: Análise de experiências culturais com a produção de materiais educativos em arquivos; e,
- Unidade 3: Desenvolvimento de projetos na área de educação patrimonial.

Dessa forma, em um primeiro momento, a turma discutiu os conceitos fundamentais de ação cultural e educação patrimonial a partir de trabalhos de Paulo Feire, José Teixeira Coelho Neto, além de manuais e cadernos técnicos do Museu Imperial, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). Em seguida, exemplos práticos de atividades educativas de instituições arquivísticas, como do Arquivo Nacional e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) foram apresentados e discutidos. Ao final da disciplina, a turma foi instigada a discutir sobre a elaboração de projetos de educação patrimonial e a produzir propostas aplicadas aos arquivos.

Para tecer essas discussões, a disciplina contou com algumas atividades, as quais foram elaboradas de maneira individual, em dupla e em grupos de no máximo 5 pessoas. Na primeira atividade, as(os) discentes foram convidadas(os) a escreverem sobre suas experiências pessoais e profissionais com a educação patrimonial. O objetivo foi diminuir a distância da tela do computador/*smartphone* e conhecer mais a turma, a partir de suas palavras e vivências. Na sequência, na atividade 2, a partir da discussão de arquivos simulados e do uso de documentos nas aulas de História, as duplas foram convidadas a sintetizarem as abordagens de Ivo Mattozzi (2009) e Adriana Koyama (2013).

Na atividade 3, como forma de encerrar a Unidade 1, a turma foi organizada em grupos para o Seminário “Perspectiva Social dos Arquivos”. Nessa atividade, cada grupo recebeu um texto base da disciplina sobre um viés social dos arquivos e teve a oportunidade de buscar outros conteúdos para apresentar suas ideias. As discussões foram sobre a relação entre o documento de arquivo e a sociedade; o que é ser arquivista; notas críticas sobre aulas com

o patrimônio cultural; o futuro da educação em relação à pandemia de Covid-19; os arquivos e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas; e a disponibilização de acervos digitais como forma de preservação da história e memória afro-brasileira. Dessa forma, a turma teve a oportunidade de vislumbrar os arquivos, enquanto conjuntos documentais, e a profissão para além do contexto da gestão de documentos, sobretudo quando pensada em relação ao cenário do Estado.

Já na Unidade 2, para iniciar a discussão de exemplos práticos de atividades educativas, aconteceu uma palestra da servidora do APCBH, Michelle Márcia Cobra Torre, responsável, entre outras atribuições, pela realização de atividades educativas na instituição arquivística da capital mineira. A turma conheceu a trajetória do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte que, desde a década de 1990, vem desenvolvendo atividades para o público, especialmente para turmas dos ensinos fundamental e médio. Durante a aula, a palestrante apresentou as diferentes fases da educação patrimonial na instituição, a qual deixou de usar o patrimônio documental como o elemento chave nas atividades educativas e, mais recentemente, vem trabalhando com a ideia de como as pessoas, a partir de suas realidades sociais, podem se apropriar dos documentos de arquivo para provocar mudanças em seus microcenários.

Dito isso, na atividade 4, a turma foi convidada a escrever um relato sobre a experiência institucional do APCBH, no qual foi possível perceber que a palestra foi muito bem recebida pelas(os) discentes, visto que uma parte significativa da turma não conhecia os trabalhos desenvolvidos pela instituição. Na sequência, a atividade 5 fez com que docente e discentes iniciasse uma série de diálogos no Minha UFMG em um fórum de discussão que reuniu textos sobre experiências educativas de várias instituições arquivísticas, assim como um episódio de *Podcast*, produzido especialmente para a disciplina, em que dois ex-discentes do curso de Arquivologia da UFMG, contaram suas experiências de pesquisa e trabalho na área de educação patrimonial. É interessante pontuar que o fórum teve sua estrutura redesenhada pelas(os) discentes, já que a turma trouxe novas discussões – como atividades culturais que estavam acontecendo à época – diferentes daquelas que imaginei que iriam ocorrer naquele espaço.

Para finalizar a disciplina, em grupo, a turma elaborou projetos de educação patrimonial aplicados aos arquivos. Devido ao período pandêmico, os grupos utilizaram de recursos *on-line* de instituições arquivísticas sediadas em Minas Gerais, sobretudo na capital do estado, fazendo uso dos lugares públicos das cidades, levando, dessa forma, os documentos de arquivo para fora dos muros das instituições arquivísticas. Além disso, vários perfis foram abarcados, como crianças, adultos e idosos. A partir dos trabalhos, foi possível visualizar,

novamente, as vivências pessoais das(os) discentes, já que as escolhas dos temas estavam diretamente vinculadas às suas experiências de vida.

É importante enfatizar que durante a disciplina, por meio de trabalhos do Museu Imperial, IPHAN e IEPHA-MG, além da nova perspectiva do APCBH, a turma pôde perceber e discutir as diferentes concepções da educação patrimonial nas instituições de patrimônio documental do Brasil. As aulas começaram com a apresentação da educação patrimonial enquanto metodologia, a seguir, a discussão seguiu para a educação para o patrimônio cultural empregada pelo IEPHA-MG. Para finalizar, a servidora do APCBH apresentou a educação pelo patrimônio, em uma perspectiva que usa o patrimônio documental não como uma “estátua”, mas como algo que pode ser útil para mudar realidades sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a disciplina, busquei que toda a turma participasse das discussões e de que os conteúdos do programa curricular fizessem sentido para as(os) discentes para além do ensino e prática arquivísticos, mas, também, enquanto cidadãos e cidadãs que conhecem, dão sentido, se apropriam e preservam o patrimônio documental. Essa visão é fundamental para estar à frente - com os olhos brilhando - de uma atividade educativa em uma instituição arquivística, por exemplo. A partir dessa concepção, certamente, a “semente” do aprendizado coletivo por meio dos documentos de arquivo, do ouvir e do falar, terá continuidade e possibilitará mudanças sociais na realidade das pessoas.

Apesar de ter configurado a disciplina a partir de uma perspectiva libertadora, tive dificuldade ao longo das aulas. Foi difícil compreender que a disciplina não se tratava apenas da elaboração de seu trabalho final, mas sim de todo um caminhar da turma com discussões que vão além do curso de Arquivologia, mas que adentram também a presença da humanidade neste planeta e as formas de registro documental dessa presença. Uma experiência ímpar e imperfeita. Depois de tantos anos sendo participante de processos de ensino estruturados na concepção bancária da educação, a mudança para uma educação libertadora depende sobretudo de todos os dias vencer a mente e as atitudes do passado e fazer diferente.

Discutir sobre Educação nos cursos de Arquivologia é fundamental na formação de arquivistas que valorizam suas atividades profissionais, já que delas também depende a preservação e o conhecimento do patrimônio documental. Este trabalho mostrou o quanto importante é essa temática, sobretudo quando todas as pessoas se sentem livres para participar dos

processos de ensino-aprendizagem seja em sala de aula de turmas universitárias, seja em instituições arquivísticas.

REFERÊNCIAS

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Ciênc. let.**, Porto Alegre, n. 27, p. 143-150, jan./jun. 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

COELHO NETO, José Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Camila M. O profissional de arquivo como educador: repensando a formação e o papel do arquivista no processo educativo. In: PARRELA, I.D; KOYAMA, A. C.(org.). **Arquivos, Arte & Educação**: nas fronteiras do conhecimento. Belo Horizonte: PPGCI/UFMG, 2018. p. 54-63. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/141UbZI24uLsl77_riEpE-mv0AR40BVGR/view. Acesso em: 23 maio 2022.

ESPÍNDOLA, Matheus. Divulgado resultado das chamadas de política de inclusão digital. Publicado em: 23 jul. 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/divulgado-resultado-das-chamadas-da-politica-de-inclusao-digital>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a Liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online**: práticas de memória, de ensino de história e de educação das sensibilidades. 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/difusao/curso_usp/AULA_5_Koyama_Tese_121_202.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

MATTOZZI, Ivo. Arquivos Simulados e didática da pesquisa histórica: para um sistema educacional integrado entre Arquivos e Escolas. **História Revista**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 321-336, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/8201>. Acesso em: 23 maio 2022.

NASCIMENTO, Mariana Batista do; CAMPOS, José Francisco Guelfi. (Re)pensar o currículo: a experiência de revisão curricular do curso de Arquivologia da UFMG. In: BARROS, Thiago Henrique Bragato; SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes dos; CÂNDIDO, Gilberto Gomes. (Org.). **A pesquisa e o ensino da Arquivologia**: perspectivas na era digital. 1ed.Belém: Ed. da UFPA, 2019, v. 1, p. 279-288. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202102/001106584.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Programa da disciplina ARQ00040** – Educação e Docência em Arquivologia. Set. 2020. Disponível em:
<https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=13171632>. Acesso em: 02 fev. 2022.

GAMIFICAÇÃO: UMA PROPOSTA DE DIFUSÃO DOS ARQUIVOS NACIONAIS DA CPLP

Marcelo Nogueira de Siqueira (Universidade do
Estado do Rio de Janeiro/Arquivo Nacional),
Marcelo Kosawa (Universidade Federal do Amazonas)

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo, oriundo das experiências de pesquisa de seus autores, no programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, tanto no mestrado, quanto no doutorado, identifica a gamificação como uma possível estratégia de difusão dos acervos documentais dos arquivos nacionais dos países lusófonos, no intuito de divulgar tais documentos, promover a identificação e o compartilhamento das informações neles contidos e atrair uma população jovem para estas instituições, no sentido de ampliar as perspectivas de usos, promover a diversificação de seus usuários e fomentar uma maior integração entre o patrimônio arquivístico comum desses arquivos nacionais.

Para Rousseau e Couture (1998, p. 133), o patrimônio arquivístico comum “constitui uma realidade cada vez mais presente” e essa situação “deve-se ao fenómeno da diluição de fronteiras que leva à internacionalização, e até a mundialização das actividades humanas”.

Criada em 1996, no contexto neoliberal e globalizado do final do século passado, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma organização internacional multilateral que tem por objetivo promover maior interação entre os países de língua oficial portuguesa (Angola, Brasil, Cabo

Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste), através do diálogo, da integração e da cooperação multinível entre seus Estados membros. Os nove países que compõem a CPLP estão localizados em quatro continentes diferentes, possuem cerca de 280 milhões de habitantes e trazem consigo características singulares e díspares entre si (RETO *et al*, 2016).

Uma das principais ações da CPLP é o fortalecimento da língua portuguesa e sua promoção enquanto elo multicultural de seus povos. Este entendimento provocou uma série de atividades de valorização cultural, histórica e identitária, dentre elas o interesse no fortalecimento dos arquivos nacionais lusófonos com base em projetos de desenvolvimento e integração dessas instituições.

Desses nove países, apenas sete possuem arquivos nacionais²¹⁷, que refletem o estado político, social e econômico de suas nações. Detentores de ricos acervos documentais, incluindo documentos iconográficos, audiovisuais e sonoros, esta documentação retrata e contextualiza importantes aspectos de suas histórias, como o período colonial e os processos de independências e construção das novas nações. Grande parte deste acervo compõe um patrimônio arquivístico comum e de interesse coletivo, tanto de forma bilateral como multilateral. Entretanto, devido à falta de pessoal qualificado, infraestrutura e políticas arquivísticas apropriadas, além da ausência de instrumentos e práticas de integração, o tratamento arquivístico não é desenvolvido de forma adequada, salvo exceções como Brasil, Portugal e Cabo Verde ou em situações pontuais.

A CPLP possui interesse no fortalecimento dos arquivos nacionais lusófonos com base em projetos de integração expressos em seus documentos, diretrizes e em políticas de fortalecimento da língua portuguesa como elo identitário e de comunhão entre suas nações. A partir dessa premissa, algumas iniciativas deverão ser postas em práticas nos próximos anos, como o fortalecimento do Fórum de Arquivos de Língua Portuguesa e a criação de um Arquivo Comum que contemplasse em uma base de dados, a identificação e a descrição do patrimônio arquivístico comum da lusofonia (SIQUEIRA, 2022).

Dentro desta perspectiva, a gamificação poderá surgir como um dos instrumentos ou estratégias de aproximação dessas instituições com a comunidade, sobretudo o público mais jovem, apresentando a documentação

²¹⁷ A Guiné-Bissau possui um instituto de pesquisa como órgão custodiador do acervo arquivístico histórico e bibliográfico do país e está em processo de construção de sua política arquivística, que contempla a criação de seu arquivo nacional para a década corrente. A Guiné Equatorial tem em sua Biblioteca Nacional o órgão responsável pelo acervo arquivístico do país.

de seus países de forma lúdica e interativa, promovendo a construção de práticas de literacia dentro e entre os arquivos nacionais, bem como de aproximação de um novo público que poderá colaborar no processo de identificação, descrição e indexação dos documentos apresentados.

Entre as inúmeras possibilidades para obtenção dos resultados esperados, a gamificação surge como uma proposta que possa contemplar novas demandas e costumes de acesso e consumo de informação, já adotada, inclusive por algumas instituições de memórias e empresas governamentais e privadas.

Após levantamento de dados e da formulação de diagnóstico da situação atual junto à essas instituições, percebe-se que o acervo dos arquivos nacionais lusófonos ainda carece de maior divulgação, de pessoal qualificado para seu tratamento e de orçamentos que propiciem melhores condições de preservação, uso, acesso e difusão. Segundo os dados levantados por Siqueira (2022), seis dos nove arquivos nacionais, ou das instituições responsáveis pelo acervo arquivístico da nação, possuem um sítio eletrônico e apenas os arquivos nacionais do Brasil, Portugal e Cabo Verde, dentro do universo da CPLP, possuem bases de dados próprias e disponíveis na internet. Além disso, apenas o Arquivo Nacional do Brasil possui uma política efetiva de difusão de seu acervo e serviços nas redes sociais, possuindo perfis institucionais em cinco das principais redes disponíveis atualmente (Facebook, Instagram, Youtube, Pinterest e Twitter). O Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Portugal, possui contas em apenas duas redes sociais (Facebook e Youtube), enquanto as instituições arquivísticas de Cabo Verde, Guiné Equatorial, Moçambique e Timor-Leste só tenham conta no Facebook, enquanto Angola e Guiné-Bissau não possuíam, até 2021, nenhuma conta em redes sociais.

A gamificação, somada a outros projetos e estratégias, poderá representar um incremento no reconhecimento dessas instituições, de seus serviços e acervos.

2 A GAMIFICAÇÃO

Ao observarmos o fato de que grande parte da população dos países lusófonos possui idade inferior a 25 anos (MONGIARDIM, 2009, p. 38), percebemos a necessidade do desenvolvimento de ferramentas de atração de novos usuários e de promoção de outras formas de divulgação dos acervos e serviços dos arquivos nacionais.

De acordo com Lévy (2010), vivemos em uma sociedade conectada, interativa e compartilhada, imersa no fenômeno da cibercultura, em que coexistem a interconexão generalizada entre as pessoas, mas que, ao mesmo

tempo, comporta diversidades individuais. As tecnologias da informação, cada vez mais dinâmicas e inovadoras, estabeleceram uma mudança paradigmática na produção, acúmulo e no consumo do conhecimento, tornando-o um bem público e fazendo com que sua transferência e compartilhamento sejam processados por variados meios, mecanismos e agentes (GONZALES, 2005).

A utilização da tecnologia, sobretudo a digital, vem permeando o cotidiano de toda sociedade contemporânea e as instituições arquivísticas precisam estar inseridas neste novo contexto não apenas no que tange ao tratamento, preservação e acesso aos seus acervos, mas também objetivando sua difusão para além dos espaços convencionais e abordagens comuns.

Na primeira década deste milênio, a quantidade de indivíduos conectados à internet aumentou de 350 milhões para mais de dois bilhões de utilizadores, e o número de aparelhos de telefonia móvel passou de 750 milhões para mais de cinco bilhões (SCHMIDT; COHEN, 2013, p. 13). Foi neste período que a indústria de jogos eletrônicos ultrapassou a indústria cinematográfica em receita e passou a ser um dos principais meios de entretenimento da contemporaneidade. Segundo Kosawa (2020, p. 26): Essa realidade chamou a atenção de empreendedores, empresas, governos e instituições que desejavam conhecer e atribuir elementos lúdicos em processos de serviços, gestão e organização do conhecimento, a fim de promover uma maior interação e engajamento de seus clientes, funcionários e/ou utilizadores.

Em 2003, uma empresa estadunidense propõe, pela primeira vez, uma “gamification” de produtos de consumo através de interfaces interativas de aparência similar à de um jogo em sítios eletrônicos. Seu objetivo era tornar as transações eletrônicas mais rápidas e confortáveis para o cliente (KOSAWA, 2020, p. 91), facilitando o processo e promovendo uma espécie de literacia digital para um público ainda pouco ambientado com o universo de compras on-line.

A ideia da gamificação consiste em colocar o usuário como agente ativo de um determinado processo, utilizando as premissas existentes na dinâmica e design dos jogos, em que ele interaja com elementos informacionais narrativos inseridos em um contexto lúdico e simulado, que promova a sensação de diversão e recompensa, estimulando a participação, a motivação e o engajamento (KOSAWA, 2020, p. 96).

Há de se entender que a gamificação não se constitui na aplicação de uma nova tecnologia em antigos modelos de engajamento, mas em uma criação de modelos de envolvimento completamente novos e diferentes e que motivem seus usuários para uma nova forma de utilização e engajamento através de metas a serem atingidas (BURKE, 2015, p. 14).

No caso das instituições arquivísticas, as possibilidades de gamificação são inúmeras, pois, em seus acervos, há uma imensa quantidade de documentos de gêneros e temas variados, como registros históricos da nação, fotografias e audiovisuais de aspectos sociais do país, mapas e plantas de cidades e da geografia local, músicas, partituras, documentos sonoros contendo depoimentos e entrevistas etc. Esse amplo conjunto documental, além de registrar momentos significativos da história do país e das coletividades em que ele está inserido, também reflete aspectos administrativos, jurídicos, culturais, memorialísticos e linguísticos, o que reafirma as inúmeras possibilidades de uso para um público cada vez maior e diverso.

Algumas instituições arquivísticas no mundo já utilizam a gamificação como forma de atração do público em redes sociais, convidando seus seguidores a participarem de jogos, a partir da divulgação de documentos de seu acervo, fazendo com que essas pessoas interajam com a instituição de forma lúdica, despertando interesse e engajamento.

Outra forma de gamificação é a exploração temática de conteúdos informacionais de conjuntos documentais para um público jovem ou leigo, em que algumas ações são solicitadas para o participante, a fim de que ele descubra mais informações ou que desvende algum mistério.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do usuário em ações colaborativas de identificação, descrição e transcrição de documentos, também pode ser planejada como oriunda de projetos de gamificação, fazendo com que seu engajamento esteja inserido em uma política ampla e conjunta de processamento técnico e de difusão do acervo.

Um exemplo a ser seguido são as plataformas de transcrição coletiva de documentos manuscritos de difícil leitura, em que alguns deles são disponibilizados nos sítios eletrônicos de suas respectivas instituições para que usuários cadastrados façam a transcrição de forma coletiva e colaborativa, ganhando bônus e sendo recompensados por metas alcançadas. Da mesma forma que existem jogos em que o usuário busca identificar personagens em fotografias ou filmes ou que procura estabelecer vínculos de documentos isolados aos seus respectivos conjuntos documentais.

Para o usuário, esta metodologia de difusão o insere dentro da instituição e de seus acervos, fazendo com que ele conheça e se interesse por eles. Já para a instituição, a gamificação pode significar, além do aumento de seu número de usuários, um instrumento de literacia, ou seja, de capacitar seu usuário na identificação e pesquisa nos arquivos, fazendo com que ele conheça

não só seus conjuntos documentais, mas também como funciona as práticas e dinâmicas arquivísticas.

Ainda pouco explorada no universo dos arquivos, a gamificação pode representar um importante diferencial e uma ferramenta de atração de novos públicos, além de mostrar à sociedade outras possibilidades de uso de seus serviços e acervos.

Para tanto, dentro do universo da CPLP, em que muitos de seus países carecem de pessoal qualificado e orçamento para essas ações, os jogos devem ser desenvolvidos por uma equipe interdisciplinar, de preferência com o apoio de universidades e instituições de fomento à cultura e podem ser planejados a partir das experiências existentes em instituições, como a dos arquivos nacionais do Brasil e do Reino Unido e do *National Film and Sound Archive of Australia*, para serem utilizados em aplicativos, nos portais e nas redes sociais das instituições. O custo da implementação da gamificação varia conforme a complexidade do jogo e do canal onde ele será disponibilizado, mas, em casos mais simples, o custo é muito baixo.

Dentre as inúmeras opções de aproximação com a sociedade, sugerimos que o planejamento destas ações contemple a implementação de projetos lúdicos que envolvam o entretenimento e o lazer, baseados em ações culturais on-line, tendo por base o sítio eletrônico da instituição, suas redes sociais ou uma plataforma própria, preparada especificamente para essas atividades e divulgada para o público em geral, embora mais especificamente para os jovens.

A gamificação servirá também como estímulo para as instituições disponibilizarem seus acervos e interagirem entre elas, despertando interesse dentro da coletividade e servindo também como autopromoção de seus acervos e serviços, fortalecendo sua imagem não só como instituição de Estado, mas também representatividade de suas sociedades.

A lusofonia, fenômeno desenvolvido ao longo dos últimos cinco séculos a partir da ocupação e colonização portuguesa de vastos espaços territoriais na América, na África e na Ásia, foi sendo incorporada e transfigurada pelos povos e etnias outrora conquistados, transformando-a em um domínio multicultural e multifacetado. A globalização diluiu fronteiras e esmaeceu singularidades identitárias (SOUSA, 2017), sem, contudo, acabar com as particularidades de cada nação.

O patrimônio arquivístico comum das nações que compõem a CPLP, custodiadas por inúmeras instituições de seus respectivos países, mas que em muitos casos encontra-se parcialmente sem identificação, organização ou condições de acesso, reflete a história compartilhada que essas nações tiveram

ao longo de séculos. Todavia, o desconhecimento desse patrimônio comum provoca uma lacuna refletida no distanciamento entre nossos países, propiciando visões deturpadas e repletas de estereótipos que mais afastam do que aproximam nossas sociedades.

A gamificação pode representar um “novo descobrimento” dessa história compartilhada, não no sentido colonialista de dominação, assimilação ou imposição de sentidos e valores, mas na possibilidade de que na descoberta do outro, encontremos parte de nós e da nossa trajetória, refletida nos acervos documentais que compõem o patrimônio arquivístico e de interesse comum da lusofonia.

REFERÊNCIAS

BURKE, Brian. **Gamificar**: como a gamificação motiva as pessoas a fazerem coisas extraordinárias. São Paulo: DVS Editora, 2015.

GONZÁLES, Jose Antonio Moreira. **Conceptos introductorios al estudio de la información documental**. Salvador: EDUFBA, 2005.

KOSAWA, Marcelo. **Gamificação em arquivos**: usos e possibilidades na difusão da informação. Rio de Janeiro: Multifoco.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

MONGIARDIM, Maria Regina. **A CPLP: que futuro?** Lisboa: Lisbon Press, 2019.

RETO, Luís Antero; MACHADO, Fernando Luís; ESPERANÇA, José Paulo. **Novo atlas da língua portuguesa**. Lisboa: ISCTE/IUL, Instituto Camões, 2016.

ROUSSEAU, Jean Ives; Couture, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. **Os arquivos nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – das origens à ideia do Arquivo Comum: elementos e perspectivas de um estudo orgânico funcional**. 2022. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Coimbra, Portugal. 2022. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/100392>. Acesso em 17 de junho de 2022.

SCHMIDT, Eric; COHEN, Jared. **A nova era digital**: como será o futuro das pessoas, das nações e dos negócios. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

SOUSA, Vitor. **Da ‘portugalidade’ à lusofonia**. V. M. Famalicão: Edições Húmus, 2017.

O JOGO DE BINGO ENQUANTO RECURSO AVALIATIVO APLICADO À MICROFILMAGEM

Sérgio Renato Lampert (Universidade Federal de Santa Maria)

1 INTRODUÇÃO

A partir da premissa de que a função precípua dos Arquivos é dar acesso aos documentos e, por conta disso, também preservar o acervo sob sua custódia, os processos destinados à reprodução de documentos, como digitalização e microfilmagem destacam-se. No contexto da utilização destas tecnologias, compreende-se que o arquivista deva possuir entre as suas competências, o conhecimento básico para implementação destes processos reprográficos em suas práticas profissionais.

Nesta perspectiva, as graduações de Arquivologia apresentam em seus currículos disciplinas que abordam técnicas voltadas para reprodução documental, especialmente se forem consideradas diferentes possibilidades de uso. Aplicáveis em diferentes funções arquivísticas (preservação e difusão), a reprodução de documentos permite, também, auxiliar em processos destinados ao controle administrativo, por exemplo, bem como dar visibilidade aos conjuntos documentais custodiados. Além das possibilidades que podem ser trabalhadas com um enfoque teórico-prático em disciplinas formativas dos futuros arquivistas, destaca-se como elemento completar ao ensino das técnicas reprográficas, a legislação correlata.

Acerca da legislação correlata, cabe salientar que esta, no contexto deste estudo, apresenta papel de destaque, ao considerar que o reconhecimento legal de uma determinada técnica reprográfica pode representar a decadência de

outra. Sob esta ótica, tem-se como exemplo a recente promulgação de legislação que equipara o representante digital ao documento original, conferindo à digitalização o mesmo respaldo legal. Portanto, pode-se presumir que a legislação que embasa juridicamente o processo de digitalização é um elemento que irá ampliar a diminuição da utilização da microfilmagem.

Frente ao exposto, compreende-se que o ensino dos processos reprográficos agrega competências aos egressos de Arquivologia. Porém, a aprendizagem destes processos traz consigo desafios, principalmente em relação ao componente teórico-prático, especialmente se partirmos do pressuposto de que a microfilmagem, uma tecnologia já em descontinuidade, deixa de possuir o principal aspecto que justificava a sua aplicação – o embasamento legal.

Neste sentido, entende-se que o ensino da microfilmagem, diante da eventual impossibilidade da realização de atividades práticas em razão de inexistência de equipamentos ou da sua descontinuidade, configura-se como um desafio. Esta perspectiva torna-se preponderante quando analisada sob à ótica da aplicabilidade de atividades avaliativas que versem sobre um tema essencialmente técnico. Frente à problemática e sem a possibilidade de aplicação prática, mas diante da necessidade de avaliar o conteúdo ministrado, o docente que ministra uma disciplina que tenha a microfilmagem em seu componente curricular pode desenvolver e utilizar diferentes estratégias para este fim.

É neste contexto que o presente estudo está inserido, ao apresentar um relato de experiência com a utilização do jogo de bingo enquanto recurso didático avaliativo para a disciplina de Reprografia²¹⁸ do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A aplicação do jogo também foi utilizada na qualidade de estratégia facilitadora do processo de ensino-aprendizagem de conteúdos relacionados à microfilmagem, tais como: diferentes usos e aplicações, tipos de microfilmagem, equipamentos e microformas, bem como os métodos utilizados e a legislação correlata.

2 MICROFILMAGEM

Inicialmente denominada como microfotografia, a microfilmagem, enquanto técnica fotográfica produzida a partir do daguerreótipo, foi desenvolvida pelo ótico e microscopista inglês John Benjamin Dancer em 1839. A partir de seus experimentos, Dancer conseguiu reduzir documentos em imagens de meio centímetro de comprimento.

²¹⁸ A disciplina de caráter obrigatório, vinculada ao currículo versão 2004, foi ofertada no 1º semestre letivo de 2019.

Apesar de Dancer ter sido a primeira pessoa a ter realizado o processo de microfilmagem, foi o fotógrafo francês René Prudent Patrice Dragon que patenteou a microfotografia em 1860. Dragon, a partir do equipamento patenteado, conseguiu reproduzir documentos que podiam ser lidos com o auxílio de um microscópio que ampliava 100x.

Historicamente, o primeiro uso em grande escala da microfilmagem ocorreu no período da guerra franco-prussiana (1870-1871), quando Dragon foi contratado pelo Serviço Postal Francês para o envio de documentos microfilmados enviados por pombos-correios (ASSIS, 2018; SILVA, SANTOS JÚNIOR, 2019). Décadas mais tarde, já no século XX, a Biblioteca do Congresso Americano em 1913 passa a utilizar o processo de microfilmagem para realizar trabalhos de pesquisa e para preservação do acervo. No entanto, foi a partir da utilização da microfilmagem pelo sistema bancário americano no início da década de 1920, que a microfilmagem passou a ser comercializada em maior escala (ASSIS, 2018). Outro marco relacionado ao uso em grande escala da microfilmagem, deu-se no período da segunda guerra mundial (1939-1945), quando foram enviadas mais de 200 milhões de cartas microfilmadas para os soldados americanos em combate, a partir do serviço denominado “V-mail”.

Com o aumento da produção documental no pós-guerra e conforme os avanços tecnológicos aliados à microfilmagem, o seu uso foi cada vez mais ampliado. A partir da expansão de seu uso, foram apresentados conceitos que buscam definir o que é microfilmagem. Neste sentido, para Andrade (2004), microfilmagem é uma cópia idêntica do documento original, reformatada para um novo suporte, cuja base é constituída de plástico transparente e flexível. Lopes e Monte (2004, p. 42), por sua vez, compreendem que a microfilmagem é “a técnica de produção de imagens fotográficas de documentos em tamanho altamente reduzido”. Waters (2001, p. 14) complementa que “o microfilme reproduz fielmente o material impresso original, incluindo manchas, descolorações, tinta esmaecida, notas dos usuários e as bordas viradas nos cantos das páginas”.

A partir dos conceitos apresentados, entende-se que a microfilmagem é um sistema de reprodução de documentos que utiliza a miniaturização da imagem como agente principal com o uso do processo fotográfico. Apoiado nesta ideia, destaca-se que a microfilmagem, contempla, ainda, um arcabouço de técnicas, métodos e equipamentos específicos para a reprodução de documentos, independentemente do tipo de microfilmagem a ser realizada.

Assim sendo, tem-se que a microfilmagem, na visão de Andrade (1999), apresenta alguns tipos de uso de acordo com a função que a determinou. A autora (ANDRADE, 1999) aponta que os tipos de microfilmagem são os de:

complemento (visa à complementação do acervo); segurança (visa à obtenção de cópias de segurança); referência (aquela cujos originais são instrumentos de pesquisa, a fim de facilitar a consulta de documentos); preservação (visa à conservação das informações contidas em documentos de valor permanente que se encontrem danificados ou sejam de constante manuseio); e, substituição (é aquela cujos originais são documentos de valor temporário, passíveis de eliminação após a reprodução, com vistas ao aproveitamento de espaço e equipamento). Compreende-se que destes, os tipos de substituição e preservação são mais utilizados no contexto do fazer arquivístico.

Sobre o processo de microfilmagem, tem-se que este objetiva a criação do microfilme, compreendido como o “processo de reprodução em filme, de documentos, dados e imagens, por meios fotográficos ou eletrônicos, em diferentes graus de redução” (BRASIL, 1996). A depender do tipo de equipamento utilizado ou da função desempenhada pela microfilmagem, são geradas diferentes microformas, conceitualmente compreendida como sendo “os vários formatos que pode assumir o microfilme na sua apresentação final como instrumento de arquivo ou de recuperação da informação” (SOUZA NETO, 1979, p. 41). Para Assis (2018) e Souza Neto (1979) as microformas existentes são as seguintes: rolo de microfilme, cartuchos, magazines, cassetes, jaqueta, jaqueta-tabulável, cartão janela, microficha e ultraficha.

Sobre os equipamentos utilizados na microfilmagem, estes classificam-se em unidades de entrada, processamento, saída, duplicadores, rebobinadores, montadores e de inspeção. As unidades de entrada referem-se aos equipamentos capazes de registrar as informações no microfilme (SOUZA NETO, 1979). Estas dividem-se em microfilmadoras planetárias e rotativas, bem como em sistemas²¹⁹ C.O.M e S.I.M. Já a unidade de processamento é denominada processadora e tem como função transformar as imagens latentes em imagens visíveis por meio da revelação dos filmes. Em contrapartida, as unidades de saída permitem localizar, visualizar e imprimir cópias dos documentos microfilmados, sendo constituídas pelas leitoras de microfilme e as leitoras copiadoras²²⁰.

Ainda fazem parte do rol de equipamentos, as duplicadoras, utilizadas para a confecção de cópias das microformas gerando uma outra microforma igual à original; os rebobinadores, que tem a função de rebobinar e inspecionar automaticamente microfilmes; e os montadores de microforma, que permitem

²¹⁹ C.O.M. - Computer Output Microfilm e S.I.M - Computer Input Microfilm.

²²⁰ Conforme Souza Neto (1979) as imagens microfilmadas podem ser reproduzidas em papel, através de processos reprográficos: estabilização, eletrostático, dry silver, xerográfico, químico e eletrolítico.

montar jaquetas e cartões-janela. Por fim, visando aferir a qualidade²²¹ do microfilme, são realizados três processos de inspeção: a ótica, por meio da conferência visual; a técnica, que consiste na análise da resolução e densidade dos filmes; e, a química, com o uso de testes para avaliar a presença de resíduos químicos.

Outro aspecto sobre os microfilmes, diz respeito aos métodos de microfilmagem. Para Souza Neto (1979), estes consistem nas diferentes possibilidades de disposição dos fotogramas nas microformas. A ocupação dos microfilmes leva em consideração as bitolas existentes, assim como os diferentes formatos dos documentos a serem microfilmados. Assis (2018) identifica os seguintes métodos: simplex ou padrão, duplex e duo.

No que tange a legislação sobre a microfilmagem, destacam-se a Lei n. 5.433 de 1968, que regula a microfilmagem de documentos no Brasil; o Decreto n. 1.799, de 1996, que regulamenta a Lei n. 5.433/1996; a Portaria n. 17, de 2001, do Ministério da Justiça que dispõe sobre o registro e a fiscalização do exercício da atividade de microfilmagem de documentos oficiais. No escopo da legislação arquivística, destaca-se a Resolução n. 10, de 1999, do Conselho Nacional de Arquivos, que dispõe sobre a adoção de símbolos ISO nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem de documentos arquivísticos. Apesar de não tratarem especificamente sobre microfilmagem, é pertinente destacar a Lei n. 12.682, de 2012, que trata sobre a regulamentação da digitalização, entre outros aspectos; a Lei n. 13.874, de 2019, que dentre outros temas altera os dispositivos da Lei n. 12.682 sobre a digitalização de documentos e seu reconhecimento legal; e, por fim, o Decreto n. 10.278, de 2020, que regulamenta o inciso X do artigo 3º da Lei 13.874 e o art. 2º-A da Lei n. 12.682, que estabelece aos documentos digitalizados o mesmo efeito legal dos documentos originais.

3 METODOLOGIA

Busca-se apresentar nesta seção os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da atividade avaliativa com o uso do jogo de bingo, bem como as etapas desenvolvidas para este fim. Assim sendo, este estudo com abordagem qualitativa objetiva apresentar um relato de experiência da aplicação do jogo de bingo enquanto recurso para revisão e fixação do conteúdo sobre microfilmagem.

²²¹ Conforme Inojosa e Bilotta (1984), microfilmes com qualidade arquivística apresentam estimativa de durabilidade de 500 anos, sob condições controladas de temperatura e umidade relativa do ar, produção e processamento.

A coleta dos dados, que permitiram compreender se a atividade foi exitosa, foi realizada por meio da observação direta em sala de aula ao longo da sua aplicação, bem como através do emprego de um questionário enviado aos discentes para avaliação do impacto do jogo para o processo de ensino-aprendizagem. O questionário composto por doze questões apresentou afirmativas, as quais tiveram como alternativas de resposta os seguintes elementos: “Concordo totalmente”, “Concordo em parte”, “Nem concordo, nem discordo”, “Discordo em parte” e “Discordo totalmente”. Dos dezessete discentes que participaram, nove responderam o questionário, sendo que de forma geral a estratégia foi bem avaliada pelos acadêmicos, corroborando com a percepção obtida pela observação direta.

A construção do jogo de bingo foi proposta a partir do diagnóstico de que o conteúdo técnico abordado na disciplina de Reprografia do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sem a possibilidade da aplicação prática em razão da descontinuidade de equipamentos de microfilmagem, caracterizava-se como um desafio para a realização do processo avaliativo. Com isso, foi desenvolvida uma proposta de atividade com a supressão do conteúdo sobre microfilmagem, até então, previsto para ser avaliado em uma prova bimestral. Em conjunto com os discentes matriculados na referida disciplina, foi apresentada a dinâmica do jogo, suas regras e materiais de apoio.

A partir do conteúdo ministrado, foi desenvolvido e disponibilizado aos discentes um material com a compilação do conteúdo para consulta durante o jogo, que contou com quarenta questões, sendo sete consideradas difíceis, dezoito médias e quinze fáceis. Para realização do jogo, a turma foi dividida em equipes compostas por até três discentes, sendo que cada uma recebeu uma cartela confeccionada com cinco números, correspondendo a uma pergunta difícil, duas médias e duas fáceis, além de cartões com opções de ajuda, que permitiam pular uma questão e/ou reduzir em 50% o número de alternativas de cada pergunta. Para organização das questões supracitadas, foi organizado um slide com as mesmas e com as opções de ajuda. Os slides possibilitaram a aplicação da atividade e conduziram o andamento do jogo.

No globo giratório do bingo foram inseridas apenas as bolinhas relativas aos números presentes nas cartelas entregues às equipes, com a finalidade de que cada grupo tivesse a oportunidade de responder as perguntas vinculadas nas cartelas. Essa estratégia foi estabelecida em razão da atividade ser avaliativa.

Quando o jogo teve início, após o sorteio de cada bolinha, a pergunta foi disponibilizada a cada equipe com o uso do projetor. As equipes tinham

um tempo pré-determinado para responder as perguntas, sendo que podiam utilizar os cartões de ajuda, anteriormente mencionados. Depois de cada pergunta, foram esclarecidas dúvidas sobre as mesmas, especialmente quando as equipes não acertavam a pergunta. Ao final do jogo, foi realizada uma roda de conversa para análise da atividade avaliativa.

4 O JOGO DE BINGO APLICADO AO MICROFILME: APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO

Compreende-se que a experiência do jogo de bingo iniciou com a construção da proposta de atividade e foi finalizada quando da aplicação do questionário. Para tanto, ao longo do semestre letivo, foram realizadas pesquisas visando identificar novas estratégias pedagógicas que oportunizassem, ao mesmo tempo, avaliar os alunos acerca do conteúdo ministrado, assim como permitissem uma melhor assimilação de temas técnicos.

Assim, diante da complexidade dos tópicos relacionadas à microfilmagem, expostos de forma sucinta na seção 2 deste estudo, buscou-se a implementação de um instrumento educativo como recurso para auxílio do processo de ensino-aprendizagem. Com isso, partiu-se do pressuposto que este tipo de atividade reduziria um eventual cansaço dos acadêmicos diante da excessiva carga de conteúdos sem aplicabilidade prática, em face da descontinuidade dos equipamentos do laboratório de Reprografia da UFSM.

A fim de colaborar com este entendimento, Savi e Ulbricht (2008) salientam que os jogos para atividades educacionais proporcionam práticas educacionais atrativas e inovadoras, onde o aluno passa ter mais chance de aprender de forma mais ativa, dinâmica e motivadora. É neste contexto que o jogo de bingo foi definido como estratégia didática.

Para Medeiros et al (2021), pelo fato do jogo de bingo ser adaptável a muitos conteúdos e áreas do ensino, torna-se muito enriquecedor no contexto educacional, desde que utilizado como um instrumento educativo, bem planejado e, principalmente, com objetivos específicos. Nesta perspectiva, quando da apresentação da proposta jogo de bingo aos acadêmicos, inicialmente houve relutância e incertezas sobre a dinâmica do jogo, bem como de seu êxito, especialmente pelo caráter avaliativo. Apesar desta percepção discente, buscou-se esclarecer que a proposta teve como foco a compreensão e revisão do conteúdo, mesmo que possuísse caráter avaliativo. Corroborando com esta perspectiva, todos os discentes que participaram do jogo tiveram ao menos 70% da nota, independentemente do número de acerto das questões.

Também foi trabalhado que a atividade apresenta um estímulo à competitividade, algo inerente aos jogos.

Kiya (2014 apud MEDEIROS et al, 2021) avalia que os jogos de caráter competitivo, se bem utilizados, contribuem para ensinar os alunos a trabalharem, dentre outros, as suas emoções e percepções. Neste contexto, foi explanado aos discentes que as situações competitivas fazem parte do cotidiano e que eventuais frustrações são inerentes à vida acadêmica e profissional. Por fim, foi explicitado que o caráter competitivo foi direcionado para a cooperação mútua entre os integrantes da equipe, visando “vencer” o conteúdo de microfilmagem, enquanto eventual obstáculo, e não os colegas “oponentes” de atividade.

Em relação aos elementos relacionados à avaliação da estratégia adotada para compreensão do jogo e seu impacto no processo de ensino-aprendizagem, foi disponibilizado aos discentes um questionário constituído por doze questões. De forma geral a estratégia foi bem avaliada pelos acadêmicos, corroborando com a percepção obtida no decorrer do jogo. Acerca das questões, foram obtidas as seguintes contribuições dos acadêmicos.

Na pergunta que buscava analisar se as novas metodologias podem ser proveitosas em sala de aula, 88,9% dos alunos concordaram totalmente com a afirmativa. Este mesmo percentual de 88,9% também foi alcançado na questão que buscou compreender se os alunos estavam acessíveis em experimentar novas metodologias em sala de aula. Já para compreender se os discentes achavam adequado o uso dos jogos para aprendizagem no ensino superior, 66,7% concordaram totalmente. Sobre o jogo de bingo, 44,4% dos alunos concordaram totalmente com a questão que procurou compreender se das diferentes modalidades de jogos existentes, o jogo de bingo foi a melhor opção. Nesta questão, 44,4% concordaram em parte com esta afirmativa.

No que tange entender se a atividade do jogo de bingo pôde ser considerada um bom instrumento para revisar o conteúdo de microfilmagem, 77,8% concordaram totalmente. Sobre a pergunta que buscou compreender se, no caso de a atividade não ser avaliativa, o ato de jogar como um recurso para fixação do conteúdo teria sido melhor, 11,1% concordaram totalmente, 44,4% dos discentes concordaram em parte e, 22,2% discordaram em parte. Na questão relacionada a entender se os alunos teriam o mesmo envolvimento (ler, resumir estudar) na atividade do jogo de bingo se este não fosse avaliado, 22,2% concordaram totalmente, 55,6% concordaram em parte e 22,2% discordaram em parte.

Com a finalidade perceber se o jogo de bingo poderia ser adaptado para ser utilizado em outras disciplinas, 66,7% concordaram totalmente e 22,2%

concordaram em parte com a afirmação. Já a pergunta que buscou compreender se houve dificuldade em jogar, 11,1% concordaram totalmente e 77,8% discordaram totalmente. A seguir, para entender se os alunos, depois de terem jogado bingo, acreditavam se a cobrança do conteúdo de microfilmagem numa avaliação como uma prova teria sido mais adequada, 11,1% concordaram totalmente, 22,2% concordaram em parte e 55,6% discordaram totalmente.

Em relação à questão para assimilar se o uso de jogos deve ser incentivado para revisão e fixação do conteúdo, 77,8% concordaram totalmente e 22,2% concordaram em parte. Estes mesmos percentuais foram atingidos para a pergunta que buscou identificar se a aplicação de um jogo, ao final de cada unidade de ensino, pode ser considerado um bom instrumento para o processo de ensino-aprendizagem.

Diante do exposto, com base nas percepções advindas da observação direta em sala de aula, no decorrer da aplicação do jogo de bingo, aliada às respostas dos discentes participantes obtidas pelo questionário, pode-se inferir que a realização da atividade do jogo de bingo foi exitosa. A despeito deste entendimento, é importante mencionar que houve uma rejeição inicial, a qual acabou sendo superada após o esclarecimento dos propósitos da atividade. Mesmo superada a desconfiança preliminar, ainda compreende-se que novas metodologias, reconhecidamente necessárias para ampliar o envolvimento dos discentes enquanto coautores do processo de ensino-aprendizagem, acabam conferindo aos docentes um receio em experimentar novas práticas didáticas. Por vezes, o medo em falhar e de não conseguir desempenhar o fazer docente com maestria podem inibir novas estratégias voltadas para o ensino e avaliação. Portanto, para atingimento dos objetivos previstos em novas atividades, deve-se considerar o planejamento prévio, voltado para o estabelecimento de regras, formas de execução e avaliação. Desse modo, entende-se que os acadêmicos possam se sentirem motivados e que a avaliação a ser aplicada seja justa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jogo de bingo utilizado na disciplina de Reprografia do Curso de Arquivologia da UFSM representa uma proposta didático-metodológica lúdica que objetivou contribuir com o processo de ensino-aprendizagem em microfilmagem. Ainda promoveu o trabalho em equipe, bem como a resolução de problemas no contexto de uma atividade com elementos de competitividade. Diante da experiência realizada e de seu êxito, conforme manifestação dos discentes, compreende-se que os jogos aplicados, independentemente da modalidade, são recursos didáticos pertinentes ao

ensino de microfilmagem, podendo ser utilizados em outras disciplinas do Curso de Arquivologia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. C. N. Microfilmagem ou digitalização? O problema da escolha certa. In: SILVA, Z. L. **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP; FAPESP, 1999, p. 99-113.

_____. Microfilme: passado, presente e futuro da preservação documental. **Registro**, Indaiatuba, Ano III, n. 3, p. 51-60, jul. 2004.

ASSIS, T. A. T. Microfilmagem: uma revisão de literatura. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17035>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996**. Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1799.htm>. Acesso em: 16 mai. 2022.

INOJOSA, R. M.; BILOTTA, S. Microfilme: solução ou parte do ‘problema? **Cadernos Fundap**, São Paulo, v. 4, n.8, p. 56-59, abril. 1984.

LOPES, L. F. D.; MONTE, A. C. **A qualidade dos suportes no armazenamento de informações**. Florianópolis: VisualBooks, 2004.

MEDEIROS, J.; LUBECK, M.; LINS, G. S.; ANDRETTI, F., L. A utilização do jogo de bingo como instrumento educativo nas aulas de matemática: um relato de experiência. In: NAVARRO, E. R.; SOUSA, M. C. (Org.). **Educação matemática em pesquisa: perspectivas e tendências**. v. 3. São Paulo: Editora Científica Digital, 2021, p. 70-79. Disponível em: <<https://www.editoracientifica.org/books/isbn/978-65-89826-27-9>>. Acesso em 10 jun. 2022.

SAVI, R.; ULBRICHT, V. R. Jogo digitais educacionais: benefícios e desafios. **Renote – Revista Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 1-10, jul. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/14405/8310>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SILVA, B. M.; SANTOS JÚNIOR, R. L. Análise das práticas de preservação e acesso do acervo em microfilme do centro de registro e indicadores acadêmicos da Universidade Federal do Pará. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 30, n. 60, p. 400-417, 2019. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/832>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SOUZA NETO, João Marques de. **O Microfilme**. 2.^a ed. São Paulo: CENADEM, 1979.

WATERS, D. J. **Do microfilme à imagem digital**: como executar um projeto para estudo dos meios, custos e benefícios de conversão para imagens digitais de grandes quantidades de documentos preservados em microfilme. Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. 2. ed. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

AÇÕES DE PROMOÇÃO DE LITERACIA DIGITAL NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Evelin Melo Mintegui (Universidade Federal do Rio Grande),
Alice Tavares da Silva (Universidade Federal do Rio Grande),
Elisângela Gorete Fantinel (Universidade Federal do Rio Grande)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de apresentar resultados advindos do Projeto LARQ InformAÇÃO, do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. O projeto é pautado pela constatação realizada por Fantinel *et al.* (2020), em pesquisa realizada durante o primeiro semestre de ensino remoto, provocado pela pandemia do SARS Cov-19, que demonstrou dificuldades relacionadas ao uso das tecnologias de informação e comunicação (TICS) no contexto acadêmico do Curso. Assim, O LARQ InformAÇÃO busca mapear as principais dificuldades na área digital, bem como indicar caminhos para o desenvolvimento de competências que facilitem a realização das atividades acadêmicas. Ou seja, pretende contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, por meio do desenvolvimento de literacia digital entre os seus estudantes.

Levando em conta os contextos trazidos na já mencionada pesquisa de Fantinel *et al.* (2020), o LARQ InformAÇÃO pautou sua estratégia de desenvolvimento e produção de conteúdo utilizando diferentes ferramentas

para oportunizar a literacia digital, estabelecendo canais de comunicação na ambiência digital com os estudantes.

Antes de apresentar os resultados obtidos até o momento, segue uma contextualização da necessidade do projeto, seguida de algumas definições sobre competência e literacia informacional. Conclui-se com considerações acerca do sucesso das ações, bem como seus potenciais de continuidade no modelo de aprendizagem presencial ou híbrido.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA NECESSIDADE DO PROJETO LARQ INFORMAÇÃO: ASPECTOS RELEVANTES PARA SUA CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Com o cenário de ensino remoto, suscitado pela necessidade sanitária do isolamento social decorrente da pandemia do Covid-19, as dificuldades de aprendizado por parte de uma significativa parcela dos estudantes se acentuaram. A falta de habilidade para o uso de ferramentas digitais, atrelado às dificuldades socioeconômicas que a população vivenciou nesse período trouxe à tona a necessidade da implementação de ações sociais que ajudassem a minimizar tais desigualdades para que a aprendizagem desses estudantes não fosse prejudicada. Segundo Santos (2020), essa nova realidade, a do ensino remoto, impactou no acesso e permanência dos estudantes do ensino superior, fazendo-se necessário uma reformulação nas formas de ensino-aprendizagem, como resposta à tentativa de manutenção da equidade de acesso e do direito à educação a todos.

A Universidade Federal do Rio Grande - FURG, a exemplo de outras instituições públicas de ensino superior, desenvolveu estudos junto à comunidade acadêmica que pudessem mapear os desafios da retomada das aulas na modalidade remota, em caráter emergencial. Dentre o conjunto de questões, a pesquisa perguntou aos estudantes sobre “o acesso e condições de uso de tecnologias digitais”, e foram constatadas “diferenças expressivas entre os cursos da universidade”. Na avaliação da pesquisa, o grupo de trabalho definiu, por exemplo, que o “acesso ideal para ensino remoto é computador – desktop ou notebook – de uso pessoal”. Entretanto, o indicador do questionário apontou que apenas 63,49%, possuem esses equipamentos”. Nessa mesma linha, a pesquisa apontou que 30% dos entrevistados dizem ter dificuldade com o uso de ferramentas digitais (CADAVAL, 2020, s.p.).

Dentre as medidas adotadas pela FURG para minimizar o impacto do formato remoto, conforme Cadaval (2020) citam-se a criação de diretrizes para o funcionamento do ensino remoto (graduação e pós-graduação); maior autonomia para os cursos quanto ao planejamento e oferta de disciplinas;

implementação de plataforma específica para dar suporte a elaboração de materiais e comunicação entre professores e estudantes - o Ambiente Virtual de Aprendizagem - (AVA-FURG), assim como a oferta do curso AVA Formação para docentes e estudantes. Citam-se ainda: a flexibilidade quanto a frequência, número de disciplinas a serem cursadas e a adesão dos estudantes às aulas síncronas; regime emergencial para a realização de atividades e estudos; e editais de auxílio à inclusão digital emergencial (CADAVAL, 2020).

No âmbito específico do Curso de Arquivologia, o corpo docente e técnico identificou dificuldades de acesso e de desenvolvimento de competências informacionais entre seus alunos, o que provocou a investigação do perfil dos discentes. É este o contexto do levantamento realizado por Fantinel *et al.* (2020). Ainda que a pesquisa obtivesse respostas de apenas um quarto dos estudantes matriculados, destaca-se os dados referentes ao uso de equipamentos para acesso ao curso: 97,3% possuía celular, enquanto 73% dos discentes não dispunham de desktop. Já referente ao uso e acesso aos canais de comunicação, 70,3% afirmaram acessar aos canais (sites, e-mail, *WhatsApp* e/ou AVA FURG) com facilidade e frequência, em contrapartida de 16,2% informaram usar eventualmente, e 13,5% disseram utilizar, mas com dificuldades.

Com as observações dos dados da pesquisa a demanda de práticas de capacitação para os discentes do curso quanto à utilização das ferramentas digitais puderam ser materializadas. Dentre as ações desenvolvidas pelo Curso de Arquivologia que precederam o LARQ InformAÇÃO, destacam-se a criação das redes sociais Facebook, Instagram e YouTube que continuam representando canais importantes de comunicação com a comunidade e também de divulgação de conteúdos da área. O fortalecimento desses canais foi alavancado, em grande parte, por outra iniciativa relevante, o projeto *Diálogos: Arquivologia em múltiplas perspectivas*, que promoveu 23 (vinte e três) encontros online, que aconteciam semanalmente, com pesquisadores relacionados à área da Arquivologia. A atividade era transmitida via YouTube e permitia a interação entre palestrantes, mediadores e o público ouvinte, permitindo que o Curso estabelecesse um canal de comunicação com os seus estudantes e a comunidade (MEDEIROS; FANTINEL; ALMEIDA, 2022). Além disso, como forma de manter a conexão foi estruturado um grupo de estudos em que previa encontros quinzenais com os estudantes do Curso, que tivessem interesse em estudar e discutir textos com temas arquivísticos de fundamentos de arquivologia.

Cabe pontuar que as iniciativas mencionadas foram iniciadas em momento anterior ao retorno das atividades acadêmicas. Quando do início das

atividades do ensino remoto emergencial, em setembro de 2020, as questões mais pontuais quanto o acesso à tecnologia e a dificuldade no uso de ferramentas digitais, ficaram mais evidentes e foi preciso pensar em estratégias e ações que dessem conta de auxiliar os estudantes na apropriação e implementação de conhecimentos ligados a TICs para dar conta das demandas desse modelo de ensino. Em tal panorama o Projeto LARQ InformAÇÃO se insere como um canal de captação de demandas, traduzindo em ações efetivas para mediar a literacia informacional, criando novos processos cognitivos, novas formas e maneiras de construir conhecimento.

O desafio das instituições de ensino, e aqui as de nível superior, é compreender os diferentes públicos para promover um espaço de aprendizagem colaborativo e inclusivo, considerando necessidades que decorrem das suas experiências no uso das TICs. Conforme ensinam Roberto, Fidalgo e Buckingham:

a literacia digital deve ser universal, conciliando conteúdos teóricos e práticos que permitam avanços no exercício ativo e crítico da cidadania, uma vez que para combater a exclusão, qualquer que ela seja, é fundamental conhecer, refletir e participar e estas parecem ser necessidades transversais às diferentes gerações digitais”. (2015, *apud* OLIVEIRA; GIACOMAZZO, 2017, p. 155)

Assim, conhecer o perfil dos estudantes do Curso foi condição essencial para idealizar e implementar práticas didático-pedagógicas e desenvolvimento de conteúdos e ações que se propuseram a se aproximar às necessidades dos discentes e promover a literacia informacional, buscando diminuir as tensões exigidas pelo ensino remoto no que se refere ao domínio digital.

Conforme Perucchi e Sousa (2011), as tecnologias de informação auxiliam na eficácia, eficiência e alcance do conhecimento às pessoas, e mostram a função social das instituições de ensino diante desse ambiente rico de informações e inovações, a qual inspira seus estudantes a desenvolver competências de informação. Porém, é essencial atentar-se às condições sociais e, principalmente, econômicas dos seus usuários e do meio em que vivem de forma crítica. Ao se vislumbrar os diversos fatores que influenciam no acesso e uso de informações em ambientes marcados pela desigualdade, é possível com o auxílio das tecnologias traçar estratégias para viabilizar o conhecimento informacional e digital, em prol da democratização do acesso à informação e da educação (SOUZA, 2011).

3 COMPETÊNCIA E LITERACIA INFORMACIONAL NO ENSINO SUPERIOR

As universidades têm como cerne disseminar o conhecimento através do ensino, além de estimular a pesquisa e a extensão. Dentro desses espaços educacionais há a constante preocupação da adoção e aplicação de meios de aprendizagem constituídos por ferramentas que deem embasamento aos discentes sobre habilidades necessárias para fazer uso das informações recebidas, o que possibilita um acesso amplo e facilitado, além de qualificar e permitir o desenvolvimento de suas atividades cotidianas de forma eficaz.

Os crescentes estudos na temática de competência informacional e sua aplicabilidade evidenciam sua interrelação com os espaços de ensino, incluindo-se as universidades. A competência da informação é um movimento de aprendizagem contínuo que compreende diferentes aspectos. Tal aprendizagem pode ser implementada com os estudantes acadêmicos a fim de beneficiar o seu conhecimento. Para isso, leva-se em conta que pessoas competentes da informação, conforme Dudziak (2010, p. 8), são aquelas que “estão familiarizadas com as várias mídias de informação e sabem como o mundo da informação é estruturado”. A inserção de estratégias de competência informacional no ensino superior contribui para um aprendizado com propósito de estimular a autonomia dos estudantes, alinhado à Pedagogia Crítica freiriana, que preconiza um sistema educacional dialógico e crítico (BRISOLA, 2022). Através de um aprendizado proativo, onde os educadores mostram o caminho e disponibilizam os recursos, a competência informacional mostra-se essencial na construção da liberdade e da cidadania, e reitera que a criação e implementação de tais práticas de literacia informacional ultrapassa a dimensão pedagógica, tendo também uma dimensão política (DUDZIAK, 2005).

A literacia informacional é uma das formas de expressão da competência informacional. Ela pode ser entendida como um conjunto de habilidades, entre as quais a fluência tecnológica é um de seus componentes. Para Silva e Cardoso (2020), as habilidades informacionais mais morosas e que têm proporcional relevância em nosso cotidiano são as de leitura e de uso da informação. Para atingir a literacia informacional é necessário que se alcance a literacia digital, que conforme os autores citados constitui o conjunto de habilidades no uso de mídias e recursos, e dessa forma fazer uso das informações obtidas por meio das mídias de maneira relevante (SILVA; CARDOSO, 2020).

A literacia informacional se mostra cada vez mais importante nos processos de aprendizagem pois atenua a dependência informacional na

relação aluno-educador herdada do formato tradicional de educação, apresentando-se como uma aprendizagem ativa, em que os estudantes constroem maior autonomia, e os professores por sua vez tem o papel para além do viés pedagógico, sendo agentes de facilitação das interações (HANCOCK, 1993; DUDZIAK, 2008). Além dos benefícios citados, nota-se que adquirida a literacia informacional, tal conjunto de habilidades podem ser aplicáveis em diversas situações ao longo da vida (MELO; ARAÚJO, 2007). Ao fazer uso dos recursos informacionais e consequentemente com o acesso às informações de forma mais fluida, a literacia informacional auxilia significativamente para o alcance do bem estar de cada estudante.

Conforme Silva e Cardoso (2020) não é possível obter literacia informacional sem literacia digital. A literacia digital, refere-se ao desenvolvimento de competências e habilidades, sobre aspectos de “infraestruturas digitais e também de pessoas com competências digitais para as usar.” (SILVA; CARDOSO, 2020, p. 156). Entretanto, para a viabilizar a literacia digital em uma perspectiva pedagógica crítica, que supere aspectos unicamente operacionalização, requer-se que a construção desse conhecimento tenha apoio técnico e emocional, além da influência dos contextos de aprendizagem, a experiência pessoal e profissional da mediação do professor e orientação, para além do uso funcional das tecnologias digitais, informacionais e de comunicação. Faz-se presente uma exclusão potencial causada pela falta de acesso à tecnologia, assim como também pela falta de literacia a ela relacionada (OLIVEIRA; GIACOMAZZO, 2017).

A seguir, apresenta-se os resultados, ainda que parciais, do Projeto LARQ InformAÇÃO.

4 RESULTADOS

Através do estudo de Fantinel *et al.* (2020) e demais análises desse cenário, observou-se que os alunos possuíam carência na compreensão principalmente das seguintes temáticas: normas de estruturação e apresentação de trabalhos acadêmicos; ferramentas para elaboração de trabalhos (*Microsoft Office*, *LibreOffice*, *Google Docs* e *Google Apresentações*, etc); e utilização de plataformas de videoconferência (*Google Meet*, *Teams*, etc), além de dificuldades relacionadas ao então novo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA - FURG).

As atividades desenvolvidas desde sua criação, em agosto de 2021, seguem a premissa de tentar suprir inicialmente as necessidades consideradas mais prementes. E com o pouco tempo de implementação do projeto observa-

se que a procura por parte dos estudantes em esclarecer dúvidas referentes ao uso de ferramentas digitais é crescente e constante.

Uma das primeiras atividades do projeto foi a realização de uma palestra, intitulada *Pesquisa científica em Arquivologia: subsídios para o delineamento metodológico e estrutural de Trabalhos de Conclusão de Curso*. Ela contou com a participação de 43 estudantes.

O projeto já realizou duas oficinas. A primeira delas, intitulada *Como apresentar seu TCC: slides, postura e treino da defesa*, teve a participação de 11 discentes em fase de finalização do curso, tendo tido como organizadores e oficineiros, entre outros estudantes dedicados a compartilhar seus conhecimentos, a bolsista do LARQ InformAÇÃO. A segunda oficina, intitulada *Introdução ao Ambiente Virtual de Aprendizagem da FURG (AVA - FURG)*, teve a participação de 36 discentes do primeiro semestre do Curso de Arquivologia, onde estes puderam conhecer a plataforma e realizar atividades práticas.

Além disso, ocorreu a elaboração e divulgação de trilha de links, assim como a disponibilização dos produtos e conteúdos produzidos nas redes sociais. As trilhas de links têm o propósito de fornecer o auxílio aos alunos sobre dúvidas pontuais dos mesmos, e que por meio de explicações mais sucintas cumpre essas demandas.

Em paralelo, atendendo as necessidades previamente observadas dos alunos ou de demandas solicitadas por eles, houve a elaboração e publicação de 10 vídeos tutoriais com cerca de 396 visualizações²²² no canal do YouTube do Curso de Arquivologia - FURG. Os respectivos tutoriais foram amplamente divulgados nas redes sociais do curso. Alguns exemplos desses vídeos desenvolvidos estão ilustrados na Figura 1.

²²² Os resultados parciais contabilizados compreendem o período de agosto de 2021 a maio de 2022.

Figura 1 - Exemplos de tutoriais desenvolvidos no Projeto LARQ InformAÇÃO



Fonte: Adaptado do Canal do Curso de Arquivologia da FURG no YouTube (2021).

Outro aspecto a destacar é a ação de tutoria remota aos estudantes. O atendimento é feito de forma individualizada, com agendamento prévio via e-mail, e tem a finalidade de atender a demanda de dúvidas dos alunos quanto ao uso de ferramentas digitais que são, frequentemente, empregadas nas tarefas e atividades das disciplinas oferecidas pelo Curso. Dessa forma, é possível acompanhar e sanar necessidades do estudante, respeitando as habilidades e o tempo de aprendizagem e desenvolvimento de cada um. Até o momento analisado²²³, o projeto contabilizou sete atendimentos realizados pelos membros de sua equipe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literacia digital abrange conhecimentos e habilidades diversas para ser conquistada, sendo a ação de aprender e de utilizar as ferramentas digitais e comunicacionais uma delas. Contudo, o ato de oferecer e dar suporte necessário para o aprendizado no ciberespaço favorece e fortalece uma educação inclusiva, viabilizando o acesso e o conhecimento informacional. Esta qualidade de apropriação e uso da literacia em diferentes contextos, advém de um processo de aprendizado que objetiva não apenas a compreensão e o domínio de determinada atividade, mas, principalmente, o uso que o estudante

²²³ Idem nota 1.

faz desse conjunto de saberes, técnicas e aptidões, ou seja, das competências adquiridas, para a resolução das suas necessidades.

Em abril de 2022, com a retomada das atividades acadêmicas presenciais, vive-se um outro contexto onde o ensino remoto e o uso do ciberespaço cedem lugar para a presencialidade e, nesse cenário, já é possível identificar novas demandas e possibilidades de ação do projeto com a proposta de realização de atividades híbridas, online e presencial. Acredita-se que o trabalho desenvolvido e os resultados alcançados nos anos de 2020 e 2021, quando do ensino remoto, continuem auxiliando os estudantes do curso Arquivologia a conquistar a literacia informacional por meio da literacia digital. Dessa forma, o Projeto LARQ InformAÇÃO aproxima-se do propósito de oferecer meios para a promoção da autonomia dos estudantes, considerando que a literacia não é apenas um objetivo em si, mas também um processo contínuo de aprendizagem de habilidades e atitudes que devem ser construídas de forma colaborativa para ser empregadas nas suas práticas por meio das quais as pessoas podem qualificar a sua formação educativa, profissional e pessoal.

Com o conjunto de ações desenvolvidas no projeto, espera-se auxiliar nos processos de ensino-aprendizagem e contribuir para a permanência e conclusão do curso superior em Arquivologia, uma vez evidenciada a carência do domínio de determinados conhecimentos, que, por sua vez, foi acentuada diante do cenário de ensino remoto que o contexto pandêmico trouxe. Através da análise do sucesso dos resultados já alcançados e com a continuidade desse projeto de ensino espera-se contribuir no aprendizado dos discentes do curso, para que os mesmos tendo o acesso e habilidades para o uso de ferramentas digitais para desenvolver suas atividades acadêmicas e pessoais. Entende-se que tais habilidades possibilitam alcançar a literacia digital e a literacia informacional, em busca da qualificação e equidade de acesso informacional no ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRISOLA, A. C. Forjando em Freire as bases epistemológicas e de práxis da competência crítica em informação. In: BEZERRA, A.C.; SCHNEIDER, M. (org.) **Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. 274p.

CADAVAL, F. **FURG reinicia as atividades de ensino para período emergencial de forma remota**. FURG. 2020. Disponível em: <<https://www.furg.br/noticias/noticias-institucional/furg-reinicia-as-atividades-de-ensino-para-periodo-emergencial-de-forma-remota>>. Acesso em: 08 de mai. 2022.

DUDZIAK, E. A. Competência em informação melhores práticas educacionais voltadas para a information literacy. **Anais Livro, Leitura e Bibliotecas: exercício da cidadania**. Curitiba: FEBAB, 2005.

DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 18, n. 2, p.41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1704/2109>> Acesso em: 20 de abr. 2022.

DUDZIAK, E. A. Competência Informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 1-22, dez. 2010.

FANTINEL, E.; SANTOS, A. G.; ALMEIDA, B.C.D.; KNACKFUSS, C. L.; SEMIDÃO, R. A. M. **Estudantes de Arquivologia da FURG: Expectativa e a realidade do ensino online**. Relatório de pesquisa. ICHI: FURG, 2020.

HANCOCK, V.E. *Information literacy for lifelong learning*. 1993. Disponível em: <<https://eric.ed.gov/?id=ED358870>>. Acesso em: 22 de abr. 2022.

MEDEIROS, R. P.; FANTINEL, E. G.; ALMEIDA, B.C.D. Arquivologia em mídias sociais: experiências no compartilhamento de conhecimento em tempos de distanciamento social. **ÁGORA: Arquivologia Em Debate**, 32(64), 1–16. (2022). Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1028>>. Acesso em 08 de mai. 2022.

MELO, A. V. C.; ARAUJO, E. A. Competência informacional e gestão do conhecimento: uma relação necessária no contexto da sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 185-201, mai/ago, 2007.

OLIVEIRA, M. M.; GIACOMAZZO, G. F. Educação e cidadania: perspectivas da literacia digital crítica. **EccoS**, São Paulo, n. 43, p. 153-174. maio/ago. 2017.

PERUCCHI, V.; SOUSA, B. A. Competência informacional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB: um estudo do projeto pedagógico. **Informação & Informação**, v. 16, n. 1, p. 21-35, 2011.

SANTOS, B.S. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SILVA, S. A. A. da.; CARDOSO, A. M. P. Literacia informacional: uma revisão sistemática de literatura. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 18, n. 00, p. e020023, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8660680>>. Acesso em: 11 de jan. de 2022.

SOUZA, E.G. Sociedade da informação e reestruturação produtiva: crítica à dimensão utilitarista do conhecimento. **Transinformação**, v. 23, n. 3, p. 219-226, set./dez., 2011.

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO NO YOUTUBE COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO "DIÁLOGOS -ARQUIVOLOGIA EM MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS"

Roberta Pinto Medeiros (Universidade Federal do Rio Grande),
Bruna Carballo Dominguez de Almeida (Universidade Federal
do Rio Grande),

Elisângela Gorete Fantinel (Universidade Federal do Rio Grande)

1 INTRODUÇÃO

Em virtude do período de afastamento social, que iniciou em março de 2020, por conta da pandemia da COVID-19, e culminou no cancelamento das atividades universitárias de forma presencial, o curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG propôs um projeto de extensão intitulado ciclo de palestras Diálogos: Arquivologia em Múltiplas Perspectivas (DAMP), tendo como premissa aproximar a comunidade arquivística e, especialmente, os seus estudantes, com a intenção de minimizar os impactos do distanciamento social e contribuir para a formação acadêmica, oportunizando a discussão de temáticas arquivísticas contemporâneas.

As palestras, que tinham transmissões ao vivo no canal do *YouTube* do Curso, ocorriam semanalmente, com um convidado e com a colaboração de mediadores que transformavam os eventos, junto com o público ouvinte, em espaços de discussão e de compartilhamento de conhecimentos. Segundo Medeiros, Fantinel e Almeida (2022, p. 06), “[...] foram apresentados e

discutidos temas Arquivísticos contemporâneos, tais como Arquivos digitais, Gestão da informação, Patrimônio documental, Arquivos e fotografia, Gestão documental, Arquivos pessoais, Trajetória arquivística, entre outros.”

Aproveitando os recursos disponibilizados pelo *YouTube*, e a produção de conteúdo bastante significativa, identificou-se a necessidade de salvar as palestras e deixá-las disponíveis para que o público tivesse acesso, por tempo indeterminado. Com isso, observou-se que o número de inscritos nos eventos estavam multiplicando-se em visualizações ao longo das semanas. A performance e o alcance do projeto podem ser evidenciados quando se analisa os dados da primeira palestra, nos quais se constata que tiveram 123 inscritos para o evento síncrono, e atualmente conta com 2.106²²⁴ visualizações no canal do *YouTube*. Analisando as demais palestras, verifica-se essa mesma multiplicação de visualizações quando comparada ao número de inscritos no dia do evento.

Diante deste cenário, buscou-se levantar hipóteses que expliquem o aumento significativo de visualizações. Uma destas hipóteses, foi a utilização dos vídeos disponíveis no Canal do *YouTube* do Curso como ferramenta pedagógica de ensino nos Cursos de Arquivologia brasileiros, tratando de identificar se os docentes utilizam os vídeos do ciclo de palestras DAMP como recurso didático em suas disciplinas, e para o levantamento exploratório do tema foi aplicado um questionário on-line direcionado aos docentes.

Ao longo deste trabalho, é detalhada a metodologia utilizada e os resultados obtidos com a pesquisa. Nota-se que os vídeos do *YouTube* têm sido utilizados para atender uma demanda específica ou para complementar atividades de disciplinas, razões que podem ter contribuído para o aumento do número de visualizações de determinadas palestras em detrimento de outras. No entanto, é importante mencionar que com a disponibilidade dos recursos tecnológicos, o acesso à informação a qualquer tempo e lugar, somado a busca por conhecimento nos ciberespaços podem configurar-se em elementos importantes e motivadores para o aumento do número de visualizações nas palestras do DAMP.

2 *YOUTUBE*: DA PRODUÇÃO DE CONTEÚDO A FERRAMENTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR

O mundo digital e o aumento da disponibilidade dos recursos tecnológicos trouxeram uma nova forma de entender e classificar a construção e o compartilhamento de conhecimentos. Implica também, em desafiar

²²⁴ Números contabilizados em 23 de maio de 2022.

professores a utilizarem esses recursos em suas práticas pedagógicas, com a proposta de dinamizar processos teóricos-metodológicos e conteúdos que envolvem as suas ações educativas e o ato de ensinar e aprender.

Sendo uma das principais redes sociais e referência como plataforma de conteúdo audiovisual gratuito da internet, o *YouTube* conta com vídeos e canais sobre os mais diversos assuntos, permitindo, de certa forma, a democratização do acesso e da produção de conteúdo (OLIVEIRA, 2016). Neste sentido, o acesso em tempo real a informações e conteúdo no *YouTube* é uma prática de internautas que buscam, nos ciberespaços, manterem-se conectados a temas de seu interesse e de necessidades de expansão do seu conhecimento.

Ao passo em que a sociedade incorpora a tecnologia nas tarefas mais comuns do dia-a-dia, o uso das redes sociais na educação se torna imprescindível como ferramenta para disseminação rápida e dinâmica de informações que antes eram encontradas apenas em livros, enciclopédias e compêndios (ALMEIDA *et al*, 2015). As novas formas de comunicar, ensinar e aprender inserem-se nas “mudanças dos paradigmas educacionais através dos fluxos informacionais” (ALMEIDA *et al*, 2015, p. 02), ressaltando o papel da internet no cotidiano das pessoas.

A utilização de conteúdos produzidos e compartilhados nos ciberespaços, enquanto recursos didáticos para as atividades de ensino-aprendizagem, possui diferentes funções, dentre elas, tem-se o aspecto de mobilizar e incentivar os estudantes na busca por novos ou por conhecimentos complementares, além de “visualizar ou concretizar os conteúdos da aprendizagem; oferecer informações e dados; permitir a fixação da aprendizagem; ilustrar situações mais abstratas, e desenvolver a experimentação concreta.” (MACHADO, 2017, p. 24911), a exemplo dos conteúdos produzidos e compartilhados no *YouTube*.

Entretanto, é preciso entender que cada recurso didático possui características específicas e, quando bem empregado, pode contribuir para o alcance de determinados níveis de compreensão de conteúdo e alavancar a aprendizagem (MACHADO, 2017). Cabe ao professor, nesse contexto, visualizar dentro do seu planejamento didático-pedagógico quais são as possibilidades apresentadas pelas diferentes mídias, e como potencializar o seu uso para que o estudante possa agregar resultados positivos na compreensão e na realização das atividades propostas.

Almeida *et al* (2015, p. 07) destacam que a produção de conteúdo dos vídeos disponíveis no *YouTube* pode configurar-se “[...] em um objeto de aprendizagem, podemos planejar e trabalhar da melhor maneira possível em

sala de aula, concretizando assim o planejamento pedagógico, agregando valores ao ensino e aprendizagem” em uma perspectiva contemporânea. Ainda, Moran (1995 apud CAETANO; FALKEMBACH, 2007, p. 02) contextualiza que “o vídeo é uma ferramenta poderosa ao alcance do professor, pois alcança todos os sentidos”, transcendendo o espaço de uma sala de aula.

Ademais, a ampliação da velocidade da internet e dos equipamentos de acesso, a exemplo dos telefones celulares, tem possibilitado uma conexão entre a produção de conteúdos e os seus consumidores, pois “[...] a tecnologia disponibiliza informação a qualquer hora e em qualquer lugar, integrando o espaço escola com o espaço fora dela, faz-se necessário a forma de ensino e aprendizagem em uma sociedade altamente conectada” (MORAN, 2015; DE ALMEIDA; VALENTE, 2012 apud HINO, 2019, p. 128).

Desta forma, “Observa-se que as redes proporcionam divulgação de informação de maneira ágil.” (MEDEIROS; FANTINEL; ALMEIDA, 2022, p. 05). Portanto, através dos ciberespaços proporcionados pela internet, é possível ter um alcance inimaginável dos mais diversos tipos de informações, independente dos fins para os quais são utilizadas, evidenciando-se que os vídeos disponíveis no *YouTube* se constituem em ferramentas que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem, atuando como recursos didático-pedagógicos, aproximando pessoas de diferentes contextos e possibilitando, enquanto fonte de informação, servir de aporte para a construção de novos saberes.

3 METODOLOGIA

O estudo privilegiou uma abordagem qualiquantitativa para a efetivação da análise dos dados da pesquisa. A pesquisa quantitativa tem como característica analisar aquilo que pode ser quantificável, “o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70). De acordo com Appolinário (2009, p. 61) “a pesquisa qualitativa prevê a coleta de dados a partir de interações sociais do pesquisador com o fenômeno pesquisado.”

Para a interação social do pesquisador com o objeto de estudo, estabeleceu-se uma ferramenta para a coleta de dados, ou seja, elaborou-se um questionário com oito perguntas. A primeira questão era o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que, resumidamente, apresentava a pesquisa aos respondentes e solicitava autorização para uso dos dados. Caso o participante não estivesse de acordo com os termos da pesquisa, era direcionado para uma página de agradecimento e envio do formulário.

Já os participantes que concordaram com os termos, foram direcionados para uma página com perguntas de identificação, que auxiliaram na organização e sistematização dos dados. Em seguida, havia três perguntas sobre o conhecimento dos participantes a respeito do canal no *YouTube* do Curso de Arquivologia da FURG e do ciclo de palestras. Foi questionado também, se os participantes utilizaram algum vídeo do ciclo de palestras como ferramenta pedagógica de ensino em alguma disciplina de sua competência. Neste caso, as respostas negativas eram direcionadas aos agradecimentos e envio do formulário.

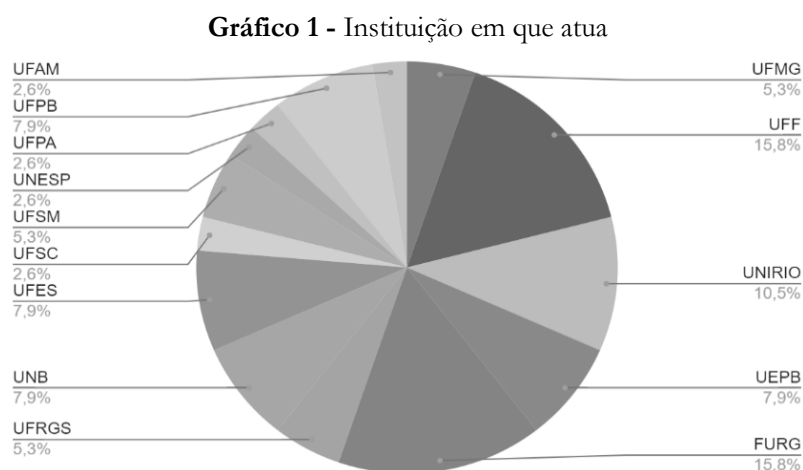
Os participantes que responderam de forma afirmativa, foram encaminhados para as últimas perguntas que solicitavam que fossem assinaladas em uma lista, quais palestras tinham sido utilizadas e, por fim, a indicação das disciplinas em que o conteúdo foi abordado. Para isso, incluiu-se ao questionário uma listagem com os temas apresentados nos 23 (vinte e três) encontros, aos quais tiveram os mais variados assuntos em palestras que abordaram temas da área sob diversos pontos e diferentes perspectivas (MEDEIROS, FANTINEL, ALMEIDA, 2022).

O questionário foi estruturado a partir das ferramentas disponíveis no Formulários Google e enviado por e-mail no dia 07 de março de 2022, às coordenações dos Cursos de Arquivologia das universidades brasileiras. Após um período definido pelas pesquisadoras, o questionário foi direcionado aos endereços de e-mails dos docentes que ainda não haviam aderido à pesquisa no dia 25 de abril de 2022.

Vale ressaltar que, a partir do levantamento dos dados para a pesquisa, ficou claro que há um desconhecimento da quantidade exata de professores que ministram aulas nos cursos de Arquivologia do Brasil. Alguns cursos possuem websites e trazem de forma transparente o nome dos docentes, bem como demais informações relevantes. Outros não possuem website, e tão pouco informações a respeito do corpo docente. Isso dificultou, de certo modo, a coleta dos dados, pois inviabilizou o contato com o docente por meio do correio eletrônico. Consequentemente, pode-se dizer que nem todos que compõem o universo de docentes de Arquivologia responderam ao questionário, ou seja, num curso de graduação que possui um corpo docente com 15 membros, apenas um ou dois responderam às questões da pesquisa, por exemplo. Ao todo, foram obtidas apenas 38 respostas que serão analisadas e discutidas na próxima seção.

4 RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os dados levantados a partir das respostas do questionário. As perguntas iniciais tratavam da autorização do uso dos dados e da identificação do participante. Dentre os 17 Cursos de Arquivologia vinculados às universidades federais, estaduais e uma privada²²⁵, 14 foram representados em respostas de participantes (GRÁFICO 1).

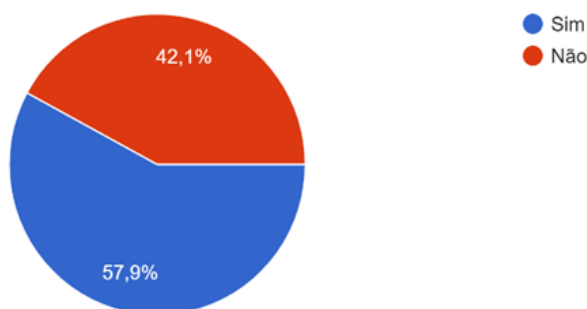


Fonte: Elaboração própria, 2022.

A partir do gráfico, ficou evidente uma maior participação de docentes vinculados à Universidade Federal Fluminense (UFF) e à Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Não responderam Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Uniasselvi.

²²⁵ As universidades são: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (UNESP), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Uniasselvi.

Gráfico 2 - Conhecimento sobre o canal do Curso de Arquivologia da FURG no *YouTube*

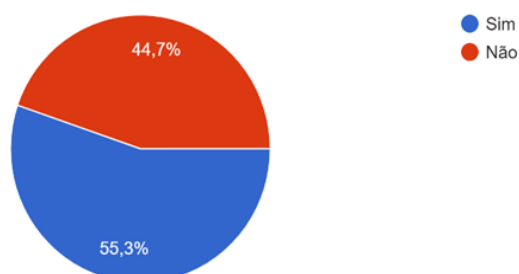


Fonte: Elaboração própria, 2022.

Quanto ao conhecimento dos docentes sobre o canal do Curso de Arquivologia da FURG no *YouTube*, obteve-se, em sua maioria, respostas afirmativas (GRÁFICO 2). Com isso, pode-se destacar o alcance do canal, que é conhecido pela maioria dos profissionais que participaram da pesquisa.

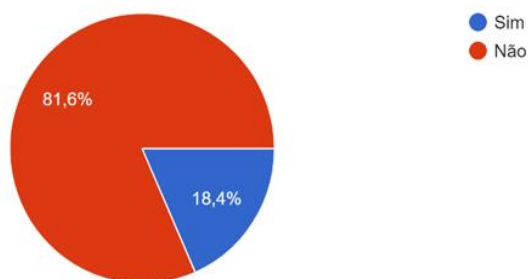
Da mesma forma, verifica-se que a maioria dos participantes conhecem os conteúdos disponibilizados no *YouTube* a respeito do ciclo de palestras “Diálogos: Arquivologia em múltiplas perspectivas” (GRÁFICO 3).

Gráfico 3 - Conhecimento sobre as palestras do ciclo de palestras “Diálogos: Arquivologia em múltiplas perspectivas” disponibilizado no canal do *YouTube*



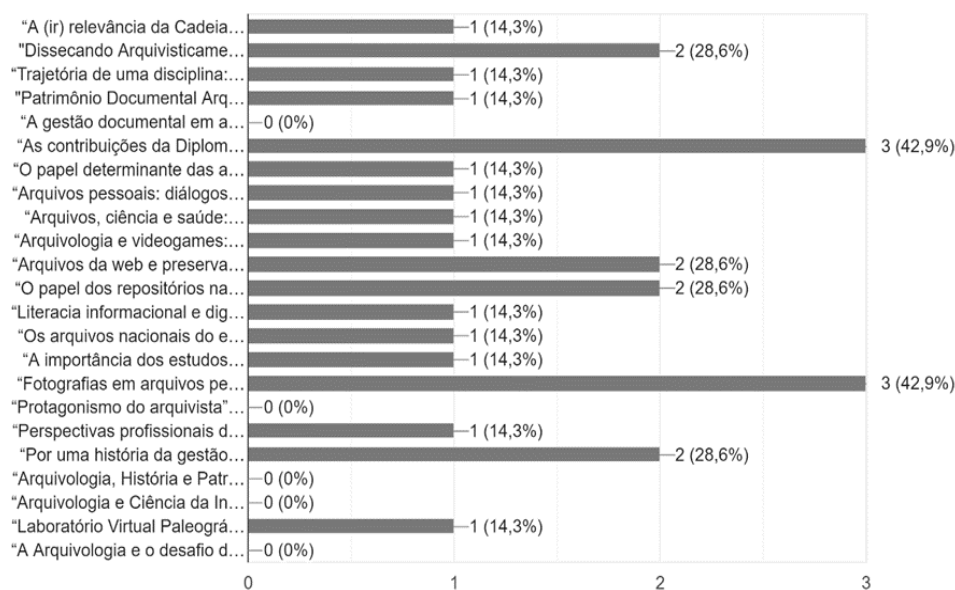
Fonte: Elaboração própria, 2022.

A questão sobre a utilização dos conteúdos disponibilizados no *YouTube* vinculados ao ciclo de palestras como material didático em disciplinas, foi definitiva para a perspectiva elaborada a partir da hipótese levantada para esta pesquisa. A maioria dos participantes apontou que não utiliza os conteúdos como ferramenta pedagógica no ensino de Arquivologia, evidenciando que, apesar da maioria dos docentes ter conhecimento sobre o canal e o conteúdo disponibilizado, uma minoria utiliza os mesmos em sala de aula (GRÁFICO 4) como aporte para o ensino de suas disciplinas.

Gráfico 4 - Sobre a utilização das palestras do DAMP como material didático

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Aos participantes que responderam de forma afirmativa à questão anterior, foi solicitado que identificassem quais palestras foram utilizadas como ferramenta didático-pedagógica para o desenvolvimento de suas disciplinas. Para auxiliar no processo de identificação foram listadas as 23 palestras e seus respectivos ministrantes (GRÁFICO 5).

Gráfico 5 - Palestras do DAMP utilizadas como material didático

Fonte: Elaboração própria, 2022.

As palestras intituladas "As contribuições da Diplomática para a organização do conhecimento arquivístico: das definições às funções", ministrada pela Profa. Natália Bolfarini Tognoli e "Fotografias em arquivos pessoais: a importância do contexto de produção", ministrada pela Profa. Anna

Carla Almeida Mariz, foram as mais indicadas pelos docentes. Seguidas pelas palestras que envolviam o ambiente digital ou gestão de documentos: “Dissecando Arquivisticamente o Decreto de Digitalização de Documentos para garantir a Preservação e Autenticidade do nosso Patrimônio Documental”, ministrada pelo Prof. Daniel Flores; “Arquivos da web e preservação digital”, ministrada pelo Prof. Moisés Rockembach; “O papel dos repositórios na preservação das coleções digitais”, ministrada pelo Prof. Miguel Angél Mardero Arellano; “Por uma história da gestão de documentos no Brasil”, ministrada pelo Prof. Renato Pinto Venâncio.

Por fim, foi solicitado aos participantes que indicassem em quais disciplinas as palestras foram utilizadas (QUADRO 1).

Quadro 1 - Disciplinas em que as palestras do DAMP foram utilizadas como material didático

PARTICIPANTE	DISCIPLINA
PARTICIPANTE A	Paleografia (Disciplina obrigatória); Arquivos pessoais: a produção bibliográfica contemporânea (Disciplina optativa).
PARTICIPANTE B	Gestão de documentos II; Reprodução de documentos; Plataformas arquivísticas de descrição; Economia da informação.
PARTICIPANTE C	Estágio supervisionado e reuniões da coordenação do curso com os alunos.
PARTICIPANTE D	Diplomática B; Preservação digital A.
PARTICIPANTE E	Documentação audiovisual e digital.
PARTICIPANTE F	Como suporte para aula.
PARTICIPANTE G	Arquivos fotográficos.

Fonte: Elaboração própria, 2022.

A partir dos dados extraídos da pesquisa é possível evidenciar que, embora não haja um número expressivo de docentes que utilizam os conteúdos

do DAMP como ferramenta didático-pedagógica para agregar na sua metodologia de ensino, como pode ser visto no Gráfico 4 apenas 18,4%, nota-se, em contrapartida, um número importante de disciplinas que utilizam as palestras como conteúdo complementar, totalizando 11 disciplinas (Quadro 1).

Como a última questão do questionário foi deixada em formato aberto, alguns participantes mencionaram que os vídeos são utilizados como suporte para as aulas, além de serem usufruídos em reuniões de coordenação de curso. Sendo esta última opção, talvez, como uma forma de propor novas disciplinas ao curso ou como um exemplo para modificar as já existentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do baixo índice de respostas positivas sobre o uso dos vídeos do DAMP como um recurso pedagógico, sendo esta uma das hipóteses levantadas para a pesquisa, concluiu-se que, necessariamente, não somente docentes utilizam os vídeos como ferramenta didática pedagógica. Infere-se que estudantes e demais ouvintes, por iniciativa própria ou por puro interesse, possam estar visualizando os vídeos do canal do curso de Arquivologia da FURG. No entanto, como não estava previsto como objetivo os demais sujeitos, não se pode afirmar sobre esses grupos.

Podemos, a partir desses resultados e aproveitando o conteúdo disponível nos vídeos, promover a divulgação do ciclo de palestras como uma forma de fomentar a circulação dos vídeos e do canal do curso de Arquivologia à comunidade arquivística. Tal atividade será feita pelos canais das redes sociais, como Instagram e Facebook, já que são redes de grande alcance.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, I. D. A.; SILVA, J. C. B. da; SILVA JUNIOR, S. A. da; BORGES, L. M. Tecnologias e educação: o uso do Youtube na sala de aula. **II Congresso Nacional de Educação**. 2015. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA4_ID8097_06092015214629.pdf. Acesso em: 14 jan. 2022.
- CAETANO, Saulo Vicente Nunes; FALKEMBACH, Gilce A. Morgental. YouTube: uma opção para uso do vídeo na EaD. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, 2007. DOI: 10.22456/1679-1916.14149. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/14149>. Acesso em: 23 mar. 2022.
- HINO, M. C. Desafios da educação na Era da Tecnologia. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 127–139, 2019. DOI: 10.35699/2238-037X.2019.9868. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9868>. Acesso em: 14 jan. 2022.

MACHADO, M. F. R. C. **O uso dos recursos didáticos-tecnológicos como potencializadores ao processo de ensino e aprendizagem.** Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24989_14142.pdf. Acesso em: 15 maio de 2022.

MEDEIROS, R. P.; FANTINEL, E. G.; ALMEIDA, B. C. D. Arquivologia em mídias sociais: experiências no compartilhamento de conhecimento em tempos de distanciamento social. **ÁGORA: Arquivologia Em Debate**, v. 32, n. 64, 2022, p. 1–16. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1028/998>. Acesso em: 25 maio 2022.

OLIVEIRA, P. P. M. O Youtube como ferramenta pedagógica. Simpósio Internacional de Educação a Distância. **Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância**. São Carlos, 2016. Disponível em: <http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/index.php/2016/article/view/1063>. Acesso em: 14 jan. 2022.

PARTE XIII

ARQUIVOS, ACERVOS E UNIVERSOS EDUCATIVOS

TRAMAS DE UM ACERVO ESCOLAR CONFESSIONAL: ODILON ALVES PEDROSA E AS JANELAS MEMORIALÍSTICAS DE UM PADRE-EDUCADOR

Ramsés Nunes e Silva (Universidade Federal da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

A construção de sociabilidades, para certo pertencimento ao mundo escolar, ou para a transmissão nele de capitais culturais específicos, a repercutirem como tramite, ou demanda contemporânea na fechadura do Oitocentos, se deu de forma tensa (MARRAMAO, 1996, p.34). Tanto pela dimensão aparentemente dicotômica dos universos sagrado e profano, quanto em seu imbricamento ou convergência possíveis.

Tais capitais culturais, nunca é demais lembrar, apresentados no sentido que nos apresenta Bourdieu (1996, p.34), para pensarmos querelas discursivas que se apresentavam em curso, por ocasião da recepção e interpretação dos desígnios assentados pela Sé romana, para o mundo moderno. A Igreja e seus partícipes se ressentiam das mudanças modernizantes (MARTINA, 1996, p.12). Apresentando de pronto vastos repertórios discursivos de combatividade. Muitos, assentados no universo bibliográfico, e no estímulo a formação de acervos pessoais de muitos estudantes/seminaristas, divulgando daí princípios doutrinários e militantes do catolicismo combativo. Época na qual, os partícipes do universo cultural escolar clerical se veriam às voltas com outra

dinâmica na tessitura da sociedade. Certamente mais burguesa, cosmopolita e protetora de discursos modernizantes, a alcançar os dois lados do Atlântico. Naquela transição, entre os séculos XIX e XX, dimensão cultural e social, que acabou por produzir toda uma geração de intelectuais católicos (MICELI, 1986, p.34). Também *sens leitores*. Esses últimos, vorazes na aquisição de livros e provedores de seus acervos. Adeptos inclusive da elaboração de *arquivos pessoais*.

É o caso de Odilon Alves Pedrosa, jovem filho das elites pernambucanas ²²⁶, mergulhado nos embates discursivos no Brasil, ainda durante formação inicial no Seminário de Olinda. Vivenciada entre 1921 e 1925, e na visita pastoral que realizou a Itália e a Portugal no ano de 1927. Evento que nos desperta o interesse, por ter como consequência direta o aprofundamento de seu engajamento militante, e a aquisição de uma série de livros apologéticos, filosóficos e pedagógicos, muitos em língua portuguesa. Parte considerável deles, usados como fundamento dos embates nos anos seguintes, e que acabariam em sua biblioteca e arquivo pessoal. De qualquer forma, ainda em Olinda, no início da década de 1920, internado como seminarista, era leitor assíduo de Jackson de Figueiredo, Senna Freitas e Afonso Amoroso Lima. É o que atesta a assinatura da revista A Ordem, a principal publicação católica do centro Dom Vital, e posse de uma série de livros apologéticos, mantidos consigo. Daí também, a formação de um núcleo de leituras a se fixarem em sua futura biblioteca e Arquivo ²²⁷. Tanto as que se realizaram na Europa, quanto as que acabaram por formar uma parte de seus preceitos formativos enquanto seminarista, e futuro intelectual engajado.

2 MILITANCIA E ESTUDOS ECLESIAÍSTICOS

O “alistamento”, junto à outros jovens estudantes internados no Seminário de Olinda, para se lançarem a completar os estudos na Europa, acabaria como uma consequência natural nas pretensões da Cúria para seu “exército eclesiástico”. Particularmente, entre estudantes como Odilon

²²⁶ Nascido em São Vicente Ferrer, Zona da Mata de Pernambuco, no seio de uma família de proprietários, os Alves Pedrosa, com uma profunda tradição católica, foi encaminhado, desde muito cedo, ao Seminário de Olinda onde iniciaria seus estudos eclesiásticos. Destacou-se pelo envolvimento nos círculos literários do seminário e demais atividades discentes, tanto na Europa quanto no Brasil, onde foi editor da Gazeta de Nazareth e do Jornal A Imprensa. Periódicos católicos de suma importância na militância dos anos 1920 e 1930.

²²⁷ A partir do acesso a biblioteca daquele intelectual, sob nossa tutoria, pudemos constatar o cuidado pessoal daquele intelectual para com a estrutura fontes, organização e cronologia dispostos em todo o acervo. Ao longo de décadas fez questão de nomear, numerar e catalogar livros, manuscritos e artigos publicados nos vários jornais em que publicou textos.

Pedrosa. Outrossim, o clima de missionaríssimo, que tomava o universo católico, era já um fenômeno consolidado. Doutrinariamente, dezenas de estudantes brasileiros passaram a frequentar as instituições educacionais eclesiásticas do Vaticano (MENOZZI, 1989, p-9). Algumas delas, especializadas na recepção e instrução de Sul americanos, tais como o Pontifício Colégio Pio Latino Americano.

Colégio fundado em Roma, no ano de 1862, para congregar religiosos oriundos da América do Sul, tendo como princípio a ajuda na formação intelectual e política de líderes eclesiásticos católicos. Parte significativa deles, obedecendo a uma lógica de reação continua a todo e qualquer possível ameaça, oriunda dos estratos sociais e setores intelectuais que se fizessem representar a partir de postulados laicistas. Fosse qual fosse, as circunstâncias e oportunidades oferecidas. O clima, afinal, se mostraria para Odilon Pedrosa, disciplinado, e de ânimo renovado, quando de sua chegada à cidade eterna. Ali, ele formaria um importante cabedal documental que permaneceria sob sua guarda. Apresentado como profissão de fé em sua formação e na escrita de si que produziria. Roma, particularmente, vivia um novo momento de combatividade junto à comunidade católica europeia (MARTINA, 1996, p-23). Era uma cidade, tomada por uma quantidade infindável de livrarias, publicações, debates e polemicas publicadas nos órgãos oficiais do estado eclesiástico. Todas acessíveis ao jovem seminarista. Documentos eram lidos pelos seminaristas e guardados como testemunho dos temas debatidos. Artigos eram publicados internamente.

Naqueles anos, a efetiva imersão de um grande grupo de seminaristas brasileiros a beber na fonte da centralização, e de uma ortodoxia no trato com outras confissões seria contundente. Odilon Pedrosa era um deles. Em maio do ano de 1927, dentro do cronograma de estudos universitários na Universidade Gregoriana, se apresentaria uma etapa de suma importância na vivência do jovem seminarista como militante, e como intelectual pernambucano no Velho Mundo. O mundo se alargaria naqueles meses de verão. Diria o jovem Pedrosa (1986, p-8). Notadamente, devido a sua experiência pessoal na passagem por França e Portugal. Este último, de profundo impacto em sua trajetória. Haja vista que mantinha fortes laços com a produção intelectual portuguesa. Dentro de um plano de visitas, projetado pelas lideranças da Universidade Gregoriana, atrelado ao desempenho.

Conforme divulgado no *Boletins Degli Studenti* (1926, p.4) ²²⁸, se previa a qualificação de estudantes fora de Roma. Sempre a partir de visitas denominadas investigativas.

Odilon Pedrosa, e outros padres foram designados, já desde o início da primavera de 1927, para visitarem a França, Espanha e Portugal. Como é destacado no terceiro número do *Bolletino degli Studenti*, particularmente junto a possibilidade de visitarem Portugal:

[...] irmãos da pátria luso-brasileira, ergam os estandartes da luta pelo catolicismo! Isso é facto: a luta se estende! Irmãos de armas! Tendes a pena, o terço e a língua de Camões como pátria. Saudações aos irmãos Pedrosa, Fragoso, Barreto e Freitas (BOLLETTINO DEGLI STUDANTI, 1924, p-2).

Movido por um ideal de peregrinação e missionaríssimo, o mesmo que o havia levado a Roma, e incluía visitas a santuários e espaços de convívio e de produção intelectual, o seminarista pernambucano, e mais quatro estudantes da Universidade Gregoriana, se deslocaram para Lourdes, na França, a partir de Roma. Como diria Odilon Pedrosa, anos depois: Navegamos de Genova a Narbonne e daí para Lourdes de carro. Uma viagem difícil, mas que renovou nossas preces. Estávamos na presença de Maria e de seus defensores (DIÁRIO DE VIAGEM, 1927, p-3).

Após a peregrinação no santuário de Lourdes, a segunda etapa da viagem missionária, se deslocou pela Espanha em direção a São Tiago de Compostela. Embora tenham estado ali, pouco tempo, devido a complicações e enfermidades entre os seminaristas. Eles se encontrariam, rapidamente, em direção a Braga e ao Porto, ao Norte de Portugal. Um desvio no roteiro original, que teria consequências diretas na construção do acervo português da biblioteca de Odilon Pedrosa (DIÁRIO DE VIAGEM, 1927, p.10).

Odilon Pedrosa no Porto e em Braga teria acesso a todo um repertório de leituras. Parte significativa delas, seriam adquiridas nas livrarias da cidade e na qual se apresentavam debates de profunda influência na formação do jovem padre. No Diário de Viagem, Odilon Pedrosa escreve: *Sexta Feira. O frio ainda intenso. Pela via férrea chegamos a Tny. Vamos a Braga. Deus queira. Teremos acesso às livrarias e boas aquisições. Já é tarde e divisamos o casario barroco de Braga. Terra dos mais valentes clérigos* (DIÁRIO DE VIAGEM, 1927, p-12).

²²⁸ Publicação estudantil editada pelos estudantes latino americanos e nos quais publicaria Odilon Pedrosa uma série de artigos no período em que esteve na Itália. Todos, devidamente arquivados em seu acervo pessoal, na forma de encadernados.

Os jovens seminaristas desembarcaram a 4 de maio de 1927, num Portugal ainda convulsionado pelo avanço dos modelos instrucionais escolanovista e laicizante, respetivamente (CATROGA, 2010, p-49). Bem como de uma secularização que, segundo Pintassilgo (2014, p.16): *se apresentava intensa, donde era dado estar a própria noção de “utopia demopédica”, contendo a ideia de um (não) lugar, uma sociedade outra, em que vigoram leis, regras e valores que permitem a formação de um “homem novo”*.

Neste sentido, aos visitantes que se acercavam de Portugal, a partir de Braga, encontravam um ambiente de conflito no qual a instrução permeava a projeção republicana portuguesa, por uma dicotomia entre representações societárias muito bem distintas. O mundo cultural português, de forte representação clerical, se achava distendido. O universo cotidiano se secularizava, embora em ritmos e intensidade, distintas. Posto que: *ainda que em cada país acabassem por ser tingidos com cores próprias, de acordo com os diferentes contextos nacionais e ideologias de Estado* (PINTASSILGO, 2011, p.18). Portugal também estaria sob este crivo, onde a República lidaria com resistências. De qualquer forma, o homem novo, a que Pintassilgo (2014, p.15-16) remete, se apresentava para codificar o surgimento de um ser e estar, naquele âmbito de mudanças significativas, sob outro escrutínio, a partir de novos signos. Neste caso, os republicanos. Odilon Pedrosa adquiriu um bom número de obras portuguesas que abordavam justamente aquele embate. Destarte o que asseverava a necessidade de instrução confessional patrocinada pelos futuros padres docentes.

Odilon Pedrosa, considerava ter informação dos embates em Portugal, à medida que ressaltaria a ansiedade pelo contato com intelectuais e textualidades de um catolicismo que teria passado por discursos que, segundo acreditava, eram ainda mais radicais do que aqueles que haviam impellido o protagonismo republicano brasileiro. Comenta em seu Diário: *Sábado. A cidade transpira religiosidade. Não faltam igrejas. Não faltam ladainhas. Nos apinhamos no dormitório da Arquidiocese. Num prédio medieval, junto ao paço da cidade* (DIÁRIO DE VIAGEM, 1927, p-5). Aquela re-cristianização, entretanto, passava por uma retomada simbólica e instrumental dos símbolos capturados pelo republicanismo, na sacralização dos signos positivistas e republicanos no ceio da escola, mormente as proclamações republicanas, no Brasil e em Portugal.

Todo um significado de perdas para a Igreja criava uma esfera de cumplicidade e “comunitarismo”, atrelados a inimigos em comum: a secularização e a laicidade. A Igreja Católica, parecia entender que prescindia de um maior número de padres em contato não só com intelectuais

catedráticos nas instituições escolares, mas com líderes políticos atuantes de seus quadros. Aqueles mesmos, que haviam se envolvido diretamente com querelas a nível de protagonismos, e no qual os ajustamentos socioculturais daquela instituição, haviam se manifestado resistentes. É certo, que pelos anos 1920, em Portugal, o trato era com o uso do catolicismo cívico-religioso, e de muitos sincretismos, dos quais algumas formas de concordatas ufanistas e patrióticas, davam margem a ajustamentos do catolicismo dentro da realidade republicana. Aspecto que Odilon Pedrosa já conhecia, e acreditava ser uma fórmula de ajustamento ao Estado, proveitosa e prudente. Como reforçaria, no olhar lançado a Braga: Quarta-Feira (...) *Eis aqui o pavilhão português ao lado do estandarte da Arquidiocese. Nem tudo está perdido* (DIÁRIO DE VIAGEM, 1927, p-8). Trato entre o crivo do Estado, e as possibilidades de barganha, como constava nos livros de Francesco Ogliati. Este último intelectual, detalhadamente lido no Pontifício Colégio Pio Latino Americano, e constante na Biblioteca do religioso brasileiro.

Ao mesmo tempo, não era menos verdade que o catolicismo a que se lançavam os bispos ao Norte de Portugal, e com o qual Odilon Pedrosa tomava contato direto, almejasse tão só certo enrijecimento para uma recondução a catolicidade. Manifestação na qual a educação, e o combate a modelos societários não-católicos, acabava como objetivo a ser alcançado, inclusive no Brasil. Daí a busca por material impresso que o embasasse em seu retorno.

Odilon Pedrosa, fundamentaria seu acervo ali mesmo, com uma considerável bagagem de livros, opúsculos, documentos oficiais e panfletos de toda ordem, originários de Portugal. Anos depois, já como diretor da Gazeta de Nazaré²²⁹, em Pernambuco, mencionaria de forma enfática as publicações católicas adquiridas em Braga, como exemplo de ação social a ser “copiada”, e modelo de articulação intelectual e jornalismo diocesano.

É notável que se somaria aquele acervo, uma série de obras que Odilon Pedrosa colecionou junto a sua biblioteca e que o mesmo, sempre que tinha oportunidade, referenciava em suas *memórias*, na *Gazeta de Nazaré* ou no jornal *A Imprensa*²³⁰. A existência de obras como *Crítica a Crítica*²³¹, do padre português José Joaquim de Senna Freitas em sua biblioteca, se deve a poucos, mas intensos dias passados no Porto. Especialmente antes do retorno a Itália.

²²⁹ Órgão de imprensa oficial da Arquidiocese de Nazaré da Mata (Pernambuco) que o religioso coordenaria por anos seguidos.

²³⁰ Periódico paraibano, dos principais impressos diocesanos que o religioso coordenaria, ao longo dos anos 1950.

²³¹ FREITAS, José Joaquim de Senna. *Crítica à crítica*. Porto, Livraria Portuense, 1879, p-10.

Em sua trajetória intelectual, na construção de uma série de postulados que reproduziria ao longo de sua carreira, estava a percepção muito efetiva dos modelos instrucionais adversários da escola católica, absolvendo em seu metieu intelectual, postulados contra o protestantismo. Base religiosa que o padre, jornalista e *lente*, considerava uma das maiores ameaças ao modelo de escola católica. Assim leu, de forma avida, a partir de Senna Freitas, sobre as polemicas que assolavam Portugal e o Porto e na qual bebeu argumentos apologéticos naqueles dias de estadia na *cidade invicta*. Em seu Diário, inclusive, faz inúmeras referências ao intelectual lusitano:

(...) o grande padre dos Açores nos alerta sobre o grande mal de Wittenberg. Nos conforta ao apontar o verdadeiro modelo de sociedade e que, penso, deve nortear a instrução. A ele devemos o tacape a brandir sobre a cabeça dos hereges em terras pernambucanas. Sejam os seus discípulos. Honremos a escola catholica, combatamos os preceitos heréticos. (DIÁRIO DE VIAGEM 1927, p-47)

Foi mesmo no Porto que Odilon Pedrosa expediria por correio uma cópia de *Crítica a Crítica* para a biblioteca da Pia Universidade Gregoriana. Também foi junto a Associação Beato Ignácio de Azevedo que adquiriu uma boa parte de seus livros apologéticos ²³². A observar a quantidade de obras de Senna Freitas, constantes em sua biblioteca, podemos mensurar a compreensão da questão da instrução protestante, que se fixou em seu repertório combativo, de crivo marcadamente romanizado. Em um dos livros de sua biblioteca se encontra grifada, por exemplo, uma passagem marcante do olhar de Senna Freitas (1879, p.10) para a doutrina:

Felizmente os protestantes são sempre melhores que o seu protestantismo, aliás, se fossem coerentes, deixavam a perder de vista as abominações da antiga Roma verberadas pelo chicote de Juvenal (...) mas esses taes são os protestantes de boa-fé, os heresiachas que criaram a reforma foram os que mais largamente tiraram as consequências do princípio da não necessidade das boas obras (FREITAS, 1879, p-10-12).

Aquele outono de 1927, se manifestaria profícuo no aprofundamento e no fomento das posturas missionárias ultramontanas, que Odilon Pedrosa receberia como instrução para seu retorno ao Pontifício Colégio Pio Latino Americano e também ao Brasil.

²³² Clube literário localizado no Colégio pio latino americano, em que Odilon Alves Pedrosa estava associado e no qual exercia atividades jornalísticas e intelectuais.

Entre as obras marcantes que trouxe da Europa, devidamente catalogadas, constantes no atual acervo estão: *A Nova Geração*, de Diogo Pacheco D'Amorim; Do Padre Senna Freitas: *No plesbítero e no templo*, *Dia à dia de um espírito cristão*, e *Os Nossos bispos do continente*; *O Christianismo e o progresso* de Antônio da Costa; *O Católico no século* de Joao Bosco; *Regras da Igreja na formação do clero*, de autoria de Antônio Ferreira Pinto. Entre muitos outros. Livros que seguiram com Odilon, naquele tórrido ano de 1927.

Primeiramente, rumo a Pia Universidade Gregoriana, e que, em seguida, passaram a ser usados no dia à dia do intelectual como esteio de seus artigos, crônicas e livros. Afinal, aquelas referências se tornariam por longos anos, fonte de embasamento para sua polemicas com as lideranças intelectuais pernambucanas, logo que retornou ao Brasil. Somavam-se aquelas obras, ao acervo brasileiro. Tornadas fontes de consulta e uso constante na atividade jornalística e instrucional de Odilon Pedrosa. O religioso, alias, e demais companheiros de viagem, retornaram a Itália por Lisboa, no dia 13 maio de 1927. Fixava-se na memória, nesse item, o que parecia ser, e era, uma missão cumprida: certa organicidade, a toda prova, para ser levada a Itália e ao Brasil. Particularmente, nas páginas do acervo adquirido.

Em dezembro de 1927, Odilon Alves Pedrosa era nomeado doutor em direito canônico pela Pia Universidade Gregoriana de Roma, e retomava ao Brasil logo em seguida, para assumir atividades junto a Arquidiocese de Nazareth da Mata. Haviam se passado quatro anos de longas reflexões e estudo. *Era chegado a boa hora*. Escreveria numa das páginas fragmentadas de seu diário (DIÁRIO DE VIAGEM, 1927, p.56).

Em Pernambuco, onde estaria vinculado a intelectualidade da cidade de Nazareth da Mata, repercutiria o tempo de visita a Europa para expandir suas noções de militância. Levadas à cabo nos anos seguintes, à frente de Ginásios e periódicos, nos quais expunha o embasamento fixado na Sé Romana, e na visita a Portugal. Cioso inclusive de criar e organizar informações precisas das atividades desenvolvidas. Fosse compilando artigos de jornais publicados, diários escritos ou discursos proferidos. Da mesma forma, um bom número de fotografias captadas ao longo do tempo como estudante seminarista padre e educador.

Desde muito cedo ao se fixar como docente, tanto em Pernambuco quanto na Paraíba, ao longo de três décadas, Odilon Pedrosa definiu como um critério importante de sua carreira, documentar, organizar e disponibilizar uma biblioteca e arquivo pessoal doutrinário, sistematizando-os em prol de uma organicidade que se fundamentava década a década. Dentro do fenômeno a que remete Deonir Kurek, (2002, p.34), ao discutir a importância dada por

formadores e intelectuais no que diz respeito a observância de uma “escrita de si”. Urdida no transcurso de dadas escolhas pessoais, sobre suas respectivas trajetórias. Notadamente, no caso de Odilon Pedrosa, aquela delimitada como dispositivo a serviço dos interesses combativos da Igreja Católica.

O Arquivo e Biblioteca Pessoal do Padre Odilon Pedrosa que passaria a acompanhar a trajetória de seu provedor, teve como lastro uma função de espaço militante durante todo o período de sua formação, ainda no Seminário de Olinda, passando pelos corredores estudantis do Pio Colégio Latino Americano em Roma, até as casas paroquiais, nas quais se fixou como pároco.

Entretanto, foi na formação de um acervo instrucional, que se baseou boa parte das aquisições e recortes elaborados pelo intelectual, francamente envolvido nas querelas entre instrução laica e confessional ao longo dos anos.

Dentro dessa esfera, Odilon Pedrosa promoveu ajustes conforme incluía itens no acervo, atrelados aos designios da Igreja para a instrução confessional, enquanto produzia textos inclusos nos jornais donde era colaborador. Rotina que incluía prover o acervo de suas produções, normatizando-o e deixando-o sempre atualizado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre acervos, dispostos no transcurso de uma formação política, assentada na instrução confessional, permanece alvo de interesse investigativo. Principalmente se na tessitura de um acervo educacional de base confessional o protagonista/articulista, autor de textos, artigos de toda ordem, articule como necessário se projetar como artífice intelectual, a partir da formação de um cabedal de referências. Todas assentadas num arquivo pessoal, e uma biblioteca de referência na área da instrução católica. Elaborada no transcurso de embates entre modelos educacionais. Articulada a *interesses do tempo*. Projetada no trato com os temas recorrentes do universo educacional e doutrinário. Mensurada para servir alhures de base de estudos e de conservação de repertórios temáticos.

REFERÊNCIAS

- AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil**: Terceira Época: 1930-1964. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p-34- 50.
- BOLETTINO DEGLI STUDANTI, **Pio Colégio Latino Americano**, vol.2, Roma, Itália, 1926, p.4
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**, Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2007.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: EDUSP, 2002, p-340-370.

CATROGA, Fernando. **Entre Deuses e Cesares**. Lisboa: Almedina, 2010.

DIARIO DE VIAGEM, **Manuscrito**, Roma: Itália, vol,2, 1927, p.3

FREITAS, J. J. S.F. **Crítica à crítica**. Porto: Livraria Portuense, 1879.

KUREK, Deonir; OLIVEIRA, Valeska F. de. “O cuidado de si” na produção da subjetividade docente. In: VASCONCELOS, José Gerardo; MAGALHÃES JÚNIOR, Antonio Germano.(org.) **Um Dispositivo chamado Foucault**. Fortaleza: LCR, 2002.

MARRAMAO, Giacomo, **Poder e secularização**, São Paulo:UNESP, 2001.

MARTINA,Giacomo, **História da Igreja**, De Lutero aos nossos dias,Vol.III, A Era do Liberalismo,Tradução: Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola,1996.

MEZZOTI, Daniele. **A Igreja Católica e a Secularização**. São Paulo: Paulinas, 1998. p.49-60.

MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica brasileira**, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PINTASSILGO, Joaquim (org.). **Laicidade, Religiões e educação na Europa do Sul no século XX**. Instituto de Educação: Universidade de Lisboa, 2013.

O ACERVO DO CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DA LUZ (GUARABIRA-PB): MEANDROS ARQUIVÍSTICOS E ESCOLARES DE UMA INSTITUIÇÃO CONFESSIONAL PARAIBANA

Rayhanne Maria de Araújo Jatobá (Universidade Estadual da Paraíba),
Teresa Rachel Granjeiro Araújo (Universidade Estadual da Paraíba),
Ramsés da Silva e Nunes (Universidade Estadual da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

A temática de acervos escolares vem ganhando notoriedade na comunidade arquivística, apesar de ser ainda pouco trabalhada entre os mesmos, donde existem ainda inúmeras lacunas investigativas. É um dos principais fatores que deixam os profissionais arquivistas com dificuldades ao tratar das especialidades destes acervos. Nossa reflexão, portanto, se lança a observar uma das facetas do campo: os acervos das escolas confessionais.

Para tanto, escolhemos o Colégio da Luz, entre tantas instituições detentoras de massa documental escolar no estado da Paraíba. Espaço escolar de relevância no escopo do ensino confessional do estado e que vem nos despertando interesse. Seja por possuir um montante significativo de fontes manuscritas, fotográficas e impressos de toda ordem, no transcurso da apresentação de seus tramites escolares e burocráticos, seja por representar campo aberto para intervenções de fundo arquivísticas. Aspecto facilitado pela

existência de acervo ainda a ser trabalhado no âmbito da área de arquivos escolares.

O *Colégio da Luz* foi fundado na década de 30, na cidade de Guarabira, Brejo paraibano. Importante centro regional daquela microrregião. Cidade e polo comercial monopolizadora com representação local de grandes empresas, distribuidoras, casas de comércio e possuidora de uma estação de Trem. A escola foi inaugurada pelo Cônego Monsenhor Emiliano de Cristo, onde inicialmente era um educandário feminino. A instituição, desde o início, teve como proposta instrucional o dispositivo confessional católico. Inicialmente voltado para o público feminino. Só muito tardiamente, após mudanças de gestão, passaria a incluir ambos os gêneros. Com o fim da administração direta da Igreja, em meados de 80 a escola passou a ficar sob a tutela da educadora Josefa Diôgo de Lima. Professora que manteria o lastro confessional, na disposição das práticas educacionais do colégio. Tanto no currículo, equiparado ao Colégio Pedro II, quanto na cultura escolar encerrada nas representações culturais, daquela instituição. Margeando a escola cívico patriótica, de fundamentação cristã-católica. Fenômeno que se tornou a regra entre educadoras leigas e colégios privados na Paraíba dos anos 1930. Muitas a manterem relação direta com suas arquidioceses (SILVA, 1999).

Imagem 1 - Estrutura da Escola no final da década de 30



Fonte: Acervo Centro Documental Coronel Severino Pimentel, 2022.

É desse universo e acervo, construído naquele espaço escolar que se dá nossa reflexão, imbuída de um diálogo que se projeta tanto a partir de uma necessidade de debate, oriundo dos conceitos que se fundamentam na história

das instituições escolares (NOSELLA; BUFFA, 1999), e no próprio conceito de arquivo. Esse último, necessário na inclusão de outras tipologias documentais e acervos da mira das reflexões atreladas aos chamados arquivos escolares. Tais como os que são identificados no Colégio da Luz, objeto de nossa atual investigação.

2 ARQUIVOS & ARQUIVOLOGIA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Sabemos que os arquivos possuem um papel importante na sociedade: é neste setor, onde os documentos conectam-se com os usuários, construindo corpos de sentidos através da disponibilização sistematização e organização da informação. Indo além de meros espaços que acumulam “papéis antigos e caixas empoeiradas”. Visão esta, que infelizmente é presente em parte da sociedade, conforme relatado por Belloto (2002) e Ferreira (2019). Contudo, esses intelectuais nos ajudam a ter outra percepção do conceito de arquivo. Onde se localizam, inclusive, também aqueles destinados ao universo escolar. Define-se nesse item arquivos por instituições públicas ou privadas que estabelecem funções e atividades de criação, avaliação, classificação, aquisição, gestão entre outras funções, organizados em função de uma pessoa jurídica e física, que são preservados visando sua utilização futura. Respeitando, normas e princípios do documento para sua funcionalidade como proveniência, organicidade e integridade, em conformidade com Paes (2007), Prado (1999) e Rosseau e Coulture (1998).

Diante dessa perspectiva, o conceito de arquivo e mesmo de documento e acervo, transcendeu a simples materialidade. Podemos destacar dois grandes fenômenos: a utilização de suportes variados de informação, transcendendo o uso convencional da estrutura de papel, bem como o surgimento dos princípios da gestão documental, promovendo o *insight* para toda comunidade arquivística. Sendo capaz de ser conceituado também como uma fonte de informação, por ser um recurso de pesquisa, que inclui produtos diversos e responde demandas. Segundo Jardim e Fonseca (2018) e Biremi (2001).

Sendo assim, as tipologias documentais encontradas nas escolas também se ajustam as novas demandas reflexivas. Posto que estão postos nas intuições, por exemplo, acervos diversos e múltiplos. E com o avanço da tecnologia, estes documentos transcenderam o formato papel que conhecemos, para o formato virtual, construindo assim uma nova perspectiva para Arquivística. A cerca das tipologias documentais, por exemplo, encontradas em instituições arquivísticas podemos afirmar:

(...) é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo

de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, **tudo que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artístico, pela atividade humana.** (BELLOTTO, 2004, p. 35, grifo nosso)

Havemos de convir que todos esses dispositivos teóricos se ajustam ao ambiente escolar. Outrossim, para cada tipo de fonte documental, há necessidade de estabelecer práticas arquivísticas para que a haja perpetuidade na informação. Haja vista que também no arquivo de uma escola, seja primordial que desde sua criação, se apresentem estabelecidos critérios de avaliação e eliminação. Especialmente, devido ao excesso de massa documental, planejamento estrutural, técnicas de manutenção entre outras atividades. Nunca é demais pensar que a gestão documental deve ser aplicada desde sua criação, até sua idade final²³³. Em se tratando de arquivos escolares, prática nem sempre usual. Da qual se ressentem os investigadores e a própria arquivologia.

3 ARQUIVOS ESCOLARES: REFLETINDO SOBRE O CAMPO

A temática de “Arquivos Escolares” ainda é pouco trabalhada entre os profissionais de arquivos, visto que a respectiva área é pouco desenvolvida e trabalhada no Brasil. As pesquisas encontradas são voltadas em sua maioria para a história da educação²³⁴. Tal problema é fruto muitas vezes da visão que os gestores das instituições possuem sobre seus respectivos acervos: apenas como espaço para guarda de papel, e não como arquivo detentor da história da instituição.

No entanto, no campo historiográfico, os arquivos escolares enquanto objeto de estudo se situam muitas vezes fora da Arquivologia. Visto os inúmeros trabalhos produzidos na área da histórica cultural. Pesquisadores conseguem visualizar a interdisciplinaridade destes acervos, e na preservação da memória desses espaços. Vidal (2005, p.1) explana sobre as inúmeras pesquisas científicas que vem surgindo ao longo dos anos e sua preocupação:

²³³ Para além das disposições acadêmicas e refletindo sobre as condições de arquivos em toda extensão territorial do país, a Lei 8.159 de 1991 regulamenta a importância da realização da gestão de documentos.

²³⁴ Conforme temos verificado nos acervos de Congressos das principais instituições atreladas a Arquivologia e a História. Particularmente a história da educação. Entre elas: Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), HISTED-BR e ANPUH, na área específica de história e arquivos especiais na área de Arquivologia.

Os arquivos escolares têm emergido nos últimos dez anos como temática recorrente no campo da história da educação. Relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para a percepção da cultura escolar (...) mobilizando investigadores da área, renovando as práticas da pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico metodológico. (VIDAL, 2005, p.1)

Sendo assim, se faz necessário compreender o que são estes espaços e como atuam. É salutar, da mesma forma, retomar o próprio conceito de **documento escolar**, entre as diversas tipologias. Definidos como “*aqueles que se referem aos elementos relacionados com a vida e atuação da instituição escolar*” (NUNES, 2006, p.13). Da mesma forma, as fontes documentais escolares de toda ordem. Vistos em suas especificidades como:

(...) os diversos tipos de documento, em seu sentido amplo, de que se lança mão nos estudos históricos sobre alguma instituição escolar, sobre um sistema de ensino, uma política educacional, etc., tendo como referência a instituição social que contribui para a formação básica, superior ou permanente dos cidadãos”. (NUNES, 2006, p.13)

Ferreira (2019) aborda que esses espaços são enxergados - na história da educação - como fontes de informação reservados para preservação da memória escolar, evidenciando sua relevância quando pesquisa, transcendendo a visão simplista de que são apenas depósitos de papéis que retratam suas jornadas pedagógicas. Diante disso, Bonatto (2005) afirma que estes acervos são construídos organicamente de diversas tipologias documentais que retratam seu pensar, fato que deve ser refletido no âmbito de sua organização. Outra esfera a ser observada: a percepção dos espaços de guarda e arquivamento da documentação escolar como lugares de intervenção e diagnóstico, a serem instrumentalizados e estruturados.

Pensar nos espaços de guarda documental em ambiente escolar e seus acervos arquivísticos ainda é um problema, uma vez que estes necessitam de tratamento e profissionais adequados, e muitas vezes os encarregados por esses repositórios não possuem qualificação apropriada, conforme apontado por Ferreira e Bari (2019): “O problema da gestão documental, no caso do Arquivo Escolar, tem origem no status social da função escolar, ou mesmo da comunidade acadêmica”. (FERREIRA; BARI, 2019, p.30). À vista disso, a impossibilidade de uma equipe especializada é um problema que atinge diretamente na organização, visto que:

No caso do Arquivo Escolar, que é uma unidade de informação situada numa unidade ou sistema escolar, o contexto de falta de familiaridade e formação de quadros profissionais adequados à gestão documental indica a solução da implantação de POP. Afinal, a familiarização e o conhecimento de boas práticas se apresentam como solução presente, para evitar que não haja nenhum tipo de documentação escolar sobrevivente para uma gestão da informação e do conhecimento no futuro. (FERREIRA, 2019, p. 50)

A aplicabilidade da gestão documental nestes acervos é uma problemática em evidência, não somente pela comunidade arquivística enxergar estes arquivos, mas sim da administração da própria escola, que visualiza estes espaços como depósitos e dificultam a pesquisa perante estes documentos, tanto em instituições públicas como em privadas.

É Mogarro (2005, p.107) que evidencia: “Hoje, apresentam-se geralmente, com a documentação desposta ao sabor do acaso, evidenciando a desorganização arquivística que teria sido provocada pelas mudanças de localização ao longo do tempo”.

4 O ACERVO DO COLÉGIO DA LUZ – HISTÓRIA FRAGMENTADA

O acervo do Colégio da Luz passou por diversas mudanças e fragmentações ao longo do tempo. No final da década de 70, com a separação da igreja da direção da escola, parte do seu acervo foi fragmentado devido a uma série de fatores. Tais como dificuldades de gestão administrativa. Com a saída da liderança religiosa do recinto, a documentação original do período de 1930, a meados do final da década de 1970, não se encontram nas dependências da instituição. Atualmente, a instituição conta com registros documentais da década de 1980 e do tempo presente. O que inclui acervo documental que expõe as jornadas pedagógicas do colégio, dossiês dos alunos, diários de classe, históricos escolares, entre outros.

A documentação existente é caracterizada como híbrida, visto que parte dela é física (dossiês dos alunos, histórico escolares etc) e virtual (sistema de notas, apostilas, entre outros). Não há propriamente uma sede arquivística, onde seus registros fiquem armazenados. Ocasionalmente a existência de uma espécie de depósito, onde apenas algumas tipologias estão organizadas.

Imagem 2 - Dormitórios do Colégio da Luz



Fonte: Acervo Centro Documental Coronel Severino Pimentel, 2022.

Devido a sua importância para cidade, o Centro de Documentação Coronel Severino Pimentel²³⁵ possui pequenos registros do Colégio da Luz que são 06 fotos da instituição, sem data específica e uma apostila referente a década de 80. Tais como a fotografia acima, onde é possível ver o dormitório no qual as alunas internas residiam ao longo das décadas em que aquele sistema de instrução funcionou. O acervo fotográfico da escola não inclui especificações cronológicas ou autoria. Tais como as fotos a seguir. Duas delas, atreladas a festividades cívicas, ocorridas nos anos 1940 e 1950:

Imagem 3 - Festas Cívicas do Colégio da Luz

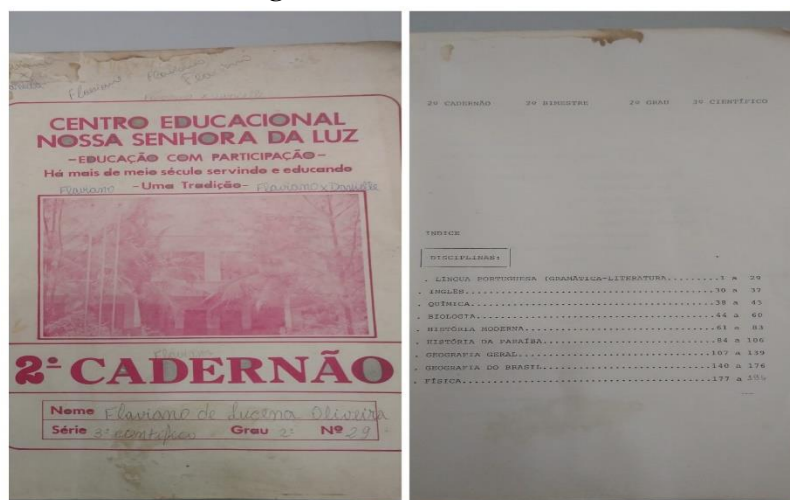


Fonte: Acervo Centro Documental Coronel Severino Pimentel, 2022.

²³⁵ CDOC, como é popularmente conhecido, foi criado em 1988 e tem como objetivo salvaguardar os principais registros da memória guarabierense.

Novamente, não é possível dizer com determinação a data e o autor, nem mesmo as festividades com precisão, visto que o CDOC não dispõe destas informações. Da mesma forma outras tipologias que se apresentam no acervo, permanecem sem o devido tratamento cronológico/documental. É o exemplo de uma série de apostilas. Tais como as que apresentam material didático da instituição.

Imagem 4 - Cadernos Didáticos



Fonte: Acervo Centro Documental Coronel Severino Pimentel, 2022.

Na foto acima, trata-se da apostila de conteúdos que o colégio dispunha sobre seus alunos. No caderno intitulado “2º Cadernão”, trata-se de um material com o copilado das disciplinas da época. Contudo, não há referência de período e autor. Pelas características documentais e pelo material, acredita-se ser do final da década de 70 a 80.

Retomando o acervo do colégio, em 2011 a diretora Rosana Diôgo, criou o memorial da instituição, com o intuito de acender a memória institucional, contendo artigos desde a sua criação a registros de eventos atuais. Tais dispositivos organizativos primários, foram realizados e acervo adquirido, a partir de documentação e objetos doados por ex-alunos e pela comunidade guarabirense. É perceptível daí que não houve trato arquivístico ou técnico para com o acervo. Haja vista que muitas das informações importantes como datas, locais e circunstâncias histórico-documentais nas quais foram produzidos aqueles documentos acervos não foram triados a partir de instrumentais arquivísticos.

A seguir, pode-se visualizar o memorial da instituição, que além e contar sua história através de fotos e artefatos, também mostra premiações ao

longo da sua jornada. A escolha destes registros é feita pela diretoria, e não por profissionais arquivistas na construção e/ou seleção do acervo.

Imagem 5 - Memorial da Luz



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Também foi criado em 2011 o acervo fotográfico virtual que consiste em registros fotográficos importantes. Dedicados a mostrar a trajetória da instituição ao longo do tempo.

5 ACERVO VIRTUAL FOTOGRÁFICO

Como mencionado anteriormente, o acervo fotográfico foi criado em 2011, com o objetivo de festejar os momentos importantes da instituição ao longo dos anos. Criado pela diretora Rosana Diôgo, o arquivo encontra-se em constante modificação, visto que sempre está aberto para envio de fotos ²³⁶. O memorial fotográfico, como exemplificado abaixo, foi organizado pela própria diretora Rosana Diogo, juntamente com Luísa Diôgo, Levy Galdino e Roberto Araújo. O memorial encontra-se na aba de “instituição”. Conta com aproximadamente 449 (quatrocentos e quarenta e nove) documentos fotográficos que tentam aludir a toda a história da instituição. Como mencionado ao longo desta pesquisa, a maioria das fotos encontradas naquele acervo foram feitas por doações de ex-alunos da instituição e moradores da cidade que possuem algum laço com o Colégio da Luz.

A maioria dos arquivos localizados encontra-se sem contextualização e algumas fotos carecem de qualidade e tratamento adequado, o que dificulta no

²³⁶ Podendo ser encontrado através do endereço eletrônico:
<https://www.colegiodaluz.com.br/galeria.php?id=39>

processo de compreensão/pesquisa. Nas imagens abaixo, é possível visualizar como é feita a organização das fotografias no acervo virtual.

Imagem 6 - Acervo Fotográfico Virtual



Fonte: Memorial fotográfico Colégio da Luz, 2022.

Nas imagens anteriores, é observado a ausência de um tratamento arquivístico adequado, visto que muitas das fotografias estão sem devido tratamento. Como é possível visualizar respectivamente na imagem, há prints de redes sociais, fotos realizadas na câmera de celulares de jornais que retratam fatos ocorridos no colégio, causando acúmulo de informações e carência de contextualização.

Já na imagem a seguir, podemos enxergar um dos poucos registros em que existe descrição (não arquivística) embora sem autoria, resultando em descontextualização da fotografia. Também não há uma organização cronológica em todo o acervo, dificultando a visibilidade da evolução da instituição. Todavia, é factível que permanece relevante a massa documental e o acervo da instituição que se encontra acessível *on line*. Mesmo com as lacunas arquivísticas identificáveis e excessos informacionais. Possibilitando a comunidade guarabirense, acesso a informações históricas de relevância para a comunidade e região.

Imagem 7 - Acervo Fotográfico Virtual

Fonte: Memorial fotográfico Colégio da Luz, 2022.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Educacional do Colégio Nossa Senhora da Luz desde sua criação, no final da década 30, vem construindo ao longo dos anos, jornada histórica relevante, perante a cidade de Guarabira e região do Brejo paraibano. Outrossim, em função de mudanças de gestão, parte do seu acervo foi dissipado, ocasionado perda considerável de seus segmentos documentais. Atualmente, como mostrado ao longo da pesquisa, existe apenas documentos do período da década de 1980, que não está plenamente organizado, devido a ausência de um profissional adequado, entre outros fatores. Contudo, a instituição se preocupa com a memória escolar, posto que em 2011 foi criado o Memorial do Centro Educacional Nossa Senhora da Luz. Tendo como objetivo expor a trajetória histórico-pedagógica da instituição ao longo dos anos. Aspecto sanado em parte, mediante doações da comunidade guarabirense. Fenômeno que reforçou a incidência do acervo e artefatos doados a instituição.

Potencializando o Memorial Fotográfico Virtual, donde a fotografias acabam sendo objeto de afirmação histórico-memorialística. Memorial virtual este que foi objeto de nossa pesquisa. Conquanto se encontre o mesmo atualmente, sem gestão adequada e carência de dados importantes, a necessitar de fundamentação e instrumentalização arquivística para visibilizar: 1) um acervo dentro de parâmetros técnicos; 2) viabilidade da interface virtual para execução de pesquisa virtual; 3) Mediação entre acervo e cronologia histórica e 4) tratamento digital do acervo analógico da instituição. Todas, práticas

científicas viabilizadas de forma ordenada e contextualizada, visto que a fotografia é um arquivo que demanda exigências específicas para sua salvaguarda.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, Heloísa Liberali. **Arquivística Objeto, princípios e rumos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BIREME. **Guia 2001 de desenvolvimento da Biblioteca Virtual em Saúde**. São Paulo, 2001. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_tecnologias_modelo_bvs.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022

BONATTO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.10, p. 193-220, jul/dez, 2005.

FERREIRA, Shirley dos Santos. **Arquivos escolares como fonte de informação: intervenção na elaboração de modelo de gestão documental**. 2019.

FERREIRA, Shirley dos Santos; BARI, Valéria Aparecida. Gestão da documentação dos arquivos escolares no Brasil. In: **Revista Fontes Documentais**, 2019.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELLO, Bernadete; DA TERRA CALDEIRA, Paulo. **Introdução às fontes de informação**. Autêntica, 2018.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 2 [10], p. 75-99, 2005.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2009.

NUNES, Antonietta D. et al. **Construindo nos arquivos o conhecimento de história da educação**. 2006.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo Teoria e Prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PRADO, Heloísa Almeida. **A técnica de arquivar**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. 2004.

SILVA, Ramsés Nunes e. **O Internato que se tece: As Culturas Instrucionais de Confinamento e as Damas da Instrução Cristã-1891-1937.** Tese de doutorado, PPGE, UFPB, 2012.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: Souza, Rosa Fátima de. Valdemarin, Vera Teresa (Org.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa.** – Campinas, SP: Autores Associados. 2005.

A POLÍTICA ARQUIVÍSTICA E A GESTÃO DOCUMENTAL EM ARQUIVOS ESCOLARES: UM ESTUDO DE CASO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SALVADOR

Laís Farias dos Santos (Universidade Federal da Bahia),
Gleise Brandão (Universidade Federal da Bahia)

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos escolares desempenham um papel importante no contexto educacional por salvaguardarem registros que contribuem para a tomada de decisão, a memória e a história da educação. No entanto, essa temática ainda é pouco abordada na literatura da Arquivologia e carece de maior aprofundamento.

Considera-se arquivo escolar o conjunto de documentos produzidos e recebidos pela instituição de ensino no decorrer de suas atividades. Logo, é importante considerar o seu papel para o bom funcionamento das instituições de ensino, pois permitem: “Analisar a historicidade das práticas escolares para narrar o cotidiano das escolas, reconhecer concepções educacionais e geracionais de um determinado tempo e lugar e, dessa forma, conhecer mais sobre a História da Educação.” (CUNHA; CHALоба, 2014, p. 4).

Dada a sua relevância para a sociedade, faz-se necessário discutir a importância da sua gestão e preservação. A implantação da gestão documental precisa ser realizada a partir de ações planejadas e estratégicas, por meio de

políticas arquivísticas, para que seja compatível com a realidade da instituição, e assim, se tornar efetiva para os usuários.

A necessidade da implantação da gestão documental surge devido ao grande volume de informações gerado pelas instituições de ensino, a necessidade de se ter um gerenciamento adequado, bem como de possibilitar o acesso às informações e a transparência. Tomando essas questões como ponto de partida, é necessário entender como e de que forma as necessidades dos arquivos escolares vêm sendo pensadas, planejadas e fundamentadas pelas esferas políticas governamentais, institucionais e arquivísticas. Nesse sentido, objetiva-se analisar as políticas arquivísticas e sua influência na gestão documental dos arquivos escolares realizada nas escolas municipais de Salvador.

2 GESTÃO DOCUMENTAL E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS DOS ARQUIVOS ESCOLARES

O arquivo escolar consiste em um “[...] conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou natureza dos documentos” (MEDEIROS, 2004, p. 2). Nesse sentido, Reis F. e Reis J. (2017, p. 497) acreditam que “[...] os acervos produzidos e recebidos no exercício das atividades escolares refletem a vida dos estudantes e dos trabalhadores que nela atua, revelando como ocorre o processo ensino e aprendizagem e as possibilidades de investigações científica.”

Para além de contribuir para a história da educação, os arquivos escolares servem como prova e apoio à tomada de decisão, à pesquisa e produção de documentos e para a salvaguarda da memória se constituindo, assim, enquanto fonte de informação. Nesse sentido, a valorização dos arquivos escolares transpassa questões que não se limitam à memória e à história, também reflete diretamente em questões referentes à forma como a sua gestão é realizada.

Para gerir esses documentos arquivísticos, assim considerados por serem gerados de forma natural e orgânica a partir das atividades rotineiras da instituição, é necessário um acompanhamento do processo de criação, tramitação, armazenamento e recuperação da informação, pois uma das questões problemáticas da gestão documental é a ausência desse acompanhamento. É a partir da identificação desse ciclo que é possível pensar em critérios arquivísticos que se enquadrem na realidade da instituição no que tange ao gerenciamento da documentação.

Conforme enfatizam autores como Ferreira e Bari (2019), Pinheiro (2016) e Catalice (2014) em suas pesquisas, a realidade atual dos arquivos escolares se encontra cercada de problemas como, por exemplo, a ausência de políticas que direcionam o tratamento e o gerenciamento dos documentos; a falta de arquivistas no quadro de funcionários dessas instituições. O que reflete na atribuição de atividades relacionadas aos documentos apenas aos secretários e auxiliares; e a precariedade de espaços e recursos que possam ser destinados exclusivamente para o arquivo, dificultando a aquisição de equipamentos, mobílias e materiais que atenda às suas necessidades plenamente. Esses aspectos influenciam diretamente na gestão documental em arquivos escolares.

Outro aspecto importante é a implementação de políticas arquivísticas, pois elas atuam na orientação e validação de ações tomadas em torno da gestão documental. A ausência ou escassez de políticas de arquivos é uma das problemáticas para a gestão, pois “[...] devido à ausência de uma política de gestão documental nas escolas, o acesso aos seus arquivos tem sido dificultado pelo grande e crescente volume documental”.(PONTES; SANTANA; CALUNGA, 2020, p. 35). Além disso, as instituições passam a executar atividades de forma não sistemática sem o estabelecimento prévio das suas funções e responsabilidades, realizando assim ações não planejadas conforme as suas necessidades, desconectadas com o que prevê a Arquivologia.

Ferreira e Bari (2019, p. 34) notaram a falta de políticas para nortear a gestão documental e preservação dos Arquivos Escolares: “As soluções que cada unidade escolar e secretários escolares criam, são seus próprios sistemas, de modo intuitivo”. O que leva à ausência de procedimentos técnicos adequados que possam assegurar de forma eficiente a produção, administração, manutenção e destinação de documentos.

Observa-se essa escassez de políticas arquivísticas tanto a nível nacional quanto municipal. Tomando-se o exemplo da cidade de Salvador, é possível identificar apenas duas políticas municipais: o Decreto nº 32.387 de 06 de maio de 2020 que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para realização do processo administrativo no âmbito da Prefeitura de Salvador e o informativo nº 002/2020 que estabelece critérios para a apresentação de documentos na Secretaria de Educação. Essas políticas se mostram insuficientes para atender as necessidades voltadas à gestão documental das escolas municipais, pois contemplam apenas instruções gerais para o acesso, a tramitação e demais atividades realizadas sem embasamento nos princípios, técnicas e procedimentos arquivísticos necessários.

No contexto nacional, vale destacar que não há uma referência direta aos arquivos escolares na Lei de Diretrizes e Bases da educação, essa que é um

dos maiores princípios normativos da educação brasileira. Sendo possível identificar apenas o parecer nº 16 de 1997 enquanto instrumento normativo nacional em torno dos documentos escolares. Embora tenha a sua relevância, tal parecer não se aprofunda nos procedimentos e técnicas específicas da gestão documental como a produção, a descrição, a avaliação e a destinação dos documentos com base em instrumentos de gestão e critérios rigorosos. Portanto, faz-se necessário questionar a carência de políticas arquivísticas nacionais voltadas ao arquivo escolar, uma vez que se tem observado grande interesse e preocupação com a gestão dos acervos acadêmicos no âmbito das instituições de ensino federais.

Dessa forma, entende-se que as políticas arquivísticas podem contribuir no direcionamento das ações voltadas à gestão documental nas escolas, uma vez que estabelecem critérios e diretrizes normativas para o controle de acesso, recebimento, tramitação, transferência, recolhimento e eliminação de documentos. Tais políticas podem auxiliar, ainda, na elaboração de manuais, instrumentos de gestão (plano de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos), vocabulários controlados e afins.

3 METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para compreender o objeto de estudo através do que já foi publicado na literatura, bem como documental para identificar as políticas arquivísticas no âmbito dos arquivos escolares; um estudo de caso em duas escolas municipais públicas da cidade de Salvador para verificar como realizam a gestão documental e sua relação com as políticas arquivísticas, por meio da aplicação de questionário online.

A coleta dos dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário com dois secretários das escolas participantes, no período de 21 de outubro a 03 de novembro de 2021, elaborado com 24 perguntas que foram organizadas nas seguintes categorias: Instalações (como forma de compreender melhor a estrutura física e os recursos disponíveis no arquivo escolar da instituição); Gestão Documental (como meio de compreender as rotinas e atividades exercidas pela escola) e as Políticas Arquivísticas (com intenção de avaliar como essas instituições visam e/ou aplicam as políticas arquivísticas na sua rotina). Após a coleta dos dados, procedeu-se ao tratamento em planilhas, descrição, análise e interpretação dos dados de forma comparativa e qualitativa considerando as categorias previamente elaboradas.

4 RESULTADOS

Essa seção busca analisar os resultados obtidos, a partir das categorias previamente definidas. No que tange à primeira categoria intitulada **instalações**, observou-se que ambas as escolas possuem um mesmo perfil nos aspectos de guarda, mobília e na forma de acondicionar os documentos, optando por materiais e métodos simples e práticos para o arquivamento que são considerados corretos tecnicamente. As formas de realizar intervenção nos ambientes também são parecidas, optando por desinsetização como forma de combate aos insetos, porém é importante considerar que outras ações são necessárias para prevenção de outros problemas relacionados ao controle de umidade e temperatura.

Os equipamentos disponíveis são computadores, scanners e impressoras, considerados essenciais para dar suporte e auxiliar no bom funcionamento da rotina documental como impressão e digitalização de documentos, por exemplo.

Quanto à categoria **administrativo**, questiona-se a falta de profissionais mais qualificados como o arquivista, os dados indicam que os respondentes reconhecem a importância da presença de tal profissional no corpo de funcionários das escolas e demonstram desapontamento quanto à quantidade de funcionários disponíveis nas secretarias para lidar com o gerenciamento da documentação. Assim, considera-se que a falta de um arquivista e demais funcionários capacitados para dar suporte às atividades da rotina escolar é uma das questões que precisam ser tratadas para que haja uma gestão dos documentos mais efetiva.

A terceira categoria a ser analisada é a **gestão documental**, no aspecto gerencial as escolas seguem um mesmo fluxo funcional, considerando as suas atividades principais quase como unificadas nas unidades, a forma como os documentos são geridos é muito parecida apresentando apenas algumas especificidades no tratamento, como inserção de alguns formatos de protocolar informações para o controle dos documentos.

A Escola 2 aplica uma ficha específica de controle que pode ser associada ao protocolo, nela são registradas: a data, a assinatura e o prazo de atendimento para o solicitante. A inserção dessa forma de controle pode trazer mais segurança no processo de tramitação, um ponto considerado positivo, compatível e previsto nas fases da gestão documental no que tange à utilização dos documentos. Já a Escola 1, não utiliza nenhum modelo de protocolo para controle dos documentos que são tramitados, prevendo apenas um controle anual de um volume maior de documentos tornando o controle dificultoso e mais vulnerável a perdas e extravios.

Observou-se também que há um enfoque maior no arquivamento, carecendo de outras ferramentas essenciais para o desenvolvimento da gestão documental, como plano de classificação, a tabela de temporalidade, assim como a descrição dos documentos, aspectos necessários para auxiliar na organização, localização e recuperação as informações. Os métodos de arquivamento mais utilizados consideram o tipo documental e/ou ordem alfabética ou numérica. Embora esses métodos consigam atender as instituições, o volume documental e a falta de intervenção arquivística tornam os processos carentes de aperfeiçoamento.

Um outro fator a ser analisado nesse quesito é a ausência de ferramentas tecnológicas em ambas as escolas como sistemas informatizados para controle da produção e tramitação dos documentos, o que tornaria os processos mais otimizados, além de trazer vários outros benefícios desde que alinhado a uma gestão documental já implementada.

Na quarta categoria intitulada **políticas arquivísticas**, verificou-se que a ausência e o desconhecimento de políticas públicas específicas para os arquivos escolares podem contribuir para uma sucessão de acontecimentos problemáticos, a saber: a falta de políticas institucionais que tornam as atividades realizadas desconexas, sendo elas feitas na maioria das vezes de forma intuitiva de acordo apenas com as necessidades que surgem, sem qualquer tipo de planejamento. A escassez dessas políticas reflete a não aplicação de diretrizes arquivísticas, gerando uma ausência de técnicas adequadas para a gestão documental.

Em relação ao acesso, as instituições utilizam parâmetros diferentes, enquanto a Escola 1 possibilita o acesso aos usuários conforme a necessidade e também aos funcionários do administrativo; a Escola 2 restringe o contato aos documentos apenas aos funcionários que compõem a gestão escolar, pontuando que o controle é feito dessa forma porque não há um profissional responsável apenas por essas questões. Logo, é necessário destacar que as diretrizes de acesso não são bem elaboradas no que tange à disponibilização das informações visando o interesse público. Tal atividade necessita de procedimentos elaborados previamente a partir do tratamento das informações para garantir o acesso aos usuários, que não se limitam apenas aos funcionários dessas instituições e, portanto, inclui o cidadão comum. Afinal, o acesso e a transparência na esfera administrativa pública estão previstos na Lei de Acesso à Informação.

As questões referentes à transferência e ao recolhimento dos documentos são compreendidas de formas diferentes pelas instituições, pois a Escola 1 afirma que as atividades de transferência e recolhimento são realizadas

após o término do ano letivo ou quando há necessidade específica, mas não deixa claro se é um procedimento padrão estipulado pela Secretaria de Educação ou se é uma diretriz interna. Já a Escola 2 não consegue descrever com clareza como essas atividades são realizadas, por talvez não compreender bem o conceito de transferência e recolhimento, houve a associação do termo “transferência” com a espécie documental e não com o procedimento norteador da gestão documental.

A falta de familiaridade com os termos arquivísticos é uma questão observada na análise dos dados coletados, identificou-se que os funcionários que lidam com os documentos desconhecem ou conhecem de forma rasa os termos, atividades, procedimentos e políticas necessárias para a implementação e aplicação da gestão documental.

Quanto à eliminação, a Escola 1 diz que mantém os documentos arquivados, indicando que não costuma eliminá-los; já a Escola 2 afirma que elimina os documentos ao passar do seu tempo de guarda/ arquivamento, estabelecendo esse período sem nenhum critério pré-estabelecido sem o embasamento de uma tabela de temporalidade, por exemplo. Além de realizar a eliminação a partir de uma análise apenas do suporte (quando há rasuras) sem analisar as informações registradas que devem ser prioridades nesse processo, ou seja, partindo de princípios que vão contra a Lei 8.159 (Política Nacional de Arquivos) que afirmam conhecer ao registrar no questionário aplicado, bem como a resolução nº 40 de 9 de dezembro de 2014 do Arquivo Nacional que dispõe sobre os procedimentos para eliminação de documentos.

É importante atentar-se, ainda, para o caso de documentos que possuem valor histórico, cultural ou científico, de acordo com Feijó (1988, p. 25) esse documento “[...] pela natureza e importância dos registros, não poderá ser eliminado da documentação escolar, sob pena de comprometer, total ou parcialmente, as informações sobre a vida escolar de uma determinada pessoa.”.

De forma geral, observou-se que as escolas investigadas realizam a gestão documental a partir de critérios próprios, visando atender suas necessidades gerais e específicas na medida que as demandas surgem, ou seja, de forma não sistemática no que tange aos princípios arquivísticos que norteiam a gestão documental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência ou escassez de políticas arquivísticas pode ter vários impactos na gestão documental como: a não delimitação das atividades escolares voltadas à gestão documental, a falta de recursos materiais básicos e

necessários, a falta de espaço próprio para o arquivo e de recursos financeiros para a manutenção desses ambientes, a ausência de arquivista no corpo gestor das escolas e de outros funcionários para dar apoio às atividades administrativas, além da ausência de treinamento e capacitação para esses profissionais.

Dessa forma, conclui-se ser necessária a elaboração e implementação de políticas arquivísticas, especialmente na esfera municipal, que validem e orientem com mais veemência as questões que envolvem a gestão documental nas escolas municipais de Salvador, para que esses ambientes possam ser melhores assistidos quanto ao gerenciamento, preservação e acesso dos documentos produzidos, de modo a considerar o seu valor probatório e a sua relevância para a memória.

Ressalta-se que estudos como esse possibilita compreender aspectos relacionados à administração, gestão documental e políticas de arquivos nas escolas, o que pode contribuir para elucidar as especificidades e necessidades dos arquivos escolares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 20 maio 2021.

CANTALICE, Lúcia de Fátima. **Arquivos escolares: uma proposta de um instrumento de controle de acesso e uso documental para o arquivo permanente do Colégio Polígono**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1169?locale=pt_BR. Acesso em: 15 jan. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE (Brasil). **Resolução N°40/2014 – Dispõe sobre os procedimentos para eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.** Disponível em:

<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-40-de-9-de-dezembro-de-2014-alterada>. Acesso em 8 dez. 2021

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE (Brasil). Parecer CNE N° 16/97. Indicação CNE n° 2/97 – Normas para simplificação dos registros e do arquivamento de documentos escolares. Relator: Conselheiro Arnaldo Niskier. **Diário Oficial da União**, 22 nov. 1997. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0353-0357_c.pdf. Acesso em: 11 dez. 2020

CUNHA, Maria Teresa Santos; CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. Apresentação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 4-8, jan./jun. 2014.

FEIJÓ, Virgílio de Mello. **Documentação e arquivos: arquivos escolares.** Porto Alegre: Sagra, 1988

FERREIRA, Shirley dos Santos; BARI, Valéria Aparecida. Gestão da documentação dos arquivos escolares no Brasil. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju. v. 02, n. 02, p. 24-36, maio/ago., 2019.

MEDEIROS, Ruy Hermann. Arquivos escolares – breve introdução a seu conhecimento. In: COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO, 3., 2003, Vitória da Conquista, BA. **Anais[...]**. Vitória da Conquista: [s.n.], 2003. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4750/art8_14.pdf. Acesso em: 19 nov. 2021

PINHEIRO, Alejandro de Campos. A gestão de documentos arquivísticos do Colégio Promove do município de Belo Horizonte: estudo de caso. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 323-337, abr./ jul., 2016.

PONTES, Neusa; SANTANA, Yanara Dorado; CALUNGA Antônio Baptista. A gestão documental em instituições escolares: diretrizes para o desenho de um sistema de gestão eletrônica de documentos escolares. **Bib.An.Invest.**, La Habana, CU, v. 16, n. 1, p. 23-45.

REIS, Filomena Luciene Cordeiro. REIS, João Olímpio Soares dos. Arquivos escolares: um estudo introdutório. **Ágora**, Florianópolis, v. 27, n. 55, p. 475-500, jul./dez., 2017. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/12874>. Acesso em: 10 maio 2021

SALVADOR. **Decreto n° 32.387/2020.** Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito da Prefeitura Municipal do Salvador - PM. **Diário Oficial do Município de Salvador**, Salvador, 06 mai. 2020. Disponível em:

https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2020/05/dec_32387_2020.pdf. Acesso em 04 fev. 2022.

SALVADOR. **Informativo nº 002/2010**. Sistema E-Salvador - Novo procedimento para entrega de documentos na Secretaria Municipal de Educação. Salvador, 30 out. 2020. Disponível em: http://educacao3.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2020/10/Informativo-002.2020-SMED.DIFI_.pdf. Acesso em 04 fev. 2022.

DIFUSÃO NOS ARQUIVOS ESTADUAIS: REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES EDUCATIVAS

Laysa Costa Silva (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),

Priscila Ribeiro Gomes (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Diante da crescente produção documental, os arquivos são responsáveis não apenas pela guarda da documentação, mas também pela preservação e divulgação da memória de uma sociedade. Para potencializar o acesso às informações contidas nos documentos, é necessário que sejam desenvolvidas atividades que atraiam a população para os acervos. Nesse sentido, este trabalho se propõe a discorrer sobre a importância da difusão dos documentos arquivísticos, com foco nas ações educativas. A partir disso, partimos do seguinte questionamento: quais são as ações/iniciativas dos arquivos públicos estaduais com o intuito de promover a difusão dos seus acervos?

A partir desta pergunta, o objetivo principal deste trabalho será refletir sobre o papel das instituições arquivísticas no fomento e promoção de ações educativas. Para tal, teremos como objetivos específicos: a) levantar bibliografia sobre o tema, a fim de ressaltar a importância da difusão nos arquivos, com foco nas práticas educativas; b) investigar e analisar quais instrumentos normativos os arquivos públicos estaduais possuem que estabeleçam diretrizes para difusão da instituição; e c) identificar, através dos

sites oficiais e dos relatórios anuais das instituições, quais atividades são realizadas pelo campo empírico nesse sentido.

Será delimitado como campo empírico os quatro arquivos públicos estaduais que se encontram localizados no Sudeste do Brasil (Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP); Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES); Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); e Arquivo Público Mineiro (APM)). Esta delimitação se deu, principalmente, pela possibilidade de analisar os arquivos na mesma esfera de poder e, também, em decorrência da representatividade das instituições quanto à atuação no acesso à informação pública.

Além disso, para a construção desta pesquisa, será realizado um recorte cronológico nos anos de 2019 e 2020. Assim, será possível compreender como as instituições difundiram seus arquivos antes da pandemia da COVID-19 e durante a pandemia, momento em que algumas ações precisaram se transformar, já que as atividades presenciais foram suspensas.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa serão de cunho investigativo, qualitativo e descritivo. A pesquisa apresenta-se investigativa, pois busca, por meio de um levantamento online, baseado principalmente em sítios eletrônicos das instituições arquivísticas mencionadas, destacar as atividades de difusão realizadas em cada uma; será qualitativa, por buscar realizar uma análise reflexiva levando em consideração os dados encontrados; e descritiva, pois pretende-se descrever as ações, caso as mesmas existam.

Este trabalho se insere no Simpósio Temático: ‘Arquivos, acervos e universos educativos’, por propor uma reflexão acerca da missão das instituições arquivísticas enquanto espaço potencial para a realização de práticas educativas. Conforme Barbosa e Silva (2012, p. 57), mediante essas ações os arquivos serão capazes de “difundir a importância da instituição na preservação de parte de nossa história e divulgar as potencialidades do acervo, transformando o Arquivo em uma ferramenta a serviço e à disposição da sociedade”. É, portanto, essencial que o arquivo seja compreendido como um espaço de troca de conhecimento e o arquivista, através do diálogo, participe ativamente no processo de ensino e aprendizagem dos usuários.

2 DIFUSÃO EM ARQUIVOS

Entende-se por difusão “as ações promovidas pelos arquivos com o objetivo de tornarem-se mais próximos das comunidades onde estão inseridos” (VAISMAN, 2021, p. 12), a fim de alcançar também um público que normalmente não frequenta essa instituição. De acordo com Rockembach

(2015, p. 100), a difusão consiste em “uma das funções arquivísticas, juntamente com a criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação e descrição”. No entanto, é possível observar que ainda é um tema pouco abordado na Arquivologia, se comparado com as outras funções arquivísticas mencionadas anteriormente.

É essencial que a difusão também possua seu espaço nas discussões da área, já que esta constitui um elemento estratégico e norteador “para potencializar a visibilidade dos arquivos e a imagem dos arquivistas” (SANTOS NETO; BORTOLIN, 2020, p. 146). O mesmo é confirmado por Rodrigues e Gomes (2021), que consideram a difusão uma função relevante na Arquivologia, na qual as ações de divulgação permitirão intensificar o acesso à informação e a disseminação da cultura e do conhecimento dos usuários nesses ambientes.

Para Rodrigues e Gomes (2021, p. 65) a difusão dos acervos

proporciona maior aproximação da sociedade com o arquivo e expande os seus usos. Eles deixam de se relacionar apenas aos aspectos primordiais da sua existência, ligados a questões administrativas e de pesquisa histórica e passam a agregar valores culturais e educativos. Pensar os arquivos por uma ótica que não apenas priorize a sua razão primária de criação contribui para alargar o seu valor social e a sua importância junto aos cidadãos que passam, a partir dos arquivos, a despertar para valores de patrimônio, cultura, memória, identidade.

As ações de difusão têm um papel importante na concepção do arquivo para a sociedade. Com isso, Barbosa e Silva (2012, p. 46) apontam que elas “devem ser colocadas em primeiro plano nas políticas institucionais dos arquivos, como parte de uma relação de interdependência entre recolhimento, custódia, preservação e gestão documental”. Pode-se dizer que “o arquivo é a ‘consciência histórica’ da administração. Também pode sê-lo relativamente à comunidade, se souber captar as potencialidades que, nesse sentido, lhe oferece seu acervo” (BELLOTTO, 2006, p. 228).

As possibilidades de difusão dos arquivos podem se dar através de três serviços, que são: a editoração, a difusão cultural e as ações educativas (BELLOTTO, 2006). Através dessas ações, podem ser realizadas

A publicação de livros, periódicos e conteúdo de internet, os quais estão ligados ao acervo e à memória que ele preserva; a estruturação de exposições, a programação de palestras e cursos; a condução de visitas monitoradas na instituição; o atendimento a grupos de alunos; a preparação de materiais didáticos; o oferecimento de oficinas

pedagógicas com documentos de arquivo, entre outras. (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 46)

Apesar da existência dessas três possibilidades de difusão, indicadas anteriormente, o foco deste trabalho se dará nas reflexões acerca das ações educativas nos arquivos. Tais ações consistem na abertura dos arquivos aos estudantes do ensino fundamental e médio, buscando incentivar o valor dos arquivos como fonte educativa e proporcionar aos alunos o conhecimento do meio local de sua cultura, com o objetivo de desenvolver neles o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que os rodeiam (BELLOTTO, 2006).

O serviço educativo não é recente. No Brasil, o ensino de História com documentos passou a ser discutido nas propostas de ensino que surgiram nos debates dos pesquisadores-professores, na década de 1980 (KOYAMA, 2015). Era recomendado para os docentes nesta época, elaborar metodologias e atividades com documentos arquivísticos. E “a partir das reformas curriculares de ensino de História dos anos noventa, a leitura de documentos tornou-se oficialmente um dos objetivos da aprendizagem no ensino fundamental e médio” (KOYAMA, 2015, p. 46).

A fim de distinguir as ações educativas das ações culturais e editoriais, cabe ressaltar, de acordo com Rodrigues e Gomes (2021, p. 66), que para que a ação seja considerada educativa “é preciso que haja um processo de aprendizagem, pois, apesar de toda ação educativa ser uma difusão cultural, nem toda difusão cultural é educativa (pois o objetivo primeiro não é a aprendizagem)”. Logo, a difusão educativa tem o intuito de possibilitar a troca de conhecimento com o usuário.

Será, principalmente, através da oralidade entre os arquivistas e os usuários que será realizado o processo de ensino e aprendizagem. Pizani e Oliveira (2017) trazem as ideias de Paulo Freire e, dentre elas, que será por meio do diálogo que se dará a libertação e conscientização dos indivíduos em suas relações com os outros e com o mundo. Ainda conforme os autores, “o diálogo no processo de ensino e aprendizagem é imprescindível, pois o mesmo possibilita a interação sociocultural entre os sujeitos envolvidos” (PIZANI; OLIVEIRA, 2017, n.p).

Com isso, é necessário que o arquivo seja compreendido como um espaço de diálogo, bem como entender que “o serviço educativo deve fazer parte da estrutura organizacional de um arquivo como algo efetivo e sistemático” (RODRIGUES; GOMES, 2021, p. 66). Gomes, Monteiro e Costa (2012, p. 15) destacam que “os arquivos públicos são órgãos responsáveis pelo fomento e promoção de ações educativas”.

Torna-se, portanto, fundamental discutir a respeito da importância da contribuição dos arquivistas nas ações educativas. É dever dos profissionais do arquivo, tornar o acervo “acessível aos alunos, gerando cidadãos conscientes da importância da preservação de sua história” (GOMES; MONTEIRO; COSTA, 2012, p. 15). Além disso, é necessário que este profissional realize uma educação problematizadora e libertadora.

A função didática deve estar presente nos arquivos e se constituir em uma função a ser desempenhada pelos arquivistas. Conforme Bellotto (2006, p. 232), o que falta “é uma sistemática que promova a integração da função didática com a função arquivística”. Assim, “é preciso que a atividade educativa arquivística passe a constituir um elemento costumeiro, constante da programação escolar nas áreas de história e estudos sociais” (BELLOTTO, 2006, p. 232).

É essencial que nos arquivos também exista a mediação pedagógica, que, segundo Santos Neto e Bortolin (2020, p. 150) é “quando os arquivistas ensinam e aprendem com a comunidade e vice-versa. Os cidadãos poderiam assim, reconhecer a presença/importância do arquivo em suas vidas”. Com isso, é extremamente necessário mencionar que um diálogo “carregado de significações, amor, respeito e fé nos homens é o caminho para um processo de ensino e aprendizado eficaz e eficiente, capaz de proporcionar a transformação social e cultural dos indivíduos” (PIZANI; OLIVEIRA, 2017, n.p).

Por fim, é importante também que as instituições possuam setores responsáveis exclusivamente pela disseminação do seu acervo, que tenham como função principal a organização e realização de diversas atividades voltadas para a comunidade. Ademais, é necessário que exista uma política de difusão bem estruturada, que determine as ações que auxiliarão na difusão dos acervos. A seguir, serão apresentados os dados localizados neste trabalho, a fim de atender os objetivos específicos e tentar responder o questionamento apresentado no início deste artigo.

3 RESULTADOS ENCONTRADOS

Vale mencionar que este texto é parte de estudo que está sendo desenvolvido no Programa de Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Deste modo, buscou averiguar se/como as ações educativas estão presentes nos arquivos, foi selecionado como campo empírico o APESP, o APEES, o APERJ e o APM. Acredita-se que, através do panorama traçado para o estudo, será possível obter uma representação das ações de difusão em nível nacional.

Assim, será apresentado a seguir um quadro elaborado pelas autoras, com informações sobre as competências dos Arquivos relacionadas à difusão, caso elas existam. Em seguida, será indicada a existência ou não de um setor responsável exclusivamente pelas ações educativas. Caso tal setor não exista, será apontado qual mais se aproxima dessa responsabilidade. E, por fim, será indicada a presença ou não de instrumentos normativos nos arquivos que dissertem sobre as ações de difusão. É importante salientar também que os elementos que não foram localizados nos sites e nos relatórios, foram solicitados via e-SIC às instituições.

Quadro 1 - Informações das instituições com foco na difusão

	COMPETÊNCIAS RELACIONADAS À DIFUSÃO	SETOR RESPONSÁVEL PELAS AÇÕES EDUCATIVAS	INSTRUMENTOS NORMATIVOS
APESP	Formular e implementar a política estadual de arquivos, por meio da gestão, do recolhimento, da preservação e da difusão do patrimônio documental do Estado, garantindo pleno acesso à informação (Decreto N° 54.276, de 27 de abril de 2009)	Núcleo de Ação Educativa, subordinado ao Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa	Plano Diretor do APESP (2019), com 9 políticas, dentre elas a Política de Potencialização das Ações de Difusão
APEES	Apoiar pesquisas histórico-culturais estimulando a produção do conhecimento e a divulgação do acervo; orientar os pesquisadores quanto aos procedimentos de pesquisa, utilização dos equipamentos e documentos; as solicitações de serviços, incluindo-se o atendimento à distância; e realizar atividades de	Não possui, sendo a Coordenação de Acesso à Informação a que mais se aproxima de ser a responsável pela difusão	Não possui

	Mediação Cultural, como: exposições, publicações de livros, revistas, dentre outros produtos e eventos, com vistas à divulgação do acervo, promovendo a história e a cultura capixaba (site)		
APERJ	Implementar a política estadual de arquivos definida pelo Conselho Estadual de Arquivos - CONEARQ, por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e divulgação do patrimônio documental estadual, garantindo pleno acesso à informação e visando incentivar a produção de conhecimento científico e cultural (Resolução Casa Civil N° 339, de 20 de março de 2014)	Não possui, sendo a Coordenadoria de Acesso à Informação a que mais se aproxima de ser a responsável pela difusão	Não possui
APM	Formular e administrar a gestão de documentos, efetuar o recolhimento, a organização e a preservação dos documentos procedentes do Poder Executivo de Minas Gerais e dos arquivos considerados privados que possuem interesse público e social (site)	Não possui, sendo o Núcleo de Acesso à Informação e Pesquisa o que mais se aproxima de ser o responsável pela difusão	Não possui

Fonte: elaborado pelas autoras com base nos sites, nos relatórios de atividades das instituições e nas informações recebidas via e-SIC.

Ao analisar os dados apresentados no quadro, é possível constatar que apenas o APESP possui um setor responsável exclusivamente pelas ações educativas. As outras instituições possuem setores encarregados por diversas atividades, dentre elas algumas que se aproximam da difusão de forma geral. No que tange a um instrumento normativo que tenha como função planejar e indicar diretrizes relacionadas as ações de difusão, como por exemplo uma política, apenas o APESP possui tal documento.

Buscando atender um dos objetivos específicos deste trabalho, que diz respeito à identificação de quais atividades de difusão os arquivos realizam, será apresentado a seguir um levantamento elaborado pelas autoras com base nas informações contidas nos websites oficiais das instituições e nos relatórios de atividades publicados pelos Arquivos. Os anos utilizados como recorte cronológico para o levantamento dos dados foram 2019 e 2020.

Quadro 2 - Atividades de difusão do campo empírico

	AÇÕES DE DIFUSÃO	
	2019	2020
APESP	Semana Nacional de Arquivos; Seminários; Oficinas; Cursos; Publicações da Revista do Arquivo, livros técnicos e guias; Encontros; Treinamentos; Capacitações técnicas e Exposições Físicas	Seminários; <i>Lives</i> ; Semana Nacional de Arquivos; Publicações da Revista do Arquivo; Encontros
APEES	Celebrações de datas comemorativas; Exposição física; Exposição virtual; Caminho do Imigrante; Semana Nacional de Arquivos e Publicações da Revista do Arquivo	<i>Lives</i> ; Semana Nacional de Arquivos; Publicações da Revista do Arquivo e Exposição virtual
APERJ	Palestras; Participação em Mesa Redonda; Semana Nacional de Arquivos; Oficina; Participação na Semana Fluminense do Patrimônio; Participação em Seminário; Participação na Semana de Graduação – UERJ Sem Muros e Publicação de Livro	Participação em palestras; Participação na Semana Fluminense do Patrimônio; Participação em Mesas Redondas; Participação em <i>Lives</i> e Seminários

APM	Semana Nacional de Arquivos e Exibição do filme Macunaíma	Exposição Virtual; Semana Nacional de Arquivos; Live e Palladium Projeta

Fonte: elaborado pelas autoras com base nos sites, nos relatórios de atividades das instituições e nas informações recebidas via e-SIC.

Ao analisar as informações contidas no quadro, é possível observar algumas mudanças nas ações dos Arquivos. Em decorrência da pandemia da COVID-19, que teve início em 2020, muitas atividades precisaram ser realizadas em novo formato. Por isso, as *lives* estão presentes como ações em todos os Arquivos no ano de 2020. Além disso, pelo mesmo motivo de pandemia, neste mesmo ano algumas atividades precisaram ser suspensas, já que as reuniões presenciais foram interrompidas, como por exemplo as exposições físicas.

Outra novidade que vale destacar aqui foi a realização do evento denominado Palladium Projeta, pelo APM, em 2020. Este evento consistiu na projeção de fotografias pertencentes ao acervo do APM em prédios nas vizinhanças do Sesc Palladium. A ação buscava conectar os moradores aos equipamentos culturais do Estado, enquanto os espaços estavam fechados em decorrência da pandemia.

Cabe apontar a Semana Nacional de Arquivos como uma das atividades presentes em todos Arquivos analisados e que se manteve, em sua maioria, nos dois anos analisados. No que diz respeito à utilização do termo ‘participação’ nas ações do APERJ, este foi empregue, em decorrência das atividades de difusão indicadas pela instituição serem participações do corpo de funcionários do Arquivo em eventos organizados ou sediados por outras instituições. Uma pequena parcela ocorreu, de fato, nos espaços do APERJ.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi possível observar com essa pesquisa, é que a difusão ainda não é considerada uma prioridade nos arquivos públicos estaduais localizados no Sudeste do país. Apenas uma instituição, dentre as analisadas, possui uma política de difusão: o APESP. A ausência deste instrumento é uma problemática para o estabelecimento de diretrizes que promovam o acesso aos acervos.

Assim como a política de difusão, durante o levantamento de dados, constatou-se que o APESP também é o único arquivo que possui um setor responsável exclusivamente pelas ações educativas. Percebe-se, portanto, que o desinteresse em relação a difusão também está presente na estrutura

organizacional das instituições. A importância de um setor que esteja focado particularmente nas atividades educativas, é essencial. Somente assim será possível concentrar profissionais que se dedicarão exclusivamente a pensar, planejar e executar tais ações nos ambientes dos arquivos e fora deles.

Sobre os desafios enfrentados em decorrência da COVID-19, foi possível constatar que as instituições buscaram se atualizar para atender as novas demandas e realizar as atividades para os cidadãos, mesmo que distantes fisicamente. Com isso, foram verificadas algumas mudanças, positivas ou não, nas ações dos Arquivos.

Por fim, é necessário enfatizar que a difusão ainda é uma função arquivística pouco abordada se comparada com outras funções da área. É preciso que mais discussões sejam realizadas sobre esse tema e que este assunto esteja cada vez mais presente tanto no ensino de Arquivologia quanto dentro das instituições.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haíke Roselane Kleber da. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, v. 25, n. 1, p. 45-66, 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ESPÍRITO SANTO. **Lei complementar No 370, de 29 de junho de 2006**. Palácio da Fonte Grande: Vitória, 2006.

GOMES, Priscila Ribeiro; MONTEIRO, Magno Vinícius da Silva; COSTA, Alinne Pereira da. Arquivo e escola: a contribuição da internet na difusão das práticas educativas. In: Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), 5., 2012, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2012.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: ação educativa no universo virtual**. São Paulo: ARQ-SP, 2015.

MINAS GERAIS. **Decreto No 47.768, de 29 de novembro de 2019**. Assembleia Legislativa: Belo Horizonte, 2019.

PIZANI, Izabel Cristina Micheline; OLIVEIRA, Rogério Eduardo Cunha de. O diálogo no processo de ensino e aprendizagem de acordo com Paulo Freire e Lev Vygotsky. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, v. 8, n. 16, 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Resolução N° 339, de 20 de março de 2014**. Casa Civil: Rio de Janeiro, 2014.

ROCKEMBACH, M. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015.

RODRIGUES, Fernanda da Silva; GOMES, Priscila Ribeiro. Arquivologia e Educação: múltiplas abordagens. **P2P & INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 2, p. 63-87, 2021.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli. Mediação e difusão em arquivos: interrelações teóricas. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 144-161, jan./jun. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto Nº 54.276, de 27 de abril de 2009**. Casa Civil: São Paulo, 2009.

VAISMAN, Priscila Soares. **Difusão em arquivos**: uma reflexão sobre o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa e suas exposições. 134f. Dissertação (Mestrado Profissional em Memória e Acervos) - Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2021.

MEDIAÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL EM ARQUIVOS: UMA PROPOSTA PARA O ESTADO DO AMAZONAS

Alexandre de Souza Costa (Universidade Federal do Amazonas/
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro),
Fernanda de Sousa Silva (Universidade Federal do Amazonas),
Marijara Souza de Freitas (Universidade Federal do Amazonas)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de reflexão dos autores a partir dos textos e debates realizados na disciplina Arquivos e Cultura Brasileira sob os auspícios do curso de graduação em Arquivologia, curso vinculado à Faculdade de Informação e Comunicação-FIC, da Universidade Federal do Amazonas.

Arquivos e Cultura Brasileira é uma disciplina optativa do currículo de 2009, conforme Projeto Pedagógico do Curso, e tem como ementa refletir sobre a importância dos arquivos brasileiros na formação cultural nacional, a formação do acervo patrimonial e questões referentes à identidade cultural brasileira. Com ênfase em questões educacionais e o potencial que o patrimônio arquivístico pode oferecer para a formação dos estudantes e cidadãos amazonenses, o presente artigo foi estruturado em seções para facilitar a compreensão de nossa proposta.

Na segunda seção, apresentamos breves considerações sobre o curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas a fim de demonstrar possibilidades de desenvolvimento para o ensino, pesquisa e a capacitação de profissionais especializados para a atuação no patrimônio arquivístico cultural do Estado amazonense.

Outra importante instituição que trata do patrimônio cultural arquivístico foi objeto de nossas considerações na terceira seção, o Arquivo Público do Estado do Amazonas. As reflexões sobre o Arquivo como fonte de mediação e difusão cultural, para além dos objetivos dos quais os arquivos públicos servem à administração pública, ao cidadão e ao historiador foram objeto de nossa proposta na seção de número 4.

Na quinta seção de nosso artigo apresentamos a proposta da realização de acordos entre o Arquivo Público do Estado do Amazonas e as escolas, onde os arquivos enquanto instituição de cultura, memória, patrimônio, entre tantas outras representatividades podem figurar nos projetos pedagógicos das escolas. A sexta seção deste trabalho apresenta efetivamente propostas que poderão ser realizadas entre o Arquivo e as escolas. Por fim as considerações finais, que propõem reflexões a partir do percurso desenvolvido.

2 O CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)

O curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas teve a sua concepção no ano de 2007 e passou a vigorar a partir de 2009, ou seja, está completando neste ano 13 anos de funcionamento e foi o primeiro curso de graduação no estado do Amazonas a formar bacharéis em Arquivologia, atendendo assim uma demanda para o mercado de trabalho e a pesquisa no âmbito da área de Informação/Documentação. Conforme o Projeto Pedagógico do Curso²³⁷: “O curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas foi aprovado no ano de 2007, através da Resolução nº 079/2007, tendo sido iniciada a primeira turma do ano de 2009”.

Inicialmente, estava vinculado ao Departamento de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Humanas e Letras (LIMA, 2011); hoje, está vinculado à Faculdade de Informação e Comunicação²³⁸ (FIC) da UFAM juntamente com os cursos de Biblioteconomia, Jornalismo e Relações Públicas. Lima (2011), observou que no último quartel dos anos de 1990, havia sido executado um projeto de pesquisa por parte do curso de Biblioteconomia para verificar a possibilidade da criação de um curso de Arquivologia no estado do Amazonas para atender a uma demanda do mercado de trabalho local.

²³⁷ Disponível em: <https://fic.ufam.edu.br/cursos/planos-de-ensino.html>. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

²³⁸ A FIC foi “fruto da mobilização de professores, técnicos administrativos e estudantes dos extintos Departamento de Comunicação Social (DECOM) e o Departamento de Arquivologia e Biblioteconomia (DAB) com objetivo de fortalecer o ensino, a pesquisa e a extensão nas áreas da informação e comunicação no Amazonas”. Disponível em: <https://fic.ufam.edu.br/a-faculdade-de-informacao-e-comunicacao.html>. Acesso em 09 de nov. de 2021.

Conforme o já citado Projeto Pedagógico do Curso de Arquivologia da UFAM do ano de 2019, são necessárias ações para que o curso seja conhecido: “(...) pressupõe-se que o curso ainda necessite da difusão do seu conteúdo e potencial a ser oferecido no mercado de trabalho, aos estudantes da cidade de Manaus, ou mesmo da região Norte do País, para que a procura pelo curso seja mais objetiva e planejada por parte dos candidatos” (2019, p,13).

Neste sentido, destacamos a importância do curso de Arquivologia para a sociedade amazonense em um contexto onde cada vez mais necessitamos de acesso/transparência da informação, o reconhecimento cada vez mais pujante de pertencimento e de cidadania, a necessidade de gestão de documentos e de informação nas esferas pública e privada, a conservação/preservação de documentos que podem ser instrumentos para educação dos habitantes do estado do Amazonas a partir das ações dos profissionais arquivistas e de projetos e programas frutos de políticas públicas voltadas para este fim.

Deste modo, iniciativas de acesso à cultura a partir dos documentos em arquivos públicos por parte dos estudantes de ensino básico, fundamental, médio e da população amazonense em geral podem ser uma grande contribuição para o desenvolvimento de aspectos relacionados à identidade, à cultura, à sociedade, à política, à história, à memória amazonense entre tantos outros benefícios.

Um exemplo desta proposta poderia ser feito em parceria com o Arquivo Público do Estado do Amazonas, instituição da qual trataremos na próxima seção.

3 O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS – APEAM

O Arquivo Público do Estado do Amazonas foi criado em 19 de agosto de 1897 conforme o decreto nº 184, com o nome de “Arquivo Público”. A instituição era vinculada à Diretoria de Estatística e tinha como objetivo: “guarda e conservação de todos os papéis e mais documentos *officiaes* pertencentes ao Estado”.

Contudo, de acordo com FEITOSA (1997, p. 15), O APEAM foi instalado em 1852, que nas palavras da autora: “(...) ao evocar o ano de sua instalação não se faz com o intuito de destacar sua antiguidade, mas para indicar que foi uma grande sorte esta Instituição ter subsistido às mudanças e aos avanços de uma administração que o relegou e o esqueceu”.

O APEAM, como é conhecido, integra a estrutura da Secretaria de Estado de Administração (SEAD) e tem passado por grandes transformações, sobretudo por conta de parcerias com o curso de Arquivologia da UFAM. Ao

longo de seu funcionamento tem passado por grandes lutas em busca de uma política de estruturação interna. Questões quanto à sua organização e estrutura de hierarquização têm sido uma constante em sua história (FEITOSA, 1997). Nas palavras do Diretor da instituição Marcelo Araújo Silva²³⁹, é possível observar a importância da instituição não só para o Estado do Amazonas, mas para o Brasil:

É de inestimável valor histórico e cultural. Não são só livros e documentos, mas também obras e maquinários com mais de um século de vida, a exemplo da máquina de guilhotina alemã, modelo de 1890 ou ainda o toda a documentação relativa à obra de construção do Teatro Amazonas, (...).

O acervo do APEAM mantém e preserva milhares de documentos oficiais da administração pública do Amazonas. É responsável pela guarda, organização, armazenamento e recuperação dos documentos oriundos dos órgãos e entidades da administração estadual.

A sorte citada acima nesta seção exposta por Feitosa (1997) pode ser vista como uma grande oportunidade para que a geração atual e as futuras desenvolvam o APEAM da maneira que é necessária para que ele sirva à população do Amazonas. E neste caso, em questões multiculturais.

4 O ARQUIVO COMO FONTE DE MEDIAÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

Sabe-se que os arquivos públicos apresentam a principal função de recolher, preservar e custodiar fundos documentais que tem origem em áreas governamentais, com a finalidade de dar acesso à informação ao historiador, ao cidadão e à administração pública, mas ele também apresenta uma função secundária de difusão cultural e de assistência educativa, como afirmam Cunha e Constante (2012):

Os museus, as bibliotecas e os Arquivos relacionam-se direta e indiretamente com a cultura pelos seus objetos e características, subsidiando pesquisas históricas, antropológicas e sociais enquanto fontes de informação, mas também como “locais de memória”, expoentes dessa representação.

Destarte, apresentam documentos advindos de atividades humanas ao longo do tempo e estes, uma vez preservados e conservados, tornam possível

²³⁹Conforme <http://www.amazonas.am.gov.br/2021/08/arquivo-publico-do-amazonas-completa-124-anos-preservando-a-historia>. Disponível nas referências deste trabalho.

estimular a mediação e difusão cultural desse arquivo por meio de mecanismos que envolvam a comunidade. Para Aldabalde e Rodrigues (2015) “na perspectiva do arquivo como lugar de cultura, pensa-se na sua função de aproximar a sociedade do patrimônio arquivístico, o qual, por sua vez, compreende os bens materiais artísticos, históricos, linguísticos, estéticos e científicos.”

Como consciência histórica, tanto da administração quanto da comunidade, ele é a construção do patrimônio histórico-cultural de uma nação em que a organização do Estado ocorre por meio da criação de um patrimônio comum e uma identidade própria, e tendo essa percepção, por conseguinte, entende-se que os documentos fazem parte do desenvolvimento de toda sociedade, já que apresentam parte de nossa história e de nossa cultura.

Cabe aqui entendermos que a difusão cultural refere-se à disponibilização de documentos custodiados pelo arquivo, tendo como objeto a informação, seguindo uma dinâmica unilateral entre emissor e receptor em que as ações são voltadas principalmente a pesquisadores - que, no âmbito da educação básica, abrange os professores - tendo como exemplo a elaboração de instrumentos de pesquisa *online* e a divulgação do acervo por meio das redes sociais.

Já a mediação cultural é o processo de criar uma ponte entre patrimônio cultural e sociedade utilizando estratégias a fim de “contribuir para a democracia cultural e a democratização da instituição arquivística e do patrimônio arquivístico” (Aldabalde, 2015) apresentando uma dinâmica bilateral em que há a interação entre o indivíduo e a instituição, nesse sentido pode-se pensar em visitas, exposições, debates, dentre outras ações. A mediação cultural tem como principal função minimizar as desigualdades sociais no que se refere ao acesso à cultura permitindo que um indivíduo que não está inserido no ambiente acadêmico e intelectual tenha acesso aos bens culturais.

De fato, no Brasil, o papel do arquivo nos serviços de mediação e difusão cultural e assistência educativa quase não tem sido aproveitado. Mesmo com as renovações pedagógicas, o Arquivo não foi incluído como um instrumento que leve a comunidade a determinado conhecimento, proporcionando benefícios na aprendizagem. Bellotto (2006) ressalta que não importa se o material exposto teve muita ou pouca visitação, o importante   o reconhecimento do Arquivo por meio dos canais de comunica o, pois conseqüentemente com essa a o a qualquer momento a popula o vai aparecer no Arquivo por algum motivo. Isso já será considerado uma grande

conquista, porque o historiador, o cidadão e o administrador “são o tripé que sustenta a consulta de um Arquivo”.

5 O CONVÊNIO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS COM ESCOLAS PÚBLICAS

Pensando o Arquivo como fonte de difusão cultural, memória, identidade, história, pertencimento e transparência da informação faz-se mister compreendê-lo como um espaço sociocultural, no qual sua relevância e função social também é indispensável no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes do ensino básico, fundamental e médio.

Destarte, ressaltarmos a importância da Educação Patrimonial, pois “a devolução do patrimônio público para uma sociedade necessita da contribuição de todos desde o início, tendo em vista que a eficiência e a legitimação da preservação do patrimônio público são medidas pela participação dos indivíduos” (FRATINI, 2009. p. 01), por isso a necessidade de envolver o público escolar no processo de mediação e difusão cultural dos Arquivos.

Segundo o Guia Básico de Educação Patrimonial desenvolvido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN temos por Educação Patrimonial a seguinte definição:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG e MONTEIRO, 2006, p. 6)

Dessa forma é necessário criar mecanismos para que haja a interação entre o Arquivo, sendo este o detentor da informação, e a escola pensando essa última como formadora de cidadãos que tenham base cultural sólida e conscientes de seu pertencimento em uma determinada sociedade.

Para Bellotto (2006, p. 230), apesar de termos no Brasil uma “pedagogia renovadora e progressista, não foram incluídos nos métodos didáticos os possíveis usos dos documentos de arquivo” como disseminadores de conhecimento no âmbito escolar. A autora argumenta que a abertura dos

arquivos à comunidade escolar nos níveis básico, fundamental e médio pode trazer benefícios didáticos surpreendentes nesses níveis, como acontece em países como os precursores Estados Unidos, Polônia e Rússia.

Bellotto (2006, p. 232) ainda ressalta que em algumas cidades como Viena e Frankfurt os estudantes são levados ao Arquivo pelos próprios arquivistas - através de ações propostas pelos Arquivos - pois estes são os que “conhecem com mais profundidade o material custodiado”. Por outro lado, em Stuttgart e na Inglaterra são os professores que fazem essa mediação, visto que estes são sabedores das necessidades dos alunos baseadas no currículo escolar.

6 PROPOSTAS DE AÇÕES DE MEDIAÇÃO E DIFUSÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

A necessidade de divulgação da importância do curso de Arquivologia para a sociedade amazonense nos levou a pensar em ações de mediação e difusão do Arquivo Público do Estado do Amazonas como forma de estreitar as relações entre o Arquivo, as escolas públicas e a sociedade em geral, transformando o Arquivo em um espaço democrático de ensino-aprendizagem nos ensinos básico, fundamental e médio.

Como o arquivista é o profundo conhecedor dos documentos custodiados pelo Arquivo, as propostas apresentadas partirão primeiramente do Arquivo para as escolas, tendo em vistas os diversos segmentos de informações nele contidas. Serão elencadas possíveis ações, mas não esquecendo que as possibilidades são inúmeras, pois a Arquivologia comunga com várias áreas do saber e não pretendemos esgotar esta discussão nesta proposta. As propostas de ações seguem um panorama que pode atingir os ensinos básico, fundamental e médio e a sociedade em geral. As propostas a seguir são voltadas para a mediação cultural dentro do APEAM:

- **Expografia:** a exposição fotográfica seria apresentada como espaço de disseminação da memória, o objetivo é resgatar ou dar a conhecer a importância da memória coletiva e/ou individual. Seriam expostas fotografias antigas de lugares relevantes e conhecidos pela comunidade escolar comparando com fotografias atuais desses mesmos lugares, levando-as a identificar as mudanças ocorridas através do tempo e do espaço;
- **Ateliê infantil:** nesta ação, voltada para os anos iniciais, os documentos históricos seriam apresentados como parte relevante da preservação do patrimônio histórico documental, poder-se-á

apresentar a documentação relativa à obra de construção do Teatro Amazonas, inaugurado em 1896;

- **Exposição do acervo do poeta e tradutor amazonense Amadeu Thiago de Mello:** este acervo, adquirido recentemente pelo Governo do Estado do Amazonas, contém um rico material como quadros, cartas, livros pessoais do poeta conhecido internacionalmente por seu engajamento na luta pelos Direitos Humanos e tem em suas obras a exaltação do povo amazônida, que pode levar os alunos ao reconhecimento de pertencimento a uma sociedade;
- **Oficina da Língua Portuguesa:** voltada para os alunos do Ensino Médio e comunidade em geral, essa oficina consiste em expor as mudanças nos aspectos linguísticos da Língua Portuguesa em uma concepção diacrônica, ou seja, as mudanças que a língua sofre através dos tempos analisando as transformações ocorridas, as palavras que caíram em desuso, etc. Poderão ser usadas cópias de documentos manuscritos produzidos ao longo do tempo até os documentos produzidos nos dias atuais.

Quanto às ações relacionadas à difusão cultural propomos uma difusão sistematizada, utilizando instrumentos de pesquisa de cunho pedagógico voltados para as instituições de ensino e professores para que estes tomem conhecimento do acervo:

- **Guia:** a descrição sumária dos fundos e coleções facilitam o conhecimento sobre os fundos e coleções, além de ter uma linguagem abrangente e de fácil compreensão;
- **Inventário:** por deter representações de conjuntos documentais, com descrição sumária, permite um prévio do conteúdo do documento antes de ter acesso a uma descrição mais detalhada sobre o acervo;
- **Catálogo seletivo:** por ser um instrumento de pesquisa elaborado segundo um critério temático, ele pode agrupar os documentos que falem sobre um mesmo assunto ou produzidos em determinado período de tempo nas diversas áreas do conhecimento;
- **Índices:** os índices permitem uma celeridade na localização das unidades documentais que atendam a critérios específicos. Os índices apontam nomes, lugares ou assuntos, organizados alfabeticamente e indicando notações de localização dos documentos correspondentes.

Sabemos que as ações no Arquivo propostas acima são um grande desafio para o arquivista e para o Arquivo como um todo, mas temos que

considerar as novas possibilidades do seu uso para que não se limite apenas a pesquisas administrativas e históricas. Segundo Príncipe *apud* Bellotto (1980, p.240) “os arquivos constituem um recurso cultural e um elemento fundamental da civilização e da cultura dos povos, mas não se fizeram acompanhar do progresso equivalente quanto às estruturas necessárias para colocar esses recursos culturais à disposição de cada um”, portando é mais que imprescindível colocarmos essas ações em prática.

Não podemos olvidar que essas ações requerem um trabalho conjunto entre o arquivista e o professor e que parta do Arquivo essa aproximação com as escolas através de reuniões e estabelecendo um cronograma de trabalho sobre elas. No início talvez nos deparemos com algumas dificuldades e que não tenhamos resultados a curto e médio prazo, mas, considerando esta ideia apoiada por uma política pública educacional no Estado do Amazonas, o Arquivo pode transformar-se em um novo espaço social de interação e aprendizagem, beneficiando a comunidade escolar e a sociedade amazonense.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto ao longo de nosso trabalho, foi feito um percurso demonstrando uma proposta socioeducacional para o Estado do Amazonas a partir do curso de Arquivologia da FIC-UFAM e do Arquivo Público do Estado do Amazonas, ou seja, atividades socioeducacionais tendo o espaço do Arquivo para a difusão cultural e o conhecimento arquivístico intermediando esta experiência.

Tendo por base o que apresentamos ao longo de nossa proposta, podemos observar que a sociedade amazonense dispõe de alguns recursos para criação de programas e projetos nesta linha de ação. Contudo, convém observar que é necessário a criação de políticas públicas que fomentem e sustentem iniciativas de difusão cultural como esta - políticas públicas que façam uma integração entre os agentes de conhecimento arquivístico no estado do Amazonas e as escolas.

Identificamos por exemplo a necessidade de uma melhor divulgação do Arquivo Público do Estado do Amazonas, pois a instituição embora centenária, sequer tem um site institucional, tornando-se de difícil acesso ao cidadão comum sobre a existência de um órgão pode desempenhar um papel tão importante no que tange ao aspecto de gestão de documentos e informação governamental e, de mesmo modo, sobre a questão da difusão cultural para os estudantes de várias faixas etárias no Estado.

De igual modo, é importante que seja conhecido e reconhecido pela sociedade amazonense a profissão de arquivista e o curso de Arquivologia da UFAM. Conhecido e reconhecido interna e externamente.

Ao traçar e cumprir um programa de integração articulado entre os diferentes agentes apontados ao longo de nossa proposta, entendemos que poderá ser observado em médio e longo prazos, novas perspectivas tanto da parte do Arquivo ou dos Arquivos, se considerarmos a participação de outras instituições arquivísticas nesta articulação, e as escolas.

Cumpre-nos como profissionais da Informação/Comunicação avaliarmos iniciativas, políticas, projetos e programas. A sociedade em geral poderá obter um grau de desenvolvimento em um nível com maior participação e representatividade. Neste caso, a sociedade amazonense.

REFERÊNCIAS

ALDABALDE, Taiguara Villela; RODRIGUES, Georgete Medleg. **Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo**. TransInformação, Campinas, v. 27, n.3, p.255-264, set./dez., 2015.

Arquivo Público do Amazonas completa 124 preservando história. 2021. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2021/08/arquivo-publico-do-amazonas-completa-124-anos-preservando-a-historia/>. Acesso em: 10 de out. 2021.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CUNHA, Catherine da Silva; CONSTANTE, Sônia Elisabete. **Cultura na perspectiva arquivística: uma análise a partir da legislação e das políticas públicas**. Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 26, n.1, p.31-42, jan./jun. 2012.

DUARTE, Zeny. **Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional**. Revista da Faculdade de Letras, Porto, I Série v. V-VI, p. 141-151, 2006-2007.

FEITOSA, Maria Lenir Oran Fonseca. **Arquivo público do estado do Amazonas: da missão à ação**. 1997. 52f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 1997.

FRATINI, Renata. **Educação patrimonial em arquivos**. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

HORTA, M. L. P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. **Arquivos**. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo (Org.). Introdução às fontes de informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LIMA, Raimundo Martins de. O curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). *In*: MARQUES, Angelica da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES,orgete Medleg (orgs.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 301-310.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Curso de Arquivologia. **Planos de Ensino**. Disponível em: <https://fic.ufam.edu.br/cursos/planos-de-ensino.html>. Acesso em: 10 de nov. 2021.

A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS NO CONTEXTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO OPAMI

**Ana Cláudia Cruz Córdula (Universidade Federal da Paraíba),
Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento (Universidade Federal da
Paraíba),
Carla Maria de Almeida (Universidade Federal da Paraíba),
Bruno Antônio Ferreira da Silva (Universidade Federal da Paraíba)**

1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão denominado “Organizar para Acessar: preservando a memória institucional por meio das práticas arquivísticas nos arquivos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB - OPAMI” fez parte do Programa de Bolsas de Extensão/2021 (PROBEX) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Vinculado à coordenação do curso de graduação em Arquivologia da UFPB, esse projeto foi elaborado com o intuito de desenvolver o tratamento técnico arquivístico nos documentos produzidos e/ou recebidos pelas unidades do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA/UFPB. Em detrimento da pandemia da COVID-19, os objetivos do referido projeto foram readaptados, redirecionados a refletir sobre estratégias e ferramentas de preservação da memória institucional do CCSA/UFPB, o que, de certa forma, auxilia na implementação da gestão documental arquivística.

No processo de adaptação para o meio virtual, utilizamos ferramentas digitais e, no primeiro momento, elaboramos, de forma coletiva, a identidade visual do projeto, criando em seguida, as mídias sociais, entre elas: Instagram (@opami_ccsa), Twitter (@opami_ccsa) e Facebook (Projeto OPAMI CCSA), a partir das quais estabelecemos um diálogo com o público, através de nossas publicações.

O projeto surgiu com o intuito de ampliar as discussões e práticas da gestão documental no âmbito do CCSA, visando alcançar o tratamento e a organização dos documentos arquivísticos, bem como o acesso e a disseminação da memória do CCSA.

O escopo metodológico trata-se de um caminho pautado na utilização das redes sociais como um portal de comunicação/disseminação das memórias que permeiam o CCSA, através da elaboração de ferramentas para auxiliar na preservação da memória do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, a partir do levantamento histórico do CCSA/UFPB e do levantamento da documentação constante em seus arquivos.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E COVID-19

A universidade é conhecida por ser um espaço democrático e permanente de aprendizagem, que também visa desenvolver cidadãos e cidadãs com perspectivas críticas, capazes de questionar o mundo e enfrentar os desafios. A proposta pedagógica de uma instituição de nível superior tem um significado que vai além da entrega de conteúdo, estende-se às questões sociais e à prestação de serviços para o desempenho de funções públicas, que são as estruturas básicas para a realização do processo de ensino.

Segundo o Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto, a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Na área das chamadas ações de extensão, as universidades brasileiras estão reconhecidas pelo tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, esta última vista como uma grande responsabilidade, pois assim se afirma o compromisso social da instituição com a sociedade, voltada para a transformação do meio e formação dos cidadãos para além do campo de ensino, capacitando profissionais comprometidos com as questões sociais.

Considera-se ensino como sendo a compartilhamento de conhecimentos; a pesquisa tem a função de cultivar a atividade científica, por

meio de um processo contínuo de realimentação dos conhecimentos e à extensão cabe estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes (RIZZATTI; RIZZATTI JÚNIOR, 2004).

Dessa forma, acredita-se que as Instituições de Ensino Superior podem participar do engajamento com a comunidade, através da prática da extensão, com interlocuções com seus agentes e seu cotidiano, visto que é uma forma de construir, disseminar e discutir o conhecimento produzido dentro das Universidades perante as realidades e necessidades sociais do país.

Mas como realizar extensão universitária diante do isolamento social imposto pelo COVID-19? Num cenário, até agora imaginável, dentro dos espaços de readaptação de suas atividades, com a finalidade de conter o avanço do Coronavírus, regida Portaria MEC nº 343, de 17 março de 2020 (BRASIL, 2020), as Instituições de Ensino Superior tiveram que adaptar em caráter emergencial suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e, consequentemente, aquelas de natureza administrativa.

Assim, com o distanciamento social e a suspensão das atividades presenciais, a Universidade foi obrigada a desenvolver um plano de enfrentamento, onde os estudantes e todas/os servidoras/es foram isoladas/os em suas residências, reduzindo todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os obstáculos resultantes deste contexto ganharam uma larga proporção, ou seja, uma barreira sobre o livre deslocamento e interação social, com novos desafios à academia científica. No entanto, é preciso questionar: qual a natureza das ações de ajuda e intervenções, e qual a maneira mais adequada de oferecer esta ajuda na atual crise da pandemia?

Neste sentido, entendemos que o vínculo entre a universidade e a sociedade é fundamental para as ações de extensão, e tem sido necessário buscar, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, garantir que essa relação de vinculação continue, mesmo com novas estratégias de aproximação.

Ou seja,

Há que se ter clareza que, por meio da extensão, a universidade ao comunicar-se com a realidade local, regional ou nacional, tem a possibilidade de renovar constantemente sua própria estrutura, seus currículos e suas ações, criativamente, integrando-se e contribuindo para o desenvolvimento do país. Afinal, é preciso estar atento aos movimentos da sociedade para poder contribuir na definição de seus rumos. (OLIVEIRA; GARCIA, 2013, p. 158)

É preciso que esse cenário de mudanças sirva de aprendizado para o

futuro e que a universidade garanta seu valor junto à sociedade, ficando atenta a essa nova conjectura social que se formou durante esse tempo de pandemia. A extensão universitária pode promover o desenvolvimento humano e ambiental dentro dessa nova realidade, assim, espera-se.

Logo, como nos assegura Almeida (2001, p. 13):

Se é verdadeiro afirmar que nosso presente é, em grande parte, um reprocessamento e ressignificação da memória que guardamos do passado, (e isso tanto no domínio biológico quanto no cultural), não é seguro dizer que o presente e o futuro são, de forma linear, prolongamentos da totalidade do passado. Calamidades, desastres e destruições ocorridas ao longo da odisseia humana nos informam que a sociedade é, e nós somos, reorganizações de pedaços do pretérito.

Assim, a extensão universitária demonstra-se como um espaço capaz de instigar os acadêmicos a conhecer a realidade, problematizar e executar ações que articulem à interação transformadora entre universidade e sociedade corroborando com os apelos da comunidade que tanto espera da universidade, principalmente em tempos difíceis, como a pandemia.

2.2 Organizar para Acessar: preservando a memória institucional por meio de práticas arquivísticas nos arquivos do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas - OPAMI

O OPAMI da Universidade Federal da Paraíba é um projeto em consonância com a PROEX (Pró-reitoria de Extensão) com o intuito de ressignificar a memória, promover um tratamento arquivístico técnico e implementar uma gestão documental diante o acúmulo de massa documental existente. O tratamento técnico dessa documentação constitui em uma forma de proporcionar o acesso às informações produzidas nas coordenações de curso, departamentos e programas de pós-graduação que fazem parte do referido centro, além da documentação produzida pela própria direção.

A preservação da memória do referido centro se daria através da aplicação correta da gestão documental. Segundo Carpes e Flores (2013), ela transforma a realidade informacional do arquivo corroborando assim, para a preservação do seu patrimônio documental.

O projeto possuía como coordenador um arquivista e duas coordenadoras adjuntas, sendo estas professoras do Departamento de Ciência da Informação – DCI/UFPB. A equipe do projeto contava com a participação de 10 colaboradoras/es entre eles técnicos e professoras/es, 8 alunas/os, dos

quais 7 eram voluntárias/os e um aluno bolsista, todos graduandas/os do curso de Arquivologia.

Pensando em alcançar os objetivos elaborados pelo projeto, propomos algumas ações. Para tanto, foi necessário iniciar com algumas formações e capacitações internas, direcionadas às/aos extensionistas, ministradas pelos/as colaboradoras/es.

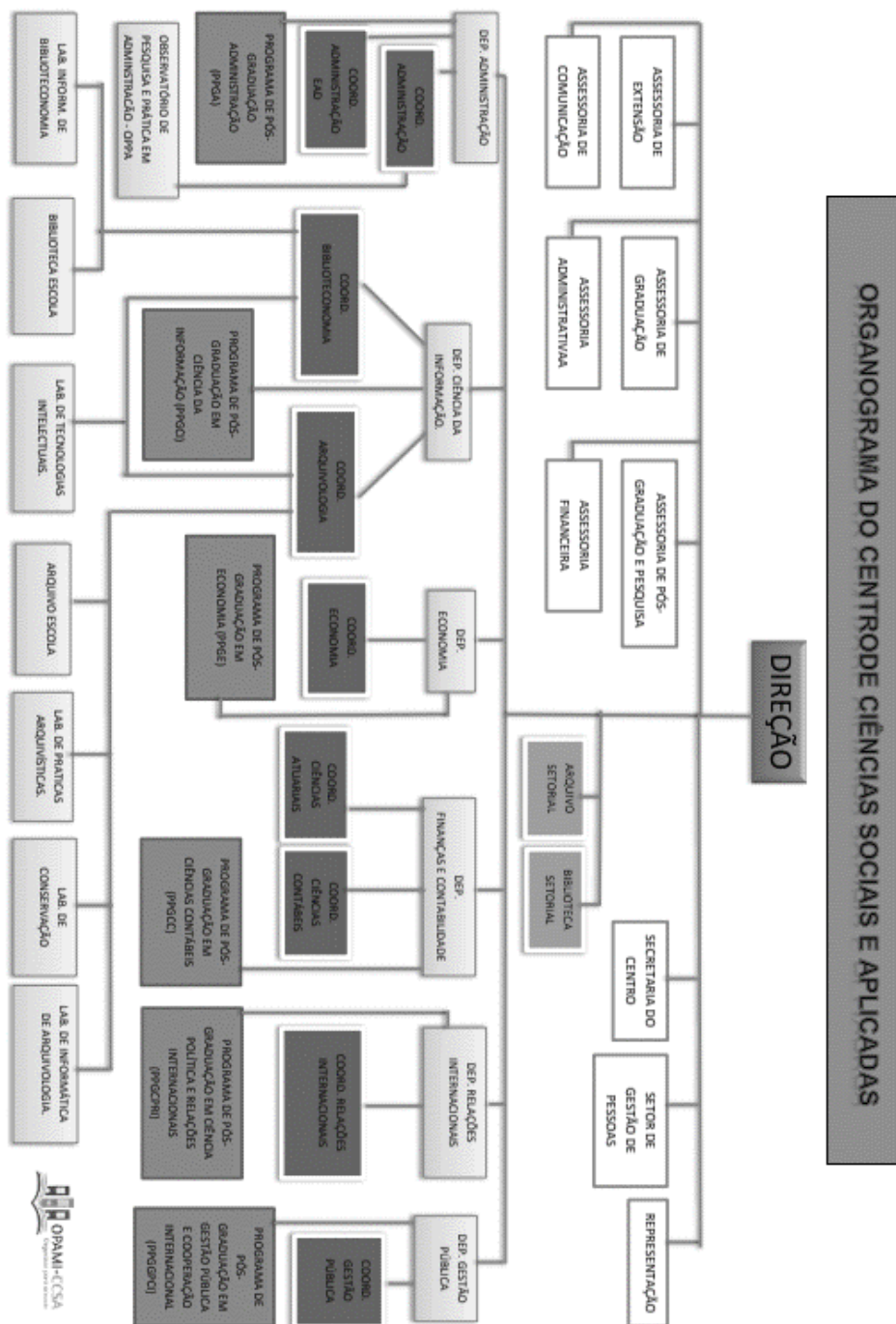
As formações tiveram os seguintes temas: *Projeto de Extensão e o Arquivo do CCSA*; *Projetos de Extensão e Diagnóstico do Arquivo do CCSA*; *Capacitação sobre o CANVA*; *UFPB e sua estrutura*; *Estruturas Organizacionais: como elaborar um organograma*. A partir das capacitações, as/os extensionistas desenvolveram produtos que auxiliasse nas atividades futuras de gestão documental: foi construído o Organograma do CCSA, dimensionando a estrutura organizacional mais atual do referido Centro e a elaboração da linha tempo do CCSA, permitindo a identificação dos principais aspectos referentes à constituição do Centro.

Figura 1 - Linha do Tempo do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas



Fonte: Elaborada pelos extensionistas do projeto.

Figura 2 – Organograma do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas



Fonte: Elaborada pelos extensionistas do projeto.

No plano de ações, ainda constava a elaboração da minuta do quadro de arranjo do arquivo do CCSA e a elaboração das normativas de acesso e uso

do arquivo, contudo, diante das dificuldades que surgiram, a execução destas atividades foi impossibilitada de ser executada.

3 MÍDIAS DIGITAIS À SERVIÇO DO COMPARTILHAMENTO DAS AÇÕES UNIVERSITÁRIAS

As mídias sociais que, com o desenvolvimento tecnológico já vinham se destacando devido à facilidade proporcionada para o estreitamento de conexão entre as/os usuárias/os, agilizando as trocas informacionais, durante a pandemia COVID-19, esse destaque foi ainda mais impulsionado devido à viabilidade de permitir o contato e a troca entre pessoas e instituições em meio ao isolamento físico social.

Concordamos com Medeiros, Fantinel e Almeida (2022) quando afirmam que as mídias sociais não constituem em territórios restritos aos ambientes de negócios ou pessoais, mas que pode contribuir em larga escala para qualquer instituição que queira ter maior proximidade e interação com seu público, inclusive na relação educacional. Isso porque, como aponta Cardias e Redin (2019, p. 03),

o uso das redes sociais por qualquer tipo de organização, inclusive Instituições de Ensino Superior, funciona como uma ferramenta que auxilia na obtenção e troca de informações, devido a sua capacidade de facilitar e proporcionar a interação entre indivíduos.

Assim como percebido nas atuações de extensão realizadas por Medeiros, Fantinel e Almeida (2022), ações por meio das mídias e redes digitais proporcionam a ampliação da rede de interação e compartilhamento de experiências e vivências entre docentes, discentes e profissionais, de modo que, o alcance de um público mais amplo, visto que as barreiras geográficas não se constituíam em obstáculos para a participação.

Ao elaborar as mídias, redefinimos quais os objetivos deveriam ser alcançados com essas ferramentas, a que elas teriam a finalidade. Com isso, foi nossa preocupação redefinir quais seriam as estratégias de comunicação com o público, a informação e conteúdo a ser publicizado e a divulgação das ações extensionistas. Garantir esses elementos fez com que o OPAMI cumprisse a proposta informacional, educacional e institucional exigida pela Pró-Reitoria de Extensão.

4 REDES SOCIAIS E MÍDIAS SOCIAIS DO OPAMI

Diante a conjuntura da pandemia do COVID-19, que eclodiu, no Brasil, no início do ano de 2020, exigiu que algumas adaptações fossem

necessárias para que se pudesse dar prosseguimento as atividades propostas pelo projeto. Com isso, foi preciso se ancorar no uso das tecnologias da informação e comunicação, para efetivar as ações viáveis, uma vez que tal cenário impossibilitou realização dos encontros presenciais.

A partir disso, foram criadas três redes sociais, sendo elas Instagram, Facebook e Twitter, que serviram para dar continuidade e assim alcançar os novos objetivos traçados na readequação de atividades a serem realizadas. Utilizando-se das redes sociais, foram realizadas *lives* com temas sobre Memória e Patrimônio Cultural, além de postagens sobre “*Arquivologia*” e “*Memória da UFPB*”, publicadas com as hashtags indicadas pela Assessoria de Extensão da UFPB, a citar: “*probexufpb*”, “*pecsufpb*” e “*proexufpb*” para que a informação fosse recuperada pelas usuárias e pelos usuários. As postagens foram organizadas de modo que aconteciam em três eixos: o primeiro, com o foco na divulgação do projeto; o segundo sobre a gestão documental e a importância da memória e, por fim, o terceiro pilar, sobre a memória institucional do CCSA/UFPB. Destarte, realizamos nos espaços virtuais, *lives* abordando temáticas como: a Universidade em sua estrutura Administrativa; a importância e a elaboração do Organograma; a história do CCSA e a memória institucional; História Oral como método; procedimentos e recursos metodológicos para realização de entrevista; arquivo e patrimônio; elaboração de um quadro de arranjo e instrumentos de pesquisa. Essas capacitações culminaram na elaboração do organograma do CCSA, na realização de entrevistas com o diretor e ex-diretores do CCSA por meio de plataformas digitais, com vistas a evocarmos as memórias e possibilitar sua resignificação, a partir do levantamento histórico, bem como, a disseminação da memória do CCSA.

Figura 3 - Instagram



Fonte: Projeto OPAMI 2020.

Figura 4 - Facebook



Fonte: Projeto OPAMI 2020.

Figura 5 - Twitter



Fonte: Projeto OPAMI 2020.

As redes sociais permitiram que o conteúdo produzido fosse transmitido e alcançasse um público maior de pessoas, o que na proposta inicial do projeto seria mais restrito, pois as ações seriam presenciais.

Os obstáculos ocasionados pela pandemia do COVID-19, nos levaram a também utilizar as mídias sociais à serviço do projeto, apesar das alterações sofridas devido às condições impostas pela pandemia de COVID-19, a experiência virtual no O OPAMI proporcionou às/aos extensionistas um aprendizado tanto teórico, quanto prático, por meio das discursões, capacitações e das elaborações de produtos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto da pandemia COVID-19 compeliu a sociedade a adaptar suas atividades ao formato virtual. No âmbito da universidade, essa necessidade ocorreu em igual proporção, redirecionando as atividades referentes ao ensino, pesquisa e extensão a se realizarem no cenário virtual. Todavia, essa necessidade oportunizou a ampliação de possibilidades e desdobramentos das atividades desenvolvidas na universidade, promovendo o rompimento das fronteiras distanciam a universidade da sociedade.

No que tange à extensão, os projetos tiveram de readaptarem para desenvolverem suas atividades junto à sociedade em formato remoto e virtual, redirecionando suas ações e desenvolvendo estratégias de captação e continuidade que proporcionasse benefícios para o público-alvo. Além, também, de prover, por meio das redes sociais, ferramentas de propagação de suas atividades e da universidade como produtora de conhecimento e ações especializadas.

A partir das atividades desenvolvidas pelo projeto OPAMI por meio das mídias digitais, entendemos essas plataformas como interfaces importantes, tanto para o desenvolvimento das atividades de extensão, possibilitando um aprendizado e uma integração das/dos extensionistas, quanto para a publicização das atividades, gerando o alcance das ações de extensões para a sociedade, ultrapassando inclusive as barreiras geográficas, possibilitando que mesmo vivendo um momento inesperado como a pandemia, a necessidade do isolamento social, a interrupção abrupta da vida cotidiana, conseguimos nos adaptar da melhor forma para cumprimos o papel de extensão com a interlocução das atividades acadêmicas e com a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier. Reforma do pensamento e extensão universitária. **Cronos**, v. 2, n. 2, p. 11-22. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/14194> Acesso: 17 de jun. de

2022.

BRASIL. Ministério da Educação/Gabinete do Ministro. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. 2020.

CARDIAS, Ana Paula dos Santos; REDIN, Ezequiel. O uso das redes sociais nas Instituições de Ensino Superior. **Revista Saber Humano**. v. 9, n. 15, p. 105-127, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/405/422>. Acesso em: 03 jun. 2022.

CARPES, Franciele Simon; FLORES, Daniel. O arquivo universitário e a memória da universidade. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.23, n.3, p.13-22, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/12278/10202> Acesso em: 30. mai. 2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). 2012. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2022.

MEDEIROS, Roberta Pinto; FANTINEL, Elisângela Gorete; ALMEIDA, Bruna Carballo Dominguez de. Arquivologia em mídias sociais: experiências no compartilhamento de conhecimento em tempos de distanciamento social. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 32, n. 64, p. 01-16, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/download/1028/998/5492>. Acesso em: 15 de jun. de 2022.

OLIVEIRA, Therezinha Maria Novais; GARCIA, Berenice Rocha Zabbot. Extensão e indissociabilidade. In: MENEZES, Ana Luisa Teixeira; SÍVERES, Luiz (Org.). **Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, p. 157-168.

RIZZATTI, Gerson; RIZZATTI JR., Gerson. Organização universitária: mudanças na administração e nas funções administrativas. In: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 4., Florianópolis, 2004. **Anais...** Florianópolis: Inpeau, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35684> Acesso em: 17 de jun. de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução CONSEPE nº 61/2014**. Regulamenta as atividades de Extensão da UFPB e dá outras providências. João Pessoa. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014. Disponível em: http://www.proex.ufpb.br/proex/contents/documentos/resolucoes/resolucao-consepe-n-61_2014_regulamenta-a-extensao-da-ufpb.pdf Acesso em: 09 de fev. 2022.

BOARD GAME NA ARQUIVOLOGIA E NOS ARQUIVOS: UM UNIVERSO PARA ALÉM DE EDUCATIVO

Ana Claudia Cruz Córdula (Universidade Federal da Paraíba),
Monnique São Paio de Azeredo Esteves Veiga (Universidade
Federal Fluminense),
Rita De Cássia São Paio se Azeredo Esteves (Dataprev)

1 INTRODUÇÃO

A Arquivologia compreende uma área com grande impacto social, sendo vital ser mais (re)conhecida pela sociedade em geral. Com isso, se faz necessário promover espaços e estratégias para que se torne cada vez mais presente e integrada ao dia a dia das pessoas e, nesse viés, as ações educativas para a disseminação dos conceitos, aplicações e atividades arquivísticas podem ter grande impacto político, social e financeiro na vida dos cidadãos.

Considerando a necessidade de aumentar o conhecimento popular sobre os Arquivos, sua função e suas atividades, perguntamos: por que limitar as ações educativas ao ambiente escolar ou ao espaço do Arquivo? Mais do que apresentar a Arquivologia aos que a procuram ou com ela se deparam em um momento de necessidade, é possível incorporar os conceitos arquivísticos a momentos de interação social, e, até mesmo de diversão! Dentre as estratégias educativas de inserção do lúdico para divulgação e popularização dos Arquivos está a gamificação, ligada ao serviço de difusão por meio digital (KOSAWA, 2021). Mas para além da difusão cultural em ambiente digital, até onde os jogos podem ser usados na Arquivologia?

Os jogos de tabuleiro modernos - *board games* - têm sido um gênero

de jogo utilizado não apenas como opção de entretenimento para diversas faixas etárias como também amplamente utilizado no meio educativo. Dentre os jogos de tabuleiro modernos, destaca-se o tipo Jogo Sériô, um modelo eficaz para a educação e treinamento em variadas situações, por possuir alta capacidade de motivação e por comunicar de forma bem eficiente os conceitos e fatos de qualquer assunto. Nesse sentido, a presente pesquisa busca analisar o universo dos Jogos de Tabuleiro modernos, em particular dos Jogos Sérios, bem como compreender os atributos, critérios e conceitos necessários para o desenvolvimento de um Jogo na área da Arquivologia.

A partir de uma metodologia de caráter exploratório, explicativo, descritivo e qualitativo, ancorada em uma revisão de bibliografia capaz de servir como base para a pesquisa, intenciona-se avaliar a possibilidade de desenvolver um jogo de tabuleiro capaz de atrair o interesse não só de arquivistas, discentes e docentes, mas, também, criar uma alternativa divertida e desafiadora capaz de apresentar a Arquivologia ao público já existente de jogadoras/es de *board games* assim como para o universo expandido da sociedade em geral (que não conhece arquivo nem *board games*), na intenção de popularizar os arquivos.

2 ARQUIVOLOGIA: UM CAMPO SENDO DESBRAVADO

Ao longo de seu processo histórico, a Arquivologia se configurou em um campo do saber que se dedica a desenvolver estudos e teorias que visem pensar o arquivo como lugar que deve prover a informação percorrendo, assim, de um paradigma custodial para uma perspectiva pós-custodial. Para tanto, técnicas da área devem ser articuladas e desenvolvidas com fins de garantir sua finalidade de, além de preservar a documentação e a informação, viabilizar seu acesso e recuperação.

Michelotti e Konrad (2016) ao discutirem sobre o objeto de estudo da Arquivologia, concluíram que não é possível desvincular a informação do documento e, portanto, consideram que o objeto de estudo da Arquivologia constitui no documento de arquivo com a finalidade de dar acesso à informação – elemento primordial para a dinâmica da sociedade contemporânea.

Em sendo instituição e fonte de informação, o arquivo pode se apresentar como patrimônio cultural, portanto, lugar de memória. Cabral (2012) aponta a relevância de o arquivo ser visto como uma fonte educativa e de orientação cultural, "podem-se ampliar as possibilidades de se pensar a instituição arquivística, com a promoção de uma prática que propicie aos indivíduos serem sujeitos ativos no processo de geração de conhecimentos" tendo em vista que, "a prática da ação cultural possui um caráter transformador

da realidade social e pressupõe que os indivíduos sejam sujeitos ativos num processo sistemático de criação de novos bens culturais e conhecimentos” (CABRAL, 2012, p.41).

A partir disso, reconhecemos a importância e a necessidade dos arquivos e, consequentemente da Arquivologia, serem searas de reconhecimento de amplo público, tendo em vista que a informação produzida e organizada nos seios institucionais tangencia as atividades humanas. No entanto, na realidade brasileira, apesar do respaldo legal, com formação universitária, do tímido avanço no que se refere à promoção de concurso e exigência de arquivistas nas instituições, o campo ainda se encontra na zona de desconhecimento por parte da sociedade de um modo geral, sendo necessário um incentivo à visibilidade e formas de divulgação.

É necessário, portanto, uma promoção à visibilidade dos conhecimentos da Arquivologia e dos arquivos, que a atividade educativa arquivística integre outros campos do saber como a História e Ciências Sociais, mas também, a outros universos que possibilitem a consciência sobre os arquivos e a necessidade de sua preservação, como um dispositivo que garanta um direito cidadão: a informação.

Nesse sentido, estratégias de difusão de caráter educativo e cultural são desenvolvidas na intenção de ampliar o reconhecimento das instituições arquivísticas e dos serviços de arquivo, incluindo-os como temática de um Jogo de Tabuleiro, que se insere nesse aspecto como dispositivo mediador que possibilitará, por meio da conectividade e interação, a propagação e fornecimento de informações do campo dos arquivos e da Arquivologia.

3 CONSTRUINDO UM JOGO DE TABULEIRO: UMA ESTRATÉGIA DE DIFUSÃO PARA OS ARQUIVOS

O jogo “é uma forma particular de olhar para alguma coisa, qualquer coisa.” (ABT, 1987, p.6) Ao observar um tema com olhar determinado, qualquer coisa pode se tornar um jogo (Um campo de batalha naval, guerras entre países, a especulação imobiliária etc.). Para La Carreta (2018), um jogo de tabuleiro é uma forma de não apenas assistir ou ler uma história, mas de vivenciá-la. A imersão em um tema no jogo de tabuleiro é o que traz o jogador para dentro da história e o faz querer jogar novamente ao final de uma partida, independentemente de ter ganhado ou perdido.

Os jogos de tabuleiro (board games), por sua vez, vêm ganhando espaço no mercado do entretenimento, em especial suas versões mais modernas, atrativas e engajadoras. La Carreta (2018), aponta como vantagens dos jogos de tabuleiro sobre os jogos digitais: não dependem de energia elétrica,

podem ser jogados em qualquer lugar, promovem interação face a face, e são intergeracionais.

Os Jogos em geral podem ser divididos em diversas categorias. Uma destas é o Jogo Sériο.

Jogos [sérios] são dispositivos eficazes em educar e treinar estudantes de todas as idades nas mais variadas situações, por possuírem alta capacidade de motivação, e porque comunicam de forma bem eficiente os conceitos e fatos de vários assuntos. Eles criam representações dramáticas do problema real sendo estudado. Os jogadores assumem papéis realísticos, enfrentam problemas, formulam estratégias, tomam decisões e recebem feedback rápido das consequências de suas ações. (ABT, 1987, p.13)

O Jogo sério é um jogo criado com a intenção de entreter e de obter, pelo menos, mais um objetivo adicional. (DORNER et al., 2016). Normalmente este objetivo é relacionado ao treinamento de habilidades necessárias para formação, educação ou a execução de um trabalho específico. “Jogos sérios têm um fator de troca inerente, onde tentam alcançar mais de um objetivo. Se o objetivo de entreter é negligenciado, a experiência do jogador pode ser negativa.” (DORNER et al., 2016, p.6).

É importante diferenciar Jogo Sériο de Gamificação. Na gamificação, metodologias e elementos de jogos são transferidos para processos e aplicações de não jogos. Portanto, o resultado de uma gamificação não é necessariamente um jogo. (DORNER et al., 2016). A gamificação inclui atividades desenvolvidas com o propósito de promover conhecimento, motivar ações ou mesmo solucionar problemas (KAPP, 2012), e tem mobilizado empresas e organizações para o desenvolvimento de jogos, em sua maioria, digitais, que atraiam usuárias/os e consumidores de seus produtos e serviços (COSTA; MARCHIORI, 2016).

Ainda assim, pouco ou nada tem sido construído no sentido de criar Jogos Sérios de Tabuleiro (ou seja, analógicos, fora do meio digital) para a divulgação de campos como a Arquivologia. A partir dessa apreensão, sugere-se que o jogo de tabuleiro possa vir a ser uma ferramenta para se pensar a propagação da Arquivologia, como uma forma de difusão de Arquivos e da própria área, em adição ao contexto educacional. Ao tornar a Arquivologia o tema principal de um Jogo Sériο, surge também o desafio de encontrar os aspectos da gestão arquivística que melhor promovam a diegética ao jogo.

A difusão em arquivos, entendida como disseminação de informações sobre os arquivos, ou, definida enquanto divulgação no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.72) como “Conjunto de atividades

destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências”, configura em uma importante função arquivística tendo em vista que ela objetiva promover uma das finalidades dos arquivos: a do acesso à informação.

Bellotto (2004) destaca três modelos de difusão em arquivos: a educativa, voltada para a relação entre a instituição arquivo e as escolas, concretizadas por meio de visitas e conhecimento dos documentos custodiados; a editorial, que se refere às publicações que divulgam os produtos e serviços do arquivo; e a cultural, que constitui em projetos culturais que mobilizam, por meio das ações e estratégias a atração de usuáries e usuários. Rockembach (2015) chama a atenção para a complexidade que envolve a difusão, destacando a atenção a três elementos: a/o usuária/o da informação, o conteúdo a ser difundido e o uso de tecnologias de informação e comunicação. Como reforça o autor:

Para atingir uma difusão ampla de forma eficaz e efetiva, acreditamos que seja preciso uma abordagem interdisciplinar, levando em conta algumas temáticas específicas: acessibilidade e transparência, marketing aplicado a serviços e produtos de informação, estudo de usuários, comportamento informacional, mediação da informação e literacia informacional. Este é um caminho em construção e um modelo que inclua estes estudos poderá contribuir para a difusão informacional, sobretudo em ambientes digitais. (ROCKEMBACH, p. 105, 2015)

Levando em consideração os elementos destacados por Rockembach (2015), constatamos que a difusão em arquivos deve estar conectada ao seu tempo e com o contexto em que se dispõe, e apresentar-se articulada às tecnologias, às usuáries e aos usuários, à informação que custodia, bem como a memória que retém. Com isso, observamos a construção de design de jogos como uma ferramenta que proporciona nos tempos atuais, a difusão de arquivos.

A construção de um jogo de tabuleiro no âmbito dos arquivos deve ser desenvolvida de forma que os elementos que constituem o jogo (dinâmica, mecânica e componentes) se aliem à finalidade da área. No quesito da dinâmica é necessário preocupar-se com as emoções que o jogo vai criar, a narrativa coerente, progressão do jogo, relacionamentos entre demais jogadoras/es e restrições às/aos jogadoras/es. No que concerne à mecânica do jogo é necessário levar em consideração a aquisição de recursos durante o jogo, a avaliação do progresso, as chances, a cooperação e competição, os desafios, as recompensas, as transações realizadas, os turnos (tempo) e o estado de vitória

do jogo. Quanto aos componentes de jogo, é possível desenvolver um avatar, bens virtuais, *Boss* (desafio final), coleções, combates, conquistas, conteúdos, missão, níveis, pontuação, presentes, gráfico social, *ranking* e os times.

Os elementos dos jogos devem ser desenvolvidos tomando como norte a Arquivologia e os Arquivos, na intenção de garantir conexão e a interatividade entre o jogo, as/os jogadoras/es e o público que assiste às partidas, de tal forma que possam se interessar em adquirir o jogo e participar da experiência, se transformando em disseminadores tanto do jogo, como do aprendizado adquirido a partir dele. A habilidade técnica para a execução do jogo está articulada à habilidade de aquisição de conhecimento da área. A possibilidade de interagir com o mundo virtual que lhe foi ofertado a partir das fronteiras daquilo que foi programado estimula a/o jogador/a desenvolver seu intelecto, seus conhecimentos ou compreensão para “vencer” o jogo. Assim, ao mesmo tempo em que requer uma competência informacional, como destaca Costa e Pimenta (2017), também possibilita a apreensão de conhecimento da área a partir do papel assumido dentro de um jogo, dos enfrentamentos de problemas, formulação de estratégias e tomadas de decisões. La Carreta (2018) destaca a oportunidade da vivência do jogo do tabuleiro como ferramenta para, além da interação social, o requerimento de concentração, formulação de estratégias e raciocínio para o/a jogador/a.

4 PROPOSITURA DE JOGOS NA ARQUIVOLOGIA: DIVULGANDO E POPULARIZANDO OS ARQUIVOS

A propositura de jogos na Arquivologia com o objetivo de divulgar e popularizar os arquivos, a profissão de arquivista o fazer arquivístico, por meio de um método capaz de tornar possível a confecção de um jogo viável de ser desenvolvido não só nas grandes capitais com recursos tecnológicos disponíveis, mas também em municípios pobres do interior do Brasil, levou a opção por *board games* e não por jogos digitais.

Considerando os quatro aspectos propostos por La Carreta (2018) para confecção de um jogo - espaço, atores, itens e desafios -, é possível projetar a estruturação de um jogo de tabuleiro para a Arquivologia, apresentando como espaço os organismos produtores de documentos de arquivo; como atores os arquivistas, usuários e pesquisadores; como itens elementos tais quais: acervo, instalações físicas, riscos, estratégias, etc. e como desafios, as questões que exigem tomada de decisão dos arquivistas na busca para alcançarem os objetivos propostos pelo jogo (tornar a sua instituição a melhor equipada para atender seu público).

Na presente proposta de jogo, para o ‘espaço’, ou o ambiente em que ocorre a narrativa do jogo, propõe-se utilizar algumas organizações produtoras de documentos de arquivo, para que cada jogador seja responsável pelo seu próprio Arquivo. Uma ideia interessante é localizar a ambientação do jogo no Brasil incluindo instituições como o Arquivo Nacional, arquivos públicos estaduais, municipais ou de instituições renomadas e outras empresas nacionais.

O aspecto ‘atores’ envolve os personagens que representam os jogadores no espaço virtual. Kosawa (2021) analisa diversos autores que dissertam sobre jogo e conclui que:

Em todas as questões, os significados do jogo emergem e são compreendidos no momento da interação dos jogadores dentro desse espaço definido que constitui o jogo. Ele só faz sentido para seus participantes se for jogado, interagido. Uma ação que pode ser desconexa, que “transcende” as estruturas sociais existentes na vida cotidiana, de um mundo real, mas que fazem sentido (e só fazem sentido) dentro daquela estrutura. (KOSAWA, 2021, p. 565-57)

No universo da Arquivologia no mundo real, há várias possibilidades para o aspecto ‘atores’, representando os personagens manipulados pelos jogadores de acordo com as regras de jogo. Para esta proposta, os atores\jogadores assumem o papel de arquivistas na função de gestores da instituição arquivística ou do serviço arquivístico de instituições e empresas conforme apresentado anteriormente. Afinal, a gestão do registro da informação em algum tipo de suporte, a prática de arquivá-la, está a cargo dos profissionais da informação, os arquivistas. Evidencia-se que a existência da profissão é antiga, ainda que o reconhecimento e a regulamentação sejam posteriores. (SOUZA, 2011).

Para o aspecto ‘itens’, chama-se atenção para o tabuleiro. Alguns jogos utilizam um único tabuleiro comum a todos os jogadores, outros jogos além do tabuleiro central adotam tabuleiros individuais. Muitos jogos trabalham com baralhos, dados, marcadores de tempo como ampulhetas, peças a serem adquiridas durante a partida e que auxiliam na contagem de pontos ao final do jogo para declarar o vencedor. Assim, o Quadro 1 relaciona cada item a esta proposta de jogo descrição dos elementos no universo dos arquivos:

Quadro 1 - Relacionamento entre itens do jogo e a proposta no Jogo dos arquivos

ITEM DO JOGO	JOGO DOS ARQUIVOS

Tabuleiro central	Espaço para disposição dos itens comuns a todos os jogadores, dos 3 Baralhos (ACERVO, MELHORIAS e SITUAÇÕES)
Tabuleiros individuais	Instituição arquivística ou serviço arquivístico, específico para cada jogador (cada uma das instituições ou serviços terá seus pontos fortes e fracos, permitindo um jogo mais complexo com estratégias individuais)
Baralho 1 - ACERVO	Itens documentais (documentos que serão incorporados aos tabuleiros individuais de cada jogador)
Baralho 2 - MELHORIAS	Instrumentos de Gestão Arquivística e estratégias de gerenciamento de risco (estes itens serão incorporados ao tabuleiro individual, configurando Melhorias para a instituição ou o serviço, e trazendo vantagens e pontos extras para o jogador)
Baralho 3 - SITUAÇÕES	Acontecimentos como auditorias, fiscalização, sinistros, editais de fomento etc. (servirão como oportunidades para testar as escolhas de gestão dos jogadores, atribuindo ou retirando pontos de acordo com a performance da instituição frente à situação apresentada)
VERBA	Espécie de “moeda”, elemento de troca que permite ao jogador adquirir e implementar as ferramentas de MELHORIAS e preparar sua instituição ou seu serviço para as SITUAÇÕES que possam ocorrer

Fonte: CORDULA, ESTEVES e VEIGA, 2022.

É possível afirmar que não faltam situações que exigem dos arquivistas a tomada de decisão acertada e a escolha da melhor estratégia para convencer a alta administração das organizações produtoras dos arquivos a criar e implementar políticas, programas e projetos que visem solucionar, evitar ou mitigar problemas. Em 1994, José Pedro Pinto Esposel, publicou no livro *Arquivos: uma questão de ordem*, um rol dos principais problemas enfrentados pelos arquivos:

Desinteresse (por vezes total) pelos acervos; conservação em geral precaríssima; armazenamento em locais inadequados; falta de classificação e ordenação (fundos misturados e sem identificação); restauração limitada a algumas peças, requisitadas no ensejo da passagem de efeméride; inexistência de meios de busca; pessoal sem qualquer formação técnica; remuneração inferior atribuída aos serviços específicos; mentalidade pouco esclarecida sobre a importância da matéria; destruição indiscriminada da documentação; confusão entre os serviços e finalidades

de centro de documentação e arquivo. (ESPOSEL, 1994, p. 35)

Infelizmente os problemas apontados por Esposel em 1994 ainda persistem e a este rol foram acrescentadas as questões relacionadas ao ambiente digital, tais como obsolescência tecnológica; dificuldade de garantir a preservação e a integridade dos documentos nato digitais e digitalizados ao longo do tempo, necessárias para sua custódia; a produção de documentos em sistemas informatizados que não são aderentes ao modelo de requisitos arquivísticos proposto pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq); aprovação de leis e decretos que asseguram equiparação dos efeitos legais do documento digitalizado ao respectivo original em suporte papel, dentre outros. O modo como cada jogador ou seu avatar (arquivista) vai enfrentar os problemas poderá definir o resultado do jogo.

No que tange ao aspecto ‘desafio’, La Carretta (2018) divide a questão em três variantes, quais sejam: 1. Eliminação de algo ou alguém para obter a vitória; 2. Cooperação de todos contra um adversário a ser combatido que pode ser o próprio jogo de tabuleiro; 3. Tarefa dada aos jogadores.

Para esta proposta, o tipo de desafio escolhido envolve a terceira opção: a tarefa dada aos jogadores é a de gerir, da melhor forma possível, a sua instituição arquivística ou seu serviço de arquivo obtendo melhorias na sua infraestrutura, no seu acervo, na sua equipe e nas suas estratégias de atendimento ao usuário e disseminação da informação. Ao final do jogo, o jogador (Arquivista) que obtiver a maior pontuação na soma destes quesitos será o vencedor.

Em quesito de curiosidade, apresentamos também algumas ideias de desafios que poderiam ser utilizados na proposição de diferentes jogos de tabuleiro voltados para o universo dos arquivos.

Quadro 2 - Relacionamento entre variantes do desafio do jogo e universo dos arquivos

VARIANTES DO DESAFIO	UNIVERSO DOS ARQUIVOS
1. Eliminação	O arquivista precisa eliminar os riscos que ameaçam os arquivos, competindo com outros serviços por investimentos dentro de uma mesma organização ou disputando financiamentos em editais de fomento com outras instituições.
2. Cooperação	O arquivista precisa buscar a cooperação para implementar políticas que interajam com outras áreas de um mesmo

	organismo como por exemplo Segurança da Informação, Responsabilidade Socioambiental, Transparência etc.
3. Tarefa	O arquivista precisa obter certificações, aumentar a pontuação em avaliação de auditoria e alcançar metas de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

Fonte: CORDULA, ESTEVES e VEIGA, 2022.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da proposta de construção de um jogo sério como estratégia para ampliar a visibilidade dos arquivos, das funções do arquivista como gestor de serviços e instituições arquivísticas e mediador da informação, bem como da Arquivologia para a sociedade em geral, buscou-se incorporar questões do universo dos arquivos aos jogos de tabuleiro, acreditando ser possível disseminar o fazer arquivístico de forma lúdica e educativa, permitindo o entretenimento, possibilitando a relação entre gerações e ampliando o conhecimento sobre os arquivos para além das salas de aula dos cursos de Arquivologia e das salas de consulentes/usuários das instituições e serviços arquivísticos.

O método proposto para a construção do jogo abordado na pesquisa permite inúmeras possibilidades para relacionar a Arquivologia com os aspectos de espaço, atores, itens e desafio, tendo a possibilidade de criar uma experiência interativa, divertida, que envolva estratégia e ainda seja capaz de imergir o jogador no ambiente de uma instituição ou serviço arquivístico.

REFERÊNCIAS

ABT, Clark C. **Serious games**. Lanham: University Press of America, 1987.

Arquivo Nacional (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf Acesso em: 11 de jun. de 2022.

BELLOTTTO, Heloísa L.. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. FGV.2004

CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo**, v. 25, n. 1, p.35-44, 2012. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/336> Acesso: 11 de jun. de 2022.

COSTA, Amanda Cristina Santos; MARCHIORI, Patrícia Zeni. Gamificação, elementos de jogos e estratégia: uma matriz de referência. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 44-65, 2015. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v6i2p44-65. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89912>. Acesso em: 7 jun. 2022.

COSTA, Diego; PIMENTA, Ricardo Medeiros. Gamificação do comum: o jogo digital enquanto realidade sócio-cultural e dispositivo mediador informacional. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 12, n. 2, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n2.36501 Acesso em: 08 jun. 2022.

DORNER, et al (ed.). **Serious games: foundations, concepts and practice**. Suíça: Springer, 2016.

ESPOSEL, José Pedro Pinto. **Arquivos: uma questão de ordem**. Niterói: Muiraquitã, 1994. 234p.

KAPP, K.M. **The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education**. San Francisco: Pfeiffer, 2012.

KOSAWA, Marcelo. **Gamificação em arquivos: usos e possibilidades na difusão da informação**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2021.

LA CARRETTA, Marcelo. **Como fazer jogos de tabuleiro: manual prático**. Curitiba: Appris, 2018.

MICHELOTTI, Daniele de Vargas; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. A teoria do conhecimento em arquivologia e suas implicações, a partir da identificação de seu (s) objeto (s) de estudo. **AGORA**, Florianópolis, v. 26, n. 53, p. 315-346, jul./dez., 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/47747> Acesso em: 11 de jun. de 2022.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41739> Acesso em: 08 de jun. de 2022.

SOUZA, Katia Isabelli Melo. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

PARTE XIV

ARQUIVOS PESSOAIS: ABORDAGENS INTERDISCIPLINARES EM CONVERGÊNCIA

GUIA E INVENTÁRIO DO ARQUIVO PESSOAL DE OLÍVIA CALÁBRIA: DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO A SOLIDIFICAÇÃO DE SUAS MEMÓRIAS E TRAJETÓRIA

Raphael Bahia do Carmo (Universidade Federal de Uberlândia)

1 INTRODUÇÃO

O Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS tem como finalidades, obter, produzir, organizar, arquivar, preservar e disponibilizar para pesquisa documentos de interesse histórico²⁴⁰, sobretudo, os que dizem respeito e ajudam a reconstruir a história da cidade de Uberlândia e região.

Ao longo de mais de três décadas o CDHIS tem acumulado documentos provenientes de ações de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, pelo Núcleo de Estudos de Gênero – NEGUEM e pelo próprio órgão, documentos custodiados por “comodato”, como é o caso da coleção processos crime, uma das mais consultadas e que registra cerca de 100 anos de atividades criminais empreendidas na cidade de Uberlândia e região, coleções diversas, e fundos de arquivos pessoais de cientistas, intelectuais, políticos e personalidades que, por meio dos documentos acumulados em sua trajetória de vida, registraram muito

²⁴⁰ Informações retiradas do documento: Normas e funcionamento do Centro de Documentação e Pesquisa em História.

mais do que suas memórias, e sim, as transformações políticas, sociais, arquitetônicas, de costumes, etc... que ocorreram em Uberlândia e no Triângulo Mineiro.

Caso de Olívia Calábria, personalidade sobre a qual, em seus arquivos, nos debruçamos a fim de produzir um guia e inventário, de acordo com o que preconiza a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE. Olívia Calábria é uma personagem de suma importância para a história da cidade de Uberlândia, região e porque não dizer, para o Brasil. Filha de pais anarquistas, Olívia nasceu em 1914 na cidade de São Paulo - SP e foi trazida ainda criança por seus pais para a cidade de Uberlândia - MG. Vista por muitos como uma mulher à frente de seu tempo, Calábria foi militante política filiada ao PCB e defensora dos direitos sociais, sobretudo o da igualdade de gênero, bem como, foi uma das principais articuladoras da Organização Feminina de Uberlândia, entidade que chegou a ter mais de mil mulheres como membros (MICOTTI; LOUREIRO in: Guia e Inventário do Arquivo Pessoal de Olívia Calábria, 2021).

Ao longo deste trabalho abordaremos todo o processo que foi empreendido na construção do Guia e Inventário do Arquivo Pessoal de Olívia Calábria, desde as motivações iniciais, passando pelas estratégias que foram executadas até a materialização da publicação.

2 BREVE HISTÓRICO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA – CDHIS

Para que hoje o CDHIS se posicione como um relevante centro de documentação, referência para pesquisadores na região do Triângulo Mineiro e um dos maiores em quantidade de acervo entre as instituições pertencentes ao Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, houve, desde 1985, ano de sua criação, ainda sobre o nome de Núcleo de Pesquisa em História e Ciências Sociais – NUHCIS, a participação efetiva de diversos servidores públicos, docentes e técnicos administrativos em educação, bem como, de discentes, sobretudo, os do curso de história da UFU, que na maioria das vezes têm o seu primeiro contato com os arquivos no CDHIS.

Desde 1987, o então NUHCIS possuía sede própria, entretanto, era um imóvel alugado em um espaço fora da universidade. Em 1992 houve a transferência do endereço de sua sede para o bloco 1Q do campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, local onde até hoje é o seu endereço, neste mesmo ano o NUHCIS passou a se chamar CDHIS. A construção do Centro de Documentação teve como principal motivação a expansão das suas atividades, que iam muito além da aquisição, tratamento,

preservação e disponibilização de acervos. Fora o trabalho técnico desenvolvido, o CDHIS, na época, mais novo órgão do Instituto de História – INHIS, tinha uma atuação forte na extensão universitária, ensino e pesquisa, além de uma revista semestral e da publicação de material de difusão sobre o acervo. Neste contexto, o CDHIS passou a abrigar o Núcleo de Estudos de Gênero – NEGUEM, que entre as suas ações, desenvolve a revista caderno espaço feminino. Em 2003, o Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História - LEAH também passou a integrar a estrutura do CDHIS, permanecendo até o ano de 2011, data em que foi oficializada as Normas de Funcionamento do Centro de Documentação ²⁴¹

Desde 2011 o CDHIS tem como o seu pilar quatro setores: Documentação e Pesquisa; Conservação e Restauro; Publicação e Comunicação, e; Núcleos e Laboratórios. Esses setores, em conjunto, trabalham para cumprir os objetivos e competências instituídas pelas Normas de Funcionamento do CDHIS, das quais destacamos: organizar, arquivar e preservar a documentação sob sua responsabilidade; implementar e assessorar atividades de pesquisa, ensino e extensão no âmbito da sua atuação, e; divulgar o acervo sob sua responsabilidade e os saberes decorrentes da sua atuação. (Normas de Funcionamento do Centro de Documentação e Pesquisa em História, 2011). Ressalta-se ainda que:

O Arquivo Histórico do CDHIS tem como objetivo não só preservar, organizar e recuperar documentos históricos, mas também produzir e gerar pesquisas, promover palestras, cursos, exposições de documentos, entre tantas outras atividades de extensão. O acervo documental é composto de coleções fotográficas, discográficas, jornais da cidade, jornais da região e do país, mapoteca, videoteca e filmoteca. Todo esse material encontra-se à disposição do público em geral para a pesquisa e consulta²⁴². (BARBOSA, 2019)

O desenvolvimento e aplicação das Normas de Funcionamento do CDHIS, além de direcionar as suas atividades, trouxe outro grande ganho ao Centro de Documentação, a criação do Conselho Curador, que tem entre suas atribuições, dar parecer sobre a incorporação de acervos pelo CDHIS, criando uma dinâmica para que sejam absorvidos pela instituição somente os que se

²⁴¹ Documento acessível em:

<http://www.inhis.ufu.br/unidades/centro/centro-de-documentacao-e-pesquisa-em-historia>

²⁴² Documento acessível em:

<http://www.inhis.ufu.br/unidades/centro/centro-de-documentacao-e-pesquisa-em-historia>

conectam com a memória local, regional e em alguns casos excepcionais, nacional.

2.1 O Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História

O acervo do Centro de Documentação é constituído somente de material doado ou que estão custodiados por meio de “comodato”. Do início do CDHIS, até a formalização de suas normas de funcionamento, não havia um critério oficializado para a incorporação de acervo, e sem um documento norteador, essa ação se tornava bastante subjetiva, ficando a cargo das pessoas o entendimento se determinada coleção, arquivo ou item deveria ser aceito como doação, missão por vezes difícil, principalmente quando se leva em conta as relações de poder e as questões políticas.

Vindas deste período temos algumas inconsistências no acervo, como principal exemplo podemos citar as coleções de livros, o CDHIS não possui uma biblioteca e nem bibliotecários para dar conta desta perspectiva de organização da informação, e a incorporação destas coleções são percebidas hoje como pontos fora da curva. Há se ressaltar que possuímos diversos livros que entraram no acervo em outro contexto, pois foram doados em conjunto com os arquivos pessoais e, por isso, são percebidos como documentos de arquivo.

Hoje o arquivo do CDHIS é formado por documentos de diversos gêneros, onde são protagonistas os arquivos pessoais.

Estima-se que o Centro de Documentação possua mais de 21 milhões de páginas de documentos textuais, milhares de LP's, fotografias, mapas, plantas e uma hemeroteca com revistas de circulação regional e nacional, bem como, jornais de Uberlândia e região.

Atualmente a consulta ao acervo é feita somente de forma presencial, apesar das tentativas de avançar em rumo à implementação de softwares que possibilitem a preservação de documentos digitalizados e nato-digitais, assim como, o acesso dos usuários de forma remota.

Para fazer a divulgação do centro de documentação, de seu acervo, dos produtos que são desenvolvidos e dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, o CDHIS se utiliza das redes sociais, *Facebook*, *Instagram*, *YouTube*, *Twitter* e *LinkedIn*, além de ter um espaço no *site* do Instituto de História.

A impossibilidade de consulta remota dos usuários torna muito importante a formulação dos instrumentos de pesquisa por parte do CDHIS, pois, por meio desses guias e inventários os pesquisadores têm elementos para perceber se os documentos custodiados na instituição poderão ter utilidade

para a sua pesquisa, evitando o deslocamento desnecessário, a perda de tempo e o despendimento de recursos.

3 A FORMULAÇÃO DO GUIA E INVENTÁRIO DE OLÍVIA CALÁBRIA

Desde 1985 até o ano de 2019 o CDHIS não possuía um arquivista em seu quadro de funcionários, entretanto, a equipe de técnicos que desenvolviam os trabalhos no centro de documentação, ao longo do tempo, foi adquirindo competências, principalmente por meio da realização de cursos que permitiram a realização dos trabalhos em arquivos. Neste contexto foram produzidos diversos inventários, tanto que, podemos afirmar que hoje cerca de 90% dos conjuntos documentais possuem alguma forma de identificação.

Neste recorte temporal, não se tinha por parte do CDHIS a ideia de que a instituição, como um órgão que faz parte do poder executivo federal, com autonomia administrativa, objetivos definidos e regulação própria, pertencia ao Sistema Nacional de Arquivos - SINAR e, por sua vez, deveria seguir as resoluções emanadas pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

Em 2019 houve o ingresso de um arquivista na instituição, porém, este ficou poucos meses, não tendo tempo de desenvolver um trabalho aprofundado com os acervos. Em 2020, com a posse de um novo arquivista, foi discutido e adotado o entendimento de que o CDHIS fazia parte do SINAR e deveria executar as suas atividades em observância ao que preconiza o CONARQ, e que isso implicaria na reformulação dos instrumentos de pesquisa que haviam sido produzidos e que não estavam de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística.

Neste contexto foram elaborados dois guias e inventários, o primeiro para o arquivo de Cora Pavan Caparelli, musicista, fundadora do conservatório de música de Uberlândia e do primeiro curso de nível superior na cidade, o curso de música, que posteriormente foi incorporado pela UFU, o segundo, o de Olívia Calábria, sobre o qual vamos discorrer adiante.

Apesar de ser percebido como muito promissor, o arquivo de Olívia Calábria é pouco consultado, mesmo tendo muitos trabalhos acadêmicos produzidos no âmbito da UFU com a temática do feminismo ou que de alguma forma com ele se conecte, isto porque, com as dificuldades de difusão do acervo, os pesquisadores não sabem que o CDHIS tem sob sua custódia tão relevante arquivo. Desta forma, ao construir e dar publicidade ao Guia e Inventário do Arquivo Pessoal de Olívia Calábria, atingiríamos a dois objetivos, a difusão do acervo e a sua adequação a NOBRADE.

O que podemos chamar de primeira etapa do processo de organização do arquivo pessoal de Calábria se deu a mais de uma década, nesta etapa foram colhidos alguns metadados sobre os itens documentais e desenvolvido um inventário.

Já, a segunda etapa de organização deste arquivo pessoal, teve como principal motivação o cumprimento da resolução nº 28 do CONARQ, que dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE, pois, os trabalhos de organização dos arquivos pessoais adotados pelo CDHIS até então, não seguiam esses parâmetros, o que nos levou ao seguinte problema: como adequar o trabalho que já foi realizado pelo CDHIS as normativas vigentes?

Desta forma levantamos três pressupostos: o primeiro, que era possível adequar a organização arquivística executada no arquivo pessoal de Olívia Calábria as normativas do CONARQ; o segundo, que transformar esse trabalho em um projeto de extensão, com a participação dos servidores e discentes da UFU, bem como, da comunidade externa a universidade, iria enriquecer o produto final; e o terceiro, que era possível publicar o trabalho produzido, difundindo o arquivo pessoal de Olívia Calábria para pesquisadores e para a sociedade em geral.

O trabalho teve início com uma leitura minuciosa do inventário que havia sido produzido na primeira etapa, buscamos identificar as diferenças e semelhanças entre os documentos, que com uma organização que não a arquivística, tiveram o seu vínculo orgânico corrompido. Essa inconsistência de vínculos dentro do conjunto documental coloca em xeque um dos princípios fundamentais da arquivologia, o da organicidade, segundo Belloto:

Organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas. Os documentos determinantes/resultados/consequências dessas atividades guardarão entre si as mesmas relações de hierarquia, dependência e fluxo. (BELLOTO, 2002, p. 22)

Desta forma, buscamos entender quais os documentos que se afinavam com as funções e atividades desempenhadas por Olívia ao longo de sua vida, buscando pistas que auxiliassem na reconstrução da organicidade dos documentos. O avançar deste processo de organização intelectual, nos fez perceber que era factível a adequação do inventário a resolução nº 28 do CONARQ, pois, conforme íamos avançando na leitura do inventário, percebíamos que vários documentos que estavam fragmentados nessa antiga

estrutura de organização, quando reunidos, ajudavam a contar uma história, que se conectava com as funções e atividades exercidas por Calábria.

Seguindo adiante, inscrevemos o Guia e Inventário do Arquivo Pessoal de Olívia Calábria como um projeto de extensão da UFU, o que trouxe vários benefícios para o desenvolvimento do trabalho.

Com o projeto de extensão formalizado o seu *status* foi potencializado e conseguimos dois estagiários voluntários do curso de graduação em história, criando assim uma via de mão dupla, onde o CDHIS contribuía para a formação dos estudantes, que executavam as ações do projeto supervisionados por um arquivista, ao mesmo tempo em que os discentes contribuía com o Centro de Documentação. Outra vantagem da formalização do Guia e Inventário como projeto de extensão é a possibilidade certificar a participação dos envolvidos no projeto.

Seguindo na construção do instrumento de pesquisa, desenvolvemos a publicação em dois estágios, a formulação do Guia e a formulação do Inventário.

Para a elaboração do Guia foi realizado a descrição conforme o nível 1 da NOBRADE, descrição do fundo ou coleção, se utilizando de todos os elementos obrigatórios, a saber: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); condições de acesso, além da inclusão de dois itens opcionais, a biografia da titular do fundo e o quadro de arranjo (NOBRADE, 2006)

A Biografia, descrita na publicação como nota biográfica, foi fundamental para fazer uma imersão, por meio de uma pesquisa ampla, na história de vida de Olívia Calábria, serviu também para criar uma espécie de linha do tempo, da qual nos utilizamos para entender a dinâmica das funções e atividades desempenhadas por Calábria, o que nos ajudou a construir o quadro de arranjo e a organizar os documentos do inventário.

O quadro de arranjo disposto a seguir é representação material de todo o processo intelectual empreendido na organização do arquivo pessoal de Calábria, e a partir dele é possível fazer uma leitura de quais funções e atividades estão contempladas nos documentos que foram doados ao CDHIS.

Figura 1 - Quadro de Arranjo do Guia e Inventário de Olívia Calábria

Série	Subsérie	Dossiê	Dimensão
01 – Militante	01 - Atuação Política	01 - Partido Comunista Brasileiro	91 itens
		02 - Material de Divulgação	98 itens

		03 - Correspondências	41 itens
		04 - Manuscritos	16 itens
		05 – Revistas	30 itens
		06 - Cartão Postal	01 item
	02 - Direitos das Mulheres	01 - Lutas das Mulheres	05 itens
		02 - Material de Divulgação	10 itens
		03 - Correspondências	12 itens
		04 - Manuscritos	07 itens
		05 - Fotografias	02 itens
		06 - Audiovisual	01 item
		07 – Revistas	07 itens
	03 - Direitos dos Trabalhadores	01 - Lutas da Classe Trabalhadora	07 itens
		02 - Correspondências	05 itens
		03 - Revistas	21 itens
		04 - Material de Divulgação	02 itens
02 - Documentos Pessoais	01 - Documentos Particulares	Não possui	78 itens
	02 - Material de Divulgação	Não possui	70 itens
	03 - Correspondências	Não possui	88 itens
	04 – Manuscritos	Não possui	83 itens
	05 - Cartões Postais	01 - Cidade de Alma-Ata	26 itens
		02 - Cidade de Kiev	26 itens
		03 - Cidade de Leningrado	54 itens
		04 - Cidade de Minsk	19 itens
		05 - Cidade de Moscou	19 itens
		06 - Cidade de Tashkent	25 itens
		07 - Festas de Fim de ano	1 item

	06 – Fotografias	Não possui	44 itens
	07 – Livros	Não possui	171 itens
	08 – Audiovisual	Não possui	1 item
03 – Docente	01 - Material de Divulgação	Não possui	06 itens
	02 - Correspondências	Não possui	13 itens

Fonte: CARMO (2020, p.30).

Já o inventário, seguiu a codificação e a estrutura preconizada pelo quadro de arranjo, traz uma breve descrição dos itens documentais e de sua data de produção. Com a junção destes dois instrumentos de pesquisa em uma só publicação, é possível que o usuário tenha a percepção se os documentos do arquivo pessoal em questão serão relevantes a sua pesquisa, dando um passo adiante para a consulta presencial de forma mais assertiva, sabendo quais os itens documentais terão maior relevância para serem consultados.

Ao final do trabalho, no âmbito do projeto de extensão que foi criado, publicamos e disponibilizamos para os pesquisadores e para o público em geral, de forma gratuita, o “Guia e Inventário do Arquivo Pessoal de Olívia Calábria”, em PDF e impresso. Divulgamos a publicação pelos canais oficiais da universidade e pelas redes sociais do CDHIS, e pouco mais de seis meses depois da publicação, percebemos o aumento na frequência de consultas ao acervo, que será tema de uma exposição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhos como o que desempenhamos com o arquivo de Olívia Calábria, para além de padronizar a organização deste conjunto de documentos, o tornando inteligível em qualquer parte do mundo, cria um produto que materializa todo investimento público dispendido para a preservação e manutenção do arquivo, bem como, auxilia na difusão, não só o conjunto de documentos em questão, mas, também, do Centro de Documentação, que disponibiliza um rico material que contempla os mais diversos usos, acadêmicos, culturais, ações de marketing, entre outros.

Desencastelar e difundir os nossos arquivos, potencializando assim o seu uso, fomenta que as instituições arquivísticas sejam percebidas com o protagonismo devido, a final, estes espaços e seus acervos servem como elemento fundamental para a construção de nossa identidade e a preservação de nossas memórias.

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar a própria vida**. Estudos históricos, Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, v. 11, n. 21, p. 9 – 34, 1998

BARBOSA, Luciana Lemes de Andrade. **Centro de Documentação e Pesquisa em História**. Uberlândia, 2019. Disponível em: <<http://www.inhis.ufu.br/unidades/centro/centro-de-documentacao-e-pesquisa-em-historia>> Acesso em: 01 maio 2022.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

CARMO, Raphael Bahia do (Coord.) *et al.* **Guia e Inventário do Arquivo Pessoal de Olívia Calábria**. Uberlândia: UFU-CDHIS, 2021.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA. **Normas de funcionamento do Centro de Documentação e Pesquisa em História** - CDHIS. Uberlândia, 2011.

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos (Brasil). Câmara técnica de normalização da descrição arquivística. **Norma brasileira de descrição arquivística** – Nobrade. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Indivíduo, memória e resíduo histórico**: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-66, jul. 1997. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041>. Acesso em: 04 jan. 2022

REFLEXÕES SOBRE O OBJETO COMO DOCUMENTO: A GRAVATA PRETA DE LISTRAS AMARELAS DO POETA CASTRO ALVES

Alzira Queiroz Gondim Tude de Sá (Universidade Federal da Bahia)
Saionara Costa dos Anjos (Universidade Federal da Bahia)

1 INTRODUÇÃO

Desde movimentos que resultaram na mudança e ampliação do conceito de documento, sobretudo nas Ciências Sociais Aplicadas, que é possível perceber-se reflexos em diversas áreas do conhecimento, mudanças que abriram precedentes para que as fontes de pesquisa se ampliassem. Na Arquivologia, o conceito de documento assume um valor probatório, atrelado a atividades administrativas, mas é possível esclarecer que essa visão ligada apenas aos suportes tradicionais pode ser revistas.

Nesse sentido, Terry Cook (2012, p. 4) advoga que “O papel da ciência arquivística em um mundo pós-moderno desafia arquivistas, em todos os lugares, a repensar sua disciplina e prática. Uma profissão enraizada no positivismo do século XIX, para não dizer em diplomática anterior”. Ademais, as reflexões acerca do documento arquivístico e seu potencial informativo, cultural e memorial, desperta reflexões sobre uma nova compreensão tipológica, uma vez que em seu conceito mais abrangente, seus registros podem ser escritos, iconográficos, digital, eletrônico, ou de outra natureza, como podemos citar os objetos tridimensionais, muito comuns nos acervos pessoais.

Partindo dessas premissas, este trabalho resulta de um estudo sobre o arquivo pessoal de Castro Alves, justificado pelo valor agregado à sua vida e obra, cujas marcas se espalham por cidades, nome de ruas, praças, estátuas, colégios, entre outros. O citado acervo, abrigado no Parque Histórico Castro Alves, em Cabaceiras do Paraguaçu, foi eleito universo da pesquisa, tendo como recorte a gravata amarela com listras pretas, uma das peças do acervo.

Diante disso, procurou-se responder à questão norteadora deste estudo: Podem os objetos tridimensionais serem considerados documentos arquivísticos? A gravata do poeta Castro Alves pode ser considerada fonte de informação e memória? Considerando essas indagações, este trabalho objetiva demonstrar que os objetos podem ser considerados documento de arquivo, em especial dos arquivos pessoais, e que a gravata do poeta pode ser considerada fonte de informação e memória.

No que concerne ao referencial teórico, apresenta uma breve discussão sobre o conceito de documento e suas mudanças a partir de Otlet, Briet e *École des Annales*, discorre sobre os acervos pessoais, enfatizando o interesse despertado como fonte de informação, além do acolhimento de tipologias nas quais os objetos são incluídos. Traz dados biográficos de Castro Alves, aspectos históricos do Parque Histórico, momento em que uma “visita” ao lar do poeta é realizada e são apresentadas as tipologias documentais. Analisa e discorre sobre o contexto e o simbolismo atrelados à gravata do poeta e tangencia questões sociais que definiam o seu uso por determinada classe social e em determinadas ocasiões, legitimando, assim, sua presença no arquivo e, portanto, o seu reconhecimento como fonte de informação e suporte memorialístico no contexto arquivístico.

2 O DOCUMENTO: DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS À ARQUIVOLOGIA

Deve-se à *École des Annales* o início dessas mudanças que fortaleceram as diversas fontes de pesquisa e abriu precedentes para estudos sobre a ampliação do conceito de documento. Esta Escola possibilitou uma verdadeira evolução metodológica, e também desencadeou um movimento de renovação historiográfica. A partir das concepções trazidas pelo movimento e fortalecidas posteriormente pela revista dos *Annales*, houve um intenso desenvolvimento da área da Comunicação, fundamental para os historiadores, que ampliou a noção de documento já naquela época, passando a compreender jornais, revistas, fotografias, gravuras, periódicos, e etc. A abertura proposta pelo Movimento dos *Annales* trouxe-nos novas reflexões acerca não apenas da conceituação de documento e a possibilidade da inclusão dos objetos nessa perspectiva, como

também nos permitiu pensar as maneiras que os usamos como fontes de informação.

Não se pode omitir que, dentre os estudiosos que contribuíram para a evolução dessa discussão acerca do documento e suas possibilidades, podemos destacar Otlet, e sua obra o *Traité de la documentation*, publicada em 1934, que projetou o documento a uma visão menos tradicional. Para o autor a Documentação, seria a ciência capaz de garantir o acesso à informação e ao conhecimento independente do suporte, dessa forma Otlet afirma que o termo genérico (*biblion* ou bibliograma ou documento) cobriria todos os tipos de documentos: volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, estampas, discos e filmes. Otlet (1996, p. 43).

Posteriormente suas ideias foram aprofundadas por Suzane Briet, em 1951, ao afirmar que o documento seria uma prova de apoio a um fato, desta forma a sua abrangência teria um alcance maior. Na sua perspectiva, o documento é “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com finalidade de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 1951, p.7). Esse debate proporcionou a ampliação e a visibilidade de diversos suportes em diferentes centros de disseminação, como arquivos, bibliotecas e museus, fortalecendo a ampliação do conceito de documento, e nos permitindo incluir o objeto como fonte de informação e memória.

Muito do que se discute em outras áreas do conhecimento são advindos das ciências sociais aplicadas, sendo assim, não podemos dissociá-la das reflexões arquivísticas, principalmente quanto a conceituação de documento e sua abrangência aos objetos, peças comuns em acervos pessoais como o do Poeta Castro Alves tratado nesse estudo.

Através dessa perspectiva que buscou caracterizar o documento em função do seu potencial informacional, fato que ampliou o ponto de vista para as demais áreas do conhecimento, na seara da Arquivologia, Belloto (2006, p. 35) aponta que o documento expõe a funcionalidade e capacidade humana de registrar informações em diferentes suportes, englobando diferentes tipologias, como expressa:

[...] documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revisto ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc. Enfim, tudo que seja produzido por motivos funcionais, jurídicos, científicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana.

Nessa linha de pensamento, podemos observar que assim como Otlet, Belloto não se ateu aos documentos manuscritos. O Arquivo Nacional (2005, p. 27), define arquivo como “o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. Percebe-se que destaca o documento sem distinção de suporte, sendo possível a inserção de objetos nesse campo.

Refletindo sobre essa discussão teórica, é possível notar suas diferentes nuances, que vão desde a visão mais atrelada ao suporte de papel, às novas percepções sobre o tema, visto que há uma grande variedade documental existente dispostas em arquivos escolares, jurídicos, pessoais e etc, que nos permite incluir objetos tridimensionais nesse contexto. Cabe salientar que, no presente estudo, convencionou-se adotar o termo objeto tridimensional ao se referir, sobretudo, a gravata do poeta Castro Alves, pois se trata de um objeto desprovido de linguagem, signos, que os represente, tal como escritos, imagens ou sons. No entanto, esse objeto possui um contexto de acumulação que colabora para atribuição do seu *status* documental. Seguindo essa ótica, (PAES, 2004) evidencia que o documento de arquivo, é aquele que possui caráter de prova ou informação, aquele produzido e/ou recebido por uma pessoa física no decurso de sua existência. A partir dessa reflexão podemos inferir que os documentos vão além de uma função puramente administrativa e abre espaço para o pensamento pós-moderno defendido por Terry Cook (2012, p. 74), que afirma que os Arquivistas, frente aos desafios pós-modernos devem “repensar sua disciplina e prática”. Dado que a Arquivologia lida com documentos de variados suportes, gêneros e tipos, inclusive os digitais.

Sem dissociarmos os conceitos já elencados, essa ambiguidade presente nas discussões nos oferece novos olhares, nos dias atuais, por exemplo é notório o crescimento dos arquivos pessoais, arquivos fotográficos, de engenharia, dentre outros. A eclosão desses tipos de arquivo só reforça a ampliação e difusão do conceito de documento que ao ir além do suporte tradicional, contribui de maneira direta para o distanciamento da ideia custodiadora de papéis de cunho administrativo.

Ao discorrer sobre os diversos conceitos de documento, nos propomos, justamente, a focar na perspectiva trazida por Terry Cook (2012, p. 125) de que os documentos arquivísticos deixem de ser vistos apenas como objetos estáticos. Os conceitos sobre eles são dinâmicos, por serem agentes ativos, sobretudo na formação da memória humana e organizacional, entendendo-os como elementos de disseminação e preservação da cultura. Nesse ponto podemos destacar o quanto os arquivos pessoais valorizam essa

visão de preservação e disseminação da memória, ao criam uma articulação com o passado, com o sujeito e a sociedade.

3 ARQUIVOS PESSOAIS: SOCIEDADE, HISTÓRIA E MEMÓRIA

O interesse pelos arquivos pessoais passou a ser valorizado a partir da segunda metade do século XX, impulsionado pelo avanço da Historiografia, conforme aponta Assis (2009), quando relembra que foi esse um período em que afluíram o desenvolvimento da História Cultural, que acabou por redefinir o conceito de documento, atentando para uma micro-história, para o foco na temática da vida privada, do cotidiano, gênero, marginais, das representações e da cultura material.

No Brasil, as primeiras iniciativas para preservação dos arquivos pessoais/ privados surgiram em 1973, com a criação do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica, o (CPDOC), uma iniciativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esse Centro acabou se tornando um modelo para outras instituições nos anos seguintes, no entanto, esse panorama só se modificou anos mais tarde, com a promulgação da lei 8.159/91, a Lei de Arquivo, que trouxe uma definição mais específica de arquivo privado/ pessoal, definindo-os como “conjunto de documentos produzidos e recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”. (BRASIL, 1991). No contexto arquivístico essa valorização refletiu no aumento do interesse por esse tipo de arquivo, considerando sobretudo, os aspectos que destacam a memória e a subjetividade dos sujeitos. Britto e Corradi (2017) afirmam que “os documentos de arquivo de uma personalidade pública, por serem de caráter íntimo e distante de regras baseadas no direito administrativo, forneciam informações secretas ao público e que não estariam explícitos em documentos oficiais”.

Dentro dessa ótica podemos citar um bom exemplo da aplicação prática desses conceitos, o acervo pessoal do ex presidente Fernando Henrique Cardoso, abrigado na Fundação FHC, onde é possível encontrar uma gama diversificada de documentos, incluindo uma pedra que foi atirada contra ele em um evento oficial. Tal artefato tornou-se um documento cheio de simbolismo por remeter ao fato ocorrido em 1995, na cidade de Campina Grande, Paraíba. Diante do contexto exposto podemos inferir que o acúmulo desses objetos demonstra um aspecto característico e de fato diferenciado das tipologias presentes nos acervos pessoais, que mesmo fugindo da perspectiva custodiadora, contribuem para um processo de rememoração do sujeito, num universo povoado tanto por textos quanto por “coisas” palpáveis, que posteriormente darão suporte à memória tanto individual quanto coletiva.

Em vista disso, essa pesquisa foi desenvolvida com a expectativa de ampliar a visibilidade do legado do Poeta dos escravos, Castro Alves, através do seu acervo considerando as múltiplas articulações e ressaltando que através desses documentos seria possível identificar informações não oficiais além de proporcionar uma abordagem ampla e ressignificativa sobre sua vida. Nesse ponto, Meneses (1998), afirma que falar sobre os documentos pessoais nos obriga a refletir sobre o indivíduo nos registros materiais, despertando características importantes da cultura material como a representação identitária do sujeito. Assim sendo, os objetos tridimensionais ou especiais tornam-se portadores de memórias, resgata lembranças e nos aproxima do passado, além de favorecer o resgate cultural que nos permite variadas interpretações.

Partindo dessa premissa, é possível observarmos que dentro da seara dos acervos pessoais, tais documentos materializam as relações sociais, familiares, emocionais, políticas, predileções e posicionamentos de figuras importantes no desenvolvimento do país, somadas ao valor que é agregado a cada legado documental. Como reforça Terry Cook (1998), os arquivos pessoais são considerados uma espécie de monumentalização proposital do próprio indivíduo. Porém, quando levantamos questões sobre algumas coleções, constatamos que muitas vezes elas nascem de maneira tão natural que fogem a esses parâmetros.

4 CASTRO ALVES: O HOMEM, A HISTÓRIA E A MEMÓRIA

Na perspectiva de fortalecimento da contribuição do poeta dos escravos para a memória social, focamos em nosso objeto de estudo, a gravata amarela de listras azuis de Antônio Frederico de Castro Alves. Inicialmente descrevemos um pouco de sua história de vida e como procedemos para responder as perguntas que nortearam esse estudo.

Para adentrarmos na curta vida do poeta Castro Alves, recorremos as obras de seus principais biógrafos, Afrânio Peixoto e Pedro Calmon. Os feitos e conquistas realizados em vida por Antônio Frederico de Castro Alves renderam-lhe a alcunha de ‘O poeta dos escravos’. Filho do Drº Antônio José Alves e Dona Clélia Brasília da Silva Castro, sua vida foi iniciada na pequena cidade do Recôncavo da Bahia, em 14 de março de 1847, na Fazenda Cabaceiras, hoje município de Cabaceiras do Paraguaçu, antigo distrito de Muritiba, distante poucos quilômetros da cidade de Curralinho, que se tornou a cidade de Castro Alves.

Desde muito novo já demonstrava seu potencial com as letras, além de se destacar por seu comportamento afável. Seus primeiros versos surgiram ainda na escola com assuntos sobre a vida acadêmica, evoluindo para

conteúdos patrióticos e conforme ia amadurecendo, percebia-se sua evolução nos primeiros poemas que passaram a abordar temas comuns da época de maneira bastante incisiva e crítica. Em 1863, seus primeiros versos abolicionistas surgiram no jornal acadêmico da Faculdade de Direito. Já nessa época o poeta demonstrava indícios de que sua saúde estava abalada, mas, ainda assim, seus colegas o descreviam como uma criatura orgulhosa e muito preocupado com sua aparência.

Dentre outras características marcantes de sua breve vida, os biógrafos evidenciam a vida boêmia, muitos amores os quais foram inspiração para muitas de suas obras e também derrocada, pois em consequência do fim de seu romance com Eugênia Câmara, o jovem Castro Alves, fragilizado com o acontecido: “não lia, não escrevia, passeava, fumava, saía a caça, sem disparar sequer um tiro” (PEIXOTO, 1942, p. 36). Em novembro de 1868, nos arredores do Bairro do Braz, saiu a caçar e ao saltar uma vala a espingarda, com o cano voltado para baixo, dispara um tiro acidental em seu pé esquerdo. Em decorrência do agravamento de antigos padecimentos pulmonares e também da ferida causada pelo tiro, que resultou na amputação do membro, em 6 de julho de 1871, no Palacete do Sodré no seio da família, com apenas 24 anos, finda-se a vida do poeta Castro Alves.

Antônio Frederico de Castro Alves torna-se um imortal, lembrado por suas obras de expressão forte, como “Cachoeira de Paulo Afonso”, o “Gonzaga”, “Navio Negreiro” e tantas outras que demonstravam sua coragem e sobretudo, sua luta em favor dos escravos. O legado do poeta foi acolhido por sua irmã Adelaide de Castro Guimarães, que se tornou a principal cultora, ajudando a perpetuar a memória do seu querido Cecéu. Foi nessa perspectiva de manter vivos seus feitos que nasceu o Parque Histórico Castro Alves, um lugar de memória destinado a preservar a história do poeta e também o universo dessa pesquisa.

O lar do poeta é uma iniciativa que visa não só a preservação do patrimônio cultural, como também das reservas naturais do seu entorno, e caracteriza-se como um Centro de Documentação que promove eventos relacionados à vida e obra do poeta e nele é possível ter acesso ao acervo composto por quadros, fotografias, cartões-postais, livros, indumentárias, adornos pessoais, utensílios domésticos, artes visuais, manuscritos, publicações relacionadas a sua obra, objetos pertencentes à família Castro.

5 UMA VISITA AO LAR: MODO DE PROCEDER

Foi em seu *lar* que contemplamos o universo e o objeto dessa pesquisa, o Parque Histórico Castro Alves e seu acervo que abarca mais que documentos

tradicionais como já expomos e de onde escolhemos o recorte para análise, a gravata amarela de listras pretas. Tal escolha visa ampliar a discussão acerca do modelo arquivístico tradicional observando as diferenciadas tipologias encontradas no acervo analisado, demonstrando a possibilidade de agregar-lhe o *status* de documento arquivístico tridimensional.

Esta é uma pesquisa de natureza aplicada e classifica-se, quanto aos seus objetivos como descritiva e exploratória, conforme aponta Pradanov e Freitas (2013, p. 52) pois, “registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa descrever características de determinada população ou fenômeno [...]. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação”, e como exploratória, pois segundo Severino (1941, p. 123) “busca levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”, investigando e obtendo dados que proporcionem a identificação de fatores que contribuam para a confirmação dos elementos aqui observados.

Dentre os instrumentos de pesquisa utilizados para o desenvolvimento do trabalho, foi pertinente o uso da observação direta intensiva, que é realizada através de observação e entrevista, neste caso realizada no Parque Histórico Castro Alves, com a coordenadora Diogenisa D’ Oliva e a museóloga Gilvana Velôncio. Os dados obtidos na entrevista contribuíram para o desdobramento dessa pesquisa.

Ademais, a pesquisa também possui abordagem qualitativa, pois de acordo com Pradanov e Freitas (2013, p. 70) visa considerar o “vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Nossa fundamentação teórica apoiou-se em pesquisas em livros, periódicos e demais artigos científicos abrigados em sítios na internet, com foco em levantar um breve debate acerca dos objetos tridimensionais na conjuntura arquivística, e características que possam evidenciar o aspecto memorialístico desses documentos.

6 A GRAVATA DO POETA: UMA DISCUSSÃO SOBRE SEU SIMBOLISMO E CONTEXTO NO ARQUIVO

Foi dentre as peças que compõe o acervo do Parque, que nossa atenção foi voltada para uma das poucas peças de uso pessoal do poeta Castro Alves, aquela que sobreviveu ao tempo e à sua trágica morte e que neste trabalho foi escolhida como recorte. Esta gravata teve destaque, sobretudo, por se tratar de um documento tridimensional que transcende a ideia inicial para o qual foi criado.

O uso dos objetos como documento e fonte de informação vem sendo utilizado pelos arquivos, especialmente por arquivos que dispõem de acervos pessoais. Além de se transformar num suporte de memória, o seu potencial histórico é capaz não só de revelar fatos e acontecimentos, como viabiliza a criação de narrativas, não apenas dos sujeitos, como da realidade social da época, trazendo uma espécie de intermediação do sujeito com o mundo. Sabemos que na área arquivística, entender esses documentos não é uma tarefa simples, visto que não possuem linguagem que possibilite uma fácil leitura. Conquanto, para que sua presença seja justificada no arquivo é preciso conhecer o produtor/acumulador do acervo para se estabelecer elos que contextualizem sua trajetória no conjunto documental.

A transitoriedade que permeia o objeto abre possibilidades para sua inclusão nos arquivos, como afirma Meneses (1980). O autor o chama de “documento involuntário”, nascido sem a função primária de registrar uma informação, mas que apesar disso tende a transmitir algo. Já Camargo (2013, p. 15), contrapondo-se afirma que “o sentido de determinados objetos, no arquivo, depende exclusivamente dos elementos textuais que lhes são associados”. Ao lançarmos um olhar sobre os documentos, e revendo as ideias de Otlet, que não limita o conceito de documento apenas aos registros escritos como fonte de informação, e ao que advoga Sá (2019, p. 29) quando afirma que historicamente “a imagem fotográfica foi utilizada nas atividades científicas, policiais e jornalísticas e também como prova e testemunho”, podemos considerar que a escolha da gravata do poeta, como recorte desta pesquisa, faz sentido.

Como já citado, Castro Alves mostrava-se vaidoso e preocupado com sua aparência. No contexto em que vivia, o uso das gravatas como complemento da indumentária masculina, resvalava qualidades e *status* de quem as usava, não só o seu uso como o tipo, as cores. Destaca-se a preferência do poeta pelas cores vibrantes nas gravatas que usava, o que refletia seu espírito jovem, e revolucionário. Feita de seda francesa, sem forro, num tom de amarelo com listras pretas, transversais, a gravata tem 9 cm de largura por 90 cm de comprimento. As cores eleitas pelo poeta podem ser vistas como uma demonstração de aspectos da vida agitada, que a usava não apenas em função de sua formação em Direito, o que era uma prática, mais porque demonstrava seu cuidado com a aparência, uma característica da sua personalidade.

Fortalecendo essa perspectiva histórica, a fotografia do poeta Castro Alves usando a gravata e o recorte de jornal de uma reportagem feita pelo jornal *A Tarde*, que retrata a doação ao acervo do Parque Histórico Castro Alves, corroboram com a premissa proposta por autores aqui citados que alegam a

necessidade de elementos concretos, palpáveis que justifiquem a presença de objetos tridimensionais no arquivo. Além da visão memorialística que se pode construir através dela, seja pelo simbolismo do uso da gravata, a sua representação dá mostra do contexto sociopolítico, cultural ou econômico da sociedade do tempo vivido pelo poeta.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de atestar a funcionalidade existente entre o documento, o objeto e o acervo pessoal se mostrou possível nesta pesquisa após a análise dos dados e das leituras realizadas para esse fim. As discussões acerca do tema abordado ampliam a visão das possíveis composições dos acervos arquivísticos nos remetendo a uma reflexão sobre as diferentes tipologias encontradas nos arquivos pessoais, destacando os documentos arquivísticos tridimensionais, como no exemplo utilizado na presente pesquisa.

Ressalta-se que os objetos tridimensionais se transfiguram em documentos, mas em condições específicas, ou seja, nem todo objeto será considerado documento, pois serão somados a eles um contexto que lhes garantirá o atributo de documento arquivístico, como buscamos ilustrar seguindo os preceitos da área, considerando também os elementos memorialísticos que marcaram a história do poeta Castro Alves. Assim, foi possível constatar nesse estudo, que poucos são os impedimentos para que a gravata possa ser considerada um documento arquivístico tridimensional, sobretudo quando pensamos sobre seu importante papel como representação da realidade social do sujeito ao qual pertenceu, bem como a sua inclusão no âmbito da arquivística por conta de seu contexto de acumulação, sua carga histórica, e a possibilidade de resgate da memória individual ou coletiva o que nos leva a crer no papel social que os arquivos devem se desempenhar.

Chegamos ao fim da jornada com mais clareza sobre as questões levantadas. Com respostas, mesmo que provisórias. Com mais convicção sobre a validade dos objetos tridimensionais como documento nos arquivos pessoais. Chegamos a estas conclusões assim como a certeza da impossibilidade de que um trabalho de pesquisa como esse, possa abarcar todo o conhecimento sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p.

ASSIS, A. **Um lampião dentro da mala: O Arquivo Pessoal de Octávio Pacheco- memória e autobiografia**. 2009. 264 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João Del Rei, 2009.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, 320p.

BRASIL. Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do 60 Brasil**, Brasília, DF, 8 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 11 jan. 2019.

BRITTO, A. C. L.; CORRADI, A. Considerações teóricas e conceituais sobre arquivos pessoais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 148- 169, dez. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/22745> . Acesso em: 9 jan. 2019.

CAMARGO, A. M. de A. Sobre espécies e tipos documentais. In: **DAR NOME aos documentos: da teoria à prática**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2013. p. 14-31. Disponível em: http://fundacaofhc.org.br/files/dar_nome_aos%20documentos.pdf. Acesso em: 19 jan. 2019.

COOK, Terry. A ciência arquivística e o pós-modernismo: novas formulações para conceitos antigos. **CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 3-27, 2012.

COOK, T. Arquivos pessoais e Arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós- moderno. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-150, jul. 1998. ISSN 2178- 1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>. Acesso em: 5 jan. 2019

MENESES, U. T. B. de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-104, jul. 1998. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067/1206>. Acesso em: 23 jan. 2019.

OTLET, Paul. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Editions Mundaneum; Palais Mondial; Imp. Van Keerberghen & fils, 1934. 431 p.

PAES, M. L. **Arquivo**: teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 228 p.

PEIXOTO, A. **Castro Alves**: o poeta e o poema. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1942. (Brasília-Biblioteca Pedagógica Brasileira, 212). Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/296/1/212%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em:

<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019

SÁ, A. Q. G. T. de. **Mediação fotográfica revela o lugar de intimidade:** a casa de Jorge Amado. Salvador: EDUFBA, 2019. 319 p.

FILOLOGIA, ARQUIVOLOGIA E HISTÓRIA CULTURAL: SABERES EM INTERAÇÃO

Rosa Borges (Universidade Federal da Bahia)
Débora de Souza (Universidade Federal da Bahia)

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Almejamos, neste trabalho, desenvolver uma leitura crítica acerca da interação entre os saberes da Filologia/Crítica Textual, Arquivologia e História Cultural, no estudo dos documentos que integram os acervos de João Augusto (1928-1979), Ildásio Tavares (1940-2010), Lúcia Di Sanctis/Lúcia Maria Dias dos Santos (1946-2013) e Nivalda Silva Costa (1952-2016), os quais constituem o Arquivo Textos Teatrais Censurados (ATTC), vinculado ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (ILUFBA).

Nesse estudo, considerando as peculiaridades dos acervos em questão, realizamos atividades de pesquisa, consulta e digitalização de documentos em diferentes instituições de guarda; análise do material reunido e constituição de dossiês; catalogação dos documentos por séries e subséries, conforme organização proposta para os acervos do ATTC pela Equipe Textos Teatrais Censurados (ETTC), coordenada pela Profa. Dra. Rosa Borges (ILUFBA); elaboração de ficha-catálogo, com breve descrição e resumo, sobretudo para os textos teatrais, documentos da imprensa e documentos da Censura; descrição e transcrição de testemunhos²⁴³; edição e crítica filológica dos textos selecionados.

²⁴³ Testemunhos (T), na filologia, são os suportes que transmitem o texto/a obra.

A partir do estudo dos documentos/monumentos que constituem os supracitados acervos do(a)s pesquisadores(as), dramaturgo(a)s, diretores(as), no período de 1960 a 1990, buscamos desenvolver algumas reflexões, tomando-se em conta perspectivas interdisciplinares em diálogo. O documento/monumento é estudado pelo filólogo-editor em sua materialidade histórica e social, considerando as marcas que nele se registram. Podemos, desse modo, contribuir no que tange ao processo de (re)construção da história e atualização da memória do teatro na Bahia.

2 SABERES EM INTERAÇÃO: FILOLOGIA, ARQUIVOLOGIA E HISTÓRIA CULTURAL

A Filologia se ocupa da edição e crítica filológica de textos e, dessa forma, compromete-se, por meio da atividade editorial, em dar aos leitores de hoje acesso aos textos de outros tempos, introduzindo-os em novo circuito de leitura. A prática filológica sempre se desenvolveu dentro de uma lógica disciplinar interativa, assim, outros saberes fazem-se necessários para que se cumpram os propósitos do editor-filólogo.

Neste trabalho, faremos algumas reflexões a partir da relação entre a Filologia, Arquivologia e História Cultural. O que as três áreas de conhecimento têm em comum é a perspectiva do documento como monumento e os arquivos como lugar de memória e de representação de determinada cultura em dado período e lugar. A Arquivística, na relação com a Filologia, colabora com os gestos de organizar, preservar e dar acesso a documentos que servem de material de estudo para o filólogo – os textos. A História Cultural, por sua vez, colabora no que tange à atividade de construção da história dos textos, entendidos como objetos materiais e culturais, no estudo das práticas de (re)escrita e (re)leitura, na compreensão das instâncias sociopolíticas que atravessam as produções e os sujeitos.

Os documentos com os quais trabalhamos, textos teatrais produzidos no período da ditadura militar na Bahia (1964-1985), integram os acervos de dramaturgo(a)s que dão a conhecer a história e a dramaturgia daquele período. Trabalhamos com arquivos provenientes de instituições várias, reunindo tais documentos em um arquivo digital que estamos organizando, com a intenção de torná-lo disponível ao público interessado. Traremos, assim, algumas informações a propósito dos acervos de João Augusto, Ildásio Tavares, Lúcia Di Sanctis e Nivalda Costa. A partir da massa documental relativa aos textos teatrais organizada, conforme quadro de arranjo, passamos a expor sobre cada um(a) do(a)s dramaturgo(a)s aqui mencionados. Nestes documentos, podemos identificar sujeitos múltiplos, homens e mulheres de muitos papeis, com uma

atuação bastante expressiva em um período de muitas dificuldades para a arte brasileira, mas de resistência e luta nos anos de chumbo da ditadura.

O ATTC, organizado por membros da ETTC, guarda em ambiente digital cópias digitalizadas de textos teatrais produzidos no período da ditadura na Bahia, em sua maioria, e no Brasil. Traz matérias de jornais, que tratam sobre teatro e censura, e documentação censória, obtida através da Coordenação Regional (COREG) do Arquivo Nacional do Distrito Federal (AN-DF), Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) – Textos Teatrais. Integram ainda o ATTC documentos provenientes de arquivos pessoais, que nos foram cedidos em cópias fotográficas ou digitalizadas e até alguns originais por pessoas entrevistadas.²⁴⁴ No Lugares de Memória, há outro acervo, o de Ildásio Tavares, formado por textos teatrais, poemas, contos, romances e textos jornalísticos, além de ensaios, traduções, resenhas, publicações em matérias de jornal, revistas e livros, material de ensino, artigos, textos acadêmicos e científicos, cartas, discursos.

Para organização dos materiais dos acervos de escritores e dramaturgos baianos, a prática arquivística contribuiu sobremaneira com todo o aparato para a classificação e inventariação dos documentos, distinguindo-os em grupos, conforme as séries e subséries, codificando-os, formando os dossiês para estudo, possibilitando o acesso aos mesmos. Os textos foram digitalizados e, para eles, prepararam-se resumos e descrições que constam da ficha-catálogo. Foram também elaboradas fichas-catálogo para as matérias de jornal e para a documentação censória. Cada documento do ATTC, em cada um de seus acervos, foi classificado por séries: 01 Produção intelectual, 02 Publicações na imprensa e em diversas mídias, 03 Documentação censória, 04 Esboços, notas e rascunhos, 05 Documentação audiovisuais e digitais, 06 Correspondência, 07 *Memorabilia*, 08 Adaptações e traduções, 09 Estudos, 10 *Varia* (SANTOS, 2018, p. 107; BORGES, 2021b, p.33).

João Augusto Sérgio de Azevedo Filho (1928-1979), conhecido como João Augusto, nasceu no Rio de Janeiro, viveu e produziu na Bahia de 1956 a 1979. Foi dramaturgo, professor de teatro, ator, diretor, letrista, tradutor, colunista. Foi professor na Escola de Teatro da Universidade da Bahia (ETUB), fundada em 1956, a convite de Martin Gonçalves. Assumiu também “funções em órgãos governamentais, como o Serviço Nacional de Teatro e a Fundação Teatro Castro Alves” e “[a]ssinou uma coluna semanal de teatro no jornal A Tarde” (MEIRELLES, 2003, p. 4; 5). Seu acervo é um dos maiores no

²⁴⁴ As entrevistas também fazem parte do ATTC.

ATTC e tem sido objeto de nossa investigação desde o ano de 2006 (BORGES, 2021a).²⁴⁵

Ildásio Tavares (1940-2010) foi tradutor, professor, letrista, ensaísta, poeta, contista, romancista, dramaturgo, colunista, Obá de Xangô no terreiro de candomblé Ilê Axé Opô Afonjá. No Acervo Ildásio Tavares (AIT), listam-se seis textos dramáticos, se considerarmos que três deles integram um conjunto de textos, (1) *Medo*: Três peças em um ato (escritos 1967): *A volta/morte do agregado*, *Medo* e *Funeral doméstico*, submetidos à Censura em 1976, encenados no mesmo ano e publicados em 2004. Na sequência, temos (2) *Caramuru*, texto submetido à Censura em 1975, encenado em 1978 e publicado em 2004; (3) *O Barão de Santo Amaro*²⁴⁶, datado de 6 de abril de 1976 a 26 de julho de 1977; (4) *Mulher de roxo* (1987); (5) *O vendedor de joias* (1987) e (6) *Lídia de Oxum*: uma ópera negra²⁴⁷ ([1987]; 1995). Destes, estão publicados na Coleção Dramaturgia da Bahia (TAVARES, 2004): *Lídia de Oxum*, *Homem e Mulher* (*A morte do agregado*, *Medo* e *Funeral doméstico*), *Mulher de Roxo*, *Caramuru* e *O Vendedor de Jóias*²⁴⁸.

Lúcia Di Sanctis (1946-2013) foi atriz, diretora, dramaturga, autora, adaptadora, produtora e professora. Após atuar como atriz, diretora e assistente de direção em espetáculos teatrais, na década de 1960, estreou na cena baiana como dramaturga com a peça teatral *A formiguinha professora* (1969) e, ao longo da década de 1970, criou, adaptou e produziu diversos textos/espetáculos para o teatro infantil. Em meados de 1968, fundou o Grupo de Teatro Negro da Bahia (TENBA) e, posteriormente, criou um grupo de estudos sobre folclore e candomblé, base para desenvolver representações teatrais com estudantes da rede estadual de ensino (RIBEIRO, 2021, informação verbal)²⁴⁹. No Acervo Lúcia Di Sanctis (ALS) constam, até o momento, textos teatrais, documentos do processo de Censura e matérias de jornal provenientes do Núcleo de Acervo do Espaço Xisto Bahia (NAEXB), da COREG-AN-DF(DCDP) e da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

²⁴⁵ No período de fevereiro de 2019 a fevereiro de 2020, a pesquisadora Rosa Borges realizou o pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), sob a supervisão da Profa. Dra. Belem Clark de Lara, desenvolvendo um estudo crítico-filológico do texto teatral *Quincas Berro d'Água*, adaptado da novela de Jorge Amado por João Augusto.

²⁴⁶ Texto de teatro retomado em 1987 por Ildásio Tavares para transformá-lo na ópera *Lídia de Oxum*, conforme depoimento do autor, gravado por Filipe Cavalieri (TAVARES, 2010). Conferir site: <https://www.youtube.com/watch?v=SSzC8YQPrxI>.

²⁴⁷ O texto do libreto traz a data de publicação pela Fundação Casa de Jorge Amado: 1995, porém, em depoimento de Tavares (2010), o texto fora produzido em 1987, originando-se da transformação de *O Barão de Santo Amaro* em *Lídia de Oxum*.

²⁴⁸ Na capa do livro, os títulos se apresentam nesta ordem.

²⁴⁹ Informação obtida em entrevista concedida por Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro, em 27 de maio 2021, à pesquisadora Débora de Souza, em Salvador.

Nivalda Costa (1952-2016) foi escritora, dramaturga, diretora, assistente de direção, atriz, antropóloga, intelectual, professora, coordenadora pedagógica, assessora de comunicação social e produtora executiva. Atuou no teatro, na literatura e na televisão, em centros e instituições socioeducativas e culturais do estado da Bahia, participando ativamente da Sociedade Amigos da Cultura Afro-Brasileira, sobretudo, na implantação do Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira e dos projetos *Diálogos Afro-Brasileiros*, *Éres do Museu* e *Reconstruindo o Quilombo*. No Acervo Nivalda Costa (ANC) reunimos mais de trezentos documentos, dentre esses, textos teatrais, documentos da Censura, da imprensa e do espetáculo, provenientes de diferentes instituições de guarda, principalmente do NAEXB, do Arquivo Pessoal de Nivalda Costa e da COREG-AN-DF(DCDP).²⁵⁰

Na pesquisa filológica empreendida, tomamos arquivo como texto (MACNEIL, 2019), “figura epistemológica” (MARQUES, 2007), instância de produção de imagens de si (ARTIÈRES, 1998), construto sócio-político, prática de resistência (ARTIÈRES, 1998). Pensar arquivo como texto “[...] é colocar em primeiro plano sua natureza construída, bem como o processo de sua construção, isto é, as maneiras pelas quais uma rede de registros e seus relacionamentos são moldados e remodelados [...]” (MACNEIL, 2019, p. 179), ao longo dos anos, o que implica em reconhecermos os atos de construção e interpretação do pesquisador.

3 ESTUDO DE DOCUMENTOS/MONUMENTOS: PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES EM DIÁLOGO

Recortamos aqui alguns documentos para expor sobre os textos de teatro em seus diversos testemunhos e peculiaridades, examinando as vias e os modos particulares através dos quais se desenvolveram os processos de produção, circulação e recepção de cada texto, em suas diferentes versões, observando as intervenções dos autores selecionados, ao revisar, reescrever e modificar seu texto, bem como as de outros agentes que deixaram na materialidade textual as marcas de sua atuação, dentre outros aspectos que possam interessar ao estudo de tais textos.

Do Acervo João Augusto (AJA), dois dos oito testemunhos do *Quincas Berro d'Água* (QBA) trazem o registro de cortes e nomes das instituições por onde os textos da peça circularam: (i) **QBA72frag** (DCDP-AN): datiloscrito, 10 folhas, apenas as que trazem os cortes indicados pelos censores, assinalados e seguidos do carimbo com a inscrição “CORTES” às folhas 20, 21, 23, 24, 25,

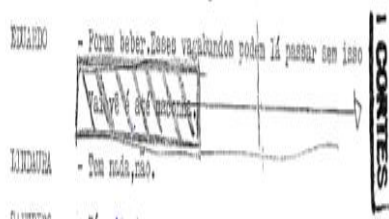
²⁵⁰ Nivalda Costa e sua obra são objeto de estudo da pesquisadora Débora de Souza (UFBA). Sua dramaturgia foi objeto de sua dissertação (SOUZA, 2012) e tese (SOUZA, 2019).

38, 49, 51, 59 e 65, todas elas rubricadas no ângulo superior direito. Texto datilografado no anverso, com numeração das folhas no ângulo superior direito. Trata-se de cópia xerográfica disponibilizada pela COREG-AN-DF(DCDP); (ii) **QBA75/[83]** (DCDP-AN): datiloscrito com 40 folhas: a primeira, sem numeração, traz na margem superior, centralizado, “SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC / DEPARTAMENTO REGIONAL DA BAHIA/DR/ DIVISÃO DE CULTURA – DC”, título **A MORTE DE QUINCAS BERRO D'ÁGUA**, destacado com sublinha dupla, informações sobre adaptação, número de atos (2), divisão em um prólogo e dez cenas (no texto, são 12 cenas), lugares onde a ação se desenrola, citação de Jorge Amado e outra de João Augusto, local e data “Bahia – Salvador – 1975”; à esquerda, na margem inferior, “SESC – Salvador – 1982 MM/”. As folhas seguintes são numeradas a partir do Prólogo, de -1- a -39-. Há carimbos em formato circular da **Soc(iedade) Brasileira de Autores Teatrais – Bahia (SBAT)**, na primeira e última folha, e da **Superintendência Regional da Bahia – D.P.F.**, ao centro, **Censura Federal**, da folha 1 a 39, ambos rubricados ao centro. Trata-se de cópia xerográfica disponibilizada pela COREG-AN-DF(DCDP) (Cf. Figura 1).

Figura 1 - Marcas do processo censório na materialidade dos textos
QBA72frag (DCDP-AN)

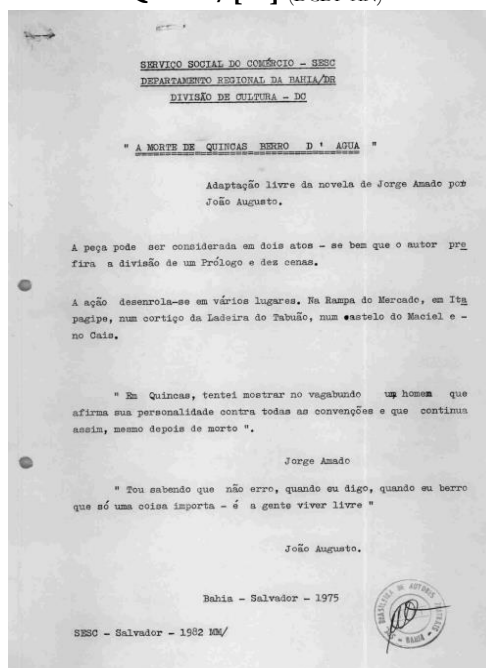


“RITA – <Vá beliscar as coxas da puta que pariu.>” (f.49)



“EDUARDO – Foram beber. Esses vagabundos podem lá passar

QBA75/[83] (DCDP-AN)



Carimbo da **Sociedade Brasileira de Autores Teatrais – Bahia**

sem isso? / <Vai vê é até maconha.>” (f.51)

CAIO - Calma, calma, Não tou querendo lesar ninguém. Bebe a -
sua vontade, Quincoas. A festa é mesmo
CURIO - Boa pinga .
QUINCAS - (cuspiu) Boa merda.
PÉ - Cadê a jia ? (vai ao caixão)
PAST - Se acalme, home - que susto !



Carimbo da **Superintendência Regional da Bahia – D.P.F, Censura Federal** (f.34)

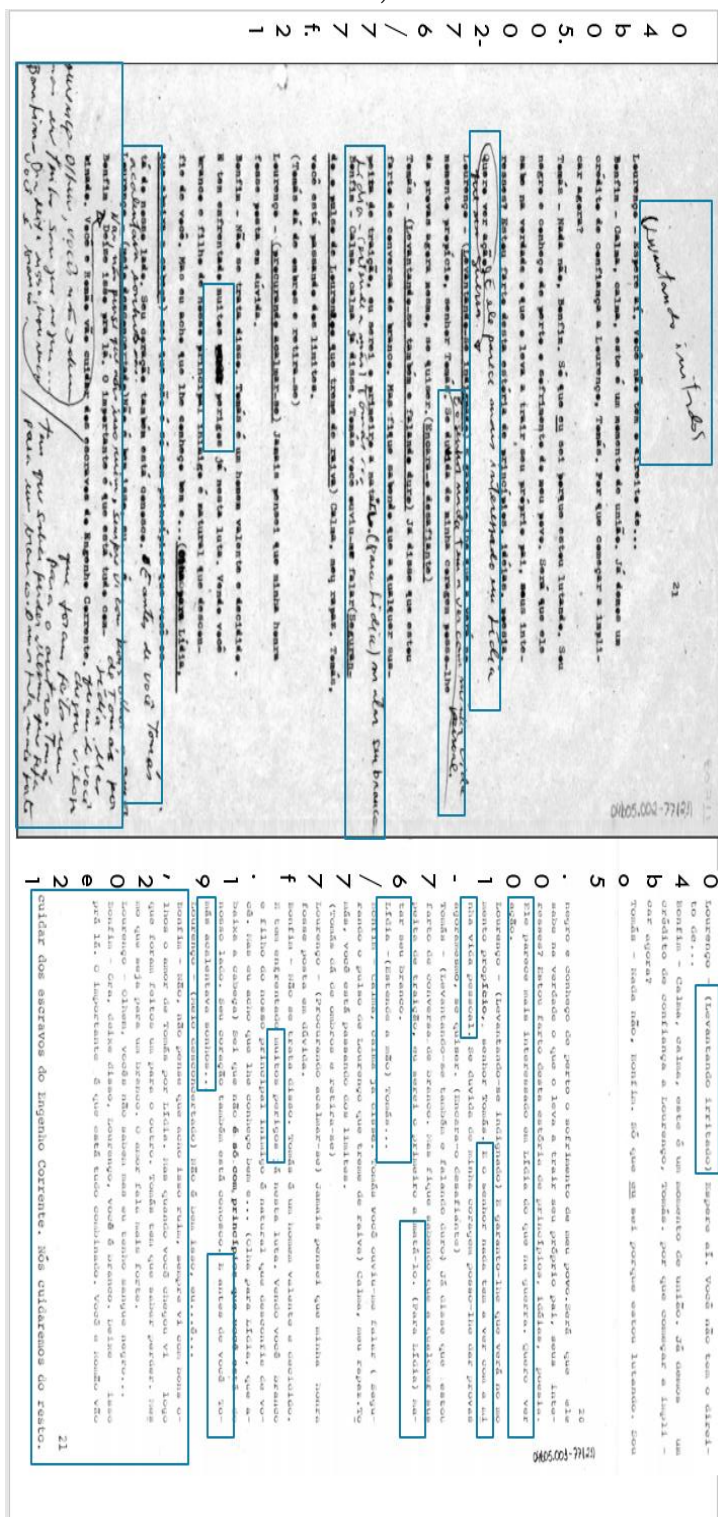
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os testemunhos do texto, examinados em seus aspectos material, histórico e cultural, veiculam em sua materialidade as ações de vários sujeitos, como João Augusto, Arivaldo Barata, Nilda Spencer, Passos Neto, as pessoas que datilografaram os textos correspondentes à versão de 1972, aquele encaminhado à Censura e o que se encontra arquivado no Teatro Vila Velha, e à versão de 1975, submetido à Censura Federal em 1983, além dos censores, como mostramos acima. A participação de cada um faz-se significativa nos processos que envolvem os textos e sua sociologia.

Do AIT, selecionamos os testemunhos de *O Barão de Santo Amaro*²⁵¹ para evidenciar algumas das modificações autorais realizadas. O texto também foi escrito no período ditadura, datado de 06 de abril de 1976 a 26 de julho de 1977 (datas que constam dos documentos). Apresenta-se em dois testemunhos, um deles, T1, com muitas rasuras, que foram aceitas em T2, texto passado a limpo, conforme se pode observar na Figura 2.

²⁵¹ Segundo Ildásio Tavares (2010), o texto desta peça foi retomado em 1987 e transformado no texto da ópera *Lídia de Oxum*.

Figura 2 - Rasuras em *O Barão de Santo Amaro* (TAVARES, 1976-1977a e 1976-1977b)



Fonte: Documentos do AIT no Lugares de Memória da UFBA.

Em relação ao ALS, selecionamos o texto *A formiguinha professora* (FP), de tradição plural, constituída por dois testemunhos: datado de 1969, produção datiloscrita, com 24 folhas, proveniente da COREG-AN-DF(DCDP), apresenta carimbo, em formato retangular, da **SBAT**, faz parte do processo censório da peça (FP69T1_(DCDP-AN)); (ii) datado de 1977, datiloscrito, à máquina elétrica, com 18 folhas, proveniente do NAEXB. Registra dois carimbos, um, em formato circular, da **SBAT**, em todas as folhas do documento, no ângulo inferior esquerdo, com a rubrica no interior, às folhas 1, 2 e 18, e, outro, da **DCDP – DPF**, em formato retangular, no ângulo superior direito, em todas as folhas. É uma das três vias do texto encaminhado para os órgãos de Censura (FP77T2_(NAEXB)). Em relação às intervenções autorais, destacamos modificações quanto a indicação do nome de personagem; substituição, supressão, acréscimo e/ou deslocamento de palavras e expressões; inversão de trechos; pontuação; distribuição de réplica; síntese de falas; escolha lexical etc. Quanto à revisão, ressaltam-se correções correspondentes a lapsos de grafia, datilografia e pontuação. Vejamos tais intervenções em alguns excertos no Quadro 1:

Quadro 1 - Intervenções autorais no texto *A formiguinha professora* (SANCTIS, 1969, 1977)

FP69T1 _(DCDP-AN)	FP77T2 _(NAEXB)
“MOSQUITO Então não é preciso nem pensar... o negócio é um, dois três vamos nós (entra a musica,. [sic] Enquanto eles estão procurando aparece a Baratinha no mesmo lugar da cena inicial, [sic] Para a plateia. Pra onde eles foram? (procura um pouco pela floresta quando um barulhinho [sic]). / Um espirro da Formiguinha Professôra)” (f. 2-3).	“MOSQUITO – Então, não é preciso nem pensar. O negócio é: um dois, três e vamos nós. (Entra música) (Enquanto procuram , aparece a Baratinha no mesmo lugar da cena inicial) Para a platéia: Para onde eles foram? (Procura um pouco pela floresta, quando ouve um barulhinho . É um espirro da Formiguinha)” (f. 2).
“BARATINHA Espere um pouco... Vou lhe apresentar o Grilo o Mosquitinho e o Gafanhôto (Começo a chamar o peesoal [sic]) Grilo... Gafanha Mosquitinho venham cá .. tenho novidades para vocês. (Qdo. ela está chamando, nota que eles estão atrás da arvore, onde ela guardou o	“ BARATA – Espere um pouco. Vou lhe apresentar: Grilo, Gafanha, Mosquitinho , venham cá, tenho novidade para vocês. (Quando está chamando, nota que eles estão atrás da árvore onde ela escondeu o dinheiro) O que vocês estão fazendo? (Os três

dinheiro) O que vocês estão fazendo aí? (neste momento os três mostram as cabeças e perguntam)” (f. 3).	mostram as cabeças e perguntam)” (f. 3).
“MOSQUITO (Tirando o corpo fora) Eeeeeuu.... não sei como é... só sei brincando, não é Grilo? GRILO EEuu brinquei, mas não sei mais, acho que nem brincando. É muito difícil, não é Mosquitinho? Sabe Gafanha a gente fica ca [sic] muito cansado.” (f. 8).	“MOSQUITO – (Tirando o corpo fora) Eu..eu... não sei como é não, só sei brincando. É muito difícil, não é mesmo, Grilo? GRILO – Sabe, Gafanha, a gente fica cansado...” (f. 7).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Do ANC, tomamos o texto teatral *Vegetal vigiado*, de Nivalda Costa, em especial, os dois testemunhos que fazem parte do processo de Censura, datado de 1977, a saber: (i) **VV77T1**_(NAEXB), pertencente ao NAEXB, é um datiloscrito, em papel vegetal, com 10 folhas e 379 linhas. Este testemunho é uma das três vias do texto encaminhado à DCDP, para fins de exame censório (1977a). Registram-se dois carimbos, um, em formato retangular, no ângulo superior direito, da DCDP, com a sigla do D.P.F., outro, em formato circular, no ângulo inferior esquerdo, da SBAT, rubricados, ao centro, à tinta azul. Há também anotações manuscritas, dos técnicos, à folha 1, “3a via”, no ângulo superior direito, em tinta preta, e “BA”, circulado, em tinta azul; à folha 6, “ensaio geral”, junto à palavra “nu”, circulada. Às folhas 5 e 6, há trechos censurados destacados, à caneta esferográfica, em tinta azul, em formato retangular, e o carimbo “CORTE”; (ii) **VV77T2**_(DCDP-AN), reprodução datiloscrita, preservado na COREG-AN-DF(DCDP), parte integrante do processo censório da peça (1977b). Apresenta carimbo da SBAT, em formato circular, localizado no ângulo inferior, à esquerda, com a rubrica em seu interior, somente às folhas 01 e 10. Há, à mão, intervenções de dois técnicos, nas quais palavras, frases e períodos são destacados, além de apresentar a expressão “ensaio geral”. Às folhas 5 e 6, há trechos censurados, a palavra “corte” e o carimbo “CORTE”.

No Parecer censório da peça, os técnicos afirmaram que se “[...] pretende [...] protestar contra um certo tipo de opressão [...]” (PARECER..., 1977), indicaram passagens que deveriam ser avaliadas durante exame do ensaio geral, como casos de nudez de personagens, realizaram cortes às folhas 5 e 6 e sugeriram que a peça fosse “[...] liberada com a impropriedade máxima [dezoito anos], contudo, estritamente, condicionada ao ensaio geral”

(PARECER..., 1977). Durante o exame do ensaio geral, os técnicos realizaram inúmeros cortes, o que inviabilizou a encenação (COSTA, 2009).

4 CONCLUSÃO

A Filologia, área interdisciplinar que envolve atividades de leitura, interpretação e edição de textos, pode ser compreendida como exercício de leitura ética atravessado por instâncias sociais, políticas e culturais, no qual o pesquisador, filólogo, atua como intérprete e crítico, toma uma série de decisões em seus estudos, na articulação entre as dimensões acadêmica e sociopolítica. Ocupando-nos do estudo do texto, da língua e da cultura, buscamos dar a conhecer e a ler os textos teatrais em sua relação com os demais documentos reunidos em cada acervo. Para tanto, em rede, construímos um conhecimento quanto às práticas e aos processos de produção e transmissão de textos; aos contextos de circulação e recepção em que se desenvolveram/elaboraram os textos/espetáculos; aos sistemas de valores, sobretudo no que tange aos órgãos de Censura; e aos sujeitos, agentes sociais, artistas baianos e baianas e/ou pessoas que produziram na Bahia naquele momento.

REFERÊNCIAS

- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- AUGUSTO [AZEVEDO FILHO], João. *A morte de Quincas Berro d'Água*. [Salvador], 1972, 10 folhas (fragmento).
- AUGUSTO [AZEVEDO FILHO], João. *A morte de Quincas Berro d'Água*. [Salvador], 1975[1983], 40 folhas.
- BORGES, Rosa. A dramaturgia de João Augusto por filólogos. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 24., 2021, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFil, v. 24, n. 3. p. 44-57, 2021a. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xxiv_CNLF/completos/a_dramaturgia_ROSA.pdf. Acesso em: 26 maio 2021.
- BORGES, Rosa. A edição de textos: crítica filológica e práticas editoriais. In: BORGES, Rosa et al. *Edição do texto teatral na contemporaneidade: metodologias e críticas*. Salvador: Memória e Arte, 2021b. p.13-49. Disponível em: https://www.memoriaarte.com.br/_files/ugd/d9b288_b5e2af4f7f994f67b5f050097921520d.pdf. Acesso em: 26 maio 2021.
- COSTA, Nivalda Silva. *Vegetal vigiado*. [Entrevista cedida a] Débora de Souza. Salvador, fev. 2009. 1 CD. Local: Sociedade Amigos da Cultura Afro-Brasileira-AMAFRO.

COSTA, Nivalda Silva. *Vegetal vigiado*. [Salvador], 1977a, 10 folhas.

COSTA, Nivalda Silva. *Vegetal vigiado*. [Salvador], 1977b, 10 folhas.

MACNEIL, Heather. Decifrando e interpretando os fundos arquivísticos e suas partes: uma análise comparativa da Crítica Textual e da Teoria do Arranjo Arquivístico. In: GILLIAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAW, Andrew J. (org.). *Pesquisa no multiverso arquivístico*. Tradução de Ana Cristina Rodrigues. Salvador: Editora 9Bravos, 2019. v. 1. p. 151-186.

MARQUES, Reinaldo. O arquivo literário como figura epistemológica. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 21, p. 13-23, jul./dez. 2007. Disponível em: www.pglettras.uerj.br. Acesso em: 20 abr. 2017.

MEIRELLES, Márcio. *João Augusto – Nosso contemporâneo*. Salvador, 21 ago. 2003. 15 p. Disponível em: https://www.academia.edu/3768839/JOÃO_AUGUSTO_-_NOSSO_CONTEMPORÂNEO. Acesso em: 26 jul. 2019.

PARECER n. 3617/77. Brasília, 22 ago. 1977.

RIBEIRO, Robério Marcelo Rodrigues. *Lúcia Di Sanctis*. [Entrevista cedida a] Débora de Souza. Salvador, 27 maio 2021.

SANCTIS, Lúcia Di. *A formiguinha professora*. [Salvador], 1969, 24 folhas.

SANCTIS, Lúcia Di. *A formiguinha professora*. [Salvador], 1977, 18 folhas.

SANTOS, Rosa Borges dos. Dramaturgia censurada em arquivo digital: acervos e edição. In: ALMEIDA, Isabela S. de; BARREIROS, Patrício Nunes; SANTOS, Rosa Borges dos. *Filologia e humanidades digitais*. Feira de Santana: EDUEFS, 2018. p. 103-130.

SOUZA, Débora de. *Série de Estudos Cênicos sobre poder e espaço, de Nivalda Costa*: arquivo hipertextual, edição e estudo crítico-filológico. 2019. 449f + volume digital. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/29881>. Acesso em: 29 jul. 2019.

SOUZA, Débora de. *Aprender a nada-r e Anatomia das feras, de Nivalda Costa*: processo de construção dos textos e edição. f. 251. 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8528>. Acesso em: 18 nov. 2021.

TAVARES, Ildásio. *Ildásio Tavares comenta origem da Ópera Lúcia de Oxum*. Rio de Janeiro, 2010. Depoimento gravado por Filipe Cavalieri no ano de 2010, em Copacabana – RJ. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SSzC8YQPrxI>. Acesso em: 12 abr. 2021.

TAVARES, Ildásio. *O Barão de Santo Amaro*. [Salvador], 1976-1977a, 29 folhas.

TAVARES, Ildásio. *O Barão de Santo Amaro*. [Salvador], 1976-1977b, 29 folhas.

NO FUNDO PESSOAL: QUESTÕES SOBRE A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA EM ARQUIVOS PESSOAIS

Vitor Serejo Ferreira Batista (Universidade Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos pessoais apresentam determinadas peculiaridades na discussão teórica arquivista. Por apresentarem as particularidades de seus respectivos titulares, os arquivos pessoais constituem um elemento complexo de análise. Deste modo, podemos perceber que os arquivos pessoais carregam consigo características que provocam a área arquivística, no que diz respeito à aplicação dos princípios arquivísticos.

Quando falamos de um fundo de arquivo pessoal, estamos nos referindo aos documentos acumulados por um determinado indivíduo. Isso se torna uma questão quando, por exemplo, um produtor desenvolve um heterônimo, uma figura popular que apresenta destaque no arquivo assim como seu ortônimo (produtor original). Sobre isso questionamos: é possível um fundo de arquivo pessoal guardar documentos que sejam de dois produtores diferentes? Ou neste caso, quem é o produtor do arquivo?

Nesse sentido, analisaremos a aplicabilidade dos princípios arquivísticos em um arquivo pessoal a partir de estudo sobre o arquivo de Júlio César de Mello e Souza (1895-1974), especificamente os documentos produzidos por seu heterônimo, Malba Tahan. Os documentos em questão estão localizados no Centro de Memória da Educação (CME), órgão científico da Faculdade de

Educação da Universidade de Campinas - UNICAMP. Essa pesquisa é desenvolvida no âmbito do PPGCI/UFF e com base CAPES. Trata-se de uma pesquisa que está em fase inicial, portanto, apresentaremos apenas questões iniciais formuladas a partir da revisão bibliográfica do tema, incluindo Douglas (2016), Ketelaar (2018), Camargo (2009) e Abreu (2018).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O conceito de fundo em arquivos pessoais

A arquivologia é a ciência que tem como objeto central de estudo o arquivo, este conjunto de documentos que, "independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas" (BELLOTTO; CAMARGO, 2012, p. 21). O conceito de arquivo se distingue do conceito de fundo, mesmo que pesem eventuais imprecisões. O conceito de fundo é um dos pilares estabelecidos pela área, em 1841, pelo francês Natalis de Wailly. Michel Duchein nos afirma que "fundo" corresponde a um "conjunto de documentos cujo acréscimo é efetuado no exercício das suas atividades" (DUCHEIN, 1992, p.1). Ainda nesta discussão, o princípio de Respeito aos fundos se iguala a outro princípio caro à disciplina arquivística: o princípio da proveniência. Duchein (1992) nos afirma que o princípio de Respeito aos fundos, é considerado:

Desde a segunda metade do século XIX, como o princípio fundamental do arquivo. É pela prática que o arquivista se distingue nitidamente por um lado do bibliotecário e do documentalista por outro. Mas como muitos princípios é mais fácil enunciá-lo do que defini-lo e defini-lo do que aplicá-lo. (DUCHEIN, 1992, p. 1)

Podemos pensar que uma característica comum para compreendermos como se desenvolve um fundo é o seu caráter orgânico. Essa afirmação está presente na obra apresentada pelos teóricos holandeses no final do século XIX, ao afirmarem que "um arquivo é um todo orgânico" (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 18). Sobre essa questão, Douglas (2016) nos afirma que:

O *archief* é 'um todo orgânico, um organismo vivo, que cresce, toma forma e sofre mudanças' de acordo com o crescimento, o desenvolvimento e as mudanças que têm dentro da administração que o cria. Portanto, cada *archief* é 'sempre o reflexo das funções' da entidade que o cria, o que faz com que ele possua 'sua própria personalidade, sua individualidade. (DOUGLAS, 2016, p. 52)

A questão que nos mobiliza neste momento é a de que nesses estudos, seja pelos autores holandeses ou por outros que os prosseguiram, o objeto analisado era o arquivo institucional público. Ainda que possamos afirmar que "Jenkinson ampliou os estudos sobre os arquivos, compreendendo que, além da natureza administrativa, o conceito de documento de arquivo abrangeria também aqueles produzidos no âmbito privado" (MATOS; PEREIRA, 2019, p. 77), foi Casanova que apresenta o conceito de arquivo sendo uma "acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa" (CASANOVA, 1928, p. 19, tradução nossa).

Sobre o conceito de arquivo trazido por Casanova, Abreu (2018) nos afirma que:

Casanova condiz com a discussão terminológica e reconhece o caráter orgânico dos arquivos produzidos por pessoas, cuja preservação estava relacionada à memória da finalidade para a qual os documentos foram criados, fundamental para garantia do vínculo entre o arquivo e o produtor. (ABREU, 2018, p. 33)

Nesse debate em torno do papel dos arquivos pessoais, Abreu (2018) aponta que mesmo os produtores de arquivos pessoais contemplem, entre seus documentos alguns de caráter oficial (certidões, diplomas, entre outros), esses arquivos não são objeto necessário de compromisso formal. O peculiar destes documentos se dá, exatamente, pela sua aura de singularidade. Desta maneira, os arquivos pessoais acabam sendo objeto de discussão na área dos arquivos, principalmente no que tange sobre os limites de seu formato perante arquivo, mas que têm nos princípios arquivísticos sua salvaguarda enquanto arquivos (LOPEZ, 2003). Visto isso, Camargo (2009) nos afirma que:

A explicação que me parece mais adequada para essa aparente contradição, particularmente aguda no caso dos arquivos pessoais, é da complexidade das operações necessárias para compreender a funcionalidade dos documentos em sua dimensão temporal. (CAMARGO, 2009, p. 34)

O que podemos evidenciar aqui é que os documentos presentes em arquivos pessoais são fruto de ações e atividades que provêm da necessidade do seu produtor em registrar determinada ação. Isso porque são resultado natural de atividades do indivíduo, o qual registrou suas ações envolto ao ambiente que o circunda, "formados por causa das necessidades, desejos e

preferências de seus titulares no tocante à produção e à preservação de documentos" (HOBBS, 2016, p.303).

Por se tratar de um conjunto documental, assim como qualquer outro arquivo institucional, os arquivos pessoais detêm uma formação peculiar no que tange a análise de seu fundo, visto que podemos observar melhor como funciona o conceito de proveniência dos mesmos. Essa proveniência, que pretendemos analisar mais a frente, é fundamental para que possamos discutir como que um fundo em arquivos pessoais pode ser analisado.

2.2 O arquivo de Julio Cesar de Melo e Sousa

Julio Cesar de Melo e Sousa (1895 -1974) foi um professor de matemática brasileiro, nascido no Rio de Janeiro (RJ). Como professor, atuou em várias áreas de ensino, passando pela História, Geografia e até mesmo a Física. Porém, teve sua maior relevância histórica para o país em decorrência de seus métodos para o ensino da Matemática no Brasil, tendo atuado em instituições públicas como o Colégio Pedro II e a Escola Normal da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como escritor, elaborou e escreveu diversos livros, a partir dos anos 1930, enfatizando meios de compreensão e estudo da Matemática, Álgebra e Aritmética, por trazer desafios através de uma escrita criativa e inventiva, que tinha como foco o público infanto-juvenil. Sua fama em vida, contudo, acabou por ser sobre sua associação ao escritor Malba Tahan, que no caso era seu heterônimo.

Malba Tahan surge de uma necessidade do professor Julio Cesar de Melo e Sousa em obter espaço de publicação literária nos jornais da época, visto que tais veículos de comunicação não publicavam autores nacionais desconhecidos. Ao criar esse escritor árabe, assim como uma espécie de vida do mesmo, como informações sobre o seu nascimento, sua vida pessoal e mais, podemos pensar que o autor acabava por criar um heterônimo.

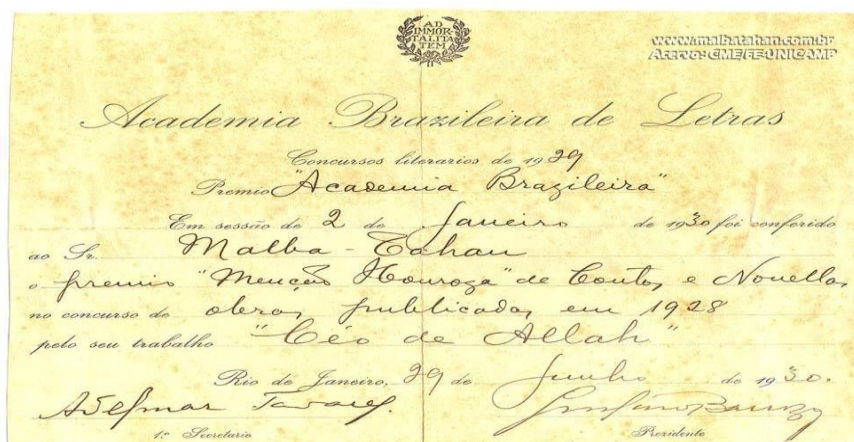
A figura de Malba Tahan surge essencialmente por meio da amizade com o jornalista Roberto Marinho, dono do jornal carioca A Noite, que propõe a Melo e Sousa a tarefa de trazer à vida histórias da cultura árabe, uma vez que o professor detinha vasto conhecimento sobre o tema. Eis que surge então Malba Tahan, escritor fictício de contos árabes, que, no entanto, era o próprio Júlio César de Melo e Sousa. Essa criação é possível também pela dedicação de Melo e Sousa pelos estudos da cultura árabe, rendendo ao heterônimo características singulares como, por exemplo, uma biografia específica desenvolvida ao longo das edições de seu primeiro livro, "Contos de Malba

Tahan", publicado pela primeira vez em 1925. Podemos observar esse tipo de construção bibliográfica resumida por Siqueira Filho (2008), em que afirma:

Conheceis a história de Malba Tahan. É das mais interessantes. Ali Yazzed Izz-Eddin Ibn Salin Hank Malba Tahan, famoso escritor árabe, descendente de uma tradicional família muçulmana, nasceu no dia 06 de maio de 1885 na aldeia de Mazalit, nas proximidades da antiga cidade de Meca. Fez os seus primeiros estudos no Cairo e, mais tarde, transportou-se para Constantinopla, onde concluiu oficialmente o seu curso de ciências sociais. Datam dessa época os seus primeiros trabalhos literários que foram publicados em turco, em diversos jornais e revistas. A convite de seu amigo o Emir Abd el Azziz ben Ibrahim, exerceu Malba Tahan, durante vários anos, o cargo de quaimaquam (prefeito) na cidade Árabe de El-Medina, tendo desempenhado as suas funções administrativas com rara inteligência e habilidade. Conseguiu, mais de uma vez, evitar graves incidentes entre os peregrinos e as autoridades locais; e procurou sempre dispensar valiosa e desinteressada proteção aos estrangeiros ilustres que visitavam os lugares sagrados do Islam. Pela morte de seu pai, em 1912, recebeu Malba Tahan uma grande herança; abandonou, então o cargo que exercia em El Medina e iniciou uma longa viagem através de várias partes do mundo. Atravessou a China, o Japão, a Rússia, grande parte da Índia e Europa, observando os costumes e estudando as tradições dos diversos povos. Entre as suas obras mais notáveis, citam-se as seguintes: "Roba-el-Khali", "Al-samir", "Sama-Ullah", "Maktub", "Lendas do Deserto", "Mártires da Armênia" e muitas outras. Foi ferido em combate (julho de 1921), nas proximidades de El Riad, quando lutava pela liberdade de uma pequenina tribo da arábia Central [...]. (SIQUEIRA FILHO, 2008, p. 41)

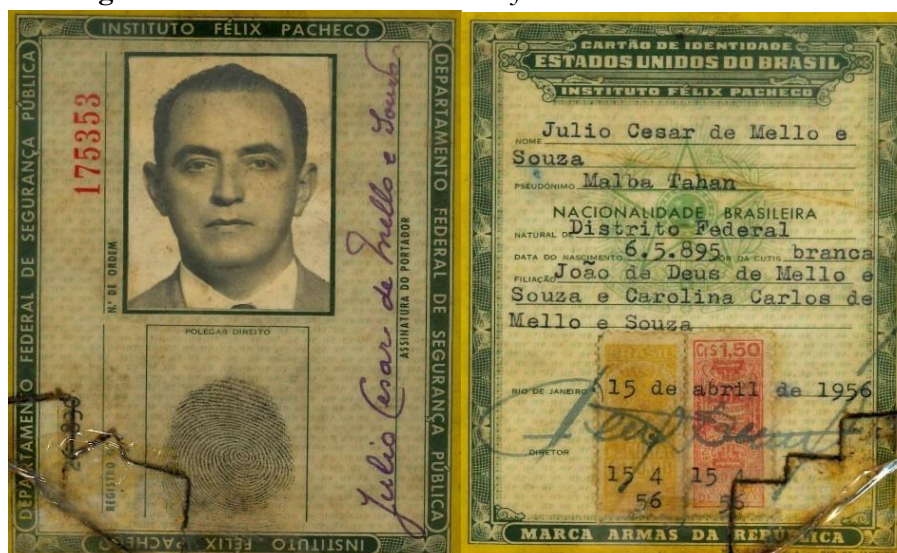
Os documentos do arquivo de Julio Cesar de Melo e Sousa encontram-se no Centro de Memória da Faculdade de Educação (CME) - UNICAMP, entre os quais podemos encontrar diplomas, correspondências e outros tipos de documentos que nos apontam para uma interessante presença do heterônimo no arquivo.²⁵² Tenhamos, como exemplo, um diploma emitido pela Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1930, como menção honrosa ao escritor Malba Tahan.

²⁵² Os documentos utilizados neste trabalho estão disponíveis no site oficial <https://malbatahan.com.br/>

Figura 1 - Diploma de Menção Honrosa (ABL)

Fonte: Acervo Malba Tahan/ Centro de Memória Faculdade de Educação - UNICAMP.

Outro tipo de documento presente é uma cédula de identidade do escritor Júlio César de Melo e Sousa, emitida pelo Instituto Félix Pacheco, na qual existe um entre nomes, Malba Tahan, como uma forma de identificar o escritor.

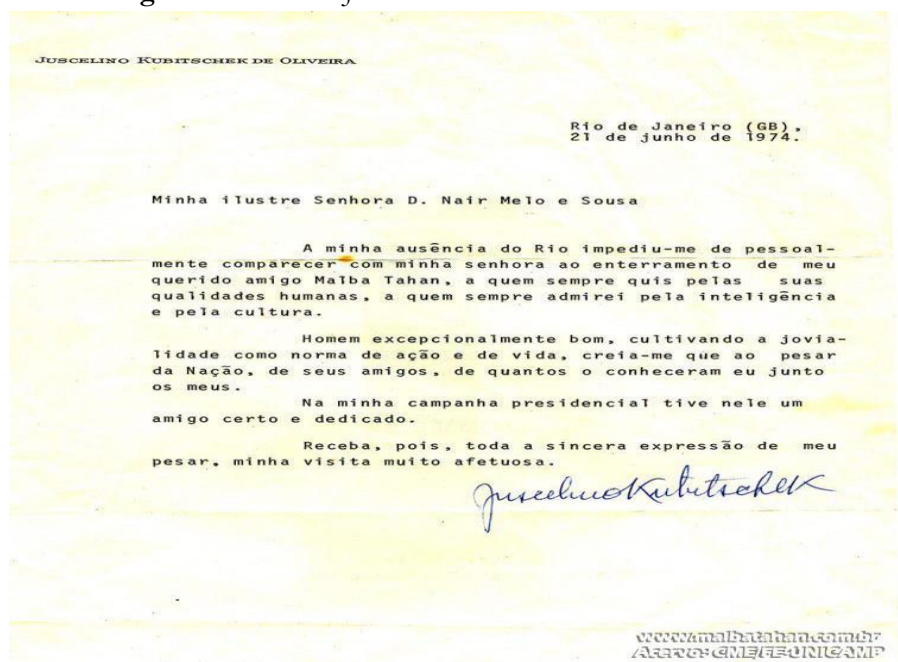
Figuras 2 e 3 - Identidade do escritor Júlio César de Melo e Sousa

Fonte: Acervo Malba Tahan/Centro de Memória Faculdade de Educação - UNICAMP.

Como último exemplo, temos uma carta enviada em junho de 1974 pelo ex-presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, para a viúva de Júlio César

Mello e Souza, Dona Nair Mello e Souza, lamentando a morte do escritor. Detalhe da carta é como o ex-presidente nomeia o morto, Malba Tahan.

Figura 4 - Carta de Juscelino Kubitschek lamentando morte do autor



Fonte: Acervo Malba Tahan/Centro de Memória Faculdade de Educação - UNICAMP.

A partir da análise dos exemplos, podemos nos perguntar se a figura de Malba Tahan, dada a sua biografia e sua aceitação sociocultural enquanto um produtor, não poderia ser compreendido como um heterônimo. De acordo com Ferreira (1990), a heteronímia é o estudo dos heterônimos, um conceito de difícil explicação, por tratar-se de um objeto em que vários fatores pessoais e sociais convergem entre si. A criação de um heterônimo é possível graças à existência de um ortônimo, figura ligada a um produtor original que, por sua vez, se difere do heterônimo por conta de suas particularidades. Deste modo, o heterônimo reflete o compromisso adotado pelo autor em expor as necessidades de sua escrita, adaptando um ritmo a esta atividade, que transita entre as características singulares que moldam sua criação. Essas necessidades apresentadas pelo professor Júlio César, e que fizeram com que a figura de Malba Tahan existisse, possibilitaram também uma espécie de fenômeno em relação ao seu arquivo. O caso é que o fundo arquivístico de Júlio César de Melo e Souza têm guardados consigo os documentos de Malba Tahan. Porém,

se tratando de outro escritor que se difere do professor, este também não poderia ser compreendido como um produtor?

2.3 A aplicabilidade do Princípio da proveniência

O princípio da proveniência é considerado como uma das bases fundamentais para a atividade arquivística, desde sua primeira aplicação ainda no século XIX, na Prússia. Schellenberg (2006) o considera como um "princípio fundamental baseado no princípio francês do *respect des fonds*" (SCHELLENBERG, 2006, p. 246), e que "permaneceu como um tópico fundamental do debate e do discurso arquivísticos" (DOUGLAS, 2016, p. 47).

O princípio funciona como um instrumento vital na organização dos documentos em um fundo. Sobre a compreensão de como podemos ver o princípio, Douglas (2016) nos aponta que pode ser entendido através de três métodos ligados a proveniência: um organizativo, um físico e intelectual e um sócio-histórico. Sobre o princípio organizativo, trata-se de um método para organizar o fundo a partir do princípio da proveniência, no que esta afirma sobre o princípio ser descrito como "um 'método' de organização de material arquivístico e, apesar de fazer alusão à justificativa teórica do método, sua ênfase prática fica evidente" (DOUGLAS, 2016, p. 54).

No caso de compreendê-lo como construto físico e intelectual, Douglas (2016) destaca a relevância de determinado documento estar presente em um arquivo, por mais que possa ter cópias ou exemplares semelhantes, é dotado de unicidade, o que faz com sua finalidade para com o seu produtor seja única. Segundo Douglas (2016), "os arquivos são um espelho não da história de seu criador, mas de sua própria história enquanto documentos" (DOUGLAS, 2016, p. 59). Em relação ao contexto sócio-histórico, Douglas (2016) nos alerta que "o primeiro passo rumo a uma expansão do contexto de produção é chamar atenção para os sistemas sociais, o que pressupõe a identidade de um criador e a necessidade deste de gerar um documento" (DOUGLAS, 2016, p. 61).

As três propostas apresentadas pela autora para uma compreensão sobre o princípio da proveniência nos colocam no debate acerca dos documentos de Malba Tahan. Isso porque são documentos que tem como produtor um heterônimo, que só existe perante ser social, e reconhecido através dos documentos previamente apresentados neste trabalho, em razão do contexto sócio-histórico que o autor se incide, da validade dos documentos produzidos pelo mesmo como "oficiais". Considerarmos os princípios arquivísticos fora de um contexto organizacional é irrelevante, na medida em que os arquivistas precisam levar em consideração a natureza e a história dos

documentos pertencentes a um arquivo antes de organizá-lo (MEEHAN, 2018).

Os documentos presentes no arquivo de Júlio César de Mello e Souza são resultado natural de suas ações em vida, e da mesma forma compõem um *rastro* deixado pelo seu produtor. Quando mencionamos o termo *rastro* de um indivíduo, nos referimos às atividades de um produtor refletidas a "uma percepção de si, de identidade, de um 'lugar' no mundo" (MCKEMMISH, 2018, p. 242). Ketelaar (2018) aponta que as circunstâncias existentes na produção dos documentos, as quais proporcionam informações sobre o contexto de produção, são elementos necessários para que possamos compreender o que o autor diz por *arquivização*, *arquivação* e *arquivamento*.

Sendo *arquivamento* aquilo que “entende-se geralmente a atividade que se segue à criação de um documento” (KETELAAR, 2018, p. 198), pode ser visto como o processo de arquivar um documento. Anterior ao mesmo está o conceito de *arquivação*, que é uma ação que “vai além da captura e inclui a fase preliminar da criação; ela consigna, inscreve um vestígio em algum lugar, em algum espaço exterior” (KETELAAR, 2018, p.198), ou seja, é o ato de registro da ação, ocorrido em decorrência de questões ligadas a um processo social. Por fim, a *arquivização* diz respeito ao próprio documento na sua essência. Ketelaar (2018) afirma que “a arquivização não determina apenas se e como as ações serão registradas nos arquivos” (KETELAAR, 2018, p.199), mas está ligada aos meios possíveis para a realização do registro.

Podemos pensar então, a partir das contribuições de Douglas (2016) e Ketelaar (2018), que questões ligadas ao contexto de produção dos documentos são elementos valiosos para a compreensão de que os produz. No caso do processo de heteronímia presente nos documentos do objeto deste trabalho, uma vez que as necessidades em criar o heterônimo Malba Tahan perpassam a urgência do autor em produzir para si um “álibi” para desenvolver seu trabalho, acabam por provocar a questão: quem de fato é o produtor do arquivo investigado? E se no caso de ambos poderem ser considerados produtores, como podemos compreender a organização deste fundo de arquivo pessoal?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber determinada plasticidade em um fundo arquivístico, o que não o limita ao seu formato concreto ou dimensão física. O fundo se comporta conforme a necessidade apresentada pelos documentos gerados pelo seu produtor. Isso é possível pois o contexto de produção presente no momento em que um documento é produzido, acaba por ser elemento chave

para compreendermos o arquivo. No caso dos arquivos pessoais, esse contexto toma força ainda maior, uma vez que estamos lidando com documentos dotados de peculiaridades, que refletem o seu produtor e que podem ser interpretadas de forma livre, desde que não se reconheça o porquê da produção de tal documento. No caso dos arquivos de um heterônimo, são documentos que, apesar de gerados pelo produtor original (seu ortônimo), refletem as características, individualidades e necessidades do próprio heterônimo, o que causa imprecisão na forma como compreendemos um fundo a partir da acumulação de documentos pertencentes à um produtor só.

A discussão sobre a utilização do princípio da proveniência, assim como a composição de um fundo de arquivo, é variável. No entanto, gostaríamos de destacar a relevância destas ideias trazidas para nossa discussão em desenvolvimento, tendo em vista as bases de análise sobre os arquivos pessoais. A pergunta que deixamos é: tendo em vista estas constatações e se valendo de que os documentos de Malba Tahan podem ser considerados documentos não pertencentes à Julio Cesar de Melo e Sousa, como podemos organizar este arquivo pessoal e de forma as informações que ali estão presentes podem ser melhor aproveitadas para uma evolução sobre a organização dos fundos em arquivos pessoais?

REFERÊNCIAS

ABREU, José Phelipe Lira de. **Existir em bits**: Arquivos Pessoais nato-digitais e seus desafios à teoria arquivística. Associação dos Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2018

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2ª edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p.167

BIOGRAFIAS. **Malba Tahan**, 2017. Disponível em: <<https://www.malbatahan.com.br/biografias/sumario/>>. Acesso em: 20 set 2021.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. 2.ed. Siena: Lazzeri, 1928.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos Pessoais são Arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n.2, pp. 26-39, jul-dez. 2009

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos arquivistas de São Paulo, 3ª edição, 2012. 128p

DOUGLAS, Jennifer. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. In_____: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p.47-74

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/11453>>. Acesso em: 11 Jun 2022.

FERREIRA, Jerusa Pires. Heterônimos e cultura das bordas: Rubens Lucchetti. **Revista USP**, n. 4, p. 169-174, 1990.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: Reconstruindo traços de vida individual. In _____: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p.303-329

LOPEZ, André P. Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, Niterói, v. n. 15, p. 69-82, 2003.

KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: **Pensar os Arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.193-206

MATTOS, R.; PEREIRA, A. A. C. Discussões em torno dos arquivos pessoais face a teoria arquivística. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 33, n. 2, p. 75-91, 2019. DOI: 10.14295/biblos.v33i2.8826 Acesso em: 16 jun. 2022.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... In: **Pensar os Arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.239-259

MEEHAN, Jennifer. Novas considerações sobre ordem original e documentos pessoais. In: **Pensar os Arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.305-328

SIQUEIRA FILHO, Moysés Gonçalves. **Ali Iezid Izz-Edim IBN Salim Hank Malba Tahan**: Episódios do Nascimento e Manutenção de um Autor-Personagem. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. 258p.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388p.

JOSUÉ GUIMARÃES: SIGNATÁRIO, AUTOR, PERSONA

Miguel Rettenmaier (Universidade de Passo Fundo),
Bruna Santin (Universidade de Passo Fundo)

1055

1 INTRODUÇÃO

Um acervo literário não é um espaço de coisas arquivadas, não é uma repartição ou setor no qual se guardam coisas antigas a serem preservadas. É um espaço de memória, mas isso não implica dizer que guarda o passado. Um acervo está na acepção da palavra arquivo, que “deriva do grego *arkebe*, literalmente “começo, origem, primeiro lugar” (BALINT, 2021, p. 157). De certa e de todas as formas, o arquivo não é ponto final de permanência de um item, de um original, de uma carta, de um objeto pessoal, não é um reduto no qual esses objetos e tantos outros pertencentes à vida de um autor repousam. Na realidade, nada descansa em um acervo, nada se alberga em definitivo. A partir do momento em que algo material ingressa em um acervo literário está aberto a novos sentidos, em potência, objeto de ressignificações. Este trabalho, por mais objetiva e metodologicamente que se execute, guarda em si um determinado poder. Para Balint (2021, p. 157):

Não importa quão humildes sejam, seus curadores servem não apenas como guardiões e preservadores, mas como intérpretes privilegiados que incluem e excluem, dão o selo de autenticidade e autorizam a veneração. Eles decidem qual material arquivar, como organizá-lo e quem pode acessá-lo.

A pesquisa em acervo, assim, não se vincula a um resgate puro e simples, já que ele não existe. Há toda uma nova feição no que se revê. Para Maria da Glória Bordini, o trabalho em acervo se constrói, em termos gerais, com atenção aos estágios da criação e seus modos de recepção em termos de revalorização da memória:

A pós-modernidade, ante o esgotamento da ideia de inovação ininterrupta dos modernos, tem se voltado para a capacidade humana de trazer de volta *o passado, mas nunca o mesmo*, de vez que deformado pelos impulsos inconscientes e pelas pressões culturais. (BORDINI, 2021, p. 14. Grifo nosso)

O passado que nunca é o mesmo, redefine-se na leitura. Uma vez que “pessoas e suportes são entes espaço-temporais” (BORDINI, 2021, p. 15), a qualquer identificação ou identidade é vazada de mobilidade e transformação. Tão cercadas de novos e renovados atributos estão os objetos quanto fragmentada e aberta está a subjetividade quando se torna impossível qualquer mesmidade. Tudo à mercê de um novo olhar, tudo apenas existente quando construído discursivamente. Ainda segundo Bordini (2021, p. 17),

A existência de acervos literários, portanto, propõe uma história outra, não canônica, não voltada para a origem ou às malfadadas influências, nem preocupada com a periodização literária, uma história que se alicerça na memória, com todas as suas inexatidões e ficções. Se é impossível ter-se apenas um passado homogêneo ou inferior ao presente, já que tudo é uma questão de valor, o pesquisador de acervo torna-se “agente de formação da memória” [...].

O pesquisador, assim, constrói não só a narrativa histórica, não reconstitui apenas o objeto histórico literário, mas constitui o próprio arquivo, o qual, “em sua natureza multifforme e sempre em processo, pode ser desconstruído por outro sujeito, que nele deixa sua marca subjetiva, sem apagar sua intervenção” (2021, p.17).

Para Bordini (2021, p. 15), mesmo obra literária não existe, sendo o que se pode chamar de “heterônimo”, que “depende de consciências produtoras e receptoras, encarnadas e mortais, bem como de um suporte material,” e que comunique o sentido através de códigos “socializados entre seus públicos históricos, que lhe conferem sobrevivência, esquecimento ou desaparecimento. (2021, p. 15). Aqui, assim tomada essa afirmação como base, um autor, em semelhante órbita, apenas existe se for lido, apenas sobrevive se iluminado pelo leitor, se estiver em sua memória. Aqui, novamente, na ordem

de uma comparação, se reconstrói a máxima de Erico Verissimo em sua autobiografia. Segundo ele, em episódio no qual se obrigou a iluminar, ainda menino, na farmácia do pai, uma sutura enquanto o médico trabalhava nos ferimentos de “um pobre-diabo que os soldados da Polícia Militar haviam ‘carneado’” (VERISSIMO, p. 1973, p.45) ali se construía, para ele, Erico Verissimo, a “imagem” do que seria um autor ou do que um escritor poderia fazer: “numa época de atrocidades e injustiças como a nossa, é acender a sua lâmpada, fazer luz sobre a realidade de seu mundo, evitando que sobre ele caia a escuridão, propícia aos ladrões, aos assassinos e aos tiranos (VERISSIMO, 1973, p.45). Na face outra dessa luz, em contraluz, está o rosto do autor, em imagem ao leitor, que vê a figura trepidante nos fachos que nos traços que ele, na escuridão, reconstrói a face, a máscara, o olhar do autor lido.

E como elemento de reconstrução, é que esta pesquisa propõe-se a averiguar as correspondências do escritor gaúcho Josué Guimarães, sob guarda do Acervo Literário de Josué Guimarães, na Universidade de Passo Fundo. O objetivo é evidenciar através do estudo a (re)constituição do autor e de elementos importantes de um tempo que só se viabiliza através de materiais únicos e “inexplorados” resguardados em centros de memória, como é o caso do ALJOG/UPF. Com um espólio de mais de quinhentas missivas, existem inúmeras fricções entre estudos e teorias que possibilitam remontes de épocas e de momentos importantes vividos por Josué Guimarães. Dentro da “intimidade” legada ao epistolar, presume-se que muitos fatos só podem ser narrados pelas missivas, que registram pluralidades de assuntos, tocam em vários temas, registram o particular em lateralidade ao histórico. Seja em processos de cunho genético, seja em processos de vida, esses textos descortinam aspectos vistos apenas na materialidade de um acervo literário, reorganizando, assim, sob a intervenção do pesquisador, o leitor ilegítimo da carta, o sujeito a quem ela não se destinava, o tempo passado em associação ao presente, o autor conhecido, Josué Guimarães, com o sujeito confessional histórico, remetente de um texto sempre suposto portador “novas”.

2 CARTA: “O ESPELHO (IM)PERFEITO DA ALMA”

Para George Steiner (2003, p. 11-12): “O autor deve morrer, mas suas obras, sobreviverão mais sólidas que o bronze”. No caso de Josué Guimarães, o jornalista por profissão, o político não por acaso e o escritor surgido dessas duas facetas anteriores, em que pese uma vida de publicações na imprensa e uma fase criativa voltada à ficção, e em que pese ainda o que restou nas atas de Câmara Municipal de Porto Alegre (RS), enquanto vereador, no início dos anos 50, outras textualidades, sobrevivendo ao autor, ajudam a iluminar e retrair

suas faces. Josué Guimarães foi frontal oponente à ditadura civil militar de 1964, fazendo questão de deixar claro, em sua produção jornalística e artística, a aversão ao regime. Nesse período, o autor, figura bastante visada por suas relações com João Goulart e com o governo pós-Legalidade, viveu na clandestinidade, mudando o nome para Samuel Ortiz. Seu trabalho como jornalista combativo e sua vida política foram as razões para que se fosse declarado desafeto do regime. Sem trabalho em jornais, ofício de toda uma vida, e sem possibilidades de defender seus direitos como cidadão, passou a trabalhar em diferentes expedientes até ser entregar-se aos órgãos de segurança no final da década de 60. Neste mesmo período conquista um prêmio literário, em um consagrado concurso de contos no Brasil. Reassumindo a própria identidade, nascia um novo Josué Guimarães: o escritor.

O suposto apagamento desejado pela repressão, ao se dificultar cidadania e expressão ao jornalista, em efeito justamente contrário, consagravam o nome do romancista que escreveu obras de grande aceitação pelo público em geral. Os textos em jornais, feitos para o dia seguinte, foram substituídos pelas narrativas literárias, pelas letras “de bronze”, que mantém viva a memória de Josué Guimarães. Há, contudo, um outro tipo de texto que vive e se abre à atualização. A correspondência do escritor também sobrevive a ele próprio e mesmo a seus interlocutores, quando articuladas ao trabalho do arquivo. O leitor de agora, intruso à comunicação particular, pode induzir alguma parte que mostre um todo, sempre provisório, que se deixa ler e (re)descobrir.

Se a escrita literária permite que o autor use máscaras, se a ficção joga com a fantasia e com disfarces retóricos, a correspondência pode iluminar traços secretos da face e da voz oculta. A correspondência pode dizer algo que só pode ser dito no “confidencial” da missiva. Escritos privilegiados de ser e fazer em um tempo, as cartas acabam sendo comprovantes biografados de seus autores a próprio punho desses. A voz que poderia ter se eximido ou escondido por motivos outros em sua época, tem quase total liberdade confessional. Para Bouzinac (2016, p. 128) “As próprias condições do diálogo exigem um movimento de retorno a si”. E ao realizar esse caminho, o epistológrafo rumo a terrenos que ele próprio não caminhou, deixando o espectro ganhar a forma das dores diligenciadas no decorrer de sua trajetória, seja ela escritural ou particular. Assim, surge, a quem lê a missiva e reevoca na voz do confidente novos qualificativos ao seu “si”, uma *persona*, que poder-se-á nomear como *persona* de acervo literário. Única dentro de seus resquícios, o escritor que escreve e que também é signatário, deixa vazar alguns elementos sobre

particularidades até então desconhecidas tanto de sua literatura quanto de sua vida pública. Foucault (2001, p. 145) diz que

A escrita de si mesmo aparece aqui claramente em sua relação de complementaridade com a anacorese: ela atenua os perigos da solidão; oferece aquilo que se fez ou pensou a um olhar possível; o fato de se obrigar a escrever desempenha o papel de um companheiro, suscitando o respeito humano e a vergonha; [...]

Ao corresponder-se o emissor, sem qualquer tipo de lavra ou correção, dispõe-se com o seu alocutário a travar um jogo de signos perfeitamente plausível. Mas antes do envio e postagem da carta, o missivista joga consigo mesmo buscando por respostas que o seu emissor talvez não seja capaz de responder, já que um diálogo talvez nunca seja enviado.

Nesse delatar, aspectos importantes da pesquisa em acervo literário são viabilizados através de um gênero que tem característica solitárias expressivas. Diaz (2016, p. 164) afirma “a carta não é um simples processo verbal do vivido, mas engaja, como o diário, em uma disciplina da interioridade pela qual se opera o trabalho sobre si”.

Quando o emissor resolver abrir a sua particularidade, principalmente para falar sobre situações sentidas e vividas totalmente fora da esfera pública, existe uma reflexão sobre si próprio. Sobre isso, Foucault (2001 p.157) observa que “a narrativa de si é a narrativa da relação consigo mesmo”. Ao enviar a missiva, essa escrita do eu, interiorizada por sulcos particulares, não se dissolve. A carta do escritor, por não ser pública, podendo ser ficcionalizada a depender do remetente e do assunto, não consegue deixar de presentificar a *persona* que endereçou as linhas. Essa visão, contudo, destoa da de Barthes (2012, p. 57) que diz “que a escritura é a destruição de toda a voz, de toda a origem. A escritura é um neutro, esse composto, esse oblíquo pelo qual foge o nosso sujeito, o branco-e-preto em que vem se perder toda identidade, a começar pela do corpo que escreve”.

Barthes, em seu texto “A morte de autor” (2012), defende, por assim dizer, a inexistência da personalidade daquele que escreveu, após a publicação ou envio do texto. No entanto, estudos da crítica genética remontam exatamente ao contrário. O escritor é a personalidade latente, que pode não ser vista no texto publicado, mas que é notada em seus documentos de processo, como é o caso muitas vezes da própria correspondência, esboços, notas e de tantos outros documentos.

Um acervo literário é um laboratório de descoberta de criação e das pulsões do escritor frente a seus projetos literários e artísticos. Já diz Grésillon (2007, p. 42) ao se referir à rede acervística diante da gênese:

“Poderíamos recorrer a documentos diferentes dos manuscritos do autor? De maneira mais ou menos explícita, todos os geneticistas fazem isso. Biografia e correspondência do autor, conhecimento da obra em seu conjunto, testemunhos de terceiros, eventos históricos, tudo isso nos dá informações sobre as condições externas dentro das quais se situa uma gênese”.

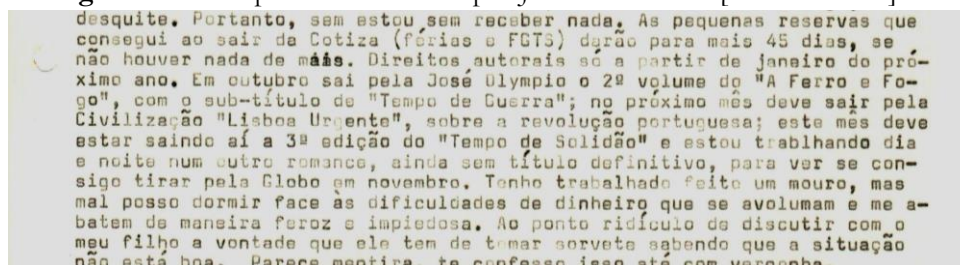
Sendo assim, o pesquisador de acervo literário busca incessantemente o escritor em documentos de processo e também em formas testemunhais mais primárias como é o caso da missiva. Nem sempre o documento explorado carrega fatores propriamente genéticos, mas que ainda assim, possibilitará *links* importantes com outros materiais que falarão sobre a gênese. Diaz (2016, p. 191) aponta que “se a correspondência é um espelho, só é um espelho quebrado”, e é o pesquisador que tenta vincular os fragmentos que jamais refletirão ao todo a verdade do eu que escreveu sobre si em tempos outros.

No que diz respeito à correspondência, assim, evidencia-se um relato que mescla gênese e testemunho, dando um parâmetro de elementos essenciais tanto na reconstituição da *persona* do acervo literário quanto de criação literária. Santos (1998, p. 22) diz que “as cartas são uma espécie de guardiãs do ritmo e das batidas da vida presente e o amigo que as recebe é o árbitro que intercede, o mediador que interfere ou a testemunha que observa e atesta a veracidade das coisas contadas”. No entanto, o pesquisador, como um intruso, recebe o diálogo atrasado em décadas, muitas vezes sem sequer saber o nome de todas as partes envolvidas. “Espião dos bastidores”, o pesquisador de cartas busca orientar-se pelos sulcos deixados pelo autor, não desinteressando-se por sequer uma linha de discurso “invadido”. Em sua busca, que pode ser genética ou de outras vias, o aparecimento do inevitável acontece e o escritor escreve sobre si aparece singelamente nas linhas. A missiva é um gênero privilegiado enquanto a isso. Segundo Rocha (2016, p. 31) a escrita epistolar “é um texto que concede grande liberdade de criação e de confissão ao seu escritor”. Assim, a carta por si só pode ser não somente “laboratório da gênese”, enquanto portadora de menções a projetos literários, mas também, segundo Diaz (2016, p. 57) a carta “[...]antes de tudo é documento humano porque, muito mais do que em suas obras, é em sua correspondência que se percebe a verdade de um homem”. Nas cartas de Guimarães, há muito mais menções sobre ele do que escritas sobre si, mas os relatos em primeira pessoa presentes sob guarda do ALJOG/UPF esclarecem questões importantes e imensuráveis.

O fragmento da carta evidenciada abaixo, é de um extenso relato enviado por Josué Guimarães, enquanto estava em Portugal, e é raro dentro do

arquivo, já que as cartas ativas do escritor, apesar de serem numerosas, acabam sinalizando outros assuntos profissionais.

Figura 1 - Correspondência enviada por Josué Guimarães [Provável 1975].²⁵³



desquite. Portanto, sem estou sem receber nada. As pequenas reservas que consegui ao sair da Cotiza (férias e FGTS) darão para mais 45 dias, se não houver nada de mais. Direitos autorais só a partir de janeiro do próximo ano. Em outubro sai pela José Olympio o 2º volume de "A Ferro e Fogo", com o sub-título de "Tempo de Guerra"; no próximo mês deve sair pela Civilização "Lisboa Urgente", sobre a revolução portuguesa; este mês deve estar saindo aí a 3ª edição do "Tempo de Solidão" e estou trabalhando dia e noite num outro romance, ainda sem título definitivo, para ver se consigo tirar pela Globo em novembro. Tenho trabalhado feito um mouro, mas mal posso dormir face às dificuldades de dinheiro que se avolumam e me abatem de maneira feroz e impiedosa. Ao ponto ridículo de discutir com o meu filho a vontade que ele tem de tomar sorvete sabendo que a situação não está boa. Parece mentira, te confesso isso até com vergonha.

Fonte: ALJOG/UPF.

Nesta missiva, o escritor narra pontos importantes e específicos da sua época e de sua luta. Opondo-se à ditadura, Josué Guimarães sofreu as represálias do regime. Em Portugal, como ele mesmo diz, estava passando por sérias dificuldades financeiras. Nesta carta, dentre outros assuntos, Josué pede ao seu interlocutor ajuda em um processo judicial importante que está movendo, e em determinada altura dos relatos a *persona* que é lida no acervo literário, pelas particularidades dos documentos, ganha forma, e narrativas de vida podem ser lidas. De alguma maneira, em contraluz, nas coisas que o autor ilumina, surgem sua feição, suas aflições, o duro e o real da existência. Mais ainda, em sua luta para sobreviver, está a vida do sujeito escritor no Brasil naqueles tempos e nos dias de hoje. A remuneração está condicionada sempre às dificuldades de pagamentos de direitos autorais. Ao final do fragmento, Josué diz ao seu signatário que confessa as linhas com vergonha. Isso se dá, pois nem sempre é de ordem facilitada uma projeção para fora de si mesmo, ainda que em documentos tidos como pessoais como é o caso da correspondência. Nessa linha de pensamento, Klinger (2006, p. 25) ressalta que:

²⁵³ [...] As pequenas reservas que consegui ao sair da Cotiza (férias e FGTS) darão para mais de 45 dias, se não houver nada de mais. Direitos autorais só a partir de janeiro do próximo ano. Em outubro sai pela José Olympio o 2º volume de "A ferro e Fogo", com o sub-título de "Tempo de Guerra", no próximo mês deve sair pela Civilização "Lisboa Urgente", sobre a revolução portuguesa; este mês deve estar saindo aí a 3ª edição de "Tempo de solidão" e eu estou trabalhando dia e noite num outro romance, ainda sem título definitivo, para ver se consigo tirar pela Globo em novembro. Tenho trabalhado feito um mouro, mas mal posso dormir face às dificuldades de dinheiro, que se avolumam e me abatem de maneira feroz e impiedosa. Ao ponto ridículo de discutir com o meu filho a vontade que ele tem de tomar sorvete sabendo que a situação não está boa. Parece mentira, te confesso isso até com vergonha.

Escrever é “se mostrar”, se expor. De maneira que a carta, que trabalha para a subjetivação do discurso, constitui ao mesmo tempo uma objetivação da alma. Ela é uma maneira de se oferecer ao olhar do outro: ao mesmo tempo opera uma introspecção e uma abertura ao outro sobre si mesmo.

Josué Guimarães, apesar de confessar sentir “vergonha” do relato presente na missiva, resguardou por motivos outros essa carta na sua intimidade. Anos após, nos arquivos de um acervo literário, já com valor atemporal inestimável, essa escrita de si, auxilia na rede de relatos sobre o escritor. Tendo concedido poucas entrevistas e falado pouco sobre seus anseios pessoais publicamente, Josué deixou fragmentos de cartas darem voz a sua *persona*, que por sua vez só pôde ser vista através da pesquisa em acervo literário. Sob consequências de um regime repressivo, Guimarães ao passo que realiza um relato de si, esboça as dificuldades de um tempo, fornecendo um viés de historicidade ao que enfrentou na ditadura militar, e testemunhando as consequências disso em sua vida e de sua família. Isso realinha o que já havia de conhecido na história do escritor diante desse período em sua vida literária e de jornalista combativo.

Outro elemento que importa neste relato é que mesmo em meio a dificuldades financeiras e de outras ordens, Josué Guimarães não abandonou os seus projetos literários, mencionando, inclusive, que estava trabalhando fervorosamente em um romance. Tal elemento, importante em termos de investigação genética, misturou-se a escrita de si, possibilitando ao pesquisador elucidar, futuramente, outros tantos pontos a partir desse relato e de seu entorno.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa ambiência incerta, deslizante, a existência de acervos literários, em que se colecionam o importante e o desimportante, o público e o privado, sob o signo do heterogêneo e do não hierárquico, oferece rumos diversos para a teoria, a crítica e a história literária. Sua materialidade propõe desafios com que não se depara a investigação centrada apenas nos objetos linguísticos, em que se buscam sentidos em aproximações hermenêuticas. A atitude do estudioso de literatura que empreende uma pesquisa em acervos precisa enfatizar a abertura ao desconhecido, a habilidade de conexão e associação, a disposição de valorizar traços, por vezes quase evanescentes. (BORDINI, 2021, p. 18). Nessa evanescência estão esboçadas em retoques contínuos e em redesenhos a face e a máscara do autor, o que surge de seu olhar e o que permite ser olhado, lido. A *persona* do autor de acervo é uma construção discursiva que

tenta sempre mais alguma representação do sujeito que não existe mais em presença, mas que se deixa em ecos nas marcas de cada registro que a ele sobreviveu. Seus livros são parte desse registro, mas cada textualidade sua, de seu entorno, sobre ele, cada item, aparentemente insignificante, tudo pode compor, mas uma linha de um traçado preenche de mais um sentido, de mais uma feição.

Quando o escritor é buscado na rede acervística hipertextual, as suas cartas (caso existam) darão luz ao inexplorado. “A carta remetida para a singularidade do eu que se desnuda nela; eis a carta novamente deixando o território da literatura para reencontrar, dessa vez, o testemunho”. (Diaz, 2016, p. 51). Com valor de testemunho a correspondência pode alterar fatos já conhecidos historicamente, abrindo outros questionamentos e outras investigações. Do esquecido e da solidão, a correspondência mostra que pode ajudar a compreender a *persona*, seus anseios, (in)felicidades e seu tempo. Afinadas com a autobiografia, revelam além do que o público permite, revelam a *persona* por detrás da máscara.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Editora WMF Martins fontes, 2012.
- BALINT, Benjamin. **O último processo de Kafka**. Porto Alegre: Arquipélago, 2021.
- BORDINI, Maria da Glória. **Matérias de memória**. Porto Alegre: UFRGS, 2021.
- BOUZINAC, Geneviève Haroche. **Escritas epistolares**. Tradução: Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- DIAZ, Brigitte. **O gênero epistolar ou o pensamento nômade: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX**. Tradução: Brigitte Hervot, Sandra Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. Escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. **Estética: Literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001.
- GRÉSILLON, Almuth. **Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos**. Tradução: Cristina de Campos Velho Birck [et al.]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- KLINGER, Diana Irene. **Escritas de si, escritas do outro: autoficção e etnografia na narrativa latino-americana contemporânea**. 2006. 205 f. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Inglesa; Literatura Brasileira; Literatura

Portuguesa; Língua Portuguesa; Ling) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:

<<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/6168/1/DIANA%20KLINGER.pdf>> Acesso em: junho de 2022.

ROCHA, Vanessa Massoni da. **Por um protocolo de leitura do epistolar**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2016.

SANTOS, Matildes Demétrio dos. **Ao sol carta é farol**: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas. São Paulo: ANNABLUME, 1998.

STEINER, George. **Aqueles que queimam livros**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

VERISSIMO, Erico. **Solo de clarineta**. V.1. Porto Alegre: Globo, 1973.

ENTRE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS: O ACERVO PESSOAL DE GUILHERME FIGUEIREDO

Karolyne Sousa Amaral (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

Paulo Roberto Elían dos Santos (Fundação Oswaldo Cruz)

1 INTRODUÇÃO

O pensamento e a prática arquivística estão intimamente ligados com a noção de documento, sob uma perspectiva probatória e como elemento de formação da memória. Arquivos são formados por documentos caracterizados pela função que cumprem no processo de desenvolvimento das atividades de uma instituição ou pessoa. Nas duas últimas décadas, com a modificação de posicionamento conceitual da arquivologia, o arquivo tem sido revisto dentro de um contexto histórico-cultural. Neste contexto, a discussão sobre arquivos pessoais na literatura arquivística recente tem se ampliado de maneira significativa. Ao mesmo tempo, novas perspectivas historiográficas se debruçam os arquivos pessoais, e estes passam a ser compreendidos como “arquivos”, além de serem considerados fonte de pesquisa para a compreensão da trajetória de indivíduos e da história de uma época.

Arquivos pessoais podem ser parcela de um acervo, podendo somar-se a uma biblioteca pessoal, por exemplo. Este é o caso do acervo de Guilherme Figueiredo, custodiado pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), composto pelo arquivo pessoal, biblioteca e por objetos pessoais do titular.

Guilherme Figueiredo (1915-1997) foi escritor, teatrólogo, jornalista, professor, adido cultural e primeiro reitor da UNIRIO. A proposta de abordar esse acervo se justifica na medida em que pode ser fonte de diversas pesquisas relacionadas ao percurso intelectual do titular e, também, sobre a origem da UNIRIO. A contribuição para a história materializada em seus documentos torna-se um caminho para entender os acontecimentos que marcaram sua época.

Neste sentido, este trabalho tem por objetivo propor novo quadro de arranjo do acervo pessoal de Guilherme Figueiredo, a partir da análise das relações e vínculos orgânicos entre os documentos de arquivos e biblioteca. Do ponto de vista metodológico, este trabalho é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa. Para a estruturação dos referenciais teóricos e conceituais, foi necessário realizar uma pesquisa bibliográfica na literatura arquivística e, também em outras áreas, como a Biblioteconomia, para compreender a temática dos arquivos pessoais, sua organização e tratamento, bem como a relação de seus materiais com materiais de natureza bibliográfica e sua relevante presença nos espaços institucionais das bibliotecas e outros centros de custódia de acervos. Por ser tratar de um estudo de caso, foi realizada uma pesquisa documental sobre a trajetória do titular, que está pautada na leitura do livro “A bala perdida: memórias”, uma obra póstuma contendo memórias do produtor do arquivo. Como fonte documental, foi analisado o processo administrativo de aquisição do acervo na universidade e o relatório de organização do arquivo realizado por uma empresa contratada pela família do titular, antes do seu ingresso na universidade.

2 ARQUIVOS E BIBLIOTECAS PESSOAIS: COLEÇÕES ESPECIAIS?

A presença de arquivos pessoais em bibliotecas é uma situação muito comum em diversas instituições de custódia de acervos. Sua singularidade tem sido objeto de interesse pelo fato de os conjuntos documentais de natureza pessoal serem considerados coleções relevantes para o desenvolvimento de pesquisas e para a sociedade.

Denominados como coleções, manuscritos ou até mesmo papéis pessoais (OLIVEIRA, 2012), os arquivos pessoais eram organizados e tratados de acordo com os padrões preconizados pela Biblioteconomia. Segundo Hobbs (2016), a prática de recolhimento de documentos de natureza pessoal foi motivada pela tradição do manuscrito histórico, e os critérios estavam baseados em sua raridade, valor histórico, valor cultural ou valor informativo

para historiadores, ou ainda, como suplemento de fundos institucionais existentes.

Para Camargo (2009), a abordagem bibliográfica no tratamento de arquivos pessoais, no qual são descritos de maneira individual e independente não demonstra as circunstâncias pelas quais foram produzidos e nem revela as relações orgânicas que mantêm com outros itens do arquivo, além de sobrepor o valor informativo ao valor probatório dos documentos. Neste sentido, a naturalização do recolhimento por parte das bibliotecas acentuou o caráter de coleção e afastou os documentos pessoais da concepção de fundo, bem como dos demais princípios arquivísticos (MACÊDO; OLIVEIRA, 2019).

Neste contexto, Heymann (2012) também destaca que os arquivos pessoais acabam integrando a seção de “manuscritos” nas bibliotecas, e por muitas vezes, são tratados segundo os princípios biblioteconômicos. Ou seja, a abordagem metodológica dos arquivos pessoais varia de acordo com as filiações disciplinares das instituições responsáveis pela custódia. Em consequência disso, a legitimidade e entendimento dos arquivos pessoais enquanto arquivos podem ser questionados.

Os documentos arquivísticos diferenciam-se em relação ao tratamento dos documentos bibliográficos. No entanto, um mesmo indivíduo pode acumular ao longo de sua vida não só um arquivo, mas também uma biblioteca, que por sua vez possuem relações entre si. As bibliotecas pessoais podem conter livros dotados de valor testemunhal, com relações intrínsecas com os documentos de arquivo. Assim como o arquivo pessoal, uma coleção particular de livros não é um acúmulo ao acaso, mas reflete a vida afetiva, intelectual e profissional de seu proprietário (FREIRE, 2018).

Neste sentido, Bessone (2014) afirma que a biblioteca pessoal

Não é simplesmente o somatório de livros. O fato do indivíduo ter escolhido aquelas obras, entre tantas outras, de preservá-las em casa, guardá-las em móveis especialmente construídos, demonstra uma preferência, uma forma de atribuir determinado valor aos livros, não apenas por suas qualidades implícitas. Essa seleção, seja por escolha afetiva, ou mesmo por status, define uma razão que ajuda a fazer diferença entre livros esparsos e espalhados e uma biblioteca, mesmo que pequena. (BESSONE, 2014, p. 36)

Apesar do tratamento técnico convencional dos documentos de biblioteca estar atrelado ao seu conteúdo, é importante ressaltar que no caso das bibliotecas pessoais, é fundamental a busca pelo contexto, do “olhar para fora”, através das marcas de propriedade, marcas de leitura e sua relação com outros documentos, de maneira a evidenciar a organicidade do acervo como um todo. É muito comum que em acervos pessoais, haja uma divisão sobre o

destino do acervo: os livros vão para a biblioteca, os documentos (avulsos) para o arquivo e os objetos tridimensionais para o museu (CAMARGO, 2020). O fato de o acervo também estar custodiado num mesmo local não demonstra sua organicidade sem que tenha um projeto descritivo único, que preserve as conexões entre os materiais.

O uso de regras e normas distintas na organização não deve ser um fator impeditivo para sua realização. Uma abordagem arquivística dominante no acervo, considerando as mútuas articulações e que tenha algumas práticas descritivas comuns pode ser uma saída, ainda que os elementos tradicionalmente estejam submetidos a regras descritivas próprias, como os livros de uma biblioteca pessoal (CAMARGO; GOULART, 2007).

3 ACERVO PESSOAL DE GUILHERME FIGUEIREDO

O acervo de Guilherme Figueiredo custodiado pela Biblioteca Central da UNIRIO é composto pelo seu arquivo pessoal, biblioteca e também por objetos. No entanto, o processo de aquisição ocorreu em momentos diferentes.

Durante de sua atuação na UNIRIO como reitor e como assessor da reitoria, Guilherme Figueiredo realizou diversas doações com o objetivo de contribuir com a formação do acervo da biblioteca. Além de alguns objetos, como as máscaras teatrais e artísticas que colecionava, estima-se que vieram 7 mil volumes para as instalações da Biblioteca Central (FREIRE; COSTA; ACHILLES, 2017, p. 4).

Logo após o falecimento do titular, os herdeiros procederam à doação dos livros que restavam, cumprindo um desejo do próprio. Atualmente, é possível pesquisar no catálogo on-line da Biblioteca Central da UNIRIO, utilizando o termo “Coleção Guilherme Figueiredo”, cerca de 3 mil registros, em sua maioria identificados pelos autógrafos e dedicatórias ao titular e também pelas marcas intrínsecas e extrínsecas contidas nos livros. Os livros encontram-se reunidos numa sala, denominada Sala de Obras especiais ao lado de outras coleções, como por exemplo, a Coleção Memória da Biblioteconomia. Apesar de muitos itens terem sido oriundos da doação de Guilherme Figueiredo, como os livros de Shakespeare citados em sua biografia, nota-se que sua doação pode fazer parte de outras coleções especiais, como a Coleção Shakesperiana, com mais de mil títulos²⁵⁴.

O processo de aquisição do arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo teve início em 2006, envolvendo muitas idas e vindas na negociação entre a universidade e seus herdeiros (filhos). Os entraves à doação se deram por

²⁵⁴ <http://www.unirio.br/bibliotecacentral/acervos-especiais-1>

aspectos financeiros, políticos e principalmente legais (FREIRE; COSTA; ACHILLES, 2017), sendo consolidada somente no ano de 2014.

O arquivo possui 102 caixas-arquivo, além dos pacotes embrulhados, cadernos e anotações e diversos álbuns de fotografias. A organização atual do arquivo está agrupada em dois conjuntos: Documentos textuais e Periódicos. No grupo de documentos textuais temos as seguintes séries: obra, correspondência, família, atividades variadas e diversos. O arquivo também possui um conjunto de fotografias de aproximadamente 1174 itens, contendo fotografias de Guilherme Figueiredo em diversas épocas, de seus familiares, de seus espetáculos, em premiações e com grandes personalidades da literatura, teatro e TV (PEREIRA; COSTA; NEVES, 2017, p.183).

Além de ser uma importante fonte de pesquisa biográfica, o acervo pessoal de Guilherme Figueiredo pode ser considerado relevante devido a seu potencial informativo, principalmente para a instituição que realiza sua salvaguarda, a UNIRIO, pois sua trajetória perpassa a história da instituição. O arquivo revela a natureza múltipla de documentos ali existente, demonstrando também suas inúmeras facetas profissionais. O acervo possui originais diversos de obras de sua autoria, cadernos de anotações profissionais e pessoais. Também existe uma grande quantidade de recortes de jornais devido à sua atuação como cronista e pelo fato de Guilherme Figueiredo ter a prática de guardar artigos de jornais que citavam seu nome ou de alguma de suas obras.

Neste sentido, podemos observar que os registros documentais propiciam a possibilidade de conhecer e compreender um pouco mais sobre o contexto de uma época. No entanto, para que isso ocorra, é fundamental a realização de um tratamento arquivístico adequado, que considere as atividades e funções do titular, na tentativa de reconstruir a organicidade da documentação.

4 PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DO ACERVO

Após uma análise sobre o tratamento técnico empregado no arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo, propomos uma reorganização do fundo, com um novo quadro de arranjo apoiado nas funções e atividades do titular. A partir da investigação do perfil biográfico e da elaboração da cronologia de vida, a organização do fundo reflete os grupos e os subgrupos apresentado, bem como as funções e atividades desempenhadas pelo titular.

A nova abordagem leva em conta a trajetória de vida do titular do arquivo. A organização e tratamento dos arquivos pessoais deve estar pautada nas ações e atividades que deram origem aos documentos. Esta premissa leva em conta a natureza arquivística do documento e também o que a arquivologia

preconiza enquanto princípio. Neste sentido, consideramos que o método funcional é um instrumento necessário para a manutenção da organicidade em arquivos pessoais.

A aplicação desta abordagem já vem sendo utilizada na organização de arquivos pessoais. A experiência de Camargo e Goulart (2007) no acervo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso é um exemplo prático do que as autoras defendem como metodologia para tratar arquivos pessoais. Apesar da subjetividade e da informalidade que os documentos podem apresentar, o seu entendimento deve estar pautado em seu contexto de produção. Assim como no quadro de arranjo proposto para o arquivo de Guilherme Figueiredo, a classificação dos documentos do acervo de Fernando Henrique Cardoso está pautada nas funções da vida do titular, aos cargos (profissionais e políticos) exercidos por ele e também à sua vida privada. Outro exemplo é o arquivo de Epifânio Dória, custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória (BPED). Tendo em vista a fragmentação do arquivo, Campello (2015) demonstra que a aplicação do método funcional foi fundamental para recuperação dos vínculos orgânicos.

O quadro de arranjo proposto também inclui os livros da biblioteca de Guilherme Figueiredo. Os livros autorais, por exemplo, podem ser considerados produtos finais da produção literária do titular e, portanto, possuem função de prova. Ducrot (1998, p.165) observa que em arquivos de escritores “os manuscritos sucessivos das obras são um complemento indispensável dos livros, para o estudo da sua gênese”. Esta afirmativa só reforça a necessidade dos arquivos e bibliotecas de um mesmo produtor não sejam separadas. Além dos livros como prova da produção literária do titular, será possível identificar a partir das relações de sociabilidade de Guilherme Figueiredo as obras recebidas por ele como presente e recebidas no exercício da função de crítico literário.

Da mesma forma que os documentos institucionais, os arquivos pessoais podem ter uma lógica de acumulação. Na abordagem funcional, é possível recuperar as conexões e identificar os vínculos entre os documentos. No conjunto de documentos de natureza pessoal, o contexto de produção e acumulação está relacionado a acontecimentos em sua vida pessoal, profissional, social e estão atreladas as funções ocupadas e atividades realizadas.

Quadro 1 - Quadro de arranjo proposto para o arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo

Grupo	Subgrupo

1. Vida pessoal	1.1 Documentos pessoais 1.2 Relações familiares 1.3 Relações de sociabilidade
2. Formação e carreira	2.1 Aluno do Colégio militar do Rio de Janeiro 2.2 Aluno do Curso de Direito da UFRJ 2.3 Aluno do Doutorado em Letras da UFRJ 2.4 Prêmios e condecorações
3. Atividade docente	3.1 Professor contratado de História do teatro do Conservatório Nacional de Teatro 3.2 Professor titular de História do Teatro do Conservatório Nacional de Teatro 3.3 Professor adjunto da Faculdade de Letras da UFRJ
4. Atividade diplomática	4.1 Adido cultural 4.2 Membro da delegação do Brasil na Assembleia da ONU
5. Atividades de gestão	5.1 Reitor UNIRIO 5.2 Presidente FUNARJ 5.3 Diretor da TV Tupi 5.4 Assessor da reitoria da UNIRIO
6. Atividade publicitária	6.1 McCann Erickson Publicidade
7. Atividade jornalística ou na imprensa	7.1 Redator 7.2 Revisor
8. Produção literária e teatral	8.1 Literária (por obra) 8.2 Teatral (por obra)
9. Participação em associações culturais e científicas	9.1 Fundador e sócio benemérito da Orquestra Sinfônica Brasileira 9.2 Conselheiro da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais 9.3 Presidente da Associação Brasileira de Escritores 9.4 Presidente do Centro Brasileiro de Teatro do IBECC 9.5 Membro da Academia Campinense de Letras 9.6 Membro do PEN Clube Brasil 9.7 Membro da Associação Brasileira de Imprensa 9.8 Membro do Sindicato dos Jornalistas Profissionais

	9.9 Membro correspondente do Institut de France 9.9 Membro da Hispanic-American Society (New York, EUA) 9.11 Fundador e membro do Conselho universitário da Uni-Rio 9.12 Fundador e membro de Curadores da Casa França-Brasil 9.13 Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais
10. Participação em congressos, conferências e seminários	10.1 Congresso do Institute of International Education 10.2 Conferência dos secretários de comissões fulbright 10.3 I Seminário Estadual de Educação 10.4 IV Congresso Nacional de Educação 10.5 I Seminário de ensino da língua inglesa e literatura americana 10.6 Conferência “O teatro no renascimento”

Fonte: Elaborado pela autora com base em CAMARGO; GOULART (2007) e SANTOS (2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acervo pessoal de Guilherme Figueiredo e a história de sua constituição e acumulação pelo produtor se mostraram um bom exemplo para discutir a relação orgânica entre os registros documentais do arquivo pessoal e os livros da biblioteca do titular. A organicidade está presente não apenas nos documentos arquivísticos, mas também nos documentos bibliográficos, que refletem as atividades de Guilherme Figueiredo como escritor, teatrólogo, professor, crítico literário e indivíduo que possuía apreço pela leitura.

A partir do estudo destas relações, constatamos a pouca produção bibliográfica dedicada ao tema em arquivos pessoais. De maneira geral, os estudos que abordam os arquivos pessoais comumente ressaltam seu aspecto memorialístico ou seu tratamento sob viés arquivístico, mas não ampliam a discussão para uma abordagem que possa englobar outros acervos (bibliográfico e museológico) pertencentes à mesma pessoa.

A partir do exposto, é possível reconhecer que a documentação acumulada no arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo se relaciona, sob vários aspectos, com sua biblioteca. Por este motivo, para compreender o acervo, é necessário entendê-lo como um todo indissociável, no qual os documentos arquivísticos podem revelar a origem de muitos livros e, também,

circunstanciar o processo de criação das obras produzidas pelo escrito e dramaturgo. Desse modo, é fundamental a realização de um trabalho interdisciplinar com o acervo, para o entendimento mais amplo, que permita a recuperação dos contextos. Esse entendimento só enriquecerá a qualidade dos instrumentos de pesquisa e o acesso ao acervo.

Espera-se que discussão sobre a organicidade dos arquivos pessoais e as bibliotecas pessoais empreendida neste trabalho possa contribuir para os debates acerca do tema no universo arquivístico e, ampliar o espaço de diálogo com outras áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

[19ª sessão] Ciclo de palestras “As marcas de proveniência e cultura material”: o livro como documento de arquivo. Por Ana Maria Camargo. [s.l]: GEPPBD – patrimônio bibliográfico e documental, 2020. 1 vídeo (82 min.). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=MBIGcIR6z4w&list=PLnINKSYswWXkX8_MgkldCsGhwODOoEy5d&index=19>. Acesso em: 05 dez. 2021.

BESSONE, T. M.. **Palácios de destinos cruzados**: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância**: a abordagem dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, A. M. de. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do arquivo público mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

CAMPELLO, L. de O. S. **O legado documental de Epifânio Dória**: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais. 2015. 658 f. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade de São Paulo, 2015.

FREIRE, S. C. ; COSTA, M. V. S. B.; ACHILLES, D. A biblioteca particular de Guilherme Figueiredo: uma coleção especial. In: ENCUESTRO NACIONAL DE INSTITUCIONES CON FONDOS ANTIGUOS Y RAROS, 4., 2017, Buenos Aires. **Gestión del patrimonio bibliográfico y documental en bibliotecas, archivos y museos**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 25 e 26 de septiembre de 2017. Disponível em: <<https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/pdfs/32/13-Stefanie%20Freire.%20ponencia.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

FREIRE, S. C.. As marcas extrínsecas nas bibliotecas particulares: o caso das dedicatórias. In: SILVA, Maria Celina Mello e (Org.). **Da minha casa para todos**: a institucionalização de acervos bibliográficos privados. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018.

HEYMANN, L. Q. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa; FAPERJ, 2012.

HOBBS, C. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (Orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte, UFMG, 2016. cap. 10, p. 303-341. MACÊDO, P. L. P. Arquivos pessoais e teoria arquivística. In: MARIZ, A. C. A; RANGEL, T. R. (Orgs.). **Arquivologia**: temas centrais em uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

OLIVEIRA, L. M. V. de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PEREIRA, D. V.; COSTA, M.V. da S. B.; NEVES, M. H.. Arquivos pessoais e suas potencialidades para pesquisa: o caso do arquivo Guilherme Figueiredo. **PontodeAcesso**, Salvador, v.13, n.1, p.171-192, abr. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/27540/19551>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

SANTOS, P. R. E. dos. **Arquivos de cientistas**: gênese documental e procedimentos para organização. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

PANORAMA DOS GRUPOS DE PESQUISA REGISTRADOS NO DIRETÓRIO DO CONSELHO ACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO COM PESQUISAS SOBRE ARQUIVOS PESSOAIS

Thayane Vicente Vam De Berg (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),

Maria Amália Silva Alves De Oliveira (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

O Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) no Brasil possibilita a busca de informações e o cruzamento de dados entre os perfis dos grupos de pesquisa brasileiros certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)²⁵⁵, que é vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Constituído-se, num inventário que possibilita a identificação das instituições e das parcerias acadêmicas; dos dados censitários dos grupos e dos pesquisadores em atividade no país; das pesquisas em andamento; das áreas do conhecimento, etc. Trata-se, portanto, de um importante instrumento e fonte utilizada para o intercâmbio e troca de

²⁵⁵ CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf. Acesso em: 14 ago. 2020 e 16 mai. 2022.

informações entre a comunidade científica e tecnológica, que ainda possibilita, por meio da realização de censos bienais, a preservação da memória da atividade científico-tecnológica brasileira (DGP/CNPq, 2022).

O objetivo deste estudo é mapear os grupos de pesquisa registrados no CNPq que desenvolvem investigações e produções científicas sobre a temática dos arquivos pessoais e, a partir disto, identificar as instituições, os pesquisadores envolvidos e as pesquisas realizadas. Para a realização desta apuração optou-se por fazer uma pesquisa descritiva, com uso do método da pesquisa do tipo survey, feito a partir da coleta de dados e informações na base do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, que geraram resultados quantitativos e análises qualitativas dos dados obtidos.

As buscas na base de dados foram realizadas nos dias 14 de agosto de 2020 e 16 de agosto de 2022. Estas foram efetuadas a partir da consulta parametrizada na base corrente do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, com o uso dos termos de busca “arquivo pessoal” e “arquivos pessoais”. Nesta pesquisa foram considerados apenas os grupos de pesquisa que geraram resultados de busca obtidos com o uso dos boleadores “qualquer palavra” e “busca exata”, desconsiderando-se o boleador “todas as palavras”. Ainda foram aplicadas buscas nos campos: nome do grupo; nome da linha de pesquisa; palavra-chave da linha de pesquisa; situação: certificado e não atualizado. Outrossim, cabe ressaltar que esta base de dados não permite que a busca seja aplicada no item “objetivo”, o que porventura, pode acarretar na omissão de alguns estudos, caso os termos “arquivo pessoal”, “arquivos pessoais” estejam presente apenas nesse item.

2 ANÁLISE DOS DADOS E INFORMAÇÕES OBTIDAS NO DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ

A partir das informações obtidas por meio das consultas realizadas na base de dados do DGP/CNPq foi possível: constatar um aumento no número de grupos de pesquisa com interesse na temática dos arquivos pessoais; identificar os pesquisadores, grupos de pesquisa e as instituições envolvidas; entre outras informações relevantes para um mapeamento que possibilita ter um panorama desses estudos. Tais dados podem ser observados na tabulação do quadro abaixo:

Quadro 1 - Grupos de Pesquisa registrados no CNPq com a temática dos arquivos pessoais

Consulta Parametrizada no site do CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes

Termos de busca: arquivo pessoal e arquivos pessoais (busca exata e busca por todas as palavras)

Consultas realizadas nas datas: 14 de agosto de 2020 e 16 de agosto de 2022.

http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf.

***Identificado na busca realizada no ano de 2022**

Instituição	Grupo de Pesquisa/ Linha(s) de Pesquisa	Data de criação do grupo/ Líder(es)	Área/ Unidade acadêmica vinculada ²⁵⁶
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Imagens, Narrativas e Práticas Culturais/INARRA ²⁵⁷ Linhas de Pesquisa: ▪ Formação de pesquisadores para o uso de imagens nas Ciências Sociais; ▪ Fotografias e iconografias nas pesquisas sociais; ▪ Imagens da família; ▪ Imagens da violência; ▪ Imagens e Cultura; ▪ Imagéticas nativas (filme, acervos e hipermídia); ▪ Memória e imagens; ▪ Performance e imagem; ▪ Produção e análise de imagens fixas e em movimento.	1994 Clarice Ehlers Peixoto; Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque	Ciências Humanas; Antropologia Centro de Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
	Vida, arte, literatura: bioescritas ²⁵⁸ Linhas de Pesquisa: ▪ Acervos literários;	2014 Ana Cristina de Rezende Chiara;	Linguística; Letras e Artes; Letras. Departamento de Cultura Brasileira

²⁵⁶ As unidades foram identificadas a partir do site de cada grupo/linha de pesquisa e pelo Portal do CNPq/DGP.

²⁵⁷ Site do Grupo de Pesquisa Imagens, Narrativas e Práticas Sociais / INARRA: <https://www.inarra.com.br/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

²⁵⁸ Site do Grupo de Pesquisa Vida, arte, literatura: bioescritas: <https://bioescritas.wordpress.com/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Instituição	Grupo de Pesquisa/ Linha(s) de Pesquisa	Data de criação do grupo/ Líder(es)	Área/ Unidade acadêmica vinculada ²⁵⁶
	▪ Novos Cenários da Escrita; ▪ Poéticas da Contemporaneidade.	Marcelo dos Santos	Linguística e Teoria da Literatura
	*GHEMAT/ Rio de Janeiro - Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática²⁵⁹ Linhas de Pesquisa: ▪ A Educação Matemática na Formação Inicial e Continuada de Professores; ▪ A Matemática na Estrutura Curricular e Formação de Professores; ▪ História da Educação Matemática; ▪ Instituições, práticas educativas e história.	2019 Denise Medina de Almeida França	Ciências Humanas; Educação. Centro de Educação e Humanidades
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	G-ACERVOS - Memória, Patrimônio, Cultura, Informação em Plataformas Digitais²⁶⁰ Linhas de Pesquisa: ▪ Organização e Representação da Informação e do conhecimento; ▪ Documentos da memória cultural; ▪ Estudos memorialísticos;	2000 Zeny Duarte de Miranda; Daniel de Jesus Barcoso Cautela Branco	Ciências Sociais Aplicadas; Ciência da Informação Instituto de Ciência da Informação

²⁵⁹ Site do GHEMAT/ Rio de Janeiro - Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática: <https://ghemat-brasil.com.br/rj/>. Acesso em: 16 mai. 2022.

²⁶⁰ Não possui site.

Instituição	Grupo de Pesquisa/ Linha(s) de Pesquisa	Data de criação do grupo/ Líder(es)	Área/ Unidade acadêmica vinculada ²⁵⁶
	▪ Estudos sobre memórias, biografias e trajetórias; ▪ Informação e contextos sócio-econômicos; ▪ Informação e Saúde; ▪ Investigação em Acervos Documentais, Patrimônio Cultural e Identidade; ▪ Políticas e Tecnologias da Informação; ▪ Preservação do Patrimônio Cultural como instrumento de conscientização social ao desenvolvimento sustentável; ▪ Tecnologias da Informação; ▪ Teoria e gestão da informação e do conhecimento.		
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	GHEMAT - Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática ²⁶¹ Linha de Pesquisa: ▪ História da educação matemática	2000 Wagner Rodrigues Valente; Neuza Bertoni Pinto	Ciências Humanas; Educação Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH)
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)	Acervos e Memória da Ciência e da Tecnologia em Saúde ²⁶² Linhas de Pesquisa:	2008 Paulo Roberto Elian dos Santos;	Ciências Sociais Aplicadas; Ciência da Informação

²⁶¹ Na busca realizada em 16 de maio de 2022, o grupo consta como excluído. Site do Grupo de Pesquisa GHEMAT - Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática: <https://www.ghemat.com.br/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

²⁶² Site do Grupo de Pesquisa Acervos e memória da ciência e da tecnologia em saúde: <http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/pesquisa/arquivologia-documentacao-e-informacao>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Instituição	Grupo de Pesquisa/ Linha(s) de Pesquisa	Data de criação do grupo/ Líder(es)	Área/ Unidade acadêmica vinculada ²⁵⁶
	▪ Arquivos, memória e patrimônio documental; ▪ Cultura material, ciência e história; ▪ Gestão de documentos e arquivos em instituições de ciências e saúde.	Laurinda Rosa Maciel	Casa de Oswaldo Cruz
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Núcleo de Pesquisas e Estudos em Arquivos Contemporâneos - NUPEAC²⁶³ Linhas de Pesquisa: ▪ Arquitetura e Documentação; ▪ Arquivos digitais; ▪ Arquivos eclesiais; ▪ Arquivos empresariais; ▪ Arquivos Hospitalares: memória e cidadania; ▪ Arquivos privados e familiares; ▪ Arquivos Universitários; ▪ Marketing e Organização em Arquivos; ▪ Memória e Patrimônio; ▪ Mercado de Trabalho em Ciência da Informação.	2009 Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho; Aline Carmes Krüger	Ciências Sociais Aplicadas; Ciência da Informação Departamento de Biblioteconomia e Documentação
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Grupo de Pesquisa em Dramaturgia, Teatro e Performatividades²⁶⁴ Linhas de Pesquisa:	2010 Diógenes André Vieira Maciel;	Linguística; Letras e Artes; Letras Não identificada

²⁶³ Site do Grupo de Pesquisa Núcleo de Pesquisas e Estudos em Arquivos Contemporâneos - NUPEAC: <http://arquivos-contemporaneos.wikidot.com/>. Acesso em: 16 mai 2022.

²⁶⁴ Site do Grupo de Pesquisa em Dramaturgia, Teatro e Performatividades: <https://suap.ifpb.edu.br/bi/grupo/0925475615945570/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Instituição	Grupo de Pesquisa/ Linha(s) de Pesquisa	Data de criação do grupo/ Líder(es)	Área/ Unidade acadêmica vinculada ²⁵⁶
	▪ Memória do teatro paraibano; ▪ Pesquisas comparadas, intermedialidade e performances.	Nayara Macedo Barbosa de Brito	
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Núcleo de Curadoria Digital²⁶⁵ Linhas de Pesquisa: ▪ Acesso e Uso da Informação Digital; ▪ Análise de Redes Sociais; ▪ Comportamento Informacional; ▪ Curadoria e Preservação Digital; ▪ Dados Abertos Conectados; ▪ Fundamentos, modelos e métodos para a organização da informação; ▪ Gestão de Documentos Arquivísticos; ▪ Políticas de Acesso à informação e Políticas Culturais; ▪ Repositórios Digitais.	2010 Sandra de Albuquerque Siebra; Thais Helen do Nascimento Santos	Ciências Sociais Aplicadas; Ciência da Informação Departamento de Biblioteconomia
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	GECIMP (Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio)²⁶⁶ Linhas de Pesquisa:	2011 Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira;	Ciências Sociais Aplicadas; Ciência da Informação

²⁶⁵ Instagram do Grupo de Pesquisa Núcleo de Curadoria Digital <https://www.instagram.com/nucleodecuradoriadigital/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

²⁶⁶ Site do Grupo de Pesquisa GECIMP (Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio): <http://gecimp.com.br/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Instituição	Grupo de Pesquisa/ Linha(s) de Pesquisa	Data de criação do grupo/ Líder(es)	Área/ Unidade acadêmica vinculada ²⁵⁶
	▪ Informação, Memórias e Patrimônio Imaterial; ▪ Informação, Memória, Cultura e Patrimônio.	Ana Cláudia Cruz Córdula	Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Campus I
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Laboratório de Projeto, Ensino e Memória (LaPEM) ²⁶⁷ Linhas de Pesquisa: ▪ Conservação e restauração da arquitetura e de sítios urbanos: história, teoria e projeto; ▪ História da arquitetura e da cidade: investigações críticas e novas narrativas; ▪ Tecnologias para a criação, representação e gestão da arquitetura e da cidade.	2015 Pedro Murilo Gonçalves de Freitas	Ciências Sociais Aplicadas; Arquitetura e Urbanismo Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação ²⁶⁸ Linhas de Pesquisa: ▪ Culturas Políticas e Sociabilidades; ▪ Educação, Culturas, Humanidades PPGEDU/UFRGS; ▪ Educação, História e Políticas;	2018 Doris Bittencourt Almeida; Maria Teresa Santos Cunha	Ciências Humanas; Educação Faculdade de Educação

²⁶⁷ Site do Grupo de Pesquisa Laboratório de Projeto, Ensino e Memória (LaPEM): <http://dau.ufs.br/pagina/20966-laboratorio-de-projeto-ensino-e-memoria>. Acesso em: 15 ago. 2020.

Site Rede de Pesquisa Patrimônio Histórico + Cultural Iberoamericano: <https://phi.aq.upm.es/static/>. Acesso em: 16 mai. 2022.

²⁶⁸ Site do Grupo de Pesquisa Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação: https://www.listas.unicamp.br/mailman/listinfo/ridphe_1 e <https://www.arquivospessoais.com/>. Acesso em: 16 mai. 2022.

Instituição	Grupo de Pesquisa/ Linha(s) de Pesquisa	Data de criação do grupo/ Líder(es)	Área/ Unidade acadêmica vinculada ²⁵⁶
	▪ Formação, Políticas e Práticas em Educação; ▪ História e Filosofia da Educação; ▪ História e Historiografia da Educação; ▪ Instituições, práticas educativas e história; ▪ Práticas Escolares e não-escolares de leitura e escrita; ▪ Teorias e práticas da performance.		
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Sociedade, Memória e Poder²⁶⁹ Linhas de Pesquisa: ▪ Arquivos privados; ▪ Coleções e Colecionismo; ▪ Documento e suas concepções históricas; ▪ História da Biblioteconomia, da Bibliografia e da Documentação; ▪ Informação, Cultura e Sociedade; ▪ Memória, identidade e informação: relações de poder; ▪ O Livro: material e símbolo; ▪ Patrimônio e Sociedade.	2018 Carlos Henrique Juvêncio da Silva	Ciências Sociais Aplicadas; Ciência da Informação Instituto de Artes e Comunicação Social / Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

²⁶⁹ No ano de 2020 durante a busca apareceu a linha de Pesquisa intitulada “Arquivos pessoais e institucionais”, porém na busca realizada no ano de 2022 esta linha de pesquisa não apareceu. Site do coordenador responsável pelo grupo: <https://www.professores.uff.br/carlosjuvencio/>. Acesso em: 16 mai. 2022.

Instituição	Grupo de Pesquisa/ Linha(s) de Pesquisa	Data de criação do grupo/ Líder(es)	Área/ Unidade acadêmica vinculada ²⁵⁶
Universidade Federal de Goiás (UFG)	*Grupo de Pesquisa em Memória e História da Dança ²⁷⁰ Linhas de Pesquisa: ▪ Historiografias de dança no/em/do Brasil - Danças daqui; ▪ Historiografias hegemônicas e não- hegemônicas: teoria da história, metodologias, epistemologia e história da arte.	2019 Rafael Guarato dos Santos	Linguística, Letras e Artes; Artes Faculdade de Educação Física e Dança
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	*Acervos Privados e Pessoais: Memórias, Políticas e Patrimônio (Grupo APP) ²⁷¹ Linhas de Pesquisa: ▪ Indivíduos e seus documentos; ▪ Instituições (d)e custódia de arquivos privados e pessoais	2021 Patricia Ladeira Penna Macêdo; Renato Crivelli Duarte	Ciências Sociais Aplicadas; Ciência da Informação Escola de Arquivologia [?]
Total de instituições: 13 Total de grupos de pesquisa: 15 Período de criação dos grupos de pesquisa: 1994 – 2021.			

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A interpretação destes dados, a partir de uma análise qualitativa nos permite inferir que no ano de 2020 os resultados de busca retornaram apenas 11 grupos com investigações sobre o tema dos arquivos pessoais; já em 2022, os resultados geraram a contabilização de 15 grupos, que estão inseridos em 13 instituições públicas de ensino e/ou pesquisa, sendo 11 federais e 02 estaduais;

²⁷⁰ Site do Grupo de Pesquisa em Memória e História da Dança: <https://descentradxs.hypotheses.org/>. Acesso em: 16 mai 2022.

²⁷¹ Não possui site.

e apenas 01 instituição, não é uma universidade. A concentração destas instituições por região territorial está configurada da seguinte forma: 05 no sudeste (UERJ, UFF, UNIRIO, FIOCRUZ, UNIFESP), 05 no nordeste (UEPB, UFPE, UFPB, UFS, UFBA), 02 no sul (UFSC, UFRGS), 01 no centro-oeste (UFG), e nenhuma instituição na região norte. Acerca da concentração dos grupos de pesquisa, o sudeste é a região com maior número de grupos de pesquisa, com 07 no total; e a UERJ é a instituição que possui mais grupos registrados, 03 no total, e o grupo com registro mais antigo, também é desta instituição, datado do ano de 1994.

Outro dado relevante nesse mapeamento diz respeito à identificação de outras áreas do conhecimento com interesse pela temática dos arquivos pessoais. Além da Arquivologia, foram detectados grupos cuja área ou departamentos integram as Ciências Humanas (Antropologia; Educação; Filosofia, [sendo dois com foco na Matemática]); a Linguística/Letras e Artes (Cultura Brasileira Linguística, Teoria da Literatura; o Teatro; Educação Física e Dança); as Ciências Sociais Aplicadas (Arquitetura e Urbanismo; Ciência da Informação-Biblioteconomia e Documentação). Dos 15 grupos de pesquisa identificados, apenas 07 podem ser relacionados diretamente à área da Ciência da Informação, e têm relação direta com a Biblioteconomia ou a Arquivologia quais sejam: G-ACERVOS - Memória, Patrimônio, Cultura, Informação em Plataformas Digitais; Acervos e Memória da Ciência e da Tecnologia em Saúde; Núcleo de Pesquisas e Estudos em Arquivos Contemporâneos – NUPEAC; Núcleo de Curadoria Digital; GECIMP (Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio); Sociedade, Memória e Poder; Acervos Privados e Pessoais: Memórias, Políticas e Patrimônio (Grupo APP). Destes, o primeiro grupo de pesquisa diretamente vinculado à Ciência da Informação foi iniciado no ano 2000, e é coordenado pelos pesquisadores Zeny Duarte de Miranda e Daniel de Jesus Barcoso Cautela Branco, da Universidade Federal da Bahia.

Tal situação evidencia que a documentação oriunda dos arquivos pessoais não é exclusiva da Arquivologia, e que pode haver uma aproximação interdisciplinar e interlocução entre os estudos de outras áreas do conhecimento, que utilizem tais conjuntos documentais em suas pesquisas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação de “zonas de penumbra” (CAMARGO; GOULART, 2007) e questões teóricas que balizam os estudos sobre arquivos pessoais são importantes de serem discutidas. Assim como a singularidade e as características

próprias desses conjuntos, que não podem ser enquadrados nos moldes da arquivística voltada para os documentos produzidos no meio institucional.

No âmbito do conhecimento científico, um determinado objeto de pesquisa vai se adensando e ganhando prestígio, quando este adquire visibilidade, e se torna cada vez mais investigado. Nesse sentido seria relevante a criação de uma rede de pesquisadores interessados no tema, o que possibilitaria que eles estivessem conectados e articulados, para que cada vez mais, suas pesquisas fossem divulgadas, o tema discutido e propagado. Tal rede tem potencial para ser internacional e multidisciplinar, e englobaria pesquisadores de diferentes países e áreas interessados na mesma temática. Além de ser uma parceria que possibilitaria outras perspectivas e olhares, a partir de diferentes áreas do conhecimento que tem como objeto e fonte de pesquisa os arquivos pessoais.

Um contratempo que dificulta o reconhecimento destas pesquisas é a existência de múltiplas denominações atribuídas aos arquivos pessoais, que dependendo da área do conhecimento, o associa e/ou o define com variadas nomenclaturas, tais como: memória, memória cultural, patrimônio documental, cultura documental, representação social, registro informacional, arquivo(s) privado(s), arquivo particular, acervo(s) pessoal(is), acervo(s) familiar(es), arquivo familiar, arquivo (seguido do nome da pessoa), coleção (seguido do nome da pessoa), acervo (seguido do nome da pessoa), fundo (seguido do nome da pessoa), biografia, etnobiografia, narrativa, narrativa (auto)biográfica, escrito(s) biográfico(s)/autobiográfico(s), autobiografia, identidade, história(s) de vida, história intelectual, personalidade(s), entre outros.

Certamente todos esses vocábulos possuem relação com a documentação denominada arquivo pessoal e há que se levarem em consideração as questões temporais, linguísticas e conflitos teóricos por trás do uso de cada uma dessas nomenclaturas, sendo fundamental contextualizá-las para compreender as motivações de cada uma dessas definições terminológicas. Cabe ressaltar que a questão da inconsistência na terminologia ao se referir aos arquivos pessoais, não é algo que ocorre apenas no Brasil. A fragmentação e a dispersão desse termo também acontecem em outros países (OLIVEIRA, 2012), por exemplo, nos de língua inglesa onde estes conjuntos são principalmente referenciados com as seguintes denominações: *personal papers*, *personal archives*, *manuscripts*, *family papers*, *collection* (antecedido ou sucedido do nome da pessoa), *papers* (sucedido do nome da pessoa), *archive* (antecedido do nome da pessoa); já em francês encontramos as terminologias: *archives personnelles*, *archives familiales*, *archive privée*, *fonds* (sucedido do nome da pessoa), *papiers* (sucedido do nome da

pessoa). Esta dispersão terminológica²⁷² pode ser entendida como um obstáculo à identificação e ao agrupamento de pesquisas que podem se complementar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretório dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)**. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp/home>. Acesso em: 16 mai. 2022.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2007. 316 p. Edição bilíngue: português e inglês.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

VAM DE BERG, Thayane Vicente. **Arquivos de Artistas Plásticos**: o processo de criação artística nos documentos de Rubens Gerchman. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

²⁷² Em levantamento realizado na revista *Arquivo & Administração*, nos números publicados entre 1972 a 2014, foram identificados diversos termos utilizados para denominar os arquivos pessoais, sendo possível constatar que os principais termos utilizados na década de 1970 até os anos 1990 eram: “arquivo de pessoas, arquivo privado e arquivo particular”, ou “estes termos [eram suprimidos] e [nomeava-se] diretamente o arquivo com o nome do seu produtor, de modo a entender que se tratava de um arquivo de pessoa física” (VAM DE BERG, 2016, p. 36).

PARTE XV

ARQUIVOS PESSOAIS E PRIVADOS: PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO, TRATAMENTO E USOS

PROVAS DE NÓS: POR QUE E COMO PRESERVAR FOTOGRAFIAS EM ARQUIVOS DOMÉSTICOS?

Laura Mie de Azevedo Nicida (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),

Bruno Ferreira Leite (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Sue McKemmish (2014) deve o título de seu artigo “Provas de mim” a uma passagem do romance "Ever After" de Graham Swift. Em consonância, devemos o título deste trabalho à obra de Sue McKemmish. Todavia, aqui não trataremos só de “provas de mim”, mas também de "provas de nós", ao pensarmos na acumulação de fotografias no âmbito pessoal e de famílias e, mais especificamente, sobre sua organização, preservação e a importância destes para a memória familiar como documentos que comprovam existências e resistências.

Em 11 de março de 2020 o surto do novo coronavírus foi caracterizado como uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde fazendo com que diversas pessoas no mundo entrassem em isolamento a fim de frear o avanço do vírus (OPAS, s.d). Nesse longo período surgiu uma necessidade da autora deste artigo de compartilhar fotografias entre membros de sua família que não estavam isolados na mesma residência. A atividade começou sem pretensões de preservação a longo prazo, entretanto, em determinado momento surgiu a vontade e a necessidade de disponibilizar e preservar o conjunto de fotografias de uma maneira mais eficiente. Somado a isso, foi percebido que muitas

informações já não eram tão "óbvias". Algumas foram totalmente ou parcialmente esquecidas e alguns álbuns estavam em estado de deterioração avançado.

Durante os anos de 2020 e 2021, além da preocupação com o coronavírus, uma exposição de violências contra pessoas racializadas foi crescendo ao redor do mundo a partir de, por exemplo, os assassinatos de George Floyd (BBC, 2020), João Pedro (COELHO et al, 2020), o ataque a centros de massagem em Atlanta (O GLOBO; AGÊNCIAS INTERNACIONAIS, 2021), dentre outros. Em contrapartida, houve uma onda de protestos antirracistas no Brasil e no mundo. Nesse sentido, foi colocado como fundamental para este estudo compreender questões inerentes à memória de grupos vistos como "minorias" na sociedade.

Foi então escolhido como objeto do estudo o acervo da família "Azevedo Nicida", sob a justificativa de esta ter fomentado o desenvolvimento do trabalho em um período de difícil acesso a outros acervos e, especialmente, por se tratar de uma família afro-nipo-brasileira. Elaboramos como objetivos (1) compreender e evidenciar a importância da preservação de fontes orais e fotográficas de modo integrado; (2) demonstrar métodos de organização de acervos fotográficos com recursos humanos e materiais limitados, trazendo então o como e o porquê preservar e tornar acessíveis fotografias pessoais e familiares em âmbito doméstico; e (3) refletir sobre a importância da memória familiar e dos indivíduos, sobretudo em um contexto pandêmico.

O estudo também busca ser instrumento de auxílio para membros da sociedade civil e aos colegas arquivistas atuantes nessa área na árdua tarefa da preservação de fotografias e da memória de suas famílias de modo mais acessível possível, apresentando uma metodologia possível para, além de auxiliar, aproximar a sociedade da Arquivologia.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, com um estudo de caso na qual foram traçados paralelos entre a bibliografia acadêmica sobre organização de acervos e a experiência de organização do objeto do estudo de caso, o acervo fotográfico da família "Azevedo Nicida", refletindo para além do "como preservar": o porquê preservar.

3 POR QUE PRESERVAR

A preservação pode ser entendida como "prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico" (ARQUIVO NACIONAL, 2015, p. 135). Em

perspectiva teórica e ideal, um trabalho de preservação nunca terá fim, pois pode ser entendido como um processo contínuo que demanda tempo, dedicação, investimentos e apoio (SILVA, 2011). Leite (2021) destaca ainda que "é necessário observar que não é possível preservar um bem material em seu estado original para sempre, o que leva a escolhas sobre como, o quê, por que, para quem e até quando preservar" (LEITE, 2021, p. 49).

3.1 Memória, sociedade e o papel dos arquivos

Nelson Mandela define a luta contra o Apartheid na África do Sul como a "luta entre a memória e o esquecimento [...] [onde por um lado existe o] ímpeto de contar uma história, de atestar, de memorializar [e por outro lado existem os] movimentos de 'eliminar memória', nos atos de 'memoricídio'" (MCKEMMISH, 2014, p. 21). A fim de destacar a importância da preservação para a disputa entre memórias é relevante entender como essa preservação de fontes interfere no produto da "história oficial" e que esta pode sofrer modificações no decorrer das críticas e mudanças na sociedade de acordo com o produto da luta entre memória e esquecimento apontado por Mandela. Marques et al (2008) destacam o papel da história nos objetos de análise de saúde pública. Trazemos, então, em consideração a responsabilidade do arquivista de gerir e preservar documentos referentes às atividades desempenhadas por entidades públicas e privadas.

Mbembe (2020), destaca a necropolítica durante os períodos dos "estados de exceção", mas para além disso, a atuação multifacetada desta que "pode ser identificada desde o agente de polícia que mata o jovem negro que segura uma sombrinha até a não estruturação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento dos graves desdobramentos da pandemia de coronavírus" (MELO; RODRIGUES, 2021, p. 145). É possível observar como a "necropolítica e racismo estrutural agravam a condição de vulnerabilidade das populações negras" (MELO; RODRIGUES, 2021, p. 135) durante a pandemia da Covid-19, onde a

necropolítica de Estado, potencializada pelo racismo estrutural que baliza nossa sociedade não foi arrefecida pela errônea leitura de que o [corona]vírus teria um caráter democrático ao atingir ricos ou pobres, brancos ou pretos. Pelo contrário, o contexto tem revelado que ações necropolíticas e racistas foram aprofundadas. **A necropolítica aparece justamente no fato de que o vírus não afeta a todos de maneira igual.** (MELO; RODRIGUES, 2021, p. 135, grifo nosso)

A memória é um território em disputa constante que mostra uma necessidade, igualmente constante, de “revisão (auto)crítica do passado” (POLLAK, 1989, p. 4). Por exemplo, a tentativa de apagamento dos povos originários, ou como diz Jecupé (2020), “a tarefa de apaziguar o branco” (p. 63), se dá do Brasil colônia até hoje, tal qual em 2021 com a aprovação do Projeto de Lei 490/2007, também conhecido como “Marco Temporal” (ALBUQUERQUE, 2021; CARTA CAPITAL, 2021), tendo em vista que 114 indígenas vivem isolados da sociedade espontaneamente respaldados pela Constituição Brasileira de 1988, e com a aprovação do Projeto esse direito previsto será colocado em risco, abrindo as portas para seu genocídio (ALESSI, 2021). Tal fato demonstra não só a “vontade de memória”, mas a necessidade de memória para a luta de resistência/sobrevivência de um grupo e para a garantia de seus direitos previstos constitucionalmente.

Para Kaká Werá Jecupé (2020), a história do Brasil foi contada a partir da memória cultural dos povos originários. A história do desenvolvimento da humanidade contada pelo autor é uma história diferente da contada por: muçulmanos no Alcorão, por cristãos na Bíblia, por peelistas na Perfect Liberty, por budistas no Budismo, por historiadores em suas pesquisas, por físicos em suas teorias, por biólogos em suas experimentações...

Enfim, essas perspectivas são muitas vezes completamente diferentes, entretanto, podem não ser auto-excludentes e, sobretudo, deveriam coexistir pacificamente em um ambiente de respeito pela identidade de cada grupo (SAID, 2007). Um exemplo pode ser visto no texto do físico Stephen Hawking (2015) onde é afirmado que “um universo em expansão não impede que haja um criador, mas impõe limites sobre quando esse trabalho pode ter sido executado!” (HAWKING, 2015, p. 20)

Edward Said (2007) faz críticas ao termo “orientalismo” por se tratar de uma invenção superficial de “identidades coletivas para multidões de indivíduos que na realidade são muito diferentes” (SAID, 2007, p. 25). Por ser um autor palestino, Said tem um enfoque maior em questões inerentes ao Oriente Médio, mas considera neste trabalho também os asiáticos do Leste e parte da Ásia Central.

A propagação de notícias (“verdadeiras” ou falsas) e posições do governo brasileiro durante o período de pandemia da Covid-19 adquiriram muitas vezes posições sinofóbicas que afetaram não só a comunidade chinesa, como também qualquer pessoa que tivesse fenótipo “semelhante”. Kohatsu et al (2021) selecionou 40 publicações com conteúdos diversos sobre sinofobia e coronavírus e Yamanaka (2021) fez uma análise do discurso noticioso durante a pandemia e algumas de suas repercussões nas redes sociais demonstrando o

quanto a interpretação de uma notícia, e sobretudo como ela é produzida pelos veículos de comunicação, tem o poder de instigar ou não propagações de notícias que faltam com a verdade ou têm dúbia interpretação e, por sua vez, “podem abrir espaço para [...] práticas de discriminação racial” (YAMANAKA, 2021, p. 125). Isto é, conseguir interpretar o contexto da produção de uma notícia é importante para entender de fato qual o seu objetivo (o que não é diferente para os arquivos).

É preciso destacar a complexa relação entre a informação arquivística e o Estado onde essa informação “reflete e fornece elementos à construção de uma racionalidade estatal” (JARDIM, 1999, p. 47). A informação é, ou deveria ser, um elo entre o Estado e a sociedade; visto que “os arquivos constituem um mecanismo de legitimação do Estado e simultaneamente agências do poder simbólico” (JARDIM, 1999, p. 37). O arquivo é a materialização de uma representação sobre o que já aconteceu, é a tentativa de “parar o tempo”, logo, negar o arquivo é negar o passado (MBEMBE, 2002). É possível inferir que existe uma espécie de dicotomia onde não existe Estado sem arquivos e a existência dos arquivos é uma ameaça ao Estado.

Jimerson (2007) considera que os arquivos têm um potencial de poder, e que o arquivista, ao invés de negá-lo, deveria abraçá-lo. Esse potencial se faz presente em algumas situações, e, dentre elas, destacamos a relacionada à justiça social onde o verdadeiro propósito do arquivista ganha visibilidade, visto que se não for para ser útil para a sociedade qual seria o real propósito de se acumular e preservar uma quantidade massiva de registros arquivísticos? De acordo com Michelle Caswell (2014), os direitos humanos e seus objetivos têm um aspecto crucial na prática e no conhecimento arquivístico, isto é, no modo como o arquivista irá pensar os arquivos, o que ele representará, quem representará e para quem ele será representado.

O papel dos arquivos se fez (ou poderia ter sido feito) presente em diversos eventos da humanidade: Primeira Guerra Mundial, Holocausto, Apartheid, Ditadura no Chile, Golpe Militar de 1964 no Brasil, escravidão, imperialismo etc. Tais eventos confirmaram a importância do ativismo do arquivista na divulgação de materiais de direitos humanos, de modo que a democracia seja sustentada, que as vítimas do passado sejam (no mínimo) reconhecidas, que aqueles que cometeram crimes contra os direitos humanos sejam punidos, que aquilo que aconteceu antes não volte a acontecer, que a busca por uma igualdade de direitos humanos em uma escala global e pela convivência dos povos humanos seja finalmente alcançada (QUINALHA, 2013).

A fotografia, como um documento de arquivo, não é diferente para os processos de (re)construção das identidades. Tal como os documentos textuais, a fotografia pode ser entendida como um espaço de autorreflexão dos indivíduos enquanto parte de um grupo (família e sociedade) (CAETANO, 2007).

4 COMO PRESERVAR

De acordo com o BPM CBOK (2013) “processo é uma agregação de atividades e comportamentos executados por humanos ou máquinas para alcançar um ou mais resultados” (p. 35). *Business Process Management* (BPM), Gestão de Processos de Negócio ou, simplesmente, Gestão de Processos é mais comumente utilizado em administração de empresas, mas pode ser útil para qualquer atividade que necessite de eficiência e planejamento.

Sendo assim, para começar a atividade de preservação foi feito um planejamento do que se pretendia atingir como objetivos, a partir de um desenho de processos (fluxograma) feito em conjunto com a “equipe” composta pelo próprio núcleo familiar custodiador. Destaco o grau de proximidade da equipe de planejamento com o acervo porque ao final do trabalho de organização foi compreendido que não existe ninguém melhor que o próprio produtor para a organização de seus próprios documentos. Caso existam aportes teóricos e auxílio de pessoas dispostas a conhecer e compreender, parafraseando Nora (1993): a vontade e o dever da memória fará de cada um o arquivista de si mesmo.

A metodologia adotada para a base da organização seguiu o “princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras” (ARQUIVO NACIONAL, 2015, p. 136). Não foram definidos terminologicamente quais conjuntos de documentos seriam considerados “fundos”, e sim considerada a família como custodiadora de documentos produzidos por três categorias de proveniências: (1) núcleos de constituições familiares antecessoras; (2) documentos produzidos pela família custodiadora e, além disso, foram considerados também (3) uma esfera mais individual dos membros (BELLOTTO, 2006).

A história não é feita somente com os documentos que nascem históricos, mas também com uma infinidade de documentos do cotidiano decorrentes de atividades diversas, isto é, o documento não faz sentido sozinho, é importante existir uma contextualização (BELLOTTO, 2006). No caso dos Arquivos Permanentes, essa contextualização se dará através do arranjo e descrição e para isso é necessário fazer a identificação do contexto de

produção dos documentos. Tal etapa consistiu em um mapeamento da árvore genealógica (a qual será considerada uma espécie de quadro de arranjo), visto que “quando elaboramos uma árvore genealógica estamos narrando histórias de vida, ao mesmo tempo em que estamos representando o social” (ROSO, 2010, p. 388).

A História Oral pode ser definida como “um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, e visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo” (ALBERTI, 2013, p. 24). Para o nosso caso, foram testadas duas formas de uso da História Oral: na primeira foram feitas ligações de voz²⁷³, e na segunda foram utilizadas as ferramentas de mensagem instantânea via aplicativo WhatsApp. Isto é, era enviada uma cópia do representante digital da fotografia e a pessoa entrevistada fazia a identificação do material enviado. A partir dessa identificação de contexto²⁷⁴ foi traçada então certa cronologia das fotografias.

Após a atividade de arranjo, foi imprescindível a descrição para que o acesso fosse possível. Sendo assim, as fotografias inseridas em álbuns foram legendadas nos próprios álbuns com o objetivo de um fácil entendimento no momento do manuseio. Como o projeto de organização deste acervo contou com a etapa de digitalização, foram adicionados metadados com o uso do *software Adobe Bridge*. A descrição então sumarizou as informações coletadas durante as entrevistas, pesquisas e conhecimento prévio dos organizadores do acervo.

Como o objetivo do projeto de organização pretendia disponibilizar o acesso das fotografias para outras pessoas que não tinham a possibilidade de acessá-las de forma presencial durante a pandemia da Covid-19, foi utilizado um scanner de impressora Multifuncional, sendo as digitalizações salvas em um HD externo e, após todas as etapas de descrição, foram disponibilizadas para acesso no *Google Fotos* e no *Facebook* em grupos privados entre os membros da família interessados.²⁷⁵

No filme “*Slow Fires: On the Preservation of the Human Record*” (1987) é feita uma analogia entre o filme *Titanic* (1997) e a salvaguarda de acervos, onde dada a iminente tragédia da colisão do navio *Titanic* com um

²⁷³ Devido ao contexto de pandemia, não foram feitas entrevistas presenciais

²⁷⁴ Essa etapa de identificação de contexto contou com outros processos que podem ser encontrados em Nicida (2021)

²⁷⁵ Outras formas de digitalização e detalhes desses processos podem ser encontrados em: <https://ims.com.br/eventos/a-imagem-digital-no-contexto-pessoal/>. Acesso em: 11 de abr. 2022

iceberg foi determinado que as mulheres e as crianças seriam salvas nos botes. Esta será então a lógica levada para os acervos domésticos, visto que preservar " [...] requer avaliação e estabelecimento de prioridades. Deve-se reconhecer que escolhas precisam ser feitas; processos, planejados; estruturas, levantadas; ações, realizadas continuamente" (LEITE, 2021, p. 86).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivos são conjuntos de documentos com caráter probatório e memorial. Foi compreendido então que os arquivos domésticos constituem provas da existência de indivíduos e grupos. Autoconhecimento é informação e informação é poder, poder este fundamental para a reivindicação de direitos enquanto parte de uma sociedade e "mais que um 'lugar de memória familiar', os álbuns forjam um espelho social que reflete imagens de um passado construído com os olhos no presente" (RENDEIRO, 2010, p. 8).

A tarefa de tornar os arquivos acessíveis em qualquer esfera não é possível sem apoio, mas é necessária uma postura de ser um arquivista ativo, que disponibiliza o acesso dos documentos de modo que a informação contida nestes alcances a população de fato, fomentando então o status de instituições arquivísticas como instituições cada vez mais abertas à sociedade.

Tais ações de acessibilidade visam não "só" manter a própria razão de ser de um arquivo como um registro de prova, e do papel da informação arquivística como o elo entre Estado e sociedade, mas assim como também da manutenção da democracia e da garantia de direitos da própria sociedade, dos povos que lutam e resistem. Recomendamos aqui então, cada vez mais, a aproximação da Arquivologia com a sociedade de forma direta, pois, dessa maneira, a área tenderá a se desenvolver cada vez mais. Enfatizamos aqui o papel da memória que ajuda "a dar sentido à nossa existência; ela nos faz tornar cidadãos, compreender melhor o mundo, e a compreender quem somos" (FELIZARDO; SAMAIN, 2007, p. 213).

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. [s.l.] : Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE, Flávia. Guaranis protestam contra projeto que dificulta demarcação de terras. **Agência Brasil**, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-06/guaranis-protestam-contra-projeto-que-dificulta-demarcacao-de-terras>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

ALESSI, Gil. Indígenas isolados no Brasil entram em risco de extinção com avanço de projeto na Câmara. **El País**, Brasil, 2021. Disponível em:

<<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-02/indigenas-isolados-no-brasil-entram-em-risco-de-extincao-com-avanco-de-projeto-na-camara.html>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL) (ORG.). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro. 2015.

BBC. Caso George Floyd: morte de homem negro filmado com policial branco com joelhos em seu pescoço causa indignação nos EUA. **G1**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BPM CBOK. **Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio: Corpo Comum de Conhecimento**. 1. ed. Brasil: ABPMP, 2013.

CAETANO, Ana. Práticas Fotográficas, Experiências Identitárias: a fotografia privada nos processos de (re)construção das identidades. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 55, p. 69–89, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1114>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

CARTA CAPITAL. Indígenas guarani bloqueiam rodovia em protesto contra PL 490. **Carta Capital**, Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/indigenas-guarani-bloqueiam-rodovia-em-protesto-contr-pl-490/>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

CASWELL, Michelle. Defining human rights archives: introduction to the special double issue on archives and human rights. **Arch Sci** 14 (2014): 207–13.

COELHO, Henrique; JÚNIOR, Eudes; PEIXOTO, Guilherme; **G1 RIO; TV GLOBO**. Menino de 14 anos morre durante operação das polícias Federal e Civil no Complexo do Salgueiro, RJ. **G1**: Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

FELIZARDO, Adair; SAMAIN, Etienne. A fotografia como objeto e recurso de memória. **Discursos fotográficos**, Londrina, v. 3, n. 3, p. 205–220, 2007.

HAWKING, Stephen. **Uma breve história do tempo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói. 1999.

JECUPÉ, Kaká Werá. **A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis Ltda, 2020.

JIMERSON, Randall C. Archives for All: Professional Responsibility and Social Justice. **The Society of the American Archivist**, Chicago, v. 70, p. 252–281, 2007.

KOHATSU, Lineu Norio; SAITO, Gabriel Katsumi; ANDRADE, Patrícia Ferreira de; **Imigração, Mídia e Xenofobia: A Ameaça Imaginária em Questão**, p. 125 -146. In: Teoria Crítica, Violência e Resistência. São Paulo: Blucher, 2021. Disponível em: <[openaccess.blucher.com.br/article-details/ 07-22542](https://openaccess.blucher.com.br/article-details/07-22542)>. Acesso em: 23 jan. 2022.

LEITE, Bruno Ferreira. **O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MARQUES, Maria Cristina Costa; MARCÍLIO, Maria Luiza; BERRIDGE, Virgínia. História e saúde: um diálogo sobre a epidemia de Aids/HIV. **Ciência, Cuidado E Saúde**, v. 1, n. 1, p. 185–188, 2008.

MBEMBE, Achille. The power of the Archive and its Limits. **Refiguring the Archive**. Africa: Kluwer Academic Publishers, 2002. p. 19–26.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: n-edicoes, 2020.

MCKEMMISH, Sue. **Provas de mim... novas considerações**. In: ISABEL TRAVANCAS; JOËLLE ROUCHOU; LUCIANA HEYMANN (org.). Arquivos Pessoais. Reflexões Multidisciplinares e Experiências de Pesquisa. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 17–43.

MELO, André de Oliveira Sena; RODRIGUES, Mariana Nogueira. Pandemia e Estado Micropolítico: um ensaio sobre as Políticas Públicas e o agravamento das vulnerabilidades da população negra frente ao COVID-19. **Revista Fim do Mundo**, São Paulo, n. 4, p. 133–154, 2021.

NICIDA, Laura Mie de Azevedo. **Provas de nós: por que e como preservar fotografias em arquivos domésticos?** 2021. 133f. Monografia (Graduação Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, p. 7–28, 1993.

O GLOBO; AGÊNCIAS INTERNACIONAIS. Ataques a centros de massagem em Atlanta deixam 8 mortos, incluindo 6 mulheres de ascendência asiática. **O Globo**. Estados Unidos da América, 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/ataques-centros-de-massagem-em-atlanta-deixam-8-mortos-incluindo-6-mulheres-de-ascendencia-asiatica-24928504>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

PEDERSOLI JR, José Luiz; AN TOMARCHI, Catherine; MICHALSKI, Stefan. **Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico**. Roma: ICCROM, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de transição**: contornos do conceito. São Paulo: Outras expressões; Dobra Editorial, 2013.

RENDEIRO, Márcia Eliza Lopes Silveira. Álbuns de família – Fotografia e Memória; Identidade e Representação. Rio de Janeiro. Anais do XIV encontro regional de história da ANPUH-RIO: memória e patrimônio, 2010. Disponível em:

<<http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/site/anaismplementares#M>>.

Acesso em: 23 jan. 2022.

ROSO, Adriane. Psicologia e história: acerca da construção de árvores genealógicas ou como retomar lembranças de família em sociedades de rede. **Psico**, Santa Maria, v. 41, n. 3, p. 385– 392, 2010.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. 1. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SANDERS, Terry. “Slow Fires” On the preservation of the human record”. Documentário. **American Film Foundation**, 1987.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação: um cenário em arquivos e bibliotecas. **Verbo de Minas: letras**, Juiz de Fora, v. 11, n. 19, jan./ jul.2011. Disponível em:

<<https://seer.cesjf.br/index.php/verboDeMinas/article/view/360>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

TITANIC. Direção: James Cameron. Estados Unidos da América: Paramount Pictures; 20th Century Fox, 1997. Streaming, Star+.

YAMANAKA, Juliana Harumi Chinatti. Covid-19: a racialização dos significados sobre a origem de um vírus. **Gláuks - Revista De Letras E Artes**, 2021.

DOCUMENTOS IDENTITÁRIOS EM ARQUIVOS PESSOAIS INSTITUCIONALIZADOS

Marcela Virginia Thimoteo da Silva (Universidade Federal Fluminense)

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é examinar como estão identificados e descritos nos arquivos pessoais institucionalizados os documentos identitários que representam a experiência comum de qualquer cidadão brasileiro nas suas interações com o Estado e a sociedade.

Os documentos identitários, de acordo com Camargo (2009, p.37) são “em acepção restritiva, cédulas de identidade, títulos eleitorais, passaportes e outros itens similares”. Eles são regulares, com fórmulas de redação e estruturação do texto estáveis, padronizados pelas regras jurídicas “sob as quais se desenvolvem as relações do indivíduo, Estado e sociedade” (CAMARGO, 2009, p. 34).

O documento identitário se configura como um registro da singularidade de cada pessoa, uma descrição precisa – através de dados biográficos e dados biométricos – que deve corresponder a um único indivíduo em cada ato que necessite comprovação da identidade do portador. (SILVA, 2021, p.149-150)

Desta forma, por meio da verificação da extensa e complexa legislação brasileira do período republicano, entre 1890 e 2020, selecionamos três documentos identitários para realizar nossa pesquisa.

Destacamos o Decreto Federal nº 10.063, de 14 de outubro de 2019, que estabelece o compromisso nacional pela erradicação do sub-registro civil

de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica e a Lei Federal nº 12.037, de 01 de outubro de 2009, que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal. O decreto e a lei têm em comum, entre os documentos listados para a identificação civil e considerados básicos, a Carteira de Identidade e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

A Carteira de Identidade ou Registro Geral (RG) – “que prova quem é cidadão de modo legalístico e abstrato” (DAMATTA, 2002, p. 54) foi criada em 1907 no âmbito do Gabinete de Identificação e Estatística, órgão da Polícia do Distrito Federal. Somente em 1983, com as leis nº 7.116, de 29 de agosto e nº 89.250 de 27 de dezembro, foi de fato assegurada a validade nacional das carteiras de identidade e regulamentada sua expedição pelos estados.

A CTPS foi instituída com a denominação Carteira Profissional em 1932, por meio do decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932. Com a sanção da Consolidação das Leis do Trabalho (BRASIL, 1943), a Carteira Profissional passa a ser obrigatória para exercício de qualquer emprego ou serviços remunerados. Na década de 1960 ela é denominada Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ampliando o direito à obtenção a previdência social. (BRASIL, 1969) Além de uma evidência trabalhista, cuja função é registrar as relações ou contratos de trabalho, comprovar vínculos entre empregado e empregador, a CTPS também pode ser usada como identificação civil (BRASIL, 1967).

O documento obrigatório selecionado em nossa pesquisa é o Título de Eleitor que se caracteriza como um documento de identificação obrigatório no exercício do direito político do voto. Foi instituído em 1890, pelo decreto nº 200-A/1890 que extinguiu o voto censitário, do Período Imperial, e instituiu o voto obrigatório. Ao longo do século XX, o direito e obrigatoriedade do voto foram ampliados (Decreto-lei nº 7.586/1950; Lei nº 4.737/1965). Atualmente o Título de Eleitor é pré-condição para a obtenção ou regularização da situação de outros documentos, como Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Passaporte.

Assim a CTPS e o RG, documentos básicos na identificação civil do brasileiro, e o Título de Eleitor, documento obrigatório, são os documentos examinados nos inventários *online* das quatro instituições de memória selecionadas.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa é de abordagem qualitativa pois demanda interpretações e atribuição de significados a partir da observação de fenômenos humanos dentro de uma complexidade histórica e social (MINAYO, 2016): a guarda de

documentos no âmbito privado. E de natureza qualiquantitativa com objetivos exploratórios, pois se propõe a examinar os documentos identitários no âmbito dos arquivos privados. (SILVA, 2021, p.19)

O exame da identificação e descrição dos documentos identitários básicos e obrigatórios para o cidadão brasileiro foi realizado exclusivamente em catálogos ou inventários online entre os anos de 2020 e 2021.

Selecionamos quatro instituições de memória: o Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) que usa a base Accessus; o Arquivo Museu de Literatura da Fundação Casa de Rui Barbosa (AMLB/FCRB) que usa a base de dados de arquivos e coleções de escritores brasileiros; a Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ) que usa a Base Arch e o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) que possui um catálogo online.

Verificamos que os objetivos de cada instituição na aquisição de arquivos pessoais são, em geral, de preservação, pesquisa e difusão da memória das personalidades de seus campos de ação (SILVA, 2021). Analisamos também guias, inventários, diretrizes e manuais observando os critérios de incorporação de documentos pessoais aos seus acervos, metodologias de arranjo (temático, tipológico, funcional) e descrição. (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2019; FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2015; VASCONCELOS, XAVIER, 2012; CASA DE OSWALDO CRUZ, 2009, 2014, 2015; SPOHR, 2013; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1998, 2019) a fim de identificar qualquer restrição ou menção específica aos documentos identitários.

É importante ter em perspectiva as definições de descrição e identificação arquivística. A descrição arquivística consiste num “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67). Entre os procedimentos que resultam na descrição arquivística está a identificação das espécies e tipos documentais individualmente. Esse procedimento é fundamental para a compreensão das atividades e funções representadas nos documentos e seus inter-relacionamentos (OLIVEIRA, 2012, p. 43).

A descrição pode ser multinível, isto é, permite recuperar “informações dos documentos que integram diferentes níveis do mais genérico ao mais específico, estabelecendo relações verticais e horizontais entre eles” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67). Em suma, a descrição visa o controle intelectual, por meio da identificação e representação dos documentos e suas

inter-relações, e o acesso aos documentos de um arquivo em instrumentos de pesquisa.

Observamos que cada uma das instituições apresenta uma base de dados online com funcionalidades e níveis de descrição diferentes, bem como possuem metodologias de organização diferentes. É comum também que os níveis de descrição entre os fundos e coleções de uma mesma instituição sejam diferentes. Isso pode se dar de acordo com as prioridades, projetos de digitalização e demandas de tratamento de determinados conjuntos.

Em linhas gerais, há inventários online que permitem facilmente visualizar vários itens dentro de uma série ou dossiê dando acesso à descrição do item ou diretamente ao item em si. Em outros, há apenas a descrição sumária da série ou dossiê, sendo mais trabalhoso identificar dados específicos de um documento identitário que está dentro da série ou dossiê. Tais diferenças impactaram em nossa pesquisa, pois nem sempre foi possível precisar quantos documentos identitários há em cada fundo ou série.

Utilizamos inicialmente como termos de busca nos inventários *online* os nomes dos documentos básicos e obrigatório estabelecidos na legislação. Os documentos identitários são produzidos por diferentes órgãos há décadas, como no caso do RG, podendo ter sofrido alterações na disposição do seu conteúdo e no formato.²⁷⁶ Além disso, estão muito presentes no cotidiano podendo sua denominação variar de uma região ou época para outra. Neste contexto, percebemos a necessidade de adotar os nomes que podem ser utilizados no uso cotidiano.

Para os documentos básicos usamos os nomes oficiais “Carteira de Identidade”, e usamos como sinônimos “Cédula de Identidade”, “Registro Geral” e “Carteira de Identificação”. Para a Carteira de Trabalho e Previdência Social utilizamos “Carteira de Trabalho” e, como mapeado nos decretos de 1932 e na CLT de 1943, o termo estabelecido “Carteira Profissional”. Para o documento obrigatório, utilizamos inicialmente “Título de Eleitor” e “Título Eleitoral” e, depois, “Cédula Eleitoral”.

No caso das carteiras de identidade ou identificação, consideramos aquelas identificadas como expedidas sobretudo por órgãos de segurança pública, identificação/criminalística. No caso das carteiras profissionais, aquelas que indicam ser do Ministério do Trabalho. Assim, desconsideramos aquelas expedidas por órgãos públicos como prefeituras, institutos, escolas, universidades e entidades privadas como bancos, clubes, associações e conselhos profissionais.

²⁷⁶ Formato: Configuração física de um suporte, de acordo com a natureza e o modo como foi confeccionado. Exemplo: livro, folha, cartaz (GONÇALVES, 1998, p. 19).

Mais um aspecto importante a ser considerado no processo de busca é sobre o quantitativo de fundos e documentos. Nos sites e guias de acervos, os dados sobre o quantitativo total de fundos são sempre aproximados ou desatualizados tendo em vista o ano de publicação do instrumento de pesquisa. Em contrapartida, as bases apresentam fundos que as vezes não estão nestes guias publicados, mas ao mesmo tempo não conseguimos nas bases online precisar a quantidade total de fundos sob guarda da instituição atualmente.

Quanto ao quantitativo de documentos identitários nas séries e dossiês, como descrito acima são diferentes em cada instituição, desta forma, não foi possível precisar em alguns casos a quantidade exata de documentos porque ou estão junto a outros tipos de documentos ou ainda contados por páginas e não folhas. Assim a quantidade de resultados descritos se refere à quantidade de vezes que um dos termos de busca aparece e não à quantidade de documentos em cada fundo.

3 RESULTADOS DAS BUSCAS

Nas quatro (4) instituições verificadas há cerca de quinhentos (500) fundos e coleções institucionais e pessoais. Deste universo, localizamos 81 fundos e coleções pessoais em que são descritos documentos identitários pertencentes aos titulares e a terceiros. Consideradas as diferentes metodologias de organização de arquivos pessoais, bem como as diferentes funcionalidades de cada sistema, o nível da descrição arquivística variava até mesmo dentro da instituição: algumas no nível de descrição item, outras nos níveis de descrição dossiês ou séries. É importante registrar que, durante as buscas nas bases online, foi comum encontrar alguns termos de busca, que estabelecemos para documentos identitários específicos, associados a outros tipos de documentos. Isso se deu, sobretudo, com o termo carteira de identificação, identidade e profissional que eram relacionados às funções profissionais (carteiras profissionais, sindicatos, associações, conselhos), estudantil, habilitação para conduzir e carteiras funcionais.

Assim, não foi possível precisar a quantidade exata de documentos identitários e nos resultados contabilizados. Obtivemos Noventa e dois (92) resultados a partir do uso de termos e seus sinônimos usuais que identificam os documentos identitários básicos e obrigatório objeto de nossa pesquisa.

Quadro 1 - Quantitativo de documentos identitários localizados nas Instituições de Memória

Instituição de Memória	FGV/CPDOC	FIOCRUZ/COC	FRCRB/A MLB	USP/IEB	TOTAL
Fundos ou coleções selecionadas	34	23	13	11	81
Registro Geral	0	0	0	0	56
Carteira de identidade	10	9	7	0	
Carteira de identificação	8	0	0	0	
Cédula de identidade	1	9	0	12	
Carteira de trabalho	0	8	0	8	19
Carteira Profissional	0	2	1	0	
Título de eleitor	20	8	9	7	57
Cédula eleitoral	0	0	0	4	
Título eleitoral	1	8	0	0	
Total de resultados	40	44	17	31	92

Fonte: SILVA (2021).

O quadro acima nos mostra um panorama de como são identificados os documentos identitários obrigatório e básicos nas descrições arquivísticas: variação da identificação, as quantidades de termos relacionados aos documentos identitários obrigatório e básicos localizados. Primeiro é a variação na identificação de um documento identitário: são usados pelo menos dois termos para identificar cada um, inclusive dentro de uma mesma instituição.

Como são produzidos por diversos “programas” e “organismos” (Cook, 1991) do Estado brasileiro há décadas, os documentos identitários passaram por alterações no nome e na disposição do seu conteúdo e formato. Desta forma, as identificações podem retratar essas alterações ocasionando tal variação. Além disso, como estão muito presentes nas relações cotidianas entre indivíduo, sociedade e Estado, sua denominação pode ter também variações regionais. Neste contexto, surpreendentemente nenhuma instituição de memória utiliza, na identificação e descrição, o termo Registro Geral para Carteira de Identidade.

O uso do termo “cédula” para o título de eleitor, por exemplo, demonstra variedade de termos para um mesmo documento. O termo cédula, segundo o dicionário significa papel moeda ou documento impresso, como cédula eleitoral, próprio para votação com nome e/ou número de candidatos ou espaço para escrevê-los (HOUAISS, 2004, p. 146). Bellotto (2002) define cédula eleitoral como “documento diplomático testemunhal de assentamento.”²⁷⁷ Fórmula própria para eleição contendo nome(s) do(s) candidato(s) a postos eletivos” (BELLOTTO, 2002, p. 57).

Por sua vez, o Dicionário do Voto (PORTO, 2000) caracteriza a cédula eleitoral como aquela que “contém os respectivos nomes em ordem determinada por sorteio; nas eleições pelo sistema proporcional, a cédula contém espaço para o eleitor escrever o nome ou número de seu candidato ou a sigla do partido de sua preferência” (PORTO, 2000, p. 110).

A impressão e distribuição das cédulas eleitorais só passaram a ser feita pelo TSE após a publicação da lei federal nº 2.582, de 30 de agosto de 1955, que instituiu a cédula única de votação e, posteriormente, com a lei nº 4.109, de 27 de julho de 1962, que instituiu a cédula de votação oficial e distinta contendo os nomes dos candidatos para cada tipo de eleição. Já a definição de Título de Eleitor é o “documento que atesta alistamento eleitoral, habilitando o cidadão a exercer o direito de voto” (TSE, 2021). Em suma, a definição oficial diferencia a cédula eleitoral do título de eleitor, no entanto, quando verificamos a descrição dos documentos identificados, e conhecidos, como cédulas eleitorais nos catálogos online, vimos que se trata na realidade do Título de Eleitor.

Observamos também, que, via de regra, os documentos identitários, independentemente do critério de formação das séries/grupos: tipológica, funcional, assuntos etc. estão arranjados nas seguintes séries e dossiês: Documentos ou Documentação pessoal, Vida pessoal, Identidade ou Identificação civil. E, dentro destas séries/grupos, em subgrupos/subclasses ou dossiês relacionados aos familiares ou terceiros. Não raro também, junto destes e de outros documentos identitários (Passaportes, Carteiras de Habilitação, Carteiras Funcionais), é encontrar documentos relacionados às atividades escolares, certidões de nascimento, casamento e óbito, certificados, relações de sociabilidade (clubes, esportes, jornais), contratos, documentos

²⁷⁷ Segundo Bellotto (2002), na diplomática, a categoria de documentos testemunhais se refere aos documentos que acontecem depois do cumprimento de um ato dispositivo ou que deriva da sua não-observância ou são relativos a observações sujeitas a relatórios. Os documentos testemunhais podem ser ainda de comprovação ou de assentamento, estes últimos são aqueles configurados por registros oficialmente escritos sobre fatos ou ocorrências. (2002, p. 29).

financeiros e até relacionados à saúde, vida doméstica e íntima como receitas e laudo médicos, agendas, listas, notas fiscais, fotografias.

De certo que a definição de onde os documentos identitários vão ser arranjados e descritos deriva da quantidade e de tipos de documentos adquiridos pela instituição de memória, bem como, deriva da trajetória de vida do titular. Tal constatação, de que os documentos identitários são descritos quase sempre nas mesmas séries, corrobora as afirmações de Ana Maria Camargo (2007; 2008) sobre o arranjo dos documentos identitários em séries de aplicação universal. As raras exceções estão no IEB/USP e COC/FIOCRUZ em que encontramos Carteiras de Trabalho nas séries ou grupos “Docência” no fundo Aracy Abreu Amaral (1930-) e “Formação e administração da carreira” no fundo Romualdo Francisco Dâmaso (1947-1995). A Carteira de Trabalho está comumente mais associada, nas descrições, aos documentos de identificação civil do que as carreiras profissionais ou relações de trabalho.

Outro aspecto observado nas descrições arquivísticas é a quantidade de resultados obtidos para cada termo que nomeia o documento identitário. O Título de Eleitor, documento obrigatório, é o mais comum (57 resultados), sendo o CPDOC/FGV a instituição com a maior quantidade deste documento (vinte). A seguir temos a carteira de identidade (56 resultados) como o mais comum, sendo mais uma vez o CPDOC/FGV com maior quantidade (dezenove resultados). A carteira de trabalho, documento básico, é o mais raro (dezenove resultados) entre os documentos identitários buscados neste estudo. Um dado relevante nesta verificação é a inexistência de CTPS, entre os documentos descritos pelo CPDOC/FGV.

Como as carteiras de identidade e trabalho e o título de eleitor são documentos essenciais na interação entre o cidadão, Estado e sociedade, esperava-se encontrar esses três documentos nos arquivos pessoais.

Quadro 2 - Resumo dos resultados das buscas nas Instituições de Memória

Instituição de Memória	Quantidade aprox. de fundos e coleções sob guarda das IM	Fundos selecionados	Fundos com os 3 documentos identitários básicos e obrigatório
FGV/ CPDOC	≈ 200	34	0
FIOCRUZ/COC	≈ 102	23	4
FRCRB/AMLB	≈ 130	13	0
USP/IEB	≈ 83	11	3
TOTAL	≈ 513	81	7

Fonte: SILVA (2021).

No entanto, observamos que dos 81 fundos ou coleções pessoais nas instituições de memória selecionadas com esses termos apenas sete (7) fundos tinham os três documentos identitários, os demais tinham apenas um ou outro. E ainda assim, nem todos são dos titulares dos arquivos, mas de seus familiares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos identitários obrigatório e básicos representam a experiência comum de qualquer cidadão brasileiro nas suas interações com outros cidadãos, com o Estado e com entidades privadas e a sociedade em geral. Neste sentido, as causas para pouca representatividade dos documentos identitários nos arquivos podem ser múltiplas. Passando pelas funções e validade desses documentos ao longo da vida e pós-morte e pelas escolhas do que será doado pelos titulares e herdeiros “privilegiem certos núcleos documentais em detrimento de outros, numa visão hierarquizada de sua importância” (CAMARGO, 2009, p. 29).

Ana Maria Camargo (2009) problematiza essas escolhas documentais por parte dos doadores e das instituições, que privilegiam o único e exclusivo, os “egodocumentos”, que são adquiridos e tratados em função do interesse em atender às possíveis demandas de pesquisa “e o que é secundário, a ponto de ser descartado (...) destituindo o conjunto de parcelas que ajudariam a compor uma representação mais completa da trajetória do ente produtor” (CAMARGO, 2009, p. 29).

Nesse contexto, podemos inferir que uma das causas da raridade dos documentos identitários também pode estar atrelada ao perfil dos titulares dos arquivos pessoais adquiridos pelas instituições de memória segundo suas políticas de incorporação: majoritariamente de acadêmicos, profissionais liberais e agentes públicos. Em suas relações de trabalho, por exemplo, e diante da necessidade de se identificar civilmente, os agentes públicos podiam prescindir da CTPS – um documento de identificação civil considerado básico pela legislação brasileira. Assim, eles poderiam se valer de suas identidades funcionais ou profissionais tem validade como identificação civil em todo território nacional, conforme a legislação.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005 (Publicações Técnicas, v. 51).
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Brasília. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao> Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Portal da Legislação**. Brasília, DF: 2020. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.

CASA DE OSWALDO CRUZ (COC). **Base Arch**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://arch.coc.fiocruz.br/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

COOK, Terry. **La Evaluación archivística de los documentos que contienen informaciones personales**: un estudio del RAMP con directrices. Paris: International Council on Archives, 1991. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/search/a472b6d4-6d18-42e2-98d9-859f76db056d>. Acesso em: 10 jun. 2018

DAMATTA, Roberto. A mão visível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira. **Anuário Antropológico**, n.99, p. 37-64, 2002. Disponível em: <https://goo.gl/Duc4Jq>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Acesso às bases**. Rio de Janeiro. Disponível em: www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=6. Acesso em: 10 jan. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea**. Base Accessus. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base>. Acesso em: 10 jan. 2020

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. **Metodologia de organização de arquivos pessoais**: a experiência do CPDOC. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de arquivo e documentação. **Manual de organização de arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. **Guia do acervo da Casa de Oswaldo Cruz** – 2. ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. **Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde**: Programa de Incorporação de Acervos, 2014. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/patrimonio-cultural/politica-depreservacao-e-gestao-de-acervos/>. Acesso em: 10 jul. 2020

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB). **Acervo**. São Paulo. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB). **Catálogo Eletrônico do IEB**. São Paulo, 2019. Disponível em: http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/. Acesso em: 20 jan. 2020

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2016.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

SILVA, Marcela Virginia Thimoteo da. **“Documentos, por favor!”**: documentos identitários nos arquivos pessoais institucionalizados. 2021.Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa Rio de Janeiro, 2021.Disponível em: <http://app.uff.br/riuff/handle/1/24665>. Acesso em: abr.2022.

SPOHR, Martina. O acervo histórico do CPDOC: novas perspectivas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.7, p.269-277, 2013. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e07_a14.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021

VASCONCELOS, Eliane; XAVIER, Laura Regina (coord). **Guia do acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

ARQUIVOS PESSOAIS DE EX-PRESIDENTES DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – DOCUMENTOS PÚBLICOS E DOCUMENTOS PRIVADOS

Vanêssa Alves Pinheiro (Arquivo Público do
Estado do Rio de Janeiro)

Renato Crivelli Duarte (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou investigar a partir da presença de documentos institucionais, especialmente, na composição de arquivos pessoais a relação entre as instituições e seus arquivos. Nesta foi adotado como recorte para a análise os arquivos pessoais dos ex-presidentes da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), custodiados pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), com a intenção de identificar a existência de documentos considerados como institucionais em sua composição. O propósito deste estudo consiste em esquadrihar e analisar como a presença de documentos institucionais nestes fundos permite a compreensão do debate acerca dos limites entre arquivos pessoais e arquivos institucionais. Compostos por documentos produzidos e acumulados por seu produtor ao longo de sua existência, os arquivos pessoais podem conter vários documentos institucionais que deveriam integrar, teoricamente, os acervos de determinada instituição. (LISBOA, 2012, p.13) Desta forma, é possível elucidar como são construídas as relações da instituição e seus arquivos por intermédio da composição dos fundos, o que pode contribuir para o entendimento sobre

os processos de formação dos arquivos pessoais (pelo titular, assessores e/ou familiares), assim como as práticas aplicadas pela instituição no momento da aquisição dos fundos.

A pesquisa foi desenvolvida de acordo com os métodos da arquivística, na qual foi feita uma pesquisa bibliográfica na literatura sobre arquivos pessoais, principalmente sobre a noção de arquivos pessoais e institucionais, documentos pessoais como fonte de pesquisa, organização institucional, atrelados a questões sobre preservação e memória. Os principais debates abordados mencionam a existência de um considerável número de documentos de esfera pública dentro dos arquivos pessoais e, portanto, a necessidade de preservá-los. Nesta, ainda, foi realizado o levantamento dos fundos pessoais de ex-presidentes da Fiocruz sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz na Base Arch, afim de identificar e analisar os quadros de arranjos dos acervos selecionados. E por fim, buscou-se compreender a dinâmica apresentada pelos arquivos pessoais analisados, indicando a presença de documentos institucionais vinculados ao cargo de presidente da Fiocruz.

Os documentos presentes nos arquivos pessoais podem evidenciar aspectos das estruturas sociais, organizacionais e institucionais, assim contribuindo junto com os arquivos institucionais para “salvaguarda do patrimônio documental e a compreensão das sociedades modernas. Interessam como fonte de pesquisa e são dotados de uma singularidade.” (SANTOS, 2012, p. 21) Desta forma, os arquivos pessoais podem representar a relação entre sujeito e sociedade, pois quando institucionalizados sob a guarda de instituições arquivísticas necessitam também de compreensão visto que poderão servir à coletividade ao passo que estão custodiados sob uma regulação. Estes acervos representam a trajetória de indivíduos durante sua atuação nas mais diversas instituições, o que nos permite identificar as mudanças sofridas por estas no decorrer de sua existência, assim podem

revelar aspectos importantes da trajetória profissional do cientista, o arquivo pessoal nos permite perceber detalhes do funcionamento de uma instituição, seus avanços e estagnações, sua relação com o Estado, entre outros, muitas vezes negligenciados no acervo acumulado pela instituição, a partir da perspectiva do produtor/acumulador privado. (FRADE, 2012, p.176)

No começo da década de 1970, diversos espaços de documentação foram criados, especialmente, com a finalidade de custodiar arquivos privados. A presença desses documentos nas instituições colaborou para a valorização dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa. A ampliação da quantidade de acervos pessoais referentes a atores que se destacaram na área das ciências e da

saúde sob a custódia da Casa de Oswaldo Cruz teve seu início com projetos como “Constituição de Acervo de Depoimentos Orais sobre a História da Fundação Oswaldo Cruz e das Práticas de Saúde Pública (Memória de Manguinhos)” e “Memória da Assistência Médica da Previdência Social”, que possibilitaram a reunião desses conjuntos documentais. (DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO, 2015, p.9-10).

Os acervos pessoais dos ex-presidentes da Fiocruz contribuem para o entendimento do desenvolvimento da ciência e da saúde pública no Brasil, visto que, enquanto fontes, configuram uma parte da memória coletiva a partir dos vestígios da memória individual. A possibilidade de aproximação com os vestígios do passado, também, estão presentes nos arquivos pessoais, constituindo-se em pontos de acesso à memória coletiva.

2 ARQUIVOS PESSOAIS, DOCUMENTOS PESSOAIS E INSTITUCIONAIS

Durante um longo período, os arquivos pessoais não foram considerados fontes de interesse para o desenvolvimento de pesquisas. Estes começam a obter destaque a partir da segunda metade do século XX. No Brasil, essa mudança é sentida com a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), e do Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade Estadual de Campinas (AEL/UNICAMP), ambos na década de 1970. Nos anos seguintes, este processo de recuperação e custódia do patrimônio e da memória se intensificou e outros espaços foram criados. Diversas instituições e centros de documentação surgiram com o intuito de salvaguardar arquivos provenientes de diversas origens, sobretudo de pessoas, como de políticos, escritores, cientistas, etc. Ao mesmo tempo, as pesquisas em ciências humanas e sociais estavam sendo renovadas, o que permitiu o aumento do interesse dessa comunidade nos acervos pessoais. (SILVA; SANTOS, 2012, p. 8; SANTOS, 2010, p.110).

Em 1997, foi realizado o Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, que buscava discutir sobre a problemática envolvendo os arquivos pessoais, no qual foram tratados diversos temas, entre eles, a renovação da historiografia brasileira que impulsionou a procura dos arquivos pessoais como fonte para a pesquisa histórica. (CRIVELLI; BIZELLO, 2021, p.137) Neste evento, Cook (1997) evidenciou pontos em comum entre os arquivos pessoais e os institucionais, indicando que ambos são registros de determinada atividade, que são provenientes de alguma ação humana independentemente

de sua natureza e que partilham de procedimentos parecidos no que se refere ao tratamento técnico de organização. Desta forma,

ambos são artefatos de registro derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal. Diversamente de livros, programas de televisão ou obras de arte, eles não são intencionalmente criados por motivos próprios, com a possível exceção dos textos autobiográficos, mas surgem, antes, dentro de um contexto, como parte de alguma outra atividade ou necessidade, seja pessoal, seja institucional. Em segundo lugar, os arquivistas, tanto nos arquivos públicos quanto nos pessoais, frequentemente usam procedimentos técnicos e métodos práticos semelhantes, em termos de como acessam, descrevem, armazenam fisicamente e conservam os arquivos e os colocam à disposição para fins de pesquisa. (COOK, 1997, p. 131)

Os acervos pessoais possuem particularidades que devem ser consideradas no transcorrer de sua organização, cabe salientar que embora estejam sob os mesmos regimes de tratamento técnico dos acervos institucionais,

os arquivos pessoais nem sempre foram reconhecidos como arquivos na literatura nacional e internacional. A lógica de acumulação dos documentos nos arquivos pessoais não corresponde àquela das instituições. Não há regras nem critérios rígidos, e não há uma legislação que normalize procedimentos de guarda e uso de documentos de origem privada. Assim, o conhecimento de todo o universo do acervo, para tratá-lo, representa um desafio para arquivistas. Um indivíduo não funciona como uma instituição e estabelece, ao longo de sua vida, ações ligadas ao universo das relações de amizade e sociabilidade, além de dispor da liberdade de lidar com seus próprios documentos. O caráter privado é o referencial a ser compreendido, representando o grande desafio metodológico. (SILVA; SANTOS, 2012, p. 7-8)

Considerados como guardiões da memória, em determinadas situações, os arquivos configuram-se como espaços capazes de reter informações sobre diversos acontecimentos, sendo os arquivos públicos entendidos como frutos das sociedades orientadas pelos princípios modernos, os arquivos pessoais também se enquadram nesta ideia de possibilidade de servir como testemunho do passado, não apenas do particular como o da própria sociedade.

(CRIVELLI; BIZELLO, 2021, p.141) Enquanto “pontos de acesso” de memória os arquivos pessoais podem ser compreendidos como

conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social. Esses documentos, em qualquer forma e em qualquer suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, em um sentido amplo. (OLIVEIRA, 2013, p. 33)

Desta forma, a constituição de um arquivo pessoal representa a perspectiva que o produtor possui do mundo, consiste em registros de como este se relaciona com a sociedade, assim, é no âmbito do “eu” que os acervos pessoais são formados. (ARTIÈRES, 1998, p.32; OLIVEIRA, 2013, p. 35).

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), o documento privado consiste naquele que está inserido no arquivo privado, ou seja, que pertence a uma entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 78-35). No que se refere aos arquivos privados, para Bellotto (2004), há a necessidade de diferenciar os documentos advindos de instituições não-governamentais dos produzidos por famílias ou indivíduos. A autora os categoriza ao sugerir a subdivisão em arquivos econômicos, sociais e pessoais. (BELLOTTO, 2004, p. 254) Assim, a autora realiza uma análise, a partir da perspectiva da arquivologia, sobre os princípios da proveniência e da organicidade presentes também nos documentos privados. A conceituação de arquivos pessoais pode ser percebida dentro da definição de arquivos privados, conforme aponta Bellotto e reitera Heymann ao afirmar que estes são correspondentes a papéis produzidos e/ou recebidos por instituições ou entes físicos de direito privado. (HEYMANN, 2009, p.44).

Em geral, os arquivos pessoais tendem a ser evidenciados como parte integrante do amplo conjunto de arquivos privados, no qual ocorre uma inclinação ao enfoque na vida profissional do produtor. Em outros termos, confere um maior destaque às atividades enquanto o titular orbitava o espaço público. (HEYMANN, 2009, p.44) Os documentos públicos, conforme a lógica arquivística, deveriam compor arquivos sob a guarda das instituições que os produziram, entretanto, no interior dos arquivos pessoais estes podem ser encontrados frequentemente.

A composição dos arquivos pessoais pode abranger os mais variados documentos que correspondem desde atividades formais até as não formais do

indivíduo. Estes não são regulamentados por regras, não há uma regulamentação voltada para o caráter privado das relações dos indivíduos, a lógica de acumulação de arquivos institucionais não se aplica ao processo de constituição e de guarda dos documentos pessoais. (BORGES, 2014, p.29) Os arquivos pessoais possibilitam compreender que

as trajetórias pessoais refletem, quase sempre, os meandros do poder público brasileiro e por isso mesmo, guardam muito do ranço autoritário inerente a essa esfera da vida do país. Ao nos debruçarmos sobre essa documentação, percebemos as dimensões e as brigas internas entre grupo e projetos pela hegemonia dos processos decisórios e do passo a passo para o avanço da ciência no país e na América Latina. (LISBOA, 2012, p.17)

Quando oriundos de produtores que exerceram cargos públicos, os arquivos pessoais apresentam certa imprecisão quanto à sua natureza, visto que não é bem delimitado se pública ou privada. A problemática sobre as especificidades deste tipo de acervo salienta os enquadramentos legais e institucionais que envolvem tais conjuntos documentais e que ainda despendem luz à sua construção enquanto "memória social". (HEYMANN, 2012, p 57). O entendimento do titular do fundo sobre o caráter privado e público dos documentos consiste em outra questão que pode ser acrescentada à problemática. Em seus estudos sobre arquivos pessoais de cientistas, Santos (2010) identifica que os titulares dos arquivos pessoais, em geral, compreendem como privados todos os documentos produzidos e acumulados no decorrer de suas atividades, inclusive os decorrentes de atividades de pesquisas desenvolvidas em instituições de pesquisa e ensino de âmbito público. (SANTOS, 2010, p.125-126) Desta forma, nos acervos pessoais de indivíduos que tenham ocupado algum cargo público é comum encontrar documentos de natureza pública, assim

sublinhar que os arquivos de homens públicos que acumularam documentos em tempos e circunstâncias distintos, enquanto exerciam seus mandatos e nos períodos em que estavam afastados da cena política, tornam mais visível a distinção entre os documentos que refletem e atestam uma atividade e aqueles que permanecem em uma zona de indeterminação, e que apenas uma investigação sobre usos e sentidos dados pelo titular a seus papéis poderá iluminar. Por outro lado, o caráter funcional da documentação que, em geral, compõe os arquivos de homens públicos torna possível e justificável o emprego do método funcional para o tratamento desses arquivos, ainda que, dependendo do acervo, seja completa a sua aplicação à totalidade do fundo. (HEYMANN, 2012, p.62)

Os arquivos pessoais no decorrer do tempo adquirem certa relevância, pois passam a ser vistos como fontes importantes para a compreensão da sociedade e contextualização da história, especialmente, por agregar um considerável conjunto documental de caráter público. A situação mencionada também pode ser verificada em diversos acervos como os fundos pessoais dos ex-presidentes da Fiocruz.

3 OS FUNDOS DE EX-PRESIDENTES DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Criada em 1900 como Instituto Soroterápico Federal sob a direção de Pedro Affonso Franco, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) possuía como objetivo a produção de soros e vacinas para o combate da peste bubônica. Em 1907 foi convertida em Instituto Oswaldo Cruz, sendo denominada na década de 1970 de Fundação Instituto Oswaldo Cruz. (FERNANDES, 2010). O presidente da Fiocruz, Sérgio Arouca, em 1985 por intermédio de ato presidencial instituiu a criação da Casa de Oswaldo Cruz (COC), que deveria contar com Museu Oswaldo Cruz, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, Núcleo de Animação Cultural; Núcleo de Proteção e Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico, além das unidades já existentes. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1985, p.1-2).

O Departamento de Arquivo e Documentação da COC custodia diversos fundos, tanto institucionais quanto pessoais, entre eles podemos destacar os dos ex-presidentes da Fiocruz como Carlos Chagas, Carlos Médicis Morel, Francisco da Silva Laranja Filho, Hermann Schatzmayr, Oswaldo Cruz, Paulo Gadelha e Vinícius Fonseca. O modo de aquisição desses fundos ocorreu das mais variadas formas, que podem ser verificadas na Base Arch da Fiocruz no campo denominado “Procedência”. A modalidade que predominou na obtenção dos fundos pessoais foi a doação. Os aspectos formais do processo de aquisição de fundos na Casa de Oswaldo Cruz são regidos pela Política de Preservação e Gestão de Acervos Culturais das Ciências e da Saúde e pelo seu Manual de Organização de Arquivos Pessoais. (DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO, 2015, p.15) A Fiocruz considera que a aquisição e a preservação de acervos de personalidades da área da ciência e da saúde que participaram da história da saúde pública do Brasil contribuem para a compreensão da trajetória do produtor, além de permitir o entendimento do funcionamento e da história das instituições em que estes estiveram vinculados. Assim, ao analisar os conjuntos documentais dos ex-presidentes da Fiocruz foi possível identificar a existência

de documentos pessoais e institucionais que são evidenciados por meio dos quadros de arranjos propostos para a organização dos fundos pela instituição. Cabe ressaltar que a Fiocruz utiliza como referência o estudo elaborado por Paulo Roberto Elian dos Santos, pesquisador da casa, a respeito do arquivo de Rostan Soares, no qual o quadro de arranjo foi orientado por funções que viabilizam a contextualização da produção documental. Assim, propunha uma organização em grupos como Vida Pessoal, Formação e Administração da Carreira, Pesquisa, Planejamento e Administração da Pesquisa, Docência, Gestão de Políticas e Instituições Científicas, Relações Interinstitucionais e Intergrupos. (SANTOS, 2012, p. 35) Desta forma, podemos observar a predileção do DAD em optar pelo método funcional para organização de seus arquivos, especialmente os dos ex-presidentes, o que evidencia os conjuntos documentais de caráter institucional, que pode ser exemplificado conforme a seguir:

▪ **Fundo Carlos Chagas**

Grupo GE - Gestão de Ciência e Saúde Pública

- Subgrupo AI - Administração Institucional
 - Dossiê 01 - Chefe de Serviço do Instituto Oswaldo Cruz
 - Dossiê 02 - Diretor do Instituto Oswaldo Cruz

▪ **Fundo Hermann Schatzmayr**

Grupo GI - Gestão Institucional

- Subgrupo AI - Administração Institucional
 - Dossiê 01.v.1 - Presidente da Fiocruz
 - Dossiê 01.v.2 - Presidente da Fiocruz

▪ **Fundo Oswaldo Cruz**

Série COR – Correspondência

- Subsérie PA - Político-Administrativa
 - Dossiê 01 - Correspondência da Diretoria Geral de Saúde Pública
 - Dossiê 02 - Correspondência com Médicos, Cientistas e Dirigentes de Órgãos de Saúde
 - Dossiê 03 - Correspondência com Dirigentes Políticos e da Saúde no Brasil
 - Dossiê 04 - Telegramas referentes às Atividades Científicas de Manguinhos

Série IOC - Instituto Oswaldo Cruz

- Dossiê 01 - Instituto Soroterápico Federal
- Dossiê 02 - Correspondência e decretos relativos às atividades administrativas desenvolvidas pelo Instituto Oswaldo Cruz
- Dossiê 06 - Documentos referentes à construção e à conservação do conjunto arquitetônico e histórico de Manguinhos
- Dossiê 07 - Documentos enviados à direção do Instituto Oswaldo Cruz

A organização conferida aos fundos dos ex-presidentes da Fiocruz permite que sejam identificados os dossiês que possuem documentos institucionais relativos às atividades exercidas por seus produtores enquanto ocupantes do cargo de presidente da fundação. Assim configuram-se em possíveis fontes de pesquisa para a compreensão da história da própria instituição e da saúde pública no Brasil. Esta, ainda, viabiliza a possibilidade de se identificar a relação lógica entre a vida da pessoa e a vida da instituição a qual encontra-se vinculada. (SANTOS, 2012, p.36) Ao entrar em contato com a organização conferida aos fundos dos ex-presidentes, o pesquisador é capaz de reconhecer os possíveis dossiês que contenham documentos institucionais relativos à atuação do titular enquanto ocupante da presidência da Fiocruz e assim obter informações que podem contribuir para seu estudo.

4 CONCLUSÃO

Os arquivos pessoais representam a perspectiva de mundo do seu produtor, visto que compõem os registros de suas atividades na sociedade, ainda que apresentem determinadas peculiaridades, ao aplicar os princípios da teoria arquivística nos fundos, estes tendem a ser considerados como arquivos de fato. Importa ressaltar que na constituição dos acervos é frequentemente notada a presença de documentos institucionais que deveriam estar sob a guarda da instituição ao qual foram criados. Os conjuntos documentais de natureza pública identificados nos fundos pessoais podem configurar a prática de privatização de documentos públicos, especialmente nos acervos os quais os titulares ocuparam ou ocupam cargos políticos ou da administração pública, prática percebida nos fundos dos ex-presidentes da Fiocruz.

Há uma tendência nos arquivos pessoais a enfatizar a trajetória profissional do titular, principalmente se este tiver atuado em cargos da gestão pública, o que apresenta uma linha tênue na identificação dos limites do documento institucional e pessoal. É nesse ponto que surge o interesse das instituições em custodiar esses acervos, pois os arquivos pessoais, que de modo

geral, são enfocados na vida profissional do titular, e assim tendem a ter documentos institucionais em seu conjunto. Desta forma, os documentos presentes no acervo pessoal que se referem às atividades do titular podem revelar sinuosidades do poder público, visto que podem evidenciar dimensões e as desavenças internas de determinada instituição, ou seja os meandros das organizações.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Publicações Técnicas, nº 51, 2005.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 21, no 36, p. 9-34, julho 1998.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BORGES, Renata Silva. **A institucionalização de arquivos pessoais na Fundação Oswaldo Cruz: o processo de aquisição dos arquivos de Cláudio Amaral e de Virgínia Portocarrero**. 2014. 161 f Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: 2014.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, n.º 21, p. 129-149, 1998. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/287> Acesso em: 05 de agosto de 2021.

CRIVELLI, R.; BIZELLO, M. L. Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. **Acervo**, v. 34, n. 1, p. 131-153, jan./abr 2021.

DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO; CASA DE OSWALDO CRUZ. **Manual de organização de arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/COC, 2015. Disponível em:

http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/manual_organizacao_arquivos_fiocruz.pdf. Acesso em 15 de maio de 2021.

FERNANDES, Tania Maria. **Vacina Antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920**. 2.ed. ver. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

FRADE, Everaldo Pereira. O Observatório Nacional através dos arquivos dos seus ex-diretores: o uso de arquivos pessoais de cientistas como subsídio na organização de um arquivo institucional. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 175-188.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Ato da Presidência Nº 221/85-PR.** Resolve constituir a Casa de Oswaldo Cruz. 19 nov. 1985. Disponível em: http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/ato_presidencia_221.pdf Acesso em: 20 set. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Relatório Final do I Congresso Interno.** Rio de Janeiro, 29 jul. 1988. Disponível em: <https://congressointerno.fiocruz.br/sites/congressointerno.fiocruz.br/files/documentos/I%20Congresso%20Interno%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final%20-%20julho%20de%201988.pdf> Acesso em 10 set. 2021.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, n.2, p.40-57, jul-dez 2009.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo:** a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa/ Faperj, 2012.

LISBOA, Araci Gomes. O livro, a parede e os arquivos pessoais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). **Arquivos Pessoais – História, Preservação e Memória da Ciência.** Rio de Janeiro: AAB, 2012. p. 11-19.

OLIVEIRA, L. M. V. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arquivo & Administração**, v.12, n.2, p.28-51, jul/dez, 2013. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2018/01/pdf_9fd55ca76e_0000029362.pdf Acesso em 19 de maio de 2021.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório:** história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: Teatral: Faperj, 2010.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **Arquivos Pessoais – História, Preservação e Memória da Ciência.** Rio de Janeiro: AAB, 2012, p. 21-50.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **Arquivos Pessoais – História, Preservação e Memória da Ciência.** Rio de Janeiro: AAB, 2012.

CONSERVAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA DA COLEÇÃO RINO LEVI DA FAUUSP

Gisele Ferreira De Brit (Universidade de São Paulo)

Patricia De Filippi (Massapê Audiovisual)

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem por objetivo apresentar os resultados do projeto de conservação e digitalização da documentação fotográfica da Coleção Rino Levi, da Seção Técnica de Materiais Iconográficos (MATICON), da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

O Serviço Técnico de Biblioteca da FAUUSP é especializado em Arquitetura, Urbanismo, Design e áreas afins, subsidia prioritariamente os corpos docente e discente da Unidade, estando aberta ao público externo nacional e internacional.

A Seção Técnica de Materiais Iconográficos do Serviço Técnico de Biblioteca da FAUUSP foi assim nomeada em 2014 quando da alteração do organograma da Unidade, mas seu início remonta aos anos de 1960 com a criação do Setor Audiovisual da Biblioteca, contendo em seu acervo fotografias, diapositivos, microfilmes, filmes e fitas sonoras e, mais tarde com a criação do Setor de Projetos nos anos de 1970. Atualmente, este acervo é composto de coleções de 44 escritórios e profissionais das áreas de Arquitetura, Urbanismo e Design, com seus números expressivos: cerca de 400 mil desenhos, mais de 100 mil registros fotográficos, além de objetos e vasta

documentação paralela formada por memoriais descritivos, notas fiscais, correspondência e documentos variados gerados em função de suas atividades profissionais nos permite afirmar que esse material permite traçar um panorama bastante diverso da riqueza e complexidade da produção arquitetônica e urbanística e de design realizada nos últimos 150 anos (LANNA, 2020).

É reconhecido como um dos principais acervos de arquitetura, planejamento e design do Brasil, sendo consultado por pesquisadores nacionais e internacionais para o desenvolvimento de atividades didáticas, pesquisas, exposições, publicações e também projetos de reforma e restauro. Como exemplo de sua relevância, são requisitadas por ano cerca de 30 mil imagens para os mais diversos usos, como por exemplo, artigos, teses e dissertações, livros, exposições, restauros de edificações, entre outros.

Uma das coleções iconográficas da Biblioteca da FAUUSP é a Coleção Rino Levi (1901-1965) e seu premiado escritório de Arquitetos Associados que foram responsáveis por obras icônicas, como por exemplo, o Cine UFA, Instituto Sedes Sapientiae, Banco Sul Americano, Edifício Prudência, Edifício do IAB e Residência Olivo Gomes. A coleção foi doada à FAUUSP pelo Escritório em partes ao longo dos anos: a primeira delas, em 1975, com entrega de parte dos projetos de autoria de Rino Levi; já a documentação fotográfica chegou à FAUUSP em 2002. Desde que foi recebida pela FAUUSP, a coleção Rino Levi vem sendo tratada e organizada, mas foi uma parceria entre a FAUUSP e o Itaú Cultural (IC) que possibilitou uma série de ações para sua digitalização e conservação, visando a ampliação do acesso ao público interessado, além da realização de uma exposição sobre Rino Levi, personalidade da 49ª edição do programa Ocupação Itaú Cultural no ano de 2020.

Os trabalhos relativos à conservação dos projetos e de documentação ficaram sob responsabilidade da equipe da Seção Técnica MATICON (FAUUSP), enquanto os relativos à documentação fotográfica, objeto deste artigo, ficaram a cargo de empresa especializada contratada, mediante acompanhamento da chefia técnica da Seção. As etapas do projeto de conservação de itens fotográficos aconteceram ao longo de seis meses, entre 2020 e 2021 e serão apresentadas uma a uma ao longo deste artigo, quais sejam: a) Inventário dos materiais por tipo de suporte: seu quantitativo, condições de conservação e levantamento de informações primárias para descrição catalográfica; b) Higienização: a partir de processos de limpeza para cada tipo de suporte e emulsões fotográficas; c) Preservação analógica e digital: dos materiais mais frágeis e/ou em risco de desaparecimento da imagem; d)

Acondicionamento: novas embalagens, considerando os diversos tipos de suporte (vidro, acetato e ampliações); e) Catalogação e, por fim: f) Digitalização: com captura por câmera digital de alta resolução.

Além da descrição dos processos de conservação, digitalização e descrição, o artigo também apresenta considerações a respeito dos ganhos obtidos com o processo de parceria público privada, as dificuldades enfrentadas na realização do projeto ao longo do período da pandemia por coronavírus e ainda, perspectivas de ações futuras.

2 PROCESSOS DE CONSERVAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

A seguir são apresentadas as atividades de conservação da documentação fotográfica da coleção Rino Levi da Biblioteca da FAUUSP composta por negativos de vidro, fichários com filmes negativos e positivos flexíveis e fichários com ampliações e contatos, realizadas pela empresa Massapê Audiovisual Ltda em seus estúdios e laboratórios localizados na cidade de São Paulo, tendo como responsável técnica a profissional Patricia de Filippi no período de 2020/2021.

2.1 Negativos de vidro

O trabalho de conservação relativo aos negativos de vidro contemplou as seguintes etapas: inventário, higienização, preservação analógico e digital, acondicionamento, catalogação e digitalização.

2.1.1 Inventário

Foram contabilizadas 39 caixas de chapas de vidro, contendo 318 chapas de vidro originais, arquivadas em caixas de cartão originais de materiais fotográficos de época, com etiquetas simples de identificação.

Figura 1 - Negativos de vidro e suas embalagens originais

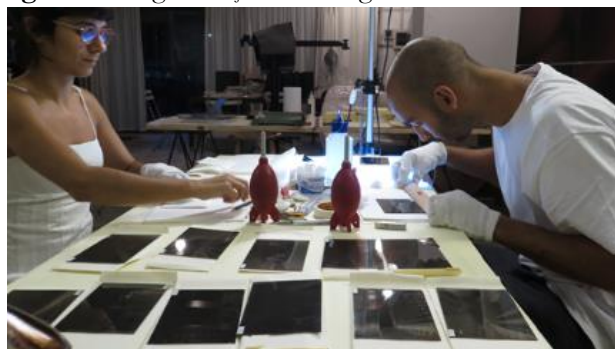


Fonte: Todas as fotografias apresentadas no artigo foram extraídas do Relatório do projeto (2021).

2.1.2 Higienização

O acervo composto por negativos com suporte de vidro foi higienizado por limpeza a seco com soprador e pincéis de cerdas finas dos 2 lados, bem como por limpeza do lado do suporte de vidro com álcool isopropílico e algodão.

Figura 2 - Higienização dos Negativos de vidro



Fonte: Elaborado pelos autores.

2.1.3 Preservação analógico e digital

Retirada das etiquetas que foram adesivadas de forma aleatória, algumas vezes do lado do suporte e outras vezes do lado na emulsão. A retirada das etiquetas que estavam coladas na superfície do vidro foi bem-sucedida, mas a retirada das mesmas, quando coladas do lado da emulsão não contou com a mesma sorte. Muitas foram mantidas pela impossibilidade de destruir a camada de cola sem ferir a emulsão com a imagem fotográfica.

Figura 3 - Remoção de etiquetas adesivas dos negativos de vidro



Fonte: Elaborado pelos autores.

2.1.4 Acondicionamento

Após a higienização, cada negativo de vidro foi armazenado em embalagem primária – envelope em cruz de papel fino 68 g/m² livre de ácido, embalagem secundária – envelope confeccionado com papel de maior gramatura (120g/m²). Os negativos foram agrupados por temas e colocados em caixas de plástico corrugado com divisórias e identificação. Totalizaram 32 caixas de plástico corrugado com 318 negativos de vidro, que foram preservadas e armazenadas em armário nas dependências da FAUUSP.

Figura 4 - Negativos de vidro pós tratamento



Fonte: Elaborado pelos autores.

2.1.5 Catalogação

As informações contidas nos papéis de entrefolhamento e nas etiquetas foram acrescentadas na planilha de trabalho entregues ao final do projeto, com todos os dados reunidos, revisados e agregados.

2.1.6 Digitalização

A fase da digitalização teve início após a completa revisão dos materiais e as etapas dos trabalhos de conservação, identificação e acondicionamento. O método usado foi o *camerascan*, isto é, utilizou-se de câmera fotográfica de alta resolução. Os materiais foram fotografados através do lado da emulsão, para evitar qualquer tipo de brilho ou imperfeições do suporte de vidro. O processamento digital incluiu a inversão da imagem, a transformação de negativo em positivo, o equilíbrio de branco, densidade, contraste, luminância, além do corte da imagem. É importante mencionar que muitas imagens

apresentavam fitas pretas coladas na emulsão e/ou no vidro indicando o corte da imagem, e esse corte foi respeitado no processamento digital. Após o processamento, foram geradas as derivadas TIFF e JPEG.

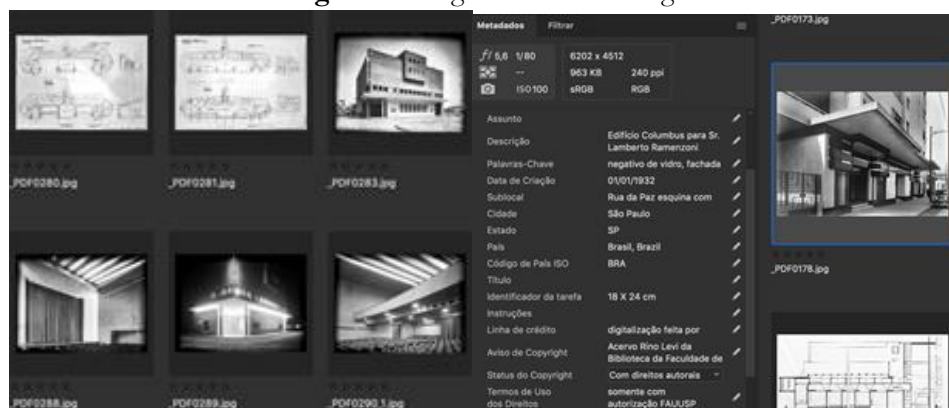
Figura 5 - Processo de digitalização dos negativos de vidro



Fonte: Elaborado pelos autores.

Abaixo, amostra dos arquivos digitais dos negativos de vidro digitalizados.

Figura 6 - Negativos de vidro digitalizados



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Figura 6, imagem assinalada em azul com os devidos metadados catalográficos, à esquerda, os metadados técnicos ao lado – propriedades do arquivo digital para difusão, no formato jpeg, uma versão mais leve do arquivo matriz, em formato tiff.

2.2 Fichários com filmes negativos e positivos flexíveis

O trabalho de conservação relativo aos fichários com filmes negativos e positivos flexíveis contemplou as seguintes etapas: inventário, higienização, preservação analógica, digitalização, acondicionamento, catalogação e digitalização.

2.2.1 Inventário

Tanto os fichários com negativos flexíveis quanto os fichários com ampliações apresentavam diversos formatos – do 35mm ao 24cm X 30cm, além de materiais coloridos e em preto e branco, slides (diapositivos), negativos coloridos e alguns documentos em papel que acompanhavam o material fotográfico.

2.2.2 Higienização

Foi realizada a limpeza das faces das emulsões – os lados das emulsões são extremamente frágeis e foram tratados com todo o rigor de forma a não haver abrasões e danos nas imagens. Foram prioritariamente tratados com técnicas a seco e, em alguns casos, empregada lavagem aquosa ou com solventes.

2.2.3 Preservação analógica

Foram identificados muitos itens com deterioração pela Síndrome do vinagre. A leitura com tiras de acidez (A-D Strips) auxiliou a determinação dos lotes deteriorados pela síndrome do vinagre, além de etiquetas adesivas sobre a imagem, em intervenção anterior à chegada da coleção Rino Levi na Biblioteca da FAUUSP.

Alguns negativos estavam colados um ao outro e sem embalagem protetora. O processo de deterioração que desestabiliza o suporte fílmico causou essa aderência, somado ao fato de não estarem corretamente conservados.

Figure 1 shows two pages from a specimen collection book. The left page is labeled '18 JUL 72' and '22 JUL 72'. The right page is labeled 'OFA 40' and 'OFA 40'. Both pages display a grid of 12 small, dark, rectangular specimens, each with a small white label. The specimens are arranged in a 3x4 grid on each page. The labels on the right page are numbered 1 through 12.

Na figura 7, temos a frente e o verso de uma folha com filmes positivos (cromos) coloridos e fica evidente a interferência das etiquetas adesivas, coladas sem critério sobre a imagem, às vezes pelo lado da emulsão e em outras, pelo lado do suporte filmico. Essa ação está presente em toda a documentação fotográfica da Coleção Rino Levi. Ao contrário do ocorrido nos negativos de vidro, nos negativos flexíveis, a maioria das ocorrências com as etiquetas se deu do lado da emulsão, inviabilizando a retirada das etiquetas adesivas.

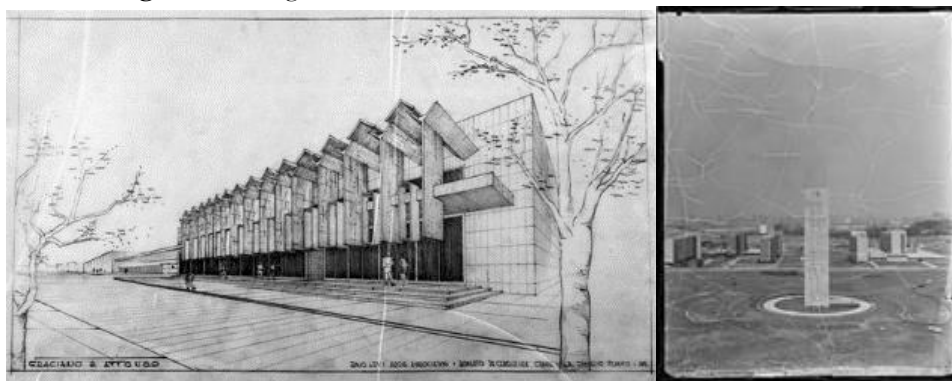
A partir da planilha construída durante a organização dos filmes flexíveis foi possível elencar os temas a serem digitalizados com o objetivo de dar ampla cobertura e amostragem da documentação fotográfica da Coleção Rino Levi, no que diz respeito aos projetos e documentação fotográfica das obras. Foi dada prioridade também aos materiais mais antigos, por terem maior risco de deterioração físico-química.

Foram segregados negativos de diversos formatos por apresentarem alto grau de deterioração pela Síndrome do Vinagre. Tais materiais foram indicados para o descarte técnico por não apresentarem mais condições de serem preservados, uma vez que a deterioração em curso é um processo físico-químico irreversível. Tal deterioração ocorreu pelo clima adverso no qual o acervo ficou submetido por longo período de tempo, normalmente local extremamente úmido e quente. Os materiais com severa manifestação da Síndrome do vinagre foram digitalizados, seja para registro documental,

quando a imagem já não apresenta possibilidade de leitura ou restauro digital futuro, seja para integrar a coleção de arquivos digitais como matrizes.

A figura 8 ilustra duas situações: materiais com muitas marcas visuais do resultado do encolhimento da base fílmica e materiais com a imagem ainda preservada, mesmo tendo sido contaminados pela deterioração de forma irreversível.

Figura 8 - Imagens com marcas do encolhimento da base fílmica



Fonte: Elaborado pelos autores.

Mesmo com algumas marcas advindas do suporte deteriorado, é possível não causar comprometimento à imagem. Em casos de temas da obra ou do projeto onde há ampliações ou negativos de reprodução, as imagens digitalizadas servirão para simples registro. Em outros casos, onde não há nenhum outro registro, as imagens digitalizadas, mesmo com resultado das imperfeições dos negativos, passam a ser únicas e de informação definitiva.

Figura 9 - Imagem ainda preservada, mesmo deteriorada de forma irreversível



Fonte: Elaborado pelos autores.

As marcas da deterioração ainda estão brandas e não inviabilizam as imagens.

2.2.5 Acondicionamento

Os negativos e positivos flexíveis foram acondicionados em álbuns fornecidos pela FAUUSP, parametrizados ao mobiliário da Biblioteca, onde o acervo ficará preservado.

2.3 Fichários com ampliações e contatos

O conjunto de 2.447 fotografias foi higienizado, identificado, catalogado e preservado em pastas suspensas com envelopes de polipropileno interfolhado com cartão neutro, e arquivado no mobiliário da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

O trabalho de conservação relativo aos fichários com ampliações e contatos contemplou as seguintes etapas: inventário, higienização e acondicionamento.

2.3.1 Inventário e higienização

As ampliações fotográficas estavam arquivadas em dois tipos de fichários, um maior para fotografias 24 X 30 cm e os outros menores com ampliações de tamanhos variados com a predominância de fotografias preto e branco na dimensão de 18 X 24cm. Foi identificado um conjunto de 2.447 fotografias.

2.3.2 Higienização

Foi realizada limpeza das faces das emulsões – os lados das emulsões são extremamente frágeis e foram tratados com todo o rigor de forma a não haver abrasões e danos nas imagens. Foram prioritariamente tratados com técnicas a seco. Muitos dos fichários originais continham as cópias-contato e ampliações coloridas e em preto e branco coladas em folhas ácidas de papel de qualidade baixa.

2.3.3 Acondicionamento

As folhas dos álbuns foram desmontadas e refiledadas. Colocadas em envelopes de polipropileno interfolhado com cartão neutro de gramatura de 305g/m² e identificadas com grafite no alto do papel suporte, sendo posteriormente dispostas em pastas suspensas.

Figura 10 - Envelopes de polipropileno



Fonte: Elaborado pelos autores.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos ora apresentados só foram possíveis por conta da parceria FAUUSP e Itaú Cultural, que a partir da proposição em conjunto da exposição denominada Ocupação Rino Levi, em 2020, viabilizou o aporte financeiro necessário. A realização deste projeto permitirá acesso ainda mais amplo do público interessado, instituições culturais e pesquisadores nacionais e internacionais, viabilizando futuras pesquisas, envolvendo Levi e seu escritório.

Cabe registrar que os trabalhos realizados pela Massapê Audiovisual foram acompanhados desde o início pela equipe da Biblioteca. Embora tenham sido necessários alguns ajustes de cronograma, em função da pandemia por coronavírus, os esforços das equipes da FAUUSP e da Massapê, resultaram no cumprimento de praticamente todas as atividades previstas.

Ao final do projeto, restou a inclusão dos dados catalográficos no recém criado Portal Acervos FAUUSP. Portal esse que foi desenvolvido na plataforma Omeka S e que tem por base o padrão de metadados Dublin Core, visando a interoperabilidade com outras coleções da FAUUSP e externas. Questões legais como direitos autorais e licenciamentos vêm sendo estudados antes da disponibilização desse conteúdo no Portal, sobretudo das imagens digitalizadas. Para isso, a Biblioteca da FAUUSP tem se respaldado na consultoria jurídica prestada pela Procuradoria Geral da Universidade.

Como ações futuras ligadas à documentação fotográfica, cabe à FAUUSP lidar com os desafios que se colocam na gestão de um acervo como esse. Evidente que ações de higienização, climatização e segurança, dentre outras, devem ser constantes e que o limite de recursos financeiros dificulta a implementação de todas as medidas e protocolos. A manutenção de um grande volume de material e a questão espacial de reservas técnicas para oferecer condições de conservação e acesso são questões prementes para a instituição. Espera-se que a partir dos resultados positivos aqui demonstrados, novas ações

propositivas que incluam projetos compartilhados com outras instituições, nos moldes do que foi feito com o Instituto Itaú Cultural possam ser constituídas a fim de se cumprir o compromisso permanente da FAUUSP com o caráter público, de acesso gratuito e amplo a seus acervos.

REFERÊNCIA

LANNA, Ana. Os frutos de um valioso acervo em arquitetura e urbanismo. **Jornal da USP**. 30 set. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/os-frutos-de-um-valioso-acervo-em-arquitetura-e-urbanismo>. Acesso em: 30 set. 2020.

UMA COLEÇÃO DE DOCUMENTOS DENTRO DE UM ARQUIVO: RELATOS DE PRESERVAÇÃO DA COLEÇÃO ARNALDO MACHADO

Dijavan Mascarenhas Campos (Irmandade do Santíssimo
Sacramento da Candelária)

1 INTRODUÇÃO

A presente comunicação tem como objetivo descrever as atividades de preservação desenvolvidas no conjunto documental denominado “Coleção Arnaldo Machado”. Tendo como metodologia alguns dos princípios preconizados pela conservação preventiva, o trabalho de preservação foi elaborado de forma que as atividades pudessem ser aplicadas, em concomitância, com o tratamento técnico arquivístico na coleção.

A coleção objeto de estudo foi produzida e acumulada pelo pesquisador Arnaldo Machado, que era um museólogo de grande relevância, pois consta em sua biografia que o próprio foi responsável pela criação do Centro Cultural Banco de Brasil (CCBB), no Rio de Janeiro.

A partir de década de 1970, o museólogo iniciou pesquisas que tinham como objetivo descrever a história da construção da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, templo religioso situado na Avenida Presidente Vargas, região central da cidade do Rio de Janeiro.

As pesquisas desenvolvidas pelo museólogo resultaram em uma coleção de 10 livros que descrevem e analisam diversos aspectos da Igreja, são eles: Candelária: aspectos históricos, arquitetônicos e artísticos; Candelária: As

Pinturas Murais; Candelária: Retratos e Figuras em Pintura Mural; Candelária: Oração e Música; Candelária e Iconografia; Candelária: O zimbório; Candelária: Os vitrais; Candelária: As Portas de Bronze; Candelária: uma Igreja Mariana; Candelária: de Maria à Candelária.

Os documentos produzidos e acumulados para a elaboração dos livros foram doados, ainda em vida, a partir de 2001, pelo pesquisador à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, que foi a responsável pela construção e também administra a Igreja, e estão custodiados no Arquivo F.B. Marques Pinheiro, que é o nome do arquivo da instituição.

O pesquisador também pertencia à instituição, atuando como Irmão, título que é conferido aos membros de uma irmandade religiosa. Dessa forma, verifica-se que também seja de interesse da Irmandade, proprietária da igreja, que a coleção seja preservada. Em complemento as informações já descritas, verificou-se que as motivações do pesquisador ao produzir os livros estão relacionadas com a sua fé.

Naquela noite [20 de setembro de 1974], como se ouvisse uma grande voz que dizia ‘O que vês, escreve-o em um livro (...)’, como está na Bíblia, deixei cair em meu coração a semente de um livro, que contasse e anunciasse a história e a beleza da Casa de Deus – a Igreja de Nossa Senhora da Candelária (MACHADO, 2017, P. 434).

Uma coleção de documentos pode ser definida como “Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005). A inclusão da expressão “características comuns” no verbete, em um primeiro momento, causou certo estranhamento e suscitou um melhor entendimento a respeito do termo.

O Dicionário Brasileiro de Biblioteconomia e arquivologia (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 91), clarifica a inclusão da expressão ao definir e exemplificar uma coleção de documentos como “Reunião artificial de documentos, sem relação orgânica, agrupados de acordo com uma característica comum, tal como, entre outros, forma de aquisição, assunto, língua, suporte físico”.

Mesmo observando que a definição apresentada pelo dicionário suscite outros questionamentos, consideramos que o termo empregado ao conjunto documental “Coleção Arnaldo Machado” seja apropriado, tendo em vista o objetivo específico da comunicação.

O Arquivo F.B. Marques Pinheiro tem como finalidade a preservação dos documentos, de guarda permanente, da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. O arquivo possui documentos datados desde o século XVIII. E, como forma de contribuir para que o arquivo cumpra a sua

missão, Campos (2020) desenvolveu um produto técnico científico no Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde apresentou um conjunto de melhorias a serem aplicadas no arquivo por meio da metodologia da conservação preventiva.

Uma característica da conservação preventiva está na sua aplicabilidade, principalmente quando é observada a realidade em que muitos acervos se encontram: “[...] A conservação preventiva atende melhor às necessidades de preservação de nossos acervos, quando nossas instituições convivem com as adversidades do clima tropical e com a realidade de orçamentos limitados.” (BECK, 2003, p. 47).

As questões referentes ao controle do clima nos ambientes em que estão os acervos são fundamentais, na medida em que as oscilações de temperatura podem acelerar a degradação dos documentos. Uma solução preconizada pela bibliografia da área é o controle da temperatura no ambiente, principalmente quando observamos o clima característico do Brasil, que tem como tendência altas temperaturas.

A implantação de aparelhos de ar-condicionados nos ambientes de guarda é um exemplo de solução preconizada pela conservação preventiva. Entretanto, a sua aplicação é inviabilizada quando são verificados os custos para a manutenção dos aparelhos que devem permanecer ligados, ininterruptamente, conforme recomenda a bibliografia.

Nesse sentido, ao problematizar as dificuldades em preservar os documentos por meio do controle do clima, uma alternativa também preconizada na conservação preventiva é o acondicionamento, que foi a solução apresentada por Campos (2020), como uma possibilidade para que a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária pudesse preservar os documentos mantidos no Arquivo F.B. Marques Pinheiro.

O acondicionamento de documentos deve ser pensado como um sistema de proteção que contribui para evitar a exposição dos documentos aos fatores adversos existente no ambiente. E, por isso, deve ser antecedido por um procedimento fundamental na conservação: “[...] Os documentos devem estar higienizados antes de acondicionado” (HOWES, 2014, p. 70). Outra característica fundamental dessa metodologia está no planejamento:

O acondicionamento é uma das etapas do planejamento da conservação preventiva da instituição. Objetiva a preservação do acervo, protegendo os documentos contra os danos físicos, condições ambientais adversas e proporcionando-lhes um microambiente adequado. (HOWES, 2014, p. 69)

Considerando a importância do planejamento no trabalho de conservação preventiva, Campos (2020) utilizou como procedimento técnico um diagnóstico no acervo.

Tendo como pressuposto de que o acondicionamento poderia ser uma alternativa a ser implantada no arquivo da Irmandade, o diagnóstico, realizado por meio de fichas de diagnósticos, teve como objetivo documentar as características do arquivo, como por exemplo, as tipologias documentais existentes, características do ambiente - do edifício em que se encontra o arquivo - e também os materiais utilizados no acondicionamento e armazenamento dos documentos.

Os materiais de conservação, ou também designados como de qualidade arquivística, devem ser pensados como forma de proteger os documentos: “os invólucros de armazenagem instáveis podem reagir com seus conteúdos, e eles mesmo podem deteriorar-se, produzindo ácidos capazes de danificar os materiais que abrigam” (OGDEN, 2001, p. 17).

Dessa forma, Campos (2020, p. 80; 83-88), ao fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema acondicionamento de documentos e também utilizar a metodologia do estudo caso elaborou quadros com informações sobre “especificações de acondicionamento de documentos” em caixas; “as vantagens e desvantagem do uso de invólucro à base plástico” e uma “descrição de uso de materiais para acondicionamento em suporte papel” por tipo, características e aplicação.

2 METODOLOGIA DO TRATAMENTO

O tratamento técnico aplicado na Coleção Arnaldo Machado foi iniciado observando a forma como o produtor acumulou os documentos. Ao analisar o conjunto documental, a equipe responsável pelo tratamento, dois arquivistas e um técnico, observou que o pesquisador tinha produzido 10 livros, com assuntos específicos, e que essa informação tinha que estar contida no campo descrição do conteúdo, de forma que a pesquisa sobre o assunto e o acesso aos documentos fosse mais eficaz.

Outra característica observada pela equipe foi que, ao doar os documentos para a Irmandade, o pesquisador também cedeu os livros originais (os manuscritos) e legou os direitos de publicação e comercialização para a Irmandade, o que reforçou a importância para que a coleção fosse preservada.

Em seguida, iniciamos a atividade de descrição da coleção que foi realizada no sistema utilizado no arquivo da instituição (Caribe). A descrição realizada foi por item documental e não por série. Ainda que se verifique que a descrição por item documental seja mais operosa, a opção por esse método

demonstrou-se favorável dada as especificidades da coleção e o conteúdo dos livros produzidos pelo pesquisador que contém fotografias que ilustram aspectos gerais e específicos, por exemplo, de uma pintura decorativa da igreja ou das esculturas de gesso da Igreja.

Pensando nas possíveis potencialidades de pesquisa na coleção, incluindo a pesquisa externa, foi elaborado um instrumento com a descrição dos documentos contendo um índice topográfico, onomástico e temático.

A produção de instrumentos de pesquisas é compreendida por parte da arquivologia como objetivo final do processo de descrição. Contudo, Geoffrey Yeo, professor da Universidade *College London*, ao debater sobre o tema, apresenta outras possibilidades que podem ser atribuídas à atividade:

[...] Os produtos descritivos atuam como ferramentas de gestão de conjuntos documentais – inventários cuja função é impedir possíveis perdas ou extravio. Eles cumprem um papel de preservação ao reduzirem o manuseio dos documentos originais. Acima de tudo, eles captam e reúnem informações sobre o contexto. (YEO, 2017, p. 136)

Dessa forma, ao considerar que a descrição também objetiva contribuir com a preservação de documentos, verifica-se uma proximidade da arquivologia no tocante a conservação, demonstrando que o fazer arquivísticos tem relação direta com o tema e que pode ser considerado como uma atividade inicial ou complementar a depender do contexto de produção dos documentos.

Uma característica da Coleção Arnaldo Machado, semelhante aos arquivos pessoais privados, é a diversidade de espécies e tipologias documentais. Além de documentos textuais, a coleção também é composta por documentos iconográficos.

A presença de um grande volume de fotografias e negativos na coleção se justifica quando se analisa os livros produzidos pelo pesquisador, que contém inúmeras imagens, que ilustram aspectos e descrevem detalhes da igreja, principalmente os arquitetônicos e artísticos, incluindo o processo de trabalho de inúmeros profissionais, como por exemplo, o engenheiro Antônio de Paula Freitas, o escultor Antônio Teixeira Lopes e pintor João Zeferino da Costa.

Assim como os documentos em suporte papel, as fotografias também podem ter o seu processo de deterioração acelerado quando estão armazenadas em ambientes com temperaturas altas ou oscilantes. Campos (2020, p.), explica “[...], o controle das oscilações de temperatura pode evitar a reação de alguns processos químicos nas fotografias”. Essa atenção se torna fundamental, principalmente pela ação da umidade, que pode ocasionar danos irreparáveis.

Considerando o diagnóstico realizado no Arquivo F.B. Marques Pinheiro que demonstrou que o mesmo não tem condições de implantar um sistema de controle da temperatura, a pesquisa bibliográfica demonstrou que o acondicionamento pode também ser uma alternativa eficiente para a preservação das fotografias. Essa metodologia considera importante que os documentos sejam acondicionados por níveis de proteção:

Os níveis de proteção funcionam como barreiras não só para a luz e o ar poluído (poeira, enxofre, etc), mas também para as oscilações da temperatura e umidade relativa do ar, que acontecem diariamente na área de guarda - que lamentavelmente é o mesmo espaço utilizado para as atividades de tratamento técnico e de atendimento aos pesquisadores - essas características climáticas não são decorrentes apenas das oscilações externas mas principalmente do “liga-desliga” dos aparelhos de ar condicionado e da permanência de pessoas na área de armazenamento. Assim, é o acondicionamento que assegura estabilização - fator primordial na preservação do acervo. (SPINELLI JUNIOR, 1997, p. 67)

Esclarecida a importância dos níveis de proteção para a conservação das fotografias, também foram analisados os tipos de fotografias existentes na documentação. A coleção Arnaldo Machado é composta majoritariamente por fotografias à base de gelatina e também por negativos e positivos à base de plásticos

A opção em conservar os negativos foi decidida após uma avaliação que constatou que muitas fotografias não tinham sido impressas ou reveladas, constituindo material inédito e que poderia ser utilizado posteriormente para a publicação dos livros.

Algumas fotografias da coleção foram transferidas para o Arquivo da Irmandade agrupado por tema do livro, em pastas de plásticos transparentes, que não protegiam contra os danos da luz. E sem entrefolhamento, requisito básico, quando se tem um conjunto de fotografias agrupadas ou armazenada em álbuns. Os negativos também estavam acondicionados em envelopes não apropriados.

Considerando o critério de descrição utilizado, por item documental, optou-se pelo acondicionamento das fotografias e negativos individualmente em folhas e envelopes de papel neutro, que é um dos materiais recomendados para a conservação de fotografias à base de gelatina e negativos. Seguido pelo armazenamento em caixas poliondas que estão armazenadas em materiais de aço, constituindo os níveis de proteção preconizados pela literatura.

A opção pelo acondicionamento em materiais de conservação à base de plásticos se tornou inviável frente à demanda de documentos e serem preservadas, que inclui os documentos da própria instituição.

Os documentos textuais também receberam o mesmo tratamento adequado, sendo higienizados e acondicionados em materiais de qualidade arquivística.

O trabalho de preservação da Coleção não se limitou às atividades descritas. Os aproximadamente 2 metros lineares de documentos estão em processo de digitalização, constituindo mais uma medida preventiva que permite o acesso e a preservação dos originais.

3 CONCLUSÃO

A presente comunicação objetivou descrever o tratamento de preservação desenvolvido na Coleção Arnaldo Machado. Uma característica dessa coleção está no processo de doação dos documentos feita pelo próprio pesquisador, provavelmente consciente de que o Arquivo F.B. Marques Pinheiro fosse o local adequado, e que a coleção poderia contribuir para outras pesquisas.

O resultado dessa possível conscientização pode ser verificado nos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores que utilizam a documentação como fonte. Ao mesmo tempo, a preservação dos documentos foi justificada quando a instituição iniciou o processo de publicação dos livros, e que partes dos documentos foram reutilizados.

O estudo descrito demonstrou que algumas medidas preconizadas pela conservação preventiva podem ser aplicadas em concomitância com as atividades de tratamento técnico arquivístico, demonstrando que ambas as atividades não excludentes e sim complementares.

Ao problematizar a conservação dos documentos por meio do controle do clima com o uso de ar condicionado, a revisão bibliográfica demonstrou que o acondicionamento, com o uso de materiais de qualidade arquivística é uma alternativa a ser utilizada.

É importante ressaltar que na conservação preventiva, as atividades de intervenção não são preconizadas, competindo aos profissionais da área da restauração tal atividade, o que reitera que alguns procedimentos podem ser executados pelos arquivistas, quando orientados.

Uma das características do universo da preservação está na apropriação dos conceitos de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. Diversas áreas do conhecimento podem contribuir para que um bem cultural, uma coleção ou

um conjunto documental possam ser preservados, e isso inclui a própria arquivologia.

Dessa forma, espera-se que tal comunicação possa contribuir para o debate em torno do universo dos arquivos pessoais e também das coleções de documentos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BECK, Ingrid. Ferramentas de gerenciamento para a conservação preventiva de acervos. In: *Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba/Fundação Pró Memória*. v. 2. n. 2, p. 47-67, jul. 2003. Disponível em: https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registro_2.pdf. Acesso em: abr. 2019.

CAMPOS, Dijavan Mascarenhas. *Conservação preventiva: propostas de melhorias para o Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária*. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos). Fundação Casa de Rui Barbosa. Programa de Pós Graduação em Memória e Acervos. PPGMA. Rio de Janeiro, 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2008.

HOWES, Robert; DUARTE, Zeny (org.) *A conservação e a restauração de documentos na era pós-custodial*. Apresentação de Robert Howes. Salvador: EDUFBA, 2014.

SPINELLI JUNIOR, Jayme. *A conservação de acervos bibliográficos e documentais*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

MACHADO, Arnaldo. *Candelária: aspectos históricos, arquitetônicos e artísticos*. Rio de Janeiro: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, 2017.

OGDEN, Sherely. *Armazenagem e manuseio*. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001

YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. In: *Correntes atuais do pensamento arquivísticos*. EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.) Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

MUSEUS, COLEÇÕES E ARQUIVOS: DISPERSÃO INSTITUCIONAL

Maria Celina Soares de Mello e Silva (Museu Imperial)

1142

1 INTRODUÇÃO

Os museus são instituições colecionadoras por definição e natureza. Ao colecionar documentos, a tendência é a de que se chamar de “coleção” os conjuntos documentais adquiridos. A partir do momento que isto se torna algo automático, sem reflexão conceitual, passar a se tornar uma questão para a área arquivística, que traz implicações para as atividades, especialmente a de descrição arquivística e a de recuperação da informação.

O conceito de coleção para a Arquivologia é baseado em seus princípios, em especial ao Princípio da Proveniência, e que muitas vezes não são levados em consideração pelas instituições museológicas. O objetivo desse estudo é o de fazer uma reflexão sobre a aquisição de conjuntos de documentos de origem privada por parte de museus, e sua incorporação como patrimônio institucional, sob a guarda do setor de arquivo, geralmente chamado de “Arquivo Histórico”.

Os dados discutidos aqui são fruto de experiência profissional atuando em arquivos de museus e, ainda, de consulta a *sites* de instituições museológicas na internet. Portanto, um estudo empírico, embora também baseado na teoria arquivística, aliando a teoria com a prática.

2 COLEÇÕES EM MUSEUS

Os museus adquirem coleções privadas que podem ter diversos gêneros, formatos, suportes e natureza. Ocorre que uma coleção, ao ser adquirida e entrar em museus, geralmente é desmembrada por suas características físicas, fazendo com que objetos sejam encaminhados para a área de museologia, publicações em geral para a biblioteca, documentos textuais para o Arquivo Histórico, fotografias para a fototeca, mapas e plantas para a mapoteca. Estes setores não necessariamente trabalham em consonância. As implicações deste procedimento levam à necessidade de maior controle nos instrumentos de pesquisa que, se não estiverem bem elaborados, permitem que o contexto de ligação entre os documentos seja de difícil recuperação. E isto significa perda de informação relevante para a pesquisa.

O trabalho do profissional que atua em instituições museológicas deve englobar não apenas as tarefas tradicionais do *metier* arquivístico, mas também o de pesquisa de contexto de produção na tentativa de entender a história do conjunto e identificar se é coleção ou arquivo. Esta questão terminológica nem sempre é de fácil distinção tendo em vista que, com certa frequência, o conjunto é demasiadamente manipulado pelos doadores ou produtores, que interferem nas suas características originais.

Assim, o trabalho propõe uma reflexão sobre os conceitos e os impactos no tratamento destes conjuntos documentais em museus.

2.1 Princípios arquivísticos

Para que um conjunto documental seja considerado arquivo alguns princípios são observados. Os que nos interessa enfatizar neste estudo são o da proveniência e o da ordem original e a relação orgânica entre os documentos.

O Princípio da Proveniência é o pilar da teoria arquivística, onde se determina que os documentos de um determinado produtor, seja instituição ou pessoa, não podem ser misturados com os de outro. Esta é uma questão básica para se conhecer o contexto de produção dos documentos. As informações sobre a produção são significativas para melhor compreender porque o documento foi produzido e com qual função.

O Princípio da Proveniência

É o Princípio arquivístico fundamental, segundo o qual os documentos ou os arquivos originários de uma instituição, de uma corporação, de uma família ou de uma pessoa não devem ser incorporados a documentos ou arquivos de outras procedências; inclui, às vezes, o princípio do respeito à ordem original; princípio do respeito aos fundos, respeito aos fundos. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 291)

O Princípio de Respeito aos Fundos é uma variante, e ocorre quando arquivos de diferentes proveniências passam a fazer parte de uma mesma instituição e a conviver juntos, porém sem serem misturados.

O que tenho observado é que nem sempre este princípio é respeitado em instituições museológicas, ou até mesmo em instituições congêneres, como bibliotecas, centros de documentação ou de cultura. O tratamento dado aos documentos arquivísticos, em museus históricos, museus com uma tradição mais antiga, do tempo em que não havia cursos regulares de arquivos, tão pouco cursos de graduação, onde aprendemos a pensar o *modus operandi* do arquivista. Assim, o trabalho com arquivos era geralmente realizado por bibliotecários ou historiadores, ou ainda museólogos. Esses profissionais aplicavam aos documentos de arquivo tratamento individualizado, ou o que chamamos de museológico. O item é descrito em sua individualidade, sem preocupação de verificar ou explicitar sua ligação com os demais documentos do conjunto. Dessa maneira, documentos de um mesmo assunto, mesmo pertencendo a fundos diferentes, foram retirados de seu contexto para formar novos conjuntos documentais, baseados em temas, datas, períodos, assuntos etc., o que é chamado de “artificial”. Ou ainda, a simples descrição individual, recuperada por índices, onde o contexto de produção não é dado.

Quando se trata de trabalhar item a item, individualmente, sem se preocupar com o contexto de produção e a relação dos documentos entre si, ferimos o princípio do respeito à ordem original dos documentos. Esse princípio estabelece que

Os arquivos que procedem, isto é, que provêm de uma mesma origem, devem manter o mesmo arranjo (ou ordenação) estabelecido pelo órgão de origem; princípio de reconstituição da ordem original; restabelecimento da ordem original. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 291)

Uma vez que um conjunto documental, reconhecido como arquivo, possua uma ordenação original, ou seja, dada pelo próprio produtor dos documentos, significa que esta ordem era a forma como os documentos eram recuperados pelos seus produtores. E assim, também representa uma informação a mais para a compreensão do conjunto, a de saber como eram tratados, produzidos, manipulados e movimentados.

A ordenação está intimamente relacionada à organicidade, que é uma das características dos documentos de arquivo. Organicidade é a

Qualidade segunda a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas

relações internas e externas. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 270)

A organicidade representa a ordenação dada aos documentos em sua origem, e que deve ser mantida, na medida do possível, para continuar estabelecendo os vínculos entre os documentos, não dispersando o contexto, não apenas de produção, mas, sobretudo de acumulação.

2.2 A dispersão institucional dos documentos

Os conjuntos uma vez adquiridos devem continuar a ser tratados como conjuntos, independente do local físico onde será preservado. Evidentemente que há mobiliários apropriados para necessidades específicas de tamanho, por exemplo, como uma mapoteca, que acondiciona mapas e documentos de dimensões maiores. Há ainda exigências climáticas de umidade e temperatura que podem variar e ter a indicação de espaços diferenciados. Porém, cada instituição se organiza internamente para atender aos seus objetivos. A hierarquia interna pode variar. Museus históricos, em geral, possuem dois arquivos: um institucional, onde são preservados os documentos produzidos pela instituição, normalmente os processos; e o outro o arquivo chamado de “histórico”, onde são preservados os conjuntos documentais adquiridos em razão dos objetivos institucionais. São aquisições que levam em conta as áreas de atuação da instituição, seja tema, período cronológico, um personagem etc. E é aqui que começa nossa questão.

Nas instituições com esta característica, o arquivo histórico recebe os documentos e organiza por gênero documental, qual seja, textual, iconográfico (mantendo as fotografias à parte, como fototeca), cartográfico e assim por diante.

Este desmembramento físico não será problema se o instrumento de pesquisa (ou busca) der conta de unir os conjuntos. O instrumento deve ser capaz de fornecer informações sobre o contexto de produção e da totalidade do conjunto adquirido, para que a informação chegue ao usuário da forma mais completa e precisa possível. Caso contrário, para se ter conhecimento de todo o conjunto adquirido, será necessário realizar a busca em mais de um instrumento, pesquisando em diferentes setores e fontes dentro de uma mesma instituição, burocratizando a recuperação da informação.

O instrumento de pesquisa deve discriminar onde está o acervo a ser buscado, em qual setor da instituição, por exemplo, se o objeto com características museológicas vai para a área que é responsável pelo acervo museológico, ou para a biblioteca, se tiver características bibliográficas. Esta

informação deve ser dada, o pesquisador não é obrigado a saber onde buscar, é dever da instituição passar a informação e orientar.

Se o instrumento não reunir a totalidade, haverá prejuízo de informações para os pesquisadores. A não compreensão do contexto de produção pode levar a equívocos de interpretação.

Figura 1 - Esquema da dispersão institucional dos documentos



Fonte: elaboração própria.

2.3 O processo de aquisição

A aquisição deve ser baseada em uma política institucional que respalde as decisões, e dê credibilidade e profissionalismo ao processo decisório, garantindo transparência e coerência na formação do acervo.

No ato da aquisição, ou mesmo, anteriormente, quando ainda na fase de negociação e/ou tratativas para a aquisição, todas as informações de referência devem ser buscadas e registradas. Isso é fundamental para o conhecimento da procedência e da legitimidade da propriedade dos documentos que a instituição irá adquirir.

As informações que devem ser buscadas para a aquisição de um conjunto documental, além das de conteúdo, dimensões e período de tempo, também aquelas sobre a trajetória de vida do conjunto. Quem criou e acumulou; espaço físico por onde andou com o passar do tempo; se houve mudanças de local de armazenamento, incluindo mudanças de cidades, de climas, de ambiência etc.; se já houve perdas por algum tipo de sinistro; e qualquer outra informação que possa ser de utilidade para a compreensão daquele conjunto.

Estas informações equivalem ao que a ISAD-G chama de “História Arquivística”:

Objetivo: Fornecer informação sobre a história da unidade de descrição que seja significativa para sua autenticidade, integridade e interpretação. Regra(s): Registre as sucessivas transferências de propriedade, responsabilidade e/ou custódia da unidade de descrição e indique aquelas ações, tais como história da organização, produção de instrumentos de pesquisa, reutilização dos documentos para outras finalidades ou migrações de software, que tenham contribuído para sua estrutura e organização atuais. Indique, tanto quanto possam ser apuradas, as datas dessas ações. Caso a história arquivística seja desconhecida, registre essa informação. Opcionalmente, quando a unidade de descrição for adquirida diretamente do produtor, não registre a história arquivística e sim registre esta informação como Procedência.

Quanto mais informações sobre um conjunto documental for possível obter, menos chances de se cometer equívocos ao defini-lo como um arquivo ou coleção, além de facilitar o tratamento técnico no que se refere a identificação de contexto, descrição, e elaboração dos instrumentos de pesquisa.

3 INSTRUMENTOS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O ponto crucial que envolve a questão principal sobre a dispersão institucional é o instrumento de busca que será desenvolvido para o conjunto documental adquirido de procedência externa, seja um arquivo pessoal, uma coleção ou itens avulsos.

O instrumento de pesquisa que poderá cumprir esta função de unir os conjuntos, ao mesmo tempo que poderá unir temas, personagens ou qualquer outro tipo de busca que se deseja fazer, é uma base de dados, desde que programada para tal. As coleções e arquivos pessoais, ou privados, devem ser uma opção de pesquisa e sua recuperação enquanto tal que não pode ser negligenciada. Por outro lado, os instrumentos individuais para cada conjunto podem e devem ser elaborados, tais como inventários ou catálogos. Estes instrumentos servem, não apenas para dar acesso ao conteúdo do acervo, e às informações gerais sobre o mesmo, mas também são fonte de propaganda do trabalho institucional de preservação de acervos culturais. Tais instrumentos podem proporcionar uma visibilidade e confiança no trabalho da instituição mantenedora do acervo, a ponto de promover o incentivo para capitanear novos acervos.

Hoje a tecnologia nos proporciona a elaboração de instrumentos de pesquisa cada vez mais sofisticados, o que não havia no passado. Muitos

museus e instituições históricas, criados no século XIX até meados do século XX, ainda faziam seus levantamentos e identificação de documentos por meio de fichas em papel, e produziam inventários e catálogos sem índices ou preocupação com detalhamento de contexto e procedência. O trabalho com os documentos de arquivo era realizado não necessariamente por profissionais com noção dos princípios arquivísticos, e sim bibliotecários, historiadores ou profissionais de museus, que determinavam um tratamento individualizado aos documentos, sem preocupação com o conjunto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, com a possibilidade de utilização das bases de dados, cada vez mais complexas, com o cruzamento de informações, e a disponibilização *on-line* para o acesso amplo, não se justifica mais o descuido com informações básicas e detalhadas. Neste sentido, a instituição que adquire um conjunto documental deve se cercar de todas as garantias de estar adquirindo documentos autênticos e fidedignos, baseado em uma política de aquisição que defina, não apenas temáticas, e outras questões de interesse da instituição, mas também questões internas, como responsabilidades de setores da hierarquia institucional que ficarão com a guarda dos itens. Além disso, também os instrumentos de controle para que seja possível recuperar a informação, rapidamente, de qual item do acervo está em qual setor. Os conjuntos podem ser desmembrados fisicamente, mas não intelectualmente. Os instrumentos de busca deverão ser capazes de reconstruir todo o conjunto, sem prejuízo para a pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BEVILACQUA, Gabriel Moore. Arquivos em museus: apontamentos a partir da experiência do Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado de São Paulo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEUS E PESQUISA, 1., São Paulo, 2010. **Anais...** São Paulo: MAC/USP, 2010. p. 155-166.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Norma geral internacional de descrição arquivística ISAD (G). Rio de Janeiro, 2000.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, Briquet de Lemos, 2008.
- DEISS, William. **Museum archives**. Chicago: Society of American Archivists, 1984. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.32106005529877&view=1up&seq=6>>. Acesso em: 04 fev. 2022.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e Silva. Arquivos de museus: características e funções. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. II, n.4, maio/junho 2013. P.36-47.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Conjuntos documentais adquiridos por museus: como nomeá-los? In: ACERVOS DOCUMENTAIS: ENTRE FUNDOS E COLEÇÕES, Museu Imperial, 2021 (*online*).

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. O Arquivo histórico do Museu Imperial. In: SEMINÁRIO DOCUMENTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ACERVOS CULTURAIS, Centro de Memória da UNICAMP, 2, 2022, Campinas. (*online*).

DO CRIATIVO AO ARQUIVO: A PRODUÇÃO DOCUMENTAL EM UMA EMPRESA DE MODA

Mariana Cabada Polydoro (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos privados aparecem na bibliografia da área arquivística, ainda, no século XIX, a formação destes arquivos é por meio da produção e acumulação de documentos por pessoas jurídicas e físicas. No século XX com o desenvolvimento, principalmente, de áreas como a Administração e da Tecnologia da Informação e Comunicação houve o aumento da especialização, complexidade das estruturas administrativas, dos processos de trabalho, bem como da produção documental tornando os documentos modernos e sua organização cada vez mais necessários ao processo de tomada de decisão e à manutenção da memória institucional. Em decorrência desse cenário, os estudos relacionados aos arquivos privados e aos documentos que o compõem tornaram-se mais importantes no contexto social.

Os arquivos empresariais são formados no decorrer da existência da empresa cuja variabilidade depende das atividades geradoras, dos suportes e formatos nos quais a informação é registrada. No arquivo de uma empresa de moda há tanto documentos típicos da função administrativa quanto peças de roupas desenvolvidas no processo de elaboração de coleções.

Este trabalho se desenvolve, no contexto da produção das coleções e tem como objetivo apresentar os resultados preliminares encontrados pela pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão

de Documentos e Arquivos (PPGARQ) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Para alcançar o objetivo deste artigo foi utilizado a revisão bibliográfica e sistematização da informação encontrada sobre a produção documental, bem como sobre o conhecimento organizacional.

2 DESENVOLVIMENTO

A realização da pesquisa teve como marcos teóricos a fase de produção de documentos em concomitância a estudos relacionados à diplomática e tipologia documental. Como marco empírico, o processo de elaboração de uma coleção de uma empresa de moda.

O processamento técnico arquivístico requer a compreensão da relação do documento com sua atividade geradora. Desta forma, quando vinculadas às atividades-fim, essa compreensão deve abarcar o processo criativo de elaboração de uma coleção de roupas, termo utilizado para a elaboração de diferentes tipos de roupa para uma determinada estação do ano.

As peças de roupas elaboradas por uma empresa de moda, ao longo do processo criativo são peças únicas e têm a função de servir como registro daquele processo, bem como de ser um material próprio de estudo e registro da memória empresarial.

Desta forma, pensar os contextos de produção, circulação e uso dos documentos oriundos da produção de uma coleção de roupas pressupõe o entendimento de que a moda é um fator de construção social. O processo criativo desenvolvido desde pensar as cores, materiais, estilos e afins, é o início de um longo processo que tem seu ponto culminante no desfile, sendo este uma ação realizada dentro do processo de criação da coleção. Diante de tais especificidades, questiona-se: Quais são os fluxos de produção desses documentos e quais as suas tipologias?

O arquivo de uma empresa de moda irá conter documentos que comprovem a sua função administrativa, assim como tipologias documentais que abarcam a especificidade da atividade-fim da empresa. Segundo Le Goff “Cada fundo de uma empresa é uma realidade única” (LE GOFF, 1995, p.37. Tradução nossa). O arquivo é uma importante fonte documental para entender um determinado período da história, uma sociedade ou uma empresa.

Os arquivos empresariais são gerados em decorrência da função desempenhada por cada companhia, sendo um instrumento importante no interior da mesma para servir como objeto de consulta, seja juridicamente, financeiramente ou administrativamente. Na Arquivologia, a função pela qual os documentos foram criados está de forma indissociável ligada aos próprios documentos.

Os arquivos nascem em decorrência das ações praticadas por pessoas jurídicas e físicas ao longo de suas respectivas trajetórias. Os documentos que os integram não constituem uma finalidade em si: são ferramentas de gestão, isto é, instrumentos pelos quais as atividades de tais pessoas se realizam, servindo, ao mesmo tempo, de comprovantes de que as atividades foram realizadas. Interessam, portanto, ao organismo que os acumulou, cujos agentes formam seu público-alvo imediato e, muitas vezes, exclusivo.[...] Em outras palavras: alçados à categoria de patrimônio histórico, os arquivos partilham com as demais entidades uma função cultural (no sentido amplo desse conceito), fornecendo subsídios que permitem reconstruir a trajetória das pessoas jurídicas e físicas cujos documentos se preservam e, por extensão, o contexto social em que atuaram. (CAMARGO; GOULART, 2015, P.24)

Com o desenvolvimento de diferentes áreas da indústria, a administração das empresas foi sendo modificada, assim como as relações de trabalho. Neste cenário, há o avanço das tecnologias e novas formas de documentos são produzidos. Há um aumento na complexidade e diversidade dos próprios documentos, e o foco no seu contexto de produção é importante para entender os diferentes registros. Os documentos que fazem parte do arquivo devem representar as funções desempenhadas pela entidade produtora, pois, são produtos delas e, assim, comportam valores probatórios, sendo importantes para a instituição que os produziu, independente do suporte.

Documentos arquivísticos estão inseridos num processo, isto quer dizer que são gerados e estruturados por processos de trabalho. Um processo de trabalho é uma cadeia de atividades coerentes, com um início e um fim, e direcionadas a um objetivo específico. Acima de tudo, este objetivo é a razão para a existência, ou a missão, do produtor dos documentos; é também o que estabelece vínculos entre os processos de trabalho, os quais tornamos arquivos um todo coerente. (THOMASSEM, 2006, p. 6)

Os documentos de uma empresa, ao serem elaborados, estão inseridos em uma lógica que reflete o objetivo para o qual a empresa foi criada, e os mecanismos de produção ligados às ações rotineiras da empresa, sem as quais ela não pode funcionar. Para o desenvolvimento desse artigo é necessário entender a dinâmica e a lógica de produção documental. Ela pode ser entendida a partir dos motivos que levaram à sua produção, as razões para sua preservação, das formas como foram avaliados e selecionados para compor o

arquivo. Esses documentos devem ter a capacidade de representar, no tempo, o contexto documentário da empresa, a quem eles são destinados, quais são seus usos e circuitos. Por fim, esses elementos devem estar claros no sistema por meio do qual os documentos arquivísticos serão acessados.

Em uma empresa de moda, os documentos provenientes de atividades-finalísticas possuem especificidades referem-se aos processos de criação e de comercialização das peças de roupas. Essas especificidades podem ser identificadas desde a produção dos documentos ligadas tanto à atividade ou ação específica dentro do processo de trabalho como à tipologia documental requerida para dar conta do referido processo.

Os documentos elaborados ao longo do processo de criação de uma coleção de moda têm a função de servir como registro do processo de criação e condição de sua execução, além de serem únicos para o produtor e para futuros usos ou estudos, pois também são importantes registros da memória empresarial.

2.1 Estudo aplicado a empresa X

A produção de documentos na empresa em questão é motivada pela elaboração da coleção, ou seja, para cumprir a sua atividade finalística e pelo próprio funcionamento da empresa, com as relações de trabalho que estabelece com os funcionários, a relação com o Estado na forma de obrigações tributárias etc.

Ao final da produção de uma coleção chega o momento de apresentar ao público quais são as tendências de moda da próxima estação, e podemos entender o desfile como um evento dentro da coleção, assim como o lançamento nas lojas. Para a criação e exibição da coleção (eventos) são elaboradas outras tipologias documentais. O desfile/ lançamento de coleção possui caráter probatório, testemunhal e informativo para usuários internos e externos.

Além da dimensão legal, que obriga ao registro dos atos jurídicos para garantir que produzam o efeito desejado, há também uma dimensão gerencial que envolve a produção de documentos como mecanismo de registro dos atos administrativos para posterior análise e revisão das ações realizadas. Antes de tornar-se produto de arquivo, o documento é produto de uma decisão administrativa, à qual ele dá corpo e perenidade. Até chegar ao arquivo e adquirir sua função comprobatória, testemunhal ou informativa, o documento passa por um processo de realização de uma tarefa que visa à produção de efeito jurídico ou administrativo. (PAZIN, 2011, p.14)

Após o desfile / lançamento, são selecionados os itens de vestuário considerados mais icônicos produzidos na coleção vigente, visando sempre a importância da peça para o posicionamento da empresa com relação à inovação e alinhamento com os princípios que norteiam a coleção. Elas são separadas fisicamente e ficam organizadas por coleção, assim como os demais documentos da atividade-fim da empresa.

Um arquivo permanente não se constrói por acaso. Não cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostragens aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou o ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia a dia administrativo [...]. (BELLOTTO, 2006, p.27)

Durante o processo para a aprovação de um item de vestuário é comum ver no cotidiano da empresa peças de roupa passando por aprovação, assim como documentos em suporte papel. Então o acervo é composto por peças que já foram do dia a dia da empresa e peças que foram criadas para serem históricas, pois essas peças foram utilizadas para a aprovação das roupas finais.

Como dito anteriormente, estabelecer e mapear o fluxo de produção de documento em cada etapa do processo para elaborar a coleção/desfile é importante para o objetivo geral a ser desenvolvido, além de entender a relação das roupas com os demais registros do processo de trabalho, sendo as mesmas uma fonte de pesquisa. Estas oferecem informações que podem ser extraídas das propriedades das roupas, mas que também incidem sobre os registros relacionados a ela.

Ao longo dessa pesquisa, algumas atividades de observação foram desenvolvidas para o entendimento e descrição do processo criativo na atividade-fim da empresa X, até o presente momento não houve autorização para a utilização do nome fantasia. As coleções observadas foram: duas de inverno (2021 e 2022) e duas de verão (2022 e 2023), sendo importante frisar que são processos recorrentes em todas as coleções. Para melhor entendimento, esses processos serão divididos em macro temas, nos quais serão elencadas as etapas, alguns documentos já identificados e setores da empresa envolvidos. Esses macro temas são: pesquisa para a nova coleção; desenvolvimento da coleção; produção de moda; comercialização e tratamento documental. Aqui se faz necessário ressaltar que os três últimos macro temas coexistem. A seguir serão apresentados os resultados obtidos até o momento.

A empresa X produz por ano duas coleções: uma de verão e uma de inverno. Para a elaboração dessas coleções são produzidos diferentes tipos de

materiais por diferentes setores da empresa, como não há um setor de arquivos a organização e guarda é feito pelo setor de marketing, pois é ele que mais utiliza os documentos como fonte de pesquisa.

O processo criativo de uma empresa de moda inicia-se com a elaboração de uma nova coleção. Na primeira etapa, são realizadas as pesquisas do conceito que define a coleção, e novas possibilidades de matérias primas para produção das peças de roupas.

Ao final dessa etapa, e já no desenvolvimento da coleção, são elaborados alguns croquis e modelagens para a confecção das peças da coleção. Desse processo resultam alguns documentos, como e-mails, desenhos, fichas técnicas e textos. Na produção de moda, as peças já finalizadas são fotografadas para campanhas, e como resultado dessa etapa são produzidos documentos fotográficos com extensão em jpg e tiff. Já na fase de comercialização, podemos elencar os seguintes documentos: código de referência, quadro de loja e comunicação comercial. Ao longo desse processo podemos perceber que as diferentes atividades estão relacionadas e dialogam, pois não é possível avançar as etapas de confecção sem que a anterior tenha sido finalizada

Ao pensar nessa lógica de produção de uma coleção, ficam evidenciadas diferentes espécies documentais: esboços de desenhos do processo criativo de construção das coleções, estampas corridas e localizadas, (corridas - aparece ao longo de todo o tecido e localizadas - fica na peça em uma posição pontual), desenhos técnicos, fotografias dos desfiles, catálogos, *artbook*, fichas de descrição de produtos, vídeos, anúncios e outros materiais para divulgação da marca, sejam eles em suporte papel, tecido ou em meio digital. Além dos documentos já citados, existem os documentos das atividades-meio, relativos à contratação de funcionário, folhas de ponto, folhas de pagamento, pedidos de férias, solicitação de manutenção do prédio, contas a pagar etc.

Diferentes documentos como fotografias dos desfiles, imagens (fotos reveladas, jpg e tiff) do processo criativo de construção das coleções, estampas em suporte digital, catálogos, anúncios, entre outros materiais para divulgação da marca, sejam eles em suporte papel ou em meio digital, são produzidos ao longo desse processo criativo de elaboração das novas coleções. Para o processo de desenvolvimento das coleções, por exemplo, o setor de Arte elabora estampas (corridas e localizadas), logos da coleção, entre outros documentos que são guardados durante o processo de elaboração das estampas e sua versão final. No setor de Marketing ocorre a disseminação de informações sobre estas coleções e sobre a própria marca - elaborando, desta forma, mais documentação vinculadas à atividade-fim da empresa.

O arquivo da empresa X é composto, na totalidade, de cinquenta e oito *terabytes* digitais e de publicações em papel. Assim, o contexto de produção dos documentos que formam esse arquivo digital é ditado pela demanda de elaboração de coleções. Esses documentos ficam divididos entre 1) arquivos digitais (estampas, meeting - vídeo de treinamento e apresentação da coleção, fotos de desfile e de produtos, materiais desenvolvidos para a divulgação da coleção, entre outros), 2) materiais em suporte papel (*Artbook*, catálogos, croquis, entre outros), 3) Roupas (peças desenvolvidas para desfile e comercialização).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo apresentar os resultados preliminares encontrados sobre a identificação de peças de roupas, no contexto de uma empresa de moda, por meio do mapeamento desse fluxo documental da atividade geradora, contribuindo para o entendimento sobre as especificidades de uma empresa desse setor. Até o momento foram identificados os macro temas e os documentos relacionados a eles, que foram apresentados nesta seção. Os próximos passos da pesquisa será sistematizar essa informação, bem como descrever e categorizar os documentos.

Os resultados preliminares da pesquisa indicam para a necessidade de aprofundamento de estudo sobre o fluxo documental da atividade geradora da peça de roupa, a fim de promover a identificação arquivística.

Neste artigo foi apresentado uma parte da pesquisa que ainda está em desenvolvimento. Um dos objetivos na continuidade da pesquisa é identificar o fluxo documental, mapeá-lo e indicar as tipologias documentais associando-as a cada fase do processo. Além de buscar compreender as especificidades de produção e vínculos documentais em um arquivo empresarial de moda e explorar as possibilidades de incorporação das peças de roupa ao arranjo documental.

REFERÊNCIAS

- Arquivo Nacional (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística - objeto, princípios e rumos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de arquivo** / Heloísa Liberalli Belloto. - São Paulo: Arquivo do Estado, imprensa oficial, 2002. 120 P. (projeto como fazer)

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental** / Heloísa Liberalli Bellotto. - 4. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Decreto 4.073, de 03 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Diário Oficial da União. Brasília DF, 4 jan.2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm> Acesso em 10 out.2011.

CABERO, M. M. El archivo de empresa: un recurso a considerar desde la perspectiva TQM (Total Quality Management). **Revista General de Información y Documentación**, v. 7, n. 2, p. 257-275, 1997

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centro de memória: uma proposta de definição** / Ana Maria Camargo; Silvana Goulart. - São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015.

COOK, Terry. O passado é o prólogo: uma história de ideias arquivísticas desde 1898 e a futura da mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. (org.) **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 17-82.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê? Textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

GOULART, Silvana. **Patrimônio documental e história institucional**. Associação dos Arquivistas de São Paulo. São Paulo, 2002.

JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 19-50, jul./dez. 2015.

LE GOFF, Armelle. Typologie et fonctions, ou comment aborder les fonds d'archives d'entreprises. In: **La Gazette des archives**, n°168, 1995. Archives municipales et patrimoine industriel (actes du colloque de la Section des archivistes municipaux de l'AAF, Elbeuf, 25-27 mai 1994) pp. 36-49; doi: <https://doi.org/10.3406/gazar.1995.4263>
https://www.persee.fr/doc/gazar_0016-5522_1995_num_168_1_4263

NOUGARET, Roger; ZUBER, Henri. Les archives d'entreprises en France. In: **La Gazette des archives**, n°204, 2006-4. Les archives en France. pp. 171-187; doi : <https://doi.org/10.3406/gazar.2006.3834>.
https://www.persee.fr/doc/gazar_0016-5522_2006_num_204_4_3834

PAZIN, M.C.C.P. **Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicas e culturais da produção documental de organizações privadas**. (Tese apresentada no Programa de Pós-graduação em História Social pela Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo.) São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. **Uma análise da teoria dos arquivos**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-

Graduação da Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais, 2004.

SCHELLENBERG, T. R. (Theodore R.), 1903-1970. **Arquivos modernos: princípios e técnicas** / T. R. Schellenberg; tradução de Nilza Teixeira Soares. - 6. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1, jan/jun 2006, p. 5-16

PARTE XVI

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO HORIZONTE DA ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO ENANCIB E NA BRAPCI

Mariana Lousada (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),

Marta Leandro Da Mata (Universidade Federal do
Espírito Santo),

Renato Crivelli Duarte (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

A competência em informação aborda processos ligados à informação, procedimentos referentes à busca, à avaliação crítica da informação e ao seu uso visando à construção de conhecimentos e sua aplicação de modo responsável nos contextos em que estão inseridos, englobando os aspectos pessoais, profissionais, sociais e políticos. As pesquisas acerca da Competência em Informação no âmbito da Arquivologia e dos arquivos são recentes. Apesar de ter surgido no contexto da Biblioteconomia, oferece perspectivas teóricas e metodológicas que se estendem aos arquivistas, aos documentos arquivísticos, seu tratamento e seus usos.

Neste sentido, essa investigação tem como objetivo analisar a produção científica no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no que se refere aos estudos voltados para a competência em informação na Arquivologia. De modo específico, verificar

as principais temáticas relacionadas à competência em informação presente nos estudos originados na Arquivologia como forma de identificar a percepção da área neste âmbito.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de cunho exploratório e bibliográfico, com abordagem qualitativa. Para a coleta e análise de dados utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011), que é constituída por três fases, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento, interpretação e inferência dos resultados. O recorte temporal delimitado foram os trabalhos publicados a partir do ano 2000 até 2020, considerando o surgimento do tema no Brasil.

Na primeira fase, realizou-se um levantamento bibliográfico na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) no campo “título, palavra-chave e resumo” e nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) identificando os artigos sobre competência em informação no âmbito da Arquivologia. Observa-se que os trabalhos do Enancib estavam armazenados no repositório da Benancib até o período de 2014, de 2016 até 2019 estava nos sites das instituições organizadoras do evento.

As palavras-chave utilizadas foram “competência em informação”, “competência informacional”, “letramento informacional”, “alfabetização em informação”, “habilidades informacionais” e “*information literacy*”, bem como “Arquivologia”, “arquivo” e “arquivista”. Observa-se que para ter maior amplitude nos trabalhos coletados nos anais do Enancib, verificou-se também pelos termos unitários como competência, letramento, literacia e alfabetização, selecionando-se os trabalhos apresentados em formato de comunicação oral e pôster acerca da temática.

Na segunda fase, a exploração do material, realizou-se a leitura do título, resumo e palavras-chave para verificar se estavam dentro da temática delimitada na pesquisa. No que se refere à BRAPCI, dos 18 artigos recuperados, dois foram eliminados, tendo-se um total de 16 artigos; já o Enancib apresentou um total de cinco trabalhos recuperados, sendo todos mantidos. Sendo assim, o universo final da pesquisa foi de 21 artigos.

Na terceira fase, foi feita a tabulação e análise qualitativa, apresentando os resultados a partir de quatro categorias que foram definidas a partir da leitura dos materiais, a saber: formação profissional em Arquivologia e CoInfo; atuação profissional do arquivista e CoInfo; Coinfo com foco no usuário de arquivo; e abordagens teóricas com enfoques diversos. As análises foram feitas

em conjunto por categoria onde são apresentados os aspectos principais de cada artigo.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Formação profissional em Arquivologia e CoInfo

Dentre os artigos identificados nesta pesquisa, cinco dedicam sua atenção à análise da competência em informação nos processos de formação do profissional arquivista, sendo quatro identificados na BRAPCI e um no ENANCIB. Desses estudos, dois focos são identificados: análises das competências dos estudantes e análises dos cursos de graduação.

Com o primeiro foco (estudantes), o texto “Emprego das competências em informação pelos estudantes de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia”, de Brandão e Silva (2014), apresenta um estudo empírico que analisa o comportamento informacional e as competências em informação desses estudantes no ambiente digital. O estudo conclui que os estudantes possuem a competência em questão, mas há deficiências em seu emprego, o que sugere a necessidade de maior exploração de certas competências no processo de formação. De modo similar, Lacerda e Llarena (2019), no artigo “Comportamento informacional e sua contribuição para a construção de competências em informação: uma análise dos estudantes em Arquivologia da UFPB”, analisam as relações entre comportamento informacional e competência em informação direcionadas aos estudantes da Universidade Federal da Paraíba. As autoras concluem que os estudantes são familiarizados com as temáticas e que o curso analisado oferece condições básicas para formar profissionais competentes em informação, porém, é evidenciada a necessidade de formação complementar para o desenvolvimento de competências em informação suficientes para a atuação em arquivos.

Com o foco nos cursos de graduação em Arquivologia, Furtado, Pazin e Belluzzo (2017), no artigo “A competência em informação na formação em Arquivologia”, analisam os Projetos Pedagógicos de 12 cursos de graduação brasileiros e concluem que todos os projetos contemplam habilidades informacionais na formação de arquivistas e que a competência em informação permeia seus documentos norteadores. Também com análise de Projetos Pedagógicos, Martendal, Silva e Vitorino (2017), no artigo “Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil”, objetivam identificar a presença das quatro dimensões da competência em informação no perfil almejado ao arquivista formado por três universidades (UEL, UFSC e UFRGS). As autoras concluem

todas as quatro dimensões da competência em informação estão presentes no perfil dos egressos dos cursos analisados. Já Farias e Furtado (2020), no artigo “A inserção da competência em informação nos cursos de graduação em Arquivologia”, buscaram identificar a presença de disciplinas que abordem a temática da competência em informação nos cursos de graduação em Arquivologia e obtiveram como resultados a presença de duas disciplinas explicitamente relacionadas ao tema e outras seis disciplinas transversalmente relacionadas.

3.2 Atuação profissional do arquivista e CoInfo

Os textos com foco na presença da competência em informação na atuação profissional do arquivista ou profissional da informação se destacam como a categoria mais presente no levantamento realizado. Ao todo, tal abordagem encontra-se presente em 9 trabalhos, sendo dois publicados no ENANCIB e 7 encontrados na BRAPCI.

Com um foco específico no profissional arquivista, Ventura, Silva e Vitorino (2018), no artigo “Competência em informação: uma abordagem sobre o arquivista”, buscam analisar conexões existentes entre a competência em informação, o arquivista e o arquivo. Para tanto, as autoras propõem uma observação sobre as atribuições que competem ao profissional arquivista no desenvolvimento de suas funções e a associação destas aos princípios da competência em informação. De acordo com as conclusões das autoras, arquivistas são profissionais competentes em informação e suas atribuições fortalecem suas relações com essa competência, com destaque para o desenvolvimento da dimensão política da CoInfo, na medida em que o ambiente do arquivo se mostra propício para tal. O ambiente do arquivo é entendido como um espaço vinculado ao acesso à informação e à promoção do exercício da cidadania, o que enfatiza as habilidades políticas do profissional em relação à competência em informação.

Já Furtado e Belluzzo (2018), adicionam outros elementos de análise no artigo “Gestão do conhecimento e competência em informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista”. Tomando por base o arquivista na era pós-custodial, o estudo busca analisar as relações entre o lugar atualmente ocupado pelos arquivistas, sua presença na Gestão do Conhecimento e o desenvolvimento de competências em informação. Com a perspectiva pós-custodial, as autoras concluem que a presença do arquivista na Gestão do Conhecimento e no desenvolvimento de competências em informação, tanto próprias quanto direcionadas aos usuários, é possível e desejável, porém, questionam que a realidade profissional viabiliza a inserção.

O questionamento leva em consideração o preparo do profissional para esta realidade, inclusive em seu processo de formação universitária.

A partir de um estudo empírico com a participação de 53 arquivistas, Lima e Brandão (2017) objetivaram associar a atuação do profissional com a *metaliteracy*, no artigo “Análise das competências infocomunicacionais a partir da *metaliteracy*: um estudo com arquivistas”. As autoras propõem uma aproximação entre os conceitos de competência em informação, competências infocomunicacionais e *metaliteracy* no fazer do profissional arquivista. Com os dados levantados na pesquisa empírica, que visaram compreender o comportamento infocomunicacional dos profissionais, concluem que há relações destes com a *metaliteracy*, de modo que a inserção deste conceito no cotidiano dos arquivistas pode contribuir para o desenvolvimento de suas competências infocomunicacionais.

Furtado e Silva (2019), no artigo “O papel do Arquivista na defesa dos direitos humanos: em busca de elementos da Competência em Informação”, acrescentam o debate em torno da promoção da defesa de direitos humanos tomando como base dois referenciais principais: a teoria das dimensões da competência em informação, de Vitorino (2011), e o documento “Princípios básicos sobre o papel dos arquivistas da defesa dos direitos humanos”, do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). A partir desta associação, os autores destacam a atuação do arquivista na capacitação de usuários em relação ao desenvolvimento de competências em informação destes. O papel instrucional encontra-se presente nas atribuições do profissional arquivista, viabilizando melhores condições de acesso à informação por parte dos usuários e proporcionando o contato com ela de forma crítica e competente. Para tanto, torna-se fundamental que o arquivista tenha suas próprias competências em informação desenvolvidas para que seja possível disseminá-las aos demais.

O foco na capacitação de usuários de arquivo também é encontrado no texto “Mediação, competência e educação de usuário: um estudo em arquivo”, de Silva e Paiva (2018). Nesse texto, as autoras compreendem a capacitação dos usuários como uma atribuição do profissional arquivista vinculada à ação de mediação da informação. A pesquisa, que se encontrava em desenvolvimento no momento da publicação do artigo, objetivava identificar a existência e a configuração de ações de educação e capacitação destinada aos usuários do Arquivo Judicial da Justiça Federal da Paraíba.

Leite e Pimenta (2018), no artigo “Contribuições da Competência Crítica em Informação para a atuação em preservação por arquivistas e bibliotecários” ampliam o olhar sobre os profissionais, associando arquivistas e bibliotecários em suas atribuições para com a preservação de documentos.

Fundamentados na competência crítica em informação, os autores concluem que os profissionais citados apresentam possibilidades de desenvolvimento de conhecimentos fundamentais à prática da preservação.

Uma análise sobre a atuação dos profissionais de informação dos países africanos de língua oficial portuguesa é apresentada no artigo “Perfil e competências dos profissionais de informação e suas necessidades de formação: cenário nos PALOP”, de Alves e Alcará (2015). O olhar abrangente congrega profissionais da informação sem distinguir entre arquivistas e/ou bibliotecários. A partir da análise de índices de desenvolvimento humano e econômico da região, as autoras concluem que a atuação do profissional encontra barreiras e limitações ocasionadas, entre outros fatores, por insuficiência na formação e no uso de tecnologias.

As responsabilidades sociais dos profissionais da informação são objeto de Menezes e Vitorino (2014) no artigo “A Competência Informacional fundamentada na dimensão ética”. Por meio da dimensão ética da informação, as autoras avaliam as ações desenvolvidas pelos profissionais da informação e seus impactos nos processos de geração de saberes em outros indivíduos.

Ramos e Pinto (2014), no artigo “Política de gestão documental da SCGÁS: uma abordagem através de métricas”, desenvolvem um estudo empírico para identificação de competências em informação desejáveis aos integrantes da Comissão Permanente e Interdisciplinar de Gestão do Patrimônio Documental da SCGÁS. Embora interdisciplinar, os membros da Comissão atuam diretamente na gestão de documentos da companhia, o que destaca as necessidades de competência em informação. A partir de questionários, os autores identificaram as dez características e competências mais relevantes para os membros da comissão.

3.3 Coinfo em informação com foco nos usuários de arquivo

Dentre os textos recuperados, dois deles apresentam foco no usuário de arquivo, ambos identificados na BRAPCI. O texto “As relações entre a arquivologia e as humanidades digitais: a literacia arquivística como meio de interação arquivo e comunidade no acesso à informação”, de Vieira, Bittencourt e Mariz (2019) busca explorar a literacia arquivística como uma forma de oferecer aos usuários de arquivos determinadas competências que auxiliem no processo de busca da informação. Os autores concluem que as relações entre Arquivologia, humanidades digitais e literacia arquivística desempenham importantes funções no acesso à informação.

Freire, Araújo e Silva (2012), no artigo “Tecnologias para competências em informação na web”, apresentam uma análise das ações do “Projeto

Competências em informação – Tutoriais em Tecnologias Intelectuais para disseminação da informação na web”, projeto de extensão em desenvolvimento na Universidade Federal da Paraíba à época da publicação. Apresenta ação extensionista que visa a promoção de competências em informação junto à comunidade, visando busca, organização, produção e disseminação da informação na *web* por meio do desenvolvimento de tutoriais e oficinas. O projeto contempla ações para as áreas de Biblioteconomia e Arquivologia.

3.4 Abordagens teóricas com enfoques diversos

Foram recuperados 5 artigos com abordagens teóricas diversas e que não se adequam às demais. Sendo 3 na BRAPCI, e 2 no ENANCIB.

O artigo "Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na Arquivologia", de Moura, Furtado e Belluzzo (2019) mapeia, por meio de uma Revisão Bibliográfica Sistemática na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), as possíveis interseções da Competência em Informação e da Arquivologia com a Desinformação no contexto nacional. As autoras não identificaram nenhuma ocorrência, evidenciando a falta de produção científica sobre o tema, e concluem que "o fenômeno Desinformação ainda é pouco compreendido e vem de maneira genérica assolando a sociedade".

Gomes, Oliveira Júnior e Araújo (2014), no artigo "Memória: construção social, lugares e competência" fazem uma reflexão sobre o papel das bibliotecas, arquivos e museus como espaços de memória, na medida em que estocam textos, imagens, sons que podem ser acessados e satisfazer as necessidades de indivíduos que possuam habilidades informacionais. Portanto, seria nesse "sistema memorial", local de aprendizagem por meio da informação, que a competência em informação se enquadraria. Os autores alertam que esse tipo de competência é fundamental devido ao excesso de informação existente, ou, como eles denominam, a “hiperinformação”.

O objetivo do artigo "A valorização do grafite como documento de arquivo: uma abordagem interdisciplinar entre a competência em informação e a teoria da complexidade", de Santos, Fernandes, Damian e Albuquerque (2018) foi analisar bibliograficamente, a competência em informação e a teoria da complexidade na valorização e institucionalização do grafite como documento passível de tratamento em arquivos públicos. Os autores, concluem que o padrão de competência em informação, que corresponde à necessidade de fontes confiáveis para acesso efetivo da informação, justifica e auxilia a ideia de institucionalização do grafite como documento de arquivo,

visto que fornecerá um acesso padrão, libertador e duradouro à sociedade que decidir utilizar e acessar o grafite documentado (quando esse já se encontrar na condição de documento).

Os trabalhos "Competência em informação e Arquivologia: uma revisão bibliográfica sistemática no cenário nacional e internacional" e "Arquivologia e competência em informação: possíveis conexões por meio da abordagem à literatura internacional", ambos de Furtado, Belluzzo e Pazin, foram apresentados no GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação do ENANCIB em 2016 e 2018, respectivamente. Os trabalhos apresentam por meio do método de Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) um mapeamento da presença da Competência em Informação no cenário arquivístico nacional e internacional. O primeiro faz um levantamento no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e em três periódicos brasileiros da Arquivologia: *Informação Arquivística*, *Ágora* e *Archeion*. E no segundo a busca é realizada nos periódicos arquivísticos internacionais: *Archives*, *Tabula*, *Archivamos*, *The American Archivist*, *Archivaria* e *Archival Science*. Ao final, as autoras demonstram a baixa produção bibliográfica do tema e chamam a atenção para o elevado potencial de pesquisa do assunto.

Quadro 1 - Categorias de análise

Título	Conteúdo
Formação profissional em Arquivologia e CoInfo	Objetivam explorar as competências em informação de estudantes dos cursos de Arquivologia e a presença ou ausência de competência em informação nos Projetos Pedagógicos e conteúdo programático de disciplinas.
Atuação profissional do arquivista e CoInfo	Exploram as competências necessárias aos arquivistas para o exercício da profissão em perspectivas diversas, bem como para o atendimento ao usuário. Os estudos nem sempre são específicos para arquivistas, associando-os aos profissionais da informação.
Coinfo em informação com foco nos usuários de arquivo	Buscam explorar ações de capacitação de usuários para os processos de busca, acesso e uso da informação com vistas ao espaço digital.
Abordagens teóricas com enfoques diversos	Relacionam a competência em informação a aspectos relacionados à desinformação, a memória, a diferentes tipos de documentos de arquivo, e a produção do conhecimento no âmbito nacional e internacional.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram recuperadas e analisadas 21 publicações e, como resultados, evidencia-se que a produção científica sobre competência em informação na área de Arquivologia busca privilegiar aspectos que envolvem a afirmação e a qualificação do arquivista como um profissional competente em informação, bem como a formação e capacitação deste para o exercício das habilidades relacionadas à competência em informação. Nesse sentido, aspectos como o desenvolvimento de competências direcionadas aos usuários de arquivos ocupa lugar secundário, sugerindo uma maior preocupação da área com a própria formação e capacitação do profissional de arquivo do que ao apoio no desenvolvimento de habilidades informacionais de usuários com vistas à consolidação de seu protagonismo social.

Considera-se que os trabalhos analisados nesta investigação estão contribuindo para a ampliação desta abordagem no âmbito da Arquivologia, também enfatiza-se seu impacto no que tange ao desenvolvimento das habilidades informacionais dos arquivistas e sua atuação profissional com enfoque nos processos educacionais no âmbito dos documentos arquivísticos e da informação direcionados para usuários. Espera-se que as reflexões apresentadas possam contribuir e incentivar debates e novas pesquisas relativas às competências informacionais no âmbito da Arquivologia, dos arquivistas e dos usuários de arquivos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. M. M.; ALCARÁ, A. R. Perfil e competências dos profissionais de informação e suas necessidades de formação: cenário nos PALOP. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 25, n. 51, p. 47–76, 2015. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/541>>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRANDÃO, G. da S.; BORGES, J. Emprego das competências em informação pelos estudantes de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 24, n. 49, p. 277–310, 2014. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/512>>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- FARIAS, L. L. S.; FURTADO, R. L. A inserção da competência em informação nos cursos de graduação em arquivologia. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 30, n. 60, p. 418–434, 2020. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/761>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

FREIRE, I. M.; ARAÚJO, W. J. de; SILVA, A. L. de A. Tecnologias para competências em informação na web. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 17, n. 35, p. 75-96, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n35p75>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B.; PAZIN, M. C. C. Competência em informação e arquivologia: uma revisão bibliográfica sistemática no cenário nacional e internacional. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 17, 2016, Salvador. Anais eletrônicos [...]. Salvador, 2016. Não paginado. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/189749>>. Acesso em 17 jun. 2022.

FURTADO, R. L.; PAZIN, M. C. C.; BELLUZZO, R. C. B. A competência em informação na formação em arquivologia. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 18, 2017, Marília. Anais Eletrônicos [...]. Marília, 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/125063>>. Acesso em 17 jun. 2022.

FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B. Gestão do conhecimento e competência em informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 314-339, set. 2018. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28881>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B.; VITORIANO, M. C. C. P. Arquivologia e competência em informação: possíveis conexões por meio da abordagem à literatura internacional. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 19, 2018, Londrina. Anais Eletrônicos [...]. Londrina, 2018. p. 1499-1516. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124725>>. Acesso em 17 jun. 2022.

FURTADO, R. L.; SILVA, V. M. DA. O papel do Arquivista na defesa dos direitos humanos: em busca de elementos da Competência em Informação. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, p. 23-43, 28 jan. 2020. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/view/11782#:~:text=Al%C3%A9m%20dos%20arquivistas%2C%20o%20documento,da%20Compet%C3%A2ncia%20em%20informa%C3%A7%C3%A3o%20que>>. Acesso em 17 jun. 2022.

GOMES, M. A.; OLIVEIRA JÚNIOR, J.; ARAUJO, N. C. de. Memória: construção social, lugares e competência. **Ciência da Informação em Revista**,

[S. l.], v. 1, n. 2, p. 9-19, maio/ago. 2014. DOI: 10.28998/cirev.2014v1n2b. Disponível em:

<<https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1365>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

LACERDA, A. C. P. D. de; LLARENA, R. A. da S. Comportamento informacional e sua contribuição para a construção de competências em informação: uma análise dos estudantes em arquivologia da UFPB. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 248–265, 2019. DOI: 10.21714/2236-417X2019v9n1. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/40934>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

LEITE, B. F.; PIMENTA, R. M. Contribuições da competência crítica em informação para a atuação em preservação por arquivistas e bibliotecários. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 19, 2018, Londrina. Anais Eletrônicos [...]. Londrina, 2018. p. 6226-6240. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1112>. Acesso em 17 jun. 2022.

LIMA, J. B. de; BRANDÃO, G. da S. Análise das competências infocomunicacionais a partir da metaliteracy: um estudo com arquivistas. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 45, n. 2, 2017. DOI: 10.18225/ci.inf.v45i2.3798. Disponível em:

<<https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3798>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MARTENDAL, F. F.; SILVA, E. C.L. da; VITORINO, E. V. Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 53–78, 2017. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/69952>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MENEZES, P. L.; VITORINO, E. V. A Competência Informacional fundamentada na dimensão ética. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 86–107, 2014. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/46044>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MOURA, A. R. P.; FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B. Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na Arquivologia. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 37–57, 2019. DOI: 10.28998/cirev.2019v6n1c. Disponível em:

<<https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/7063>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

RAMOS, M. R.; PINTO, A. L. Política de gestão documental da SCGÁS: uma abordagem através de métricas. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 24, n. 48, p. 284–297, 2014. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/482>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

SANTOS, B. R. P. dos; FERNANDES, M. V. da L.; DAMIAN, I. P. M.;

ALBUQUERQUE, A. C. de. A valorização do grafite como documento de arquivo: uma abordagem interdisciplinar entre a competência em informação e a teoria da complexidade. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 481–497, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8339>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

SILVA, L. F.; PAIVA, E. B. Mediação, competência e educação de usuário: um estudo no arquivo da justiça federal da paraíba. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 19, 2018, Londrina. Anais Eletrônicos [...]. Londrina, 2018. p. 2073-2081. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124792>>. Acesso em 17 jun. 2022.

VENTURA, R.; SILVA, E. C. L. da; VITORINO, E. V. Competência em informação: uma abordagem sobre o arquivista. **Biblios** [online]. 2018, n.73, pp.35-50. Disponível em: <<http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/392>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

VIEIRA, T. de O.; BITTENCOURT, P. R.; MARIZ, A. C. A. As relações entre a arquivologia e as humanidades digitais: a literacia arquivística como meio de interação arquivo e comunidade no acesso à informação. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4548>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

PANORAMA DE PESQUISAS E AÇÕES SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR EM ARQUIVOLOGIA E NA FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA

Renata Lira Furtado (Universidade Federal do Pará)

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior tem enfrentado muitos desafios, envolvendo inclusive a incerteza do lugar de consolidação da universidade ao longo do século XXI. Cavalcante (2006) aponta que um dos maiores desafios da educação superior está nas habilidades individuais e coletivas no uso da informação por parte dos estudantes e a universidade ocupa um dos ambientes que possibilita a aquisição dessas habilidades paralelamente aos saberes direcionados ao exercício de uma profissão.

Nesse contexto, evidencia-se que os elementos que compõe a base teórica da Competência em Informação (CoInfo) permeiam as discussões sobre possíveis melhorias para a educação superior. O documento “Marco de Ação da Educação 2030” produto do Fórum Mundial de Educação 2015 (UNESCO, 2015) apresenta indicadores para o Ensino Superior que coadunam com preceitos da CoInfo: desenvolvimento de habilidades, oportunidades de aprendizado ao longo da vida, estímulo ao pensamento crítico e criativo, apoio ao desenvolvimento de capacidades analíticas e criativas. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), o artigo 43 define as

finalidades da Educação Superior, e apresenta pontos convergentes com a CoInfo, como: o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; a formação contínua; o incentivo ao trabalho de pesquisa e à investigação científica e a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos.

Na percepção de Dudziak (2003) para adequar uma educação embasada nos preceitos da CoInfo é preciso alterar as bases da comunicação e as estruturas de poder dentro das instituições de ensino, considerando que a CoInfo encontra respaldo nas práticas curriculares, por meio do currículo integrado baseado na transdisciplinaridade e no aprendizado baseado em recursos que objetivam instrumentalizar e interiorizar comportamentos que levem à proficiência investigativa, ao pensamento crítico, ao aprendizado independente e ao longo da vida.

São inúmeras as evidências que colocam a CoInfo como uma disciplina que deve ser discutida e inserida no contexto universitário e essa preocupação não é uma pauta recente, a temática está presente em pesquisas que destacam sua relevância no ensino superior, visando incentivar as universidades a garantir que seus graduados ingressem no mercado de trabalho com as competências necessárias, incluindo habilidades informacionais e de aprendizagem.

Nos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, as discussões acerca da CoInfo ainda são incipientes. Nos últimos anos foram desenvolvidas pesquisas mapeando a presença da temática nos documentos norteadores dos cursos de Arquivologia brasileiros (FURTADO, 2019; FARIAS, 2018; FERREIRA, 2018) que subsidiaram inclusive a proposição de uma disciplina de CoInfo adequada ao cenário nacional (SANTOS, 2019).

O presente estudo objetivou traçar um panorama de pesquisas e de ações práticas direcionadas à inclusão dos preceitos de CoInfo na formação em Arquivologia, com vistas a compreender as estratégias adotadas em outros contextos e contribuir com o ferramental teórico nacional e com a proposição de iniciativas direcionadas a consolidar e inserir a CoInfo e suas vertentes na formação básica e complementar do arquivista brasileiro. Para alcançar o objetivo proposto desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica embasada nos principais temas que envolvem essa pesquisa.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

A Competência em Informação (CoInfo) pode ser definida como um conjunto de atitudes e conhecimentos necessários para lidar com a informação. Configura-se como um movimento relevante e necessário que deveria abarcar todos os indivíduos, proporcionando condições para usufruir das informações

e dos recursos tecnológicos e se desenvolver de forma autônoma, atender suas próprias necessidades e as necessidades do seu meio social. Os preceitos de CoInfo estão relacionados ao aprendizado ao longo da vida e ao pensamento crítico e reflexivo e deveriam transitar em qualquer currículo ou formação – formal ou informal, e se fundamentar no trabalho colaborativo, que perpassa os limites da biblioteca e das instituições de ensino (FURTADO, 2014, 2019).

No contexto da educação formal, Badke (2010) reitera que apesar da presença de muitos programas de Competência em Informação em ambiente universitário, quase que exclusivamente no âmbito das bibliotecas, a literatura apresenta a CoInfo como um sujeito acadêmico viável, mas que ainda permanece invisível para a maioria dos professores e gestores acadêmicos. O autor indica que dentre os possíveis motivos para a invisibilidade da CoInfo no ambiente universitário estão: a interpretação equivocada sobre o conceito e suas aplicações; a ausência nas agendas das instituições; a falsa crença de que a Competência em Informação é adquirida apenas pela experiência; a falsa suposição que a mesma é sinônimo de capacidade tecnológica; dentre outros fatores. O autor aponta que a cultura dos professores e gestores acadêmicos torna a CoInfo menos significativa do que outras atividades educacionais e os organismos de acreditação ainda não avançaram numa concepção onde a Competência em Informação assuma uma posição viável para o ensino superior. Faz-se necessário e urgente, que essas barreiras sejam superadas e que a CoInfo possa ocupar um lugar proeminente na experiência acadêmica.

São inúmeras as evidências que colocam a CoInfo como uma temática que deve ser discutida e inserida no contexto universitário e essa preocupação não é uma pauta recente. Estados Unidos (EUA), Austrália e Reino Unido estão empenhados desde a década de 1980 na proposição de documentos, modelos, padrões e *frameworks* que destacam a relevância da Competência em Informação para o ensino superior, visando incentivar as universidades a desenvolverem estratégias para que seus graduados ingressem no mundo do trabalho com as competências necessárias, incluindo habilidades informacionais e de aprendizagem.

Porto e Régnier (2003) consideram a Universidade do século XXI como uma instituição prestadora de serviços do conhecimento sob as mais distintas formas demandadas pela sociedade. As funções que sustentam a Universidade – ensino, pesquisa e extensão assumem nesse contexto alterações principalmente em suas formas de execução. Há uma transição de um “modelo artesanal” para um modelo mais próximo da “produção em massa” sustentado principalmente por recursos tecnológicos que refletem diretamente nos métodos de ensino-aprendizagem, no papel dos professores, no

desenvolvimento de pesquisas e processos de criação com características coletivas e multidisciplinares. Nesse cenário é possível vislumbrar a oferta de serviços diversificados, para uma população cada vez mais diferenciada e com necessidades e objetivos distintos. Dentre essas possibilidades é possível destacar o fomento à formação continuada; a redução de fronteiras rígidas entre os serviços – com a possibilidade de fusão das diferentes atividades acadêmicas; a aprendizagem assíncrona sem restrições de tempo e espaço, tornando as oportunidades de aprendizagem compatíveis às necessidades e estilos de vida.

O documento “Marco de Ação da Educação 2030” (UNESCO, 2015), produto do Fórum Mundial de Educação 2015 apresenta em sua Meta 4.3: “Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todas as mulheres e homens a uma educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, inclusive a universidade”. No âmbito desta meta vale destacar alguns indicadores:

- Reduzir as barreiras ao **desenvolvimento de habilidades** e à formação técnica e profissional, desde o nível secundário até a educação terciária, incluindo a universidade, além de oferecer oportunidades de **aprendizado ao longo da vida** para jovens e adultos.
- A educação terciária e as universidades além de transmitir **habilidades para o trabalho**, desempenham um papel vital de estimular o **pensamento crítico e criativo** e também de **gerar e disseminar conhecimentos** para o desenvolvimento social, cultural, ecológico e econômico.
- A educação terciária e as universidades desempenham um papel fundamental na **criação de conhecimentos** e no apoio ao desenvolvimento de **capacidades analíticas e criativas** que possibilitam a **descoberta de soluções** para problemas locais e globais, em todas as áreas do desenvolvimento sustentável.
- A **aprendizagem ao longo da vida** requer uma abordagem setorial ampla que englobe a aprendizagem formal, a não formal e a informal para pessoas de todas as idades, especificamente oportunidades de educação e formação de adultos. (UNESCO, 2015, p. 15-16, grifo nosso).

Os termos destacados nos indicadores demonstram que elementos que compõe a base teórica da Competência em Informação (CoInfo) permeiam a discussão em torno das melhorias para a educação superior nos próximos anos,

reiterando a relevância da inserção da CoInfo como temática transversal e transdisciplinar que perpassa conteúdos tradicionais.

O documento “Marco de Ação da Educação 2030” aponta também **Estratégias indicativas** para atingir a meta proposta, dentre elas, a que mais se destaca no contexto da presente pesquisa é o papel das instituições de educação terciária, inclusive universidades, que devem apoiar e fomentar o desenvolvimento de políticas para a oferta de oportunidades de **aprendizagem ao longo da vida** que sejam equitativas e de qualidade. A proposição dessa estratégia corrobora com o pensamento de Lau (2013) para quem o sistema educacional tem a grande responsabilidade de formar pessoas com capacidade cognitiva para acessar os benefícios que oferece a chamada sociedade do conhecimento, assim como para formar atores decisivos para os destinos do país.

Nessa perspectiva Furtado (2019) destaca que nenhuma questão é mais importante para qualquer profissão do que a educação de seus membros, considerando que é a educação profissional que modela os futuros profissionais e a imagem que estes apresentam para sociedade. Na formação do arquivista este entendimento coaduna com o pensamento do italiano Eugenio Casanova, que entende que “a questão da formação do arquivista é um dos mais difíceis, pois há sempre o risco de exigir e fazer muito pouco ou apresentar pretensões exageradas” (EASTWOOD, 1988).

Para Jardim (2006) é preciso pensar a Arquivologia como área científica e como essa área forma os membros que a produzem e a reproduzem como campo do conhecimento. Compreender como são formados os membros dessa comunidade profissional. Tal reflexão é corroborada por Bellotto, para quem “[...] não resta a menor dúvida de que a formação universitária é o mais importante instrumento para que a atividade arquivística passe, de uma vez por todas, de simples ocupação a profissão” (BELLOTTO, 2006, p. 303).

Furtado (2019) com o objetivo de investigar as condições de inserção da CoInfo na formação em Arquivologia, analisou os documentos norteadores do ensino em Arquivologia no Brasil: Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, Parecer CNE/CES 492/2001, Resolução CNE/CES 20/2002 e Parecer CNE/CES 1363/2001 e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos 16 cursos de graduação em Arquivologia. O resultado das análises indicou que os princípios da Competência em Informação transitam nesses documentos, ainda que de forma implícita por meio de elementos alinhados ao ponto de vista teórico apresentado por Dudziak (2001), que apresenta a CoInfo como sendo: transdisciplinar, incorporando um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos, valores

peçoais e sociais; um processo de aprendizado contínuo que envolve informação, conhecimento e inteligência; e, além de permear qualquer processo de criação, resolução de problemas e/ou tomada de decisões.

Os resultados de Furtado (2019) encontram alinhamento também em Jardim (2006), cujo entendimento aponta que os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Arquivologia devem estar direcionados para a formação de um profissional com **senso crítico** e com **capacidade de aprender constantemente**. O binômio **ensino/pesquisa** ocupa um espaço inovador na formação do arquivista e a universidade atua não só como lócus de formação de profissionais, mas também de **produção do conhecimento** (JARDIM, 2006, p. 12, grifo nosso).

O cenário apresentado permite refletir acerca da necessidade do arquivista em sua formação, seja básica ou continuada, desenvolver competências e habilidades. Para além da competência profissional faz-se necessário o desenvolvimento da competência que se inter-relaciona diretamente com o objeto da Arquivologia contemporânea, a informação – a Competência em Informação (CoInfo) e suas áreas de relacionamentos, diante da sua relevância na sociedade contemporânea e que merece destaque na economia informacional que vivenciamos.

3 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA FORMAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA: Pesquisas e Ações

Com vistas a atender ao objetivo proposto, apresentar-se-ia pesquisas e ações que relacionam a CoInfo com a formação em Arquivologia. Contudo, faz-se necessário mencionar de antemão que os resultados obtidos na pesquisa bibliográfica estão aquém às expectativas depositadas nesta pesquisa. O que se apresenta na sequência, são as poucas ações e pesquisas recuperadas e algumas reflexões acerca da relação investigada.

Meneses-Placeres e Frías Guzmán (2011) compreendem que a Competência em Informação constitui um dos pilares de desenvolvimento para qualquer profissão. Seus preceitos têm se destacado não apenas no âmbito das ciências da informação, mas na sociedade como um todo, incluindo as universidades. As autoras mencionam a Declaração de Toledo (2006) que recomenda que os planos de estudos nas universidades que formam profissionais da informação deveriam integrar conteúdos relativos à Competência em Informação e às questões pedagógicas para seu desenvolvimento.

Numa perspectiva empírica, classificada no contexto desta pesquisa como **ações**, as autoras relatam a proposição de uma formação em

Competência em informação integrada a um “Plano de estudos” do curso de “*Ciencias de la Información*” na Universidad Central “Marta Abreu” em Cuba. O plano de estudos configura-se como um critério orientador para integração da Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da informação (seus conhecimentos e habilidades) num espaço único que respeita as especificidades de cada área de conhecimento. Na proposta estão incluídos assuntos acerca das competências no âmbito informacional abarcando teoria e prática; didática da Competência em informação, direcionada ao corpo docente, com características específicas para o ensino e para o desenvolvimento de objetos de aprendizagem (MENESES-PLACERES; FRÍAS GUZMÁN, 2011).

No âmbito das **pesquisas** direcionadas à CoInfo no contexto arquivístico, cabe destaque a pesquisa desenvolvida por Furtado (2019) que desenvolveu “Dimensões Conceituais para a inserção da Competência em Informação (CoInfo) no cenário arquivístico brasileiro” com o propósito de contribuir para inclusão da Competência em Informação no universo arquivístico. O instrumento apresenta 5 dimensões: 1) Informação e Conhecimento, 2) Competência em Informação, 3) Sociedade, 4) Universidade e 5) Arquivologia. A **Dimensão 4 – Universidade**, representa um ambiente para o desenvolvimento transversal da Competência em informação, considerando: o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão; (2) o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; (3) os Projetos Pedagógicos de Curso; e (4) os principais atores – docentes, discentes e técnicos.

No contexto deste estudo, cabe destacar a **Dimensão 4 – Universidade**, que ressalta as diretrizes norteadoras do ensino superior Ensino, Pesquisa e Extensão, os Docentes responsáveis por despertar nos discentes a necessidade de desenvolvimento das habilidades de CoInfo visando um melhor desempenho acadêmico e vislumbrando as necessidades futuras da sua atuação profissional e os Discentes responsáveis por apropriar-se da oferta proporcionada para desenvolvimento das habilidades necessárias à sua plena atuação na sociedade, primeiramente enquanto universitário e, num segundo momento, na esfera profissional, incluindo a sua vivência cidadã e seu desenvolvimento social.

Furtado (2019) relaciona a dimensão 4 – Universidade com a Universidade enquanto instituição – ambiente físico de inserção e desenvolvimento de ações em torno do tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse contexto, a autora relaciona as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa “Arquivologia e Competência em Informação” alocado na Universidade Federal do Pará (UFPA) – configurado aqui como **ação** ainda que tenha como objetivo desenvolver **pesquisas** relacionadas à Competência

em Informação, à Arquivologia e à profissão do Arquivista, considerando que estes representam um ambiente de inserção dos preceitos da CoInfo, tendo em vista a relevância da área no contexto da informação e sua representatividade na sociedade, além da aquisição de elementos que possibilitem o desenvolvimento de habilidades que serão válidas tanto no âmbito pessoal, como no âmbito profissional em relação às atividades desempenhadas e que refletem diretamente no Arquivo enquanto instituição social (FURTADO; BELLUZZO; PAZIN, 2019).

A **pesquisa** de Marín Agudelo (2012) apresenta os perfis profissionais e as competências que as escolas arquivísticas delinearam em seus programas de formação em Arquivologia na América Latina (Argentina, Brasil, Costa Rica, México e Venezuela). O autor identificou que existem competências específicas na formação do arquivista relacionadas ao fazer arquivístico e competências transversais à formação com características gerenciais, sociais e culturais, relacionadas ao uso adequado das tecnologias, reflexões sobre o conhecimento disciplinar, ao trabalho em equipe, à interpretação e redação de textos e aos valores éticos da profissão que permeiam as habilidades da Competência em informação. O autor considera que diante do *status* ocupado pela informação – “*convertido tanto en un recurso y en un producto económico como en un factor de éxito*”, cabe ao arquivista desenvolver habilidades de Competência em informação: “*Se trata de un tipo de competencia para ser desarrollada en diversos tipos de trabajo y en diversas organizaciones por profesionales que se especializan únicamente en gestionar la información*” (p.300).

Brandão e Borges (2014) desenvolveram uma **pesquisa** com estudantes ingressantes e concluintes de um Curso de Arquivologia com o objetivo de verificar o emprego da Competência em Informação por esses estudantes. As autoras discutem dentre outras questões, sobre o papel da CoInfo na formação do arquivista contemporâneo, pautadas no entendimento de que esse profissional precisa se preparar para lidar com suas próprias necessidades informacionais e com as necessidades informacionais dos usuários, imersos em uma sociedade alicerçada na informação. As autoras consideram elementar que o desenvolvimento da CoInfo seja incentivado ao longo da formação acadêmica visando elevar o nível de preparação dos estudantes de Arquivologia alinhado às demandas informacionais da sociedade.

A **pesquisa** de Martendal, Silva e Vitorino (2017) relaciona as quatro dimensões da CoInfo – técnica, estética, ética e política, com o perfil dos egressos do curso de Arquivologia de três universidades do sul do Brasil. As autoras apresentam que o vínculo da CoInfo com a Arquivologia está representado na figura do Arquivo, enquanto unidade de informação, do

arquivista e do usuário. A representação do arquivista nessa relação está pautada na configuração do profissional enquanto “profissional da informação” – por serem profissionais que lidam diariamente com a informação, os arquivistas precisam ser competentes em informação, e esta competência deve vir desde os processos educacionais, que no Brasil são abarcados pelos cursos de graduação.

Ainda no rol das **pesquisas**, destaca-se o estudo de Bartalo e Borges (2015) cujo objetivo foi analisar as competências infocomunicacionais de alunos do curso de Arquivologia. As autoras identificaram a relevância no desenvolvimento de competências em informação por esses estudantes, uma vez que em seu campo de atuação são considerados profissionais da informação e sugerem que os cursos de graduação se responsabilizem com a promoção de ações que favoreçam o desenvolvimento das competências analisadas.

Por fim, apresenta-se algumas das **reflexões** acerca da relevância da CoInfo na formação de arquivistas. Num contexto internacional, Vilar e Sauperl (2014) indicam a incipiência dos estudos sobre a Competência em informação na educação formal dos arquivistas, especificamente na Eslovênia e Herzegovina; Yakel (2004) destaca a necessidade de mudança na Arquivologia assim como ocorreu na Biblioteconomia que abarcou em suas teorias e práticas os preceitos da CoInfo, com o intuito de que os arquivistas aprimorem também suas habilidades para lidar com os usuários e Li e Song (2012) que relatam que no contexto chinês, o mundo do trabalho prefere arquivistas com maior “*Information Literacy*”, uma vez que estes estão preparados para o aprendizado contínuo, especificamente na relação com as novas tecnologias que estão em constante desenvolvimento.

No contexto nacional, merece destaque as **reflexões** apontadas por Furtado e Belluzzo (2018) acerca da atuação do arquivista na Gestão do Conhecimento e na Competência em Informação. As autoras apontam questões importantes e que devem ser considerada nos processos de formação do arquivista: os arquivistas estão preparados para atuar em uma realidade pós-custodial, ou ainda enfrentam uma realidade de arquivos como depósitos de documentos, da arquivística empírica, pautada no senso comum, de desvalorização do profissional? E os cursos de graduação em Arquivologia propiciam esse tipo de reflexão, de experiência? (FURTADO; BELLUZZO, 2018).

As questões apontadas pelas autoras estão alinhadas com os resultados obtidos nesse artigo. Desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica não exaustiva nos principais periódicos nacionais e internacionais em busca de **pesquisas** e

relatos de **ações** acerca da relação da Competência em Informação e suas vertentes na formação em Arquivologia, e os resultados indicaram que os relatos, estudos de caso e outras evidências que demonstrem essa relação, se existem, não são amplamente disseminados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões sobre o objetivo que trilhou essa pesquisa estão pautadas há tempos no rol das pesquisas a serem desenvolvidas no âmbito do Grupo de pesquisa Arquivologia e Competência em Informação. O pressuposto que guiou o desenvolvimento desta pesquisa, paira sobre a possibilidade de existência de experiências sobre a CoInfo na formação do arquivista, com entendimento de que em outros contextos e outras culturas essa questão já não mais seria uma questão.

Contudo os resultados obtidos não foram profícuos, mas figuram como a pontinha do *iceberg* de uma problemática que merece e deve ser investigada, considerando que em todo o mundo os processos e modelos de formação do arquivista assumem roupagens distintas. A formação arquivística ofertada na Europa e América Latina, por exemplo, em sua maioria é configurada por programas de formação diversificada de profissionais da informação, integrando a formação do documentalista, cientista da informação, bibliotecário e arquivista.

Cabe ressaltar que para que o arquivista se relacione primeiramente com a informação (arquivística ou não) e paralelamente com o usuário assumindo um papel pedagógico é necessário que em sua formação sejam discutidas as temáticas *Information Literacy*, *Archival Literacy* e *Archival Intelligence*. Retoma-se aqui as questões apontadas por Furtado e Belluzzo (2018) que podem se configurar como pressupostos para pesquisas futuras: os arquivistas estão realmente sendo preparados para atuar numa realidade informacional? Os cursos de graduação em Arquivologia estão de fato dedicados a esses aspectos? Como exigir desse profissional uma vivência pessoal e profissional alinhadas às habilidades para lidar com a informação, se em sua formação profissional esses elementos não são discutidos?

REFERÊNCIAS

- BADKE, W. Why information literacy is invisible. **Communications in Information Literacy**, v. 4, n. 2, p. 129-141, 2010.
- BARTALO, L.; BORGES, J. O curso de Arquivologia e as competências de seus alunos: UFBA e UEL. In: NEVES, D. A. de B. N.; ROCHA, M. M. V.; SILVA, Patrícia. (Org.). **Cartografia da pesquisa e ensino da arquivologia no Brasil: IV REPARQ**. 1. ed. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 190-212.

BRANDÃO, G. da S.; BORGES, J. Emprego das competências em informação pelos estudantes de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia. **Ágora**, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 277-310, 2014. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/512> Acesso em: 3 jun. 2022.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 17 dez 2021.

CAVALCANTE, L. E. Políticas de formação para a competência informacional: o papel das universidades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 47-62, dez. 2006. Disponível em: <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/17> Acesso em: 22 nov. 2021.

DECLARAÇÃO de Toledo sobre alfabetização informacional: bibliotecas pela aprendizagem permanente. 2006. Disponível em: <http://www.webcitation.org/5NrAiGhSS> Acesso em: 10 jun. 2022

DUDZIAK, Elizabeth A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-25, jan.-abr. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123> Acesso em: 20 jan. 2022.

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029> Acesso em: 21 jan. 2022.

EASTWOOD, T. Nurturing archival education in the university. **The American Archivist**, v. 51, n. 3, p. 228-252, 1988.

FARIAS, Laécio Lucas Sousa. **A inserção da Competência em Informação nos cursos de graduação em Arquivologia** Belém, 2018. 38 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Arquivologia, Belém. 2018.

FERREIRA, Elenice Janau. **A formação do profissional Arquivista: a Competência em Informação no currículo do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará**. Belém, 2018. 51 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Arquivologia, Belém. 2018.

FURTADO, Renata Lira. **A Competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada**. 2019. 364f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180950> Acesso em: 22 jan. 2022.

FURTADO, R. L. **Desenvolvimento e formação de competência em informação: um mapeamento de modelos, padrões e documentos**. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000195397>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FURTADO, Renata Lira; BELLUZZO, Regina Célia Baptista; PAZIN, Marcia Cristina de Carvalho. **A Competência em Informação na Arquivologia: reflexões sob o enfoque da pesquisa**, A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital, 2019a. VI Reunião Brasileira De Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202102/001106584.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 22 jan. 2022.

FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B. Gestão do conhecimento e competência em informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 314-339, maio/ago., 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28881> Acesso em: 3 dez. 2021

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2006

LAU, J. Conceptual relationship of information literacy and media literacy. **Conceptual Relationship of Information Literacy and Media Literacy**. Veracruz: Universidad Veracruzana, 2013. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.403.3465&rep=rep1&type=pdf#page=77> Acesso em: 22 jan. 2022.

LI, H.; SONG, L. Empirical research on archivists' skills and knowledge needs in Chinese archival education. **Archival Science**, v. 12, n. 3, p. 341-372, 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-012-9183-4> Acesso em: 9 jan. 2022.

MARÍN AGUDELO Sebastián Alejandro. **Formación Archivística en América Latina: Una revisión de los perfiles y las competencias**. Revista Interamericana de Bibliotecología, 2012, vol. 35, no. 3 pp. 299-309.

MARTENDAL, F. F.; SILVA, E. C. L.; VITORINO, E. V. Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 53-78, 2017.

MENESES-PLACERES, Grizly, y FRÍAS GUZMÁN, Maylín. **La alfabetización informacional en los procesos curriculares de las ciencias de la información en Cuba**. Revista Interamericana de Bibliotecología. 2011, vol. 34, no. 1, p. 9-22

PORTO, C.; RÉGNIER, K. **O ensino superior no mundo e no Brasil:** condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória. Brasília, DF: MEC, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf> Acesso em: 2 nov. 2021.

SANTOS, Evelyn de Nazaré Oliveira dos. **A Competência em Informação na formação do arquivista: uma proposta de disciplina.** Belém, 2019. 75 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Arquivologia, Belém. 2019.

UNESCO. **Educação 2030:** Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação – Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília: Unesco, 2015. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abouthis-office/singleview/news/education_2030_incheon_declaration_and_and_framework_for_ac/ Acesso em: 28 jan. 2022

VILAR, P.; ŠAUPERL, A. Archives, quo vadis et cum quibus?: Archivists' selfperceptions and perceptions of users of contemporary archives. **International journal of information management**, v. 35, n. 5, p. 551-560, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0268401215000572> Acesso em: 22 jan. 2022.

YAKEL, E. Information literacy for primary sources: Creating a new paradigm for archival researcher education. **OCLC Systems & Services: International digital library perspectives**, v. 20, n. 2, p. 61-64, 2004.

A IMPORTÂNCIA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA A ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA NO SETOR PRIVADO

Celineide Rodrigues Cavalcante (Universidade Federal do Pará),
Luciana Davanzo (Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”)

1 INTRODUÇÃO

As empresas privadas são importantes nichos de atuação para o arquivista, profissional habilitado para realizar o tratamento informacional de todos os documentos. As tecnologias digitais, a alta demanda de produção de documentos e as constantes tomadas decisórias fazem com que o arquivista desenvolva habilidades e competências para atuar nesse cenário (NASCIMENTO; MORO-CABERO, 2017). O trabalho do arquivista está condicionado às suas competências e habilidades para o fazer arquivístico (BELLOTTO, 2006).

Para contribuir com as funções e atividades dos arquivistas, destaca-se a importância da Competência em Informação (CoInfo)²⁷⁸, tradução oficial de *Information Literacy* para o português do Brasil, configurada como um conjunto de conhecimentos e habilidades que o sujeito precisa desenvolver para identificar a necessidade de informação e ser capaz de buscar, avaliar e usar na resolução de problemas ou tomadas de decisão (HORTON JUNIOR, 2007).

²⁷⁸ A utilização da sigla CoInfo foi recomendada pela “Carta de Marília” (2014).

Para Furtado (2019), a interdisciplinaridade da CoInfo com diferentes áreas de conhecimentos como a Arquivologia, pode contribuir para a formação acadêmica e continuada do arquivista e se tornar um diferencial na atuação desse profissional, por ser considerada uma abordagem essencial para o desenvolvimento, aprimoramento e compreensão crítica da informação.

Deste modo, estabeleceu-se o seguinte questionamento: Como os preceitos da CoInfo podem contribuir efetivamente para o trabalho do arquivista nas organizações privadas? O objetivo geral consiste em analisar a importância da CoInfo na atuação profissional do arquivista no setor privado. Como metodologia recorreu-se a revisão bibliográfica não sistemática a fim de apresentar o escopo teórico relacionado às temáticas abordadas.

Com vistas a compreender a percepção dos arquivistas que atuam no setor privado sobre a CoInfo, foi desenvolvido e aplicado um questionário com perguntas abertas, utilizando o *google forms*, para o público-alvo da pesquisa. A análise dos dados coletados foi realizada utilizando o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), com base em Lefevre e Lefevre (2006).

Considera-se relevante ampliar e consolidar as discussões acerca da CoInfo com a Arquivologia, sob distintos temas e diferentes contextos de atuação profissional do arquivista, a fim de contribuir com a construção de um arcabouço teórico, bem como inferir ações práticas envolvendo a temática nas organizações privadas brasileiras.

2.1 Atuação do Arquivista nos Arquivos Empresariais

A Arquivologia é uma área em desenvolvimento contínuo, por isso, passa por desafios nos seus aspectos teóricos e metodológicos, que se aplicam a todos os tipos de documentos. A preservação de documentos para posterior utilização remonta à antiguidade. De acordo com o Código de Ética profissional proposto pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), o termo arquivista se aplica “a todos aqueles que têm a responsabilidade de controlar, vigiar, tratar, guardar e administrar os arquivos” (CÓDIGO DE ÉTICA, 1996, p. 1).

Nota-se uma resignificação profissional, pois, na visão moderna o arquivista possui um novo papel, o de adquirir competências da complexidade e dimensão dos fenômenos arquivísticos que vão além do que foi tradicionalmente desenvolvido (NUÑES FERNANDEZ, 1999-tradução nossa).

A atuação do arquivista é bastante ampla, Bellotto (2014, p.105) destaca que, o “campo de trabalho é bastante largo, elástico e cambiante”, sendo assim a sua atuação estende-se a todas as instituições (públicas e privadas), ou seja,

em todos os lugares onde houver a produção e tramitação de documentos, eis um ambiente de trabalho para o arquivista.

As instituições possuem um elevado número de documentos que carecem de tratamento informacional adequado. A ineficiência da Gestão de Documentos faz com que as instituições apresentem dificuldades administrativas e financeiras, justificando a atuação do arquivista. Por essa razão, nesta pesquisa, realizou-se um recorte em relação aos arquivos empresariais, com o viés de analisar como a atuação do arquivista ocorre nesse nicho.

Vitoriano (2012, p. 33) menciona que os arquivos empresariais “incluem documentos produzidos por qualquer tipo de empresa, definida como uma organização de caráter econômico com finalidade lucrativa”.

As empresas recebem muitas solicitações em detrimento de suas funções e atividades. Para o atendimento, nos prazos estabelecidos é necessário que os documentos sejam acessados em tempo hábil, esta é uma das razões para que os arquivos estejam organizados, através dos princípios, técnicas e métodos da Arquivologia.

Alguns departamentos possuem um maior volume de demandas, como os Recursos Humanos (RH), sendo considerado o coração das empresas, pois, tem a responsabilidade de gerir os documentos que demonstram a vida funcional dos colaboradores.

A consistência nos processos administrativos são fundamentais para todas as instituições, por isso, a Gestão de Documentos contribui de maneira fundamental nesse processo ao trazer algumas vantagens: a) melhoria no tempo despendido na localização dos documentos; b) eficácia administrativa; c) redução de tempo e, d) redução de custos, conforme destaca Almeida *et al.* (2021) e a sua aplicabilidade compete ao arquivista.

2.2 Competência em Informação na Arquivologia

Em meados da década de 1970, nos Estados Unidos da América (EUA), Paul G. Zurkowski fez a cunhagem do termo *Information Literacy*, traduzido oficialmente para o português do Brasil como Competência em Informação²⁷⁹, demonstrando preocupação com o excesso de informação, produzida de forma universal, que compromete a capacidade humana de avaliação (ZURKOWSKI, 1974). Para ele, era necessário o estabelecimento de um programa de universalização desta temática e denominou de *Information*

²⁷⁹ Oficializado no país, por meio do documento “Declaração de Maceió sobre a Competência em Informação” (2011).

Literates as pessoas treinadas para aplicação de recursos de informação na resolução de problemas de trabalho.

A CoInfo pode ser definida como um conjunto de capacidades integradas que contempla a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada, e o uso da informação na criação ética e legal de novos conhecimentos (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, 2016).

A partir da década de 1990, o conceito e os preceitos da CoInfo se expandiram de forma universal. No Brasil, o trabalho precursor sobre a temática é um artigo de Sônia E. Caregnato (2000), intitulado: “O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede”. Pesquisa recente, aponta Belluzzo como a autora com maior publicação sobre a temática no Brasil, com 29 documentos publicados (SANTOS NETO; MIRANDA, 2020). Isso demonstra a ampliação e consolidação dos estudos sobre CoInfo (nível local e mundial).

Os estudos precursores sobre a CoInfo estão vinculados à Biblioteconomia e se consolidaram em diversas áreas de conhecimento, como a Ciência da Informação. Dudziak (2008), salienta que a CoInfo é interdisciplinar e no cenário atual permeia todo e qualquer processo de aprendizagem, investigação, criação, resolução de problemas e tomada de decisão. Desse modo, Furtado (2019) assinala a importância da transversalidade da CoInfo com a Arquivologia.

As pesquisas sobre a CoInfo no contexto da Arquivologia iniciaram no Brasil a partir de 2014. A pesquisadora Renata L. Furtado assumiu a árdua tarefa de inserir a CoInfo no universo arquivístico, cujas discussões abarcam a formação acadêmica e o fazer profissional dos arquivistas, a inserção da CoInfo como disciplina nos cursos de graduação em Arquivologia, a relação da CoInfo com os fenômenos informacionais contemporâneos, dentre outros debates.

Portanto, a CoInfo configura-se como um importante movimento que atua de forma transversal em articulação com áreas estratégicas de construção do conhecimento, como a Arquivologia, visando a sua consolidação efetiva, considerando a sua aplicabilidade a diferentes contextos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estudo de natureza qualiquantitativa, do tipo descritiva-exploratória e bibliográfica. O universo da pesquisa foi composto pelos arquivistas brasileiros que atuam no setor privado. Para a coleta de dados adotou-se o questionário *online* elaborado no *surveyheart*, com quatro perguntas de respostas abertas,

referentes ao tema da pesquisa, sendo o *link* disponibilizado nas redes sociais (*Linkedin*, *Whatsapp* e *Facebook*) para o acesso dos atores sociais envolvidos, durante o mês de abril de 2022. Apresenta-se no Quadro 1, a relação entre o tema problematizado e o objetivo, que contribuíram para a construção de cada pergunta inserida no questionário.

Quadro 1 - Relação entre o tema problematizado, os objetivos e as perguntas

Tema	Objetivo	Pergunta
A atuação profissional do arquivista nas organizações privadas brasileiras.	Conhecer a visão sobre a atuação profissional do arquivista no setor privado.	Qual a sua visão sobre a atuação do arquivista nas organizações privadas do Brasil?
A relevância da prática arquivística e o reconhecimento profissional do arquivista no setor privado brasileiro.	Percepcionar as considerações a respeito da relevância da prática arquivística e reconhecimento laboral do arquivista no setor privado.	Na sua percepção, a prática arquivística é considerada relevante na instituição na qual você trabalha e o profissional arquivista recebe o devido reconhecimento?
Conhecimento do arquivista sobre CoInfo	Mostrar o conhecimento do arquivista sobre a CoInfo	Durante a sua formação acadêmica e/ou continuada, você estudou sobre CoInfo? Se sim, o que você entende sobre a temática?
CoInfo no contexto da Arquivologia	Mostrar o conhecimento do arquivista sobre a CoInfo no contexto da Arquivologia	Com base na American Library Association (1989), o sujeito competente em Informação, deve ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e ter habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Diante disso, a CoInfo é relevante para a sua prática laboral? Se sim, comente.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Os dados foram analisados com base na metodologia do DSC, de Lefevre e Lefevre (2006), a qual apresenta um conjunto de procedimentos para a organização e tabulação de dados qualitativos, com o objetivo de construir discursos coletivos a partir de diferentes depoimentos individuais. A fidelidade das respostas do questionário foi mantida, bem como o anonimato dos atores pesquisados, os quais estão identificados como: Ator 1(A1), Ator 2(A2), Ator 3 (A3) e, assim, continuamente.

4 RESULTADOS

No Quadro 2, demonstramos como ocorreu a análise dos dados da pesquisa, utilizando a pergunta 4: Com base na *American Library Association* (1989), o sujeito competente em informação, deve ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e ter habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Diante disso, a CoInfo é relevante para a sua prática laboral? Se sim, comente.

Quadro 2 - Transcrição de uma das respostas obtidas com o questionário

Categoria de resposta: (A) É relevante; (B) Não é relevante.			
Resposta	Expressão-Chave (ECH)	Ideia Central (IC)	Categoria de resposta
A1 - Sim. Porque é isso que os clientes esperam como resultado dos serviços.	Sim. ... é isso que os clientes esperam como resultado dos serviços.	Sim. É isso que os clientes esperam como resultado dos serviços.	A

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

Com base nas ECH que apresentam IC semelhantes agrupadas em categorias de respostas mais compartilhadas entre os pesquisados, constrói-se o DSC, redigido na primeira pessoa do singular, no qual o pensamento de um grupo ou coletividade aparece como se fosse um discurso individual (LEFEVRE; LEFEVRE, 2006).

O Quadro 3 apresenta uma síntese quantitativa das representações sociais obtidas a partir da coletividade de 24 sujeitos, que responderam o instrumento de pesquisa. Em seguida, é tecido um discurso único linear, reunindo todas as ECH de mesmo sentido ou sentido complementar, referente

ao conjunto das questões do instrumento de coleta de dados. Por fim, é realizada uma breve análise dos resultados.

Quadro 3 - Síntese dos discursos construídos

Perguntas	Ideia Central dos Discursos do Sujeito Coletivo	Resultados Quantitativos	
		Resp.	%
Qual a sua visão sobre a atuação do arquivista nas organizações privadas do Brasil?	A - É valorizada B - É pouco valorizada C - É desvalorizada	6 15 3	25% 62,5% 12,5%
Na sua percepção, a prática arquivística é considerada relevante na instituição na qual você trabalha e o profissional arquivista recebe o devido reconhecimento?	A - Relevante e o profissional reconhecido B - Irrelevante e o profissional não é reconhecido C - Parcialmente relevante e reconhecido	8 9 7	33,3% 37,5% 29,17%
Durante a sua formação acadêmica e/ou continuada, você estudou sobre CoInfo? Se sim, o que você entende sobre a temática?	A – Estudei B - Não estudei	14 10	58,4% 41,6%
Com base na American Library Association (1989), o sujeito competente em Informação, deve ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e ter habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Diante disso, a CoInfo é relevante para a sua prática laboral? Se sim, comente.	A - É relevante B - Não é relevante	22 2	91,6% 8,4%

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

DSC:

Vejo que a atuação do arquivista nas organizações privadas do Brasil ainda é pouco valorizada, com baixa inserção e mínimo apoio da alta direção. Poucas empresas têm a visão da necessidade desse profissional e quando precisam contratá-lo é por tempo determinado para resolver o problema da massa documental acumulada sem critério técnico arquivístico.

A função do arquivista é praticamente desconhecida nas instituições privadas, o profissional que geralmente atua nos arquivos da instituição não tem formação em Arquivologia. Os arquivos ganham importância diante de auditoria, processo judicial ou quando a instituição está prestes a completar marcos históricos importantes, embora a atuação do arquivista seja mínima. Além disso, a formação acadêmica do arquivista está muito desconectada da necessidade do mercado, dificultando o seu posicionamento profissional e adequação à demanda de trabalho.

Precisamos mostrar que nossa função na instituição é, de fato, importante, e que temos papel fundamental na gestão corporativa. Ademais, os gestores das organizações precisam compreender que sem Gestão de Documentos não há Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) ou digitalização que resolva o problema de massa documental acumulada.

Em relação a CoInfo, eu estudei durante o curso de graduação em Arquivologia e foi uma grande oportunidade para interagir com outras áreas de conhecimentos e aperfeiçoar cada vez mais o nosso campo de atuação. Entendo se tratar de um movimento que busca investigar habilidades, processos, métodos referentes ao acesso, avaliação, comunicação e uso da informação. Partindo do princípio que o profissional precisa ser competente para compreender a informação, seja ela estruturada ou não, e torná-la acessível ao usuário.

Desse modo, a CoInfo é fundamental para a estruturação profissional do arquivista. Além de estar relacionada ao uso de tecnologias e métodos que habilitam os processos de atividades informacionais nas organizações, tornando-se imprescindível para uma política arquivística com resultados positivos para tomadas de decisão nas instituições.

Ademais, a CoInfo contribui para um fazer arquivístico mais consistente e eficiente. Eu trabalho com pesquisadores de acervo histórico, e é um consenso entre arquivistas, bibliotecários e historiadores que os usuários não sabem reconhecer quando necessitam de informação, quicá saber localizar, avaliar e utilizar efetivamente a informação. Portanto, quanto mais domínio sobre esse conjunto de conhecimentos, mais fácil se torna o reconhecimento da necessidade de informação e o seu processo de busca e localização.

Portanto, em todo e qualquer ambiente de trabalho, a CoInfo surge como meio matrix para desenvolver funções nas rotinas administrativas, atender os usuários no que tange ao processo de acesso, busca por informações confiáveis e usabilidade de sistema de gestão de informação. É isso que os usuários esperam como resultado dos serviços de informação. Logo, essa temática precisa ser mais abordada tanto para estudantes de graduação quanto para os egressos de Arquivologia.

4.1 Análise dos Resultados

Partindo da análise das Ideias Centrais do DSC, apresentadas no Quadro 3, fica constatada as categorias de respostas mais compartilhadas entre os pesquisados, as quais foram empregadas para a construção do DSC.

É possível perceber que na visão da maioria dos pesquisados, a atuação do arquivista nas organizações privadas do Brasil ainda é pouco valorizada e, conseqüentemente, o profissional não recebe o devido reconhecimento pelo trabalho desempenhado. Em virtude do desconhecimento sobre a profissão no setor privado, muitas vezes ocupada por profissionais de outras áreas (Biblioteconomia, História, etc.). Há também pouco conhecimento dos gestores das instituições privadas sobre a importância da Gestão de Documentos para a eficiência administrativa da organização.

Neste cenário, para a maioria dos pesquisados, a CoInfo, caracterizada pela interdisciplinaridade com diferentes áreas, representa uma grande oportunidade de aprendizagem durante a formação acadêmica e/ou continuada, contribuindo para o aperfeiçoamento profissional do arquivista e desenvolvimento da Arquivologia.

Assim, na perspectiva de 91,6% dos pesquisados, a CoInfo é essencial para a atuação profissional do arquivista nas instituições privadas. Considerando que a informação é o objeto de estudo e trabalho do arquivista, profissional responsável pela mediação da informação no tocante usuário-arquivo, mas que também assume a postura de usuário da informação para elaborar estratégias de buscas a fim de atender às suas demandas de trabalho e o seu papel social no mundo contemporâneo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta a importância da CoInfo para a atuação profissional do arquivista no setor privado. A metodologia de construção do discurso coletivo permitiu o alcance dos objetivos propostos. A CoInfo é uma temática amplamente discutida, cujas bases epistemológicas interdisciplinares estão em constante desenvolvimento. A transversalidade da CoInfo com diferentes áreas de construção do conhecimento, como a Arquivologia, é imprescindível nesse processo de consolidação teórico e prática.

A CoInfo é caracterizada pelo desenvolvimento social do sujeito, que necessita de habilidades para suprimir suas próprias necessidades informacionais ou para o exercício profissional. Na perspectiva dos pesquisados, os preceitos da CoInfo são fundamentais para o trabalho do arquivista, especialmente no setor privado, considerando que a universalização

da informação por si só, não garante o seu acesso, uso e interpretação crítica da informação. Pretende-se continuar as pesquisas entre a díade CoInfo-Arquivologia no contexto do setor privado a fim de ampliar as discussões e inferir ações práticas relacionadas às temáticas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Fabiana Izidio; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin; DAVANZO, Luciana. Contribuição das ferramentas administrativas para a gestão de documentos: o método de análise e melhoria de processos (mamp). Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal), n. 15, p. 167-185, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162555>. Acesso em: 29 maio 2022.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago: ACRL, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O Arquivista na sociedade contemporânea. [2006]. Disponível em: <
<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/CEDHUM/texto01.pdf> >. Acesso em: 27 mai. 2022.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CAREGNATO, Sonia Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan./dez. 2000. Disponível em:
<http://eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Código de Ética**. 1996. Disponível em:
https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_1996-09-06_code%20of%20ethics_PT.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em:
www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/1704/2109. Acesso em: 20 abr. 2022.

FURTADO, Renata Lira. **A competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada**. Tese (doutorado em Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019). Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180950>. Acesso em: 15 Jan. 2022.

HORTON JUNIOR, Forest Woody. **Understanding information literacy: A primer**. An easy-to-read, non-technical overview explaining what information

literacy means, designed for busy public policy-makers, business executives, civil society administrators and practicing professionals. 2007. Disponível em: <https://eduq.info/xmlui/bitstream/handle/11515/17980/157020e.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. O Sujeito Coletivo que Fala. **Espaço Aberto**. Interface – comunicação, saúde, educação, v. 10, n. 20, p. 517-524, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832006000200017>. Acesso em: 28 jan. 2022.

NASCIMENTO, Natália Marinho do; MORO-CABERO, Manuela. Competências dos arquivistas no processo de *appraisal* nos entornos eletrônicos das organizações. In: BORGES, M.M.; CASADO, E. S. (Org.). A ciência aberta: contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico, **EDICIC**. Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20, v.1, p. 1021-1033, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6599047>. Acesso em: 20 jan. 2022.

NUÑES FERNANDEZ, Eduardo. **Organización y gestión de archivos**. Espanha: TREA, 1999.

SANTOS NETO; João Arlindo; MIRANDA, Ana Maria Mendes. Indicadores métricos sobre competência em informação no Brasil: uma análise na BRAPCI. In: VALENTIM, M. L. P; BELLUZZO, R. C. B. (Org.). **Perspectivas em competência em informação**. São Paulo: Abecin Editora, 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Carta de Marília sobre Competência em Informação**. 2014. Disponível em: http://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/CARTA_de_Marilia.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. **Obrigações, controle e memória**: Aspectos legais, técnico e culturais da produção documental de organizações privadas. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

ZURKOWSKI, Paul. G. **The Information Service Environment Relationships and Priorities**: report 5. Washington, D. C., National Commission on Libraries and Information Science, Nov., 1974. Disponível em: <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

COMPETÊNCIA ARQUIVÍSTICA: UMA VERTENTE DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA ARQUIVOLOGIA

Felipe César Almeida dos Santos (Universidade Federal do Pará)

1 INTRODUÇÃO

A expressão Competência Arquivística é a tradução literal e não oficial em português, do termo em inglês *Archival Literacy*. As discussões em torno da temática, a consideram como sendo um novo nicho conceitual, uma vertente e/ou aplicação contextual da Competência em Informação, ainda que necessite de uma modelagem mais adequada para tal e de uma maior dedicação de arquivistas e profissionais da informação para o desenvolvimento dos estudos acerca da temática e dos campos do conhecimento que a permeiam (MORRIS et al., 2014; VIARS; PELLERIN, 2017; FURTADO, 2019). Para Vilar e Šauperl (2015), mesmo que o termo Competência Arquivística não seja amplamente difundido, a possibilidade de relacioná-lo com o conceito de Competência em Informação, facilita a sua compreensão, ainda que possa ser confundida com competências profissionais ou mesmo considerada irrelevante no prisma das práticas arquivísticas.

Gilliland-Swetland *et al.* (1999) apresenta a Competência em Informação, paralelamente à Competência Arquivística como benefícios evidenciados pela aprendizagem informacional proporcionados por experiências de aprendizado fora da sala de aula, a compreendem como uma habilidade a ser desenvolvida por todos. Yakel e Torres (2003) indicam que a

Competência Arquivística é constituída por três formas de conhecimento: *Domain Knowledge*, *Artifactual Literacy* e *Archival Intelligence*, traduzidos respectivamente como: Conhecimento de domínio, Competência de Artefatos e Inteligência Arquivística.

No Brasil, as pesquisas sobre Competência Arquivística ainda são incipientes. Vieira *et al* (2019) definem *Archival Literacy* como sendo uma ferramenta de interação entre o arquivo e o usuário, proporcionando e auxiliando na aquisição de habilidades e competências a partir de procedimentos educativos, objetivando a maximização da independência, compreensão e qualidade das consultas, pesquisas e uso de documentos e informações arquivísticas. Silva *et al* (2020) destacam a utilização da Competência Arquivística como ferramenta de apoio às práticas pedagógicas do arquivista enquanto educador com o intuito de maximizar a capacidade dos discentes. Santos e Furtado (2021) tem se dedicado ao mapeamento da produção acadêmico-científica em torno da temática, com o objetivo de apresentar o estado da arte da Competência Arquivística e propor um conceito que se adeque ao cenário arquivístico brasileiro. Entende-se que a Competência Arquivística se configura como um elemento necessário ao referencial teórico-prático da Arquivologia brasileira.

O presente artigo trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla, intitulada “*Archival Literacy*: Estreitando as relações da Competência em Informação e Arquivologia” e se propõe a mapear a produção acadêmico-científica em torno da Competência Arquivística no cenário nacional. Visando compreender o seu estado da arte no contexto da Arquivística Brasileira, a fim de propor subsídios teóricos que auxiliem na proposição do conceito de Competência Arquivística adequado ao cenário brasileiro.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA (RBS): TRAJETO E RESULTADOS

Para a realização da coleta de dados elegeu-se a Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) como ferramenta metodológica, visto ser reconhecida como um metódica, transparente e reaplicável (COOK *et al*, 1997; COOPER, 1998). Além disso, visa maximizar os conhecimentos a respeito do universo teórico existente em uma determinada área (MULROW, 1994).

Levy e Ellis (2006) apontam o ciclo de desenvolvimento da RBS, este ciclo divide-se em três fases: **1. Entrada** - São definidas as informações preliminares que passaram pela fase seguinte. Também inclui o plano de reprodução da RBS, chamado de Protocolo.; **2. Processamento** - Nesta fase, são realizadas as buscas, ou seja, a aplicação do plano de desenvolvimento da

pesquisa apresentado na fase anterior; **3. Saída** - Trata-se da construção de modelos teóricos e definições de hipóteses a partir da análise dos trabalhos recuperados na fase 2.

Nesse contexto, para mapear a produção acadêmico-científica em torno da Competência Arquivística no cenário nacional optou-se pela realização de buscas por assunto, sem a aplicação de filtros, como: tipo de material, data de publicação ou janela cronológica, para que assim fosse possível recuperar o maior número possível de trabalhos que retratam a aplicação da Competência Arquivística nas pesquisas brasileira.

Para tanto, utilizou-se as possíveis variações da tradução no idioma Português do Brasil (PT-BR) da expressão “*Archival Literacy*” para gerar as *strings* de buscas²⁸⁰ utilizadas na coleta de dados, conforme apresentadas no quadro 1.

Quadro 1 - *String* de busca para o Cenário Nacional

Idioma	<i>String</i> de busca
Português do Brasil (PT-BR)	Alfabetização Arquivística
	Alfabetização de Arquivo
	Alfabetização em Arquivo
	Letramento de Arquivo
	Letramento em Arquivo
	Letramento Arquivístico
	Competência de Arquivo
	Competência em Arquivo
	Competência Arquivística

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a definição das *strings* de busca partiu-se para o delineamento do estudo, estabeleceu-se que as mesmas seriam aplicadas nas seguintes bases de dados: **1)** Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); **2)** Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); **3)** *Web of Science (WoS)*; **4)** Biblioteca do Conhecimento Online (B-On); e **5)** Google Acadêmico (GoA). Destaca-se que o processo de coleta de dados ocorreu no período de março de 2022 a abril de 2022.

Para a realização da seleção do material de controle aderente à pesquisa criaram-se os seguintes critérios de inclusão: **(1) Tipo de Acesso** - Nesse item

²⁸⁰ Para criar de busca é necessário identificar as palavras e termos referentes ao tema de pesquisa. Isso pode ser feito a partir do estudo preliminar das fontes de pesquisa. É preciso testar a combinação das palavras e termos e a forma como foram utilizados os operadores lógicos da busca booleana. (CONFORTO et al., 2011)

deu-se preferência para trabalhos que não possuem nenhum tipo de restrição de acesso; **(2) Repetição de Resultados** - Este item trata-se da exclusão de trabalhos que apareceram mais de uma vez com resultado, independente da base de dados e idioma utilizado; **(3) Tipo de Documento** - Neste item serão aceitos trabalhos do tipo artigos, pôster, dissertações, teses e livros; e **(4) Aderência à Pesquisa** - Esta etapa tratou de realizar uma análise dos *abstracts* dos trabalhos para observar quais deles abordavam de alguma forma teorização, conceituação, norteamiento, aplicações ou debates sobre a utilização de documentos (fontes de informação) como recursos de pesquisa.

Desse modo, a tabela 1 apresenta os resultados quantitativos da amostragem dos artigos recuperados durante as buscas nas bases de dados mencionadas anteriormente, assim como o total de trabalhos incluídos para o escopo da pesquisa. Ressalta-se que como estratégia de apresentação dos resultados, a tabela 1 destaca apenas as *strings* que geraram resultados, logo, entende-se que as *strings* indicadas no quadro 1 que não foram sinalizadas na tabela geraram um total de zero amostras.

Tabela 1 - Resultado dos artigos recuperados e selecionados para análise - Cenário Nacional.

[illegible]

Legenda: CI1 - Acesso Aberto; CI2 - Repetição de Resultado; CI3 - Tipo de Documento.

CI4 - Com aderentes ao tema

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após o processo de seleção, listou-se os artigos de controle inseridos no escopo da pesquisa para identificar os debates em torno da Competência Arquivística no contexto Arquivístico brasileiro. Os trabalhos foram listados de acordo com sua cronologia e, posteriormente identificados de acordo com sua codificação, publicação e a base de dados de seu resgate, conforme apresentados no quadro 1.

Quadro 1 - Listagem de trabalhos selecionados com aderência à pesquisa

Cód.	Publicação	Base de dados
1	MARTENDAL, Fernanda Frasson; DA SILVA, Eva Cristina Leite; VITORINO, Elizete Vieira. Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil. Em questão , v. 23, n. 3, p. 53-78, 2017	CAPEs
2	KOYAMA, Adriana Carvalho. Diálogos contemporâneos sobre memória, ensino de história e arquivos. ARQUIVOS , p. 161	Google Acadêmico
3	VIEIRA, Thiago de Oliveira; BITTENCOURT, Paola Rodrigues; SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. Perspectivas de uma literacia arquivística: reflexões sobre arquivos, mediação e usuários. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação , v. 12, n. 2, p. 385-404, 2018	Google Acadêmico
4	FURTADO, Renata Lira; BELLUZZO, Regina Célia Baptista; VITORIANO, Marcia Cristina Carvalho Pazin. Arquivologia e competência em informação: possíveis conexões por meio da abordagem à literatura internacional. XIX Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação (XIX ENANCIB); XIX Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação (XIX ENANCIB) , v. 24, n. 2, 2018.	BRAPCI
5	GOMES, Maria do Carmo Andrade; DE OLIVEIRA NASCIMENTO, Adalson. A preservação documental na esfera do poder legislativo: a experiência do arquivo público da cidade de Belo Horizonte. Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN: 2595-4539 , v. 10, n. 15, p. 157-	Google Acadêmico

	190, 2019	
6	ORIBKA, Rosane et al. O mercado de trabalho para o arquivista em unidades de saúde: análise a partir do portal corporativo CATHO no Brasil. 2019	Google Acadêmico
7	VIEIRA, Thiago de Oliveira; BITTENCOURT, Paola Rodrigues; MARIZ, Anna Carla Almeida. As relações entre a arquivologia e as humanidades digitais: a literacia arquivística como meio de interação arquivo e comunidade no acesso à informação. Liinc em Revista , v. 15, n. 1, p. 40-52, 2019.	CAPES
8	VAZ, Gláucia Aparecida. Práticas informacionais em arquivos : quadro comportamental e contexto social dos usuários do Arquivo Público Mineiro (Tese). Universidade Federal de Minas Gerais 2019	Google Acadêmico
9	JACINTHO, Eliana Maria dos Santos Bahia; DOS SANTOS ZIEGELMANN, Luize Daiane. Estudo da competência do arquivista e do estudante em formação em suas práticas profissionais: relação com o mercado de trabalho. Informação & Informação , v. 26, n. 3, p. 600-627	BRAPCI
10	CAVALCANTE, Celineide Rodrigues; FURTADO, Renata Lira. Panorama sobre Archival Intelligence no cenário internacional. ÁGORA: Arquivologia em debate , v. 31, n. 63, p. 1-23, 2021	BRAPCI
11	SANTOS, Felipe César Almeida dos; FURTADO, Renata Lira. Archival literacy: estreitando as relações entre a competência em informação com a Arquivologia. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação , v. 17, n. esp., p. 1-18, 2021	Google Acadêmico
12	NASCIMENTO, Natália Marinho do; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares. El Archivero emprendedor: ¿quién es y qué hace?. Information , v. 26, n. 2, p. 165-188, 2021	Google Acadêmico

Fonte: Elaborado pelo autor.

O **artigo 1** identifica em que medida das quatro dimensões da competência em informação²⁸¹ (técnica, estética, ética e política) está relacionada ao perfil esperado para os egressos dos cursos de graduação em Arquivologia de três universidades do sul do Brasil. Esta pesquisa se propõe a refletir sobre a Arquivologia como ciência que agrega aspectos teóricos,

²⁸¹ VITORINO, *Elizete Vieira*; PLANTOLA, *Daniela*. *Dimensões da competência informacional* (2). *Ciência da Informação*, v. 40, p. 99-110, 2011.

práticos, mergulhados em diretrizes e interlocuções entre os profissionais, os acervos e seus usuários (MARTENDAL, SILVA; VITORINO, 2017).

O **artigo 2** propõe-se a identificar e analisar as tendências prevaletentes nos diálogos que vêm ocorrendo entre os arquivos e a escola, em um contexto internacional. A pesquisa aponta a crescente expansão de estudos preocupados em compreender a relação entre as mídias e a construção de narrativas voltadas ao passado no passado em espaços não acadêmicos. Estes espaços vêm produzindo narrativas sobre o passado, estão vinculados a movimentos sociais que procuram, por meio da afirmação de memórias que confrontam as narrativas históricas difundidas (KOYAMA, 2017 *In*: ANDRADE, 2017, p. 169).

O **artigo 3** apresenta as definições de Literacia e de Literacia da informação, além disso, explora a noção de Literacia Arquivística. Descreve o contexto e a relação arquivo-usuário a partir da mediação arquivística, educação patrimonial e educação em arquivos. Ademais, estabelece dissemelhanças entre a noção de Literacia Arquivística e a definição de educação patrimonial (VIEIRA *et al.* 2019).

O **artigo 4** sistematiza a existência da Competência em Informação na literatura arquivística internacional, assim, apontando a baixa incidência de produções bibliográficas com o foco na CoInfo e a inexistência de produções acadêmico-científica em periódicos de idioma francês e espanhol (FURTADO *et al.*, 2018, p. 15).

O **artigo 5** relata a experiência técnica e institucional do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte - APCBH quanto ao recolhimento, organização e disponibilização do acervo documental da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Traçando um quadro da política municipal de arquivos e do contexto de criação do APCBH assim como da sua relação com o Poder Legislativo (NASCIMENTO, GOMES, 2019, p. 157).

O **artigo 6** apresenta o perfil profissional que o mercado de trabalho almeja no arquivista, especialmente os que lidam com as informações no campo da saúde no setor privado no Brasil. Define, segundo a literatura, o trabalho, o mercado de trabalho, competências profissionais em arquivo e o perfil profissional do arquivista. Além disso, identifica as competências requeridas do arquivista para atuar em unidades de saúde (ORIBKA, 2019, p. 13).

O **artigo 7** apresenta como objetivo ponderar quanto à inserção das instituições arquivísticas, quanto espaço de guarda, preservação e acesso à documentos arquivísticos, visando as perspectivas e as necessidades da comunidade. Ganhando destaque aqui, seu segundo objetivo específico:

Explorar a noção de Literacia Arquivística como ação apoiadora e colaborativa para o acesso e uso de fontes de informação (VIEIRA; BITTENCOURT; MARIZ, 2019).

A **pesquisa 8** objetiva determinar o contexto social dos usuários do Arquivo Público mineiro e relacioná-lo com seu processo de pesquisa desenvolvido dentro da instituição. Como objetivo específico a tese de doutoramento destaca o levantamento das principais barreiras encontradas, a avaliação dos serviços oferecidos tanto presencialmente como de maneira remota (VAZ, 2019, p. 13-14).

A **pesquisa 9** tem como objetivo identificar a competência do arquivista e dos discentes ainda em formação observando suas práticas profissionais e sua relação com o mercado de trabalho (JACINTHO; ZIEGELMANN, 2021).

O **artigo 10** visa compreender e explorar as discussões em torno da *Archival Intelligence* na literatura internacional, buscando ampliar e consolidar os debates em torno da Competência em Informação e da Arquivologia no cenário brasileiro (CAVALCANTE; FURTADO, 2021).

O **artigo 11** visa mapear a produção acadêmica-científica em torno da *Archival Literacy* no cenário internacional com o objetivo de compreender o seu estado da arte. Em sua análise de dados, observou a existência de novas áreas de conhecimento que compõem e estreitam a relação da Competência em Informação e a Arquivologia (SANTOS; FURTADO, 2021).

O **artigo 12** tem como objetivo apresentar os fatores que determinam o empreendedorismo, as características de um empreendedor e associá-las atribuídas aos Arquivistas, de acordo com a literatura especializada (NASCIMENTO; LUNARDELLI, 2021).

Após a apresentação da síntese dos resultados obtidos, a seção seguinte trata-se do resultado da leitura e análise dos trabalhos recuperados e listados no quadro 2. Assim, a próxima seção refere-se à última fase do processo de desenvolvimento da RBS, de discussão dos resultados obtidos, conforme apresentado anteriormente

3 COMPETÊNCIA ARQUIVÍSTICA NO CENÁRIO ACADÊMICO-CIENTÍFICO BRASILEIRO

A partir da análise dos trabalhos recuperados, observa-se que a Competência Arquivística se trata de um foco recente no contexto brasileiro, com suas primeiras menções registradas no ano de 2017, em pesquisas como: Martendal *et al.* (2017), Koyama (2017), Vieira *et al.* (2018) e Furtado, Belluzzo e Vitoriano (2018).

Durante o processo de análise dos resultados, percebeu-se a existência de dois fatores predominantes na distinção dos trabalhos recuperados: 1) Relacionado à maneira de traduzir *Archival Literacy* para o português brasileiro; e 2) Dá-se com a aplicação da Competência Arquivística.

No que se refere a forma de traduzir *Archival Literacy* no Brasil, foi possível observar divergências terminológicas para sua tradução, podendo variar entre: Letramento Arquivístico, Literacia Arquivística e Competência Arquivística. Nesse contexto, ao considerar que durante o Seminário de Competência em Informação: cenários e tendências, ocorrido durante o XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação em 2011, o termo “Competência em Informação” foi registrado como tradução oficial para a expressão *Information Literacy* no Brasil (FURTADO, 2019). Entende-se que o termo “Competência Arquivística” trata-se da transposição mais assertiva para *Archival Literacy*.

No que tange a aplicação da Competência Arquivística nas pesquisas brasileiras, foi possível compreender a existência de distintos contextos de aplicação para a Competência Arquivística. Os **artigos 1, 2, 3, 4, 7, 8, 10 e 11** abordam o tema voltado a um cenário educacional, onde pode ser relacionado ao processo de desenvolvimento do conhecimento e da aprendizagem ao longo da vida. Este contexto possui a função de auxiliar os sujeitos a ocupar um papel mais ativo e racional quanto às informações em documentos arquivísticos, possibilitando uma atuação participativa para com a informação e assim permitindo-o ressignificar estas informações e, em seguida, emitir sua resposta (gerar o conhecimento). Neste ambiente, possíveis sujeitos que podem ser encontrados são: docentes, discentes e pesquisadores de todas as áreas.

Os **artigos 5, 6, 9 e 12** dão à Competência Arquivística outra aplicação, dessa vez em um contexto operacional, relacionado ao processo de execução de uma atividade laboral, combinando os conhecimentos do saber fazer, com as experiências profissionais e as atitudes que se realizam em um cenário específico. Assim, entende-se que Competência Arquivística em contexto operacional refere-se aos conhecimentos técnicos ligados, diretamente, ao desempenho das atividades profissionais, permitindo o desenvolvimento de serviços com eficiência, possibilitando a prestação de serviços com qualidade. Neste ambiente, possíveis sujeitos que podem ser encontrados são: profissionais da informação, produtores de documentos, gestores da informação e usuários internos.

Nos **artigos 1, 2, 3, 4, 8, 10 e 11** é possível observar a preocupação da realização do papel social dos arquivos. Assim, gerando o contexto sociocultural da Competência Arquivística que se relaciona ao processo de

construção de conhecimento social para emancipação e garantia da cidadania. Nesse sentido, a informação contida em documentos arquivísticos necessita ser entendida como um elemento inserido ao exercício da garantia de direitos que permite ao cidadão a “expansão do conhecimento, produção de conteúdo, da identidade cultural e da organização de ideias que inevitavelmente resultam em uma imensa mudança na maneira de pensar, estudar, trabalhar e se comunicar (TARGINO; TORRES; ALVES, 2012, p. 35). Nesse cenário, os possíveis sujeitos abarcam a sociedade civil como um todo.

Cada um dos contextos de aplicação elencados contém características singulares de desenvolvimento e aspectos de seus sujeitos. Ressalta-se que é inegável que possa haver pontos de convergência entre características destes contextos e seus sujeitos. Contudo, torna-se necessário entender um pouco mais sobre seus elementos divergentes e convergentes que influenciam ou não no processo de formação e desenvolvimento da Competência Arquivística nos seus variados cenários de atuação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar as discussões ainda em andamento em torno da Competência Arquivística, o mapeamento da produção acadêmica-científica em torno do tema no cenário nacional, com o objetivo de compreender seu estado da arte, demonstra-se uma tarefa orientadora, pois mesmo mediante a baixa incidência de trabalhos recuperados durante a coleta de material de controle, resultado este já esperado, foi possível o encontro com novos horizontes da Competência Arquivística, visto a possibilidade do desenvolvimento de contextos de sua aplicação: Educacional, Operacional e Sociocultural.

Além disso, foi possível evidenciar a necessidade de expandir os debates em torno da Competência Arquivística, não apenas para subsidiar um conhecimento mais profundo sobre a temática, mas para ratificar a existência da multiplicidade de temas e possibilidades de pesquisas que este tema carrega consigo.

Vale destacar que os resultados desta pesquisa se caracterizam como um exercício para futuros estudos, entretanto, com contribuições significativas para tanto fortalecer as relações entre Arquivologia e a Competência em Informação, quanto para a própria consolidação da Competência Arquivística. No contexto arquivístico, o estabelecimento dos preceitos da Competência Arquivística afeta, de maneira positiva, desde o desenvolvimento do fazer de arquivistas e profissionais da informação até sua maneira de relacionar o arquivo com os arquivistas, estudantes, pesquisadores e cidadãos.

REFERÊNCIAS

- MORRIS, Sammie; MYKYTIUK, Lawrence; WEINER, Sharon. Archival literacy for history students: Identifying faculty expectations of archival research skills. **The American Archivist**, v. 77, n. 2, p. 394-424, 2014
- FURTADO, Renata Lira. **A competência em Informação no cenário arquivístico**: uma contribuição teórico-aplicada. Tese (doutorado em Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.
- VILAR, Polona; ŠAUPERL, Alenka. Archival Literacy: Different Users, Different Information Needs, Behaviour and Skills. *In*: KURBANOĞLU, S.; ŠPIRANEC, S.; GRASSIAN, E., MIZRACHI, D., CATTS R. (eds). **Information Literacy, Lifelong Learning and Digital Citizenship in the 21st Century**. v. 492, p. 149-59, 2014.
- GILLILAND-SWETLAND, Anne J.; KAFAI, Yasmin B.; LANDIS, William E. Integrating primary sources into the elementary school classroom: A case study of teachers' perspectives. **Archivaria**, p. 89-116, 1999.
- YAKEL, Elizabeth; TORRES, Deborah. AI: Archival intelligence and user expertise. **The American Archivist**, v. 66, n. 1, p. 51-78, 2003.
- SILVA, Anahi Rocha; VIGNOLI, Richele Grengé; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Competência Arquivística em Arquivos Universitário. *In*: VALENTIM, M. L. P.; BELLUZZO, R. C. B. (Org.). **Perspectivas em competência em informação**. São Paulo: Abecin Editora, 2020.
- COOK, D.J.; Mulrow, C.D.; Haynes, R.B. Systematic reviews: synthesis of best evidence for clinical decisions. **Annals of Internal Medicine**, v.126, n.5, pp.376-380, 1997
- COOPER, H. **Synthesizing Research**. Thousand Oaks: Sage, 1998.
- LEVY, Yair; ELLIS, Timothy J. **A systems approach to conduct an effective literature review in support of information systems research**. *Informing Science: International Journal of an Emerging Transdiscipline*, v. 9, n. 1, p. 181-212, 2006.
- MULROW, C.D. **Systematic reviews rationale for systematic reviews**. *British Medical Journal*, v.309, pp.597-599, 1994
- MARTENDAL, Fernanda Frasson; DA SILVA, Eva Cristina Leite; VITORINO, Elizete Vieira. Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil. **Em questão**, v. 23, n. 3, p. 53-78, 2017
- KOYAMA, Adriana Carvalho. Diálogos contemporâneos sobre memória, ensino de história e arquivos. **ARQUIVOS**, p. 161
- VIEIRA, Thiago de Oliveira; BITTENCOURT, Paola Rodrigues; SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. Perspectivas de uma literacia arquivística: reflexões sobre

arquivos, mediação e usuários. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 385-404, 2018

FURTADO, Renata Lira; BELLUZZO, Regina Célia Baptista; VITORIANO, Marcia Cristina Carvalho Pazin. Arquivologia e competência em informação: possíveis conexões por meio da abordagem à literatura internacional. **XIX Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação (XIX ENANCIB); XIX Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação (XIX ENANCIB)**, v. 24, n. 2, 2018.

GOMES, Maria do Carmo Andrade; DE OLIVEIRA NASCIMENTO, Adalson. A preservação documental na esfera do poder legislativo: a experiência do arquivo público da cidade de Belo Horizonte. **Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN: 2595-4539**, v. 10, n. 15, p. 157-190, 2019

ORIBKA, Rosane et al. O mercado de trabalho para o arquivista em unidades de saúde: análise a partir do portal corporativo CATHO no Brasil. 2019

VAZ, Gláucia Aparecida. **Práticas informacionais em arquivos: quadro comportamental e contexto social dos usuários do Arquivo Público Mineiro** (Tese). Universidade Federal de Minas Gerais 2019

JACINTHO, Eliana Maria dos Santos Bahia; DOS SANTOS ZIEGELMANN, Luíze Daiane. Estudo da competência do arquivista e do estudante em formação em suas práticas profissionais: relação com o mercado de trabalho. **Informação & Informação**, v. 26, n. 3, p. 600-627

CAVALCANTE, Celineide Rodrigues; FURTADO, Renata Lira. Panorama sobre Archival Intelligence no cenário internacional. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, v. 31, n. 63, p. 1-23, 2021

SANTOS, Felipe César Almeida dos; FURTADO, Renata Lira. Archival literacy: estreitando as relações entre a competência em informação com a Arquivologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, n. esp., p. 1-18, 2021

NASCIMENTO, Natália Marinho do; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares. El Archivero emprendedor: ¿quién es y qué hace?. **Information**, v. 26, n. 2, p. 165-188, 2021

TOGNOLI, Natalia Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista – Unesp – Campus de Marília, Marília, 2010.

MEDIAÇÃO CULTURAL: COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E EQUIDADE SOCIAL

Rosale De Mattos Souza (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

Zaltair Ferreira Navarro de Andrade Neto (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma monografia de final de curso de graduação em Arquivologia e visa analisar o letramento informacional e a competência informacional como elementos fundamentais para dirimir as questões referentes à desigualdade social, exclusão digital e informacional existente na sociedade brasileira.

Diante do cenário de desigualdade social no Brasil é importante discutir as questões de inclusão/exclusão digital, como o crescimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação - TIC's, das ferramentas digitais nas redes sociais, tais como facebook, instagram e outras, que servem para a praticidade e eficiência de muitos serviços públicos e privados.

Os cidadãos que não possuem tais habilidades informacionais comumente são os que mais sofrem os efeitos da desigualdade social e, por essa razão, tornam-se também vítimas da desigualdade informacional, que os une num grupo de indivíduos digitalmente excluídos e educacionalmente negligenciados pelo governo.

A desigualdade vivenciada no país pode ser verificada sob diversas óticas, visto que seus efeitos refletem em muitas faces, sendo uma delas o

acesso à infraestrutura tecnológica e seus benefícios. Sob as perspectivas da cultura e da informação, o presente trabalho propõe uma análise crítica da má distribuição da informação no Brasil, sobretudo entre as classes menos favorecidas, que culmina na pouca participação do exercício da cidadania, contribuindo para o quadro da iniquidade social.

Considerando que a mediação cultural em Arquivos com vistas à competência informacional abre portas para a equidade social, temos os seguintes questionamentos: quais têm sido as medidas encontradas pelos Arquivos para suprir as variadas necessidades informacionais de grupos minoritários? Como os Arquivos e os arquivistas têm contribuído para o desenvolvimento da equidade informacional na sociedade brasileira?

Para encontrar as possíveis respostas para estas indagações é necessário compreender o significado de mediação cultural e sua relação com os arquivos, bem como o que é competência em informação e seu impacto na sociedade, para além dos limites organizacionais.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de estreitar ainda mais a relação entre os arquivos e a parcela da sociedade que não usufrui desses locais para fins educacionais. Nessa mesma lógica, também é necessário desenvolver medidas para a divulgação dos acervos arquivísticos por meio da descrição (representação) e implementá-las junto às políticas públicas de acesso, para que este conhecimento reunido, produzido e organizado pelos Arquivos chegue às camadas sociais que desconhecem ou não reconhecem a sua relevância.

Disponibilizar os acervos documentais aos grupos sociais menos favorecidos através de ações culturais nos Arquivos implica em oferecê-los autonomia informacional, para que utilizem o conhecimento ofertado com propriedade na tomada de decisões. Logo, optar pelo uso dos documentos arquivísticos como ferramentas de propagação histórica e cultural, assim como são os livros, por exemplo, implica também em estimular o pensamento crítico e o desenvolvimento de competências em informação.

Salienta-se a importância de tratar a mediação cultural nos Arquivos, ao passo que fomenta a discussão da ética, segundo a Teoria Crítica da Informação, da má distribuição da informação no mundo, entre os países de primeiro mundo e aqueles periféricos, e as diferentes classes sociais. Assim, no cenário contemporâneo o arquivista se aproxima de novas incumbências junto aos usuários. À medida que as tecnologias de informação e as redes sociais avançam, modificam-se os discursos de praticidade do trabalho, dos serviços públicos e privados, mas não são garantidos a todos os cidadãos. Faz-se necessária a intermediação e orientação dos arquivistas junto aos usuários para o acesso às informações e ao conhecimento.

Portanto, este trabalho aproxima-se da Arquivologia Social, tratando da competência informacional e da mediação cultural em Arquivos, do acesso à informação e ao conhecimento, contribuindo na solução da desigualdade social no Brasil.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

A metodologia teórica utilizada possui caráter qualitativo, de natureza bibliográfica e exploratória, pois investiga as noções de arquivos, ética informacional, mediação cultural e competência informacional, utilizando também a Teoria Crítica da Informação como base para fundamentar a perspectiva da informação como capital.

2.2 Mediação Cultural em Arquivos e Competência Crítica em Informação

O diálogo entre a Ciência da Informação, Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia ocorre através do olhar informacional compartilhado por estes campos de conhecimento. A Arquivologia e a Ciência da Informação se encontram nos limites estabelecidos por esse olhar, que tratam dos aspectos físicos, cognitivos e sociais da informação.

Destacamos que a Arquivística canadense e também a corrente australiana foram consideradas mais próximas da corrente Pós-Moderna, mais alinhada ao tema desta pesquisa, pois é mais próxima do enfoque social, da relação entre o letramento informacional e a mediação cultural como questões contemporâneas imbricadas com a Ciência da Informação.

A mediação, por sua vez, acontece por meio da intervenção de agências de informação, tais como: os arquivos, as bibliotecas e os museus. Essa intervenção constitui-se nas ações dos agentes sobre os acervos, visando, de modo geral, organizá-los, representá-los, recuperá-los e disseminá-los, para possibilitar o acesso aos registros.

Arquivos, bibliotecas e museus agem como mediadores na medida em que, por meio de uma intervenção intencional, buscam promover o contato entre aquilo que está/estaria separado (as pessoas dos registros de conhecimento), buscam otimizar a maneira como os seres humanos se relacionam com esses registros (produzindo-os e os utilizando). (ARAÚJO, 2012, p. 12)

A utilização desses registros, amplamente entendidos como objetos culturais, depende dos olhares simbólicos debruçados sobre eles. Tratando-se

dos documentos arquivísticos, a atribuição desses signos normalmente se estende desde o momento da avaliação documental até a aquisição dos dados por parte do público, mas não representa uma regra, devido ao fato de existirem documentos que já nascem com tamanha relevância social e potencial para se tornarem documentos permanentes.

Quanto aos objetos culturais, utilizemos como base a definição dada por Perrotti e Pieruccini (2014):

Os objetos culturais são signos e, mais que isso, discursos potencialmente capazes de produzir deslocamentos intelectuais, emocionais, afetivos, [...]. Por outro lado, constituem-se como realidades concretas e objetivas, permeadas e dividindo o espaço social com outros fenômenos e sujeitos. (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 8)

Seguindo a linha de raciocínio, em linhas gerais, notamos que os arquivistas são naturalmente mediadores muito antes de serem gestores do acervo ou da informação arquivística; isto, pois são sujeitos sociais, acrescidos de orientação para reconhecer os atos de “in-formar” nos registros arquivísticos, assim como suas capacidades direcionam o ato de “in-formar” a outros sujeitos.

Por conseguinte, podemos supor a compreensão das relações entre a mediação e a Arquivologia das seguintes formas: de um lado temos os documentos arquivísticos que são objetos culturais que comportam dados com funções e finalidades diversas; do outro lado temos um receptor desses dados; entre um e outro, temos os arquivistas como um dos agentes mediadores e nesse caso, como um mediador da informação. Sob outra ótica, ao passo que temos documentos que asseguram direitos e deveres, de um lado, do outro temos, por exemplo, o cidadão legalmente resguardado; entre os dois lados, temos o arquivista responsável pela preservação desses registros jurídicos e, assim, podemos também considerar, em alguma instância, o arquivista um mediador político. Dentre outras perspectivas de analisar a questão da mediação na Arquivologia, olhemos sob o ponto de vista da mediação cultural: de um lado, temos os arquivos dotados de cargas históricas, sociais e culturais, cuja manutenção preserva seus múltiplos contextos; do outro, temos cidadãos que, de alguma maneira, interagem com os arquivos nos cenários internos ou externos às instituições; entre ambos, temos o arquivista, responsável por estabelecer essas conexões, sendo, então, um agente de mediação cultural.

Assim, a mediação cultural “é ação portadora de sentidos próprios que estão em relação com sentidos incrustados tanto nos objetos, como nos sujeitos culturais e seus respectivos contextos” (PERROTTI; PIERUCCINI,

2014, p. 9), em que os sentidos são transferidos e dialogam com a percepção da realidade que o sujeito receptor vivência.

Atualmente, na chamada “Era da Informação”, é de suma importância refletirmos e tratarmos também dos aspectos cognitivo e social do acesso à informação, ao passo que possamos contribuir para outras problemáticas que extrapolam os limites organizacionais — o que não significa, necessariamente, que o tratamento das questões físicas esteja limitado ao benefício dos usuários ou colaboradores de uma instituição.

Mediação cultural, na perspectiva arquivística, é o processo cujos objetos são representações dos documentos de arquivo em que, por meio da valorização e da exploração, objetiva-se contribuir para a democratização das culturas (inclusive da cultura arquivística) ampliando assim a circulação, a apropriação, a recepção e a produção de produtos e bens culturais. (ALDABALDE, 2016, p. 66)

À medida que as tecnologias de informação avançam, modificam-se as realidades, que distorcidamente promovem discursos em favor da praticidade do trabalho, da comunicação, dos serviços públicos e privados e, realmente, muitas vezes entregam o que propõem, não podemos negar seus benefícios, mas que não garantem que os indivíduos em situações precárias façam parte dessa realidade.

Compreender os documentos arquivísticos e seus respectivos contextos de criação, significa compreender o que restou dos fatos históricos; preservar os documentos significa realizar uma constante manutenção dos fragmentos históricos; logo, conceber formas de viabilizar o acesso à informação registrada nos documentos — incluindo ferramentas para ensinar a acessá-las e maneiras de divulgá-las à sociedade, significa oferecer aos cidadãos uma oportunidade de reconhecimento nos arquivos, nutrir vozes usualmente silenciadas.

Pensar em mediação cultural implica em questionar a maneira como os arquivos impactam as camadas menos favorecidas da sociedade, sendo estas últimas comumente negligenciadas no que diz respeito à educação. Isso significa que, muito provavelmente, as ações e decisões que giram em torno do acesso aos documentos arquivísticos não contemplam integralmente as necessidades dessas camadas sociais, muitas vezes demonstrando uma preocupação rasa sobre os caminhos percorridos pela informação arquivística até chegar ao leitor minimamente letrado.

Em decorrência do processo de letramento informacional, os indivíduos desenvolvem habilidades cognitivas que os fornecem autonomia em suas tomadas de decisões, capacitando-os intelectualmente para

construir percepções mais esclarecidas sobre o mundo e os fenômenos da realidade. Assim, a competência informacional “refere-se à capacidade do aprendiz de mobilizar o próprio conhecimento que o ajuda a agir em determinada situação.” (GASQUE, 2013, p. 5)

Por sua vez, o letramento decorre de uma preocupação em fornecer ferramentas didáticas; essa preocupação pode advir do interesse do próprio indivíduo em obter determinadas informações (tratando-se dos autodidatas), como pode vir de um estímulo externo ao indivíduo (no caso das instituições pedagógicas, por exemplo). Nesse sentido, Gasque (2013) complementa:

Ao longo do processo de letramento informacional, os aprendizes desenvolvem competências para identificar a necessidade de informação, avaliá-la, buscá-la e usá-la eficaz e eficientemente, considerando os aspectos éticos, legais e econômicos. (GASQUE, 2013, p. 5)

Já sob a ótica da competência informacional crítica, cujas influências remontam às teorias críticas, Shapiro e Hughes (1996) preconizam que esta deve ser entendida como uma “arte” “[...] que vai desde saber como usar os computadores e acessar a informação até a reflexão crítica sobre a natureza da informação em si, sua infraestrutura técnica, e o seu contexto e impacto social, cultural e mesmo filosófico [...]” (*apud* VITORINO, 2009, p. 135). Vitorino (2009) complementa:

[...]Nesse sentido, os autores ampliam o conceito e o papel social da competência informacional, que seria muito mais do que uma reunião de habilidades para acessar e empregar adequadamente a informação e passaria a funcionar como uma ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de efetivamente determinar o curso de suas vidas. [...]. (VITORINO, 2009, p. 136)

A construção de uma sociedade democrática depende de muitos fatores, que ao observarmos a realidade brasileira, nos dias de hoje, notamos claramente uma carência de responsabilidade e de responsabilização por parte do Estado. Em virtude do desenvolvimento desenfreado das Tecnologias de Informação e da Comunicação, avolumaram-se os fluxos informacionais e as possibilidades de receber informações se tornou diversa.

A variedade informacional do “cardápio” das mídias sociais é ao mesmo tempo tentadora e assustadora, devido à magnitude da disseminação de informações autênticas e inautênticas. Nos últimos anos, vimos crescer as “*fake news*”, que são informações inautênticas, sem veracidade, com a finalidade de

distorcer fatos sobre a realidade. O perigo e a alta capacidade de manipulação dessas falsas informações residem justamente nos indivíduos carentes de competências cognitivas para analisá-las de forma crítica.

A propagação imprudente dessas informações, embora muitas vezes seja superficialmente sorrateira, revela intenções muito claras à luz de uma consciência crítica: estabelecer um panorama deturpado para dissimular fatos; tornar turvo e embaraçado o acesso à informação tangível; mascarar dados reais, com o intuito de manipular e exercer coerção sobre o coletivo.

Nesse contexto, é essencial que os profissionais da informação articulem ideias, medidas e ferramentas para dirimir, mesmo que minimamente, os efeitos da desinformação. Disseminar a importância dos acervos arquivísticos (como também os bibliográficos e museológicos), seus contextos de criação e o que representam na história atual, relaciona-se à promoção da mediação cultural em favor da ética informacional.

Uma solução possível para esta crise passa necessariamente pela ética e pela Competência Crítica em Informação, uma vez que a ética permite a distinção do bem e do mal, da verdade e da mentira, além de dispor sobre o que é certo ou não no que diz respeito à elaboração, divulgação e uso da informação. Já a Competência Crítica em Informação, prepara o usuário para olhar criticamente a informação e se capacitar para distinguir entre o que é relevante e/ou irrelevante, buscar fontes seguras de informação, hierarquizar as informações, utilizá-las, produzir novas informações, ser criativo, contextualizar etc. (BRISOLA; ROMEIRO, 2018, p. 75)

Destarte, a pesquisa pretende fomentar mais diálogos entre os arquivos e sua função cultural, de forma que explicita seu caráter social através do aspecto informacional enquanto agente de mudança da realidade. Visando maior aproximação entre os documentos arquivísticos e o público alvo, especialmente o cidadão comum, é essencial pensar e adotar medidas de disseminação e acesso que vão ao encontro das necessidades informacionais destes indivíduos.

Diante das díspares realidades sociais, políticas, econômicas e culturais, estimular a consciência crítica, em meio a um turbilhão de informações, pode ser um elemento chave para restabelecer um quadro de equidade informacional no coletivo, além de nutrir a esperança de uma sociedade mais equânime em sua completude.

2.3 Resultados

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, da pesquisa bibliográfica e exploratória percebeu-se a pouca incidência de trabalhos de letramento, mediação cultural e competência informacional na Arquivologia, sendo necessário recorrer principalmente aos estudos em Ciência da Informação e Biblioteconomia. Desta maneira, é importante explorar novos caminhos de pesquisa em Arquivologia, a fim dessas temáticas constarem nas agendas de pesquisas e alargar o conhecimento da área, reafirmando ainda mais o seu status enquanto ciência.

Devemos considerar que, de fato, a competência informacional não é a principal demanda ou mesmo a maior prioridade da área atualmente, visto que os olhares dos profissionais estão atentos voltados à realidade digital, que cada vez mais nos impacta e promove desafios com relação às antigas práticas profissionais. Entretanto, é importante desenvolvermos outras possibilidades de estudo em Arquivologia, de modo a tornar o conhecimento da área mais rico em diversidade, intelectualmente flexível e, por conseguinte, abrir novas demandas de serviços e produtos junto aos Arquivos e aos cidadãos (usuários).

Ao trabalhar as questões referentes à mediação cultural em Arquivos, as relações entre as instituições arquivísticas e a sociedade tendem a se fortalecer. Quando bem estruturadas, estas relações trazem maior segurança à permanência e à manutenção dos Arquivos, do patrimônio documental, haja vista que a mediação cultural promove o reconhecimento da proteção ao patrimônio documental, da perpetuidade e da disseminação do conhecimento. Uma sociedade que reconhece e valoriza os serviços e produtos das instituições arquivísticas, tende a valorizar estes espaços.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa propôs analisar os conceitos de Mediação Cultural, Letramento Informacional e Competência Crítica em Informação, sob a perspectiva da Arquivologia, haja vista que são poucos trabalhos em pesquisas na área, evidenciando seus aspectos social e cultural. Constatamos, embora não de forma definitiva, que a Mediação Cultural em Arquivos pode ser uma grande contribuição para desenvolver competências críticas em informação nos cidadãos comuns, que muitas vezes desconhecem o valor dos Arquivos e nem os reconhecem como patrimônio histórico, social e cultural.

Através da Abordagem Funcional da Arquivologia, entendemos uma nova maneira de enxergar o papel social dos arquivistas nas instituições e, para além destas, a importância destes profissionais para a sua organização

social. O ato de preservar as representações de uma história ou de uma memória, naturalmente implica no apagamento de outras parcelas dos fatos sobre a realidade; isto aponta a enorme responsabilidade e influência dos arquivistas na (re)construção das perspectivas sobre a vida em sociedade.

Com a análise da evolução da Ciência da Informação, podemos estabelecer nexos entre a Arquivologia e o olhar informacional sobre os registros arquivísticos, na qual os arquivos e os arquivistas devem ter maior preocupação com os aspectos cognitivos, no atendimento e orientação aos usuários e pesquisadores, para dirimir diferenças no grau de informações transmitidas.

Foi possível perceber também que, embora seja inegável o impacto benéfico da revolução tecnológica no estilo de vida atual, pouco se vê ações do Estado objetivando ensinar os cidadãos a fazer uso eficiente destes recursos, o que ocasiona a exclusão digital e informacional. Não basta a existência do governo digital, mas é de suma importância promover medidas com vistas ao desenvolvimento de habilidades cognitivas dos indivíduos, para que estes possam usufruir dessas informações de forma autônoma.

Em contraste aos benefícios fornecidos pelo desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação, observamos a disseminação de informações inautênticas, sobretudo nas redes sociais; este cenário deixa claro que os profissionais da informação devem engajar-se politicamente para criar medidas de combate à desinformação.

Além disso, compreendemos que os arquivistas devem também utilizar suas capacidades intelectuais e práticas para tentar dirimir algumas das questões referentes à desinformação na sociedade, aliados à ética informacional. Desse modo, torna-se essencial o investimento em medidas que diminuam o impacto da desinformação na sociedade, exigindo criatividade e responsabilização dos profissionais da informação em favor do coletivo e do processo democrático na sociedade da informação.

Contudo, vale ressaltar que a pesquisa não tem a pretensão de apresentar soluções para todas as inquietações relativas à desigualdade social no Brasil através da competência informacional e da mediação cultural; mas buscar maneiras de aproximar ainda mais os arquivos do seu papel social, no sentido de torná-los mais íntimos do cidadão brasileiro marginalizado, que deverá reconhecê-los como insumos ativos na defesa e apropriação de seus direitos diante das injustiças sociais.

A pesquisa constituiu-se como uma forma de influenciar outros trabalhos sobre temáticas escassas no campo arquivístico. Sugere-se a

inclusão do letramento e da competência informacional nas agendas de pesquisas da Arquivologia.

REFERÊNCIAS

ALDABALDE, T. V. Mediação cultural em arquivos: definição e aproximações terminológicas. **Acesso Livre**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 59-69, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2015/09/taiguara-villela.pdf>. Acesso em: 13 maio 2021

ARAÚJO, Carlos Alberto. Teoria crítica da informação no Brasil: a contribuição de Armand Mattelart. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.3, n.3, p.112-119, set., 2009.

ARAÚJO, Carlos Alberto. **Mediação como conceito potencializador do diálogo entre a Ciência da Informação e os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. Anais, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

BRISOLA, Ana Cristina; ROMEIRO, Nathália Lima. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. Rio de Janeiro, RJ, v. 14, n. 3, p. 68-87, set./dez., 2018

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **Atoz**, Curitiba, v.2, n.1, p. 5-9, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41315>. Acesso em: 07 abr. 2021.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p.1-22, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/download/19992/17341>. Acesso em: 13 maio 2021.

SHAPIRO, J.; HUGHES, S. K. Information literacy as a liberal art: enlightenment purposes for a new curriculum. [S.l.]: **Educon Review**, 1996 *apud* VITORINO, Elizete Vieira; PANTOLA, Daniela. **Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados**. Brasília, 2009.

VITORINO, Elizete Vieira; PANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p.130-141, set./dez., 2009.

UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DO ECOSSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO NA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA PÓS CUSTODIAL: APONTAMENTOS ACERCA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E SUAS VERTENTES COMO FORMA DE COMBATE E REDUÇÃO

Ana Roberta Pinheiro Moura (Universidade Federal do Pará)

1 INTRODUÇÃO

Diante da discussão sobre Desinformação, *Fake News* e Pós-Verdade, surge o termo “Ecosistema da Desinformação”, que abrange diversas modalidades de propagação da Desinformação e suas modalidades em ambientes virtuais, sendo entendido como a cadeia dos fenômenos informacionais relacionados à desinformação (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017; GITAHY, 2020, apud MENICUCCI, 2020).

Para Pinheiro e Brito (2014), o conceito de desinformação traz uma amplitude de significados e de utilização diversas. Pode ser empregado para definir a ausência de informação e o ruído informacional, ao mesmo tempo em que dar sentido a informação manipulada para as amplas massas, com o papel de manter sua alienação. Nesse cenário, enfrenta-se ainda a “crise da verdade”, propiciada pelas informações sociotecnicamente mediadas, envolvendo um

debate articulado e interdisciplinar na forma de como se adquire conhecimento, científico ou não, sobre diversos assuntos (MELLO; SCHNEIDER, 2021).

Nesse contexto, busca-se soluções que sejam capazes de amenizar e reduzir danos e consequências causadas pelo Ecossistema da Desinformação. As discussões em torno da Competência em Informação (CoInfo) são apresentadas como forma de redução ou combate à desinformação, em meio a informações que vêm sendo compartilhadas na sociedade. Moura, Furtado e Belluzo (2019) apontam que os preceitos da Competência em Informação, especialmente na perspectiva crítica, configuram-se como uma possibilidade tanto de combate, como de redução da desinformação na sociedade e no contexto arquivístico, sendo que a disseminação e a preservação de fake News, bem como de outras formas de desinformação, poderão acarretar danos irreparáveis para a sociedade atual e futura.

No Brasil, a inserção da CoInfo em estudos voltados para Arquivologia tem seu marco inicial em 2016, com estudos sobre: habilidades de CoInfo dos arquivistas (em formação e profissionais); inserção da CoInfo como disciplina e/ou como um elemento transversal nos cursos de graduação em Arquivologia; a importância da CoInfo na prática dos arquivistas e a relação da CoInfo com os fenômenos informacionais, diante da Informação Arquivística. Aliada à CoInfo, nesse contexto, há a presença ainda da Competência Midiática e da Competência Crítica em Informação, formando uma tríade de competências requeridas para o indivíduo envolvido em ambientes informacionais.

Nestes termos, expõe-se aqui, a hipótese de que o Ecossistema da Desinformação tenha relação com a Informação Arquivística, onde a tríade CoInfo, Competência Midiática e Competência Crítica em Informação sirvam como recursos para o usuário e o produtor de informações arquivísticas. Partindo desta perspectiva, este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento, orientada pela seguinte indagação: “qual a relação entre o Ecossistema da Desinformação com a Informação Arquivística e quais as contribuições da tríade CoInfo, Competência Midiática e Competência Crítica em Informação nesse cenário?” Nesta comunicação, pretende-se apresentar resultados parciais da primeira etapa da pesquisa (levantamento bibliográfico).

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal do Pará (PPGCI/UFPA) e ao grupo de pesquisa “Arquivologia e Competência em Informação (GpArqCoInfo), especificamente na linha de pesquisa “Competência em Informação e os

fenômenos informacionais no contexto arquivístico". Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualiquantitativa, do tipo exploratória e bibliográfica.

A pesquisa iniciou com o levantamento bibliográfico, buscando encontrar fontes de informações em variados formatos, utilizando os seguintes termos de buscas na plataforma Google Acadêmico, sem recorte temporal: "Ecossistema de Informação", "Ecossistema da Desinformação", "Ecossistema de Informação AND Ecossistema da Desinformação", "Arquivologia pós-custodial" AND "Informação Arquivística", "Competência em Informação", "Competência em Informação" AND "Competência Midiática" e "Competência em Informação" AND "Competência Crítica em Informação".

Após a seleção dos materiais, estes foram lidos na íntegra e extraídos os principais conceitos que possibilitaram a compreensão das temáticas.

3 ECOSSISTEMA DA INFORMAÇÃO E DA DESINFORMAÇÃO

O Ecossistema da Informação tem suas bases científicas alinhadas a estudos de organizações de espaços de informação se materializando pela internet das coisas (WURMAN, 2005). Identificou-se, no Levantamento Bibliográfico, autores que: i) definem o Ecossistema da Informação como análogo ao ecossistema da biologia, no qual a interação entre os seres assemelha-se à interação entre ferramentas e/ou softwares (MARROW et al., 2001); ii) entendem o Ecossistema da Informação por meio de seus elementos, formados por fontes de dados e informação, usuários e equipamentos que interagem em processos independentes e transformacionais (LIYANAGE; LIAW; LUSIGNAN, 2013); iii) compreendem como algo que apresenta várias facetas de uma única experiência - que envolve uma ecologia diversa de dispositivos e plataformas, muitos dos quais não lembram em nada um computador pessoal. Trata-se de um fenômeno distribuído: o poder e o significado que se atribui a ele é mais uma propriedade da rede do que de um nó em particular (GREENFIELD, 2010).

Sousa (2008) aborda sobre o planejamento de um Ecossistema da Informação, o definindo por meio de 5 anéis estratégicos (líder, sistemas essenciais, infraestruturas, população e mecanismo de combate). Cada anel é desenvolvido tendo por base a análise de três elementos, de forma que se permita identificar as necessidades associadas à obtenção do efeito. Assim, há: Capacidades Críticas (CC) – capacidades fundamentais associadas a determinado efeito; Necessidades Críticas (NC) – recursos que permitem a realização das capacidades; e Vulnerabilidades Críticas (VC) – vulnerabilidades intrínsecas aos próprios recursos.

Observou-se na pesquisa que há vários regimes de informação (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1999), sendo o mais geral deles a própria sociedade da informação, denominada por Mace (2007 *apud* MÊGNIGBÊTO, 2010), como um “Ecossistema de Informação”. Em um cenário imerso por variadas fontes e meios de se informar, diante de informações tendenciosas, falsas ou duvidosas, há desordem da informação em ecossistemas da era digital e ocorre dúvidas sobre a veracidade da informação, instaurando-se o “Ecossistema da Desinformação”.

Para Pinto *et al.* (2020), o Ecossistema da Desinformação está associado ao conceito de desordem da informação, diante da sua produção, difusão e consumo. Nestes termos, é necessário conhecer o Ecossistema da Desinformação, para que seja possível despertar a consciência diante das possibilidades de discussões (MARTINS, 2019). Souza (2019) afirma que no Ecossistema da Desinformação, a produção das notícias falsas ressurgiu como uma ameaça à credibilidade da informação.

Wardle e Derakhshan (2017) apresentam o Ecossistema da Desinformação, contemplando as *Fake News* e indo para além delas, ao incluir as falsas conexões de informações, o falso contexto, manipulação de conteúdo, sátira ou paródia, conteúdos enganosos, impostores ou fabricados. É preciso pontuar que o Ecossistema da Desinformação não é formado apenas por atos onde está embutida a vontade de desinformar, mas por um conjunto de fenômenos ligados à desinformação (ARAGÃO, 2020).

Portanto, diante da complexidade que o Ecossistema da Desinformação apresenta, associado a várias modalidades de fenômenos informacionais, vinculados com a desinformação, evidencia-se que ele esteja se desenvolvendo e se apresentando por meio de ecossistemas, ocasionados pelo caos informacional. Dessa maneira, busca-se respostas na contemporaneidade para esta “desordem da informação”, instalada no processamento das tecnologias de informação, preocupadas em estabelecer um reajuste que possa suprir as necessidades diante da produção, uso, compartilhamento e destinação de informação.

4 ARQUIVOLOGIA PÓS CUSTODIAL: CONCEITO E APLICAÇÕES DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Cook (2012) redimensiona a prática arquivística por meio de um olhar pós-custodial, com a influência da pós-modernidade, onde o arquivista e os arquivos ganham movimento e um novo papel, preocupando-se com os novos formatos que documentos e informações assumem. Soares, Pinto e Silva (2015) discutem a relação entre a Arquivologia custodial e Arquivologia pós-custodial,

que parte da premissa dos aparatos de custódia documental e debatem a função dos arquivos dentro da sociedade da informação. Buscam refletir a teorização de diferentes abordagens da Arquivística, acerca dos principais aspectos de gestão de documentos e a sua relação com o caráter social do arquivista.

Silva e Silva (2016) definem que a influência da teoria pós-custodial é de grande valia para a socialização dos arquivos. A Arquivologia passa a se preocupar com a demanda de usuários e a utilização de diferentes tipos de suporte, haja vista que o arquivista não trabalha somente com suporte de papel, diante da conjuntura do documento digital.

Já Silva (2017) aponta características enunciativas do pós-custodial na visão de Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro e Maria Odila da Fonseca, ao apresentar distintas visões a respeito das características da Arquivologia no contexto pós-custodial, bem como formações discursivas que se vinculam ao termo pós-custodial. A análise está ligada a um universo de enunciados, relacionados a perspectiva de superação do paradigma custodial, analisados pelos autores apresentados na referida obra.

Dentre as particularidades da Informação Arquivística são assinaladas a natureza dos seus suportes, a acumulação das informações produzidas ou recebidas por indivíduos ou instituições, desde que sejam informações capazes de ter significação, além daquelas que se referem às atividades geradoras da informação. A Informação Arquivística não é a informação do documento; é por si só a soma dos princípios arquivísticos representados nos valores da informação, tanto para a gestão, como para a história ou memória (LOPES, 2000, p.103). Há uma hipótese de que a Informação Arquivística está presente quando se trata do sentido cognitivo da informação, como um conjunto estruturado de representações mentais, que podem ser exteriorizadas e comunicadas, gerando o fenômeno conhecimento (LEHMKUHL; VIANNA; SILVA, 2019).

Dessa forma, diante da globalização, do crescimento exponencial de registros de informações, propiciado pela expansão tecnológica, dentro do contexto da arquivologia pós-custodial, local onde a informação surge como um bem e patrimônio institucional humano e social, é que surgem as indagações quanto a definição do termo "Informação Arquivística".

5 CONCEITUANDO COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO, COMPETÊNCIA MIDIÁTICA E A COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO

Horton Junior (2013) afirma que a CoInfo, desde sua origem, partiu de uma teoria abstrata no final do século XX para uma posição de destaque no rol

de ferramentas estratégicas do século XXI, assim como a Competência Midiática e a Competência Digital. Para Furtado e Oliveira (2020), a CoInfo pode ser considerada como um elemento essencial para todos os indivíduos, especialmente diante do desenvolvimento socioeconômico atrelado aos avanços tecnológicos que impactam diretamente nos processos informacionais, na promoção da inclusão social, no exercício da democracia e cidadania, situando-se como elemento relevante no processo de emancipação, empoderamento e protagonismo social.

Vitorino e Piantola (2011) apresentam a CoInfo por meio de quatro dimensões: Técnica (execução da ação), Estética (transformação, reconstrução, percepção sensível da ação), Ética (comportamentos, valores, atitudes, reflexão crítica no âmbito coletivo e social) e Política (transformação no sentido coletivo, preocupação com o outro).

No que se refere à Competência Midiática, esta é definida como: “Os processos de produção e difusão relacionados com o conhecimento das características e das fases dos processos de produção, técnicas de programação, distribuição e compartilhamento, ligadas aos conteúdos individuais, coletivos, populares, corporativos e públicos” (BORGES; SIGILIANO; GUIDA, 2021, p.8), abrangendo também a habilidade de executar tarefas de maneira colaborativa, gerenciar a própria identidade on-line e off-line e compreender questões voltadas para os direitos autorais, a datificação e as políticas de governança do ecossistema digital.

Para operacionalizar metodologicamente as discussões sobre a Competência Midiática, Ferrés e Piscitelli (2015) definiram seis dimensões: i) a Linguagem; ii) a Tecnologia; iii) os Processos de Interação, de Produção e Difusão; iv) a Ideologia; v) Valores e a vi) Estética. Scolari (2016, p. 4, tradução nossa) pontua que a Competência Midiática é “[...] um conceito flexível que evolui e se adapta às transformações do ecossistema midiático e às diferentes perspectivas teóricas”. Desta forma, a constante atualização do termo se dá pela necessidade dos pesquisadores acompanharem as transformações da comunicação, buscando refletir as características, as possibilidades e os desdobramentos do ambiente no qual estão inseridos.

Nesse sentido, Brisola e Romeiro (2018) inferem que a Competência Crítica em Informação é uma das possibilidades que se apresentam para enfrentar as angústias informacionais da atualidade, que se materializam em uma Sociedade da Informação/Desinformação, bem como para buscar soluções que possam contribuir com uma relação saudável e consciente entre pessoas e informações, argumentando que a Competência Crítica em

Informação, nesse sentido, deve se propor a analisar, com maior atenção, a aquisição de conhecimentos e o acesso à informação.

A utilização do termo “Competência Crítica em Informação”, segundo Elmborg (2006; 2012) consiste em um redimensionamento de conceitos estáveis sobre a information literacy, fazendo emergir uma visão menos operacionalizada, mais aberta e flexível. Assim, representa uma linha conceitual que reflete sobre a Competência em Informação para além das vias formais de ensino, visto que tensiona o papel do sujeito informacional sob uma perspectiva menos prescritiva de sua atuação perante os problemas informacionais, considerando, em primeira instância, as relações díspares dos sujeitos em seus contextos sociais, o que impede a formação de um perfil que tende à uniformização de um possível “sujeito competente em informação” (ELMBORG, 2012).

Schneider (2019) comenta que a noção de Competência Crítica em Informação diz respeito à crítica feita a uma visão mais instrumental de Competência em Informação, em propostas de maior articulação entre o pensamento crítico e os estudos e práticas relacionados à Competência em Informação. O autor ainda estrutura essa noção em sete níveis articulados: i) concentração; ii) competência instrumental; iii) reflexão sobre as necessidades e gostos informacionais; iv) atitude questionadora diante da informação em si; v) atitude questionadora diante das fontes de informação; vi) estudo da ética em informação na acepção séria do termo e vii) conhecimento das teorias sociais críticas e das teorias críticas da informação.

Portanto, evidencia-se neste levantamento bibliográfico, que partindo das relações coexistentes entre os estudos da Coinfo, Competência Midiática e Competência Crítica em Informação, apresentam-se características que sejam capazes de auxiliar o ser humano, inserido no contexto tecnológico, a buscar, usar, produzir e destinar informações, de forma crítica, promovendo avanços econômicos, políticos e sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a seguinte indagação que norteia a pesquisa: “qual a relação entre o Ecossistema da Desinformação com a Informação Arquivística e quais as contribuições da tríade CoInfo, Competência Midiática e Competência Crítica em Informação nesse cenário?”, ainda que o conteúdo apresentado tenha sido a parte inicial do percurso que visa responder essa questão, o levantamento bibliográfico possibilitou identificar que o Ecossistema da Informação, por meio da sua estruturação, possa propagar diversas modalidades de desinformação, se configurando assim o Ecossistema

da Desinformação, fazendo com que as informações que são consumidas pela sociedade, em ambientes virtuais, fiquem suscetíveis a elementos que interfiram na qualidade das informações veiculadas por estes meios, trazendo questionamentos quanto à confiabilidade e autenticidade, além de processos que envolvam o acesso dessas informações.

Espera-se ainda que a aplicação da gestão da informação arquivística, nesse cenário, seja um meio de minimizar a “crise da verdade” estabelecida pelo caos informacional, apontando ainda a tríade CoInfo, Competência Midiática e Competência Crítica em Informação, por meio dos seus níveis e dimensões, como aparatos requeríveis para o sujeito envolvido nesse cenário.

Portanto, a conclusão da pesquisa em andamento pode trazer resultados significativos ao mundo científico, especificamente para a ciência Arquivística, bem como à sociedade como um todo, considerando que ambas as esferas seguem em busca de respostas para os fenômenos que envolvem o universo informacional sob as mais distintas perspectivas.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, M. R. Fake news e desinformação no processo eleitoral: o exemplo das eleições gerais de 2018 e os desafios à democracia brasileira. Orientadora: Raquel Cavalcanti Ramos Machado. 2020. 64 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.
- BORGES, G.; SIGILIANO, D.; GUIDA, V. Competência midiática e formação para a cidadania: oficinas de criação do Observatório da Qualidade no Audiovisual. *Triade: Comunicação, Cultura e Mídia*, Sorocaba, v. 9, n. 20, p. 24-50, 2021.
- BRISOLA, A. C. C.; ROMEIRO, N. L. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. *RBBD. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 14, n.3, p. 68-87, 2018.
- COOK, T. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação arquivística*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.123-148, jul./dez. 2012.
- ELMBORG, James. Critical information literacy: Definitions and challenges. *In: Transforming information literacy programs: Intersecting frontiers of self, library culture, and campus community*. New York: ACRL publications, 2012, p. 75-80.
- FERRÉS, J.; PISCITELLI, A. Competência midiática: proposta articulada de dimensões e indicadores. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/3lJnetG>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- FURTADO, R. L.; OLIVEIRA, J. G. O fenômeno desinformação sob a perspectiva dos arquivistas brasileiros: o papel da competência em informação. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 107-131, 2020.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. Política e gestão da informação: novos rumos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 2, 1999.

GREENFIELD, A. *Everyware: The dawning age of ubiquitous computing*. New York: New Riders, 2010.

HORTON JUNIOR, F. W. *Overview of information literacy resources worldwide*. Paris: UNESCO, 2013.

LEHMKUHL, C. S.; VIANNA, W. B.; SILVA, E. C. L. Informação arquivística e informação orgânica frente à teoria do conceito. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 12, n. 3, p. 976-996, 2019.

LIYANAGE, H.; LIAW, S. T.; LUSIGNAN, S. Accelerating the development of an information ecosystem in health care, by stimulating the growth of safe intermediate processing of health information (IPHI). *Journal of Innovation in Health Informatics*, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 82-86, mar. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236947264_Accelerating_the_development_of_an_information_ecosystem_in_health_care_by_stimulating_the_growth_of_safe_intermediate_processing_of_health_information_IPHI. Acesso em: 14 abr. 2021.

LOPES, Luís Carlos. A nova arquivística na modernização administrativa. Rio de Janeiro: [s. n.], 2000. 369 p.

MARROW, P. *et al.* Agents in decentralised information ecosystems: the diet approach. In: SYMPOSIUM ON INFORMATION AGENTS FOR ELECTRONIC COMMERCE, 1., 2001, New York. Proceedings [...]. New York: Aisb, 2001. p. 109 - 117.

MARTINS, S. C. Modelo conceitual de ecossistema semântico de informações corporativas para aplicação em objetos multimídia. Orientador: Carlos Henrique Marcondes de Almeida. 2019. 277 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MÊGNIGBÊTO, E. Information policy: content and challenges for an effective knowledge society. *The International Information & Library Review*, v.42, p. 144-148, 2010.

MELLO, F.; SCHNEIDER, M. Desinformação Digital em Rede e Competência Crítica em Informação. *The International Review of Information Ethics*, Edmonton, v. 30, n. 1, p.1-10, 2021.

MENICUCCI, A. Pesquisadora da Unicamp analisa 'ecossistema' da desinformação e indica retomada do diálogo para reduzir efeito das fake News. G1 Campinas e Região, Campinas, 06 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/sp/campinas-regiao/eleicoes/2020/noticia/2020/10/06/pesquisadora-da-unicamp-analisa-ecossistema-da-desinformacao-e-indica-retomada-do-dialogo-para-reduzir-efeito-das-fake-news.ghml>. Acesso em: 09 dez. 2021.

MOURA, A. R. P.; FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B. Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na Arquivologia. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 6, n. 1, p. 37-57, 2019.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; BRITO, Vladimir de Paula. Em busca do significado da desinformação. *Data Grama Zero*, João Pessoa, v. 15, n. 6, 2014.

PINTO, Eva *et al.* Literacia ambiental na era da desinformação. *Revista Captar: Ciência e Ambiente para Todos*, Aveiro, v. 9, n. 1, p. 19-36, 2020.

SCHNEIDER, Marco. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. In: *iKritika: Estudos críticos em informação*, Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 73-116.

SCOLARI, C. Literacia transmídia: informal learning strategies and media skills in the new ecology of communication. *Revista Telos*, v. 193, n. 1, p. 1-9, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/1KtnZD>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SILVA, A. M. S. Discurso e Arquivística: uma análise da enunciação do termo pós-custodial no contexto português e brasileiro. Orientador: Thiago Henrique Bragato Barros. 2017. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SILVA, L. E. F.; SILVA, A. M. S. A influência da teoria pós-custodial de Terry Cook como prenúncio da socialização da arquivística, do arquivista e dos arquivos. *Racin*, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 99-114, 2016.

SOUSA, J. L. R. Modelo de planeamento de sistemas de informação para a era da colaboração, a era WEB 2.0. Orientador: Henrique Santos. 2008. 83 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação) – Universidade do Minho, Minho, 2008.

SOUZA, A. C. F. Aplicativo Verific. AI-automatização de checagem de links de notícias no combate ao ecossistema da desinformação. Orientador: Dario Brito Rocha Junior. 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Indústrias Criativas) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2019.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional (2). *Ciência da Informação*, Brasília, v. 40, p. 99-110, 2011.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. Strasbourg Cedex: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-forresearch-and-policy-making.html>.

A RELEVÂNCIA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA O CENÁRIO ARQUIVÍSTICO (PÓS)PANDÊMICO

Renata Lira Furtado (Universidade Federal do Pará)

1 INTRODUÇÃO

São inúmeras as referências sobre quanto trabalho terão os historiadores para relatar a crise vivenciada nos últimos anos, especialmente no Brasil, onde a questão da pandemia de SARS-CoV-2²⁸² se entrelaçou com questões políticas e econômicas tão relevantes. Cueto (2020) relata que no contexto da Covid-19, historiadores têm sido muito procurados para falar sobre a pandemia e nesse diálogo, esses profissionais contextualizam os acontecimentos contemporâneos com evidências arquivísticas coletadas há anos.

No entanto, são ínfimas as referências a respeito das instituições arquivísticas ou dos arquivistas nesse contexto. No universo científico não é diferente, pouco se fala da Arquivologia como ciência nas discussões sobre a pandemia – seja nos registros oficiais, no volume de produção documental, na construção e preservação do patrimônio documental, seja nas ações pós-pandemia. Será mesmo que a Arquivologia pouco ou nada tem a contribuir?

²⁸² Novo coronavírus, causador da doença Covid-19 identificado em 2019 na cidade de Wuhan, na China. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o surto da doença como pandemia.

Seria a Arquivologia relevante apenas no recolhimento dos resíduos dos acontecimentos para usos futuros?

O cenário pandêmico instalado mundialmente evidencia uma série de problemas em torno do excesso de informação e de documentação produzida e disseminada: informações não registradas, fluxo de informação ineficiente ou inexistente, documentos adulterados, registros oficiais propagadores de desinformação e suas variantes, o cenário instalado de pós-verdade (que pode inclusive impactar os registros governamentais contemporâneos), questões em torno da privacidade, sigilo e acesso, dentre outros. Tais problemas podem ser analisados sob uma perspectiva arquivística, considerando especialmente características da informação e do documento arquivístico e das ações desenvolvidas em torno desses elementos.

Uma das citações no âmbito da Arquivologia, mais representativas para o contexto pandêmico contemporâneo, está apresentada em artigo de Ketelaar (2002) como uma lição: os arquivos criados em sistemas sem circunstâncias precedentes ou em uma era extraordinária - durante ou após uma guerra, revolução, desastres naturais ou provocados pelo homem, crises políticas ou econômicas etc. - têm que ser avaliados de forma diferente daqueles criados nos percursos normais. Cabe a nós arquivistas observar e aplicar essa referência considerando que coexistem nesse momento pandêmico, diversos fenômenos que podem causar grande impacto na construção e preservação do patrimônio documental e da memória social.

Assim, configura-se como uma opção coerente inserir a Competência em Informação (CoInfo) nas discussões e problemáticas arquivísticas oriundas desse contexto (pós) pandêmico, considerando ser a CoInfo uma abordagem direcionada à compreensão e reflexão crítica da informação, seja ela arquivística ou não, em distintos ambientes e situações, para múltiplos sujeitos.

Diante do contexto apresentado, a presente pesquisa tem como objetivo apresentar perspectivas teóricas e práticas da Competência em Informação ao cenário arquivístico (pós)pandêmico. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica, que ofereceu aporte para subsidiar as discussões iniciadas neste ensaio. Cabe ressaltar que o presente ensaio se configura como uma discussão inicial, que merece ser ampliada considerando a relevância da relação e do contexto apresentados.

2 REFLEXÕES ARQUIVÍSTICAS SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19

Com a emergência global causada pelo Covid-19 houve um aumento significativo não só de dados epidemiológicos e laboratoriais, pesquisas, artigos

científicos e notícias, mas também de documentos arquivísticos nas mais variadas formas e suportes. Essa produção documental ampliada e acelerada exigiu também um tratamento amplo e dinâmico visando uma eficiente disponibilização desses documentos para a sociedade. Para tanto, exige-se dos arquivistas e demais profissionais da informação a responsabilidade para exercitar e/ou desenvolver suas habilidades técnicas e cognitivas – habilidades técnicas referentes ao fazer arquivístico direcionadas ao gerenciamento desses documentos e informações; e habilidades cognitivas no que tange à compreensão do contexto de produção dessas evidências.

Refletir sobre as questões que envolvem a produção de documentos no contexto pandêmico envolve também outras questões como: a utilização de sistemas digitais para produção e gerenciamento de documentos e informações alinhados ao contexto, e a valores éticos do produtor de documentos e do arquivista, dentre outras.

O grande *boom* documental ocorrido nesses anos de pandemia, se deu em boa parte nas instituições de saúde, devido ao aumento nas internações e demais processos relacionados a casos de Covid-19. Nascimento (2020) reflete sobre os desafios enfrentados por arquivistas que atuam nessas instituições diante desse aumento da produção documental ocasionada pelo Covid-19. Dentre esses desafios, a autora destaca os procedimentos operacionais e os fluxos informacionais e documentais e explicita a necessidade de estabelecer relações interdisciplinares com todos os setores da organização, com destaque para o setor de tecnologia da informação, uma vez que os sistemas influenciam consideravelmente na produção, recepção, controle, organização e acesso aos documentos.

As reflexões de Nascimento (2020) estão alinhadas e podem ser complementadas com o pensamento de Silva (*et al*, 2020) que discutem sobre a produção de documentos arquivísticos na área de saúde (não necessariamente no contexto da pandemia), considerando especificamente a autenticidade histórica desses documentos. Os autores destacam que os arquivistas devem estar atentos às características dos documentos como: organicidade, autenticidade, confiabilidade e veracidade, uma vez que uma informação produzida/acrescida de forma equivocada ou intencional em documentos arquivísticos (num contexto hospitalar ou não) pode acarretar problemas para o paciente, e/ou para a instituição. A não observância dessas características aliadas à não compreensão dos contextos macro e micro de produção documental podem configurar atitudes antiéticas perpetuando um fato não ocorrido ou distorcido da realidade. Os autores destacam que esses preceitos são potencializados no “ambiente digital, não só pelo viés da autenticidade

como também da comunicabilidade documental por meio da atividade geradora, das relações entre os documentos, do conteúdo e do contexto documental” (p.157).

Silva (*et al*, 2020) destacam ainda a relevância de atitudes éticas na produção de documentos, registrando informações e fatos que condizem com a realidade, considerando que uma vez registrada a informação a contestação da veracidade da mesma configura-se numa árdua missão, muitas vezes irreversível. Tais registros (não condizentes com a realidade dos acontecimentos) podem acarretar tomadas de decisão equivocadas uma vez que o processo não encerra com a materialização do documento, perpassa os fluxos, o uso, a disseminação e a preservação.

Na seara das discussões em tona das questões éticas do arquivista em meio à pandemia, vale mencionar a pesquisa de Ribeiro (2021) que debruça sobre a ética do arquivista no contexto dos direitos humanos e do acesso à informação em tempos de pandemia. A autora destaca que para pensarmos em uma Arquivologia socialmente engajada, onde os direitos humanos estão abarcados pela boa prática profissional faz-se necessária a presença dos preceitos éticos na relação estabelecida pelo arquivista, enquanto mediador, com a sociedade principalmente nas ações em torno da transparência, da divulgação e do acesso à informação.

Franco (2020) ao refletir sobre questões em torno do acesso e da censura em arquivos em contexto pandêmico traz à tona a importância social do arquivo, dos documentos arquivísticos e do arquivista diante da necessidade vital do acesso e de divulgação de informações governamentais para tomada de decisões seguras visando conduzir a população às boas práticas acerca da preservação da saúde e garantia do seu bem-estar social, econômico e cultural. A autora evidencia questões informacionais ocasionadas pela pandemia de Covid-19, como: aumento exponencial na busca por informações sobre contaminação e formas de prevenção da doença; captação de dados sobre contaminação de indivíduos, tratamento de pacientes e a divulgação dessas informações por meio das mídias sociais; discussão sobre a credibilidade e a confiabilidade das informações coletadas e disseminadas; confiabilidade acerca dos dados pessoais de pacientes e a ética dos profissionais que lidam com essas informações; dentre outras. No rol dessas questões a autora inclui ainda a exposição dos indivíduos, de sua privacidade, reforçando uma preocupação mundial sobre a proteção da informação pessoal e evidenciando o entendimento sobre documento, uma vez que as mídias sociais podem e devem ser consideradas como tal.

3 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO CENÁRIO ARQUIVÍSTICO (PÓS)PANDÊMICO: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS

A Competência em Informação (CoInfo) é conceituada como um conjunto de atitudes e conhecimentos necessários para lidar com a informação, possibilitando que o indivíduo usufrua de informações e recursos tecnológicos visando a construção de conhecimento, o desenvolvimento autônomo, crítico e reflexivo a fim de atender suas necessidades pessoais, profissionais e sociais. Os preceitos da CoInfo estão relacionados com o aprendizado ao longo da vida e podem minimizar os fenômenos decorrentes da transformação digital.

Furtado (2019) evidencia que a Arquivologia se configura como uma área do conhecimento na qual os preceitos da CoInfo podem ser inseridos considerando a relevância da área no contexto da informação e sua representatividade na sociedade, por meio da instituição Arquivo e dos profissionais arquivistas. Numa perspectiva acadêmico-científica a relação CoInfo-Arquivologia tem se mostrado profícua e alinhada com as questões contemporâneas instauradas na sociedade. Na relação da CoInfo com o arquivista cabe destacar sua relevância na formação básica e continuada e na atuação profissional, e perpassa todo um contexto de vivências sociais do arquivista enquanto cidadão, abarcando uma perspectiva social e coletiva.

De acordo com o proposto, objetiva-se com esta pesquisa apresentar perspectivas teóricas e práticas da Competência em Informação ao cenário arquivístico (pós)pandêmico. O conteúdo a seguir configura-se como um diálogo estabelecido entre as referências apresentadas na seção anterior (NASCIMENTO, 2020; SILVA *et al*, 2020; RIBEIRO, 2021; FRANCO, 2020) e os preceitos de CoInfo adequados ao presente cenário.

Buscou-se respaldo teórico nas dimensões da Competência em Informação proposta por Vitorino e Piantola (2011): **dimensão técnica** – relacionada à aquisição das habilidades e dos instrumentos para localizar, avaliar e utilizar apropriadamente as informações; **dimensão estética** – que pode ser entendida como a experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e a sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo; **dimensão ética** – está situada no cerne dos preceitos de CoInfo, considerando que a prática de um comportamento ético em relação à informação está relacionada principalmente à utilização responsável visando a coletividade; **dimensão política** – abarca a atuação social do indivíduo, incluindo o exercício de cidadania. Essas dimensões são definidas pelas proponentes como sendo partes interdependentes de um todo e

compreende-se que na atuação do arquivista esse entendimento se faz coerente e adequado.

Como já mencionado, é real o aumento na produção de documentos ocasionados pela pandemia de Covid-19, especialmente (mas não exclusivamente) nos hospitais e demais instituições de saúde. Diante desse fenômeno é evidente uma maior demanda por procedimentos arquivísticos técnicos seja para controle de fluxos informacionais e documentais, seja para efetivação de procedimentos de gestão. Contudo, para além dessas demandas, evidencia-se dentre outras, a necessidade de dedicar-se ao conteúdo dos documentos, antes mesmo da sua criação.

Ainda que o arquivista não tenha controle sobre todo o processo de produção de documentos, o profissional pode e deve orientar os produtores, principalmente com relação ao comportamento ético que permeia a atividade, proporcionando um melhor controle de veracidade e minimizando a possibilidade de registros de fatos distorcidos da realidade. Para além da produção documental, cabe aos arquivistas atenção com relação as características dos documentos, conforme explicitado por Silva (*et al*, 2020): organicidade, autenticidade, confiabilidade e veracidade. Em ambos os contextos é possível compreender os preceitos de CoInfo abarcados pelas dimensões estética, ética e política.

Inclui-se ainda a possibilidade de desenvolvimento de ações em torno da Inteligência arquivística (uma das vertentes da Competência em informação direcionada à Arquivologia) considerando que tais habilidades podem impactar diretamente em questões éticas e legais do uso da informação e dos documentos, na celeridade das decisões e processos de trabalho e transparência administrativa, na gestão e preservação de documentos (CAVALCANTE; FURTADO, 2021).

Outra perspectiva de atuação do arquivista é evidenciada pela tríade transparência – divulgação – acesso à informação, que se configura como um grande desafio para a sociedade contemporânea, uma vez que somos diuturnamente bombardeados por informações falsas (inclusive e principalmente por instituições governamentais e seus canais oficiais) ou somos privados de acessar as informações verdadeiras (ainda que muitas vezes, essas não sejam confiáveis), inviabilizando o cidadão de exercer um direito assegurado constitucionalmente. Nessa perspectiva é possível aliar os preceitos de CoInfo abarcados pelas dimensões técnica, estética, ética e política, além de vislumbrar a possibilidade de ações em torno da Competência arquivística.

As discussões acerca dos direitos humanos e acesso à informação, numa vertente que abarca a relação da Arquivologia, dos arquivos e dos

arquivistas numa perspectiva social também está relacionada com a tríade apresentada e nessa seara é possível tecer relações com as quatro dimensões teorizadas por Vitorino e Piantola (2011). Furtado e Silva (2019) traçaram uma análise comparativa entre o documento “Princípios básicos sobre o papel dos Arquivistas na defesa dos Direitos Humanos” e a referida teoria das dimensões, cujos resultados apontaram estreita afinidade especialmente com as dimensões Ética e Política considerando que ambas as dimensões estão relacionadas à utilização da informação de forma responsável sem que se tenha prejuízo a terceiros. Os autores destacam que os preceitos de CoInfo representados pela Dimensão Política podem ser atrelados à situações em que o profissional Arquivista sofra assédio na gestão de documentos que detenham informações sensíveis referentes à violações de direitos humanos.

Ribeiro (2021) compreende que “direitos humanos é uma construção que não se encerra em si, mas que se transforma e agrega novos elementos conforme as sociedades vão mudando” e a pandemia trouxe à tona essa discussão e chamou a responsabilidade de arquivistas para que mantenham-se em constante vigilância sobre o direito ao acesso à informação, considerando que em um momento de grande necessidade de informações o poder público tem sido negligente com os dispositivos legais vigentes e responsáveis por inúmeras situações de desinformação, contrariando o que se espera dos governantes em uma situação de emergência global.

Para além do contexto pandêmico é necessário ao arquivista compreender o contexto social, político e econômico no qual os documentos arquivísticos são produzidos e preservados – numa perspectiva macro e micro, visando sua atuação em todos os fazeres arquivísticos. Sobre isso, Nascimento (2020, p.190) destaca que:

[...] é preciso que o arquivista tenha claro que os acontecimentos sociais também impactam suas atividades e exigem que suas práticas sejam ainda mais consistentes para contribuir com as ações tomadas por todas as áreas e profissões, a fim de contribuir para a sociedade, como é o caso da pandemia do COVID-19, que trará muitos desafios e consequências para todas as áreas.

Por fim, cabe apresentar como uma das possibilidades de melhoria o *Information Culture(s) Toolkit* – um *kit* de ferramentas de *Information Literacy*, desenvolvido por Gillian Oliver, Fiorella Foscarini e Johanne Evans em 2019 e disponibilizado no site do *International Council on Archives* (ICA). Ainda que o foco desta pesquisa esteja direcionado ao contexto pandêmico, vale destacar a relevância dessa ferramenta em um contexto de mudança de cultura organizacional, necessária para produção, manuseio e arquivamento de

documentos arquivísticos. Nascimento (2020) elenca a cultura organizacional como um dos problemas enfrentados pelas instituições de saúde, e que reflete diretamente nos processos organizacionais, incluindo a produção de documentos. O *kit* fornece ao arquivista uma estrutura analítica para entender a cultura de gerenciamento de informações de uma organização e colocar em prática as melhores estratégias possíveis para desenvolver e promover um melhor gerenciamento de registros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse ensaio surgiu da inquietação por compreender o papel ocupado pelos arquivistas, enquanto profissionais da informação, atuantes num cenário pandêmico ocasionado pelo Covid-19, que por sua vez, evidenciou distintos problemas em torno do excesso de informação e de documentação produzida e disseminada. O pensamento em torno dessas questões remeteu à possibilidade de identificar na Competência em Informação, elementos que poderiam minimizar os impactos causados por tantos fenômenos informacionais e que refletem diretamente na construção e preservação do patrimônio documental arquivístico.

Apresentou-se uma discussão relacionando questões identificadas nesse cenário com a teoria das dimensões da Competência em Informação (VITORINO; PIANTOLA, 2011) que identificou certa aderência, ainda que diante de um escopo reduzido.

As reflexões aqui apresentadas são iniciais e merecem ser devidamente expandidas por pesquisadores dedicados à problemas arquivísticos e que estejam dispostos a estabelecer relações interdisciplinares visando a resolução de questões inéditas da Arquivologia. Encerra-se este ensaio com a afirmativa de Iacovino (2016, p.263):

“Nenhuma profissão, inclusive do arquivista, pode se manter fora de seu tempo e lugar; aspectos que constam na perspectiva da profissão envolvem-na nos acontecimentos correntes e condicionam sua liberdade de ação.”

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTE, Celineide Rodrigues; FURTADO, Renata Lira. arquivística: uma importante estratégia de mediação arquivo-usuário. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: ANCIB, 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/185> Acesso em: 11 jun. 2022
- CUETO, Marcos. Os historiadores e as epidemias na América Latina. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, v. 27, p. 1027-1029, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000500001> Acesso em: 2 jun. 2022

FURTADO, Renata Lira. **A Competência em Informação no Cenário Arquivístico**. São Paulo, 2019. 364 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180950> Acesso em: 10 jun. 2022.

FURTADO, Renata Lira; SILVA, Victor M. O papel do Arquivista na defesa dos direitos humanos: em busca de elementos da Competência em Informação. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, Aracajú, v. 2, n. 2, p. 23-43, maio/ago. 2019. Disponível em:

<https://doi.org/10.33467/conci.v2i2.11782> Acesso em: 16 maio 2022.

FRANCO, Shirley Carvalhêdo. O acesso e a censura à informação em tempos de Covid-19: impactos humanos e sociais. **Revista Fontes Documentais**, v. 3, p. 23-31, 2020. Disponível em:

<https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/fontesdocumentais/article/view/620> Acesso em: 6 jun. 2022.

IACOVINO, Livia. Os arquivos como arsenais de responsabilidade. In: EASTWOOD, T; MACNEIL, H. (org). **Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017. p. 261-302.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, **Information Culture(s) Toolkit**, 2019. Disponível em: <https://www.ica.org/en/information-cultures-toolkit> Acesso em: 22 jan 2022.

KETELAAR, E. Archival temples, archival prisons: Modes of power and protection. **Archival Science**, 221-238, 2002. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02435623> Acesso em: 12 fev 2022.

NASCIMENTO, Natália Marinho. Reflexões sobre a importância do arquivista em instituições de saúde. **Archeion Online**, v. 8, n. 1, p. 175-191, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/53641> Acesso em: 2 mai. 2022.

RIBEIRO, Raquel Cuiñas. **Ética profissional do arquivista: uma abordagem brasileira acerca dos direitos humanos e direito à informação em tempos de pandemia**. 2021. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia)-Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, 2021.

SILVA, Jefferson Higino et al. Ética na produção (im) parcial dos registros em saúde: os documentos historicamente autênticos. **Revista Fontes Documentais**, v. 3, p. 156-164, 2020. Disponível em:

<https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/fontesdocumentais/article/view/634> Acesso em: 16 jun. 2022.

VITORINO, Elizete V.; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, jan./abr., 2011. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328> Acesso em: 26 mai. 2022.

INSERÇÃO DE MÍDIAS SOCIAIS EM AMBIENTES DE ARQUIVO

Jairo Jacques dos Passos Júnior (Universidade Federal do Pará),
Raí Rocha Costa (Universidade Federal do Pará)

1 INTRODUÇÃO

O surgimento de novas demandas no âmbito de estudos da Ciência da Informação (CI) requer uma autoavaliação com relação ao campo de atuação dos profissionais da informação. Neste contexto, este estudo aponta para o arquivista, como foco deste estudo enquanto profissional responsável pela criação/produção, avaliação, aquisição, difusão, classificação, conservação e descrição de arquivos.

A informação ganhou um novo formato, propiciado pela expansão da tecnologia e tangido pelas transformações dos novos meios de comunicação (Produção, utilização e Destino). Sendo assim, atender as demandas de diversos grupos de usuários exige que o profissional reavalie antigos modelos de atuação, deixe de operar apenas na custódia de informações registradas em documentos físicos, e passe a ter maior proximidades das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Menezes (2012), aponta para a necessidade de os profissionais da informação promoverem os produtos e serviços oferecidos pelos arquivos, trazendo mais usuários à instituição, fidelizando os e transformando o convencional parecer de que o arquivo é algo destinado a uma minoria dos cidadãos.

Dessa forma, esse profissional, passa agora a ocupar o papel de arquivista Pós-Moderno a fim de desempenhar o perfil esperado pelo profissional na era da informação (COOK, 2012). Observa-se então que o trabalho arquivístico atribui uma magnitude que supera o tradicional trabalho técnico de organização e conservação das fontes documentais.

Este novo paradigma social, consolidado pela “Sociedade em Rede” (CASTELLS, 2015), espera novas habilidades e competências na atuação do arquivista. Rochemback (2015), aponta para as relações multi, inter e transdisciplinares da Arquivologia com outras disciplinas surgiram desde o uso de técnicas e conceitos aplicados às fontes documentais no auxílio do desenvolvimento da História, a gestão de documentos como suporte às atividades de Estado, (com origem nos *records management*, sobretudo nos Estados Unidos), vinculado à Administração, até novas relações como as existentes com a Informática/Ciências da Computação e a Ciência da Informação.

De forma semelhante, a CI, estuda a produção, o armazenamento, o uso e a difusão da informação. Ela, interage com outras disciplinas de maneira interdisciplinar e, para Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação (DELTCi), a CI é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenômeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à gênese do fluxo, organização e comportamento informacionais (DELTCi, 2007).

Todavia, para Rockembach (2015), um dos pontos de convergência que integra as disciplinas Arquivologia e Ciência da Informação é, certamente, a difusão da informação. Para o autor, a difusão enquanto mediação pressupõe um papel ativo do profissional da informação, contrastando muitas vezes com a passividade encontrada em equipes que trabalham em unidades de informação.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) não nos aponta o termo *difusão*, mas se aproxima quando conceitua *Disseminação da Informação* como o “fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação” (ARQUIVO NACIONAL BRASIL, 2005, p.71). Além disso, aponta o termo *Divulgação* que é o “Conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências” (ARQUIVO NACIONAL BRASIL, 2005, p.72).

Entretanto, para Martendal e Silva (2020), difusão é a função arquivística que se relaciona à divulgação dos acervos e serviços de informação

intermediada por arquivistas e é identificada por seu caráter inclusivo, ao reunir os usuários da informação (potenciais e frequentes, adequando os serviços prestados) a capitais informacionais.

Com a expansão das TICs, muitas instituições estão adotando redes sociais como forma de difundir a informação por meio deste canal, disseminando conteúdos informacionais com intuito de facilitar os serviços prestados.

Sendo assim, uma vez compreendido o contexto (paradigma pós-moderno) e o profissional (arquivista), como foco desta pesquisa, a proposta deste artigo é investigar a inserção de mídias sociais (Instagram) em ambientes de arquivo e traçar um perfil dessas páginas.

É importante frisar que as páginas selecionadas para análises neste artigo passaram por etapas de seleção no momento identificar páginas qualificáveis a este trabalho. Para tanto, a pesquisa apresenta habilidades qualificáveis para gerenciadores de páginas tais qual o Instagram, bem como habilidades necessárias para localização, análise e uso de informações em âmbito digital. Essa pesquisa apresenta abordagem descritiva e qualitativa interdisciplinar já que procura compreender as características que unem o arquivista, Competência Midiática e mídias sociais.

2 MÍDIAS SOCIAIS E ARQUIVISTAS

Couture e Rosseau (1998), definem sete funções arquivísticas: criação/produção, avaliação, aquisição, difusão, classificação, conservação e descrição. Diante disso Pereira e Silva (2020) afirma que estamos assistindo à emergência da utilização das redes sociais pelas instituições arquivísticas na realização de algumas das funções arquivísticas formuladas pelos canadenses.

Dessa forma, arquivistas têm a responsabilidade profissional de promover o acesso aos arquivos. Pois, eles divulgam informação sobre os arquivos, utilizando vários meios, como a internet e publicações na web, documentos impressos, programas públicos, meios comerciais e outras atividades de alcance. Eles devem estar continuamente atentos a mudanças nas tecnologias de comunicação e usam aquelas que são disponíveis e práticas para promover a divulgação dos arquivos. (Conselho ..., 2012, p. 14).

Furtado (2019) apresenta um quadro que categoriza “Competências e habilidades” do arquivista pós-moderno que foi elaborada tendo como base as competências e habilidades dos graduados em Arquivologia e um paralelo entre ‘arquivistas do século XX’ e ‘arquivistas do terceiro milênio’, obtendo um rol com 19 competências e habilidades necessárias ao arquivista para o

desempenho de suas atividades. Os elementos aparecem classificados em três grupos: Gerenciais, Tecnológicos e Pessoais.

Quadro 1 - Competências e Habilidades

Competências e Habilidades	
Gerenciais	Direção
	Liderança
	Trabalho em Equipe
	Colaboração
Tecnológicas	Capacidade Tecnológica
	Proximidade com mídias sociais
Pessoais	Formação continuada
	Responsabilidade
	Autonomia
	Comunicação
	Autoaprendizagem
	Proatividade
	Raciocínio Lógico
	Percepção aguçada

Fonte: Furtado, 2019.

Uma das competências e habilidades indicadas pela autora é a de aproximações com as mídias sociais, para que o arquivista esteja alinhado às demandas enfrentadas pela inserção das novas tecnologias de informação no setor de arquivo.

Com essas novas demandas surgindo no ambiente profissional do arquivista, Pereira e Silva (2020) definem diretrizes para o aproveitamento dos recursos proporcionados pelas redes sociais virtuais aos arquivos públicos brasileiros na efetivação de suas funções arquivísticas sendo elas: 1) Formação de equipe específica e exclusiva para atualizar e criar campanhas; 2) Planejamento em médio e longo prazo; 3) Avaliação permanente sobre o desempenho em relação aos objetivos e atualização das estratégias nas redes sociais; 4) Mapeamento dos temas mais solicitados e acervos mais procurados para disponibilização on-line; 5) Publicização dos indicadores alcançados com compartilhamentos, comentários e interações das postagens; 6) Uso de estratégias diferenciadas para cada rede social, segundo o perfil de usuários; 7) Criação de uma conexão pessoal e emotiva por meio de uma narrativa; 8) Realização de funções arquivísticas através das redes sociais; 9) Garantia da autenticidade da página e 10) Termos de uso e normas de responsabilidade.

permitindo assim maior direcionamento na implantação de redes sociais em arquivos.

A rede social virtual é uma realidade, algo que já faz parte do cotidiano de grande parte dos cidadãos, não podendo mais ser ignorada por nenhuma instituição governamental que preste atendimento externo (PEREIRA; SILVA, 2020). Dessa forma podemos incluir que, apesar da compreensão que vivemos na era da informação e que as redes sociais estão cada vez mais se consolidando como as principais fontes de informação é notório que, sob a perspectiva contemporânea, é imprescindível o conhecimento das mídias sociais, assim como a área que aborda a avaliação de seus conteúdos, conhecida como *media literacy*.

3 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO MIDIÁTICA (*MEDIA LITERACY*).

O termo mídia pode remeter a muitos significados, desde ao suporte físico, como CDs e DVDs, até aos meios de comunicação como Jornal, Televisão, Rádio, Internet e até mesmo Outdoors. Para Nakamura (2009), existem diversas classificações de mídia, tais como: mídia impressa, mídia eletrônica e mídia social. O autor ainda vai além e classifica a internet como “mídia interativa”. Sendo assim, a partir dessas definições, nota-se a variedade de suportes, conteúdos e diversas formas de leitura que estamos expostos.

Podemos compreender melhor a importância das novas mídias, inseridas no ambiente virtual, exercendo um papel significativo e crítico no desenvolvimento das potencialidades humanas de forma contínua, sendo necessário ter competências para o uso adequado da informação, conforme já defendia Beluzzo (BELUZZO, 2001). A expressão competência vem do latim *competentia*, que remete aptidões ou esclarecimentos que o indivíduo possui para apreciar ou resolver determinado assunto.

A esse respeito, em novembro de 1974, Paul Zurkowski introduziu nos Estados Unidos um conceito fortemente ligado ao uso das tecnologias da informação denominado *information literacy*, traduzido entre outras formas como Competência em Informação (CoInfo) (MOURA; FURTADO; BELLUZZO, 2019). Além disso o termo serve para aludir o conjunto de habilidades e atitudes relacionadas à busca, análise, uso e compartilhamento da informação.

Competência em Informação e Competência midiática são conceitos que inicialmente eram distintos. Sobre a Competência em Informação, há diversas conceituações, embora tenha sido inicialmente definida como *Competência Informacional*. Inspirados nesse termo, muitos estudos surgiram com

foco na competência tecnológica, levada para os meios profissionais e educacionais (CAMPELLO, 2003; DUDZIAK, 2003; VITORINO, 2008).

Barros (2015) acrescenta que, atualmente, a CoInfo, além de tratar da busca, seleção e uso da informação, inclui também outros aspectos como a organização e compartilhamento da informação em rede, direitos de autor, o plágio, a segurança, a ética e a forma de uso responsável da informação.

Sobre a Competência midiática (CoMid), Casarin (2017, p. 305), define como “uma série de competências relacionadas à comunicação, incluindo a capacidade de acessar, analisar, avaliar e comunicar informações de maneiras variadas”.

Entretanto, Dudziak, Ferreira e Pinto (2017) definem que os conceitos e iniciativas para o desenvolvimento da competência midiática (*media literacy*) e da competência em informação (*information literacy*) evoluíram separadamente. Pois, a Competência midiática foi mencionada pela primeira em 1960 e a Competência em informação em 1974. Posto isso, somente na última década a união das expressões foi proposta, a fim de consolidar um conceito composto. Sobre isso, a UNESCO (2013) defende a incorporação desses dois conceitos visando principalmente à formação de indivíduos para sociedade da informação e do conhecimento.

Seguindo a linha da UNESCO, Lee e So (2014) também defendem a integração desses dois conceitos:

No mundo atual, somente alfabetização informacional ou a alfabetização midiática não são suficientes para preparar os indivíduos para lidar com o enorme volume de mensagens da mídia e da abundância de plataformas de informação. Há um apelo urgente para combinar esses dois campos para desenvolver um conjunto comum de competências necessárias à nova era tecnológica. A integração certamente poderia facilitar a participação dos indivíduos nas sociedades emergentes do conhecimento. (LEE; SO, 2014, tradução nossa)

Sendo assim, Durand (2006) propõe três dimensões em relação às competências e as designa como CHA: Conhecimento (Informação, Saber o quê, Saber o porquê); Habilidade (Técnica, Capacidade); Atitude (Querer Fazer, Identidade, Determinação). Ainda segundo o autor, tais dimensões são interdependentes e necessárias para a realização de um propósito, pois uma vez que essas dimensões vão interagir e se transformar num aspecto “CHAVE” e relevante na estrutura de novos conhecimentos.

Rosetto (2021) descreve que em 2005, o documento “*Towards Knowledge Societies: UNESCO World Report*” incluindo a “Competência em Informação (CoInfo)” como foco central de aprendizagem ao longo da vida, objetivando capacitar as pessoas em todas as esferas da vida. Nesse período as mídias são incluídas nesse contexto e para (WILSON *et al.*, 2013; GRIZZLE *et al.*, 2016) os processos tecnológicos promovem inovações e facilidades para a produção de conteúdo nas artes, ciência e entretenimento que adotam recursos como *wikis*, *blogs*, publicações eletrônicas, portais, redes sociais, entre outros.

Ainda segundo Rosetto (2021), tudo isso envolve um conjunto de ações que promovam a interação e a internalização de diversificadas competências, incluindo a CoInfo e CoMid, as quais são consideradas elementos essenciais à compreensão da informação e dos processos de acesso e comunicação em busca de fluência e das capacidades necessárias à geração de novos conhecimentos e sua aplicabilidade ao cotidiano das pessoas e comunidades ao longo da vida.

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

A presente pesquisa realizada, possui caráter misto (quali-quantitativo) e caracteriza-se como descritiva e a utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados. Segundo Gil (1994), as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

A pesquisa bibliográfica, apresentada na seção anterior, foi realizada através de uma revisão de literatura narrativa, com a intenção de averiguar o que se vem discutindo sobre a temática. A coleta dos dados da pesquisa descritiva, apresentada neste trabalho, se deu em duas etapas.

A primeira foi possibilitada através de buscas de páginas, na rede social Instagram, mediante a utilização das seguintes estratégias: a) uso do termo Arquivo (sem aspas duplas). Optou-se por selecionar apenas páginas e grupos em língua portuguesa, em conformidade com os objetivos desta pesquisa; b) seleção de refinamento oferecido pela própria rede social para seleção de apenas de páginas. A análise se deu através da leitura das postagens constantes nas páginas e publicações na rede social. Observou-se a presença de conteúdos voltados ao acesso, à avaliação e ao uso efetivo e ético da informação, em conformidade com os objetivos da pesquisa.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em verificar, junto aos administradores das páginas ou perfis da rede social, aspectos voltados aos vínculos institucionais, gestor das páginas e motivo de criação dela. Para tanto,

aplicou-se um questionário misto enviado para o e-mail oficial dessas instituições com questões abertas e fechadas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa feita em rede social online Instagram, onde 31 contas foram classificadas para a fase de envio do questionário, após o envio do questionário, obtivemos 21 respostas, onde, 4 perfis não se enquadraram nos critérios de análise dessa pesquisa, restando assim 17 contas para análise de dados obtidos.

O quadro abaixo também é um dos resultados obtidos nesta pesquisa, listando aqui nesta pesquisa 17 Perfis de Instagram, pertencente a instituições de arquivos que fazem parte à União, Estados, Distrito Federal ou municípios, os tornando assim meio de produção, utilização e destinação de informações, e aproximando a cada dia mais as mídias sociais das atividades de arquivo.

Quadro 2- Perfis do Instagram

Nº	INSTITUIÇÃO	NOME DE USUÁRIO. (@)
1	Coordenadoria do Arquivo Central (CARC/PROAD/UFSC)	@arquivocentral.ufsc
2	Arquivo Público do Estado de Santa Catarina	@arquivopublicosc
3	Coordenação de Arquivos da Universidade Federal Fluminense	@arquivosuff
4	Arquivo da Faculdade de Direito de Pernambuco	@arquivofdr
5	Arquivo Público de Santo Amaro	@arquivopublicosantoamaro
6	Arquivo Público do Rio Grande do Sul	@arquivopublicors
7	Arquivo Central da Universidade Federal do Pará	@arquivocentralufpb
8	Arquivo Estadual Jordão Emerenciano	@Arquivopublicodepernambuco
9	Arquivo Público do Estado do Pará	@arquivoestadopa
10	Arquivo Público Espírito Santo	@arquivopublicoes
11	Arquivo Nacional	@arquivonacionalbrasil
12	Arquivo histórico Escola Belas Artes-UFRJ	@arquivohistorico_eba_ufrj
13	Centro de Documentação e Memória de Itajaí	@arquivopublicoitajai
14	Arquivo Público Mineiro	@arquivopublicomg
15	Arquivo Público do Maranhão	@arquivopublicoma
16	Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro	@arquivoderioclaro

17	Arquivo Municipal de Campinas	@arquicomunicipaldecampinas

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Após a apresentação dos perfis a serem analisados segue do mapeamento e identificação das páginas, foi realizada uma análise das com base nas respostas obtidas por meio de questionário misto aplicado, a fim de elaborar um perfil das páginas, que pode ser visto a seguir:

1. **Coordenadoria do Arquivo Central (CARC/PROAD/UFSC):** este perfil tem a finalidade de divulgar informações relativas a serviços oferecidos no setor de arquivo, bem como informar sobre eventos que ocorrem na universidade e na área da Arquivologia, dessa forma mantendo uma maior interação entre usuários dos serviços de arquivo da universidade, a página é gerida pela equipe do arquivo de forma integrada, dispondo a mesma de arquivista em seu quadro funcional.
2. **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina:** esta página do Instagram foi criada em 2020 como parte das comemorações dos 60 anos da instituição tendo como objetivo obter visibilidade para o serviço ofertados pela instituição mostrando relevância da criação da página para contatos com usuários e instituições afim, a página é gerenciada pela diretora do arquivo junto com uma equipe multidisciplinar. A instituição não dispõe de profissional arquivista.
3. **Coordenação de Arquivos da Universidade Federal Fluminense:** este perfil foi criado como iniciativa do trabalho remoto na Pandemia do Covid-19, como forma de facilitar o contato com usuários e o acesso às informações do acervo, a página é gerenciada por conservadora/restauradora e foi escolhida pela facilidade de criação de conteúdo. A instituição possui arquivista em seu quadro funcional.
4. **Arquivo da Faculdade de Direito de Pernambuco:** este perfil é parte da produção cultural e de comunicação ofertada pelo arquivo e forma de canal de comunicação com usuários de serviços de arquivo, o gestor da página não foi informado nas respostas obtidas no questionário. A instituição dispõe de arquivista em seu quadro de funcionários.
5. **Arquivo Público de Santo Amaro:** este perfil é utilizado para viabilizar uma melhor acessibilidade ao catálogo de acervo documental arquivístico, bem como informações sobre visitas e participação em atividades promovidas pela instituição, a página é gerenciada pela coordenação do arquivo. A Instituição não dispõe de arquivista em seu quadro funcional.

6. **Arquivo Público do Rio Grande do Sul:** O perfil foi criado com a finalidade de difundir informações, serviços e projetos executados pela instituição. A página é gerenciada por equipe multidisciplinar composta por arquivistas.
7. **Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba:** a página foi criada com intenção de difundir informações acerca do acervo e serviços prestados e conta com a rede social para auxiliar no acesso ao acervo, ficando atualizado ao mundo tecnológico, a página é gerenciada por arquivista.
8. **Arquivo Estadual Jordão Emerenciano:** este perfil tem a intenção de informar sobre atividades da instituição, bem como receber demandas de potenciais usuários do acervo, a página é gerenciada pela direção que possui profissionais multidisciplinares.
9. **Arquivo Público do Estado do Pará:** a página tem o propósito de divulgar atividades da instituição bem como promoção do acervo documental, a página é gerida por historiador e não possui arquivista em seu quadro de funcionários.
10. **Arquivo Público Espírito Santo:** a página tem o intento de divulgar e difundir o acervo documental e das atividades realizadas pela instituição, a página é gerida por jornalistas e especialistas na área da comunicação.
11. **Arquivo Nacional:** a página foi criada para divulgar o acervo e as atividades da instituição em uma mídia com grande alcance entre a população brasileira, a página é administrada por equipe multidisciplinar e permite conteúdos transdisciplinares.
12. **Arquivo histórico Escola Belas Artes- UFRJ:** A criação desta página no Instagram, é um projeto de extensão de um professor para divulgar documentos e eventos sobre o arquivo, a página é gerenciada por professor de história da arte.
13. **Centro de Documentação e Memória de Itajaí:** A página tem a intenção de divulgar informações referentes à instituição, a página é gerenciada por auxiliar de arquivo.
14. **Arquivo Público Mineiro:** esta página foi criada em 2019 com a finalidade de dar visibilidade às ações e promover a difusão do acervo sob sua custódia, em 2020 com a pandemia do covid-19 a página teve seu objetivo reavaliado, passando agora estabelecer comunicação entre comunidades arquivísticas, a página é gerida por historiador.

15. **Arquivo Público do Maranhão:** a página tem a intenção de promover a divulgação do acervo e acesso à informação ao público geral, a página é gerenciada por arquivistas e estagiários.
16. **Arquivo público e histórico do município de cidade Rio Claro:** a página tem a intenção de difundir o acervo e aproximar o público da instituição, a página é gerida por analista cultural responsável pela coordenadoria de difusão do acervo.
17. **Arquivo Municipal de Campinas:** a página foi criada em 2015, mas foi reativada em 2021 por causa do covid-19, propiciando agora difusão do acervo por meio do ambiente digital, possibilitando acessibilidade ao acervo e serviços ofertados pela instituição, fazendo que esta instituição acredite que atualmente as plataformas digitais são ferramentas cada vez mais potente da difusão de informações, a página é gerenciada pelo núcleo de comunicação e editorial, a instituição também entende a página como meio oficial de comunicação e difusão.

Para elucidar os resultados das análises dos perfis aqui apresentados com base na coleta de realizada via questionário. Dados que indicam motivos pelos quais foram criados ou reativados o perfil e potencial gestores destas páginas. Os maiores indicadores de motivos pelos quais a página foi criada ou reativada, indicam a necessidade de divulgação de informações sobre atividades e serviços oferecidos pela instituição ou demais instituições parceiras, uma das páginas apontou as comemorações do aniversário da instituição como motivo principal da criação da página, os administradores destas páginas mostram necessidade de contato com outros perfis de instituições arquivísticas, levantando questões atuais como a pandemia do COVID-19, como despertar de interesse pela criação ou reativação de 3 página analisadas, as páginas apresentam vários motivos para sua criação, porém aponta a difusão e divulgação o acervo documental, bem como dá visibilidade ao acervo documental em ambiente digital como uma dos principais motivos.

Além de investigar indicadores de criação da página coletamos informações para traçar o perfil dos atuais gestores das páginas do Instagram dos arquivos, 3 delas são gerenciadas por arquivistas, o restante ficou dividido em equipe, coordenação ou direção do arquivo (possuindo arquivista em seu quadro multidisciplinar que gerenciam); historiador; conservador e restaurador; jornalista; professor de história da arte; coordenadoria de difusão do acervo.

Sobre as páginas das instituições que possuem arquivistas em seu quadro funcional, essa pesquisa identificou que 17 perfis analisados, 12 possuem arquivistas e os 5 restantes não constam com esse profissional no

quadro de funcionários. Portanto, esse artigo nos aponta que, dentro da amostra analisada, os arquivistas já se encontram trabalhando em ambientes que demandam competências ajustáveis a era digital e as TICs.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de extrema importância que ampliemos os estudos em áreas que estejam atreladas com as novas tecnologias de informação bem como mídias sociais de difusão de conteúdo e informação para que assim possamos satisfazer lacunas enfrentadas no ambiente de trabalho dos arquivistas, diante a inserção de novas mídias, proporcionada pela era digital.

Considerando novas habilidades, exigidas para que os arquivistas possam estar alinhados com as novas demandas estabelecidas, pela inserção das mídias em ambiente de arquivo, apontando a competência midiática, uma das ramificações de Competência em Informação, como potencial alternativa para suprir essa demanda.

Ressaltando assim as plataformas digitais como ferramentas cada vez mais potentes na difusão de informação, entendendo páginas como a do Instagram, como um canal oficial de produzir, utilizar e destinar informações institucionais. Considera-se ainda, que as mídias sociais estão sendo inseridas em ambientes de arquivos como canais de transmissão de informação oficial e por meio disso fazendo a difusão do acervo documental. Dessa forma promovendo novas indagações para estudos no campo da ciência da informação, Arquivologia e áreas correlatadas, além de instigar os arquivistas a se adequarem à nova realidade de inserção de mídias sociais em ambientes de arquivos.

Essas discussões podem até se apresentarem ousadas na Arquivologia Brasileira, motivo pelo qual esse artigo não pretende findá-las. Portanto, refletir os conceitos e aplicações da Competência em Informação, assim como, Competência Midiática na Arquivologia provoca cogitar reestruturações teórico-metodológicas em recentes condutas profissionais e posicionar cada vez mais a Arquivologia dentro do paradigma pós-custodial e desenvolver o protagonismo social do arquivista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARROS, D. M. V. Information Literacy: design de conteúdos com tecnologias e inovação para o contexto escolar. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – CIBES, 2015. **Anais [...]** Marília: UNESP, 2015.

BELLUZZO, Regina Célia Batista. A Information literacy como competência necessária a fluência científica e tecnológica na sociedade da informação: uma questão de educação. In: SIMPOSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO DA UNESP, 7., 2001, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: UNESP, 2001.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, set./dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000300004. Acesso em: 18 out. 2021.

CASARIN, Helen de Castro Silva. Competência informacional e midiática e a formação de professores de ensino fundamental: um relato de experiência. **Revista brasileira de biblioteconomia e documentação**, v. 13, p. 301-321, 2017.

CASTELLS, Manuel et al. **A sociedade em rede**: do conhecimento à política. p. 17-30, 2005.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Princípios de acesso aos arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.18377/2316-7300/informacaoarquivistica.v1n1p%>. Acesso: 05 out. 2021.

Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação (DELTCi). Vitória, Espírito Santo.: Porto: DCI – CCEJ da UFES, SAJCC da FLUP – CETAC.Midia, 2007. Disponível em: <http://www.ccje.ufes.br/arquivologia/deltci/index.htm>. Acesso em: 18 out. 2021.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Adriana Cybele. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 213-253, 2017. Disponível em: <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/viewFile/675/577>. Acesso em: 20 out. 2021.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000103&pid=S0102-4698201000010000300009&lng=en. Acesso em: 16 de out. 2021.

DURAND, Thomas. L'alchimie de la compétence. **Revue Française de Gestion**, Paris, n. 150, 2006, p.261-292. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-gestion-2006-1-page-261.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

FURTADO, Renata Lira. **A competência em informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada**. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GRIZZLE, Alton *et al.* **A alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias – resumo sobre as políticas da AMI**. Paris: UNESCO; Brasília: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 2016.

LEE, Alice Y. L.; SO, Clement Y. K. Media Literacy and Information Literacy: Similarities and Differences. **Comunicar: Media Education Research Journal**, v. 21, n. 42, p.137-145, 2014.

MARTENDAL, Fernanda Frasson; SILVA, Eva Cristina Leite da. Difusão arquivística e suas expressões nos cursos de graduação em arquivologia no Brasil. **Informação & Informação**, v. 25, n. 4, p. 256-279, 2020. Disponível em: 10.5433/1981-8920.2020v25n4p256. Acesso em: 14 out. 2021.

MENEZES, Priscila Lopes. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil. **Ponto de Acesso**, Salvador, V.6, n.3, p. 47-71, dez 2012. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6164/4790>. Acesso em: 19 out. 2021.

MOURA, Ana Roberta Pinheiro; FURTADO, Renata Lira; BELLUZZO, Ana Célia Baptista. Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na Arquivologia. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 37-57, jan./abr. 2020.

NAKAMURA, Rodolfo. **Como fazer um planejamento de mídia na prática**. São Paulo: Farol do Forte, 2009.

PEREIRA, Diogo Baptista; SILVA, Eliezer Pires da. Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras. **Acervo**, v. 33, n. 3, p. 116-135, 2020.

ROSETTO, Márcia. Competência em informação e suas relações com a competência midiática e digital: uma nova lógica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, n. esp., p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21183>. Acesso em: 12 out. 2021.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. O lugar da arquivística na gestão da informação. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**, 1998.
UNESCO. **Media and Information Literacy for Knowledge Societies**. Moscow: Interregional Library Cooperation Centre, 2013. 432 p.

VITORINO, Elizete Vieira. Competência informacional: princípios para a formação contínua de profissionais da informação em bibliotecas universitárias. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: 2008. Disponível em: www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2698.pdf. Acesso em: 31 out. 2021.

WILSON, Carolyn *et al.* **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. 194p.

PARTE XVII

**A JUSTIÇA SOCIAL
E ARQUIVOLOGIA:
MOVIMENTOS SOCIAIS,
ARQUIVOS E
DIREITOS HUMANOS**

A JUSTIÇA SOCIAL E AS FUNÇÕES SOCIAIS DOS ARQUIVOS NO CONTEXTO DAS AÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Isabela Costa da Silva (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento dos debates acerca da regulamentação do acesso à informação no panorama mundial, propiciado a partir do fim dos regimes ditatoriais na América Latina e início do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, levou ao aumento expressivo de leis de acesso à informação no mundo, com diversos países que aprovaram este marco regulatório como resposta à comunidade internacional que pressionava por maior transparência e comprometimento dos países com a defesa dos direitos humanos.

Após o fim da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), a pressão da comunidade internacional e da sociedade civil pela abertura dos arquivos provenientes dos organismos de repressão marcou o debate sobre a justiça de transição²⁸³ no país e o movimento pela defesa dos direitos humanos a partir da reparação aos danos causados pelos 21 anos de repressão e violência, ainda

²⁸³ Ampla espectro de processos e mecanismos utilizados pela sociedade para que esta chegue a um determinado acordo sobre violações de direitos humanos ocorridas no passado, de forma a garantir a responsabilização dos culpados, promover a justiça e alcançar a reconciliação. Isso pode incluir tanto mecanismos judiciais como extrajudiciais, com diferentes níveis de participação da comunidade internacional. (ONU, 2004, p. 4).

que não fosse possível a punição aos infratores em virtude da vigência da Lei da Anistia²⁸⁴.

A ampliação das discussões acerca do acesso à informação como tema central nos debates contemporâneos teve como marco regulatório no Brasil a Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI). O momento propício favoreceu a aprovação da Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, sancionada no mesmo dia em que a LAI, a qual criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV). As duas leis aprovadas no mesmo dia evidenciaram o apelo da sociedade brasileira pela justiça social, em que o contexto político e jurídico possibilitava as condições necessárias para promover o acesso às informações e documentos provenientes da ditadura militar no Brasil, visando assegurar o direito à reparação e a consolidação da democracia.

Dessa forma, o discurso sobre o direito de acesso à informação se articula com o debate sobre a justiça social, reforçando o papel social dos arquivos e arquivistas para a sociedade, formando cidadãos conscientes de seu passado e de sua história.

O objetivo específico deste artigo é realizar uma reflexão crítica sobre o papel dos arquivos enquanto mecanismos de justiça social no contexto das ações de acesso à informação. Tem como problema de pesquisa investigar se a justiça social pode ser considerada um mandato ético ou uma escolha de âmbito profissional, considerando os fatores políticos e sociais que envolvem o acesso aos arquivos.

Adotou-se como metodologia da pesquisa a análise hipotético-dedutiva e indutiva de caráter exploratório a partir da revisão de literatura arquivística. Ao longo do texto buscamos refletir sobre o papel social dos arquivos a partir dos diálogos teóricos estabelecidos por alguns autores, como Randall Jimerson, Mark A. Greene, Eric Ketelaar e Verne Harris que, ainda que assumam por vezes posicionamentos distintos, reconhecem os arquivos como *constructos* sociais, a quem os cidadãos recorrem para provar seus direitos na constituição de uma sociedade mais justa e democrática.

A justificativa e pertinência da abordagem reside no olhar inovador sobre os arquivos como mecanismos de justiça social e na contribuição para o

²⁸⁴ Lei da Anistia: “Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares”. (BRASIL, Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979).

reconhecimento do papel dos arquivos e arquivistas no exercício de suas funções sociais a partir da visão crítica e da ruptura com as tradições tecnicistas da área.

A seguir, estabelecemos uma breve reflexão crítica sobre o papel dos arquivos enquanto mecanismos de justiça social no contexto das ações de acesso à informação, questionando se a justiça social pode ser considerada um mandato ético ou uma escolha no âmbito da profissão do arquivista, tendo em vista os fatores políticos e sociais que envolvem o acesso aos arquivos.

2 ARQUIVOS E JUSTIÇA SOCIAL: ESCOLHA OU MANDATO ÉTICO?

A justiça social, segundo seu conceito mais amplo, é entendida como:

Visão ideal de que todo ser humano tem valor igual e incalculável, direito a compartilhar padrões de liberdade, igualdade e respeito. Estes padrões também se aplicam a agregações sociais mais amplas, como comunidades e grupos culturais. Violações destes padrões devem ser reconhecidas e confrontadas. Especificamente as desigualdades de poder e como elas se manifestam em arranjos institucionais e desigualdades sistêmicas que distanciam os interesses de alguns grupos à custa dos outros na distribuição de bens materiais, benefícios sociais, direitos, proteções e oportunidades. A justiça social é sempre um processo e pode nunca ser totalmente alcançada. (DUFF; FLINN; WALLACE, 2013, p.10, tradução nossa)

O autor norte-americano Randall Jimerson (2007) estabelece conexões entre a justiça social, os arquivos e os arquivistas, de modo a reconhecer os arquivos como mecanismos de justiça social. Desse modo, a justiça social encontra nos arquivos os instrumentos necessários que contribuem para o desenvolvimento de suas ações relacionadas à igualdade, democracia, acesso e reparação.

Ao preservar aspectos vitais da herança cultural, os arquivos estabelecem relações de poder que incidem sobre a manutenção dos registros, não apenas para a sociedade atual, mas também para as futuras gerações. Dessa forma,

Na “era da informação”, conhecimento é poder. Esse poder dá para aqueles que determinam quais documentos serão preservados para futuras gerações um significativo grau de influência. Arquivistas devem abraçar este poder, em vez de continuar negando sua existência. (JIMERSON, 2007, p. 254, tradução nossa)

Michel Foucault destacou uma nova dimensão do arquivo dentro do seu campo discursivo, ao considerar o arquivo como um instrumento de validação – dado o seu valor de legitimação para a sociedade – de enunciados que possibilita a formação e a transformação de uma arqueologia dos saberes que compõe a sociedade. Sendo assim, o arquivo teria uma função fundamental de validar os acontecimentos sociais, de estabelecer uma relação de poder em relação ao que é dito e arquivado, tendo em vista os impactos que há em guardar determinados fatos da história e excluir outros. (SILVA, 2021, p. 107).

Ao refletir sobre “o que é arquivo”, Foucault estabelece que:

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares (...). Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas. (FOUCAULT, 2008, p. 147)

Silva (2021, p. 107) ressalta que “o arquivo foucaultiano figura muito mais como um ator nos processos de construção e reconstrução da história do que como um mero receptor de documentos”. O arquivo, como *constructo* social, não escapa à historicidade e não se estabelece em um universo inalterável e fixo no tempo. Para Foucault, ao se aproximar de um *a priori* histórico, o arquivo “não é somente o sistema de uma dispersão temporal; ele próprio é um conjunto transformável” (FOUCAULT, 2008, p. 145).

Considerando o universo transmutável dos arquivos dentro das relações estabelecidas em sociedade, há que se considerar que a sua produção, uso e preservação também será influenciada por tais relações. Jimerson (2007) nos relembra que, ao longo da história, os arquivos serviram às sociedades como instrumentos de manutenção do poder das elites:

Olhando para a história dos arquivos desde os tempos antigos e como eles tem sido usados para reforçar o prestígio e influência das elites de poder nas sociedades, eu afirmo que os arquivistas tem uma responsabilidade profissional moral de equilibrar o apoio dado ao *status quo*, dando voz igual para aqueles grupos que tem sido frequentemente marginalizados e silenciados. (JIMERSON, 2007, p. 254, tradução nossa)

Nessa mesma linha, Cunningham (2001, p. 170, tradução nossa) ressalta a dupla realidade dos arquivos, os quais podem ser, em igual medida, “facilitadores do fortalecimento da democracia” e “instrumentos de opressão e dominação”. Com isso, os arquivos geram também uma dupla responsabilidade que dá aos profissionais arquivistas um poder significativo na sociedade.

O reconhecimento desse poder coloca os arquivos e arquivistas como atores em um cenário político marcado historicamente pela desigualdade e pelo silenciamento das minorias. Com isso, questionamos se seria esta uma responsabilidade profissional moral de dar voz aos grupos marginalizados, em vez de reforçar o *status quo* valorizando os registros das elites que detém o poder.

O uso dos documentos de arquivo para reparação a erros sociais e suporte a causas de justiça social vem ganhando destaque nos debates no campo de estudo da Arquivologia. Seguindo esta linha de pesquisa, Jimeron afirma que “preservando registros que podem fornecer evidências de injustiça, os arquivistas podem contribuir positivamente para as tentativas de superar os usos passados de arquivos e registros pelas elites para garantia de poder” (JIMERON, 2007, p. 266, tradução nossa).

Nesta mesma abordagem, o autor sul-africano Verne Harris (2007), ressalta que “o arquivo é político”, por isso não há como arquivistas desconsiderarem sua função política na sociedade. Portanto, “qualquer tentativa de ser imparcial, de permanecer acima dos jogos de poder, constitui uma escolha, quer seja consciente ou não, de reproduzir, se não reforçar relações de poder mais comuns” (HARRIS *apud* JIMERON, 2008, p. 30-31).

No entanto, destacamos que esta abordagem não é consensual no campo científico da Arquivologia, sendo objeto de discussões frequentes sobre o real papel social dos arquivos e arquivistas na sociedade. Alguns teóricos, como o norte-americano Mark A. Greene (2013), consideram que o chamado específico para seguir uma agenda de justiça social está fora dos limites do que compreende ser o propósito profissional do arquivista, gerando assim o risco de politizar a profissão (GREENE, 2013, p. 303). Com isso, afirma que:

[...] eu acredito que buscar a “justiça social”, tão elevada quanto e, por mais universal que possa parecer, corre o risco de politizar e, em última instância, prejudicar a profissão arquivística. Embora os proponentes acreditem fortemente que a justiça social não é apenas um imperativo ético profissional, mas um meio de implantação adequada e, de fato, contribuindo para o “poder” dos arquivistas, temo que tal alteração de objetivos arquivísticos pode

enfraquecer nossa posição ética e nosso poder. (GREENE, 2013, p.303, tradução nossa)

Nesta linha, o autor contesta o imperativo moral do “arquivista ativista”, questionando como de fato seria a resistência dos arquivistas no processo de manutenção de registros em regimes repressivos: “Se os arquivistas são responsáveis por documentar a injustiça, eles não podem, me parece, simplesmente se recusar a participar do sistema de registros em regimes injustos” (GREENE, 2013, p. 305, tradução nossa).

Não sem sentido, mas preocupante é a noção de que existe um imperativo moral para os arquivistas contra as “relações existentes de poder”, desconstruindo tanto os sistemas que sustentam privilégios (mas que também mantêm os responsáveis privilegiados mais tarde) e as próprias relações de poder que estabelecem privilégios também. (GREENE, 2013, p. 306, tradução nossa)

Para Greene (2013) não é tarefa do arquivista liderar a justiça social, mas sim buscar, adquirir e disponibilizar registros, preservando a memória social: “Sem o trabalho do arquivista, seria impossível apresentar prova. Se acreditamos no objetivo de algo chamado justiça social, podemos ser orgulhosos de que nossa profissão garanta que a documentação relevante sobreviva” (GREENE, 2013, p. 328, tradução nossa).

Com isso, o autor defende que a justiça social não deve ser um valor arquivístico central, mas sim um critério de escolha. Para ele, o paradoxo dos arquivos – os quais podem ser utilizados tanto para manter um regime repressivo quanto para responsabilizar esse regime – não significa que os arquivos e os arquivistas que lá atuam, estejam apoiando ora a justiça, ora a repressão autoritária.

Não há preto e branco quando se trata de registros de opressão e registros de justiça social. Registros são o que fazemos deles, e às vezes a manutenção de registros do regime mais odiado se tornará a ferramenta mais importante da justiça social. (GREENE, 2013, p. 322, tradução nossa)

Diante das discussões apresentadas neste artigo, questionamos: seria a justiça social uma escolha ou um mandato ético? Em que medida nossas escolhas profissionais interferem no futuro da sociedade?

Ao refletir sobre o porquê devemos preservar um determinado documento e descartar outro, observamos que os procedimentos arquivísticos

estabelecidos como nos processos de avaliação²⁸⁵ ou aquisição²⁸⁶ de acervos, são imbuídos de escolhas que irão influenciar o que será preservado para a memória social das gerações futuras. Essas escolhas que, por vezes nos parecem meramente tecnicistas no âmbito da profissão de arquivista, são permeadas de valores éticos, políticos e sociais.

Destacamos aqui que “a justiça social não é verdadeiramente uma categoria de registros, mas sim uma atitude ou conjunto de princípios e métodos para obter uma documentação mais equilibrada e diversificada da sociedade em toda a sua complexidade” (JIMERSON, 2013, p. 340, tradução nossa).

Portanto, diante do referencial teórico até aqui estudado, constatamos que é fundamental que os arquivos possam refletir a sociedade de maneira multicultural e multidimensional. Sob esse aspecto, “nós não temos que fingir que não temos simpatias políticas, mas nós temos necessidade de apresentar nossos arquivos como neutros, a fim de sermos capazes de coletar registros de todas as partes do espectro político” (GREENE, 2013, p. 312, tradução nossa). Na prática isso significaria a capacidade de coletar registros tanto dos opressores quanto dos oprimidos, a fim de obter maior completude sobre a imagem da vida na sociedade atual.

Consideramos que os arquivos são objetos políticos e, portanto, devem ser reconhecidos como tal. Se ao longo da história, os arquivos serviram aos interesses da elite que detinha o poder, cabe aos profissionais de hoje defender uma posição ética profissional comprometida com os valores democráticos em prol de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Apesar das discordâncias, Jimerson (2007; 2008; 2013) e Greene (2013) concordam que promover o acesso aos arquivos de forma ampla para a sociedade é a principal função dos arquivos e arquivistas e deve ser o foco dos valores profissionais. Afinal, os arquivos devem servir a toda sociedade e arquivistas devem cumprir seu papel de assegurar “arquivos do povo, pelo povo e para o povo” (KETELAAR, 1992).

A seguir, apresentamos as considerações finais da pesquisa e as conclusões correspondentes ao tema abordado.

²⁸⁵ Avaliação: “O processo de avaliação do valor dos documentos com a finalidade de determinar a duração e as condições de sua preservação”. (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2022, tradução nossa).

²⁸⁶ Aquisição: “O processo de adição ao acervo de um centro de registros ou arquivos por transferência sob procedimento estabelecido e legalmente fundamentado, por depósito, compra, doação ou legado”. (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2022, tradução nossa).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, as diferentes abordagens apresentadas pelos autores trabalhados, nos levam ao entendimento de que só com o acesso público à informação é possível construir uma sociedade mais justa e democrática. Portanto, consideramos que as ações políticas que envolvem os mecanismos de reparação de uma sociedade historicamente marcada por ditadura e repressão encontram nos arquivos os instrumentos que contribuem efetivamente para a justiça social. Na concepção de Jimerson, o desafio está em usar o poder dos arquivos para o bem público, o que exigirá dos profissionais arquivistas um amplo compromisso em refletir sobre os pressupostos e preconceitos através do compromisso renovado com os valores democráticos (JIMERSON, 2007, p. 281, tradução nossa).

Dessa forma, um mesmo arquivo que um dia retratou e serviu a um Estado autoritário e repressivo, hoje pode ser usado para promover a justiça social por meio da reparação das vítimas de violações de direitos humanos e reconstrução da memória social. Essa realidade paradoxal reforça o lugar dos arquivos como instrumentos políticos e socialmente construídos.

As discussões estabelecidas no campo arquivístico sobre a justiça social e o papel social dos arquivos e arquivistas tem levado alguns teóricos a questionar a imparcialidade²⁸⁷ desses registros, tendo em vista o fator político inerente às escolhas sobre o que deve ser registrado e preservado para a sociedade futura e qual discurso se deseja retratar como memória oficial.

Neste artigo, buscamos estabelecer uma breve reflexão crítica sobre o papel dos arquivos enquanto mecanismos de justiça social no contexto das ações de acesso à informação, problematizando se a justiça social pode ser considerada um mandato ético ou uma escolha de âmbito profissional, considerando os fatores políticos e sociais que envolvem o acesso aos arquivos. Ainda que os limites deste artigo não possibilitem o aprofundamento sobre os temas tratados na pesquisa, consideramos que o objetivo inicialmente proposto foi atingido e destacamos que os conhecimentos adquiridos ampliam ainda mais o interesse sobre o tema em questão, instigando à continuação dos estudos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 1979. Disponível em:

²⁸⁷ Imparcialidade: característica do documento arquivístico que determina que “os documentos são inerentemente verdadeiros e representam as circunstâncias que os criaram de maneira a fornecer as provas originais”. (DURANTI, 1994, p. 50-51).

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6683.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20concedida%20anistia%20a,de%20funda%C3%A7%C3%B5es%20vinculadas%20ao%20poder>. Acesso em: 15 out. 2018.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. (2015). **Multilingual Archival Terminology**, 2022. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/mat/termlist/1/English>>. Acesso em: mai 2022.

CUNNINGHAM, Adrian. The soul and conscience of the archivist: meditations on power, passion and positivism in a crusading profession. **Argiefnuus/Archives News**, v. 43, n. 4, p. 167-177, 2001.

DUFF, Wendy; FLINN, A.; WALLACE, D. Social justice impact of archives: a preliminary investigation. **Archival Science**, v. 13, n. 4, p. 317-348, 2013.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GREENE, Mark. A critique of social justice as an archival imperative: What is it we're doing that's all that important? **The American Archivist**, v. 76, n. 2, p. 302-334, 2013.

JIMERSON, Randall C. Archives for all: professional responsibility and social justice. **The American Archivist**, v. 70, n. 2, p. 252-281, 2007.

JIMERSON, Randall C. Arquivos para todos: A importância dos arquivos na sociedade. **Arquivo & Administração**, v. 7, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51333>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

JIMERSON, Randall. Archivists and social responsibility: a response to Mark Greene. **The American Archivist**, v. 76, n. 2, p. 335-345, 2013.

KETELAAR, Eric. Archives of the People, by the People, for the People. **South Africa Archives Journal**, v. 34, p. 5-16, 1992.

UNTADE NATIONS (ONU). **The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies**. New York: Report of the Secretary-General to the Security Council, 2004. Disponível em: <https://www.un.org/en/ruleoflaw/index.shtml>. Acesso em 05 de maio de 2022.

SILVA, I. C. **A dimensão do acesso à informação pública e os arquivos do regime militar**: um olhar sobre a função social dos arquivos. 2021. 228 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

O DIREITO DE EXISTIR NOS ARQUIVOS: O ACESSO E USO DE DOCUMENTOS DE REGISTRO DE MORTE DE ESCRAVIZADOS

Fernanda Kieling Pedrazzi (Universidade Federal de Santa Maria),
José Luiz de Moura Filho (Universidade Federal de Santa Maria),
Gabriel Denardin Spat (Universidade Federal de Santa Maria),
Simone da Silva Guerra (Universidade Federal de Santa Maria)

1 INTRODUÇÃO

No mundo dos arquivos, os códigos de ética são referências importantes para a prática profissional dos arquivistas sendo norteadores de sua atuação e das responsabilidades desses profissionais. No documento Valores essenciais dos arquivistas, emanado pela *Society of American Archivists* (SAA), entre os onze valores especificados temos que a Diversidade é um deles, buscando “documentar e preservar coletivamente a maior variedade possível de registros, trabalhando ativamente em prol da diversidade e representatividade social” (GOMES ET AL, 2020, p. 79). Esta representatividade apoia a cidadania uma vez que preserva os direitos de todas as parcelas da sociedade, incluindo o direito de existir nos arquivos.

O trabalho aqui apresentado tem sua base na temática da justiça social nos arquivos entendendo esta pelo que dizem Tognoli e Rocha (2021, p. 6) como o “trabalho de uma comunidade discursiva integrada e compromissada em dar voz às comunidades marginalizadas”. São apresentados os resultados do desenvolvimento do projeto de extensão “O patrimônio cultural sobre a morte nas áreas de quilombos em Picada das Vassouras - Caçapava do Sul

(RS)” financiado pelo edital Geoparque Caçapava Aspirante UNESCO – UFSM que envolveu Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pessoas da comunidade de Caçapava do Sul e a Mitra Diocesana de Cachoeira do Sul. Seu objetivo era identificar, registrar e publicizar os documentos/espços de enterramentos das comunidades quilombolas de Picada das Vassouras, em Caçapava do Sul, no interior do Rio Grande do Sul, de modo a promover a inclusão e a cidadania para estes atores sociais. Este trabalho foca na questão documental.

O Geoparque Caçapava Aspirante UNESCO, apoiado principalmente pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), foi confirmado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 2022, como território candidato a ser certificado. A visita oficial da UNESCO para verificação *in loco* deve ocorrer no segundo semestre de 2022²⁸⁸. Em 2021, foi aberta a “Chamada Pública 007/2021/PRE/UFSM – Geoparques” na UFSM, através da Subdivisão Geoparques, da Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Cidadania da Pró-Reitoria de Extensão para estimular a realização de projetos que apresentassem potencial de contribuir para a certificação dos territórios da Quarta Colônia e de Caçapava. A UFSM não é o apoiador principal de Caçapava, mas ainda assim trabalhou para colaborar para esta candidatura. Foram selecionados 38 projetos a serem desenvolvidos nos dois Aspirantes. Dentre as seis propostas de ação de extensão selecionadas exclusivas para Caçapava, uma delas estava voltada para a questão documental, de valorização de quilombolas e sua memória, sendo compilada uma parte dos seus resultados neste texto.

O referido projeto atende ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável²⁸⁹ número 10, de Redução das desigualdades dentro dos países e entre eles pois entende-se que todos têm direito à memória e essa é uma das formas possíveis de promover a justiça social. Isso está previsto mais especificamente no item 10.2 que entende que é necessário, até 2030, “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra”. No território há, pelo menos, quatro localidades rurais remanescentes de antigos quilombos. O projeto se enquadrou nas prioridades do Geoparque na “Valorização das minorias” pois

²⁸⁸ UFSM. Geoparques Quarta Colônia e Caçapava são confirmados pela UNESCO para o processo final de pré-certificação. Disponível em: <https://ufsm.br/r-346-6406> . Acesso em: 15 jun. 2022.

²⁸⁹ ONU Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> . Acesso em: 17 jun. 2022.

trabalhava com um grupo minoria, os integrando reconhecendo suas raízes e identidade.

2 ARQUIVISTAS: ÉTICA E CIDADANIA

O arquivista é o “profissional de nível superior, com formação em arquivologia ou experiência reconhecida pelo Estado” (BRASIL, 2005, p. 26). A regulamentação da profissão foi publicada na Lei Nº 6.546/1978, que indica aqueles podem trabalhar como arquivistas ou técnicos de arquivo. A Lei preconiza que entre as atribuições do arquivista está o “desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes” (BRASIL, 1978, s/p). Em novembro de 1978, foi publicado o Decreto Nº 82.590 que regulamenta a Lei Nº 6.546/1978, dando maior clareza sobre quem poderá exercer a profissão. Uma vez permitido o trabalho do arquivista, vem, com isso, as normas que regulam este fazer e as responsabilidades do mesmo.

Os códigos de ética são marcadores importantes para a prática profissional das diversas formações, não apenas no Brasil como no mundo. Os arquivistas, assim como ocorre com diferentes profissionais, possuem códigos que auxiliam seu exercício profissional e que os orientam, desde a formação. No Brasil, utilizam-se os Princípios Éticos dos Arquivistas, elaborados pela extinta Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), que existiu de 1971 até 2015²⁹⁰. Este é, por sua vez, inspirado no Código de Ética para Arquivistas do *International Council on Archives* (ICA), aprovado em 1996 durante o XIII Congresso Internacional de Arquivos realizado em Pequim, na China. Este deve ser aplicado “a todos aqueles que têm responsabilidade de controlar, vigiar, tratar, guardar, conservar e administrar os arquivos”²⁹¹.

Embora Gomes et al (2020, p. 79) entendam que em nosso país “a maioria dos profissionais utilizam como parâmetro para embasar suas atividades os Princípios Éticos dos Arquivistas da AAB e o Código de Ética para arquivistas do ICA”, há outros documentos importantes para a prática arquivística, entre eles o emanado pela *Society of American Archivists* (SAA), que também orienta sobre as responsabilidades dos arquivistas no documento “Valores essenciais dos arquivistas”. São onze os valores, entre eles alguns se destacam diante da temática deste artigo, como aquele sobre a Diversidade, entendida como o “documentar e preservar coletivamente a maior variedade

²⁹⁰ Fundo/Coleção JA – Associação dos Arquivistas Brasileiros. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/associacao-dos-arquivistas-brasileiros-2> . Acesso em: 12 jun. 2022.

²⁹¹ Código de Ética dos Arquivistas, elaborado pela Seção de Associações Profissionais do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Disponível em: <https://aaerj.org.br/a-profissao/codigo-de-etica/> . Acesso em: 12 jun. 2022.

possível de registros, trabalhando ativamente em prol da diversidade e representatividade social”.

Para além da questão da representatividade, ainda se alinham com a ação de extensão aqui comunicada: a História e Memória, em que se “reconhecem que fontes primárias permitem o acesso ao passado com vistas a entender o presente e nos preparar para o futuro” e a Seleção, que vislumbra atividades realizadas por arquivistas que “fazem escolhas sobre quais materiais selecionar para preservação com base em uma ampla gama de critérios, incluindo as necessidades de possíveis usuários” (GOMES ET AL, 2020, p. 79-80). Dessa forma pensa-se que as próprias responsabilidades do exercício profissional do arquivista embasam não apenas que existam documentos sobre registros de morte de quilombolas mas, mais do que isto, que eles sejam capazes de serem destacados por sua característica de representar uma minoria, parte de uma história que muitos tentaram apagar, mas que se constitui em uma parcela da memória sensível da sociedade brasileira, ainda gerando desconforto e uma problemática social que precisa ser desdobrada e estudada por muitas gerações.

A Constituição do Brasil (1988), conhecida como “Constituição cidadã”, apoia a visão ampla da sociedade, incluindo a comunidade que pode sofrer preconceito dentro e fora dos arquivos, como os negros escravizados e seus descendentes, quando entende, em seu Art. 216, que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. No parágrafo 5º há um alerta: “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (BRASIL, 1998). Assim sendo, os documentos sobre este grupo da sociedade devem existir e devem ser preservados para que possam ser usados para pesquisas e estudos sobre os povos originários.

3 ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS E OS DOCUMENTOS VITAIS

De acordo com Bacellar (2014) os arquivos das religiões, em especial os eclesiásticos, têm conjuntos documentais importantes que fazem parte da memória da sociedade ocidental. Os arquivos da religião católica, por ser esta a religião do Estado brasileiro até o fim do período do Império, contêm grande número de documentos sobre os eventos vitais da população brasileira. O autor salienta que “a amplitude do acesso permitido depende exclusivamente do bispado e, portanto, tende a se alterar com a mudança de seus ocupantes” (BACELLAR, 2014, p. 40), o que vai variar também de acordo com a cidade

ou o Estado em que está a instituição, percebendo-se alguns locais mais progressistas ou atualizados do que outros.

Bassanezi (2013, p. 142), chama de registros dos eventos vitais aqueles envolvendo “nascimento/batismo, casamento e óbito”. Embora Dom Pedro II tenha sancionado a Lei Nº 1.829 em 1870 para determinar o recenseamento da população brasileira e, com isso, tenha, a partir dela, organizado o registro civil no país, basicamente até antes da Proclamação da República os registros ocorriam somente nas Igrejas e, depois, em cartórios. Porém, mesmo depois de 1889, alguns registros continuaram a serem feitos nos dois lugares. Foi o Decreto Nº 5.604 de 1874 que primeiro regulamentou o registro civil, sendo substituído depois pelo Decreto Nº 9.886 de 1888 (BASSANEZI, 2013, p. 155). A autora salienta que “os registros realizados pela Igreja continuaram tendo efeito legal ainda por vários anos durante a república” (BASSANEZI, 2013, p. 156).

Em tese que estudava o discurso sobre a morte a partir de diferentes sujeitos e lugares, Pedrazzi (2015) analisa o ano de 1896 quando, na Arquidiocese de Santa Maria, foram registrados 64 óbitos, 20 a mais que no cartório no mesmo ano. Em comum entre eles havia apenas 12 óbitos, ou seja, 12 pessoas tiveram sua morte registrada em ambos. Os dois lugares somavam, ao todo, 96 falecidos em 1896. Em cada um deles, apenas uma pessoa fazia o registro: no cartório era o oficial de registro José Borja de Sant’Anna e na Igreja, o vigário Pedro Wimmer (PEDRAZZI, 2015, p. 204). É importante salientar, no entanto, que não houve apenas 96 mortes naquele ano em Santa Maria pois Atestados de Óbito eram entregues à intendência municipal, lugar de poder executivo local, para obter autorização para o enterro no cemitério local. De acordo com os documentos levantados em dois tomos daquele ano, encontrados no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, faleceram pelo menos mais 101 pessoas (PEDRAZZI, 2015, p. 210), número este que mostra que ainda no século XIX havia lugares diferentes e pessoas diferentes para registrar a morte (no caso dos Atestados de Óbito da intendência, a maioria era médico). Apesar de abalada com o novo regime político, a Igreja Católica, no entanto, continuava tendo o seu público e seu poder.

Bassanezi (2013, p. 143) considera que os registros paroquiais são “imprescindíveis principalmente para o conhecimento de uma época em que não existia o registro civil – em que não havia separação entre Estado e Igreja”. A autora contextualiza que os registros de morte eram mais simples, com regras menos complicadas que os de casamento e batismo. Dados como data da morte, do registro, o nome, causa da morte, estado civil, nome do (a) esposo (a) quando casado (a), filiação apareciam quase sempre e, em alguns casos,

“sendo escravo, registrava-se também o nome do proprietário” (BASSANEZI, 2013, p. 154).

4 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do projeto, no ano de 2021, estava previsto o estudo de materiais bibliográficos sobre quilombo, legislação, direitos do cidadão (fundamentais e legais). Com isso foi possível compreender o contexto do espaço geográfico e a questão cultural.

As entrevistas com moradores foram fundamentais para a localização dos espaços dos cemitérios. A Mitra de Cachoeira do Sul, onde estão arquivados livros de registros relativos à Caçapava do Sul, era de visita obrigatória, uma vez que tem as fontes da pesquisa que deveriam ser localizadas, fotografadas e compiladas no que tange à morte de remanescentes dos quilombos.

Como etapa final dessa ação de extensão e pesquisa, foi planejada a realização de um evento *online*, no início do ano de 2022, para divulgação dos resultados do projeto utilizando a plataforma *Google Meet*.

5 RESULTADOS

Os resultados expressos neste artigo são parte do que foi executado no projeto de extensão nas cidades gaúchas de Caçapava do Sul e de Cachoeira do Sul, municípios distantes pouco mais de 100 Km de Santa Maria (RS), onde fica o campus sede da UFSM. O grupo é ligado ao Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) da UFSM, envolvendo uma professora do Departamento de Arquivologia, um professor do Departamento de Direito e dois acadêmicos do Curso de Graduação em Arquivologia. Um dos estudantes é também graduado em Direito. Ambos receberam bolsa pelo período do projeto (de junho a dezembro de 2021).

No início do trabalho, um bolsista fez um requerimento de acesso a documentos referentes ao processo de concessão de terras aos remanescentes dos quilombos de Picada das Vassouras junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR (NUP 21210.008379/2021-33). O pedido foi justificado pela necessidade de “levantar dados pertinentes a localidade” e para “poder ter uma visão mais ampliada do assunto”. O prazo inicial da resposta (14/07/2021) foi extrapolado e prorrogado devido a solicitação estar separada “para análise e manifestação na Unidade Técnica Responsável”, segundo a Ouvidoria.

Em resposta final ao pedido no Fala.BR (19/07/2021), a decisão do INCRA foi dada como “Acesso Concedido”. Estava registrado que havia sido feita uma consulta à Superintendência Regional do INCRA no RS, que havia informado que disponibilizou ao interessado a cópia digital do processo administrativo de regularização fundiária da comunidade quilombola de Picada das Vassouras, de Caçapava do Sul, por mensagem eletrônica. Esta informação foi contestada, pois nada havia sido repassado anteriormente.

Em 23 de julho de 2021, os documentos foram liberados via mensagem eletrônica. Este vasto material, em seis volumes, possuía 610 páginas no primeiro e 131 páginas nos demais, todas digitalizadas, totalizando 741 páginas de informações acerca da comunidade pesquisada. A partir desse material tomou-se conhecimento de reuniões realizadas na comunidade de Picada das Vassouras, acessando as atas, nomes de pessoas, demandas, etc.

Mesmo com a continuidade da Pandemia do Covid-19, o projeto teve andamento e foi realizado com visitas aos locais de interesse: cemitério e arquivo eclesiástico. Houve dificuldade de realizar mais viagens pois a equipe só recebeu a vacina contra a Covid 19 no segundo bimestre de 2021.

Para tomar conhecimento da documentação da morte de escravizados de Caçapava e seus remanescentes, foi feito contato com a Mitra de Cachoeira do Sul para agendar uma visita por ser este um município mais antigo e que concentra os documentos relativos à toda a região. Posteriormente foi realizada uma viagem ao local, para localizar, fotografar e compilar estes documentos.

Apesar das restrições da Diocese de Cachoeira do Sul em função da Pandemia de Covid 19, após uma solicitação formal dirigida ao Bispo, parte da equipe do projeto recebeu autorização para pesquisa na Mitra. O aviso se deu por mensagem eletrônica, assinada pela secretária da instituição. Foi solicitado que se registrasse formalmente o pedido: “Favor trazer uma carta de apresentação informando o motivo da pesquisa para arquivamento aqui na Mitra. Informo também que é proibido tirar fotos ou fotocópias dos registros”. No dia da visita, foi explicado que a proibição de captura de imagens aos consulentes foi recomendação de advogados devido a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei Nº 13.709/2018.

A visita ocorreu em 03 de setembro de 2021. Com supervisão da funcionária da Mitra, foi possível manipular e ler os livros mais antigos relacionados a mortes do hoje município de Caçapava do Sul que se encontravam arquivados. A pesquisa ocorreu das 8 às 12 horas e das 13h30 às 17h30 (horário pleno de funcionamento da Diocese) porém, como havia sido mencionado na mensagem eletrônica, não foi permitido reproduzir e publicar os documentos. Segundo informou a secretária, a Diocese recebeu orientações

e treinamento de um escritório de advocacia da capital federal no sentido de vetar este tipo de ação. A política do local é de não apenas não permitir reprodução dos registros como cobrar pela pesquisa. Neste dia foi realizada a cobrança.

As informações coletadas no local foram introduzidas em uma planilha do *Microsoft Excel* com os seguintes campos: Nome, Data de Registro, Data da Morte, Cemitério, Idade, Escrevente, Filiação e Ocorrências. Posteriormente os dados foram analisados para compor um perfil dos sujeitos. Foram pelo menos 50 mortes de homens e mulheres ditos negros ou pardos da região de Caçapava. Este número é considerado pouco e insuficiente visto que em 1858, segundo lista publicada como “População da Província no fim do anno de 1858, segundo mappa tirado pelas listas de famílias” havia em Caçapava 128 libertos e 1139 escravos em uma população total, junto com o livres, de 3282 pessoas no local (FEE, 1981, p. 66). No censo realizado em 1872 livres e escravos são dados apresentados juntos, contando 4850 pessoas (FEE, 1981, p. 81).

Também houve o contato com cartórios, pois pensou-se ser necessário para saber da existência de livros específicos sobre escravos. Em 24 de novembro de 2021 foi realizado contato via telefone com o Cartório de Registro Civil de Caçapava do Sul. Em questionamento a uma das servidoras, se obteve a informação de que os primeiros registros que constam em sua sede são de 13/10/1876, sejam eles de nascimento, casamento ou óbito em geral e que não existem livros específicos de escravizados. A servidora conferiu a informação com o substituto do cartório de que não há outros livros específicos considerando os estudos sobre os quilombolas. Como retorno, disse que estes não existem, somente os que estão nos Arquivos Eclesiásticos da Igreja Católica. Estes resultados foram compartilhados com a comunidade em evento virtual, realizado através *Google Meet*, em 13 de janeiro de 2022.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identificação de documentos de morte, mostrando também as ausências, pode contribuir para a valorização das minorias quilombolas e promoção do debate sobre o tema. A candidatura do Geoparque de Caçapava do Sul é beneficiada na medida em que a ação dá visibilidade ao território que precisa ser conhecido e explorado. O evento que apresentou os resultados do projeto, não apenas aos grupos quilombolas como também para a comunidade em geral, incentiva o desenvolvimento de outros projetos no espaço.

Os documentos são elementos culturais importantes porque podem ser pesquisados e fundamentais, pois refletem a ocupação e permanência dos

homens nos territórios. Pretende-se estimular a recuperação e preservação de outros documentos de morte nos espaços de religiosidade das comunidades envolvidas, Caçapava do Sul e Cachoeira do Sul, e compreender que isso é parte da justiça social, um direito dos grupos para que se tornem mais conhecidos, facilmente identificáveis, pois todos têm direito à memória de sua comunidade.

A Igreja Católica, por possuir os registros de batismo, casamento e morte do período em que homens e mulheres negros eram escravizados no Brasil, tem uma grande responsabilidade e devem zelar para que sejam preservados. Os arquivistas, como defensores da “integridade dos arquivos”, como consta no item número um do seu Código de Ética, emanado pelo ICA, devem intervir sempre que têm conhecimento da falta de documentos ou do impedimento de seu acesso, garantindo, como consta em seu Código, “que possam se constituir em testemunho permanente e digno de fé do passado” (CONSELHO, 1996). A diversidade de registro e a presença de documentos de todos nos arquivos deve ser pauta da luta do profissional, apoiando a justiça social.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO Nacional (Brasil) **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. Fontes documentais. In: PINSKY, Carla B. (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 23-79.

BASSANEZI, Maria Sílvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. Registros Paroquiais e Cíveis. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (orgs.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 142-172.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 03 jun. 2022.

_____. **Lei Nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6546.htm Acesso em: 08 jun. 2022.

_____. **Decreto Nº 82.590, de 06 de novembro de 1978**. Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D82590.htm Acesso em: 08 jun. 2022.

CONSELHO Internacional de Arquivos (CIA). **Código de Ética Arquivística**. 1996. Disponível em: <https://www.aargs.com.br/codigo-de-etica/> Acesso em: 27 set. 2022.

FEE. **De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul**. Censos de 1803 a 1950. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1981.

GOMES, Andressa A.; PRADO, Emerson W. P.; SANTOS, Juliana C. dos.; NASCIMENTO, Natália M. do. Aspectos éticos na prática arquivística. **Archeion Online**, João Pessoa (PB), v.7, n.2, p.62-84, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/52669/30788> Acesso em: 08 jun. 2022.

PEDRAZZI, Fernanda K. **O discurso sobre a morte em arquivos institucionais do final do século XIX**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/4007> Acesso em: 10 jun. 2022.

TOGNOLI, Natália B.; ROCHA, Gustavo M. de Q.. **A Justiça Social na Arquivologia: uma revisão de literatura**. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 01-23 jul/dez. 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/987/972> Acesso em: 03 jun. 2022.

SILENCIAMENTO, SOFRIMENTO MENTAL E CIDADANIA: O ARQUIVO COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS

Claudialyne da Silva Araújo (Universidade Federal da Paraíba),
Danielle Alves de Oliveira (Universidade Federal da Paraíba),
Jéssika Maria Borges de Carvalho (Universidade Federal da Paraíba)

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o preconceito exclui e silencia pessoas taxadas como “loucas”. O olhar repressor da sociedade não apenas constata, mas reprime e cria normas de comportamento. O estigma da loucura imprime marcas profundas, não raras, irreversíveis, que se sedimentam historicamente em todas as partes do mundo, gerando uma das mais graves e dolorosas formas de exclusão social: a invisibilidade. A filósofa Simone de Beauvoir (1990) desenvolveu o conceito de “Invisibilidade Social”, afirmando ser o processo de apagamento e marginalização que pessoas que se consideram superiores impõem a determinados grupos excluídos. Assim, a “inferiorização” dos portadores de doenças mentais, observada ao longo dos anos, coopera com o silenciamento denunciado pela filósofa, tornando-se um assunto banido das discussões sociais.

Diante dessas questões, o presente artigo tem por objetivo discutir aspectos que envolvem o sofrimento mental, e o papel dos arquivos para dar visibilidade a esse público, por vezes, tão marginalizado e esquecido. Segundo Mintegui, Gallo e Karpinski (2020, p. 334) “os arquivos são as bases para a

comprovação da violação de direitos humanos, seja comprovando ou dando pistas para o levantamento de novos fatos que levem ao esclarecimento do passado”. Nesse sentido, é fundamental que possamos dar voz aos arquivos e consequentemente a esse público que por tantos anos vem sofrendo com o silenciamento e o apagamento de sua memória.

2 A LOUCURA E O SILENCIAMENTO: ASPECTOS HISTÓRICOS

Na obra “História da loucura” (FOUCAULT, 1972) o autor começa abordando o caso dos leprosários na Europa. O leproso era largado no leprosário para a morte, não havendo preocupação em relação a melhora desses doentes, o anseio social era o desaparecimento da doença e dos contaminados. Essa sempre foi a forma mais simples de lidar com o desconhecido ou com a vergonha de ter alguém doente na família: a exclusão social.

Peter Pál Pelbart, em sua obra intitulada “Da clausura do fora ao fora da clausura” (1989) aborda diferentes linhas sócio-históricas sobre a loucura que vai desde a antiguidade grega até as concepções modernas; começa por Sócrates e Platão quando faz a análise da variação histórica da loucura interligando a questão da alienação como saúde e/ou doença. Conforme o autor, para Platão haveria dois tipos de loucura (também chamada “mania” grega): a loucura humana, ligada às perturbações do espírito pelo desequilíbrio do corpo; e a loucura divina, que nos tira dos hábitos cotidianos, e que estaria associada a questões proféticas, poéticas e eróticas. Sobretudo no que se refere às modalidades de loucura divina, a loucura grega se aproxima da razão produzindo uma relação bastante diminuta entre sabedoria e delírio.

Ainda conforme o autor, na visão antiga da loucura, a palavra delirante não era relegada ao “não-ser”, isto é, não era desprezível em relação à razão (logos), e que em vista disso, a loucura e pensamento nem sempre foram excludentes ou antagonistas, pois havia uma “dimensão de saber” na “mania” grega que representava uma outra forma, aliás privilegiada, de acesso à verdade divina (PELBART, 1989, p. 40). Porém, o autor conclui a obra afirmando que nem sempre o que intitulamos de loucura indicou, apenas, doença.

Nos fins da Idade Média, adentrando o século XVI, o conceito de loucura começa a mudar, tornando-se divergente com o que se pensava na Grécia Antiga, iniciava-se nesse período, a ruptura entre razão e desrazão. Nesse momento, a loucura ainda circulava livremente, fazia parte da vida cotidiana, não havendo internamento. Vale salientar, contudo, que com o advento do Renascimento, a loucura não estava completamente identificada com a perda da razão, como razão, nem como legítima negatividade. Contrário disso, a loucura ao ser desmistificada, tirada de seu caráter sagrado, vem a

habitar o mundo humano, descobrindo um espaço que resplandeceu a literatura e as artes. A representação da loucura que foi introduzida no século XV buscava mais celebrá-la do que dominá-la. Em meio a isso, a loucura possuía prestígio, encerrando enigmas que exerciam poder de atração sobre os homens. Pois revelava um saber sobre as trevas e o fim do mundo, a loucura instaura-se como uma experiência trágica.

Ao longo do tempo, porém, a doença mental passa a ter outra conotação, sendo concebida como resultado de possessões por demônios, cujo tratamento dispensado exigia espancamentos, privação de alimentos, tortura generalizada e indiscriminada e aprisionamentos (HOLMES, 2001). Deste modo, com a criação dos hospitais, no século XVII, iniciou-se o enclausuramento daqueles sujeitos que divergiam das normas e condutas sociais. A internação dessas pessoas durante a transição para o Capitalismo, era uma medida de exclusão social, nos quais os loucos, marginais, ladrões e mendigos eram internados com vistas a sanar parte do problema de inflação populacional nas cidades (FOUCAULT, 2006).

A internação dos tidos como loucos em hospitais gerais, junto com todo público marginalizado socialmente, produziu um novo tipo de domínio – o silenciamento e a segregação desses sujeitos do convívio social. Esses primeiros “hospitais” foram na verdade, grandes hospedarias mistas que nada tinham a ver com cuidados médicos ou qualquer finalidade terapêutica. Os pacientes eram expostos a condições precárias, e a maioria dos pacientes não tinham o diagnóstico de doença mental (loucura). O caso é que esses espaços foram criados com a finalidade única de “livrar” a sociedade de sujeitos desajustados ou com comportamentos indesejáveis, cabendo a administração dos manicômios, realizar o que fosse necessário para disciplinar corpos e comportamentos.

3 DIREITOS HUMANOS, LOUCURA E CRIME: REALIDADE EXPOSTA

Direitos Humanos são os direitos fundamentais, estando neles inseridos os direitos à vida, à alimentação, à saúde, à moradia, à educação, trabalho, transporte, lazer, segurança e previdência social, além da proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, ao afeto e livre expressão da sexualidade. Em geral, eles são direitos inalienáveis de qualquer pessoa (sem distinção de cor, raça, sexo, religião, condição social, etc.), que ultrapassam as fronteiras territoriais do Estado no intuito de assegurar a todo e qualquer cidadão todos os meios necessários para a salvaguarda da vida humana e seus demais desdobramentos. A Constituição Federal de 1988 irá

garantir esses valores e princípios em todos os âmbitos da vida humana. Ao que se refere adentrando a seara da saúde, o art.º 196 da Constituição Federal vai dizer que é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Este artigo contém os três princípios básicos que orientam o sistema jurídico em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS): Universalidade, Integralidade e Equidade.

Na perspectiva da integralidade, as ações de saúde voltadas para a prevenção de doenças e seus agravos, controle e tratamento de doenças crônicas, atenção à saúde mental, atenção à saúde das mulheres presas na base de princípios que assegurem a eficácia das ações de promoção, prevenção e tratamento. O mesmo artigo impõe ao Estado o dever de assegurar, mediante políticas sociais e econômicas, o acesso universal e igualitário da população brasileira aos serviços públicos de promoção, proteção e recuperação da saúde, sejam os brasileiros contribuintes do sistema formal ou não. Diante deste dispositivo verificamos tanto um direito individual quanto um direito coletivo de proteção à saúde, um direito fundamental e um dever de prestação de saúde por parte do Estado.

Historicamente, a inserção das doenças mentais em uma legislação brasileira, aconteceu em 1830, com a criação do Código Criminal do Império. Neste sentido, o Art. 10 afirma que não se julgarão criminosos: 1º Os menores de quatorze anos; 2º Os loucos de todo o gênero, salvo se tiverem lúcidos intervalos, e neles cometerem o crime. 3º Os que cometerem crimes violentos por força, ou por medos irresistíveis. 4º Os que cometerem crimes casualmente no exercício, ou prática de qualquer ato lícito, feito com atenção ordinária. Já no art.º 12, o Código previa que "os loucos que tiverem cometido crimes, serão recolhidos às casas para eles destinadas, ou entregues às suas famílias, como ao Juiz parecer mais conveniente".

Em 1890 começaram a acontecer mudanças significativas quanto à situação penal dos doentes mentais e, apesar de manter a exclusão do ilícito penal, no que tange aos loucos, o novo Código Penal da República, estipula no artigo 27 que os absolutamente incapazes, seja por enfraquecimento senil ou imbecilidade nativa, não podem ser considerados criminosos, bem como aqueles que estiverem em estado de privação dos sentidos e de inteligência durante o ato do crime. Contudo, cabe salientar que não os isenta da responsabilidade civil.

O artigo 29 do Código Penal da República de 1890 apresenta uma novidade em relação às ordenações e códigos anteriores, em que

independentemente do perigo ou distúrbio da ordem social, os doentes mentais eram apenas jogados de volta às suas famílias. O artigo supracitado estabelecia que "os indivíduos isentos de culpabilidade em resultado da afecção mental serão entregues a suas famílias, ou recolhidos a hospitais de alienados, se o seu estado mental assim exigir para segurança do público" (sic). A internação será assim devida apenas se o doente apresentar algum tipo de perigo à segurança pública.

Na década de 1970 começou a discussão sobre a assistência psiquiátrica oferecida nos manicômios às pessoas em sofrimento mental. Naquele período, o país passava por um Regime de Ditadura Militar, quando diversos direitos humanos eram constantemente ignorados e desrespeitados. Em 1978 o Brasil dá origem ao debate sobre a Reforma Psiquiátrica com a força do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM) a partir de denúncias contra as violências em asilos e as péssimas condições de trabalho dentro dos manicômios (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2008). Foi neste contexto que surgiu o Movimento Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental, que, mais tarde, fundou o Movimento da Luta Antimanicomial, essencial para a Reforma Psiquiátrica.

Identificar a saúde mental no campo dos direitos humanos significa reconhecer que as pessoas em sofrimento mental possuem tais direitos, a partir do momento que são compreendidas como cidadãos. Deste modo, o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA) nasceu em dezembro de 1987, após a I Conferência Nacional de Saúde Mental (junho/1987), no II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, realizado em Bauru - SP, com o lema "Por uma sociedade sem manicômios", que exigia que os hospitais psiquiátricos fossem substituídos por outras formas de tratamento, capazes de garantir a dignidade e a liberdade das pessoas em sofrimento mental, com base nos seus direitos (AMARANTE, 1997, 1998).

Em consequência a Luta Antimanicomial que ocorreu em 1989, nasce o Projeto de Lei nº 3657, proposto pelo Deputado Federal Paulo Delgado, que previa a extinção progressiva dos manicômios, sendo substituídos por outros recursos assistenciais. O projeto mencionado se ancorou na Lei Italiana de 1978, que de acordo com Goulart (2006), objetivou "[...] o fim dos manicômios, entendidos aqui como metáfora a todas as práticas de discriminação e segregação daqueles que venham a ser identificados como doentes mentais [...]". Destarte, o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial passou a buscar estratégias para a reconstrução da relação da sociedade com os doentes mentais, tentando sobretudo, superar os estigmas e o preconceito. Nesse passo, o movimento levantou ainda a necessidade de

uma reforma psiquiátrica no país que garantisse os direitos humanos das pessoas em sofrimento mental.

O modelo de assistência a esse público só foi alterado efetivamente em 2001, com a criação da Lei 10.216, conhecida como Lei Nacional da Reforma Psiquiátrica. Tal dispositivo dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e dá um novo sentido no modelo assistencial em saúde mental, direcionando mudanças aos pacientes psiquiátricos, tanto no que diz respeito ao tratamento quanto às concepções de loucura compartilhadas pela sociedade.

4 O PAPEL DOS ARQUIVOS NA GARANTIA DOS DIREITOS E NA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

A definição de justiça social foi desenvolvida ainda no século XIX alicerçada em princípios morais e políticos, fundamentada na igualdade e solidariedade, a partir da justiça legal, cujo objeto é o bem comum. Nesse sentido, Tognoli e Rocha (2021) afirmam que o termo justiça social foi usado pela primeira vez em 1840 pelo jesuíta italiano Louis Taparelli d’Azeglio para expressar a ideia de “justiça entre homem e homem” (BARZOTTO, 2003). A partir dessas definições é possível perceber que a perspectiva, nesse período, estava associada à busca de um equilíbrio social, de modo que todos na sociedade tenham os mesmos direitos. Assim, a justiça social nasce como um mecanismo que, em tese, seria capaz de assegurar as liberdades políticas e os direitos básicos e oportunidades sociais.

Ao longo dos anos essa temática foi ganhando novos desdobramentos e servindo como pauta relevante em várias áreas do conhecimento. Na Arquivologia, percebe-se cada vez mais os estudos voltados para o papel dos arquivos na garantia dos direitos humanos e na promoção da justiça social. Essa vertente leva a área a perceber que o papel do arquivista deve perpassar as condutas tecnicistas de organização e ampliar a necessidade de promoção e ações culturais a partir dos acervos. A finalidade do arquivo é o acesso à informação, por isso, não podemos pensar as políticas arquivísticas sem esse imperativo. Aquiescendo dessa vertente Barros e Amélia (2009, p. 57) asseguram: “A função básica do arquivo é tornar disponíveis as informações que estão sob sua guarda [...]”. A partir dessa reflexão, os arquivistas devem compreender a importância da sua atuação e de sua responsabilidade social.

Esclarecendo um pouco mais sobre a responsabilidade social dos arquivistas, Tognoli e Rocha (2021, p. 5) esclarecem que é função desse profissional “promover e manter a justiça social, apoiar iniciativas, assumir posições políticas e criar possibilidades de garantias de direito e acesso.” Essas

premissas podem ser alcançadas de diversas formas, para tanto, destacamos aqui a possibilidade de os arquivistas darem voz às minorias que precisam ser ouvidas, pois conforme destaca Novaes (1992): a nossa história foi construída no esquecimento. Por muitos anos, foi contada a partir das classes sociais mais altas e pelas pessoas de prestígio, porém, os arquivos existem para expor a história daqueles que foram silenciados e marginalizados.

Recuperando a questão da justiça social nos arquivos, Duff et. Al (2013) traz reflexões relevantes ao debate:

[...] a noção de justiça social não se aplica apenas às desigualdades econômicas, mas também às estruturas de não-reconhecimento e marginalização; as manifestações e impactos da justiça social não são binários (ausente-presente) mas complexos e multidimensionais e, para nosso propósito, mudam o tempo todo; os impactos da justiça social nos arquivos podem atingir diferentes resultados para diferentes grupos e esses resultados podem ser positivos e negativos (um dos aspectos mais potentes do conteúdo dos arquivos é sua utilidade ou potencialidade de impactar na justiça social); a justiça social exibe um impacto tanto individual quanto coletivo e isso pode ser estudado sobre múltiplos níveis sociais (macro, médio e micro). (DUFF, et. al, 2013, p. 340)

Deste modo, é imprescindível a ressignificação da importância dos documentos, contidos nos Arquivos, enquanto elementos na promoção da justiça social e na construção da memória. Outrossim, reafirmamos ainda o papel do arquivista em fomentar a justiça social através dos arquivos, e promover a democratização da informação e a inclusão de indivíduos e comunidades marginalizadas.

5 DIREITO À MEMÓRIA: O CASO DO PROJETO DE EXTENSÃO DCI/UFPB

O projeto de extensão intitulado “Direito à memória: tratamento documental do acervo da Penitenciária de Psiquiatria Forense da Paraíba” faz parte do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) da Universidade Federal da Paraíba e, nesse caso, vinculado ao Curso de Arquivologia e ao Departamento de Ciência da Informação. O projeto visa realizar o tratamento documental, preservação e a restauração do livro de registro (prontuários e histórico) dos primeiros cinquenta (50) internos/usuários da Penitenciária de Psiquiatria Forense da Paraíba, da década de 40. Os documentos apresentam informações relevantes sobre o perfil desses sujeitos, tratamento, antecedentes, entre outros. A disseminação dessas informações irá contribuir para a

ressignificação da memória social, mas sobretudo, com a desconstrução de estigmas e esquecimentos no qual os doentes mentais foram submetidos ao longo dos anos.

Em outros termos, os documentos estudados fornecem informações relevantes para a compreensão do contexto social da época vislumbrando os diversos tipos de violência às quais os pacientes eram submetidos, visto que a loucura era uma questão extremamente subjetiva e arreigada de preconceito. Tornar as informações do livro disponíveis para a consulta e pesquisa, é uma forma de lutar contra o esquecimento no qual esses pacientes foram submetidos. Um livro riquíssimo em informações e marcas de proveniência que precisam ser tratadas, preservadas e disseminadas para servir de consulta e pesquisa para a sociedade, principalmente para pesquisadores na área de Direito, Sociologia, Antropologia, História e Medicina.

É notório o extenso viés de interdisciplinaridade do projeto, uma vez que trabalha com documentos que possuem informações relevantes para a área de saúde, direito (especialmente direitos humanos e criminal), história, antropologia, psiquiatria, sociologia entre outros. Deste modo, considerando a forte interdisciplinaridade, discentes de outros cursos de graduação demonstraram interesse em integrar-se ao projeto, enriquecendo os diálogos e o desenvolvimento das atividades que foram e estão que sendo elaboradas, considerando as teorias e práticas arquivísticas que são articuladas com áreas de conhecimentos transversais que interagem diretamente com os objetivos propostos.

Posto isto, o projeto tem grande envergadura social, pois possibilita a preservação da memória de uma instituição de grande relevância para a Justiça estadual e para a sociedade paraibana. Ademais, o projeto possui grande relevância na formação dos discentes, uma vez que possibilita a relação da teoria e prática em atividades que envolvem as funções arquivísticas, indo desde a dimensão social do direito ao acesso à informação e à memória, até a dimensão técnica com a execução das práticas arquivísticas que serão realizadas na série documental em questão. O ambiente virtual tornou possível a execução das atividades de extensão, bem como o desenvolvimento das habilidades e competências de cada integrante do projeto. Outrossim, possibilitou crescimento acadêmico, profissional e o amadurecimento da extensionista enquanto cidadã, uma vez que o projeto nos faz problematizar acerca do nosso papel social. Para mais, à presente extensão nos fez refletir sobre o potencial dos acervos arquivísticos para a ressignificação da memória social, contudo, estes devem ser identificados, tratados, organizados e disseminados para que

haja efetivamente possibilidade de fornecer justiça social àqueles sujeitos que por tanto tempo foram esquecidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme destaca Barros e Amélia (2009) o arquivo é fundamental para a atualização do que está dito, nesse sentido, para que a população silenciada e marginalizada tenha voz, é preciso disponibilizar os acervos desse público. Nesse sentido, o projeto aqui descrito teve por objetivo ampliar as discussões sobre o sofrimento mental, mas sobretudo, contribuir na reflexão sobre a potencialidade dos arquivos na ressignificação da memória, a partir da disseminação informacional.

Precisamos lutar contra o silenciamento e esquecimento no qual esses sujeitos foram acometidos, e sobretudo, promover a dignidade e os direitos fundamentais instituídos na Constituição Federal. O preconceito é o lugar do desconhecimento, por isso, precisamos ampliar o debate em torno da temática, e principalmente, difundir a potencialidade dos arquivos na promoção da justiça social, cidadania e direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Loucura, Cultura e Subjetividade: Conceitos e Estratégias, Percursos e Atores da Reforma Psiquiátrica Brasileira. In: FLEURY, Sonia (Org.). **Saúde e democracia: a luta do CEBES**. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p. 163-185.

_____. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

BARROS, Dirlene Santos. AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**: Campinas, v.21, n.1, pp.55-61, 2009.

BARRETO, Afonso Henrique de Lima. **Diário do Hospício: o cemitério dos vivos**. Afonso H. de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, divisão de editoração, 1993.

BARZOTTO, Luís Fernando. Justiça social: gênese, estrutura e aplicação de um conceito. **Revista Jurídica da Presidência**, [S.l.], v. 5, n. 48, s.p., 2003. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/747/73> 8. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAPONI, Sandra. Michel Foucault e a persistência do poder psiquiátrico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.1, 2009, p.95-103.

BRASIL. **Código Penal dos Estados Unidos do Brasil**, 1890. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. RJ; Graal, 1983.

DUFF, Wendy. M. et al. Social justice impact of archives: a preliminary investigation. **Archival Science**, [S.l.], v. 13, n. 4, p.317-348, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10502-012-9198-x>. Acesso em: 17 jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la folie à l'âge classique**. Paris: Gallimard, 1972.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. – 7. ed. – São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

_____. **Microfísica do poder**. 22. ed. São Paulo: Graal, 2006.

GOULART, Maria Stella Brandão. A construção da mudança nas instituições sociais: a reforma psiquiátrica. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v.1, n.1, São João Del-Rei, jun. 2006.

HOLMES, David. **Psicologia dos transtornos mentais**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

JACOBINA, Paulo Vasconcelos. **Saúde mental e direito**: Um diálogo sobre reforma psiquiátrica e sistema penal. 2003.

MINTEGUI, Evelin Mello; GALLO, Carlos Artur; KARPINSKI, Cezar. A relação entre as políticas públicas de avaliação de documentos e de memória no Brasil e no Uruguai. **Em Questão (UFRGS)**, v. 26, n. 2, maio/ago. 2020 , p.334, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/92144>. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

NOVAES, A. (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PASSOS, Izabel Christina Friche; BEATO, Mônica Soares da Fonseca. **Concepções e práticas sociais em torno da loucura: alcance e atualidade da História da Loucura de Foucault para investigações etnográficas**. Psychê, São Paulo, v. VII, n.12, p.137 – 158, dez 2003.

PELBART, Peter Pál. **Da clausura do fora ao fora da clausura**: loucura e desrazão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. ROCHA, Gustavo Maçulo de Queiróz. A Justiça Social na Arquivologia: uma revisão de literatura. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 31, n. 63, p. 01-23 jul/dez. 2021.

ZAMBENEDETTI, Gustavo.; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. A noção de rede nas reformas sanitária e psiquiátrica no Brasil. **Psicologia em Revista**, v.14, n.1, Belo Horizonte, 2008, p.131-150.

PARTE XVIII

**ARQUIVOS,
MOVIMENTOS SOCIAIS
E NOVOS SUJEITOS:
PROCESSOS,
PRÁTICAS
E ATORES**

A APROPRIAÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO COMO UMA ESTRATÉGIA PARA SUA PRESERVAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A PARTIR DO CASO DO ARQUIVO DONA OROZINA VIEIRA (ADOV), DO MUSEU DA MARÉ

**Bruno Ferreira Leite (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro),
Maria Thereza Sotomayor (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)**

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultante de pesquisa institucional cadastrada e em desenvolvimento no âmbito do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Tem como tema a preservação de documentos arquivísticos, com foco no estudo da relevância da apropriação social do patrimônio para sua respectiva proteção. É norteadada pela seguinte questão problema: qual a relevância e o impacto da apropriação social do patrimônio arquivístico coletivo no âmbito de sua preservação? Com vistas a responder esta pergunta, tivemos como objetivo principal para o presente estudo refletir sobre o processo de apropriação social do patrimônio arquivístico, sua importância no âmbito da preservação e as transformações sociais imbricadas neste processo. O que nos levou a optar por ter o Arquivo

Dona Orozina Vieira (ADOV), custodiado no Museu da Maré, como objeto de estudo. Isso porque este arquivo, além de contribuir para as (re)construções da memória coletiva (HALBWACHS, 2006) da comunidade, é reconhecido pelos colaboradores do museu que entrevistamos como o seu coração, já que a trajetória dos moradores, e mesmo as transformações geográficas na região, estão registradas no ADOV (OLIVEIRA, 2019).

Nossa pesquisa continua sendo desenvolvida e conta com uma abordagem metodológica de caráter qualitativo para coleta, organização e análise de dados para subsidiar nossas discussões. Seu desenvolvimento ocorre por meio de revisão de literatura (NORONHA; FERREIRA, 2000) com base em trabalhos sobre preservação, memória, identidade, narrativas marginalizadas e suas relações com o arquivo, bem como através de entrevistas realizadas com a atual coordenadora do Museu da Maré e duas integrantes da equipe do ADOV. Até o momento tivemos como principais referências para a pesquisa os trabalhos de Michael Pollak (1992), Cláudia Rose Ribeiro da Silva (2006, 2021), Andrew Flinn (2007), Manuel Ferreira Lima Filho (2015) e Thamires Ribeiro de Oliveira (2019, 2021). Esses trabalhos foram fundamentais para articularmos as dimensões políticas, técnicas e sociais ligadas ao tema da preservação.

A partir da observação sobre a trajetória da comunidade da Maré, é possível perceber que há uma cultura de mobilização social que também propiciou um engajamento social em torno do museu, que vem sendo construído por e para os moradores, de modo que eles se percebam representados pelo seu acervo (incluindo o ADOV, lá custodiado). Buscamos, portanto, e a partir de resultados parciais, perceber as relações de integrantes da comunidade com tal espaço, como contribuem e atuam nele e, do ponto de vista técnico, como moradores-usuários podem ser percebidos como agentes de preservação do acervo do Museu da Maré e, mais especificamente, do ADOV.

2 O ARQUIVO DONA OROZINA E O MUSEU DA MARÉ

Antes de apresentarmos nossas considerações acerca da relação comunidade e ADOV, entendemos pertinente situar a personagem que dá nome a ele: Dona Orozina Vieira. Foi uma moradora do Morro do Timbau, primeiro morro a constituir o complexo da Maré. Dona Orozina faz parte de uma narrativa acerca da fundação da comunidade, dado o fato de que ela é considerada, de acordo com nossas fontes, como a primeira pessoa a construir um barraco na Maré.

Tamanha é a aderência desta narrativa para o contexto que pesquisamos que o ADOV é considerado por nossas entrevistadas Thamires

Ribeiro de Oliveira (2021) e Cláudia Rose Ribeiro da Silva (2021) como o coração do Museu da Maré. Silva assim nos transmite a história de Dona Orozina:

Autor do trabalho sobre a história da Maré, Antônio Carlos Pinto Vieira - um dos fundadores do CEASM -, afirma que a “comunidade” mais antiga da região é o Morro do Timbau e confere a sua “primeira” moradora o papel de fundadora do bairro. Dona Orozina, mulher negra, migrante e viúva, teria sido a primeira pessoa a construir um barraco na parte alta e vazia do morro, dando início ao processo de ocupação da Maré, na década de 1940. (SILVA, 2006, p. 29)

Neste sentido, nome e conteúdo do arquivo trazem consigo um elemento notavelmente simbólico, denotando a relação entre a fundação desta comunidade e sua história, como se fossem ambos nutrientes para narrativas próprias (produzidas pela comunidade) que fornecem estrutura e sustentação tanto à ideia de comunidade para a Maré quanto, e talvez principalmente, para o Museu da Maré.

No ADOV há o conjunto de fichas cadastrais de Moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda, que acabou se tornando objeto de estudo do trabalho de conclusão de curso da pesquisadora Thamires Ribeiro, pela sua importância histórica para a população da Maré, visto que nelas é possível rastrear as condições de chegada dos moradores mais antigos da região, o que acaba conferindo um potencial de identificação para muitos moradores, que vendo as informações de seus antepassados podem se sentir pertencentes àquele espaço.

Figura 1 - Dona Orozina Vieira



Fonte: Oliveira (2019, p. 21).

Mulher negra e nordestina, essa é a imagem e símbolo do arquivo, que traz consigo um papel social bem claro, que é o de dar um sentido de pertencimento e orgulho aos membros da comunidade a partir de um trabalho de preservação e de memória. Podemos observar que o nascimento do Museu da Maré teve suas origens associadas ao surgimento da TV Maré “com um grupo de moradores que realizavam **registros fotográficos** do lugar e **coletaram depoimentos** dos habitantes da região com câmera VHS” (OLIVEIRA, 2019, p. 20, grifo nosso). Percebemos, portanto, a produção de registros associando o testemunho dos moradores a (imagens de) sua comunidade.

Outro aspecto a ser destacado é que, já no final dos anos de 1990, foi criado o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), que promoveu o primeiro vestibular comunitário da Maré, agregando mais um elemento relevante para a criação desse arquivo e do museu: a educação. Promoveu também a criação da Rede Memória da Maré (RMM), responsável por vários projetos de memória para a comunidade e que a partir do resultado de pesquisas do projeto foi constituindo o arquivo, rebatizado em 2002 para o nome de Dona Orozina Vieira.

Em 2003 foi criada a Casa de Cultura da Maré (CCM) e em 2006 tanto esse último quanto o RMM foram absorvidos pelo Museu da Maré (OLIVEIRA, 2019). Portanto, o museu possui em sua trajetória a marca da inclusão social, da compreensão da dimensão política da memória e da importância da educação no processo de preservação, porque além de ter em sua gênese projetos educacionais, o Museu continua trabalhando com educação patrimonial a partir de estágios para jovens de ensino médio que de alguma maneira alcançam também esse público a partir da experiência num museu comunitário. O museu e o arquivo se tornam, assim, entes e representantes vivos dessa comunidade.

3 DIVULGAR PARA PRESERVAR: UM PROCESSO DE REAPROPRIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PRÓPRIA HISTÓRIA

Por muitos séculos a preservação de documentos e objetos esteve associada a uma ideia de evitar o acesso. Evidentemente, o manuseio excessivo e/ou equivocado, leva a uma deterioração mais acelerada, contudo, é preciso questionar se faz sentido que se preserve algo sem que o seu destino seja justamente o contato com as pessoas. Mais do que o contato físico, a identificação com esse objeto a ser preservado é relevante para querê-lo protegido. Mas como se identificar com acervos se o cidadão não se sente representado nele ou por ele? Se só encontramos neles a história de “grandes

nomes” da história oficial, distantes do “cidadão comum”, muitas vezes representantes de uma opressão estrutural, como haver alguma conexão entre as pessoas e esses acervos? Se os monumentos, documentos, nomes de ruas e praças, enfim, muitos lugares de memória (NORA, 1993) representam figuras que além de não terem nada a ver com a minha história e dos meus ancestrais, ainda trazem consigo um rastro de violência e de dor contra povos dos quais faço parte, não conseguiria encontrar qualquer vínculo com eles e, portanto, não seria capaz de ser um agente de preservação capaz de lutar por esses espaços.

Essa é, para nós, a grande virada de um arquivo comunitário como o que está custodiado no Museu da Maré: a partir da interação de pessoas que residem no bairro da Maré temos a gênese do ADOV e do Museu. Por valorizarem tais espaços para eles mesmos, atuam na direção de sua produção e preservação; da compreensão da dimensão política desses espaços e de como eles podem promover impactos em suas vidas (materiais e/ou simbólicos). Para subsidiar tal perspectiva, utilizamos o conceito “cidadania patrimonial” (FILHO, 2015) para pensar as relações que são estabelecidas entre esse espaço e seus atores:

[...] considero como cidadania patrimonial a capacidade operativa dotada de alto poder de elasticidade de ação social por parte de grupos sociais e étnicos, em suas dimensões coletivas ou individualizadas de construir estratégias de interação (de adesão à resistência/negação) com as políticas patrimoniais tanto no âmbito internacional, nacional ou local, a fim de marcar preponderadamente um campo constitutivo identitário, pelo alinhamento dos iguais ou pela radicalidade da diferença. (FILHO, 2015, p. 139)

Em sua história de formação, o hoje bairro Maré, foi sendo construído aos poucos, com várias “micro comunidades” surgindo em épocas diferentes. Isso pode contribuir para uma maior dificuldade de criação de uma identidade comunitária comum, visto que são muitas comunidades dentro de uma só. Contudo, diante de ameaças externas e do estigma associado ao morador de favela, a utilização dessa estratégia de interação com as políticas patrimoniais disponíveis foi ferramenta para a constituição de um senso de identidade, de coletividade e de valorização de uma narrativa própria e representativa da diversidade da comunidade. Mais do que isso, esse é um espaço de luta contra estigmas e violências reais e simbólicas.

Qual seria o lugar do subalterno na representação do patrimônio brasileiro, aquele que não se encaixa na excepcionalidade ou na relevância/ representatividade do patrimônio? O reverso do patrimônio tem lugar na cidadania

patrimonial, potencializando a cidadania insurgente. (FILHO, 2015, p. 140)

Assim, o Museu da Maré atua como este espaço em que a cidadania patrimonial funciona como potencializador dessa cidadania insurgente de uma comunidade que aos poucos se apropria da sua história e pode se orgulhar de quem são e de onde vem. Outro conceito que nos parece chave para nosso estudo é o de “arquivos comunitários”. Percebemos que ele pode colaborar para continuarmos nossas reflexões sobre a relevância da apropriação e valorização dos acervos pelos usuários. Este, neste sentido, ao se perceberem representados nos acervos, tornam-se potenciais agentes de divulgação e preservação dos acervos e, por conseguinte, de sua própria história.

Ressaltando a complexidade de se definir o termo “comunidade” e dos limites que qualquer definição possui, Andrew Flinn nos propõe a seguinte noção para “arquivos comunitários”:

Histórias comunitárias ou arquivos comunitários são as atividades de documentação, registro e exploração do patrimônio comunitário em que a participação, controle e propriedade comunitária do projeto é essencial. Esta atividade pode ou não acontecer em associação com organizações formais do patrimônio, mas o ímpeto e a direção devem vir do interior da própria comunidade. (FLINN, 2007, p. 153, tradução nossa)²⁹²

Esta definição poderá colaborar não só para compreendermos o ADOV como um arquivo comunitário, mas para analisá-lo como um arquivo com características muito particulares de produção, acúmulo, gestão, preservação, acesso e difusão. Características essas não previstas na literatura clássica da área, geralmente voltada às categorias/conceitos de arquivos institucionais e pessoais.

Em resumo, entendemos que os conceitos de cidadania patrimonial e de arquivos comunitários são ferramentas importantes para compreendermos as relações do ADOV que proporcionam sua apropriação e valorização de parte da comunidade da Maré. Isso nos permite, portanto, perceber como a preservação pode ser um dos produtos e motores destas relações de valorização de uma história comum, com um arquivo que a represente.

²⁹² No original: “Community histories or community archives are the grassroots activities of documenting, recording and exploring community heritage in which community participation, control and ownership of the project is essential. This activity might or might not happen in association with formal heritage organizations but the impetus and direction should come from within the community itself.”

Ao entrevistarmos a atual coordenadora do Museu da Maré, Cláudia Rose Ribeiro da Silva, ela nos evidencia o papel do Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV) não como um simples lugar de guarda, mas como um espaço de pesquisa, de acesso a essa história que não estava registrada antes. Sobre a preservação do ADOV, ela nos diz: “[...] a preservação não está no guardar esse material, esse acervo, mas sim divulgar.” (SILVA, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como algumas considerações resultantes da pesquisa podemos afirmar que a memória pode ser um instrumento de poder e tanto tem a capacidade de manter a coesão dentro de um grupo (HALBWACHS, 2006), como também pode servir de meio de coerção sobre determinados grupos (POLLAK, 1989), o que depende radicalmente do lugar de onde ela é (re)construída. Quando imposta por determinados grupos dominantes, ela pode ser redutora e criar silenciamentos, visto que se os grupos não se veem representados por uma narrativa, se sentem excluídos dela.

Já quando ela é partilhada e elaborada a partir das experiências em comum, com participação ativa dos atores na manutenção dessas memórias, que influenciam em suas histórias (e na história), elas são capazes de trazer à consciência desses grupos o poder que eles possuem com suas trajetórias e sua ancestralidade, gerando força para as mais diversas lutas. É isto o que percebemos acontecer com o Museu da Maré e, em particular, com o ADOV, que tem o apoio e a contribuição de moradores da comunidade, que veem nesse espaço, um local de resistência, onde são capazes de se conectar com o acervo e ver nele a si mesmos e aqueles que os cercam. Em outras palavras, tais relações, construídas por interesses mútuos, promovem o que chamamos de apropriação social deste acervo, principalmente por parte da comunidade da Maré que o abraça por valorizá-lo, por valorizarem suas histórias representadas ali. História construída e representada coletivamente, pelos próprios agentes dela. Relações e ações que nos permitem perceber caminhos possíveis para que usuários e usuáries em potencial dos arquivos e acervos em geral sejam pensados não apenas como potenciais fontes de risco de degradação, mas “convidados” a serem agentes de preservação do patrimônio que os representam.

Aqui chegamos com considerações e resultados parciais, na expectativa de aprofundar nossos estudos e observações com vistas a conhecer mais com o que não é lugar comum na Arquivologia para, principalmente, aprender possibilidades não previstas (ou não “canônicas”) na nossa literatura sobre preservação, acesso e difusão dos nossos acervos arquivísticos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos enormemente a equipe que colabora com a realização desta pesquisa: a bolsista de Iniciação Científica Anna Chipocco, as discentes voluntárias Juliana Batel e Luciana Araújo e a pesquisadora Kalila Bassaneti.

Agradecemos também as valiosas entrevistas concedidas, que muito nos servirão para estágios mais amadurecidos da pesquisa: a funcionária do ADOV Marli Damasceno, a funcionária e Conservadora-Restauradora do ADOV Thamires Oliveira e a coordenadora do Museu da Maré Cláudia Rose.

Agradecemos, por fim, à Reparq e ao ST 13 – Arquivos, movimentos sociais e novos sujeitos: processos, práticas e atores – por acolher esta temática de relevância para a valorização e proteção das nossas histórias, memórias e acervos.

REFERÊNCIAS

FLINN, Andrew. 2007. Community Histories, Community Archives: Some Opportunities and Challenges. In: **Journal of the Society of Archivists**. Vol. 28, No. 2, October 2007, 151 – 176

FILHO, Manuel Ferreira Lima. Cidadania Patrimonial. In: **revista ANTHROPOLOGICAS**. Ano 19, 26(2):134-155, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, dez, 1993.

NORONHA, Dayse Pires, FERREIRA, Sueli Mara S.P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos, CENDÓN, Beatriz Valadares, KREMER, Jeanette Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Cap. 14, p. 191-198.

OLIVEIRA, Thamires Ribeiro de. **Conservação e memória**: o conjunto de fichas cadastrais de moradores do Centro de Habitação Provisória Nova Holanda do Museu da Maré. 2019. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Conservação e Restauração) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, Thamires Ribeiro de. Entrevista [Jun. 2021]. Entrevistadores: Anna Carolina A. Chipoco; Bruno Ferreira Leite; Kalila de Oliveira Bassanetti; Maria Thereza Sotomayor. Rio de Janeiro, 2021 (72 min.)

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. **Maré:** a invenção de um bairro. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. Entrevista [Ago. 2021]. Entrevistadores: Anna Carolina A. Chipoco; Bruno Ferreira Leite; Kalila de Oliveira Bassanetti; Maria Thereza Sotomayor. Rio de Janeiro, 2021 (74 min.)

DIREITO À MEMÓRIA: O ARQUIVO COMUNITÁRIO DONA OROZINA VIEIRA

Thamires Ribeiro de Oliveira (Museu da Maré),
Ana Luce Girão Soares de Lima (Fundação Oswaldo Cruz)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida por mim e orientada pela Profa. Ana Luce Girão, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT), da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. O objetivo principal da presente pesquisa é elaborar um instrumento que permita conhecer, preservar e dar acesso ao Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV) do Museu da Maré (MM). Trata-se de um conjunto de documentos gerados majoritariamente antes da criação do próprio museu constituído por diversos tipos documentais de distintas procedências. Nele encontram-se livros, trabalhos acadêmicos, jornais, fotografias, negativos, slides, mapas, plantas, materiais audiovisuais, documentos nato-digitais relativos aos eventos do Museu da Maré, além de documentos pessoais doados por moradores. Tem, portanto, exemplares múltiplos e únicos de origens variadas, sob a forma de originais e cópias.

A presente comunicação é fruto da primeira etapa da pesquisa. A partir da compreensão do histórico do ADOV e em articulação com as mais recentes teorias e conceitos do campo arquivístico, foi possível inserir o ADOV na categoria de arquivos comunitários. Segundo Flinn (2007):

Histórias comunitárias ou arquivos comunitários são as atividades de base de documentação, registro e exploração

do patrimônio comunitário nas quais a participação, o controle e a propriedade do projeto pela comunidade são essenciais. Esta atividade pode ou não acontecer em associação com organizações formais do patrimônio, mas o impulso e a direção devem vir de dentro da própria comunidade. (FLINN, 2007, p. 153, tradução nossa)²⁹³

Flinn, Stevens e Shepherd (2009, p.73), indicam que “[...] a característica que define os arquivos comunitários é a participação ativa de uma comunidade em documentar e tornar acessível a história de seu grupo específico e/ou a localidade em seus próprios termos”²⁹⁴.

O que podemos constatar a partir das definições anteriormente citadas sobre os “arquivos comunitários” é que elas são amplas, capazes de abarcar um conjunto diverso de iniciativas, tanto quanto os modos pelos quais elas desempenham suas atividades.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Histórico

O ADOV está localizado na Maré, região na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, instituída como bairro pela Lei Municipal nº2.119 de 19 de janeiro de 1994, composta por 16 comunidades, onde de acordo com dados do Instituto Pereira Passos (IPP), residia uma população de 129.770 mil pessoas (Censo de 2010)²⁹⁵. Território periférico, localizado às margens da Baía de Guanabara e posicionado entre a Linha Vermelha, a Linha Amarela e a Avenida Brasil, importantes vias de circulação da cidade.

O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) é a instituição gestora do MM, fundado no dia 15 de agosto de 1997, por um grupo de moradores e ex-moradores do local que, tendo chegado à universidade e militando no movimento social, se reuniram para desenvolver um trabalho sistemático de intervenção em sua realidade local, através de projetos vinculados à educação e à cultura (SILVA, 2006). Cientes de sua posição de

²⁹³ No texto original: *Community histories or community archives are the grassroots activities of documenting, recording and exploring community heritage in which community participation, control and ownership of the project is essential. This activity might or might not happen in association with formal heritage organisations but the impetus and direction should come from within the community itself.*

²⁹⁴ No texto original: *[...] the defining characteristic of community archives is the active participation of a community in documenting and making accessible the history of their particular group and/or locality on their own terms.*

²⁹⁵ Fonte IPP:

<<https://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=9843cc37b0544b55bd5625e96411b0ee>> Último acesso em: 18/11/2020

exceção e de suas demandas de transpor a realidade “[...] a entidade foi constituída com o objetivo de ampliar as possibilidades de exercício da cidadania, por parte dos moradores locais, em particular as crianças e os jovens” (CEASM, 2003, p. 8).

Em seu início, a instituição trabalhava a partir do uso da metodologia de criação de redes socio pedagógicas²⁹⁶, com o intuito de articular grupos sociais comprometidos com o exercício da cidadania por parte dos moradores, além de colaborar na concepção de políticas públicas que melhorassem qualitativamente a vida dos moradores da cidade (SILVA, 2006). Desse modo, a ONG possuía diversos projetos organizados em três redes: educação, comunicação e cultura.

Pertencente à Rede Cultura, um desses projetos era a Rede Memória²⁹⁷, que tinha por objetivo “*preservar a história local e contribuir para a criação de uma identidade coletiva dos moradores*” (SILVA, 2006, p. 152).

O ADOV foi inaugurado pela Rede Memória no dia 27 de abril de 2002, com a finalidade de abrigar distintas fontes sobre a história da Maré. O nome Orozina Vieira foi dado em homenagem a uma das primeiras moradoras do Morro do Timbau (comunidade mais antiga da região), tida como mito fundador. Mulher negra que veio de Ubá, Minas Gerais, na década de 1940, foi rezadeira, benzeadeira e parteira.

Posteriormente, o CEASM estabeleceu uma parceria com a empresa Terminal 1 de Transporte Marítimo, o que permitiu a abertura de um novo núcleo no Morro do Timbau. Nomeado como Casa de Cultura da Maré, este espaço era voltado para os projetos culturais exercidos pela ONG.

O CEASM participou do primeiro edital do Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura do Ministério da Cultura. Em 2004, ele foi selecionado com o projeto intitulado “Museu da Maré”. Pouco tempo depois, em 2005, com fundos provenientes do programa e o suporte técnico do então Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), teve início a construção do museu, que foi inaugurado no ano seguinte.

A Rede Memória, que funcionava no CEASM, foi transferida para o espaço da Casa de Cultura, juntamente com o ADOV. Em pouco tempo, as

²⁹⁶ A rede sócio-pedagógica proposta pelo CEASM buscava funcionar como um *nó* de uma *rede* que articulava grupos sociais locais comprometidos com a melhoria da qualidade de vida de seus moradores, de maneira plena (CEASM, 2003).

²⁹⁷ O trabalho da Rede Memória, do qual o ADOV é fruto, obteve reconhecimento nacional no ano de 2005, por receber o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, oferecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tal premiação é concedida a pessoas ou instituições que desenvolvem ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro. O IPHAN selecionou sete iniciativas em todo o Brasil, tendo sido a Rede Memória premiada na categoria de *salvaguarda de bens de natureza imaterial*.

peessoas passaram a se referir a esse espaço como museu e, em menos de um ano, a Casa de Cultura e a Rede Memória “desapareceram”, dando lugar ao Museu da Maré com sua exposição de longa duração, seus projetos e o ADOV.

2.2 Acervo

Parte do material audiovisual vem sendo produzido desde os anos 80, sendo que alguns deles são entrevistas com moradores da Maré. Novas entrevistas têm sido realizadas com objetivo não só de produzir fontes sobre a história da Maré, mas atualizar os temas em discussão sobre o cotidiano da favela. Os trabalhos acadêmicos foram produzidos por moradores universitários e por pesquisadores externos ao bairro da Maré, que focalizam vários aspectos da realidade local. O acervo bibliográfico tem como foco a história e urbanização da cidade do Rio de Janeiro, a formação das favelas e a história da Maré. Referente aos documentos iconográficos Oliveira declara (2003):

O acervo de fotografias do ADOV ainda é predominantemente constituído por documentos de acervos públicos, instituições e pesquisadores de fora da Maré. As primeiras imagens foram aquelas obtidas nas pesquisas realizadas pela equipe da TV Maré: são fotos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), pertencentes à coleção Augusto Malta; do Arquivo Nacional, a maioria delas do fundo Correio da Manhã; da Casa de Oswaldo Cruz; do arquivo da Caixa Econômica Federal; e fotos tiradas pelos pesquisadores Anthony Leeds - antropólogo que estudou a Maré na década de 60 – e João Mendes, fotógrafo do Projeto-Rio. Antônio Carlos conta que também recolheu algumas fotos que estavam se deteriorando na Associação de Moradores do Timbau na época em que a presidiu (OLIVEIRA, 2003, p. 75).

O fato de parte de seu acervo iconográfico ser composto por cópias de outros documentos pertencentes a outras instituições arquivísticas do Rio de Janeiro, demonstra que a originalidade reside não nos documentos, mas no recorte estabelecido e no número de material colhido (Chagas e Abreu, 2007).

Todos estes documentos encontram-se abertos à consulta. Até o presente momento, o público que acessa este acervo tem sido majoritariamente composto por moradores da região, professores e alunos das escolas públicas e privadas e de pesquisadores em geral.

2.3 O ADOV como um arquivo comunitário

Nas últimas décadas, com o advento de avanços tecnológicos e informacionais e da abertura de debates sobre a ausência ou o baixo número de determinados grupos marginalizados em espaços de poder, teóricos e pesquisadores da Arquivologia passaram a refletir sobre conceitos, métodos e práticas arquivísticas tradicionalmente empregados.

Na primeira década de 2000, o reconhecimento da atividade de arquivamento comunitário desenvolveu uma forte presença em algumas partes do mundo. O recolhimento de materiais considerados significativos para determinadas comunidades ou indivíduos, mesmo que não sujeitos à supervisão profissional de arquivistas ou que não sejam custodiados em instituições de memória, tem sido uma prática bastante comum. Em alguns países, tais como a Inglaterra, por exemplo, esta prática tem sido reconhecida e descrita por profissionais do campo arquivístico como "arquivamento comunitário". Em outros países, no entanto, tais atividades têm recebido pouco ou nenhum reconhecimento (GILLILAND; FLINN, 2013).

A dimensão comunitária dos arquivos e dos profissionais que nele atuam é um dos paradigmas na área arquivística dos últimos 150 anos. Segundo o arquivista canadense Terry Cook (2013), esses paradigmas passaram por quatro fases: do legado jurídico à memória cultural; do engajamento social para o arquivamento comunitário. Referente à quarta fase, o autor defende que ela é capaz de oferecer possibilidades de curar discursos disruptivos e por vezes conflituosos na profissão de arquivista.

Pesquisas realizadas por Menezes e Tenaglia (2021) apontam que o conceito de "Arquivo Comunitário" parece ser pouco trabalhado e difundido pela literatura arquivística brasileira. Segundo as autoras o termo pesquisado na língua inglesa possui maior amplitude em comparação com as pesquisas desenvolvidas com o termo em português.

Ao analisarem os pesquisadores que se debruçam sobre tal temática, Menezes e Tenaglia (2021) notaram uma predominância de artigos publicados na língua inglesa com foco na Inglaterra e nos Estados Unidos. Esses trabalhos produzidos foram publicados, em sua maioria, a partir dos anos 2000, o que indica que essa vertente é relativamente recente.

O conteúdo dos arquivos comunitários é uma discussão necessária para o desenvolvimento deste trabalho, sobre esta questão Flinn (2007) declara:

[...] de um modo geral os 'arquivos' nos arquivos comunitários incluem coleções de objetos materiais, registros de papel e digitais, materiais audiovisuais e testemunhos pessoais, todos criados ou coletados e mantidos dentro da comunidade. Essa definição pode gerar

algum debate sobre se essas coleções ‘criadas’ ou ‘artificiais’ são arquivos, mas o movimento escolheu, corretamente, creio eu, usar a definição mais ampla e inclusiva possível. Em particular fotografias, filmes, material oral e o pessoal efêmero de vidas individuais tudo contribui para trazer à vida indivíduos e comunidades que de outra forma ficariam sem vida ou sem cor no registro em papel. (FLINN, 2007, p. 153, tradução nossa).²⁹⁸

Entretanto, o autor destaca a importância de não nos distrairmos com a exatidão da definição, porque muitas vezes essas definições “[...] *podem confundir tanto quanto esclarecer e excluir tanto quanto incluir*” (FLINN, 2007, p. 153, tradução nossa).²⁹⁹

De acordo com Menezes e Tenaglia (2021):

A caracterização desses registros enquanto arquivo demanda que eles sejam analisados para além da perspectiva tradicional do conceito de documento arquivístico, exigindo que o seu contexto de produção e acumulação sejam centrais para a sua compreensão. (MENEZES; TENAGLIA, 2021, p. 91)

Desse modo, essas iniciativas demandam novos desafios ao campo da Arquivologia pois apontam a existência de mais de um produtor para um mesmo fundo documental e por muitas vezes serem compostas por tipos documentais não arquivísticos, que podem ser caracterizados enquanto materiais de bibliotecas e museus.

Menezes e Tenaglia (2021) indicam que possivelmente por essas razões os arquivos comunitários ainda sejam pouco estudados no Brasil pela Arquivologia, talvez pela sua difícil caracterização enquanto acervos arquivísticos. Uma outra realidade foi constatada por estas autoras após pesquisa realizada em base de dados acadêmicos com o termo na língua inglesa.

2.4 Procedimentos metodológicos

A metodologia empregada neste trabalho consiste na revisão bibliográfica a partir de literatura especializada do campo arquivístico, com

²⁹⁸ No texto original: [...] *broadly the ‘archives’ in community archives include collections of material objects, paper and digital records, audio-visual materials and personal testimonies, all created or collected and held within the community. This definition might engender some debate as to whether these ‘created’ or ‘artificial’ collections are archives, but the movement has chosen, correctly I believe, to use the broadest and most inclusive definitions possible. In particular photographs, film, oral material and the personal ephemera of individual lives all contribute to bringing to life individuals and communities that otherwise lie rather lifeless or without colour in the paper record.*

²⁹⁹ No texto original: [...] *can confuse as much as they clarify, and exclude as much as they include.*

foco na categoria de arquivos comunitários, além de pesquisa documental no próprio Arquivo Dona Orosina Viera do Museu da Maré.

Pretendo realizar entrevistas semiestruturadas com duas pessoas que atuam no ADOV para compreender seu processo de formação, suas mudanças e seu cotidiano.

Embora a categoria de arquivos comunitários possa ser caracterizada por abarcar uma ampla variedade de tipos de experiências, elas possuem similaridades. A maioria delas geralmente refletem os ideais fundadores e as motivações de alguns indivíduos considerados estratégicos, como explicam Flinn, Stevens e Shepherd (2009):

Eles são frequentemente assistidos por outros (voluntários, apoiadores, visitantes) das suas famílias e da comunidade em geral que o arquivo busca representar, mas a dedicação e dinamismo da organização muitas vezes tende a vir de um pequeno número de ativistas chave que encarnam a visão e os compromissos do arquivo (FLINN, STEVENS, SHEPHERD, 2009, p. 79, tradução nossa).³⁰⁰

Essa citação fundamenta a opção pelas pessoas escolhidas para as entrevistas. A primeira delas é Antônio Carlos Pinto Vieira, nascido na Maré no ano de 1965. Atuou na TV MARÉ e na Rede Memória e atua no CEASM e Museu da Maré. Formou-se em Direito pela UFRJ e, em 2008, concluiu o mestrado em Memória Social pela UNIRIO. Atualmente é colaborador do ADOV.

Minha outra entrevistada se chama Marli Damascena Matias dos Santos, nascida na Maré no ano de 1960. Tem o ensino médio completo concluído em 1978. Entrou na Rede Memória no ano de 2005 e atualmente é funcionária do ADOV, responsável pelo atendimento ao público e por receber e registrar os documentos nato digitais e as doações feitas pelos moradores.

Gabiola e Caswell (2017) em seu artigo tratam dos desafios metodológicos em se estudar arquivos comunitários. Elas serão fundamentais para este trabalho pois defendem que este tipo de pesquisa exige uma atenção mais profunda ao que tange seus contextos sociais culturais e políticos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da categoria dos arquivos comunitários pode ser considerado, neste trabalho, como uma tentativa de romper com a invisibilidade e a falta de

³⁰⁰ No texto original: *They are often assisted by others (volunteers, supporters, visitors) from within their families and the wider community that the archive seeks to represent, but the organisation's dedication and dynamism often tends to come from a small number of key activists who embody the vision and commitments of the archive.*

representatividade no campo do patrimônio cultural, vivida por determinados grupos marginalizados da sociedade brasileira.

Sobre a importância do trabalho desenvolvido por iniciativas deste tipo concordamos com a opinião de Flinn e Stevens (2009):

[...] o ato de recuperar, contar e então preservar a própria história não é meramente uma vaidade intelectual; nem pode ser descartado - como alguns ainda procuram fazer - como uma atividade de lazer levemente divertida com alguns resultados socialmente desejáveis. Em vez disso, o esforço de indivíduos e grupos para documentar sua história, particularmente se essa história geralmente vem sendo subordinada ou marginalizada, é político e subversivo. (Flinn e Stevens, 2009, p. 3-4, tradução nossa).³⁰¹

Esta temática é pouco explorada em nosso país, o que faz do ineditismo da pesquisa uma justificativa relevante para a sua realização. Esperamos que este trabalho se torne uma fonte de consulta para pesquisadores que pretendem categorizar iniciativas com práticas e características semelhantes.

O estudo do ADOV a partir da categoria de arquivo comunitário pode revelar aspectos referentes ao seu cotidiano social, às dificuldades e ao modo de pensar e agir da comunidade que o gerou, tornando mais aparentes suas relações políticas, negociações sociais exercidas e as redes estabelecidas.

O ADOV como um exemplo de iniciativa realizada dentro de um bairro que surge a partir da favela pretende, através de sua atuação, romper com uma série de estereótipos e representações negativas comumente associados a esses espaços, colaborando no combate à ignorância e o estigma que permeiam este tema.

Ainda pretendemos nos aprofundar na bibliografia referente a instrumentos de pesquisa para futuramente desenvolvermos uma ferramenta que nos possibilite conhecer, preservar e dar acesso ao acervo do ADOV.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ (CEASM).
A Maré em dados: Censo 2000. Rio de Janeiro, 2003.

³⁰¹ No texto original: [...] *the act of recovering, telling and then preserving one's own history is not merely one of intellectual vanity; nor can it be dismissed—as some still seek to do—as a mildly diverting leisure activity with some socially desirable outcomes. Instead the endeavour by individuals and groups to document their history, particularly if that history has been generally subordinated or marginalized, is political and subversive. These 'recast' histories and their making challenge and seek to undermine both the distortions and omissions of orthodox historical narratives, as well as the archive and heritage collections that sustain them.*

CHAGAS, Mário; ABREU, Regina. **Museu da Favela da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social.** *In Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, Vol.3. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.

COOK, Terry. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. *Archival science*, v. 13, n. 2, p. 95-120, 2013.

FLINN, Andrew. 2007. Community Histories, Community Archives: Some Opportunities and Challenges. *Journal of the Society of Archivists* 28 (2): 151–76.

FLINN, A; STEVENS, M. ‘It is noh mistri, wi mekin histori’. Telling our own story: independent and community archives in the UK, challenging and subverting the mainstream”. *In*: Bastian J, Alexander B (eds) **Community archives: the shaping of memory.** Facet, London, 2009. pp 3–27.

FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth. Whose Memories, Whose Archives? Independent Community Archives, Autonomy, and the Mainstream. *Archival Science* 9. (2009): 71-86.

GABIOLA, Joyce; CASWELL, Michelle. ‘Are You a Spy?’: Methodological Challenges to Studying Community Archives. **Society of American Archivists Research Forum Proceedings**, 2017.

GILLILAND, Anne; FLINN, Andrew. Community archives: What are we really talking about. *In*: Retrieved from **CIRN Prato Community Informatics Conference**, 2013.

MENEZES, Cleice de Souza; TENAGLIA, Monica. Arquivos Comunitários: mapeando uma abordagem conceitual. *In*: CURVO, Isabela Sousa, CURVO, Luiz Felipe Sousa e SANTOS, Maria Luiza Lucas dos (orgs.) **Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: a perspectiva social em foco.** Rio de Janeiro, Zume, 2021.

OLIVEIRA, Adolfo Samyn Nobre de. **Cerzindo a Rede Memória: estudo sobre a construção de identidade no bairro Maré.** 2003. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. **Maré: a invenção de um bairro.** 2006. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FEMINICÍDIO E AS NORMATIVAS: A DOR DE RELEMBRAR E O DIREITO DE ESQUECER

Rosale de Mattos Souza (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro),
Shirley Carvalheda Franco (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar as normativas legais, documentos em diversos suportes, dados e informações sobre alguns casos de feminicídios que foram destaque na grande mídia brasileira, culminando com a realidade atual nas notícias e informações divulgadas nas redes sociais, que são alvo do conflito entre o direito à informação e o direito ao silêncio (privacidade e intimidade). Trata-se de uma discussão sobre os aspectos legais - direito e acesso à Informação; direito à Privacidade e Intimidade - nos casos de invasão de privacidade em violência de gênero e os casos de acesso à informação na Controladoria Geral da União (CGU) sobre violência de gênero.

A Constituição Brasileira de 1988 prevê o acesso à informação, no inciso XXXIII o direito de buscar informações e ter opiniões. Posteriormente, a Lei de Arquivos, Lei 8.159/1991 e a Lei de Acesso à Informação, lei 12.527/2011 regulamentaram o direito à informação. E a Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção aos Dados Pessoais – LGPD regulamentou o direito à privacidade e à intimidade.

As mulheres são vítimas históricas do abuso, da violência em seus mais diferentes aspectos físicos, psicológicos, econômicos, dentre outras abordagens sociais. Isto se constitui num fenômeno estrutural e mundial,

independente de sociedades, períodos históricos e culturas. Nos países asiáticos do leste ao oeste, na África e até em países latino-americanos, as crianças (na sua maioria meninas) são obrigadas a se casarem com adultos antes dos 18 anos, e muitas morrem na noite de núpcias. Na Índia, as mulheres não podem andar desacompanhadas e nem mesmo após às 20 horas da noite, pois se arriscam a serem estupradas e mortas com crueldade. Em alguns países africanos, pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) o *fanadoou*, mutilação genital feminina (MGF) ainda é praticado:

[...] Mais de 400.000 meninas e mulheres na Guiné-Bissau vivas hoje experimentaram a mutilação genital feminina. No geral, 52 por cento das crianças e mulheres da faixa etária entre os 15 e os 49 anos sofreram a prática [...]. (UNICEF, 2021, tradução nossa)

Não se pode deixar de mencionar que apesar de cerca de 50% dos lares no Brasil serem sustentados por mulheres, essas ainda recebem salários abaixo dos homens nas mesmas condições de trabalho ou discriminadas ainda pela classe social, pela etnia e a cor da pele.

A importância desta temática envolve hoje reflexões, matérias e trabalhos de pesquisa que não somente para jornalistas, advogados criminalistas, sociólogos e historiadores, mas todos aqueles profissionais envolvidos com estudos sobre informação social e direitos humanos na sociedade da informação, como arquivistas, bibliotecários e cientistas da informação.

2 2. METODOLOGIA

No aspecto teórico-metodológico o trabalho busca fazer levantamento de literatura, tendo em vista conceitos sobre feminicídio, sigilo, informação, privacidade e intimidade. O direito à informação pode se contrapor ao direito à privacidade, mas também pode-se buscar a harmonização dos direitos.

No que tange ao feminicídio, tópico central desse trabalho, a cada duas horas no Brasil mulheres são assassinadas. [...] O termo "feminicídio" foi utilizado pela socióloga sul-africana Diana Russel pela primeira vez em 1976, quando Russel utilizou o termo para um público de cerca de 2.000 mulheres de 40 países que participavam do primeiro Tribunal Internacional sobre Crimes Contra a Mulher, em Bruxelas, Bélgica. (RUSSEL, 2011, tradução nossa)

Nas palavras de Russel, o feminicídio seria [...] a matança de mulheres por homens porque são mulheres". [...] Uso o termo "mulher" em vez de "mulheres" para enfatizar que minha definição inclui bebês e meninas mais velhas. (RUSSEL, 2011, tradução nossa).

No Brasil, ainda que a Lei Maria da Penha ou lei do feminicídio nº 13.104 tenha sido criada em 2015, o país ainda figura entre aqueles países da América Latina com alto índice de violência praticada contra as mulheres. De acordo com a organização não governamental *The Global Americans*.

[...] Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), em média 12 mulheres são assassinadas por dia na região. No entanto, devido a limitações de dados, os números da CEPAL não incluem o Brasil, país com um dos piores registros de violência de gênero.[...]. (THE GLOBAL AMERICANS, 2021, tradução nossa)

Ainda quanto à metodologia, esse artigo visa também discorrer sobre os benefícios e conflitos quanto às normas, consideradas igualmente no escopo arquivístico, e a situação das mulheres e o desafio que representam no cenário políticas públicas voltadas para a defesa das mulheres.

3 CRIME CONTRA AS MULHERES E A LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

No Brasil, existe a violência doméstica contra as mulheres, a discriminação social quanto ao emprego, no qual percebem menor remuneração do que os homens, o uso da imagem do corpo da mulher como fonte de exploração sexual nas propagandas, nos programas de auditório da televisão, nos casos de violência de gênero; nos quais as mulheres é que “provocam” seus algozes com adultérios ou até pedidos de separação, em que os homens não aceitam e se sentem proprietários de seus corpos e desejos.

Os dados de violência no Brasil contra as mulheres somente passaram a ser contabilizados após pressões internacionais em decorrência da promoção pelas mulheres por sua luta pela sua libertação e por seus direitos. A violência contra as mulheres passou a ser motivo para o estabelecimento de políticas públicas, mas também teve nas iniciativas da sociedade civil, como os manifestos e organizações feministas, entidades nos anos 1970 e 1980, que incentivaram as leis e ações a favor das vítimas.

As pressões sociais dessas organizações feministas culminaram na criação das delegacias especializadas em mulheres, que sugeriram a partir de 1985 e a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006. Um grande marco da

influência das mulheres, representadas pelas feministas foi junto à Assembleia Constituinte em 1986, que influenciaram com emendas ao texto constitucional de 1988.

Dentre todos os casos que tiveram repercussão nacional e até internacional na grande mídia, tais como os seguintes casos: de Aída Curi, Ângela Diniz socialite de Cabo Frio, a jornalista Sandra Gomide, Elisa Samúdio; damos destaque à Aída Curi, estuprada e morta nos anos 1950, em Copacabana, no Rio de Janeiro, sendo o caso mais clássico no que se refere ao conflito entre o direito à informação e o direito ao silêncio (privacidade e intimidade).

Dentre as consequências nefastas que a pandemia trouxe para o mundo das mulheres, além de acirrar a violência e a desigualdade econômica e social de gênero houve um acentuado crescimento na exposição de informações nas mídias sociais sobre notícias de feminicídio³⁰². Com o *lockdown*, diversas mulheres, no mundo inteiro, foram obrigadas a permanecerem em seus lares com seus abusadores. Atualmente, uma a cada três mulheres já sofreu violência física ou sexual com seu parceiro ou violência sexual por um criminoso.³⁰³ Em períodos de pandemia ou emergência, qualquer que seja ela, o nível de violência de gênero tende a aumentar consideravelmente, em especial, no caso de mulheres com idades mais avançadas ou com debilidades físicas. Em países como Reino Unido, China e Estados Unidos houve um considerável aumento em casos de violência doméstica; inclusive na província de Hubei, localizada na China, este número chegou a triplicar.³⁰⁴

De acordo com o *Global Americans Report* (2022)³⁰⁵, mundialmente hoje, na lista dos vinte e cinco países onde o crime de feminicídio apresenta os maiores índices, e onde figuram países diversos como Rússia, África do Sul e Filipinas, o Brasil ocupa a décima terceira posição.

É estarrecedor constatar que apesar de diversos países da América Latina e Caribe figurarem com índices altos de feminicídios, quase todos estes países apresentam suas leis Maria da Penha, sendo que em algumas condicionantes para estes crimes seria a prisão perpétua como é o caso da

³⁰² Ver em:

<https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2020/06/report/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women-en-1.pdf>

³⁰³ Ver:

<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331699/WHO-SRH-20.04-eng.pdf?ua=1>

³⁰⁴ *idem*.

³⁰⁵ <https://theglobalamericans.org/reports/femicide-international-womens-rights/>

Argentina, Lei 26.791 de 2012, onde este crime é denominado como "homicídio grave". Nos outros países, o crime contra as mulheres foi denominado como "feminicídio": Bolívia - Lei 348 de 2013; Brasil - Lei 13.104 de 2015; Chile - Lei 20.480 de 2010; Colômbia - Lei Rosa Elvira Cely de 2015; Costa Rica - Lei 8.589 de 2007; República Dominicana - Lei 550 de 2014; Equador - Código Penal Integral Orgânico de 2014; El Salvador - Decreto 520 de 2010; Guatemala - Decreto 22 de 2008; Honduras - Decreto 23 de 2013; México - NA de 2012; Nicaraguá - Lei 779 de 2012; Panamá - Lei 82 de 2013, Peru - Lei 30.068 de 2013; Paraguai - Lei Integral de Proteção das Mulheres Contra Violência de 2016; Uruguai - não há lei de feminicídio mas uma Lei Geral contra Violência de Gênero de 2016; Venezuela - Lei Orgânica de Direito das Mulheres Livres de Violência de 2007.³⁰⁶

4 A EXPOSIÇÃO DE FEMINICÍDIO NAS MÍDIAS

O relatório³⁰⁷ produzido pela organização *Antipode* mostra que pesquisas realizadas no Canadá, África do Sul, Jordânia e México indicam que a maneira como o feminicídio é retratado nas mídias reforça respostas inadequadas aos casos ao banalizá-los ou por retratarem a vítima como a culpada, especialmente quando esta é proveniente de classe econômicas menos privilegiadas.

Um exemplo prático mencionado neste relatório de como o feminicídio ainda não é tratado da maneira adequadas nas mídias, seria o caso prático da Guatemala. No país em questão a mídia apenas espelha o caso sem questionar as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que contribuem para o feminicídio e sua banalização. Ou os dados relativos ao feminicídio são reportados de modo defasado ou quando são publicizados na mídia tendem a estigmatizar a vítima. O conteúdo veiculado tende a induzir o leitor a questionamentos sobre a moral da vítima, abrindo espaço para a sua discriminação, exclusão e humilhação pública.

Enquanto umas das recomendações do relatório mencionado, urge que haja acordos entre as sociedades de proteção às mulheres e as mídias no estabelecimento de códigos de ética para a condução de publicação de informações sobre os casos de violência de gênero seguindo diretrizes de direitos de gênero, de forma a proteger as vítimas.

³⁰⁶ Ver em:

<https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2020/06/report/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women-en-1.pdf>

³⁰⁷https://antipodeonline.org/wp-content/uploads/2020/12/Policy-Brief-1_Femicide-and-the-Media.pdf

No Brasil, a exemplo de outros casos com extensa repercussão na mídia, e reforçando a problemática da publicidade em torno do feminicídio, conforme descrito no relatório, apresentamos o caso à Aída Curi.

Recentemente, quando o caso foi novamente exposto por uma rede de televisão conhecida, devido ao desgaste e trauma emocionais que sofreram diante da exposição e pelo fato da não condenação dos culpados, a família da vítima solicitou um embargo de nova veiculação sobre o passado.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal - STF negou à família o "Direito ao Esquecimento" sob a justificativa de que se caso houvesse um favorecimento pelo esquecimento, entendido como "cerceamento de liberdade de saber dos leitores", este "esquecimento" abriria precedentes para um possível cerceamento do direito à informação e da liberdade de imprensa. Não somente o Brasil figura entre os países com o maior número de feminicídio, como os dados relativos aos casos não são contabilizados em sua totalidade.

A determinação da justiça brasileira pelo não esquecimento em prol da "liberdade de expressão" ou "liberdade de exploração da dor alheia" ocasionou novamente na família de Aída Curi a dor da perda de um ente querido, a dor de lembrar da injustiça causada pelo fato de os culpados não arcarem com as consequências legais e a dor da exposição de relembrar mais uma vítima de feminicídio, comprovando que as mídias mais exploram o fato do crime que educam os perpetradores e a sociedade.

A arquivista estadunidense Ashley Vavra em seu artigo *The Right to be forgotten: an archival perspective* rememora não somente os aspectos legais e históricos do direito ao esquecimento, mas, igualmente, apresenta as discussões e as tensões em torno da prática de profissionais, como arquivistas, que têm como premissa de suas profissões a garantia do acesso e a preservação da informação.

Em vigor na Europa desde 2014, Vavra (2018) indica que o contexto histórico e legal deste direito remonta a 2012, e se refere a habilidade de um indivíduo impetrar que *links* a informações relacionados ao seu nome seja retirado dos sistemas de busca na *internet*. Diante das aplicações práticas do direito de esquecimento, em 2018 entrou em vigor na Europa a *General Data Protection Regulation* (GDPR), ampliando as garantias de preservação e proteção de dados pessoais. A GDPR estabelece em seu artigo 17 que as exceções de não haver o direito ao esquecimento se dariam quando o acesso à informação correspondesse ao exercício de liberdade de expressão, quando fosse relativo ao cumprimento de uma obrigação legal, quando estivesse relacionado a propósitos de saúde pública ou quando e fosse relativo a questões

arquivísticas para a consecução de interesse público ou para defesa legal de direitos.

No Brasil, o arquivista Welder Silva em sua obra “Exceções legais ao direito ao acesso à informação: dimensões contextuais das categorias de informação pessoal nos documentos arquivísticos”³⁰⁸ apresenta no escopo da Lei de Acesso à Informação brasileira os desafios, colisões e questionamentos quando em contraste com a garantia dos direitos à vida privada e à intimidade no ordenamento jurídico brasileiro. Ainda que Silva (2021) não adentre em seu trabalho as questões de gênero no Brasil, atesta que a primeira decisão na sobre a proteção de imagem ocorreu em 1858, no Tribunal de Seine da França, quanto à exploração inapropriada por dois fotógrafos de imagens da atriz Elisa Félix - pseudônimo Raquel - quando em seu leito de morte. A mencionada decisão sobre a proteção à imagem da atriz teve repercussão no direito italiano e alemão posteriormente.

No que tange ao direito de acesso à informação e o devido equilíbrio com a proteção de privacidade, Silva (2021) elabora um “chamamento” aos colegas arquivistas em suas conclusões sobre um “justo equilíbrio” e uma “responsabilidade ética” profissional como garantia de “balança” na solução da existência de conflitos entre os direitos à informação e à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem: “transparência não é sinônimo de negligência e imprudência”. (SILVA, 2021, p. 345) No caso brasileiro, também não podemos deixar de mencionar a Lei Geral de Proteção aos dados pessoais – LGPD, que normatiza questões voltadas à proteção da privacidade dos cidadãos.

Portanto, para os arquivistas, sobretudo quando o assunto é relacionado a crime contra mulheres, harmonizar o direito à informação e o direito à privacidade representa um dos grandes desafios, conforme igualmente nos apresenta a obra da arquivista canadense MacNeil (2019).

No Brasil, uma vez que a tradição de gestão e concessão de informação em suas raízes se mostram mais em função do Estado do que pelos indivíduos, especialmente quando o espectro é de gênero e de classes menos favorecidas social e economicamente. Mesmo que haja leis arquivísticas e avanços neste caminho, a realidade de acesso à informação se mostra mais opaca que transparente³⁰⁹. Representa um grande desafio às arquivistas que não somente pretendem trabalhar com assuntos relacionados

³⁰⁸ Obra baseada em tese **premiada**, Prêmio Nacional de Arquivologia Maria Odila Fonseca 2018, pelo Arquivo Nacional do Brasil.

³⁰⁹ Reviewed by Shirley Franco. Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. José Maria Jardim. **The American Archivist**. Spring/Summer 2021. p. 194-198.

a gênero, mas que, igualmente, vislumbram desenvolver suas atividades pautadas por diretrizes éticas pautadas por uma responsabilidade social de proteção às vítimas de feminicídio.

5 CONCLUSÃO

Historicamente há um problema estrutural da violência contra as mulheres consolidado na cultura patriarcal. Há necessidade de movimentos sociais em prol das mulheres e de seus direitos. Deve haver um processo de busca da harmonização entre o direito à informação e o direito à privacidade e até mesmo ao silêncio (pela parte afetada). O direito de esquecimento poderia preservar à família de Aída Curi de reviver um crime chocante e recente. A Justiça não apenas desrespeitou Aída e os seus familiares, como por meio de sua ação de não conceder o direito ao esquecimento, desrespeitou a imagem de outras mulheres.

“Um dos problemas do Brasil não é a memória. É a desmemória”, na visão de Daniel Sarmento, professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UERJ. O autor produziu um parecer para ser juntado aos autos do processo no STF, afirmando que nos termos em que o STJ concebeu o direito ao esquecimento e que esse conceito ameaça o direito à informação, a liberdade de expressão e pode prejudicar, inclusive, o fazer histórico.

Nas redes sociais atuais as mulheres buscam se proteger mutuamente. A Lei Maria da Penha avançou no coibir o feminicídio, mas deve haver a educação e a cultura contra a violência como política de estado.

Atualmente, as mulheres, mediante denúncias e registros de ocorrência nas delegacias especializadas, conseguem obter medidas protetivas, contudo estas instituições ainda não garantem a proteção necessária e nem impedem os assassinatos, que infelizmente vêm aumentando exponencialmente.

Sugere-se que os estudos sobre estudos de gênero, os direitos humanos e os arquivos façam parte das agendas de pesquisas da Arquivologia, no que tange principalmente quanto às perspectivas e soluções harmonizadoras pertinentes ao Direito à Informação e o Direito à Privacidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)** Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. **Diário Oficial da União**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htmAcesso em: 20.01.2022.

_____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm Acesso em: 20.01.2022.

_____. Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha - cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher[...]. **Diário Oficial da União**. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htmAcesso em: 20.01.2022.

_____. Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 27 abr. 2013.

FRANCO, Shirley (reviewed by). Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. JARDIM, José Maria. **The American Archivist**. Spring/Summer 2021. p. 194-198.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher. Da legitimação à condenação social. Em: **Nova História das Mulheres no Brasil**. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2018. p. 286-312.

MACNEIL, Heather. **Sem Consentimento**: a ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos. Minas Gerais: EditoraUFMG, 2019.

PRIORE, Mary Del. **Sobreviventes e Guerreiras**: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Planeta, 2020.

THE GLOBAL AMERICANS. **Femicide and International Women's Rights**: an epidemic of violence in Latin America. Disponível em: <https://theglobalamericans.org/reports/femicide-international-womens-rights/>Acesso: 27 Dez. 2021.

RUSSEL, Diana. **The Origin and Importance of the Term Femicide**. Disponível em: https://www.dianarussell.com/origin_of_femicide.html. Acesso em: 27 Dez. 2021.

SILVA, Welder Antônio. **Exceções legais ao direito ao acesso à informação**: dimensões contextuais das categorias de informação pessoal nos documentos arquivísticos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021.

SOUZA, Rosale de Mattos. A Violência e o Femicídio contra as mulheres no Brasil: as informações, notícias e matérias nos sites e redes sociais durante a pandemia da covid-19. Em: ROMEIRO, Nathalia Lima (Org.). **Informação, diálogo e ações para enfrentamento à violência contra meninas e mulheres**. - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2021. (Selo Nyota) p.275 – 292.

STOLER, A. L. Colonial Archives and the Arts of Governance. **Archival Science**, [Dordrecht], v. 2, n. 1/2, p. 87-109, 2002.

UNICEF. **Female Genital Mutilation a New Generation Calls for Ending and Old Practice**. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/female-genital-mutilation-a-new-generation-calls-for-ending-an-old-practice/> Acesso em: 27 Dez. 2021.

VAVRA, Ashley Nicole. The Right to be forgotten: an archival perspective. **The American Archivist**. Vol. 81, Nº 1, Spring/Summer, 2018. 100-111.

WALSHAM, A. The Social History of the Archive: Record Keeping in Early Modern Europe. **Past & Present**, Oxford, v. 230, n. 1, p. 9-48 Nov. 2016. Suplemento. Disponível em: https://academic.oup.com/past/article/230/suppl_11/9/2884268. Acesso em: 20 jul. 2020.

O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR: AS MULHERES, SEUS ARQUIVOS E O ARQUIVO NACIONAL

Ana Carolina Reyes (Arquivo Nacional/Fundação Oswaldo Cruz)

1 ALGUMAS PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Os últimos dez anos têm sido marcados pelo avanço dos movimentos feministas no Brasil e no mundo. As mulheres têm liderado uma série de atos e manifestações, e em alguns países vizinhos, como Uruguai e Argentina, bandeiras antigas foram conquistadas, como o direito ao aborto. A quarta onda do feminismo, como vem sendo chamado esse momento histórico de mobilização das mulheres, gera sem dúvida impactos também no campo da história, da memória e dos arquivos, compreendendo "arquivo" aqui não apenas os acervos, como também as instituições arquivísticas.

Em fevereiro de 2021 o Arquivo Nacional (AN) foi convidado a participar da mesa "Arquivos de Mulheres: memória e representatividade", evento organizado pela recém-criada RAM - Rede de Arquivos de Mulheres. A RAM surgiu de uma iniciativa de profissionais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) com o objetivo de reunir instituições de memória e pesquisadores em torno da temática de gênero nos arquivos. A partir da referida mesa, houve um processo de aproximação entre o Arquivo Nacional – representado então por quatro servidoras – e a RAM, e em maio do mesmo

ano o Arquivo Nacional passou a integrar a rede e a se envolver nas atividades propostas.

A ideia central deste artigo é buscar retomar o percurso da principal instituição arquivística brasileira destacando as ações e reflexões em relação à questão de gênero nos arquivos, as quais antecedem à criação da própria RAM. Em uma instituição quase bicentenária, é sempre uma tarefa de fôlego discorrer sobre sua história, seu acervo e as escolhas que orientam a conformação e a organização deste. A fim de delimitar o escopo do artigo, pretendemos utilizar como fio condutor a experiência da autora enquanto técnica do Arquivo Nacional na equipe de processamento técnico de documentos audiovisuais e sonoros, para mapear os esforços dos últimos 5 anos empreendidos no Arquivo Nacional no sentido de visibilizar arquivos de / sobre mulheres.

Muito se tem discutido, no campo dos arquivos, sobre o papel ativo que estes podem assumir de formação da memória social, dando espaço a grupos e sujeitos antes marginalizados e invisibilizados nas narrativas tradicionais arquivísticas e históricas. As mulheres constituem um desses grupos cuja ausência é sentida nos registros presentes nos arquivos.

Se o objetivo deste artigo é retomar, sob a ótica da trajetória da autora, o percurso do Arquivo Nacional em termos de reflexões e ações em relação aos arquivos de / sobre mulheres, ao mesmo tempo pretendemos apontar caminhos possíveis que podem ser percorridos pela Instituição no sentido de reparar os silenciamentos históricos envolvendo as mulheres e outras minorias.

2 UM OLHAR PARA OS ARQUIVOS DE MULHERES NO ARQUIVO NACIONAL

Em fevereiro de 2021, a minha participação na mesa promovida pela RAM "Arquivos de Mulheres: memória e representatividade", enquanto uma das servidoras que representava o Arquivo Nacional, foi apresentar os trabalhos que desenvolvi sobre os acervos de duas mulheres, os quais estão sob a guarda do AN. São arquivos que foram tratados em 2018 e em 2019; acervos de duas Marias: Maria da Conceição da Costa Neves e Maria Luíza Aboim.

Antes de contar um pouco sobre as titulares e seus acervos, e considerando que o objetivo deste artigo é retomar o percurso do Arquivo Nacional, suas ações e reflexões em relação à questão de gênero nos arquivos, gostaria de refletir sobre as escolhas institucionais e/ ou pessoais que levam / levaram ao tratamento e disponibilização desses (e outros) acervos ao público.

Há quase cinco anos, recém-chegada da Equipe de Atendimento ao Público para trabalhar na Equipe de Processamento Técnico de Documentos Audiovisuais, Sonoros e Musicais, me foi sugerido fazer o tratamento técnico

do acervo sonoro de Maria da Conceição da Costa Neves. Este acervo foi entregue ao Arquivo Nacional em 2009 por familiares da titular (já falecida à época), no âmbito do chamamento do Memórias Reveladas³¹⁰ para a doação de arquivos que retratassem o período da ditadura militar no Brasil. Pareceu-me bem interessante poder trabalhar com esse acervo e aceitei a tarefa. Mas é importante dizer que poderia ter escolhido outro fundo para organizar.

Um ano depois, em 2019, o Festival Internacional de Cinema de Arquivo organizado pelo Arquivo Nacional – Festival Arquivo em Cartaz – teve como tema escolhido para a sua 5ª edição “Mulheres no Cinema”. Assim, para a revista do Festival, a Equipe de Documentos Audiovisuais, Sonoros e Musicais foi convidada a escrever um artigo sobre os acervos audiovisuais de mulheres no Arquivo Nacional; uma espécie de um guia de fontes. Paralelamente à elaboração do artigo, a equipe decidiu alimentar no SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional, principal base de dados da instituição, os registros relativos a esses acervos (audiovisuais e sonoros) de mulheres, tornando-os disponíveis ao público.

Ao longo do processo de escrita do artigo, eu e os outros colegas desistimos da ideia inicial do guia de fontes, e decidimos refletir sobre a vida e obra de Maria Luíza Aboim, cineasta, psicóloga, militante feminista que trabalhou por muitos anos com mulheres vítimas de violência. Para subsidiar nossa pesquisa, e na ausência de fontes sobre a titular, fomos até Teresópolis onde mora Maria Luíza para entrevistá-la³¹¹.

Com o breve relato desses dois casos de tratamento técnico de acervos, objetiva-se, em primeiro lugar, chamar a atenção para as escolhas subjetivas dos técnicos que trabalham com arquivos. Uma dessas escolhas é sobre qual acervo será organizado. A esta se seguem outras decisões ligadas ao processo mesmo de descrever e indexar os documentos.

Nos últimos anos, vemos surgir um debate acerca das mudanças paradigmáticas no campo dos arquivos e da Arquivologia. Terry Cook é um dos principais representantes desse debate. Em linhas gerais, está em curso um deslocamento do paradigma arquivístico, sobretudo em razão dos questionamentos pós-modernos à abordagem arquivística clássica. No centro

³¹⁰ O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas foi criado em 2009 no âmbito da Casa Civil da Presidência da República e sob a coordenação do Arquivo Nacional, e tinha como um dos seus objetivos disponibilizar, em um portal na internet, informações acerca de arquivos referentes ao regime militar, custodiados por diversas instituições públicas e privadas.

³¹¹ A gravação da entrevista passou a integrar o acervo do Arquivo Nacional sob o código: BR RJANRIO AN.FIL.0.110 e encontra-se descrita no SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional, disponível em: < <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>.

desse debate, está a mudança da percepção do papel do arquivista na construção da memória coletiva, bem como um novo entendimento sobre a razão de ser das instituições de arquivo, o que falaremos mais adiante. Nesse quadro de mudanças, o profissional de arquivo deixa de ser “uma espécie de mediador ideal neutro, desinteressado e imparcial entre criadores e usuários dos documentos” (COOK, 2012, p.136) para reconhecer sua participação no processo histórico e na formação ativa da memória social.

Para os fins desse artigo, consideramos relevante pensar nas relações e tensões entre a política institucional e as decisões subjetivas dos profissionais de arquivo. De que maneira a primeira vai se construindo a partir dessas últimas escolhas? Eis aqui uma das razões para a escolha do título deste artigo: o caminho (com a consolidação de um posicionamento institucional) vai se constituindo no caminhar, a partir das escolhas individuais dos profissionais. Mas, ao mesmo tempo, não se pode ignorar que determinadas políticas institucionais podem tanto impulsionar como servir de freio a certas escolhas e impedir algumas ações.

Pode-se dizer que o trabalho com o acervo de Maria Luíza Aboim, a entrevista e o artigo que daí resultou partiram de uma demanda e de um interesse em divulgar a história de uma cineasta feminista, registrar suas memórias e refletir sobre sua trajetória e sua obra, dentro do escopo do Festival Arquivo em Cartaz. Mas mesmo nesse caso, em que a escolha do tema do Festival parece refletir uma política institucional envolvida com a questão de gênero, há que se reconhecer os esforços de duas servidoras que foram as curadoras do festival e defenderam a escolha desta temática.

O trabalho com o acervo de Maria da Conceição da Costa Neves, por seu turno, fazia parte do planejamento cotidiano e rotineiro de tratamento técnico dos acervos. Mas se a princípio esse trabalho não estava conscientemente situado no âmbito das preocupações envolvendo as questões de gênero, estas muitas vezes se impuseram no decorrer da organização da própria documentação. Daí um outro motivo para a escolha do título deste artigo: o caminho (que envolve as decisões tomadas durante o tratamento técnico de um acervo) vai sendo construído muitas vezes pelo contato com a documentação (o caminhar), quando nos deparamos com questões antes não imaginadas.

Além do conhecimento da própria documentação que integra o arquivo, muitas vezes os técnicos têm que buscar informações sobre a vida e a trajetória dessas titulares em outras fontes, para poder realizar o tratamento técnico do acervo. Os arquivos permitem visualizar apenas aspectos parciais da vida das titulares. Como se sabe, um arquivo pessoal é composto por aquilo

que se decidiu registrar e guardar. No entanto, é importante que o profissional de arquivo conheça minimamente as principais passagens da vida da titular do acervo, buscando outros recursos para suprir as lacunas existentes nos arquivos. Se, para o processamento técnico do acervo audiovisual de Maria Luíza Aboim, fez-se uso de entrevista com a titular, para a organização do acervo sonoro de Maria da Conceição da Costa Neves, uma importante fonte de informação foi sua autobiografia *Rua Sem Fim*, publicada em 1984, alguns anos antes de seu falecimento, em 1989.

Curioso perceber que, como fontes complementares aos arquivos das duas titulares, recorreu-se à entrevista e ao texto autobiográfico. Isso não é mero acaso. Ainda hoje as mulheres estão sub-representadas nas instituições arquivísticas devido a processos sociais que apagam seus papéis como sujeitos históricos. A ausência de documentos sobre mulheres nos arquivos brasileiros contribui para a invisibilização de sua atuação. Diante disso, pesquisadores e também profissionais de arquivo têm que recorrer a outras fontes para recontar as histórias dessas mulheres.

Maria da Conceição da Costa Neves nasceu em Juiz de Fora em 1908. Tornou-se deputada estadual pelo estado de São Paulo em 1947, e teve 6 mandatos consecutivos. Foi a única mulher eleita para a Constituinte Paulista de 1947. Ela participou ativamente da política, numa época em que poucas eram as mulheres nesse espaço. E ainda hoje essa é uma realidade no cenário da política brasileira. Maria da Conceição atuou também na defesa dos doentes de hanseníase que eram internados compulsoriamente em asilos no estado de São Paulo e mantidos afastados do convívio social. Antes de se eleger deputada, ela já denunciava as condições precárias desses internatos. A documentação sonora da titular, constituída por uma dezena de fitas rolos, compreende o período em que ela atuou como deputada. São gravações de entrevistas em programas em que ela participou, e também discursos na tribuna da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Embora não retratado nos documentos que compõem seu arquivo, Maria da Conceição desempenhou também, nos anos 30, a atividade de atriz de teatro, tendo alcançado grande destaque na Companhia de Procópio Ferreira com o nome artístico de Regina Maura. Em sua autobiografia, ela nos conta sobre os preconceitos que enfrentou ao desempenhar o ofício de atriz, preconceito esse que a acompanhou enquanto deputada. É possível perceber, em algumas gravações do acervo, um certo tom jocoso dos entrevistadores e a tentativa de desqualificá-la por ser mulher e por ter sido atriz. Em uma dessas gravações, o entrevistador pergunta com qual pronome de tratamento deve se dirigir a ela: se senhora ou senhorita, voltando-se ao seu estado civil e assim

desconsiderando seu cargo político de deputada.

Entrevistador: Devemos dirigir-lhe a palavra com o tratamento de senhora ou senhorita, hein?

Maria da Conceição: ah esta é uma saída muito interessante. Vocês já iniciaram de maneira diferente. Realmente fizeram bem, é mesmo uma situação diferente. Geralmente não é essa pergunta. Vocês perguntam “Vossa Excelência”, porque eu sou “Vossa Excelência”. Eu sou “Excelência”, quer queiram, quer não queiram. (Arquivo Nacional, Fundo Maria da Conceição da Costa Neves, BR RJANRIO CEN.0.DSO.004)

Esse é um exemplo muito significativo de como as questões de gênero podem surgir a partir do tratamento da documentação. Nesse caso, e em outros, é grande a responsabilidade de quem organiza o acervo no sentido de tornar visível certas histórias e seus sujeitos, que se constituirão em fontes para pesquisas futuras. Segundo Terry Cook, “não há nada neutro, objetivo ou ‘natural’ neste processo de lembrança e esquecimento” (COOK, 2012, p. 130), só que nem sempre essa consciência está dada e perdemos a conexão com a realidade e as relações de poder.

Jimerson (2007) também se dedica à compreensão das relações de poder que existem nos arquivos e de que maneira estas forjam o que será ou não preservado. Comparando as instituições arquivísticas a um templo, ele discute sobre a autoridade conferida aos registros que estão no templo arquivístico e o consequente controle da memória social. Segundo ele, os profissionais de arquivo podem e devem se “engajar de forma responsável em debates sobre políticas públicas e procurar garantir que os arquivos documentem as perspectivas de todos os segmentos da sociedade” (JIMERSON, 2007, p. 260).

A mudança do paradigma arquivístico que está em curso envolve não apenas a percepção do papel do profissional de arquivo na construção da memória coletiva, mas também uma nova forma de compreender as instituições arquivísticas. Nesse quadro de mudanças, as instituições arquivísticas também passam por reformulações: antes os Arquivos³¹² foram concebidos tradicionalmente como aparatos do Estado, para servi-lo; agora, fundamentadas em políticas públicas mais amplas, os Arquivos passam a ser considerados como instituições da sociedade.

A partir dessas reflexões e pressupostos, perguntamo-nos sobre a representação dos diferentes grupos sociais no acervo do Arquivo Nacional, e,

³¹² Quando nos referirmos a “Arquivos” como sinônimo de instituições arquivísticas, utilizaremos letra maiúscula.

de forma mais específica, buscamos saber sobre os acervos produzidos por mulheres. Que setores da sociedade estão representados no acervo do Arquivo Nacional? Tentaremos refletir sobre essa questão a seguir.

3 ARQUIVOS E REPRESENTATIVIDADE

Um Arquivo Público Nacional é a instituição cuja missão é guardar, tratar, dar acesso à documentação produzida pelo Estado Brasileiro – mas não apenas. Ele também assume, muitas vezes, a responsabilidade de custodiar conjuntos documentais privados. O Arquivo Nacional possui, sob sua guarda, mais de 900 fundos e coleções, sejam arquivos públicos, recolhidos à Instituição, ou privados, que ingressaram no AN através de doação ou por comodato³¹³

Nos vários fundos públicos sob a guarda do Arquivo Nacional, podemos encontrar documentos em que as mulheres estão representadas. Um exemplo bastante significativo é o fundo “Conselho Nacional dos Direitos da Mulher”, constituído por documentação textual, iconográfica, sonora e audiovisual. Esse Conselho foi criado em 1985, com a finalidade de promover políticas de igualdade de gênero no país, e teve a sua documentação recolhida ao Arquivo Nacional em 2009. Contava com a participação de grupos e associações de defesa dos direitos das mulheres.

Há muitos outros caminhos, dentre a documentação pública, onde se pode buscar fontes para a construção de uma História das Mulheres. Enquanto trabalhei na equipe de atendimento ao público do Arquivo Nacional, tive contato com diversos pesquisadores e suas pesquisas. Lembro-me de uma professora que levou uma vez seu grupo de estudantes para a Sala de Leitura e ficaram horas pesquisando processos de alforria de mulheres escravizadas, de onde podiam ser extraídas as vozes dessas mulheres.

Diante do quadro de mudanças pelas quais vêm passando a Arquivologia tradicional, entende-se que um Arquivo Público é responsável pela documentação produzida pelo Estado, mas também pode assumir, muitas vezes, a responsabilidade de custodiar conjuntos documentais privados, representativos dos diferentes segmentos que compõem a sociedade brasileira. O Arquivo Nacional, principal instituição arquivística do Brasil, tem recebido, ao longo de sua história, pedidos de doação de acervos privados vários. São, em sua totalidade, 305 conjuntos documentais privados sob a guarda do AN. Mas será que esses conjuntos privados são representativos dos diversos grupos sociais que formam a nossa sociedade? De antemão, sabemos que algumas

³¹³ A modalidade de aquisição de acervos privados através de compra já foi utilizada pelo Arquivo Nacional no passado, mas hoje não é mais praticada.

minorias sociais – embora maioria da população brasileira – estão sub-representadas ou mesmo ausentes dos arquivos brasileiros. O que pode ser feito para transformar esse cenário?

Segundo mapeamento feito por Benassi (2017), dos 305 conjuntos documentais privados existentes no Arquivo Nacional, 196 foram produzidos por homens, enquanto apenas 26 são acervos privados de mulheres, dentre os quais estão os de Maria da Conceição da Costa Neves e Maria Luíza Aboim. Nessa contagem, a autora explica que, para os fins de recorte da pesquisa, não foram incluídos os arquivos familiares ou de casais nem aqueles produzidos por entidades.

É importante destacar que, desde o ingresso na Rede de Arquivos de Mulheres, o Arquivo Nacional – atualmente representado na Rede por quatro servidoras – vem se envolvendo nas atividades propostas pela RAM. Uma delas é o mapeamento de fundos de / sobre mulheres que fazem parte do acervo do AN, com a especificação das datas-limites, dos gêneros documentais e o registro de uma breve biografia das titulares. Nesse levantamento, as servidoras envolvidas nessa frente resolveram incluir na contabilização dos acervos aqueles produzidos por famílias ou casais (em que as mulheres também figuram como titulares) e acervos de entidades ligadas à defesa dos direitos da mulher, como a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, cuja presidência foi exercida por Berta Lutz.

Considerando esse novo recorte, o número de acervos de / sobre mulheres no Arquivo Nacional chega a 52, o que ainda é um número bastante reduzido frente ao total de fundos e coleções existentes na instituição. Como afirma Benassi, citando a entrevista que realizou com Beatriz Monteiro, supervisora da Equipe de Processamento Técnico de Documentos Privados do AN, “durante muito tempo o Arquivo Nacional conservou o perfil de receber arquivos de homens públicos” (BENASSI, 2017, p.34).

O grupo de trabalho à frente do mapeamento de acervos de / sobre mulheres vislumbra, em um segundo momento, reunir no mapeamento outros fundos (públicos e privados) onde as mulheres estejam representadas, de forma a tentar agrupar as fontes dispersas produzidas por ou sobre elas que podem ser encontradas no Arquivo Nacional. Esse desejo da elaboração de um guia de fontes tem como pretensão tornar visíveis caminhos, por vezes ainda ocultos, para a construção de uma história em que as mulheres, e outras minorias, sejam protagonistas.

Alguns efeitos são desejados / esperados a partir da elaboração e publicação de um material como esse: de um lado, o aumento de pesquisadores interessados na consulta de alguns acervos; e por outro, algumas

mudanças internas à instituição, ligadas ao processamento técnico. Um exemplo é a possibilidade de repensar os campos existentes para a recuperação da informação, bem como refletir sobre quais informações são alimentadas. É importante que os profissionais que trabalham em arquivos se tornem conscientes do seu “poder” de tornar visível (ou de invisibilizar) certos personagens e suas trajetórias.

Quando se escolheu, por exemplo, escrever sobre o acervo audiovisual de Maria Luíza Aboim para a revista do Festival Arquivo em Cartaz 2019, decidiu-se dar visibilidade a um acervo produzido por uma mulher, e aos temas que ela aborda em suas obras, que têm como cerne os grupos oprimidos da nossa sociedade.

Em 1975 Maria Luíza ingressava no movimento feminista e ajudava a fundar o Centro da Mulher Brasileira. Uma das principais preocupações do movimento feminista era a necessidade de as mães terem com quem deixar seus filhos para irem trabalhar, o que está diretamente ligado à autonomia econômica feminina. Foi nesse momento que ela conheceu o projeto desenvolvido na comunidade da Vila Kennedy, subúrbio do Rio de Janeiro, em que algumas mulheres ficavam, em suas próprias casas, com os filhos de outras mulheres, para estas trabalharem fora. Como pagamento pelo trabalho, as mulheres cuidadoras recebiam cestas de alimentos. O projeto da creche era organizado e gerido por um órgão público ligado ao Ministério da Previdência Social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Com o objetivo de retratar essa experiência de creche comunitária, Maria Luíza filmou, em 1979, seu primeiro filme, “Creche-lar”.

A este seguiram-se outros filmes, que refletem os temas com os quais a cineasta se envolveu e continua se envolvendo ao longo da vida: o feminismo, a violência contra a mulher, o candomblé, a questão indígena, a agroecologia. Guardar, preservar, dar acesso e difundir um acervo como o de Maria Luíza Aboim é tornar visíveis também as histórias que ela conta em seus filmes, que dão voz a grupos historicamente silenciados.

Outra atividade que é importante mencionar realizada pelo Arquivo Nacional no âmbito da RAM foi a mesa “Mulheres e seus arquivos privados: o olhar das doadoras”, ocorrida no dia 07 de outubro de 2021³¹⁴. Desta mesa participaram quatro titulares que doaram seus acervos para o Arquivo Nacional: Comba Marques Porto; Hildete Pereira de Melo, Leonor Nunes Paiva e Lucia Velloso Mauricio. Neste evento, as titulares contaram sobre suas trajetórias, a atuação no movimento feminista, e falaram também da decisão de

³¹⁴ A gravação do evento está disponível em

< <https://www.youtube.com/watch?v=d6HkPFUpQ4>>. Acesso em 23/05/2022

doar seus acervos para o Arquivo Nacional. Destacaram a importância desses documentos estarem guardados e preservados em uma instituição pública.

O acervo de Comba Marques Porto foi doado ao Arquivo Nacional em 1993, tornando-se o segundo acervo produzido por uma mulher a ingressar na instituição. De acordo com as palestrantes, esta doação serviu como exemplo a outras mulheres militantes, que compreendem a importância dessa ação para o não apagamento de suas trajetórias. Assim, à doação do acervo de Comba, seguiu-se a dos arquivos de Leonor Nunes Paiva e Hildete Pereira de Melo, em 2007 e 2008 respectivamente.

Mas foi em 2009 que ocorreu o maior número de doações de arquivos privados de mulheres ao Arquivo Nacional, em razão do lançamento do Edital Público de Chamamento de Acervos 001/2009, realizado pelo Memórias Reveladas. Neste ano, foi criado o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, cujo objetivo era disponibilizar, em um portal na internet, informações acerca de arquivos referentes ao regime militar, custodiados por diversas instituições públicas e privadas. O Memórias Reveladas buscou então incentivar a doação, por particulares, de documentos que retratassem a ditadura militar, com a simplificação dos trâmites.

Foi nesta ocasião em que o acervo de Maria da Conceição da Costa Neves foi entregue ao Arquivo Nacional por sua sobrinha, 20 anos após a sua morte. O acervo de Maria da Conceição, bem como o de outras mulheres doados nessa oportunidade, jogam luz sobre esse período da história do Brasil. Maria da Conceição, enquanto deputada, participou da oposição ao governo de João Goulart e depois se tornou crítica ao regime militar e sofreu a cassação de seu mandato em 1969, em decorrência do ato institucional n. 5 – AI-5.

Cabe destacar que, ao longo da história do Arquivo Nacional, esse foi o primeiro e único chamamento de acervos privados, ao qual muitas mulheres responderam doando seus acervos, para serem preservados e difundidos. Passados dez anos desse evento inédito de chamamento de acervos, houve uma significativa mudança na política de aquisição de acervos privados do Arquivo Nacional. A atual política de aquisição de acervos, em vigor desde 09 de setembro de 2019, define “como critério para o recebimento de arquivos privados no Arquivo Nacional a existência de prévia declaração de interesse público e social cujo processo se inicia por meio de solicitação ao Conselho Nacional de Arquivos”³¹⁵. Com a exigência da declaração de interesse público

³¹⁵ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 311, de 9 de setembro de 2019. Estabelece critérios para recebimento de arquivos privados no Arquivo Nacional. Boletim de Gestão de Pessoas, Brasília, DF, ano 3, edição 9.14, 19 set. 2019. Disponível em: < <https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br/publicacao/detalhar/24799> > Acesso em: 19 fev. 2022

e social para que um acervo tenha sua doação deferida para o Arquivo Nacional, pode-se dizer que se tornou mais difícil e complexo o processo de ingresso de um acervo privado na instituição.

4 PARA ONDE CAMINHAMOS?

Nesse esforço de refletirmos sobre o percurso do Arquivo Nacional, nos últimos anos, em relação aos acervos de mulheres, pôde-se observar, por um lado, que algumas ações foram desenvolvidas no sentido de visibilizar esses acervos: a realização do Festival Arquivo em Cartaz com o tema “Mulheres no Cinema”, bem como outras ações mencionadas ao longo do texto, diretamente relacionadas ao envolvimento e participação do Arquivo Nacional na RAM. Por outro lado, vemos recentemente um endurecimento na política de aquisição de acervos privados, que dificulta o ingresso, na principal instituição arquivística brasileira, desses outros registros que contam histórias não oficiais, de minorias historicamente silenciadas.

Há disputas, na sociedade e dentro das instituições arquivísticas, sobre quais acervos serão guardados, preservados, descritos, e quais atores sociais serão lembrados ou esquecidos. E os profissionais de arquivo não estão alheios a essas disputas; muitas vezes se envolvem diretamente e tensionam a política institucional.

Cifor e Wood são pesquisadoras feministas que vêm refletindo sobre a ausência, nos Arquivos, dos registros produzidos pelas mulheres e outros grupos marginalizados. Essas autoras trazem uma reflexão interessante sobre a maneira como a teoria feminista pode contribuir para questionarmos não apenas a ausência de registros sobre as mulheres ou a organização destes registros, mas a própria estrutura das instituições arquivísticas. Segundo elas, “uma intervenção feminista crítica nos arquivos, no entanto, pode significar uma reorganização fundamental das próprias instituições arquivísticas” (CIFOR, 2017, p. 18). Trata-se de transformar hierarquias, marcadas pelo patriarcalismo. O caminho é longo, mas a caminhada já começou.

REFERÊNCIAS

BENASSI, Martina. **Arquivo e representatividade: uma pesquisa através dos acervos de mulheres no Arquivo Nacional**. Orientadora: Patricia Ladeira Penna Macêdo. 2017. 62 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 311, de 9 de setembro de 2019. Estabelece critérios para recebimento de arquivos privados no Arquivo Nacional. Boletim de Gestão de Pessoas, Brasília, DF, ano 3, edição 9.14, 19 set. 2019. Disponível em:

<<https://boletim.sigepe.planejamento.gov.br/publicacao/detalhar/24799>>
Acesso em: 19 fev. 2022

CIFOR, Marika; WOOD, Stacy. Critical Feminism in the Archives. Critical Archival Studies. eds. Michelle Caswell, Ricardo Punzalan, and T-Kay Sangwand. Special issue, **Journal of Critical Library and Information Studies** 1, n.2, 2017.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

JIMERSON, Randall. Archives for all: professional responsibility and social justice. **The American Archivist**, v.70, n. 2, p. 252-281, 2007.

NEVES, Maria da Conceição da Costa. **Rua sem fim**: autobiografia. São Paulo: Ed. Das Américas, 1984.

ARQUIVANDO A REPRESSÃO: CATEGORIZAÇÃO E USO DOS ARQUIVOS SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Fernanda de Moraes Costa (Fundação Getúlio Vargas)

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, possuímos descritos e acessíveis mais de duas centenas de fundos e coleções³¹⁶ relacionados à ditadura militar³¹⁷. Uma diversidade de conjuntos de documentos aparece reunida dentro desse grande “assunto” ditadura: arquivos pessoais, de órgãos de inteligência e repressão política, de instituições privadas, de organizações de direitos humanos, de partidos e movimentos clandestinos, entre uma infinidade de produtores e ações.

Entendemos que cada um desses arquivos é único e possui suas características e particularidades. Neste trabalho, no entanto, tentaremos analisar justamente o que os aproxima ou afasta entre si, testando possíveis

³¹⁶ Fundo: Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo (ARQUIVO NACIONAL, 2005); Coleção: “Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 52).

³¹⁷ Especificamente na Base de Dados do Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. O banco de dados Memórias Reveladas é uma das iniciativas do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, vinculado ao Arquivo Nacional e criado em 13 de maio de 2009. Apresenta a descrição dos acervos arquivísticos relacionados à repressão política entre 1964 e 1985. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/128-banco-de-dados-memorias-reveladas>. Acesso em: 05 mar. 2022.

categorizações, bem como a possibilidade de associá-los à uma categoria específica: arquivos de direitos humanos.

Para análise e categorização realizamos um estudo comparativo entre diversos conjuntos documentais relativos à ditadura no Brasil, pesquisando aproximações e fronteiras a partir de três bases: (I) revisão da literatura sobre o tema; (II) levantamento do produtor dos arquivos, em consonância com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE); e (III) identificação, metodologia associada à gestão de documentos³¹⁸. Para a associação de documentos a arquivos de direitos humanos foi realizada uma pesquisa na literatura recente sobre o tema, analisando os limites e possibilidades dessa categorização, bem como uma análise dos usos distintos dos mesmos arquivos, no passado recente e na atualidade, a partir dos conceitos de “ativação” de documentos, apresentados por Eric Ketelaar (2001) e Michelle Caswell (2014) e de “transmutação de sentidos” (KNAUSS, 2009).

2 CATEGORIZAÇÃO, DEFINIÇÃO E APROXIMAÇÕES

Elizabeth Jelin (2002, p. 7) categoriza os arquivos relacionados às ditaduras na América Latina em três tipos: os acervos de suas instituições repressivas; os arquivos produzidos e acumulados a partir do trabalho realizado pelas organizações de direitos humanos para a denúncia dos atos de repressão política e arquivos, tanto diversos como dispersos, constituídos a partir resistências individuais e coletivas.

No entanto, a partir dessa caracterização não foi possível definir parte dos arquivos que possuímos sobre a ditadura militar no Brasil. Elaboramos, então, um mapeamento dos seus produtores, analisando qual a finalidade da sua existência, ou seja, para que competências esse órgão/entidade foi criado ou qual a atividade desempenhada por determinado indivíduo, pois acreditamos que estas competências, funções e atividades³¹⁹ nortearam a produção, a acumulação, a organização e o uso original dos arquivos. Para este mapeamento, utilizamos: (I) a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que associa o produtor à proveniência do arquivo, destacando que este deve estar de acordo com outros elementos de descrição utilizados pela norma, como história administrativa ou biografia, sendo o produtor a

³¹⁸ “Identificação é uma metodologia de pesquisa arquivística, uma tarefa de natureza intelectual sobre o documento de arquivo e sua ligação ao órgão produtor, que fundamenta as funções que sustentam o programa de gestão de documentos e de arquivos” (RODRIGUES, 2013, p. 64).

³¹⁹ Primeiro objeto de estudo da metodologia de identificação para a gestão de documentos: “órgão produtor, analisando o elemento orgânico (estrutura administrativa) e o elemento funcional (competências, funções e atividades)” (Ibidem, p. 74).

“entidade singular ou coletiva responsável, em última instância, pela acumulação do acervo” (CONARQ, 2006, p. 30); (II) o **Guia de Fontes Memórias Reveladas** do Arquivo Nacional, que apresenta a descrição arquivística de fundos e coleções sobre a ditadura militar no Brasil; (III) metodologia de gestão de documentos, a identificação, para o levantamento e análise de competências, funções e atividades desenvolvidas pelos produtores de arquivos.

Assim, sem a menor intenção de questionar definições já estabelecidas, nem criar uma teoria arquivística, este trabalho tem como objetivo estabelecer aproximações entre os arquivos sobre a ditadura, a partir da seguinte categorização: (I) os arquivos da repressão são aqueles produzidos pelos órgãos voltados para a repressão política; (II) os arquivos da resistência são aqueles produzidos por indivíduos, entidades ou iniciativas voltadas para resistir ao regime repressivo e, no caso do Brasil, resistir também é denunciar as arbitrariedades de Estado e dar apoio aos perseguidos políticos, seja durante a ditadura, seja no período de redemocratização; (III) arquivos da reparação são aqueles produzidos em ações de prestação de contas do Estado em relação às suas ações de repressão política. As duas primeiras categorizações já foram trabalhadas pela literatura especializada, enquanto a terceira – reparação – será pensada e conceituada neste trabalho.

A primeira categoria analisada, os arquivos da repressão, segundo Antonio Gonzalez Quintana (1995), se categorizam como os arquivos dos serviços de segurança do Estado dos extintos regimes repressivos, ou seja, documentos que foram produzidos e/ou acumulados pelo Estado com a finalidade de controlar, perseguir, prender e fazer desaparecer os seus opositores. Geralmente se constituem na reunião de dois grupos diferentes de documentos: o primeiro se refere aos documentos produzidos tanto pelas ações de repressão propriamente ditas como àqueles pertinentes ao trabalho burocrático-administrativo dos órgãos de segurança; o segundo ao “conjunto de objetos roubados das vítimas ou expropriados de organizações que foram alvo da violência estatal” (PADRÓS, 2009, p. 40).

Para Quintana (1995, p. 6, tradução minha), a influência dos documentos sobre a vida da sociedade e das pessoas é decisiva, mas nenhuma outra categoria de documentos poderia ilustrar melhor essa afirmação do que os arquivos da repressão. Se durante a vigência de regimes repressivos as vítimas dos órgãos de segurança sentem “na carne” o peso desses arquivos, “quando a democracia chega e seus fundos abertos é quando se tem plena consciência de sua influência na vida das pessoas”. E, ainda, arquivos que foram “absolutamente necessários para o exercício de atividades repressivas”,

na democracia e à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos, se transformam em “instrumento social insubstituível para moldar as novas relações sociais. O efeito bumerangue que os documentos têm a esse respeito é atípico e único”.

Jaime Antunes (2011, p. 15) afirma que, com a transição democrática³²⁰, os arquivos da repressão se tornaram testemunhos da atuação dos organismos a serviço do Estado autoritário, enquanto Abrão e Guimarães (apud SANTOS, 2016, p. 11) defendem que em sociedades marcadas por ditaduras e conflitos civis esses arquivos se constituem em ferramenta “para enfrentar e desconstruir legados autoritários”.

Parte dos arquivos da repressão que sobreviveram à transição política começaram a ser recolhidos a partir da década de 1990 às instituições arquivísticas pertinentes³²¹. Atualmente, os arquivos da repressão se constituem na maior parte dos arquivos descritos na base de dados do Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. Representam, segundo Fernanda de Moraes Costa e Elaine Alves da Silva (2019), 44,4% dos fundos/coleções apresentados e, em termos de volume, 91,03% dos documentos³²².

À segunda categoria analisada nesta pesquisa, arquivos da resistência, associamos aqueles produzidos pelas ações de reação à ditadura, seja por entidades, grupos ou indivíduos. São os arquivos dos partidos de oposição³²³, dos grupos e movimentos clandestinos, das associações de vítimas, organizações de direitos humanos, dos movimentos sociais, entre outros, pois foram muitas as formas de resistir.

³²⁰ Entendemos por transição política o intervalo existente entre dois regimes políticos distintos. A transição para a democracia, especificamente, é o processo de dissolução de um regime autoritário e o estabelecimento de alguma forma de democracia (O'DONNEL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1998).

³²¹ Podemos destacar dois momentos significativos: (I) A década de 1990, com o recolhimento de parte dos arquivos das polícias políticas estaduais às instituições arquivísticas pertinentes; (II) o período de 2005 a 2010, quando diversos documentos de órgãos de segurança e informação, como o Serviço Nacional de Informação (SNI), o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Comissão Geral de Investigações (CGI), entre outros, foram recolhidos ao Arquivo Nacional.

³²² Segundo Mariana Joffily (2012, p. 137), embora o Brasil seja o país, em comparação a seus vizinhos da América Latina, que detém o maior volume de arquivos sobre a repressão política, não foi possível descobrir e acessar a documentação dos principais centros de repressão política, como o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e os Destacamentos de Operação de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

³²³ Mesmo na clandestinidade, devido ao sistema bipartidário instituído a partir do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

Podemos relacionar parte desses arquivos ao que Enrique Serra Padrós (2009, p. 40) denomina “arquivos sobre a repressão”, ou seja, documentos elaborados a partir da atuação das organizações de direitos humanos que, segundo o autor, são quase sempre os primeiros a serem organizados e publicizados, mesmo durante a vigência de regimes ditatoriais, para dar suporte na busca por informações ou para denúncia. Arquivos estes, que segundo Bruno Groppo (2014, p. 17) são uma especificidade das ditaduras militares nos anos de 1960-1980 na América Latina. De acordo com o autor, a multiplicação deste tipo de arquivo “foi uma das principais formas de resistência da sociedade civil à instauração de ditaduras militares que se distinguiram particularmente pela violação dos direitos humanos”. Podemos citar como exemplos brasileiros: o Grupo CLAMOR (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul), o Projeto Brasil Nunca Mais e o Grupo Tortura Nunca Mais³²⁴.

Podemos associar outra parte desses arquivos no Brasil ao que Elizabeth Jelin (2002) trata como diversos e dispersos, constituídos a partir de resistências individuais e coletivas aos regimes repressivos. São arquivos de comitês, associações, sindicatos, coletivos, campanhas, organizações de trabalhadores e estudantes, indivíduos, jornais, partidos, entre outros³²⁵.

Cabe destacar que durante anos no Brasil os familiares e os atingidos pelas ações do Estado contavam quase que exclusivamente com os arquivos das associações de vítimas e de entidades/ações de direitos humanos para a denúncia das arbitrariedades e para a busca por informações. O acesso a eles se deu anos antes do direito ao *habeas data*³²⁶ e do início do recolhimento dos arquivos da repressão, em 1991.

A terceira categoria analisada, arquivos da reparação, foi criada neste trabalho e está associada à documentação produzida por órgãos/entidades do Estado que têm como competência a prestação de contas à sociedade em relação aos atos arbitrários do período ditatorial.

A reparação é um dos pilares da justiça de transição, termo cunhado na década de 1990 por Ruti G. Teitel (2003). Justiça de Transição consiste em uma “concepção de justiça associada a períodos de mudança política, caracterizada por respostas legais para confrontar os crimes dos regimes repressivos

³²⁴ Os dois primeiros se encontram descritos na Base de Dados Memórias Reveladas, ao contrário do Grupo Tortura Nunca Mais, que apesar de ainda não inserido na Base citamos aqui pela importância da entidade e de seus arquivos.

³²⁵ Parte destes arquivos foram doados ao Arquivo Nacional a partir do Edital de chamamento público, em 2009.

³²⁶ Direito instituído pela Constituição de 1988, que permite ao cidadão acessar qualquer informação que órgãos públicos tenham sobre si.

anteriores” (Ibidem, p. 69, tradução minha). Seus cinco pilares são: “processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação” (VAN ZYL, 2009, p. 34). No âmbito dessa concepção, reparação consiste no dever do Estado em fornecer medidas (auxílio financeiro, suporte psicológico, iniciativas simbólicas) para tentar reparar as violações dos direitos humanos perpetradas por este mesmo Estado.

O termo “reparar”, no entanto, tem um sentido mais amplo podendo também significar:

1. Pôr algo que se estragou ou quebrou em bom estado de funcionamento; consertar, restaurar [...]
2. Fazer voltar a ter energia, força ou saúde; recobrar, recuperar [...]
3. Dar satisfação de; desculpar-se, retratar-se [...]
4. Fazer melhorias ou aprimoramento em; aprimorar [...]
5. Fazer reparos ou correções; remediar [...]
6. Compensar alguém ou a si próprio por danos, prejuízos ou contrariedades sérias; indenizar(-se), ressarcir(-se) [...]
7. Fixar a vista ou a atenção em; notar, observar [...]
8. Tomar cautela; resguardar-se [...]
9. Oferecer proteção a si mesmo; abrigar-se, proteger-se [...]

(REPARAR. In: **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** – Michaelis. São Paulo: Melhoramentos, 2015).

O Estado no período pós-1988, ainda que timidamente e não na celeridade e proporção desejadas por alguns setores da sociedade, instituiu órgãos/entidades e ações voltados tanto para reparar, de alguma forma, a vida de indivíduos atingidos pelos atos de violência, quanto para tentar aperfeiçoar e aprofundar o próprio Estado de direito e a democracia e deles tentar afastar “o que restou da ditadura”. São tentativas de enfrentamento do seu legado autoritário, de ir além do que foi assegurado pela Lei de Anistia em 1979 que, segundo Glenda Mezarobba (2010), não atendeu às principais reivindicações dos perseguidos políticos e dos familiares das vítimas fatais do regime.

Podemos citar como exemplos: a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em dezembro de 1995, tendo como atribuições o reconhecimento oficial de pessoas mortas ou desaparecidas por motivação política, a localização de seus corpos e a emissão de parecer sobre os requerimentos de familiares das vítimas; a Comissão de Anistia, instituída em 2001, responsável pelas políticas de reparação às vítimas da ditadura no Brasil;

as versões estaduais da Comissão de Anistia implementadas, por exemplo, por São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Ceará; a Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011, com o intuito de examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 e 1988 e suas congêneres em uma série de estados, municípios e instituições que implementaram suas próprias Comissões da Verdade.

Ao analisarmos a quarta categoria tratada neste trabalho, arquivos de direitos humanos, podemos ver, como afirmam Noah Geraci e Michelle Caswell (2016) que falta uma definição clara ou compreensão compartilhada sobre esses arquivos. Shana Marques Prado dos Santos (2016, p. 14), por exemplo, defende que um conceito de arquivos de direitos humanos deve ser amplo, pois seriam uma categoria construída e não previamente estabelecida. Segundo a autora, a sua utilização para esclarecimento e memória de violações de direitos humanos seria suficiente para ser contemplada nesta categoria. Michelle Caswell (2014, p. 208), por sua vez, os associa ao termo “guarda-chuva”, tamanha a diversidade de arquivos que poderiam ser assim categorizados. Para Caswell (2014, p. 209), arquivos de direitos humanos é um termo genérico, que engloba tanto a documentação burocrática criada durante os atos de repressão como a elaborada por ativistas de direitos humanos e advogados pós-violência estatal, bem como relatos dos sobreviventes, dos familiares das vítimas ou comunidade, e, ainda, evidências forenses. Arquivos de direitos humanos “são coleções de documentos que comprovam abuso de poder violento e sistemático”. No entanto, precisam ser “ativados” por indivíduos (incluindo arquivistas), comunidades e instituições, a fim de cumprir uma função de direitos humanos (Ibidem, p. 208).

Acreditamos, então, que a partir dessas reflexões acerca de arquivos de direitos humanos faz-se necessária a análise de um conceito-chave para a associação de documentos à categoria: a “ativação”. Para Eric Ketelaar (2001) é a “ativação” que dá significado aos documentos, pois estes não são objetos limitados a conteúdos e contextos definitivos que são dados na sua produção. Quem os utiliza não é exterior e distante a eles, que não falam por si sós. Para o autor, não existiria uma divisão efetiva entre usuário/uso e documento/conteúdo, de maneira que um mesmo documento pode ser ativado diversas vezes para usos completamente diferentes e a cada nova ativação pode ser modificado o significado da ativação anterior.

Assim, dentro dessa ideia de ativação para o caso de categorização de arquivos de direitos humanos, podemos afirmar que o que os caracteriza não é o seu contexto de produção, as funções e atividades que o originaram, ou as informações que apresentam, mas sim como podem se configurar em

instrumento para a proteção de indivíduos, assegurando que qualquer ser humano tenha sua dignidade garantida incondicionalmente.

No entanto, o que permitiu novas possibilidades de “ativação” para os arquivos ligados à ditadura no Brasil foi uma nova conjuntura política. Na democracia ganharam outra razão de ser devido às mudanças na sociedade e suas instituições e novos interesses implicaram em novos usos para os mesmos papéis. Paulo Knauss (2009, p. 10) indica que houve uma “transmutação de sentidos” desses arquivos, pois os documentos “entre a primeira e a última fase de sua vida eles continuam sempre sendo os mesmos suportes materiais de informação, mas o seu sentido é transformado”. Os documentos passam da produção de um ato para recordação deste mesmo ato e os seus usos são redefinidos pelo presente. Essa transmutação de sentidos é fruto do deslocamento dos tempos, pois “é no presente que o passado se define”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As competências, funções e atividades do seu produtor, ou seja, a sua razão/finalidade de existir, nos permitem categorizar conjuntos de documentos relacionados à ditadura dentro de 3 lógicas: repressão, resistência ou reparação. No entanto, os seus usos estão associados às conjunturas que viveram ou ainda vão viver. Suas possibilidades de ativação são construídas no presente, uma conjuntura democrática permitiu usos totalmente diversos da finalidade para os quais alguns deles foram criados, tornando-os instrumentos de elucidação e confronto do nosso legado autoritário, bem como para reparar indivíduos atingidos por atos de exceção. Ou seja, a nossa democracia foi capaz de transformar até mesmo documentos produzidos para calar, perseguir, prender e violar e as novas possibilidades de ativação destes documentos nos permitem, inclusive, associá-los também à essa categoria “ativada”, ou seja, os arquivos de direitos humanos.

As futuras “ativações” e transmutações de sentidos dos arquivos sobre a Ditadura no Brasil, no entanto, também serão determinadas pela conjuntura política e pelas possibilidades instituídas por lei. Se houver uma modificação na legislação, talvez um dia possam ser usados contra os envolvidos em crimes de lesa humanidade e teremos o julgamento para os crimes de tortura e assassinato durante a ditadura³²⁷. Ou, quem sabe, numa leitura pessimista do futuro que se avizinha (talvez realista, pois temos diversos autores que tratam com receio atuais governantes e práticas políticas), realmente estivermos

³²⁷ Em 2010, o STF fechou a questão ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153), em que rejeitou o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por uma revisão na Lei da Anistia (Lei nº 6683/79).

vivendo uma crise da democracia e caminharmos para novos governos de exceção, esses documentos voltem a ser utilizados pelo Estado na busca e repressão de grupos sociais considerados “inimigos”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jaime. “O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): memórias reveladas”. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, jul./dez. 2011, p. 13-28.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CASWELL, Michelle. “Defining human rights archives: introduction to the special double issue on archives and human rights”. In: **Archival Science**, n. 14, September 2014, p. 207-213.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **E-Arq Brasil: Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2006.

GERACI, Noah; CASWELL, Michelle. “Developing a Typology of Human Rights Records”. In: **Journal of Contemporary Archival Studies**, v. 3, n. 1, 2016, p. 1-24.

GROPPO, Bruno. “Os arquivos das associações de defesa dos direitos humanos no Chile e na Argentina”. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jan./jun. 2014, p. 17-32. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/458>. Acesso em: 11 maio 2021.

JELIN, Elizabeth. “Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión”. In: JELIN, Elizabeth; CATELA, Ludmila da Silva (orgs.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 1-12.

JOFFILY, Mariana. “Direito à informação e direito à vida privada: os impasses em torno do acesso aos arquivos da ditadura militar brasileira”. In: **Estudos Históricos**, v. 25, n. 49, jan./jun. 2012, p. 129-148. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/3766>. Acesso em: 11 maio 2021.

KETELAAR, Eric. “Tacit narratives: the meanings of archives”. In: **Archival Science**, v. 1, n. 2, 2001, p. 131-141.

KNAUSS, Paulo. “Usos do passado, arquivos e universidade”. In: **Cadernos de Pesquisa CDHIS**, v. 22, n. 40, 2009, p. 9-16. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7326>. Acesso em: 17 maio 2021.

MEZAROBBA, Glenda. “Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil”. In: **Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 7, n. 13, dez. 2010, p. 7-25.

MORAES COSTA, Fernanda de; SILVA, Elaine Alves da. “Pelo buraco da fechadura: um olhar sobre os arquivos que integram o banco de dados do Memórias Reveladas”. In: **Pesquisa Arquivística**, Escola de Arquivologia da UNIRIO, 2019. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/arquivologia/pesquisaemarquivistica/publicacoes>. Acesso em: 11 maio 2021.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence. **Transiciones desde un gobierno autoritario. América Latina**. Buenos Aires: Paidós, 1998.

PADRÓS, Enrique Serra. “História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos”. In: **Tempo & Argumento**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009, p. 30-45. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3381/338130370010.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

QUINTANA, Antonio Gonzalez. **Los Archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos**. Texto resumido por Antonio González Quintana del aprobado por el Grupo de Expertos establecido por la UNESCO y el Consejo Internacional de archivos, 1995.

REPARAR. In: **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa – Michaelis**. São Paulo: Melhoramentos, 2015.

RODRIGUES, Ana Célia. “Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira”. In: **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, 2013, p. 64-80. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1395>. Acesso em: 11 maio 2021.

SANTOS, Shana Marques Prado dos. **Tratamento de arquivo de direitos humanos na América Latina**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/62386>. Acesso em: 11 maio 2021.

TEITEL, Ruti G. “Transitional Justice Genealogy”. In: **Harvard Human Rights Journal**, v. 16, 2003, p. 69-94.

VAN ZYL, Paul. “Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito”. In: **Revista Anistia – política e justiça de transição**, Brasília, v. 1, jan./jun. 2009, p. 32-55.

ARQUIVOS DA REPRESSÃO: O DEBATE SOBRE A AUTORIDADE ARQUIVÍSTICA E O ACESSO À INFORMAÇÃO

Daniel Guimarães Elian dos Santos (Arquivo Público do
Estado do Rio Janeiro)

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos acumulados e produzidos pelos órgãos que exerceram as funções de polícia política passaram por diferentes mãos antes de aportarem nos depósitos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Os documentos mais antigos remetem à primeira década do século XX, a despeito de ainda não haver uma polícia política institucionalizada pelo Estado brasileiro, algo que veio a se concretizar apenas na década de 1930.

O Rio de Janeiro, por ser a capital federal até o ano de 1960, apresenta particularidades que possibilitam o melhor entendimento sobre os órgãos de polícia política. Criada em 1933, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) concentrava todos os esforços de segurança no dever de proteger a nação brasileira de possíveis ameaças estrangeiras. Os órgãos que a sucederam – Divisão de Polícia Política e Social (DPS), Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) – adquiriram uma maior importância ao longo de sua existência, servindo muitas vezes como órgão centralizador de toda a documentação produzida pelas demais delegacias especializadas de ordem pública e social, chamadas

vulgarmente por DOPS, espalhadas pelos demais entes da federação. Até mesmo a cidade do Rio de Janeiro, enquanto Estado da Guanabara, manteve o seu Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/GB).

Antes mesmo do fim do regime militar, o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), último órgão de polícia política, teve suas funções extintas, em 1983. Toda a documentação acumulada e produzida pelos órgãos foi transferida num primeiro momento para os arquivos da Polícia Federal. A submissão ao controle federal das informações produzidas pelos organismos estaduais iniciou o debate acerca da autoridade arquivística sobre os arquivos da repressão.

Isto posto, esse trabalho pretende apresentar o debate arquivístico surgido nos últimos anos dos militares à frente do poder acerca da definição de autoridade arquivística sobre os documentos acumulados e produzidos pelos órgãos de polícia política ao longo de todo o século passado. Além disso, apresentaremos a importância do acesso à informação aos arquivos pela sociedade a fim de se construir a cidadania plena e solidificar a democracia, reconhecendo a transparência dos assuntos de interesse público como indispensável para a prevenção de novas violações.

2 O ACESSO A INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS

As instituições arquivísticas públicas, como conhecemos hoje, são fruto da criação e estruturação dos Estados-nação mobilizados pela Revolução Francesa. A criação da noção de Estado como poder político de gestão pública consolidado a partir da noção de organização democrática torna a instituição arquivística pública uma demanda obrigatória para a mediação entre poder de Estado e população, visto o reconhecimento dos documentos de arquivos como instrumentos fundamentais para o exercício de direitos do cidadão.

O acesso à informação faz parte do trabalho diário das instituições arquivísticas, considerada a principal função dos arquivistas na atualidade. Até o início do século passado, o arquivista era visto, por vezes, como o zelador dos documentos, e hoje, essa visão mostra-se cada vez mais ultrapassada, sendo o arquivista o responsável pela difusão da informação contida nos documentos. O direito à informação é um direito fundamental para a vida em sociedades democráticas. Nesse contexto, a informação é entendida como um recurso fundamental para o desenvolvimento individual e das sociedades (SILVA, 2008, p. 25). Jardim (2001, p. 32) categoriza o direito à informação como um direito difuso, que carrega certa flexibilidade por situar-se transversalmente às subdivisões dos direitos dos cidadãos propostas pelo sociólogo britânico Thomas Marshall (1967): direitos civis, políticos e sociais. A informação

desempenha papel fundamental no processo decisório da administração pública. Segundo Martins (2011, p. 233), o acesso à informação pública representa o “direito que tem toda pessoa de receber informações em poder do Estado sobre qualquer assunto”, tornando-se essencial para as diretrizes de “um governo aberto, que propõe processos e procedimentos governamentais mais transparentes”.

O acesso à informação é um pressuposto para a garantia da transparência na administração pública, indispensável para o fortalecimento da crença da sociedade nas instituições públicas. Os governos têm a obrigação de publicar e disseminar informações essenciais sobre as atividades desenvolvidas pelos diferentes órgãos públicos que compõem o organismo público, e de receber – e responder, toda e qualquer demanda proveniente dos cidadãos, da sociedade. Todos os organismos públicos devem “comunicar suas atividades e o impacto que estas produzem na sociedade civil, à qual, por sua vez, deve ter assegurado o livre acesso a tais informações” (JARDIM, 1999, p. 2).

Os artigos 5º e 37º da Constituição Federal de 1988 garantem ao cidadão o direito à informação pública, assim como os tratados internacionais assinados pelo país. O artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos garante que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e de expressão; esse direito inclui a liberdade de ter opiniões sem sofrer interferência e de procurar, receber e divulgar informações e ideias por quaisquer meios, sem limite de fronteiras”. Desde que os dados solicitados não comprometam a segurança da sociedade e do Estado brasileiro, todo cidadão tem o direito de receber de qualquer órgão público informações que sejam de seu interesse. Tais informações devem ser transmitidas de forma eficaz, transparente e em linguagem de fácil compreensão a fim de se fortalecer a cultura de transparência da gestão pública do país.

Se não lhe são revelados os fatos de interesse público, estar-se-á cerceando o seu direito fundamental a tomar decisões como membro da sociedade. O princípio inscrito no parágrafo único do artigo 1º da Constituição será mera figura de retórica. O sigilo, o segredo, a omissão, a clausura, são, portanto, práticas incompatíveis com o Estado constitucional, a democracia e a cidadania. O Estado e seus agentes têm um dever público de informar a verdade, independentemente de requerimento de quem quer que seja. Essa é uma das responsabilidades estatais: divulgar todos os fatos de interesse da população ou de qualquer cidadão (WEICHERT, 2009, p. 407).

A Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela

União, Estados e Municípios, com o objetivo de regular e garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, do inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988.

O artigo 31 da LAI, que aborda o tratamento das informações pessoais de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais, prevê em seus § 3 e 4, que o acesso à informação pessoal não necessite de consentimento ou autorização da pessoa interessada em caso de “defesa de direitos humanos” e em “ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância”. Esse artigo permitiu o acesso livre à pesquisa sobre a documentação produzida pelos órgãos de segurança e informação, recolhida aos arquivos públicos estaduais e ao Arquivo Nacional.

o movimento de abertura dos arquivos da repressão foi marcado também por uma ideia corrente de que os documentos contidos eram na sua maioria caracterizados como de informações pessoais e que isso deveria garantir que fossem restituídos aos indivíduos a quem os dados pertenciam ou a seus familiares, descaracterizando sua natureza de documentos públicos. Isto colocava outra interrogação sobre a autoridade arquivística sobre os documentos que compunham estes acervos das polícias políticas, que na sua maioria são compostos de prontuários, ou seja, documentos de informações pessoais. Assim, ao lado da discussão sobre a esfera de Estado, havia ainda a interrogação sobre se os documentos pertenceriam ao Estado ou à sociedade (KNAUSS, 2014, p. 96).

Junto à publicação da LAI, a então presidenta Dilma Rousseff assinou a Lei nº 12.528, responsável por criar a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas pelo Estado entre os anos de 1946 e 1988. A partir de minucioso trabalho de pesquisa nos acervos, diligências realizadas, coleta de depoimentos e outros dispositivos, a CNV descortinou os excessos cometidos pelo Estado ao longo de cinco décadas. É curioso pensar as novas funcionalidades adquiridas pelos documentos produzidos pelos órgãos de repressão. Após cumprir as funções administrativas em seu contexto de produção, tais documentos passaram a garantir direitos àqueles que sofreram nas mãos dos órgãos de segurança e informação, servindo como prova contra o Estado em processos de indenização de presos políticos ou perseguidos políticos. Não obstante, o compromisso do Estado com o direito à verdade e à memória expôs uma intensa disputa pela gestão desse passado no presente (HEYMANN, 2014, p. 33).

3 EXTINÇÃO DAS POLÍCIAS POLÍTICAS, EXTINÇÃO DO ACERVO?

Com o fim do período de 21 anos de governos militares à frente da presidência do Brasil, um novo debate emergiu em nossa sociedade, em especial no campo da arquivística e da história: a definição da autoridade arquivística sobre a documentação sob a guarda dos órgãos de polícia política existentes em diversos estados da federação.

Em 1982, ainda sob o regime militar, a decisão de transferência dessa documentação para a esfera federal indicou um movimento de afirmação da autoridade arquivística federal sob estes acervos. Pelo entendimento de que os órgãos de polícia política faziam parte do Sistema Nacional de Informações (SISNI), esse acervo deveria manter-se sob a tutela da Polícia Federal, órgão recém-criado em substituição ao Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE). Último órgão de polícia política do Rio de Janeiro e legatário da documentação de todos os órgãos da polícia política do Estado existentes ao longo do século passado, o DGIE foi organizado em 1975 com a criação do novo estado do Rio de Janeiro, após a fusão com o Estado da Guanabara.

Por anos, mais precisamente dez anos, esse acervo permaneceu incorporado e sob a guarda da Polícia Federal. A eliminação de documentos das polícias políticas do Rio Grande do Sul, e provavelmente de Minas Gerais, serviu como o estopim para a retomada do debate. Segundo Knauss (2014, p. 94), pelas informações fornecidas pelos funcionários dos arquivos públicos desses estados, a documentação produzida pelas polícias políticas foi incinerada com a extinção dos referidos órgãos, objetivando assim também o “apagamento da memória dos registros de sua existência”.

Os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná, São Paulo e Espírito Santo foram os primeiros a colocarem em prática o recolhimento da documentação pertinente às polícias políticas aos seus respectivos arquivos públicos estaduais, logo após a publicação da Lei de Arquivos (KNAUSS, 2014, p. 90). Por meio da lei estadual nº 2.027, de 29 de julho de 1992, o acervo das polícias políticas do Rio de Janeiro foi recolhido ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), ainda em sua antiga sede na cidade de Niterói.

Como observado por Knauss (2014, p. 96-97), a decisão de recolher os arquivos da repressão aos arquivos estaduais respeitou o princípio da proveniência, porém dispersou o conjunto documental. Essa decisão definiu “a autoridade arquivística sob os documentos da repressão e, não menos importante, conjugava o respeito à ordem federativa como o princípio da

proveniência e de respeito aos fundos basilares da Arquivologia moderna, combinados sob a nova institucionalidade da democracia.”

O artigo 21 da Lei de Arquivos, estabeleceu que a legislação estadual, do Distrito Federal e Municipal definiria os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado o disposto também na Constituição Federal. Sob essa justificativa, foi apresentado pelo deputado Eduardo Chuahy, o Projeto de Lei nº 1.819/94, de 15 de março de 1994, que dispôs sobre o acesso aos documentos públicos sob custódia do APERJ. Tal projeto de lei visou privilegiar o acesso pleno e a liberdade de informação por todo o cidadão brasileiro, desde que assumisse a responsabilidade pelo uso e divulgação das informações, resguardando-se o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Aos funcionários e demais profissionais responsáveis pela organização, tratamento e preservação dos documentos públicos também poderiam vir a ser incursos em dispositivos legais caso divulgassem informações ainda não liberadas à consulta pública. Cabia ao Arquivo proceder a desclassificação dos documentos sigilosos recolhidos a sua custódia permanente, de modo a garantir o livre acesso e o pleno exercício da cidadania.

Em outubro do mesmo ano, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) aprovou a Lei nº 2.331, de 5 de outubro de 1994, reiterando o dever do Poder Público na “gestão documental e proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e à cidadania, onde servem como elementos de prova e informação na garantia dos direitos individuais”.

O recolhimento desses acervos possibilitou a chegada de novos usuários interessados em explorar a documentação. Os arquivos públicos abriram seus Serviços de Informação ao Cidadão (SIC), permitindo uma maior proximidade com a sociedade. Esse novo usuário busca informações sobre sua própria história, sua própria trajetória a partir da documentação produzida e acumulada pelos órgãos de segurança e informação do Estado, com a finalidade de reivindicar direitos, iniciar processos indenizatórios etc. (SANTOS, 2021, p. 25).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura do acervo das polícias políticas ao público configura efetivo avanço em direção à construção de um regime democrático. Assegurar o direito à informação, hoje inscrito em nossa Constituição, significa dar à sociedade o poder de decidir sobre a necessidade da manutenção de informações às quais

ela não tem acesso, de conhecer os órgãos que ainda possuem arquivos protegidos pelo sigilo e qual deve ser o seu destino.

O pensador político italiano Norberto Bobbio (2015) expôs as dificuldades da democracia diante do segredo como instrumento e técnica dos governos democráticos contemporâneos. O segredo é tomado pelo Estado como uma prática de atuação, transformando-se em um conceito político utilizado pelos governos democráticos. A “publicidade” governamental deveria ser instituída a fim de permitir a todos os cidadãos a fazer uso de sua razão pública, conceito utilizado pelo filósofo alemão Kant. O uso público da razão é o que o indivíduo faz da sua razão diante do grande público, ou seja, diante de todos. Para isso, é necessário que o indivíduo tenha pleno conhecimento dos assuntos do Estado, sendo necessário que o poder aja em público. As ações do Estado que afetam os indivíduos devem ser passíveis de julgamento público e racional. A manutenção do segredo de determinadas ações prova a imoralidade do Estado diante do indivíduo.

O acesso aos documentos sob custódia e guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro é franqueado a todo e qualquer cidadão. Entre os serviços oferecidos à sociedade, destaca-se a emissão de cópias autenticadas de documentos, com valor probante, visando a garantia de direitos de cidadania, tais como indenizações aos anistiados políticos, e para subsidiar ações da Administração Pública como, por exemplo, formulação de reformas institucionais e políticas públicas de não repetição.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo Roberto; DUARTE, Leila Menezes (orgs.). **A Contradita: Polícia Política e comunismo no Brasil (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Democracia e Segredo**. RAVELLI, Marco (Org.); tradução Marco Aurélio Nogueira. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. *In*: TELES, Janaina; TELES, Edson; SANTOS, Cecília M. (orgs.). **Desarquivando a ditadura. Memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009, vol. II, pp. 424-443.

HEYMANN, Luciana. Documentar a ditadura: reflexões sobre arquivos e sensibilidades. *In*: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio. (Org.). **Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, v. 1, pp. 32-46.

KNAUSS, Paulo. A luta continua: usos do passado, democracia e arquivos da repressão no Brasil. *In*: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio. (Org.). **Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, v. 1, pp. 90-101.

MARTINS, Paula Ligia. Acesso à Informação – Um direito fundamental e instrumental. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, jan./jun. 2011, p. 233-244.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Verdade do arquivo versus autoridade do arquivo: reflexões a partir do caso Herzog. *In*: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio. (Org.). **Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, v. 1, pp. 213-231.

SANTOS, Daniel Guimarães Elian dos. **A estrutura da seção de Arquivo das Polícias Políticas (1938-1946)**. 2021. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANTOS, Shana Marques Prado dos. **Tratamento de arquivos de direitos humanos na América Latina**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, 2016.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A Preservação da Informação Arquivística Governamental nas Políticas Públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros/ FAPERJ, 2008.

THIESEN, Icleia. Documentos “sensíveis” entre memória institucional e a memória viva: a verdade (im)possível. *In*: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio. (Org.). **Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, v. 1, pp. 233-247.

WEICHERT, Marlon Alberto. Arquivos secretos e direito à verdade. *In*: TELES, Janaina; TELES, Edson; SANTOS, Cecilia M. (orgs). **Desarquivando a ditadura**. Memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009, vol. II, pp. 406-423.

ARQUIVO SOCIAL E MEMÓRIA COMUNITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO EDUCAR

Catarina Assis (Universidade Federal da Bahia),
Carolina Santana (Universidade Federal da Bahia)

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Educar – Espaço de Leitura, Mediação e Formação de Leitor, está localizado no Bairro da Massaranduba, na Rua Rafael Uchôa, 90 E, Salvador – Bahia. O espaço foi criado com o objetivo de ser um ambiente especial que colabora para a relação das crianças da comunidade com os livros. Um lugar para explorar, sentir e experimentar, além de ler e ouvir histórias lidas ou contadas. As crianças podem conversar e trocar ideias sobre os fatos ocorridos na comunidade, pesquisar assuntos de seu interesse, brincar livremente, rir, se encantar e imaginar.

Atualmente o Instituto Educar está iniciando um estudo sobre as origens e histórias do bairro da Massaranduba. O trabalho é executado através de um levantamento histórico, a partir de entrevistas concedidas pelos moradores, coleta de fotos, relatos, objetos e fotografias e da investigação em arquivos históricos e livros de referência que tratem sobre o bairro.

Esta pesquisa pretende expor argumentos sobre concepções do que é preservação de memória documental comunitária, e apresentar o arquivista como protagonista na preservação dos registros documentais. Diante das considerações enunciadas relativas à história e estruturação do bairro da Massaranduba, procurou-se questionar: Como um projeto social voltado para mediação informacional pode resgatar a partir da coleta documental, a

memória social e coletiva de uma comunidade historicamente em vulnerabilidade social?

O trabalho pretende mostrar que o arquivo do Instituto Educar – Espaço de Leitura, Mediação e Formação de Leitor pode ser utilizado como lugar da lembrança comunitária que tem por função a finalidade de contribuir historicamente com o reconhecimento da construção social do bairro da Massaranduba além de destacar o papel do arquivista como protagonista na preservação dos registros documentais, assim como compreender o "lugar da memória" na Arquivologia, ressaltando que a produção dos registros documentais tem um caráter social, além de ressaltar a importância do arquivo como instituição.

2 DESENVOLVIMENTO

O espaço geográfico da Península Itapagipana, que no passado serviu-se à defesa militar da cidade do Salvador, – ainda se divide entre “ricos” e “pobres”: o lado norte, mais empobrecido, abrange bairros populares e populosos como Roma, Uruguai, Machado, parte da Ribeira, Massaranduba, Jardim Cruzeiro e Vila Rui Barbosa, além de ser uma das portas de entrada das quase extintas palafitas dos Alagados³²⁸, enquanto a “zona sul”, mais valorizada, engloba a Boa Viagem, Monte Serrat, Bonfim e parte da Ribeira.

Nas primeiras décadas do século XXI, Itapagipe apresenta-se como um território relativamente estagnado, consequência do esgotamento dos fatores que impulsionaram o seu desenvolvimento e do deslocamento dos eixos mais dinâmicos da economia de Salvador para outras regiões.

O bairro da Massaranduba³²⁹ está localizado entre os bairros da Ribeira, Bonfim, Jardim Cruzeiro e o mar da Baía de Todos os Santos. Suas primeiras habitações foram erguidas sobre o mangue e se constituíam de palafitas.

No século XX, por volta da década de 40, o bairro foi aterrado com lixo e entulhos trazidos da cidade alta e praia da Ribeira, vindos pela maré em barcos e caçambas. As pontes foram sendo substituídas e os barracos iam sendo aterrados pelo esforço do próprio povo. Planos do governo foram utilizados para o processo de urbanização, mas a verba desapareceu e o bairro foi sendo construído com a boa vontade dos próprios moradores tendo a sua urbanização iniciada na década seguinte.

³²⁸ O bairro dos Alagados de tão famoso, virou mote de hit da banda de rock nacional fluminense, os Paralamas do Sucesso.

³²⁹ Massaranduba é um nome retirado das árvores que cresciam entre o massapé, cujos frutos eram disputados pelas crianças.

É um distrito distante do centro, com ruas estreitas, sem alinhamentos que se dirigem para o mar. A rigor, as famílias são pobres e de baixa renda e durante o inverno, o tráfego de carros e pedestres é complicado devido às chuvas que alagam as ruas de forma assustadora.

O bairro da Massaranduba hoje é um bairro dos antigos Alagados e Palatifas, chamado bairro de periferia de Salvador. Foi construído pela luta do povo: comprando entulho, aterrando como pôde, com um esforço marcante dos moradores que deu tudo deles para construí-lo.

Segundo dados do Plano de Bairros de Itapagipe (2021) as intervenções para a consolidação dos aterros e soluções habitacionais para a erradicação das palafitas começaram em 1973 na Enseada dos Tainheiros e em 1976 na Enseada do Cabrito (os Novos Alagados), quando a população já passava de 85 mil pessoas. Em 1973 foi criado o Grupo de Estudos para os Alagados da Bahia (GEPAB) com o objetivo fornecer os instrumentos necessários para a elaboração de um Plano Urbanístico que iria prever ampla urbanização para a erradicação das palafitas, sua substituição por habitações seguras sobre aterros e a implementação de infraestrutura de drenagem, saneamento básico e pavimentação. Simultaneamente às iniciativas de planejamento e à execução de obras, houve um esforço normativo, especialmente no âmbito municipal, no sentido de reconhecer as ocupações precárias como áreas de interesse social para fins de moradia da população de menor renda.

O tempo passou e apesar de todas as dificuldades a população que mora no bairro não pára de construir, de melhorar, devagar, e permanente a sua construção e a comunidade fica cada dia mais diferente. Naturalmente, não deixa de continuar com vários problemas, alguns devido o descaso do poder público, ou até mesmo, pela falta de organização e pressão dos seus moradores.

Neste estudo, foi utilizado como estratégia metodológica, a revisão bibliográfica sobre o tema proposto assim como o estudo de caso com a análise das práticas realizadas no Instituto Educar – Espaço de Leitura, Mediação e Formação de Leitor situado no Bairro de Massaranduba – Cidade Baixa na Cidade de Salvador, fundado dia 08 de setembro de 2018 pois percebeu-se muitas especificidades desse ambiente informacional que colaboram com o desenvolvimento da comunidade de Massaranduba.

Para Yin (2010, p.33), o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados.

Quanto ao delineamento metodológico da pesquisa, ela pode ser classificada como descritiva, porque pode ajudar a identificar as ligações causais apropriadas a serem analisadas - mesmo quantitativamente. (YIN, p.134)

Foi adotada como técnica a observação direta, já que pretende-se abordar as questões referentes a toda a idealização, montagem, coleta de dados e funcionamento da instituição, pois, de acordo com Lakatos e Marconi (1999, p. 90), a observação direta “[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.”, atentando que essa observação auxiliou a identificar fatos concretos e experiências vivenciadas no ambiente do Instituto Educar.

As entrevistas realizadas foram muitas vezes nas próprias casas dos entrevistados ou até mesmo nas ruas pois os encontros com a comunidade se tornaram harmoniosos com boas conversas - prática necessária para todo trabalho de história oral. São diversos os assuntos que servem para coletar os depoimentos, mas a rigor tratou-se de informações sobre a história do bairro (antiga e atual), a história do entrevistado e de sua família, a culinária local, as manifestações culturais, dentre outros temas afins.

2.1 Ações sócio-culturais

O Instituto Educar – Espaço de Leitura, Mediação e Formação de Leitor está situado na Península de Itapagipe, localização que guarda um repositório de um importante patrimônio histórico, urbanístico, arquitetônico e paisagístico constituído por lugares e indivíduos que são representativos da memória das sucessivas épocas e dos diferentes processos relacionados ao desenvolvimento urbano da região até os dias atuais. É também o lugar de tradições e manifestações populares que repercutem nacionalmente e são reconhecidas como patrimônio imaterial.

A partir desses fatos, é possível identificar que o Instituto Educar revela forte função nos espaços da comunidade na qual se insere. Além dos aspectos ligados à promoção da leitura e da informação, Prado e Machado (2008) indicam a possibilidade de se pensar a biblioteca comunitária como território de memória, lugar que “além do livro e da leitura que se constituem nos seus principais suportes físicos e intelectuais, incorpora também outras atividades socioculturais, políticas, desportivas e/ou recreativas das comunidades usuárias” (PRADO E MACHADO, 2008, p. 11).

O Instituto Educar enquanto espaço que representa uma biblioteca comunitária contribui para “um fluxo de democratização da informação que seja recíproco entre elas e suas respectivas comunidades, a consolidação de um

sistema autônomo e de integração sociocultural e desenvolvimento local se tornará possível” (PRADO, 2008). Ao corroborar com essa perspectiva, Feitosa (2014) apresenta alguns dos aspectos que compõem o cenário comunitário e que, segundo o autor, podem estar inclusos na dinâmica de atuação da biblioteca comunitária, a saber: a cultura ou imaginário cultural; as memórias; as identidades; as tradições; os cotidianos; os modos de comunicação; e os patrimônios que se constituem dos indivíduos (especialmente os idosos), das casas, das ruas etc.

A análise das atividades da instituição na qual a pesquisa foi realizada mostrou riqueza de significados e expressões culturais que envolvem esse espaço informacional e a comunidade.

Uma das primeiras observações que pode ser levado em consideração, são às questões e problemáticas sociais presentes no bairro da Massaranduba que envolvem violência na comunidade. O Instituto Educar através de suas ações sociais busca contribuir no combate a essas situações, promovendo o acesso à informação e à leitura, assim como pela realização de ações culturais para os moradores. Sendo assim, ao realizar atividades culturais tem por objetivo evidenciar os aspectos da memória, cultura e identidade de sua comunidade.

Pode-se citar o projeto Música e Leitura, criado em 2011 e ministrado pelo professor Jairo Porto e a bibliotecária Catarina Assis, com o objetivo de promover momentos de encontro musical e resgate das memórias da comunidade. Os encontros são realizados na sede da instituição e, de acordo com os organizadores, ao longo de suas edições, os moradores presentes buscaram reviver as tradições locais, canções populares, lendas e as memórias, especialmente dos moradores mais idosos.

Figura 1 - Atividade do projeto Música e Leitura



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Nesses momentos há, pelas partilhas de memórias, que ocorrem tanto através da oralidade, como também por meio da exposição de objetos, como brinquedos antigos e fotografias de pessoas da comunidade, paralelo a esta ação, há a realização de mediações de leitura, contação de histórias, oficinas arte educativas, apresentação de danças, teatro, fantoche por exemplo.

2.2 Registros orais sobre a memória do bairro

Foi observado que nos encontros presenciais, realizados na sede do Instituto Educar, as lembranças partilhadas pelos moradores participantes trazem à tona memórias ligadas não só à comunidade de modo geral, mas também das ruas, dos vizinhos, dos colégios, das lendas e saberes populares, são memórias ligadas a infância, bem como recordações de ordem coletiva, ligadas as relações familiares e de amizade.

Os mais antigos, relembram os aspectos ligados a construção da comunidade e dos bairros vizinhos, sobretudo o bairro dos Alagados e feitos da Irmã Dulce, e são nesses momentos que os moradores relatam que esses encontros fornecem momentos de aprendizado acerca da história da comunidade.

Os idosos que são assistidos pela instituição, ao narrarem aos seus netos, bisnetos, tataranetos e às diversas crianças e jovens de da comunidade, memórias do bairro, encontram-se em uma situação mais familiar do que a narrativa clássica de histórias de vida em que o narrador fala ao pesquisador. Além disso, a escolha dessa narrativa entre gerações favorece a identificação

dos percursos e os temas que esses moradores antigos selecionam para contar a nova geração. Lembrando Bosi (2004), uma memória se desenvolve a partir de laços de convivência.

Figura 2 - Encontro presencial entre famílias



Fonte: Arquivo pessoal (2022).

É observado também que nas falas dos mais antigos, o bairro da Massaranduba resgata questões religiosas muito presentes na comunidade. Não somente os idosos mas também os adultos e jovens relatam fatos de grande importância para a comunidade católica, como o fato da região ter ganhado o apelido de terra santa, por terem pisado no bairro três dos mais importantes santos nascidos no século 20: Irmã Dulce – que passou boa parte de sua vida entre as palafitas, Madre Teresa de Calcutá em 1979, quando abriu uma casa de assistência no bairro do Uruguai e João Paulo 2º em 1980, quando em meio ao povo dos Alagados, fez um discurso em que pregava amor ao próximo e a partilha entre cristãos.

Deste modo, todo tipo de memória descrito neste relato de experiência, principalmente a da palavra, continua atuante pelo esforço dos adultos, que contam histórias para os seus familiares, ou de instituições com o Instituto Educar que fazem deste jogo lúdico o seu trabalho.

Um ponto de importante destaque nos encontros comunitários realizados no Instituto Educar é que sempre são partilhados elementos mediadores de recordações, que são os objetos antigos expostos no cenário do encontro. Esses itens são posicionados com o intuito de fazer ressurgir as lembranças dos participantes, os quais, influenciaram de modo especial as memórias de algum idoso presente.

Entre os objetos responsáveis por fazer emergir recordações estava um pequeno bicho de pelúcia doado por uma idosa da comunidade para o Instituto Educar que segundo ela, a faz recordar de sua época de criança em que morava nos Alagados e as crianças brincavam na maré, ou algumas das participantes relembrem um costume comum à infância: a confecção artesanal e improvisada de brinquedos, em especial de bonecas feita de pano, o que nos ajudou a perceber aquilo que Halbwachs (2003, p. 158) afirma sobre a capacidade de rememoração que emerge dos objetos e dos ambientes. Bem como o que Nora (1993, p. 9), reflete quando diz que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”.

Podemos inferir que esses encontros permitem oportunidades de convivência entre as diferentes gerações da comunidade e fortalecimento das relações entre as famílias e os vizinhos e através dessa ação consegue-se de alguma forma diminuir o contexto de violência no qual a comunidade está envolvida e também pode-se tomar como possibilidade a reinvenção deste lugar da infância e da velhice no interior das comunidades a partir do diálogo entre essas gerações, em direção à construção da memória coletiva.

2.3 ARQUIVO VIVO É DINÂMICO

Mas é certo que, cada vez mais, no bairro da Massaranduba, se contam menos casos. O gosto por estabelecer esta troca de histórias e de relatos não atinge apenas a comunidade real, mas também a virtual. O desafio é fomentar a narrativa e “definir sua substância”.

Não somente de preservação de memória coletiva tátil é feito o arquivo do Instituto Educar, pois o arquivo precisa ser vivo e dinâmico. Além de estar disponível para todos, precisa ser compartilhado, complementado, utilizado por quem fez e faz parte da história. Sendo assim esta organização sem fins lucrativos consegue inscrever a história da sua comunidade na internet utilizando site e diversas plataformas de redes sociais da própria instituição, para ligar a comunidade à sua história.

Este repertório é formado não só pela tradicional informação dos livros, mas pela leitura das imagens e das mídias agregadas ao acervo da instituição, pois a memória é, em si, um fenômeno multimídia: há a memória dos textos, das imagens, das narrativas, de dados, e o leitor, sobretudo a nova geração, precisa ter livre acesso a todos estes códigos: os tradicionais e os virtuais, para poder montar o número de informações que recebe diariamente de maneira criativa, biográfica e reconhecer e valorizar o seu passado.

Por isso a idealizadora da organização enquanto bibliotecária e arquivista insiste em mostrar aos quatros ventos o potencial do Instituto

Educar– Espaço de Leitura, Mediação e Formação de Leitor enquanto instituição sem fins lucrativos produtora e curadora de arquivo social e espaço difusor da memória comunitária do bairro de Massaranduba, Alagados e Península Itapagipana.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço é um dos fatores mais importantes para a rememoração e para a ligação da memória aos grupos e à sociedade. A partir do espaço, a pessoa pode ter uma sensação de pertencimento a um local e a um grupo e, dessa forma, sua memória está interligada aos mesmos.

Esse estudo de caso mostrou que o arquivo do Instituto EDUCAR – Espaço de Leitura, Mediação e Formação de Leitor pode ser utilizado como lugar da lembrança comunitária que tem por função a finalidade de contribuir historicamente com o reconhecimento da construção social do bairro da Massaranduba, além de destacar o papel do arquivista como protagonista na preservação dos registros documentais ressaltando que a produção dos registros documentais tem um caráter social, além de ressaltar a importância do arquivo como instituição.

Ao finalizar a fase de coleta de informações, os arquivistas que atuam no Instituto Educar pretendem iniciar o processo de transcrição das entrevistas orais, sistematizar todo o material recolhido (fotos, entrevistas, textos, fichas de cadastro dos assistidos) selecionando o que será inserido no arquivo com o intuito de criar um memorial. Preservar e disseminar com maior frequência a história da comunidade da Massaranduba é recorrer à memória dos referidos espaços para esclarecer diversas dúvidas sobre as raízes e identidades locais.

REFERÊNCIAS

- BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

PRADO G., MACHADO E. Território de Memória: fundamentos para a caracterização da biblioteca comunitária. **In.** Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação [online], São Paulo. 2008. Disponível em: <http://docplayer.com.br/8096822-Territorio-de-memoria-fundamento-para-a-caracterizacao-da-biblioteca-comunitaria1.html> . Acesso em 31 maio 2022.

SALVADOR. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. FUNDAÇÃO MÁRIO LEAL FERREIRA. **Plano de Bairros de Itapagipe** / Fundação Mário Leal Ferreira . – Salvador, 2021. 151 p.: il. Disponível em: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/livros/Plano_Itapagipe.pdf. Acesso em: 1 mai. de 2022.

SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza et al. Por que precisamos de Bibliotecários?. **Por que precisamos de Bibliotecários?**, 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

EXPERIÊNCIAS DE DIFUSÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NO CONTEXTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO “CDOC-ARREMOS – 10 ANOS”

**André Felipe Paiva dos Santos (Fundação Oswaldo Cruz/
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)
João Marcus Figueiredo Assis (Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro)**

1 INTRODUÇÃO

A difusão de documentos arquivísticos é uma discussão cada vez mais relevante no campo da Arquivologia Contemporânea. Comumente aplicado aos documentos em que são atribuídos o chamado valor secundário (SCHELLENBERG; 2002), ou seja, aqueles que em virtude de seu caráter informativo, científico, cultural ou histórico são destinados à guarda permanente, o conceito de difusão permite explicitar e ampliar as possibilidades de apropriação dos documentos pela sociedade, contribuindo para o cumprimento (em tese) da função social dos arquivos.

Embora as instituições arquivísticas públicas – bem como algumas instituições de natureza privada – atuem como protagonistas na difusão de seus arquivos, também é necessário considerarmos que o universo da difusão engloba a presença de agentes para além do campo institucional. A partir de uma visão macro, a difusão pode abarcar não só as instituições de guarda documental, mas também a ação de sujeitos fora de seu escopo, como por exemplo, aqueles

inseridos no processo de ensino da Arquivologia – professores, alunos e pesquisadores envolvidos na formação universitária.

Tendo por objetivo a formação do estudante no processo de pesquisa e ensino a partir do constante diálogo com a sociedade, a extensão universitária se torna uma oportunidade de exercício da difusão de documentos no âmbito dos cursos de Arquivologia. A adoção de estratégias de difusão na extensão atua em prol do retorno da produção de professores e alunos da universidade pública para a sociedade, cumprindo seu papel ético/social na condição de instituição pública, gratuita e de qualidade, gerida e mantida pelo Estado, e, portanto, seus cidadãos. Nesse contexto, a visibilidade dada aos documentos arquivísticos e à Arquivologia na universidade pública também contribui para a promoção da função social dos arquivos.

Este artigo tem por objetivo apresentar um estudo de caso da exposição “CDOC-ARREMOS – 10 anos”, atividade desenvolvida no contexto do projeto de extensão “Memórias e Documentos em Perspectiva Social”, coordenado pelo Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis, do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). A atividade foi desenvolvida no contexto do Laboratório Multidimensional de Estudos sobre Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS), também da UNIRIO, durante o ano de 2019 e na condição de bolsista de extensão.

O Grupo de Pesquisa CDOC-ARREMOS foi criado em 2009 – na época Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais, cuja sigla também era CDOC-ARREMOS – por iniciativa do Professor Dr. João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO). A partir de 2018 foi criado o Laboratório CDOC-ARREMOS, que além de incorporar o grupo de pesquisa, agregou em seu cenário outros projetos de extensão no contexto do Curso de Arquivologia da UNIRIO.

Desde o início de suas atividades, o Laboratório CDOC-ARREMOS realiza a já tradicional Mesa Redonda “Arquivo, Memória e Ditadura”, que atualmente está em sua décima primeira edição. A partir de 2016, houve o início da “Jornada Científica do CDOC-ARREMOS”, que além de incorporar a Mesa Redonda, também prevê o “Seminário de Pesquisa do CDOC-ARREMOS”, além de minicursos e oficinas. Este evento também é anual e atualmente encontra-se em sua 6ª edição.

2 EXPOSIÇÃO “CDOC-ARREMOS – 10 ANOS”

A exposição “CDOC-ARREMOS – 10 anos” ocorreu durante a IV Jornada Científica CDOC-ARREMOS, entre os dias 3 e 4 de setembro de 2019, no auditório Tércio Pacitti, localizado no Centro de Ciências Exatas e

Tecnologia, na UNIRIO. Em virtude da comemoração dos 10 anos de criação do grupo de pesquisa CDOC-ARREMOS, uma exposição comemorativa foi proposta como atividade simultânea à jornada.

Na exposição, buscou-se desenvolver em diálogo interdisciplinar com a Museologia: um projeto de ação cultural que visasse a mediação entre a questão da cultura documental e o acesso à informação por meio de materiais de pesquisa utilizados pelo grupo, depoimentos de seus colaboradores, material informativo e reproduções de documentos históricos que fizessem referência aos temas trabalhados pelo grupo.

No contexto dos museus e centros de memória, as exposições aparecem como elementos-chave de comunicação de seus acervos. Na condição de dispositivo de mediação entre público e patrimônio cultural, uma exposição permite a comunicação direta entre os visitantes e o acervo (no nosso caso, acervo arquivístico), por meio de narrativas que envolvem experiências sensoriais. Essa ação reforça o valor histórico dos documentos, valorizando-os enquanto patrimônio cultural e representantes dos processos sociais (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2014).

A execução da exposição foi dividida em três etapas: pré-produção; produção e pós-produção.

A etapa de pré-produção envolveu quatro elementos: a definição dos temas que seriam abordados por meio de módulos expositivos; a seleção do material expositivo; o planejamento visual da exposição; a disposição dos módulos expositivos e as ações de interação entre público-exposição.

Entre os meses de março e agosto de 2019, essas quatro questões foram amplamente avaliadas pelos membros do Laboratório durante reuniões mensais, o que resultou na construção de um projeto expositivo a partir de quatro módulos: um introdutório, de caráter institucional que descrevia parte da trajetória do grupo em seus 10 anos, e outros três eixos temáticos, que abordassem os principais temas trabalhados pelo grupo – religião, movimentos sociais e ditadura civil-militar no Brasil.

Após a seleção dos módulos, foi dado procedimento à seleção do acervo. Para tal, foram definidas duas abordagens: o acervo institucional do CDOC-ARREMOS, representando a trajetória do grupo ao longo de sua existência, e a utilização de reproduções de documentos disponíveis online por parte de arquivos públicos.

O primeiro módulo, de caráter institucional, tinha por objetivo apresentar a trajetória dos 10 anos do CDOC-ARREMOS. Nesse contexto, selecionamos material de estudo do grupo, como livros, revistas, pesquisas realizadas por antigos colaboradores e fotografias de eventos anteriores, além de

material gráfico como cartazes de divulgação de eventos. Ainda nesse contexto, foi realizado um inventário de acervo, que nos permitiu registrar informações como a dimensão do item, sua localização, seu material, seu estado de conservação e sua descrição sumária. Além da função de memória, a realização de um inventário dos itens expostos apresenta uma função operacional no controle e salvaguarda do acervo.

Para os módulos de Religião, Movimentos Sociais e Ditadura Militar, foram selecionados documentos a partir do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), onde encontramos uma série de documentos digitalizados. Nesse sentido, realizou-se pesquisas temáticas diretamente associadas às temáticas do grupo: o critério de busca foi a utilização de palavras-chave como “Frei Tito”, “MST”, “Estudantes”, “Movimentos Sociais”, “Censurado”, “Umbanda”, “Candomblé”, “Carnaval”, entre outras que permeavam os assuntos da exposição. Além desses documentos, também foram utilizadas algumas reportagens disponíveis em portais jornalísticos na internet e dossiês de desaparecidos políticos do site da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal³³⁰.

A ideia inicial seria dispor esses documentos sobre mesas, ao lado de cartazes que representassem cada tópico. No módulo da ditadura militar, houve a proposta de uma atividade de caráter lúdico. A ideia partia de uma estante repleta de caixas de arquivo, que em sua lateral estariam sinalizadas como “Acesso Liberado”, “Confidencial” e “Secreto”. A proposta era permitir, a partir da visualidade e da interação do público, a discussão a respeito do acesso à informação: será que as pessoas pegariam as caixas que estão somente como “Acesso liberado”, ou iriam buscar o conteúdo das caixas demarcadas como sigilosas? É possível acessar documentos sigilosos? De que forma? A “instalação” seria encarada como um exercício lúdico do acesso aos arquivos ou apenas como um módulo visual/expositivo? As pessoas iriam interagir com o módulo de forma espontânea?

Além da discussão de acesso e interação com o público, também queríamos pensar formas de difundir documentos de arquivo que tivessem relação com as temáticas trabalhadas pelo grupo. Nesse sentido, pensamos em, ao invés de deixar os documentos relacionados à ditadura sobre a mesa, estas estariam dentro das caixas definidas como “acesso liberado”. As demais caixas estariam lacradas e com algum peso dentro, para passar a percepção de sigilo e “peso” da informação sigilosa.

³³⁰ O site da secretaria não mais existe, sendo substituído pela página do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Não foi possível localizar na nova página os dossiês de desaparecidos políticos.

Ao final da seleção do acervo e das ideias expositivas, demos início ao planejamento visual. Nesse quesito, tivemos como premissa a busca por referências na internet, a partir de imagens de exposições que utilizassem material arquivístico como acervo, similar aos que já havíamos selecionado. Para isso, utilizou-se termos como “exposição arquivística”, “exposições em arquivos”, “exposição fotográfica”, “exposição de fotografia”, “exposição de cartas” e “exposição de documentos” no Google Imagens. Também foi definido que a exposição adotaria uma paleta de cores que representassem o Laboratório CDOC-ARREMOS, e nesse sentido, foram selecionadas as cores predominantes no logo do Laboratório: branco, tons de cinza e dois tons de azul.

Após a definição do planejamento da exposição, elaborou-se um orçamento com os gastos previstos com impressão, material de consumo e demais gastos para a montagem da exposição. Ao final dessa etapa, demos andamento à etapa de produção.

Durante a produção, foi realizado um trabalho técnico com a produção de textos, produção e seleção de imagens, material expositivo e de divulgação, mais especificamente: confecção de material gráfico; coleta e organização do acervo selecionado para exposição; impressão das reproduções dos documentos selecionados no SIAN; coleta, higienização e preparação das caixas de arquivo e do módulo expositivo, além da divulgação da exposição e da jornada científica nas redes sociais do laboratório. Outra atividade que foi realizada nesta etapa foi a coleta de depoimentos de membros e colaboradores do CDOC-ARREMOS, que relataram sua trajetória em vídeos de até 1 minuto³³¹.

Na etapa de produção, é importante ressaltar a falta de suporte por parte da UNIRIO. Apesar de contar com meios para dar suporte aos eventos acadêmicos, inclusive em relação ao fornecimento de parte do material que será utilizado, não houve qualquer disponibilização de material (tanto gráfico quanto de consumo) ou verba para a produção da exposição – e do evento em geral. Portanto, os custos de impressão, produção de cartazes e material de consumo ficaram à cargo do professor João Marcus, além da colaboração de membros do Laboratório e de terceiros. Essa barreira nos forçou a diminuir a dimensão da exposição: os módulos de religião e movimentos sociais foram condensados nas atividades pensadas para o módulo da ditadura, tendo seus documentos também anexados dentro das caixas. Dessa forma, todas as 25 caixas utilizadas para a atividade continham réplicas de documentos com assuntos relacionados às temáticas de pesquisa do Laboratório, e a ideia de categorizar as caixas por acesso ou sigilo se tornou uma questão majoritariamente ilustrativa.

³³¹ Ao total, foram coletados 11 depoimentos, entre os atuais membros do Laboratório CDOC-ARREMOS e antigos colaboradores.

Com o material em mãos, chegamos ao espaço do evento com quatro horas de antecedência e demos início à montagem. Além dos cartazes e do módulo expositivo com as caixas, dispomos dos livros e material gráfico sobre mesas, além de uma projeção com o depoimento dos colaboradores, conforme ilustrado pelas figuras 1 e 2.

Figura 1 - Exposição “CDOC-ARREMOS: 10 anos”, módulo institucional



Fonte: o autor (2019).

Figura 2 - Exposição “CDOC-ARREMOS: 10 anos”, módulo lúdico



Fonte: o autor (2019).

Ainda durante a exposição, houve o acompanhamento da atividade expositiva junto aos visitantes, a partir da promoção de debates e discussões a respeito dos assuntos abordados nos documentos. É importante ressaltar que em um primeiro momento, o público não interagiu com o módulo expositivo: muitos pensaram se tratar de um objeto cenográfico, ou que, por questões diversas, não poderia ser tocado. Nesse sentido, a mediação e incentivo em explicar a proposta e motivar o público em descobrir os documentos dentro das caixas foi fundamental para a interação com o módulo lúdico, conforme é possível observação na figura 3.

Figura 3 - público interagindo com o módulo lúdico na exposição “CDOC-ARREMOS: 10 anos”



Fonte: o autor (2019).

Após o evento, desmontou-se a exposição e o material foi armazenado no local adequado. Além disso, também foi entregue ao público um formulário de avaliação que contemplava tanto a opinião a respeito do evento quanto da exposição. Nessa etapa, iniciamos a pós-produção, em que se elaborou relatórios técnicos tendo em vista a avaliação e reflexão geral dos resultados obtidos. É também nesta etapa que se organizou um acervo fotográfico do evento, registrado também por este autor e disponibilizado integralmente ao Laboratório CDOC-ARREMOS.

A avaliação e posterior relatório referente à exposição ocorreu em duas etapas: a primeira, de caráter observacional, que diz respeito às observações e debates deste autor durante a mediação com os visitantes na exposição, em que

foi possível perceber indagações comuns – principalmente entre os alunos do curso de Arquivologia – e alguns questionamentos e observações por parte dos professores e pesquisadores presentes; a segunda etapa foi operacionalizada por meio dos resultados apontados no questionário de avaliação, na aba que especificava a avaliação da exposição.

No que diz respeito às observações do autor, dentre as várias questões discutidas, um ponto de destaque foi a constante curiosidade em relação aos documentos relativos à censura no período ditatorial. O exemplo mais representativo foi a solicitação à autoridade competente da época para censurar o enredo, alegorias e figurinos para o carnaval de 1982 do Grêmio Recreativo Esportivo Bloco Carnavalesco Embalo do Catete (GREBC), feito pelo próprio vice-presidente do GREBC, Marcelino Jorge dos Santos. Muitos visitantes ficaram confusos e não compreendiam como um dirigente poderia solicitar um ato de censura à própria obra. Após diálogo, foi possível perceber que a ideia de censura entre o público estava associada ao veto como ação externa, autoritária e proibitiva, e não necessariamente ao processo de filtragem de uma expressão artística-cultural por parte do Estado, na forma de um procedimento administrativo que irá decidir a autorização ou não da divulgação da obra³³².

Outro ponto foi a observação do diálogo com alguns professores do Curso de Arquivologia da UNIRIO e alguns pesquisadores presentes. Destaca-se que foi pontuado a respeito da proposta de discussão sobre o acesso à informação, em que teria sido interessante não só tratarmos o assunto de forma geral, mas de pensarmos o debate a respeito dos diversos instrumentos jurídicos e normativos que viabilizam o acesso aos documentos. Outro comentário pertinente foi a seleção das cópias de documentos utilizados no módulo lúdico, que ocorreu de forma temática e não a partir de um Fundo Arquivístico, o que poderia conferir à exposição uma “qualidade arquivística” ao invés de um olhar sobre a perspectiva de “coleção”, oriunda da seleção dos documentos. Tal crítica foi importante para pensarmos a possibilidade de estabelecer relações entre princípios teóricos da Arquivologia nas ações de difusão de documentos em ações futuras, de forma a reforçar o valor arquivístico dos documentos e a potencialidade de seu uso social.

Em relação aos comentários coletados pelo formulário, das 162 respostas recebidas, obtivemos 17 respostas específicas sobre a exposição, ou seja, aproximadamente 10% do total de participantes³³³. Apesar da baixa adesão,

³³² Documento código TN.CPR.CNV.BLC.231, localizado no SIAN, do Arquivo Nacional.

³³³ O formulário era composto, em sua maioria, por respostas de múltipla escolha. A seção dedicada à exposição era de caráter textual e descritivo, o que pode ter influenciado na baixa adesão de resposta pelos participantes.

foi possível visualizar majoritariamente um resultado positivo, pois todos os comentários elogiavam a exposição em algum grau – alguns apenas com elogios genéricos, enquanto outros detalhavam o que a pessoa gostou em relação à proposta temática, à expografia, entre outros elementos. Apesar do resultado positivo, também pudemos detectar críticas, em especial quanto à atividade lúdica: muitas pessoas não sabiam que continham reproduções de documentos dentro das caixas, ou que a proposta era a interação e manipulação das mesmas como instrumento de diálogo com a cultura documental. Nesse sentido, reforçamos o olhar em que a mediação com o público durante a exposição foi fundamental a partir do incentivo de apropriação das caixas e descoberta dos documentos. Também foi possível observar em alguns comentários o desejo de ter acesso a mais material produzido pelo grupo CDOC-ARREMOS, ação que não foi possível em virtude do espaço disponível e dos recursos limitados para a elaboração da exposição.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da exposição “CDOC-ARREMOS – 10 anos” nos permitiu traçar um registro de uma forma de produção de ações de difusão fora do contexto tradicional das instituições de guarda documental. As ações promovidas pelo Laboratório CDOC-ARREMOS comprovam que é possível o uso e apropriação dos documentos de arquivo por sujeitos que não estão vinculados a essas instituições, inclusive permitindo a exploração e atribuição de novos sentidos aos documentos.

Nesse contexto, é possível pensarmos o processo de patrimonialização cultural dos arquivos, tradicionalmente resultante do reconhecimento de seu valor histórico para a instituição e direcionado para a guarda permanente no processo de avaliação. Nessa perspectiva, entendemos que o reconhecimento de valor que o alça ao status de patrimônio cultural vem primeiro dos processos teóricos e metodológicos internos à instituição, e não de um reconhecimento social mais amplo. A difusão de documentos arquivísticos pode contribuir não só para esse reconhecimento, como para a apropriação desses documentos por sujeitos que antes não se viam ou se sentiam representados pelos mesmos, permitindo a construção de outras narrativas e ressignificação simbólica dos conjuntos documentais.

Uma reflexão importante oriunda dessa experiência foi em relação às críticas recebidas na exposição, em especial a que se refere ao uso de Fundos de Arquivo para compor o acervo exposto. Pensar a exposição dotada de “qualidade arquivística” ao trabalhar um Fundo pode ser uma ideia interessante, mas será que é suficiente? Acreditamos que não.

O conceito de fundo prediz um conhecimento básico dos princípios arquivísticos, e entendemos que o uso de um Fundo apenas por seu princípio teórico não qualificaria uma exposição como “arquivística”, tendo em vista que para o visitante – que não é obrigado a conhecer o conceito de Fundo – está atento à narrativa e à construção da mensagem como um todo, e não necessariamente aos aspectos conceituais do acervo. Nesse sentido, entendemos que o fundo pode e deve ser utilizado em exposições, mas não só por sua representação dos processos e preservação do contexto de produção, mas sim como uma unidade simbólica da representação social da instituição e sujeitos. Esse aspecto simbólico deve ser expresso na narrativa da exposição, permitindo interligar aspectos histórico, sociais e culturais entre os documentos, visitantes e sociedade.

A partir da discussão apresentada, entendemos o uso de exposições como elemento relevante para a difusão de arquivos. Instituições como o Arquivo Nacional, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e o Arquivo Público do Estado de São Paulo já contam com espaços expositivos, a fim de cativar o público a conhecer melhor seu acervo e dar a estes um uso social. Além disso, é possível encontrar em seus sites – no caso do Arquivo Nacional – um espaço dedicado a exposições virtuais, outra forma de difusão de documentos alinhado às possibilidades tecnológicas do nosso tempo.

No contexto do grupo de pesquisa, a realização de uma exposição não só homenageia os dez anos de trajetória do CDOC-ARREMOS, mas traz à luz questões vitais para o fortalecimento da democracia e do debate público. Entender o dinamismo presente na construção de uma memória e identidade da (s) religiosidade (s) brasileira, a luta pela conquista de direitos nos movimentos sociais e a relação entre censura, direitos e democracia entre 1964-1985 evocam compreender como nossa sociedade absorve o eco que reverbera desse período na atualidade.

Em suma, entendemos que a relação entre a difusão e documentos de arquivo deve se manter múltipla e plural, em diálogo interdisciplinar com outras áreas – como a Museologia, a Pedagogia, a História e a Ciência da Informação – a fim de descoberta e construção de novos métodos e usos para os documentos de arquivo. Os estudos na área da Comunicação ainda são um viés a ser explorado, e que podem contribuir para a temática da difusão de arquivos no futuro. A interseção entre difusão, cultura e tecnologia será outro ponto fundamental se quisermos compreender e praticar a difusão de documentos na atualidade e em um futuro próximo.

REFERÊNCIAS

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Publicações Técnicas, v. 51, p. 175-178, 2019.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane K. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan. /jun. 2012.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. Ciências e Letras, **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação**, Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 27, p. 151-166, jan. /jun. 2000.

_____. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.

CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo**, v. 25, n. 1, p. 35-44, 2012.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia.** São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro/FUNARJ, 2014.

PARREIRA, Ivana D. Difusão no e do arquivo: comunicação, mediação e ações educativas e culturais. In: **Revista do Arquivo.** Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo, Ano V, nº 10, p. 10-13 p. 10-13, 2020.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos.** FGV Editora, 2002.

SILVA, Eliezer Pires da. **Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978).** Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, 2013, 130f.

MARIANA LOUSADA PINHA

Professora do curso de Arquivologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Docente permanente e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ/UNIRIO).

MARCIA CRISTINA DE CARVALHO PAZIN VITORIANO

Professora do curso de Arquivologia, da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UNESP).

PAULO ROBERTO ELIAN DOS SANTOS

Pesquisador do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. Professor nos programas de pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (PPGPAT/COC/Fiocruz) e Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ/UNIRIO).

